This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

SAP 4719.1

Harvard College Library

FROM THE FUND

FOR A

PROFESSORSHIP OF
LATIN-AMERICAN HISTORY AND
ECONOMICS

ESTABLISHED 1913

SA P 4719.7

REVISTA

DO

Instituto Historico e Geographico

DE

SÃO PAULO

VOLUME V

1899—1900

SAO PAULO
TYPOGRAPHIA DO «DIARIO OFFICIAL»
1901

CHRONICAS

DOS TEMPOS COLONIAES

CHRONICAS

DOS TEMPOS COLONIAES

REVISTA

DO

Instituto Historico e Geographico

DE

SÃO PAULO

VOLUME V

1899—1900

SÃO PAULO
TYPOGRAPHIA DO «DIARIO OFFICIAL»
1901

SA P4719.7
HARVARD COLLEGE LIBRARY
DEC 15 1915
LATIN-AMERICAN
PROFESSORSHIP FUND.

MAY 12 1916

INDICE

PAGS.

CHRONICAS DOS TEMPOS COLONIAES:

O Supplicio do Chaguinhas, pelo dr. Antonio de Toledo Piza . 3

Martim Francisco e A Bernarda pelo dr. Antonio de Toledo Piza 48

O SERTÃO ANTES DA CONQUISTA (SECULO XVII), pelo dr. Theodoro Sampaio. 79

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA (COMMEMORAÇÃO HISTORICA), pelo dr. Tullio de Campos 95

O TENENTE GENERAL AROUCHE RENDON, pelo dr. Antonio de Toledo Piza. 105

REFLEXÕES SOBRE O BRASIL, pelo capitão Van Vliervelt . 135

O PROCESSO VIMIEIRO-MONSANTO, pelo dr. Antonio de Toledo Piza. 145

ESCRIPTURA DE DOTE DO CONDE DA ILHA DO PRINCIPE. 151

ARVORE GENEALOGICA DE MARTIM AFFONSO DE SOUZA E PEDRO LOPES DE SOUZA 158

RELAÇÃO DOS CAPITÃES LOCO-TENENTES DA CAPITANIA DE S. VICENTE, por Fr. Gaspar da Madre de Deos . . 159

CATALOGO DOS GOVERNADORES DA CAPITANIA DE ITANHAEN, por Marcellino Pereira Cleto 177

NOTAS AVULSAS, sobre a historia de S. Paulo, por Fr. Gaspar da Madre de Dios. 180

PRIMEIRA PHASE DA QUESTÃO DE LIMITES ENTRE SÃO PAULO E MINAS GERAES NO SECULO XVIII, pelo dr. Orville A. Derby 196

PAGS

AUCTORIDADES COLONIAES NA RAIA DE S. PAULO E MINAS GERAES NO SECULO XVIII, pelo dr. Orville A. Derby. 221
OS PRIMEIROS DESCOBRIMENTOS DE OURO EM MINAS GERAES, pelo dr. Orville A. Derby 240
OS PRIMEIROS DESCOBRIMENTOS DE OURO NOS DISTRICTOS SABARÁ E CAETHÉ, pelo dr. Orville A. Derby. . 279
DISCURSO DO DR. MANOEL PEREIRA GUIMARÃES, fazendo o elogio dos socios fallecidos 296
ACTAS DAS SESSÕES DO ANNO DE 1900 313
RELAÇÃO DAS OFFERTAS DE LIVROS, REVISTAS, MAPPAS, JORNAES, ETC, FEITAS AO INSTITUTO DURANTE O O ANNO DE 1900. 344
RELATORIO DOS TRABALHOS E OCCORRENCIAS DO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1900 349
CATALOGO DOS LIVROS, IMPRESSOS, MANUSCRIPTOS, MAPPAS E JORNAES, RECEBIDOS DURANTE O ANNO DE 1900 355
RETRATOS, ESTAMPAS E PHOTOGRAPHIAS EXISTENTES NO ARCHIVO, EM 25 DE OUTUBRO DE 1900 391
MEDALHAS E MOEDAS RECEBIDAS NO ANNO DE 1900. . 392
QUADRO DOS SOCIOS ACCEITOS NO ANNO DE 1900. . . 393
RELAÇÃO GERAL DOS MEMBROS DO INSTITUTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1900 394
SOCIOS HONORARIOS 398
SOCIOS EFFECTIVOS 399
SOCIOS CORRESPONDENTES 400
BALANÇO DE RECEITA E DESPESA DO INSTITUTO EM 25 DE OUTUBRO DE 1900 403

CHRONICAS DOS TEMPOS COLONIAES

O supplicio do Chaguinhas

No meio dos importantes acontecimentos occorridos em S. Paulo nos annos de 1821—22, que trouxeram a esta cidade o principe Dom Pedro, regente do Brasil, e deram occasião a que fosse dado nas collinas do Ypiranga o brado patriotico de *Independencia ou morte*, passou-se quasi despercebida dos historiadores a execução da pena de morte applicada no largo da Liberdade a um tal *Chaguinhas*, pelo crime de ter chefiado em Santos uma sedição mititar nos ultimos dias do mez de Junho de 1821.

Realmente, o facto em si não tinha importancia alguma, porque a execução de uma pena de morte, sob o regimen colonial, era cousa por demais commum para attrahir a attenção de quem quer que fosse e *Chaguinhas* não era homem tão conhecido e de tal valor intellectual ou moral que a sua morte, no cadafalso, causasse impressão duradoura sobre o espirito daquella geração convulsionada pelos graves acontecimentos precursores da nossa emancipação politica.

Entretanto, a execução daquella sentença de morte foi rodeada de tantas peripecias dolorosas para o paciente e para as numerosas pessoas que a ella assistiram e de tantas circumstancias mysteriosas, e o nome do velho Martim Francisco apparece nella de um modo tão odioso para os corações sensiveis, e principalmente para os patriotas, que vale bem a pena dar-lhe alguns momentos de attenção e empre-

gar algum esforço na tentativa de desvendar aquelles mysterios e de limpar a memoria do grande paulista de qualquer traço de odiosidade que sobre ella tenha recahido e que o tempo ainda não tenha conseguido destruir.

E' uma especie de reivindicação historica que vou tentar, um processo de revisão de um julgamento errado que tem sido transmittido de geração em geração até o presente, para que a boa fama daquelle brazileiro illustre passe á mais remota posteridade escoimada de uma injusta e odiosa imputação.

Para chegar, porém, a este resultado, preciso fazer algumas ligeiras referencias não sómente á historia colonial de S. Paulo, como tambem aos movimentos revolucionarios da Europa e da America, que tanto contribuiram para a divulgação das idéas liberaes entre os brasileiros e para a realização da independencia do Brasil em 1822. Este ligeiro retrospecto servirá para explicar a razão de ser muitos factos obscuros e para mostrar o estado do espirito publico em S. Paulo na occasião em que teve logar o supplicio do Chaguinhas.

Tratarei agora da execução da pena de morte a que foi condemnado o infeliz Chaguinhas e depois, em outra chronica intitulada, *Martim Francisco e a Bernarda*, terei occasião de apresentar algumas versões sobre a parte que este illustre paulista tomou naquella odiosa execução.

I

A proclamação da independencia dos Estados Unidos da America do Norte em 1776, seguida de uma guerra de sete annos e da victoria final dos *Yankees*, auxiliados por Lafayette e outros enthusiastas da liberdade, echoou em todo o mundo civilizado e produziu no Brasil a prematura e desastrosa *Inconfidencia* mineira, que levou Tiradentes ao cadafalso e tantos brazileiros illustres ao degredo perpetuo nas inhospitas regiões da costa d'Africa.

D. Bernardo José de Lorena era então o capitão general de São Paulo e com razão affirmava que os paulistas eram ainda bastante fieis ao rei e amantes da monarchia para se interessarem de um

modo sympathico e positivo pelos acontecimentos que estavam se passando na vizinha capitania de Minas Geraes. Assim era ainda, com effeito, e S. Paulo não tomou parte alguma naquelle nobre e patriotico movimento, iniciado pelos mineiros em prol da liberdade do paiz, comquanto nelle participassem mais ou menos activamente os dois irmãos paulistas Luiz Vaz de Toledo Piza e o padre Carlos Correia de Toledo. Porém, a semente estava lançada pelos mineiros, deitou raizes em todo o paiz e devia germinar e produzir os seus fructos em tempos mais opportunos.

Parallela com a modesta e tragica rebellião de Villa Rica e ainda como repercussão da independencia dos americanos e fructo das doutrinas de Rousseau e dos encyclopedistas, rebentou em Paris a gigantesca revolução de 1789, que começou arrazando a Bastilha, famosa fortaleza e prisão de Estado, verdadeiro symbolo do despotismo real que pesou sobre a França por tantos seculos, e acabou derrocando todas as velhas instituições francezas e creando uma nova ordem social e politica, baseada nos inalienaveis direitos do homem como cidadão.

Durante as sanguinarias guerras que se seguiram por um quarto de seculo os exercitos victoriosos da Republica Franceza e do primeiro Napoleão levaram a todos os recantos da Europa as novas idéas de LIBERDADE pelo regimen representativo apoiado sobre a soberania popular, da EGUALDADE de todos perante o direito, e de FRATERNIDADE dos homens oriundos da mesma raça, falando a mesma lingua, professando a mesma religião e vivendo sob as mesmas leis.

Todos os governos se agitaram para a sua defesa commum contra a invasão do *jacobinismo* francez. Portugal e Hespanha, não obstante as barreiras naturaes do oceano e dos Pyreneus, foram finalmente arrastados á lucta e invadidos por tropas extrangeiras, e a peninsula iberica transformou-se por seis annos em campo de sanguinolentas batalhas entre os francezes e os naturaes da terra, secundados pelos inglezes.

As numerosas colonias hespanholas da America aproveitaram-se da anarchia que dominava a metropole para sacudirem o seu jugo,

tres vezes secular, e entrarem no convivio dos povos livres e independentes.

A Bolivia foi a primeira a levantar-se, em 1808, luctou heroicamente por muitos annos e só conseguiu assegurar a sua liberdade em 1824, depois da estrondosa victoria do general Sucre sobre os hespanhóes em Ayacuco. Auxiliado por seu isolamento no interior da America, vem de perto o Paraguay, que proclamou a sua independencia em 1809 e firmou-a em 1814, sob a chefia do celebre dictador Francia. O Mexico, capitaneado por Hidalgo, rompeu a lucta pela liberdade em 1810 e só a terminou em 1829, com a brilhante victoria de Tampico. Nova Granada, Venezuela e Equador moveram-se em 1811, sob a direcção do grande Bolivar, e fizeram-se livres em 1819. Buenos-Ayres, rebellada em 1811, já no anno seguinte estava desembaraçada dos seus oppressores e enviava o seu illustre general San Martino acudir ao Chile, que estava a braços com os hespanhóes desde 1810 e cuja independencia ficou affirmada em 1820, pelas grandes victorias de Chacabuco, Maypú e Valdivia. O Perú começou tarde o seu movimento, pois só entrou na lucta em 1821; porêm, soccorrido por Bolivar, ficou livre em 1824 pela victoria decisiva de Junin. Toda a America Central tambem se libertou em 1821 e só restaram á Hespanha, de todos os seus vastos dominios no Novo Mundo, as ilhas de Cuba e de Porto Rico, que agora acaba de perder em seguida a uma rapida e desastrosa lucta com os Estados Unidos.

O Brasil foi um tanto retardatario neste movimento libertador da America latina, porque a familia real portugueza, fugindo em 1807 deante dos exercitos invasores da França, tinha vindo se installar no Rio de Janeiro e com a sua presença entre nós a situação geral dos brasileiros melhorou consideravelmente. A aspiração á independencia tinha de alguma fórma sido satisfeita porque, de facto, a colonia agora já não era mais o Brasil, mas Portugal, visto que a rainha aqui residia e do Rio de Janeiro eram expedidas as ordens para as diversas partes do reino, na America, na Europa, na Asia e na Africa. O movimento revolucionario de Pernambuco, em 1817, que custou a vida a Abreu e Lima, Domingos Theotonio, Barros Lima, padre Tenorio e outros, foi de caracter regional e não teve repercusão séria na maioria das provincias.

Uma vez livres Portugal e Hespanha das invasões francezas e sem receios de novos perigos, porque Napoleão cahiu para sempre em Waterloo e foi remettido para Santa Helena, onde ficou até sua morte sob a segura guarda do governo inglez, voltaram as velleidades reconolizadoras destas duas nações ibericas. Tratou a Hespanha de reconquistar pelas armas as suas colonias sublevadas e Portugal de rehaver a familia real e de recollocar o Brasil no seu antigo estado de feitoria explorada até o martyrio em proveito da metropole.

Entretanto, o sentimento da liberdade e o horror ao despotismo, implantados naquellas duas nações pela influencia da Revolução Franceza ou pelos effeitos reflexos das revoluções das colonias americanas, tinham invadido as metropoles e contaminado os seus povos, de tal fórma que, em 1820, a Hespanha e Portugal estavam em plena revolução liberal para a adopção de governos constitucionaes.

As Côrtes reunidas em Lisboa organizaram as bases de uma constituição politica, que foram acceitas por D. João VI, quando ainda residia no Rio de Janeiro, e mandadas jurar e executar por decretos de 24 de Fevereiro e de 10 de Março de 1821. Em seguida as mesmas Côrtes chamaram para Portugal o rei João VI, não sómente para que Lisboa voltasse a ser, como dantes, a capital da monarchia, mas tambem para que a presença da familia real livrasse o reino do jugo dos inglezes, que vinha se prolongando desde 1808 e se tornara intoleravel com o aspero e despotico Beresford.

Partiu João VI para Lisboa em Abril de 1821, deixando no Rio de Janeiro o principe D. Pedro, seu filho, como regente do Brazil, que ainda continuava a ser parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Este facto transtornou uma parte dos planos das Côrtes portuguezas, que não contentes com a transferencia do governo do Rio para Lisboa e com a posse do rei, ainda por um decreto de 31 de Outubro do mesmo anno, ordenaram que o principe D. Pedro tambem se recolhesse para Lisboa sob o pretexto de que prescisava de se instruir, viajando pelas capitaes das grandes nações européas, mas de facto para retirar do Brasil toda a apparencia do governo autonomico e fazel-o voltar ao velho regimen colonial.

II

Entre a partida de João VI e a chamada do principe regente teve logar em S. Paulo a deposição de João Carlos Augusto de Oeynhausen do cargo de capitão general, que exercia desde 1819, e a eleição de um governo provisorio, que foi acclamado pelo povo e pela tropa aqui aquartelada. João Carlos já havia governado regularmente bem as capitanias do Ceará e Matto Grosso e desta foi removido para o governo de S. Paulo quando as idéas liberaes iam se tornando familiares a todas as classes sociaes e o sentimento, ainda um pouco vago, da independencia estava latente em todos os corações.

A revolução liberal do Porto, em 1820, e a adopção de um projecto de constituição, relativamente livre, que foi logo acceito e jurado em todo o Brasil, vieram levantar o espirito abatido dos paulistas e fazel-os pensar seriamente na organização dum novo governo que fosse mais consentaneo com o estado politico da nossa sociedade e satisfizesse as suas justas aspirações á posse de um regimem mais humano e menos arbitrario.

«Desde então, tornando-se geral a fermentação, só faltava que apparecesse alguem que fosse bastante arrojado para dar o primeiro impulso e realizar a suspirada mudança de governo.» Esse alguem bastante arrojado appareceu na pessoa de José Innocencio Alves Alvim, neto do historiador Pedro Taques, moço de muito talento e de boa instrucção, e liberal extremado, que tocou o signal de alarma no sino da cadeia, reuniu o povo e a tropa e realizou a idéa do seguinte modo:

Estacionavam nesta capital um batalhão de caçadores sob o commando do coronel Lazaro José Gonçalves, um de cavallaria miliciana sob as ordens do coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e um de infantaria de milicia, chefiado pelo coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz. Havia festas na cidade nos dias 21 e 22 de Junho de 1821 e, sendo costume as tropas tomarem parte nellas, com revistas e exercicios, estavam todas aquarteladas e de promptidão. No dia 23, antes que o povo se retirasse e as tropas deixassem os quarteis, José Innocencio e seu irmão Joaquim Alvim, entendendo que era chegada a occasião de realizar o ideal revulocionario, que avas-

sallava todos os espiritos, foram ao paço municipal, tocaram rebate no sino da camara e, com vivas á religião, ao rei e á constituição, prégaram a necessidade da proclamação de um governo provisorio.

Os coroneis Lazaro Gonçalves, Gama Lobo e Souza Queiroz, apenas notificados do movimento, correram com os seus respectivos corpos a secundal-o, emquanto o povo pelo seu lado não ficava indifferente e vinha se juntar aos patriotas para a realização do seu nobro desideratum. Uma commissão foi logo enviada ao ouvidor D. Nuno Eugenio de Lossio e Seilbz, convidando-o para que viesse assistir á reunião; outra commissão partiu á procura do juiz de fóra Nicoláo de Siqueira Queiroz e dos ve eadores Antonio Vieira dos Santos, João Franco da Rocha, José de Almeida Ramos e Amaro José de Moraes para que comparecessem immmediatamente no paço da camara, emquanto uma commissão militar, composta de tres capitães, ia a casa de José Bonifacio de Andrada e Silva, que havia dois annos tinha voltado do Europa, depois duma ausencia de mais de trinta annos, se achava residindo em Santos e estava de passeio nesta capital, para convidal-o a vir presidir a reunião e guiar os revolucionarios nos seus primeiros passos tendentes ao estabelecimento de um governo popular.

Reunidos todos no edificio da Camara Municipal, onde José Bonifacio foi recebido com salvas de palmas, estrondosos applausos e muitos e repetidos gritos: *Viva o Senhor Conselheiro*, assumiu elle a presidencia e dirigiu ao povo uma curta e patriotica fala, que convém reproduzir aqui:

« Senhores, eu sou muito sensivel á honra que me fazeis, elegendo-me para presidente da eleição do governo provisorio que pretendeis installar. Pela felicidade da minha patria eu farei os mais custosos sacrificios até derramar a ultima gotta do meu sangue. Esta eleição, senhores, só póde ser feita por acclamação unanime; descei á praça e eu da janella vos proporei aquellas pessoas que, por seu talento e pela opinião publica já por vós manifestada, me parecem dignas de ser eleitas.»

Neste ponto foi José Bonifacio interrompido por alguns cidadãos, que protestaram contra a entrada no novo governo, que deveria ser liberal e generoso, de alguns homens que se tinham tornado antipa-

thicos ao povo por terem sido partes dos governos tyrannicos anteriores. Era prudente este alvitre, como os factos vieram logo demonstrar; porém, José Bonifacio, que nunca se tinha envolvido em politica e vivera até então inteiramente absorvido pelos seus trabalhos scientificos e litterarios não sentia no seu coração de patriota os mesmos azedumes que affligiam o coração do povo e por isso respondeu aos protestantes nos seguintes termos:

« Senhores, este deve ser o dia da reconciliação geral entre todos. Desappareçam odios, inimizades e paixões. A patria seja a nossa unica mira. Completemos a obra da nossa regeneração politica com socego e tranquillidade, imitando a gloriosa conducta dos nossos irmãos de Portugal e Brasil. Persuadido de que haveis posto em mim vossa confiança, acceitei o convite que me fizestes e aqui estou prompto a trabalhar pela causa publica. Si de facto confiaes em mim e estaes resolvidos a portar-vos como homens de bem, então eu me encarrego de procurar a vossa felicidade, expondo a propia vida; mas, si outros são os vossos sentimentos, si o vosso fito não se dirige sómente ao bem da ordem, si pretendeis manchar a gloria que vos póde resultar deste dia e projectaes desordens, então eu me retiro, ficai e fazei o que quizerdes.»

O povo em massa respondeu a esta energica e decisiva allocução protestando as suas boas intenções e o desejo sincero de acatar a opinião de José Bonifacio, em quem depositava inteira confiança.

« Pois bem, continuou elle, desci então á praça e approvae daquelles que eu nomear os que mais vos merecerem.»

Desceu o povo ao largo, onde se misturou com a tropa alli estacionada. O ouvidor, o juiz de fóra e os vereadores, com o estandarte da Camara, tomaram posição em uma janella, emquanto José Bonifacio assomava a outra e dictava ao povo, agglomerado no largo, os nomes das pessoas que entendia estarem no caso de servir no governo que se ia organizar. O primeiro nome lembrado por elle e acceito pelo povo foi do ex-capitão-general João Carlos de Oeynhausen para presidente, exigindo em seguida a massa popular que elle proprio acceitasse o cargo de vice-presidente, ao que José Bonifacio annuiu. Acceita essa quasi imposição e combinados os outros nomes, ficou o novo governo composto do seguinte curioso pessoal:

Presidente—General João Carlos Augusto de Oeynhausen.

Vice-presidente—José Bonifacio de Andrada e Silva.

Secretario do Interior e Fazenda—Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Secretario da Guerra—Coronel Lazaro José Gonçalves.

Secretario da Marinha—Chefe de Esquadra Miguel José de Oliveira Pinto.

Deputados pelas Armas—Coroneis Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e Daniel Pedro Müller.

Deputados pela Agricultura—Dr. Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro e Coronel Antonio Maria Quartim.

Deputados pelo Commercio—Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e Francisco Ignacio de Souza Queiroz.

Deputados pelas Sciencias e Educação—Padre Francisco de Paula e Oliveira e professor André da Silva Gomes.

Deputados pelo Ecclesiastico—Padres Felisberto Gomes Jardim e João Ferreira de Oliveira Bueno.

Feita esta escolha do pessoal que devia compor o *Governo Provisorio* de S. Paulo e presidir ao inicio de uma nova era que todos esperavam que fosse de paz, de liberdade e de progresso, lavrou-se alli mesmo, em livro da camara municipal, um termo da eleição acclamada que se acabava de fazer, do juramento das bases da constituição, de religiosa observancia das leis e de preito e vassalagem a D. João VI, rei constitucional de Portugal, Brasil e Algarves, e á dynastia de Bragança.

No meio do maior enthusiasmo seguiram os vereadores e alguns dos novos eleitos, acompanhados de muito povo, tropa e musica, todos cantando o hymno constitucional, para a casa do general João Carlos a communicar-lhe a sua eleição. Tendo este acceito o cargo de presidente do novo governo, trouxeram-n'o para o paço municipal, onde o general prestou o competente juramento nas mãos do bispo D. Matheus de Abreu Pereira, com toda a solemnidade e em presença de muito povo. Passou-se dalli para a egreja da Sé, onde foi cantado *Te Deum* em agradecimento de tantos beneficios. A' noite foi illuminada a cidade e houve espectaculo de gala no theatro, que era mesmo em frente ao palacio, sendo representado o drama *Disciplina*

Militar no Norte e o hymno constitucional cantado por senhoras dos camarotes acompanhadas pelo povo em côro na platéa.

Pensavam os paulistas terem deste modo, sem derramarem uma só gotta de sangue, sem o minimo incidente desagradavel, quebrado para sempre os ferros da escravidão e completado a obra da sua reorganização politica; porêm os factos se incumbiram de demonstrar que a obra estava ainda muito em começo e que sò dahi a cinco annos é que elles entrariam na vida normal dos povos livres e independentes.

III

O governo popular acclamado em S. Paulo no memoravel dia 23 de Junho de 1821, como vimos, ficou composto de quinze membros e trazia em seu proprio solo o germem da sua dissolução, por ser muito mais numeroso do que convinha para a harmonia e unidade de sua acção e conter em si os elementos mais heterogeneos que naquelle importante momento historico se poderiam encontrar nesta capital.

Só a falta absoluta de conhecimento dos homens e das cousas politicas, a mais completa inexperiencia da administração e uma requintada boa fé, levada até a ingenuidade e propria dos paulistas daquelles tempos, é que poderiam ter produzido este inviavel mostrengo politico, a que se deu o pomposo nome de *Governo Provisorio de S. Paulo* e sobre o qual depositaram os nossos avós as suas mais caras esperanças.

O proprio José Bonifacio, que foi quem deu-lhe origem, não tinha conhecimento dos homens com quem estava tratando, pouco ou nada sabia das condições intellectuaes e moraes do povo paulista e não estava habilitado a fazer uma justa selecção e collocar *the right man in the right place.* Nascido em Santos em 1763 e alli crescido até os desesete annos, em 1781 foi enviado a Portugal, onde formou-se na universidade de Coimbra, com grande reputação pelos seus vastos talentos litterario e scientifico. Viajou em seguida por quasi toda a Europa durante déz annos, instruindo-se principalmente em sciencias naturaes, e voltou em 1800 a Portugal, onde ficou ainda muitos annos, como lente de metallurgia na mesma universidade de

Coimbra, e onde combateu, á frente de um batalhão academico, contra os francezes durante a invasão de 1807. A unica funcção de caracter politico que desempenhou durante a sua longa residencia em Portugal foi a de chefe de policia da cidade do Porto ao tempo de invasão do general Soult, em 1808. Esta commissão durou pouco tempo e foi de caracter mais militar do que politico pela anarchia interna que teve de suffocar e pela invasão extrangeira que devia repellir. Com ella pouca experiencia adquiriu sobre politica e administração.

So em 1819 foi que voltou elle ao Brasil, depois de uma ausencia de trinta e oito annos, durante os quaes o mundo civilizado tinha soffrido uma completa transformação politica e social e havia surgido um mundo inteiramente novo das ruinas directa ou indirectamente produzidas pela Revolução Franceza. Não poderia elle neste longo periodo de tempo ter adquirido conhecimentos especiaes do que se passava na sua terra natal, já porque vivia muito occupado com os seus trabalhos scientificos, já porque os factos que se davam na Europa eram por demais importantes para tomarem o seu tempo nas horas vagas dos seus estudos, já porque não havia em Portugal e Brasil imprensa desenvolvida que servisse de reflexo dos soffrimentos e necessidades dos povos, já porque eram raros os livros de viagens sobre o Brasil, com a narrativa dos costumes e condições politicas e sociaes dos brasileiros, e já, finalmente, porque a navegação maritima, comquanto muito melhorada de 1808 em diante, depois da chegada da familia real ao Rio de Janeiro e da abertura dos nossos portos ao commercio de todas as nações amigas, era ainda muito limitada, muito deficiente, e foi por muitos annos embaraçada pelas guerras napoleonicas.

Chegado ao Brasil, José Bonifacio veiu logo se estabelecer em Santos, sua terra natal, onde continuou seus estudos de historia natural e onde tinha pouca opportunidade para fazer o conhecimento dos homens e das cousas de S. Paulo pelo meio acanhado em que vivia e pelas pequenas relações então existentes entre a provincia e o seu principal porto commercial. Em 1820 fez, com seu irmão Martim Francisco, uma viagem pelo interior para fins inteiramente scientificos e pouco se relacionou com os seus patricios para se identificar com os seus costumes e conhecer as suas necessidades e aspirações.

Não foi elle chamado de Santos para vir a esta capital tomar a direcção do movimento politico que se iniciava; mas, estando nesta cidade, a passeio ou a negocio, julgaram os auctores do movimento ser medida de prudencia e de sabedoria convidal-o para presidir a projectada eleição do novo governo e assim cobrir o acto revolucionario que iam praticar com o nome já illustre do grande santista, muito respeitado e admirado pela propria familia real de Bragança.

Não foram, portanto, a experiencia da politica e da administração e o profundo conhecimento dos homens e das coisas da sua patria que naquelle momento os paulistas admiravam em José Bonifacio e que os levaram a acceitar os seus conselhos e a sua direcção na transformação politica por que iam passar, mas sim o facto de ser elle um brasileiro nato e ainda mais brasileiro por sentimento, de ser um homem verdadeiro e honrado e possuir um nome já feito e respeitado tanto no paiz como no extrangeiro.

E andaram os paulistas muito acertadamente, porque, comquanto os effeitos *immediatos* de intervenção de José Bonifacio na direcção da politica em S. Paulo fossem de caracter um tanto negativo, visto que ella não trouxe a desejada harmonia entre os habitantes da provincia e muito menos entre os proprios membros do Governo Provisorio e deu o pretexto para o celebre motim conhecido pelo ridiculo nome de *Bernarda de Francisco Ignacio*, comtudo as consequencias mediatas que dellas se seguiram foram de grande importancia e utilidade para o paiz, por isso que a sua entrada para o Governo Provisorio deu ensejo a que elle fosse enviado, como delegado especial, ao Rio de Janeiro para persuadir ao Principe Regente a que desobedecesse as ordens das Cortes de Lisboa e que ficasse no Brasil,—missão esta que elle desempenhou cabalmente em Janeiro de 1822 e fez que elle fosse sem demora aproveitado por D. Pedro para ministro do Interior e de Extrangeiros, em cujo cargo adquiriu direito ao titulo que a posteridade lhe deu de *patriarcha* da nossa independencia.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão mais moço e genro de José Bonifacio, nascido em Santos em 1774, foi tambem enviado a Coimbra, onde formou-se em mathematicas, e com o tempo tornou-se um distincto mineralogista e escreveu *Memorias*, que foram

publicadas na *Revista* do Instituto Historico Brasileiro e pelo *Journal des Mines*. Foi inspector de minas e bosques da capitania de S. Paulo, possuia conhecimentos de economia politica e foi o melhor financeiro do tempo da independencia. Como poucos annos se demorou em Portugal e passava quasi todo o tempo viajando pela capitania de S. Paulo, conhecia bem os paulistas e estava bem em dia com as suas condições intellectuaes e moraes. Caracter «talhado pelo molde grego», patriota illustrado e altivo, profundamente brasileiro, rigorosamente honesto, corajoso na affirmação das suas opiniões e partidario convicto da independencia, era Martim Francisco no Governo Provisorio a personificação do espirito paulista e como tal era elle, desde longa data, aborrecido pelos portuguezes em geral e especialmente pelo capitão general Franca e Horta, que, cioso do seu merito e da sua altivez, o denunciára por diversas vezes ao governo colonial.

Já pelo seu duplo parentesco com José Bonifacio, já pela perfeita conformidade de idéas e de sentimentos, existia entre elles uma tão notavel solidariedade de vistas e de proceder que, junto a alta capacidade intellectual e moral de ambos, fazia o desespero e a raiva, ora concentrada, ora mexeriqueira e tumultuaria, dos partidarios do regimen colonial.

O BRIGADEIRO MANOEL RODRIGUES FALCÃO era um paulista muito distincto por seu caracter, pela numerosa e illustre familia a que pertencia e pela sua grande furtuna, adquirida por herança e no commercio. Residia em 1822 na rua Direita n. 21, tinha 42 annos de idade, era casado com uma filha do coronel José Pedro Galvão, tinha um casal de filhos em tenra edade e um illegitimo de 17 annos, estudante na occasião; sustentava em sua casa uma cunhada solteira e um sobrinho moço, tambem estudante e possuia desoito escravos de serviço domestico e a jornal. Era amigo particular de Martim Francisco e solidario com as suas idéas politicas; partilhava por isso algum tanto do odio que os absolutistas votavam aos irmãos Andradas e foi uma das victimas de *A Bernarda*.

O CORONEL LAZARO JOSÉ GONÇALVES era portuguez de nascimento, mas brasileiro de coração. Nascido em Lisboa, de 41 annos de edade, casado, tinha uma filha, residia na casa n.º 1 na Travessa do Padre

Capão, obscura rua do bairro da Consolação, nas visinhanças da actual chacara do major Benedicto Antonio da Silva, onde hoje está o reservatorio de agua da Consolação, e possuia sete escravos de serviço domestico. Foi um militar distincto e prestou excellentes serviços ao Brazil em varios tempos, principalmente no Rio Grande do Sul, e quando marchou para o Rio de Janeiro á frente da brigada dos *Leaes Paulistanos*, em Janeiro de 1822, para defender aquella capital e o governo de D. Pedro, contra as forças portuguezas alli estacionadas, que se tinham revoltado e se constituido em serio perig, para a causa da independencia. Quasi sempre ausente desta capital, ora no Rio, ora em Santos, sempre em commissões importantes, pouca parte tomava nas resoluções do Governo Provisorio e nelle era tão sensivel a sua falta quanto era util a sua presença nos logares onde a ordem e a liberdade perigavam.

O coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo era portuguez de nascimento, mas veiu ainda moço para S. Paulo, aqui casou-se na importante familia *Arouche Rendon* e commandava um corpo de cavallaria milliciana. Tomou parte activa na proclamação do Governo Provisorio, auxiliou efficazmente o coronel Lazaro Gonçalves na conducção da brigada dos Leaes Paulistanos ao Rio de Janeiro e esteve presente no Ypiranga ao grito de «*Independencia ou morte!*» Militar em serviço activo e em frequentes commissões fóra, o seu voto pesava pouco nos conselhos do governo, mas pendia prudente e cautelosamente para a causa da independencia.

O padre Francisco de Paula Oliveira era professor e homem de pouco valor politico. Como membro do Governo Provisorio era assiduo nas suas sessões e, comquanto fosse um espirito liberal, como a maioria do clero paulista do tempo, a sua presença servia mais para fazer numero do que para resolver questões de alta e grave ponderação.

André da Silva Gomes era portuguez, natural de Lisboa, de 68 annos de edade, casado com Maria Gracia, paulista, tendo uma filha solteirona quinquagenaria e dez escravos. Residia no pateo de S. Gonçalo n.º 7, era professor de grammatica latina, tenente-coronel de

milicias e muito entendido em musica. O seu voto no governo não pesava mais do que o do padre Paula Oliveira, seu collega como representante das Letras e das Sciencias.

O conego João Ferreira de Oliveira Bueno era um velho de 77 annos, nascido em S. Paulo, thesoureiro da Sé, espirito liberal e bom. Possuia grande e excellente fazenda de assucar no actual municipio de Capivary, fez viagens de catechese de indios pelos rios Tieté e Paraná e escreveu *Memorias*, que foram publicadas na *Revista* do Instituto Historico Brasileiro. Residia na rua do Rosario, hoje Quinze de Novembro, n. 1, em companhia do padre Marcelino Ferreira Bueno, de diversos aggregados e de dez escravos. Como força politica pouco valia pela sua edade e por seu estado religioso. O seu collega padre Felisberto Jardim era natural do Rio Grande do Sul, espirito egualmente liberal e honesto, porêm. o seu valor politico não era superior ao dos padres Paula Oliveira e João Ferreira e de André Gomes, e todos estes eram absolutamente incapazes de entrar em lucta com o elemento retrogrado e reaccionario, que procurava por todos os meios assumir a preponderancia na direcção do Governo Provisorio.

Nicolao Pereira de Campos Vergueiro era outro portuguez de nascimentro e brasileiro de coração, nascido em Lisboa, de 42 annos, formado em direito pela universidade de Coimbra, estabelecido em S. Paulo desde 1802 e aqui casado com D. Maria Angelica de Vasconcellos, paulista, com cinco filhos, duas aggregadas e nenhum escravo. Residia na rua Direita n. 14. Espirito muito liberal e progressista, fez mais tarde saliente figura na politica nacional, occupando os mais altos cargos a que um cidadão podia chegar, inclusive o de regente do imperio depois da queda de Pedro 1; porêm, homem ordeiro, moderado e pacifico não inspirava receio nem temores aos adversarios da independencia e não foi por elles arrastado a tomar parte na lucta travada contra os Andradas.

Eram estes os membros que representavam no governo o elemento paulista, favoravel á liberdade e á independencia, e tinham como adherentes ás suas idéas, liberaes e adeantadas, o bispo D. Matheus, o notavel sacerdote Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, o conego

Ildefonso Xavier Ferreira, Joaquim Floriano de Toledo, mais tarde coronel e chefé de distincta familia, e a já illustre familia dos *Silva Prado*, representada pelo capitão-mór Elouterio e seu filho Antonio Prado, mais tarde barão de Iguape.

Porêm, Joaquim Floriano era ainda um cidadão relativamente obscuro e só mais tardo foi que adquiriu grande estima e consideração nesta capital; a familia Prado era mais commerciente e financeira do que politica e militar, e os clerigos mencionados, inclusive o bispo D. Matheus, velho de 78 annos, eram todos muito liberaes, muito illustrados e de muito merito, mas tambem incapazes de enfrentar com vantagem o elemento militar e aristocratico que predomivava no partido portuguez, de cujos membros darei uma resumida noticia no artigo seguinte.

IV

O partido retrogado, o que continuava a embaraçar as medidas tendentes a desenvolver e fortificar no espirito publico a idéa da independencia do Brasil, não era composto sómente de portuguezes, mas continha em seu seio muitos brasileiros, alguns dos quaes notaveis por seus talentos e outros pelos importantes serviços que tinham prestado, tanto á capitania como ao governo geral da colonia.

O chefe reconhecido e acceito desse partido era o general João Carlos Augusto de Oeynuhausen, nascido em Portugal, filho de um conde allemão e de uma fidalga lisboeta, de boa educação literaria, intelligente e sagaz, ora affavel e insinuante por indole, ora brusco e aspero para apparentar energia que estava longe de possuir, sempre versatil, inconstante, fraco e até pusilanime a ponto de nunca enfrentar o perigo e sempre procurar ladeal-o. Formava assim um verdadeiro contraste com todos os capitães-generaes que tinham governado S. Paulo por mais de um seculo.

Tinha servido antes como capitão-general do Ceará e de Matto Grosso em épochas em que não se pensava sériamente em liberdade e independencia, e essas suas administrações, relativamente moderadas e justiceiras, tinham-n'o feito estimado dos povos que governou. Foi

mais tarde senador do imperio pelo Ceará, marquez de Aracaty e valido de Pedro I, a quem acompanhou a Portugal depois da revolução do 7 de Abril e nunca mais voltou ao Brasil.

Em 1821 a sua posição em S. Paulo tornou-se excessivamente difficil e espinhosa, porque de capitão-general que era, governador unico da provincia que administrava com poderes absolutos e sem outras restricções mais do que as ordens emanadas dos absolutos ministros do reino, passou repentinamente em virtude de uma revolução popular, cuja legitimidade elle contestava, a ser por obra e graça de José Bonifacio o presidente constitucional de uma corporação politica, a que se deu o nome de *Governo Provisorio de S. Paulo*, e na qual o seu voto deliberativo não valia mais do que o de qualquer outro membro e a sua influencia pessoal e voto consultivo eram mais do que contrabalançados pelos de alguns paulistas, como José Bonifacio e Martim Francisco, que lhe eram muito superiores em capacidade intellectual e moral.

Achava-se João Carlos naturalmente deslocado naquella incommoda posição e, si tivesse tido mais civismo e menos vaidade para devidamente encarar os acontecimentos de 23 de Junho de 1821, que aliás não poderia ter impedido, devia ter considerado aquelles factos como a sua formal deposição do poder pelo povo e tropa em revolta e recusado a presidencia que José Bonifacio lhe deu do novo governo, partindo em seguida para o Rio de Janeiro, onde poderia prestar ao principe D. Pedro outros serviços que estivessem mais de accordo com o seu caracter, com a sua educação e com a sua dedicação pessoal á dymnastia de Bragança.

Ficando na presidencia do governo, sem força moral, sem prestigio pessoal, rodeado por gente que valia tanto como elle, só serviu para se tornar o centro das intrigas e das machinações contra os paulistas e contra as idéas de liberdade e de independencia, que ganhavam terreno dia a dia.

Deixou-se *arrastar* até o extremo de assumir a direcção espiritual dos vergonhosos acontecimentos de 23 de Maio de 1822, conhecidos na historia com o merecido nome de *A Bernarda de Francisco Ignacio*, e fez assim esquecer os serviços reaes que tinha prestado com os males que consentiu que outros praticassem sob a protecção

do seu nome e sob a responsabilidade do seu cargo de presidente do Governo Provisorio.

O papel que então representou não foi inteiramente passivo, como a alguns chronistas se affigura, mas profundamente dissumulado e hypocrita, porque, não possuindo a corragem precisa e o talento necessario para abrir franca lucta com os Andradas e seus partidarios, nem a virtude da resignação para acceitar com lealdade e sinceridade a nova ordem de cousas, estabelecida pelos movimentos revolucionario do tempo, tinha entretanto «o instincto da intriga, do enredo e do manejo secreto para inverter e desvirtuar as intenções e acções dos outros», e assim contrariar a logica dos factos e oppôr embaraços á realização da independencia do paiz.

Quando houve necessidade de se enviar um delegado ao Rio de Janeiro com o pedido dos paulistas para que D. Pedro ficasse no Brasil e se fizesse seu imperador, visto que a independencia era já inevitavel, foi o general João Carlos quem se lembrou que esse delegado deveria ser um dos Andradas, dando elle preferencia a Martim Francisco para essa commissão porque entendia que Martim era mais para se temer do que o seu irmão, visto que conhecia melhor a provincia, estava familiar com as condições politicas e sociaes dos paulistas, achava-se mais identificado com elles por uma convivencia de mais de 20 annos e era egualmente homem de muita energia e de muita acção.

Foi, portanto, Martim Francisco o encarregado de desempenhar essa importante commissão politica, devendo levar como companheiro o seu collega do governo coronel Gama Lobo; porêm, á ultima hora, quando tudo estava prompto, a representação a D. Pedro estava escripta e até o discurso que Martim devia pronunciar deante do Principe já tinha sido approvado pelos membros do governo, os Andradas descobriram o secreto movel do general João Carlos e combinaram que Martim cedesse a José Bonifacio a tarefa de ir ao Rio de Janeiro entender-se com o Principe Regente.

Com effeito, na sessão de 29 de Dezembro de 1821 votava o Governo Provisorio uma auctorização ao Thesouro para fornecer a Martim Francisco e Gama Lobo o dinheiro preciso para a viagem e na de 3 de Janeiro de 1822 Martim se escusava dessa commissão por

motivos poderosos, que não eram doenças, e era immediatamente eleito para ella José Bonifacio que, estando prompto, partiu sem demora para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 9 e desempenhou tão cabalmente a missão que levava, que a 16 do mesmo mez era nomea. do ministro e iniciava logo as medidas que asseguraram a independencia, proclamada a 7 de Setembro daquelle anno de 1822.

Ficou assim desfeito o plano do general João Carlos para desfazer-se de Martim Francisco, seu mais temeroso adversario; porêm, este incidente sómente o levou a lançar mão de outros meios e de outros agentes para alcançar os seus fins, momentaneamente burlados pelos Andradas com a troca de um irmão por outro naquella commissão.

Tendo sido chamado para o Rio de Janeiro por D. Pedro, a conselho de José Bonifacio que, finalmente, conhecera a duplicidade do seu caracter e suas secretas conspirações contra o elemento paulista e liberal, que dominava então a provincia, fingiu que obedecia aquella ordem, mas não deixou a presidencia do governo e fez, por meio do enredo e da intriga, que o povo ficasse crendo que este chamado era equivalente á sua dep rtação de S. Paulo, aconselhada pela ambição irrequieta dos Andradas, que pretendiam assim obter o dominio exclusivo da provincia.

«A intriga, pestilento miasma da athmosphera das Côrtes, disse um chronista do tempo, veiu ainda mais aggravar esta situação difficil dos patriotas de 23 de Junho e privar a sua auctoridade do prestigio da alta justiça que deve caracterizar a influencia dos altos funccionarios». Não havia então imprensa para discutir os actos do governo, esclarecer a opinião publica e trazer um pouco de luz e de ordem no meio da anarchia mental e politica daquella época; era evidente que faria mais proselytos entre as massas populares o partido que mais intrigasse, e quem tinha mais interesse em desvairar a opinião eram exactamente aquelles que, como o general João Carlos e seus partidarios, viam prestes a desmoronarem-se o poderio e as regalias de que os adeptos do regimen colonial estavam de posse havia já perto de tresentos annos.

A época dos assassinatos judiciarios a bem do prestigio da auctoridade estava passada com Rodrigo Cesar de Menezes e Martin Lo-

pes Lobo de Saldanha e a dos assassinatos por conveniencias particulares e por vinganças pessoaes tinha desapparecido com Caldeira Pimentel e Bernardo José de Lorena. Começára então a dos enredos, intrigas e mexericos com Franca e Horta e viera culminar no regimen provisorio com o general João Carlos de Oeynhausen, quando presenteou a historia do paiz com o seu mais genuino producto — *A Bernarda de Francisco Ignacio*, de 23 de Maio de 1822.

Incompatibilizado pela *A Bernarda* com os paulistas partidarios da independencia e mais ainda com os dois irmãos Andradas, victimas das suas secretas conspirações e omnipotentes ministros de D. Pedro, partiu João Carlos para o Rio de Janeiro, deixando a provincia anarchizada e cheia de odios, havendo mesmo municipios como Ytú, Porto Feliz, Sorocaba, Campinas, Mogy-mirim, Itapetininga e outros, que se tinham desmembrado de S. Paulo para se constituirem em uma verdadeira confederação armada em defesa da independencia.

A villa de Ytú, sob a influencia do energico liberalismo de Feijó e Paula Souza, tinha-se transformado em uma verdadeira praça de guerra, guarnecida por forças reunidas pelos confederados, resistira honradamente contra todas as tentativas de intimidação e de suborno por parte do governo de João Carlos, de quem um dos emissarios, o coronel Macedo, foi expulso da povoação pelo povo indignado, sendo que até as mais respeitaveis matronas da localidade sahiram á rua para enxotal-o a pedradas.

Tendo os confederados cortado todas relações com o faccioso e reaccionario governo de João Carlos para se collocarem sob as ordens directas e immediatas do Principe Regente e dos Andradas, deu este facto motivo para se apressar a vinda, tanto annunciada e tanto retardada, daquelle principe a S. Paulo afim de accommodar os animos, acalmar as paixões e conciliar todos os partidos sob uma só bandeira, sob um só programma, que era a liberdade dos povos.

Tendo o Principe Regente chegado a esta capital em 25 de Agosto foi-lhe facil apaziguar tudo com a demissão do resto do Governo Provisorio e com o exilio momentaneo dos reaccionarios mais revoltosos para fóra desta capital. Foi então que, em viagem de Santos á S. Paulo, D. Pedro recebeu nos campos do Ypiranga os celebres despachos de Lisboa, que o decidiram a soltar alli mesmo o famoso grito

de *Independencia ou morte*, que veiu coroar a obra de Innocencio Alvim, José Bonifacio, Gama Lobo o outros patriotas, e desfazer para sempre as ultimas esperanças dos reaccionarios.

V

Passarei agora a dar algumas notas sobre os membros mais activos do partido retrogrado e descerei mesmo a algumas minuciosidades ineditas e curiosas, mas absolutamente verdadeiras por serem extrahidas de papeis officiaes do tempo.

Francisco Ignacio de Souza Queiroz, membro do Governo Provisorio pelo Commercio, era nascido nesta cidade pelos annos de 1784 ou 1785 e filho de fidalgos portuguezes. Herdou os gostos, inclinações, idèas e costumes da familia e bem assim uma boa herança que o fez regularmente abastado. Tinha negocio de fazenda na rua Direita, com tres caixeiros, dos quaes um era tenente e dois eram soldados milicianos não activos, e possuia nove escravos de serviço domestico. Era coronel de milicias em S. Paulo, tendo antes sido alferes de linha em Portugal, onde aperfeiçoou as suas idéas retrogradas. Casou-se nesta capital com sua prima d. Francisca Miquilina de Souza, filha de seu tio o brigadeiro Luiz Antonio de Souza, e falleceu em Portugal em 1830, ainda moço, deixando duas filhas, que foram casadas, uma com o desembargador Albino José Barbosa de Oliveira e outra com o seu primo Luiz Ribeiro de Souza Rezende.

Por seu nascimento, pela educação que recebeu, pelo seu tirocinio militar e por seu casamento, era Francisco Ignacio genuino representante do partido reaccionario, adversario das idéas liberaes e pessoalmente hostil aos irmãos Andradas. Era, entretanto, mais homem de acção do que de intelligencia e movia-se em 1821—22 em uma atmosphera carregada de intrigas politicas sob a direcção espiritual de José da Costa Carvalho, futuro marquez de Monte Alegre, que estava com elle em estreitas relações de parentesco desde que este se casára com D. Genebra de Barros Leite, viuva do brigadeiro Luiz Antonio de Souza e sogra do mesmo Francisco Ignacio.

Costa Carvalho foi a cabeça pensante o directora e Francisco Ignacio era o braço forte do movimento reaccionario de 23 de Maio de 1822; este trabalhava para nada perder do terreno occupado pela fidalguia e aquelle para se abrir um caminho para o futuro. Os Andradas, o brigadeiro Jordão, Alvim, Paula Souza e outros liberaes, intransigentes com o despotismo colonial. eram uma ameaça ás prerogativas de um e sombras que escureciam o caminho do outro. Só Martim e Jordão é que estavam ao alcance no momento e contra elles foram dirigidos todos os ataques.

Assumiu Francisco Ignacio, aliás sem necessaria franqueza e coragem, a responsabilidade da reacção de 23 de Maio contra os liberaes paulistas e indelevelmente ligou o seu nome illustre aos extravagantes acontecimentos que a historia marcou com o burlesco appellido de *A Bernarda de Francisco Ignacio*. Soffreu menos de que se podia esperar da contra-reacção operada pelos Andradas, homens energicos, orgulhosos e já ministros, visto que, deportado para o Rio de Janeiro, foi amnistiado com os seus companheiros pelo decreto de 23 de Setembro desse mesmo anno. Em 1824, tendo acceitado os factos consumados serviu como chefe da Repartição dos Descontos desta capital e em 1830 fez, por causa de sua saude arruinada, uma viagem a Portugal e lá falleceu em pleno dominio do clerical e tyrano D. Miguel.

Antonio Maria Quartim era hespanhol, nascido em Gibraltar, de 46 annos de edade. Em 1818 servia como almoxarife nesta capital; em 1822 era coronel e vivia dos seus soldos. Residia no becco do Barbas, hoje ladeira do Porto Geral; era casado com uma senhora paulista, D. Mathilde Florinda, e tinha então quatro filhos menores e sete escravos. Porque o fizeram membro do Governo Provisorio ninguem poderá explicar, principalmente como representante da Agricultura ao lado de Vergueiro, que, além de grande cidadão, foi um dos lavradores mais proeminentes e mais progressistas que S. Paulo jámais teve. Como extrangeiro e militar, sem raizes solidas no paiz, não podia ser sympathico ao movimento da independencia e de facto não o foi. Fez-se satellite de Francisco Ignacio e representou em *A Bernarda* o papel que lhe foi distribuido. Foi por isso deportado em

Jundiahy por algumas semanas, em virtude da contra-reacção andradina; mas foi amnistiado com os seus cumplices em 23 de Setembro e voltou depois a exercer o mesmo cargo de almoxarife. Possuia alguns conhecimentos de botanica e, em 1831, serviu como inspector do Jardim Publico, porêm desappareceu da politica, para a que não tinha aptidão e na qual nunca devera ter entrado.

O coronel Daniel Pedro Müller, como o general João Carlos Oeynhausen, era nascido em Portugal, de familia alleman, e possuia regular instrucção scientifica.

Tinha 40 annos em 1822, era casado com D. Gertrudes Maria do Carmo, paulista, tinha um filho, quatro filhas e dois escravos, e residia na rua Tabatinguera, n. 50, na parte chamada *Detras da Boa Morte*.

Como era realmente homem de merito, estava bem no Governo Provisorio, ao lado do coronel Gama Lobo, como representante das Armas. Prestou bons serviços ao governo na repressão da revolta militar de Santos, tendo como seu companheiro o coronel Lazaro José Gonçalves e mostrando-se ambos excessivamente rigorosos nos castigos que applicaram aos sediciosos.

Por nascimento, por educação, por profissão e talvez um pouco por interesse estava ligado ao partido retrogado e era o homem da confiança particular do general João Carlos, seu amigo intimo e seu duplo patricio por nacionalidade e por consanguinidade; tomou parte em *A Bernarda* e, depois da deposição de Martim Francisco e do brigadeiro Jordão, ficou dirigindo os negocios publicos *camarariamente* com João Carlos e Oliveira Pinto primeiro e depois com o mesmo Oliveira Pinto, Francisco Ignacio e Quartim — todos do partido portuguez, porque os membros brasileiros ou partidarios da independencia tinham deixado os seus postos no governo em virtude dos factos de 23 de Maio.

A reacção dos Andradas o fez deportar para Atibaya, onde ficou pouco tempo, porque a amnistia de 23 de Setembro fel-o voltar aos seus lares. Acceitou depois a independencia, prestou bons serviços ao governo provincial, executou bons trabalhos cartographicos e falleceu em 1842, com cêrca de 60 annos de edade, estando reformado em marechal de campo.

As suas filhas casaram-se bem, uma com o dr. Felizardo Pinheiro de Campos, outra com o desembargador Figueiredo Rocha e outra com o general Beaurepaire Rohan.

Miguel José de Oliveira Pinto não residia em S. Paulo, mas em Santos, onde a sua qualidade de marinheiro e o seu posto de chefe de esquadra podiam encontrar applicação. Não tenho encontrado nenhuma informação segura a seu respeito, mas como official que era da marinha devia ser portuguez e estava em commissão em Santos, como intendente da marinha, quando foi aproveitado por José Bonifacio, que com certeza o conheceu no exercio daquelle cargo, para secretario da Marinha do Governo Provisorio, onde foi um genuino representante da peor especie do espirito retrogado colonial, não trepidando em descer, quando lhe aprazia, ao baixo mister de pasquineiro anarchista.

Tomou parte activa em *A Bernarda* e, depois da expulsão de Martim Francisco e consequente retirada dos representantes da idéa da independencia, assumiu no Governo Provisorio uma posição saliente, já como secretario com o general João Carlos, já como presidente com Francisco Ignacio, Müller e Quartim. Demittido do governo com os seus companheiros, foi chamado ao Rio de Janeiro e desappareceu da politica paulista, na qual nenhum acto praticou que o recommendasse á gratidão dos posteros (1).

Foram estes os membros do Governo Provisorio que representaram, na direcção da politica provincial, as idéas de retrogradação ao puro regimen colonial de outros tempos. A' sua escolha para tão alto cargo bem prova a falta de experiencia politica e administrativa de José Bonifacio e o seu nenhum conhecimento dos homens com quem se ia haver no governo que escolheu para S. Paulo. Não sómente estes homens eram, por nascimento, por educação, por idéas e por interesse, contrarios á liberdade do povo e á independencia do paiz, como o numero de membros do governo era excessivamente elevado

(1) Foi aproveitado no Rio por Pedro I, que precisava dos serviços de um homem deste quilate, e o 7 de Abril de 1831 veiu encontral-o occupando o cargo de conselheiro de guerra.

para a boa harmonia de vistas e unidade de acção que deveriam presidir os primeiros passos que os paulistas pretendiam dar na escura senda que os levaria á liberdade e á independencia ou á volta ao despotismo colonial, ainda mais rigoroso em consequencia da reacção victoriosa.

Explica-se a presença do coronel Lazaro Gonçalves no governo como secretario da Guerra, porque não se podia presumir que a nossa emancipação politica se realizasse sem resistencias, sem luctas e choques, verdadeiras guerras intestinas, que obrigariam o governo a manter uma força armada e mesmo a fazer della energico emprego, como nos casos da sedição de Santos e do levante dos portuguezes no Rio de Janeiro, em cujas occasiões Lazaro Gonçalves prestou relevantes serviços como secretario da Guerra. Mas, a creação de uma pasta da Marinha e a nomeação de Oliveira Pinto para occupal-a não foram sómente uma inoffensiva inutilidade e sim um erro prejudicial para a causa que se tinha em vista defender.

A provincia tinha um exercito que precisava de um chefe, mas não tinha esquadra para justificar a necessidade da existencia de um ministerio da Marinha. Podia haver, e de facto houve, revoluções em terra, desordens, que exigiram o emprego da força armada e justificaram a creação de um ministerio da Guerra, porêm, nada poderia acontecer no mar em que a acção do Governo Provisorio se fizesse efficaz; as resistencias no oceano só poderiam partir do governo de Lisboa e estas só poderiam ser combatidas pelo governo do Rio de Janeiro, unico que tinha ou viria a ter existencia internacional. Si tivesse ficado acephala a pasta da Marinha teria sido uma inutilidade, porêm, tendo sido preenchida por um dos peiores sequazes do regimen colonial, tornou-se um elemento pernicioso no governo e um embaraço a mais na marcha do carro triumphal da independencia.

Felizmente para o Brazil, José Bonifacio e Martim Francisco ainda eram ministros de Estado e souberam em tempo desenvolver energia e actividade bastante para inutilizarem todos os tramas e assalto dos reaccionarios, de fórma que, quando foram ambos demittidos do ministerio em Julho de 1823 e deportados para a Europa, já tinham elles imprimido na marcha dos acontecimentos politicos da sua patria o cunho de um tão accentuado brasileirismo, que a reacção de 12 de

Novembro de 1823, a dissolução da Assembléa Constituinte e a dispersão de grande numero de patriotas não puderam mais paralysar o movimento da independencia, que com pequenas difficuldades se completou dois annos depois.

VI

Representaram papel mais ou menos importante nos acontecimentos de 23 de Maio de 1822, varios outros personagens sobre os quaes convem dizer algumas palavras, tanto mais que alguns delles eram homens de real merecimento e fizeram antes e depois da independencia figura saliente na historia de S. Paulo e do Brasil.

José da Costa Carvalho, futuro marquez de Monte Alegre, deputado, senador, ministro e regente do Imperio, era natural da Bahia e formado em direito em 1819 pela universidade de Coimbra.

Veiu logo para S. Paulo como juiz de fóra, cargo que deixou pelo de ouvidor por decreto de 6 de Março de 1822; tinha então 26 annos de edade, possuia algum talento e sagacidade e era dominado de natural ambição de se abrir caminho para um futuro brilhante.

Tratou logo de arranjar para si uma boa situação e fazer-se independente e o conseguiu, lá pelos annos de 1820, desposando D. Genebra de Barros Leite, respeitabilissima senhora, que pela edade podia ser sua mãe, filha do fidalgo parnahybano Antonio de Barros Penteado, irmã dos futuros barões de Ytú e de Piracicaba, cunhada de Paula Souza, viuva do brigadeiro Luiz Antonio de Souza e sogra do coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz, muito rica e mãe de cinco filhos. Além de outros muitos bens, possuia nesta capital grande loja de fazendas na rua do Ouvidor, n. 33, com caixeiros portuguezes, e treze escravos de serviço domestico e a jornal.

Agora rico e relacionado por seu casamento com tudo quanto S. Paulo tinha de mais illustre, estava Costa Carvalho bem encarreirado e em condições de abrir lucta com os Andradas, não porque fosse contrario á ideia da indepedencia, não obstante o seu conservatorismo, mas porque via nelles rivaes temerosos por seu grande talento, por sua vasta instrucção, por sua energia viril, pelo vigor do seu cara-

cter, por seu orgulho pessoal e, finalmente, por serem paulistas e estreitamente ligados uns aos outros.

Antonio Corlos não estava aqui, mas era aqui muito conhecido e já tinha dado mostra do seu valor moral quando, como ouvidor de Pernambuco, envolveu-se na revolução daquella provincia em 1817 e soffreu com firmeza e coragem quatro annos de rigorosa prisão, donde esperava a todo o momento ser tirado para subir os degráus do cadafalso, que devoron tantos companheiros seus, e donde enviou ao poder colonial aquella famosa apostrophe:

Sagrada emanação da Divindade
Aqui do cadafalso eu te saúdo.

. . . . . .
. . . . . .

Livre do carcere, não tardou Antonio Carlos a ser eleito por S. Paulo, com Feijó, Paula Souza, Vergueiro e S. Leopoldo, deputado ás Cortes Constituintes de Lisboa, onde adquiriu reputação de grande orador e tornou-se antipathico aos portuguezes por seu intenso brasileirismo, sendo obrigado a fugir para a Inglaterra, donde voltou para a sua patria a se juntar com os seus irmãos e com elles continuar na tarefa de libertar o Brasil dos ferros coloniaes.

Com taes adversarios a lucta devia ser prudente por muito perigosa e a cautela aconselhava a Costa Carvalho que se encostasse aos reaccionarios e se servisse delles como instrumentos para a realização dos seus designios. Rico pelo casamento, forte pelas relações de parentesco, habil e sagaz, dispunha destes poderosos elementos para angariar adeptos. Como juiz de fóra e depois como ouvidor não perdia occasião de levantar conflictos de attribuições com o Governo Provisorio, embaraçando assim a expedição dos negocios e creando difficuldades ao governo para enfraquecel-o e desmoralizal-o na opinião publica. Como padastro afim do coronel Francisco Ignacio, servia-se da grande influencia deste, como militar e como negociante rico e relacionado, para mover o militarismo e grande parte do commercio em seu favor. Secretamente ligado aos membros reaccionarios do Governo Provisorio, era elle a cabeça pensante e directora do movimento retrogrado entre o povo e tropa, com a acquiescencia do general João Carlos e seus companheiros, e foi o verdadeiro auctor

de *A Bernarda*, de que o coronel Francisco Ignacio, seu enteado, se fez editor responsavel.

Depois de *A Bernarda*, chamado para o Rio de Janeiro, com João Carlos, Francisco Ignacio e Oliveira Pinto, membros reaccionarios do governo, nada soffreu da parte dos Andradas pela sedição de 23 de Maio; pelo contrario, tornou-se logo personagem proeminente nas intrigas do palacio; foi eleito pela Bahia deputado á Assembléa Constituinte, na qual se fez um dos mais violentos opposicionistas ao governo de José Bonifacio e de Martim Francisco e, quando estes deixaram o poder, foi um dos que mais trabalharam pela dissolução daquella assembléa e pela deportação dos Andradas e outros patriotas.

« A famosa Domitilla, a Messalina da épocha, estava já na ampli-
« tude do seu poder, rodeada de vis e baixos cortezões aduladores e
« imperando sobre o espirito do mal avisado principe que se achava
« á testa dos destinos do Brasil. Por influencia desta mulher tudo
« se fazia, e ella vendia os seus favores por dinheiro a quem os
« queria comprar. Os que se intitulavam *republicanos* tambem pro-
« curavam e compravam os seus favores, sobretudo quando estes
« eram necessarios para satisfazer uma vingança. O imperador viu
« na côrte que faziam a esta mulher os chamados *republicanos* um
« indicio de que até os mais exaltados estavam bem dispostos a
« submetterem-se á sua vontade, comtanto que dahi lhes viesse algum
« proveito. A Domitilla não foi, pois, extranha ao projecto da disso-
« lução da Assembléa Constituinte; pelo contrario, era a represen-
« tante assalariada dos republicanos nessa conjuração. Estes levavam
« em vista, na dissolução da Constituinte, dois pontos essenciaes: —
« 1.º vingarem-se dos Andradas e seus amigos, os quaes com a dis-
« solução deviam ser banidos; 2.º aproveitar a occasião de pertur-
« bação, que a dissolução devia causar em todo o Brasil, para ex-
« pulsar delle o Imperador e fundar a Republica.

. . . . . .

« Tudo estava preparado para a dissolucão da Constituinte.....

« O partido portuguez e o republicano achavam-se para ese fim
« no mais perfeito accordo.....

« Ambos estes partidos rodearam a Domitilla, e esta mulher em
« similhante conjunctura foi o centro das cabalas e intrigas que de-

« ram em resultado a dissolução da Constituinte e a prisão e depor-
« tação dos seus mais terriveis adversarios.....

« Figurava á testa do chamado partido *republicano* um moço sem
« talento, mas activo e rancoroso. Era filho da provincia da Bahia e
« nascido de pais humildes e pobres. Exercendo um cargo subal-
« terno da magistratura na provincia de S. Paulo, ahi casou-se com
« uma viuva rica. A riqueza lhe augmentou a actividade, e não sei
« si a violencia do caracter tambem. Ligado com pessoas da familia
« de sua mulher, procurou influir e ser o arbitro da provincia em que
« residia. As suas idéas o levaram para o republicanismo, mas os seus
« interesses não permittiam que se separasse dos portuguezes. Era,
« portanto, até certo ponto *republicano* e *portuguez* ao mesmo tempo.
« Depois ficou exclusivamente *republicano*. Nesta posição trabalhou
« e contribuiu para a abdicação do primeiro Imperador. Foi por isto ele-
« vado depois della a membro da regencia trina. Nas horas do pe-
« rigo desertou o posto e voltou para S. Paulo, recebendo sempre os
« proveitos della. Logo que alcançou posição, elevado pelos seus
« amigos, que entre si distribuiam os altos empregos do Estado e as
« considerações honorificas, mudou de parecer. Marquez, grã-cruz,
« conselheiro do Estado, senador e ministro por varias vezes, incli-
« nou-se mais para o absolutismo do que para a monarchia consti-
« tucional.....

« Tal era o homem que, por parte dos chamados republicanos,
« mais activamente trabalhou para a dissolução da Constituinte e
« para a prisão e deportação de alguns dos seus adversarios.

« A Domitilla foi quem mais lhe serviu nesta empresa. E' para
« mim caso averiguado que esta mulher, que tantos males causou ao
« Brasil, delle recebêra doze contos de réis em premio de seu traba-
« lho. E' para mim caso averiguado porque vi, li com os meus olhos,
« uma carta escripta por uma mão augusta em que isto assim se
« relatava. Era uma carta escripta pela excelsa e virtuosa Impera-
« triz Leopoldina a José Bonifacio de Andrada em Novembro ou De-
« zembro de 1824.» (1).

---

(1) Vide A. M. V. Drummond, *Annotações*, vol. XIII dos *Annaes* da Bibliotheca Nacional.

Eleito membro da Assembléa Constituinte pela Bahia, quando esta assembléa foi dissolvida e os Andradas foram deportados para a Europa por varios annos ficou-lhe amplamente aberta e franca a carreira politica em S. Paulo, por onde foi eleito deputado nas legislaturas de 1826-29, de 1830-33 (em que optou pela Bahia, por onde tambem fora eleito) e de 1838—41. Tornou-se regente do imperio em 1831—33, director da Academia de S. Paulo em 1885, senador em 1839, presidente d'esta provincia em 1842, quando esmagou a revolução liberal capitaneada por Tobias, Feijó, Gabriel e Vergueiro, conselheiro do Estado em 1842, ministro em 1848 e 1852, marquez em 1854, e terminou a sua activa e trabalhosa vida politica em 1860, contando cerca de 65 annos de edade e deixando a reputação de pessoalmente honrado e probo, dedicado e generoso para com seus amigos e parentes.

Inteiramente destituido de dotes oratorios, incapaz mesmo de improvisar duas palavras em publico, e extranho a provincia de S. Paulo, foi tanta a sua habilidade politica que se manteve constantemente no alto da roda da fortuna e de tal modo cavalgou os acontecimentos que foi subindo e subindo sempre até chegar ás mais altas posições, que os Andradas, tão talentosos como elle e excellentes oradores, porém menos sagazes e menos diplomatas, nunca conseguiram alcançar.

Estes soffreram pela liberdade e independencia do Brasil, porque os seus sentimentos patrioticos, os seus vastos talentos, as suas grandes qualidades oratorias e a sua inquebrantavel energia de nada lhes valeram deante da ignorancia estouvada e da caracter leviano e grossseiramente ingrato de D. Pedro I, e foram todos tres expiar em longo e penoso exilio o crime de terem sido intensamente brasileiros, honestos até o sacrificio e orgulhosos até a insolencia, de terem preferido o Brasil-imperio ao Brasil-colonia e de não terem sabido contemporizar com os defeitos e os vicios daquelle a quem elles mesmos tanto tinham contribuido para fazer imperador e defensor perpetuo da sua patria.

Tambem Feijó, que apesar de algumas graves faltas, era uma das melhores personificações do espirito paulista, deputado, ministro, regente e senador, sacerdote, pobre e doente; Vergueiro mesmo, o

exemplo vivo da sisudez e da circumspecção e egualmente deputado, senador, regente e um dos grandes pugnadores das liberdades publicas e do progresso da agricultura nacional; Rafael Tobias e Gabriel Rodrigues dos Santos, dois genuinos paulistas que tanto honraram a sua terra natal e tanto amaram a liberdade de seu paiz, foram todos, em circumstancias bem diversas, é verdade, victimas do seu ferrenho conservatorismo, assim como os Andradas já o tinham sido vinte annos antes. O seguinte documento é muito caracteristico.

Illmo. Exmo. Sr. José Carlos Pereira de Almeida Torres:—Acabo de receber o Officio de V. Exc de hoje, em o qual me avisa, que S. M. o Imperador convoca extraordinariamente a Assembléa Geral Legislativa, e que deve installar-se no dia 1.º de Abril do corrente anno, para que eu, em consequencia, me transporte á Corte do Rio de Janeiro a tomar o meu assento. Pode ficar V. Exc. certo que PONTUALMENTE SERÃO POR MIM OBEDECIDAS AS ORDENS DE S. M. I— S. Paulo, 20 de Fevereiro de 1829.—*José da Costa Carvalho.*»

Convocado como representante da nação para uma sessão da assembléa a que pertencia, elle não acode ao chamado como delegado do povo soberano, encarregado de vigiar pelo cumprimento das leis e de conter os desmandos do poder, mas por *obediencia pontual ás ordens* de S. Magestade. Eis aqui o politico retrogrado retratado por suas proprias mãos; tambem as leis reaccionarias e inconstitucionaes de 1841, violadoras das garantias liberaes com tanto custo conquistadas pelo Acto Adicional de 1834, encontraram sempre nelle um dos seus mais tenazes defensores.

—FRANCISCO ALVES FERREIRA DO AMARAL, era paulista, de 52 annos de edade, solteiro e muito elogiado pelo capitão general Mello Castro, por sua honestidade pessoal. Como Francisco Ignacio, era tambem coronel de milicias e commerciante; tinha loja de fazendas em 1818 na travessa da Sé n. 9, que cedeu ao seu protegido Caetano Pinto Homem, e abriu outra no n. 17 da mesma rua, e ainda possuia 19 escravos a jornal. Sustentava na sua casa um pessoal numeroso, de que faziam parte quatro senhoras, já edosas, que parecem ter sido suas parentas, talvez irmãs, Francisco Pinto, portuguez miliciano, e Caetano Pinto Homem, tambem portuguez e capitão de milicias,

com a esposa e tres filhos menores. Representou papel activissimo em *A Bernarda* como auxiliar do coronel Francisco Ignacio, com quem aliás apparentava não estar de perfeito accordo, e commandou no dia 23 de Maio um corpo de tropa armada de combinação com Francisco Ignacio, Costa Carvalho e brigadeiro Moraes Leme.

Depois da demissão dos restos do Governo Provisorio e da dispersão dos reaccionarios, esteve algum tempo deportado em S. Roque e, quando mais tarde ficou incluido na amnistia de 23 de Setembro, não fez mais figura na politica.

Joaquim José Pinto de Moraes Leme era natural desta cidade de 68 annos de edade, brigadeiro e fidalgo de alta linhagem; pertencia ás mais illustres familias paulistas, que vinham fazendo brilhante figura na historia da capitania desde o seculo XVI, e foi elle mesmo um militar distincto que prestou bons serviços ao governo colonial, principalmente no tempo do capitão-general Martim Lopes, quando, ainda moço, equipou á sua custa um corpo de voluntarios, a cuja frente marchou para as guerras contra os hespanhóes no Rio Grande do Sul, em 1776.

Em 1822 residia no bairro da Luz, *no caminho da Ponte Grande*, era casado com D. Polycena Custodia, paulista das importantes familias *Lara* e *Moraes*, tinha uma só filha, já casada com o marechal de campo José Joaquim da Costa Gavião e mãe do brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, e sustentava em sua casa duas sobrinhas solteiras e já trintonas, uma senhora aggregada, uma menina e dois meninos. Vivia do seu soldo e dos fructos do trabalho de vinte e nove escravos que então possuia. Falleceu em 1831, com 76 annos de edade.

Retrogrado por gosto e por educação, orgulhoso de si proprio e de sua ascendencia, sufficientemente abastado para a sua pequena familia, acostumado a mandar despoticamente e a obedecer passivamente, era um genuino representante do espirito colonial e como tal era ardente adversario dos Andradas e das idéas por elles representadas. Tomou parte das mais activas em *A Bernarda*, de accôrdo com Francisco Ignacio e Costa Carvalho, e commandou, com o coronel Francisco Alves Ferreira do Amaral, as tropas armadas que vieram dos quarteis para a rua no dia 23 de Maio. Victorioso no momento com a depo-

sição de Martim Francisco e do brigadeiro Jordão, a contra-reacção dos Andradas o deportou por algumas semanas para Parnahyba, até que a amnistia de 23 de Setembro veiu restituil-o aos seus lares, onde falleceu nove annos depois inteiramente retirado da politica.

Pedro Taques de Almeida Alvim, paulista, pertencia ás mais distinctas familias da capitania, filho do guarda-mór Manoel Alves Alvim e neto do historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Em 1822 era casado com D. Joaquina Angelica, paulista, e não tinha ainda filhos ou pelo menos não os tinha em sua companhia. Residia na rua Direita, n. 6, com sua senhora, uma creada e tres escravos, e na mesma casa tinha loja de fazendas, de que vivia.

Era um homem de 35 annos, rusguento, absolutista e profundamente religioso; dizia que *deante do rei deve-se pôr um joelho em terra e deante de Deus os dois*, e entretanto era irmão de José Innocencio Alves Alvim e de Joaquim Alvim, os dois moços liberaes que, no dia 23 de Junho de 1821, depuzeram do poder o capitão-general João Carlos e fizeram eleger pelo povo o Governo Provisorio. Tinha o posto de capitão de milicias, era fortemente ligado aos coroneis Francisco Ignacio e Ferreira do Amaral e tomou parte importante em *A Bernarda*, chegando a sahir armado á rua e andar pelas casas particulares de trabuco na mão, intimando gente para comparecer nos *meetings* revoltosos e assignar os termos de accusação contra Martim Francisco e brigadeiro Jordão. Foi em consequencia deportado para Paranaguá, onde ficou algumas semanas, e quando amnistiado não se envolveu mais na politica da provincia. Falleceu 47 annos depois, em 1869, soffrendo das faculdades mentaes, e deixou filhos que figuravam nesta capital, como o dr. Pedro Taques de Almeida Alvim, jornalista de grande merito e deputado provincial do partido conservador.

José Rodrigues Pereira de Oliveira era moço de 29 annos, natural de S. Paulo, solteiro e capitão de ordenanças, e vivia dos productos de um engenho de assucar e aguardente que possuia no municipio de Ytú, sob a administração de outrem. Filiou-se em 1822 ao partido retrogado e no dia 23 de Maio andou pelas ruas armado, ao modo de Pedro Taques, violentando a particulares e até aos vereadores para que tomassem parte em *A Bernarda*. Esteve por isso de-

portado por algum tempo em Porto-Feliz e depois da amnistia não se intrometteu mais em desordens, nem na politica da provincia.

Caetano Pinto Homem era portuguez, de 32 annos, casado com D. Maria Eugenia, paulista, de quem tinha em 1822 quatro filhos menores. Em 1818 vivia com sua familia na casa do coronel Francisco Alves Ferreira do Amaral, de quem era inteiramente dependente; depois estabeleceu-se por conta propria com loja de fazendas na Travessa da Sé, n. 9 na casa de seu antigo protector. Era capitão de milicias e como tal ainda mais subordinado ao coronel Ferreira do Amaral, a quem acompanhou no dia 23 de Maio, tomando parte activa em *A Bernarda*, polo que esteve temporariamente deportado em Araçariguama. Deixou depois o negocio de fazendas e passou a ser, em 1829, empregado do fisco na qualidade de commissario pagador.

Jayme da Silva Telles era paulista, de 68 annos, casado e com tres filhos já crescidos e solteiros; vivia dos rendimentos de um pequeno sitio que possuia no bairro dos Pinheiros, custeado e lavrado pelos filhos e quatro escravos. Não tinha nenhuma importancia pessoal ou politica e parece que tomou parte em *A Bernarda* para agradar a amigos ou para ganhar posição depois da victoria dos reaccionarios. Esteve deportado em Piracicaba, que ainda não era villa, onde ficou algumas semanas sómente, porque a amnistia de 23 de Setembro o fez voltar para esta Capital, onde depois da independencia se tornou funccionario publico, empregado do Thesouro Provincial.

Antonio de Siqueira Moraes era natural de Jundiahy, onde a sua familia é importante até hoje, de 40 annos de edade, solteiro, com loja de fazendas na rua Direita, n. 1, um caixeiro e cinco escravos. Era tambem capitão de milicias, muito ligado aos coroneis Francisco Ignacio e Ferreira do Amaral e com elles participou em *A Bernarda*, pelo que andou tomando arcs por algum tempo em Nazareth, por ordem dos Andradas, ministros de Pedro I. A amnistia de Setembro o fez voltar do exilio e a sua incompetencia politica o fez recolher-se a completa obscuridade depois da independencia.

Estes foram os principaes personagens de *A Bernarda*, os executores dos planos combinados entre João Carlos e Costa Carvalho.

Aquelles, meros instrumentos manejados por habeis mãos para a ruina dos Andradas e permanencia dos privilegios coloniaes, desappareceram para sempre da scena politica da provincia depois da independencia; emquanto estes, conscientes e habeis manipuladores da intriga e do en edo para fins politicos, foram subindo sempre, não obstante a victoria final da liberdade e da independencia, até ás mais altas posições officiaes accessiveis aos cidadãos brasileiros.

Os povos de S. Paulo, ao tempo da vinda do principe regente em 1822, não estavam por conseguinte bem preparados e unanimes para receberem a independencia; pelo contrario, havia entre elles grande desharmonia, profundas divergencias e odios intensos, que não sómente dividiam em dois campos inimigos os politicos desta cidade, como até deram logar á existencia de dois governos antagonicos—um nesta Capital, chefiado pelo general João Carlos e sustentado pelos auctores de *A Bernarda*, e outro no interior composto dos municipios confederados, tendo o seu quartel general na villa de Ytú, transformada em praça de guerra para a defesa da liberdade e da independencia.

VII

Já demonstrei que o militarismo foi uma das grandes calamidades que affligiram os paulistas durante os tempos coloniaes e que a força armada da capitania estava muito acima das suas necessidades e dos seus recursos financeiros.

Com o militarismo vieram o despovoamento da capitania pela debandada dos homens para outras regiões, o abandono da vida civilizada pela fugida das classes pobres para as mattas, a decadencia da lavoura, do commercio e da industria, as exigencias exorbitantes do fisco e a falta de pagamento dos salarios dos empregados publicos e dos soldos das tropas aquarteladas ou em serviços de campanha. Aos funccionarios publicos a fraude, o peculato, a concussão e o suborno offereciam os recursos de que ficavam privados pela falta de pagamento de seus ordenados; porém, aos soldados só restava o expediente da rebellião e do saque.

Já em 1716 tres corpos da guarnição da praça de Santos, cujos soldos não eram pagos havia varios annos, se revoltaram e commetteram diversas violencias para obrigar Thimoteo Corrêa de Góes, provedor da Fazenda Real, a pagar-lhes os soldos atrazados, o que foi feito mediante um emprestimo levantado com garantia do coronel Luiz Antonio de Sá Queiroga, commandante da praça; porém, depois de effectuado o pagamento e apaziguado o tumulto, os cabeças foram presos e punidos em carcere por terem, á mão armada, forçado o pagamento daquillo que lhes era devido havia já tantos annos.

As forças em serviço no Rio Grande do Sul, nos campos do Paraná, nas colonias de Lages e de Yguatemy e nas fortalezas da costa maritima eram pagas sempre com atrazo de muitos mezes e frequentemente com demora de varios annos.

Nas correspondencias dos capitães generaes, publicadas pela Repartição de Archivo de S. Paulo, encontra-se a todo o momento a confissão desta clamorosa injustiça, que veiu atravessando os seculos e durou até a independencia.

No dia 3 de Junho de 1821 um batalhão de caçadores aquartelado nesta Capital se revoltou contra o capitão-general João Carlos de Oeynhausen por falta de pagamento dos seus soldos, influenciado talvez pelo facto de haver desegualdade entre os soldos das tropas brasileiras e das portuguezas em serviço no Brasil. Esta desegualdade não existia sómente no valor pecuniario dos soldos, mas tambem no modo do seu pagamento, que era sempre feito ás tropas portuguezas em primeiro logar e si o dinheiro não chegava para todas ficavam as tropas brasileiras á espera, indefinidamente, até haver com que se lhes pagasse.

Esta rebellião, que poderia ser de gravissimas consequencias por se ter dado em tempo em que os espiritos estavam exaltados, imbuidos de idéas de liberdade e de independencia e cheios de odio contra os dominadores portuguezes, não teve outro resultado mais do que animar os liberaes, dirigidos pelo distincto e intelligente moço paulista José Innocencio Alves Alvim, a apressarem a deposição do capitão general João Carlos e a eleição de um *Governo Provisorio*, que se realizaram no dia 23 daquelle mesmo mez de Junho.

Entretanto, si o governo de João Carlos e seus agentes nada soffreram, não foi porque as tropas revoltadas não tivessem disposição e desejo de os offender e de pagar-se de seus soldos atrazados por suas proprias mãos, mas porque o capitão Joaquim José dos Santos, paulista distincto e muito energico, conseguiu por inauditos esforços abafar o movimento sedicioso sem o emprego de violencias, serenar os animos com raciocinios e promessas, e dar ao movimento outra direcção, que foi aproveitada pelos liberaes para a transformação politica que dahi a vinte dias se realizou.

Eleito em 23 de Junho da 1821 o Governo Provisorio pelo povo, dirigido por José Innocencio Alvim e aconselhado por José Bonifacio, e pelas tropas commandadas pelos coroneis Lazaro Gonçalves, Gama Lobo e Francisco Ignacio, não tratou o novo governo de ordenar immediatamente o pagamento dos soldos do 1.º batalhão de caçadores destacado em Santos, que estava em atrazo de cinco annos.

O exemplo da Capital, onde as tropas insubordinadas do 2.º batalhão de caçadores foram pagas dos seus soldos atrazados sem que soffressem castigo algum e ainda exercendo ostensivamente funcções politicas, tomando parte activa na derrubada do governo despotico e extrangeiro de João Carlos e na eleição de um outro, em que o elemento nacional e paulista tinha grande influencia, foi contagioso para a guarnição de Santos, que apenas esperou uma semana pelas medidas reparadoras do Governo Provisorio em relação aos seus soldos não pagos por varios annos.

Na noite de 27 para 28 de Junho de 1821, alguns dias depois de eleito o Governo Provisorio, revoltou-se aquella guarnição, sahiu á rua e apossou-se da villa de Santos. Arrombou a cadeia e soltou todos os presos, invadiu a casa em que se guardavam os materiaes bellicos e della tirou todas as armas e munições de que podia necessitar, assestou artilharia nas ruas e no porto e fez fogo contra um navio de guerra portuguez alli ancorado. Em seguida, espalhando-se os soldados em grupos pelas ruas, prenderam as auctoridades, saquearam os estabelecimentos publicos e particulares e mesmo puzeram a resgate os homens abastados que conseguiram apanhar.

Tomados de surpresa os habitantes não puderam oppôr a menor resistencia ao levante da soldadesca desenfreada e soffreram resigna-

damente o saque e o resgate que se lhes impuzeram, cujos productos os revoltosos dividiram entre si; mas em terra estavam muitos marinheiros dos navios portuguezes surtos no porto e com estes os rebeldes travaram lucta de que resultaram diversos ferimentos e algumas mortes.

Lido em sessão do Governo Provisorio de 2 de Julho um officio do governador da praça de Santos, coronel Bento da Gama Sá, expondo os factos alli occorridos, declarou-se o governo em sessão permanente e tratou sem demora de remetter para Santos, afim de suffocar a revolta e prender os seus chefes, o mesmo batalhão 2.° de caçadores, que por identico motivo se revoltára em S Paulo no dia 3 de Junho. Este seguiu em marcha forçada sob as ordens dos coroneis Lazaro Gonçalves e Daniel Pedro Müller, membros do governo, e no dia 6 chegou a Santos, onde surprehendeu os sediciosos, os destroçou e prendeu a muitos, inclusive aquelles que eram considerados como os chefes dos amotinados.

Participada no mesmo dia para São Paulo esta importante noticia, o correio viajou toda a noite e chegou a esta Capital no dia 7 cedo, e como o governo estava em sessão permanente, publicou logo por Bando esta *festival nova* e declarou benemeritos os officiaes e soldados que com tanta presteza puzeram fim naquella rebellião e por um outro Bando felicitou aos santistas por se verem restituidos aos seus lares e antigo socego. Em seguida e sem demora vieram as devassas, os tribunaes militares e as sentenças mais ou menos rigorosas, conforme a intensidade da culpa de cada um.

Lazaro Gonçalves e Müller eram portuguezes e, comquanto o primeiro fosse sympathico á causa da liberdade e da independencia, não podiam ambos deixar de ser parciaes e rancorosos contra os rebeldes de Santos, que eram brasileiros e representavam a reacção pela violencia contra os desmandos, o despotismo e as injustiças do governo colonial. Nestes termos, officiaram elles em 11 de Julho, ao Governo Provisorio propondo que *os menos culpados dos soldados do 1.° batalhão, que foi da praça de Santos, fossem dispersos afim de não infeccionarem os habitantes desta provincia, para o que julgavam conveniente que se pedisse á Côrte do Rio de Janeiro uma embarcação que os conduzisse para os paizes que o governo julgasse mais conveniente.*

O Governo Provisorio só podia ter recebido este officio no dia 12, porque foi escripto a 11 e a distancia de S. Paulo a Santos era pelo menos de doze leguas, que, com os pessimos caminhos daquelle tempo, por mangues e serras, não podiam ser viajadas em menos de doze horas. Entretanto, nesse mesmo dia 12 reuniu-se o governo em sessão extraordinaria e depois de *madura reflexão* resolveu:

1.º

Que feita quanto antes a separação já ordenada, se passe a julgar os menos culpados, sobre os quaes este governo *devia* requerer a Sua alteza Real *usasse de benignidade*, commutando-lhes a pena ultima em que estão incursos, segundo o artigo 15 de Guerra, em *carrinho temporario* e os malvados que commetteram mortes e roubos e os cabeças do motim sejam castigados com a pena ultima para exemplo.

2.º

Que os do primeiro caso, que merecerem clemencia, sejam logo conduzidos e divididos em magotes de 20, 15, 10 e 5 para trabalharem nos concertos das estradas publicas da provincia, de S. Paulo a Santos, de S. Paulo ao Rio de Janeiro, de Mogy das Cruzes a S. Sebastião e de Corytiba a Paranaguá, sendo elles remettidos para as cadeias mais fortes das villas visinhas dos logares onde trabalharem.

Que depois de espalhados estes homens e applicados aos ditos trabalhos, aquelles que com o andar do tempo se mostrarem morigerados, socegados e arrependidos, deverão ser trocados pelos soldados casados desta provincia que se acham na campanha do Sul; e outros que forem casados ou possam casar, *ministrando-lhes o governo ou a Misericordia* um pequeno dote, serão empregados como colonos nas povoações de Guarapuava e Ararapira e na povoação abandonada do Tieté, fundada pelo general que foi desta capitania D. Luiz Antonio de Souza.

Foi esta a sentença que o Governo Provisorio, depois de *madura* reflexão de alguns minutos, applicou aos menos culpados dos rebeldes e votaram por ella todos os membros do governo, com excepção apenas de Gama Lobo e Quartim, que se achavam em commissão no Rio de Janeiro, e dos dois coroneis que estavam em Santos e que

naturalmente concordaram com ella porque era menos rigorosa do que o degredo para a Africa ou Asia que elles haviam proposto.

O § 1.º destas resoluções recommenda para os menos culpados a commutação da pena de morte, em que estavam incursos pelo artigo 15 de Guerra, em *carrinho temporario*. Si o poder competente não commutasse a sentença, teriam estes menos culpados soffrido a pena capital, que é a mais severa de todas. Que pena deveria então ser applicada aos mais culpados, aos que commetteram roubos e assassinatos e aos chefes da sedição? Seria necessario inventar para estes uma pena mais rigorosa do que a de morte em cadafalso, o que seria contra as leis criminaes existentes, ou punil-os todos com a mesma pena capital sem attenção á gravidade do delicto de cada um, o que seria uma clamorosa injustiça.

VIII

Pela severidade da sentença proferida contra os menos culpados dos sediciosos santistas, póde-se bem julgar do que estava sendo preparado para os mais compremettidos e para os chefes. Tiveram as suas sentenças de morte confirmadas pelo Governo Provisorio, em sessão ordinaria de 10 de Setembro, com a presença e voto, sem discrepancia, de onze membros, que foram João Carlos, José Bonifacio, Martim Francisco, Quartim, André Gomes, Francisco Ignacio, Gama Lobo, Jordão e padres Oliveira Bueno, Paula Oliveira e Felisberto Jardim. Os coroneis Lazaro Gonçalves e Müller estavam ainda em Santos e Vergueiro e Oliveira Pinto não vieram assistir a essa sessão.

Não houve recurso de graça para o poder moderador do Principe Regente *por ser este um dos casos em que tal recurso era dispensavel*. Os condemnados á morte foram o sargento José Correia, o furriel Joaquim Rodrigues, os cabos Floriano Pires e Francisco José das Chagas e os soldados José Maria Ramos, José Joaquim Lontra e Joaquim José Cotintiba. Deviam ser enforcados em Santos os que fossem naturaes dalli ou da beira mar, e nesta Capital os que fossem nascidos nella ou nas povoações de serra acima, para exemplo dos parentes e amigos.

Em Santos não havia mais forca e para não perder tempo e dinheiro na construcção especial de uma para este fim, ordenou o Governo Provisorio, por suggestão dos coroneis Lazaro e Müller, que os condemnados naturaes de Santos fossem immediatamente enforcados nas vergas da mesma embarcação sobre a qual elles tinham feito fogo nos dias da revolta e que os primeiros suppliciados fossem o furriel Joaquim Rodrigues e o soldado José Maria Ramos, como os mais culpados, seguindo-se os outros José Correia, Floriano Pires e Joaquim Lontra.

Remettidos para S. Paulo os dous outros condemnados, Francisco José das Chagas e Joaquim José Contintiba, foram elles, sem demora recolhidos aos *segredos* da cadeia desta Capital, no dia 15 ou 16 de Setembro, por ordem do Governo Provisorio, que logo determinou ao ouvidor. D. Nuno Eugenio Lossio Seilbz, que tomasse conta delles e os transferisse para o oratorio, emquanto esperavam a execução da sentença que devia ser levada a effeito pelo juiz de fóra Costa Carvalho.

Nesta Capital tambem não havia forca em 1821, tendo provavelmente se deteriorado e cahido a que antes havia. Por carta regia de 23 de agosto de 1820 foi mandada installar em S. Paulo uma junta de justiça, e não se comprehendia então uma tal junta sem o seu necessario appendice—um patibulo; por isso, o governo, com a inexplicavel demora de onze mezes, expediu em 23 de julho de 1821 um aviso á Camara Municipal para que mandasse levantar uma forca no logar mais publico e visinho do cemiterio geral, que era chamado *Campo da Forca*, e que ella fosse feita de madeira duradoura.

Estando a forca prompta em agosto e recolhidos na cadeia desta capital os comdemnados Joaquim José Cotintiba e Francisco José das Chagas, conhecido por *Chaguinhas*, desde 15 ou 16 de Setembro, cujas sentenças estavam confirmadas desde 10 desse mez, nada faltava para que estes réos fossem sem demora executados, como o tinham sido os nascidos em Santos, tanto mais que já o ouvidor Nuno Eugenio e o juiz de fóra Costa Carvalho tinham ordens para isso desde 17 de setembro e os condemnados já tinham até entrado em retiro espiritual emquanto esperavam que lhes chegasse o momento fatal.

Entretanto os dias vão se passando sem que os réos sejam executados e durante este tempo D. Nuno Eugenio Lossio Seilbz foi suspenso pelo Governo Provisorio, por portaria de 24 de Setembro de 1821, de cargo de ouvidor, que passou a ser exercido por Costa Carvalho, interinamente, até do 6 de março de 1822 e effectivamente dessa data em deante. O presidente da Camara, Nicolau de Siqueira Queiroz, assumiu o exercicio das funcções de juiz de fóra pela lei e como tal tinha de presidir o acto da execução dos delinquentes depois de cumpridas pelo ouvidor todas as formalidades legaes.

Porque tanta demora, suspensão e transferencia de pessoal, si os criminosos estavam condemnados em fórma, a sentença de morte estava devidamente confirmada, com dispensa do recurso de graça ao Principe Regente, a forca estava armada e prompta, os réos confessados e ungidos e o ouvidor e juiz de fóra com ordem para executar a sentença?

Estas circumstancias, que nunca foram discutidas e elucidadas por nenhum dos investigadores da historia paulista, são, entretanto, de grande importancia e merecem ser esclarecidas, porque se relacionam com alguns factos graves que então occorreram e de algum modo explicam certos acontecimentos que nunca foram comprehendidos pelos paulistas.

A historia escripta e publicada não conservou o nome e a lenda perdeu os traços do condemnado Joaquim Cotintiba e poucos sabem ao certo o que foi feito delle; porém, Chaguinhas foi acompanhado pelas sympathias populares até aos seus ultimos momentos, delle se faz menção em todas as chronicas do tempo e seu appellido, tornado objecto de contradictorias lendas, é ainda hoje pronunciado com dó e compaixão pelas pessoas dotadas de sentimentos pios e caridosos.

O que consta com certeza é o seguinte:

Levantado o cadafalso no Campo da Forca, no espaço em que estão hoje o largo da Liberdade e quarteirão contido entre esse largo e as ruas da Liberdade, Americo de Campos e Galvão Bueno, foram Cotintiba e Chaguinhas levados a elle da cadeia, que era no largo Municipal e ficava a côrca de duzentos metros da forca, e suppliciados em dia que não é sabido com certeza, mas que deve ter sido entre os mezes de janeiro e maio de 1822.

Communicada a elles a sentença e feitas as exortações religiosas sóbem os pacientes os degráus do patibulo, vestidos de camisola; são-lhes passadas as cordas aos pescoços, os braços atados e a cabeça e o rosto cobertos com um capuz, e exerce o carrasco a sua funcção.

Removida a taboa sobre a qual pisavam os condemnados, são elles atirados ao espaço. Cotintiba morre estrangulado; porêm a corda que sustenta o seu companheiro não é sufficientemente forte, rebenta-se com o choque e o condemnado vem cahir no chão, em meio de uma multidão de espectadores attrahidos ao logar, já pela curiosidade, já pelo interesse e sympathia que lhes inspirava o desgraçado Chaguinhas.

Conforme o costume do tempo, deitaram sobre elle a bandeira de misericordia, emquanto se communicava ao governo o acontecido e o povo descia ao palacio e vinha pedir que o governo commutasse a pena de morte em outra menor, em vista do antigo uso de se releval-a em casos similhantes.

Convocados os membros do governo e reunidos em palacio, com excepção de José Bonifacio, que já era ministro e estava no Rio de Janeiro, foi considerada a materia e resolvido, principalmente pela influencia de Martim Francisco, que não se commutasse a pena e que Chaguinhas fosse outra vez levado ao cadafalso. Expedida a ordem aos executores, voltou o povo ao Campo da Forca, comprou o carrasco nova corda, subiu o paciente a escada e passou pelo processo do atamento dos braços e da coberta do rosto pelo capuz; porêm, abalada a taboa que o sustenta, rebentou-se novamente a corda e extendeu-se o condemnado no chão. Outra vez foi elle coberto com a bandeira da misericordia emquanto o povo, supersticioso, horrorisado e indignado, descia segunda vez ao palacio a exigir do governo a commutação da pena do infeliz Chaguinhas para quem não havia motivo de se fazer tão odiosa excepção ao tradicional costume da relevação da pena em tal caso.

Convocados e de novo reunidos em palacio, os membros do governo mantiveram o seu despacho anterior e reiteraram a ordem para a execução do condemnado. Ás exigencias populares, aos clamores e protestos das almas bem formadas e caridosas, respondeu Martim Francisco, de uma das janellas do palacio, reaffirmando a decisão do

governo e a recusa de satisfazer o pedido dos reclamantes. Foi, pois, tudo baldado e pela terceira vez Chaguinhas subiu ao patibulo e foi então muito bem enforcado, não mais com corda ordinaria e quebradiça de embira ou de linho, mas com um laço de couro trançado de amarrar bois, que se mandou buscar ao matadouro.

O cemiterio geral era perto e o cadaver foi para lá conduzido e sepultado sem as cautellas medicas que presentemente se usam do exame cadaverico e da verificação do obito. (1)

No logar do supplicio o povo crente levantou uma cruz de madeira, tendo ao lado uma mesa rustica sobre a qual se queimavam todas as noites numerosas velas de cêra que, segundo a tradição, não se apagavam com a acção dos ventos e das tempestades de chuva. A este sagrado lenho foi dado o nome de *Santa Cruz do Enforcado* e com o correr do tempo a veneração popular foi-se augmentando, de modo que tornou-se grande a concorrencia para o logar e nelle se faziam rezas e festas religiosas annuaes com o concurso de muito povo.

O antigo Campo da Forca era terreno pertencente ao patrimonio da camara municipal e nelle podiam obter e tirar datas todos quantos quizessem alli construir predio para moradia ou para negocio. Em algumas dezenas de annos o campo estava todo povoado de casas, com ruas abertas em varias direcções e no centro ficou o pequeno largo da Liberdade, tendo em uma das faces a cruz, um pouco recuada para fóra do alinhamento do pateo. Casas foram construidas de lado a lado, de fórma que formou-se entre ellas um becco sem sahida no fundo do qual ficou a cruz.

Ha cerca de vinte annos alguns moradores da visinhança resolveram construir sobre a cruz uma casinha modesta que lhe servisse de amparo contra as inclemencias do tempo e de agazalho para aquellas offertas de vélas, cera, flores e fitas que as almas pias alli vêm fazer para os serviços religiosos celebrados no logar e para enfeite da mesma cruz.

Mais tarde ainda, depois da proclamação da Republica, o dr. Frederico Abranches, lente da Academia de Direito desta Capital e mo-

---

(1) Deste facto se originou a crença popular ou lenda da fuga do Chaguinhas, que será narrada em outra chronica intitulada *Martim Francisco e A Bernarda.*

rador ao lado da Cruz, de accordo com o reverendo conego Bicudo, actual vigario da Sé, construiu um outro edificio no logar do primeiro, mais solido, mais asseiado e de melhores proporções, que é o que hoje existe e ainda conserva o suggestivo nome de *Santa Cruz do Enforcado.*

Todas as noites ainda quem passa pelo largo da Liberdade poderá ver a fachada da modesta capellinha illuminada pela luz de innumer s vélas, trazidas pelos crentes de todos os bairros da cidade, e nella se celebram festas annuaes no mez de Maio, com alguma pompa, fogos de artificio e muita concorrencia de povo de todas as classes sociaes

E assim vemos que, si o nome do infeliz moço Francisco José das Chagas ficou por tantos annos esquecido pelos chronistas de S. Paulo e ignorado das massas populares e só agora é restaurado em beneficio da verdade historica, a sua lembrança, o seu appellido de *Chaguinhas* e os soffrimentos por que passou têm sido pela lenda transmittidos aos posteros de geração em geração e permanecem ainda hoje vivos na memoria dos paulistas, onde são guardados com respeito e compaixão; e talvez já não venha longe o tempo em que seja em parte reparada a injustiça de que foi victima e a sua memoria rehabilitada porque a justiça da Historia, assim como a justiça de Deus, muitas vezes tarda, porém nunca falta.

A. DE TOLEDO PIZA.

Martim Francisco e a Bernarda

I

Ninguem soube explicar o papel apparentemente odioso que Martim Francisco representou no supplicio de Chaguinhas e este seu procedimento, não esclarecido até hoje, é na opinião de muitos um desdouro para a sua memoria.

A familia de Chaguinhas residia nesta Capital, na travessa das Flores, curto e escuso becco que communica a rua da Boa Morte com a das Flores. Era modesta, mas estimada e respeitada na cidade e ficou depois por muita gente conhecida pelo appellido de *A familia do condemnado*, sem que por isso perdesse as sympathias de que gosava.

Foi penosissima a impressão que causou no publico em geral e nas classes inferiores em particular o supplicio de Francisco José das Chagas, aqui nascido, aqui crescido, bemquisto por todos e de todos conhecido pelo appellido de *Chaguinhas*, e profundo foi o sentimento de horror na massa popular contra o Governo Provisorio pelo rigor da sentença e pela tenacidade da negativa em commutar a pena de morte depois da dupla fractura da corda e das consequentes applicações da bandeira de misericordia, tanto mais que era opinião quasi geral que Chaguinhas não teve a parte que se lhe attribuia na sedição militar de Santos e nos saques e assassinatos que lá se praticaram.

José Bonifacio, que votou pela confirmação da pena de morte em Setembro de 1821, estava no Rio desde Janeiro de 1822 e não assistiu as sessões do governo em que se negou a commutação da pena. Martim Francisco havia passado a ser o vice-presidente do governo

em logar do seu irmão ausente e, já por seu merito intellectual e moral, já por ter seu irmão e sogro como ministro, tornou-se o membro mais influente do Governo Provisorio e a sua vontade pesava decisivamente nas resoluções tomadas em conselho.

Era isto mesmo um dos motivos para se açularem contra elle a inveja, o ciume, a raiva e o odio dos retrogados, dos reaccionarios e dos portuguezes, receiosos da perda do seu predominio na colonia, e porque o brigadeiro Jordão, homem de prestigio, era em tudo solidario com Martim Francisco, partilhava da animosidade de que este ultimo era o alvo.

O general João Carlos era a alma da intriga dentro do proprio governo, tendo como companheiros Müller, Francisco Ignacio, Oliveira Pinto e Quartim, e cá fóra Costa Carvalho era quem movia todos os ciumes e odios e com muito mais liberdade de acção e proveito para a causa commum porque vivia mais em contacto com o povo e não tinha reservas officiaes a guardar.

Convenceu-se a tropa armada, convenceu-se a milicia, convenceu-se o publico em geral, todos ficaram convencidos pela intriga, pelo enredo, pela calumnia, de que Martim Francisco era o responsavel pelo supplicio de Chaguinhas nas tristes condições em que se deu, por ter sido elle o principal adversario da commutação da pena; e, ainda mais, de que todas as medidas de caracter violento e odioso, emanadas do governo, traziam a responsabilidade do mesmo Martim, que preponderava nos conselhos por seu talento, por sua energia e por seu orgulho intransigente.

E como não se lavraram actas das sessões extraordinarias convocadas para se tratar do recurso de graça impetrado pelo povo em favor de Chaguinhas, até deste facto, aliás extranhavel, se tirou partido contra Martim Francisco e Jordão, allegando-se que foi para não ficar prova da sua responsabilidade pela persistente negativa da commutação da pena, tornando-se assim essa responsabilidade egualmente partilhada por todos e até pelos clerigos membros do governo, que como sacerdotes, tinham a missão de perdoar e de minorar os soffrimentos alheios.

Realmente, um tal procedimento da parte de Martim Francisco e Jordão era mais do que injusto, era odioso e covarde, porque indi-

cava que queriam ambos dividir com outros a responsabilidade de seus proprios actos sem deixar disso prova escripta nas actas das sessões do governo. Em um povo analphabeto, supersticioso e sem meios de se esclarecer sobre a verdadeira situação das cousas, uma tão bem tramada e plausivel intriga não podia deixar de produzir, e de facto produziu, promptos effeitos.

No dia 23 do maio de 1822, pouco tempo depois do supplicio de Chaguinhas, revoltou-se a tropa armada desta Capital, sob a direcção do brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme, dos coroneis Francisco Ignacio de Souza Queiroz e Francisco Alves Ferreira do Amaral e dos sargentos móres José Rodrigues de Oliveira e Francisco de Paula Macedo. A ella se juntou logo o povo, sem distincção de brasileiros e portuguezes, e foram todos se postar no pateo de S. Gonçalo, hoje largo Municipal, exigindo, em altos brados e vozeria que o general João Carlos e Costa Carvalho não deixassem os cargos que exerciam de presidente do governo e de ouvidor, nem se retirassem desta Capital, e que desobedecessem as ordens positivas do ministro José Bonifacio, que, em nome do principe D. Pedro, os havia chamado para o Rio de Janeiro, por portaria de 10 de maio de 1822

A este tempo José Rodrigues do Oliveira, Pedro Taques de Almeida Alvim e Jayme da Silva Telles, armados de espada e pistola, andavam pelas ruas da cidade intimando com ameaças aos timidos para que concorressem ao largo de S. Gonçalo, com o fim de engrossarem o movimento popular, e aos vereadores para que se reunissem em sessão e se fizessem o écho dos sediciosos perante o governo.

Emquanto o governo, em sessão, resolvia não annuir ás exigencias dos amotinados, porque a ordem do principe, contra a qual reclamavam, devia ser á risca cumprida, Martim Francisco fazia retirar a guarda do palacio para evitar um possivel conflicto com os sediciosos. Esta medida, prudente e corajosa, foi immediatamente desvirtuada pela intriga e pelo enredo e os rebeldes passaram sem demora a exigir que Martim e Jordão deixassem o governo e sahissem desta Capital, para que se restaurassem a paz e o socego publico; invadiram o paço municipal e forçaram os vereadores a transmittirem ao governo esta intimação das massas revoltadas.

Accederam Martim e Jordão a esta imposição e demittiram-se de membros do governo, retirando-se o segundo para Santos e seguindo o primeiro para o Rio, escoltado por uma guarda que lhe foi dada por João Carlos, apparentemente para honral-o, mas de facto para o vigiar até sahir do territorio paulista.

Com a retirada destes, os outros membros paulistas tambem deixaram o governo, que ficou entre as mãos dos reaccionarios.

Martim Francisco, chegando ao Rio de Janeiro, foi logo depois nomeado ministro da fazenda e, de combinação com seu irmão, demittiu o resto do esphacelado e incapaz Governo Provisorio e fez D. Pedro vir no mez de Agosto a S. Paulo restaurar a harmonia entre os paulistas desunidos e malquistos. Com a chegada do principe facilmente reconciliaram-se os habitantes desta Capital com os que faziam parte da confederação ytuana, para o que muito contribuiu a eleição de um novo governo, que ficou composto do bispo D. Matheus de Abreu Pereira, do marechal Candido Xavier de Almeida e Souza e do dr. José Correa Pacheco e Silva, novo ouvidor da comarca, nomeado em substituição de Costa Carvalho.

Fez-se uma devassa sobre os acontecimentos de 23 de Maio e os chefes dos sediciosos foram por algumas semanas exilados para varias partes, até que foram amnistiados pelo decreto de 23 de Setemde 1822, quando a independencia já estava proclamada e julgou-se conveniente esquecer todas as discordias intestinas a bem dos interesses do paiz. O principe D. Pedro, que aqui se demorou cerca de quinze dias, accommodou os povos, harmonizou-se e, de volta de um passeio que fez a Santos, teve occasião de proclamar a independencia nos campos do Ypiranga, a 7 de Setembro de 1822.

João Carlos e Costa Carvalho, chamados novamente para o Rio de Janeiro, obedeceram e deixaram S. Paulo; lá adheriram á independencia e quando o imperador abdicou a corôa, em 7 de Abril de 1831, o primeiro acompanhou-o para Portugal e o segundo já tinha subido tanto na politica que foi um dos membros da regencia trina em nome de D. Pedro II, ainda menor.

II

Aqui chegando em 1800, depois de concluidos os seus estudos de mathematicas na universidade de Coimbra, Martim Francisco levou vida activa e util á sua patria e foi invejado e aborrecido pelos capitães-generaes, principalmente por Franca e Horta, pelo marquez de Alegrete e por João Carlos.

Foi calumniado, intrigado, enredado, por estes despotas e até demettido *a bem do serviço publico* de um cargo technico que exercia na fabrica de ferro do Ypanema, por intrigas do marquez de Alegrete e por ordem de D. João VI, que residia no Rio de Janeiro, quando já antes, incompatibilizado com este governador, tinha elle proprio pedido demissão desse mesmo emprego. Fez-se questão de deitar essa nota aviltante na sua fé de officio para molestar o seu melindre, abater o seu orgulho e enervar a sua inquebrantavel energia.

Pelo conhecimento que tinha dos seus patricios, pela experiencia que adquiriu em vinte annos de contacto com os capitães-generaes de S. Paulo, por seu grande talento, por sua honestidade pessoal e até mesmo por seu exaggerado amor-proprio, estava Martim Francisco mais do que ninguem em condições de bem avaliar, pelas injustiças de que foi victima, os soffrimentos infligidos aos paulistas pelos delegados do governo portuguez e as miserias produzidas por um fisco voraz e por um militarismo levado aos ultimos extremos e inteiramente fóra de proporções com as forças financeiras da capitania e com a sua diminuta e esparsa população.

Elle devia saber que sem o peculato, sem a prevaricação e o suborno, os orgãos da justiça publica não podiam se manter e muito menos viver com a decencia necessaria aos seus cargos e garantir o futuro dos filhos, porque os seus parcos ordenados não o permittiam e raramente eram pagos em dia, em vista do facto do erario publico estar sempre exgottado pela insaciavel cobiça do fisco colonial (1). Chegou-se até a mandar para S. Paulo magistrados solteiros com prohibição expressa de aqui se casarem sem licença do governo de Lis-

(1) Sobre a corrupção da magistratura colonial, vide *Archivo do Estado de S. Paulo* —correspondencia dos capitães-generaes.

boa, porque, não tendo familia a sustentar e prover, poderiam subsistir com os seus pequenos salarios sem sacrificio do direito das partes e sem accrescimo de despesas para a fazenda real.

Como militar que era e coronel, devia Martim Francisco conhecer tambem os soffrimentos dos corpos armados da capitania e saber que os seus soldos, pela mesma razão, eram pagos sempre com grande demora e muitas vezes com atrazo de cinco e mais annos, quando o rigor dos serviços militares não se relaxava e os paulistas é que faziam, em grande parte, as guerras continuadas contra os hespanhóes e a defesa das nossas fronteiras do sul.

Devia ainda saber que, exasperados os soldados paulistas com o peso dos serviços, com a falta de pagamento dos seus minguados soldos, com a nudez, com a miseria e com a fome, não saciada pela alimentação com farinha pouca e mofada, com feijão escasso e ardido e com toucinho rançoso, fructos da ganancia de fornecedores sem escrupulos e da pobreza do erario da capitania, era natural uma insobordinação ou revolta de vez em quando, sempre que os soffrimentos chegavam a um maximum.

Não se justificava em caso algum a venalidade da magistratura, porque essa profissão era livre e sómente devia seguil-a quem tivesse natural disposição para uma vida de sacrificios a bem da ordem social; porêm, explicava-se a insubordinação dos corpos armados e até em certos casos era necessario dar-lhe algum desconto e attenuar-lhe a gravidade, porque o serviço era compulsorio, não existia o direito de escolha de outra carreira e, a troco da completa renuncia da liberdade e da vida que se impunha ao soldado, era equitativo, justo e mesmo necessario que se proves e com alguma largueza ás suas necessidades physicas.

O caso da sedição militar de Santos era um destes e por isso foi injusta e exaggerada a pena que se applicou aos culpados. O regulamento militar do conde de Lippe, com toda a sua severidade, estava ainda em vigor e por *concomitancia no crime* foram todos considerados incursos na mesma pena; porêm, tendo ella sido commutada em carrinho temporario para os menos culpados, se confirmou, sem o recurso de graça, a sentença de morte dos chefes da sedição, quando era o proprio Governo Provisorio quem reconhecia e confesssava em

officio dirigido aos coroneis Lazaro Gonçalves e Müller, que «*era necessario no processo e julgamento destes réus attender a effervescencia das opiniões do tempo, ao abandono em que os deixaram os officiaes e a demora que houve em se lhes pagar o soldo que Sua Magestade lhes havia conferido*».

Devia ainda o governo ter attendido ao facto do navio de guerra portuguez, ancorado em Santos, ter frequentemente em terra a sua marinhagem, que não perdia occasião de provocar conflictos com o batalhão, que era de brasileiros, e que essa marinhagem, tendo sempre dinheiro porque era paga mais ou menos a tempo, escarnecia dos soldados andrajosos e famintos, cujos soldos não eram pagos havia já cinco annos. Foram estes marinheiros, em boa parte, os provocadores da sedição, na qual alguns delles foram mortos e outros feridos e o seu navio foi alvejado pela artilheria dos revoltosos em terra.

Si muitos dos soldados eram vadios e criminosos agarrados para o serviço militar e ainda assim mereciam ser attendidos, como confessou ainda o governo no citado officio, alguns eram de menor edade e outros, como Chaguinhas, eram moços honestos, bem procedidos, dignos de alguma consideração, e mereciam bem que o seu caso fosse sujeito á apreciação do poder moderador do Principe Regente, ainda mesmo que fosse um daquelles em que esta formalidade podia ser dispensada.

Não atttendendo a nada disto parece que o Governo Provisorio, em que na occasião predominavam a influencia e o voto de José Bonifacio, Martim, Jordão e seus amigos politicos, teve em vista condescender com o elemento retrogado, dando-lhe assim uma especie de satisfacção, e evitar que se atropellassem os acontecimentos com prejuizo da idéa latente na independencia, que ganhava terreno dia a dia.

Para aquella occasião era uma politica sem entranhas, mas habil e proveitosa para a causa da independencia, e assim foram o principaes réus condemnados sem recurso para o poder real e alguns immediatamente enforcados nas vergas do mesmo navio sobre o qual tinham atirado e em presença daquella mesma marinhagem portugueza que, por seu máu comportamento, tanto tinha contribuido para a rebellião.

Trazido Chaguinhas para S. Paulo afim de ser suppliciado aqui, por ser filho desta cidade, mudou-se completamente o modo de pro-

ceder de José Bonifacio e de Martim Francisco. Desappareceu inteiramente a pressa que tinham mostrado durante o processo e na execução dos condemnados filhos da costa do mar. A sentença estava lavrada desde Julho e confirmada desde Setembro de 1821; a forca estava armada e prompta desde Agosto e o réu confessado e preparado desde Setembro; mas sempre acharam os Andradas algum meio, algum pretexto. para ser adiada a execução da sentença e ganharem tempo para algum fim occulto, que tratarei de expor, segundo a tradição hoje corrente no meio de pessoas que têm tomado interesse pelo assumpto.

III

Chaguinhas não estava, de facto, tão envolvido e compromettido como parecia na sedição militar de Santos. O processo instaurado contra os sediciosos foi dirigido pelos coroneis Lazaro Gonçalves e Müller, que, além de serem militares da escola do conde de Lippe, eram portuguezes que não tinham motivos para guardar muita consideração para com brasileiros eivados de espirito liberal e sedicioso, e por isso foram todos os rebeldes condemnados á pena ultima, sem se attender ao grau de criminalidade de cada um.

Entretanto, os Andradas reconheciam a injustiça da sentença que condemnou Chaguinhas á morte e entenderam que era preciso salval-o a todo o custo, sem comtudo provocar conflictos com os portuguezes e retrogrados de dentro e de fóra do governo, e para isso era necessario adiar indefinidamente a execução do réu e dirigir os acontecimentos, de fórma que se pudesse chegar ao resultado desejado sem choques, nem attritos compromettedores.

O primeiro passo foi dividir os condemnados em dois grupos, dos quaes um ficou em Santos e lá foi sem demora enforcado sob o pretexto de servir de exemplo para os filhos da costa do mar, porém de facto como satisfacção ao elemento retrogrado, e o outro subiu a S. Paulo sob o pretexto de ser aqui executado para exemplo dos povos de serra acima, mas de facto para esperar os acontecimentos.

Era evidente que a execução realizada em Santos não servia de melhor exemplo para os povos de Iguape, S. Sebastião e outras villas marinhas, que não assistiram a ella, do que uma execução nesta Capital. Assim tambem o supplicio de Chaguinhas e do Cotindiba nesta Capital não influia mais sobre o espirito dos povos da Franca, de Curytiba e do Bananal e outras villas de serra acima, do que si essa execucão se désse em qualquer outra localidade da provincia.

Em seguida devemos notar que o ouvidor, que devia preparar a sentença e dar as ultimas ordens para a execução dos condemnados, era D. Nuno Eugenio de Lossio Seilbz, retrogrado intransigente, em quem não podiam os Andradas ter a menor confiança. Tambem, o juiz de fóra, encarregado de estar presente no campo da forca e de presidir a cerimonia da execução, era o dr. José da Costa Carvalho, que, si não era retrogrado de idéas estava por conveniencias ligado aos portuguezes e reaccionarios, era adversario dos Andradas e não podia merecer destes a minima confiança.

D. Nuno Eugenio foi suspenso do cargo de ouvidor em 24 de Setembro de 1821, por conveniencia do socego publico, e se lhe assignou o prazo de dez dias para deixar a provincia; passou Costa Carvalhó a exercer as funcções de ouvidor e o presidente da camara, Nicolau de Siqueira Queiroz, assumiu o exercicio do cargo de juiz de fóra. Estava dado o segundo passo, que era eliminar aquelle impertinente representante do poder colonial e, fazendo-o substituir por Costa Carvalho, permittir que a execução de Chaguinhas fosse presidida por Nicolau de Siqueira Queiroz, que não era suspeito aos brasileiros, comquanto não estivesse no segredo das combinações.

Em Outubro desse mesmo anno de 1821, aggravou-se a situação politica no Rio de Janeiro, com as noticias alli chegadas das exigencias das côrtes de Lisboa relativas ao Brasil, e tornou-se difficil a posição dos Andradas no governo de S. Paulo. Chegou, finalmente, a crise com a chamada do Principe Regente para Lisboa, por decreto das côrtes, de 31 de Outubro, e a effervescencia popular subiu ao seu auge. Representações foram dirigidas de varias partes ao principe, para que desobedecesse áquelle decreto e ficasse no Brasil. José Bonifacio foi enviado ao Rio nos primeiros dias de Janeiro de 1822, como portador de uma representação feita pelo Governo Provisorio,

em nome dos paulistas, e a 23 desse mesmo mez seguiu tambem para lá um explendido corpo de 1.100 homens, denominados LEAES PAULISTANOS, sob o commando de Lazaro Gonçalves para guarnecer a Capital do Brasil e defendel-a contra os rebeldes portuguezes, chefiados pelo general Avillez.

Martim Francisco assumiu a vice-presidencia do Governo Provisorio e, comquanto ficasse privado do auxilio immediato de seu irmão ausente, a sua influencia no governo cresceu porque não tinha rival em talento, energia e rapidez de acção, e porque podia contar com o apoio do governo geral por meio de José Bonifacio, elevado a ministro a 16 de Janeiro de 1822. E a execução de Chaguinhas continuava adiada para melhores tempos.

Passaram-se os mezes de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 1822; os acontecimentos politicos caminhavam rapidamente para o seu desenlace natural e necessario—a independencia; a situação foi-se aclarando e chegou a opportunidade de se executar a sentença que condemnou Chaguinhas á morte e de salval-o dessa immerecida pena (1).

Era no mez de Maio, entre os dias 12 e 18, naquella estação do anno em que os dias já são relativamente curtos e as manhãs escuras de cerração nos valles dos rios Tamanduatehy e Tieté, que banham a cidade de S. Paulo. Chaguinhas foi levado da cadeia, situada no largo Municipal, para o campo da Forca, que lhe ficava perto. Era entre onze horas da manhã e uma da tarde e muita gente tinha affluido ao campo para ver o triste espectaculo. Depois do cerimonial já escripto, foi o réu atirado ao espaço, tendo no pescoço *fraca* corda amarrada ao gancho do patibulo.

Rebentou-se naturalmente a corda *amiga* e o padecente, cahido no chão, foi coberto com a bandeira da misericordia (2); eram duas horas da tarde. O povo desceu ao palacio do governo para reclamar a commutação da pena, segundo o costume do tempo. Martim Fran-

---

(1) Aqui é a tradição quem falla. Não ha documentos comprobativos dos factos, mas tambem não ha provas em contrario á tradição.

(2) A bandeira da misericordia era atirada sobre o réu pelos religiosos que officiavam no acto da execução, sendo o paciente por elles recolhido em alguma casa vizinha até novos ordens.

cisco, directamente interessado no facto, se achava em palacio á espera de noticia. Quando esta chegou, foram convocados os outros membros do governo, residentes em varias partes da cidade, e até que se reunissem todos, ou a maioria, discutissem o caso e tomassem uma resolução foram-se mais algumas horas. Negada a commutação, em grande parte pela influencia e pelo voto de Martim Francisco, voltou o povo descontente para o campo da forca; eram quatro horas da tarde ou talvez cinco.

Procedeu-se a nova execução com corda nova, *não examinada por pessoas entendidas*; esta, como a primeira, quebrou-se muito a tempo para deitar no chão o paciente cheio de vida. Veiu de novo cobril-o a bandeira de misericordia, emquanto o povo, não sómente commovido, mas indignado, horrorizado, descia outra vez ao palacio para parlamentear com o governo, que foi de novo convocado para considerar o extranho caso.

O povo exigiu e o governo não cedeu, aquelle insistiu e este conservou-se inabalavel, e Martim, que não tinha deixado o palacio, chegou mesmo a sahir a uma janella e dirigir-se ao povo com expressões um pouco asperas, sustentando a resolução do governo de não alterar a pena, que ficou mantida. Foram mais duas ou tres horas e quando resolvida negativamente a petição popular, voltou o povo ao logar do supplicio, era já noite avançada. Martim Francisco, entretanto, tinha tido tempo por meio de agentes secretos, dois dos quaes eram o carrasco e o carcereiro, de substituir na escuridão da noite o paciente Chaguinhas por uma figura humana bem preparada para o caso, a qual foi pendurada no laço de couro, que ainda para ganhar tempo se mandou buscar ao matadouro publico, emquanto Chaguinhas era cautelosamente escondido na occasião e mais tarde era enviado em segredo para Porto Feliz, a embarcar-se em uma das monções fluviaes que, nos mezes de Junho, Julho e Agosto, costumavam dalli sahir para Cuyabá, e naquella distante paragem ficou elle sem nunca mais voltar a S. Paulo.

O povo, porém, ignorante desta substituição e açulado pelas intrigas dos reaccionarios, não perdoou a Martim Francisco o supposto supplicio de Francisco José das Chagas e alguns dias depois foi se juntar á tropa armada para depôl-o do poder e expulsal-o da pro-

vincia—revolução comica em seus effeitos e por isso justamente alcunhada *A Bernarda de Francisco Ignacio.* E Martim, que tão injustamente soffreu por um acto que não praticou, soube guardar tão profundo silencio a respeito, que não consta que seus proprios filhos tivessem conhecimento da realidade dos factos.

Mas elle teve amigos e cumplices que o auxiliaram na pratica desta caridosa fraude, e si alguns guardaram tambem absoluto silencio, outros transmittiram o segredo, sob reserva, aos seus herdeiros, de modo que hoje a historia apparece sob a fórma de lenda e para muitos não merece credito. Examinarei no artigo seguinte tudo quanto encontrei escripto a respeito.

IV

O mais temeroso adversario dos Andradas foi o padre Diogo Antonio Feijó, paulista como elles, pessoalmente honrado como elles, energico e incoherente como elles, porêm menos orgulhoso e mais accessivel do que elles.

Feijó residia em Ytú, que no tempo da independencia era o maior centro do liberalismo paulista, e alli eram elle e Paula Souza os chefes reconhecidos e acceitos dos liberaes. Em 1823, quando D. Pedro, já imperador, tinha dissolvido a Assembléa Constituinte e sujeito á apreciação das camaras municipaes o seu projecto de constituição, que foi jurado a 25 de Março de 1824, Feijó fez a camara de Ytú dar parecer contrario a diversas disposições daquella constituição e offerecer uma série de emendas, que, si não foram approvadas pelo imperador, serviram ao menos para patentear o espirito independente e liberal dos ytuanos e a influencia que Feijó exercia sobre aquella gente corajosa e progressiva.

Eleito em 1821, em pleno Governo Provisorio, deputado por S. Paulo ás côrtes portuguezas, com Antonio Carlos de Andrada, José Ricardo de Andrada, Vergueiro, Paula Souza e Fernandes Pinheiro, esteve Feijó ausente de S. Paulo todo o anno de 1822 e em Portugal esteve mais ou menos de accôrdo com Antonio Carlos no desempenho

do seu mandato de deputado, com elle, fugiu de Lisboa para a Inglaterra e lá publicou o manifesto explicativo de sua conducta politica.

A divergencia entre Feijó e os Andradas deve, portanto, ter-se originado depois da volta de Lisboa e não tinha por base differenças profundas de vistas politicas, visto que na occasião só se tratava da independencia, que era defendida por elles, mas desaccôrdo completo sobre o methodo, sobre os meios de agir, de José Bonifacio, ministro, com que Feijó não podia se accommodar. Dahi veiu ser elle considerado pelo ministerio Andrada como *homem anarchico e sedicioso, digno de ser conservado debaixo da mais severa vigilancia para se evitar a sua perniciosa influencia entre os seus comarcões.*

Por isto Feijó sentiu-se muito offendido, mais do que devia, porque não tomou devidamente em consideração o facto de não estar ainda completa a independencia, de não haver ainda uma constituição garantidora dos direitos e das opiniões do cidadão, e do governo geral não passar ainda de uma dictadura sem outras restricções mais do que a vontade do Principe Regente e dos seus omnipotentes ministros. Elle era muito intelligente e sufficientemente instruido, para saber que é da natureza de todos os governos dictatoriaes e ainda mal firmados considerar toda a opposição como anarchia e todo o adversario como um inimigo, e que a independencia encontrava opponentes não só nos portuguezes, senhores até então do paiz, mas tambem entre muitos brasileiros affeiçoados ao regimen colonial.

A Bernarda de Francisco Ignacio e a victoria dos reaccionarios de 23 de maio de 1822 eram muito recentes para estarem esquecidas pelos Andradas e nellas tinham tomado parte activa muitos brasileiros, distinctos por sua posição social, para justificar no ministro José Bonifacio a duvida e o receio sobre a lealdade de grande numero de seus proprios patricios.

A revolta do povo ytuano, amigo de Feijó, contra o governo do general João Carlos e a consequente confederação dos municipios do interior para a defesa da liberdade e da idéa da independencia contra os ataques dos retrogrados, acastellados no Governo Provisorio, com a qual se cortaram relações que foram estabelecidas directamente com D. Pedro e seus ministros, vieram ainda mostrar que o espirito liberal paulista, representado por aquella confederação, formada

em boa parte de amigos de Feijó, estava com José Bonifacio e seu governo, de cujos erros e arbitrios não se cogitava naquelle momento deante da grandeza e sublimidade da causa que estava em jogo e que poderia sossobrar si não houvesse a necessaria vigilancia e energia de acção.

O proprio Feijó, quando ministro da Justiça durante a minoridade de D. Pedro II, foi algumas vezes energico até a violencia contra aquelles que suppunha serem perturbadores da tranquillidade publica e não devia extranhar que em um periodo de profunda transição politica e social, mais grave de que o 7 de Abril, José Bonifacio o fizesse espionar como homem perigoso para o socego publico e para a boa marcha da causa da independencia. Naquelle tempo de orthodoxia religiosa e de absolutismo por falta de uma constituição, combatia Feijó o celibato do clero, sustentava idéas do mais avançado liberalismo e não queria ser qualificado de anarchista e de perigoso para a tranquillidade publica!

Dissolvida a Assembléa Constituinte, em 1823, e deportados os Andradas para a Europa, onde ficaram em exilio por varios annos, D. Pedro outorgou a constituição jurada em 25 de Março de 1824, mas deixou por quasi dois annos de convocar as camaras legislativas, governando o paiz dictatorialmente, fuzilando os confederados do Equador, que tinham reagido contra o seu golpe de estado, e preparando o governo absoluto permamente, para o que dispunha de boa força e de excellentes conselheiros.

Mas, em 1825, rebentou a revolta da nossa provencia da Cisplatina, seguida logo da derrota dos brasileiros em Sarandy, que obrigou D. Pedro a fazer marchar para o sul todas as forças de que dispunha e a convocar as camaras para 3 de Maio de 1826, ficando assim frustrada a realização do plano de um governo absoluto, que aliás chegou a ser proclamado em Taubaté, na Bahia e outros pontos, por Chichorro, Itaparica e outros sectarios do absolutismo.

Entretanto, Feijó, que muito se encommodava com os methodos de governo de José Bonifacio e Martim Francisco e com a espionagem e a devassa estabelecidas por elles, como meios de assegurar a independencia, deixou-se ficar varios annos em silencio, sem protestos e sem acção contra as violencias de Pedro I, os fuzilamentos dos

pernambucanos, a tentativa de estabelecimento de um governo absoluto, regular e permamente, e não convocação dos corpos legislativos por tanto tempo.

Em carta dirigida ao imperador, em 1823, Feijó affirmára a D. Pedro :

« *O Brasil deve a existencia politica á vossa magestade, e a sua prosperidade e gloria ao desinteresse, á liberalidade e á justiça de vossa magestade.* »

« Tenho o prazer de ver realisada em parte a minha asserção. »

« *Vossa magestade acaba de salvar o Brasil da oppressão em que se achava, e ainda espero só de vossa magestade o complemento de nossa felicidade.* »

José Bonifacio, sem ter uma constituição a obedecer, lançou mão da espionagem e da devassa, como meios de governo, para assegurar a independencia do paiz, mas não fuzilou, nem enforcou ninguem, e isto encommodava ao austero liberalismo de Feijó; mas D. Pedro, mesmo depois de outorgada a constituição feita por elle e imposta por elle ás camaras municipaes, não convocava o corpo legislativo, espionava, devassava, mantinha deportados os Andradas e outros, fuzilava, enforcava e, por uma politica inhabil, provocava a revolta da provincia Cisplatina, e Feijó não se encommodava e deixava-se ficar em paz, plantando cannas de assucar em Campinas ou palestrando com os seus amigos em Ytú.

Tinha avançado demais na carta lisongeira que dirigiu a D. Pedro para voltar atraz e confessar que o imperador, que *tinha já realizado em parte as asserções* do mesmo Feijó, estava depois pondo em pratica methodos ainda peiores do que os de José Bonifacio e faltando inteiramente ao cumprimento dos seus deveres constitucionaes.

Dizia um moralista que nunca se devia falar tanto mal de um inimigo que não se pudesse fazer com elle uma honrosa reconciliação, nem dizer tanto bem de um amigo que não se pudesse brigar com elle por uma causa justa. Feijó falára tanto mal dos Andradas que uma reconciliação entre elles se tornou impossivel, por muitos annos que ainda vivessem, e tinha emittido opiniões tão lisonjeiras sobre os serviços prestados por D. Pedro I e sobre as grandes qualidades do seu coração, justo, liberal e magnanimo, que ficou impossi-

bilitado de reagir, como devia, contra os desmandos imperiaes. Demais, os Andradas, as mais illustres victimas desses desmandos, eram inimigos de Feijó e este facto era uma attenuante para o seu prolongado silencio.

Convocadas as Camaras Legislativas para 3 de Maio de 1826, Feijó foi eleito supplente e tomou assento na vaga do visconde de S. Leopoldo, eleito e escolhido senador, e foi reeleito em 1830 para a seguinte legislatura, emquanto os Andradas continuavam deportados, —Antonio Carlos e Martim Francisco, até 1828, quando voltaram ao Brasil e foram presos e processados por ordem do governo, mas absolvidos pela Relação do Rio de Janeiro, e José Bonifacio até 1829.

Para os Andradas não havia mais logar na representação nacional paulista. José Bonifacio, eleito deputado pela Bahia, em 1829, não acceitava o cargo e retirava-se á vida privada, onde depois o imperador ia procural-o para o desempenho das altas e difficeis funcções de tutor dos principes menores; Martim Francisco era eleito por Minas Geraes para o quatrienio tempestuoso e revolucionario de 1830 a 1833, e Antonio Carlos, a maior gloria da tribuna brasileira, que soffrêra quatro annos de prisão por amar a liberdade de sua patria, não foi eleito por parte alguma, emquanto Costa Carvalho, bahiano, e Monteiro de Barros, mineiro, eram eleitos deputados por S. Paulo.

José Bonifacio e Antonio Carlos não sendo deputados, Martim Francisco encontrou-se sósinho em frente de Feijó e a lucta, interrompida em 1823 com a deportação dos Andradas, recomeçou com intensidade e azedume. Feijó, que desde Julho de 1831 exercia o cargo de ministro da Justiça, desenvolveu extraordinaria energia contra os Andradas e o partido restaurador de Pedro I, em via de organização, de que se dizia que elles eram chefes, e nesta lucta o ministro mimoseava os seus adversarios com os mais feios epithetos—interesseiros, perfidos, hypocritas, etc., e era por elles retribuido com egual liberalidade.

Na sessão da camara de 10 de Maio de 1832 Feijó apresentou o seu relatorio como ministro da Justiça, fazendo-o acompanhar de algumas palavras que não foram tomadas pelos tachygraphos. Apenas o ministro acabou de falar, levantou-se Martim Francisco e pronunciou as seguintes palavras :

«Sr. presidente:—Levanto-me para pedir que, com urgencia, seja remettido o relatorio do ministro da Justiça ás commissões lembradas por v. exc., afim de que dêm o seu parecer com a maior brevidade possivel, embora eu conheça que alguns de seus membros são nossos inimigos notorios, o que é confirmado pelo *apoiado* de um delles, que eu pago na mesma moeda, sem urdir-lhe calumnias, e que eu não temo qualquer que seja o furor do seu odio gratuito.

«Este relatorio encerra uma maligna accusação contra meu illustre irmão, o tutor, contra seus irmãos e, disfarçadamente, contra outros illustres deputados. E todavia vós ouvistes o ministro de Justiça: está bem; novos Lafayettes, nós nos entregamos de bom grado á voracidade de similhante abutre e seus comparsas; nós confundiremos a calumnia e, qualquer que seja o exito, o mundo civilizado, os contemporaneos imparciaes e a posteridade nos farão justiça...»

Na sessão de 12 de Maio, dois dias depois, ainda Martim Francisco subiu á tribuna e analysou os actos do ministerio em comparação com os do ministerio dos Andradas, em 1822-23, qualificando-os de illegaes, tyrannicos, criminosos e atrozes.

Nas sessões de 19 e 20 de Maio, os deputados Carneiro Leão e Evaristo Veiga tomaram a defesa do ministerio e, em represalia, dirigiram a Martim Francisco palavras pesadas, entre as quaes se notam a seguintes:

«Feijó hypocrita! Eis a accusação mais incrivel e fóra de razão que se possa ouvir e que todo o mundo que o conhece de perto não poderá acreditar. Antes são hypocritas aquelles que em 1822, abraçando-o ternamente na hora da sua despedida, ligavam um espião aos seus passos para o vigiar como revolucionario.»

Estas palavras são de Evaristo Veiga e se referem á espionagem de Feijó por ordem do ministerio Andrada, quando os dois irmãos, ministros em 1822, haviam ternamente abraçado o mesmo Feijó por occasião de sua partida do Rio de Janeiro para S. Paulo, de volta das côrtes portuguezas.

Em resposta a Evaristo, na mesma sessão, Martim Francisco dissera que não era hypocrita porque não temia dizer o que sentia, que nunca mandára espancar cidadãos adoptivos e que no tempo do ministerio dos Andradas não houve procedimento official contra Feijó,

mas apenas uma portaria á policia para que o fizesse vigiar, por ter o padre Feijó procurado José Bonifacio com certa obra que apregoava idéas republicanas. Proseguiu ainda Martim na analyse dos actos de Feijó como ministro da justiça e falou em prisões, demora de processos, roubos e assassinatos, sendo que a segurança publica era tão pouca que até os tinteiros da mesa da Camara dos Deputados tinham sido roubados.

V

A resposta de Feijó, dada na sessão de 22 de Maio, é curiosa e, porque faz uma importante allusão aos factos occorridos em S. Paulo em 1822, julgo dever transcrevel-a na parte mais interessante:

«Sr. presidente, bem desagradavel é o espectaculo que está dando a Camara dos Deputados á nação brasileira. Até o presente servem as injurias, ultrajes e insultos e nada mais!...

«Eu de proposito não responderei as injurias de um sr. deputado, que desde os fins da sessão passada tem-se feito celebre pelo seu ar de escarneo e de ridiculo, que lança sobre todos a quem combate...

«Sr. presidente, outro sr. deputado (Martim Francisco) avançou que o meu relatorio era a hypocrisia e a ferocidade personalizada! E' muito difficil supportar similhante insulto! Pois imputa-se hypocrisia a um homem que faz gosto de dizer a verdade, quando aos mais custa tanto?... Será, como disse, porque falei em Providencia Divina? Não sou athêu, não sou impio, e me é dado recorrer á Providencia Divina, reverencial-a e respeital-a. Senhores, o acto mais franco e sincero do meu relatorio é para o sr. deputado a prova de minha hypocrisia! Pois quando eu declaro que não espero da Assembléa Geral remedio aos males publicos, quando, em tudo, o meu relatorio não attribuiu á ella nem prudencia, nem sabedoria, sinão quando me refiro a lei de 26 de Outubro, e tão claramente affirma que o futuro que se me antolha é ainda mais melancholico si a Divina Providencia não dirigir os importantissimos trabalhos da presente sessão, é quando sou taxado de hypocrita? Senhores, eu previa a marcha da Camara. Os excessos da opposição não me eram

desconhecidos, e cada dia conheço que não me enganei em ter só recurso á Divina Providencia. Só ella poderá soccorrer o Brasil contra os esforços dos facciosos, e oxalá que eu me engano!

Comparemos factos e vejamos quem é hypocrita:—Despedir com abraços a um homem, chamal-o patricio honrado em que se confia haja de promover a prosperidade do paiz para onde parte, e no primeiro correio mandar que esse mesmo homem seja vigiado por todos os meios occultos porque aos sentimentos anarchicos e sediciosos une a mais refinada dissimulação; isto sim é hypocrisia. Feijó não faz tanto!...

«O orador, fazendo a defesa do seu governo, procura refutar a accusação de ferocidade, que atira sobre os seus adversarios, e se refere aos factos occorridos em S. Paulo, em 1821—22, nos seguintes termos:

«Sr. presidente, o que entendo por ferocidade é isto:

«*Mandar enforcar homens, tendo ainda recurso legal contra a primeira sentença.* Sr. presidente, *eu vi com meus olhos na minha provincia. Era o primeiro espectaculo; a curiosidade chamou-me áquelle logar. O desgraçado pendurado cahiu por haver se cortado a corda. Recorreu-se ao governo da provincia pedindo que se demorasse a execução emquanto se implorava a clemencia do principe regente. Allegou-se não haver corda propria para enforcar, mandou que se usasse laço de couro.* FOI-SE AO AÇOUGUE BUSCAR O LAÇO; O INFELIZ FOI DE NOVO PENDURADO, MAS O INSTRUMENTO NÃO ERA CAPAZ DE SUFFOCAR COM PRESTEZ. CORTOU-SE A CORDA E O MISERAVEL CAHIU AINDA SEMI-VIVO; JA' EM TERRA FOI ACABADO DE ASSASSINAR!

«Senhores, isto é que eu chamo ferocidade! Eu nunca odiei e ainda hoje tenho horror de proferir este pensamento: «O sangue do inimigo é mui saboroso para beber-se de um só trago.» Isto é que é ferocidade. Note-se que aquelles desgraçados foram julgados no conselho supremo não dignos de morte (1); mas já estavam mortos! Sr. presidente, eu não desejava atolar-me no charco immundo de reciprocos insultos; mas...

(1) Feijó aqui está inteiramente enganado si se refere a Chaguinhas e outros sediciosos de Santos, estavam condemnados á morte e com a sentença devidamente confirmada por quasi unanimidade do Governo Provisorio.

Passou em seguida Feijó a historiar alguns factos relativos á revolta palaciana de 17 de Abril e a conspiração do partido *caramurú*, e proseguiu do seguinte modo:

« Disse-se que se fez fogo no theatro a cidadãos inermes, e serei criminoso pelos tiros que ouvi já deitado na minha cama? Acaso eu ordenei que se dessem? Si é pela approvação que dei, segundo a exposição do juiz de paz, na occasião em que esta Camara procurou instruir-se do facto? Mas si tal exposição é verdade nenhum crime então se commetteu.

« Disse-se que quando foram combatidos os rebeldes mataram-se homens que com as mãos postas supplicavam a vida? Acaso dirigi eu a acção? Mandei eu que taes mortes se fizessem?

« Alguem já representou similhante injustiça? Porque razão hei de eu carregar com acções alheias? »

Presumem alguns que a horrivel execução que Feijó viu com seus olhos foi a de Chaguinhas. Na narrativa que elle acima fez do que viu, esqueceu-se de dizer o anno, mez, dia e hora em que o facto se deu e o nome do condemnado, que parece ter sido um só, quando Chaguinhas estava em companhia de um outro condemnado, Joaquim Cotindiba, seu cumplice na sedição de Santos.

Feijó não residia em S. Paulo, mas em Ytú, e tinha lavoura em Campinas. Elle estava em S. Paulo de passeio, ou de passagem para Lisboa como deputado ás côrtes portuguezas. Aqui estando e sabendo que havia execução no Campo da Forca, lá foi por curiosidade, assim como quasi todo o povo desta Capital.

O que elle diz ter visto com seus olhos parece mais ser effeito de uma illusão optica sobre um espirito fortemente impressionavel do que um facto real, ou tambem póde ser consequencia de esquecimento de um facto pouco importante em relação a tantos outros factos gravissimos do agitado periodo de 1821 a 1832, porque é incrivel que os factos se dessem como foram por elle narrados, porque a historia dos Andradas não justifica tanta perversidade e porque nenhum chronista jámais mencionou taes circumstancias.

Disse Feijó que não era responsavel pelas violencias de seus agentes, praticadas em um theatro fluminense quando elle já estava deitado na sua cama e que não tem culpa do que se assassinassem

rebeldes vencidos que, com as mãos postas, imploravam misericordia, porque não foi elle quem dirigiu a acção e mandou praticar essas mortes; mas quiz imputar, á fina força, a Martim Francisco a não commutação da pena ao condemnado depois da corda ter se rebentado, quando Martim apenas era um dos quinze membros do Governo Provisorio de S. Paulo; e deu a entender que o laço de couro, applicado no pescoço do enforcado não produzindo asphyxia immediata, Martim Francisco ordenára que o carrasco cortasse o laço e acabasse no chão com a vida do condemnado, quando Martim não estava no Campo da Forca, mas no palacio, a um kilometro de distancia, e não havia tempo para vir um aviso ao palacio e ir a ordem para o paciente ser morto, no chão, á faca ou por outro qualquer instrumento.

O ministro da Justiça de 1832 não era responsavel pelos actos dos seus agentes nos morticinios do Rio de Janeiro, quando mesmo não punia esses agentes; porém, Martim Francisco era responsavel até pelos actos dos carrascos; quando o Governo Provisorio se compunha de 15 membros!

Demais si tal facto produziu tanto horror no espirito do Feijó, a ponto de dez annos mais tarde fazer elle a descripção que acima vimos, quando tantos acontecimentos importantes tinham occorrido nesse intervallo e de alguma fórma deviam ter obliterado na sua memoria as circumstancia que o rodearam, porque guardou elle silencio por tantos annos e só veiu expandir-se em represalias contra Martim Francisco quando se tornou seu inimigo rancoroso?

Está claro que ha em toda esta accusação de Feijó um grande fundo de despeito e de odio, que o tempo não conseguiu apagar e que o acompanhou até a sepultura.

Parece pela narrativa por elle feita que o facto se deu antes da sua partida para Lisboa, em fins de 1821 ou nos primeiros dias de 1822, quando não existe documento official algum que prove que Chaguinhas fosse enforçado antes de Maio de 1822, época em que Feijó já estava em Lisboa, como não era natural que o horror produzido no espirito publico por essa execução ficasse incubado por por tantos mezes para só explodir a 23 de Maio de 1822, por occasião de *A Bernarda*.

Os historiadores e chronistas não fazem a narrativa do supplicio de Chaguinhas e quasi todos os que se referem *A' Bernarda* dizem que foi o effeito de dissensões entre o general João Carlos e os Andradas.

Americo Brasiliense diz que com a ida do José Bonifacio para o Rio de Janeiro ficou João Carlos com mais liberdade de acção e cresceu-lhe a esperança de manter a influencia portugueza, que para bem firmar-se só precisava da eliminação de Martim Francisco. Passa em seguida a repetir o que sobre *A Bernarda* disse Machado de Oliveira, no seu *Quadro Historico*, sem emittir um juizo critico, e nada diz sobre o supplicio de Chaguinhas que para elle foi como si não tivesse tido logar.

Pereira da Silva, narrando os factos de 23 de Maio, diz que João Carlos e Costa Carvalho eram *alliados da opposição liberal fluminense* contra José Bonifacio e não permittiam que preponderassem em S. Paulo o voto e os interesses dos Andradas, e que dahi veiu a chamada para o Rio de Janeiro de João Carlos e Costa Carvalho, pela portaria de 10 de Maio de 1822, que irritou o povo e produziu a expulsão de Martim Francisco. Não toca em Chaguinhas.

Lopes de Moura apenas diz que, tendo havido em S. Paulo algumas desavenças entre João Carlos e a familia Andrada, D. Pedro aqui veiu e nos campos do Ypiranga proclamou a independencia Armitage sómente diz que Martim Francisco foi expulso por desavenças com João Carlos de Oeynhansen. As narrativas de Varnhagen e de Fernando Diniz não alcançam o tempo de *A Bernarda*.

Abreu e Lima diz que, em consequencia de dissensões occorridas entre o presidente da junta governista (João Carlos) e Martim Francisco, partiu D. Pedro para S. Paulo e aqui proclamou a independencia.

Basilio de Magalhães, nas suas *Licções de Historia do Brazil*, limita-se a dizer que tendo apparecido graves divergencias em S. Paulo, para aqui partiu o principe, que, depois de ter captado a confiança geral, proclamou a independencia.

Constancio não fala na vinda do principe a S. Paulo, nem do grito do Ypiranga e menos ainda sodre *A Bernarda de Francisco Ignacio*.

Mello Moraes, na sua *Historia do Brazil*, affirma que Costa Carvalho e Francisco Ignacio de Souza Queiroz minavam os animos com insidiosas insinuações e agitavam a provincia, por serem representantes do partido reaccionario; porêm, não se refere a *A Bernarda*. Entretanto, deixando o seu papel de historiador para assumir o de pamphletista politico, diz que José Bonifacio não queria a independencia de sua patria pelo receio de que seus interesses, como pensionista do Estado, perigassem se adherisse a qualquer pronunciamento de separação, e para que concorresse para o movimento que estava-se operando no Rio de Janeiro foi instigado por seu irmão Antonio Carlos, que não cessava de escrever-lhe de Lisboa pedindo a sua franca intervenção em favor da causa da independencia do Brasil.

Esta affirmação de Mello Moraes é contestavel por mais de um lado. José Bonifacio era muito mais velho, mais instruido e não menos habil do que Antonio Carlos e não é de crer-se que só agisse debaixo da influencia daquelle seu irmão, que era mais moço, mais exaltado e menos prudente. Demais, Antonio Carlos estava ainda em viagem para Lisboa, em Janeiro de 1822, quando José Bonifacio partiu para o Rio, levando energica representação, afim de convencer o Principe Regente que ficasse no Brasil, e este pedido importava de alguma fórma em um primeiro passo para a independencia, que era consequencia logica daquella rebeldia do principe contra os decretos das côrtes constituintes de Lisboa.

Machado de Oliveira, no seu *Quadro Historico*, citado por Americo Brasiliense, apenas diz que «o denominado Chaguinhas, a quem se imputava a origem da animação para o rompimento da revolta de Santos e para todas as phases criminosas que appareceram de envolta com o seu andamento, foi trazido á Capital e aqui suppliciado, em cujo acto occorreram tristes episodios, *aproveitados acintemente em accrescimo á animadversão injusta em que incorrêra um dos membros proeminentes do governo*. Adeante accrescenta elle que os auctores de *A Bernarda* tiraram partido da vaga imputação que se fez a Martim Francisco do rancor que patenteou no acto da execução do fautor da revolta militar de Santos»; mas, não nos conta quando essa execução teve logar.

O dr. Paulo do Valle, que, como Machado de Oliveira, foi contemporaneo dos factos e era dado a estudos historicos, foi egualmente omisso quando narrou os acontecimentos de 23 de Maio de 1822 e sómente disse o seguinte em relação a Chaguinhas:

«O motim militar de Santos, de 28 de Junho de 1821, favoreceu o partido de Francisco Ignacio e proporcionou-lhe meios faceis de conjurar os paulistas contra Martim Francisco. A execução capital do infeliz Chaguinhas, tão accumulada de episodios tristes, excitou a piedade publica com essas mesmas demonstrações vivas e brilhantes que formam, por assim dizer, uma apotheose sentimental a estas grandes victimas da auctoridade no generoso coração do povo.»

Pelo que dizem estes dois chronistas devemos suppor que os retrogrados não tinham, por si sós, elementos para depôrem Martim Francisco do poder e que foi preciso que a indignação produzida no espirito publico pelo supplicio de Chaguinhas viesse favorecer o seu intento e facilitar a realização de *A Bernarda*, que, portanto, devia ser um facto recente e vivo na memoria do povo.

Assim como as tempestades do mundo physico só têm logar quando a athmosphera está carregada de vapores e de electricidade, tambem as explosões populares só se dão quando o coração do povo está saturado de indignação e de horror e não mezes depois, quando o facto incriminado não é mais da actualidade e a impressão que causou está já obliterada pela influencia de outros acontecimentos posteriores mais graves e de maior alcance politico e social.

Comparemos as poucas datas registradas pelos chronistas e examinemos si Feijó podia ter assistido ao supplicio de Chaguinhas para fazer delle a narração que acima vimos.

VI

As côrtes constituintes de Portugal foram installadas em 26 de Janeiro de 1821. Os deputados, que nellas deviam representar o Brasil, foram eleitos nesse mesmo anno de 1821, em varios mezes, conforme as ordens dos governos das diversas circumscripções politicas em que o paiz estava então dividido.

Os deputados por S. Paulo eram Antonio Carlos, Vergueiro, Feijó, José Ricardo de Andrada, Antonio Paes de Barros e Antonio Manoel da Silva Bueno, sendo estes dois ultimos supplentes de Paula Souza, que não foi tomar assento por doente, e de Fernandes Pinheiro, que optára pelo Rio Grande do Sul.

Nenhum dos historiadores, chronistas e biographos, que tenho consultado, nos dá os tempos das partidas destes deputados para o desempenho dos seus mandatos. Pereira da Silva, que é o mais minucioso, sómente nos diz, na sua *Historia da Fundação do Imperio*, que os primeiros que chegaram a Lisboa foram os representantes de Pernambuco, que tomaram posse a 29 de Agosto de 1821, sendo seguidos de perto pelos do Rio de Janeiro, que tomaram assento em 10 de Setembro, e que na sessão de 31 de Janeiro de 1822 Antonio Carlos e Vergueiro fallaram pela primeira vez (1).

Antonio Carlos e Vergueiro não eram homens que estivessem em uma assembléa politica como aquella e se conservassem calados por muitos dias, principalmente estando em jogo as idéas de liberdade e os mais altos interesses brasileiros. E', portanto, provavel que elles tivessem chegado poucos dias antes, em fins de Janeiro de 1822. A unica nota que encontro sobre a chegada de Feijó está nos *Apontamentos Historicos*, de Azevedo Marques, pela qual se verifica que elle tomou assento em Fevereiro de 1822, sem se precisar em que dia do mez. E' provavel que tivesse ido com Antonio Carlos e Vergueiro e que, cançado e enfraquecido por uma longa e penosa viagem, tomasse alguns dias de reparador descanço para depois entrar nas luctas parlamentares. Dahi a differença de alguns dias entre a sua posse e a dos seus dois companheiros (2).

As viagens maritimas naquelle tempo eram difficeis, demoradas e feitas em navios de véla, e gastavam-se raramente menos de cincoenta dias no transito do Rio de Janeiro á Lisboa e muitas vezes

---

(1) Pereira da Silva enganou-se: Antonio Carlos falou pela primeira vez em data de 11 de Fevereiro, tendo tomado assento pouco antes. Vide Annaes da Constituinte de Lisboa.

(2) Antonio Carlos e Vergueiro eram praticos de viagens maritimas, emquanto Feijó embarcava-se então pela primeira vez.

dois, tres e mais mezes (1). A partida de Feijó de S. Paulo deve ter tido logar antes da ida de José Bonifacio para o Rio, isto é, antes de 3 do Janeiro de 1822, para se poder explicar a sua presença em Lisboa em Fevereiro desse anno, com a demora de cincoenta dias de viagem Quando muito tarde elle devia ter partido de S. Paulo a 1.º de Janeiro de 1822.

Porêm, Feijó affirmou que antes de deixar esta Capital assistiu ao horroroso supplicio de um individuo, cujo nome não deu, e descreveu o facto de modo a indicar que se referia a Chaguinhas. Esta execução, portanto, deve ter-se realizado em Dezembro de 1821 ou ainda antes. Neste caso, José Bonifacio, que então estava ainda em S. Paulo, deva ter tomado parte nas tristes peripecias que rodearam aquella execução, e Martim Francisco, que era menos preeminente do que elle no governo, não teria representado tão grande papel nessa tragedia e não teria sido o unico, com o brigadeiro Jordão, responsabilizado pelo odioso acontecimento, como o foi então e ainda mais tarde, até a sua morte.

As chronicas do tempo falam na presença de Martim Francisco no palacio durante as longas horas da execução e a tradição até faz referencias a certas palavras asperas que elle, de uma das janellas, dirigiu ao povo, no largo, quando insistia no seu pedido de commutação da pena de morte depois do duplo rompimento da corda; porêm, nem nas chronicas, nem na tradição, nem nas innumeras accusações de que José Bonifacio foi victima, se encontra a menor referencia á sua presença no palacio e á sua participação na recusa do governo da commutação daquelle pena. Devemos entender, portanto, que José Bonifacio já não estava em S. Paulo quando Chaguinhas foi enforcado, mas no Rio de Janeiro, e que Feijó já estava em Lisboa ou em caminho para lá e não assistiu, como se suppõe, ao supplicio de Chaguinhas.

Ha ainda em favor desta hypothese o seguinte argumento, que me parece ser de algum valor historico:

O coronel Lazaro José Gonçalves era o commandante chefe dos caçadores, dos quaes o 1.º batalhão estava aquartelado em Santos e

(1) Da esquadra que trouxe D João VI e sua familia, o navio mais rapido, chamado *Voador*, veiu de Lisboa ao Rio Janeiro em 46 dias; os outros navios gastaram mais de 50 dias.

o 2.º nesta Capital. Dissolvido o 1.º batalhão, em consequencia da revolta de Santos o saque daquella praça, os que foram julgados innocentes pelo conselho de guerra, que fez o seu processo, foram annexados ao 2.º batalhão desta Capital. Os condemnados a carrinho e a morte, comquanto desligados do batalhão pela sentença, a elle continuavam a pertencer pelo juramento da bandeira. Assim, as medidas tomadas sobre estes sentenciados pelos poderes competentes eram communicadas áquelle coronel para sciencia sua e de seus commandados.

A 11 de Maio de 1822 expedia o Governo Provisorio um aviso ao mesmo coronel para que fizesse executar as sentenças passadas aos réus do seu batalhão pelos crimes commettidos por occasião do motim de Santos.

O aviso não nos diz quem eram estes réus, mas entendo que não podiam ser outros sinão Chaguinhas e seu companheiro Cotindiba, porque os outros havia já muitos mezes que ou tinham sido enforcados nas vergas de um navio portuguez em Santos ou estavam applicados em trabalhos forçados nas estradas da provincia, e porque a sua execução na vespera do dia 23 de Maio, tendo produzido verdadeira e profunda indignação popular, serviu de excellente instrumento nas mãos dos reaccionarios para a realização d'*A Bernarda de Francisco Ignacio* e consequente deposição de Martim Francisco do poder e sua expulsão de S. Paulo.

As chronicas, os documentos officiaes que tenho compulsado, a comparação das datas, já não falando na tradição, tudo vai de encontro ás affirmações feitas por Feijó dez annos depois do facto, quando, cheio de indignação e de odio, atirou no parlamento ás faces de Martim Francisco aquella medonha objurgatoria. O suppliciado a quem Feijó se referiu não póde ter sido o Chaguinhas; depois de dez annos de violentas commoções pessoaes e politicas, em que não sómente a causa publica estava em jogo, mas tambem muito odio e muito despeito, era natural alguma confusão dos factos secundarios e dahi affirmações incongruentes e inexplicaveis. E' verdade que Martim Francisco defendeu-se mal da accusação; porém uma ruim defesa nem sempre quer dizer que a causa é má e, demais, elle devia sentir-se coacto para descobrir segredos que não eram sómente seus.

VII

A demissão dos Andradas de seus cargos de ministros de Estado, devida em grande parte á perniciosa influencia que sobre Pedro I exerciam a cortezã marqueza de Santos e a sua roda politica, cujas demasias elles tentaram reprimir, e a sua deportação para a Europa onde ficaram por tantos annos, deixando o paiz entregue aos seus inimigos pessoaes e politicos e ás leviandades estouvadas do Imperador, deviam ter creado para elles, na sua patria, uma atmosphera saturada de má vontade e de enredos difficil de dissipar, e o seu procedimento, de apparente incoherencia, depois da queda de D. Pedro I, de alguma fórma veiu dar visos de verdade a muitas das accusações que contra ellos se tinham levantado.

Accusados de despotas como ministros, em 1822—23, quando o governo era absoluto, porque não havia uma constituição garantidora dos direitos do cidadão, nem leis ordinarias que regulassem a marcha da administração, as violencias que praticaram não revelam aquelle alto gráu de perversidade que Feijó attribuiu a Martim Francisco, quando descreveu a execução de uma pena de morte a que assistiu nesta Capital, nem foram de natureza tão grave como as violencias commettidas no Rio de Janeiro com a responsabilidade de Feijó, como ministro da Justiça. Entretanto, em 1822—23 não sómente não havia constituição e leis regulamentares, como se tratava da grande causa da independencia contra inimigos externos e internos, e em 1832 havia constituição e leis ordinarias e as discordias eram puramente intestinas.

Accusados ainda de incoherentes foram os Andradas porque presos e conservados em exilio durante annos por Pedro I, se fizeram partidarios da restauração do imperador decahido, com inteiro esquecimento das injustiças que soffreram. A incoherencia aqui é mais apparente do que real, porque trata-se mais de uma questão de factos do que de principios. Monarchistas accerrimos antes da sua deportação, continuaram a sel-o em todos os tempos, até a sua morte, e estavam no caso de preferirem a ordem, com a restauração de Pedro I, á anarchia que se apoderou do paiz em seguida a revolução de 7 de Abril.

Neste terreno não era ainda Feijó o mais competente para atirar-lhes censuras, porque nos deu o exemplo das mais flagrantes incoherencias politicas. Liberal exaltado em 1821—23, a ponto de trazer da Europa livros de idéas republicanas e leval-os a José Bonifacio, ministro, e de se irritar contra a espionagem exercida pelos Andradas, como meio de governo em um tempo em que a formação da nossa nacionalidade estava em perigo, não reagiu, nem protestou, contra os fuzilamentos, *enforcamentos*, deportações e outras violencias de Pedro I depois de promulgada a constituição de 1824; fez-se responsavel, como ministro da Justiça, por muitas atrocidades praticadas contra os sediciosos do Rio de Janeiro, em 1831—32, e como regente do imperio, em 1835—37, abriu lucta contra todos os principios liberaes que antes professava, porque «o seu caracter duro e tenaz o constituia em perpetuo antagonismo com o regimen representativo, que é todo de ponderações e de equilibrio. Não queria acceitar as consequencias do systema constitucional e a sua presença na regencia devia ser uma lucta continua com as exigencias parlamentares (1)».

Entretanto, descendo do poder, voltaram-lhe as idéas liberaes ainda mais exageradas do que em 1822 e as leis reaccionarias de 1841 vieram encontrar nelle opposição violenta, a ponto de fazer-se chefe de rebellião armada e de assumir a responsabilidade moral e criminal do tresloucado e desastroso movimento revolucionario de 1842.

A tradição da fuga de Chaguinhas está hoje muito generalizada entre os velhos e muitos moços de São Paulo e Santos e tem-me sido narrada por varias vezes e por diversas pessoas, com pequenas variantes em detalhes sem importancia. Ouvi-a narrada pelo coronel Francisco Martins dos Santos, velho honrado e intelligente, que me garantiu que essa fuga era conhecida do alferes Francisco Martins Bonilha, meu bisavô e amigo dos Andradas; ouvi-a da bocca do velho Paula Marques, empregado da Escola Normal desta Capital, que a

(1) Vide *Estudos Historicos*, de Homem de Mello. Este escriptor, paulista e admirador de Feijó, dá ainda a entender que Evaristo Ferreira da Veiga morreu de desgosto ao vêr que Feijó, como regente, não correspondeu de modo algum á espectiva do partido moderado, que o elegêra e do qual o mesmo Evaristo era o chefe.

ouvi por mais de uma vez contada pelo velho dr Manoel José Chaves, lente do Curso Annexo á Academia de Direito de S. Paulo; ouvi-a ainda referida pelo cidadão F. C. de Almeida Moraes, membro do Instituto Historico de S. Paulo, negociante em Santos e muito entendido em historia moderna de S. Paulo, que me affirmou tel-a ouvido tambem do velho Bueno, de S Vicente.

Feijó é o unico testemunho de certo valor que existe contra ella, mas as suas affirmações se resentem de muita animosidade, de muito odio, e vieram muito tardiamente para merecerem credito. Só elle e mais ninguem viu o laço de couro não apertar bastante o pescoço do paciente para produzir a morte por asphyxia; só elle percebeu que um aviso disto fôra enviado a Martim Francisco, em palacio, a um kilometro de distancia, e que Martim mandára ordem ao carrasco para que cortasse o laço e no chão désse cabo da vida do condemnado á faca ou com qualquer outro instrumento, cujo nome não nos quiz transmittir!

A todas estas accusações de perversidade, ambição e incoherencia e ainda a outras de que os Andradas foram victimas, responde terminantemente o ultimo acto de Pedro I como imperador do Brasil, mais significativo do que o mais eloquente panegyrico. Ao deixar para sempre os seus filhos menores no paiz, que ficava entregue á revolução victoriosa e á anarchia, D. Pedro não foi procurar entre os que lhe escreviam cartas laudatorias, nem entre os fabricantes de *Bernardas*, nem entre os que o aconselharam a dissolver a Assembléa Constituinte e deportar varios dos seus membros, nem entre os juizes de Ratcliff e os carrascos de Frei Caneca, um homem de bem a quem confiasse a tutela e a educação das imperiaes creanças; mas foi buscal-o na pessoa de José Bonifacio, entre os Andradas, entre aquelles mesmos que elle, mal aconselhado pelos aulicos, prendêra e banira por tantos annos porque não tinham querido lisonjear a sua vaidade, nem sabido condescender com os seus desregramentos e devassidões.

E a gratidão nacional, quando meio seculo depois, em uma praça publica da Capital do Imperio, levantou um monumento á memoria do PATRIARCHA DA INDEPENDENCIA, veiu provar ainda uma vez que

os povos sabem separar o joio do trigo, discriminar a verdade da calumnia e fazer aos bons servidores do paiz a justiça que merecem, justificando assim aquella bellissima quadra que Fagundes Varella dirigiu aos paulistas:

«Foi de teu seio que surgiu sublime
Trindade eterna de heroismo e gloria,
Cujas estatuas cada vez mais bellas
Dormem nos templos da brasilea historia.»

A. DE TOLEDO PIZA.

O sertão antes da conquista

(SECULO XVII)

Findava o seculo XVI e com elle findavam as vacillações, a tibieza, a descrença mesma com que até então se trataram as empresas do descobrimento nos sertões da colonia.

Ao longo da costa, quasi toda occupada, mas mui escassamente povoada, tinha-se passado todo um seculo de luctas obscuras entre a resistencia do gentio, a surpreza dos corsarios e a inclemencia do clima tropico que, para o européu, nem a belleza, nem a feracidade e abundancia da terra logravam mitigar.

Entretanto, para a raça immigrada era já transcorrido esse periodo doloroso e difficil da acclimação que, em toda a parte, é o aferidor das energias e da capacidade do povo colonizador.

O portuguez, talvez melhor do que nenhum europeu, já então conseguira firmar pé nessa Zona Torrida que aos antigos sempre pareceu esbrazeada e inhabitavel.

A colonia tinha já a sua população adaptada.

Formara-se nella uma sub-raça pela acção do cruzamento. Os mestiços, os mamelucos como se os tratavam ao modo dos indios, avultavam já; e esses mestiços eram o que se podia chamar os homens de acção, os nervos dessa população nova que vinha depostando com os caracteres da independencia, da audacia e do amor pelas aventuras em terras distantes.

O sertão, a despeito das muitas *entradas* que já nelle se fizeram, qu dava-se desconhecido e como que envolvido numa obscuridade mysteriosa e cheia de encantamentos, em que se comprazia a imaginação e se alimentava a ingenua credulidade dos homens de beira-mar.

Das primeiras tentativas abortadas, algumas até esquecidas, não restavam sinão lendas confusas descrevendo os thesouros e bellezas do sertão, em cujos valles immensos bem poucos penetraram, mas cujas riquezas escondidas todos instinctivamente advinhavam.

Pareciam dissipadas as energias desse povo de sonhadores. Dir-se-ia que o clima tinha-lhes amollecido as fibras de rijos marinheiros de outr'ora. Um historiador coevo, por isso, escrevia penalizado :«Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligencia dos portuguezes que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitam dellas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.» (1).

Entretanto, a vida na beira-mar não era nem commoda nem assás garantida para os proprios colonos. Pouco depois de passar o Brasil para o dominio da Hespanha como colonia portugueza que era, e crevia Gabriel Soares que os moradores viviam tão aterrorizados que estavam sempre com o fato entrouxado para se recolherem ao matto como o faziam com a vista de qualquer náo grande, temendo serem corsarios (2).

O espirito de iniciativa cedo feneceu aos primeiros insuccessos das expedições sertanejas, e com isso reinava a inercia ou o desanimo, que um historiador contemporaneo procurou explicar ou «por não haver gente na terra para commetter esta empreza, ou tambem por negligencia dos moradores que se não querem dispor a esse trabalho.» (3)

Os proprios governadores, a quem não faltavam ordens, instrucções e instantes recommendações para que mandassem descobrir os sertões, quedavam se tibios e compenetrados de que tudo eram esperanças vãs, sem vislumbres de realidade. Thomé de Souza, com aquelle genio pratico e maduro dos que se não embalam com rumores ou versões imaginosas, escrevia para a Corte a proposito de taes empresas: «que não falaria outra vez em ouro emquanto o não mandasse

---

(1) Frei Vicente Salvador, *Historia do Brasil*, pg. 8

(2) Visconde de Porto-Seguro—*Hist-do Brasil*, vol. I, pag. 359.

(3) Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, Noticias para a Hist. e Geogr. das Nações Ultramarinas.

deveras e que, nas diligencias por elle, andaria com muito tento e pouca perda de gente e fazenda, pois que ..... por muito madrugar não era que havia de amanhecer mais cedo». Isto, decerto, se referia ao mallogro da expedição aos sertões de Porto Seguro, na qual tomara parte o jesuita Padre João de Aspilcueta Navarro, pelos annos de 1551 a 1552 e cujo chefe ainda hoje se ignora quem fosse.

Ainda em 1698, o honrado governador D. Diogo de Menezes, justamente magoado com os favores demasiados concedidos a D. Francisco de Souza, então nomeado superintendente das minas por descobrir, escrevia a el-rei: «Creia-me V. M. que as verdadeiras minas do Brasil são assucar e páu-brasil de que V. M. tem tanto proveito, sem lhe custar da fazenda um só vintem.» (1)

Comtudo, o verdadeiro sentimento dominante na colonia não era precisamente o da descrença, era antes o da inercia ou incapacidade; porque todos acreditavam nos thesouros escondidos nos sertões e todos murmuravam por se não darem os passos para descobril-os.

Estavam todos na firme crença de que, sendo esta terra contigua com a do Perú, de que a não dividia mais que uma linha imaginaria indivisivel, tendo lá os castelhanos descoberto tantas e tão ricas minas, cá nem uma passada davam por isso e quando iam ao sertão era a buscar indios ferros e, dizia então um historiador, «ó tanta a fome que disto levam que ainda que de caminho achem mostras, ou novas de minas, não as cavam nem ainda as vêm ou as demarcam.» (2)

Depois, accrescenta o mesmo historiador, «não basta mandar el-rei, se os ministros não obdecem, como se viu no das esmeraldas de Marcos de Azevedo.»

A imaginação popular ia todavia fazendo a sua propaganda em prol dos sertões, creando contos phantasticos, propalando versões maravilhosas a respeito das terras occidentaes, pintadas como uma região de riquezas incalculaveis. Contavam-se cousas estupendas. Interpretavam-se as escassas e obscuras indicações ministradas pelos indios como dados positivos e reaes; e com isso davam pasto á crendice de uma população, aliás para isso predisposta. Ouvindo se es-

---

(1) Visconde de Porto Seguro, *Historia Geral do Brasil*, vol. I, pag. 359.

(2) Frei Vicente do Salvador—*Historia do Brasil*, p. 11.

sas narrativas fabulosas, dir-se-ia que os thesouros do sertão estavam á mercê de quem quer que fosse que com alguma audacia se deliberasse a patentear tão decantadas maravilhas.

E não é sem importancia para a historia resumir aqui essas versões imaginosas, em que a geographia, a gentilidade e as producções do sertão nos são apresentadas através de um prisma de encantamentos e de mysterios, que bem pintam o estado d'alma da população em cujo seio essas lendas se formaram e se desenvolveram.

No littoral do continente, devassado pelos navegadores e traficantes, já se não encontram entre os selvagens aquellas barras de ouro com que estes barbaros attrahiram os marinheiros de Pinzon, como nol-o referem Herrera e Gomara. Os homens agigantados, mais altos ainda do que os agigantados germanos, que, nas costas para além do Cabo de la Consolacion, fizeram bater em retirada os companheiros do celebre navegador, desappareceram sem siquer deixar tradição· como tambem desappareceram os famosos patagões de quatorze pés de altura vistos por Fernão de Magalhães ao norte da Bahia de São Julião. Pigafetta refere que estes barbaros eram tão altos que um homem de estatura ordinaria lhes dava pela cintura. Já se não viam mais na ilha de Fernando de Noronha os lagartos de duas caudas de que nos dá referencia Vespucci em um dos seus escriptos, m então pouco os gigantes que o mesmo celebre navegador descobriu na ilha de Curaçáo.

Os monstros marinhos que assolavam as costas da capitania de S. Vicente ninguem jámais tornou a vel-os.

Falam os historiadores com enthusiasmo da infinita caça e do infinito peixe que na terra havia. Descrevem os grandes recursos que por toda a parte a natureza exhuberante deparava ao homem extasiado. Falam da abundancia do peixe boi em quasi todos estuarios e rios da costa ; das grandes e numerosas baleias e tambem dos lobos marinhos e porcos marinhos que se criavam na terra e no mar.

Frei Vicente do Salvador conta que nos mares do Brasil appareciam até homens marinhos chamados *Hipupiaras*, que já foram vistos fóra d'agua correndo após os indios, de quem tinham por costume comer-lhes os olhos e narizes. O mesmo historiador, com aquella

candida singelleza e credulidade de Herodoto, nos refere que no paiz havia cobras que á noite vinham mamar no seio das damas, fazendo-o com tanta brandura e suavidade como si foram as proprias creanças.

O historiador Gandavo conta prodigios da *giboiuçú*, a qual engolia um veado inteiro e arrebentava depois de farta, apodrecendo então quanta carne tinha pelo corpo e só ficando no espinhaço com a cabeça e a ponta do rabo sãns ; e, dizia o historiador mencionado, « tanto que desta maneira fica, torna pouco a pouco a criar carne tão perfeitamente como dantes.».

Do interior das terras nos transmittem os historiadores coevos as mais abstrusas e phantasticas versões.

O mesmo historiador Gandavo escreve que alguns homens lhe affirmaram terem visto nessas terras serpentes com azas mui grandes e espantosas, bem que sejam monstros mui raros, e tambem lagartos enormes cujos testiculos cheiravam melhor que almiscar. Outro historiador contemporaneo cita entre as muitas riquezas do reino vegetal a *arvore do sabão* e a *do vidro*. (1)

«Todo o sertão, dizia Vasconcellos, está feito um bosque, entretalhado como um canteiro, da mesma natureza, com suas aguas.» (2)

Noção falsa que bem demonstra quão ignorada era essa parte do paiz ainda ao tempo do chronista da Companhia de Jesus, no meiado seculo XVII, e que provavelmente se originou do facto de se ter primeiro atravessado o continente pelo valle do Amazonas e de se terem feito as primeiras *entradas* exactamente na região em que a matta littoral tinha mais larga expansão, penetrando pelos valles do Jequitinhonha, do Mucury e do rio Doce até quasi ás chapadas centraes. Ahi, de facto, a matta affecta notavel corpulencia, exhibe-se como a caracteristica da região cujos rios volumosos, retalhando o paiz a pequeno trecho, se ligam por meio de braços ou *furos*, como o Amazonas e o Tocantins, como o Jequitinhonha e o Pardo, ou recebem, como o Doce, tributo perenne de numerosas e extensas alagoas.

---

(1) Frei Vicente do Salvador—*Hist. do Brasil*.

(2) Simão de Vasconcellos—*Chronica da Companhia de Jesus, das Cousas do Brasil, XIV*.

A litteratura, porêm, guardou indelevel essa falsissima noção e continuou a pintar o paiz com esse aspecto de encantadora poesia que tanto nos desvanece a nós brasileiros e nos leva muita vez a cerrar os olhos á triste realidade.

A verdade é que o paiz, conhecido então sómente ao longo do littoral, onde a frescura do solo dá-lhe uma vestimenta de galas, nas florestas virgens quasi impenetraveis, e onde os rios, ainda os menos consideraveis, exhibem largas emboccaduras e amplos estuarios, não era avaliado senão superficialmente e por esse processo quasi sempre falho em materia de observação: concluir do todo pela parte.

Estendendo-se por detrás da zona maritima numa distancia variavel a partir do littoral, o sertão offerece um aspecto physico bem differente e bem distincto nas duas principaes secções em que o paiz naturalmente se divide: a região-Norte e a região-Sul, mais ou menos limitadas pelo parellelo de 18.° de latitude meridional.

Em uma e outra região, o aspecto physico, a caracteristica do sertão é um phenomeno em intima dependencia com o relevo e attitude das montanhas, a constituição do solo e o gráu de humidade do clima continental.

Para o Norte o relevo do paiz é muito menos accentuado; o solo, menos variado na sua constituição geologica, se levanta sem grandes e bruscos desnivelamentos, assumindo as montanhas o aspecto das planicies elevadas ou chapadas de margens ingremes, que as correntes fluviaes, nem sempre perennes, rasgam e atravessam, deixando de permeio as lombadas largas que a erosão secular modelou. Aqui e alli, na planura que se desdobra a perder de vista, levantam-se serros curtos, ponteagudos, espelhando o sol nas encostas núas, brancas da rocha quartz sa esteril.

O paiz é, no geral, secco e mono tono. A vegetação, por vastissima zona, é sempre a mesma, rachitica, espinhenta, retorcida, caracteristicamente accentuada nas especies que constituem o typo da *catinga*, onde em solo pedregoso e quente sobresaem as acacias, os zizyphes e os cereus variadissimos.

As chuvas são escassas no periodo annuo e por vezes faltam totalmente em annos successivos. Então, no solo privado de humidade e sob um céo esbrazeado a vegetação parece morrer. As arvores des-

pidas das suas ramagens parecem tostadas pelo fogo. As fontes seccam; os rios são simples sulcos, onde apenas se distinguem signaes de que a agua por alli correu.

Os grandes rios, que de longe vêm e cujas origens estanciam em outros climas, atravessam como forasteiros essa terra resecccada, assignalando a sua passagem nas longas filas de uma vegetação mais verde como oasis numa planicie deserta.

De longe em longe, as manchas de terrenos salgados, cobertas com o manto das *carnahubas* no mais formoso agrupamento, quebram a fatigante monotonia da paizagem, denunciando o assento de uma pequena população por entre o copado espherico das palmeiras.

A *catinga* não é, comtudo, uma barreira impenetravel. A vegetação *sui generis* que a constitue dá-lhe antes o aspecto de um labyrintho, com a sua multiplicidade de veredas, de clareiras sempre eguaes, e que só uma vez se tranforma, como por encanto, pela revivescencia de um dia, se por ventura a chuva logrou vencer a inclemencia do céo.

Se o perigo da matta virgem é a solidão sem veredas e sem sahidas, o terror da *catinga* é o desnorteamento infallivel pela multiplicidade dellas. O bruto com o seu instincto rasga horizontes e vai ao seu alvo sem vacillar; o homem, porêm, que uma vez penetrou na catinga e lhe falhou a memoria na escolha da vereda, é uma victima que só um milagre salvará.

E' esse o sertão do Norte que se extende por ahi além, desde a Bahia até o Maranhão; que transpõe o Vasa-Barris e o S. Francisco; vinga as montanhas dos *Cariris* para além de Pernambuco; passa do Parahyba ao Potengy; ganha as varzeas do Jaguaribe e do Acarahú, e do alto de Ibiapaba, descendo ao *agreste* do Pianhy, vai entestar nas chapadas maranhenses, já visinhas da Hyléa Amazonica.

Trezentos a quatrocentos metros de altura media sobre o mar, pouco mais de mil metros nas altitudes extremas e raras, eis o sertão da região do Norte.

Bem diversa é a zona do Sul. A matta do littoral vai ahi se fazendo mais estreita. As montanhas abeiram-se do oceano e em mais de um ponto mergulham em suas aguas as encostas alcantiladas que avançam em promontorio.

O relevo do solo é aqui mais variado e, por isso mesmo, mais bello. As serranias multiplicam-se e algumas elevam as cumiadas a mais de dois mil metros sobre o mar.

Os Orgãos de Theresopolis, o Dedo de Deus, as Agulhas Negras do Itatiaia, os picos do Itaculumi e do Itambé, entestando com as nuvens, assignalam as altitudes maiores, dão a nota pittoresca da paizagem e demarcam as cabeceiras dos grandes rios, que não seccam jamais.

Aqui, as grandes campinas elevadas avançam até quasi ao mar por sobre o dorso das serranias. Na Bocaina, em Paranapiacaba e em Curitiba ha sempre um trecho do oceano no horizonte do observador das campinas.

Aqui, os campos nús, cuja serenidade triste, os bosques de araucaria apenas interrompem, são regiões abertas que levam bem fundo no interior do continente.

Aqui estão de facto as portas dos sertões occidentaes. Nascem os rios quasi á vista do mar e se engolfam no desconhecido, conduzindo no seu dorso a ambição insaciada dos conquistadores, ao mesmo passo que as campinas interminas deixam ver o horizonte desempedido, amplo, como se quizessem significar a rendição muda do ignoto diante da audacia dos forasteiros

Perante a funcção historica dos conquistadores do Novo Mundo, a região do Norte do Brasil é um theatro dos mais ingratos que se não fôra o Amazonas, a expansão brasileira por esse lado teria parado no valle de S. Francisco. A região do Sul, ao contrario, reunia as condições geographicas capazes de um dia assegurar na partilha da America para o dominio lusitano quasi metade do continente austral.

No Norte do Brasil vêm os rios ao mar em amplissimos estuarios, que dão accesso por 20 e 50 leguas longe da costa até as primeiras cataractas. Desse ponto em diante, as successivas quedas tornam quasi impossivel penetrar nos sertões galgando ou vencendo as correntes fluviaes. Por essa razão é que o movimento colonizador hade ahi preferir o caminho do littoral á vereda do sertão através de cursos d'agua cuja violencia é preciso vencer ou através das catingas estereis, tormentadas pela secca e que só o gado pode devassar.

No Sul, o homem do littoral como que domina do alto das suas montanhas o intimo dos sertões a que os conduzem os rios caudaes descendo para o interior. Aqui, ainda que através de cataractas e de saltos, o conquistador desce sem esforço; as aguas o levam de feição; o seu trabalho é moderar a descida, impedir que a marcha se precipite. Depois, a regiao é favorecida pela benignidade do clima. Não ha seccas, nem jamais o deserto se petrifica sob a inclemencia do céo.

O destino de cada uma das duas metades da colonia, diante do problema da conquista, estava pois perfeitamente assignalado na constituição geographica dos respectivos territorios. O paulista, pelo seu *habitat*, tinha de ser o *bandeirante* por excellencia. A conquista dos sertões estava no seu destino historico.

Vêde bem que em toda a hydrographia do continente do Sul, nenhum rio consideravel como o Tieté tem as cabeceiras mais visinhas do oceano, nenhum permitte mais largo accesso pelo interior através de um amplo systema fluvial como o de que elle depende.

Essa estrada admiravel que o Tieté assim facultava ao movimento invasor só se equipara nos seus effeitos a do Amazonas no norte e a do Prata no sul. Mas nem uma nem outra excedia o Tieté nas condições propicias para uma expansão guerreira, como tinha de ser a que os paulistas depois realizaram. Por isso, o povoador do Amazonas vai corrente acima sem encontrar resistencia e só estaca ou se detem porque se enfastiou de navegar. Não ha outra explicação. O castelhano sobe o Prata e estaca deante das cataractas ou deante dos pantanaes; não vai além do *Guayrá*, como não penetra para cima dos *Xarúes*; mas depois tem que ceder terreno deante das *bandeiras* victoriosas que conquistam Guayrá, que atravessam os pantanaes do Paraguay, ganham o Guaporé e por elle vão ao Amazonas, ligando pelos sertões os extremos da conquista que se fizera pelo littoral.

Mas no começo do seculo XVII, essa hydrographia, esses sertões, como deixamos descriptos, não eram sinão um mytho para as populações que cresciam á beira-mar.

Falsissimas noções corriam a proposito da origem e do curso dos grandes rios cujas aguas arrojadas corriam doces mar em fóra vinte

leguas, como o S. Francisco, segundo o descreve Gandavo. Era tido então este rio como o mais celebre de quantos na colonia se conheciam. Tinha o seu nascimento numa famosa alagôa feita das vertentes de aguas das serranias do hili e do Perú, donde procediam tambem o Grão Pará e o rio da Prata. A' margem dessa famosa lagôa affirmavam haver numerosas povoações, cujos moradores possuiam cabedaes ricos de ouro e pedraria. Chamava-se *Dourada* essa famosa alagôa, que nos faz lembrar o *El-Dourado* das cabeceiras do Orenoco.

Tinha o rio enorme sumidouro de doze leguas de extensão, a noventa leguas do mar, e mais de tresentas ilhas desde o sumidouro até a barra. Eram as suas margens habitadas por varias nações gentias, algumas das quaes se ornavam com laminas de ouro. (1) « Os arvoredos destas ribeiras vão-se ás nuvens, tudo é um bosque em muitas partes tão fechado que impede o céo e a luz.» (2) Paus preciosos ahi abundavam; *brasil* e *cannafistula* eram communs. As suas campinas eram outros Campos Eliseos, ferteis, amenissimos e a terra toda abundante de fructas brasilicas. Corria esse rio por terras mineraes, ricas de ouro, prata salitre e tanto mais quanto mais iam entrando ao sertão. E assim continúa o chronista a descripção deste famoso S. Francisco tão poeticamente e com tantas galas que hoje ao lel-as ninguem diria que o rio das catingas do Norte, tão tormentado pela secca, tão ingrato em quasi metade do seu extenso valle, fosse outr'ora esse paraizo terreal creado pela imaginação dos chronistas e historiadores complacentes.

Do rio Parnahyba do Pianhy, em outro tempo denominado Rio Grande dos Tapuyas, faziam-se quasi identicas descripções; tambem tinha o nascimento em uma formosa alagôa de vinte leguas de extensão, na qual affirmavam os naturaes haver copia de preciosas perolas, noção acaso exaggerada da lagôa de Paranaguá transmittida pelo gentio.

Em 1627. Frei Vicente de Salvador ainda escrevia na sua *Historia do Brasil* que o Pinaré, Mearim e Itapucurú no Maranhão procediam de mui perto do Perú.

---

(1) Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesus no Brasil*, Liv. I p. XLVII.
(2) Idem.

Descrevia-se o rio Real da capitania de Sergipe como um outro caudaloso S. Francisco Em alguns mappas antigos figuram-no mesmo como um braço deste.

Da mesma alagoa *Dourada*, com cidades e populações numerosas pelas suas ilhas e margens, donde o S. Francisco dimanava, sahia um braço para o grão rio das Amazonas, encaminhava-se outro, segundo alguns, a desemboccar no mar entre S. Vicente e a ilha de Santa Catharina. O Paraguay ahi nascia tambem e vinha misturar as suas aguas com as do rio da Prata.

Descrevia-se o *Salto das Sete Quedas*, no Paraná, como uma formidavel maravilha, tremendo a terra toda em redor com o estrondo das aguas, ouvido muitas leguas distante. Nas suas margens as arvores pretificavam-se ; e tinham a propriedade de tornar clara e harmoniosa a voz humana as suas aguas espumantes.

Nos mappas do tempo figura-se toda esta geographia phantastica de permeio com um vocabulario barbaro representando os povos habitadores desse paiz de maravilhas. Legendas, em latim, descrevem em seguida a cada nome os costumes e habitos desses povos

Na America inteira a imaginação e a crendice humana correm parelha com a mais arrojada phantasia. Quanta vez, porêm, a propria realidade das cousas não tinha surprehendido e deixado muito aquem os sonhos imaginosos dos mais arrojados corredores de aventuras ?

Quantas expedições custosas não se organizaram estimuladas por meros contos fabulosos ?

Vêde Ponce de Leon a peregrinar pelo Mar das Antilhas á procura dessa ilha mysteriosa com a sua fonte de *eterna juventude*. A sorte ingrata tinha-o ligado já velho a uma dama de encantadora formosura e em plena mocidade. Elle julgou na America poder tudo aspirar e desejou ser joven ainda uma vez, apagando da fronte encanecida o ultrage dos annos. Não nos diz a Historia se o Amor logrou já uma vez destes triumphos, mas a Geographia extendeu ainda mais os seus dominios no Novo Mundo acolhendo o velho peregrino nas costas da Florida, no paiz dos Natchez.

Vêde Orellana descendo dos Andes de Quito, atravessando pelo maior dos caudaes toda a largura do continente e vindo descobrir esse reino feminil das Amazonas que ninguem tornou a ver.

Vêde esse aventureiro de Inglaterra, Walter Raleigh, o mallogrado descobridor da Virginia, a engolfar-se nas savanas do Orinoco para desencantar o *El Dorado* na sua cidade resplandecente de Manôa, assentada á margem de um lago de ouro e de riquissima prata.

Vêde Benalcazar partindo de Quito, Federmann de Venezuella, Ximenes de Quesada subindo o Magdalena, e todos perseguindo a mesma chimera, esse reino encantado das solidões da Guyana.

Para as regiões superiores onde estanciam as nascentes do Grão-Pará havia a imaginação dos aventureiros creado o riquissimo reino de Paititi, emulo do El Dorado, confundindo-se com este muita vez, como resto soberbo do que foi o imperio dos Incas.

Da innumera e barbara gente que habitava os sertões corriam extranhissimas versões.

Os *Guayazis* da extrema occidental eram anãos de tão pequena estatura que parece affronta dos homens.

Os *Matuyús* tinham os pés para traz.

Os *Coruqueanas* eram gigantes de quinze pés de alto, adornando-se com pedaços d'ouro os beiços e narizes.

Corria a noticia de uma tribu do Ceará que usava comer os velhos para lhes poupar o trabalho de viver.

Uma tribu dos pampas meridionaes tinha pernas como as aves.

A mór parte de tão extranha gentilidade era de uma feridade indescriptivel.

Ninguem ousava penetrar-lhes os dominios sem sequito numeroso e respeitavel.

Os grandes thesouros do sertão guardavam-se assim por montanhas altissimas, por caudaes immensos e invadiaveis, por tribus ferozes e por monstros de terrificante aspecto. Nem jamais á imaginação dos homens appareceram thesouros que não fossem defendidos por monstruosidades horrendas.

Na America, como na Colchida, os velocinos d'ouro ou *El-Dorado* guardam-se por monstros, dragões trilingues ou serpentes aladas, mas sempre monstros.

Era crença em voga entre os colonos haver um *que* de mysterioso impedindo o descobrimento das riquezas do sertão, e que a morte era o castigo inevitavel do indiscreto que ousava revelar-lhes o se-

gredo. Frei Vicente do Salvador nos transmitte essa crendice popular, talvez originada dos repetidos insuccessos com que se coroaram as primeiras tentativas.

De certo, uma tal ou qual desdita agourentava os mais bem combinados tentamens.

Aleixo Garcia não lográra tornar da sua jornada, tão arrojada que por muitos se considerou fabulosa. Pero Lobo perecera trucidado nas margens do Paraná, em 1531, com toda a sua numerosa comitiva. A expedição de que fez parte o Padre Aspilcueta Navarro, em 1552, não teve exito. A galé do commando de Miguel Henriques, que Thomé de Souza enviára a explorar o rio S. Francisco, nunca mais tornára. Sebastião Tourinho, se logrou ver a serra das Esmeraldas, não trouxe provas cabaes dellas. Antonio Dias Adorno, percorrendo os mesmos sertões, não logrou melhor fortuna. Sebastião Alvares nos sertões de S. Francisco; Luiz Alves de Espinha nos dos Ilhéos; Francisco de Caldas em Pernambuco; Diogo Martins Cão, por alcunha o *Mata-Negros*, e Marcos de Azevedo no Espirito Santo representam outros tantos insuccessos.

Todavia o seculo XVI, que findava sem poder revelar os thesouros do sertão, não legava ao novo seculo um sementeira de descrenças ou de desanimo, como era facil de prever de tão repetidos infortunios. As pequizas redobraram.

João Coelho de Souza, antes de 1580, levára tres annos a percorrer os sertões das cabeceiras do Paraguassú e morrera em tão ingrata jornada em sitio ignorado, legando a Gabriel Soares, seu irmão, o capital, não de ouro que o não logrou descobrir, mas de experiencia para novas e mais arrojadas tentativas do descobrimento.

Gabriel Soares, de posse dos roteiros que lhe deviam desvendar a elle os segredos das minas que o irmão não lográra explorar, parte para a Europa, vae á Corte de Castella, solicita favores, prommette compensal-os com valiosos descobrimentos, consegue mercês e beneficios, obtem por fim que lhe mandem dar armas, munições e gente e regressa ao Brasil.

Não foi, comtudo, mais afortunado o inclito autor do *Roteiro do Brasil*. Gabriel Soares, chegando a Bahia, depois de haver naufragado nas costas de Sergipe, retira-se para o seu engenho, á margem

do rio Jaguaripe, a reunir gente, e toma socios para a empresa que se lhe afigurava auspiciosa. Parte emfim, penetrando nos sertões do Paraguassú pela vereda do mesmo Jaguaripe, cujo valle remonta até proximo ás cabeceiras; passa pela serra do Guarerú, onde está hoje a povoação da Pedra Branca, e ahi levanta uma casa forte; segue a atravessar o Paraguassú abaixo do logar onde se fundou mais tarde a povoação de João Amaro e ahi proximo levanta outra casa forte; envereda para o noroeste entranhando-se nas catingas ao oriente da serra do Orobó.

Faz outra casa forte no meio destes sertões, entre os Payayás, e prosegue a rumo de noroeste atravessando o rio de Jacuipe e attingindo as cabeceiras do Itapicurú, proximo do logar onde depois se fundou Jacobina. Explora as serras convizinhas, descobre indicios de ouro e prata na Pedra Furada e dahi, galgando a chapada, penetra nas campinas altas do valle superior do rio do Salitre e por ellas vae até o Morro do Chapéo, cujos sertões põe-se a percorrer em todos os sentidos quando a morte o colheu a elle e a mór parte da sua comitiva em sitio que ficou até hoje ignorado.

Dos despojos da mallograda empresa ficou para a historia a vaga tradição que os annos engrandeceram e transfiguraram na mais famosa lenda da nossa Historia — *as minas de prata*. Melchior Dias Moréa, destemido sertanista das margens do Rio Real, apparece então após oito annos de continuadas pesquizas pelos mesmos sertões, com esse lendario descobrimento cujo segredo a ninguem jamais transmittiu. Solicitações, rogos, ameaças, prisões, nada o demoveu da resolução que tomára de não deixar passar a extranhos as glorias, as honras e beneficios que para si pedira em troco do seu segredo, uma ficção talvez, uma chimera, mas quem sabe tambem se não um segredo verdadeiro, que valia as mercês que a côrte lhe negára?

E assim passaram á posteridade como um enigma indecifrado essas *minas de prata* de Roberio Dias (nome de um dos successores de Melchior,) minas mais potentes que as do proprio Potosi, mais ricas que as de ferro de Bilbáo, e com as quaes se poderiam calçar todas as ruas de Madrid, segundo o asseverava o mallogrado aventureiro.

Era a prata o metal de estimação mais commum nestes tempos. A America depois da conquista do Mexico e do Perú tinha-a espalha-

do abundantemente por toda a parte. Alterosos galeões conduziam para a Europa todos os annos riquissimos thesouros. Estavam no auge da sua producção as minas de prata de Potosi, descobertas em 1542 no Alto Perú e de que o Brasil se não separava sinão por uma linha imaginaria.

Dahi a crença geralmente espalhada de que a America Portugueza tambem possuia muita prata, e então pelos seus sertões se procuravam vestigios della. Do ouro quasi que se não falava. As chronicas e escriptos do tempo, como os contos imaginosos do povo, davam á prata maior valia. Toda de prata era a encantada cidade de Manôa, cujos reflexos á noite simulavam no céo a via lactea. Tambem de prata eram as minas que ficaram para sempre em segredo do obstinado aventureiro descendente do Caramurú. De prata eram ainda as *serras resplandescentes* dos sertões de Porto Seguro e que se tornaram lendarias com o nome de *Itaberábussú*.

Eis como o historiador Gandavo nos conta a origem dessa famosa legenda.

«A esta Capitania de Porto Seguro, diz o citado historiador, chegaram certos indios do Sertão a dar novas de umas pedras verdes, que havia numa serra muitas leguas pela terra dentro, e traziam algumas dellas por amostras, as quaes eram esmeraldas, mas não de muito preço; e os mesmos indios diziam que daquellas havia muitas, e que esta serra era mui formosa e *resplandecente*.» Esta serra resplandecente, que o gentio, em sua lingua, dizia *Itáberábu-oçú* e que a corruptela em labios portuguezes transformou em *Taberaboçú* (1) e mais geralmente em *Sabaráboçú*, vai ser por todo o seculo seguinte o alvo das mais arrojadas expedições sertanejas conduzidas de S. Paulo em direcção ao valle de S. Francisco, das quaes não poucas vararam os sertões em busca de Porto Seguro ou do Espirito Santo, donde lhes vinha a longinqua tradição da *serra das Esmeraldas*. (2)

(1) Monsenhor Pizarro, nas suas *Memorias*, escreveu ainda *Tabaraboçú*.

(2) O Dr. Orville Derby, na sua monographia a respeito de *Uma das primeiras bandeiras paulistas*, assim o explicou tambem quando a proposito da vinda de D. Francisco de Souza a S. Paulo, em 1599, diz que «era o objecto principal da sua vinda promover a exploração de minas e muito especialmente, conforme contam alguns historiadores, procurar uma serra chamada *Sabaraboçú*, reputada mui rica de prata e da qual elle tinha recebido noticia estando no governo da Bahia.»

A lenda de *Sabaraboçú* vai ter larga repercussão entre os mamelucos de S. Paulo.

Começa aqui esse periodo das pesquizas sertanejas de que a expedição de 1602, do commando de Nicoláo Barreto, é uma das primeiras e mais memoraveis, mas cujos feitos só se salvaram para a Historia nas notas de viagem de aventureiro extrangeiro (1). Começa esse periodo das expedições longinquas para descerem indios para as lavouras ou para buscarem minas cujos thesouros, só um seculo depois de porfiadas tentativas, se desvendam. Um seculo inteiro a bater os sertões atrás de uma chimera...

E seria acaso uma chimera para os contemporaneos de Cortez, de Cabral, de Pizarro e de Alvarado correr aventuras, dar azas á imaginação, crear Potosis em todos os sertões, e El Dorados onde quer que o deschonhecido lhes podia deparar a elles os mais assignalados prodigios?

A historia é testemunha de como a humanidade se tem excedido a si mesma perseguindo uma chiméra. Colombo nos deu a America um mundo novo, correndo atrás de uma phantasia que a realidade não confirmou. Cortez destróe a possibilidade do regresso queimando os proprios navios para impor a certeza da victoria. O seu sonho havia de converter-se em realidade porque o destino o fizera *conquistador*.

Sebastião Tourinho, Dias Adorno, Gabriel Soares, Melchior Dias D. Francisco de Souzá são os obreiros inconscientes da Geographia dos nossos sertões quando, ao través do horizonte infinito e mudo do deserto, perseguindo a sua chiméra, descem aqui ao profundo dos valles para desencavar *minas de prata*, e alem galgam pincaros de serranias para lobrigar no longinquo horizonte os reflexos dessa *montanha resplandecente* que jamais appareceu.

Sonhos, chimeras, ficções innumeraveis, tudo é vão e praticamente incomprehensivel, e todavia é com isso que o mundo caminha.

S. Paulo, 21 de Julho de 1899.

THEODORO SAMPAIO.

---

(1) Roteiro de Guilherme Glimmer, publicado por Pizo e Marcgraff, em 1648.

Evaristo Ferreira da Veiga

(COMMEMORAÇÃO HISTORICA)

Quando estudamos a mentalidade e o patriotismo do povo brazileiro, naquelles de seus filhos, que, em tempos idos, se salientaram nas lettras, nas sciencias e na politica, observamos o mesmo phenomeno que tem occorrido e occorre no evoluir de um povo, quanto á cultura intellectual delle, sempre que o transumpto de todas as suas aspirações, de todos os seus ideaes em nenhuma outra cousa consiste senão na liberdade.

Os povos são como os individuos: logo que attingem á maioridade, difficilmente supportam a dominação ou a tutela, e quanto mais se desenvolvem e se esclarecem as suas faculdades, tanto mais nelles esse instincto, que tende para a emancipação com a insistencia do primeiro rebento da planta, em busca da luz e do carbono, se robustece, se avigora e se expande. Quem jámais poude suffocar esse instincto, sem o tornar mais violento na sua intensidade e no seu impulso ?

E essa paixão pela liberdade, incendendo a imaginação, tem produzido todos os vates, todos os grandes philosophos e principalmente todos os athletas da tribuna—verdeiros enviados do ceu, ou verdadeiros desvairados da terra, que só apparecem nos momentos mais solemnes e agitados da vida humana, isto é, quando elles vêm servir de orgãos potentissimos especialmente dos humildes e dos fracos, que constituem a maioria; quando encarnam, por assim dizer, o espirito de todos esses em lucta com a materia, as aspirações á liberdade em lucta com a fatalidade do mundo physico—eterno contendor do ho-

mem—, o bem em combate com o mal, as luzes em pugna com as trevas. E' de notar, porêm, que esses genios sempre surgem dos recantos mais obscuros, de berços humilimos, porque não ha com certeza eschola mais edificante do que o lar: ahi é que se escutam bem os gemidos e os suspiros da maioria do genero humano, que padece todos os vexames, todas as angustias e miserias, resultantes, entre varias circumstancias mais, da prepotencia de uma classe de individuos privilegiados, que o sentimento do egoismo e do orgulho crêa, e que todos ou quasi todos toleram, uns por pusilanimidade, outros por calculo e outros ainda, em maior numero, porque esperam resignados alguma reforma. Mas essa reforma só se opera de maneira por demais lenta e imperfeita, porque nem sempre concorre para ella a *solidariedade*,—aliás uma lei historica,—de tal sorte que Hobbers vai continuando a acertar, quando diz: «Homo homini lupus». E assim é, assim não póde deixar de ser e será talvez para todo o sempre, porque não existe uma logica perfeita entre os principios estaticos e os dynamicos, que presidem ao evolucionismo no mundo physico e á conservação e á propagação das idéas no mundo moral. As evoluções da materia, em geral, operam-se regularmente, quanto á essencia, quanto ao modo e ao tempo; ao passo que as do espirito se realizam de modo incompleto, ás vezes aspera e bruscamente, assumindo assim proporções de revolução, ou em epocas demasiado tardias.

Desde o alvorecer da razão e o despertar da consciencia do homem até ao grau de cultura, a que attingem, nesta hora do seculo XIX, quasi a expirar, quantos esforços supremos, quantos martyrios não tem custado o evoluir das idéas para a perfectibilidade, que é a nossa felicidade sonhada,—estrella, ou lampejo de estrella, que tanto mais se aparta de nossos olhos, quanto mais a seguimos! O progresso do espirito é indefinido, o evoluir das idéas é intermino, ao passo que, no mundo physico, a materia gyra dentro de um circulo vicioso: em quanto a chrysalida, por exemplo, depois de ter volitado no espaço em fórma de borboleta, volve ao mesmo ovulo, donde irrompera a larva, as idéas dominantes em dada epocha, não volvem nunca mais a ser as mesmas que as precederam.

D'ahi vê-se quão gigantesca deve ser a lucta, em que se empenham todos os reformadores, quão agitada a epoca, em que elles

surgem, e como, pois, o espirito humano opera prodigios em as suas variadas manifestações. Este phenomeno deu-se nos tempos coloniaes, em que o Brazil, chegado a sua maioridade, entrou a desenvolver a sua energia e actividade para sacudir o jugo da metropole bragantina; este phenomeno accentuou-se ainda mais após a nossa independencia, durante o primeiro reinado. Foi então que se deram a conhecer ao mundo individualidades privilegiadas como José Bonifacio, Antonio Carlos, Martim Francisco, José da Silva Lisbôa e, mais tarde, Evaristo Ferreira da Veiga, que, por se destacar dentre todos, como o consolidador de nossa independencia, do mesmo modo que em nossos tempos distinctos democratas o têm sido da Republica, mantendo com heroismo nunca visto e tactica politica pouco vulgar, o principio da auctoridade constituida, será o objecto do presente estudo.

*
* *

Nasceu Evaristo Ferreira da Veiga, na cidade do Rio de Janeiro a 8 de Outubro de 1799. Fadado como Mirabeau para as glorias da imprensa e da tribuna e, tendo um pae energico e inflexivel como o do immortal orador francez, já no lar paterno recebera uma educação esmerada que lhe acrysolou todos os nobres sentimentos e lhe enrijou o caracter, nunca desmentidos nos momentos mais difficeis e perigosos de sua vida. Ainda muito joven (1), tendo por mestres o P.e Marcelino Pinto Ribeiro e outros, dedicou-se ao estudo do francez, do inglez, latim, italiano, philosophia, historia e rhetorica, tornando-se mui versado neste ramo de conhecimentos, com os quaes logrou depois, no socego de seu gabinete, alcançar outros mais complexos e transcendentes, avantajando-se a não poucos dos que passaram pelas

(1) NOTA.—Aos 19 annos de idade concluiu Evaristo o curso de humanidades e era seu intento laurear-se na Universidade de Coimbra—o que não logrou fazer, pois não podia abandonar o velho livreiro—seu pae; precisava auxilial-o nesse genero de trabalho, como se verifica do Elogio Recitado pelo Tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva perante a Sociedade Amante da Instrucção, no Rio de Janeiro a 12 de Agosto de 1837. Não tem, pois, razão o «Jornal do Commercio", quando em sua edição de 12 de Maio do corrente anno assim se exprime sobre esse ponto: "... que (Evaristo), entretanto, não quiz se empenhar na conquista, em verdade, mais vaidosa e futil do que imprescindivel e ardua de um pergaminho".

Academias. Já éra chegado o momento, esse momento em que, ao agitar-se um povo todo pela sua liberdade, os grandes talentos surgem dos seus desconhecidos tugurios, quaes leões que irrompem de seus fójos e se lançam á arena do combate. Evaristo foi um desses athletas, quiçá o maior dellos, que na epoca da independencia do Brazil e na occasião em que estavamos em riscos de a perder luctaram por ella, com a penna e com a palavra.

Começou elle a sua missão de escriptor politico, escrevendo algumas brochuras anonymas, que a sua natural modestia não permittiu fossem conhecidas alèm de um circulo mui limitado de amigos. e nas quaes, atravez da apostrophes. da belleza das imagens e dos conceitos, se revelou o jornalista emerito, o tribuno pujante, que havia de apparecer com a «Aurora Fluminense» em 1827 e nas sessões parlamentares de 1830, porque nessas brochuras, como no «*Essai sur le déspotisme*» e nas «*Lettres de cachet e les Prisons d'Etat*» de Mirabeau, explode o amor ardente da liberdade, que despertou nelle tambem o sentimento poetico.

Sim, Evaristo era dotado de uma organização intellectiva fóra do commum, era tão malleavel o seu talento, que até na poesia—a mais bella das manifestações da arte—pudera tornar-se emulo dos nossos vates mais distinctos e consagrados, si tivesse propendido exclusivamente para as musas e não limitasse as suas producções neste genero a alguns hymnos patrioticos, dentre os quaes se destaca o vulgarmente conhecido por—*Brava gente brazileira.*

Este hymno que tão agradavelmente impressionou o Dr. Walsh, secretario de Strangford, embaixador de S. M. Britannica, por sua cadencia e harmonia, passou durante dez annos como producto do talento de Pedro 1.º, a quem o Visconde de Cayrú empresta o espirito duplicado dos antigos philarmonicos da Historia heroica. — *Theophilo* e *Amphião*, conforme se evidencia do artigo que inseriu no «Diario do Rio de Janeiro» de 10 de Setembro de 1833, subscrevendo-o com o pseudonymo de—*Jurista*. Esse cortezão laborava, porém, num erro deploravel, porque o hymno era da lavra de Evaristo. E qual não foi o seu desaponto, quando, depois que elogiou tanto essa composição poetica, o verdadeiro autor della, reivindicando despretencioso e modesto o seu direito de propriedade, escreveu pelas brilhantes colum-

nas da «Aurora»: «Esse hymno, acceito pelo povo da Côrte e provincias, estampado na obra do Dr. Walsh e elevado, emfim, a tantas honrarias, como as que eloquentemente refere o *Jurista, é sahido do humilde balcão e producção da nossa primeira mocidade.* Em que desastrado engano foi cahir o nosso antagonista? Sem duvida terá de desdizer-se ante o povo *caramuruano* de todos os seus louvores hyperbolicos, e de fazer solemne protestação de que esses encomios todos eram prodigalizados, porque elle suppunha ser o pobre hymno obra do Snr. D. Pedro I. Não sendo assim, o *Jurista* dá o dito por não dito, o declara *pueril, chôcho, mal metrificado e até jacobino e digno da forca!* »

E não foi só o mallogro, sinão tambem a contradicção, em que elle cahiu, respondendo a este topico do luminoso artigo de Evaristo: «—tu dissesté, não eu»—o que importa numa confissão.

Nem é de admirar tal geito ou systema de critica: em regra, os juizes litterarios fazem seus estudos e proferem suas sentenças ácerca das producções do espirito humano, tendo, mais em vista a pessoa do productor que a couza produsida; julgam da obra pelo autor della. Dahi quantas injustiças! As mediocridades decantadas, erguidas ao fastigio da fama e da gloria e os talentos de eleição mergulhados na obscuridade, morrendo muitas vezes á fome!

O Visconde de Cayrú não contestou a auctoria do hymno ao redactor da «Aurora», e quando o fizesse, já hoje a posteridade restabelecoria, vingaria a justiça violada, indicando, como documentos irrefragaveis, os *authographos* ou originaes daquella producção poetica, como de outras mais, existentes no archivo do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro.

Deixemos, porém, o poéta e vamos tratar do publicista, do politico, pois o theatro de suas glorias, consoante o disse e com incontestavel verdade um seu parente, consistiu «na imprensa, na Sociedade Defensora da Soberania Nacional e na Camara dos Deputados».

*
* *

Corria o anno de 1822, quando em virtude do Decreto de 29 de Setembro de 1821 emanado das Cortes portuguezas, D. João VI, que se havia refugiado com a sua familia em nossa Patria, teve que retirar-se della. Todos sabemos quaes foram as palavras que o regente,

ao regressar para a velha metropole, dissera a seu filho—D. Pedro I: Si o Brazil se ha de separar antes seja para ti, que *me has de respeitar*, do que para algum aventureiro.» (1)

Aqui ficou o filho com todas as vaidades e tresloucamentos, de que o accusam os historiadores, pensamento constantemente fixo no horizonte da patria primitiva, agora tão longe... além da vastidão do Atlantico, o coração magoado de saudades della e de seus paes, que haviam partido.

Sim, ficou aqui esse homem, que havia de trazer o brioso povo brazileiro illudido por muito tempo antes, como depois da independencia, porquanto, violando os principios do Direito publico, prometteu *outorgar* á Nação uma Carta Constitucional, como se dependesse isso dos principes e não fosse uma emanação da soberania do povo, e submetettel-a á Assembléa Nacional, sem cumprir a promessa, porque jurou a Constituição em 25 de Março, prescindindo daquella condição.

—Ora, para o grito de «*Independencia ou morte*» que a 7 de Setembro lhe rompera dos labios nos campos do Ypiranga, concorreram varias causas e circumstancias, menos, absolutamente menos a sua boa ventade, os seus intuitos

Uma escravidão de tres seculos, a cujo peso esteve a gemer este paiz; a liberdade do commercio maritimo que se iniciou em 1808, entre elle e as demais nações; a fundação de escolas superiores, de tribunaes, etc; a elevação do Brazil á cathegoria de Reino: os excessos e despotismo das Cortes portuguezas, exercidos sobre o povo brazileiro, em cujo peito naturalmente pulsava um coração patriota—eis em resumo, os elementos principaes que determinaram a celebre representação redigida por José Bonifacio, depois de terem dado já logar em Minas Geraes e no Rio de Janeiro a um movimento bastante pronunciado tendente á emancipação. D. Pedro I, porém, é que não havia de concorrer para ella, sinão quando lh'o conviesse; antes é mais certo que se lhe manifestava avesso, como se o verifica pelo documento para aqui transcripto e por seus actos posteriores ao juramento da Constituição. Eis o que escreveu elle ao pae a proposito

(1) Pereira da Silva—Os Varões illustres. Tom. II pag. 200.

das tendencias emancipadoras do povo brazileiro: «Queriam-me e dizem que me querem acclamar Imperador. Protesto a Vossa Magestade que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso; e que elles farão esta loucura, mas será depois de eu e todos os portuguezes *estarem* (1) feitos em postas, o que juro a Vossa Magestade, escrevendo nesta com o meu proprio sangue estas palavras: *Juro sempre ser fiel a Vossa Magestade á Nação e á Constituição Portugueza*».

E esse tresloucado e quixotesco principe, depois do 7 de Setembro, iniciou um reinado todo de lisonjas e de distincções honorificas á similhança do de seu pai; um reinado todo de divertimentos e dissipações, buscando dest'arte captar as sympathias populares, escravizar mesmos os seus subditos, porque decerto se inspirára nas paginas, onde se refere a bella historia de Cesar—tantas vezes heroe, tantas endeosado e uma só e para sempre apunhalado diante da estatua de Pompeu no recinto do Senado. E comtudo, o povo deixou-se enganar e nelle confiou, até que os seus actos ulteriores viessem pôr em relevo a sua indole e o seu caracter.

Como quer que a redacção do *Tamoyo* e a da *Sentinella*, desprestigiando os portuguezes, censurassem a ordem que elle—D. Pedro—expedira ao Governo Provisorio da Bahia, no sentido de se remetterem para o Rio de Janeiro todos os prisioneiros de guerra portuguezes, que estivessem dispostos a se engajar voluntariamente no serviço militar, dous officiaes patricios do principe espancaram barbaramente a David Pamplona—redactor da *Sentinella*. A Assembléa Constituinte, reunida a 23 de Abril, em cujo seio se distinguiam os Andradas, alarmou-se e, protestando contra similhante selvageria, reclamou providencias.

D. Pedro 1.º não attendeu a essa justa reclamação, mas, ao envez disto, exigiu por seu turno uma satisfacção para os officiaes portuguezes e para a sua augusta pessoa, reunindo em palacio a força armada, cujos intuitos não podiam ser sinão hostis. A' vista de tal attitude, a Assembléa declarou-se em sessão permanente; mas o principe, apoiado nas tropas, exercendo verdadeira dictadura, dissolveu-a,

(1) Talvez seja um *lapsus calami*.

e então os benemeritos da patria, os irmãos Andradas, Montezuma e outros foram presos e desterrados.

Em 1826, diz Armitage, morreu D. João VI, e D. Pedro, no intuito de collocar no throno sua filha D. Maria II, depois de celebrar o deprimente tratado de 28 de Agosto de 1828 com Buenos-Ayres, em virtude do qual perdemos a provincia Cisplatina (1), recorreu á intervenção da Inglaterra, de accordo com o seu gabinete secreto, que um historiador taxa de *irresponsavel, inconstitucional, absurdo e libertícida*. Em summa, esse homem, que aliás não devemos condemnar, porque era afinal de contas uma predestinação historica e sociologica, marchava neste caminho de desatinos, de ambições sem limites, de erros e imprudencias; a patria brasileira, exhausta em suas finanças, dilacerada por infrenes luctas partidarias, jazia immersa numa escuridão profunda, sem saber que rumo seguir, quando em 1827, similhante ao sol que rompe no horizonte a vivificar as plantas com o seu beijo quente, a alegrar a natureza toda com as inundações de suas luzes, surgiu um jornal redigido por Evaristo da Veiga! Bem vindo que foi elle e bem adequado o titulo que trouxéra ao de cima de suas columnas: «Aurora Fluminense». Dahi, como do alto da tribuna parlamentar, para onde o enviou a então provincia de Minas Geraes, como seu representante, Evaristo pugnou sem descanço, porém com afan, sem tibieza, porém com energia e denodo, pela Constituição e pelos direitos do povo, contra a politica despotica e imbecil do governo.

E a sua conducta, no desempenho dessa patriotica e nobilissima missão, foi precisamente o que concorreu para a abdicação do principe a 7 de Abril de 1831, porque a revolução desse memoravel dia jámais se effectuára, como se effectuou, si elle seguisse extremos, á maneira dos partidos que então se digladiavam.

O liberalismo moderado e auctoritario era a politica salvadora, naquelle tempo em que o liberalismo democratico seria um mal para o povo ignorante, atrazado e incapaz de tirar proveitos de reformas que o interessassem directa e immediatamente, como fosse, por exemplo, a federação (2), cuja consequencia havia de ser desde logo o es-

(1) Le Brésil, por C. Reybaud.
(2) Idéa, pela qual pugnaram com violencia o «Republico», o Luzo Brasileiro, o «Tribuno e outros orgams da imprensa ultra-liberal.

tabelecimento do governo republicano em cada uma das antigas provincias, quando a não poucas dentre ellas, escasseavam, falleciam mesmo, recursos proprios e outras condições imprescindiveis á organização de um Estado federado. Liberalismo, sim, que reformasse o que a experiencia estava demonstrando não convir mais e, pois, não dever subsistir, porém moderado, que conservasse o que fosse preciso permanecer ainda. Eis a synthese do programma politico de Evaristo da Veiga, tal como é licito deduzir-se dos seus escriptos e dos seus discursos, ungidos sempre desse bom senso, desse criterio que distinguem as doutrinas de Benjamim Constant, de Dunoyer, de Droz, de Benjamim Franklin e outros publicistas, até hoje apreciados por seu ecletismo e pela pureza de sua moral. O trecho seguinte do brilhante artigo que Evaristo escreveu á proposito da attitude dos separatistas, após o assassinato de Libero Badaró, prova sufficientemente o que acima acabamos de affirmar:

«Quando um povo geme nas cadeias de leis oppressoras e não ha meio algum por onde a illustração se derrame, então todos os esforços são razoaveis, todas as imprudencias permittidas. Mas, logo que ha representação do paiz, representação especial das Provincias, imprensa livre e garantias do cidadão, para que é necessario apressar aquillo que hade vir tranquillamente, sem violencia, si acaso a mudança das coisas o exige? Para que desejar que a mudança se opere entre perigos, no meio do frenesi dos partidos, e talvez se veja frustada pela mesma acceleração dos que a pretendem, quando o tempo, o derramamento das luzes politicas a trarião, caso fosse necessario?»

Com muito acerto e propriedade seus biographos e quantos o têm glorificado, tecendo-lhe merecidos elogios, o comparam a Benjamim Fracklin.

Si ha, na historia, dois homens perfeitamente assimilaveis, perfeitamente parecidos, sob quasi todos os pontos de vista, esses dois homens são com certeza o immortal redactor da «Aurora»—a encarnação viva do 7 de Abril de 1831, e o celebre philosopho e estadista americano. Similhantes no vigor da intelligencia, na rigidez do caracter e na pureza dos sentimentos, como parecidos foram na condição do nascimento, no modo de servir a Patria e até no de morrer

por ella, pois que ambos descendiam de paes humildes, que não puderam ministrar-lhes mais que os primeiros rudimentos das lettras..., sem embargo disto, lograram tornar-se notaveis pelo saber, reivindicando para o seu povo as liberdades perdidas, ingerindo-se nos governos, dos quaes nunca acceitaram nenhum provento até morrerem!

Si um delles, como disse Turgot, *eripuit cœlo fulmen*, do outro, bem podemos nós dizer: *eripuit sceptrum tyrannis!*

TULLIO DE CAMPOS.

O Tenente General Arouche Rendon

I

O tenente general José Arouche de Toledo Rendon, nascido nesta Capital aos 14 de Março de 1756, foi um paulista dos mais distinctos, já pela familia illustre a que pertencia, já pelos relevantes serviços que prestou á sua terra natal.

Tinha dois irmãos mais velhos do que elle, a saber: 1.º—Francisco Leandro de Toledo Rendon, nascido em S. Paulo em 1750 e formado em Direito pela universidade de Coimbra em 1779; foi ouvidor de Paranaguá em 1783 e falleceu em 1810, deixando do seu casamento com D. Anna Leonissa de Abelho Fortes, pertencente á distincta e historica familia *Pinto do Rego*, desta capitania, descendencia illustre que faz honra a S. Paulo até o presente, como sejam os *Mendes de Almeida* e outros.

2.º - Diogo de Toledo Lara Ordonhes, nascido em 1752 e tambem formado em Leis pela universidade de Coimbra. Voltando ao Brasil, servin alguns annos como ouvidor de Cuyabá (1) e lá foi multo considerado como magistrado honrado, expedito e justiceiro. Regressando a S. Paulo em 1791, fez em 1793 uma viagem a Portugal, lá foi nomeado socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisbôa e obteve daquella associação que fossem publicadas na Imprensa da Academia as *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente*, de F. Caspar da Madre de Deus. De volta ao Brasil, foi dezembargador do Paço e membro da Assumbléa Constituinte, onde não tomou assento. Falleceu solteiro em 1826, deixando grande parte dos seus bens á Santa Casa de Misericordia, desta Capital.

(1) Servia em Cuyabá como juiz de fora e ouvidor desde 1785 até 1790, deixando entre os cuyabanos muitos amigos e admiradores, Vide *Chronicas do Cuyaba*, no vol. IV desta *Revista*.

Tinha o general mais sete irmãs, que foram Anna Theresa, Caetana Antonia, Pulcheria Leocadia, Maria Rosa, Joaquina Luiza, Gertrudes Genefra e Reduzinda de Toledo. A primeira falleceu ainda moça e as outras todas ficaram sempre em estado de solteiras.

Estas senhoras residiam todas juntas na Travessa do Collegio, em uma casa que, em 1822, tinha o numero 11, e eram conhecidas na cidade polo appellido de *mocinhas da Casa Verde*; possuiam bens de fortuna e tinham cerca de quarenta escravos a jornal e em serviços domesticos e agricolas.

Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos Historicos da Provincia de S. Paulo*, e o dr. João Mendes de Almeida, nas suas *Notas Genealogicas*, se referem a este appellido das moças sem nos darem a sua razão de ser, ficando o leitor com o direito de suppôr que a casa em que residiam nesta Capital era externamente pintada de verde, quando a verdade é que ellas possuiam nos arredores da cidade uma propriedade agricola chamada *Casa Verde*, na qual, além dos generos alimenticios, cultivavam o cafóeiro e já no seculo passado colhiam alli café bastante para o consumo da familia e para presente aos parentes e amigos (1).

Todos os déz irmãos foram filhos legitimos do mestre de campo Agostinho Delgado Arouche e de D. Maria Theresa de Araujo Lara, paulistas das mais distinctas familias da capitania, cuja ascendencia remonta aos tempos heroicos do Portugal e dos diversos reinos em que estava dividida a Hespanha, na edade media, como se pode verificar pela *Nobiliarchia Paulistana*, de Pedro Taques. Ler a historia dos antepassados des'e casal é passar em revista todos os factos occorridos na capitania de S. Paulo desde os tempos de Martim Affonso até o fim do seculo XIX, já pela propria proeminencia, já pelas suas relações de sangue e de amizade com tudo quanto a capitania teve de mais fidalgo e mais distincto.

E' verdade que o casal tinha nas suas veias um pouco de sangue *guayná*, porque descendia de *Piquiroby*, cacique de *Ururahy* no começo do seculo XVI; porêm, este facto, como bem disse distincto

(1) Esta propriedade agricola existe ainda; é situada além do rio Tieté, entre a freguezia urbana de Santa Anna e a suburbana de Nossa Senhora do O', pertence hoje á familia Rudge e conserva até agora o nome de *Casa Verde*.

escriptor nacional, em nada prejudicou a sua posição social porque a filha de Piquiroby, convertida ao catholicismo com o nome de Antonia Rodrigues e casada com o portuguez Antonio Rodrigues, e a sua descendencia alcançaram a bemaventurança da multiplicação e de successivas nobilitações pelo entrelaçamento com muitas familias de alta fidalguia.

Ainda mais: «Esta multiplicação foi tão vasta, tão extensa, que hoje abrange todos os Estados da União; o cruzamento foi tão generalizado e deu-se em tantas direcções que já a *Nobiliarchia Paulistana*, escripta ha seculo e meio, não é mais do que a historia desta vastissima prole. Nem desmerece esta descendencia a mistura do sangue da filha de Piquiroby; pelo contrario, mais a illustra, porquanto sem ella as familias mais illustres desta parte do Brasil seriam, sim, brasileiras por terem nascido aqui, porém faltar-lhes-ia o *sainete brasilico* que só o sangue daquella princeza selvagem foi sufficiente para dar-lhes, não existindo até hoje na successão de tantas gerações outra raiz, além della, que as prenda ao solo brasileiro (1).»

II

Formado tambem em Direito pela universidade de Coimbra, a 13 de Julho de 1779, foi José Arouche por algum tempo advogado nesta Capital, onde ainda era pequeno o numero dos diplomados, e teve occasião de exercer os cargos de juiz de medições, juiz ordinario, juiz dos orphams e de procurador da coroa, em que se mostrou sempre proficiente e honrado.

Sentindo certo gosto pela vida militar, como era proprio da fidalguia paulista, assentou praça no estado-maior do exercito, já com o posto de capitão por ser homem egregio, e a sua folha corrida ou fé de officio, muito honrosa para elle e até hoje inedita, diz o seguinte:

---

(1) Havia ainda uma outra raiz, que foi Bartira Tebiriçá, filha de Tebiriçá, cacique guayaná de Piratininga, e casada com o portuguez João Ramalho, a qual tem ainda hoje descendentes muito distinctos em S. Paulo.

«ESTADO-MAIOR DO EXERCITO

Tenente-General José Arouche de Toledo Rendon

«Assentou praça de capitão aggregado ao 1.º Regimento de Infanteria de Milicias, hoje *Batalhão de Caçadores n. 32 de 2.ª Linha*, por patente de 13 de Janeiro de 1789; passou a mestre de campo do 2.º Terço Auxiliar, hoje *Batalhão n. 33 de 2.ª Linha*, por decretro de 2 Setembro de 1793; passou a inspector geral de Milicias desta provincia (1) por decreto de 15 de Novembro de 1808; passou a brigadeiro graduado, ficando dispensado do commando do Regimento e continuando no exercicio de inspector, por decreto de 17 de Dezembro de 1813, e á effectividade deste posto na arma da Cavallaria, por decreto de 6 de Agosto de 1817; passou a marechal de campo graduado por decreto de 13 de Maio de 1819 e a effectivo por decreto de 13 de Maio de 1822 e apostilla de 5 de Agosto de 1823. Foi dispensado do emprego de inspector geral de Milicias por decreto de 20 de Junho de 1822 e provisão do Conselho Ultramarino Militar de 10 de Outubro do referido anno. Passou a tenente-general graduado por decreto de 18 de Outubro de 1829.

«Por attestações dos Governadores e Capitães-generaes Antonio Manoel de Mello Castro e Antonio José da Franca e Horta (2) próva que a sua custa concorreu com bandeiras, caixas e instrumentos de musica para o seu Regimento, o qual conservava no melhor pé de disciplina; que no emprego de inspector geral de Milicias se portava com tal imparcialidade, regularidade e intelligencia que se fazia muito recommendavel no dito exercicio, tendo sido tambem incumbido de muitas deligencias, mesmo em grandes distancias da Provincia.

«Por attestação do brigadeiro chefe da Legião mostra que, sendo encarregado do recrutamento para aquelle corpo, enviou 141 recrutas e fez reconduzir 8 soldados desertores. Pelo Governador e Capitão-General desta provincia Marquez de S. João da Palma (3) foi encar-

---

(1) Deve-se ler *capitania* e não *provincia*.

(2) O primeiro governou a capitania de S. Paulo de 1797 a 1802 e o segundo de 1802 a 1811.

(3) Foi governador de S. Paulo de 1814 a 1817. Tenho em meu poder o attestado passado por Franca e Horta e tambem as cópias das patentes de brigadeiro graduado e effectivo, passado pelo Principe Regente.

regado da organização de dois corpos de voluntarios de Milicias a cavallo, que no anno de 1817 marcharam para a campanha do Sul, cuja commissão cumpriu de maneira que nada deixou a desejar, segundo attesta o mesmo exmo. Marquez.

«No anno de 1819 foi commandar as villas do norte desta provincia por ordem do Exmo. Marquez de Aracaty, então Governador e Capitão General [1], para obstar qualquer invasão e desembarque de tropas extrangeiras, em cuja commissão se conservou desde Outubro daquelle anno até Janeiro de 1820. A importancia desta commissão e a maneira por que se comportou nella, demonstrou por officios do mencionado Governador e Capitão General.

«Este marechal tem de serviço 40 annos e 8 mezes; destes 24 annos e 11 mezes em 2.ª Linha e 15 annos e 9 mezes em 1.ª Linha até 15 de Setembro do corrente anno de 1829.»

E' o que consta da sua fé de officio militar; mas não pararam ahi os grandes serviços que prestou á sua patria.

Em 1798 foi encarregado pelo capitão-general Mello Castro de inspeccionar as aldeias de indios existentes na capitania e de prover ao seu bem estar e desenvolvimento, e neste posto tomou muitas notas que mais tarde, em 1823, serviram de base para uma interessante *Memoria sobre as aldeias de indios da provincia de S. Paulo*, que foi publicada no volume 4.º da *Revista* do Instituto Historico Brasileiro.

Liberal e patriota, adheriu francamente á causa da independencia e foi enviado, em Janeiro de 1822, ao Rio como delegado da camara municipal de S. Paulo para pedir ao Principe Regente, D. Pedro, que desobedecesse aos chamados das Côrtes de Lisboa e ficasse no Brasil. Nesta commissão teve como companheiros o coronel Gama Lobo e tambem José Bonifacio, que foi por parte do Governo Provisorio, e o seu resultado foi ficar no paiz D. Pedro, que alguns mezes depois veiu a S. Paulo e fez a proclamação da independencia nos campos do Ypiringa. De volta a esta Capital foi, por seus bons serviços, intelligencia e provada fidelidade, nomeado commandante das armas

(1) Capitão general de S. Paulo de 1819 a 1821 e presidente do Governo Provisorio de 1821 a 1822; chamava-se João Carlos Augusto de Oeynhausen.

desta provincia, por decreto de 20 de Maio de 1822, quando o espirito publico se achava profundamente agitado e havia inconciliaveis divergencias entre os liberaes e patriotas, chefiados pelos Andradas, e os reaccionarios e retrogrados, dirigidos pelo general João Carlos de Oeynhausen e Costa Carvalho.

Convocada a Assembléa Constituinte, foi o general Arouche eleito deputado por S. Paulo, com José Bonifacio, Antonio Carlos, Paula Souza, Vergueiro, José Ricardo de Andrada, Fernandes Pinheiro, Velloso de Oliveira e Diogo Ordonhes, seu irmão já mencionado, que não tomou assento e foi substituido por José Corrêa Pacheco e Silva. Nesta assembléa sustentou, com Martim Francisco, Velloso de Oliveira, Fernandes Pinheiro, Antonio Carlos e Vergueiro, a idéa da fundação de um curso juridico em S. Paulo, que só quatro annos mais tarde, em 1827, foi levada a effeito por Fernandes Pinheiro, então ministro do Imperio. Prudente e moderado, não tomou parte nas discordias que lavravam no seio da Constituinte e não foi envolvido nas violentas medidas de repressão e de deportação adoptadas por Pedro I depois da dissolução.

Eleito ainda deputado geral para a legislatura ordinaria de 1826—29, não quiz tomar assento porque se achava já velho e adoentado e foi substituido pelo brigadeiro Ignacio José Vicente da Fonseca; porém, retirando-se da politica geral e deixando-se ficar em S. Paulo, continuou a prestar bons serviços nos conselhos do governo e em outros ramos da actividade humana e a influir beneficamente na politica da antiga provincia.

III

Foi, com o velho Brotero, o organizador dos cursos juridicos desta Capital e o primeiro director da nossa academia de Direito,—cargo que exerceu por varios annos e do qual se exonerou em 1833. Não leccionava cadeira alguma; havia já trinta e nove annos que tinha trocado a carreira do Direito pela das Armas e devia estar inteiramente esquecido dessa sciencia para ensinal-a e muito avançado em edade para voltar a estudal-a de novo. Durante seis annos que dirigiu a academia, de 1827 a 1833, foram nomeados e tomaram posse os seguintes lentes:

1.º. José Maria de Avellar Brotero, que leccionou até 1871 e falleceu em 1873.

2.º. Balthazar da Silva Lisboa, que serviu somente dois annos, de 1828 a 1830, e demittiu-se do cargo.

3.º Luiz Nicoláo Fagundes Varella, que funccionou por tres annos sómente, de 1828 a 1831, porque falleceu neste anno.

4.º. Padre Antonio Maria de Moura, de 1828 a 1842, anno em que falleceu.

5.º. Carlos Carneiro de Campos, depois visconde de Caravellas, de 1829 a 1858, anno em que foi jubilado.

6.º. José Joaquim Fernandes Torres, de 1829 a 1833, anno em que demittiu-se e foi figurar na politica de Minas.

7.º. Prudencio Geraldes Tavares da Veiga Cabral, nomeado em 1829 e jubilado em 1861. Foi genro do general Arouche e teve o seu casamento annullado por um processo judicial que encheu o general de desgosto e abreviou os seus dias.

8.º. Thomaz José Pinto de Cerqueira, que tomou assento em 1830 e demittiu-se em 1834.

9.º. João Candido de Deus e Silva, que serviu sómente um anno, de 1830 a 1831, e demittiu-se do cargo.

10.º. Clemente Falcão de Souza, nomeado em 1830 e jubilado em 1864.

Por decreto de 11 de Agosto de 1827 foi creada a academia de S. Paulo e por outro decreto de 13 de Outubro desse mesmo anno foram nomeados o general Arouche seu primeiro director e o velho dr. Brotero seu primeiro lente. A inauguração teve logar a 1.º de Março de 1828, com muita pompa, grande concorrencia de povo e presença do mundo official, ecclesiastico e militar. Os frades franciscanos haviam cedido uma parte do edificio do seu convento para o funccionamento da academia, reservando o resto para a sua habitação e exercicios religiosos; porêm, ou porque o espaço cedido pelos reverendos frades fosse pequeno demais para as necessidades das festas da academia ou porque houvesse algum abuso, dando-se á concessão maior elasticidade do que a que estava na intenção dos mesmos frades, o que é certo é que para as festas da inauguração das aulas se occupou maior espaço do que o concedido e invadiu-se até a clauzura do

convento, com grave vexame dos reverendos que alli residiam. Dahi veiu o seguinte protesto do guardião, que por ser curioso e inedito, reproduzo aqui:

«Ex^m.^o e Rv^m.^o Senhor:—V. Ex.ª R^ma. a quem o SENHOR collocou a frente desta Igr^a. Paulistana haja por sua bondade de attender as razões, q' humildemente dirijo a sua respeitavel presença, como Zelador, e conservador das Constituiçoens Apostolicas: e fonte donde deve dimanar a perfeita moral, e observancia da Ley de N. S Jesus Christo.

«Em consequencia da Portaria de 27 de 9br.^o de 1827 em que Sua Magestade o IMPERADOR foi servido honrar-nos com a eleição deste Convento p.^a se principiar o Curso Juridico nós promptamente, e com toda a satisfação aprezentamos os lugares, q'. mais forão do agrado de Sua Exª., o Snr' actual Presidente. Este mesmo Snr'. nos tem honrado muito já com sua estima, já fazendo ver ao Ministerio, q'. tinhamos tido toda a attenção com os seus sabios desejos donde resultou, q'. Sua Magestade o Imperador mandasse agradecer aos Religiosos a boa vontade, q'. tinhão mostrado em executar suas Imperiaes ordens. Transcrevo aqui o Officio do Illmo. e Exmo. Snr'. Prezidente para V. Ex.ª R^ma. ver não só o qt^o. devemos a bondade do m^mo. Exmo. Snr'., como tãobem o paternal coração de Sua Magestade O IMPERADOR.

COPIA

«Sua Magestade O IMPERADOR, tendo tomado em Sua Alta Consideração a boa vontade, e particular satisfação, que os Religiosos patentearam em ceder no edificio do seu Convento as cazas precizas para o estabelecimento do Curso Juridico nesta Capital; me ordena, que lhes louve no seo Augusto Nome esta deciziva prova do generoso interesse, que tomão pela felicidade da Nação, contribuindo de tão bom grado para aquelle vantajozo estabelecimento; o que lhes participo para sua intelligencia. D^s. G^e. etc. Palacio do Governo de S. Paulo, 1.^0 de Fevr^o. de 1828.

«*Thomaz Xavier Garcia de Almeida.*»

«Daqui se ve tãobem Exmo. e R^mo Snr', que o Curso Juridico foi estabelecido dentro do Convento, e por consequencia dentro da

Clauzura. A Clauzura está demarcada pelas Constituiçoens Apostolicas, e não pode ser mudada a arbitrio de qualquer particular. Gregorio nono na Bulla—*Quo elongati*, 28 de 7br°. 1230 diz — *Nomine Monasterii volumus Claustrum, Domos, et Officinas interiores intelligi*; e pelas mesmas palavras se explicão Innocencio 4.°, e Alexandre 4.° nas suas Bullas q'. principião—*Ordinum vestru'*.

«Entretanto consta de certo, que as Senhoras vem assestir dentro do Convento a abertura do Curso Juridico. Eis aqui o que implica com as Bullas, com o decoro do Convento, com o systema da moral. Nós dèmos lugares para homens estudarem, e serem uteis hum dia á Nação; porem foi sempre na ideia de q'. se guardarião as leis q', não implicando com os seus estudos, e aproveitamento, fazem huma grande parte do Systema da Religião. Ninguem pode ceder daquillo, q'. lhe hé de ultima necessidade, e muito principalmente quando penas fortissimas tem de ligar aos violadores. Nós não podemos ceder de nos utilizar da mesma Portaria, q'. serve de entrada aos Snrs. Estudantes, ao menos nas oras, q'. não são dos seos Estudos: pois hé de ultima dificuldade o servirnos p.r.ª Confissoens, e esmolas por huma porta no fundo do Quintal.

Podemos promiscuamente utilizarmo-nos da mesma porta: pois não hé contraditorio, antes muito racional, e decoroso Os snrs. Estudantes acharão nos Religiosos todo o agazalho, e affabilidade, e nos teremos a satisfação de sermos estimados de todos. Tal hé a idéa, e plano, q'. formo, e q'. a experiencia demonstrará. Os snrs. Estudantes não precizão do Claustro, e nos precizamos não só para dar sepultura a nossos Irmãos, como tãobem para as Procissoens em dias, q'. não se encontrão com os seos Estudos. Esta hé certamente a Vontade de Sua Magestade Imperial. Nem nos devemos esperar outras de tantos Senhores bem educados, e de tão Sabios Governadores, e Lentes, q'. nos vem honrar nesta Casa de S. Francisco.

" Não ha necessidade alguma de q'. as Senhoras venhão assestir a abertura do Acto, dentro do Convento, e então poder-se-hia fazer a Abertura com mais pompa na Igreja, e depois hirem para hum bom Consistorio na Ordem: " e tomarem hum copo de agoa, sem q'. todo este povo entrasse em huma forte murmuração, sem que houvessem bastantes peccados pela falta de caridade q', rezulta das questoens,

q'. se movem em taes circumstancias, e sem q'. nos mesmos fossemos o alvo de muitas settas. Não ha de faltar (como ja vai apparecendo) q.m deffonda, e quem attaque este projecto.

" A Bulla de S. P. 5.º (1), que principia—*Regularium personarum*, 24 8br.º 1566 diz—*Motu proprio, et ex certa scientia, ac de Apostolicæ potestatis plenitudine, omnes, et singulas facultates, ac licentias ingrendiendi Monasteria, ad Domos Carthusiensium, at aliorum quorum cumque Regularium Ordinum, etiam Mendicantium, et mulieribus cujus cumque status, gradus, ordinis, conditionis, et quacumque dignitate, ac præminentia præditis, etiam Comitisiis, Marchionisis, Ducisis, sub quibuscumque verborum tenoribus, et formis, et cum quibuscumque etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque fortioribus efficacioribus, et in solilis clausulis, nec non irritantibus Decretis ab Apostolica Sede quomodocumque concessas, quarum tenores, perinde, ac si de verbo ad verbum præsentibus insererentur, haberi volumus pro expressis, tenore præsentium revocamus, et casas, irritas, et inanes esse decernimus, districte prohibentes mulieribus quidem præditas facultates, et licentias pretendentibus, sub ex-communicationis latæ setentiæ pœna, postquam harum litterarum notitiam habuerint, á qua non possint absolvi, á Nobis, aut Romano Pontifice, qui pro tempora fuerit, præterquam in mortis articulo, nec dictus Domos, et Monasteria ingredi audeant. Ipsis vero Monasteriorum, et Conventuum Abblatibus, Præpositis, Prioribus, et aliis Præsidentibus quocumque vocentur, et eorum Monarchis, Canonicis, et Fratibus, sive Mendicantibus, sive non Mendicantibus, sub privationis officiorum, quæ in præsentia obtinent, et inhabilitatis in posterum ad illa, et alia omnia, et suspentionis á Divinis, ipso facto sine alia declaratione, incurrendis pœnis, ne eas introducere, admitterevé præsumat.*

«Rogo portanto, e supplico humildemente a V. Exc. Revm.a em nome de Nosso Serafico Patriarcha, da S.ta Só Apostolica, e m.mo de S. Magestade o Imperador, q.' se digne promover a Inviolabilidade destas Leis, e fazer com q.' as Snr.as em tal cazo assistão na Igreja ao *Té Deum Laudamus*, q.' faremos em Acção de Graças logo depois da Oração de Abertura.

---

(1) São Pio V, papa de 1565 a 1572.

D.ª Nosso Snr.' derrame sobre V. Exçª. milhares de Graças, e beneficios.

26 de Fevr.º de 1828.

De V. Exç.ª
Subdito m.to attento, e respeitador
Fr. Jozé de St.ª Delfina.
G.am»

Foi attendida a reclamação do escrupuloso guardião; as familias não penetraram no interior do convento, ficou salvo o systema da moral, mantida a inviolabilidade da clausura e as festas foram na sacristia da egreja de S. Francisco, unida ao convento onde se installou o curso juridico de S. Paulo, que alli funcciona até o presente.

IV

O general Arouche foi um zeloso protector da Santa Casa de Misericordia desta Capital e na qualidade de seu provedor fazia lhe doação dos vencimentos que recebia como director da faculdade de Direito,—factos estes que muito abonam os seus sentimentos caridosos. Foi tambem um dos contructores da egreja de Santa Ephigenia, a que fez importantes donativos.

Reformou-se no posto de tenente-general effectivo e falleceu a 26 de Junho de 1834, com 78 annos de edade.

Do seu casamento com d. Maria Thereza Rodrigues de Moraes não deixou descendencia; mas, tinha uma filha natural, chamada Maria Benedicta, havida em tempo de solteiro e legitimada, a quem deixou como herdeira de seus bens. Esta casou-se, mas não teve filhos e nella extinguiu-se a geração do paulista illustre que tanto honrou a sua terra natal. O largo do Arouche, formado em terreno que foi de sua propriedade, perpetúa a sua memoria e um seu retrato a oleo, conservado na Santa Casa de Misericordia, relembra os grandes beneficios que fez áquella pia instituição.

Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos Historicos*, e o dr. João Mendes de Almeida, nas suas *Notas Genealogicas*, não dizem a que familia pertencia d. Maria Thereza, esposa do general. Era filha do cirurgião-mór Jeronymo Rodrigues e de d. Maria Potencia Leite de Moraes, neta paterna de outro Jeronymo Rodrigues, de Portugal, e

neta materna de João Leite de Moraes e de d. Maria de Lara e Almeida. Foi casada em primeiras nupcias com o ajudante Victorino Pinto Guedes e, tornando-se logo viuva, casou-se em segundas nupcias com o general Arouche nesta cidade, en 1791. Jeronymo Rodrigues, sogro do general, na sua qualidade de cirurgião-mór, prestou serviços ao governo portuguez e remetteu, por Martim Lopes, a Lisboa os documentos desses serviços para obter a recompensa ou favores a que tivesse direito. Este direito foi transmittido a sua filha Maria Thereza e annos depois era ainda defendido pelo general, que desposou aquella senhora.

D. Mar a Benedicta, a filha legitimada do general. fez um casamento desgraçado com o dr. Prudencio Geraldo Tavares da Veiga Cabral, lente da nova academia, de quem atraz já se fez menção. Um tal enlace não era do seu gosto; o noivo era um homem nervoso e passava por ser um tanto estroina e mesmo maluco; mas pertencia á academia, era lente, tinha uma boa posição social e pareceu ao general que era um bom partido. Fez-se o casamento; porém, na mesma noite das bodas, quando os convidados se retiravam, o noivo arrependia-se do que praticára e passeava em uma sala, todo agitado e repetindo as palavras: — « Que fizeste, Cabral? »

Deixou a casa nessa mesma noite, nessa mesma hora, para nunca mais lá voltar. Por parte da noiva foi proposta acção de nullidade do casamento, que foi julgada pelos tribunaes do paiz na parte civil e os respectivos autos ainda existem nesta cidade, sendo considerados como verdadeira curiosidade juridica, já pela proeminencia dos litigantes, já pela raridade da especie. Pelo lado religioso a materia foi levada até ao papa, em Roma, que concordou com a nullidade proposta e removeu os ultimos escrupulos da familia relativos a este lamentavel acontecimento. Nenhum delles jámais se casou outra vez. Elle continuou a reger a sua cadeira de lente até 1861, quando jubilou-se, e falleceu em 1862, e ella legou toda a sua fortuna á familia Rego Freitas. O bellissimo e populoso bairro da cidade, chamado *Villa Buarque*, está todo edificado em terreno que foi de sua propriedade.

V

Amigo sincero da monarchia constitucional representativa, ficou o general Arouche desagradavelmente impressionado com o plano de alguns reaccionarios de proclamar o governo absoluto de Pedro I, que passou dois annos depois de outorgada, em 1824, a constituição politica do imperio sem convocar o corpo legislativo nacional. Para muitos este plano era sómente dos cortezãos e dos retrogados, não tendo D. Pedro parte alguma nelle, nem favorecendo de qualquer modo a sua realização. Entretanto, o proprio ministro da Guerra, José Clemente Pereira, não fazia mysterio desse plano, no Rio de Janeiro, e o commendador Manoel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro chegou a agir no sentido de realizal-o em Taubaté e em outras villas do valle do Parahyba, onde servia o cargo de juiz de fóra.

O general Arouche, monarchista sincero e dedicado á dynastia bragantina, pertencia ao numero daquelles que acreditavam na lealdade de Pedro I e na sua desinteressada adhesão ao regimen constitucional que decretára e fizera jurar a 25 de Março de 1824. Entre os papeis velhos por elle deixados á sua familia e por esta a mim confiados, encontrei um protesto manuscripto contra o commendador Souza Chichorro e contra as camaras municipaes da sua circumscripção judiciaria, que por servilismo, bajulação, medo ou ignorancia se propuzeram a auxiliar a realização do governo absoluto de Pedro I Transcrevo em seguida esse protesto como um elemento a mais para o conhecimento do caracter do general e para o estudo da historia do curto e agitado governo do primeiro imperador.

« Lendo no *Diario Fluminense*, de 14 de Maio, os documentos que dizem respeito ás sediciosas suggestões do Juiz de Fóra de Taubaté e mais villas da sua dependencia, em S. Paulo, para proclamar alli o governo absoluto, não pude deixar de me mortificar, muito particularmente por me lembrar que a Provincia que mais se distinguiu na proclamação da liberdade politica do Brasil se vê agora manchada com uma tentativa em opposição á liberdade civil, não obstante que tal infamia não deve transcender além do sr. Chicorro. Sim; a historia não se encarregará dos nomes dos membros daquellas camaras sinão para recommendar ao despreso a sua nullidade.

«Voltando ao sr. Chichorro, estou certamente persuadido, qualquer que seja a sua perversidade, que elle mesmo não pesou o mal que se dispunha a fazer ao nosso Heróe e ao Brasil, segundo a ignorancia que dá a conhecer naquelle manejo e no seu officio de Maio, não obstante que seja capaz o sr. commendador de sacrificar a gloria que toca ao nosso Augusto Imperador de ser o fundador do primeiro imperio livre do mundo a troco de qualquer casaca com que effectivamente cobriria o seu corpo e descobriria a sua infamia (1)

«Este attentado parece provir da benevolencia e pouca severidade das repartições do Imperio para com os cabildantes de Montevidéo, e mesmo as suas portarias de 13 de Maio desapprovam os passos do tal commendador Juiz de Fora em nome das camaras com tanta docilidade, que a não serem as medidas tomadas em Conselho mal podia o farçante sentir o horror do seu crime. Bemdicto seja tão illustrado Conselho e abençoado seja para sempre, com toda a sua progenie, o immortal Defensor Perpetuo e Imperador Constitucional do Brasil, que não é capaz de aberrar do caminho da justiça, nem com as sedições de todos os hypocritas, como o sr. Juiz de Fora de tres villas.

«Se eu fosse a fazer reflexões sobre a materia iria longe; concluo então com uma observação sobre aquella parte do dito officio: *Si se declarar a vontade da capital como eu espero, o Nosso Augusto Imperador re-entrará no goso dos seus inauferiveis Direitos de Monarcha Absoluto*.

«Dá-se maiar pedantice! O sr. Juiz de Fora julga Sua Magestade Imperial constrangido? Não sabe a historia de Henrique IV, da Inglaterra, que por sua viciosa declaração de direitos lançou a sua posteridade e a nação em uma serie infinita de calamidades? Ignora que o nosso Augusto Imperador tem por seu mais honorifico titulo, eterno e inauferivel—UNANIME ACCLAMAÇÃO DOS POVOS? Não sabe que o nosso Heróe despresa a memoria dos Caligulas, Neros e Caracalas e que só quer se parecer com os Henriques 4.os, de França, com os Titos, Antoninos e Marcos Aurelios?

---

(1) Aqui traz o manuscripto a seguinte nota:
«*La misma capa que te encubre la misma te descubre*», disse Philippe II ao carniceiro que encontrou em Lisboa vestido a cavalleiro».

«A proposito lembra-me uma anecdota:—Jacob I, rei da Inglaterra, entretendo-se á mesa em companhia de dois bispos, Andrewes e Neile, poz o rei (1) em questão si não podia sem as formalidades do Parlamento tomar o dinheiro dos seus subditos quando tivesse necessidade, e excusando-se o primeiro com o especioso pretexto de não ser versado em materias parlamentares, accudiu o segundo mui lampeiro:—*Senhor, nós não respiramos outro ar que não seja por Vossa Magestade; que duvida póde, pois, haver que o possaes fazer.*—Jacob, comtudo, que não tinha bastante fé na decisão de um tão vil lisongeiro, insistiu com o honrado Andrewes para que désse a sua opinião, ao que o bispo satisfez do modo seguinte:—*Senhor, eu creio que sem offender lei alguma Vossa Magestade pode tomar o dinheiro aqui do meu confrade Neile porque elle vol-o offerece.*

«No mesmo caso conformo-me com este parecer e, ou o sr. Juiz de Fora seja tolo ou velhaco, bom será fazel-o ser governado despoticamente, não por um principe justo, que perderia nisso a sua dignidade, mas sim por um carcereiro por todos os dias da sua vida.»

Este protesto não tem, de certo, a linguagem floreada e a eloquencia arrebatadora de muitos pamphletistas modernos, Torres-Homem, Landulpho, Amaral e outros, e mesmo é obscuro quando se refere ao cabildo de Montevidéo; mas é sincero e nelle se reflecte todo o sentir do paulista honrado e simples que ainda acreditava na lealdade constitucional do primeiro imperador. A anedocta dos dois bispos inglezes e a sua applicação ao caso do commendador Chichorro mostram que o general tinha não sómente patriotismo e amor ás instituições liberaes, mas tambem muito espirito e uma certa malicia, bem combinados com o bom senso e com a profunda aversão ás formulas do despotismo.

VI

Não obstante as suas multiplas occupações, já como advogado, já como magistrado, já como militar, era o general um homem de negocios,

(1) Henrique IV, rei da Inglaterra de 1400 a 1413, foi um usurpador violento e deu por seus actos origem á longa e desastrosa *Guerra das Duas Rosas* entre as casas reaes de Lancaster e de York. Jacob é conhecido na historia por Jaime e era filho da desgraçada, Maria Stuart, rainha da Escossia; succedeu á rainha Elisabeth na corôa da Inglaterra governou mal de 1603 a 1625 e foi pae do rei Carlos I, desthronado e enforcado por Cromwell em 1649.

previdente quanto ao seu futuro bem estar, methodico e systematico até nos menores negocios. Possuia elle nesta capital um bom numero de predios, sendo 7 na antiga rua do Principe, hoje Quintino Bocayuva, 3 na rua do Quartel, 4 na rua da Freira, hoje Senador Feijó, uma na rua de S. José, hoje Libero Badaró, uma na rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias, e uma na rua do Jogo da Bola, mais tarde rua da Princeza e hoje Benjamin Constant—total, 17 casas, sendo uma de sobrado.

De cada uma destas casas conservava elle escri, turação especial, em fórma de conta corrente, com os nomes dos inquilinos que nellas residiam, importancia do aluguer, datas dos pagamentos e despesas da sua conservação. Transcreverei algumas dessas notas, não sómente por serem curiosas, como para servirem de base de compáração entre a cidade de S. Paulo de setenta annos atraz e a prospera capital de hoje:

—Rua do Principe, n. 10, alugada mensalmente a Francisco Loureiro por 1$600, em 1824, passando de 1825 em deante a 2$000 por mez até 1829.

—Rua do Principe, n. 11, alugada mensalmente a Gertrudes Maria de Jesus, mulher parda, por 1$600, passando de 1825 em deante a 2$000.

—Rua do Principe, n. 12, alugada a Marcellino Motta, mensalmente por 1$600 e depois de 1825 a 2$000.

—Rua do Quartel, n. 14, alugada á viuva Portilho, mensalmente por 5$000, sendo fiador o coronel Francisco Alves Ferreira do Amaral, em 1824; entregou as chaves em 10 de Fevereiro de 1825, ficando o sr. coronel a dever um mez e dez dias. Passsou a ser occupada pelo escrivão da camara Benedicto de Toledo, a 6$400 por mez; ficou a dever 25 mezes, de que passsou credito em 14 de Março de 1827. Recebeu então as chaves o sargento-mór Diogo José Machado, que a tem pago até 22 de Outubro de 1829, quando aforei ao sr Queles, a quem hoje pertence.

—Rua do Quartel, n....., alugada em 15 de Julho de 1829 ao sr. Carneiro de Campos (1) a 12$800 por mez. Recebi tres mezes até

(1) Foi um dos primeiros lentes da Academia de S. Paulo, e seu director de 1833 a 1855; jubilou-se em 1858 com 29 annos de magisterio. Foi depois o Visconde de Caravellas.

15 de Outubro. No dia 15 de Dezembro entregou as chaves estando a me dever 21$330; mandou-me um bilhete de 50$000 para pagar-me e dar-lhe 28$670 de troco, que mandei pagar pelo Barreto. Tomou as chaves Joaquim José Freire da Silva em 6 de Dezembro de 1829 e entregou-as em 15 de Maio de 1831, ficando a dever um anno de aluguer, pelo qual o filho se obrigou. A 18 de Maio foram as chaves ao estudante Raphael de Araujo Ribeiro a pedido do sargento-mór Godoy.

—Rua do Jogo da Bola, casa com quintal murado e portão, alugada ao cirrurgião-mór Toledo em 1823, por 1$000 mensaes. Dei ordem ao meu procurador Borges para que não recebesse os alugueres do sr. Toledo.

—Rua da Freira, n. 20, alugada ao mestre sapateiro Francisco de Paula, mensalmente por 1$920, em 1823; pagou ao procurador até 17 de Janeiro de 1826; mas negro velhaco, foi executado e penhoraram-lhe as bagatelas; recebi as chaves em 24 de Junho de 1827, com 4$000, ficando outros 4$000 para as custas. Entrou então na casa Carlota Joaquina com fiança de D. Gertrudes Feijó, que mandou-me como penhor um annel de pedras brancas, que lhe restitui quando saldou a conta.

Sobre a casa n. 22, da rua da Freira, alugada em 1824 a Anna Polycena por 5 patacas mensaes, encontra-se a seguinte nota:

« Foi aforada a Domingos Carlos Pereira a 12 de Novembro de « 1829, ficando Anna Polycena a dever desde 1.º de Agosto de 1828 « até a data do aforamento. Domingos Carlos, com o meu consenti- « mento, passou o fôro a Henrique Stockler e este, vendo-se perdido, « criminoso de morte e preso, fez cessão do fôro, e eu recebi as cha- « ves, que entreguei ao sargento-mór Antonio Xavier de Miranda, em « 20 de Dezembro de 1831, pelo modico aluguer de 2$560 mensaes.»

Esta nota é um tanto suggestiva: Libero Badaró foi assassinado nesta capital na noite de 20 de Novembro de 1830 e segundo rezam as chronicas do tempo por tres allemães, dos quaes um se chamava Simão Stock. Com a facilidade de se corromperem os nomes extrangeiros, como *Tacks* para Taques, *Leims* para Leme, etc., é possivel que o verdadeiro nome do assassino fosse Stockler, que é bastante commum em S. Paulo e Minas, e pela nota acima vemos que em 1830

o general teve como inquilino em sua casa n. 22, da rua Freira, um individuo chamado Henrique Stockler, que nesse tempo se tornou criminoso de morte e foi preso. Não haverá alguma relação entre este Henrique e aquelles allemães, assassino de Badaró? E' um ponto importante da historia paulista, deixado até hoje na obscuridade e que aquelle general bem podia nos ter esclarecido.

Por estas minuciosas notas, que representam apenas uma pequena parte do livro de que foram extrahidas, vemos a attenção que o general dava aos seus negocios, e era tão cuidadoso que tinha escripta especial para uma casa da rua do Brigadeiro Tobias, alugada por tres patacas por mez e para despesas até de 80 réis feitas nos seus predios.

Como documento de valor para as suas qualidades de homem de negocios e tambem como amostra das suas relações com seus irmãos, transcrevo abaixo uma carta particular por elle dirigida ao seu irmão Diogo Ordonhes, que se achava em Lisboa em 1794, depois de ter estado alguns annos em Cuiabá como magistrado. Para apreciar a linguagem da carta e o tom um tanto paternal que a caracteriza, deve-se levar em vista o facto de Diogo Ordonhes ser quatro annos mais edoso do que o general, como elle formado em direito em Coimbra e magistrado de alta capacidade moral e scientifica. A carta diz assim:

«Mano Diogo:— Tenho recebido as vossas cartas, a excepção da primeira, que cá não chegou. Estimo que passes bem, já livre de molestias.

« Esta vae pela corveta que breve desferra do porto de Santos e de que é capitão o Piedade, moço, bom rapaz, e muito melhor para ouvir os seus disparatos. Esteve aqui em termos de ir tourear de capinha, mas tomou melhor accordo a conselhos dos interessados na sahida do barco.

« Hontem me appareceu aqui aquelle vosso F. Henriques, que veiu do Cuiabá e parte já para Santos para ir na mesma corveta, no rancho do contra-mestre. Por elle vos envio cinco cannas cardosas, das que pedistes; são as que pude apromptar depois da vossa carta de 31 de Agosto passado. Uma tinha eu, tres tinha a mana D. Caetana e uma a sra. D. Marianna; ellas gostosamente as offereceram quando souberam que as querieis. Já as encommendei para Coritiba e quando vierem mais vos irão.

« Neste mesmo navio vos vae um caixote de café da *Casa-Verde*. Estamos a espera do *Santos-Martyres* e do navio dos Freire, segundo diz a praça de Santos. Deus queira que venham logo e que me tragam os ornamentos de que tanto se descuidou o Lacerda, e já vejo que não servo para correspondente.

« Esta corveta em poucos dias carrega, pois a praça de Santos está atacada de generos de embarque. Eu podia nella mandar o resto do vosso dinheiro em algodões, que o capitão queria levar na camara, e elles se acham promptos; comtudo não o faço visto que vós tanto desconfiastes da corveta, não só em razão do barco, como por causa dos francezes. Portanto, como elles se acham promptos, isto é, os algodões, podeis ficar certo de que hão de ir no primeiro navio que sahir, que ha de ser um dos dois que se esperam, e vós si quizerdes podeis segurar, para o que com esta irá a conta.

« Creio que já lá está a salvamento o navio *Cysne*, que bom cuidado me dá, a mim e mais a José Antonio. Si os generos estiverem ainda com o valor quo vós informaes a José Antonio, não perderemos o trabalho e lucrareis na partida de couros que foram por vossa conta.

« A nossa gente anda toda boa. A cidade está ha muito tempo em uma revolução de Festas Reaes, bem atrapalhadas com as chuvas Comtudo ellas se têm feito com mais accio e grandeza do que permittiam a pobreza e pequenez da terra. No fim vos irá uma relação fiel de tudo.

« As minhas recommendações antigas supponho estarem muito na vossa lembrança e por isso não as repito.

« Quando mandardes o brazão deve vir um em meu nome para ter cada um o seu, e mandae-me um sineto em prata, com a conta da despeza que me pertence.

« A Lacerda recommendei muito que procurasse nas mãos de Antonio Lobo uns papeis e serviços do fallecido meu sogro, que Martim Lapes tinha levado, como consta das cartas do mesmo, que de lá escreveu. Vêde si podeis arrecadar esses papeis e guardae-os, mandando a minha custa tirar uma copia por qualquer amanuense, ou resumo, para me mandardes e eu assim saber o que ha, pois cá não ficou nada e cuido que foram os proprios originaes. O vosso

dinheiro, que parava em minha mão, eram 604$800, e abatendo 482$400 que foram importando os 300 couros que levou o navio *Cysne*, ficam 122$400, que hão de ir em algodões; e como estes foram comprados com caroço e mandados descaroçar, vos vão mais baratos do que nós comprámos os que foram pelo navio *Cysne*. Podeis segurar 3 ou 32 arrobas mais ou menos, que para completar os saccos ha de ir mais alguma cousa, segundo me parece; mas ao depois irá a conta.

« Adeus, que o Henriques vem buscar esta carta para partir amanhã. Recebei uma viva saudade minha e de toda esta casa. São Paulo, 26 de Fevereiro de 1794.

Vosso Irmão Am^e^.
José.»

VII

José Antonio, a quem o general se refere, era um negociante em Santos, com relações em Portugal, e commissario exportador dos generos que o general remettia ao seu irmão em Lisboa. Lacerda era um amigo da familia, em Portugal, e servia de correspondente ao general, cujas ordens cumpria mal. D. Caetana era a mais velha das irmãs vivas do general e uma das *mocinhas da Casa-Verde*, já mencionadas acima. D. Marianna era uma fidalga paulista e assignava-se Marianna Angelica Fortes de Bustamante Sá Leme; era filha do dr. Antonio Fortes de Bustamante Sá Leme e irmã de D. Joaquina Josepha Pinto da Silva e de D. Anna Leónissa de Abelho Fortes, esposas que foram do dr. Francisco Leandro de Toledo Rendon, irmão mais velho do general.

Martim Lopes, mencionado na carta, foi o celebre capitão general que infelicitou S. Paulo de 1775 a 1782, perverso, quasi louco, devasso, e assassino do infeliz musico Caetano José da Costa, conhecido por Caetaninho e herôe de um drama muito apreciado em S. Paulo em outras éras. Antonio Lobo, tambem mencionado, era um moço borracho, turbulento, filho do capitão-general Martim Lopes e seu companheiro de orgias. Foi elle quem, em uma festa official dada por frades benedictinos na fazenda de S. Caetano, na estrada de Santos, na qual ao vinho e ao deboche se juntava uma representação theatral, a que assistia o capitão-general, atarracou-se de unhas com o musico Caetano e foi por este ferido no pescoço com uma faca, estando

ambos um tanto embriagados polo generoso vinho dos santos frades. Por este ferimento, aliás leve e sem consequencias para o offendido, foi o pobre Caetaninho sujeito a um simulacro de processo perante juizes escolhidos *ad-hoc e ad-rem*, condemnado á morte e enforcado, para exemplo dos povos e manutenção do prestigio da autoridade do capitão general.

Nos tempos coloniaes os que prestavam serviços voluntarios ao rei tinham direito a uma certa recompensa, que em regra não passava de um posto na milicia, de um officio de justiça ou de fazenda, de uma commenda de Christo, com tença ou pensão annual de 50$000, ou mesmo de uma simples carta de agradecimento firmada pelo proprio rei. Não era grande cousa, mas julgavam os paulistas que era quanto bastava para a sua nobilitação e para satisfazer o seu amor proprio. Assim, esses serviços eram considerados como bens da fortuna e quando quem os fazia não recebia a devida recompensa, legava-os a seus herdeiros para que a houvessem do governo portuguez. Daqui vinha a ordem do general Arouche para Lacerda arrecadar de Antonio Lobo uns papeis e *serviços* do seu fallecido sogro, que Martim Lopes tinha levado quando deixou o governo de S. Paulo, em 1782, e que deviam estar em poder do filho Antonio Lobo ou sepultado por tantos annos nos archivos do Conselho Ultramarino de Lisboa

E' para extranhar que na carta acima transcripta o general não diga uma só palavra sobre a politica e sobre os negocios publicos da capitania, para informar a seu irmão, que estava em Lisboa havia mais de um anno, do que aqui se passava, nem se mostre curioso de saber delle noticias politicas de Portugal e de toda a Europa nesse tempo convulsionada pela Revolução Franceza e pelas guerras que della resultaram.

Esta indifferença sobre o que estava se passando na capitania pode ser explicada pelo facto de nada ter occorrido de anormal e importante, que merecesse especial menção; porem o silencio sobre a politica européa parece mais calculado do que casual. Homem de fina educação, diplomado em Direito e official de alta patente do exercito, não podia elle de modo algum deixar de se interessar pelos acontecimentos da Europa; porem, como rebento que era de uma velha

aristocracia, conservador e moderado por indole, parece que elle preferia ingnorar por emquanto os estragos produzidos pela revolução de 89 e os horrores do regimen do terror, então em pleno vigor, tanto em Paris como em todas as cidades da França, a estar se incommodando com as consequencias daquellas sanguinarias luctas sem poder oppor-lhes uma barreira ou ao menos moderar a sua violencia. Seria uma especie de fatalismo musulmanico, o *que tem de ser ha de ser*, mas perfeitamente esplicavel e mesmo acceitavel neste caso.

O brazão de armas, cuja copia o general pediu ao seu irmão, foi-lhe remettido de Lisboa e existe entre os papeis velhos que estão em meu poder. E' um documento interessante, desconhecido da moderna geração, e por isso o transcrevo aqui:

BRAZÃO DE ARMAS

«Dona Maria, por graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, *et cœtera* :—Faço saber aos que esta minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem que o Bacharel José Arouche de Toledo Rendon, Mestre de Campo do Segundo Terço Auxiliar de serra-acima da Capitania de S. Paulo, de onde hé natural, me fez petição dizendo que pela sentença de justificação da sua nobreza, a ella junto, proferida e assignada pelo meu Dezembargador e Corregedor do Civel e Casa da Supplicação, o Doutor José Antonio Pinto Donas Boto, subscripta por Antonio José de Souza, escrivão do mesmo juizo, e pelos documentos incorporados nella, se mostrava que elle hé filho legitimo de Agostinho Delgado Arouche, cidadão da mesma cidade, Guarda-Mor das Terras e Aguas Mineraes da villa de Parnahyba e Mestre de Campo do Terço Auxiliar da villa de Paranaguá, da mesma Capitania, e do Dona Maria Thereza de Araujo Rendon ; neto por parte parterna do Sargento-Mór Francisco Nabo Freire e de Dona Maria Pires de Barros ; neto pela parte materna de Dioge de Toledo Lara, Capitão Mor que foi o Regente dos minas do Paranapanema, que descobriu a sua custa, e Dona Angela de Siqueira e Quevedo; bisneto por parte materna de João de Toledo Castelhanos e de Dona Maria de Lara, filha

de Lourenço Castanho Taques, governador que foi da leva do descobrimento das Minas Geraes, pelo que recebeu honrosissimas cartas do Senhor Rei Dom Pedro Segundo, e de Dona Maria de Lara; terceiro neto pelo mesmo lado de Dom Simão de Toledo Piza, natural da cidade de Angra, de onde, depois de militar nas Armadas e Presidios de Castella, se passou para a referida cidade de S. Paulo, onde foi o tronco e chefe da familia do seu appellido, e de Dona Maria Pedrosa; quarto neto pelo mesmo lado de outro Dom Simão de Toledo Piza, governador que foi do Castello de S. Filippe, da cidade de Angra dos Reis, e de d. Gracia da Fonseca Rodovalho; quinto neto pelo mesmo lado de Dom João de Toledo Piza, fidalgo da illustrissima Casa de Silva de Tormes, Duques de Alva e Condes de Orepéza, e Dona Anna de Castelhanos; bisneto por parte materna de Francisco Matheus Rendon e de Dona Maria de Araujo, filha de Pedro Taques de Almeida, fidalgo da minha Real Casa, Capitão-Mór, Governador e Alcaide-Mór da Capitania de S. Vicente e S. Paulo, e Administrador geral das aldeias do Real Padroado da mesma Capitania, e de d. Angela de Siqueira; terceiro neto de Dom Pedro Matheus Rendon e de Dona Maria Moreira Cabral; quarto neto de Dom João Matheus Rendon, illustre fidalgo da Casa de Cora, no reino de Leão, donde se passou com dous irmãos para o Brasil, militando na armada de Castella que, com a de Portugal, foi restaurar a cidade da Bahia do poder dos hollandezes, em praça de soldados e vencendo tres escudos além do soldo, e dalli se passou á mencionada cidade de S. Paulo, onde depois de estabelecido levantou a sua custa uma companhia de infantaria para a restauração de Pernambuco, e de Dona Maria Bueno da Ribeira, filha de Amador Bueno da Ribeira, Capitão-Mór e Governador da Capitania de S. Vicente e S. Paulo, e na mesma Ouvidor e Provedor da Fazenda Real; quinto neto de Dom Pedro Matheus Rendon, fidalgo de vingar quinhentos soldos, segundo o fôro da Hespanha, e Regedor que foi das Justiças pelo estado de fidalgo da villa de Ocanha, e de Dona Maria Magdalena Clemente de Alarcão Cabeça de Vacca. Os quaes seus paes, avós, e mais ascendentes foram pessoas nobres, das familias dos appellidos de *Toledo* e *Rendon*, e dos mais de seus appellidos, que neste reino são fidalgos de linhagem, cotta de armas e solar conhecido, e como taes se tratavam com cavallos, criados, e toda a

mais ostentação propria da Nobreza, servindo no militar os postos do governo por serem os principaes das terras onde viveram, sem que em tempo algum commettessem crimes de lesa-magestade divina ou humana, pelo que me pedia elle mesmo supplicante, por mercê, que para a memoria dos seus progenitores não se perder, e clareza da sua antiga nobreza, lhe mandasse dar minha Carta de Brazão de Armas das ditas familias para della tambem usar na forma que as trouxeram e foram concedidos aos ditos seus progenitores. E vista por mim a dita sua petição, sentença e documentos, e constar de tudo o referido e que a elle como descendente das mencionadas familias lhe pertence usar e gosar de suas armas, segundo o meu Regimento e Ordenações da Armaria, lhe mandei passar esta Carta de Brazão dellas na forma que aqui vão brazonadas, devisadas e illuminadas com cores e metaes, segundo se achão registradas no livro do Registo das armas da Nobreza e Fidalguia destes meus reinos, que têm em Portugal meu principal Rei de Armas, a saber:

Um escudo partido em pala; na primeira, as armas dos *Toledos*, que são o campo xadrezado de prata e azul, de tres peças em faxa e cinco em pala; na segunda, as dos *Rendon*, que são uma banda de ouro sahindo das boccas de duas cabeças de serpentes verdes, sendo o campo alto vermelho e o baixo verde, orla vermelha carregada de treze bezantes de ouro; elmo de prata aberto e guarnecido de ouro, paquife dos metaes e côres das armas; timbre dos *Toledos*, que é uma figura de anjo com a tunica xadrezada como o escudo e por differença uma brica verde com uma banda de ouro.

O qual escudo e armas poderá trazer e usar tão sómente o dito Bacharel José Arouche de Toledo Rendon, assim como os trouxeram e usaram os ditos nobres e antigos fidalgos seus antecessores, e com elles poderá entrar em batalhas, campos, reptos e escaramuças e exercitar todos os mais actos licitos da guerra ou da paz. E assim mesmo os poderá trazer em seus firmaes, anneis, sinetes e divisas, pol-os em suas casas, capellas e mais edificios, deixal-os sobre a sua propria sepultura, e finalmente se poderá servir, honrar, gosar e aproveitar delles em tudo e por tudo como á sua nobreza convem. Com o que quero e me praz que haja elle todas as honras, liberdades, graças, mercês, isenções e franquezas que hão e devem haver os fidalgos e nobres

da antiga linhagem, e como sempre de tudo uzaram e gosaram os ditos seus antepassados; pelo que mando aos meus Desembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes e mais Justiças do meu Reino, e em especial aos meus Reis de Armas, Arautos, Passavantes e quaesquer outros officiaes e pessoas a quem esta minha Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que em tudo a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar como nelle se contém, sem duvida, nem embargo algum que a ella seja posto, porque assim é minha mercê. A Rainha, nossa Senhora, o mandou por Manoel José Gonçalves, escudeiro cavalleiro de sua Real casa e seu Rei de Armas Portugal. Bernardo José Agostinho de Campos, escrivão da Nobreza destes Reinos e suas conquistas, a fez em Lisboa aos 22 dias do mez de Outubro do anno de nascimnnto de N. S. Jesus Cristo de 1796. E eu Bernardo José Agostinho de Campos a fiz e subscrevi.— *Rei de Armas de Portugal.*—Registada no livro 5.º do Registo dos Brazões de Armas da Nobreza e Fidalguia destes Reinos e suas Conquistas, a fls. 154. Lisboa, 24 de Outubro de 1796. — *Bernardo José Agostinho de Campos.*

INDIA E MINA

O Doutor João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, do Desembargo do Sua Magestade, seu Corregedor de crime do bairro de Alfama, que de presente sirvo de Juiz de India e Mina e das Justificações ultramarinas, etc.:— Faço saber que me constou por té do escrivão que esta subscreveu serem os signaes retro do Rei de Armas Portugal e de Bernardo José Agostinho de Campos, o que hei por justificado. Lisboa, 16 de Novembro de 1796. E eu, Lourenço Agostinho Leite, a subscrevi.—*João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães.*—E não se continha mais cousa alguma em o dito Brazão de Armas, que por parte do coronel José Arouche de Toledo aqui bem e fielmente fiz registar do proprio, ao qual me reporto e o tornei a entregar, que recebeu, de que assignou commigo depois de ler e conferir, e por achar em tudo conforme, sem cousa alguma que duvida faça o subscreveu, nesta cidade de S. Paulo aos 30 dias do mez de Junho de 1798, e eu, José Manoel da Luz, que o subs-

crevi, conferi e assignei.— *José Manoel da Luz.— José Arouche de Toledo»* (1).

VII

Quando estudante em Coimbra, tendo então 21 annos de idade, o general começou, e continuou até se formar, a escrever em um livro de lembranças, que intitulou *Memorias*, os principaes acontecimentos que iam se dando ao lado dos factos minimos da sua vida academica. Este livro está em meu poder, confiado pela familia, e, examinando-o, tive o desprazer de verificar que está estragadissimo por agua e traças e que lhe faltam algumas folhas no fim. Está, portanto, incompleto, de difficil leitura e de impossivel restauração. Entretanto, pretendo restaural-o na parte que me for possivel e me parecer mais interessante, em beneficio do Instituto Historico, e como o que o livro contém são notas para o seu uso particular, as suas paginas reflectem todas as faces do caracter do general e todo o fundo da sua organização moral. O livro começa do seguinte modo:

« NOTICIAS E FACTOS CURIOSOS QUE SUCCEDERAM, EM CUJA NARRAÇÃO SEGUIREMOS A ORDEM CHRONOLOGICA »

« ANNO DE 1777—COIMBRA »

« Fevereiro.—A 23 deste mez morreu D. José I da molestia das pernas (2); e por causa desta mesma doença entregou o governo á sua mulher por um decreto, em Novembro de 1776; morreu em domingo e na sextafeira antecedente casou o nosso principe D. José com sua tia, repentinamente. O Rei, desenganado que morria, tirou de uma gaveta a dispensa e os fez casar deante de si. Pouco antes de morrer mandou soltar todos os presos de inconfidencia (3), entre os quaes sahiu o bispo D. Miguel quasi nú.

« Março.—A 4 deste mez foi mandado recolher para Pombal o marquez de Pombal por decreto da senhora Rainha, successora do

(1) Este registo foi feito no livro competente da camara municipal de S. Paulo.

(2) Alguns historiadores dão a morte do rei D. José como occorrida em 24 de Fevereiro.

(3) Em Portugal dava-se o nome de «crimes de inconfidencia» aos delictos praticados contra o rei ou contra o Estado. Dahi vem chamarem-se ainda hoje «inconfidentes» a Tiradentes e seus companheiros da rebellião mineira.

reino e mulher do senhor infante D. Pedro (1). Dizia o decreto que, attendendo á estimação que seu pae fazia do dito marquez e á sua petição, lhe concedia por estar já cançado o recolher-se para Pombal, e que juntamente lhe fazia mercê da commenda de Santiago de Braga. Dizem que sahiu de Lisboa este desgraçado sómente acompanhado de tres criados e de cinco soldados, que lhe concederam para o livrarem de alguns insultos, e os quaes elle mesmo pediu por ver que pouco antes, sahindo do Paço, um seu genro em uma sege do dito marquez, foi apedrejado de sorte que lhe foi preciso clamar que não era o marquez de Pombal, e dizem mais que sempre levou uma pedrada na cara. Temendo isto, pois, o marquez pediu cinco soldados, mas não seguro com isso, dizem, mandou sua sege adeante e foi atraz em uma caleça de aluguel. Por quasi todos os logares por onde passou o descompunha o povo, chamando-o de ladrão para cima.

« Foi mandado prender na sua mesma sella, pela senhora Rainha, o geral dos Bernardos, mandando-se-lhe que respondesse as culpas de que o accusavam, isto é, do quebrador de clauzura, alcoviteiro e ladrão. Com effeito hé constante que elle costumava entrar no convento de Odivellas, junto com o conde de Oeyras, por uma porta feita para esse fim e falava com as educandas que queria (2); o que não podia impedir a abbadessa como seu geral que era e amigo do marquez de Pombal.

. . . . . .

« A 14 deste mez se fez em Coimbra a celebre funcção do quebramento dos escudos; o que consistiu em um grande prestito de homens de casaca e capa do estudante por cima, e na cabeça um chapéo desabado com fumo cahido, e diante de todos um cavalleiro do mesmo modo, trazendo nas mãos uma bandeira com as armas cobertas de fumo, e o cavallo tambem todo coberto de fumo. Chegaram ao pateo da universidade e o cavalleiro disse certas palavras que não ouvi, e veiu outro com as armas reaes dizendo: *Chorae pobres, chorae ricos o vosso Rei*, e as quebrou em um assento feito para isso no meio do pateo. Isto, em logar de tristeza, causa riso.»

(1) D. Maria I, filha do rei D. José e esposa de Pedro III; foi mãe de D. João VI, perdeu o juizo e falleceu no Rio de Janeiro em 1816.

(2) Este convento de freiras era celebre no reinado anterior de D. João V, que alli praticava as suas afamadas orgias. Conde de Oeyras foi o primeiro titulo do marquez de Pombal.

Por estes trechos das *Memorias* pode-se bem avaliar da sua importancia, comquanto o auctor, estando em Coimbra e não em Lisboa, nem sempre narre os factos de sciencia propria, mas por ouvir dizer.

No Archivo do Estado encontram-se muitos documentos officiaes relativos aos serviços que o general prestou ao governo em varios tempos e em seu archivo particular, hoje em meu poder, existem muitas notas curiosas sobre a agricultura, a flora e a fauna de S. Paulo, que si tivessem sido em tempo publicadas teriam prestado não pequeno auxilio ao estudo da nossa historia natural. Essas notas são hoje de pouco valor em vista do progresso das sciencias naturaes nestes ultimos oitenta annos, assim como a *Historia Natural* de Buffon, um dos mais bellos monumentos do saber humano no seculo passado, pouco valor tem hoje em comparação com os grandes e aperfeiçoados trabalhos de Cuvier, Saint-Hilaire, Darwin e outros.

Foi elle quem introduziu a cultura do chá em S. Paulo e sobre ella escreveu uma monographia que existe em manuscripto e nunca vi publicada; por seu exemplo e por seus conselhos o cultivo do chá generalisou-se por toda a provincia de S. Paulo, ha meio seculo, e ainda hoje que a cultura do café excluiu todas as outras, ainda encontram-se nas velhas fazendas evidentes signaes das grandes plantações de outras eras.

O seguinte documento, que se refere a este facto e prova o respeito e consideração de que gosava pelas suas qualidades intellectuaes e moraes, foi extrahido do archivo da camara municipal de S. Paulo:

—«Approvando S M. o Imperador, pela portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em data de 8 do corrente, que se continúe e finalize a obra do Jardim Botanico a que se dera principio nesta capital, devendo nomear-se para dirigil-a uma pessoa dotada de zelo e patriotismo, a qual se corresponda com o director do Jardim Botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, e concorrendo estas e outras distinctas qualidades no Ex$^{m.o}$ Sr. Marechal de Campo José Arouche de Toledo Rendon, sendo bastante para o fazer recommendavel o ter introduzido nesta provincia a plantação do chá e a sua preparação de maneira que é de esperar que em breve tempo venha a mesma a tornar-se abundante desta planta exotica não só para o seu consumo, mas tambem para a exportação: o pre-

sidente da referida provincia, ouvido o Conselho do Governo, ha por bem de o nomear director da referida obra, persuadido de que, dada as necessarias providencias para andamento della, a fará proseguir com aquelle acerto, perfeição e regularidade que afiançam o seu reconhecido zelo e conhecimentos; auctorizando-o a nomear feitor e trabalhadores, na certeza de que serão pagas pela Junta da Fazenda todas as despezas por elle referendadas.—Palacio do Governo de S. Paulo 29 de Outubro de 1825.—*Lucas Antonio Monteiro de Barros.*

Alem dos escriptos já mencionados deixou o general alguns outros trabalhos de phantasia, entre os quaes tenho um manuscripto sobre, *A Superioridade das Lettras sobre as Armas*, isto é, dos *Filhos de Minerva sobre os Alumnos de Marte*; entretanto elle não vacillou em trocar a carreira das lettras e sciencias pelas das armas,—pequeno traço de incoherencia entre a theoria e a pratica, que não desdoura o seu caracter robusto, nem destróe a logica reguladora dos valiosos serviços prestados ao seu paiz.

Alguns dos grandes fidalgos paulistas do tempo eram homens de «antes quebrar do que torcer», intransigentes e aferrados aos privilegios e regalias que lhes assegurava o regimen colonial. O brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme, paulista illustre por muitos titulos dedicado servidor da monarchia, dois annos mais edoso do que o general Arouche e com elle aparentado, era o representante em S. Paulo do velho e rotineiro espirito colonial, auctoritario e inaccessivel ás idéas novas emanadas da Revolução Franceza, que avassallaram tudo durante o terço do seculo de 1790 a 1825 e cujos effeitos não se completaram no Brasil com a proclamação da independencia a 7 de Setembro de 1822, nem com o juramento da constituição outorgada por Pedro I a 25 de Março de 1824, nem ainda com a reunião da primeira assembléa geral legislativa em 1826, mas sómente a 7 do Abril de 1831 com a queda do primeiro imperador e a elevação ao poder do elemento puramente nacional, cheflado pelo illustre patriota Evaristo Ferreira da Veiga.

O general Arouche, porém, espirito conciliador e bem preparado para receber com sympathia e acceitar sem repugnancia as influencias liberaes da época, moderado, prudente e progressista, soube ir transigindo sempre a tempo e a hora, sem quebra da sua dignidade, com

as necesidades politicas da occasião, de tal fórma que se tornou, juntamente com outro distincto paulista, o general Candido Xavier de Almeida e Souza, não sómente um poderoso elemento de ordem em um periodo essencialmente revolucionario, como tambem um prestimoso auxiliar na grande obra da construcção da nossa nacionalidade.

Assim serviu elle, entre nós, de solida ponte lançada sobre o abysmo que separava a pujante, orgulhosa e dominadora fidalguia de outr'ora da modesta burguezia de 1824, oriunda do suffragio quasi universal e da egualdade de todos perante a lei, estabelecidos pela constituição do novo imperio; e por isso mesmo, pelos sacrificios que fez pela liberdade de sua patria, assim como de Bruto se disse que foi *o ultimo dos Romanos*, tambem delle podemos dizer com acerto que foi «o ultimo dos fidalgos paulistas».

S. Paulo, Agosto de 1899.

A. DE TOLEDO PIZA.

Reflexões sobre o Brasil

PELO

Capitão Van Vliervelt, commandante da galeota Tromp

Traduzidas de um manuscripto hollandez pelo socio E. Hollender
e por elle offerecidas ao Instituto

MILDELBURG—1745.

Os francezes appareceram um momento no Brasil. Tinham intenção de tomar este paiz de Portugal porque este nenhum caso delle fazia.

E' proprio mesmo de Portugal, desta nação leviana e inconstante, começar uma empresa com enthusiasmo e terminal-a com frieza. A Hollanda já era uma potencia e, portanto, ciumenta da prosperidade de outros paizes ; formou, por isso, sobre o Brasil um plano mais seguro, mais methodico, e resolveu apropriar-se delle.

De todos os crimes de que está cheia esta sciencia chamada *Politica*, nenhum é tão grave como este plano. Fazem-se leis que assegurem a propriedade dos cidadãos e, entretanto, nenhuma existe que garanta as nações contra a usurpação. Uma sociedade inteira vale mais do que a propriedade particular, mas não tem grandes canhões e um governo, que faz a guerra, tem sempre muitos.

Portugal tinha mudado de rei ; Philippe II tinha usurpado esta coroa (1), assim como o Brasil. Era mais uma razão para a Hollanda apoderar-se desta colonia. A Hollanda só poderia adquirir força e poder enfraquecendo a Hespanha, a sua figadal inimiga.

---

(1) A descendencia portugueza legitima do rei D. Manoel extinguiu-se com D. Sebastião. Philippe II era neto legitimo do rei D. Manoel e apoderou-se pela força daquillo que por direito lhe pertencia. *(N. da R.)*

Apenas appareceu na America a frota das Provincias Unidas, ficou o Brazil em perigo; entretanto, não era mais do que uma companhia de negociantes quem dirigia esta empresa militar, o que fez que ella, a principio, se mallograsse. Alguns annos depois renovou-se a tentativa com bom exito; o general Henrique Lonck começou a conquista e Mauricio de Nassau a terminou.

Então as riquezas do Novo Mundo, em vez de seguirem para Lisboa, tomaram o caminho de Amesterdam e esta cidade tornou-se o primeiro dos emporios commerciaes. Portugal, que, a principio, tinha considerado o Brasil como um paiz inutil e cujo dominio tinha resolvido abandonar, fez então prodigiosos esforços para o reconquistar.

Não se tratava mais desta colonia, mas sim dos hollandezes, que eram pessoalmente odiados e cujo jugo era preciso sacudir. Basta um nome para reanimar o ardor das nações:—o dos romanos produzia um effeito prodigioso sobre os carthaginezes e o de Luiz XIV tornava os inglezes furiosos; bateram-se durante trinta annos para apagal-o da memoria dos homens.

Levantaram, pois, os portuguezes de Lisboa um grande exercito, puzeram no mar uma frota consideravel e juntaram dinheiro para uma guerra em que iam entrar mais por ostentação. Si a corte de Lisboa tivesse feito egual despesa para restabelecer Portugal, este reino ter se-ia tornado poderoso.

Os portuguezes, irritadissimos contra os hespanhóes, collocaram no throno o duque de Bragança. Este senhor teria preferido que o deixassem na classe dos cidadãos particulares, porque, comquanto a ambição seja a paixão dominante nos homens, comtudo alguns ha cuja philosophia lhes eleva a alma acima das corôas.

A revolução portugueza mudou a politica da Europa (1). O novo soberano firmou um pacto de dez annos com as Provincias-Unidas, as quaes, entretanto, ficaram senhoras das suas possessões no Brasil. A republica hollandeza escolheu dentre os seus cidadãos trez reis para dirigirem o seu novo imperio:—um era um mercador de Amsterdam,

---

(1) Revolução de 1.° de Desembro de 1640, que expulsou os hespanhóes e elevou ao throno o duque de Bragança, D. João IV. *(N. do R.)*

outro um ourives de Harlem e o terceiro um carapina de Middelburg. E' assim que nas republicas chega-se ao poder supremo.

Homens educados atraz de um balcão não tem as qualidades proprias para o governo de um Estado; podem possuir as virtudes economicas, porêm faltam-lhes totalmente as qualidades politicas. Estes reis, occupados com lucros e proveitos e absorvidos por detalhes commerciaes, deixaram cahirem em ruinas as fortificações das cidades e, pensando somente no dinheiro, nos meios de adquirii-o e nos monopolios para obtel-o, fizeram com que a colonia se revoltasse.

Tomou as armas João Fernandes Vieira, portuguez de nascimento obscuro, porêm de muitas virtudes, pôz-se á frente de um partido formado as pressas e sem perda de tempo cahiu sobre os hollandezes e os derrotou totalmente. Porêm, a paz trouxe um novo mal: para obtel-a Portugal obrigou-se a pagar oito milhões ás Provincias-Unidas; era sahir de uma servidão para entrar em outra.

Livre dos hollandezes, a côrte de Lisboa procurou civilizar as nações ainda barbaras do Brasil e diminuiu as taxas e mais impostos; mas era muito tarde; nas nações pobres, onde as artes não estão introduzidas, tudo depende da opportunidade. Pela descoberta da America os selvagens conheceram logo os gosos e commodidades da vida; não era preciso mais nada para corrompel-os. Para homens, a quem basta o necessario, não é conveniente que se lhes dê o superfluo, porque isto faz nascer nelles novos desejos que são a fonte dos vicios.

Vestiram estes selvagens que deviam ter deixado nús; ninguem imagina quanto a vestimenta influe sobre os costumes de um povo que nunca andou vestido E' prodigiosa a influencia que este luxo, novo para elles, produz sobre as suas almas; uma ceroula, uma cinta, produz o mesmo effeito sobre elles que uma moda nova nos européos. Alojaram-n'os em choupanas mais commodas do que aquellas que d'antes tinham, deram-lhes aguardente e elles não puderam mais passar sem estas commodidades.

Os portuguezes conheceram então o rio Amazonas, cujo nome deu origem a tantas fabulas. Para se estabelecerem sobre suas margens foi necessario fazer guerra a varias tribus tão fracas que foram tomadas por Amazonas, raça de mulheres que somente existiu

na imaginação dos homens, assim como tantas cousas que não tiveram existencia mais real. Este rio conduziu os portuguezes ao Rio da Prata (1).

Dizia-se que Portugal, que muito tinha perdido de sua antiga actividade no Velho Mundo, queria encontral-a no Novo. Na Europa não encontrou estimulos para alargar algumas das suas fronteiras do lado da Hespanha, mas na America occupava-se unicamente com longinquas expedições e descobertas. Eis os governos, eis os homens, sempre em contradicção comsigo mesmos.

De todos os erros de Portugal no Novo-Mundo o maior foi não dedicar-se á cultura dos productos do Brasil, os quaes por si sós podiam dar-lhe riquezas superiores áquellas que em outros tempos tinha tirado das Indias. Bastava o assucar para enriquecel-o. A colonia já produzia bastante assucar para o consumo da metropole e de varias nações extrangeiras e o fumo, luxo universal, podia augmentar consideravelmente as rendas do Estado; era apenas necessario augmentar a plantação e dal-o mais barato que outros productores para obter a preferencia. E' sempre da barateza que depende o consumo.

O cacáu, que é produzido em varias partes do Brasil, sem cultura alguma, não dá outro trabalho ao colono sinão o de colhel-o. O seu algodão, superior ao das Indias, bastaria para alimentar um commercio dos mais proveitosos. Todos estes generos primam pela sua abundancia e boas qualidades. Quando uma colonia tem producções unicas póde impôr a lei ás nações que dellas precisam. Um Colbert ter-se-ia aproveitado de taes vantagens; porém Portugal, que sempre teve habeis almirantes, nunca teve bons ministros.

Um luxo prodigioso acabou por destruir as fortunas que o commercio apenas tinha começado a construir. E' uma especie de molestia propria dos paizes novos quererem seus habitantes viver com mais luxo do que os das nações antigas, ou porque os colonos querem assim se indemnizar da perda das vantagens de que poderiam gosar no seu paiz natal, ou porque o clima obrigue a essa os-

---

(1) Esta expressão não pode ser tomada litteralmente porque seria um disparate geographico. Deve-se antes entender que o dominio sobre o rio Amazonas induziu os portuguezes a extenderem-se até o rio da Prata, hypothese esta justificada pela fundação da Colonia do Sacramento e depois pela conquista de Montevidéo e seu districto, annexados ao Brasil até 1828. *(N. da R.)*

tentação ou por outro qualquer motivo. O certo é que em todos os tempos viram-se no Brasil portuguezes, que tinham nascido na Europa na obscuridade e na pobreza, viverom em um luxo e grandeza que os primeiros fidalgos de Lisboa não teriam ousado ostentar na côrte.

A corrupção dos costumes, inseparavel das riquezas, alastrou-se então no Brasil por todas as classes, porque todas precisavam se distinguir por um grande luxo. O amor, que em todos os paizes quentes é a delicia e o veneno da vida, foi ali sempre acompanhado desta devassidão que o torna despresivel. Entretanto, a côrte de Lisboa podia reparar todos estes males por uma melhor politica. Todas as colonias são susceptiveis de reformas; basta corrigir os seus vicios no seu nascedouro. E' o que aquella côrte ia fazer quando tudo mudou de face no Novo-Mundo com o descobrimento das minas de ouro. Este acontecimento teve consequencias terriveis; tudo ficou perdido e não houve leis, nem regulamentos capazes de prevenir a influencia deste funesto metal. Si quando este descobrimento foi feito estivesse no throno de Portugal um grande rei, talvez esse monarcha tivesse procedido como aquelle sabio imperador da China, a quem offereceram similhante thesouro e que o recusou, dizendo que não queria empregar os seus vassalos em um trabalho que nem era o da alimentação nem o do vestuario.

O homem é fraco de mais para não fazer máu emprego de ouro, sobre tudo quando o tem em primeira mão e não lhe custa outro esforço maior do que o de extrahil-o do sólo. Um povo que, por meio deste metal, tem recursos para entregar-se ás suas paixões, só procura satisfazel-as. Dahi vem a preguiça, a ociosidade e o abandono da lavoura e das artes,—vicios estes que em todos os tempos foram caracteristicos das nações mineiras. Quanto mais ricas forem suas minas maiores serão os seus vicios.

Nada prova melhor a cega fatalidade que preside aos destinos deste mundo do que o descobrimento deste metal. Foi o acaso que fez esse descobrimento e foi esse mesmo acaso, de que ninguem podia prever os effeitos, que mudou a sorte de Portugal. Algumas palhetas de ouro no chão fizerem crer que devia haver minas de ouro escondidas em algum logar do continente. Procuraram-n'as por toda a

parte e a força de trabalhos e de penas descobriram-n'as. Os negros destinados em todos os tempos a serem o instrumento do luxo portuguez e de alguns Estados da Europa, foram applicados ao trabalho das minas com a obediencia propria da escravidão.

Entretanto o proveito das minas diminuiu; para tirar o ouro e applicar-lhe as necessarias preparações era preciso fazer despesas que estavam na razão de 1 para 64, e quando o dinheiro duplicou em quantidade, perdendo metade do seu valor, a despesa passou a estar na razão de 2 para 64.

Assim as frotas, que levavam para Portugal a mesma quantidade de ouro, carregavam, na verdade, uma mercadoria que valia metade do seu antigo valor e custava o dobro das despesas primitivas, e proseguindo neste raciocinio, de deducção em deducção, chega-se a achar a progressão decrescente da importancia desta riqueza.

Eis, pois, a situação de Portugal, causada por suas minas de ouro.

O Processo Vimieiro-Monsanto

Entre os papeis deixados pelo tenente-general José Arouche de Toledo Rendon e existentes em meu poder encontrei um curioso manuscripto, um tanto estragado por agua e muito devorado por traças, com o seguinte titulo:

RELAÇÃO

DOS

Capitães loco-tenentes que governaram a capitania de S. Vicente, uns nomeados pelos verdadeiros donatarios e outros pelos intrusos

O manuscripto não traz data nem assignatura, e não tem as paginas numeradas; entretanto verifica-se pela leitura do texto que não lhe faltam folhas.

Nas primeiras paginas vem a relação dos capitães-móres de S. Vicente, numerados todos desde o primeiro até o ultimo, porém com um salto sem explicação de sete numeros do 41.º ao 48.º, quando não ha intervallo de tempo sufficiente nem para um só capitão-mór intermediario com a jurisdicção ordinaria de tres annos.

Segue-se a lista dos capitães-móres *da capitania de Itanhaen*, nome que tomou a donataria de S. Vicente durante o longo litigio havido entre os herdeiros de Martim Affonso de Souza pela posse das donatarias de Santo Amaro e de Itamaracá depois da extincção da familia de Pedro Lopes de Souza, primeiro proprietario destas duas donatarias.

Vem depois algumas paginas em branco seguidas de quarenta e tres *Notas Avulsas*, bastante interessantes para a historia colonial de S. Paulo e de grande valor para consulta, e termina o manuscripto com uma arvore genealogica da Martim Affonso e Pedro Lopes, gros-

seira, obscura, mas de não pequeno valor para o estudo do litigio havido entre os seus herdeiros.

Este resumo basta para demonstrar a importancia do manuscripto e justificar a sua inclusão nas publicações da *Revista* do Instituto.

Fazendo a copia verifiquei que ha muitas palavras e alguns algarismos devorados por traças, que julguei não dever supprir por interpolação, preferindo deixar os respectivos espaços marcados com pontinhos. Além de algumas notas existentes no original, que transcrevi no rodapé, me pareceu util accrescentar algumas notas minhas, que vão marcadas como sendo da redacção da *Revista*, de que sou membro.

Logo na primeira pagina, tratando de Gonçalo Monteiro, que foi o primeiro capitão-mór de S. Vicente, diz o auctor do escripto que é filho de D. Anna de Siqueira de Mendonça. Esta simples e apparentemente obscura explicação é sufficiente para se descobrir quem é esse auctor.

A familia *Siqueira* de *Mendonça* era tão numerosa e importante que mereceu servir de assumpto para um capitulo especial da *Nobiliarchia Paulistana*, de Pedro Taques; porêm este capitulo, como muitos outros daquella grande obra, está perdido e delle só se encontram referencias nos capitulos publicados. Entretanto, como a familia era importante, entrelaçou-se por casamentos com muitas outras da capitania e alguns de seus membros figuram na parte publicada de *Nobiliarchia Paulistana*.

No volume 35 da *Revista* do Instituto Historico Brasileiro, correspondente ao anno de 1872, á pag. 319 e seguintes, tratando da grande familia dos *Lemes*, se lê que Anna de Siqueira e Mendonça, filha de Luiz Dias Leme, casou com Cypriano Tavares, que mais tarde foi capitão-mór de S. Vicente e figura na relação com o numero 53.º, e que teve cinco filhos, dos quaes destaco José Tavares de Siqueira, que era o terceiro em edade e casou em Santos com Isabel Maria da Cruz, natural de Portugal.

Deste casal nasceram quatro filhas e um filho, sendo Anna de Siqueira e Mendonça a primogenita. Esta nasceu em Santos em 1692 e alli casou se em 1712 com Domingos Teixeira de Azevedo, bisneto de Amador Bueno da Ribeira—o *acclamado*. Vivia ainda em 1767 e

era mãi de seis filhos, entre os quaes se conta Gaspar Teixeira de Azevedo, que mais tarde tomou ordens sacras, tornou-se monge benedictino e fez-se notavel como escriptor nacional com o nome de *Fr. Gaspar da Madre de Deus*, fallecido no anno de 1800.

O manuscripto, portanto, é obra de Frei Gaspar e o seu valor historico augmenta consideravelmente por isso; e esta presumpção se torna em certeza quando quando se observa a precisão com que são citadas as datas e as paginas dos livros de registros de S. Vicente, onde elle residia.

Nas *Notas Avulsas* são mencionados factos até do anno de 1783, época em que Fr. Gaspar ainda estava em estado de se entregar a estudos historicos, tanto do seu gosto e inclinação. Nas suas *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*, á pag. 39, § 63, Fr. Gaspar conta que é filho de D. Anna de Siqueira e Mendonça e, referindo-se á fazenda *Sant'Anna*, emprega quasi as mesmas palavras usadas no manuscripto quando trata do capitão-mór Gonçalo Monteiro.

Fala o auctor do manuscripto em capitães-móres, não sómente da *capitania de S. Vicente*, mas tambem da *capitania de Itanhaen*, e como esta capitania de Itanhaen foi cousa que nunca teve existencia legal, julgo dever entrar em uma pequena divagação historica para explicar o emprego daquella expressão e collocar o estudante da historia paulista em condições de entendel-a na sua verdadeira significação.

Pelos grandes serviços prestados por Martim Affonso de Souza e seu irmão Pedro Lopes de Souza, foram elles recompensados pelo rei João III com a doação de vastos territorios no Brasil, inteiramente despovoados e quasi desconhecidos ao tempo em que foram doados. Martim Affonso recebeu terras na extensão de 100 leguas de costa maritima, divididas em duas secções, sendo a primeira secção de 55 leguas desde o rio *Corupacé* ou *Juquiriquerè*, além de S. Sebastião, para o norte até Macahé, e a segunda secção de S. Vicente para o sul até doze leguas além de Cananéa, de 45 leguas. Pedro Lopes sómente recebeu 80 leguas de terras, medidas ao longo da costa e divididas em tres secções, sendo a primeira de 10 leguas do rio Corupacé para o sul até encontrar terras de Martim Affonso em S. Vicente; a segunda de 40 leguas, contadas de doze leguas além de

Cananéa para o sul até a Laguna, e a terceira de 80 leguas nas costas de Pernambuco (1). Todas estas secções abrangiam os respectivos sertões, para o poente, até encontrarem os dominios castelhanos e eram chamados *donatarias*, sendo os seus proprietarios chamados *donatarios*,—nomes estes que convem conservar.

A *donataria* de Martim Affonso denominava-se *S. Vicente* e as duas secções do Sul da *donataria* de Pedro Lopes chamavam-se *Santo Amaro*. A razão desta, apparentemente, extravagante e caprichosa divisão das donatarias em secções intercaladas umas nas outras, já foi dada pelo dr. Theodoro de Sampaio e basêa-se no facto de ser conhecida pelos dois irmãos a noticia da existencia de minas de metaes preciosos no interior e da divisão assim feita evitar a possivel injustiça de ficarem essas minas incluidas em uma só donataria.

Martim Affonso fun ou logo a villa de S. Vicente para cabeça da sua donataria e tomou sem demora diversas providencias para o seu povoamento, emquanto Pedro Lopes, talvez mais interessado no commercio do páu-brasil da sua secção de Pernambuco, descurou completamente das duas secções do sul, que ficaram por muitos annos em abandono, até a sua morte.

Crescia tão vagarosamente a donataria de Martim Affonso, ou de S. Vicente, não obstante todos os esforços empregados para desenvolvel a, que em fins do seculo XVI só existiam nella quatro villas, pequenas e pouco prosperas, que eram S. Vicente, Santos, S. Paulo e Conceição de Itanhaen, cujas respectivas fundações datam de 1532, 1546, 1554 e 1561, e serra acima os dominios dos portuguezes não iam além de Parnahyba e Cotia, cerca de 35 kilometros ao poente desta capital (2).

Pelos annos de 1610, quando havia muito tempo que eram fallecidos Martim Affonso de Souza e seu irmão Pedro Lopes, suscitou-se entre os seus herdeiros um grave litigio pela posse de S. Vicente,

---

(1) Vide *Historia da Capitania de S. Vicente*, por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Revista* do Instituto Historico Brasileiro, vol. IX, pag. 154. A secção de Pernambuco tinha o nome de *Itamaracá* e não é considerada neste escripto.

(2) Vide *São Paulo no fim do seculo* XVI, pelo dr. Theodoro de Sampaio, vol. IV da *Revista* do Instituto Historico de S. Paulo.

Santos e S. Paulo, oriundo da má comprehensão das linhas divisorias das duas donatorias.

Entendiam os herdeiros de Martim Affonso e seus delegados em S. Vicente que a secção de 10 leguas da donataria de Pedro Lopes, sendo medida ao longo da costa, da foz do rio Corupacé ou Juqueriquerê para o sul, não passava aquem da barra da Bertioga e não podia, portanto, alcançar Santos e S. Vicente, que estavam a cerca de quinze ou dezeseis leguas mais para o sul, nem abranger S. Paulo que não ficava no seu respectivo sertão (1).

Os herdeiros de Pedro Lopes (2), pelo contrario, entendiam que os termos das concessões das donatarias não podiam ser tomadas ao pé da lettra; que a costa logo ao sul da fóz do rio Corupacé correndo quasi directamente para o poente, a concessão das 10 leguas de costa com o respectivo sertão tornava-se illusoria porque esse sertão não passaria de uma estreitissima tira de terra até as fronteiras dos dominios hespanhóes, e que para o sertão ter 10 leguas de largura, de accordo com o espirito da doação regia, era necessario tomar a projecção da costa sobre o meridiano da fóz do rio Corupacé e sobre este meridiano medir as 10 leguas, de modo que a donataria ficasse contida entre dois parallelos de latitude distantes 10 leguas um do outro.

Isto seria realmente mais conforme ao espirito da doação regia e tambem mais equitativo e justo; porem, sendo assim entendido, não somente as villas de Santos, S. Vicente e S. Paulo, mas tambem a de Itanhaen, ficavam todas contidas na secção de 10 leguas da donataria de Pedro Lopes e perdidas para os herdeiros de Matim Affonso:

Durou annos o litigio e por meio seculo ficaram os herdeiros directos de Martim Affonso privados da posse de Santos e S. Vicente, porque como divisa estava considerada a barra de S. Vicente, que é a terceira ao sul, em vez da barra da Bertioga, que é a terceira ao

---

(1) Vide *Historia da capitania de S. Vicente*, por Pedro Taques, no vol. IX da *Revista* do Instituto Historico Brasileiro, pag. 172.

(2) *Herdeiros de Pedro Lopes* aqui não quer dizer seus decendentes, mas aquelles que herdaram seus direitos sobre estas donatarias depois da extincção da sua familia na pessoa de D. Isabel de Lima, sua ultima descendente.

norte; e para não deixarem de ter na sua donataria uma povoação que lhe servisse de capital e séde das auctoridades, deram esta regalia á villa de Itanhaen, e dahi veiu se chamar *capitania de Itanhaen* aquillo que não era mais do que a mesma capitania de S. Vicente, somente despojada de alguma villas durante o longo processo sobre as suas divisas.

Fr. Gaspar, nas suas *Memorias para a Historia da capitania de S. Vicente*, parece-se mais com um advogado analysando as peças de um processo do que com um chronista historiando os factos acontecidos na capitania; o seu systema é o da exclusão e tanto elle exclue que quasi nada resta da historia colonial de S. Paulo. E' antes um polemista do que um historiador. Na pag. 41 da sua obra elle confessa que nunca se applicou ao estudo da Genealogia e que por isso os seus conhecimentos sobre esta materia são muito limitados. Não admira, portanto, que a arvore genealogica de Martim Affonso e Pedro Lopes, desenhada por elle, seja tão imperfeita e confusa que precisasse de correcção para servir de auxilio ao estudante na descoberta da verdade sobre o litigio entre os herdeiros dos donatarios. Essa arvore genealogica, intercalada na *Relação dos capitães-móres de S. Vicente e de Itanhaen*, bem se conforma com o que mesmo Fr. Gaspar escreveu nas suas *Memorias*, já mencionadas, mas está em desaccordo com o que diz o chronista Pedro Taques na *Historia da capitania de S. Vicente*, quando tracta da grande demanda entre aquelles herdeiros.

O proprio Pedro Taques, que fez da Genealogia o objecto de estudos especiaes por mais de cincoenta annos e escreveu a *Nobiliarchia Paulistana*, verdadeiro monumento de paciente sabedoria, é obscuro e incompleto quando, na *Historia da capitania de S. Vicente*, tracta das relações de parentesco entre o herdeiros de Martim Affonso e Pedro Lopes. Diz elle, por exemplo [1], que D. Diogo de Faro e Souza, sexto donatario da capitania de S. Vicente, cedeu e traspassou esta capitania em dote de casamento ao conde da Ilha do Principe, e cita um documento firmado por este conde, no qual se lê: — « Dou poder a Luiz de Almeida para por mim tomar posse da capi-

(1) Vide *Revista* do Instituto Historico Brasileiro, vol. IX. pags. 301—202.

« tania de 100 leguas pela renuncia do Sr. D. Diogo de Faro e « Souza em parte do dote da condessa *sua prima e minha muito pre-* « *sada e estimada mulher...*»

Aqui não se disse donde vem o parentesco do Diogo de Faro com a condessa da Ilha do Principe, que são primos segundo affirma o proprio conde; entretanto, Fr. Gaspar, na lista dos capitaes-móres de Itanhaen, diz que Roque Roballo foi confirmado no posto de capitão-mór de Itanhaen por ter sido indicado para esse cargo por D. Diogo de Faro e Souza *como tutor do seu sobrinho menor, Francisco Luiz Carneiro, filho de sua irmã a condessa da Ilha do Principe.*

Estas duas affirmações são contradictorias e parece que não havia motivo para um tal desaccordo, porque Pedro Taques e Fr. Gaspar eram primos e intimos amigos, dedicavam-se ao estudo da historia paulista, communicavam entre si as suas idéas e opiniões e até sujeitavam os seus escriptos a uma reciproca apreciação. A *Historia da capitania de S. Vicente*, de Pedro Taques, foi escripta em 1772, e Fr. Gaspar, que só falleceu em 1800, devia tel-a lido para evitar de dizer que a condessa da Ilha do Principe era irmã de D. Diogo de Faro a Souza, quando é o proprio conde, marido dessa senhora, quem nos diz que era prima. Na arvore genealogica de Fr. Gaspar a condessa e D. Diogo de Faro figuram ainda como irmãos.

Ha duas hypotheses aqui a presumir:—ou Pedro Taques errou na copia do documento firmado pelo conde, tomando por *prima* a palavra *irmã*, ou Fr. Gaspar entendeu que não era natural que um primo dotasse uma prima com uma vasta capitania e dahi concluisse que D. Diogo de Faro e a condessa eram irmãos. O facto é que a condessa assignava-se *Marianna de Faro e Souza* e pelo nome mais parece ter sido irmã do que prima de Diogo de Faro e Souza.

De um confronto das duas historias da capitania de S. Vicente se collige que neste desaccordo de affirmações é Fr. Gaspar quem parece estar com a razão. O facto em si não é de somenos importancia porque na proximidade do parentesco está em grande parte baseado o direito de herdar; esse parentesco foi que deu origem ao litigio, e o litigio affectou profundamente a historia colonial de S. Paulo.

Nenhum destes dois illustres escriptores se lembrou de incluir na sua historia da capitania de S. Vicente a escriptura da doação feita

por D. Diogo de Faro a D. Marianna de Faro de todo o territorio das donatarias de Santo Amaro e de Itamaracá, escriptura essa que elucida a materia, declarando que são irmãos, como diz Fr. Gaspar, e não primos, como diz Pedro Taques. Tenho em meu poder uma copia dessa escriptura, extrahida dos archivos da villa de Angra dos Reis por Balthazar da Silva Lisboa, e transcreve-a adeante para esclarecer de modo decisivo este ponto da historia de S. Paulo.

Nas *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente*, diz Fr. Gaspar que os condes de Monsanto não contestavam os direitos dos condes de Vimieiro sobre a capitania de S. Vicente, comquanto fossem elles descendentes de Martim Affonso, porque pertenciam á linha feminina quando os Vimieiro descendiam da linha masculina. Martim Affonso teve um casal de filhos:—Pedro Lopes de Souza (1), de quem descendiam as condessas de Vimieiro e da Ilha do Principe—ramo masculino,—e D. Ignez de Pimentel, casada com D. Antonio de Castro, que deu origem á familia dos condes de Monsanto e marquezes de Cascaes—ramo feminino (2). Não havia, portanto, duvida alguma entre as duas familias relativa á posse das 100 leguas contidas na donataria de S. Vicente porque os Monsanto-Cascaes reconheciam os direitos dos Vimieiros sobre estes extensos territorios.

Porêm, tendo-se extinguido a descendencia de Pedro Lopes de Souza, irmão de Martim Affonso e proprietario das 80 leguas das donatarias de Santo Amaro e de Itamaracá, a sua neta e ultima herdeira, D. Isabel de Lima, legou seus direitos sobre estas duas donatarias ao seu primo Lopo de Souza, neto de Martim Affonso pela linha masculina e terceiro donatario de S. Vicente, ficando assim concentradas nas mãos de Lopes de Souza 150 leguas continuas de costa maritima, desde Macahé até Laguna, e mais 30 leguas em Pernambuco, tudo com os respectivos sertões até as fronteiras dos dominios hespanhóes.

A esta successão foi que se oppôz D. Luiz de Castro, conde de Monsanto, filho de D. Ignez de Pimentel e neto de Martim Affonso, allegando que a successão neste caso não devia ser pela linha mas-

(1) Deve o leitor ter sempre em lembrança que houve dois Pedro Lopes de Souza—um irmão de Martim Affonso e donatario de Santo Amaro e de Itamaracá, e outro filho de Martim Affonso e segundo donatario de S. Vicente.

2) Ob. citada, pag. 187.

culina, mas por parentesco e primogenitura; que elle era mais velho de que o seu primo Lopo de Souza e que, como este, era tambem primo-segundo de D. Isabel de Lima.

A elle, portanto, deviam caber a herança desta senhora e a posse das donatarias de Santo Amaro e de Itamaracá.

Começada a demanda neste terreno, falleceu Lopo de Souza sem deixar herdeiros legitimos e na posse de sua herança entrou sua irmã, D. Marianna de Souza Guerra, condessa de Vimieiro. Com esta continuou a demanda, que passou ao seu filho D. Sancho de Faro e Souza e ao seu neto D. Diogo de Faro e Souza.

Fallecendo este ultimo sem descendencia passaram a sua herança e o litigio a D Marianna de Faro e Souza, condessa da Ilha do Principe, que Pedro Taques diz ter sido prima do fallecido D. Diogo de Faro e Souza e que Fr. Gaspar affirma ter sido irmã.

Com o fallecimento de D. Luiz de Castro, o iniciador da demanda, foi esta continuada por seu filho D. Alvaro Pires de Castro e depois por seu neto D. Luiz Alvares de Castro, que ao seu titulo de conde de Monsanto juntou o de marquez de Cascaes. Este venceu a questão e ficou senhor das donatarias questionadas, sendo as duas secções do sul annexadas á corôa portugueza em 1711, mediante a indemnização de quarenta mil cruzados que recebeu o marquez de Cascaes.

Sem liquidar a questão de limites entre as donatarias de S. Vicente e de Santo Amaro, o governo portuguez considerou a barra de S. Vicente como linha divisoria e assim S. Vicente, Santos e S. Paulo ficaram incluidos na compra feita ao marquez de Cascaes e annexados aos dominios da corôa. Mais tarde o marquez de Pombal resgatou tambem a capitania de S. Vicente (1) e annexou-a aos dominios reaes e assim desappareceram as duas antigas donatarias e as questões sobre a sua posse e divisas.

Azevedo Marques, que é das melhores auctoridades sobre a historia paulista, nos seus *Apontamentos Historicos*, dá uma lista dos capitães-móres das capitanias de S. Vicente e de Itanhaen, que não se conforma com a lista organizada por Fr. Gaspar. E' verdade que Azevedo Marques não garante a inteira veracidade da relação que

(1) Por actos de 1753-54.

apresenta, pela confusão em que ficaram as donatarias e pela existencia simultanea de varios capitães-móres, porém, é tambem verdade que elle proprio confundiu as donatarias ainda antes do litigio e deu como capitão-mór de S. Vicente a Antonio Rodrigues de Almeida, que exerceu esse cargo na donatoria de Santo Amaro.

Até o fim do seculo XVI não tinha havido questão alguma entre os herdeiros de Martim Affonso e de Pedro Lopes sobre a posse das donatarias e suas divisas. A donataria de S. Vicente começou logo a ser povoada pelos esforços do seu proprietario, porém a de Santo Amaro permaneceu por muitos annos em abandono e esquecimento. Na primeira havia já as villas de S. Vicente, Santos e São Paulo quando D. Isabel de Gamboa, viuva de Pedro Lopes, pensou seriamente no povoamento da segunda.

E' verdade que em 1542 nomeou ella seu procurador a Christovam de Aguiar, que já era capitão-mór de S. Vicente como delegado de Martim Affonso; porém, accumulando este cargo nas duas donatarias, o mesmo Christovam só zelou dos interesses da de S. Vicente e pouco ou antes nada fez pelo desenvolvimento da de Santo Amaro. Só em 1557 foi que a mesma senhora deu poderes de capitão-mór ou loco-tenente a Antonio Rodrigues de Almeida, fidalgo portuguez que viera a S. Vicente em 1547 e havia regressado ao reino, em 1556, em busca de sua familia, que lá tinha deixado. Não tendo onde residir na donataria de Santo Amaro, que lhe era confiada, porque era ainda um deserto, veiu elle se estabelecer em S. Vicente e dali concedia sesmarias e praticava outros actos de jurisdicção nos territorios daquella donataria; porém, nunca foi capitão-mór de S. Vicente, como affirma Azevedo Marques. O mesmo se póde dizer de Gonçalo Affonso, que foi ouvidor de Santo Amaro e não capitão-mór de S. Vicente. Tambem, durante o litigio sobre as donatarias houve alguns capitães-móres cujos nomes Azevedo Marques não dá, mas que figuram na relação de Fr. Gaspar.

Com estas explicações, que vão como prefacio, entrego o escripto de Fr. Gaspar á apreciação dos estudantes da historia patria.

S. Paulo, outubro de 1899.

A. DE TOLEDO PIZA.

Escriptura de dote

AO

AO CONDE DA ILHA DO PRINCIPE (1)

João Blau, capitão-mór desta capitania da Senhora Condessa da Ilha do Principe, diz que lhe é necessario o traslado do Alvará que passou Sua Magestade El-Rei Dom João IV, que Deus tenha em gloria, á Senhora Condessa de doação das terras quando se casou com Dom Luiz Carneiro, Conde da Ilha do Principe, o qual Alvará está no livro da camara, pelo que pede a Vossas-mercês mandem dar os traslados que pede e receberão mercê.—Como pede.—Conceição em camara, 9 de Abril de 1689.—*Sebastião Luiz Martim da Costa—Custodi o Barroso—Jeronymo Galans—Miguel Gonçalves.*

TRASLADO DA ESCRIPTURA DE DOTE QUE SE DEU AO CONDE DA ILHA DO PRINCIPE, PEDIDO NA PETIÇÃO ATRAZ.

Em nome de Deus amen.—Saibam quantos este instrumento de contracto de dote, arrhas e obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de mil seiscentos e cincoenta e quatro, em 5 dias do mez de Janeiro, na cidade de Lisboa, junto ao convento de S. Francisco, nos apesentos de Dom Affonso de Faro, estando ahi presentes partes a saber:—de uma Luiz Carneiro, Senhor da Ilha de Santa Helena e de Santo Antonio e da do Principe, Conde della, e do Conselho de Sua Magestade, e da outra Dom Diogo de Faro e Souza, filho de Dom Sancho de Faro, que Deus tem, herdeiro e successor de sua casa e morgado do Vimieiro e Alcoentre, e de

---

1 Manuscripto antigo, um tanto estragado por agua e traças, tambem encontrado entre os papeis do general Arouche. A. DE TOLEDO PIZA.

Dona Izabel de Lima e Carcome, sua mãe, que Deus tem, e bem assim o Dito Dom Affonso de Faro, seu tio, tutor e curador, e de Dona Marianna de Faro e Souza, sua irmã, e seus sobrinhos menores, em seu nome e no de cada um delles, e outrosim estavam presentes o dr. Pedro Paulo de Souza, Desembagardor dos Aggravos e Casa da Supplicação, e o dr. Francisco da Cruz Freire, nomeados procuradores pelo dr. Francisco Ferreira Encerrabodes, juiz dos orphãos e um das repartições desta cidade e dos ditos menores, que tambem estavam presentes, para assistirem e darem auctoridade a este contracto e capitulações. Disse logo por elles Dom Diogo de Faro e Souza e Dom Affonso de Faro, como tutor e curador dos ditos seus sobrinhos menores, foi dito a mim tabellião, perante as testemunhas adeante nomeadas que estão contractados para, com o favor divino, mediante agrado do Espirito Santo e comprazimento de Sua Magestade, por seu Alvará ao deante trasladado, haverem de casar a dita Dona Marianna de Faro e Souza, sua irmã e sobrinha, com elle Conde Luiz Carneiro, e que havendo o dito casamento seu real effeito e sendo recebidos por palavras de presente na fórma do sagrdo Concilio Tridentino, e consumando-se o matrimonio, o contracto que este Dom Diogo de Faro e Souza dá e dota a dita Dona Marianna de Faro, sua irmã, com auctoridade do dito Dom Affonso de Faro, seu tio e curador, e por bem do Alvará que tem de Sua Magestade de supprimento de edade para este dote e casamento e bem de todos; que outro sim ao deante era trasladada a sua capitania de S Vicente, de cem leguas de terras, no Estado do Brazil, districto do Rio de Janeiro (1), de que elle é capitão, senhor e governador perpetuo, e toda a sua jurisdicção, direitos e rendas, assim e da maneira que a tem e lhe pertence por sua doação e dote, em estimação o valor de vinte mil cruzados, e assim mais lhe dá, e dota a dita Dona Marianna sua irmã, duzentos mil reis de renda cada um anno em valor de dez mil cruzados consignados e constituidos em todos os rendimentos do morgado do Rio Maior, sito no termo de Santarem assim da maneira que os possue e

1 A capitania autonomica de S. Paulo só foi creada 55 annos depois, em 1709, e installada a 18 de Junho de 1710, dia em que tomou posse o primeiro capitão general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

A. DE TOLEDO PIZA.

lhe pertencem por qualquer via que seja, e não bastante todos os rendimentos tudo o que faltar para o cumprimento dos duzentos mil réis, e elle dotador é contente se prefaça dos sessenta mil e quinhentos e oito réis de juro que tem na alfandega desta cidade. E porquanto Sua Magestade tem concedido a elle Dom Diogo de Faro que possa dotar estes ditos duzentos mil reis de renda cada anno no morgado de Vimieiro, se obriga elle Dom Diogo de Faro a haver a apostilla no dito Alvará do dito Senhor para a consignação dos ditos duzentos mil reis em todos os rendimentos do dito morgado de Rio-Maior e sessenta mil quinhentos e oito reis de juros na dita alfandega emquanto se não alcança a dita apostilla, é contente elle dotador que fiquem sempre seguros os ditos duzentos mil reis de renda do dito morgado de Vimieiro e Alcoentre na forma do dito Alvará, que ao deante está inserto nesta nota e seus traslados, com declaração que a todo o tempo que elle dotador ou succesores da dita casa e morgado quizerem remir os ditos duzentos mil reis e seu valor ou derem renda bastante equivalente, que bem os valha, o poderão fazer; e outro sim por morte da dita Dona Marianna, fallecendo ella e seus descendentes, ficarão os ditos duzentos mil reis livres aos ditos morgados conforme ao dito Alvará e este contracto, e assim mais dá e dota o titulo de Conde da Ilha do Principe, que elle Conde Luiz Carneiro tem em sua vida, o qual titulo, e assim dota, houvera por Alvará de duas vidas mais nos descendentes deste matriomonio, estimadas as ditas duas vidas do dito titulo de conde em outros dez mil cruzados, porquanto elle dotador tem já alcançado Alvará do titulo em uma vida. Das duas promettidas e dotadas e tambem adeante ora trasladado para os descendentes deste motrimonio, estimados nos ditos dez mil cruzados, declara elle dotador que não alcançando Alvará da outra segunda vida para neto e descendente deste matrimonio dentro do tempo de cinco annos, começados do effeito do dito matrimonio em deante, elle dotador se obriga a dar no fim dos ditos cinco annos a quantia de cem mil reis cada anno de renda em bens livres, ou de morgados que bem os renda, estimados no valor de cinco mil cruzados, que é a respeito dos ditos dez mil cruzados dotados por titulo de conde das ditas duas vidas, e para a dita renda dos ditos cem mil reis elle dotador obriga desde logo todos os seus

tens e rendas livres, havidos e por haver, e os rendimentos de seus morgados, para o que haverá Alvará de Sua Magestade para segurança dos ditos cem mil reis de renda, e a todo o tempo que elle dotador ou seus successares alcançarem o dito Alvará da dita segunda vida da mercê do titulo de conde ficará cessando a obrigação dos ditos cem mil reis de renda, e desta maneira se entenderá e competirá este dote que elle dotador dota á dita Dona Marianna, sua irmã, nos ditos quarenta mil cruzados que leva comsigo, porque nesta quantia o valor elle Conde a acceita sem poder allegar lezão, erro ou engano algum, porque neste valor das ditas causas estão conformes, e é mais declaração deste contracto que todos os adquiridos que se adquirirem durante o matrimonio, assim por qualquer maneira, ou por doação, herança ou contracto, ou por outra qualquer via, a titulo lucrativo ou oneroso, que por qualquer delles se adquirirem ou por outro qualquer que seja, se houveram por adquiridos communicaveis e partes entre ambos (1), e no tocante á Capitania de S. Vicente dotada elle dotador se obriga a entregar as contas do doação e titulos della para por elles a dita Dona Marianna tirar carta de successão em sua cabeça ou para os descendentes deste matrimonio, conforme o Alvará de Sua Magestade ao deante trasladado e mais declaração deste contracto, que todos os bens deste dote que a dita Dona Marianna de Faro e Souza leva comsigo terão e seguirão a natureza dos bens dotaes sem se poderem divertir, traspassar, vender, alienar, nem obrigar por nenhuma via que seja, e este dote promette e obriga elle dotador fazer sempre bom aos ditos dotados assim de maneira que neste contracto se contêm, de tal maneira que o hajam e logrem e possuam assim e do modo que nesta escriptura se contem, pela qual tira e aparta de

(1) Este trecho e alguns outros do manuscripto são mal redigidos e obscuros. A doação feita em Lisboa em 1654 teve uma copia trazida para Conceição de Itanhaen e ahi registrada no livro da camara, desta se tirou uma copia que foi levada para Angra dos Reis e aili registrada no livro da camara; desta foi tirada uma nova copia por ordem de Balthazar da Silva Lisboa, que esteve em Angra dos Reis fazeno correição em 1797, como juiz de fóra; desta foi tirada a copia que tenho em meu poder, da qual extrahi outra para o prelo. E' provavel que grande parte das phrases obscuras e erradas sejam productos dos copistas. A letra deste manuscripto é bôa e muito legivel.

A. T. Piza.

si e seus herdeiros e descendentes todos os ditos bens *que toda* e todo o direito e acção que até agora nelles teve e adiante podia ter e haver e todo *o procedo* e traspasse nos ditos dotados e successores deste matrimonio e por elle Conde foi dito que acceita este dote dos ditos quarenta mil cruzados da mão delle Dom Diogo de Faro com auctoridade do dito Dom Affonso de Faro, seu tio, tutor e curador, na forma dita, e que a respeito dos ditos quarenta mil cruzados assim de todos se obriga elle Conde a dar a terça parte de arrhas, conforme a ordenação, á dita Dona Marianna de Faro, sua *tutora* mulher, consignados e constituidos a provimento destes dotadores em bens seguros e abonados, porquanto conforme a este contracto elle Conde promette e dá em nome de arrhas e doação á dita Dona Marianna de Faro a terça parte dos ditos quarenta mil cruzados do dito dote, que são treze mil, trezentos e trinta e tres cruzados, consignados e constituidos em bens equivalentes seguros á satisfação delles dotadores; e outro sim se obriga, *soluto matrimonio*, a segurar o dito dote que recebeu e destas arrhas a metade dos ditos adquiridos; e por elle Conde foi mais dito que a dita segurança e restituicção e consumamento do dia desde que lhe fora entregue, e assim mais das ditas arrhas promettidas obriga todos os seus bens assim livres que por qualquer maneira lhe pertençam como do morgado patrimonial e quaesquer outros que houver em particular para as ditas arrhas, as bemfeitorias do seu molde sitas nesta cidade por detraz da egreja de S. Paulo, que importam em muito mais, as quaes bemfeitorias consignadas ao pagamento das ditas arrhas são livres e sem vinculo algum como está declarado em uma sentença que se deu no juizo do civel desta cidade pelo licenciado Manoel Tenreiro de Gouvea, de que é escrivão Domingos Rodriguez, a que se refere, e sempre elle Conde as fará livres e desobrigadas com todos os seus rendimentos equivalentes aos treze ditos mil, trezentos e trinta e tres cruzados de arrhas e rendimentos de todos os mais seus bens e pelo melhor parado de sua fazenda, livres rendas, e para esta obrigação e hypotheca de bens de morgado haverá para mais segurança Provisão e Alvará de Sua Magestade, conforme aos que por sua parte houveram os dotadores para a obrigação deste, e uns e outros assim livres como de morgado, como a dita licença que for necessaria para a sua validade e segu-

rança fiquem desde logo em seu vigor. com mais declaração que fallecendo a dita Dona Marianna com filhos deste matrimonio ficarão as ditas arrhas vinculadas ao morgado do filho e successor deste matrimonio para accrescentamento delle; e é mais declaração deste contracto que sendo caso que elle Conde falleça primeiro que Dona Marianna de Faro ella ficará em posse e cabeça de casal com todos e quaesquer bens que ficarem de qualquer sorte e seus rendimentos até com effeito ser entregue do todo o seu dote, arrhas e a metade dos adquiridos inteiramente; emquanto lhe não forem pagas as ditas arrhas haverá cada anno duzentos e cincoenta mil réis dos rendimentos de todas as casas do dito molde, que é a quantia que vem a ser a razão de juros os ditos treze mil, trezentos e trinta e tres cruzados das ditas arrhas e a mais condição e declaração deste contracto, que vencendo em dias a dita Dona Marianna do Faro a elle Conde ella logrará e comerá as ditas arrhas em sua vida e assim mais os ditos duzentos mil réis de renda consignados nos ditos bens e rendimentos dos ditos morgados; assim as ditas arrhas como os ditos duzentos mil réis comerá em sua vida, quer fiquem filhos e successores deste matrimonio quer não, e é mais declaração desta escriptura que cada um delles partes assim dotadores como dotados poderá haver de Sua Magestade a licença e Alvará que forem necessarias para a validade deste dote e contrancto delle, e para tudo elles partes dotadores e dotados assim cumprirem todo e cada cousa disseram que obrigavam, e de feito logo obrigaram, todos os seus bens e rendas livres, havidos o por haver, de juro e de morgado e melher parado delles, e por elles Dom Affonso de Faro, tutor e curador, e doutores Pedro Paulo de Souza e Francisco da Cruz Freire, curadores, e o doutor Francisco Ferreira Encerrabodes. Juiz dos orphãos da dita repartição, foi dito que elles approvaram e ratificam este contracto de dote e dam a elle sua outorga e consentimento para que fique firme e valioso e tenha seu real e cumprido effeito, assim e da maneira que nelle se contem e pela melhoria que em direito possa ser, e outorgaram de responderem elles dotadores e dotados por todo o aqui constituido nesta cidade perante os corregedores da Corte, corregedores e juizes do civel della, onde e perante quem este instrumento for apresentado e se pedir e requerer seu cumprimento ahi se obrigam

a responder e de se fazer todo o cumprimento de direito e justiça, citadas por suas cartas citatorias precatorias e sem ellas, para o que disseram que renunciavam e cada um renunciava juiz de seu foro e da terra e logar onde ao tal tempo estiverem e morarem, e todos os mais privilegios, liberdades, leis, direitos, ordenações, distincções, ferias geraes e especiaes, e tudo o mais que por si e em seu favor allegar possam, que de nada se poderão valer, salvo tudo cumprir pelo modo sobredito; e declaram elles partes que no que toca ao pagamento dos cinco mil cruzados, em que está estimada a segunda vida de titulo de conde no caso em que este Dom Diogo o não haja de sua Magestade nos ditos cinco annos pagará a elle Conde os ditos cinco mil cruzados dos bens livres que tiver e pelos rendimentos e rendas de seus morgados sem...(1)...mais nos ditos morgados este que assenta sobre as rendas e nos rendimentos delles, e que para isto se haveriam as licenças necessarias, como atraz fica dito e declarado, que esta se outorgou em nove dias do dito mez de Janeiro posto que continuada em cinco do dito mez, e em testemunho da verdade assim o outorgaram todos elles outorgantes e pediram que se fizesse este instrumento nesta nota e que se dessem os traslados necessarios, que acceitaram, e eu tabellião o acceito em nome de quem tocar ausente como pessoa publica, estipulante e acceitante. Testemunhas que foram presentes: o dr. Thomé Pinheiro da Veiga, Procurador da Coroa de Sua Magestade e seu Desembargador do Paço, e Manoel Rodrigues creado delle Dom Affonso de Faro, e Amador de Abreu, creado delle Conde Luiz Carneiro e todos conhecemos a elles partes outorgantes, dotador, Conde dotado, tutor, curadores e juiz serem os proprios aqui contendos, que na nota assignaram com as testemunhas. Antonio Pinto de Lemos, tabellião, o escrevi.—*Conde da Ilha—Dom Diogo de Faro e Souza—Dom Affonso de Faro—Pedro Paulo de Souza—Francisco da Cruz Freire—Francisco Ferreira Encerrabodes—Thomé Pinheiro da Veiga—Manoel Rodrigues Cabreira—Amador de Abreu.*

---

1 Aqui havia no manuscripto de Balthasar da Silva Lisboa um trecho que o copista não entendeu e que copiou do seguinte modo: «*sem fuir ou'ro grasa minha* mais...» tudo com letra boa e muito legivel!

A. T. Pizz

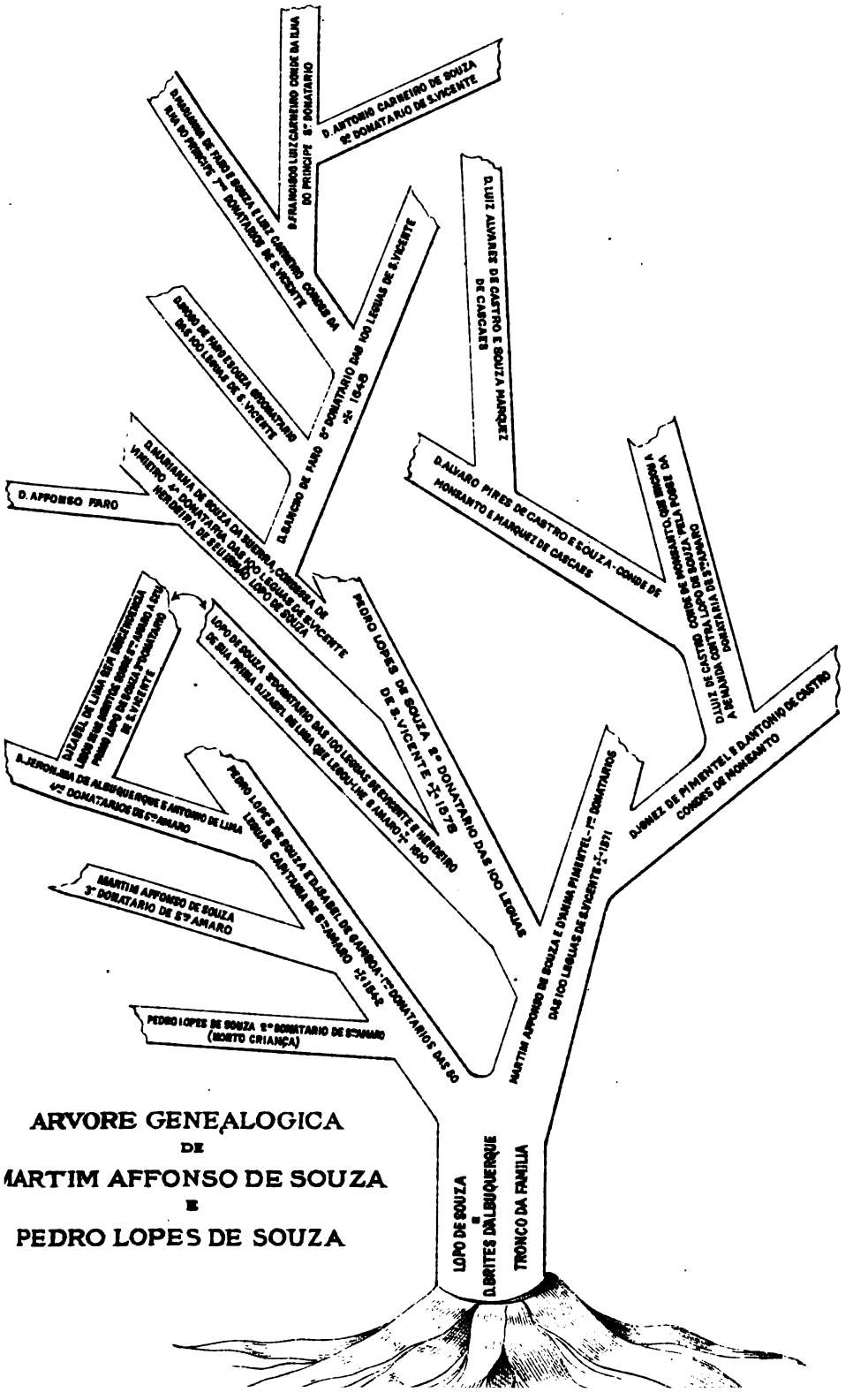
1.º ALVARÁ DE QUE ATRAZ SE FAZ MENÇÃO (1)

Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer Dom Diogo de Faro e Souza, por seu tio e tutor Dom Affon o de Faro, pedindo-me lhe concedesse licença para dotar a sua irmã Dona Marianna de Faro e Souza, que está contractada para casar com o Conde da Ilha do Principe com as 100 leguas de terras que tem na costa do Brasil, com suas povoações e titulo de capitão e governador, com suas jurisdicções e rendimentos, e que lhe passe carta de successão em nome da dita sua irmã na forma que a elle lhe está mandada passar, supprindo-lhe o ser menor para fazer o dito dote, e vistos os casos que allega e as informações que se houve pelo dr. Pedro Paulo de Sousa, Desembargador dos Aggravos e da Casa da Supplicação, de que consta que ouvira o supplicante e seu tutor e immediato successor do morgado que é a dita sua irmã dotada que o juiz de Orphãos lhe dera curador lettrado por ser menor, e todos consentem no dote referido, e a resposta que sobre tudo deu o Procurador de minha Corêa, hei por bem e me praz que, tendo feito o dito casamento, se passe carta a Dona Marianna de Faro e Souza das cem leguas de terras de que se trata na forma que está mandada passar ao dito Dom Diogo, a quem hei por supprida a idade para poder fazer o dito dote, tudo como em sua petição pede, e este Alvará se cumprirá como nelle se contem e valerá posto que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro segundo, titulo quarenta, em contrario Manoel da Costa o fez em Lisboa a deseseis de Setembro de mil seiscentos e cincoenta e tres annos. Jacintho Fagundes Bezerra o fez escrever.—REI.

---

(1) Para ficar completa a prova sobre o parentesco de D. Diogo e D. Marianna reproduzo um dos alvarás regios, relativo a doação por aquelle feita a esta, e tambem porque interessa a historia da donataria de S. Vicente. O outro alvará trata do dote de duzentos mil reis annuaes tirados do morgado de Vimieiro e não interessa a historia de S. Paulo.

A. T. Piza



ARVORE GENEALOGICA
DE
MARTIM AFFONSO DE SOUZA
E
PEDRO LOPES DE SOUZA

Relação dos Capitães loco-tenentes que governaram a Capitania de S. Vicente, uns nomeados pelos verdadeiros donatarios e outros pelos intrusos.

1.º

Gonçalo Monteiro :—Era sacerdote quando veiu na armada de Martim Affonso e aqui ficou por vigario de S. Vicente e depois por vigario de Santos. Quando era vigario de S. Vicente governou a capitania como loco-tenente de Martim Affonso por nomeação de sua mulher e procuradora, D. Anna de Pimentel, segundo consta da carta de sesmaria das terras de *Iriripiranga* que o dito Gonçalo Monteiro concedeu ao meirinho João Gonçalves, em S. Vicente, aos 4 de Abril de 1538, na qual attesta o capitão Antonio do Valle estar registrado no livo do tombo um instrumento de poderes escripto em Lisboa pelo tabellião Antonio do Amaral, pelo qual D. Anna Pimentel constitue seu procurador e loco-tenente, em seu nome e de seu marido, a Gonçalo Monteiro.

Deste capitão, que foi o primeiro, existem muitas sesmarias. A mencionada sesmaria vem na escriptura de troca que o meirinho João Gonçalves fez com Antonio do Valle, e é o titulo das terras de *Santa-Anna* que foram de minha mãe D. Anna de Siqueira e Mendonça. O mesmo consta da sesmaria que concedeu a João Ramalho aos 20 de Dezembro de 1500 e tantos (1). Já governava no ultimo de Dezembro de 1536 porque nesse dia passou a sesmaria de Estevão da Costa.

---

(1) O escriptor deste trabalho é Frei Gaspar da Madre de Deus, apesar do manuscripto não trazer assignatura, nem data. E' curioso que elle cite a data do mez e não saiba com certeza o anno da concessão feita a João Ramalho.

2.º

Antonio de Oliveira :—Cavalheiro fidalgo; por provisão de D. Anna Pimentel, passada em Lisboa aos 16 de Outubro de 1538. Já governava no primeiro de Setembro de 1539. Ha muitas sesmarias deste capitão.

3.º

Christovam de Aguiar de Altero : — Cavalheiro fidalgo, creado por D. Anna Pimentel em Lisboa aos 20 de Dezembro de 1542. Tomou posse em S. Vicente aos 28 de Março de 1543; consta do livro 1.º das vereações da camara de S. Vicente, na vereação do dia. Note-se que não aponto as folhas por não serem numeradas (1).

4.º

Braz Cubas :—Cavalheiro fidalgo, creado por provisão de D. Anna Pimentel, passada em Lisboa aos 26 de Novembro de 1541. Tomou posse em S. Vicente aos 8 de Junho de 1545. Consta do livro citado, na vereação desse dia; e supponho que houve alguma duvida a respeito da sua posse porque não se achou presente o capitão que acabava, como era estylo. Seu antecessor tomára posse em Março de 1543 e como ainda lhe faltavam muitos mezes para ajustar o triennio, pode ser que Braz Cubas tomasse a posse mais cedo do que devia e que por isso não lh'a quizesse dar Crhristovam de Aguiar.

5.º

Antonio de Oliveira, 2.ª vez :— Por provisão de Martim Affonso aos 28 de Jan iro de 1549. Apresentou a sua carta em Santos aos 27 de Maio de 1549, donde infiro que tomou a posse alguns dias antes, porque costumavam tomal-a na camara de S. Vicente e ao depois se registrava a patente em Santos. Tudo consta de uma certidão passada pelo escrivão da camara de Santos, Francisco Lopes, aos 2 de Abril de 1562. Archivo do Carmo de Santos—maço 15, n. 6.

---

(1) O costume de não numerar as folhas era geral nos seculos passados e o auctor, que disso se queixa, tambem não numerou as paginas deste manuscripto. Christovam de Aguiar era capitão-mór das duas capitanias, de S. Vicente e Santo Amaro.

N. da R.

6.º

Braz Cubas, 2.ª vez: Foi creado por Martim Affonso segundo attesta o escrivão, mas não declara quando lhe passaram a provisão, nem o dia da posse. A primeira sesmaria que tenho visto, passada por elle, tem a data de 25 de Janeiro de 1555 e a ultima a de 2 de Março de 1556.

7.º

Jorge Ferreira:—Cavalheiro fidalgo (1). Declara nas sesmarias que era capitão em ausencia de Braz Cubas, com poderes do governador geral D. Duarte da Costa. Passou uma sesmaria aos 20 de Julho de 1556. Passou outra sesmaria aos 9 de Agosto de 1557 sem fazer menção alguma de Braz Cubas; nem elle podia estar ausente nesse tempo porque a carta de 9 de Agosto foi registrada no livro da Fazenda Real nesse mez pelo escrivão Alberto, que o constatára com o provedor Braz Cubas. Jorge Ferreira ainda governava em primeiro de Fevereiro de 1558, com poderes do governador geral, porque nesse dia passou uma sesmaria na qual declara a fonte de onde manava a sua jurisdicção.

8.º

Francisco de Moraes Barreto:—Da carta que lhe escreveram os camaristas de S. Vicente para o effeito de o depôr com o fundamento de ter concluido o seu triennio, consta que Martim Affonso o provêra por tres annos, que tomára posse aos 30 de Abril de 1558 e que tinha governado até o 1.º de Maio de 1561, dia em que lhe escreveram a carta, a qual se acha registrada no archivo da camara, livro das vereações, que principia em 1561, a fls. 16. Avisaram ao Capitão que si tinha outra provisão a mostrasse para lhe darem cumprimento; aliás, fariam sua obrigação, a qual era juntarem-se com os camaristas de Santos e elegerem capitão.

---

(1) Era casado com Joanna Ramalho, filha do portuguez João Ramalho e neta de Tibiriçá, cacique goyaná de Piratininga no tempo de Martim Affonso N. da R.

9.º

Pedro Collaço :—Cavalleiro fidalgo ; consta do livro citado, fls. 17, que aos 11 de Maio de 1561 esteve presente na camara desse dia o capitão Pedro Collaço. Não se acha o auto de sua eleição, nem o de sua posse ; mas infere-se da carta citada que as duas camaras o elegeram logo depois de notificarem a Francisco de Moraes que tinha acabado. Vi sesmarias suas de 18 de Junho, 26 de Agosto e 26 de Novembro de 1562.

10.º

Pedro Ferraz Barreto :—Com poderes de Martim Affonso passou sesmarias aos 5 de Outubro de 1562 e aos 20 de Janeiro de 1567.

11.º

Jorge Ferreira, 2.ª vez :—Passa sesmaria aos 19 de Junho de 1567 e manda cumprir outra, sendo ainda capitão em 1571. Em todas declara que governa com poderes de Martim Affonso.

Ou este capitão governou muito tempo ou não ha memoria de seus successores, porque vai muito tempo do anno de sua posse até o tempo de Jeronymo Leitão.

12.º

Jeronymo Leitão :—Irmão de Domingos Leitão, fidalgo da casa de Sua Magestade. Foi provido pelo segundo donatario Pedro Lopes de Souza, filho de Martim Affonso de Souza. Isto consta de muitas sesmarias. Não apparece a sua provisão, nem o auto da sua posse ; consta, porém, do termo da vereação de S. Vicente, em 3 de Novembro de 1579, que elle já era capitão nesse dia, e do termo da vereação de 22 de Março de 1592 consta que ainda governava nesse dia porque deram posse ao tabellião Francisco de Torres, nomeado por elle (1).

(1) Aqui traz o manuscripto a seguinte nota :

«Si Jeronymo Leitão governou até Maio de 1592, como podiam nomear por seu successor em Março desse mesmo anno ?»

Para se entender esta nota é preciso suppor que o termo de vereação, mencionado no texto com a data de 22 de *Março* de 1592, tenha a data de 22 de *Maio*, que o auctor corrigiu para 22 de Março para combinar com o que adeante se diz do capitão-mór Jorge Corrêa. Em sub-nota se diz que J. Leitão tomou posse a 14 de Agosto de 1580 em nome de Pedro Lopes. (*N. da R.*)

Daqui por deante é escripto ocatalogo pelo doutor juiz de fora Marcellino Ferreira Cleto.

13.º

Jorge Correa :—Consta do livro 6.º da camara de S. Vicente que foi nomeado por Lopo de Souza, terceiro donatario, e tomou posse aos 30 de Março de 1592. Serviu até 14 de Março de 1595, segundo consta do livro 7.º, no accordam desse dia.

14.º

João Pereira de Souza :—Tomou posse aos 14 de Março de 1595. Foi nomeado pelo governador D. Francisco de Souza para servir o cargo de capitão-mór com os adjunctos Simão Machado e João Baptista . . . . . (1), mandando suspender a Jorge Correa e chamando-o á cidade da Bahia por capitulos que de cá deram contra elle, dos quaes mandou devassar. Consta do livro 7.º da camara de S. Vicente.

15.º

Roque Barreto :—Nomeado por Lopo de Souza; apresentou-se na camara de S. Vicente aos 19 de Outubro de 1598.

16.º

Diogo Arias de Aguirre :—Tomou posse de capitão de S. Vicente aos 18 de Dezembro de 1598, por provisão do governador geral do Estado, D. Francisco de Souza, na qual determinava que governaria somente emquanto elle governador não chegasse a esta capitania, para a qual ficava de partida, suspendendo interinamente ao capitão e locotenente legitimo, sem culpa, Roque Barreto, como consta do livro 8.º.

17.º

Roque Barreto, 2.ª vez :—Consta do livro 8.º que Roque Barreto servia outra vez do capitão aos 13 de Julho de 1600, porque nesse dia concedeu foros de villa á povoação de S. João de Cananéa em nome do donatario Lopo de Souza.

---

(1) O terceiro nome está devorado por traças. (*N. da R.*)

18.º

Diogo Lopes de Castro: Cavalheiro fidalgo; aos 24 de Fevereiro de 1602 fez registrar uma provisão do governador geral pela qual o creava capitão-mór de S. Vicente. Consta do livro 8.º Foi suspenso.

19.º

Roque Barreto, 3.ª vez:—Aos 27 de Julho de 1603 registrou uma provisão do governador geral Diogo Botelho, pela qual o creava capitão-mór de S. Vicente, suspendendo ao dito Diogo Lopes.

20.º

Antonio Pedroso:—Foi nomeado por provisão de Lopo de Souza, passada em Lisboa aos 30 de Outubro de 1602, para capitão com a clausula de que, não querendo ou não podendo servir este posto, serviria seu irmão Pedro Vaz de Barros. Resta saber si tomou posse nesta occasião o dito Antonio Pedroso de Barros. (1)

21.º

Pedro Vaz de Barros:—Consta do livro 8.º que aos 18 de Agosto de 1603 servia de capitão e ouvidor por Lopo de Souza, o qual ainda servia em 24 de Fevereiro de 1605.

22.º

Pedro Cubas:—Moço da camara de Sua Magestade e alcaide-mór das capitanias de S. Vicente e Santo Amaro; em 11 de Julho de 1605 foi chamado pela camara de S. Vicente para servir de capitão-mór da capitania, segundo consta do livro 9.º. Parece que não o reconhecia por capitão a villa de Santos e isto pouco carece de exame.

---

(1) Parece haver contradicção entre os §§ 19 e 20, ou então havia conflicto entre o donatario Lopo de Souza, que nomeava qualquer dos dois irmãos Antonio Pedroso e Pedro Vaz de Barros em Outubro de 1602, e o governador geral, que nomeava Roque Barreto em Julho de 1603.

(*N. da R.*)

23.º

Antonio Pedroso de Barros:—Tomou juramento para servir de capitão das capitanias de S. Vicente e Santo Amaro aos 20 de Dezembro de 1606, por ter sido nomeado por Lopo de Souza, segundo consta do livro 9.º Ainda servia aos 9 de Setembro de 1607—livro citado. Resta examinar si antes desta posse tinha governado. (1)

24.º

Gaspar Conquero:—Tomou posse e juramento para servir de capitão e ouvidor da capitania de S. Vicente aos 6 de Outubro de 1607, por estar nomeado pelo donatario Lopo de Souza. Consta do livro 9.º Passou uma sesmaria a 20 de Fevereiro de 16... (2) a Antonio Ferreira—*livro 2.º de registro de sesmaria, pag.* 86. Manoel Antunes passou duas sesmarias como capitão e loco-tenente de Lopo de Souza, uma aos 2 de Outubro de 1611 e outra aos 20 de Dezembro do dito anno, que se acham registradas no livro 3.º dellas; porêm o escrivão na margem pôz a nota de que não tinham effeito porque o dito nunca fora capitão. (3)

---

(1) Aqui traz o manuscripto a seguinte nota:

«Consta do mesmo livro que deram posse dos logares de capitão e ouvidor a Antonio Pedroso aos 21 de Dezembro de 1606, em virtude de uma provisão de Lopo de Souza; constando do mesmo livro que tinham dado posse de ouvidor a Zuzarte Lopes aos 20 de Dezembro de 1606 por cas..... que nelle fizera o dito Antonio Pedroso, a quem tinham dado posse de capitão nesse mesmo dia 20 de Dezembro, A' margem vinha uma cota que dizia não valer o termo da posse dada a Zuzarte Lopes. Do requerimento, a fls. 300 do mesmo livro, que fez o procurador da camara de S. Vicente aos 20 de Janeiro de 1607, consta que na villa de Santos não reconheciam por capitão, nem por ouvidor, a Antonio Pedroso e que alli servia de ouvidor Sebastião Peres e de capitão Gonçalo de Pedrosa.» Ha nesta nota uma palavra devorada por traça, que vai com pontinhos.

(2) O resto da data está devorada por traças.

(3) Aqui traz o manuscripto a seguinte nota:

«Conservo as *peças confusas* de ter achado que o donatario lhe concedéra a faculdade de passar sesmarias no termo da Ilha Grande. Capitão nunca foi, como com razão advertiu o escrivão».

Esta nota, mal redigida e obscura, está bem conservada e tem a letra bem legivel. Parece que o auctor *ficára perplexo por ter verificado* que o donatario facultára a Antunes conceder sesmarias sem ser capitão-mór. (*N. da R.*)

25.º

Luiz de Freitas Mattoso:—Era capitão em 3 do mez de Julho de 1612, nomeado por D. Luiz de Souza, governador geral da Repartição do Sul, por morte de seu pae D. Francisco de Souza. Neste dia passou Freitas provisão de meirinho da correição a Belchior Rodrigues, cuja provisão se cumpriu na camara de S. Vicente aos 5 de Agosto do dito anno, segundo consta do livro 11 das vereações de S. Vicente.

26.º

Nuno Pereira Freire:—Fidalgo da casa de Sua Magestade, nomeado capitão da capitania de S. Vicente por D. Luiz de Souza por provisão de 15 de Julho de 1612. Consta do livro 11.º

27.º

Francisco de Sa' Sottomaior:—Nomeado capitão-mór da capitania de S. Vicente por D. Luiz de Souza aos 6 de Junho de 1613, a qual foi cumprida aos 19 de Junho do dito anno. Livro 11.º

Nota:—Este D. Luiz assistia nesta capitania e por isso estava nomeando capitães annuaes contra o estylo antigo, cujas provisões eram por tres annos.

28.º

Domingos Pereira Jacome:—Tomou passe de capitão da capitania de S. Vicente aos 5 do Setembro de 1613, por nomeação do desembargador Manoel Jacome Bravo, com poderes bastantes que para isso e outras cousas lhe havia concedido o governador geral do Estado, Gaspar de Souza, por provisão passada aos 24 de Agosto do dito anno. Domingos Pereira Jacome nomeou para o substituir, aos 28 de Fevereiro de 1614, a Pedro Cubas, moço da camara, alcaide-mór e provedor da Fazenda Real, durante a ausencia que desta capitania fazia em serviço de Sua Magestade. Teve para o mesmo effeito provisão do desembargador Manoel Jacome Bravo, passada aos 4 de Maio do dito anno, e tomou posse Pedro Cubas aos 31 do dito mez e anno—*livro* 11.º

29.º

Paulo da Rocha e Siqueira:—Cavalheiro fidalgo; foi nomeado capitão da capitania de S. Vicente por provisão do governador geral Gaspar de Souza, datada de 18 de Setembro de 1614. Tomou homenagem nas mãos do governador geral aos 25 de Setembro do dito anno. Serviu até ser suspenso e preso por provisão do mesmo governador geral, datada de 12 de Julho de 1615, que se cumpriu na camara de S. Vicente aos 13 de Novembro do dito anno—livro 10.º

30.º

Balthazar de Seixas Rabello:—Foi nomeado capitão e ouvidor da capitania de S. Vicente por provisão do governador geral Gaspar de Souza, passada aos 12 de Julho de 1615 e cumprida aos 13 de Novembro de 1615 na camara de S. Vicente. Tomou posse nesse dia—livro 10.º

31.º

Gonçalo Correa de Sá:—Fidalgo da casa de Sua Magestade, nomeado per D. Luiz de Souza, governador geral do Estado, por provisão passada em Olinda aos 4 de Fevereiro de 1617. Tomou posse no 1.º de Julho dito anno—livro 12.º (1).

32.º

Martim Correa de Sá:—Fidalgo da casa de Sua Magestade, nomeado capitão da capitania de S. Vicente por alvará de Sua Magestade de 2 de Fevereiro de 1618, com a expressa clausula de que serviria por tres annos, si tanto durasse o litigio que havia entre os donatarios. Foi cumprido e mandado registrar o dito alvará na camara de S. Vicente aos 11 de Novembro de 1620. Consta do livro 12º.

Pedro Cubas, moço da camara de Sua Magestade e alcaide-mór da capitania de S. Vicente, foi nomeado capitão da dita capitania por Martim de Sá durante o tempo da sua ausencia por provisão de 20

---

(1) Aqui vem a seguinte nota:—«Ausentando-se para o Rio de Janeiro passou provisão a Pedro Cubas para governar, na sua ausencia, as villas da Marinha.»

Esta nota não é de juiz de fora Pereira Cleto, mas do dono do manuscripto, que assim o declara. Vide § 1.º sobre *Gonçalo Monteiro*. (N. *da R.*)

de Dezembro do anno de 1620, a qual foi cumprida e registrada no dito dia e anno na camara da dita villa (1).

---

(1) Vem aqui a seguinte nota, com palavras devoradas por traças e substituidas por pontinhos:

«Pedro Cubas não tinha dado juramento na camara de S. Vicente, quando a ella veiu Manoel Rodrigues de Moraes tomar a injusta posse da capitania de S Vicente em nome do conde de Monsanto. D. Luiz de Souza, com a provisão que por elle mandou, ordenando aos camaristas de S. Vicente e mais justiças que lhe dessem posse, escreveu á camara de S. Vicente que nada alterasse a respeito do governo da capitania.

"Porem, não obstante pretendeu Manoel Rodrigues tomar posse de capitão-mór sem provisão do conde de Monsanto, nem do governador geral, e com o unico fundamanto de que o constituinte e o constituido faziam uma só pessoa; e como El-Rei, na confirmação da sentença, dizia que o conde... (a) ...capitão e lhe dariam.....
...(b)... sua procuração com este argumento persuadir ao vereadores que sendo elle procurador devia ser capitão. Replicaram os ditos veredores que o governador geral mandava conservar tudo como estava. Respondeu que a provisão de Martim de Sá trazia a clausula já referida e como com a posse do conde cessára o litigio estava concluido o tempo da sua jurisdicção e governo. Mais assegurou aos camaristas que o governador geral mandára a dita ordem por comprazer com Martim de sá, que elle não podia fazer os negocios do conde sem ser capitão, que lhe dessem a posse e elle acommodaria ao governador geral.

« Com effeito, foi-lhe dada posse de capitão-mór e, fazendo a camara aviso a Martim de Sá, que se achava no Rio de Janeiro, e elle ao governernador geral, este ordenou que depuzessem a Manoel Rodrigues de Moraes e obedecessem a Martim de Sá. Em consequencia desta ordem foi chamado Pedro Cubas á camara de S. Vicente, onde deu juramento e ficou governando com grande sentimento de Manoel Rodrigues, que pretendeu que o conservassem e por lhe não fazerem o gosto alterou razões com tanto furor que chegou a empunhar a espada na camara, desordem pela qual o autuaram os camaristas, cujos autos remetteram ao governador geral e ao donatario. Tudo consta das cartas que os ditos camaristas escreveram a D. Luiz de Souza e ao conde de Monsanto. No mesmo livro, onde vem as ditas cartas, acha-se um requerimento de Manoel Rodrigues, no qual elle se queixa de que, indo fazer um requerimento a Martim de Sá, este o tratára mal de palavras e lhe dissera que o não reconhecia por procurador do donatario.

«Disse bem Martim de Sá, porque a capitania de S. Vicente não pertencia ao donatario de quem elle era procurador. Isto pensava o governador, a meu ver, o qual, se-

---

(a) Aqui está estragada uma palavra que acaba em *ia*, parecendo ser *daria* ou *teria* ou *seria*, de poucas syllabas porque o espaço é pequeno.

(b O manuscripto aqui está roto e faltam diversas palavras, de modo que o que se segue não faz sentido, nem parece ter ligação com o que vem de traz.

N. *da* R.

33.º

João de Moura Fogaça :—Tomou posse de capitão e ouvidor da capitania de S. Vicente por ter sido nomeado pela condessa de Vimiero, D. Marianna de Souza, donataria perpetua da capitania, aos 22 de Outubro do anno de 1622. Consta do dito livro 12º (1).

34.º

Alvaro Luiz do Valle :—Em 24 de Julho de 1624 era capitão de S. Vicente pelo conde de Monsanto e como tal nomeou Lucas Rodrigues de Cordova alcaide-mór da capitania de S. Vicente. Consta do dito livro 12º (2).

---

gundo eu supponho, mandou conservar o governo no mesmo estado, temeroso de que o capitão-mór, dito Martim de Sá, se oppuzesse á posse injusta, e...(a)...de...(b)...si o depuzessem do governo. O dito Martim de Sá nomeou para o substituir em sua ausencia a Fernão Vieira Tavares, por provisão datada no Rio de Janeiro aos 9 de Abril de 1622. Cumpriu-se e registrou-se na camara da villa de S. Vicente no dia 1.º de Maio de 1622—livro 12º.»

(1) Aqui vem esta outra nota:

« E' necessario examinar este livro, porque nelle achei uma provisão do governador geral Furtado, na qual diz que provêra á Fogaça. E' certo que a condessa o mandou por seu procurador, com o cargo de capitão, e supponho que elle usou da industria de ir á Bahia e pedir provisão ao governador geral Mendonça Furtado, porem apresentaria na camara a provisão da condessa. O dito governador levantou a homenagem a Martim e mandou que Fernão Vieira lhe entregasse o governo (c). Este Fernão Vieira se constituiu requerente do conde de Monsanto, cujo direito foi solicitar á Bahia, e vindo de lá feito provedor da Fazenda Real fez as partilhas por ordem da Relação como lhe propuzeram o seu odio e desejo de vingar-se».

(2) Aqui traz o manuscripto a nota seguinte:

« Este foi o primeiro capitão nomeado pelo conde de Monsanto, e o que entrou a governar depois que Fernão Tavares repartiu as duas capitanias pela terceira barra mais austral, fundando-se em que este era o rio de S. Vicente».

---

a) Falta uma palavra devorada por traças em parte e tambem estragada por agua.

b) Idem, idem, que entretanto parece ser *D. Luis*.

c) A expressão *levantou a homenagem a Martim e mandou que Fernão Vieira lhe entregasse o governo* está contradictoria, porque não se levanta a homenagem de um delegado na occasião de entregar-lhe o governo. A provisão do governador Furtado de Mendonça é de 16 de Setembro de 1622, levanta a homenagem a ambos, Martim e Fernão, e manda entregar o governo por tres annos a João de Moura Fogaça. Vide *Nota* n. 40, adeante. (N. da R.)

35.º

PEDRO DA MOTTA LEITE · — Criado do conde de Monsanto, alcaide-mór e capitão-mór, loco-tenente da capitania de S. Vicente, nomeado por D. Alvaro Pires de Castro, conde de Monsanto, por provisão de 18 de Abril de 1628. Veja-se o...(1)...79. Assignou sesmarias em 26 de Julho de 1637.

36.º

ANTONIO DE AGUIAR BARRIGA: — Capitão-mór da capitania de S. Vicente em...(2)... de Maio de 1640. Foi creado por provisão do conde de Monsanto, D. Alvaro Pires de Castro e Souza, de 21 de *Outubro de 1639*, como consta da provisão de João Luiz Mafra.

37.º

JOÃO LUIZ MAFRA :—Cavalleiro fidalgo da casa de Sua Magestade, foi creado capitão-mór, governador e loco-tenente do conde de Monsanto por provisão delle D. Alvaro Pires de Castro e Souza, de 21 de Outubro de 1639 (3), com 300 cruzados de ordenado cada anno, si tanto rendesse a dita capitania ao seu donatario. Cumpriu-se, e deram-lhe posse em S. Vicente aos 7 de Outubro de 1640. Na provisão declarou o conde que serviria por trez annos e que tomaria posse de governo depois de Antonio de Aguiar Barriga ter concluido o triennio por que o tinha provido.

38.º

GASPAR DE SOUZA ULHOA: — Cavalleiro professo da ordem de Christo e fidalgo da casa de Sua Magestade ; foi nomeado por provisão do governador geral Antonio Telles da Silva, passada na Bahia aos (6, 16 ou 26) de Outubro de 1642, a qual se cumpriu e registrou na camara de S. Vicente aos 7 de Dezembro do dito anno. Este

---

1) Aqui faltam uma palavra e parte dos algarismos, estragados por agua e traças.

2) A data do mez foi devorada por traças.

3) Ha evidente contradicção entre os §§ 36 e 37, que dão a mesma provisão de 21 de Outubro de 1639 como nomeando os dois capitães-móres mencionados. Em relação ao § 36 essa data está sublinhada para ser excluida. N. *da* R.

capitão estava provido por outros tres annos pelo conde de Monsanto, de que se lhe tinha passado despacho; porem, queixando-se a camara de S. Vicente ao dito conde do seu máu governo pelos procuradores que foram a Lisboa tratar dos negocios respectivos aos jesuitas (1), mandou o conde que se lhe não observassem os despachos, quando os apresentasse, e em seu logar proveu em capitão a Francisco da Fonseca Falcão, segundo consta de uma carta do mesmo conde escripta no dia 1.º de Dezembro de 1642, que existe no archivo da camara de S. Vicente.

39.º

Francisco da Fonseca Falcão:— Foi nomeado por provisão do conde de Monsanto passada aos 12 de Dezembro de 1642. Tomou posse aos 24 de Junho de 1643 e foi deposto pelo ouvidor geral aos 14 de Setembro de 1643.

40.º

Gaspar de Souza Ulloa:—Tinha sido capitão-mór da capitania de S. Vicente antes de Francisco da Fonseca Falcão; deposto este pelo ouvidor geral aos 14 de Setembro de 1643, tornou por determinação do dito ouvidor a servir de capitão-mór.....dia por...(2).

40.º

Francisco Pinheiro Raposo:— Foi provido em capitão-mór da capitania de S. Vicente por carta...(3)...do governador geral, passada aos 24 de Maio de 1643 e principiou a servir no 1.º de Fevereiro de 1644.

Jacome Coutinho (4).

---

1) Quando os jesuitas foram expulsos de S. Paulo em 1640, os paulistas enviaram a Lisboa dois emissarios, Luiz da Costa Cabral e Balthazar de Borba Gato, com as queixas que tinham contra a ordem. E' a estes emissarios que se faz aqui referencia. Vide a *Historia da Expulsão dos Jesuitas*, no vol. III desta *Revista*.

2) Falta uma palavra devorada por traças, que devia ser *patente*.

3) Falta uma palavra escripta em breve, devorada por traças.

4) Este nome apparece aqui isolado e sem nenhuma explicação; é conservado para ser mantida a integridade do manuscripto. N. *da* R.

Francisco da Fonseca Falcão, a quem o ouvidor havia deposto no principio de seu governo, conseguindo que o governador geral puzesse o—cumpra-se—na provisão que lhe havia passado o conde de Monsanto, em virtude delle tornou a governar e tomou nova posse em S. Vicente aos 3 de Outubro de 1644.

41.º

Manoel Pereira Lobo:—Professo na ordem de Christo; foi provido em capitão-mór pelo donatario marquez de Cascaes em carta datada no 1.º de Fevereiro de 1647. Cumpriu-se e tomou posse no 1.º de Junho de 1648.

48.º (1)

Bento Ferrão de Castello Branco:—Foi provido em capitão mór de S. Vicente por provisão do governador e capitão-general passada aos 16 de Outubro de 1651; cumpriu-se na camara de S. Vicente aos 3 de Março de 1652.

49.º

Gonçalo Couraça de Mesquita:—Consta que foi capitão-mór por uma provisão sua datada aos 15 de Setembro, na qual confirmou a André Fernandes de Araujo no posto de ajudante da capitania de S. Vicente.

50.º

Manoel de Sousa da Silva:—Foi provido em capitão mór da capitania de S. Vicente por patente de Sua Magestade de 25 de Novembro de 1656, a qual se cumpriu e registrou na camara de S. Vicente aos 22 de Abril de 1657. Sendo capitão foi se metter frade, segundo consta de uma carta sua escripta aos camaristas de S. Vicente. Não consta em que religião.

---

1) A numeração dos capitães-móres salta de 41.º a 48.º sem motivo algum apparente, tanto mais que não ha intervallo de tempo que faça presumir a existencia de alguns intermediarios. Entre o 41.º e o 48.º ha o espaço de tres annos que era o da jurisdicção ordinaria dos capitães-móres daquelle tempo. N. *da* R.

51.º

Jeronimo Pantoja Leitão :—Tendo sido nomeado por uma provisão do governador geral do Estado, Francisco Barreto, de 6 de Outubro de 1657, para que vagando na capitania de S. Vicente qualquer dos cargos de capitão-mór, provedor da Fazenda Real ou sargento-mór, elle entrasse a servir por virtude desta provisão, que apresentou na camara de S. Vicente e se cumpriu aos 6 de Janeiro de 1658 ; nesse dia tomou posse de capitão-mor.

52.º

Antonio Ribeiro de Moraes (1) · —Por provisão de Salvador Correa de Sá, governador geral das capitanias do Sul, passada aos 4 de Outubro de 1659, cumprida e registrada na camara de S. Vicente aos 19 de Dezembro de 1659.—*Archivo da camara de S. Vicente, livro* 14.º.

53.º

Cypriano Tavares (2) :—Capitão-mór loco-tenente da capitania de S. Vicente por provisão do Salvador Correa de Sá e Benevides, governador geral das capitanias do Sul, datada no Rio de Janeiro aos 31 de Dezembro de 1661. Fez homenagem pela dita capitania nas mãos do dito governador no 1.º de Janeiro de 1662. Cumpriu-se e registrou-se a provisão em S. Vicente aos 29 de Janeiro do dito anno e tomou posse no mesmo dia. Continuou a servir no mesmo posto por outra provisão que se passou aos 22 de Junho de 1665, a qual se cumpriu e registrou na camara de S. Vicente aos 18 de Outubro do mesmo anno.

54.º

Agostinho de Figueiredo :—Por carta patente de Sua Magestade passada aos 29 de Maio de 1665. Tomou posse em 31 de Dezembro desse anno.

---

1) Era casado em S. Paulo com Catharina da Ribeira, filha de Amador Bueno da Ribeira —*o acclamado*, e não deixou descendencia.

2) Era natural de Pernambuco, onde combateu contra os hollandezes e depois da expulsão destes veiu se estabelecer em Santos, onde casou-se com Anna Siqueira de Mendonça, da illustre familia dos *Leme*. N. *da* R.

Sebastião Velho de Lima serviu de capitão em ausencia deste proprietario, emquanto elle andou na deligencia de procurar minas, e foi provido pelo dito Agostinho de Figueiredo, o qual estava já presente quando tomou posse Thomaz Fernandes, a quem elle mesmo entregou o governo.

55.º

THOMAZ FERNANDES DE OLIVEIRA :— Por carta patente de Sua Alteza (1), passada aos 8 de Julho de 1673; tomou posse aos 17 de Fevereiro de 1675.

56.º

DIOGO PINTO DO REGO :— Por carta patente assignada pelo Principe Regente aos 4 de Novembro de 1677. Tomou posse aos 28 de Dezembro de 1678.

Pedro Taques de Almeida, por provisão do governador geral, passada aos 8 de Outubro de 1683, a qual se cumpriu na camara de S. Vicente aos 4 de Março de 1684, e tomou posse no mesmo dia.

Pedro Person Hostel foi provido na capitania-mór de S. Vicente, porem não tomou posse por morrer antes disso, e foi continuando Pedro Taques.

57.º

THOMAZ FERNANDES DE OLIVEIRA, 2.ª vez :—Capitão-mór por provisão do governador geral do Estado do Brazil, passada aos 5 de Setembro de 1687; tomou posse aos 15 de Fevereiro de 1688. Teve nova provisão.

58.º

MANOEL PEREIRA DA SILVA :—Por patente do governador geral passada aos... de... br.º de 1690; tomou posse aos 11 de Fevereiro de 1691. Morreu e jaz na egreja de S. Braz da villa de Santos, com

---

1) Affonso VI, tendo sido deposto do throno portuguez em 1667, o principe D. Pedro, seu irmão, foi proclamado regente e como tal governou o reino até 1683. Neste anno morreu o deposto Affonso e D. Pedro foi proclamado rei com o nome de Pedro II. E' delle que aqui se fala. N. *da* R.

campa pequena, de pedra, junto ao altar de Nossa Senhora do Pilar. Consta que já era morto aos 24 de Janeiro de 1692 (1).

59.º

MANOEL PEIXOTO DA MOTTA :—Por carta patente de Sua Magestade passada aos 9 de Dezembro de 1691 ; tomou posse aos 5 de Abril de 1692.

60.º

D. SIMÃO DE TOLEDO PIZA :—Por patente do governador geral passada aos 3 de Agosto de 1695 ; tomou posse aos 7 de Abril de 1696.

61.º

PEDRO RODRIGUES SANCHES :—Por carta patente de Sua Magestade passada aos 13 de Dezembro de 1695, a qual se registrou em S. Vicente aos 8 de Julho de 1696.

---

1) Aqui vem a seguinte extensa e curiosa nota:

«Por morte deste capitão houve grandes duvidas entre a camara de S. Vicente e o sargento-mór Domingos de Araujo, meu bisavô materno, a respeito da successão ao governo (*a*).

«A camara de S. Vicente, apossada pela familia dos *Guerra*, teimava que a ella, como cabeça da capitania, competia o governo, tanto militar como politico, de toda a capitania. Domingos de Araujo, a quem seguia a maior parte da capitania e a familia de seu genro José Tavares de Siqueira, nunca consentiu que a dita camara se intromettesse no governo militar, que suppunha pertencer-lhe pela razão de ser elle o primeiro official de guerra depois do capitão-mór governador.

«Foi o caso por aggravo á Relação da Bahia, na qual se decidiu que o governo militar, na falta do capitão-mór, pertencia ao sargento-mór pago da capitania e o politico a cada uma das camaras nos districtos respectivos.

«O governador geral reprehendeu severamente aos camaristas de S. Vicente. Tudo consta da sentença e carta do governador, de que tenho copias.

«Domingos de Araujo, pela razão de ser sargento-mór da capitania, tomou posse do governo militar aos 24 de Janeiro de 1692».

a) Domingos de Araujo foi pae de Isabel Maria da Cruz, esposa de José Tavares de Siqueira ; deste casal era filha Anna de Siqueira de Mendonça, esposa de Domingos Teixeira de Azevedo e mãi de Fr. Gaspar da Madre de Deus, que era, portanto, bisneto de Domingos de Araujo. E' mais uma prova de que Fr. Gaspar é o auctor deste manuscripto. *N. da R.*

62.º

Thomaz da Costa Barbosa :—Nomeado por carta patente do governador geral do Sul, passada aos 20 de Agosto de 1700. Cumpriu-se e registrou se na camara de S. Vicente aos 7 de Outubro do mesmo anno.

63.º

Antonio Correa de Lemos :—Foi capitão-mór da capitania de S. Vicente por patente passada aos 2 de Março de 1703. Succedeu a Thomaz da Costa Barbosa.

64.º

José de Godoy Moreira :—Por carta patente de Sua Magestade passada aos 25 de Novembro de 1704 ; tomou posse na camara de S. Vicente aos 2 de Novembro de 1707 (1).

65.º

João de Campos e Mattos :—Por carta patente de Sua Magestade passada aos 22 de Outubro de 1707 ; fez homenagem nas mãos do governador do Rio de Janeiro.

66.º

Francisco do Amaral Coutinho :—Por carta patente do governador geral do Rio de Janeiro, passada aos 5 de Fevereiro de 1709 ; tomou posse no dia 1.º de Março do dito anno (2).

FIM

---

1) E' para extranhar que houvesse o longo espaço de tres annos entre a nomeação deste capitão-mór, em 1704, e a sua posse, em 1707, exactamente um triennio que representa o periodo ordinario da jurisdicção desta classe de funccionarios. E' provavel que Antonio Corrêa de Lemos tivesse as suas funcções prorogadas de 1703 até 1707 para que a capitania não ficasse acephala.

2) Neste anno de 1709 foi instituida a capitania-geral de São Paulo e Minas e foi nomeado para seu governador e capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Desappareceram os capitães-móres, loco-tenentes, taes como existiam até então e surgiram os novos capitães-móres, delegados directos dos capitães-generaes, que eram os supremos governadores da capitania. Com esta alteração desappareceram tambem a liberdade individual e grande parte da autonomia municipal, que foram substituidas pelo violento e incontrastavel despotismo dos capitães-generaes. N. *da R.*

Catalogo dos Governadores da Capitania de Itanhaen

FEITO PELO

JUIZ DE FÓRA MARCELLINO PEREIRA CLETO

Por alvará de Julho de 1645 entrou na administração do morgado de Alcoentre, que vagou por morte da condessa de Vimieiro, ao qual morgado pertencia a capitania de S. Vicente, seu filho D. Affonso de Faro, por se achar ausente nos Estados Hollandezes D. Sancho de Faro, seu irmão, a quem pertencia o dito morgado, cujas rendas estavam sequestradas, dando cada anno para as despesas da guerra 420$000; cujo alvará se acha registrado no livro, que serviu para lançar os accordams da villa da Conceição do Itanhaen desde o anno de 1646.

1.º—D. Affonso de Faro, em razão desta administração, nomeou seu procurador ao capitão Manoel Carvalho, morador na Ilha Grande, aos 31 de Março de 1646, e este em virtude dessa procuração nomeou capitão-mór e ouvidor da capitania de Itanhaen a Valerio de Carvalho aos 9 de Novembro de 1646, cuja nomeação se cumpriu em camara na dita Conceição de Itanhaen aos 28 de Novembro de 1646.

2.º—D. Affonso de Faro, já como tutor nomeado por Sua Magestade de seu sobrinho D. Diogo, nomeou capitão-mór e ouvidor da capitania de Itanhaen a Dionizio da Costa por provisão de 4 de Novembro de 1648, o qual tomou posse aos 3 de Abril de 1649. Consta do livro que serviu na dita camara desde o anno de 1648, a fls. 2.

D. Affonso de Faro desistiu da posse que se lhe havia dado da capitania, por pertencer a seu sobrinho D. Diogo de Faro e Souza, aos 8 de Novembro de 1648; consta do dito livro.

3.º—D. Affonso de Faro, como tutor de seu sobrinho D. Diogo de Faro e Souza, nomeou para capitão-mór e ouvidor de Itanhaen a Jorge Fernandes da Fonseca por provisão de 31 de Janeiro de 1651 e elle tomou posse no dia 1.º de Maio de 1652, segundo consta do dito livro, a fls. 34.

4.º—Por provisão de Sua Magestade, foi confirmado Roque Leitão Roballo em capitão-mór da capitania de N. Senhora da Conceição de Itanhaen por João Blau ter acabado o seu tempo. (1)

5.º—Por provisão do dito D. Affonso Faro foi confirmado João Blau por capitão-mór da capitania de Itanhaen, por ter sido nomeado pelu condessa da Ilha do Principe, D. Marianna de Faro, em sua provisão de 31 de Janeiro de 1662, a qual se cumpriu na camara da villa da Conceição aos 15 de Agosto de 1662. Consta do livro que serviu de registro da dita camara desde o anno de 1659, a fls. 18.

Por provisão de sua Magestade foi confirmado Roque Leitão Roballo em capitão-mór da capitania de Itanhaen por João Blau ter acabado o seu tempo (2), e por D. Diogo de Faro e Souza, tutor do seu sobrinho menor Francisco Luiz Carneiro, filho de sua irmã, a condessa da Ilha do Principe, ter nomeado para o dito logar tres sujeitos para Sua Magestade escolher um na forma das ordens, por provisão de 3 de Dezembro de 1666. Tomou posse aos 26 de Janeiro de 1669; consta do livro que serviu na dita camara desde 1654, a fls. 13 *et* 14. (3)

6.º—Por provisão de D. Pedro, Principe Regente, foi da mesma sorte confirmado Henrique Roballo Leitão, nomeado por D. Diogo de Faro como tutor do seu sobrinho, filho da condessa da Ilha, por provisão passada aos 18 de Julho de 1669; tomou posse aos 18 de Maio de 1670. Consta do dito livro, a fls. 23 *et* 24.

---

1) Esta chronica está confusa e obscura; não deu a data da provisão, nem mencionou antes o nome deste João Blau como capitão-mór.

2) E' repetição do § 4.º que se tornou anachronico. Os §§ 4.º e 5.º devem trocar de logar para se evitar o anochronismo.

3) Esta citação de livros está um pouco confusa porque os factos mais recentes constam de livros mais antigos. O auctor não distingue os livros de *registros* dos livros de *sessações* e dahi é que vem esta apparente contradicção. *N. de* R.

7.º—Por provisão do Principe D. Pedro foi na mesma forma confirmado Luiz Lopes de Carvalho por capitão-mór, nomeado pelo conde da Ilha do Principe por provisão de 28 de Abril de 1677; tomou posse em 1.º de Junho do 1679. Consta do livro que serviu na dita camara desde o anno de 1673, a fls. 36, 37 e 38.

8.º—Provisão do dito D. Pedro, Regente de Portugal, foi da mesma sorte confirmado Felippe Carneiro de Alcaçova por ter sido nomeado pelo conde da Ilha do Principe pela provisão de 9 de Dezembro do anno de 1684; tomou posse aos 3 de Junho de 1685. Consta do livro que serviu na camara desde o anno de 1685, a fls. 2 *et* 3.

9.º—Por provisão do dito D. Pedro, Regente de Portugal, foi da mesma fórma confirmado Miguel Telles da Costa por ter sido nomeado pelo conde da Ilha, por provisão de 17 de Janeiro de 1701. Consta do livro que serviu na dita camara desde o anno de 1695, a fls. 33 *et* 34. Tomou posse no anno de 1702.

10.—Por provisão da senhora D. Catharina, Rainha da Inglaterra, Escossia, Irlanda e França e Infanta de Portugal, como regente no impedimento do Rei D. Pedro (1), foi da mesma sorte confirmado Manoel Goncalves Ferreira por ter sido nomeado pelo conde da Ilha do Principe por provisão de 28 de Março de 1705. Tomou posse na camara da Conceição aos 7 de Janeiro de 1706. Consta do livro que serviu na dita camara desde o anno de 1695, a fls. 44 *et* 45.

FIM

1) D. Catharina era filha do rei João IV e irmã dos reis Affonso VI e Pedro II; foi casada com Carlos II, rei da Inglaterra, Escossia e Irlanda, e guardou depois de viuva o titulo de rainha destes paizes. A inclusão da França no seu titulo de rainha é uma excrescencia sem justificação. Voltando a Portugal, foi regente do reino em 1704—1705 por doença do seu irmão Pedro II.

N. *da* R.

Notas Avulsas

1.ª

D. Diogo de Faro e Souza, com auctoridade de seu tutor, D. Affonso de Faro, fez procurador a Jorge Fernandes da Fonseca aos 29 de Novembro de 1651, declarando na provisão que assistiria á medição da sua capitania, fazendo citar para ella o procurador da corôa, confrontando as medições pela doação, de que poderia appellar e aggravar, e que poderia desforçar-se de qualquer violencia que lhe houvesse feito o governador do Rio de Janeiro, Salvador de Brito, a fls. 35

Registro de uma provisão de Rodrigo Homem de Albernaz, procurador do conde da Ilha do Principe e de uma provisão de Sua Magestade, a fls. 12 *et* 13.—Registro do Quartel do capitão-mór Luiz Lopes de Carvalho. a fls. 39.

2.ª

Por carta de 22 de Janeiro de 1698, escripta a Arthur de Sá e Menezes, separou Sua Magestade do governo geral do Estado do Brazil, que existia na Bahia, a capitania de S. Paulo, ou S. Vicente, sujeitando-a ao governo do Rio de Janeiro pela grande distancia que havia della á Bahia. Consta do livro que serviu de registro na camara de S. Vicente desde o anno de 1684, a fls. 98.

3.ª

Além das villas que que actualmente existem, houve entre S. Sebastião e Ubativa a villa de Santo Antonio de Caraguatatiba, como consta de duas sesmarias registradas no livro 11.º dollas,—uma a fls. 98 e outra a fls. 99, dada a primeira aos 3 de Janeiro de 1655 por João Blau, capitão da capitania de N. Senhora da Conceição de Itanhaen, de que era donataria a condessa de Vimieiro, na qual se

trata a dita villa como nova, e a segunda aos 22 de Junho de 1666 por Agostinho de Figueiredo, capitão loco-tenente do marquez de Cascaes.

4.ª

Estando injustamente empossado da capitania de S. Vicente, deram posse ao conde da Ilha em virtude de uma provisão de Sua Alteza e carta de diligencia do ouvidor geral. Desta posse aggravou o procurador do conde de Monsanto e alcançou sentença de desforço proferida pelo desembargador syndicante João da Rocha Pitta. Não apparecem os autos do aggravo e sentença; porém o sobredito consta de uma carta do conde de Monsanto escripta á camara de S. Vicente em 25 de Janeiro de 1682, a qual existe no archivo daquella camara:

5.ª

No livro 11.º do registros da camara de S. Vicente, que principia na era de 1610, está registrado no principio um regimento ou capitulo de correição do dr. Sebastião Parvi de Brito, ouvidor geral e provedor dos defunctos e ausentes e residuos das capellas da Repartição, no qual determina que, visto ter achado por costume que em todas as quatro villas, de que constava a capitania de S. Vicente não se cumprir nellas provisão alguma sem primeiro lhe porem o «cumpra-se» na camara de S. Vicente e registrar-se nos livros della, assim se obversasse e de outro modo se lhes não désse cumprimento, Os taes capitulos foram assignados em S. Vicente aos 22 de Junho de 1610.

6.ª

Aos 26 de Junho de 1611 apresentou Luiz de Freitas uma provisão de D. Luiz de Souza, governador da Repartição do Sul, para tomar posse do governo em nome do seu constituinte, o qual com effeito tomou posse no tal dia e deu juramento nella.

D. Francisco de Souza trouxe no seu regimento a concessão de nomear successor por sua morte e elle, estando para morrer em S. Paulo, ordenou no seu testamento e codicillo que depois de chegar este D. Luiz, o qual era seu filho e estava ausente, ficasse governando.—*Livro supra.*

7.ª

Aos 17 de Outubro de 1612 assignou o governador D. Luiz de Souza uma provisão, em S. Paulo, na qual diz que por chegar á sua noticia que muitas pessoas da villa de Santos queriam despovoar a terra e ir viver no Rio de Janeiro e Ilha Grande, mandava que nenhuma pessoa desta capitania sahisse a morar fóra della e quem o contrario fizesse fosse preso e embargada a sua fazenda e perdida para a corôa.—*Livro supra* (1).

8.ª

Aos 22 de Janeiro de 1614 o desembargador Mancel Jacome Bravo ordenou, em capitulo de correição, que em todas as villas da capitania de S. Vicente se não cumprisse patente-provisão. ou esta respeitasse a justiça ou fazenda, sem primeiro ser cumprida e registrada na camara de S. Vicente, cabeça da capitania, que se não consentisse tirarem indios desta capitania por ser contra o foral e que o capitão desta capitania fizesse descer uma aldeia de indios para o Cubatão.—*Livro supra*.

9.ª

Acha-se registrada uma provisão do governador geral D. Gaspar de Souza, passada em Olinda aos 10 de Janeiro de 1614, ao desembargador Manoel Jacome Bravo, na qual, em razão de ter noticia que var as pessoas desta capitania vão ás terras e aldeias dos gentios e indios *Carijós* resgatar com elles e os captivam, lhe manda que tire devassa a esto respeito e proceda contra os culpados, e que todos os annos na devassa de Janeiro se pergunte pelos culpados neste crime. —*Livro supra*.

---

1) Aqui traz o manuscripto a seguinte importante nota:

«Contra esta provisão protestaram o povo e a camara de S. Vicente aos 2 de Novembro do dito anno, com o fundamento de serem livres e poderem ir viver com suas mulheres e filhos onde melhor os pudessem sustentar, porquanto nesta terra o não podiam fazer por lhes prohibir o dito governador, com penas, que não pudessem procurar o seu remedio, e outro sim com excommunhões não podiam os moradores ir aos resgates. Consta do accordam da camara do dito dia.»

N. *da* R.

10.ª

Por provisão passada em Olinda em 30 de Maio de 1614 publicou o governador geral, Gaspar de Sousa, o capitulo de uma carta de Sua Magestade, escripta ao governador antecedente com data de 16 de Outubro de 1609, pelo qual prohibia fundar-se conventos de qualquer ordem sem sua licença.—*Livro supra.*

11.ª

Por uma provisão do governador geral D. Luiz de Souza, passada em Olinda aos 27 de Setembro de 1618, se prohibiu a extracção de indios da capitania de S. Vicente para se evitar a devassidão com que se tiravam e o ficarem captivos os mais delles, e por serem necessarios na capitania de S. Vicente pela pobreza dos moradores e para trabalharem no beneficio das minas da dita capitania.—*Livro* 12.

12.ª

Aos 2 de Janeiro de 1619 se cumpriu e registrou na camara de S. Vicente um alvará de Sua Magestade, assignado em Madrid aos 22 de Fevereiro de 1618, pelo qual nomeou a Martim de Sá para defender a costa do Brazil, das capitanias do Sul, dos inimigos e acautelar as piratarias e desembarques, que tinham feito os inimigos nos annos antecedentes; que se não fortificassem em porto algum, recommendando-se-lhe muito Cabo Frio, para o que poderia fazer descerem aldeias de indios para a marinha; que de duas dellas seriam capitães os indios christãos Manoel de Souza e Amador de Souza, para o que se lhes passariam provisões e se pediriam ao principal da Companhia dois religiosos para assistirem nas ditas aldeias; que os capitães das ditas capitanias do Sul assistissem a Martim de Sá com embarcações e o mais de que precisasse para a defensão da costa, e que elle ficaria subordinado ao governador geral tão somente, o qual tambem lhe assistiria de sua parte com o necessario para defender a costa.—*Livro* 12 *citado.*

13.ª

Aos 2 de Janeiro de 1619 se cumpriu e registrou uma provisão do governador geral Gaspar de Souza, passada em Olinda aos 10 de

Outubro de 1618, pela qual mandava ao desembargador Antão de Mesquita de Oliveira, desembargador dos Aggravos da Relação do Sul, que andava em diligencias nas capitanias do Sul, que na de S. Vicente tirasse residencia aos capitães que haviam servido nos dóz annos precedentes, perguntando especialmente sobre materias do sertão pelo escandalo e devassidão que dellas tinham resultado. Ordenou que, no caso de estar a capitania governada pelo donatario, lelevasse o desembargador 12$000 por dia e o seu escrivão 6$000 á custa da fazenda do donatario (1).—*Livro citado*.

14.ª

Aos 29 de Junho de 1619 registrou se uma provisão do capitão-mór Gonçalo Correa de Sá, datada em S. Paulo aos 25 de Junho do dito anno, na qual ordenou a Sebastião Fernandes Correa (2) que fosse no navio *S. Boaventura* aos Patos tomar um navio que sahira do Rio de Janeiro sem estar para ir resgatar aos Patos mandou prender toda a gente e que não deixasse branco algum nos Patos.

15.ª

Depois deste registro acha-se outro de uma provisão, da qual não se sabe a data por faltar folha, pela qual D. Luiz de Souza governador geral do Estado, refere-se á informação que teve da camara de S. Vicente da licença a Pedro de Caceres para que pudesse ir povoar o rio de S. Francisco e a ilha de Santa Catharina, com declaração que não poderia obrigar os indios a trabalhar no seu serviço, nem servir-se delles sem lhes pagar o seu estipendio. A informação da camara para esse fim foi dada aos 13 de Julho de 1619.

---

1) Estes salarios para o tempo eram exorbitantes, pois a moeda de então valia talvez quarenta vezes mais do que a de hoje e 12$000 daquelle tempo valeriam hoje mais de 400$000: mas era á custa do donatario e não da Fazendo Real!...

2) Foi provedor da Fazenda Real e sogro de D. Simão de Teledo Piza, fundador da familia deste nome, e avô do capitão-mór D. Simão de Toledo Piza, citado acima com o n.º 60.

N. da R.

16.ª

Aos 6 de Julho de 1620 foi registrada a carta pela qual Sua Magestade nomeou a Amancio Rebello ouvidor geral das tres capitanias do Sul, assignada aos 29 de Maio de 1619.—*Livro citado.*

17.ª

Aos 7 do dito mez de Julho de 1620 se registrou um alvará de D. Felippe, passado aos 20 de Agosto de 1619, no qual determinava que, além da alçada e regimento que tinham os corregedores das comarcas, usasse mais do regimento seguinte, etc.—*Livro citado.*

18.ª

Aos 8 de Julho do dito anno registrou-se outro alvará de regimento do mesmo ouvidor (1), passado em Lisboa aos 5 de Junho de 1619. Os capitulos mais notaveis deste regimento são os seguintes:

a)—Tirará devassa aos culpados em fazer entradas ao sertão e Patos a resgatar gentios.

b)—Sendo o dito ouvidor doente ou impedido de maneira que por si não possa servir o dito cargo, poderá o capitão nomear outro que sirva emquanto durar o tal impedimento, e fallecendo o dito ouvidor servirá a pessoa pelo dito capitão nomeada até o governador geral do Estado prover a dita serventia, e serão obrigados os ditos capitão e governador a me avisar por vias do fallecimento do dito ouvidor nos primeiros navios que partirem para este reino.

c)—Em ausencia do capitão poderá prover as serventias dos officios, avisando logo da sua vacatura para eu prover as propriedades. —*Livro citado.*

19.º

O ouvidor geral Amancio Rebello Coelho, em correição na villa de S. Vicente, ordenou aos 9 de Setembro de 1620 que se não deixas-

---

1) O alvará era do rei Felippe e continha o regimento para uso do ouvdor, e como ouvidor e corregedor são a mesma pessoa aqui se diz *do mesmo ouvidor*, que é equivalente a *do mesmo corregedor*. Fazemos algumas destas notas para não se suppor que houve erro de copia.

N. *da* R.

sem sahir os moradores da villa de S. Vicente para povoarem outras terras debaixo da pena de 200 cruzados e degredo para o Rio Grande até Sua Magestade mandar o contrario.—*Livro citado.*

20.ª

Aos 11 de Novembro de 1620 mandou a camara cumprir o Alvará de 22 de Fevereiro de 1618, pelo qual Sua Magestade nomeou a Martim Correa de Sá por capitão-mór da capitania de S. Vicente por tres annos, se tanto durasse o litigio pendente entre os donatarios. —*Livro supra.*

21.ª

Aos 30 de Março de 1622 requereram os officiaes da camara da villa de S. Vicente a Manoel Rodrigues de Moraes, procurador do conde de Monsanto, fundados na utilidade da capitania e nos requerimentos das mais villas della, feitos a Martim de Sá, capitão-mór da capitania, que porquanto elle Martim de Sá tinha feito descer, por ordem que dizia ter de El-Rei certa copia de gente da Laguna e villa de Santa Catharina, que eram dos limites desta capitania, nossos comarcãos, amigos e companheiros, mandasse fornecer com o dito gentio essas barras e portos para defensa delles, porque não tinham outra; e do contrario elles protestavam a elle capitão todo o prejuizo que pudesse haver nesta capitania no caso de a invadirem os inimigos.

22.ª

Pelo requerimento que Manoel Rodrigues de Moraes fez á camara aos 28 de Março de 1622, consta que esse capitão gentio não ficou na capitania, e que o Martim de Sá o mandou para outra parte.— *Livro citado.*

23.ª

No 1.º de Maio de 1622 se cumpriu e registrou na camara de S. Vicente uma provisão de Martim de Sá, superintendente nas materias de guerra na costa do Sul, administrador geral no tocante ás minas, e capitão-mór de Cabo Frio e da capitania de S. Vicente, passada na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro aos 9 de Abril

de 1622, pela qual proveu a Fernando Vieira Tavares em capitão da capitania de S. Vicente emquanto durasse a sua ausencia, sem embargo da provisão que havia deixado a Pero Cubas, e o serviria juntamente com o logar de ouvidor da dita capitania em que estava provido pelo governador geral.—*Livro supra.*

24.ª

Aos 22 de Outubro de 1622 se deu posse em S. Vicente a João de Moura Fogaça—*Ibidem*

25.ª

Aos 30 de Outubro de 1622 se cumpriu a provisão do governador geral Diogo de Mendonça, passada na Bahia aos 16 de Setembro de 1622, pela qual levantavam as homenagens que pela capitania de S. Vicente haviam feito Martim de Sá e Fernão Vieira Tavares por ter feito homenagem pela mesma o capitão João de Moura Fogaça.—*Ibi.....*

26.ª

Aos 31 de Janeiro de 1627 se cumpriu e registrou uma provisão de Alvaro Luiz do Valle, capitão-mór da capitania de S. Vicente pelo conde de Monsanto, na qual nomeou alcaide-mór da capitania aos 24 de Julho de 1626 a Lucas Rodrigues de Cordova, excluindo a Pedro Cubas que servia este posto por nomeação de Lopo de Souza.—*Ibi...*

27.ª

Aos 14 de Abril de 1639 se cumpriu em camara e registrou-se uma provisão de Salvador Correa de Sá e Benevides, passada no Rio de Janeiro aos 18 de Março do dito anno, na qual vinha incorporada outra do conde da Torre, D. Fernando Mascarenhas, governador geral do Estado, passada na Bahia aos 3 de Fevereiro do dito anno, em que o governador geral determinava ao dito Salvador Correa que, pela razão de se ter entendido que os filhos da terra eram de grande effeito e utilidade nas facções militares por terem mais uso e experiencia nas entradas do sertão, e ter noticia que nas capitanias do Rio de Janeiro, S. Vicente e S. Paulo se podiam levantar até 300 homens, os mandava alistar, perdoava aos criminosos que não tives-

sem parte, menos os de crime de lesa-magestade divina ou humana, sodomia e moeda falsa, e perdoava degredos, alistando-se com promessas de grandes premios de Sua Magestade de serem seguros, finda a guerra, e de se lhes fazer mercê dos officios de justiça ou fazenda, que nelles coubessem. Para alistar essa gente na capitania de S. Vicente mandou Salvador Correa pela dita provisão ao capitão D. Francisco Rendon de Quevedo (1), e na mesma determinava que aos indios desta capitania que quizessem ir á dita guerra os deixassem ir livremente.—*Livro 13*.

28.ª

Nos seus *Apontamentos* diz o dr. juiz de fóra que Pedro Lopes, donatario das 50 leguas, era morto aos....(2)....de 1547, conforme a escriptura de doação de terras feita por Jorge Ferreira e sua mulher, na qual escriptura se diz que era donatario Martim Affonso, filho de Pedro Lopes.

Diz o mesmo dr. que Lopo de Souza, terceiro donatario de S. Vicente, morrera aos 15 de Outubro de 1610.

29.ª

Jacques Felix, condestavel da fortaleza da Bertioga, era flamengo segundo consta de uma escriptura lavrada aos 20 de Dezembro de 1600, que se acha na archivo do Carmo. Este foi pae de outro Jacques Felix, a quem o capitão Balthazar de Seixas Rebello aos 30 de Junho de 1616 concedeu uma sesmaria para fazer um moinho. Era nesse tempo morador em Santos e a sesmaria está no livro 3.º, a fls. 99.

30.ª

De uma sesmaria concedida por Gonçalo Correa de Sá, aos 30 de Abril de 1619, a João de Barcellos e Paschoal de Barcellos, cons-

---

1) Fidalgo hespanhol residente em S. Paulo e aqui casado com Anna da Ribeira, filha de Amador Bueno da Ribeira—*o acclamado*.

2) O logar da data do mez está em branco no manuscripto.

3) André Fernandes foi o fundador de Parnahyba, Balthazar Fernandes fundou Sorocaba e Domingos Fernandes fundou Ytú; todos tres eram filhos de Manoel Fernandes Ramos, fidalgo portuguez, e de Suzana Dias, neta de João Ramalho e bisneta de Tebiriça. *N. da R.*

ta que Iguape nesse tempo era povoação. Vem a sesmaria no livro 4.º, a fls. 11.

De outra sesmaria, concedida a Manoel Peixoto pelo mesmo capitão aos 4 de Maio do mesmo anno, consta ser villa no anno de 1612 e que o dito Manoel Peixoto fora povoador della. Consta do dito livro, a fls. 17 *et sequentibus*. Este apontamento é do dr. juiz de fóra; porem, houve engano em alguma destas datas porque se fôra villa em 1612 não estaria na inferior classe de povoação muito depois, em 1619.

31.ª

Parnahyba, sendo ainda do termo de S. Paulo, principiava a povoar-se no anno de 1629. O descobrimento de minas chamou para aquelle logar muitos povoadores. André Fernandes (1) pediu sesmaria allegando que era lavrador de posses, que andava em serviços de Sua Magestade no descobrimento das minas e que tinha necessidade de terras junto a ellas. Concederam-lhe duas leguas aos 23 de Setembro de 1619. Balthazar Fernandes, allegando os mesmos serviços, pediu no mesmo logar uma legua, que se lhe concedeu no mesmo dia e anno. Clemente Alvaro, pelas mesmas e identicas razões, pediu no dito logar, junto as minas, sesmaria em *Bituruna*, aguas vertentes para o rio Anhemby, e lhe concederam duas leguas aos 23 de Setembro do dito anno. Todas estas sesmarias foram concedidas por Gonçalo Corroa e fazem já menção de alguns moradores no dito logar. As minas eram de Bituruna e acham-se as sesmarias registradas no livro 4.º, desde fls. 24, 28 até 30.

32.ª

Martim de Sá e filhos, Salvador Corréa de Sá e Benevides e D. Felicia de Benevides de Mendonça, e assim João... (2) ... e Diogo Martins, indios com seus parentes, que Sua Magestade mandára *apre-*

---

1) André Fernandes foi o fundador de Parnahyba, Balthazar Fernandes fundou Sorocaba e Domingos Fernandes fundou Ytú; todos tres eram filhos de Manoel Fernandes Ramos, fidalgo portuguez, e de Suzana Dias, neta de João Ramalho e bisneta de Tebiriçá.

2) Está estragado o resto do nome. N. da R.

sentar onde estavam, pediram de sesmaria, para fazerem engenhos, as terras de *Iuna*, começando onde acabam as dos padres da Companhia, correndo pela costa adeante para o Sul a entestar com a ponta de Mangaratiba, que está defronte de uma ilha, com todas as aguas, campos e sertão da dita data; a qual lhes concedeu o capitão de S. Vicente Gonçalo Corrêa de Sá aos 4 de Janeiro de 1620 e se acha registrada no livro 4.º, a fls. 36. O mesmo capitão concedeu a Martim de Sá outra sesmaria, no dito dia e anno, de duas leguas nos campos de *Itaquitá* ou *Quaquitá*.—*Livro citado*, a fls. 37.

33.ª

Da villa de San'a-Anna de Mogy foi povoador Gaspar Vaz e da dita villa para a Bertioga havia caminho (1). Tudo consta de uma sesmaria concedida por Alvaro Luiz do Valle, capitão do conde de Monsanto, ao padre Gaspar Sanches, vigario da dita villa, aos 9 de Novembro de 1625, a qual se acha registrada no livro 6.º, a fls. 38.

Que Gaspar Vaz povoou esta villa consta por outra sesmaria concedida ao mesmo pelo dito capitão, na qual este confessa ter elle sido o primeiro povoador della, e por este serviço lhe deu de sesmaria as terras que pedia aos 8 de Outubro de 1625, a qual se acha registrada no livro 7.º, a fls. 9.

34.

D. Martha Borges, Martim Corrêa Vasqueanes o Salvador Corrêa Vasques, mulher e filhos que ficaram do governador Duarte Corrêa Vasqueanes, o qual em sua vida antes do seu fallecimento, fez consideraveis serviços a Sua Magestade com grande dispendio de sua fazenda por muitos annos, assim na capitania do Rio de Janeiro, muito antes de a governar, como na capitania de S. Vicente, sendo nella capitão, ouvidor e provedor das minas, e seus avós foram os primeiros conquistadores e povoadores destas capitanias, pediram por esta razão a Antonio de Aguiar Barriga, sesmeiro e procurador do mar-

1) Esta villa de *Santa Anna de Mogy* é a cidade de Mogy das Cruzes de hoje. O que se segue a seu respeito não está de accordo com o que diz Azevedo Marques nos seus *Apontamentos Historicos*, baseado em outros documentos. N. da R.

quez de Cascaes na capitania de S. Vicente, 10 leguas de terras de sesmaria, por costa desde a barra da villa de Paranaguá para o sul e pelo sertão dentro por linha direita de uma e outra parte até entestar com a demarcação dos castelhanos, e sendo dadas algumas das ditas terras correriam da ultima demarcação para deante, as quaes lhes concedeu o dito capitão por sesmaria passada aos 3 de Outubro de 1658 e registrada no livro 12, a fls. 26.

35.ª

Aos mesmos implorantes supra foram dadas por Jeronymo Leitão [1], capitão-mór de S. Vicente e provedor da Fazenda Real e Alfandega, 30 leguas de terra por costa, começando onde acabam as capitanias do conde de Monsanto e condessa de Vimieiro, para o sul e pelo sertão dentro por linha direita, por uma e outra parte, até entestar com os castelhanos, e sendo algumas terras dadas principiaram as ditas 30 leguas da ultima data até se preencherem, cuja sesmaria foi concedida aos 23 de Outubro de 1658 e registrada no dito livro, a fls. 28.

36.ª

D. Francisco Rendon de Quevedo, aos 7 de Setembro de 1665, allegou, para se lhe conceder uma sesmaria, que havia quarenta annos que tinha vindo ao Estado do Brazil, servindo de soldado com tres escudos de vantagem cada mez, além de sua praça ordinaria, na armada de que fora general D. Fradique de Toledo Osorio, que restaurou a cidade da Bahia occupada pelos hollandezes, em cuja restauração se achava, que depois se passára á villa de S. Paulo, onde se casou, e como soldado e capitão de ordenança, que fora alguns annos, procedêra com inteira satisfacção dos seus maiores e que ultimamente levantára uma companhia a sua custa para a restauração de Pernambuco, e que agora vivia na villa de Angra dos Reis, pedia terras por traz da serra em cujas fraldas está o engenho de *Itacu-*

---

1) Aqui traz o manuscripto esta nota:

«Falta a palavra *Pantoja*, porque nesse anno era capitão-mór Jeronymo Pantoja Leitão».

ruçá, que foi do general Salvador Correa de Sá e Benevides e ao presente era de seu irmão D. José Rendon de Quevedo (1). Deu-lh'a João Bláu, capitão-mór da Conceição (2) pela condessa de Vimieiro, aos 7 de Setembro de 1665.—*Livro* 12.º *de Sesmarias*, a fls. 84.

87.ª

A villa de *N. Senhora da Conceição do Parahyba* (3) é tratada como villa em uma sesmaria concedida por Diogo Pinto do Rego, aos 28 de Fevereiro de 1680, a Bartholomeu Bueno Cacunda, a qual se acha registrada no livro 13.º, a fls. 111.

Pindamonhangaba intitulava-se villa aos 22 de Abril de 1713. Consta de uma sesmaria concedida por Domingos Martins da Guerra, sargento-mór da capitania da Conceição, procurador geral e sesmeiro do conde donatario, a Manoel da Costa Leme e outros, a qual se acha registrada no livro 14.º, a fls. 28. Esta villa era somente freguezia aos 11 de Fevereiro de 1704, segundo consta de uma sesmaria dada por Miguel Telles da Costa, capitão e loco-tenente da Conceição pelo conde da Ilha, no mesmo dia, a Domingos Velho Cabral, partindo as terras com seu irmão Antonio Cabral da Silva.—*Livro* 14.º, *fls.* 35.—Rodrigo Cesar de Menezes (4) a trata por villa em uma sesmaria dada aos 10 de Janeiro de 1724 —*Livro* 14.º, *fls.* 54.

38.º

Aos 3 de Março de 1771, encontrando a expedição que commandava o capitão Francisco Lopes da Silva na barra do rio a que deu

---

1) Eram quatro irmãos, João Matheus Rendon, Francisco Rendon de Quevedo; Pedro Matheus Rendon e José Rendon de Quevedo; os primeiros tres vieram na armada de D. Fradique, os primeiros dois vieram se casar em S. Paulo com filhas do Amador Bueno.

2) A capitania primitiva de Martim Affonso compunha-se de duas partes, uma de S. Vicente para o sul até além de Cananea e outra do rio Juqueryqueré, em S. Sebastião, para o norte até Macahé; a villa da Conceição de Itanhaen era a cabeça dessa capitania em 1665 e dahi vinha o capitão-mór João Bláu conceder sesmarias na costa ao norte de S. Sebastião.

3) Hoje cidade de Jacareby, sobre a margem direita do rio Parahyba.

4) Capitão-general de S. Paulo de 1721 a 1727. N. *da* R.

o nome de Mourão [1], umas bananeiras e larangeiras, persuadiu se que aquelle era o sitio onde existira aulguma das povoações castelhanas destruidas pelos paulistas e, procurando vestigios de povoado, achou-os a 10 de Março do dito anno ; e por julgar que as ruinas eram da Villa Rica destruida pelo referidos paulistas, fez alli um pequeno estabelecimento com o nome de *Villa Rica*.

39.ª

A freguezia de *N. Senhora da Esperança de Capivaruçú* teve principio aos 21 de Julho de 1774, dia em que principiou a exercitar as funcções de parocho o padre Fr. José de Santa Brigida, religioso capucho da provincia de N. Senhora da Conceição do Rio de Janeiro com provisão do diocesano de S. Paulo [2].

40.ª

S. Luiz de Guaratuba se levantou em villa aos 30 de Abril de 1771, na presença do tenento-coronel Affonso Botelho de Sampaio e Souza, do ouvidor de Paranaguá, do capitão-mór e officiaes da dita villa e da camara do Rio de S. Francisco. No termo desta villa se erigiu a Villa Nova [3].

41.ª

A freguezia de Santos, a qual comprehende a villa e seu termo, tinha, no anno de 1783, pessoas de confissão e communhão de toda casta de gente—3123 pessoas ; a de S. Vicente—726, a da Conceição

---

1) Pequeno affluente da margem esquerda do rio Ivahy. Eram as ruinas de *Villa Rica*, destruida pelos paulistas de Antonio Raposo nos annos de 1629—32 ; vide *Exploração do Tibagy*, no vol. IV do *Archivo do Estado de S. Paulo*, e vol. IX, pags. 92 e seguintes. Azevedo Marques confunde esta Villa Rica, do hoje Estado do Paraná, com outra Villa Rica, no Paraguay.

2) Este bispo diocesano foi Fr. Manoel da Resurreição, que governou o bispado de 1774 a 1789.

3) Villa Nova do Principe, hoje Lapa, fundada no interior do territorio de Guaratuba, que fica na costa. *N. da R.*

de Itanhaem—1026 e a aldeia de S. João, entre grandes e pequenos —207 (1).

42.ª

Roque Barreto, capitão e ouvidor da capitania de S. Vicente por Lopo de Souza, estando em Cananéa, passou uma provisão, dada na villa de Cananéa aos 13 de Julho de 1600 e nella diz: «Que achando-se na povoação de S. João de Cananéa e sendo necessario levantar nella pelourinho e insignias de villa, e não levando em sua companhia escrivão para fazer as ditas diligencias, provia no officio de escrivão a Francisco Viegas para o dito effeito e para escrivão das datas (2) declarou que passava a provisão de sua mão por não haver escrivão e que dera juramento ao dito Francisco Viegas para esse effeito de fazer a villa que bem e fielmente fizesse seu officio», e que este assignára com elle aos 13 do dito mez. Abaixo vem um despacho que diz: Registre-se esta provisão no livro dos Registros desta camara, hoje 30 de Setembro de 1600.—*Antonio Pedroso—Antonio Affonso—João Caldas.*»

43.ª

Diogo de Mendonça Furtado, por uma provisão, passada na Bahia aos 16 de Setembro de 1622, levantou a homenagem a Martim de Sá e a Fernão Vieira Tavares; diz assim: «Faço saber a Martim de Sá, fidalgo da casa de Sua Magestade, capitão-mór que foi da capitania de S. Vicente, e a Fernão Vieira Tavares, que hoje está servindo os ditos cargos, que eu provi agora nelles a João de Moura Fogaça para que sirva por o tempo de tres annos, de que lhe passei provisão, e porque fez homenagem e preito pela dita capitania e pelos castellos e fortalezas della a Sua Magestade em minhas mãos, por esta hei por levantada a que os ditos Martim de Sá e Fernão Vieira Tavares prestaram pela dita capitania, castellos e fortalezas e os hei por desobrigados. Esta se trasladará ..., etc.»

---

1) S. João de Peruhybe, pequena povoação na costa, cerca de 30 kilometros ao sul de Itanhaen, a cujo municipio pertence ainda hoje.

2) Datas de terras ou sesmarias.

N. da R.

Os doze primeiros capitães-móres de S. Vicente foram: (1)

1 Gonçalo Monteiro—vigario da parochia
2 Antonio de Oliveira—duas vezes
3 Christovam de Aguiar de Altero
4 Braz Cubas—duas vezes
5 Jorge Ferreira—duas vezes
6 Francisco de Moraes Barreto
7 Pedro Collaço
8 Pedro Ferraz Barreto
9 Jeronymo Leitão
10 Jorge Corrêa
11 Roque Barreto (2)
12 { Antonio Pedroso de Barros
{ Pedro Vaz de Barros (3)

---

1) Esta lista é tambem de Fr. Gaspar e abrange os capitães móres de S. Vicente até o anno de 1603.

2) Antes de Roque Barreto houve um outro capitão-mór de nome João Pereira de Souza; porém, como este João Pereira fôra nomeado pelo governador geral do Brasil D. Francisco de Souza, não é aqui considerado porque a lista é dos capitães-mores nomeados pelos donatarios. Vide §§ 14 e 15 da primeira lista

3) Fidalgos portuguezes, com enorme descendencia que figura em S. Paulo até hoje, eram irmãos e figuram como um só capitão-mór porque foram nomeados por uma só provisão, que estabelecia que qualquer delles serviria na falta do outro.

(*N. da R.*)

A primeira phase da questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes

Na collecção de documentos relativos á secular questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes que, de combinação com o dr. Antonio Piza, organizei, em 1896, para o volume XI da série «Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo» que está sendo publicada pelo Archivo do Estado, vêm muito incompletos os que se referem ao começo do conflicto nos annos anteriores a 1748, quando a Provisão Régia de 9 de Maio veiu alterar completamente os termos da questão. Ultimamente vieram-me ás mãos varios documentos que escaparam á busca feita naquella occasião, e que esclarecem alguns pontos que ficaram obscuros no resumo historico que então fiz dos acontecimentos dessa época.

Sendo de bastante interesse historico as origens deste conflicto, parece conveniente apresentar ao Instituto Historico estes documentos como additamento aos já publicados no referido volume XI do Archivo, referentes aos pontos essenciaes da historia.

Nesta nova série de documentos avulta pela importancia um que já foi publicado em 1865 no *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da provincia de Minas Geraes*. Devemos, o dr. Piza e eu, o conhecimento deste documento a uma obsequiosa carta do distincto investigador da historia mineira, o dr. Francisco Lobo Leite Pereira. A circumstancia de haver este documento tambem escapado á attenção dos defensores, tanto modernos como antigos, dos direitos mineiros, *

(*) Depois da leitura deste trabalho perante o Instituto Historico soube que o referido documento tinha sido reproduzido e devidamente apreciado no Almanaak de Municipio de Campanha correspondente ao anno de 1900.

nos collocará, espero eu, a coberto de qualquer suspeita de suppressão proposital. Os outros documentos foram encontrados num maço de papeis avulsos referentes a outro assumpto, e que por este motivo não foi examinado na occasião da busca.

Quando nos ultimos annos do seculo XVII houve o *rush* (para empregar o expressivo termo inglez consagrado a este typo de movimento) para as minas de ouro então denominadas «de Cataguazes», a ultima villa organizada na unica estrada que dava accesso á região era Guaratinguetá, e, nominalmente pelo menos, as novas povoações creadas deviam pertencer á sua jurisdicção. As primeiras villas creadas no novo territorio, Ribeirão do Carmo, Villa Rica e Sabará em 1711, e S. João d'El-Rei em Dezembro de 1713, não tiveram, ao que parece, limites marcados na occasião da sua creação. A 6 de Abril de 1714 reuniram-se, por ordem do governador d. Braz Balthazar da Silveira, os procuradores das quatro villas mencionadas para tratarem deste assumpto, sendo lavrado o termo seguinte:

«Aos 6 dias deste mez de Abril do anno de 1714, nas casas em que está a secretaria deste governo se achavam presentes os procuradores das camaras de Villa Rica e Villa Real, e desta de N. S. do Carmo, por lhes ordenar o exmo. sr. D. Braz Balthazar da Silveira, governador e capitão general deste estado, viessem a esta secretaria conferir e ajustar a repartição das terras que devem tocar a cada uma das tres comarcas, e porque entre os ditos procuradores poderia haver duvidas que impedissem a conclusão do ajuste, resolveu o mesmo sr. governador e capitão general que o sargento mór engenheiro Pedro Gomes Chaves e o capitão mór Pedro Frazão de Brito assistissem a elle para que, pelas noticias que ambos têm da situação e distancia das comarcas, desfizessem as duvidas que se offerecessem entre os ditos procuradores, e porque o da camara da Villa de S. João d'El-Rei, cabeça da comarca do mesmo nome, não assistiu, sem embargo de se lhe haver feito aviso de ordem do dito sr. para que viesse, e ser muito conveniente ao serviço de S. M. e conveniencia de sua real fazenda que a repartição das comarcas se fizesse com á maior brevidade para se principiar logo em cada uma a diligencia da cobrança das 30 arrobas de ouro que os povos destas minas prometteram a S. M. pelos quintos deste primeiro anno, resolveu o exmo. sr. general que

visto a camara da Villa de S. João d'El-Rei não haver mandado procurador a tempo opportuno, como se lhe avisou, e ser mui prejudicial toda demora nesta repartição pelos motivos acima considerados, os procuradores presentes repartissem á dita comarca as terras que lhe deviam tocar; e sendo por todos conferido e debatidas as repartições das tres comarcas, e referido por parte de cada um dos procuradores as razões que se lhe offereceram, se ajustou unanimente entre elles que a comarca da Villa Rica se dividirá daqui em deante da de Villa Real, indo pela estrada de Matto Dentro, pelo ribeiro que desce da Ponta do Morro, entre o sitio do capitão Antonio Ferreira Pinto e o do capitão Antonio Corrêa Sardinha, e faz barra no ribeiro de S. Francisco, ficando a egreja das Catas Altas para a villa do Carmo, e pela parte da Itabira se fará divisão no mais alto do morro della, e tudo que pertence aguas vertentes para a parte do sul tocará á dita comarca de Villa Rica e para a parte do norte tocará á comarca de Villa Real; o ribeiro das Congonhas junto do qual está um sitio chamado Casa Branca servirá de divisão entre as comarcas de Villa Rica e de S. João d'El-Rei, devendo tocar a Villa Rica tudo que se comprehende até ella, vindo do dito ribeiro para as Minas Geraes, e do mesmo pertencerá á comarca de São João d'El-Rei tudo o que vae até a villa do mesmo nome, a qual se dividirá com a villa de Guaratinguetá pela serra da Mantiqueira, e nesta conformidade se ajustaram as repartições das comarcas pelos ditos procuradores a contento delles por entenderem que nestas repartições se destinou a cada comarca as terras que se justamente lhe deviam tocar, por haverem procedido ás mais certas informações e ás considerações necessarias para o acerto do ajuste. E os procuradores se obrigaram e obrigam por este termo que abaixo assignaram em nome das camaras que os constituiram a que ellas e os officiaes que nella succederem para o futuro não contravirão ao referido ajuste, antes o reputarão por valioso, e como tal darão inteiro cumprimento ao que nelle se convencionou, e de como assim convieram e se ajustaram eu Manoel de Affonseca secretario deste governo fiz este termo por ordem do exmo. sr. general, que assigno junctamente com os ditos procuradores e dois assistentes.—*Braz Balthasar da Silveira*—O secretario *Manoel de Affonseca—Frei Antonio Martins Lessa—Raphael da Silva e Souza—An-*

tonio Mendes Teixeira—Manoel da Silva Miranda—S. Mór Pedro Gomes Chaves—S. Mór Pedro Frazão de Brito».

O que interessa a São Paulo neste termo é a fixação do limite entre São João d'El-Rei e Guaratinguetá pela Serra da Mantiqueira, visto que com a creação da Capitania de Minas Geraes, em 1720, a divisa entre o territorio destas duas villas ficou sendo nesta parte a das duas Capitanias. Ainda que o procurador da villa de São João d'El-Rei não comparecesse á reunião e, ao que parece, o de Guaratinguetá nem citado fósse, este termo, tendo recebido a assignatura do governador, era um acto perfeitamente acabado e legal, Não consta si foi ou não communicado á camara de Guaratinguetá, sendo porém de presumir que não, visto como poucos mezes depois, em Setembro de 1714, praticou ella um acto visivelmente nullo, isto é, um auto de posse no morro de Caxambú. algumas leguas dentro do limite estabelecido pelo termo de Villa Rica (*Archivo*, vol. XI, p. 5). A camara de São João d'El-Rei em epocha indeterminada, mas presumivelmente pouco tempo depois deste auto, destruiu o marco no morro de Caxambú e collocou outro no alto da serra da Mantiqueira. E' para notar que sendo mais tarde accusada pelos paulistas de ter assim procedido ob e subrepticiamente, a camara de São João d'El-Rei, pelo menos nos documentos á mão, não tratou de se defender com a citação do termo de Villa Rica, com o que podia ter dado uma resposta cabal. E' de suspeitar que, quando uns 30 annos depois houve discussão sobre o assumpto, a propria existencia deste documento tivesse ficado esquecida. Que esta hypothese não é tão improvavel como á primeira vista parece, fica provado com o exemplo do auto de posse da comarca de Guaratinguetá que custou a apparecer quando, em 1743, houve occasião de cital-o (*Archivo*, Vol. XI, p. 17).

Ao que parece, não houve durante alguns annos questão seria entre Guaratinguetá e São João d'El-Rei a respeito do limite que permaneceu determinado na unica via de communicação entre as duas villas pelo marco collocado pela camara de São João d'El-Rei na garganta da serra da Mantiqueira, onde hoje passa a estrada de ferro Minas e Rio. A camara de Guaratinguetá ainda ambicionava o territorio até ao morro de Caxambú, e, em 1731 obteve por meio de uma representação do governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel uma

parcial satisfacção dos seus desejos na expedição da Provisão Regia de 23 de Fevereiro de 1731 (*Archivo*, Vol. XI, pag. 7) mandando repartir com mais egualdade o territorio entre as duas villas. Com referencia a isto, porem, nada consta além do convite para entrar num accôrdo dirigido pelo governador de S. Paulo ao de Minas Geraes (*Archivo*, XI, p. 8).

Neste tempo e por alguns annos depois o territorio ao lado da estrada estava completamente despovoado e desprezado, e a unica coisa que poderia servir de assumpto de uma contenda era a posse de alguns ranchos á beira da estrada. E' verdade que já em 1720 os paulistas, entrando de Pindamonhangaba na região, tinham descoberto ouro a oéste desta estrada (*Archivo*, XI, pag. 12), e houve um começo de mineração, mas as minas eram dadas como «bromadas», e se póde duvidar que se estabelecesse uma povoação permanente, ainda que o *Diccionario de St. Adolphe* affirme que a freguezia da Campanha data de 1724 (1). Seja como for, a região não desportou grande cobiça até 1735, quando houve um *rush* para as lavras da Campanha do Rio Verde que foram repartidas pelas auctoridades de São João d'El-Rei; então formou-se ou deu-se novo impulso ao arraial de Santo Antonio da Campanha do Rio Verde, hoje cidade da Campanha (2).

Alguns annos mais tarde, em fins de 1742, as descobertas se estenderam para o oéste passando do valle do Rio Verde para o do Sa-

---

(1) No já referido Almanack do Municipio da Campanha vem transcripto das Ephemerides Mineiras um interessantissimo officio datado de 9 de Dezembro de 1737 em que o Ouvidor da Comarca de São João d'El-Rei, Dr. Cypriano José da Rocha, dá conta da sua recente viagem na Campanha dos rios Verde e Sapucahy. Encontrando o districto occupado por aventureiros e fugidos da Justiça elle fundou um arraial em forma de villa com o nome de São Cypriano, deixando determinado a construcção de uma egreja. Ao que parece este nome foi substituido pelo de Santo Antonio que provavelmente já tinha sido adoptado pelos moradores da nascente povoação. O ouvidor chegou até a margem do rio Sapucahy passando ao outro lado em canoa que mandou construir e mandou explorar este rio até as suas cabeceiras.

(2). Por um documento conservado na Bibliotheca Nacional, e publicado mais adiante, neste mesmo volume, vê-se que ainda antes da reputada descoberta de Arrão na região do Rio Doce, o padre João de Faria, de Taubaté, com os seus parentes tinha descoberto ouro na região do alto Sapucahy e Rio Grande.

pucahy, e d. Luiz Mascarenhas, recemchegado de Goyaz, onde passou os primeiros annos do seu governo, entendou tomar posse, em nome da capitania de S. Paulo, destas novas descobertas ; mas, ao que parece, não da Campanha do Rio Verde. Nomeou, a 21 de Dezembro de 1742, um superintendente na pessoa de Bartholomeu Correa Bueno, natural de Atibaia ; e como na carta de 10 de Maio de 1743 (*Archivo*, XI, pag. 18), elle refere ás vizinhanças de S. João da Atibaia, parece ter considerado o districto como pertencente a este arraial, donde provavelmente já havia uma picada aberta (1). Com o apparecimento do official paulista nas minas a camara de S João d'El-Rei poz-se em movimento e dirigindo uma representação a d. Luiz Mascarenhas obteve uma resposta conciliadora datada de 4 de Março de 1743 (2).

Em quanto esperava resposta á sua representação ao governador de S. Paulo, a camara se transportou a Santo Antonio da Campanha do Rio Verde, onde a 25 de Fevereiro lavrou um auto de ratificação de posse. Dahi passou para o valle de Sapucahy onde, em tres pontos diversos, Santa Catharina da Pedra Branca, S. Gonçalo e margem do rio Sapucahy, repetiu o mesmo processo nas datas de 28 de

(1). A portaria de nomeação que vem estampada no vol. XXII do *Archivo*, pag. 177, é a primeira datada de S. Paulo no respectivo livro de ordens de d. Luiz Mascarenhas. O titulo dado ao novo official é «Superintendente e Intendente Commissionario das minas de Sipocahy» (Sapucahy), e nos documentos officiaes paulistas elle é chamado superintendente ; mas é de presumir que entre os mineiros fosse reconhecido pelo titulo mais familiar de «Guarda-mór» que lhe foi applicado pelo seu contemporaneo Alexandre Luiz de Souza Menezes, commandante da praça de Santos, na sua carta de 25 de Agosto de 1765 (*Archivo*, XI, p. 97). O districto da sua jurisdicção é determinado na portaria como sendo «na paragem chamada Sipocahy», sendo assim claramente delimitado da Campanha do Rio Verde, com a qual os mineiros da epocha e os historiadores paulistas subsequentes o confundiram

(2). Estes dois documentos são ainda desconhecidos, salvo por vagas referencias. A camara de S. João d'El-Rei na sua representação de 1746, abaixo reproduzida, cita a carta de 4 de Março como reconhecimento de seu direito, interpretação esta que o seu auctor expressamente repelle na sua resposta (*Archivo*, XI, pag. 23). O certo é que a carta foi escripta, mais ou menos, na occasião em que o seu delegado estava sendo expulso do districto e que, informado desta circumstancia, d. Luiz Mascarenhas expediu, a 10 de Maio, ordem peremptoria para o repôr (*Archivo*, XI, pag. 18), embora na dita carta tenha consentido na sua retirada pacifica. Não se sabe porque esta ordem não teve execução, visto haver falta completa de documentos até que, em 1746, a questão surgiu de novo ao outro lado do Sapucahy.

Fevereiro, 2 e 4 de Março, sendo para notar que esta ultima data coincide com a da carta de d. Luiz Mascarenhas consentindo na retirada do superintendente. Este, conforme rezam as chronicas paulistas (*Archivo*, X[1], pags, 50 e 52), foi intimado para dentro do prazo de duas horas sahir do districto para o outro lado do rio Sapucahy (1). Chegando a S. Paulo a noticia destes acontecimentos, o governador deu ordem ao ouvidor para ir ás minas de Sapucahy e "achando que ellas e sua campanha estão dentro dos marcos desta comarca, faça restituir a superintendencia della a Bartholomeu Corrêa Bueno, etc." (*Archivo*, X[1], pag. 10). Do que houve em seguimento desta ordem só se sabe que a camara de S. João d'El-Rei ficou de posse do districto em litigio.

Nos quatro autos de posse lavrados nesta occasião, a camara de São João d'El-Rei definiu muito clara e espontaneamente o seu modo de entender os seus limites e a situação do territorio de que se declarou possuidora. Relativamente bem informada a respeito da geographia da região ella não entendeu, como julga um escriptor recente, que a divisa pela Serra da Mantiqueira podia ser extendida indefinidamente pela cordilheira a ambos os lados da estrada onde se tinha collocado o marco. No caso contrario o que ficaria para S. Paulo, e o que mais importava para Minas, com quem ficaria a assim chamada *Matta de Minas*? Reconhecendo a necessidade de marcar um limite, a camara o fez no auto de posse do arraial de Santo Antonio, declarando-se possuidora "não só deste arraial e seus districtos, mas ainda de todos os sertoens até o rio Sapucahy"—fórmula esta que com pouca variação foi repetida no auto de São Gonçalo e do rio Sapucahy. Neste ultimo ponto a phrase é—"por razão de serem estas paragens pertenças das suas posses antigas do arraial de Santo Antonio da Campanha, por este se estender, como dito fica, até o alto da Serra da Mantiquira, que inda fica muito mais adiante até a este rio da outra banda." Conforme as chronicas paulistas o acto foi celebrado sobre

(1) Uma das narrativas escriptas em 1765 diz que esta intimação foi dada no arraial de Santo Antonio da Campanha, onde Bartholomeu Corrêa Bueno tinha tomado posse alguns dias antes. Si assim foi, elle excedeu as suas instrucções que claramente determinavam a paragem chamada Sapucahy; e foi talvez por este motivo que d. Luiz Mascarenhas desistiu da sua resolução de o repôr.

um giráo no meio do rio (*Archivo*, XI, pag. 50), como para indicar que a divisa era o fio da corrente e não a margem direita sómente. De accòrdo com esta tradição é a declaração da camara, tres annos mais tarde, que devido ás inclemencias do tempo sómente no «animo» passou para a outra banda do rio.

E' para notar que nestes autos a camara de S. João d'El-Rei nenhuma referencia faz ao termo de 6 de Abril de 1714 que lhe teria fornecido um argumento melhor do que o que empregava. Como teremos em breve evidencia que a camara soffria de falta de memoria, é provavel que houvesse aqui esquecimento do documento, já um tanto vetusto, e não ignorancia do seu conteúdo.

E' uma particularidade desta secular contenda que os documentos perfeitamente acabados e de termos claros, como o termo de 6 de Abril de 1714 e a Provisão Régia de 30 de Abril de 1747, tenham sido deixados por ambas as partes no olvido, emquanto se debatem cegamente sobre actos incompletos ou de termos dubios.

Secegado, não se sabe bem como, o conflicto de 1743, os animos descançavam até os primeiros mezes de 1746, quando, annunciada a descoberta de ouro a óeste do rio Sapucahy, o governador de S. Paulo entendeu nomear um guarda-mór para esse districto na pessoa de Francisco Martins Lustosa que, sendo um dos signatarios do auto de posse de arraial de Santo Antonio em 1743, parece ter sido então morador daquelle logar. Em Maio a camara de S. João d'El-Rei sahiu outra vez a campo e, não podendo passar o rio por ter Lustosa retirado as canoas e recusado passagem, recolheu-se á Campanha donde dirigiu a seguinte communicação ao governador de S. Paulo:

«*Illmo. e Exmo. Sr.* Bem entendia esto Senado, q. havia de conservar a sua jurisdicção nestes destrictos, não só pela pacifica, e legal posse, en q. se acha a tantos annos; mas ainda attendendo ao q. V. Ex.ª lhe certificou en carta de quatro de Março de quarenta e tres, mandando retirar delles a Bartholomeu Correa Bueno, para effeito de continuar na administração da justiça sem oppressão deste Povo, nem dezasocego deste Senado; porem como, não obstante aquella attenção, q. mereceu a V. Ex.ª no reconhecimento, de q. devia ser conservado na sua posse, em q. estava sem contradicção alguã, agora novamente hé perturbado com a violencia, q. lhes fas em nome

de V. Ex.ª hú Francisco Martins Lustoza, por huá Provisão, q. alcançou de Guarda Mayor da parte de lá de Sapucahy, talvez por informaçoens obrepticias e subrepticias; pois se persuade este Senado, q. V. Ex.ª não liberalizaria tal graça, a ser informado verdadeiramente da realidade da posse, en q. se acha: Por acordam, q. se fez en camara se detriminou dar-se a V, Ex.ª conta dos desmandos, e pertubações, con q. se tem portado o tal Lustoza, não só empedindo com armas, a esta Camara a passagem a outra banda do Sapucahy; mas tirando as canoas para q. não pudesse fazer operação judicial, e executar varias deligencias do serviço de S. Magestade perturbando-a na sua jurisdicção, com tal excesso, que pouco, ou quazi nada falta para um levante tão sem fundamento, como a V. Exc.ª lhe será notorio; e como não é justo, que estes disturbios sirvão de insentivo para mayores arojos, nem q. este Senado não tenha com V. Exc.ª aquella attenção, que se lhe deve pelo esclarecido da sua pessoa; segunda vés representa a V. Exc.ª a violencia, q, se lhe fas na usurpação da jurisdissão para que V. Exc.ª, a qm. pertence o sucego dos Povos, lhe dê a providencia necessaria para q. asim se conserve esta camara na sua antiga, pacifica e legal posse se ponha termo a estes tumultos, q. não servindo de validade a Sua Magestade, servem de dezasocego a Republica.

«Pela certidão Let.ª A. (1) verá V. Exa. a inegavel, e juridica posse, en q. se acha esta Camara; e ficará V. Exa. inteirado das senistras informaçoens, con q. o tal Lustoza pertende a Guardamoria daquelle continente; pois como foi huá das testemunhas, que assignarão o termo da posse não pode condecurar o ser intento, mas q. con appetulancia, con q. pertende incivilmente ivadir, e escapar as execuçoens da justiça desta comarca em odio talves dos seus credores, cuja posse se ratificou no anno de quarenta e tres, como se vê da certidão Let.ª B, que ainda, q. pelas inclemencias do tempo não se pudesse passar a outra banda; como a posse se conserva no animo,

(1) E' o auto de posse do arraial de Santo Antonio da Campanha do Rio Verde publicado a fls. 10 do vol. XI do Archivo. A menção da assignatura de Lustosa serve para identificar este documento. O da lettra B deve ser o auto da posse do Rio Sapucahy da pagina 15 do mesmo volume. Os outros documentos mencionados nesta representação não têm sido encontrados.

e aquelle acto era ractificação do passado, não pode haver duvida, para q. a haja na tal posse, q. tem adquirido este Senado, ainda q. senão pasasse a outra banda, porque não era precizo.

«Sendo q. ainda q. não contase, como a V. Exa. se faz manifesto pelas certidoens juntas, a tal posse; os actos judiciais, q. naquelles destrictos se tem opperado desta comarca por tantas vezes, assás evidencia davão de q. a ella pertencia a jurisdissão, sem a mais leve controvercia; porq. alem dos officiaes de Ventena lá terem feito varias deligencias e prizoens, e de algumas mortes q. da parte de lá tem socedido, se tem tirado cá as devassas; como a que se tirou da morte de hú João Angelo, e da de hú Paulo de Araujo como consta das certidoens Let.ª C. e D. e por parte do juizo dos defuntos e abzentes desta comarca se mandarão buscar os bens dos tais defuntos q. se arematarão na hausta publica: como tambem se tem cobrado os dizimos por parte dos contratadores desta capitania com qm. se tem avançado os moradores daquelle continente, como o mostra a certidão dos creditos dos avançados Let.ª E. se cobram os quintos não só das cargas, e escravos, que entrão dessa Capitania por parte dos contractadores desta, mas se tem cobrado as capitaçoens na Real Intendencia desta comarca.

«E quando não ouvesse aquella posse q. consta das primeiras certidoens, alem de a ter já tomado o dr. Ouvidor Gl. q. foi desta comarca; quando veyo asistir como superintendente das terras minerais, logo, q. se descobrirão estas minas, mandando á outra banda do rio fazer aquelles actos, q. estão con direitos estabelecidos para acquizição da posse, como se acha nos livros da superintendencia desta mesma comarca; bastavão aquelles actos, para q. se conservase na mesma tranquilidade, en q. thê agora tem insistido sem contradicção alguá administrando justiça, sem q. agora se perturbase a sua jurisdição com tal violencia, q. a forsa de armas se empedio a esta camera o desforçarse, tomando por escudo q. V. Exa. asim o ordenava, e daquella sorte o resolvera.

«V. Exa. não pode duvidar q. os certoens, que se achão incultos pertencem sem contradição a qm. primeiro entra, e aquella comarcª q. nelles primeiro fas preventa a sua jurisdicção, o havendo esta prevenção desta, e tantos actos para acquizição da posse sem contradic-

ção alguâ; parece direito solido, e incontestavel não se poder, não só usurpar a jurisdição desta comarca mas nem ainda privarse da sua posse a esta camera: Sendo, q. ainda q. por ordem de S. Magestade, esteja detriminado, q. os descubertos novos fiquem pertencendo aquella comarca, e Governo, en q. se derem ao manifesto, nem ainda asim merecia violencia tão desmarcada este Senado; porq. aquella Real Resolução parece se deve entender naquelles certoens, q. ainda não estiverem sugeitos a este, ou aquelle Governo, a esta, ou aquella comarca, alem de senão poder já chamar novo aquelle descuberto; pois o Guarda Mayor deste destricto, ainda muito para diante, tem feito varias repartiçoens, como se vê da certidão Let.ª F. e ao mesmo Lustoza lhe couberão algumas terras como se vê da certidão Let.ª G.

«E se a esta comarca não pertence aquelle continente pelas circunstancias, q. representa a V. Exa. este Senado, com mayor respeito não sendo, como não he já novo aquelle descuberto, e estando já nelle preventa, posse tomada, e ratificada por tantos actos destinctos, como pode pertencer a Camera de S. Paulo, não havendo mais q. este violento acto, con q. o tal Lustoza em nome de V. Exa, perturba a posse desta Camera, e uzurpa a jurisdicção ordinaria a esta Comarca a forsa de armas; e sem embargo q. o desforço he premetido en direito, sendo solido o deste Senado, como todos somos vasallos da mesma M., assentou não fazer opperação, sem primeiro dar a V. Exa. esta conta, esperando q. V. Exa. lhe dê a providencia preciza para se evitarem: não só tantos tomultos, e mutins, mas para q. não se continuem na perturbação do socego publico deste Povo, a posse legal deste Senado, e se izente esta Camera de procedimento tão violento;

«Certificando a V. Exa. q. o tal Lustoza se determinou a fazer esta operação pellas varias dividas, q. tem contrahido nesta Comarca e ivitar a requerimento dos seus credores varias execuçoens, q. lhe estavão imminetes: e o descobridor Jozé Pires Monteiro capitam do Matto por viver com mayor socego, evitando as pressiguiçoens justas da justiça pellas varias mortes, en q. está culpado em algumas devassas, q. se tirarão nesta comarca; e hû Bento Corrêa de Mello por se eximir de varios crimes de q. actualmente se está livrando: e hû Joseph Manoel montanhes verdadeiramente chamado Fernando Pereira Soares de Albergaria, por lhe parecer, q. estando daquella parte

teria mais descanço no temor das justiças deste Governo, pelo crime de caza de Moeda, en q. sahio com o Escrivão do tal Lustoza culpado, e criminozo.

«E como todos estos tenhão estes delictos, parecendo-lhes q. asim capiharião mais os seus insultos, sem mais atenção q. ao seu sucego, levantarão cabeça amutinandoce para effeito de se exemirem das justiças desta comarca perturbando a jurisdicção e pacifica posse desta Camera, com o pretexto de q. V. Exa. assim o mandava, incumbindo-lhes defendessem o posto, en q. se achão armados, não consentindo q. entrace justiça deste Governo, ainda q. expuzessem as suas vidas a todo o risco.

«Estes são, Illmo. e Exmo. Sr. os motivos, q. ao Senado desta Comarca obrigão a hir a prezença de V. Exa. a pedir, e requerer da parte de S. M. q. V. Exa. mande logo desestir de tal violencia, para q. não nasção mayores disturbios, nem haja insentivos para q. tenha mayores despezas na conservação da sua posse esta Camera, q. espera pella detriminação de V. Exa. para se evitar tanto dezasocego, em q. S. M. não tem lucro, antes o mayor prejuizo, por não querer perturbaçoens, e motins nos seos Povos, mas sim q. se conserve em tranquilidade os seos vasallos, sem q. haja entre elles os mais leves dezasocegos; e sem embargo q. este Senado os experimenta nas perturbaçoens injustas na sua posse, e esta comarca da jurisdicção ordinaria, asentou não sahir deste destricto, sem esperar (para melhor rezolução do seu desforço) a de V. Exa. motivado não tanto pellos documentos juridicos em q. fundamentou a sua posse, e jurisdição, quanto por atentar q. V. Exa. não tem dado cooperação alguâ para tantos arojos, nem concorrido para tantos insultos.

«Deus guarde a V. Exa. muitos annos. Campanha do Rio Verde em Camera 23 de Mayo de 1746. E eu escrivão da Camera Joaquim Joseph da Sylveira o sobscrevy.

«Illmo. e Exmo. Sr. d. Luiz Mascarenhas. De V. Exa. Os mayores e mais reverentes veneradores, *Francisco de Mendoça de Saa, Verissimo Glz. Ribeiro, Pedro do Valle e Sylva, Antonio de Pinho Monteiro, Luiz de Souza.*»

Para o presente estudo o que ha de mais interessante neste documento é a confissão, de accôrdo com as tradições paulistas já cita-

das, que a camara de 1743 não passou para a margem esquerda do rio, e que o auto de posse, que é evidentemente o documento Lettra B da representação, foi lavrado na margem direita ou talvez, conforme a tradição já referida, no meio da corrente. Feita esta confissão, a camara de 1746, composta de outro pessoal, procurou desfazer o seu effeito declarando que «ainda que pelas inclemencias do tempo não se pudesse passar á outra banda, como a posse se conserva no animo, etc., não era preciso.» Assim a camara dá á phrase do auto de 1743 «até a este rio da outra banda» a significação de incluir a outra banda do rio Sapucahy, quando todas as circumstancias indicam que a verdadeira intenção era declarar que,—a nossa posse antiga se extende até a Serra da Mantiqueira de uma banda e até este rio da outra. A favor desta interpretação da phrase um tanto equivoca militam: o facto confessado da camara de 1743 não passar para a margem esquerda do rio; o costume do tempo, provado por diversos autos de posse, de lavrar estes actos no extremo do territorio reclamado; e, mais do que tudo, a declaração categorica oito dias antes, em Santo Antonio (remettida sob Lettra A pela camara de 1746) e dous dias antes em São Gonçalo, da mesma camara que a sua posse se extendia «até o rio Sapucahy.»

Os outros argumentos da representação, baseados numa carta do governador de São Paulo, em actos de jurisdicção exercidos no territorio litigioso e accusações contra Lustosa e os seus companheiros, não offerecem actualmente pontos de interesse para o presente estudo. São pontos que hoje não podem ser verificados, e, em vista do espirito inventivo revelado no topico acima discutido, as affirmações da camara não podem, na ausencia de confirmações, ser acceitas como absolutamente concludentes.

Ao receber a representação da camara de São João d'El Rei, d. Luiz Mascarenhas já se achava informado dos acontecimentos por uma carta de Lustosa que não tem sido encontrada e pela seguinte carta de Verissimo João de Carvalho (1)

---

(1) A letra e a redacção desta carta, como as da de Lustosa reproduzida mais adeante, indicam que os seus auctores eram pessôas de instrucção pouco vulgar naquella epocha.

«*Ilmo. e Exmo. Snor.* Assim que vim da cidade com resposta do Dor. Ouvidor Remety hum propio a toda a pressa para a Campanha do Sapucahy que ontem ou hoje o faço chegado lá, e neste mesmo dia Recebi carta do Goarda Mór em que me dis vie ão os officiaes da Camera do Ryo dos mortes e o que com eles pasou; e como escrevo a V. Exa. me parece lhe dará tambem comta com emdeviduaçam, e como não forão satisfeitos se pode temer tornem com outra prevenção e que nesta possa aver alguma ruina o que não permitta, e por ser preçizo remeto a V. Exa. a carta pois me não he possivel hir posoal, e a Camera desta villa se acha com animo de hir socorrer aquelle descuberto e tomar posse dele sendo que V. Exa. assim o haja a bem ficando lhe tributario o d.º descuberto e alguns mais rendimentos que lhe possão tocar para ajuda das despezas que fas este Conc.º visto ter nele poucos rendimentos e V. Exa. desculpe esta confiança pois falo neste materia emteressado no bem e aumento desta villa poie lhe fica na fronteira do seu termo aquela Campanha. Deos guarde a V. Exa. para seu agrado como pode. Vila de Mogy e de maio 1 de 1746. (1) De V. Exa. O mais omilde servo *Verissimo João de Carvalho.*»

A resposta de d. Luiz Mascarenhas á representação da camara e as ordens expedidas para manter a jurisdicção da capitania de São Paulo já tem sido, por varias vezes, publicadas; mas, para maior clareza, convém reproduzil-as aqui:

«Recebo as Cartas de Vossas Mercês, de 23 do mez passado, em que me representão o intento com que se achão de estender os Limites da sua Comarca, e jurisdicção, mettendo dentro della o novo descuberto de que he Guarda Mór com Provisão minha Francisco Martins Lustoza, e de como este lhe disputára a Passagem do Rio Sapucahy para a banda desta Comarca; e porque a conjunctura em que presentemente me acho occupado, não só com a expedição dos Quintos de Goyaz para o Rio, mas com outras do Real Serviço, me não dão

(1) Esta data se acha claramente escripta no original, mas é evidentemente errada visto que a carta se refere aos acontecimentos que tanto a camara como Lustosa noticiaram com a data de 23 de Maio e que deviam ter sido da vespera. A verdadeira data desta carta devia ser *maio* 31 ou *junho* 1.

tempo para responder positivamente ás diffusas razões com que Vossas Mercês pertendem justificar a sua intenção, só o tenho para lhes segurar, que hei de defender de toda a sorte a posse que por parte desta Comarca e Capitania tem tomado, e está sustentando o dito Guarda Mór, pois já parece ambição desordenada quererem Vossas Mercês com passo lento introduzir-se por toda esta Comarca, pretextando este attentado com posses clandestinas e suprepticias, que não póde produzir effeito juridico, com prejuizo das justiças desta Comarca, auzente, e ignorantes dessas chamadas posses tomadas a surdina. Sei muito bem que Sua Magestade não quer motins entre os seus povos, mas tambem sei que o mesmo Senhor não quer que huns se introduzão pelas jurisdicções dos outros; e para o evitar he que foi servido mandar demarcar os Limites de cada hum, para cada qual saber o que he seu, e o que lhe toca: e como este descuberto incontestavelmente se acha dentro da demarcação desta Comarca e Capitania, e as suas terras já repartidas pelo Guarda Mór com ordem minha, a mim me toca defendê-lo, o que protesto fazer em pessoa ao primeiro aviso que tiver de qualquer operação que Vossas Mercês intentem contra o dito Guarda Mór, e nenhum embaraço me fará a mim a minha Carta de 4 de Março de 1743, com que Vossas Mercês me allegão, porque se neste tempo condescendi com a supplica de Vossas Mercês mandando retirar a Bartholomeu Corrêa Bueno, foi por evitar maiores desordens, e por se ter tomado posse primeiro por essa Comarca, sem embargo de reconhecer que pertencia a esta; mas como vejo que Vossas Mercês abusando da tolerancia que então tive continuão na sua ambição, querendo espoliar-nos da posse que já temos, não posso agora usar de outro procedimento mais do que de defender o que toca a esta Comarca, e de dar para isso todas as ordens e auxilios necessarios; e reconhecendo Vossas Mercês a sua sem razão, e parando com suas conquistas, sem entenderem, ou intentarem pertubar o dito Guarda Mór, e mais ministros do dito descuberto, he que farão o que Sua Magestade quer, e poupar-me-hão huma jornada desta Villa á essa Campanha.

« Ao Doutor Ouvidor de S. Paulo ordeno passe logo a esse arreial a dar as providencias necessarias, não só para a administração da Justiça, mas para a cobrança da Fazenda Real, por ser o unico

Ministro de Sua Magestade, que reconheço com jurisdicção nesse descuberto, e estou certo que nem a Fazenda Real, nem a dos particulares, ha de ter o minimo prejuizo em ser esse descuberto governado nesta Comarca, porque Sua Magestade tem nelles Ministros escolhidos e mui zelosos, que hão de cuidar muito da arrecadação de huma, e distribuição de outra. Deos Guarde a Vossas Mercês muitos annos. Praça de Santos, 8 de Junho de 1746. *D. Luiz Mascarenhas.*»

Com a mesma data foi dirigida ao guarda mór Francisco Martins Lustosa a seguinte carta:

« Na carta que Vossa Mercê me escreve, de 22 de Maio, vejo a noticia que me dá do attentado que cometterão os officiaes da Camara do Rio das Mortes, e o louvavel modo com que Vossa Mercê lhes rebateo o animo com que vinhão de espoliar a Vossa Mercê, e a esta Capitania, da posse em que está desse descuberto: em tudo obrou Vossa Mercê com tanto acerto, que novamente lhe recommendo a mesma constancia no caso que elles voltem a querer insistir na sua teima, e ainda que entendo o não farão, baldando segunda vez a sua viagem; porém no caso de o fazerem, Vossa Mercê sustentará a todo o custo as ordens que lhe tenho dado, não lhes consentindo que fação acto algum possessorio, ou de jurisdicção, antes me fará logo aviso, porque quero ter o gosto de ir pessoalmente a esse descuberto com alguns soldados desta praça, e fazer conduzir presos para a fortaleza da Barra Grande, não só as justiças, e officiaes postos pelas Geraes, mas tambem o mesmo Ouvidor do Rio dás Mortes, se ahi vier, o que infallivelmente hei de executar ao primeiro aviso que Vossa Mercê me der. Pelo que respeita ao mais em que Vossa Mercê me falla da administração da justiça, escrevo nessa materia ao Doutor Ouvidor desta Comarca para dar as providencias necessarias, e ir a esse districto pessoalmente. Deos Guarde a Vossa Mercê Praça de Santos, 8 de junho de 1746.—*D. Luiz Mascarenhas.*»

Ao Ouvidor Geral da Comarca de S. Paulo, dr. Domingos Luiz da Rocha, foram dadas as seguinte ordens:

« Remetto a Vossa Mercê as Cartas inclusas do Guarda Mór do novo descoberto da Campanha de Sapucahy, e tambem o que me escreveo a Camara do Rio das Mortes nas quaes verá Vossa Mercê o que de parte a parte se tem passado, e a renitencia desses homens

das Geraes em se introduzirem por esta Comarca e Capitania, e pelo que vou vendo, se lhe não acudimos a cortar o passo, em pouco tempo chegarão a dizer, que tambem essa cidade lhes pertence, e assim tomo a resolução de dizer a Vossa Mercê da parte de Sua Magestade que logo passe ao dito descuberto e dar as providencias necessarias não só para a boa administraçao da Fazenda Real, procurando que o Juiz Ordinario que se eleger seja pessoa de confidencia e satisfação porque como nos arraiaes pequenos são os Juizes os que acostumão a cobrar a Capitação, he preciso que seja pessoa capaz, a quem Vossa Mercê deve encarregar essa diligencia, nomeando Intendente do descuberto, e instruindo-o no modo com que deve fazer a arrecadação dos quintos de Sua Magestade na Capitação dos pretos, e para esse effeito levará Vossa Mercê os bilhetes, que em carta particular lhe mando tirar dos caixões que trazem as sobras de Goyaz para com elles se fazer a Capitação no tal descuberto; e no caso que Vossa Mercê queira soldados para o acompanharem nessa diligencia, com aviso de V. Mercê os farei pôr promptos, e tambem eu o acompanhára se me não achasse tão occupado, como estou, com a expedição dos quintos, e outras diligencias do Real Serviço para irem na frota; mas em caso de necessidade estou prompto a ir pessoalmente. Vossa Mercê fará o que entender he de razão e justiça, com o seu costumado acerto, obrando em tudo com prudente accordo, e procurando evitar todo o genero de tumulto, ou desordem, entre os povos, o que muito lhe recommendo; e se a Vossa Mercê se lhe offerecer alguma duvida contra minha resolução, Vossa Mercê, como Ministro de Sua Magestade, me participará com toda a brevidade, porque o meu animo he sómente obrar com acerto, e o que fôr a bem do serviço de Sua Magestade e de seus povos. Levará Vossa Mercê dessa Cidade dous Livros, que rubricará, e pagará a despeza delles o Dizimeiro dessa Cidade, de que se lhe passará conhecimento para nelle se matricularem as Loges. Deos Guarde a Vossa Mercê, 8 de junho de 1746. *D. Luiz Mascarenhas.*»

«Como em outra carta ordeno a Vossa Mercê passe ao novo descuberto do Sapucahy para nelle dar as providencias necessarias para a administração da justiça, e cobrança da capitação, e fazenda de Sua Magestade, e para esse effeito julgo conveniente levar alguns bilhetes»

que me parece bastarão 500, e nessa cidade se achão ainda os caixões que trazem os bilhetes, que sobejarão em Goyaz, Vossa Mercê, na presença de seu escrivão, com as solemnidades que Vossas Mercês costumão em semelhantes actos, fará abrir um caixão, e tirando 500 bilhetes os guardará para os levar para o dito descuberto, passando conhecimen o em fórma ao cabo que conduzio de Goyaz os quintos, o qual se acha nessa cidade para se remetter para a Côrte, de que me fará aviso. Deos guarde a Vossa Mercê. Praça de Santos, 8 de Junho de 1746.—*D. Luiz Mascarenhas*».

O ouvidor da comarca de S. Paulo, tractou de dissuadir o governador da sua resolução na carta seguinte:

«*Illmo. e Exmo. Sr.*—Ja a V. Exa. insinuey a importe. delig.a em q. me acho p.a ver se de alguã sorte posso reçarsir o furto q. a S. Mage. se fes de sinco ou seis arrobas de ouro em q. não cesso com a exaçam divida p.a na frota, q. está a chegar, dar conta como se me recomenda do que tenho obrado, e qdo. V. Exa queira continuar na deligª. do Sapucahy me parece não estar em termos disso, reflectindo na representaçam q. a V. Exa. fes a Camª. do Rio das Mortes com os documtos. q. juntou, os quaes a mª. prezça não póde desvaneçer, não tendo outros q. os convença, poys huã posse tomada pacificamte. sem contradiçam algua e ratificada tantas vezes com actos possessorios, senão interrope pello adversario só ordinariamte. convencido, poys o dirto. só permite desforçarce o espolliado; e não o espolliador, e nesta certeza ja a Camª. não cede da sua posse, e ficam evidentes as desordens q. poderão resultar em dezaçocego dos povos; e como a mesma Camª. alem das certidoens q. a V. Exa. fes patente corroborar com a carta de V. Exa. de 4 de Mço. de 743, em q. V. Exa. mandou retirar do mesmo descuberto a Brmeu. Correa Bueno, pª. q. aquella comca. continuace na administraçam da justª., logo como se podem desvanecer estas realidades pª. corar as violencias de q. se queixão obradas por criminozos só a izentarençe de serem punidos pellas justas. onde existem as suas culpas e como a estas desejarão acomular mais fiados em puder mayor, deve V. Exa. atender a esta infalivilide. e q. S. Mage. não manda a forsa de armas decedir as duvidas, q. se movem entre jurisdiçoens, poys se deve recorrer ao mesmo Sr. a qm. toca o decedillas como tributo anexo a sua soberania, e

qd.º V. Ex.ª assim o haja por bem, com esta rezoluçam ficará sucegada aquella Cam.ª, ficando tambê conservandoçe a inteyreza da carta de V. Ex.ª, de que tambem se vallem para a just.ª q. lhe assiste: E suposto se pertenda tomar posse por pe. desta Capitania, havendo qm. a encontre fica sem effeyto algum na censura de dirto. e dispoziçam da ley e posto na prezça. de S. Mage., contra a sua Real Rezoluçam não ha de haver qm. se atreva, e sem aquella suposta em termos em q. as couzas se achão, são infaliveis as consequencias perniciosas, q. o mesmo Sr. não ha de haver por bem, pertencendolhe o decidillo como Sr. das jurisdiçoens: Isto é o q. se me offerece dizer a V. Ex.ª, q. mandará o q. for mais convte. p.ª sucego dos povos, e q. S. Mage. determine o q. for servido. Deos gde. a V. Ex.ª mtos. annos.

Sam Paulo, 17 de Juuho de 1746.—O Ouvor. e Coror. da Comca. *Dr. Domingos Luiz da Rocha*».

A segunda carta do guarda-mór Lustosa dá uma interessante noticia de varios actos da camara durante o mez pouco mais ou menos em que permaneceu (mas não em completa ociosidade) no arraial da Campanha, esperando resposta não sómente á carta que tinha dirigido ao Governador de São Paulo, como tambem ao da sua propria Capitania, que na occasião era Gomes Freire de Andrade.

Eis o teôr da carta:

«Illmo. e Exmo. Sr.—Hontem que foy dia de S. João, por noute, Rce. a de V. Exa., de 8 de junho; e com ella motivos de render a Deos, e a V. Exa. muitas graças; N. Sr. me ajude para que sempre obre em seo servisso, e no de V. Exa. a seo gosto:

«Depois que partio o proprio, fes taes extremos o Senado da Camara do Rio das mortes, que me precizava cá minha obrigação, a que logo mandace outro propio; porem acentey commigo dar parte de tudo no fim de tudo o que rezultace de seos inquietos animos; e agora o faço na extenção desta:

«Intentou aquelle Senado por apayxonados e com cores de amizades fazer sahir deste estabelecimento todos os que mais calor me podiam fazer; e vendo que por este caminho o não conseguiam, puzeram o edital incluzo em varias partes para que o temor fizece com que me dezamparacem: a isto acodi eu com empedir a passagem aos de pouco ser e discurço, que os que o tem, sempre me assestiram,

inda que com algum dispendio seo: entraram a empedir os mantimentos para que faltandonos, a necessidade os persuadice a sahirem; e vendo que de nada lhe surtia effeyto, mandaram carpinteiros a fazer canoas para nellas passarem á força de armas, para o que vieram em companhia delles oyto ou dés capitães do mato; depois de estarem nesta deligencia os carpinteiros, com a dita escolta, que por todos faziam *22*, hum delles me mandou dizer, que trazia ordens p.ª fazer despropozites, como hera embargar e prender a q^m^. viece com mantim^tos^. ou sem elles, e isto hera no cam.º muy perto do porto principal do Rio onde eu estava com a mayor p^te^. dos homens deste descuberto. Dou louvores a Deos por me dar prudencia neste movim^to^.' q. o mais q. fis, foy escrever a carta q. incluza remeto, a hum dos carpentr^os^. que he morador na Camp.ª do R.º verde e veyo obrigado: Com a tal se retiraram logo e deyxaram o caminho franco. Tirou o senado huma devassa como se foce de hum levantamento, e como a taes nos apelidavam. E nos tem criminado em suas devaças; e não deixo de temer q. se acazo lá apanharem alguns os prendam; porq' he muy proprio de quem obra loucuras semelhantes não se deixar da openiam q. julga acertada.

«Agora Illmo. e Exmo. Sr. pondéra o meo fraco discursso q. com mais cauza se pode devassar deste Senado, pois está claro, q. requerendo lhe eu da p^te^. dEl Rey e de V. Exa. me não perturbacem no servisso de El Rey em q. estava; e fazendo-o elles tam mal, q. com orgulhos e tudo o q. tenho mencionado não só me perturbaram e ao povo; mais inda foram de grande prejuizo á Real fazenda, porq. estavão com despachos p.ª fazerem suas bandr^as^. e com as referidas revoluções se deyxaram de suas pretenções por gastarem o surtim^to^. q. tinham: e outros não lavravam as terras q. por mim lhe foram concedidas, timoratos de abrirem os servissos p^a^. outrem, o q. seria q^do^. elles cá entracem, q. diziam haviam de fazer nova partilha; e os q. heram de fora estavão com decignio de se estabelecerem se retiraram emthe ver em q. paravão as couzas finalmente muitos deyxaram por estes motivos, de pagar a real capitação e todos tiveram grandes prejuizos; sendo eu o q. no meo tanto o exprimentey mayor; porq. allem de gastar com a guarnição q. pus nos tres portos do Rio mais de duzentas oytavas, deyxey de extrahir mais de outras tantas

com a falta da minha assistencia e dos escravos q. levava commigo q^du.^ hia, vinha, ou estava, q. hera o mais do tempo; esta devassa me parece tam justo o tirarce p^a.^ exemplo das camaras mal advertidas na sua obrigaçam como he justo tiralla de qm. move hum levantamento ou civilidade (q. movida estava se Deos me não favarecece com prudencia) e cazo q. seja penozo ao dr. Ouvidor o vir tiralla, e me queyram honrar com a comissam p^a.^ a tirar, prometo fazello tam bem, como q^m.^ dezeja acertar.

«Achavace naquella Camp.^a^ cobrando a capitação o fiscal Francisco de Crasto Costa e hera tam apayxonado. q. vendo q. não entrou a Cam.^a^ aonde queria, odiou de tal sorte os assistentes neste pahis na occaziam, q. hindo a pagar lhe alguns q. inda não tinham pago e estando com a matricula aberta, lhes não quis aceytar o ouro, nem capitar, em forma q. foy nessecr.^o^ meterem lhe valim^tos.^ p.^a^ q. o aceytacem, e o aceytou por grande indulto a alguns, e a outros não; dizendo q. todos os denunciava em chegando á villa; deste o de alguns apayxonados mais q. com o senado amotinavão e arguyam me parece precizo devassarce.

«Tambem me parece precizo q. V. Ex.ª se digne ensinuarme a forma, em q. hey de livrar de susto, aos q. tem particulares, e letigios naquella villa ou Com^ca.^ do Rio das mortes onde todos estamos criminozos pela devassa q. tiraram como assima digo, e consta do seo Edital; porq. bem ou mal se os prenderem ham de cuydar em os destroir.

«O Gov^or.^ das minas respondeu lhe o que elles lhe escreveram pedindo lhe favor, q. S. Magde. o não punha naquelle logar p^a.^ fomentar civilid^es.^, mas sim, p^a.^ acomodação dos povos; e que visto terem dado p^te.^ a V. Exa., lhe mandacem a resposta q. tivecem com a devaça que haviam tirado, p^a.^ a mandar a S. Mag^de.^; esperaram emthe q. chegou o propio q. lá mandaram, e com a chegada delle se retiraram p^a.^ a villa a 21 do corr^te.^, pareceme q. mais envergonhados q. satisfeytos. Mais houvera de dizer; mas receyo ser tam emfadonho e molesto a V. Exa., q. lhe cauze fastio, e em outros p^dos.^ falarey a seu tempo. Em todo prospere Deos a V. Exa. com duplicadas felicidades p^a.^ meo amparo e deste estabeleci-

mento, e o Gᵉ. mᵃ. aᵃ. S. Anna de Sapucahy, 25 de Junho de 1746; —Criado de V. Exa., *Francᵒ. Miz. Lustoza*:»

A este respondeu d. Luiz Mascarenhas na seguinte carta, já publicada á pagina 911 do *Archivo*, vol. XI:

«Pela que presentemente recebo de V. Mcê. venho no conhecimento de que tudo quanto tem obrado nesse novo descoberto do Sapucahy tem sido comtudo o acerto e muito principalmente em fazer conservar a posse, que por parte desta Capitania tomou do mesmo descoberto, visto se achar indubitavelmente dentro dos seos lemites, e jurisdiçam, o que se comprova pela copia da Real Ordem, que com esta remetto a V Mcê. na qual foi S. Magestade servido determinar athé onde se devia extender a demarcaçam desta comᶜᵃ. com a das Minas Geraes, em cuja conformide, e observancia tenho por obrigaçam de meu cargo a providenciar e acudir não deixando perder a mais minima pᵗᵉ. do q' me toca, e assim novamente recomendo a V. Mcê. q' a todo custo não consinta q' as justiças das geraes entre nesse descoberto a fazer acto algum, no cazo de quererem neste tornar a introduzirse. Pelo que respeita a devassa em q' me falla escrevo ao Dr. Ouvor. Geral desta Comᶜᵃ., e sobre esta materia seguirá V. Mcê. o que este lh'ordena, e assim nesta como em outra qˡ. qr. q'. se lhe oferecer, fico certo q'. V. Mcê. se ha de haver com prudencia, e acerto. Dᵃ. Gᵉ. a V. Mcê. 17 de julho de 1746.—*D. Luiz Mascarenhas*. Sr. Guarda Mór do novo descoberto de Sapucahy, Francisco Miz. Lustoza.»

Segundo esta carta de Lustosa, o conflicto terminou provisoriamente a 21 de junho com a retirada da camara de São João d'El-Rei á espera da solução que, conforme a judiciosa determinação do governador de Minas, devia ser dada pelo governo de Lisbôa. Ao que parece, houve durante um anno paz no districto até que os animos foram de novo perturbados com a noticia da proxima chegada da esperada resolução, confórme se vê da seguinte correspondencia, já publicada no vol. XI do Archivo, á pag. 912:

« Illmo. Exmo. Sr.—Haverá des dias se me deu a noticia de ser chegada ao Rio de Janeiro numa náu que partiu de Lisbôa na conserva da frota, e logo depois outra, de estar com effeito toda recolhida: cujas novidades acredito pela razão do tempo, que como

este logar fica remoto, tarde se sabe aqui o que já nas mais partes se faz velho. Hontem receby uma carta da Campanha na qual se me pede viva acautellado porque infalivelmente conspiram contra mim os do partido das Minas Geraes por ordem de S. Magestade e suposto não ignoro que V. Exa. teria resposta do conselho sobre os fundamentos com que lhe escreve que a não o fazer este assim, se deve prezumir obrou apaixonado; se me faz preciso dizer a V. Exa. que alguma perplexidade me causa esta contumacia, e necessariamente careço de que V. Exa. me ordene o que hei de obrar ou o como me devo portar nesta materia, no caso que ponhão em execução o seu dezejo; devendo V. Exa. juntamente supor que vivo com uma gente inconstante que invejozos das honras com que V. Exa. me trata receyo, me maquinem o que o meu affecto lhe não merece, porque me sei fazer lembrado das recomendaçons que V. Exa. me fez.

«Fico esperando a certeza de que V. Ex. está asestido da mais perfeita saude. Deos Guarde a V. Ex. muitos annos. Sapucahy 11 de Agosto de 1747.—Criado de V. Ex.—*Francisco Martins Lustoza.*»

A julgar pela seguinte resposta, esta carta acha-se truncada.

«Recebo a carta de V. Mcê. de onze deste mez em que me participa o aviso que se lhe fez da Campanha para viver acautellado a respeito dos moradores das Geraes, por terem estes decizão de S. Mag^e. na prezente frota em que o dito Snr. por ordem Sua adjudicou esse descoberto ao destricto e jurisdiçam daquelle Governo, e os receyos que V. Mcê. tem, de que com armas queirão os das Geraes expulsal-o, servindo de corroborar esta conjectura alguns Dragoens que se achão já na dita Campanha sem se saber o fim a que se dirigio a sua vinda, e o mais que V. Mcê. me expende na sua carta. Porem eu me não posso, nem devo persuadir a que os ditos moradores entrem em algum procedimento, ou esbulho contra V. Mcê. sem ordem pozitiva do seu Governador e que este a não dará para V. Mcê. ser attacado por Dragoens não só porque este meyo he alheyo da razão e contra a mente do Soberano que não quer que os seus vasallos se destruão, ou contendão com armas, mas tambem porque o dito Governador me não tem participado athé o prezente ordem alguma de S. Mag^e. relativa a esta materia cuja participaçam devia preceder a qualquer acto que se ha de obrar contra a posse em que

V. Mcê. se acha por parte deste Governo, e muito mais havendo nelle a ordem de que remetto a V. Mcê. a copia para conferirem os Governadores sobre a divizão das Capitanias por esta mesma paragem. Mas ainda assim cazo que por parte das Geraes se entre com mão armada neste destrito, V. Mcê. de nenhum modo faça rezistencia, e somente fará hum protesto de que se retira pelo acommetterem com armas mostrando ao Official Militar ou Ministro das Geraes a ordem inclusa e requerendo lhe que eu estou pronto para conferir com o Governador das Geraes sebre a diviza das duas Capitanias em observancia desta ordem, ou de me comprometter com elle em pessoas idoneas que a faço; pedindo-lhe juntamente o ordem que tem de S. Mag^e. para o novo incidente dizendo lhes a quer para com ella me dar parte antes de lhe ceder o territorio, e cazo que elles insistão V. Mcê. depois de feito o protesto lhe deixará, vindo, ou mandandome dar parte de que succeder, porque obrandose a absoluta de attacar a V. Mcê. sem se me participarem as ordens de Sua Mag^e. primeiro hei de hir, ou mandar Infanteria desta Praça a sustentar com armas a posse deste Governo, porque he licito repellir huma força com outra. Deos G^e. a V. Mcê. m^tos. annos. Villa e Praça de Santos, 25 de Agosto de 1747.—*Dom Luiz Mascarenhas.*—Snr. Regente e Guarda Mór do descoberto de Sapucahy, Francisco Martins Lustoza.»

Se effectivamente chegou nesta occasião alguma resolução do governo a respeito da questão de limites, esta não era de natureza a renovar o conflicto. A Provisão Regia de 30 de Abril de 1747, que devia ter chegado mais ou menos neste tempo, determinou a divisa pelo Sapucahy; e d. Luiz Mascarenhas, tendo mantido a posse paulista na margem esquerda daquelle rio, nenhuma providencia tinha de tomar a respeito. De outro lado, a camara de S. João d'El-Rei, não encontrando nesta Provisão Régia apoio para as suas pretenções, só tinha de ficar calada ou, quando muito, fazer novas representeções, como é de presumir que fizesse, visto que no anno seguinte o governo de Lisboa expediu outra provisão—a de 24 de Agosto de 1748—abolindo a capitania de S. Paulo e auctorizando Gomes Freire de Andrade a traçar uma nova divisa.

Para a completa elucidação das diversas questões que se prendem a estas duas provisões é necessario conhecer os documentos de

origem mineira, e é muito para desejar que elles algum dia appareçam. No emtanto, ha alguma esperança de poder encontrar as consultas do Conselho Ultramarino que precedeam as duas provisões e neste caso terei de voltar ao assumpto. Já, porém, se póde affirmar que a resolução de extinguir a capitania de S. Paulo não era, como querem alguns escriptores mineiros, uma lembrança do momento destinada principalmente a punir d. Luiz Mascarenhas pela insistencia com que defendia o que elle julgava ser os direitos da sua capitania. Conforme se vê á pagina 253 do volume XXIV do *Archivo*, já em 1738 Gomes Freire de Andrade tinha suggerido uma redistribuição das capitanias do sul do Brazil e o governo tinha desde então o assumpto em consideração. A provisão de 1718 dava preferencia á linha divisoria pelos rios Sapucahy e Grande, defendida por d. Luiz Mascarenhas e estabelecida pela provisão de 1747, e o ex-governador de S. Paulo longe de ser punido recebeu logo uma importante commissão na India.

S. Paulo, 17 de Fevereiro de 1900.

ORVILLE A. DERBY.

Auctoridades coloniaes na raia de São Paulo e Minas Geraes durante o seculo XVIII.

FRANCISCO MARTINS LUSTOSA.—VERISSIMO JOÃO DE CARVALHO.
JERONYMO DIAS RIBEIRO.—VALERIO SANCHES BRANDÃO.

MEMORIA LIDA NA SESSÃO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1901 DO INSTITUTO HISTORICO DE S. PAULO.

Ao preparar a collecção de documentos relativos á questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes, que constitue o volume XI da serie publicada pelo Archivo do Estado, tive occasião de tomar algumas notas a respeito de diversas pessoas que, tomando parte mais ou menos saliente neste conflicto, tiveram notavel influencia sobre uma ou outra phase deste litigio e assim sobre a historia da região litigiosa. Offerecendo estas toscas notas ao Instituto Historico, é meu intuito prestar homenagem á memoria de alguns dos obreiros esquecidos do progresso desta parte do Brazil, na esperança de que alguem que tem accesso a outras fontes de informações possa algum dia completar os traços biographicos aqui ligeiramente esboçados com os dados encontrados no Archivo do Estado sómente.

Nas primeiras phases deste longo conflicto quatro commandantes dos postos avançados de um ou outro lado da linha litigiosa exerceram uma influencia decisiva sobre a marcha dos acontecimentos, assim merecendo que os seus nomes e feitos sejam lembrados na historia. Foram Francisco Martins Lustosa, Verissimo João de Carvalho, Jeronymo Dias Ribeiro e Valerio Sanches Brandão. O primeiro, embora vencido, salvou para S. Paulo o direito de se oppôr á ex-

pansão indefinida de Minas ao oeste do rio Sapucahy, o segundo era um dos factores principaes desta expansão, que teria ido mais longe se não fosse a vigilancia e tenaz resistencia do terceiro e o quarto segurou num momento critico para Minas a posse da região do Jacuhy.

Francisco Martins Lustosa

Este nome apparece pela primeira vez, nos documentos consultados, no auto de ratificação de posse lavrado a 25 de Fevereiro de 1743 pelos officiaes da camara de S. João d'El-Rei, no arraial de Santo Antonio, hoje cidade da Campanha. Tendo havido no anno anterior certa affluencia de mineiros para as novas descobertas de ouro nas campanhas dos rios Verde e Sapucahy, o governador de São Paulo, d. Luiz Mascarenhas, entendendo que estas, ou pelo menos a ultima, pertenciam á sua capitania, tinha nomeado um superintendente, ou intendente commissario, das minas do Sapucahy, na pessoa de Bartholomeu Corrêa Bueno. O apparecimento deste na região levantou a camara de São João d'El-Rei que reclamou a região para a sua comarca e para a capitania de Minas Geraes, motivando assim o referido auto de posse. Entre as assignaturas das pessoas que assistiram ao acto, vem logo em seguida ás dos officiaes da camara a de Francisco Martins Lustosa, donde se pode concluir que era elle um dos mais graduados dos moradores do arraial. Dos documentos consultados nada consta dos seus antecedentes, senão a sua nomeação em 1732 de tabellião na villa de Mogy das Cruzes.

Conforme rezam chronicas paulistas, escriptas uns vinte annos depois (*Archivo*, XI, p 51), o delegado do governador de São Paulo

foi intimado a se retirar incontinenti do districto, passando elle para o outro lado do rio Sapucahy, onde, porém, não se encontra outra referencia a seu nome nos documentos relativos aos acontecimentos subsequentes.

Tres annos mais tarde Lustosa recebeu do governador de S. Paulo a nomeação de guarda-mór da nova descoberta de Santa Anna do Sapucahy, situada ao oeste do rio Sapucahy. Sobre a historia da fundação deste nascente arraial só temos as affirmações da carta dirigida a 23 de Maio de 1746 a d. Luiz Mascarenhas, pela camara de S. João d'El-Rei. Segundo esta carta, a região tinha sido occupada por foragidos da justiça da sua comarca, sendo a descoberta de ouro devida a João Pires Monteiro, capitão do matto e criminoso de morte. Entre estes foragidos achava-se Lustosa, que se tinha tornado o chefe do movimento para a incorporação á capitania de S. Paulo do novo arraial, alcançando para si a nomeação de guarda-mór, sendo o motivo deste procedimento o desejo de escapar aos seus credores.

Logares novos e de jurisdicção duvidosa são sempre pontos predilectos para aventureiros e foragidos e, uns dez annos antes, o arraial do Santo Antonio tinha sido descripto em termos quasi identicos pelo Ouvidor de S. João d'El-Rei. Assim é possivel que as affirmações da camara, embora visivelmente apaixonadas, fôssem verdadeiras. De outro lado, porém, Lustosa e os seus companheiros podiam responder que tendo a propria camara declarado, em 1743, que o seu limite era o rio Sapucahy, nenhuma duvida podia haver sobre a rectidão do seu procedimento denunciando a nova descoberta ao governador de S. Paulo.

Affirma mais a camara (este vol. pag. 221) que no districto da nova descoberta tinha havido repartição das minas feita pelo guarda-mór de Campanha, sendo o proprio Lustosa um dos contemplados, donde parece que a sua mudança de Campanha para Santa Anna teve logar entre 1743 e 1746, mas algum tempo antes do começo dos disturbios. E' provavel que uma vez alli estabelecido tivesse ido a São Paulo conferenciar com o governador e offerecer os seus serviços para o estabelecimento do dominio paulista, recebendo em troco o posto de guarda-mór e a promessa de apoio.

Informada da disposição do governo de São Paulo em firmar os seus direitos na região, a camara de São João d'El-Rei poz-se em campo, mas, ao chegar ao rio Sapucahy, encontrou Lustosa disposto a disputar pelas armas a sua passagem, aliás difficultada pela retirada das canôas que serviam para este fim. Retirando-se para Campanha a camara mandou a d. Luiz Mascarenhas a referida carta e indubitavelmente deu parte do occorrido ao governador de Minas. A resposta do governador de São Paulo era uma declaração categorica do seu proposito de manter a jurisdicção paulista e, no mesmo dia, 8 de Junho, elle escreveu a Lustosa applaudindo o seu procedimento e ordenando-lhe que não consentisse em nenhum acto possessorio por parte da camara e offerecendo-se a ir pessoalmente, caso fôsse necessario, prender os officiaes mineiros que se apresentassem no districto.

Confórme as testemunhas ouvidas em 1789 pelo Ouvidor Velloso e Gama (*Archivo*, XI, pp. 378-395) Lustosa achava-se nesta occasião á testa de uma força de mais de 200 homens armados, inclusive um destacamento de soldados, e manteve-se por alguns mezes em pé de guerra. E' provavel que haja alguma exaggeração nestas noticias, colhidas quarenta annos depois. Confórme elle proprio contou, na sua carta de 25 de Junho, a guerra mal durou um mez e consistiu principalmente em tiros de papel, editaes, devassas, etc., tendo a guarnição dos tres portos do rio lhe custado mais de 2 0 oitavas de ouro. O que houve de mais sério foi a tentativa da parte da camara de preparar uma frotilha de canôas para a passagem do rio, que Lustosa conseguiu frustrar com uma carta, dissuadindo ou amedrontando os carpinteiros encarregados deste serviço. Finalmente, a 21 de Junho, a camara não recebendo o esperado apoio do governador de Minas, Gomes Freire de Andrade, retirou-se deixando a solução do conflicto ao governo de Lisbôa, conforme ordenou este governador.

Pelos documentos conservados, relativos a este conflicto, Lustosa mostrou-se nesta occasião difficil, homem intelligente, energico e prudente. A sua proposta de responder ás devassas da camara, que declaravam criminosos elle e todos os seus companheiros, com uma contra-devassa, era de bastante espirito e mostrava uma confiança em si de poder luctar no terreno da chicana tão bem como no das armas. As suas cartas, das quaes algumas são conservadas no ori-

ginal, têm muito bôa lettra e são bem redigidas, indicando uma cultura intellectual que naquella épocha devia ter sido pouco vulgar nos sertões das duas capitanias.

Durante dois annos a região de Santa Anna doSapucahy ficou em paz e, debaixo do mando de Lustosa, auxiliado, depois do outubro de 1746, por diversos officiaes de uma administração regular annexa á da villa de Mogy das Cruzes, tomou um certo desenvolvimento. Foi construida uma egreja não sómente no arraial como na povoação nova de Ouro Fino, o que não quadra bem com a denominação de «quilombo» que os mineiros da épocha, como a raposa da fabula, applicaram a este districto. Em Agosto de 1747, Lustosa, em carta dirigida a d. Luiz Mascarenhas, mostrou-se apprehensivo sobre boatos que correram a respeito de ordens esperadas de Lisbôa, mas como então nada houve de notavel é de presumir que os boatos eram falsos, ou que as ordens recebidas não eram conforme os desejos da camara de São João d'El-Rei, sendo talvez referentes á provisão regia de 30 de Abril de 1747, que devia ter chegado por este tempo e que provavelmonte era expedida em consequencia do conflicto anterior de 1743, e que, conforme procurei demonstrar no referido volume do Archivo, resolvia o conflicto anterior da campanha do Rio Verde dando o rio Sapucahy como limite das duas capitanias.

A 24 de Agosto de 1748 chegou ao Rio de Janeiro a provisão regia de 9 de Maio do mesmo anno, annexando a capitania do São Paulo á do Rio de Janeiro e auctorizando o governador desta, Gomes Freire de Andrade, a estabelecer os limites com Minas Geraes. A 27 de Maio de 1749 Gomes Freire de Annrade expediu instrucções ao ouvidor da comarca do Rio das Mortes, dr. Thomaz Rubim de Barros Barreto, para a demarcação desta comarca com a de S. Paulo. Mezes depois, a 19 de Setembro, o dr. Thomaz Rubim se apresentou no arraial de Santa Anna do Sapucahy, acompanhado por uma numerosa comititiva de S. João d'El-Rei, inclusive as principaes auctoridades da comarca. Conforme uma versão escripta alguns annos depois, Lustosa, com a gente do arraial, se oppôz á passagem do rio até que Thomaz Rubim, passando sósinho, conseguiu com bôas palavras desarmar a resistencia. Outra versão é que, chamado á Campanha,

Lustosa apresentou-se com uma força armada e recusou assistir á demarcação ou acceitar as compensações que o ouvidor prometteu obter para elle do governador (*Archivo*, XI, pg. 50-55). Nenhuma destas versões parece ser rigorosamente exacta. visto que Gomes Freire de Andrade na ordem de prisão que expediu contra Lustosa (*Archivo*, XI, p. 49) só declara que este tinha desrespeitado a sua auctoridade recusando-se a receber a sua carta e retirando-se com os seus sequazes para o quilombo de Ouro Fino. O informante de Gomes Freire era Thomaz Rubim que, sem duvida, contou a historia a seu modo. O mais provavel é que se passou alguma coisa de caracter puramente pessoal, que o ouvidor por conveniencia propria entendeu não contar. Lustosa ainda no tempo em que tinha o apoio de d. Luiz Mascarenhas teve instrucções para protestar, mas de não fazer resistencia. Tendo-se antes mostrado intelligente e prudente, é pouco provavel que com a mudança radical das circumstancias tivesse procedido de outro modo. Elle devia ter sido prevenido do golpe que lhe estava preparado e muito provavelmente do teôr das instrucções dadas ao ouvidor, as quaes tinham sido mezes antes communicadas ao governador da praça de Santos. Sendo assim, é presumivel que, embora com má vontade, elle se sujeitasse ao inevitavel, mas que se permittiu algumas observações ao ouvidor sobre o modo porque estava executando a sua commissão—apresentando-se armado de penna em Santa Anna do Sapucahy, quando devia ter ido armado de instrumentos geodesicos ao alto da Serra da Mantiqueira—que, offendendo ao amor proprio deste, podiam facilmente ser representadas como desobediencia ao governador.

Seja como fôr, Thomaz Rubim não encontrou resistencia material e recebeu a adhesão á nova ordem das coisas da maior parte da população do arraial, retirando-se Lustosa com os descontentes para Ouro Fino. A 25 de Novembro de 1749 Gomes Freire de Andrade expediu ordem de prisão contra Lustosa, accusando-o não sómente de desobediencia á sua auctoridade como tambem de ter retido algum dinheiro das capitações, sendo esta ultima accusação motivada pela falta de prestação de contas por parte do substituto do intendente que acompanhou o ex-guarda-mór na sua retirada para Ouro Fino. A 29 de Junho do anno seguinte as novas auctoridades de Santa Anna

do Sapucahy tomaram posse da egreja de Ouro Fino, donde se póde presumir que pouco antes desta data Lustosa tinha abandonado o districto, retirando-se, conforme consta, para o sertão de Curitiba.

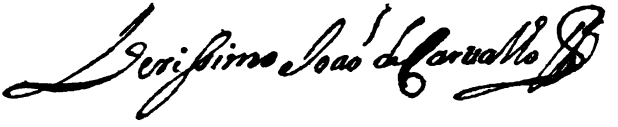
O nome de Lustosa apparece de novo num auto de posse tomada em 1755 pela camara de Curitiba, no sertão do Tibagy (*Archivo*, XXIII, p. 422). O local designado com o nome de Pedra Branca parece ter sido nas visinhanças da actual cidade de Palmeiras. Entre os nomes dos que assignaram, depois dos officiaes da camara, vem em segundo logar o de Francisco Martins Lustosa e adeante o de Antonio Martins Lustosa que deve ser filho do ex-guarda-mór de Santa Anna do Sapucahy. Annos depois, em 1769, estando já restabelecida a capitania de São Paulo, o governador d. Luiz Antonio de Souza mandou explorar os rios Tibagy e Iguassú e os campos de Guarapuava, sendo o tenente-coronel Affonso Botelho de Sampaio e Souza o official encarregado deste serviço. Este, conforme os documentos publicados no volume IV do *Archivo* do Estado, confiou a missão de explorar os campos de Guarapuava a Lustosa que, nos documentos, vem sempre tractado com o seu titulo antigo de guarda-mór. A expedição composta de 18 camaradas partiu a 26 de Julho de 1770 de Carrapato, na estrada nova para o registro do Iguassú e proximo ao rio Guaraúna, donde se póde concluir que Lustosa tinha se estabelecido nestas immediações e que era um dos mais importantes fazendeiros desta região. Não podendo a expedição chegar até os campos, por causa da estação das aguas, foram plantadas tres roças para facilitar a entrada no anno seguinte. Partindo de novo a 7 de Março de 1771, e desta vez com 60 homens, incluindo soldados pagos, Lustosa conseguiu subir a serra da Esperança e sahir nos campos a 21 de Abril. Dahi voltou para o pé da serra da Esperança para plantar roça e esperar o tenente-coronel Affonso Botelho que em Dezembro foi dirigir em pessoa a exploração dos campos, chegando até o rio Jordão, sempre acompanhado pelo antigo guarda-mór.

Dahi por diante não se encontra mais no archivo referencias a Lustosa, sendo, porém, de presumir que deixasse descendencia no Estado do Paraná. Ainda ultimamente estava empregado no serviço do levantamento topographico do Estado de Minas um engenheiro de nome Lustosa, que se póde presumir ser descendente do guarda-mór;

e se assim for, é para notar como curiosa coincidencia que trabalhou na mesma região defendida contra os mineiros por seu antepassado.

Assim, na historia de S. Paulo, Francisco Martins Lustosa representou um papel saliente, prestando relevantes serviços á sua capitania mas, por um capricho da sorte, em territorios que ulteriormente passaram ao dominio de outros Estados. O movimento de Santa Anna do Sapucahy por elle levantado e capitaneado até ser vencido pela intervenção da auctoridade do governo de Lisboa (intervenção esta que na execução foi desviada do seu primitivo intento), teve, por bem ou por mal, effeitos decisivos sobre o desenvolvimento historico da capitania de São Paulo. O effeito mais immediato foi levar o governo a acceitar o alvitre proposto uns dez annos antes por Gomes Freire de Andrade, da supressão da capitania. E' possivel que sem este movimento não se tivesse dado esta suppressão, mas neste caso os mineiros, obtendo pacificamente a desejada posse deste districto, não teriam encontrado barreira alguma para a sua expansão no sertão que é hoje a parte mais rica do Estado de São Paulo, e na redistribuição das capitanias, que era inevitavel, S. Paulo teria sido, talvez, ainda mais sacrificado do que foi em favor das capitanias auriferas de Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, ficando, como Rio de Janeiro, limitado a uma estreita facha junto ao littoral. Ainda que seja attribuido directamente a este movimento o desmembramento da antiga capitania de S. Paulo, a parte tomada nelle por Lustosa era perfeitamente legitima, sendo de accordo com as determinações do governador de S. Paulo, cujo direito era incontestavel até que foi derogado pela execução, contraria ao seu espirito sinão á sua letra, dada á provisão regia de 9 de Maio de 1748, desmembrando a capitania de S. Paulo. O effeito benefico da acção de Lustosa foi o de firmar em S. Paulo a idéa do seu antigo direito pelo Sapucahy que, embora não vencedora, tem sido sempre uma barreira á expansão indefinida de Minas Geraes, que por pouco não se apoderou de todo o valle do Mogy-guassú e Rio Grande.

Verissimo João de Carvalho



Uma outa figura saliente na historia dos limites entre S. Paulo e Minas Geraes é a de Verissimo João de Carvalho, por algum tempo companheiro de Francisco Martins Lustosa na administração do districto de Santa Anna do Sapucahy. O seu nome apparece pela primeira vez nesta historia numa carta escripta ao governador de São Paulo, d. Luiz Mascarenhas, dando noticia da tentativa da camara de São João d'El-Rei de tomar posse do arraial de Santa Anna do Sapucahy e communicando que a camara de Mogy das Cruzes estava disposta a ir em soccorro daquella descoberta e tomar posse della. Dahi se póde concluir que Verissimo João, como era geralmente conhecido, era vereador da camara de Mogy das Cruzes e auctorizado a falar no seu nome.

Depois de passado o periodo agudo do conflicto com a retirada, em fins de Junho, da camara de São João d'El-Rei, d. Luiz Mascarenhas tratou de organizar o governo regular do novo arraial, que foi annexado á villa de Mogy das Cruzes. Nas nomeações de officiaes, feitas a 16 de Julho de 1746, cabia o primeiro logar a Verissimo João de Carvalho, na qualidade de intendente. A 30 de Outubro do mesmo anno foi lavrado um auto de posse do arraial e, no dia seguinte, da margem do rio Sapucahy, em que figuram os nomes dos novos officiaes, sendo de presumir que tivessem chegado poucos dias antes.

Na occasião em que o ouvidor de São João d'El-Rei, dr. Thomaz Rubim, tomou posse da região de Santa Anna do Sapucahy, a 19 de Setembro de 1749, Verissimo João e diversos outros moradores assignaram o auto, achando, sem duvida, que sendo o conflicto terminado por ordem superior não havia motivo para acompanhar o guarda-mór Lustosa no seu protesto platonico, significado pela sua retirada com os seus adherentes do arraial. Sendo o homem mais importante

que ficou no arraial e o representante da antiga administração paulista, é de presumir que as novas auctoridades mineiras tractaram de não o deixar descontente com a mudança e não seria justo censural o por ter acceitado francamente a nova situação.

Desta data em deante as chronicas paulistas fazem poucas referencias a Verissimo João, sendo certo, porém, que elle se tornou uma das maiores, sinão a maior influencia na região conquistada pela capitania de Minas, em cujo archivo devem existir muitas referencias a elle. Consta que a descoberta das minas de Cabo Verde e a fundação do arraial do mesmo nome foram feitas, ou pelo menos promovidas por elle e no mappa do itinerario de Luiz Diogo da Silva, governador de Minas, em 1764, encontra-se o seu nome entre os dos arraiaes de Cabo Verde e Ouro Fino, nas immediações do Rio Pardo, onde é de presumir que tinha estabelecido a sua residencia. Cabo Verde era nesta epocha uma povoação quasi perdida no meio de um vasto sertão, estando, conforme diz o governador, quasi tapada a picada pela qual se tinha feito a primeira entrada pelo lado de Ouro Fino. E' de presumir que na occasião da passagem do governador fosse dada uma administração regular debaixo da direcção de Verissimo João, visto que annos depois elle era commandante do districto, apesar de morar muitas leguas distante e mais proximo de Ouro Fino do que de Cabo Verde.

Em 1778 o commandante do registro paulista Jeronymo Dias Ribeiro attribuiu as tentativas de avançar a fronteira por parte dos mineiros ás instigações de Verissimo João, a quem dava o titulo de capitão. Annos depois, o mesmo commandante referiu que Verissimo João tinha estabelecido uma tranqueira numa cabeceira do rio Pardo, proximo á estrada de Ouro Fino a Cabo Verde e que veiu lhe mostrar uma ordem recebida do governador de Minas de não permittir aos paulistas avançar um só palmo nem os mineiros uma só pollegada adeante da dita tranqueira. Esta curiosa ordem foi dada por d. Antonio de Noronha, e, ao que parece, foi lealmente executada por Verissimo João até a sua morte, que parece ter sido antes de 1785, quando os disturbios começaram de novo. Em carta de 23 de Novembro de 1788 Jeronymo Dias Ribeiro refere que Verissimo João já era fallecido.

Como assistente da demarcação de Thomaz Rubim, Verissimo João era considerado pelos mineiros como auctoridade no assumpto de divisas e a interpretação por elle dada aos termos equivocos do auto de 19 de Setembro de 1749 parece ter sido por muitos annos acceita por elles como a verdadeira e ter determinado os esforços que fizeram na manutenção do que julgaram ser o seu direito. A descripção da linha entre o Morro do Lopo e o Rio Grande «acompanhando por um lado a estrada de Goyaz», prestou-se a uma infinidade de traçados por estarem vagos o modo de acompanhar a dita estrada, o ponto de encontrar com ella e o modo de ligar este ponto com o Morro do Lopo. Conforme um documento de 1771 (nesta *Revista*, vol. III, pag. 271) Verissimo João dava a divisa como indo em linha recta do Morro do Lopo até um ponto da estrada de Goyaz, situado duas leguas ao norte da villa de Mogy-guassú e dahi seguindo pela mesma estrada até o Rio Grande. E' evidente a intenção de designar como ponto de encontro com a estrada o registro paulista de Itapeva, collocado de tres a quatro leguas ao norte da villa de Mogy-guassú. Como pela redacção do auto de Thomaz Rubim o ponto de intersecção podia ter sido escolhido muito mais perto da cidade de S. Paulo, é evidente a intenção por parte do auctor deste plano de divisão de respeitar a posse paulista da estrada até onde esta posse fôsse assignalada por um estabelecimento official. Assim, é justo reconhecer que, ao projectar este traçado para a divisa, Verissimo João revelou um certo espirito de justiça, bem como uma alta dóse de bom senso no modo de ligar o Morro do Lopo com o ponto escolhido por meio de uma linha recta. Certo é que em toda a longa contraversia não se encontra outra definição clara do limite que os mineiros pretenderam nesta paragem, e embora não conseguissem chegar até esta linha na sua totalidade, devem a Verissimo João de Carvalho grande parte do territorio em que firmaram a sua posse effectiva. Pelos mineiros elle deve ser considerado como um benemerito, e pelos paulistas um adversario feito pela força de circumstancias alheias á sua vontade, o qual, embora contribuindo poderosamente para reduzir o territorio da sua antiga capitania, parece ter procedido sempre com lealdade e boa fé.

Jeronymo Dias Ribeiro

Quando em Julho de 1765 d. Luiz Antonio de Souza tomou posse do governo da capitania de São Paulo, restabelecida depois de ter estado por 16 annos reduzida á categoria de uma comarca da capitania do Rio de Janeiro, elle achou aberto um novo conflicto com Minas Geraes a respeito de minas de ouro descobertas na região do Rio Pardo, no districto das actuas cidades de Caconde e Mococa e partes adjacentes do Estado de Minas. A carta communicando a descoberta e a disposição das auctoridades mineiras de tomar posse della foi dirigida ao commandante da praça de Santos, em data de 20 de Agosto, pelo sargento Jeronymo Dias Ribeiro, commandante do registro de Itapeva, proximo á villa de Mogy-guassú. Desta data em deante até, 1807 encontra-se este nome nos documentos relativos aos limites e, conforme a sua propria declaração, o portador delle já em 1765 tinha passado longos annos na guarda e defesa da fronteira da capitania de São Paulo.

Num inquerito feito em 1789, Jeronymo Dias Ribeiro declarou que era natural da freguezia de Cotia e que tinha então 62 annos, pouco mais ou menos. Declarou mais que tinha estado com Francisco Martins Lusiosa no conflicto de Santa Anna do Sapucahy (em 1746 quando devia ter estado com 19 annos de edade) e que estava commandando, havendo chegado ha pouco, o destacamento de Jacuhy, quando, em 1764, o governador de Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva tomou posse daquelle arraial. Ao que parece, Jacuhy era o ponto avançado do systema de fiscalização das estradas, mantido pela então comarca de São Paulo e depois da occupação deste ponto pelo governador de Minas o registro foi recuado para Itapeva, poucas leguas

adeante da villa de Mogy-guassú e proximo á actual estação de Matto Sêcco, na estrada de ferro Mogyana. Alli estava no anno seguinte o sargento Jeronymo Dias Ribeiro, donde communicou ao commandante da praça de Santos uma nova descoberta de ouro na região do Rio Pardo, lembrando a conveniencia de medidas urgentes a fim de assugurar a posse para São Paulo, em cujo territorio estava.

Sendo esta noticia transmittida a D. Luiz Antonio de Souza, recemchegado governador da capitania restaurada de S. Paulo, um dos seus primeiros actos foi mandar o capitão Ignacio da Silva Costa ao novo districto, onde foi efficientemente auxiliado por Jeronymo Dias na solução da questão, que foi resolvida pacificamente pela retirada dos faiscadores e a interdicção do districto pelo governador de S. Paulo, que pela sua promptidão de acção, antecipou a posse que as auctoridades mineiras tencionavam tomar das novas minas. Seguiu-se uma longa correspondencia entre os governadores das duas capitanias a respeito da posse deste districto até que afinal, em principios do anno 1766, foi convencionada uma especie de convenio de *statu quo* ficando provisoriamente sujeita á jurisdicção de S. Paulo a região que, durante alguns annos, permanecia em paz.

Em 1770 parece ter havido accusações de extravios de dinheiro contra Jeronymo Dias visto ter o governador expedido ordens de o prender e para o sequestro dos seus bens. Devia ter sido accusação falsa da qual elle se justificou, visto que no anno seguinte, estava outra vez em serviço tomando parte nos conflictos dos annos de 1771 a 1773. Nesta occasião um destacamento mineiro veiu pôr marco e estabelecer registro nas margens do Rio Pardo, no districto da actual cidade de Mocóca, e passando o rio chegou até perto da actual cidade de Casa Branca. Durante o periodo agudo desta questão houve um official superior em commando por parte de São Paulo, mas acabada a lucta (sem notavel modificação das posições primitivas) Jeronymo Dias voltou a commandar o registro, que tinha sido removido para o centro do districto questionado.

Por titulo de 23 de Março de 1774 D. Luiz Antonio de Souza, estando a organizar um contingente de tropas para mandar ao Rio Grande do Sul e sentindo falta de officiaes subalternos, promoveu Jeronymo Dias ao posto de alferes, mas sem os vencimentos do

posto, dando assim uma prova de apreciação dos seus serviços na defesa da fronteira. Parece, porém, que não seguiu para o Rio Grande do Sul visto que, em Agosto do mesmo anno, teve ordem de repartir as datas do descoberto do Rio Pardo, cujas minas eram então desimpedidas.

E' para notar que o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, que cancellou muitas das nomeações do seu antecessor, sempre se dirigiu ao «commandante do registro», evitando assim dar a Jeronymo Dias o titulo militar de alferes ou de sargento.

Em 1775 Jeronymo Dias Ribeiro estava em commando de um registro que elle denominava «Descoberto de Nossa Senhora do Bom Successo das cabeceiras do Rio Pardo» mas, que pelo governador era chamado indifferentemente «Registro de Caconde» ou «Registro do Rio Pardo». O antigo registro de Itapeva tinha sido mudado em Maio de 1772 para o lado norte do Rio Pardo e, ao que parece, nas margens do ribeirão das Canôas na vizinhança da actual cidade de Mocóca. De 1780 em deante o registro, talvez depois de uma outra mudança, ficou definitivamente com o nome de São Matheus, sendo a sua posição nas immediações da actual cidade de Caconde. Alli Jeronymo Dias teve de se oppôr durante algum tempo ás tentativas de avançar a fronteira, feitas pelo povo de Cabo Verde capitaneado por Verissimo João de Carvalho, até que, em 1778, este, em obediencia á ordem de d. Antonio de Noronha, governador de Minas, estabeleceu uma tranqueira num affluente do Rio Pardo que parece ser nas immediações da actual cidade de Caldas, com ordem de não permittir aos paulistas avançar um só palmo para deante e, da sua parte, de não avançar uma só pollegada.

Em 1781 foi descoberto ouro no proprio Rio Pardo e no ribeirão Bom Jesus acima do registro de S. Matheus, sendo a repartição das datas feita por Jeronymo Dias Ribeiro, sem notavel opposição por parte dos mineiros. Mais ou menos nesta epocha foram estabelecidas algumas fazendas de criar nos campos dos Poços de Caldas na estrada que da villa de Mogy-guassú ia ao registro de S. Matheus e em sesmarias concedidas pelo governo de S. Paulo. Estas minas e fazendas tornaram-se objecto da cobiça dos povos de Cabo Verde e Ouro Fino, e em 1785, presumivelmente depois da morte de Verissi-

mo João de Carvalho, houve uma tentativa de tomar posse dellas que foi frustrada pela vigilancia de Jeronymo Dias. Renovada esta tentativa em 1787, na occasião de uma interinidade no governo de S. Paulo, a denuncia do commandante do registro não foi attendida com promptidão pelo então governador, e os mineiros conseguiram se estabelecer durante alguns mezes nos campos dos Poços de Caldas, mas, ao que parece, tiveram no anno seguinte de se retirar ou de se submetter á jurisdicção de S. Paulo. Resultou deste movimento a abertura de uma nova estrada para Cabo Verde e Jacuhy que reduziu muito a importancia da que passava no registro de S. Matheus, do qual dahi em deante ha poucas noticias além das da falta quasi absoluta de trafico na estrada. Continuava o velho Jeronymo Dias Ribeiro no commando e ainda em 1807 elle dava com a costumada promptidão noticia de um projectado movimento que não teve consequencias, pedindo ao mesmo tempo exoneração do cargo por causa da sua edade avançada, sendo esta concedida a 21 de Agosto do mesmo anno. Desta data em deante não existe no archivo mais noticia sua e estando então com 82 annos de edade é de presumir que a sua vida laboriosa e util se extinguisse logo depois.

Ao sargento Jeronymo Dias Ribeiro, São Paulo deve quarenta e tres annos de vigilante actividade na sua fronteira do Mogy-guassú para deante, e justamente na epocha mais critica para a defesa do limite que lhe tinha sido deixado durante o periodo da suspensão do seu governo independente. Felizmente nesta epocha os governadores paulistas eram vigilantes e tenazes na defesa dos direitos de sua capitania e foram auxiliados por subordinados do quilate de Jeronymo Dias Ribeiro. Este velho servidor da capitania de São Paulo teve a satisfacção de fechar os olhos deixando a parte da fronteira confiada á sua guarda essencialmente nas mesmas condições em que estava quando elle primeiramente appareceu nesta historia como commandante, em 1765, do registro de Itapeva. Si nesta epocha elle e os seus companheiros de lucta tivessem sido menos activos e vigilantes ou os governadores menos promptos e firmes nas providencias reclamadas, os mineiros se teriam infallivelmente estabelecido na antiga estrada de Goyaz, e S. Paulo teria perdido os importantes districtos de Casa Branca, S. José do Rio Pardo, Mocóca, Caconde, Cajurú, São Simão, Ribeirão Preto, Batataes e Franca.

Apesar do seu posto humilde e da sua vida, desde muito moço, de soldado Jeronymo Dias Ribeiro parece ter tido instrucção regular para aquelle tempo, escrevendo com bôa lettra e redacção soffrivel as suas communicações ao governo.

Valerio Sanches Brandão.

Durante os conflictos na região do Rio Pardo, em 1771 e 1772, brevemente referidos na nota precedente sobre Jeronymo Dias Ribeiro, o commandante do destacamento mineiro no arraial de Jacuhy era o alferes Valerio Sanches Brandão, com quem se deu um incidente, escassamente documentado, que revela um interessante episodio da historia local desta parte da fronteira entre as duas capitanias de S. Paulo e Minas-Geraes.

Este official, preso por ordem do conde de Valladares, governador de Minas, fez uma longa representação ao governo de Lisbôa pedindo soltura e sendo esta representação remettida, em 1774, a d. Luiz Antonio de Souza, governador de S. Paulo, para informar, ella ficou registrada no archivo de S. Paulo. Com este documento, combinado com os factos já conhecidos do conflicto, pode-se restaurar nos seus traços geraes a historia de uma tentativa de revolta em Minas que, si não fosse frustrada pelo então commandante do arraial, muito podia ter influido na historia subsequente das duas capitanias.

Neste tempo, conforme se vê pelo escripto estampado na *Revista* do Instituto Historico, em 1852, do desembargador José João Teixeira Coelho, que era então magistrado em Villa Rica e conselheiro do governador da Capitania, era officialmente acceita em Minas a interpretação dada por Verissimo João de Carvalho á demarcação de Thomaz Rubim, isto é, que o limite devia alçançar a estrada de São Paulo a Goyaz no registro paulista de Itapeva e acompanhar esta estrada até o Rio Grande. Para alcançar esta divisa o conde de Valladares, rompendo o convenio de *statu quo*, estabelecido em 1767 com o seu antecessor, deu ordem ao commandante de Jacuhy para estabelecer uma guarda e um registro na margem do Rio Pardo. Na execução desta ordem o alferes Brandão mandou, em Setembro de 1771, uma guarda de soldados á passagem do Rio Pardo, na estrada

para Jacuhy, no sitio denominado do «Bezerra» que parece ser no districto da actual cidade de Mocóca. Esta guarda, passando o rio, começou a rondar a estrada de Goyaz até proximo ao sitio, hoje cidade, de Casa Branca. O governador de São Paulo reforçou as suas guardas nesta paragem e, emquanto aguardava resposta ao protesto dirigido ao governador de Minas, parece ter dado ordem de não permittir aos geralistas, como então se chamavam os mineiros, passarem o Rio Pardo, mas a deixar em paz as suas guardas na margem direita daquelle rio.

Em Janeiro de 1772 o conde de Valladares, em nome da junta da fazenda de Villa Rica, mandou de novo estabelecer a guarda e registro no Rio Pardo e de cobrar desde o 1 de Janeiro os direitos de entrada que até então tinham sido pagos no registro de São Paulo. No começo de execução da ultima parte desta ordem deu-se um incidente que bem demonstra o estado dos animos por ella produzido. Em principios de Fevereiro, estando em Jacuhy o cobrador dos impostos por parte de São Paulo, José Pinto Gomes de Almeida, chegaram dois negociantes que já tinham pago os direitos em Mogyguassú. Sendo-lhes exigido o pagamento de novos direitos o cobrador protestou e entrando a discutir com o commandante, este o ameaçou de morte e mandou prendel-o no tronco.

Com admiravel teimosia o cobrador escreveu uma carta datada de «Prisão de Tronco de Jacuhy» contando os acontecimentos e declarando que pretendia não sahir do tronco «ainda que me queiram soltar» até que fossem dadas as providencias que reclamava.

A cobrança de direitos duplicados produziu em Jacuhy um movimento de revolta contra o dominio mineiro que, estabelecido havia uns sete annos apenas, não estava, ao que parece, ainda bem consolidado por ser o arraial de origem paulista e ter as suas relações commerciaes exclusivamente com a praça de São Paulo. Conta o alferes Brandão, na sua petição de graça, que animada por boatos da intenção dos paulistas de vir tomar posse do proprio arraial, grande parte da sua população, capitaneada por algumas auctoridades locaes, se declarou francamente em favor da passagem do districto para a capitania de São Paulo. A 23 de Maio de 1772 d. Luiz Antonio de Souza deu ordem de remover o registro de Itapeva para a margem do Rio Pardo

na passagem da estrada de Goyaz ou, si fosse mais conveniente, para um ribeirão na estrada de Jacuhy, o qual parece ser o ribeirão das Canôas, nas proximidades da actual cidade de Mocóca. Ao que parece foi este ultimo o ponto escolhido, sendo provavelmente este o registro que por algum tempo foi conhecido com o nome de Nossa Senhora do Bom Successo e que em 1780 foi removido para o ribeirão de São Matheus. Na mesma occasião o governador de São Paulo dirigiu um energico protesto ao commandante de Jacuhy, remettendo-o por um soldado de Minas, que tinha sido preso por Jeronymo Dias Ribeiro por tentar estabelecer um registro mineiro na margem do rio Pardo.

A noticia deste protesto e do estabelecimento do novo registro paulista produziu, como era natural, grande sensação em Jacuhy e espalhou-se o boato falso de que os paulistas tencionavam vir com força apoderar-se do proprio arraial. Em vista deste boato os descontentes de Jacuhy se prepararam para o levante, mas por um acto de energia, prendendo as cabeças da revolta inclusive o juiz da terra e o almotacel, o commandante Brandão conseguiu dominar o movimento. Alguns mezes depois, em Outubro ou Novembro, cessou o conflicto, provavelmente por desanimo por parte do governo de Minas, demasiado distante para lidar com a necessaria força e promptidão contra a energia e prudencia de d. Luiz Antonio de Souza.

Em consequencia destes acontecimentos o alferes Valerio Sanches Brandão foi punido com prisão e confisco dos bens, ostensivamente por abuso de auctoridade em prender auctoridades de Jacuhy, mas provavelmente, como elle insinua na sua petição, por não ter conseguido executar o plano de avançar a fronteira até o Rio Pardo e a estrada de Goyaz. Não era usual naquelle tempo punir com tanta severidade os abusos de auctoridade e si a resistencia da parte de S. Paulo tivesse sido menos forte e tenaz, é quasi certo que os presos de Jacuhy teriam em vão reclamado justiça. O alferes Brandão foi vencido por força superior na execução das ordens que lhe foram transmittidas, mas na sua fé de officio devia ter sido reconhecido o importante serviço de ter firmado, numa occasião critica, a jurisdicção de Minas nos districtos de Jacuhy e Cabo Verde.

Conforme as informações graciosamente prestadas pelo Dr. Julio Brandão, Inspector Agricola da parte actualmente paulista da região então em litigio, o Alferes Valerio Sanches pertencia á importante familia Brandão, que até hoje tem sido sempre uma das mais influentes na região sul-mineira e que desde os acontecimentos do Jacuhy, aqui referidos, tem sempre representado papel saliente em questões de divisas. No Archivo Publico Mineiro e em poder dos actuaes representantes da familia devem existir muitos documentos referentes a este personagem.

ORVILLE A. DERBY.

Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes.

Nas escassas referencias e tradições relativas ás primeiras explorações, ou *entradas*, effectuadas durante quasi seculo e meio no vasto sertão que hoje constitue o Estado de Minas Geraes, das quaes se tem conservado noticia, vem quasi sempre uma sobre descobrimentos de metaes ou pedras preciosas. Em parte imaginarios, em parte verdadeiros, estes descobrimentos não lograram o effeito de chamar para o territorio em questão nenhum morador permanente até que, nos ultimos annos do seculo XVII, descobriram-se as ricas jazidas de ouro dos corregos da vizinhança da actual cidade de Ouro Preto. Houve então uma deslocação da população, ou na phrase ingleza, um *rush*, que, —guardadas as relações do tempo, de facilidade de communicações e de outras circumstancias,— foi talvez mais notavel do que os do seculo presente provocados pelos descobrimentos de ouro na California, na Australia e no Transvaal. Uma vez dado o primeiro impulso, o vasto planalto mineiro ficou dentro de muito poucos annos desbravado e povoado. Uns trinta annos depois veiu o descobrimento dos diamantes completar a realização dos sonhos dos primeiros exploradores, bem que na forma de ouro e diamantes em vez de prata e esmeraldas com que durante quasi dois seculos se sonhava.

Antes de considerar detalhadamente este notavel acontecimento, que tanto influiu na historia do Brazil, convem estudar rapidamente e á luz dos documentos até hoje conhecidos as entradas que o precederam.

A primeira entrada de que se tem conservado noticia foi organisada, em 1552 ou 1553, pelo governador Thomé de Souza e commandada, conforme as investigações do sr. Capistrano de Abreu (*«Ephemerides Mineiras»*, vol. I, pag. 372), por Francisco Bruza de

Spinosa. E' mesmo de presumir que esta entrada fôsse a primeira de todas, a não ser que penetrasse, como é muito provavel, no territorio mineiro a mal conhecida expedição mandada do Rio de Janeiro por Martim Affonso em 1531. O motivo para esta expedição, dado por documentos contemporaneos citados pelo historiador Varnhagen (*Historia do Brasil*, 1.ª ed. vol. I, pag. 215), era a vaga esperança de alcançar uma região mineral em prolongamento da do Perú, vagas noticias dos indios sobre a existencia de ouro (que os ditos indios não conheciam) (1) e informações positivas sobre jazidas de pedras verdes que os indios tinham em alta estimação e que aos portuguezes pareceram ser esmeraldas. Acompanhou a expedição o padre jesuita João de Aspilcueta Navarro que, numa carta datada de Porto Seguro em 24 de junho de 1555, dá as unicas informações até hoje conhecidas a respeito della. Da carta do Padre Navarro apontamos as partes seguintes essenciaes para o presente estudo (2).

«Carissimos irmãos: Passa de anno e meio que por mandado do nosso P. Manoel de Nobrega ando em companhia de doze homens christãos, que por mandado do capitão entrarão pela terra dentro a descobrir se havia alguma nação de mais qualidade, ou se havia na terra cousa porque viessem mais christãos a povoal-a, o que summamente importa para a conversão destes gentios. Esta não é senão

(1) E' de presumir que antes como depois desta epocha os indios tivessem dado informações a respeito de ouro, prata e outras cousas avidamente procuradas pelos europeos, mas em respostas suggestionadas pelas proprias perguntas. Exemplo frisante destas respostas suggestionadas é a tão falada carta de 20 de Julho de 1550 em que Felippe Guelhem conta ingenuamente que os indios depois de confirmarem a existencia de pedras amarellas (ouro na imaginação dos ouvintes) acrescentaram por sua conta o detalhe que se costumava fazer dessas pedras gamellas para dar a comer aos porcos! Os indios do Brazil conheciam e trabalhavam admiravelmente em pedras coloridas por elles consideradas como preciosas, mas nada indica que tivessem qualquer conhecimento dos metaes. Com o argumento plausivel, mas fallaz, enunciado por Thomé de Souza que «esta terra e Perú é toda uma» os Portuguezes difficilmente se convenceram de que não existiam no seu territorio tribus com riquezas accumuladas, como os Incas, para serem saqueados, e uma vez desenganados a este respeito ainda mais difficilmente se convenceram de que a riqueza argentifera do Perú não se estendia ao Brazil.

(2) A carta vem estampada por extenso na primeira edição da *Historia do Brasil* (vol. I, pag. 460) de Varnhagem e na collecção das cartas jesuiticas avulsas de 1549-1568 cuja publicação foi começada em 1887 por Valle Cabral e Capistrano de Abreu.

para lhes dar conta como depois do tempo que disse voltei com todos os doze companheiros, pela graça do Senhor, salvos e em paz que era o para que o padre me enviara com elles.

«Dar-lhes conta do caminho em particular, seria nunca acabar; mas como sei que com isso lhes vou dar consolação, direi em geral alguma cousa do que passamos e vimos. Saberão, irmãos carissimos, que entramos pela terra dentro 350 leguas, sempre por caminhos pouco descubertos, por serras mui fragosas que não tem conta, e tantos rios que em parte no espaço de quatro ou cinco leguas passamos cincoenta vezes contadas por agua, e muitas vezes se me não soccorreram me houvera afogado. Mais de tres mezes fomos por terras mui humidas e frias por causa das muitas arvores mui grossas e altas, de folha que sempre está verde. Chovia muitas vezes; e muitas noites dormiamos molhados, especialmente em logares despovoados; assim todos em cuja companhia eu ia, estiveram quasi a morte de enfermidades, uns nas aldeias, outros em despovoados, e sem ter outra medicina que sangrar-se de pé, forçando a necessidade a caminhar: e sem ter outro mantimento as mais das vezes que farinha e agua, não perigou nenhum; porque nos soccorreu N. S. com sua misericordia, livrando-nos tambem de muitos perigos de indios contrarios que muitas vezes determinavam matar-nos; principalmente em uma aldeia grande onde estavam seus feiticeiros fazendo feitiçarias, aos quaes, porque andam de uma parte para outra, fazem os indios grandes recebimentos, concertando os caminhos por onde hão-de vir e fazendo grandes festas de comer e beber.

. . . . . .

«No outro dia nós fomos e passamos muitos despovoados especialmente um de vinte e tres jornadas por entre uns indios que chamam Tapuyas, que é uma geração de indios bestial e feroz; por que andam pelos bosques, como manadas de veados, nus, com os cabellos compridos como mulheres; a sua fala é mui barbara e elles mui carniceiros; trazem frechas ervadas e dão cabo de um homem num momento. Para passar entre elles juntamos muitos dos que estão em paz comnosco, e passamos com espias adiante com grande perigo.

. . . . . .

«Os dias aqui eram calorosos e as noites frias, as quaes passavamos sem mais cobertura que a do céo. Neste ermo passamos uma

serra mui grande, que corre do norte para o meio-dia e nella achamos rochas mui altas de pedra marmore Desta serra nascem muitos rios caudaes; dois delles passamos que vão sahir ao mar entre Porto Seguro e os Ilhéos; chama-se um Rio Grande, e o outro Rio das Orinas. Daqui fomos dar com uma nação de gentios que se chama «Cáthiguçú». Dahi partimos e fomos até um rio mui caudal por nome «Pará», que segundo os indios nos informaram é o rio de S. Francisco, e é mui largo. Da parte donde estavamos são os indios que deixei; da outra se chamam Tamoyos, inimigos delles; e por todas as outras partes Tapuyas. Vendo-nos pois neste aperto, pareceu a todos que ordenassemos barcos em que fossemos pelo rio; e assim começou cada um fazer o que entendia porque não tinhamos carpinteiros; e assim nos assentamos em uma aldeia junto da qual passa um rio por nome «Monayl», que vai dar no outro, e isto para sermos sentidos dos contrarios que estariam dahi tres leguas. Corremos mui grão perigo, porque os Indios que estão da outra banda do rio souberam de nós, e passaram de nos impedir a viagem; e foo perigo tão grande que me metti na hermida, e me puz diante de um Crucifixo, que levava commigo. Foi N. Snr. servido que ainda que alguns foram mal tratados, nenhum perigou, e eu os curava com mel silvestre e os Indios foram mal tratados; pelo que nos embarcamos com muito cuidado, e fomos pelo rio abaixo; mas não podemos continuar a navegação e assim foi necessario tomar conselho de novo acerca de nosso caminho por ser toda a terra povoada em derredor de diversimas gerações de Indios mui barbaros e crueis. As terras que cercam este rio em trinta leguas ou mais são mui planas e formosas. Sahidos do Rio fizemos nosso caminho por terra volvendo-nos.»

Conforme os proprios termos desta narrativa, a expedição foi guida por indios Tupiniquins do littoral e seguiu por caminhos já existentes ligando as aldeias destes indios, ou dos seus parentes e alliados, de cujo territorio se sahiu numa travessia de vinte tres dias. Com esta indicação tão positiva podemos tomar como extremamente provavel, se não absolutamente certo, que, em regra geral foram feitas as primeiras entradas no sertão por caminhos preexistentes, de modo que o roteiro de uma, uma vez conhecido, podia ser aproveitado para esclarecer os pontos obscuros das outras. Com esta consideração em

vista e, acceitando como certas a identificação dos rios Grande (Jequitinhonha) e Pará (S. Francisco) é possivel reconstruir de modo relativamente satisfactorio o itinerario desta entrada.

O districto das pedras verdes, como se sabe pelas explorações subsequentes, é na lombada entre os valles dos rios Doce e Jequitinhonha e especialmente na região em redor das cabeceiras dos rios Mucury e Cricaré (São Matheus). Sabe-se tambem pelas explorações referidas adeante que para alcançar esta região do littoral havia pelo menos dois caminhos de indios, um pelo valle do rio das Caravellas, seguido por Adorno, e outro pelo do rio Cricaré pelo qual voltou a expedição de Martim Carvalho. E' provavel que houvesse tambem outros caminhos pelos outros valles que neste trecho da Serra do Mar descem para a costa, entre os quaes o do rio Mucury offerece a garganta mais favoravel, hoje aproveitada pela estrada de ferro Bahia e Minas. E' tambem possivel que, como na viação moderna, a entrada pela barra do rio das Caravellas fosse para ganhar esta garganta. Na hypothese de serem os dois caminhos conhecidos os unicos então existentes, é mais provavel que o seguido pela expedição fosse pelo rio das Caravellas, não sómente por mais proximo ao ponto da partida, Porto Seguro, como tambem por ser presumivelmente mais seguro, visto que o caminho pelo Cricaré acompanhava o limite entre os Tupinaquins e uma outra nação, a Guaitacá.

Uma vez no planalto, provavelmente no districto da actual cidade de Philadelphia, e fora do matto da Serra do Mar e das suas immediações, a expedição parece ter continuado pela região campestre ao sul do rio Jequitinhonha até encontrar a Serra do Espinhaço, na secção que depois ficou conhecida pelo nome de Serra do Frio, que se diz ser traducção do nome indigena, Hyvituray ou Ibitutuy (*Ibitiroig Ibitirohy*), á qual talvez se refira á observação do padre Navarro sobre as noites frias.

Foi talvez nesta travessia que se encontrou o territorio dos indios hostis. Tapuyas. A referida secção da Serra do Espinhaço corre, conforme a descripção, de norte para sul e é caracterizada por picos de quarzito branco que facilmente se confunde com marmore. Dos dois rios que correm desta serra um foi identificado, e é provavel que correctamente, com o Rio Grande ou Jequitinhonha, e neste caso

o outro denominado Rio das Urinas não pode ser senão o Araseuahy em cujas margens Sebastião Tourinho encontrou depois uma aldeia de Tupinaquins. A donomin ção de «caudaes», dada a estes rios nos pontos em que foram atravessados indica as immediações da actual cidade de Minas Novas, ou pelo menos um ponto de passagem bastante para o norte da actual cidade de Diamantina, em cujo districto o nome do rio Caethé-mirim talvez conserve a tradição da tribu Cáthigusú (Caethé-guassú ?).

Estando ao norte do Jequitinhonha é de presumir que a expedição seguisse pelo valle do Itacambira e por elle alcançasse o alto da Serra do Espinhaço, donde desceu para a margem do S. Francisco. Esta hyhothese acha, de certo modo, confirmacão na derrota de Fernão Dias Paes Leme que, mais de um seculo depois, subiu ao norte até o Itacambira para voltar ao sul até o Itamarandiba, apparentemente no intuito de ganhar este mesmo caminho antigo dos Tupinaquins. Si, como é provavel, foi por ahi o roteiro da expedição de 1553, o ponto alcançado no rio S. Francisco deve ser a barra do algum rio maior, fronteiro a esta secção da Serra do Espinhaço, isto é, o rio Jequetahy ou o rio das Velhas (1) que servia de fronteira entre os Tupinaquins, ou seus alliados, e os Tapuyas, tendo de outro lado do S. Francisco os Tamoyos ou Tupinambás, ahi conhecidos pelo nome de Amoipuios, isto é, os de outro lado. Com esta supposição combina, de algum modo, o facto de ter a expedição de 1602 de S. Paulo encontrado indios hostis na região do rio das Velhas e proximo ao rio S. Francisco.

---

1 O mappa de Coronelli de 1688 representa dois affluentes orientaes do S. Francisco com os nomes de *Geta Caig e Guibuig*, que se pode presumir serem Jequetahy e Guaicuhy (Rio das Velhas). O mais oriental destes rios figura sem nome no mappa de Sanson de 1650. Dahi se pode concluir que o valle do rio Jequetahy representava papel importante na viação primitiva do sertão do São Francisco e de facto este valle dá o accesso mais facil ao São Francisco a partir da secção da Serra do Espinhaço cruzada pela antiga estrada indigena. A supposição, baseada nos mappas de Sanson e Coronelli, de ter sido o Jequetahy conhecido e frequentado pelos europeus antes do Rio das Velhas está de accôrdo com a affirmação do padre Navarro de na barra do seu rio «Monayl» haver indios amigos dos Tupinaquins e outros hostis por toda a visinhança.

Desta expedição não se encontrou noticia alguma a respeito de descobrimentos mineraes; entretanto, é de presumir que trouxesse alguma indicação que servisse de base para as outras entradas que se lhe seguiram com curto prazo de tempo.

Poucos annos depois desta expedição, em 1550 conforme a inscripção no tumulo de Braz Cubas, referida por Fr. Gaspar, se descobriu ouro no districto da villa de S. Paulo, mas, ao que parece, este facto pouca influencia teve no desenvolvimento da colonia.

Alguns annos depois houve outra expedição, em epocha incerta mas, provavelmente, anterior a 1570. Desta dá noticia o escriptor Pero de Magalhães, no seu *Tractado da Terra do Brazil*, offerecido ao principe Henrique, provavelmente em 1570, e publicado em 1825 na *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*. Conforme declaração do auctor, foi offerecido, poucos dias antes, ao rei um outro escripto sobre o Brazil que provavelmente era este mesmo trabalho com a falta do capitulo abaixo transcripto, que se declara ter sido accrescentado no ultimo momento á cópia destinada ao principe. Pouco tempo depois, em 1576, Pero de Magalhães, accrescentando ao seu nome o epitheto de «Gandavo» (natural de Gand) pelo qual é geralmente conhecido, publicou com o titulo de *Historia da provincia de Santa Cruz: a que vulgarmente chamamos Brazil* uma obra que é essencialmente uma edição do seu tratado, destinada ao publico e redigida com mais desenvolvimento e pretenções litterarias, mas cuidadosamente mutilada de tudo que tinha caracter de dados estatisticos, inclusive o capitulo sobre descobrimento de minas.

Este capitulo do «tractado» é o seguinte:

«A esta capitania de Porto Seguro, chegaram certos indios do Sertão a dar novas de umas pedras verdes, que havia numa serra muitas leguas pela terra dentro e traziam algumas dellas por amostras, as quaes eram esmeraldas, mais não de muito preço; e os mesmos Indios diziam que daquellas haviam muitas, e que esta serra era mui fermosa e resplandescente. Tanto que os moradores desta capitania disto foram certificados, fizeram-se prestes cincoenta ou sessenta Portuguezes com alguns Indios da terra e partiram pelo Sertão dentro, com determinação de chegar a esta serra onde estas pedras

estavam. Hia por capitão desta gente um Martim Carvalho, (1), que agora he morador da Bahia de todos os Santos; entraram pela terra algumas duzentas e vinte leguas, onde as mais das serras que acharam e viram eram de mui fino cristal, e toda a terra em si muito fragosa, e outras muitas serras de uma terra azulada, nas quaes affirmam haver muito ouro, porque—(*neste ponto ha algumas palavras illegiveis no manuscripto*)—entre duas serras; desta maneira foram dar num ribeirão que pelo pé de uma dellas descia, na qual acharam entre a areia uns grãos miudos amarellos, os quaes alguns homens apalparam com os dentes, e acharam-nos brandos, mas não se desfaziam: finalmente que todos assentaram ser aquillo ouro, nem podia ser outro metal, pois o mesmo ouro desta maneira nasce nas partes onde o ha. Apanharam destes grãos entre a areia do ribeirão quantidade de um punhado, os quaes acharam muito pezados que tambem era prova de ser ouro, deste não fizerão experiencia por ser aquilo no deserto e haver muitos dias que padecião grande fome; nem comião outra cousa se não somente hervas e alguma cobra que matavão; passarão adiante determinando a vinda tornar por ali apercebidos de mantimentos, para buscar a serra mais de vagar, donde aquelle ouro descia ao ribeirão. Acharão pelos matos muita canafistula, por este caminho acharão muitos metaes que não conhecerão, nem podião esperar pelas guerras dos Indios que se levantarão contra elles. Alguns Indios lhes derão noticias, segundo a menção que fizerão, que podião estar cem leguas da serra das pedras verdes que hião buscar, e que não havia muito dali ao Peru, finalmente que com os inimigos que reciavão e pela gente que adoecia tomarão-se outra vez em almadias por um rio que se chama Cricaré, onde se perdeu numa cachoeira a canoa em que vinhão os grãos de ouro que trazião para amostra.

« Nesta viagem gastarão oito mezes, e assim desbaratados chegarão a esta Capitania de Porto Seguro».

---

(1) Naquelle tempo, conforme informação do sr. Capistrano de Abreu, haviam dois Martim Carvalho: um possuia engenho na Bahia, como se lê em Gabriel Soares, e outro serviu de guarda de fazenda nas guerras de Parahyba, como se lê no Summario das Armadas.

Por esta noticia parece que a expedição de Martim Carvalho seguiu até um certo ponto o mesmo caminho da de Espinosa, mas que para chegar á desejada serra das esmeraldas, que não conseguiu alcançar, penetrou no territorio de uma tribu de indios hostis na região do alto rio Cricaré—pelo qual voltou para o littoral. O mais importante desta noticia é que se julgou ter descoberto ouro e pelos detalhes dados (granulos amarellos, pesados, amolgaveis aos dentes e encontrados nas areias dos corregos) é evidente que a descoberta foi verdadeira e que houve na expedição o que faltava á maior parte das Bandeiras, isto é, uma pessôa que soubesse onde e como se devia procurar o precioso metal. Quanto ao local desta descoberta, indubitavelmente a primeira que se realizou no territorio de Minas Geraes, nada de positivo se póde deduzir da narrativa; mas não será desarrazoado presumir que fosse no districto da actual cidade de Philadelphia, ou talvez no de Minas Novas. A distancia de 220 leguas e a referencia a serras de «mui fino cristal» fazem suppôr que a expedição pudesse ter penetrado até a Serra do Espinhaço, na região de alto Jequitinhonha, na secção que depois ficou conhecida pelo nome de Serra do Frio.

Muito interessante nesta noticia é o apparecimento da lenda indigena que deu para origem das pedras verdes uma serra «mui fermosa e resplandecente», a respeito da qual o illustre dr. Theodoro Sampaio recentemente aventurou, numa memoria lida no Instituto Historico de S. Paulo, uma hypothese tão plausivel quão perspicaz. A designação «Serra resplandescente» na lingua tupi seria *Itaberaba* ou, com o augmentativo, *Itaberaba-bussú*, que facilmente dá a corruptella *Ituberá-bussú* (fórma dada por Pizarro) e finalmente *Sabará-bussú*, a fabulosa montanha de thesouros que por cerca de dois seculos encheu a imaginação dos colonos europeus e seus descendentes e deu motivo para diversas entradas no sertão, ora na região entre os rios Doce e Jequitinhonha, onde esta lenda a colloca, ora na do alto S. Francisco.

Nesta ultima região o nome foi finalmente applicado a uma serra perto do rio das Velhas. que não o conservou, sendo conhecida correntemente pelo nome de Serra da Lapa, ou Serra da Piedade. A circumstancia de ter Fernão Dias Paes Leme andado á procura da le-

gendaria serra e de seu genro Borba Gato demorar-se por muitos annos quasi na sombra da Serra da Lapa (além disso só identificada, ao que parece, com a serra da lenda indigena depois da descoberta do ouro no rio que a fraldêa e que ainda conserva o nome de Sabará, ou Sabará-bussú), indica que esta designação lhe foi dada pelos brancos e não pelos indios (1).

Logo depois da expedição de Martim Carvalho, e indubitavelmente em consequencia della, vieram as entradas de Sebastião Fernandes Tourinho e de Antonio Dias Adorno, referidas por Gabriel Soares nos seguintes trechos do seu *Tractado descriptivo do Brasil* e attribuidas pelos historiadores aos annos de 1572 a 1576:

«Este rio (o Rio Grande ou Jequitinhonha) vem de muito longe e traz sempre muita agua e grande correnteza, pelo qual vieram abaixo alguns homens dos quaes foram a serra das Esmeraldas com Antonio Dias Adorno, os quaes vieram em suas embarcações a que chamam canoas, que são de um pau, que têm a casca muito dura e o mais muito molle, o qual cavam com qualquer ferramenta, de maneira que lhe deitam todo o miolo fóra, e fica sómente a casca; e ha destas arvores algumas tamanhas, que fazem dellas canoas que levam de vinte pessoas para cima.

«Sebastião Fernandes Tourinho, morador em Porto Seguro, com certos companheiros entrou pelo sertão, onde andou alguns mezes á ventura, sem saber por onde caminhava, e metteu-se tanto pela terra dentro, que se achou em direito do Rio de Janeiro, o que souberam pela altura do sol, que este Sebastião Fernades sabia muito bem tomar, e por conhecerem a serra dos Orgãos, que cae sobre o Rio de Janeiro; e chegando ao campo grande acharam alagoas, e riachos que se metriam neste Rio Grande; e indo com rosto ao noroeste, deram em algumas serras de pedras, por onde caminharam obra de trinta leguas, e tornando a leste alguns dias deram em uma aldea de *Tupinaquins* junto a um rio, que se chama Razo Aguipo; e foram por elle abaixo com o rosto a norte vinte e oito dias em canoas: em as quaes andaram oitenta leguas. Este rio tem grande correnteza, e

(1) Sobre este ponto veja-se o trabalho subsequente entitulado «Os primeiros descobrimentos de ouro nos districtos de Sabará e Caethé.»

entram nelle dois rios, um da banda do leste, e outro do loeste, com os quaes se vem metter este rio Razo-Aguipe no Rio Grande». (Cap. XXXIII).

« Este rio (Rio das Caravellas) vem de muito longe, e pelo sertão é povoado de gentio bem acondicionado, que não faz mal aos homens brancos, que vão por elle acima para o sertão. Aqui neste rio foi desembarcar Antonio Dias Adorno com a gente que trouxe da Bahia, quando por mandado do governador Luiz Brito de Almeida foi ao sertão no descobrimento das esmeraldas, e foi por este rio acima com cento e cincoenta homens, e quatrocentos Indios de paz e escravos, e todos foram bem tratados e recebidos dos gentios, (que) acharam pelo sertão deste rio das Caravellas. (Cap. XXXVII).»

«Este Rio Doce vem de muito longe corre até o mar quasi leste oeste, pelo qual Sebastião Fernandes Tourinho, de quem fallamos, fez uma entrada navegando por elle acima, até onde o ajudou a maré' com certos companheiros, e entrando por um braço acima, que se chama Mandi, onde desembarcou, caminhou por terra obra de vinte leguas com o rosto a loeste sudoeste, e foi dar com uma lagoa, a que o gentio chama boca do mar, por ser muito grande e funda, da qual nasce um rio que se mette n'este Rio Doce, e leva muita agua. Esta lagoa cresce as vezes tanto, que faz grande enchente neste Rio Doce. D'esta lagoa corre este rio ao leste, e d'ella a quarenta leguas tem uma cachoeira; e andando esta gente ao longo d'este rio, que sahe da lagoa mais de trinta leguas, se detiveram alli alguns dias; tornando a caminhar andaram quarenta dias com o rosto a loeste; e no cabo delles chegaram, aonde se mette este rio no Doce, e andaram nestes quarenta dias setenta leguas pouco mais ou menos. E como esta gente chegou a este rio Doce, e o acharam tão possante, fizeram n'elle canoas de casca, em que embarcaram, e foram por elle acima, até onde se mette n'este rio outro a que chamam Aceci, pelo qual entraram e foram quatro leguas, e no cabo dellas desembarcaram e foram por terra com o rosto a noroeste onze dias, e atravessaram o Aceci, e andaram cinquenta leguas, ao longo delle da banda do sul trinta leguas. Aqui achou esta gente umas pedreiras, umas pedras verdoengas, e tomam de azul, que tem que parece turquescoas, e affirmou o gentio aqui visinho, que no cimo deste monte se

tiravam pedras muito azues, e que havia outras que segundo sua informação tem ouro muito descoberto. E quando esta gente passou o Acoci a derradeira vez, d'alli cinco ou seis leguas da banda do norte achou Sebastião Fernandes uma pedreira de esmeraldas e outra de safiras, as quaes estão ao pé de uma serra cheia de arvoredo do tamanho de uma legua (1) e quando esta gente ia do mar por este Rio Doce acima sessenta ou setenta leguas de barra acharam umas serras ao longo do Rio de Arvoredo, e quasi todas de pedra, em que tambem acharam pedras verdes: e indo mais acima quatro ou cinco leguas da banda do sul está outras serra, em que affirma o gentio haver pedras verdes e vermelhas tão compridas como dedos, e outras azues todas mui resplandescentes.

Desta serra para a banda do leste pouco mais de uma legua está uma serra, que é quasi toda de crystal muito fino, a qual cria em si muitas esmeraldas, e outras pedras azu es. Com estas informações que Sebastião Fernandes deu a Luiz de Brito, sendo governador, mandou Antanio Dias Adorno, como já fica dito atraz, o qual achou ao pé desta serra da banda do norte as esmeraldas, e da de leste as safiras. Umas outras nascem no crystal, d'onde trouxeram muitas e algumas muito grandes, mas todas baixas; mas presume-se, que debaixo da terra as deve haver finas, porque estas estavam á flor da terra. Em muitas partes achou esta gente pedras desacostumadas de grande pezo, que affirmam terem ouro e prata, do que não trouxeram amostras, por não poderem trazer mais que as primeiras e com trabalho; a qual gente se tornou para o mar pelo Rio Grande abaixo como já fica dito. E Antonio Dias Adorno, quando foi a estas pedras, se recolheu por terra atravessando pelos *Tupinaes* e por entre os *Tupinambás*, e com uns e outros teve grandes encontros, e com muito trabalho e risco de sua pessoa chegou a Bahia e fazenda de Gabriel Soares de Souza.» (Cap. XL.)

Estas noticias, especialmente na parte referente ás explorações attribuidas a Tourinho, são muito confusas. Sendo isto, provavelmente, de-

(1) A phrase «do tamanho de uma legua» que vem na edição do Instituto Historico parece ser erro de cópia. Simão de Vasconcellos, que talvez consultasse uma outra cópia do manuscripto de Gabriel Soares, diz «junto a uma alagoa».

vido, em parte, a erros ou omissões nas copias do escripto de Gabriel Soares, cujo original não é conhecido, e em parte tambem a uma confusão no escripto deste ou de quem o informou a respeito destas explorações. Para a parte relativa a Adorno, este informante foi o proprio Adorno, e é bem possivel que ao redigir, alguns annos depois, a sua obra, Gabriel Soares tivesse attribuido a Tourinho alguma parte das descobertas do seu successor, que certamente andou na região do alto Mucury e Cricaré, onde provavelmente se acham as quatro serras de pedras verdes e azúes mencionadas, ao passo que a narrativa detalhada da viagem de Tourinho só indica a sua passagem pelos rios Doce, Jequitinhonha e seus affluentes. Seja como for, a noticia de Gabriel Soares indica explorações tão completas que somente depois do povoamento definitivo do territorio mineiro houve outras que mais contribuiram para o conhecimento geographico e mineralogico da região. Parece pouco provavel que a exploração de uma região tão vasta e tão difficil fosse obra das duas expedições mencionadas, e é licito presumir que a viagem de Tourinho deve ser desdobrada em duas ou mais.

Considerando a noticia de Gabriel Soares como o conjuncto das informações por elle obtidas de todas as explorações effectuadas na região, podemos dividir estas em quatro grupos, a saber: 1.º as do littoral e baixo Rio Doce; 2.º as dos cursos dos rios Doce e Jequitinhonha e os seus affluentes; 3.º as da região do Rio Doce, e 4.º as da região ao sul do mesmo rio.

A parte mais confusa da noticia é a que se refere á região do baixo Rio Doce, na qual certamente ha erros e omissões nas cópias publicadas do manuscripto de Gabriel Soares. A lagôa chamada Bocca do Mar, ou Bocca de Mandij, conforme a versão de Simão de Vasconcellos, não póde ser outra sinão o lago Juparaná. (1) Neste caso, porém, o roteiro—entrando pela barra do rio Doce até onde ajuda a

(1) Varias tentativas para traduzir graphicamente este trecho de Gabriel Soares encontram-se nos mappas de 1700 em deante. Assim o de Guillaume de L'Isle (1703) traz uma lagôa com o nome de *Bouche de la mer*, com um rio correndo ao oeste para desaguar no rio Doce logo abaixo do rio Acecy: Nicolas de Fer (1717) traz a mesma lagôa e nome, mas figurando como cabeceira do rio Paraná.

maré e depois caminhando vinte leguas por terra a oeste-sudoeste— é incomprehensivel e só póde ser acceito na supposição de que a entrada fosse pela barra do Cricaré (São Matheus). A referencia ao rio que sai da lagôa, ao longo do qual se andou trinta leguas, é tambem incomprehensivel. Para se conciliarem as incongruencias da noticia pode-se suppor que houve uma primeira exploração em que, entrando-se pelo Cricaré, foram descobertos o lago Juparaná e o trecho do rio Doce entre este lago e o mar, sendo este trecho considerado como o desaguadouro do lago. Si depois uma segunda expedição, entrando pela barra do Doce, já descoberto, e continuando para cima do lago, verificou que o rio vinha de muito longe e que a quarenta leguas do lago (ou setenta, pouco mais ou menos, do mar) havia a cachoeira das Escadinhas, a noticia torna-se comprehensivel. Mesmo assim, porêm, a narrativa não fica muito clara e as phrases «chegaram onde se mette este rio no Doce» e «e como esta gente chegou a este rio Doce e o acharam tão possante» ficam sem explicação.

O segundo grupo das explorações feitas pelos rios Doce, Jequitinhonha e os seus tributarios é mais claramente definido e, sem grande risco de errar, podem se acceitar as identificações do sr. Capistrano de Abreu (1) do rio Aceci com o Sassuhy e do Raso-Aguipe com o Arassuahy. Nesta hypothese foram explorados os rios Doce e Sassuhy até as cabeceiras deste ultimo, nas proximidades da actual cidade de Serro e nas da secção da serra do Espinhaço, que depois ficou celebre com a denominação de Serro do Frio. Assim as serras de pedras, entre as quaes se andou trinta leguas para depois, voltando a leste, encontrar o rio Arassuahy, poderiam ser as do Districto Diamantino, onde de facto se encontram «pedras verdoengas» (quartzitos com mica verde) e o mineral lazulite, ou klaprothina, que facilmente se confunde com turqueza, sendo para notar que a melhor localidade actualmente conhecida deste ultimo mineral é a propria cidade de Diamantina. Uma outra interpretação seria que, em logar de seguir pelo tronco principal do Sassuahy, indo em direcção de Serro, a expedição subisse pelo seu affluente, o Urupúca, que a levaria

(1) Artigos na «Semana», de 1887, citados nas «Ephemerides Mineiras", vol. 1, pag. 372.

á serra que depois ficou conhecida como sendo rica em pedras verdes e que foi alcançada por Marcos de Azeredo indo pelos rios Doce, Guasisi (Aceci), Guasisi-mirim e Una até dar numa lagoa. (1) Esta hypothese tem contra si a affirmação de andar acompanhando o Aceci em rumo de noroeste; mas, por outro lado, concorda melhor com os detalhes dados sobre as diversas serras nas quaes foram encontradas pedras verdes e com a referencia a um rio de Avoredo, que devia ser proximo á serra «cheia de avoredo» e que, conforme a versão de Simão de Vasconcellos, se achava juncta a uma lagôa que talvez se pode identificar com a lagôa Vupabuçú (*Upauabussú*, Lagôa Grande) de Marcos de Azeredo e a lagoa da Agua Preta dos mappas modernos. Com esta hypothese concorda a circumstancia de que Adorno, indo verificar as descobertas de Tourinho, entrou pelo rio das Caravellas, ou Mucury, pelo qual havia de dar na mesma serra. Se for assim, é provavel que a sahida fôsse pelo Itamarandiba e não pelo tronco principal do Arassuahy, sendo este ultimo então o affluente da banda do oeste e desapparecendo assim uma outra difficuldade de interpretação que vem a ser que, devido ao pouco espaço entre elle e o Jequitinhonha, o Arassuahy não recebe tributario importante pela sua margem esquerda.

Conforme a redacção da noticia, as serras descobertas por Tourinho na região entre os rios Doce e Jequitinhonha deviam ser proximas ao primeiro e ao longo de um mysterioso rio de Avoredo. Sendo certo, porém, que a serra das Esmeraldas dos exploradores subsequentes (Adorno, Marcos de Azeredo, Fernão Dias e os mineiros do seculo XIX) acha-se situada na região das cabeceiras dos rios Cricaré, Mucury, Itamarandiba e Urupúca, é possivel que haja confusão na noticia e que fôsse nesta mesma região a exploração de Tourinho, sendo este ultimo rio, ou um dos seus affluentes, o seu rio de Avoredo. Neste caso é de presumir que a lagôa mencionada (no caso de ser certa a versão de Simão de Vasconcellos) fosse a mesma que depois se tornou legendaria com o nome de Vupabuçú e que, provavelmente, é a conhecida hoje com o nome de lagôa de Agua Preta.

---

(1) «Razão do Estado do Brazil no governo do Norte—até o anno de 1612» citado pelo dr. Francisco Lobo Leite Pereira no seu excellente estudo «Em busca das Esmeraldas» na Revista do Archivo Publico Mineiro, vol. II, p. 519.

Com referencia a explorações ao sul do rio Dôce, parece extremamente duvidoso que as houvesse. As explorações já mencionadas dão muita coisa para uma ou mesmo duas expedições nas condições de então, e, sendo accrescentada uma viagem ao sul até a latitude do Rio de Janeiro, ellas se tornam fabulosas. E' para notar que a noticia tão minuciosa, embora confusa, com referencia ás outras regiões só dá a respeito desta supposta viagem os detalhes de uma tomada do sol e o reconhecimento da serra dos Orgãos. O primeiro póde facilmente ser um erro de observação ou um exaggero de quem contou a historia, e o segundo é simplesmente impossivel para quem nunca tinha visto a serra dos Orgãos pelo lado de traz. Serras denteadas, que de algum modo se assemelham em aspecto a dos Orgãos, abundam em toda a região explorada e é de presumir que a que foi assim denominada ficasse bastante distante da bahia do Rio de Janeiro. Se realmente houve alguma exploração ao sul do Rio Doce, esta, provavelmente, foi uma entrada pelo Rio Manhuassú acima, até avistar uma serra que erradamente se identificou com a Serra dos Orgãos [1].

Quanto a descobrimentos de mineraes é certo que tanto Tourinho como Adorno acharam aguas marinhas e turmalinas verdes (as suppostas esmeraldas), turmalinas de duas cores (as pedras verdes e vermelhas tão compridas como dedos) e provavelmente turmalinas ou topazios azues (as suppostas saphiras), e, talvez, lazulite, ou klaprothina (as suppostas turquezas), sendo todos estes mineraes mais ou menos abundantes e caracteriscos em diversas partes da região explorada. A respeito de metaes, porém, estas duas expedições foram menos felizes do que a de Martim Carvalho, visto não se poderem considerar

(1) Uma carta inedita do padre Ignacio de Tolosa, datada do collegio da Bahia em 7 de setembro de 1575, refere a viagem de dois padres acompanhando uma entrada que pela época, numero de gente e ponto de partida, parece ser a de Adorno. A partida foi em fevereiro de 1574, e a volta em abril de 1575. Além destas datas a carta não contem dados geographicos ou historicos que adiantem, a não ser a affirmação que a expedição chegou até o rio São Francisco. Gabriel Soares, informado pelo proprio Adorno não menciona esta circumstancia e é de suppor que o bom do padre Tolosa ficou tão pasmado com historias de indios com pés para traz e que davam a mamar aos filhos, que introduziu nas noticias da viagem dos seus contemporaneos as informações que tinha recebido da do padre Navarro, na expedição de 1553.

como descobrimentos as informações de indios (que não conheciam ouro ou prata), nem a suspeita da existencia destes metaes baseada no peso das pedras.

Em 1584, Gabriel Soares de Souza, de posse de um roteiro de uma viagem á região do alto rio São Francisco, feita por seu irmão João Coelho de Souza, foi á Europa a fim de requerer concessões para a exploração de minas. No seu preciosissimo "Tractado Descriptivo do Brasil", escripto durante a sua estada na Europa, elle declara que de ouro e prata "esta terra da Bahia tem delle tanta parte quanta se pode imaginar, do que pode vir a Hespanha cada anno maiores carregamentos do que nunca vieram das Indias occidentaes". Procurando, porém, o fundamento desta opinião, que se acredita geralmente ter sido baseada em descobertas feitas por João Coelho de Souza, nada se encontra que a justifique. Pelo contrario, em toda a parte da obra que tracta da região do São Francisco se nota a falta completa de minudencia e de precisão das informações que caracterizam a descripção das outras regiões e que tornam tão notavel este escripto. Em logar destas informações, que eram de esperar si realmente existissem, ha referencias vagas á lendaria tribu das Amazonas, e a outro gentio que não communicava com os portuguezes. que «se atavia com joias de ouro e vive em redor de uma lagôa Grande» que indicam antes sonhos peruvianos do que noticias de uma verdadeira exploração. Tendo João Coelho de Souza morrido no sertão, parece que Gabriel Soares só teve as informações de quem não soube contar o que elle tinha observado e, talvez nem por onde tinha andado. O proprio Gabriel Soares na expedição que emprehendeu em procura da mesma região perdeu a vida sem conseguir coisa alguma em referencia á mineração a não ser, conforme pensa Capistrano de Abreu, dar origem á famosa lenda das minas de prata de Roberio Dias.

Durante a administração de d. Francisco de Souza, a lenda de uma serra de Sabarábussú, rica em prata, parece ter tomado forma a ponto de levar este governador a vir a S. Paulo para de lá organizar uma expedição á sua procura. Conta o hollandez Guilherme Glimmer (1) que d. Francisco de Souza recebeu na Bahia de um bra-

(1) Piso e Marcgraff, "Historia Naturalis Brasile", p. 262; "Revista do Instituto Historico de S. Paulo". vol. IV, p. 333.

sileiro um «certo metal extrahido, segundo dizia, dos montes Sabaroa-son, de cor azul escura ou celeste, salpicado de uns granulos côr de ouro. Tendo sido examinado pelos entendidos em mineração, reconheceu-se que este metal continha «em um quintal trinta marcos de prata pura». Por esta descripção não é muito arriscado identificar o supposto minereo com as pedras azues da região das esmeraldas, sendo, presumivelmente, uma rocha crivada de beryl, ou lazulite, e mica. O resultado do exame feito por entendidos na mineração não é necessariamente contrario a esta identificação, porque ainda hoje, apesar de todo o progresso que se tem feito em laboratorios e ensaiadores, pódem-se citar analyses analogas em pedras completamente destinadas de metaes preciosos. O facto é que até hoje não se tem verificado em parte alguma do Brasil a existencia de minereo azul (ou de outra qualquer côr), com teôr em prata, que se approxime a este. A pedra em questão foi talvez uma das trazidas por Tourinho ou Adorno, ou, mais provavelmente, trazida da mesma região por um dos seus successores Diogo Martins Cão ou Marcos de Azeredo. Conforme refere Balthazar da Silva Lisboa (*Annaes do Rio de Janeiro* II, p. 200), este ultimo trouxe á Bahia, em 1596, amostras da serra das Esmeraldas, mas como bem ponderou o dr. Francisco Lobo Leite Pereira no seu interessante estudo intitulado «*Em Busca das Esmeraldas*», no vol. II da «*Revista do Archivo Publico Mineiro*», é mais provavel que o explorador desta épocha fôsse Diogo Martins Cão. Assim ha toda a probabilidade de que esta seja a primeira referencia impressa á famosa serra de Sabarábussú. Apenas deu-se a substituição deste nome pelo de «Serra resplandecente» da lenda india citada por Gandavo, conforme a identificação já referida do dr. Theodoro Sampaio.

De passagem para São Paulo, d. Francisco de Souza mandou de Espirito Santo uma expedição em busca das esmeraldas mas esta, como a de Martins Cão, nada parece ter adeantado geographica ou mineralogicamente sobre as de Tourinho e Adorno.

Chegando em São Paulo, em 1599, d. Francisco de Souza encontrou em plena actividade a mineração de ouro em diversos pontos proximos á villa. Consta por tradições e noticias colhidas por Pedro Taques que esta mineração foi iniciada em 1589 (provavelmente

em continuação das descobertas de Braz Cubas, em 1560) por Affonso Sardinha, que em testamento feito em 1604 (Azavedo Marques, ob. cit. pag. 3), declarou possuir 80.000 cruzados de ouro em pó. Menciona tambem o inglez Antonio Knelvet que do assalto de Santos por Cavandish, em 1591, os piratas levaram muito ouro de um certo logar chamado Mutinga que é provavelmente a garganta de Tutinga, ou Itutinga, na Serra do Mar, que dá accesso ao planalto de São Paulo, onde se acharam as minas. Esta referencia pode ser interpretada como significando que o ouro vinha pelo caminho que passava em Tutinga e do algum ponto adeante, isto é, das vizinhanças de São Paulo. Si assim fôr, temos aqui uma indicação da posição da primitiva estrada partindo de São Vicente para o planalto e passando pela garganta de Tutinga no vallo do Rio das Pedras. O ouro de São Paulo era, porém, «ouro de lavagem», e as lavras não parecem ter sido bastante ricas para satisfazer os desejos dos que sonharam com minas de prata rivalizando com as do Perú.

Em busca das minas de prata do Sabarábussú foi organizada uma expedição que, conforme um manuscripto inedito de Pedro Taques, existente na Bibliotheca Nacional, foi commandada por André de Leão e recebeu intrucções a 19 de Julho de 1601, sendo de presumir que partisse logo em seguida. Azevedo Marques (ob. cit. II, pag. 224), baseado no inventario de Ascanso Ribeiro, diz que o commandante era o capitão Nicoláu Barreto, tendo entre outros, como companheiros, Simão Borges Cerqueira, Ascanso Ribeiro, Pedro Leme, Manoel Pinto e Francisco de Alvarenga, e que a partida foi em Agosto de 1602. Como d. Francisco de Souza já tinha deixado São Paulo antes desta ultima data (em Junho de 1601), é provavel que a primeira data seja a verdadeira. E' provavel que acompanhassem tambem a expedição o mineiro Jaques de Palte e o engenheiro Geraldo Betink, allemães que, conforme o mesmo Pedro Taques, tinham vindo da Bahia em companhia do governador. Para a historia, o personagem mais importante desta comitiva foi o hollandez Guilherme Glimmer, residente em São Vicente, a quem se deve um precioso roteiro impresso em 1648 na obra de Piso e Marcgraff. Por este roteiro, é possivel reconstruir de modo relativamente satisfactorio o itinerario, como ha pouco tentei fazer em um trabalho que sahiu

no vol. IV da *Revista* do Instituto Historico de São Paulo. Para o fim do presente estudo basta constatar que a expedição, acompanhando caminhos de indios, atravessou a região do alto Rio Grande e penetrou quasi até o São Francisco, onde identificou com a serra de Sabarábussú uma montanha que presumivelmente é a Serra de Pitanguy, e que nada descobriu de metaes ou pedras preciosas. E' provavelmente a esta expedição que se refere frei Vicente de Salvador na noticia dada «por um soldado de credito que indo de São Vicente com outros, entraram muitas leguas pelo sertão donde trouxeram muitos indios».

Depois desta expedição mallograda cessaram por muitos annos os esforços officiaes em procura de minas, mas por parte de particulares houve diversas entradas, mal conhecidas, que na opinião de um contemporaneo, Frei Vicente do Salvador, tiveram como pretexto a exploração de minas, mas como motivo verdadeiro a caçada de Indios. Dellas não se conserva contribuição alguma para conhecimento geographico ou mineralogico da região a não serem os nomes de Lagoa Vupabuçú e rios Guassisi-guassú, Guassisi-mirim e Una registrados por Marcos de Azeredo (antes de 1612), os quaes, como, já foi referido, provavelmente se applicam a feições topographicas descobertas por Tourinho e Adorno (1). No sul de São Paulo já se minerava correntemente, no districto de Iguape, conforme se vê de uma interessante carta, datada de 1635, que vem estampada na «*Revista* do Instituto Historico de São Paulo», vol. II, pag. 102. A mineração nesta região e na de Paranaguá parece ter sido alguns annos mais antiga e, provavelmente, continuou sem interrupção, mas sem attrahir a attenção official até que, em 1664, e ainda com sonhos de prata, esta despertou repentinamente com grandes esperanças nas minas de Paranaguá e nas da serra das Esmeraldas. O governador Salvador

(1) A affirmação em um memorial dos filhos de Azeredo, em 1643, de que este tinha descoberto diamantes, não merece grande credito. Para os exploradores daquella época (e por muito tempo depois), todas as pedras verdes eram esmeraldas e todas as azues saphiras, mas nem todos chamaram "diamantes" qualquer pedra branca lustrosa porque a idéa de diamantes não tinha sido ainda suggestionada. Depois, e ainda até hoje, este ultimo erro tornou-se bastante commum.

Corrêa de Sá e Benevides passou alguns mezes em Paranaguá em 1660 e ficou completamente desenganado a respeito da prata naquella região. Ha noticia tambem que este governador mandou uma expedição para a serra das Esmeraldas, em que o seu filho João de Sá perdeu a vida, mas isto não parece exacto, visto que Salvador Corrêa na longa exposição feita na reunião do Conselho Ultramarino, de 3 de Maio de 1677, nenhuma referencia faz a explorações nesta região e nesta épocha.

Em 1664 houve uma recrudescencia de interesse na exploração do sertão, mas sempre com a preoccupação de prata e esmeraldas. A 19 de Maio daquelle anno foi expedida carta patente a Agostinho Barbalho Bezerra para descobrir e beneficiar «as minas de Paranaguá e da Serra das Esmeraldas, que se diz, ha no sertão da Capitania do Espirito Santo, de que já tem vindo a este reino algumas amostras».

A 27 de Setembro do mesmo anno foram expedidas cartas regias á Camara de São Paulo e a diversas pessoas importantes dessa villa, incitando-as a auxiliarem Agostinho Barbalho nestas explorações. Este entrou pela Capitania de Espirito Santo em busca das esmeraldas e perdeu a vida sem nada conseguir.

Mallograda a expedição de Barbalho, Fernão Dias Paes Leme, uma das pessoas que tinham recebido as cartas de 27 de Setembro, resolveu tentar a exploração a sua custa. Ja em edade avançada, mas provavelmente não com os 80 annos que lhe dão alguns historiadores (1), elle partiu com numerosa comitiva a 21 de Julho de 1674, e sete annos depois, voltando com as suppostas esmeraldas encontradas nos proprios sovacações deixados por Marcos de Azeredo, morreu antes de chegar a São Paulo.

Para a manutenção da expedição e como provisão para a volta, Fernão Dias estabeleceu postos, ou pelo menos plantou roças, em diversos pontos que vem ennumerados pelo historiador Southey, ba-

---

1 Pedro Taques diz simplesmente que não estava em edade de penetrar sertões; não dá a data do seu nascimento, mas dá a da morte do pai em 1633 e a do nascimento da mulher em 1642. A representação da Camara de Parnahyba, transcripta por Azevedo Marques (ob. cit. I, p. 148) é attribuida ao irmão de Fernão Dias, o padre João Leite da Silva, diz somente «em tempo que os seus annos pediam a continuação do socego».

seado num escripto de 1757 de Pedro Dias Paes Leme, neto do explorador. Estes pontos são: Vituruna, Peraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Tucambira, Itamerendiba, Esmeraldas, Matto das Pedrarias e Serra Fria, e por elles é possivel restaurar de modo relativamente satisfactorio o seu itinerario. Vituruna é evidentemente Ibituruna, no Rio das Mortes, perto da sua confluencia com o Rio Grande, e presumivelmente no ponto onde a expedição de 1601 encontrou uma grande aldêa de indios que fraternizaram com os de S. Paulo (1). Neste caso era um ponto sobre um caminho indio, e assim torna-se provavel que até alli Fernão Dias seguisse o mesmo caminho da expedição de 1601, o qual depois, no essencial, tornou-se a estrada geral de S. Paulo para as minas. Sabe-se pelo roteiro de Glimmer que havia um caminho para o S. Francisco em rumo de noroeste e provavelmente pelo espigão entre os rios Pará e Paraopeba, e que este cruzava um outro «largo e trilhado» que devia ir para o norte. E' de presumir que Fernão Dias, seguindo por este ultimo caminho, estabelecesse o seu segundo posto de Peraopeba (S. Pedro do Paraopeba e Parahybipeba, em documentos paulistas antigos), na passagem do Rio Paraopeba, e o terceiro em um lugar chamado Sumidouro, perto do Rio das Velhas. Este ultimo nome indica a região calcarea que se estende de Lagoa Santa, perto da actual cidade de Santa Luzia, até Sete Lagoas, ou além. Dos sumidouros nesta região um dos mais notaveis é o do desaguadouro da propria Lagoa Santa; e é certo (como será provado adiante) que não foi muito longe deste ponto que Fernão Dias demorou-se uns tres ou quatro annos, deixando alli parte da sua comitiva com o seu genro Manoel de Borba Gato.

O quarto posto, Roça Grande, não pode ser identificado; mas sendo o quinto, Tucambira, no valle do Rio Itacambira é de presumir que o caminho continuava para o norte fraldeando o grande paredão occidental da serra do Espinhoço até enfrentar com este valle. A grande volta para o norte até Itacambira, para depois tornar ao sul até Itamarandiba (Itamenendiba), provavelmente indica que se andou

(1) Esta Revista, Vol. IV, p. 335. A hypothese de que esta aldêa, ou uma outra na região campestre do alto Rio Grande fosse a alcançada pelos emissarios de Martim Affonso, mandados do Rio de Janeiro em 1531, não é de todo despropositada.

procurando a antiga estrada dos Tupiniquins pela qual a expedição de 1553 tinha alcançado o rio São Francisco cruzando a serra do Espinhaço. Do posto de Itacambira é de presumir que a expedição descesse pelo valle deste rio até o Jequitinhonha e, atravessando este e a lingua de terra entre elle e o Arassuahy, subisse pelo Itamarandiba, em cuja margem se estabeleceu outro posto, até as suas cabeceiras contravertentes com as do Urupúca, onde se achava a Lagôa Vupabuçú de Marcos de Azeredo. Se assim for, como faz crer a grande volta em U feita para passar pelo Itacambira, o caminho desde um ponto ao oeste da serra do Espinhaço devia ter sido essencialmente o mesmo que o da expedição de 1553 e, em parte menor, tambem o mesmo que o de Tourinho e Adorno.

Dos tres ultimos postos estabelecidos por Fernão Dias, os dois de Esmeraldas e Matto das Pedrarias foram provavelmente pontos de residencia emquanto se exploravam as pedras verdes, e o ultimo da Serra Fria parece indicar que na volta se procurou um atalho por Sumidouro, passando no districto da actual cidade do Serro, onde talvez fosse plantada uma roça como provisão para futuras entradas por este caminho mais curto.

Quanto a descobrimentos mineralogicos é certo que esta expedição nada mais conseguiu do que verificar os das pedras verdes, feitos por Tourinho e Adorno, cem annos antes. O espolio mineralogico de Fernão Dias, cuidadosamente cosido e lacrado em um saquinho, foi solemnemente aberto pela camara de S. Paulo em 11 de Dezembro de 1681, e do auto que se lavrou nada consta além das suppostas esmeraldas. (1) A expedição transitou por muitas leguas por terrenos que depois foram reconhecidos como ricamente auriferos, mas, com a preoccupação de prata e pedras preciosas, parece que não foi lembrado o expediente de levar na comitiva alguns faiscadores de ouro de lavagem, que nesta epocha não faltavam em S. Paulo. Assim esta expedição, tão demorada e tão custosa, pouco ou nada adeantou aos conhecimentos já ha muito tempo adquiridos. O seu grande serviço foi iniciar o systema de estabelecer celeiros de modo a dar maior permanencia aos caminhos abertos, incluindo um ponto, pelo menos, de occupação permanente, e

(1) Azevedo Marques, II, p. 242.

do Sumidouro, onde ficou Borba Gato com parte do pessoal da expedição. A estrada aberta de S. Paulo até o rio das Velhas nunca mais se fechou aos brancos e o resto, si por algum tempo esteve abandonado, não tardou a ser aberto de novo logo que si divulgou a noticia da verdadeira descoberta de ouro.

Uma questão interessante a investigar é a de saber se a identificação da lendaria Sabarábussú com uma serra nas vizinhanças da actual cidade de Sabará, foi obra desta expedição ou dos mineiros, que depois descobriram ricas lavras de ouro no valle que corre ao pé e que ainda hoje conserva o nome na fórma abreviada de Sabará. Seja qual for a verdadeira posição do sitio do Sumidouro, este não podia ser distante da dita serra, si é que não a tinha á vista. Na região de Santa Luzia e Lagôa Santa existe um antigo arraial chamado Sumidouro e proximo um outro que, como o corrego junto, tem o nome de Fidalgo. Este ultimo nome, conforme uma tradição referida por uma das testemunhas do processo Tiradentes, commemora a morte violenta de um fidalgo e governador que não pode ser outro sinão d. Rodrigo Castel Blanco, morto pelo pessoal de Borba Gato perto do seu posto do Sumidouro.

Si o verdadeiro nome indigena da serra fosse Sabarabussú, é incrivel que Fernão Dias e Borba Gato não tivessem sabido desta circumstancia e não a tivessem explorado minunciosamente. A carta regia de 4 de Dezembro de 1677 (1) responde ás cartas de Fernão Dias, que deviam ter sido escriptas durante a sua longa residencia no Sumidouro, pelas quaes o principe ficou entendendo «como tracteis do descobrimento da Serra de Sabarabussú e outras minas deste sertão, de que enviastes as mostras de crystal e outras pedras». Dahi se conclue que estando no Sumidouro, Fernão Dias considerava Sabarabussú ainda longe e provavelmente na região das esmeraldas. E' mesmo de presumir que, tendo afinal descoberto as esmeraldas, elle communicasse á familia que tinha acertado com a serra procurada, visto que o seu irmão, o padre João Leite da Silva, em um protesto dirigido á camara de São Paulo em 1 de Setembro de 1684, fala das minas de esmeraldas em Sabarábussú (2). E', portanto, extremamente

(1) Pedro Taques na „*Revista* do Instituto Historico", vol. 35, p. 106.

(2) Azevedo Marques, ob. cit. II, p. 241.

provavel que o rio Sabará ou Sabarábussú, que ainda conserva o nome, e a serra da Lapa ou de Piedade, que era conhecida por este nome pelos primeiros mineiros mas que não o tem conservado, não foram assim denominados por Fernão Dias, nem pelos indios que elle encontrou na visinhança. Com a descoberta de ouro ao pé da serra, e pela propria gente que por tanto tempo tinha andado atraz della, é natural que se exclamasse «ahi está o nosso Sabarábussú», sem se importar com a circumstancia de que não correspondia pela riqueza em prata nem pela denominação india á lendaria serra.

Intimamente ligado com a expedição de Fernão Dias está o triste episodio de d. Rodrigo Castel Blanco que, nada tendo adeantado sobre descobrimentos de minas, não precisa ser considerado aqui. De passagem, porêm, póde-se dizer que nada prova que elle mereceu o desprezo com que os historiadores, seguindo o exemplo de Pedro Taques, costumam tractal-o. Foi commissionado como perito na mineração de prata para descobrir minas deste metal onde não as havia, e o facto de condemnar as que outros julgaram erradamente que tinham descoberto prova que não era um simples pretencioso. A accusação de querer apropriar-se dos fructos dos trabalhos de Fernão Dias cai perante o seu procedimento correcto na remessa da parte das amostras entregue pelo filho deste, Garcia Rodrigues.

No mesmo anno da partida de Fernão Dias foi dirigida, a 23 de Fevereiro de 1674, a Lourenço Castanho Taques uma Carta Regia que é interessante por conter o nome *Cataguazes*, destinado poucos annos depois a se tornar celebre. O texto desta carta não foi conservado, e conforme alguns escriptores se falou de «minas de Cataguazes», mas Pedro Taques, que deve ser a auctoridade mais segura, diz que a carta era a patente de governador para o «sertão dos indios Cataguazes». Em outra Carta Regia, dirigida á mesma pessoa, se fala no "sertão do Caethé„. Apparentemente só se tractava de caçadas de indios e as cartas só tem interesse por indicar a recrudescencia desta industria e a região para onde então se dirigia. O mesmo facto é indicado por um officio do governador da Bahia, em 1693, representando contra o procedimento das Bandeiras Paulistas que, «com pretextos de andarem aos Tapuyas de corço, captivam os da lingua geral».

Em 1693, conforme uma tradição apanhada cerca de meio seculo

depois (1), uma destas expedições atraz dos indios do sertão do Rio

(1) A tradição da descoberta de ouro por Arzão, que parece ter sido corrente tanto em Minas como em S. Paulo, teve entrada na historia escripta por intermedio do poeta Claudio Manoel da Costa, que a dá na introducção intitulada *Fundamento historico*, do seu poema *Villa Rica*, que parece ter sido acabado no anno de 1773.

Conforme a declaração do auctor, as suas informações relativas ás primeiras descobertas eram em grande parte devidas ao coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, fallecido poucos annos antes, mas confirmadas por correspondencia com o historiador paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Esta ultima circumstancia da troca de informações entre Claudio Manoel e Pedro Taques explica a concordancia relativamente perfeita entre os escriptos dos dois historiadores. Recentemente appareceram nas paginas da «Revista do Archivo Publico Mineiro» (vol. II, pag. 1:6 e vol. IV, pag. 83) dois escriptos ineditos que tambem estão em quasi completo accordo com os dois acima citados. O primeiro, sem data nem nome do auctor, tem sido attribuido ao engenheiro José Joaquim da Rocha, com a data approximada de 1778, mas, pela identidade da linguagem em muitos paragraphos como o «Fundamento Historico" de Claudio Manoel e pela discordancia no modo de contar as longitudes com o mappa de 1778 (publicado sem data ou nome do autor na "Revista do Instituto Historico" em 1852), que é indubitavelmente de José Joaquim da Rocha, conforme se vê pelo original assignado no Archivo Militar do Rio de Janeiro, é antes de presumir que este seja tambem de Claudio Manoel. O estylo da memoria attribuida ao coronel Bento Fernandes accusa antes um litterato do que um sertanejo, e, tendo em vista as relações conhecidas entre o velho mineiro e o poeta, é de suspeitar que a redacção deste documento fosse tambem de Claudio Manoel. Seja como fôr, é quasi certo que a fonte de informações dos quatro documentos concordantes, a saber: a «Memoria» de Bento Fernandes, o «Fundamento Historico» de Claudio Manoel, a «Memoria» attribuida a José Joaquim da Rocha e a «Nobiliarchia Paulistana» de Pedro Taques, seja a mesma, isto é, as reminiscencias do velho mineiro Bento Fernandes, escriptas ou dictadas por elle, uns cincoenta ou sessenta annos depois dos acontecimentos relatados.

Debaixo deste ponto de vista a „Memoria" de Bento Fernandes assume um interesse historico extraordinario. Conforme a propria narração, o auctor estava em 1702 em edade de se pôr á testa de uma exploração e, portanto, as suas recordações desta data em deante (ou um pouco mais cedo) são as de um assistente. As de data anterior devem ser de informações recebidas provavelmente de seu pae, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, e a circumstancia de que estas, como no caso dos incidentes da expedição de Fernão Dias, não estão em pleno accôrdo com outros documentos conhecidos não destróe o valor das que são propriamente pessoaes ou de familia. Outra circumstancia que augmenta o valor historico deste documento é a ausencia de tentativas de engrandecer a importancia da sua propria familia, como teria sido facil nos incidentes da transmissão da primeira amostra de ouro por intermedio de seu pae Salvador Fernandes. Comtudo, com referencia ás datas que vêm na „Memoria" de Bento Fernandes, é preciso lembrar que estas são as recordações de um velho escriptas muitos annos depois dos acontecimentos. Pena é que a „Memoria" publicada seja um resumo e não a transcripção fiel deste importantissimo documento.

Doce sahiu na capitania do Espirito Santo, onde o seu chefe, Antonio Rodrigues Arzão, apresentou ao capitão-mór e á camara tres oitavas de ouro, das quaes foram feitas duas medalhas, ficando uma com o descobridor e a outra com as auctoridades locaes. Na correspondencia official da épocha, aliás incompleta, conservada na Bibliotheca Nacional, nenhuma referencia se encontra a esta descoberta que, de certo, não era de natureza a despertar grande interesse ou enthusiasmo. Não obstante, é possivel que a tradição tenha o seu fundamento e que as auctoridades do Espirito Santo ou deixaram de communicar este facto ao governador, ou que este não o julgou de sufficiente importancia a ser communicado ao governo. O certo é que a correspondencia interna do governador da Bahia da épocha, que parece ser completa, nada contém a respeito, e que até a data de 15 de janeiro de 1693, em que foi nomeado Antonio Paes de Sande governador da capitania do Rio de Janeiro, com ordem de proceder a averiguações das minas de ouro e prata de Paranagúa, Tabaiana, (Itabaiana) e Sabarábussú, o governo de Lisbôa não tinha informação de outras e ainda estava sonhando com as possibilidades de prata em Paranaguá e Itabaiana e com a lenda já secular da Serra de Sabarábussú. Demais, os escriptos, abaixo referidos, de Bento Corrêa de Souza Coutinho, que resumem as noticias sabidas no Rio de Janeiro até meados de 1695, nenhuma referencia fazem a Arzão (*). Mesmo sendo verdadeira esta descoberta, nenhum indicio ha de ter ella influido sobre os descobrimentos subsequentes.

(*) Carta de Bento Corrêa de Souza Coutinho escripta do Rio de Janeiro ao G.er D. João de Lancastre g.or e cap.m gl. deste Estado; e tudo remeteu a corte para ser visto.

"Sr.

"Meu Sr. Depois de haver escrito a V. S.a chegou a esta Cid.e o vigr.o de Taubaté João de faria assis.....
com algus dos moradores desta terra..... e dos campos geraes como dar p.te das novas minas de Ouro, que tem descoberto com algus parentes, cuja amostra deste trouxe para se ver, e mandar aver, e por sermos contemporaneos e amigos de muitos annos me reveleu alguns particulares de mais, e me deu hu roteyro, q.' o estimey para o mandar a V. S.a q.' o veja e quando V. S.a.....
.....
campos geraes donde me dizem ha informações.... moradores. Creyo não lhe faltarão exploradores sertanistas para darem (conta destas minas?) e tratarem de extrahir o mais q.' está..... prometendo aquelle territorio

Por este tempo parece ter havido uma recrudescencia de animação na já antiga mineração da zona do littoral de São Paulo, cujas minas, sendo de «ouro de lavagem», eram consideradas de pouca va-

---

folgarei muito ponha V. Sr. em execução p. q.' Sua Mg.e q.' Deos Gd.e tenha mais que lhe agradecer e V. S. a gloria de fazer este serv.o ao d.o S.r se eu subir assim segure-se V. S.a que hei de ..... as minas, e q,' pessoalmente hey de assistir nellas afim de q.' se crie hua nova officina; em q.' S. Mg.e tenha mais os seus reaes q.tos.

"Como soube era V. S. sahindo da Corte tratei de ver se podia descubrir-lhe alguns saguis p.a irem a tempo que V. S. os podesse mandar na mesma frota, mas como a gente que veio nos prim.os navios do comboy, havião comprado os que acharão quando chegou Bernardo Ramires não havia nenhu'.

"Houte me veyo de fora esse q.' por não perder tão boa occasião vae só, que o offereço a V. S. com a confiança de seu mochilla, e p.a q.' chegue bem tratado o entreguei ao P.e João Vaz de Carv.o sujeito q.' me disse ia assistir a V. S.a sendo religioso da Comp.a Veja V. S.a o que me manda faça destas partes, q.' as suas ordens estou certo, e muito obediente. Gd.e Deus a V. S. como dezejo. Rio de Janr.o 29 de Julho de 694. Humilde creado de S. S.a—Bento Correia de Souza Coutt.o"

(Os espaços em branco são illigiveis no registro conservado na Bibliotheca Nacional. O referido roteiro vem reproduzido no texto acima.)

No anno seguinte e evidentemente antes da carta de 16 de Junho de Sebastião de Castro Caldas annunciando a descoberta de Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de S'queira, Bento Correia escreveu outra carta ao rei, que ficou registrada em Lisboa a 31 de Outubro de 1695. Nesta carta alem do roteiro do Padre Faria (com algumas variantes na redacção notadas no texto acima) vem os seguintes trechos interessantes para os fins do presente estudo.

«..... Governador Antonio Paes de Sande, com quem tinha ajustado quando fôssemos a S. Paulo em serviço de Vossa Magistade passarmos por estes ribeirões (Guaritiba, Angra) por ficar em caminho, e como falleceu nada teve effeito.»

« Estas são as noticias que tenho desde a era de 83, em que passei aquellas partes em serviço de Vossa Magestade, e supposto não fosse aos longes dos certões, explorei todo o povoado da Serra para cima, vendo com particular cuidado todo aquelle territorio, e depois fiz a mesma diligencia por toda a costa por terra, assistindo em muita parte de ribeirões de minas afim de tormar verdadeiro conhecimento, e tomando informação dos mais fidedignos homens de tudo o que ignorava, a fim de que havendo occasião a empregasse no real serviço de V. Mag.e, té que chegando o governador Antonio Paes ao Rio de Janeiro, tendo noticias passava as ditas Capitanias por ordem de V. Mag.e, o vim buscar e de tudo lhe dei parte para que com mais clareza e conhecimento fizesse o que mais convinha ao real serviço de V. Mag.e, a quem prostrado aos seus reaes pés offereço estes arbitrios, e os mappas que fiz tanto sobre as minas, como o outro das terras de Angra dos Reis, para que V. Mag.e tenha uma verdadeira noticia o conhecimento daquellas conquistas. V. M. mandará o que for servido".

lia, mas onde, conforme se vê de diversas referencias, havia esperanças de descobrir minas de prata rivalizando com as de Potosi. Um officio do governador Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, datado da Bahia em 19 de junho de 1693 accusa o recebimento de uma carta régia transmittindo uma representação da camara de S. Paulo « sobre não ser conveniente que os indios das aldêas de Vossa Magestade se abalassem ao descobrimento dos ribeirões».

Informa o governador que se tratava de serviços de ouro em rios tão doentios que os paulistas tiravam indios das aldêas para poupar os seus proprios; mas nada refere sobre a situação dos ditos ribeirões. Esta vem revelada num escripto, de 1695, de Bento Corrêa de Souza Coutinho, tratando das minas e do córte de madeiras na zona do littoral, que indica que se trata da região de Paranaguá e Guaritiba.

O roteiro referido nas cartas de Bento Correia está um tanto damnificado nas copias consultadas existentes na Bibliotheca Nacional, mas pela comparição das duas poude ser restaurado do modo seguinte:

«*Roteiro das minas de ouro que descobriu o revdmo. vigario João de Faria e seus parentes e do mais que tem em sy os Campos.*

«De frente da villa de Taubaté quatro ou cinco dias (a outra cópia diz «tres ou quatro») de viagem se acha estar o rio de Sapucahy, e descendo da dita villa para a de Guaratinguetá tomando a estrada real do sertão, dez dias de jornada para a parte do norte sobre o monte de Amantiquira, quadrilheyra do mesmo Sapucahy, achou o padre vigario João de Faria, seu cunhado Antonio Gonçalves Vianna, o Capt. Manoel da Borba (1) e Pedro de Avos varios ribeiros com pintas de Ouro de muita conta (a outra versão diz «em 3 ribeiros pinta muita boa, e geral de ouro de lavagem de que trouxe a amostra delle a esta cidade»); e das campinas de Amantiquira cinco dias de jornada, correndo para o Norte, estrada tambem geral

(1) Será Manoel da Borba Gato que, conforme Bento Fernandes, depois da morte violenta de d. Rodrigo de Castel Branco, andou feito cacique entre os indios do sertão do Rio Doce até que voltou para a villa de Pindamonhangaba, donde "retirou-se logo para um canto entre a serra do mar e a povoação de Paraitinga"?

do sertão fica a serra da Boa Vista, donde começam os campos geraes té confinar com os da Bahia; e da serra da Boa Vista thé o rio grande são quinze dias de jornada, cujas cabeceiras nascem da serra de Juruoca, de frente dos quaes serros té o rio dos Guanhanhans (*Guyanas* na outra cópia) e um monte de Ebitipoca tem dez leguas pouco mais ou menos de circuito, toda esta planicie com cascalha formado de safiras e de frente do mesmo serro de Juruoca para o parte da estrada, caminho de Oeste pouco mais ou menos, estão umas serras escalvadas, na qual achou o dito Padre vigario safiras nativas em vieiros de pedras cavacadas: (1) entre esta distancia estão muitos montes escalvados pelos campos e muitos rios, e em um destes montes que se chama o Baependi se suspeita haver metal pela informação que deixou o defuncto Bartholomeu da Cunha, e adiante passando o rio de Igaray («Yrigahi» na outra cópia) se achara uma campina dilatada de minas de christaes finissimos, e indo fazendo a mesma derrota se acharão muitos morros escalvados e campos geraes, cujos morros mostrão terem haver para muitas experiencias que se tem feito que por falta de mineiros se não sabe o que é, sendo os ditos campos muito ferteis de toda a caça.»

A outra cópia deste documento, a de 1694, diz, depois da referencia á falta de mineiros: «esta quantidade de campos e capões é regada de muitos rios, uns grandes outros pequenos, em que não póde faltar ouro de lavagem que por não ter logar não fiz exame, e são os ditos campos fertilissimos de caça e fructas agrestes» e depois de algumas palavras illegiveis «e da Resaca de Catagoas e serra de Juruoca que tudo confina hua cousa com outra, ha de vir sahir dos campos geraes o caminho para o Rio de Janeiro.»

Por este documento se vê que já em meados de 1694 estava conhecida regularmente a região do alto Sapucahy e Rio Grande, bem como a existencia de ouro nella. A descoberta feita por uma ou mais expedições, provavelmente nos annos de 93 ou 94, organizadas para este fim especial e evidentemente acompanhadas por gente pra-

(1) Talvez disthenio azul que abunda em muitas partes de Minas Geraes. Os mineraes azues a que se referem as suppostas saphiras da região dos rios Jequitinhonha e Doce não são conhecidos nesta parte do Estado, talvez por falta de explorações.

tica das lavras do littoral, fôra mais positiva e provavelmente mais importante pela quantidade de ouro extrahido do que as attribuidas a Arzão e Bartholomeu Bueno. Entretanto, parece ter passado quasi despercebida, provavelmente porque o ouro era «de lavagem» e não em quantidade sufficientemente deslumbrante, para fazer desapparecer o antigo preconceito contra esta qualidade de minas, em comparação com as sonhadas minas de prata com que se esperava collocar a colonia portugueza a par das de Hespanha.

Não sendo conhecida a correspondencia de d. João de Lencastro com o governo de Lisboa, não se póde saber em que termos elle deu conta desta descoberta do padre Faria, mas é provavelmente a ella que o governador se refere na carta de 15 de setembro de 1694, dirigida ás camaras de S. Paulo, S. Vicente e Santos, ordenando a construcção de uma nova fortaleza em frente de Santos, «porque agóra que é tão grande a fama do muito ouro que de novo se tem descoberto, poderá a mesma villa excitar desejo de alguma nação inimiga, e ainda de alguns corsantes ou piratas.» E' para notar que o chefe da expedição, o padre João de Faria (Fialho), se tornou depois um dos mineiros mais importantes da Villa Rica, onde deixou o seu nome ligado a um bairro da cidade e onde ainda se apontam as ruinas da sua residencia. E' tambem para notar o nome de um explorador, Bartholomeu da Cunha, anterior ao padre João de Faria.

O ultimo escripto de Bento Corrêa, em que vem, pela segunda vez, o roteiro do padre Faria, não traz data: mas, pelo registro em Lisboa, em Outubro de 1695, e pela referencia á morte de Antonio Paes de Sande, que teve lugar em Fevereiro do mesmo anno, pode ella ser fixada muito approximadamente. Era evidentemente pouco antes da denuncia das minas de Catagnazes, a que se refere a seguinte Carta Régia, citada por Pedro Taques na *Revista* do Instituto Historico, vols. 31, 2ª parte, pag. 16.

«Governador da Capitania do Rio de Janeiro. Amigo. Eu, El-Rei vos envio muito saudar. Vi-se a carta que escreveu Sebastião de Castro Caldas, a cujo cargo estava esse governo, a 15 de Junho deste anno: em que me deu conta de umas novas minas, que se haviam descoberto no sertão da villa de Taubaté, e de que haviam trazido cinco oitavas de amostras, que remetteu, com a noticia do que sentia

se haviam descoberto mais ribeiros, como lhe haviam representado em suas petições os descobridores Carlos Pedroso da Silveira (1) e Bartholomeu Bueno de Siqueira, a quem provou nos officios dellas, por ficar dusentas leguas das de Parnaguá, e não poderem os officiaes dellas acudir as novas minas chamadas de Cataguazes, etc., 16 de dezembro de 1695».

Pelos termos desta Carta Régia se conclue que foi sómente depois de receber os requerimentos dos descobridores das minas chamadas de Cataguazes que o governador do Rio de Janeiro ligou importancia ás descobertas do padre Faria, conhecidas desde o anno anterior. Dahi se póde presumir que não se enthusiasmou muito com qualquer das duas noticias e que a sua communicação ao governo e os actos que praticou a respeito foram dictados mais pelo desejo de satisfazer os dois pretendentes do que por interesse no assumpto.

De facto as cinco oitavas (resto, conforme a tradição, de uma apuração original de doze oitavas) entregues ao governo não era quantidade sufficiente para despertar grande enthusiasmo sinão entre pessoas ignorantes da mineração pratica. A versão que attribue a expedição de Carlos Pedroso e Bartholomeu Bueno á primeira descoberta de Arzão é puramente tradicional, mas nem por isso é inteiramente inacceitavel.

Entre o povo do interior tambem o despertar de interesse parece não ter sido immediato, visto que, conforme as noticias mais fidedignas, sómente alguns annos mais tarde é que se iniciou o *rush* para o sertão. E' de presumir que o resultado mais immediato desta primeira descoberta fôra que as subsequentes bandeiras para a caçada de indios tiveram o cuidado de levar alguns mineiros praticos das lavras do littoral, e que incidentalmente foi feito exame nos corregos por onde passaram, dando assim occasião a alguma descoberta mais deslumbrante da qual não se tem conservado noticia minuciosa, mas que provocou o *rush*, francamente estabelecido em 1693, ou talvez um pouco antes. De accôrdo com esta supposição está a noticia de An-

(1) Conforme Pedro Taques (*Rev.* do Inst. Hist. n. 34, II, p. 16) Carlos Pedroso da *Silveira* tinha sido ouvidor por parte do donatario e foi nomeado provedor de uma casa de fundição estabelecida em Paraty e depois removida para Taubaté.

tonil que attribue a primeira descoberta a um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Este, acompanhando uma bandeira em busca de indios, lavou numa gamella as areias do ribeirão de Ouro Preto, junto á serra de Tripuy, e tirou granitos de um metal pesado côr de aço, que não sendo reconhecido como ouro foi vendido em Taubaté a Miguel de Souza por meia pataca a oitava. Era o famoso «ouro preto» da região; e, nas circumstancias apontadas, é de presumir que fôsse ajunctada quantidade sufficiente para causar maior impressão do que a produzida pela descoberta anterior de Bueno e para dar em resultado que as futuras bandeiras fôssem effectivamente em busca de ouro.

A respeito da bandeira de Bueno e das primeiras descobertas subsequentes temos, além das informações já citadas de Bento Fernandes, as seguintes, dadas em 2 de janeiro de 1733 ao padre Diogo Soares por José Rebello Perdigão, que, tendo ido, em 1700, como secretario do governador Arthur de Sá, tornou-se mineiro e, em 1711, era o vereador mais moço da primeira camara da villa de Ribeirão do Carmo (*Revista* do Archivo Publico Mineiro, II, pag. 81.)

«Os primeiros sertanistas de S. Paulo informam que um Duarte Lopes, fazendo experiencia num ribeirão que desagúa no Guairanga com uma batea tirou ouro, de que no povoado fez varias peças lavradas para uso de sua casa.

«Sairam muitas bandeiras á busca da casa da Casca no verão de 1691 trazendo por seus primeiros cabos Manoel de Camargo, seu cunhado Bartholomeu Bueno, seu genro Miguel de Almeida, e João Lopes Camargo, seu sobrinho João Lopes de Camargo, que ainda existe. Fizeram as primeiras experiencias em Itaberaba, descobrindo o precioso ouro.

«Sendo pouco o lucro, proseguiu Manoel de Camargo com seu filho Sebastião na derrota da casa da Casca, sendo morto pelo gentio, e retrocedendo o filho com alguns negros.

«Miguel Garcia descobriu na foz da Serra de Itatiaya um ribeirão, que agora se chama Gualacho do Sul; mas recusando os paulistas dar partilha aos taubateanos, estes fizeram uma bandeira tendo por cabo Manoel Garcia e em breve descobriram o celebre Ouro Preto. Accudiu tanta gente que não coube a cada pessôa mais de tres braças

de terra, e nova bandeira lançou um Antonio Dias, que descobriu o ribeirão de seu nome. O padre João de Faria fez então sua tropa e descobriu o ribeirão de seu nome.

«Outra bandeira descobriu e socavou o ribeirão do Bento Rodrigues, nome do cabo, este tanto produzia que de algumas bateiadas tiraram-se duzentas e trezentas oitavas, sendo a pinta geral de duas e tres, e tanta gente accudiu que em 1697 o alqueire de milho valeu 64 oitavas.

«João Lopes de Lima, morador em Tibaya (Atibaia), com o padre Manoel Lopes, seu irmão, de alcunha o *Buá*, descobriu o ribeirão do Carmo, que Arthur de Sá mandou repartir estando já em S. Paulo, nomeando guarda-mór Manoel Lopes de Medeiros. O ribeirão do Carmo se repartiu em 15 de Agosto de 1700. Passados dois annos se descobriu só nas cabeceiras o ribeirão de Antonio Pereira, nome do descobridor, o qual chamam hoje Gualacho do Norte; descobriu-o no meio Sebastão Rodrigues da Gama; a barra descobriu João Pedroso descobridor tambem do Brumado e do Sumidouro, que não erão menos ricos. Estes rios desembocão ambos no Miguel Garcia ou Gualacho do Sul e todos no ribeirão do Carmo junto ao Furquim. No mesmo desemboca o Bom Successo, descoberto pelo coronel Salvador Fernandes Furtado, um anno depois do mesmo ribeirão; foi repartido por ordem de Arthur de Sá. Outros seguiram ribeirão abaixo, sendo o primeiro o capitão Antonio Rodovalho, a 10 leguas pouco mais ou menos de Ouro Preto, onde então estava situado Perdigão. Mais abaixo passou João Lima Bonfante, que situou-se na freguezia de Bom Jesus do Monte ou Furquim; mais abaixo foi o padre Alvarenga. O ultimo de todos foi Francisco Bueno de Camargo, na barra deste ribeirão, no Guapiranga. Todos estes descobrimentos se fizeram de 1700 para diante».

Nos pontos essenciaes, para os fins do presente estudo, as noticias de Bento Fernandes e de Perdigão estão substancialmente de accôrdo. Ambos attribuem o descobrimento effectivo á bandeira de que fez parte Bartholomeu Bueno, a quem, ao que parece, os companheiros da bandeira e outros, por cujo intermedio a primeira amostra foi transmittida, não disputaram as honras de primeiro descobridor, sendo de presumir que a idéa de tirar proveitos officiaes da

descoberta fôsse primeiro suggerida por Carlos Pedroso da Silveira. O logar deste descobrimento era nas immediações da Serra do Itaberaba, que se acha situada no caminho mais natural de passagem da bacia do Rio Grande para a do Rio Doce, sendo de presumir que serviu de balisa para as bandeiras de caçadores de indios. Dahi os descobrimentos se extenderam progressivamente para as immediações da Serra de Itatiaia e de Itacolumy, ou de Ouro Preto, sendo de presumir que sómente depois de alcançar este ultimo ponto fosse que se estabeleceu o *rush*, que transformou as bandeiras caçadoras em mineiras. Estando as serras de Itatiaia e de Itacolumy fóra do caminho de caçadores e sendo de difficil accesso, é quasi certo que as primeiras explorações feitas foram com o fim especial de reconhecer a existencia de ouro: mas é provavel que, no principio pelo menos, este fim fosse ainda subordinado ao de escravisar indios.

A divergencia mais importante entre as duas noticias está na data de 1697, dada por Perdigão á descoberta de Bento Rodrigues, que certamente foi posterior ás de Ouro Preto, as quaes, conforme Bento Fernandes, tiveram logar em 1699. Uma carta de Arthur de Sá e Menezes, de 29 de Abril de 1698 (1), indica que neste anno o *rush*

(1) «Senhor:

«A conta que Sebastião de Castro Caldas deu a Vossa Magestade das minas de Taubaté são as chamadas dos Cathaguazes, que distão de Taubaté mais de cem lèguas. Continuadamente se vão descobrindo novos ribeiros de grandissimo valimento, como ja tenho dado conta a Vossa Magestade em carta de vinte de Maio; o ouro é excellentissimo e dizem os ourives que é de vinte e tres quilates.

«As diligencias que achei que o sobredito Sebastião de Castro tinha feito para a boa arrecadação foi ter creado um provedor em Taubaté e uma officina sem officiaes, e agora fico cuidando se convem ao serviço de Vossa Magistade o conservar aquella officina, pelas duvidas que se me offerecem prejudiciaes a boa arrecadação dos quintos, porem sobre este particular não tenho disposto nada contra o que Sebastião de Castro deixou ordenado, porque quero ver primeiro o que a experiencia me ensina examinando estes negocios maduramente.

«E nestas mesmas minas tinha provido Sebastião de Castro a um guarda-mór que é o ministro que reparte as datas aos mineiros e tem cuidado de cobrar o dinheiro que se dá por aquella que toca a V. M. a qual se põe em praça, e como este provimento foi sem conhecer o sujeito, o qual era incapaz do tal cargo pelo seu máo procedimento e tyranias que usava, e de mais não dando conta nenhnma do que tocava a V. M., roubando tudo para si, o mandei depor do officio e provi nelle a pessoa benemerita que entendo ha de servir bem a Vossa Magestade; e mandei ordem ao antigo guarda-mór a

estava francamente estabelecido, mas parece indicar tambem que no intervallo entre a carta de Sebastião de Castro Caldas de 16 de Junho de 1695 e aquella data o movimento explorador, embora continuado no sertão, pouca attenção tinha recebido das auctoridades no Rio de Janeiro.

Considerando todas as circumstancias, é de presumir que o primeiro descobrimento potencial contado por Antonil fôsse em 1696 ou 1697, dando assim tempo para a transmissão ao Rio de Janeiro da primeira amostra do extranho metal que foi reconhecido como ouro preto. Assim devia ter sido de 1695 a 1696 a bandeira de Miguel Garcia no districto da serra de Itatiaia.

Os incidentes da bandeira de 1694, contados por Bento Fernandes, mas não referidos por Perdigão, nada têm de inverosimil, salvo na importancia dada á supposta descoberta de Arzão como causa determinativa da expedição. A interessante tradição de ter a primeira amostra de doze oitavas de ouro passado por diversas mãos sem que estes successivos possuidores disputassem ao primeiro o credito do primeiro descobridor denota grande lealdade da sua parte, ou, talvez, indifferença ou ignorancia da importancia da descoberta.

Uma vez começado o movimento immigratorio, toda a fralda oriental da Serra do Espinhaço, correspondente a bacia do Rio Dôce até a Santa Barbara ao norte, ficou dentro de muito poucos annos desbravada e cheia de centros activos de mineração. Até o anno de 1704 parecem terem sido descobertos e povoados todos os districtos mais ricos desta encosta, que tomou o nome de Minas Geraes de Cataguazes para distinguir esta região mineira das vizinhas do Rio das Velhas e do Caethé, que se desenvolveram quasi simultaneamente como resultados indirectos das descobertas determinativas do *rush* na vizinhança de Ouro Preto. Conforme Antonil, as descobertas na região de Caethé foram anteriores ás do Rio das Velhas, ou de Sabará, e neste caso é de presumir que fossem feitas por mineiros de Ouro Preto passando para o oéste das cabeceiras do Santa Barbara, ou tal-

---

quem chamão Joseph de Camargo Pimentel que logo viesse dar contas dos que pertencerem a Vossa Magestade. Como me não tem chegado respostas destas ordens, não posso dar conta a V. Magestade com aquella individualide que é justo. Vossa Magestade neste particular como em tudo mandará o que mais convier a seu real serviço.

«Rio de Janeiro, 20 de Abril de 169[illegible]».

vez por bahianos vindos do norte. A importancia que tiveram certos bahianos nos acontecimentos de 1709 e a referencia de Antonil ao capitão Luiz do Couto, «que da Bahia foi para esta paragem com tres irmãos, grandes mineiros», favorecem esta ultima hypothese (1) que, aliás, está em desaccôrdo com as informações de Bento Fernandes, que dá a fundação de Caethé como tendo sido feita de Sabará por Leonardo Nardes. O que parece certo é que Caethé foi o ponto de encontro de tres movimentos mais ou menos independentes, isto é, o de Ouro Preto, o do Rio das Velhas ou de Sabará, e o do norte pelo sertão da Bahia e talvez pelo littoral de Espirito Santo, sendo todos estes movimentos provocados pelas descobertas de ouro no districto de Ouro Preto na épocha de 1694 a 1699.

A fralda occidental da serra do Espinhaço, na região do alto Rio das Velhas, começou a ser explorada logo em seguida á oriental e provou ser egualmente rica. O movimento por este lado foi iniciado pelo capitão Manoel da Borba Gato, genro de Fernão Dias, que com a promessa de descobrir ou revelar ricas minas alcançou perdão do crime da morte de d. Rodrigo de Castel Branco, em 1681, que lhe foi attribuido. Julgam diversos historiadores que a descoberta já tinha sido feita antes da retirada precipitada de Borba Gato do sitio de Sumidouro (2) na vizinhança do futuro districto mineiro. Como já ficou referido, porêm, é extremamente duvidoso que a gente

---

(1) Esta hypothese e a do paragrapho seguinte ficaram plenamente comprovadas pelos documentos apresentados num trabalho subsequente relativo aos primeiros descobrimentos nos districtos de Sabará e Caethé.

(2) Dois nomes locaes servem para identificar a posição approximada, sinão exacta, deste sitio. O de Sumidouro, pequena e antiga (figura num mappa de 1767), povoação proxima á Lagôa Santa, não é, em absoluto, determinativo visto a frequencia de sumidouros nesta região. Existe, porêm, na visinhança um ribeirão e povoação antiga com o nome de Fidalgo, a que se refere uma das testemunhas do processo Tiradentes, em 1789, dizendo ter ouvido «que se tinha morto um general no sitio a que se chamou Fidalgo, na comarca de Sabará, cujo successo deu nome ao dito sitio (Norberto *Conjuração Mineira*). A referencia á morte de Castel Branco é clara e assim se torna quasi certo que o nome de Sumidouro na vizinhança vem do tempo da expedição de Fernão Dias.

A versão corrente que a introducção de gado no valle do Rio das Velhas vem da dispersão das comitivas de Borba Gato e de Castel Branco parece sem fundamento. Não é de presumir que estas expedições tivessem levado gado, e é certo que neste tempo a occupação do sertão de S. Francisco pelos creadores bahianos já se tinha effectuado até bem proximo, sinão dentro do valle do Rio das Velhas.

da expedição de Fernão Dias tivesse identificado a serra do districto de Sabará com a lendaria Sabarábussú, ou que tivesse entre si pessoal apto para a descoberta de ouro com que, estando preoccupada com a idéa de prata e esmeraldas, pouco ou nada se importava. E' tambem de extranhar que, no caso de ter feito esta descoberta, nada se communicasse a S. Paulo na occasião da remessa do espolio mineralogico da expedição, feita por mão de Garcia Rodrigues, filho de Fernão Dias e cunhado de Borba Gato. O mais provavel é que a confiança de Borba Gato foi devida a um palpite feliz baseado, talvez, no conhecimento que elle tinha da analogia entre as regiões do alto Rio das Velhas e a do alto Rio Doce.

No principio o unico accesso para a região mineira era pelo antigo caminho dos indios, passando do valle do Parahyba ao do Rio Grande e dahi para os do São Francisco e Rio Doce. Poucos annos depois da descoberta foi aberto, por Garcia Rodrigues, um novo caminho em direcção ao Rio de Janeiro, e indubitavelmente houve entradas pelos lados da Bahia e Espirito Santo, das quaes não se tem conservado noticias minuciosas. Estando já occupada por creadores de gado grande parte do sertão da Bahia, o accesso pelo lado do norte era relativamente facil, e é quasi certo que logo nos primeiros annos depois da descoberta esta via era aproveitada. De entradas pelo lado do Espirito Santo não se encontram noticias publicadas; mas pela correspondencia dos governadores da Bahia, conservada na Bibliotheca Nacional, vê-se que já em 1700 houve projectos de explorações e que em 1702 se fala de minas em trabalho. No principio de 1704 o governo de Lisbôa, a pretexto de guerra no sul e de piratas, mandou retirar a gente das minas e impedir a entrada de mais. Nas ordens expedidas para este effeito se fala das minas da Serra Fria e Tocambira, donde se pode concluir que o movimento do littoral da Bahia e Espirito Santo tinha seguido o antigo caminho dos indios e descoberto ouro nos districtos de dois dos postos de Fernão Dias. Não é muito arriscada a hypothese que houve a redescoberta dos corregos auriferos da expedição de Martim Carvalho. Subsequentemente o districto de Serro foi occupado por mineiros vindos de Caethé, Sabará e Ouro Preto, aos quaes geralmente se attribuem as primeiras descobertas no districto do Serro do Frio, destinado a se tornar celebre como

a Demarcação Diamantina. Confórme parece, a occupação effectiva deste districto, que já tinha sido percorrido por grande parte das expedições para o sertão, teve logar antes de 1714.

Em caminho de S. Paulo para as Minas Geraes os aventureiros tiveram de passar por uma grande extensão de terreno aurifero já assignalado pelo padre João de Faria, e indubitavelmente na passagem iam fazendo pesquizas nesta região. Nos primeiros tempos, porêm, era necessario que o rendimento fosse fóra do commum para attrahir mineiros, e nestas condições só foi encontrado, em 1703, um logar no Rio das Mortes que deu origem a um centro de mineração rivalizando com os já estabelecidos mais ao norte. As lavras mais pobres nas regiões do alto Rio Grande e Sapucahy, já conhecidas pela exploração do padre Faria, tiveram, ao que parece, (*Archivo* de S. Paulo, vol. XI p. XLI), cerca de 1720, um começo de exploração effectiva, sendo dadas por «bromadas», e sómente mais tarde, cerca de 1743, é que foram definitivamente occupadas e trabalhadas.

Tambem não tardou muito, (antes de 1713), a ser explorado o caminho da expedição de 1601, dando logar á creação do importante centro de Pitanguy, na região onde, presumivelmente, esta bandeira julgou encontrar a lendaria Sabarábussú.

Assim, dentro dos primeiros dez ou quinze annos, depois do primeiro descobrimento effectivo, ficou conhecido e povoado, como por encanto, todo o vasto sertão que durante seculo e meio tinha sido percorrido pelas mallogradas bandeiras em busca de prata e pedras preciosas.

No principio as lavras eram exclusivamente nos leitos dos rios e corregos, mas não tardou muito a descoberta (em 1707, conforme Bento Fernandes) que os terrenos marginaes eram tambem auriferos e dignos de attenção. Mais tarde, em 1707, conforme a mesma auctoridade, se começou a lavrar as betas nas suas partes superficiaes, mas por mais de cem annos este typo de lavras conservou mais analogia com as de «ouro de lavagem» do que com as minas em rocha propriamente ditas. A mineração subterranea, conforme as regras de arte, foi iniciada em 1815 por Eschwege (*Pluto Brasiliensis*, pag. 271), sendo este primeiro ensaio seguido pelas operações das companhias inglezas que começaram de se estabelecer em 1825.

ORVILLE A. DERBY.

Os primeiros descobrimentos de ouro nos districtos de Sabará e Caêthé.

No estudo sobre os primeiros descobrimentos de ouro no territorio de Minas Geraes, que apresentei o anno passado neste Instituto, considerei o descobrimento do districto de Sabará como sendo posterior ao do districto de Ouro Preto e como uma consequencia natural deste. Esta opinião, baseada mais em hypotheses do que em documentos comprobativos, era contraria á de alguns escriptores que, em vista da prévia residencia na região do descobridor das minas de Sabará, Manoel de Borba Gato, admittem a possibilidade de ter elle voltado á região em consequencia de descobertas feitas durante essa residencia. Na occasião não tive elementos para estudar devidamente este ponto e outros relativos á historia da parte mais septentrional da região aurifera; mas hoje me acho habilitado a fazel-o, graças á obsequiosidade de dois amigos e consocios neste Instituto, os srs. Capistrano de Abreu e Eduardo Prado, dos quaes o primeiro fez, a meu pedido, uma busca nos documentos ineditos da Bibliotheca Nacional e do Archivo Publico do Rio de Janeiro e o segundo me cedeu cópias de uma preciosa massa de manuscriptos encontrados na Bibliotheca Real da Ajuda, em Lisboa.

A historia corrente, baseada em documentos da familia Paes Leme consultados em Lisboa pelo historiador Southey, e nos escriptos de Pedro Taques, membro da mesma familia, é que Manoel de Borba Gato, genro de Fernão Dias Paes Leme e membro da expedição de 1674 em procura das minas de esmeraldas e da lendaria serra de

Sabarábussú, ficou no sertão depois da morte do sogro, num sitio chamado Sumidouro, que teve de abandonar por ter ficado envolvido na morte tragica de d. Rodrigo Castel Blanco, que lhe foi attribuida, e que alcançando, annos depois, indulto do governador Arthur de Sá e Menezes, elle voltou ao sertão e conseguiu logo descobrir a procurada serra de Sabarábussú, fundando a actual cidade de Sabará, que lhe tirou o nome. Da historia assim contada diversos escriptores têm deduzido duas conclusões importantes, a saber;—em vista da facilidade da descoberta, Borba Gato já a tinha feito antes de abandonar o sertão, cerca de 1681, e que a introducção de gado na região do alto São Francisco e rio das Velhas era devida á dispersão dos habitantes da nascente povoação do Sumidouro em consequencia das desordens que resultaram na morte de Castel Blanco.

No escripto já referido identifiquei entre as numerosas localidades designadas (ou que podiam ser designadas) com o nome de Sumidouro, o sitio estabelecido por Fernão Dias e abandonado por Borba Gato com a que ainda conserva este nome, situada proximo ao Rio das Velhas, a algumas léguas ao norte de Sabará. Esta identificação acha-se confirmada pelo nome de «Fidalgo» dado a um riacho e antiga povoação na vizinhança que, conforme uma testemunha no processo Tiradentes, commemora a morte, neste logar, de um fidalgo e governador que não póde ser sinão d. Rodrigo Castel Blanco. Aventurei tambem a hypothese de que o nome de Sabarábussú tenha sido dado pelos brancos depois e em consequencia do descobrimento de ouro, não sendo verdadeiramente a legendaria serra dos indios, e citei um escripto de Bento Fernandes Furtado de Mendonça em que se refere que Borba Gato, em logar de andar refugiado entre os indios do Rio Doce, estava encostado num sitio na vizinhança de Pindamonhangaba, tornando possivel que fosse elle o Manoel Borba que acompanhou o padre João de Faria na expedição de 1693 ou 1694 ás regiões do alto Sapucahy e Rio Grande.

Seja qual fôr o escondrijo de Borba Gato durante o tempo em que temia a acção da justiça, certo é que soube aproveitar a febre da mineração provocada pela descoberta de ouro no districto de Ouro Preto e inculcar-se ao governador Arthur de Sá e Menezes como pessôa apta para extender as descobertas e, presumivelmente, para

realizar o grande sonho a respeito de minas de prata e esmeraldas. Conseguido o seu intento, e naturalmente ao mesmo tempo o perdão do seu crime supposto ou real, obteve, em fins de 1698, a seguinte carta-patente.

«Faço saber aos que esta minha carta-patente virem que havendo respeito ao muito que convem ao serviço de sua magestade que D. G. e ao bem commum desta capitania e das da repartição do Sul que se descobram minas a cujo negocio me mandou o dito senhor a estas partes, e pelas noticias que tenho que na paragem a que chamam Sabarábussú haverá mina de prata, a cujo descobrimento mando Manoel de Borba Gato para que com sua actividade e zelo que mostra no serviço d'el-rei Nosso Senhor explore os morros e serras que horver naquellas partes, e por esperar delle que neste particular se haja muito cuidadoso, fazendo-se digno das honras e mercês que sua magestade que D. G. liberalmente pela minha mão concede aos que descobram minas, hei por bem de o nomear e eleger como por esta o faço, nomeio e elego por tenente general desta jornada de Sabarábussú—e pode ser que o capitão-mór Garcia Roiz Paes faça jornada para a mesma parage ao seu descobrimento das esmeraldas, encontrando-se com o dito tenente G. se ajudaram um ao outro para mais promptamente se fazer o real serviço, o que tudo fio do zelo de ambos obrando com aquella paz e diligencia que se requer em empreza do tanta consideração.

«Dada no Rio de Janeiro a 15 (quinze) de Outubro de 1698».

Nota-se neste documento a preoccupação com minas de prata e de esmeraldas e com a famosa serra de Sabarábussú, e tambem a falta de indicação de conhecimentos exactos a respeito da posição desta serra. A fama da serra de Sabarábussú já se tinha espalhado na Europa tanto que ella vem representada (como o nome de serra de Sarabassú e em posição proximamente da serra da Canastra) no mappa de Coronelli de 1688. Ao que parece, tanto Borba Gato como Garcia Rodrignes foram commissionados para continuar as explorações de Fernão Dias e, naturalmente, na região onde este tinha encontrado esmeraldas, isto é, no espigão entre o curso médio dos rios Doce e Jequitinhonha.

Dois annos depois Borba Gato estava de volta a São Paulo, tendo descoberto ouro (e, conforme elle julgava, indicios de prata) na região do alto rio das Velhas, conforme se vê na seguinte carta conservada na bibliotheca real da Ajuda.

«COPIA DA CARTA QUE ESCREVEU PEDRO TAQUES DE ALMEIDA AO SR. D. JOÃO DE LANCASTRO»

«Obedecendo a ordens de v s., no particular do informe deste sertão que agora se frequenta pelas lavras de ouro; digo que muitos annos ha estava já versado pelos nossos naturaes paulistas pelo interesse do gentio, e ao depois pelo governador Fernão Dias Paes que esteve de assento alguns annos com plantas no sumidouro Cabeceiras desse rio dos corraes dos moradores dessa cidade na diligencia da prata do serro de Sabarábassú, o qual uns modernos deste tempo não conhecem pelos muitos serros que se implicavam huns aos outros e a falta de mineiro, nada surtiram aquellas diligencias. Este é o mesmo districto em quem se tem dado com o ouro, e para essa banda se extendem os descobrimentos como se vê nos ribeirões que tem novamente reconhecido o tenente general Manoel de Borba Gato com pintas de consideração de que trouxe amostras; e por falta de mantimentos não fez a diligencia necessaria, a qual fará agora com as plantas que tem e por esta mesma causa e falta se desempararam as minas e agora começam a sahir as tropas para ella com maior concurso.

«Notaveis acertos tiveram os ultimos mineiros que vieram, os quaes lavraram em um ribeirão descoberto de novo onde em menos de um mez saíram a arroba; e em um delles com tres que nesta officina o quintaram e se acham de quintos reaes nella sete arrobas: e na de Taubaté que é a primeira a que chegaram os mineiros, dizem passam de cinco. Com que nesta frota se remetteram de quintos reaes doze arrobas e se v. s. cá viera é sem duvida que iria muito mais, porque só no zelo, vigilancia e cuidado de v. s. podera evitar os seus descaminhos, no que ficava lucrando então grossos interesses a fazenda real.

«O capitão mor Garcia Rodrigues Paes tem aberto uma picada por ordem do general Arthur de Sá e Menezes, do Rio de Janeiro

até a resaca do donde começam os campos geraes confinantes com os corraes da Bahia, que ha mais de vinte annos que os moradores do Rio de Janeiro procuram conseguir a dita picada que não teve effeito porque se duvidava poder-se abrir pelas difficuldades dos serros. O dito se tem recolhido á sua casa e certifica ser muito capaz para a conducção de gado e cavalgaduras carregadas que serão seis dias de jornada do Rio de Janeiro até a resaca, e desta até as minas oito.

A picada foi aberta em ordem a criar gado os interessados moradores do Rio de Janeiro, e para estas minas é muito conveniente, porque até bois mansos os mandam para elles dizem os homecs que têm andado este sertão, que será e é mais facil conduzir gado dos corraes dessa cidade para as minas, que leval-os destas capitanias, o que verificou a experiencia nas boiadas dos moradores dessa Bahia que v. s. fez conduzir para as ditas minas, pois nesta conducção fez v. s. um muito particular serviço á sua magestade dando grande lucro a sua real fazenda, e bem commum dos vassalos que alli se achavam, porque na remessa das boiadas que vieram ás minas soccorreu os mineiros, porque destas villas não é possivel fazer-se, porque sendo 20 já perecem os povos, nem se vende peso de carne, e valendo uma rez dois mil reis, promettem os mineiros oito, pelo que interessam nas minas, porque o preço geral até presente foi 50 oitavas e em alguma necessidade cem.

«Tem-se ordenado que as boiadas que chegarem dos moradores dessa cidade dos seus corraes, se registem nas minas onde chegarem, e com a mesma obrigação os escravos que levarem para darem conta do precedido de uma e outra coisa, para não haver descaminho nos quintos reaes, havendo pessoa em todos os descobrimentos que tinha isto a seu cargo. O que só v. s. poderia fazer vindo pessoalmente dar fórma a esta arrecadação com o seu costumado acerto, pois nos consta o grande zelo de v. s. e as acertadas disposições com que descobriu as minas de salitre, e estabeleceu a sua fabrica, e nisto faria v. s. um particular serviço a sua magestade com muita facilidade, porque como andou por sertões agrestes não ha de estranhar a aspereza destes, por estar hoje já feito grande sertanista.

«E' opinião commum dos mineiros mais experimentados em minas de ouro que tem continuado todo este sertão, segundo as disposições

dos serros e ribeiros, que o temos visto até o presente são indicios de grandeza que o tempo mostrará com a continuação para a parte das esmeraldas que distam destas minas um mez de viagem por campinas e serras fragosissimas, pela mesma aspereza ha esperança de muito ouro e pedras preciosas, de que ha indicios de saphiras pela muita escoria que se acha na superficie da terra e com esta frequencia descobrir-se-ão esmeraldas finas, e tudo o mais que se considera haver naquelle serro, que por falta de mineiro de profissão, se não animam os paulistas a trilhar estes desertos, o que affirmo só com a presença de v. s., pois temos e achamos os paulistas que por v. s. faremos milhares de impossiveis, e como temos todas as sobreditas noticias de que v. s. foi aos sertões dessa Bahia ao descobrimento do salitre, e por caminhos tão asperos animando a todos os que acompanharam a v. s. e facilitando-lhes os carinhos, descobrindo por todas estas circumstancias v. s. o salitre, que havia tantos annos estava occulto, por cujas razões e pela grande benevolencia e honra que v. s. faz a todos deste Brasil, tenho por sem duvida que os meus patricios descobririam e se fariam em pedaços por dar gosto a v. s. para descobrimento das riquezas que nestes sertões estão occultas.

«Se continuarem os rendimentos do ouro de lavagem como se certifica, e se descobrirem as pedras de valor, seria muito conveniente mandar sua magestade povoar no sumidouro a nas esmeraldas. por que em ambas estas paragens são os campos capazes de criar gados continuando com os corraes até chegar aos do mestre de campo Mathias Cardoso, ficando tudo communicavel por terra e pelo rio, por que das minas do sumidouro até os primeiros corraes, pódem haver quarenta dias até dois mezes de distancia.

«De grande utilidade seria para os quintos reaes a conservação da casa da moéda no Rio de Janeiro ou nesta villa, porque ambiciosos os moradores destas capitanias e muitos do Rio de Janeiro e tambem dessa cidade com o valor de 17 tostões, vencem impossiveis por fazer jornadas ás minas deixando suas casas impossibilitadas por lograr os interesses e seus descobrimentos, e com a falta da casa da moéda estamos receosos não tenha valor que os mova ao excesso com que de presente se empenham, e será o preço e valor tão infimo que não passará a 8.ª de ouro embarretada de dez tostões e menos,

e virão os paulistas a depôr esta conveniencia geral, continuando de novo as entradas ao sertão a buscar indios com que se sirvam.

«E tendo effeito a continuação da casa da moéda de ouro com valor de 8,12 e 16 tostões em cunho geral para todo o reino se conservará o valor dos 17 tostões, e o fervor dos mineiros nunca esfriará.

«E deferindo s. m. a casa da moeda necessitam estes povos de negros para minerar, e fora muito conveniente ordenar ao governador da Angola em cada anno mandasse um navio com peças ao porto de Santos para conservação das minas, e ficarem para sempre esquecidas as entradas dos sertões.

«O tenente-general Manoel de Borba Gato trouxe agóra ao general Arthur de Sá e Menezes umas folhetas limitadas que parece foram douradas, que me certifiou o dito general, era prata achada entre ouro das quebradas, em que alguns dos serros daquelle territorio afocinham, porque raspando o dourado mostra prata, e neste mesmo sitio se descobriu ouro que os mineiros lhe puseram o nome de prateado, porque é mais prata que ouro; razão porque o não lavraram por não ter valor; e sem mineiro será difficil descobrir-se prata.

«Affirmam os mineiros que em todo aquelle territorio das minas se acham pintas de ouro de mais ou menos consideração fazendo somente caso das pintas de meia 8.ª para sima que segundo o rendimento do ribeiro tiram bateadas de meia libra como tem succedido em alguns descobrimentos; e no dia lava um negro 40 até 50 bateas de terra.

«Isto é o que me pareceu noticiar a v. s. em execução de sua ordem sobre o estado, sertão, minas de S. Paulo e quintos reaes. V. s. disporá o que fôr mais conveniente ao serviço de s. m., que Deus guarde e a bem destas capitanias.

«Esse par de grãos de ouro que trouxe um paulista das minas das cabeceiras da capitania do Espirito Santo, districto dessa Bahia, remetto a v. s. para que veja o que tem na sua jurisdição, que affirmam os que lá vão, quanto mais para a Bahia são mais abundantes e de maior quantidade. Deus guarde a v. s. muitos annos.—S. Paulo, vinte de março de 1700.—*Pedro Taques de Almeida.*»

CERTIDÃO

«Certifico eu Antão de Faria Monteiro, sacerdote do habito de S. Pedro, o commissario do Santo Officio e da Bulla da Cruzada nesta cidade da Bahia, que eu reconheço o sinal posto ao pé da carta atraz, ser de Pedro Taques de Almeida, capitão-mór que foi nas villas de Santos e S. Paulo; por me corresponder com o dito, e tem varios sinaes seus; e assim o juro aos Santos Evangelhos Bahia e de agosto dez de mil e setecentos.—*Antão de Faria Monteiro.*»

Por esta carta se vê que em alguma região não especificada Borba Gato tinha feito descobertas de ouro e que julgava tambem ter descoberto prata em um typo especial de ouro que elle considerava como prata dourada. Esta ultima era indubitavelmente o ouro palladiado que se apresenta frequentemente na região de Sabará e em que uma mistura com o ouro de uma pequena quantidade do metal palladio dá á liga uma côr esbranquiçada. Neste tempo o unico metal branco conhecido do grupo dos metaes chamados preciosos era a prata, não estando conhecida a platina, descoberta em 1748, e o palladio descoberto em 1803. Nestas circumstancias era natural a supposição de Borba Gato que é interessante por mostrar a sua constante preoccupação com prata e consequentemente com a serra de Sabarábussú, sendo porém de notar que não parece ter pretendido haver descoberto a dita serra, da qual não ha menção nesta carta de Pedro Taques, nem na patente com que, a 6 de Março de 1700, Arthur de Sá, que estava então em São Paulo, recompensou a rua descoberta de ouro numa região nova. A parte essencial desta patente é a seguinte:

«... e para o districto do rio das Velhas se necessita um guarda mór, vendo eu que o tenente-general Manoel de Borba Gato além dos grandes merecimentos que tem por sua pessoa, prudencia e zelo do real serviço, é pratico no dito sertão e pela muita experiencia e do que desta fio, dará enteiro comprimento ao que lhe foi ordenado e ao regimento que mandei dar aos guarda móres das minas, hei por bem de o nomear no cargo de guarda mór do districo do rio das Velhas, principiando do sitio do capitão Sebastião Lemo para o nascente, o qual cargo servirá havendo sua magistade por bem...»

Dois dias depois, a 8 de Março, Arthur de Sá nomeou Garcia Rodrigues Paes, o moço, escrivão das datas das minas do rio das Velhas.

No anno seguinte Arthur de Sá esteve no districto da guarda-moria de Borba Gato, onde concedeu a este uma sesmaria em carta datada do «Sitio do Rio das Velhas», a 18 de Abril de 1701, o que descreveu «uma sorte de terras que corre entre o rio Parahypeba e o rio das Velhas, chapadas da serrania de Itatiahy mixta e continuada a de Itapucu, começando da parte do Norte e correndo a rumo de sul entre um e outro serro acima declarado até ir a entestar com a cachoeira de Itapeveramirim».

O nome Sabarábussú, ou antes uma variante que faz desconfiar que ainda não se tinha feito a identificação com a serra da lenda, apparece numa provisão de Arthur de Sá, datada do ribeirão de *Sabarávaassú* a 3 de Janeiro de 1702, em que se lê :

«...minas de prata, em cuja deligencia mandei andar com o mineiro ao tenente general Manoel de Borba Gato, guarda mór desta repartição do rio das Velhas, e por não poder actualmente assistir na dita occupação de guarda-mór... emquanto o dito tenente-general andar occupado nas diligencias de que o tenho encarregado... nomeio guarda-mór o capitão Garcia Rodrigues Paes Moço».

Uma outra provisão datada de «S. Antonio do Bom Retiro do rio das Velhas em 9 de Junho de 1702», diz entre outras coisas: «tenente-general Manoel de Borba Gato serve S. Magestade andando pelos sertões para haver de descobrir prata», dando a entender que a celebre serra da prata era considerada como bastante distante do arraial que depois tomou o nome de Sabará. A forma da palavra «Sabarávaassú» parece favorecer a hypothese do dr. Theodoro Sampaio, que o nome *Sabarábussú* é corruptella de *Itaverava-assú*, nome indigena applicavel a pedra reluzente da lenda. E possivel que a forma Sabaravaassú seja lapso de penna de quem escreveu a provisão de 3 de Janeiro, mas isto parece pouco provavel visto que em outros documentos de Arthur de Sá a serra lendaria vem designada com o seu nome proposto de Sabarábussú. O nome Itaverava—serra resplandescente—estava muito em moda entre os exploradores paulistas deste tempo, que empregavam correntemente a Lingua Geral e a nenhuma feição topo-

graphica podia ser applicado com mais propriedade do que ao grande massico de minereo de ferro que domina todo o horizonte desta parte do valle do rio das Velhas e que é actualmente conhecido pelo nome de «Serra da Piedade». O mais provavel é que o nome fosse dado na forma de Itaverava-assú e sem referencia á serra da legenda e que depois por uma natural associação de ideias passasse para Sabarábussú.

Até ahi não temos nenhuma referencia ao nome de Sabará como designação do arraial ou do districto, que parece ter sido introduzido depois. A obra de Antonil, intitulada «Cultura e Opulencia do Brazil», publicada em Lisbôa em 1711, faz diversas referencias ás minas do rio das Velhas e ao «arraial do Borba», mas uma só á serra de Sabarábussú, na seguinte nota sobre as referidas minas:

«Além das minas geraes de cataguas, descobriram-se outras por outros paulistas no rio que chamam das Velhas; e ficam, como dizem, na altura de Porto Seguro e de Santa Cruz. E estas são as do Ribeirão do Campo, descoberta pelo sargento-mór Domingos Rodrigues da Fonseca: e a do Ribeirão da Roça dos Penteados: a de N. S. do Cabo, da qual foi descobridor o mesmo sargento mór Domingos Rodrigues da Fonseca: a de N. S. de Monte-serrate; a do ribeirão do Ajudante, e a principal do rio das Velhas e a do serro de Seborabuçú, descoberta pelo tenente Manoel Borba Gato, paulista, que foi o primeiro que se apoderou della e do seu territorio».

Os nomes mencionados nesta nota e na carta de sesmaria só podem ser identificados por quem tem conhecimentos mais minuciosos da geographia da região do que os que se obtem pelo estudo dos mappas existentes. E' certo, porém, que poucos annos depois da volta de Borba Gato para a região, o nome de Sabarábussú tinha sido introduzido, mas que tão pouca significação se ligava a elle que logo ficou abreviado em «Sabará», que assim mesmo só se conservou para o rio em cuja fóz foi situado o arraial. No termo de 17 de Julho de 1711, elevando o arraial a villa com o nome official de Villa Real de N. S. da Conceição, o sitio é descripto como sendo «neste Arraial e Barra de Sabará». Por seu lado a serra ficou, em data que não se pode para o momento determinar, rechrismada com o de «Piedade», que ainda conserva. Numa descripção de um mappa da Capi-

tania de Minas, que apresentei ha tempos a este Instituto e que sahiu publicada no segundo volume da sua *Revista* e que parece ter sido escripto entre 1717 e 1721, o nome Sabará só apparece com applicação ao rio, sendo, porém, mencionado um Riacho da Prata, que talvez recorde a supposta descoberta de Borba Gato com a sua prata dourada. Ao illustre investigador da historia da mineracão em Minas, o Dr. Antonio Olyntho, devo a informacão que este riacho ainda conserva o nome e desagua no Rio das Velhas do lado direito junto ao antigo arraial de Raposos.

O nome de Borba Gato continuou a apparecer na correspondencia do governador da Bahia até 1705, dando a entender que até esta data ou talvez um tanto mais tarde, a jurisdicção do districto estava em litigio entre as capitanias da Bahia e Rio de Janeiro. De facto, com data de 22 de setembro de 1700, o governador da Bahia, d. João de Lancastro, dirigiu ao do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, uma carta em que se lê:

«...me pareceu advertir a v. s. como seu amigo que o rio Verde, o Dosse, o Pardo, o Das Velhas, etc., as cabeceiras do Espirito Santo estão no districto da Bahia para que v. s. evite pelo caminho que melhor lhe parecer que de nenhuma sorte excedam as pessôas que andarem nos taes descobrimentos os termos que inviolavelmente devem observar, não passando de uma capitania para outra, porque tenho já mandado a estas partes a fazer os taes descobrimentos por ordem que tenho de s. m. que Deus Guarde e como tão ambicioso do dito Senhor lhe quero fazer mais este, etc».

No catalogo do livro da correspondencia de d. João de Lancastro vê-se que na mesma data elle dirigiu a uma auctoridade do Espirito Santo uma carta relativa a uma exploração projectada nas cabeceiras desta ultima capitania por Joseph Cardoso de Azevedo, de cujo resultado não se tem encontrado noticias.

A 14 de Maio de 1701, d. João de Lancastro tornou a escrever a Arthur de Sá, nos seguintes termos:

«Nesta occasião tive ordem de sua magestade que Deus guarde para que mandasse suspender a communicação que havia pelo caminho que mandey para as minas de Caheté e Tocambira, districtos desta

capitania geral, por se entender poderiam resultar della muitos inconvenientes a seu real serviço: e como v. s. me diz nas duas cartas que me escreveu do rio das Velhas em 30 de novembro do anno passado que remettia algumas pessôas que vieram para esta praça, e outras que foram aos curraes desta capitania que quintassem o ouro que traziam por entender que se ficariam assy evitando melhor os descaminhos que nelle poderiam haver e que por falta de mantimentos se haviam retirado muitos mineiros para a montaria para terem com que sustentar a sua gente, e outros para suas casas para voltar em março assy pelos mantimentos que já deixavam plantados como pelo gado que haviam mandado buscar aos curraes da Bahia e Pernambuco, o que será grande adjutorio para se poderem lavrar as ditas minas. com que nestes termos me é preciso saber de v. s. se teve alguma ordem de sua magestade sobre este particular, e resolução que determina seguir para que com mais acerto me saiba resolver em um negocio de tantas consequencias, e de que se pódem seguir ou deixar de seguir outras utilidades a sua Real Fazenda».

O que ha de mais interessante nesta carta é a referencia ás minas de Caheté e Tocambira (Itacambira) como sendo já descobertas. Acha-se assim confirmada a hypothese que aventurei no referido escripto que as minas de Caheté para o norte, na região do assim chamado Serro do Frio, foram primeiramente descobertas do lado da Bahia e não do de São Paulo, sendo a data, pórém, anterior á que eu tinha imaginado. A carta seguinte mostra que estas descobertas foram, provavelmente, obra não do acaso, mas de uma exploração em regra planejada por um administrador de vistas largas e que um dos exploradores era de origem paulista.

«Copia que vae somente pela Secretaria do Estado.

«Senhor.—Sabendo eu com toda a individuação que as cabeceiras dos sertões da capitania do Espirito Santo, onde novamente se descobriram as minas de ouro, confinam com os da villa de S. Paulo, Rio de Janeiro e os desta Bahia, e desejando que todas as terras do Brasil se convertessem em ouro, para que dellas resultassem grandes augmentos á fazenda de v. m. despachei o capitão João de Goes de Araujo, que a esta praça tinha vindo da mesma villa de S. Paulo donde é natural, e filho de Pedro Taques de Almeida, um dos princi-

paes moradores daquella villa, para que fôsse com trinta homens (que voluntariamente se offereceram para o acompanhar) pela parte do Norte do rio de S. Francisco, das serranias donde tem a nascença os rios Pardo, Doce, das Velhas e Verde; os quaes distam (pelas informações que me deram) vinte e cinco leguas, pouco mais ou menos, das mesmas minas donde os paulistas se acham cavando ouro a presente; e pela parte do Sul a Pedro Gomes da Franca, natural desta cidade, neto do Mestre do Campo Pedro Gomes, e capitão de infantoria de um dos terços pagos desta praça, o qual mandei com mais de cem homens moradores nestes reconcavos e cidade, que tambem se offereceram voluntariamente, para o acompanharem á villa de S. Jorge, capitania dos Ilheos, distante desta cidade sessenta leguas, para fazer de alli a sua entrada pelo rio Patippe assima, a donde varias vezes se tem já achado ouro, e se vem juntar os ditos quatro rios. E pelas noticias que me deram algumas pessoas practicas dos mesmos sertões, se presume que do rio Patippe até as ditas serranias haverá oitenta leguas; e se tem por infalivel haver nellas ouro com a mesma abundancia que nas novas minas se acha. E aos ditos capitães ordenei tambem se ajuntassem infallivelmente nas cabeceiras dos ditos quatro rios, e explorassem nellas tudo quanto se pudesse achar de mineraes; donde e das minas já descobertas viriam ambos descobrindo caminho e mais breve para esta cidade, observando por todo elle tudo o que houvesse, fazendo mappas e roteiros com toda a clareza e distincção; que de tudo iam bem prevenidos, como manpei fazer no descobrimento do caminho do Maranhão. Entendo, (Senhor,) que deste que agora mandei fazer, terá grandes conveniencias o serviço de V. Magestade e espero em Deos que o tempo assim o mostre: e V. Magestade se dê por satisfeito desta minha diligencia. Estas duas entradas mandei fazer sem despendio algum da fazenda de V. Magestade. A real pessoa de V. Magestade guarde Nosso Senhor como seus vassallos havemos mister. Bahia, 7 de janeiro de 1700.—*Dom João de Lancastro.*»

Como se vê pela carta a Arthur de Sá, já citada, o governo de Lisboa não approvava os projectos e esforços de d. João de Lancastro, que teriam concentrado na Bahia, em logar do Rio de Janeiro, o movimento commercial das minas, modificando assim extraordinaria-

mente o curso de historia mineira, e em Junho do anno seguinte este governador foi substituido, sendo quanto foi possivel desmanchada a grandiosa obra que elle tinha encetado. Foi até prohibido o movimento do gado dos curraes da Bahia para o supprimento da população mineira; mas esta prohibição era tão contraria ás leis naturaes da permuta commercial que se manteve, apesar della, um activo commercio de contrabando, e sem duvida tambem um activo movimento de população o de exploradores de minas. Sendo interdictas as entradas pelo lado da Bahia procurou-se, mais ou menos favorecido pelo governador da Bahia, abrir e conservar communicações com os districtos mineiros via Espirito Santo. Os documentos relativos a este movimento espiritosantense são deficientes e obscuros; mas parece fóra de duvida que até 1705 o houve de certa importancia, sendo claras as referencias ás minas de Itacambira e Serro do Frio, isto é, á região entre as immediações da actual cidade de Serro e as de Grão Mogol, incluindo o futuro districto diamantifero. Em 1705 houve prohibição formal deste movimento, cessando o trafico legitimo entre as minas e as praças da Bahia e do Espirito Santo. Poucos annos depois os districtos desbravados e abertos por iniciativa de d. João Lancastro e dos bahianos foram occupados de novo pelos paulistas, que nas versões correntes da historia mineira passam por ser os seus primeiros descobridores. O que porém parece certo pelos termos da já citada carta a Arthur de Sá é que a exploração ordenada por d. João de Lancastro foi bem succedida dando em resultado a descoberta de ouro e o inicio da sua mineração em Caethé e Itacambira e a abertura de uma estrada passando por estes pontos para a Bahia.

Intimamente ligada com as questões relativas ao Sumidouro e a Borba Gato é a do estabelecimento de fazendas de crear, ou de curraes, na região do alto S. Francisco. A carta de Pedro Taques de Almeida, escripta em 1700, dá a este rio o nome de «Rio dos Curraes» e refere a existencia de um arraial de Matheus Cardoso. Por um outro documento sem data, mas evidentemente escripto pouco depois de 1705 e conservado no mesmo masso na Bibliotheca da Ajuda e que será opportunamente offerecido ao Instituto, se vê que este arraial era situado na margem do rio, no ponto em que desemboccava um caminho vindo da Bahia e que dahi para cima até a barra do rio

das Velhas os curraes eram tão frequentes que a viagem podia ser feita sem se dormir ao relento. Era sem duvida o actual arraial de Morrinhos uma tapera no meio da qual se ostenta uma egreja de proporções e aspecto monumentaes, que attesta a antiga importancia do logar. O *Diccionario Geographico* de St. Adolpho dá esta como sendo a povoação mais antiga de ambas as margens do S. Francisco e attribue a sua fundação a «Januario Cardoso, em 1704, o qual, acompanhado dos seus, de seu filho Matheus Cardoso e de seu sobrinho Manoel Francisco de Toledo, fugiram da cidade de Ouro Preto, onde haviam morto o principal agente do governo no paiz das Minas». Sendo o arraial conhecido já em 1700 pelo nome de Matheus (e não de Januario) Cardoso, a data da fundação é evidentemente errada, podendo-se suppôr que seja tambem o logar do crime, isto é, que haja confusão com a morte de d. Rodrigo de Castel Branco no Sumidouro.

Do outro lado affirma Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos Historicos da Provincia de S. Paulo*, baseado em parte nas informações de Pedro Taques, em parte nas suas proprias investigações, que um Matheus Cardoso de Almeida acompanhou d Rodrigo de Castel Branco na sua mallograda expedição e que depois tornou se conquistador dos indios do sertão de Ceará, etc., e, finalmente, estabeleceu-se, pelos annos de 1694, com grandes fazendas de crear nas margens de S. Francisco. Como este Matheus Cardoso mostrou, por diversas communicações feitas á camara de S. Paulo, uma certa indisposição contra d. Rodrigo, é possivel que elle ficasse envolvido no crime do Sumidouro e que assim ambas as versões acima referidas tenham um fundo de verdade. Seja como fôr, é certo que os curraes do alto S. Francisco foram estabelecidos com gado trazido do norte e não do sul. A historia corrente da missão de d. Rodrigo de Castel Branco no Brazil foi tirada dos escriptos de Pedro Taques, que mostra forte indisposição contra elle e é, portanto, suspeito. Os documentos relativos a este personagem da historia mineira existentes na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro devem fornecer material para uma historia menos apaixonada e é de esperar que sejam algum dia estudados.

Embóra não tenha relação directa com o assumpto aqui tractado, julgo conveniente juntar mais um documento dessa época, assignado

por d. João de Lancastro, que dá uma interessante apreciação do caracter dos paulistas daquelle tempo.

«Cópia que vae pela Secretaria do Estado e pelo Conselho Ultramarino.

«Senhor:—Pelas noticias que do Rio de Janeiro me deram nas cartas que me escreveram o governador Arthur de Sá Menezes, o dr. Miguel de Siqueira Castello Branco, syndicante daquella capitania, José Ribeiro Rangel, juiz da casa do Moóda da mesma cidade cujas copias remetto com esta a V. Mag.e, lhe será presente o grande rendimento que tem as minas de ouro que novamente se descobriram nos sertões das capitanias de S. Vicente e S. Paulo, e das que se esperam descobrir, nas quaes se considera, serem com excesso mais rendosas; e porque a praça do Rio de Janeiro se acha sem guarnição competente e pela banda do sul sem as fortificações necessarias que a possam defender de qualquer nação pouco affeita, ou muito ambiciosa que a pretenda invadir, obrigado da fama, que presentemente se ha de espalhar por toda a Europa, da abundancia do ouro das ditas minas; e o porto da villa de Santos, que é o principal de toda aquella costa e o de mais consequencias, se acha ainda em peior estado, sendo o unico adonde só entram navios e a que precisamente ha de vir a maior parte do ouro que se tiram das ditas minas e todos os fructos e generos da capitania de S. Paulo e das mais circumvizinhas, para dalli se embarcarem para as mais partes do Brazil: me pareceu representar a V. Mag.e com a submissão devida, que para segurança daquella praça e da dita villa, é muito conveniente e seu real serviço mandar V. Mag.e levantar logo neste estado dois terços de infanteria e duas tropas de cavallos para assistirem de guarnição, uma tropa com um terço no Rio de Janeiro e um terço com outra tropa na villa de Santos, fortificando-se a sua barra de maneira que possa defender a entrada daquelle porto o qual está hoje de sorte que qualquer pirata póde entrar por ella, sem a menor resistencia, não só a saquear a villa, se não tambem senhorear-se della, por estar quasi desamparada de seus moradores, dos quaes anda a maior parte delles nos sertões occupados em cavar ouro e descobrir minas: tambem me parece, é muito conveniente que se levante outro terço de infanteria e um esquadrão de dragões, para se metter na villa de S. Paulo com

o pretexto de que é para segurar a mesma villa e della se poder soccorrer facilmente a de Santos; sendo o fim particular deste negocio, segural-a de seus mesmos moradores, pois estes tem deixado em varias occasiões, suspeitosa a sua fidelidade, na pouca obediencia com que observam as leis de V. Mag.e e ser gente por sua natureza absoluta e varia e a maior parte della criminosa; e sobretudo amantissima da liberdade, em que se conservam ha tantos annos quanto tem da creação a mesma villa; e vendo-se hoje com opulencia e riqueza que a fortuna lhes offereceu no descobrimento das ditas minas, me quero persuadir sem o menor escrupulo, são capazes de appetecer sujeitar-se a qualquer nação estrangeira, que não só os conserve na liberdade e insolencia com que vivem, mas de que supponham podem ter aquellas conveniencias que a ambição costuma facilitar a semelhantes pessoas, sendo a principal e a que elles mais suspiram a da escravidão dos indios.

«No caso que V. Mag.e seja servido mandar formar os ditos terços e tropas, me parece deve V. Mag.e mandar vir dessa corte, assim os mestres de campo, sargentos mores e mais officiaes, como tambem os capitães de cavallos, para servir aquelles postos.

«E sem embargo, de que supponha não faltará a dar esta noticia a V. Mag.e o governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, pela parte que lhe toca (ao qual mandei offerecer gente, armas, munições e tudo o mais que lhe fosse necessario, para defensa aquella capitania) a mim me pareceu sou tambem obrigado a fazel-o como governador e capitão general de todo o estado, alem do zelo que me obriga a fazer presente a V. Mag.e estas razões, pelas experiencias que hoje tenho do Brazil. V. Mag.e resolverá o que mais convier a seu real serviço, que sempre será o mais acertado. A Real pessoa de V. Mag.e guarde Nosso Senhor como seus vassallos havemos mister.—Bahia, 7 de Janeiro de 1700.—*Dom João de Lancastro.*»

ORVILLE A. DERBY.

Discurso do Dr. Manoel Pereira de Guimarães, fazendo o elogio historico dos socios fallecidos.

Excmos. srs.

Conta-nos Aulo Gellio nas *Noites Atticas* que, durante a sua permanencia em Athenas, costumavam os jovens romanos, attrahidos á Grecia pela eloquencia de Herodes Atticus, reunir-se em uma soberba quinta por este possuida nas cercanias da cidade.

Em derredor, entrajada de formosissimos bosques e de ensombradas avenidas, que offereciam abrigo, donde impunemente eram affrontados os calôres do estio e os devorantes fogos da ardente canicula, prolongava-se bellissima cerca. Sobrepondo-se aos tenues suspiros dos zephyros, portadores de delicioso frescôr, alçava-se vasto portico.

Convidando ao refrigerante banho, amplas bacias enchiam-se de limpidas e archi-crystallinas aguas. E, dominando tudo isso, uma encantadora vivenda, ininterruptamente alegrada pelo ruido das mormurosas fontes e pelos concertos do garrulo passaredo.

Nessa seductora paragem de Cephiso eram discutidas as mais arduas questões de historia, de philosophia, de geographia, de nautica, etc., etc. E aquelles que tinham trocado o brilhante vaguear no *Forum romanum* pelo remançoso estudar na cidade de Minerva, não raro, algo tinham que accrescer aos seus conhecimentos e ao cultivo do seu espirito (1).

A' noite, desfraldadas as velas de ligeira embarcação, que docemente vogava em demanda do Pirêo, reuniam-se todos á pôpa, e ahi, sob o serenissimo céo azul, onde tremeluziam as constellações do *Carro* e das *Ursas*, embalados pelo cadencioso ondear de um outro céo liquefeito, cujas nuvens são ilhas de esmeraldas, occupavam-se

(1) Aul. Gel.—Noct. att. L. 1. Capitulo II.

todos em considerar a esplendidez dos astros, até que alguem, versado nas artes da Grecia, entrasse a dissertar sobre astronomia.

Hoje, quasi vinte centenas de annos depois, sob este magnifico céo da America, que semelha *um jardim, cujas flores são estrellas*, si durante o dia não vos reunis em saudosos retiros, á noite, não sobre o tombadilho de uma galera, mas numa modesta sala ante donosa praça bordada de sumptuosissimos palacios; ataviada de umbrosos carvalheiros e de artistica fonte; á vista dessa extensa e formosissima varzea, que parece um Mediterraneo de verduras, nas visinhanças dessa selvatica Cantareira e dessa celebrada Paranapiacaba

« Da força assombroso emblema,
« Que tens o oceano por throno
« E as nuvens por diadema!». (2)

desse poetico Tamandoatehy, que contorna as nossas collinas e serpeja pelos nossos prados, e desse soberbo Tieté por onde se partiam em demanda do desconhecido e da gloria os intrepidos filhos de Piratininga, cujas façanhas se avantajam ás dos celebrados Argonautas; alumiados por outras constellações, entre as quaes se destaca á direita o retorcido *Escorpião*, cujo coração — *Antaré* — brilha, rebrilha avermelhadamente como para indicar que o sangue de um povo juvenil referve nas nossas veias; á vista ou na visinhança de tudo isso o mesmo amor da historia e das mais sciencias costuma vos agrupar E nós, que temos sêde de saber, deix mos o estrepito das ruas, o agradavel dos divertimentos, para vir aqui, attento, ouvir os vossos labios redizerem a historia do nosso S. Paulo, historia que, no dizer do Visconde de S. Leopoldo, será tambem a historia geral do Brazil.

No meio, comtudo, desses passatempos, tão nobres e tão santos, brota como uma lagryma a entremeiar-se com sorrisos, um bom e divino sentimento que, diz G. Sand, causa ainda maior prazer a quem o experimenta, do que a quem delle é objecto: a Piedade, essa divina irmã da Esperança. E os nossos peitos como que se desfazem em suspiros, e os nossos olhos como que se humedecem de pranto ao relembrar aquelles que no dia de hontem aqui traziam o seu po-

(2). C. de Meneses—A Serra de Paranápiacaba.

deroso contingente de trabalho, e que, no dia de hoje, dormem o somno tranquillo do sepulchro.

Não fostes, porém, felizes nobres consocios, na escolha daquelle que deve redizer aqui, perante todos, o que foram em vida os companheiros cujo elogio cabe-lhe fazer.

Bem sabe elle que necessitaria para bom desempenho da missão, que lhe impuzestes, de ser orador, isto é, falar, como diz Tacito, com elocução pura, brilhante e persuasiva, conforme a dignidade do assumpto e as necessidades do tempo, encantando sempre o ouvido do auditorio; que necessitaria de eloquencia, mesmo de muita eloquencia, *da magna eloquencia, que é como a flamma; a materia alimenta-a, o movimento excita-a, e, ardendo, alumia.*

A magna eloquencia, diremos nós, como a flamma, encandila, crysitaliza.

As orações de Demosthenes não são mais do que acontecimentos encandilados pela lava ardente do seu cerebro. O verbo de Mirabeau não é sinão uma torrente de flamma a crystalizar factos.

Quanto a nós, já que nos falta envergadura para ascender tão alto, pediremos venia para traccjar um leve esboceto de critica artistica.

Verdade é que não desconhecemos, com Bougot (3), que—«pour bien juger une ouvre d'art, il faut la considerer tour a tour avec les yeux d'un phisosophe, d'un artiste, d'un poéte et d'un historien.

Da magica palêta de J. F. de Almeida Junior, um dos consocios cujo passamento hoje rememoramos, tentaremos desenthesourar algumas côres com que illuminemos as nossas palavras, já que nos falta calôr para encarecer as suas telas.

Estudar a obra de tão conspicuo artista não é coisa facil. cultivando como o fez, todos os generos de pintura.—«*Quantos homens num só homem! quantos talentos em um só talento! quantas facetas em só um espirito! quantos meritos em um só merito!.*» (4)

A sua sagração coma artista, pode-se dizer, data de 1874, epocha em que foi pintada a—*Resurreição do Senhor.*

Não se sabe o que mais ahi admirar; si a expressão bem definida da cabeça, onde inscreve-se a divindade, os detalhes da muscu-

(3) Bougot

(4) Alves Mendes—*Herculano*

latura, e lididimo colorido da pelle, que parece ceder á pressão do dedo, si aquelle manto de illibada alvura, que se torce, que se dobra, que transparece, que fluctua, ou si alfim aquelle almo diadema de luz que resplende sobre a cabeça do Christo.

Bougot aconselha, para examinar uma obra d'arte, fazer sobre a mesma convergir a esthetica, a historia e a technica. Com essas tres luzes, a primeira coisa a fazer será indagar qual a intenção do artista, que sentimento ou idéa propoz-se o mesmo nos despertar. O estampado na tela está de pleno accôrdo com o quadro da Resurreição que nos delineia Klopstock: «O Messias paira por sobre o sepulchro aberto e vazio. A sua cabeça, que, durante o supplicio, inclinava-se sobre o peito, recinge-se agora de uma aureola celestial. Como elle transluz! Como deslumbra! Uma nuvem, descida do throno do Eterno, restituiu todo o esplendôr áquelle cujo nome é tres vezes santo, aquelle que nasceu em Bethlém, que soffreu em Gethsemani, que morreu sobre a cruz, e que o tumulo acaba de restituir.»

Na tela, aquelle rosto, onde ainda se vislumbram signaes de soffrimento; aquelles estigmas das chagas, signal da crucificação; aquelle corpo nú, meio encoberto por um lençol branco, signal de que acaba de sahir do supulchro; aquella gloria, signal de divindade; aquellas nuvens que o devem occultar aos olhos dos discipulos, até que suba á presença do Eterno, não estão patenteando que o artista conseguiu optimamente realizar a idéa que se nos propoz despertar?

No—*Derrubador brazileiro*—já falha a intenção. A esthetica poderá dizer que aquella figura de homem é desenhada com toda a correcção; que não foi descurada a paysagem; que os planos foram bem tractados. Entretanto, aquelle personagem de descompassada compleição que alli repousa, não é o nosso *caboclo*; aquellas arvores de mesquinho aspeito não são a luxuriante vegetação das nossas mattas, repassadas de seiva.

«*La séve, debordant d'abondance et de force*
Sortait en gouttes d'or des fentes de l'ecorce (5)

A razão da não realização é que, deslembrado pela distancia, estiolado pelos estudos de atelier, Almeida, como o Antêo da fabula,

(5) Lamartne—*Jocelin*.

devia (como o fez nos *Caipiras negaceando*) tomar forças no seio da terra patria, inspirar-se nos nossos opulentados bosques. O americano Longfellow tomou para conselheiros do seu rude *Hiawatha* as arvores seculares das florestas americanas.

No—*Remorso de Judas*—já Almeida nivella-se com os maiores pintores da actualidade.

Junto a uma parede de pedras colossaes está sentado o trahidor, de cabeça inclinada para o hombro esquerdo, cabellos negros, apparecendo de sob parte do manto preto, sobrecenhos contrahidos, olhos fixos, nariz recto. O rosto, carregado, é emmoldurado por negra barba.

A mão direita dobra-se sobre o joelho esquerdo, emquanto que a esquerda espalma-se sobre a testa. Alpercatas apresilham-se por correias de couro aos pés. Veste vermelha, de amplas mangas com aberturas, deixa-lhe á mostra o peito e parte da espadua direita. O manto sobre os joelhos, cahe-lhe dos lados. No chão uma bolsa e, junto della, moedas espalhadas. No plano immediato duas mulheres. Ao longe o Calvario, onde rodeadas de povo, duas cruzes começam de ser levantadas. Sobre a scena: céo fortemente carregado.

« *A noite escura, triste e tenebrosa,*
« *Que já tinha estendido o negro manto*
« *De escuridade a terra toda enchendo...*»

Senhores! Em Janeiro ultimo varios amigos dedicadissimos de Almeida Junior reuniram-se em commissão e repetiram nesta porção da America um facto extraordinario, que na cultissima Paris tinham em 1882 praticado amigos de C. Courbet—uma exposição geral dos quadros do nosso infeliz consocio. Ao penetrarmos numa das salas dessa exposição, achamo-nos de improviso em frente de tão soberba tela. Não nos pejamos em dizer-vos que a impressão causada foi tão extraordinaria que mudo quedámo-nos ante ella. Faltava-nos expressão para definir a nossa sensação!

Desde aquelle muro colossal, que bem puderamos com Castellar dizer que «são ossos de uma raça vencida pelos raios do céo e anniquillada pelas maldições de Deus» (6), até aquelle firmamento escureci-

(6) Castellar—*A Capella Sixtina.*

do; desde aquella multidão que apinha-se em roda da cruz, até aquelle precito de physionomia raivosa, de veias salientes em que o sangue parece escaldar, e que em breve irá habitar nas *trevas exteriores onde ha o ranger dos dentes*, tudo é traçado com tal vigor de pincel, com tal energia de tintas, que bem se pudera considerar sahido das mãos de Ribera.

A figura de Iscariotes avantaja-se muito á natural. Teria o pintor tido em vista a tradição referida por Papias: que ao trahidor tinha-se augmentado desmesuradamente o corpo?

Aquelles olhos fixos não mais fechar-se-ão ao somno. «*Tu não mais dormirás! mataste o somno, o somno da innocencia! o dôce somno, que apaga no cerebro os traços dolorosos dos cuidados, que cada dia revoca o homem á vida; esse balsamo que conforta as almas soffredoras, esse segundo agente da poderosa natureza, que repara e renova os sentidos para os prazeres*». (7)

Quantos milhões de ideias não remoinham por aquelle cerebro? Figura-se-nos atravez do seu envoltorio estar lendo as seguintes palavras:—*Morre, miseravel! os teus tormentos acabarão com a vida... O Deus de Moisés disse: Tu não matarás ... Que importa a mim o Deus de Moisés? já não mais o conheço!... O desespero, eis o Deus do trahidor! ordena-me que morra!... morre, pois, vil!... Tremes! o amor da vida desperta em ti, tu queres viver, tu, infame assassino! Viver, quando uma sepultura, cavada por tuas proprias mãos, rodeia-te de todos os lados! ... E tu minh'alma, que ousas revoltar-te, te julgas immortal!... Não! não espera viver depois de minha morte para perpetuar-me os soffrimentos; tu morrerás commigo!... Um ultimo crime vai votar-te ao nada.* (8)

Entretanto essa alma de Iscariotes não morrerá! vive hoje!! Viverá por toda a eternidade!!! Aquelle que nos extende a dextra, emquanto na sinistra brande o punhal—Judas! Aquelle que entrega os seus irmãos á ferocidade do algoz—Judas! Judas! Aquelle que recebe o ouro do extrangeiro para entregar-lhe o solo sacrosanto da patria—Judas! Judas! Judas! E o Iscariotes trahiu mais! Trahiu Deus!

---

(7) Shakspeare—*Macbeth*.
(8) Klopstock.

Nessa tela indizivel o pintor deixa os dominios do bello para alcandorar se nas regiões do sublime. O bello tem sempre fórma determinada, medida e proporções faceis de discernir-se: ao contrario no sublime são só apparentes a fórma e a medida: é illimitado e indefinido (9). Com a morte do Christo a natureza convulsiona-se, a terra treme, os astros detem-se na sua marcha.—E' o sublime.

—*La fuite en Egypte.* A Virgem, montada num jumento, segura com a mão direita as rodeas do animal; com o braço esquerdo sustenta o menino Jesus, para o qual olha attento S. José, que se acha á direita da Virgem, em pé á beira de um regato, em cuja lympha, de admiravel transparencia de crystal, sacia-se o animal. O menino com a mão esquerda levanta um véu que a Virgem traz sobre a cabeça.

Devendo a analyse do quadro começar pelos corpos vivos, para seguirmos os preceitos de Taine, vamos, desde o principio, fazer-nos encontradiço com os desprimores da obra. Não foi feliz o artista com as figuras da Virgem e de Jesus. A' primeira falta grandeza; ao segundo não só isso, mas correção no desenho. Para modelo daquella escolheu uma burgueza de physionomia vulgarissima, esquecendo-se de que nas veias de Maria corria o sangue mais puro de Israel, o sangue de David. Cahiram da memoria ao artista as licções de G. Planche a todo aquelle que se propõe tirar qualquer assumpto dos magnificos poemas da Biblia, e que vem a ser, obrar ousadamente, fazel-o amplamente, mas com simplicidade? «Milton, Klopstock, Raphael, M. Ange poetisent et agrandissent les paroles de la Bible, mais s'ils vont plus haut, c'est en suivant la même route. Ils n'ont pas le malheur d'enjoliver ou d'embourgeoiser le drame biblique en essayant de le renouveler et de l'habiller en costume moderne.» (10)

Não levamos a exigencia ao ponto de querer que o pintor fosse agrilhoar-se por completo á tradição do passado e désse-nos um type de Virgem de rara e exquisita perfeição de Leonardo de Vinci.

Não! Para nós temos que o submetter o presente ao passado importará em abdicação da vontade. Mas umas tantas tradições existem, transmittidas de bocca em bocca pelos mestres, que «resu-

(9) Galli—*Estetica della Musica.*

(10).—G Planche—*Etude sur l'ecole française.*

ment toutes las manières classiques d'envisager la beauté», diz Véron. E' a isto que se chama estylo. Para adquiril-o e exprimir a belleza, basta estudar as tradições classicas, ensina esse escriptor. A essas tradições devera apegar-se um pouco mais Almeida Junior. Não o fez, porêm. Tomou para modelo a primeira burgueza judia, sahida talvez de Frankfort a M., esquecendo-se da tradição, *embourgeoisant le drame biblique*. Olvidou-se do que diz B. de Bury (11): «Il ne faut pas prendre le premier modéle et le reproduire. Il faut marquer cette figure de l'empreinte typique et l'amener à vivre dans la sphère des creations idéales.» Na tela de Almeida o ar da Virgem é distrahido, parecendo pensar em qualquer outra cousa que não a scena representada.

Será, porventura, a visão terrivel do Calvario que divisará nas penumbras do presentimento? Ou, quem sabe

Serão saudades das infindas plagas
Onde a oliveira pr'o Jordão s'inclina?

Parece-nos mais natural que esse olhar, olhar de Mãe amantissima, viesse cahir em cheio sobre o divino Filho. Esses olhos, que mais tarde amaram-se-lhe de lagrimas, não devem desviar-se do objecto pelo qual são soffridas as agruras do deserto.

S. José, um velho calvo, de olhar estupendamente lançado, nariz aquilino, nú da cintura para cima, tem explendida carnadura, tecido de veias saliente, á mostra, arrijados musculos, pintados por mão de mestre, que conhece todos os segredos da technica. O braço direito, dobrado, segura um páu que repousa sobre o hombro do mesmo lado e ao qual prende-se uma trouxa. Os pés, nús, estão cuidadosamente feitos e poderiam servir de modelo. O todo da figura é um conjuncto de linhas harmonicas, sem um só defeito, quer quanto ao desenho, quer quanto ao colorido.

A Virgem traja vestes de côr vermelha, muito bem ajustadas: sobre a cabeça um véo, de um acabamento tal que por si só bastára para recommendar o quadro. Ao pescoso um lenço branco, tratado com summa pericia, como o é um manto azul, brilhante, posto sobre o animal.

---

(11).—Bury—*Tableaux romantiques*

Eis-nos de repente chegados a um dos pontos mais delicados da pintura, o matiz, que é como que a cuspide a que procuram repontar-se os artistas. A combinação das côres, diz Taine, é um elemento capital na pintura; é para as figuras o que o acompanhamento é para a musica.

O azul e o vermelho são côres que se repellem, que jamais poderiam betar-se. Entretanto Almeida conseguiu harmonisal-as por meio de artificios: Attenuando-as, equilibrando-as. E' cousa ensinada pela Esthetica que, á medida que a luz augmenta, as côres se attenuam, se desbotam. Pois bem! O artista deu bastante luz ao quadro, e dahi o abrandamento e harmonia das côres. Quanto ao equilibrio: A S. José, além de uma tunica preta, deu um manto vermelho escuro, enrolado na cintura e atado na frente. Estando o Santo á direita da Virgem, a collocação das côres é a seguinte: 1.º metade do manto azul; 2.º vestido vermelho da Virgem; 3.º outra metade do manto; 4.º manto vermelho de S. José Ainda outro artificio: um raio de sol, batendo nas vestes da Virgem, faz com que dahi se desprenda um raio que vai tingir de vermelho as pernas de S. José. E' a applicação do que ensina Véron «les objects colorés doivent leur teinte précisément a la faculté qu'ils ont d'absorber certains rayons et d'en renvoyer d'autres. Un étoffe rouge, par ex. renvoie les rayons rouges et absorbe les autres.»

Com o vermelho das pernas do Santo está completado o equilibrio e conseguida a harmonia das côres. Nos tecidos dos vestuarios ha o mesmo cuidado e attenção, como no debuxo do jumento. A agua do regato revela que quem a fez é um mestre que um dia pode rivalisar com Corot nas paisagens. Parece que ouvimos sussurrar essa agua tão crystallina.—*Voi susurranti e liquidi cristalli*—como exprimia-se o Paterno. Espelhenta, reflecte as pernas de S. José e o animal. A paisagem representa um logar arido. A' direita da Virgem uma esphinge, no plano immediato; ao longe uma montanha verde. A' esquerda uma pyramide e um obelisco. Por sobre a scena um céo limpido e quente. Céo oriental. Aqui esmalta-se de amarello, de laranja, d'oiro e de purpura Além, de azul esverdeado. Côres seductoras, magicas, brilhantes! Soberbissimo espectaculo! Luz purissima, luz radiosa, luz diaphana e esplendida! Bem se pudera dizer com o florentino Dante:

Una melodia dolce
Correva per l'aer luminoso.

Quanta harmonia, quanta grandeza, quanta imponencia, meu Deus! Só Loti pudera exprimil-as.

«*Luz, luz, tanta luz, que admirados, pasmos ficamos, como se, sahidos de uma especie de meia noite, os olhos se abrissem de mais, vendo mais claro, mais claro sempre... Cada vez maior claridade! Realmente os olhos se dilatam e põem em estado de enxergar mais raios e mais côres... Que festa é esta de clarões brancos, de clarões doirados que, silenciosos e de sorpreza, parecem surgir por toda a parte?... Nem uma nuvem; do zenith ao horizonte a mesma limpidez maravilhosa: eil-o, pois, desvendado, tanto quanto alcançar podem os nossos olhos, este vacuo intermino, onde os desconformes universos tombam por myriades, tombam, tombam celeres como gotticulas de incessante chuva de fogo*». VIAGEM Á INDIA.

Quanto ao desenho: apesar da má escolha do modelo, a figura da Virgem está bem traçada, com correcção. A figura de S. José é um pouco maior do que o natural. Isto, porêm, não prejudica o quadro. Igual defeito aponta Bougot no Corregio: «Le Corrège est incorret; il outre souvent les formes; mais quelle entente du clair obscur et de l'harmonie des couleurs! Or c'est bien là un secret du métier, perdu pour les autres peut-être, mais decouvert et pratiqué avec une incomparable superiorité par le maître».

As côres obedecem ás prescripções dos mestres. Figuras com fórmas humanas, meio viventes, tão bem dispostas que é facil á vista achar desde logo onde poisar. Horizonte ondulado, de encantadora poesia. Optima perspectiva! Tudo isto está como que assellando o pintar correctissimo do futuro autor dos *Caipiras negaceando*. E' uma obra d'arte notavel, uma das melhores de Almeida Junior.

Passemos a um novo genero de pintura. No—*Pendant le repôs*—, desde o torso do modelo, tratado com bastante elegancia e com admiravel precisão; desde os braços debuxados com rara verdade; desde aquella bocca, donde parece se ouvir a modulada gamma de uma risada crystallina, até os moveis e estofos de encantadora côr; até os pequeninos *bibelots*, com suas imperceptiveis delicadezas, tudo é pintado com maravilhosa destreza, com graça inimitavel.

De outra tela—O *Importuno*—bem poderamos dizer com G. Planche que á medida que o olhar mais attentamente se fixa, mais riquezas descobre, de minuto em minuto, riquezas de que não teria suspeitado. Ex.: nas paredes duas miniaturas dos quadros *Caçando* e *Louvre*; aquella estupenda minuciosidade com que é pintada a golla da camisa do modelo; aquelle tapiz, brincado de arabescos; aquelle reposteiro, cujo original todos vimos no seu atelier.

Si passarmos á pintura de costumes, ainda mais aprimora-se o pincel do artista. Desapresado das convenções artisticas, ahi Almeida superioriza-se. Onde, porém, o Gautier, o Fromentin, o Ruskin, que analyse essas notabillissimas telas? Só o tentar da nossa parte importara em imperdoavel ousadia.

E aquellas sobordas marinhas! Numas, agua azul, brilhante, transparente, cuspida de espuma. Á noite, talvez que a noctiluca vá recamal-a de faiscas de luz. Que praia tão formosa, onde parecem jazer conchinhas *que representam a côr das nuvens, quando nasce o dia* E essa aguinha que corta-a não transparece como o rocio?

Noutra aquella agua verde e agitada. Inclinemo-nos, são os *verdes mares, bravios da terra natal* de Iracema, *onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba.*

Mas, porque se agita e escuma esse mar tão verde que parece um ferver de esmeraldas? É que se levanta contra o vento, que vem continuamente açoital-o de rijo, para vêr se consegue roubar-lhe das entranhas o appetecido segredo de fabricar a perola formosa.

Luctaram hontem, luctam hoje e luctarão sempre os dois titans: o vento e o mar,—*as duas unicas expressões sublimes do verbo de Deus, escriptas na face da terra, quando ainda ella se chamava o cahos... Viram nascer o genero humano, crescer a selva, florescer a primavera;— e passaram e sorriram se. E, depois, viram as gerações reclinadas nos campos do sepulchro, as arvores derribadas no fundo dos valles, seccas e carcomidas, as flôres pendidas e murchas pelos raios do sol do estio;— e passaram e sorriram-se.* (12)

Si acompanharmos Almeida na paisagem, achamo-nos em face do—*Trecho de estrada,* do—*Rio das Pedras,* do—*Trecho do Tieté,*— *Caçando, etc.*

---

(12) Herculano—*Eurico.*

Em nenhuma dellas esqueceu-se o artista dos conselhos dos mestres. A agua, fel-a como deseja G. Planche :—Transparente e liquida, treme. enruga-se. Nas arvores seguiu o conselho de Th. Rousseau :—Vos arbres doivent tenir au terrain, vos branches doivent venir en avant ou s'enfoncer dans la toile ; le spectateur doit penser qu'il pourrait faire le tour de l'arbre. Ou est'outro de Planche—«un peu d'air doit jouer librement dans les branches».

Uma pequenina paisagem, que Corot não desdenharia assignar, merece comtudo que a destaquemos das outras—*um tanque*,—que talvez algum critico comparasse a uma egloga de Virgilio ou a um idylio de Theocrito.

Parece-nos estar lendo este trecho de Garcilasso :

Fuente clara y pura
Que como de crystal resplandecia
Mostrando abiertamente su hondura
El arena que de oro parecia
De blancas pedrezuelas variada...
Arboles que os estais mirando en ellas
Verde prado de fresca sombra lleno. (13)

Sobre aquella agua como que revoam moscas-dragão ou libellinhas de hyalinas azas ; pendem flexiveis tufos de bambús, que vão debuxar-se no fundo della, emquanto as nymphéas vogam sem rumo, ostentando aos caprichos da briza os seus pavilhões roseos ou azues bordados d'oiro

Que alegre campo e deleitosa praia !
Quam saudosa faz esta espessura
A formosura angelica e serena
Da tarde amena ! Quam saudosamente
A sesta ardente abranda, suspirando
De quando em quando o vento alegre e frio !
No fundo do rio os mudos peixes saltam ;
Os Céos s'esmaltam todos d'ouro e verde,
E Febo perde a força da quentura. (14)

(13) Garcilasso—*Eglogas.*
(14) Camões—*Eglogas.*

E, acceitando o amoravel convite da natureza, o pae de Mirtillo ahi dormitará, *sem que os ventos frescos da noite e o humido orvalho façam-lhe damno algum.* (15)

Causa bem á alma contemplar uma tela dessas, que podiamos chamar—*un abri delicieux, un rendez-vous de repos et de fraîcheur dans l'aridité de la route. Toutes les plus caressantes melodies de la nature y ont eté captées pour notre usage par un genie bienfaisant et fraternel.* (16)

Na pintura historica Almeida deixou-nos a assombrosa—*Partida da Monção.*—O que era a *Monção* dil-o o artista nas poucas linhas com que apresentou o quadro. A monção! Quantas idéas não desperta essa tela em que o mestre vasou o melhor do seu espirito! «Onde está, porém, o Goethe que faça esse poema? Apparecerá hoje? É cedo, muito cedo ainda. (17)

Dai-me licença para que antes de terminar vos lembre as duas ultimas producções de Almeida Jr.:—a *Mendiga* e a—*Saúdade*, duas telas extraordinarias que os olhos do corpo já não vêem, mas que os d'alma ainda estão remirando.

Aquelle olhar esmaecido de velha pedinte, de enrugado rosto, como que ainda nos está fitando, emquanto extende-nos a mão emmagrecida, rematada com unhas descuidadas.

Planche, esse *grande demolidor*, não estaria de accôrdo comnosco: «Je sais bon gró a l'aucteur de nous avoir epargnées les ongles noires des femmes du pays; c'est un trait d'exactitude dont la peinture peut se passer.» « Il n'y a pas rien de commun entre la tache de pointre et l'office de greffier. Les gerçures des lèvres, les rides et les verrues ne sont pus et ne seraient jamais la partie importante de la peinture.»

Responderemos, com Blaze de Bury, que nos é tão impossivel pensar com o cerebro do nosso proximo, como é-nos impossivel tirar proveito para a nossa nutrição da alimentação que o sustenta.

E aquellas unhas crescidas, aquelle rosto cheio de rugas serão por nós tão admirados, como aquella bocca despojada de dentes, como

(15) Gessuer—*Idylios.*

(16) A. Michel—*L'aure de Corot* (Rev. des D. Mondes).

(17) Luciano Cordeiro—*Estros e Pulcos.*

aquelle vestido rustido no joelho esquerdo, que por baixo se advinha eu o lenço azul e côr de rosa, que cobre a cabeça da figura, deixando apenas apparecer, sobre a orelha direita, uma pequena madeixa de cabellos grisalhos. É um perfeito especimen da escola hollandeza.

Saúdade!
Gosto amargo de infelizes,
Delicioso pungir de acerbo espinho.

Saudade! Que tocante e pathetica elegia!

Junto a uma janella aberta, uma mulher, ainda moça, contempla uma photographia, que acaba de tirar de um bahú ao lado. A physionomia traduz um sentimento de dôr real, verdadeira, profunda, dessas dôres que não acabam nunca.

«Fleurs, rochers, vallons, solitudes si chères,
«Un seul être vous manque et tout est depeuplé.» (18)

Saudade!

Para nós essa tela, sabendo a um immortal soneto de Petrarcha no *Trionfo della morte*, excede-o ainda. «*Raro um discurso rivalizará uma tal pintura, porque rarissimo o poder da palavra rivaliza o poder do pincel quando este, embebido pelo genio no iris da inspiração, convertendo côres bem combinadas em seres maravilhosos, torna um quadro poema e faz d'um movimento de tintas um deslumbramento de idéas.*»

Saudade!

A alma do artista diluiu-se em pranto e com este dissolveu a tinta com que pintou uma admiravel lagrima que se desliza pela face direita da figura, que tenta enxugal-a com o chale seguro com a mão esquerda.

«*Que fôra a vida si nella não houvera lagrimas?... A dôr mais tremenda do espirito quebrantam-na, entorpecem-na as lagrimas.— Meu Deus, meu Deus!—Bemdicto seja o teu nome, porque nos déste o chorar.*»

---

(18) Lamartine—*Meditations*

E, como não bastasse ter animado a figura, Almeida fez o seu feracissimo, dulcissimo pincel descer a minucias, como os arabescos da renda que cobre o album, donde sahiu a photographia, os enfeites de pregos amarellos do bahú, etc. Por sobre tudo uma mirifica luz que Fromentin nunca jamais poderia assaz encarecer.

Excelso artista! Aureolando o teu nome no extrangeiro, nobilitaste o nome da patria! Honra, pois, a ti! Esmaltando a tela com um canto dessa Eneida sublime, cujo prologo traçou João Ramalho, escreveste um trecho da historia de S. Paulo! Honra, pois, a ti! Espiritualizando na tela o sentimento da saudade que deixaste nos teus consocios do Instituto, elevaste, com o teu nome, o nome da patria aos dominios da gloria. Honra, pois, a ti! E ciosa de possuir-te, a gloria fez que te adormecessem na vida, para mais cedo despertares em seu seio!

Permitti, Snrs., que termine com as palavras de A. Houssaye, ao ser levantada em Tournus uma estatua ao insigne Creuze:—*A grande voz de bronze de Bossuet perpetuava a lembrança dos mortos até os confins da immortalidade. Mas hoje quem falará tão alto para ser ouvido por tanto tempo? A oração funebre, por mais eloquente que seja, perde-se no ruido universal. A cada immortal deve-se uma estatua; é a licção do passado ao futuro; é pelo marmore que a patria recompensa, é pelo marmore que ella diz ao recem-vindo*: «E TU TAMBEM UM DIA PODERÁS DESPERTAR SOBRE UM PEDESTAL».

Si tão grande perda soffreu a arte com a morte de Almeida Jr., não menor causou á historia de S. Paulo o passamento de outro distincto consocio e fundador do Instituto o Snr. Antonio Augusto da Fonseca.

Si aquelle estampava na tela a *Partida de Monção*, este pela imprensa, em linguagem castiça, espalhava historias dos nossos maiores. O 2.° volume da nossa Revista nos apresenta bellissimas e eloquentes paginas sahidas da sua bem aparada penna. Como Suetonio, elle substituo a historia pela biographia. E' exacto que—*ainsi comprise, l'histoire perd sans doute quelque chose de sa dignité majesteuse et de sa beauté artistique.*

Aqui dá-nos a biographia do P. Jesuino Monte Carmello, escripta em estylo correctissimo, deixando transparecer o seu amor profundo pela tradição, pelo que nos legou o passado.

Como revolta-se contra aquelles que mutilaram a egreja do Patrocinio!

Muitos, por esse e outros factos identicos, accusavam-no de misanthropia. Tambem o tem sido Tacito. Mas, com Pichon (19), diremos:—Il n'est pas misanthrope; car il renconnait et salue la vertu chaque fois qu'il la recontre, et se vant d'écrire pour la preserver de l'oubli—*ne virtutes sileatur*.

Não é misanthropo quem reconhece, apregoa e louva aquelles dois sacerdotes, idolatrados pelo povo ytuano pelas suas virtudes tão apuradas, P.e A. Pacheco e P.e Miguel Correia Pacheco.

Si revolta-se ao narrar os excessos commettidos por D. Bernardo, é devido a um requinte de sensibilidade que—*agita-se e apaixona-se ao contacto das scenas que observa.*—Exsequi sententias haud institui, nisi insignes per honestum aut notabili dedecore, dizia Tacito. Como este, Fonseca era um psychologista. Nas biographias de Alvares Machado, de Feijó e de D. A. de Mello muitos factos historicos interessantes, mas desconhecidos, são narrados. Ahi o escriptor faz a veidadeira historia, isto é uma *resurreição, pois fazer a historia é refazer a vida.*

E não era só na imprensa que luzia esse velho sabedor. Na conversação, se lhe desseis um thema qualquer de S. Paulo antigo, aquelles labios de prompto se descerrariam, e o commentario profundo de saber surgia como por encanto. Nelle a chronica se encarnára. E o que é a chronica sinão a historia ainda por lapidar, a historia sem encadeiamento, uma narração de factos, sem indicação de causas? Valerá menos por isso?

Por Deus que não! Amanhã surgirá um Thierry, que a apure no cadinho de philosophia, ou da critica. E, escoimada de lendas e de tradições fabulosas, sahidas das tumbas do passado, deslumbrante como um resurrecto, apparecerá a historia verdadeira, elo que nos liga ao preterito, elo que prenderá a nós o futuro.

E, quando por sobre uma intelligencia tão culta como a de Fonseca, reluz um conjunto de virtudes acrisoladas, então melhor se aquilata a magnitude da perda soffrida. Então a dôr se avoluma. Então

---

(19) Pichon—*Hist. de la litterature latine*

um desejo de seguir tal exemplo apodera-se de todos. Então os elogios dictados pela gratidão tornam-se um tributo ou, para servir-me da expressão feliz de Voltaire, num delicioso perfume, que se conserva para o embalsamento dos mortos. Então cada um de nós parece, paraphraseando enternecido as suas palavras, dizer com aquelle velho de Riba-Douro: Companheiro illustre, *és morto! Nós todos quantos aqui somos, não tardará que sigamos.*

Em vida, bem mereceste do Instituto. Por meu intermedio enviate elle o tributo de sua gratidão. Repousa em paz, conspicuo consocio!

São Paulo, 1.º do Novembro de 1900.

Dr. Manoel Pereira Guimarães.

Actas das sessões

DO ANNO DE 1900

Sessão ordinaria, em 25 de Janeiro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's sete e meia horas da noite, no predio n. 2 do Largo da Sé, na sala destinada ás sessões, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Miranda Azevedo, Antonio Piza, Orville Derby, Theodoro Sampaio, Dionysio Fonseca, Bernardo de Campos, João Florindo e Arthur Goulart, foi aberta a sessão.

Foram approvadas as actas das sessões de 25 de Outubro e 1 de Novembro de 1899.

Foi recebido por uma commissão e introduzido na sala das sessões, onde tomou assento, o novo socio sr. dr. João Cesar Bueno Bierrenbach, que proferiu uma bella allocução.

EXPEDIENTE

Officios

Do sr. A. L. Garraux agradecendo a sua admissão como socio correspondente.

Do socio sr. Alexandre Riedel pedindo exoneração do cargo de 2.º secretario, visto não poder continuar a exercel-o. — Submettido á deliberação. foi acceito o pedido de exoneração, em vista das razões apresentadas, devendo proceder-se, na ordem do dia, á eleição de 2.º secretario.

Do sr. dr. Alvaro A. da Silveira, do teor seguinte, que passa para a ordem do dia, afim de ser discutido: «Illms. Srs. Membros do « Instituto Historico de S. Paulo.—Pelo muito que mereco qualquer « noticia dada pelos orgams da impresa da capital paulista, não posso « deixar passar despercebido e sem formal contestação o que foi no- « ticiado pelo *Commercio de S. Paulo*, sob o titulo *Instituto Historico* « Conta o apreciado jornal que «o dr. Eduardo Prado chamou a at- « tenção do Instituto para o notavel acontecimento que era a publi- « cação da primeira folha da Carta Geographica de S. Paulo, fazendo « ver a honra que havia para o Brazil e para S. Paulo em ter a « primeira carta rigorosa feita na America do Sul.»—Quero crer que « tenha havido qualquer engano na transmissão da noticia, pois me « parece que o Instituto não ignorará, em assumptos de tanta impor- « tancia para elle, o que se passa, mesmo em um Estado visinho—o « de Minas Geraes.—Com effeito, antes da publicação da primeira fo- « lha ainda provisoria da Carta Geographica de S. Paulo, folha cuja « publicação se fez este anno de 1893, já o Estado de Minas tinha « publicado, em 1895, duas folhas definitivas da sua Carta Geogra- « phica, na escala de 1:100.000, a mesma da de S. Paulo; consecu- « tivamente foram sendo publicadas outras, de sorte a attingir hoje « o seu numero a dez, que têm por titulos: (1) Barbacena, (2) S. João « d'El-Rey, (3) Ibertioga, (4) Carrancas, (5) Ayuruoca, (6) Luminarias, « (7) Baependy, (8) Lavras, (9) Lima Duarte e (10) Rio Preto. — As- « sim, a primeira folha de uma carta rigorosa publicada no Brazil « não foi, como pensa o Instituto, a de S. Paulo e sim a folha n. 1, « Barbacena, da Commissão Geographica e Geologica do Estado de « Minas Geraes.—Não tenho poupado esforços para tornar conheci- « das as folhas da nossa carta e ainda assim, mesmo em Minas, onde « a sua disseminação deveria ser grande, ha muita gente instruida « que ignora em absoluto a existencia desse precioso trabalho.—Dou « parabens ao Estado de S. Paulo por saber manter serviços que in- « felizmente são pouco apreciados e conhecidos no nosso paiz, a não « ser apenas por uma parte insignificante da população.—Eis o que, « para orientar o Instituto Historico de S. Paulo ou para desfazer o « effeito desagradavel de uma noticia inexacta, julguei conveniente « dizer-vos.—Com estima e consideração, subscrevo-me, etc. (assig- « nado) *Alvaro A. da Silveira*—Engenheiro de Minas e Civil.»

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

Por proposta do sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães, foi unanimente deliberado inserir na acta um voto de profundo pesar pela morte tragica do distincto consocio José Ferraz de Almeida Junior.

Igual deliberação foi tomada, por proposta do sr. Arthur Goulart, pelo fallecimento do sr. Dr. Americo de Campos, sendo tambem resolvido, por proposta do sr. Dr. Miranda Azevedo, que por officio se apresentassem condolencias à familia do illustre morto.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão o officio do sr. dr. Alvaro da Silveira. Usa da palavra o socio sr. dr. Orville Derby, que faz diversas considerações a respeito do assumpto, accrescentando que, como chefe da Commissão Geographica e Geologica deste Estado, não póde deixar passar sem reparo a phrase—*folha provisoria*, empregada pelo sr. dr. Alvaro Silveira como equivalente a—*edição preliminar*—que se encontra na folha publicada da Carta Geographica deste Estado, o que não póde ser admittido nem pelo sentido etymologico nem pelo sentido technico desta expressão; a edição, conclue o sr. dr. Derby, comquanto preliminar, não deixa de ser tambem definitiva: foi chamada preliminar, porque ainda têm de ser traçadas as linhas divisorias entre os municipios, o que se pretende fazer com toda a exactidão; é, porêm, definitiva, porque o trabalho geographico está completo, rigorosa e definitivamente concluido, nada havendo a alterar, a modificar, a emendar. O 1.º secretario, obtendo a palavra, declara que o Instituto não recebeu de qualquer repartição do Estado de Minas folha alguma da carta de que se tracta, não sendo, pois, de extranhar que se ignorasse a existencia dessa carta na nossa associação, quando no proprio Estado de Minas, onde a disseminação deveria ser grande, ha muita gente instruida que ignora em absoluto a existencia desse precioso trabalho. O sr. dr. Miranda Azevedo propoz e foi approvado que fossem transcriptas na acta as integras do officio do sr. dr. Alvaro Silveira e da resposta ao mesmo.

Em seguida, o sr. presidente declara que vai-se proceder á eleição para preenchimento do cargo de 2.º secretario. Por proposta do sr. dr. Miranda Azevedo foi unanimemente acclamado 2.º secretario o sr. dr. Manoel Pereira Guimarães, que agradeceu a eleição e tomou posse do cargo.

Pelo 1.º secretario foi apresentada e fundamentada uma proposta creando dois logares de supplentes do 2.º secretario, a qual fica sobre a mesa para ser discutida e votada na proxima sessão.

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secretario.

INTEGRA DA RESPOSPA DIRIGIDA AO SR. DR. ALVARO A. DA SILVEIRA

«O Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, ao qual foi « presente, em sua sessão de 25 do corrente mez, o officio de V. « S., cujo recebimento tenho a honra de accusar, tomando na maior « consideração o assumpto do mesmo constante, deliberou responder « a V. S., encarregando-me de o fazer.—Em primeiro logar, cumpre « notar e V. S. o comprehende perfeitamente, que ao Instituto nen- « huma responsabilidade póde caber pelas noticias relativas aos tra- « balhos de suas sessões dadas pelos jornaes, pois não é elle quem « as fornece a estes, mas os respectivos redactores ou seus auxilia- « res que, assistindo ás sessões, tomam suas notas e as organizam.— « Em relação á noticia do *Commercio de S. Paulo*, a que V. S. se « refere, não podemos cousa alguma affirmar de modo positivo, visto « achar-se ausente o digno consocio dr. Eduardo Prado, unico que « póde elucidar o caso· A maior parte dos membros deste Instituto « ignorava a existencia da Carta Geographica de Minas Geraes, não « tendo tido o mesmo Instituto a honra de receber uma folha siquer « das publicadas. Não havendo no nosso archivo esse trabalho, não « se tendo ouvido falar delle, facil era suppor-se que a Carta Geo- « graphica deste Estado era a primeira que se publicava com o ca- « racter de rigorosamente exacta, visto ter ella de facto este caracter « e desconhecer-se a existencia da de Minas.—Por taes motivos, quan- « do qualquer asserção menos fundada fosse avançada por algum so- « cio em relação a este trabalho, merecia sem duvida relevação, « sendo certo que o Instituto, como pessoa moral, no seu caracter de

« collectividade, não é, não pode ser responsavel pelos juizos emitti-
« dos individualmente pelos socios, que têm a liberdade de suas opi-
« niões.—Isto posto, julgamos necessario fazer algumas considerações
« sobre um topico do officio a que respondemos. Diz V. S no allu-
« dido topico: «Com effeito, antes da publicação da primeira folha
« ainda *provisoria* da Carta Geographica de S. Paulo,...» A 1.ª fo-
« lha desta carta, assim como a 2.ª ultimamente publicada, não é
« provisoria e sim definitiva. Talvez fosse V. S. levado a conside-
« ral-a provisoria pelo facto de constar della a declaração de—*edição*
« *preliminar*; mas perfeitamente sabe V. S. que não só pelo sentido
« etymologico como pelo technico dos vocabulos *preliminar* e *provi-*
« *sorio*, não pode nem deve ser este considerado equivalente ou syno-
« nymo daquelle. A presente edição da Carta de S. Paulo foi cha-
« mada preliminar, porque tem de ser feita uma outra, na qual serão
« indicadas as linhas divisorias dos municipios com a precisa exacti-
« dão e que actualmente não era possivel representar, por falta de
« dados seguros; mas não deixa, por isso, de ser definitiva, pois o
« trabalho geographico está completo e rigorosamente exacto, nada
« havendo a alterar, modificar, emendar.—Aproveito a opportunidade
« para, em nome do Instituto, felicitar na pessoa de V. S. a Commis-
« são Geographica e Geologica do Estado de Minas pela publicação
« das 10 folhas da Carta desse Estado, e ao mesmo tempo solicitar de
« V. S. a fineza de obter a remessa daquella carta para o nosso ar-
« chivo, pois muito prazer teremos em possuir tão importante e pre-
« cioso trabalho.—(Assignado) *Carlos Reis*, 1.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Fevereiro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's oito horas da noite, na sala das sessões do Instituto, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Antonio Piza, Orville Derby, Alberto Löfgren, Jorge Krichbaum, Dionysio Fonseca, Theodoro Sampaio, Arthur Goulart, Domingos Jaguaribe, Alfredo de Toledo e Miranda Azevedo, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

O 1.º secretario communica o recebimento das offertas constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

O sr. Presidente communica que a Directoria resolveu dispensar, a 1.º do corrente mez, a sala que era occupada com a collecção numismatica, que foi accommodada na saleta da secretaria, realizando-se assim a economia de 60$000 mensaes.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão e é sem debate approvada a proposta relativa á creação de dois supplentes de secretario. Em seguida foram nomeados pela Mesa, por delegação da Assembléa, para esses logares os socios srs. Dionysio Caio da Fonseca e Arthur Goulart.

O Sr. Dr. Pereira Guimarães, como relator da commissão encarregada da revisão do quadro social, submette á consideração da Assembléa uma proposta para a transferencia dos socios cujos nomes indica da classe dos correspondentes para a dos effectivos. Submettida á discussão e votação, é approvada a proposta, passando para a categoria de socios effectivos os seguintes srs. que foram admittidos como socios correspondentes: Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Dr. Francisco de Paula Santos Rodrigues, João Vieira de Almeida, Dr. João Antonio de Oliveira Cesar, Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, Dr. Raymundo Pennaforte Alves do Sacramento Blake, Dr. José de Campos Novaes, José Hippolyto da Silva Dutra e Dr. Alfredo de Toledo.

Nada mais havendo a tractar, levantou-se a sessão.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Fevereiro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's oito horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Orville Derby, Alberto Löfgren, Luiz Leme, Alfredo de Toledo, Eugenio Franco, Bernardo Morelli, Theodoro Sampaio, Antonio Piza e Barão Homem de Mello, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão antecedente.

O sr. Presidente congratulou-se com os consocios pela presença do sr. Barão Homem de Mello, a quem saudou como um dos homens mais notaveis do Brazil actual, declarando ser a sua presença na nossa sessão um grande estimulo para o trabalho. O sr. Barão Homem de Mello, agradecendo as palavras do sr. Presidente, disse serem dignos de francos elogios os grandes serviços que este Instituto tem prestado ao Paiz, concorrendo com o seu subsidio importante para o estudo da geographia e da historia do Brazil; disse mais que, quando comparece, como hoje, a este Instituto, sente-se rejuvenescer ao contacto de espiritos cultos e elevados que com tanto zelo e dedicação trabalham pela prosperidade da associação; terminou saudando cordialmente os membros do Instituto.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. Dr. Bernardino de Campos agradecendo as condolencias pela morte do Dr. Americo de Campos.

Do sr. Dr. Raymundo P. A. do Sacramento Blake agradecendo a sua transferencia para a classe dos socios effectivos.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' dada a palavra ao sr. Dr. Orville Derby, que faz a leitura de um seu importante trabalho intitulado—*O começo da questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes*, o qual foi muito apreciado e applaudido.

Tem em seguida a palavra o sr. dr. Alfredo de Toledo. que lê a introducção do seu trabalho—*Uma reivindicação improcedente*. Terminada a leitura, que foi muito apreciada, é o trabalho entregue á mesa, devendo ir á Commissão de Historia do Brazil.

Nada mais havendo a tractar, levantou-se a sessão, no correr da qual compareceram mais os socios srs. Dionysio Fonseca, Alexandre Riedel e Arthur Goulat.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Março de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. MIRANDA AZEVEDO

As oito horas da noite, presentes os socios srs. Miranda Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Eugenio Hollander, Alfredo de Toledo, Orville Derby, Antonio Piza, Jorge Krichbaum, Souza Franco, Dionysio Fonseca, Horace Lane e Barão Homem de Mello, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão antecedente.

Foi introduzido na sala das sessões e tomou assento na Assembléa o novo socio sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães Sobrinho.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. Dr. José de Campos Novaes accussando o recebimento do officio em que lhe foi communicada a transferencia para a categoria de socio effectivo e declarando offertar um volume do seu estudo sobre as *Origens chaldeanas do judaismo*. O 1.º secretario informa que o volume offerecido ainda não foi recebido.

Do sr. Alberto F. Rodrigues agradecendo a remessa do 3.º volume da Revista do Instituto e enviando um exemplar do Almanack Popular Brazileiro para 1900.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

O sr. Presidente, lembrando os predicados que ornavam a pessoa do dr. Augusto de Souza Queiroz, paulista distincto e brazileiro illustre, ha dias fallecido, submettou á consideração da casa a indicação de ser consignado na acta um voto de pesar pelo seu passamento e de se dirigir á familia do egregio morto um officio de condolencias O sr. dr. Couto de Magalhães, em additamento, propoz e foi approvado que fosse nomeada uma commissão para assistir ás exequias que se vão celebrar a 27 deste mez ; em consequencia foram nomea-

dos os srs. drs. Pereira Guimarães e Alfredo Toledo para constituirem a referida commissão·

O sr. Eugenio Hollender porpoz e foi unanimemente approvado que se collocasse na sala dos sessões o retrato do primeiro presidente do Instituto dr. Cesario Motta Junior.

O sr. dr. Pereira Gaimarães, lembrando a approximação da epoca em que deve ser commemorado o 4.º centenario do Brazil, acha que se deve tractar da execução do respectivo programma. O sr. dr. Miranda Azevedo dá explicações a respeito.

Foi proposto e approvado que o Instituto se representasse nas festas promovidas em Lisboa pela Sociedade de Geographia para a commemoração do 4.º centenario do Brazil.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas, lidas e enviadas á respectiva commissão propostas para a admissão dos srs. dr. Augusto Carlos da Silva Telles, Horace E. Williams e João Vampré como socios effectivos.

Obteve a palavra o sr. dr, Alfredo de Toledo e occupou-se de um artigo publiacado na «Cidade de Santos», em sua edição de 22 de Fevereiro ultimo, relativo ao trabalho—*Uma reivindicação improcedente*, que leu na sessão passada, explicando a origem, marcha e fim de uma polemica sustentada pelo orador com o Major Codeceira.

Em seguida o sr. dr. Orville Derby apresentou um mappa em relevo da região entre esta Capital e Santos, a respeito do qual fez algumas considerações. Este trabalho, que é feito em gesso, foi muito apreciado pela precisão scientifica e grande somma de paciencia de quem o organizou.

O sr. Presidente, em nome do Instituto, congratulou-se com os srs. Barão Homem de Mello e Orville Derby pelo mappa que acaba de ser apresentado, porquanto foi o sr. Homem de Mello o primeiro a salientar a importancia das altitudes do systema orographico de S. Paulo e o sr. Derby o primeiro a realizar proficientemente o seu estudo; congratulou-se tambem com o Estado de S. Paulo por ser a patria do primeiro e o theatro do estudos do segundo.

Nada mais havendo a tractar, o sr. presidente levantou a sessão.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secratario.

Sessão ordinaria, em 20 de Março de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. MIRANDA AZEVEDO

A's oito horas da noite, presentes os socios srs. Miranda Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Eugenio Hollender, Orville Derby, e Alberto Löfgren, foi aberta a sessão.

Foi approvada acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Da Sociedade Commemoradora do 4.º Centedario do Brazil, de S. Vicente, convidando para assistir á inauguração do monumento que será erigido naquella cidade a 22 de Abril vindouro.

Do sr. dr. José de Campos Novaes, communicando que o livro—Origens chaldeanas—que offereceu será entregue pelo socio sr. Alberto Löfgren.

Do sr. dr. Virgilio Cardoso de Oliveira, Director do Instituto Civico-Juridico «Paes de Carvalho», em Belém do Pará, agradecendo a remessa da *Revista* e enviando diversos folhetos relativos áquelle Instituto.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

O sr. dr. Miranda Azevedo communicou que entendeu-se com o sr. Presidente do Estado sobre o auxilio para a festa do 4.º centonario e que o mesmo lhe declarou não poder o Governo attender ao appello do Instituto; outrosim participa que é provavel que o socio sr. Arcsdiago dr. Francisco de Paula Rodrigues se encarregue de proferir o discurso official na sessão soelnne de 3 de Maio.

O sr. Eugenio Hollender envia á mesa a lista das pessoas que subscreveram para a acquisição do retrato do dr. Cesario Motta, que dentro de poucos dias será entregue e poderá ser inaugurado.

O mesmo socio communica que o sr. commendador Alfaya Rodrigues o encarregou de patentear ao Instituto a satisfacção que terá a Sociedade Commemoradora do 4.º Centenario, de S. Vicente, si o

Instituto tomar parte nos festejos que alli se realizarão, cujo programma apresenta; declarou mais que a dita Sociedade resolveu considerar seus membros honorarios os socios deste Instituto. O sr. Presidente declarou que a mesa tomava em toda consideração o que acabava de ser exposto e communicado pelo sr. Hollender e que, em nome do Instituto, agradecia as gentilezas da Sociedade Commemoradora de S. Vicente.

ORDEM DO DIA

Foi lido e ficou sobre a mesa o parecer da Commissão de Admissão de Socios relativo ás propostas apresentadas na sessão antecedente.

O sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães procedeu á leitura de um seu artigo critico sobre o quadro—Fugida para o Egypto—do pranteado pintor paulista Almeida Junior, trabalho que foi muito apreciado.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Abril de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. MIRANDA AZEVEDO

A's oito horas da noite, presentes os socios srs. Miranda Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionyzio Fonseca, Arthur Goulart, Orville Derby, Domingos Jaguaribe e Alfredo de Toledo, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. Dr. Alvaro Astolfo da Silveira enviando Boletins e folhas da Carta de Minas.

Do sr. Dr. F. A. de Souza Queiroz Netto agradecendo os pesames pela morte do Dr. Augusto de Souza Queiroz.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

Foi introduzido na sala das sessões, e tormou assento na Assembléo o novo socio sr. Dr. Francisco de Paula Santos Rodrigues.

ORDEM DO DIA

Foi lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de Admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão passada sendo proclamados membros do Instituto os srs. Dr. Augusto Carlos da Silva Telles, Horace E. Williams e João Vampré, na qualidade de socios effectivos.

Foram enviados á respectiva Commissão as propostas apresentadas para admissão dos srs. Augusto Alvaro de Carvalho Aranha, como socio effectivo, M. Pio Corrêa e Antonio Ferreira Neves Junior, como socios correspondentes.

O 2.º Secretario, Dr. Manoel Pereira Guimarães, offerece um officio do Conselheiro Avellar Brotero ao Conselheiro Chrispiniano Soares relativo á revolução de 1842. Em seguida communica que no dia 4 do corrente, desmanchado-se tres cellas que existiam sobre a sacristia do convento do Carmo desta cidade, numa viga do telhado foi encontrada uma inscripção datada de 1600, parecendo, á vista disso, que quando Frei Gaspar, Azevedo Marques e outros dizem que o Convento foi fundado por Frei Antonio de S. Paulo no anno de 1596, querem referir-se ao inicio das obras.

Nada mais havendo a tractar, foi levantada a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Abril de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Ás sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Pereira Guimarães, Antonio Pisa, Dionysio Fonseca, San-

tes Rodrigues, João Monteiro, Eugenio Hollender, Orville Derby, Eugenio Franco e Tullio de Campos, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

Foi recebido na sala dos sessões e tomou assento na Assembléa o novo socio sr. João Vampré.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Club Gymnastico Portuguez convidando o Instituto a assistir a sessão solemne que realiza a 1.º de Maio, em commemoração ao 4.º centenario do Brazil. Para representar o Instituto foram nomeados srs. Drs. Carlos Reis, Eugenio Alberto Franco e João Vampré.

Da Sociedade Commemoradora de S. Vicente enviando o programma dos festejos do 4.º centenario e convidando o Instituto a comparecer. Foram nomeados em commissão os srs. Drs. Theodoro Sampaio, Antonio Piza e Orville Derby.

Do socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe communicando a sua partida para a Europa.

ORDEM DO DIA

Foi lido e ficou sobre a mesa o parecer da Commissão de Admissão de Socios relativo ás propostas apresentadas na ultima sessão.

Foi lido, posto em discussão e approvado o parecer da commissão incumbida de estudar o trabalho apresentado pelo socio sr. Dr. Alfredo de Toledo.

O sr. Dr. João Monteiro offereceu, em nome do sr. Dr. João Baptista de Moraes, residente em Pirassununga, diversos autographos de homens notaveis do Brazil, promettendo outros de grande valor e interesse para o Instituto.

O sr. João Vampré leu a introducção de um seu trabalho sobre festas nacionaes brazileiras, o qual foi muito apreciado.

O sr. Presidente declara que vai ser inaugurado o retrato do pranteado Dr. Cesario Motta Junior e, em phrases sentidas e inspiradas, rememora a vida do 1.º presidente e um dos fundadores do Institututo, vida essa que foi um modelo das mais acrysoladas virtudes.

Em seguida levantou-se, assim como todos os socios presentes, e descendou o retrato que se achava velado pela bandeira da Republica.

Obteve a palavra o sr. Dr. Santos Rodrigues e leu um bellissimo elogio historico do Dr. Cesario Motta Junior, sendo muito applaudido e felicitado.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão Solenne Commemorativa do 4.º Centenario do Descobrimento do Brazil, em 3 de Maio de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's oito horas da noite, no salão onde o Instituto celebra as suas sessões, no predio n. 2 do Largo da Sé, em presença de grande numuro de socios, presentes o Dr. Carlos Reis, repretentando o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado, o Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretario da Agricultura, Commendador Bernardino Monteiro de Abreu, Consul de Portugal, o Padre L. Sangirardi, representado o Sr. Bispo Diocesano, commissões do Senado e da Camara dos Deputados do Estado, da Associação Commercial, do Club Gymnastico Portuguez, do Instituto Forense e de diversas outras associações, exmas. senhoras e pessoas gradas, o sr. Presidente declarou aberta a sessão, proferindo um bello e notavel discurso, em que fez a synthese historica da nossa patria, salientando os principaes acontecimentos que concorreram para a formação da nossa nacionalidade. Terminada a sua oração, deu a palavra ao sr. Dr. Theodoro Sampaio para pronunciar o discurso official.

Subiu então a tribuna o laureado consocio Dr. Theodoro Sampaio, sendo acolhido com uma salva de palmas, e leu um consciente e substancioso trabalho, onde ainda uma vez demonstrou seus conhecimentos profundos na historia e chorographia do nosso paiz. Ao terminar o seu discurso, foi muito applaudido e cumprimentado.

Foi em seguida dada a palavra ao 2.º secretario sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães, que passou a ler um discurso commemorativo da

data que ora nos congrega, sendo este importante trabalho historico do nosso consocio attentamente ouvido, muito apreciado e applaudido com uma salva de palmas.

Usou tambem da palavra o socio sr. Dr. Tullio de Campos que, em brilhante improviso, congratulou-se com o Instituto e com a patria, sendo applaudido.

Ninguem mais desejando a palavra, o sr. Presidente agradeceu a presença das pessoas que vieram abrilhantar a solennidade e levantou a sessão.

Lavrada por Dionysio Caio da Fonseca, 1.º supplente do secretario.

Sessão ordinaria, em 19 de Maio de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Miranda Azevedo, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, Arthur Goulart e Alfredo de Toledo, foi aberta a sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos srs. Dr. Gabriel Piza, Capitão Pedro Arbues e Dr. Miranda Azevedo enviando offertas ao Instituto.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi submettido á discussão e approvado o parecer da Commissão de Admissão de Socios, que ficara sobre a mesa na sessão de 20 de Abril, sendo proclamados membros do Instituto os srs. Augusto Alvaro de Carvalho Aranha, M. Pio Correa e Antonio Ferreira Neves Junior, o primeiro como socio effectivo e os dois ultimos como correspondentes.

Achando-se na sala immediata o novo socio sr. Carvalho Aranha, foi o mesmo convidado a tomar parte nos trabalhos, sendo introduzido na sala das sessões e tomando assento na assemblea.

Foi proposto que se conferisse o diploma de socio honorario ao Sr. General Conselheiro Francisco Maria da Cunha, Enviado especial de Portugal para represental-o nas festas do centenario celebradas no Rio de Janeiro. Foi a proposta approvada e nomeada uma commissão composta dos srs. Drs. Miranda Azevedo, Bueno de Andrada e Azevedo Marques para fazer entrega do diploma.

O sr. dr. Miranda Azevedo apresentou informações sobre o producto da subscripção para as festas do 4.º centenario, declarando que a quantia angariada foi despendida com a parte litteraria do programma, cuja nota comprobativa em breve a commissão exhibirá; informou mais que as *Cartas de Anchieta* já estão publicadas e no prélo a obra de Hans Staden, que será annotada pelo dr. Theodoro Sampaio.

Nada mais havendo a tractar, o sr. presidente levantou a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Junho de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Duarte Azevedo, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, Antonio Piza, Aquino e Castro, Augusto Cardoso, Theodoro Sampaio, Eugenio Hollender, Alberto Löfgren, Orville Derby, Alfredo de Toledo, João Vampré e Carvalho Aranha, foi aberta a sessão.

Foram lidas e approvadas as actas das tres ultimas sessões.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos srs. conselheiro Aquino e Castro, padre Miguel Foglino e Bernardo de Azevedo da Silva Ramos enviando offertas para o Instituto.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

O sr. Alberto Löfgren offereceu, em nome do sr. Hermann A. Reipert, commerciante em Santos. os objectos constantes da dita relação agradecendo o sr. presidente tão valiosa offerta.

O sr. João Vampré communicou ter desempenhado a commissão junto ao Club Gymnastico Portuguez.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas e enviadas á commissão respectiva propostas para admissão dos srs. dr. José de Mesquita Barros e Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, como socios correspondentes. Por deliberação da assembléa foi dispensada a audiencia da commissão quanto á proposta do sr. Bernardo Ramos, a qual foi submettida á discussão e votação, sendo unanimemente approvada e proclamado membro do Instituto o sr. Bernardo de Azevedo da Silva Ramos.

O sr. Carvalho Aranha procedeu à leitura do seu trabalho— *Teias*, que foi apreciado.

Nada mais havendo a tractar, levantou-se a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Junho de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. MIRANDA AZEVEDO

A's sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Miranda Azevedo, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, Antonio Piza, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Carvalho Aranha e Alfredo Toledo, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

Officio do sr. Bernardo A. S. Ramos agradecendo a sua admissão como socio do Instituto.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado,

O sr. dr. Miranda Azevedo entregou, por parte do deputado federal sr. dr. Luiz Adolpho, importantes manuscriptos relativos a Matto-Grosso nos tempos coloniaes.

Foi proposto e approvado que se lançasse na acta um voto de pesar pelo fallecimento dos notaveis brazileiros drs. Silva Araujo e Annibal Falcão e jornalista Paulo Arruda.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas e enviadas á commissão respectiva propostas para admissão dos srs. Antonio Alexandre Borges dos Reis, como socio effectivo, Henrique Raffard e dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, como honorarios, e para transferencia do socio Bernardo A. S. Ramos para esta classe.

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Julho de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. MANOEL PEREIRA GUIMARÃES

Ás sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Pereira Guimarães, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Santos Rodrigues, Sacramento Blake, Jorge Maia, Arthur Goulart, Eugenio Hollander, Antonio Piza e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE

Foi communicado o rebebimento dos jornaes que costumam ser enviados, que são recebidos com especial agrado.

Pelo sr. Eugenio Hollender foi offerecido um minusculo diccionario francez-inglez, sendo a offerta agradecida pelo sr. Presidente.

Pelo sr. dr. Santos Rodrigues foi lembrada a conveniencia de se adquirir uma obra sobre o Brazil escripta pela princeza Thereza da Baviera em 1886, pois contem coisas que muito nos interessam. Pelo sr. Eugenio Hollander foi declarado que faria offerta desse livro e de outro ao Instituto.

Foi proposto e approvado que se inserisse na acta um voto de pesar pelo fallecimento do philologo sr. Santos Saraiva. Foi tambem approvado que se consignasse na acta um voto de lembrança á memoria do illustre brazileiro e cultor das lettras patrias Castro Alves, de cujo passamento é amanhã (6) anniversario.

ORDEM DO DIA

Foram lidos os pareceres da Commissão de Admissão de Socios opinando pela approvação das propostas apresentadas na sessão passada, os quaes, por deliberação da assembléa, foram submettidos á discussão e votação e approvados, sendo proclamados membros do Instituto os srs. Bernardo Azevedo da Silva Ramos, Henrique Raffrad e Dr. Thomaz Galeoz Faranhos Montenegro, como socios honorarios, e Antonio Alexandre Borges dos Reis, como socio effectivo.

Foram apresentadas e enviadas á commissão respectiva propostas para admissão dos srs. Dr. João Baptista de Moraes e Major Paulo Pinto Auto Rangel como socios effectivos.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Dionysio Caio da Fonseca, 1.º supplente do secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Julho de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Ás sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Pereira Guimarães, Antonio Piza, Dionysio Fonseca, Tullio de Campos, Theodoro Sampaio, Alberto Löfgren, Paula Souza, Orville Derby, Alfredo Toledo e Carvalho Aranha, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

É communicado o recebimento das offertas constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram lidos e ficaram sobre a mesa os pareceres da Commissão de Admissão de Socios opinando pela admissão dos srs. Dr. João Baptista de Moraes, Major Paulo Pinto Auto Rangel e Dr. José de Mesquita Barros.

Foi enviada á respectiva commissão uma proposta para admissão do sr. Dr. Dinamerico do Rego Rangel na qualidade de socio correspondente.

Pelo sr. Dr. Theodoro Sampaio foram lidos dois capitulos do trabalho que está escrevendo — *O tupi na geographia nacional*, sendo muito apreciado e applaudido.

Nada mais havendo a tractar, levantou-se a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 4 de Agosto de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

As sete e meia horas dá noite, presente os socios srs. Duarte de Azevedo, Pereira Guimarães, Orville Derby, Antonio Piza, José Vicente, Theodoro Sampaio, Alberto Lofgren, Bernardo Morelli e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

Officio do sr. Conselheiro Francisco Maria da Cunha agradecendo a sua admissão como socio honorario.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram submettidos á discussão e votação e approvados os pareceres que ficaram sobre a mesa na sessão anterior, sendo proclamados membros do Instituto os srs. dr. João Baptista de Moraes e Major Paulo Pinto Auto Rangel, como socios effectivos, e dr. José de Mesquita Barros, como socio correspondente.

Achando-se na sala immediata os novos socios srs. dr. João Baptista de Moraes e Major Luiz de Vasconcellos, foram elles convidados a tomar parte nos trabalhos e recebidos na sala das sessões, onde tomaram assento.

Pelo sr. dr. Jorge Maia foi offerecido o 1.º fasciculo impresso do seu Diccionario da lingua Nheengatú.

O socio sr. dr. Theodoro Sampaio continuou a leitura do seu trabalho—*O tupi na geographia nacional*, sendo, como sempre, ouvido com agrado e muito applaudido.

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente levantou a sessão,

Lavrada por Dionysio Caio da Fonseca, 1.º supplente do secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Agosto de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CARLOS REIS

As sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Pereira Guimarães, Antonio Piza, Dionysio Fonseca, Arthur Goulart, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Alberto Lofgren, José Vicente, Jorge Maia, Tullio de Campos, Santos Rodrigues e João Moraes foi abarta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

Foram recebidas com especial agrado as offertas constantes da relação em appendice.

Foi proposto e approvado que se consignassem na acta votos de pesar pelo fallecimento do auctor das «Ephemerides Mineiras» José Pedro Xavier da Veiga e do notavel homem de lettras Eça de Queiroz

O 2.º secretario entregou, por parte do seu auctor e socio sr. Coronel A. Borges Sampaio, uma interessante noticia historica sobre o Capitão João Baptista Machado, a qual foi remettida á Commissão de Redacção da Revista.

ORDEM DO DIA

Foi enviada á respectiva commissão uma proposta para admissão do sr. José Jacintho Ribeiro, como socio effectivo.

Proseguiu o socio sr. dr. Theodoro Sampaio a leitura do seu interessante trabalho—*O tupi na geographia nacional.*

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Setembro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

As sete e meia horas da noite, na nova séde social, á Rua General Carneiro n. 1 A, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, Theodoro Sampaio, Alberto Lofgren, Soares Romeo, Jorge Maia, Gomes Cardim, Santos Rodrigues, Alfredo Toledo, Getulio Monteiro, Araujo Macedo, José Vicente, João Vampré e Orville Derby, foi aberta sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do socio sr. dr. Santos Rodrigues enviando uma lista de mappas, documentos e livros relativos ao Brazil.

Do Lyceu Litterario Portuguez, do Rio de Janeiro, enviando um livro para o Instituto.

Da Academia Litteraria de Lisboa communicando a eleição de sua nova directoria.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi submettido á consideração da assembléa um requerimento do Centro Espiritual do Brazil pedindo a sala do Instituto para ser celebrada uma sessão funebre em homenagem a Eça de Queiroz e Ferreira de Araujo; ficou a mesa auctorizada a resolver a respeito.

Foram enviadas á commissão respectiva propostas para admissão dos srs. drs. Arthur Vautier e Antonio Candido Rodrigues, na qualidade de socios correspondentes.

Foram lidos os pareceres da Commissão de Admissão de Socios opinando pela admissão dos srs. dr. Dinamerico A. do Rego Rangel e José Jacintho Ribeiro, os quaes, em virtude de deliberação da assemblea, foram submettidos á discussão e votação e approvados, sendo proclamados membros do Instituto os ditos srs. dr. Dinamerico Augusto do Rego Rangel, como socio correspondente, e José Jacintho Ribeiro, como socio effectivo.

Achando-se na sala immediata os novos socios srs. drs. José Aristides Monteiro e Dinamerico Rangel, foram os mesmos convidados a tomar assento na assembléa, sendo recebidos com as formalidades do estylo.

O socio sr. dr. Theodoro Sampaio continuou a leitura do seu trabalho sobre o tupi.

Nada mais havendo a tractar, levantou-se a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.° secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Setembro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's sete e meia horas da noite, presente os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Eugenio Hollender, Antonio Piza, Orville Derby, Theodoro Sampaio, Dinamerico Rangel, Bernardo de Campos, Alfredo Toledo, Alberto Löfgren, Santos Rodrigues, Horace Lane, Miranda Azevedo e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Centro Espiritual do Brazil convidando a assistir á sessão funebre em homenagem á memoria de Eça de Queiroz e Ferreira de Araujo.

Do sr. M. Pio Corrêa agradecendo a sua admissão como socio correspondente.

Do sr. José Jacintho Ribeiro agradecendo a sua admissão como socio effectivo.

Do sr dr. Couto de Magalhães Sobrinho offerecendo tres jornaes antigos.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

O socio sr. Dr. Santos Rodrigues, obtendo a palavra para fazer uma proposta, fundamentou-a do seguinte modo: « Sr. Presidente.— « Proponho que na acta desta sessão seja lançado um voto de pro- « fundo pesar pelo fallecimento de Ernesto do Canto, notavel biblio- « philo e bibliographo, e que foi sem duvida um dos homens de mais « saber e competencia em questões geographicas no presente seculo. « Como bibliophilo, possuia Ernesto do Canto uma das mais raras e « ricas bibliothecas e o celebre archivo da casa Canto e Castro, nos « Açores. Como homem de lettras, ligou o seu nome a trabalhos de « grande erudição e assignalado merecimento. Como bibliographo, era « versadissimo e conhecia e discorria fundamente sobre todas as obras « importantes, antigas e modernas, de historia e geographia. Foi elle « o creador do «Archivo dos Açores», trabalho extraordinario de com- « pilação dos materiaes que existiam dispersos e ineditos, respeitantes « á historia daquelle archipelago, e para a publicação do qual, feita « exclusivamente á sua custa, montou e mantove especialmente uma « typographia. Foi nestas continuas investigações, neste insano labu- « tar em prol da sciencia e da verdade historica, que Ernesto do Canto « teve a felicidade de encontrar os documentos com os quaes conse- « guiu a certeza historica do que elle e muitos tinham a certeza mo- « ral: que a prioridade da descoberta da America pertence aos por-

« tuguezes, que precederam Colombo de muitos annos. Baseado nestes « importantissimos documentos, publicou uma Memoria, em resposta « aos livros de Henry Harrisse sobre Colombo e os Corte-Reaes, e na « qual poude sustentar aquella prioridade. Esta memoria veiu trazer « completa luz sobre o assumpto e confirmar o que sobre elle já era « conhecido pelas obras de Enéas Silvius. Petrus Matiæ, dos notaveis « Celarius e Jeronymo Bençon e ainda outras da época da descoberta; « e tambem o que a respeito ha descripto na encyclopedia de Cham- « ber's, nos trabalhos dos afamados historiadores Cartier, Harnin e « Petterson, que defendem calorosamente esta gloria portugueza, que « podemos dizer nossa, e justificam as nossas reivindicações. Na « sessão solenne da Real Sociedade de Geographia de Londres, em « 5 de Março de 1894, um professor da Universidade de Cambridge « aproveitou a occasião de ahi estar reunido o mais escolhido audi- « torio, entre o qual figurava o corpo diplomatico e a que presidia « um principe da casa reinante ingleza, o duque de York, para dar « conta do notavel estudo do historiador geographo portuguez, Er- « nesto do Canto, e da revolução historica que elle envolvia, pois que « provava á evidencia que, antes de Colombo, os portuguezes tinham « chegado á America aportando ás terras do Labrador. Este famoso « trabalho de Ernesto do Canto, que, naquella sessão, como nas de « outras sociedades congeneres, foi devidamente apreciado e caloro- « samente acceito, tem a grande vantagem de nacionalizar precisa- « mente o navegador que precedeu Colombo e de tirar todas as du- « vidas sobre quando e por quem foi descoberta a terra do Labrador, « porque é fundado em documentos da época absolutamente ineditos, « encontrados no archivo da casa Canto e Castro, da Ilha Terceira, « da qual os chefes andaram por muitos annos investidos do cargo « de provedores das armadas reaes. Estes documentos de tão elevado « alcance vieram, como disse, justificar a opinião de muitos eruditos « ácerca da prioridade dos portuguezes na descoberta da America. « Era tal e tão reconhecida e acatada a competencia de Ernesto do « Canto em assumptos historico-geographicos que era elle amiude- « mente consultado sobre estes assumptos pelas mais notaveis summi- « dades de todos os paizes e entre estas o proprio Harrisse, Ferdi- « nand Dénis, Réclus, Lenormand, Miln Edwards, Seeley e os principes

« de Monaco e Napoleão Bonaparte. Podemos avaliar o grande sen-
« timento de que se acha possuida a Sociedade de Geographia de
« Lisboa pela perda irreparavel do seu illustrissimo e prestimoso mem-
« bro Ernesto do Canto ; pelo que, sr. Presidente, proponho mais que
« do nosso voto de pesar se dê conhecimento áquella instituição nossa
« irmã ». Submettida a proposta á discussão e votação, foi a mesma sem debate unanimemente approvada.

ORDEM DO DIA

Foi lido o parecer da Commissão de Admissão de Socios opinando pela approvação das propostas apresentadas na sessão antecedente o qual, em virtude da deliberação da assembléa, foi submettido á discussão e sem debate approvado, sendo proclamados membros do Instituto os srs. Drs. Arthur Vautier e Antonio Candido Rodrigues, na qualidade de socios correspondentes.

Achando-se na sala immediata o novo socio sr. Dr. Arthur Vautier, foi elle convidado a tomar assento na assembléa, sendo recebido, com as formalidades do estylo.

O socio sr. Dr. Orville Derby procedeu á leitura de sua memoria intitulada—*Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes* a qual foi ouvida com a attenção e o interesse que o Instituto liga aos trabalhos do digno consocio Dr. Derby, que foi felicitado por mais esta sua importante producção.

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Outubro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. CARLOS REIS

A's sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, Theodoro Sampaio, Soares Romeo, Gomes Cardim, Orville Derby, Arthur Vautier, Dinamerico Rangel e Manoel Tapajós, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. Barão de La Barre agradecendo a collecção da Revista do Instituto.

Do Centro Espiritual do Brazil agradecendo a concessão da sala.

Do sr. Coronel Carlos Teixeira de Carvalho, Consul Hespanhol, lembrando a conveniencia do Instituto representar-se no Congresso Hispano-Latino que se realizará em Madrid no proximo mez de Novembro—Ficou a mesa auctorizada a resolver a respeito.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

Foi recebido na sala das sessões e tomou assento na assembléa o novo socio sr. José Jacintho Ribeiro.

ORDEM DO DIA

Foi enviada á commissão respectiva uma proposta para admissão do sr. Dr. Carlos de Arruda Sampaio, como socio effectivo.

O Sr Dr. Theodoro Sampaio continuou a leitura do seu notabilissimo trabalho sobre o tupi na geographia nacional.

Nada mais havendo a tractar, levantou-se a sessão.

Lavrada por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Outubro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's sete e meia horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Theodoro Sampaio, Gomes Cardim, Dinamerico Rangel, Arthur Goulart, Alfredo Toledo, Arthur Vautier, Dionysio Fonseca, Antonio Piza, Santos Rodrigues, João Moraes e Jacintho Ribeiro, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta de sessão antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do sr. coronel Antonio Borges Sampaio agradecendo a sua admissão como socio effectivo.

As offertas constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

Foi deliberado consignar um voto de pesar pelo fallecimento do Dr. Cesar Augusto Marques e apresentar condolencias por officio ao Instituto Historico Brazileiro, do qual o finado era digno e prestimoso membro.

ORDEM DO DIA

Foram enviadas á commissão respectiva propostas para admissão dos srs. Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro, como socio effectivo, Dr. Galeno Martins de Almeida e Dr. Sergio Meira, como socios correspondentes.

O sr. Presidente participa que a sessão para encerramento dos trabalhos deste anno, apresentação do relatorio da directoria e eleição da administração realizar-se-á a 25 do corrente mez. Outrosim convida os socios a elegerem o orador official para a sessão magna de 1.º de Novembro; foi unanimemente acclamado o socio e 2.º secretario sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães para nessa sessão proferir o discurso official, agradecendo o Dr. Guimarães a prova de confiança que lhe era dada.

O socio sr. Dr. João Baptista de Moraes, procedeu á leitura de um seu interessante trabalho—*Guerras do Sul*, que foi muito apreciado, offerecendo com elle documentos relativos ao assumpto.

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Carlos Reis, 1.º secretario.

Sessão extraordinaria, em 25 de Outubro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. CARLOS REIS

Ás oito horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, Arthur Vautier, Alexandre Riedel, Eugenio Hollendor, Theodoro Sampaio, Manoel Tapajós, Jorge

Krichbaum, Alfredo Toledo, João Vampré, Arthur Goulart, Dinamerico Rangel, José Vicente e Santos Rodrigues, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

Foram recebidas com especial agrado as offertas constantes da relação em appendice.

Foi proposto e unanimemente approvado que se consignasse na acta um voto de profundo sentimento de pesar pelo passamento do erudito socio fundador deste Instituto Antonio Augusto da Fonseca.

ORDEM DO DIA

Foi lido, posto em discussão e approvado o parecer da Commissão de Admissão de socios opinando pela admissão dos srs. Drs. Carlos de Arruda Sampaio e Luiz Porto Moretzsohn de Castro, como socios effectivos, Galeno Martins de Almeida e Sergio Meira, como socios correspondentes, sendo os mesmos nessas qualidades proclamados membros do Instituto.

Foi apresentado e lido o relatorio dos trabalhos e occorencias do Instituto no presente anno, acompanhado do balanço da receita e despesa e annexos respectivos. Submettidos o relatorio, balanço e contas ao exame e discussão da assembléa, propoz o sr. Eugenio Hollender que fosse consignado um voto de louvor á directoria pelo zelo e dedicação com que se houve no desempenho do seu mandato. Em seguida, propoz o sr. Dr. Theodoro Sampaio que fossem approvados o relatorio e contas da directoria ora apresentados. Ambas as propostas foram sem debate approvadas, abstendo-se de votar os membros da directoria.

Passando-se a tractar da eleição da directoria, foi deliberado reeleger por acclamação a actual directoria. A assembléa, attendendo ás razões apresentadas, concedeu a dispensa pedida pelos srs. Drs. Carlos Reis e Antonio Piza dos cargos de 1.º secretario e thesoureiro e procedeu á eleição dos logares vagos. Terminado o acto, o sr. Presidente declarou ficar constituida do seguinte modo a administração do proximo triennio:

PRESIDENTE

Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

VICE-PRESIDENTE

Dr. Augusto Cesar do Miranda Azevedo.

1.º SECRETARIO

Dr. Manoel Pereira Guimarães.

2.º SECRETARIO

Dionysio Caio da Fonseca.

THESOUREIRO

Dr. Carlos Reis.

1.º E 2.º SUPPLENTES DO 2.º SECRETARIO

Arthur Goulart e dr. Dinamerico Augusto do Rego Rangel.

Foi dada a palavra ao socio sr. Dr. Theodoro Sampaio. que procedeu á leitura do capitulo 4.º do seu trabalho—*O tupi na geographia nacional*, sendo ao terminar applaudido e felicitado.

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos do presente anno e convidou os srs. socios a comparecerem á sessão magna de 1.º de Novembro proximo vindouro.

Subscripto por Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.

Sessão magna de anniversario da fundação do Instituto, em 1 de Novembro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's oito horas da noite, no salão do Instituto, no predio n. 1 A da Rua General Carneiro, presentes grande numero de socios e pessoas, convidadas, entre as quaes consules, representantes de institutos, associações, estabelecimentos publicos e da imprensa desta capital, foram recebidos e acompanhados até á mesa, onde tomaram assento, os Srs. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado, e seu Ajudante de Ordens Capitão Jayme Marcondes, Dr. Bento Bueno, Secretario do Interior, e Dr. José Vicente de Azevedo, representante da Camara dos Deputados. O sr. Presidente do Instituto, declarando

aberta a sessão, congratulou se com a associação pelo comparecimento dos membros dos poderes publicos do Estado a esta festa, fez diversas considerações sobre o desenvolvimento do Instituto nos seis annos de sua existencia, deu por empossada a nova directoria e agradeceu, em nome della, a confiança dos consocios.

Foi communicado o recebimento de um telegramma do sr. Commendador Alfaya Rodrigues, Consul Argentino em Santos, agradecendo o convite para assistir á presente sessão, e officios dos Srs. Drs. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro e Luiz Porto Moretzsohn de Castro agradecendo a sua admissão como membros do Instituto.

Dada a palavra ao orador official Sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães, subiu este á tribuna e, em brilhante discurso, salientou os meritos e trabalhos dos socios fallecidos José Ferraz de Almeida Junior e Antonio Augusto da Fonseca, sendo muito applaudido e felicitado pela sua importante oração.

Em seguida o Sr. Presidente do Instituto, interpretando os sentimentos dos socios, mandou inserir na acta desta sessão um voto de agradecimento ao governo e povo argentino pela maneira brilhantissima pela qual receberam o Sr. Dr. Campos Salles e sua comitiva naquella nobre nação, sendo redigido e transmittido para Petropolis o seguinte telegramma: «Exm. Sr. Ministro da Republica Argentina.— « O Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, em sessão magna « de 1.º do corrente, resolveu lançar na acta um voto de reconheci- « mento pela gentileza com que o governo e o povo da Republica « Argentina receberam o chefe da nação brazileira e os membros da « sua comitiva na recente visita feita á nobre Republica.—*Duarte de « Azevedo*—Presidente do Instituto.»

Nada mais havendo a tractar, o sr. Presidente agradeceu a presença dos membros do governo e illustres cavalheiros, que vieram abrilhantar a modesta solennidade commemorativa do 6.º anniversario da fundação do Instituto, e declarou encerrada a sessão.

Relação

DAS

Offertas de livros, revistas, mappas, jornaes, etc. feitas ao Instituto durante o anno de 1900

Sessão de 25 de Janeiro

Carta geographica de S. Paulo, 2.ª folha; *Estudos historico—politicos*, por Estevam Ribeiro de Souza Rezende (Barão de Rezende); *Revista do Archivo Publico Mineiro*, fasc. ns. 1 e 2 de 1899; *Relatorio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas*, 1898; *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, fasc. de Setembro de 1899; *Boletim Postal*, ns. 8 a 12 de 1899; *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*, ns. 68 a 72; *Boletim do Instituto Agronomico do Estado*, ns. 5, 9 e 10 de 1899; *Revista Pharmaceutica*, ns. 53 a 55; *Revista Agricola*, ns. 51 a 54; *A Ceciliana*, n. 26; *Diario Official do Estado; Correio Paulistano*; *O Commercio de S. Paulo*; *Diario Popular; A Platéa*; *Lavoura e Commercio*; *Gazeta de Uberaba*; *Correio do Amparo*; *Verdade e Luz*; *A Estrella*; *Vicentino*; *O Imperio*, até 12 do corrente; *Tribuna Paulista*, n. 1; *Capital Paulista*, n. 5; *A Aurora*, 5.º fasciculo.

Sessão de 5 de Fevereiro

Almanach de Piracicaba para 1900; *Almanach da Platéa* para 1900; *Mappa da viagem do revolucionario Gumercindo Saraiva e logar de sua morte;* Medalha commemorativa do *4.º centenario do Brazil*, mandada cunhar e offerecida pelo socio sr. Julins Meili; *Capital Paulista, O Imperio* e jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 20 de Fevereiro

Homenagem ao Dr. Augusto Teixeira de Freitas pelo Tribunal de Appellação da Bahia; *Revista do Archivo do Municipio da Capital do Estado da Bahia*, n. 1; *Allegações finaes*, pelo Dr. Alfredo de Toledo; *A crise e o seu remedio*, pelo Dr. Francisco de Toledo Malta; *Revista Agricola*, n. 55; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 5 de Março

Medalha commemorativa da inauguração da estatua do Duque de Caxias; Proclamação dirigida aos paulistas em 1842 pelo Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar; *Almanach Popular Brazileiro* para 1900; *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 52; *Capital Paulista*, n. 9; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 20 de Março

Carta do reconcavo da Bahia, pelo Dr. Theodoro de Sampaio; *As origens chaldeanas do judaismo*, pelo Dr. José de Campos Novaes; *Regulamento e Relatorio do Instituto Civico-Juridico «Paes de Carvalho*; *O Instituto Civico-Juridico*, artigos do Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira; *Almanach do lavrador brazileiro*, pelo Dr. Germano Vert; *O gado e a lavoura*, pelo mesmo; *Boletim Postal*; *Revista Agricola*, n. 56; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 5 de Abril

Boletins ns. 4, 5 e folhas ns. 3, 4, 5, 6, 8 e 10 da *Carta de Minas* publicadas pela Commissão Geographica e Geologica desse Estado; *Os precursores da Republica do Brazil*, pelo Major José Domingos Codeceira; *Boletim Postal*; *Capital Paulista*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 19 de Maio

Questão de limites entre as Republicas de Costa Rica e Columbia, por M. Peralta; *Medalha da campanha do Paraná*; *Jornal do Commercio*, de 3 de Maio; *Relatorios do Secretario da Agricultura*, 1898 e 1899; *Mensagem do Presidente da Republica*, 1900; *Revista Agricola*; *Boletim Postal*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 5 de Junho

Medalha de prata distribuida pelo Instituto Historico Brazileiro na sessão commemorativa do 4.º centenario; *Brazil*, por Zeferino Candido, idem; *Quadro commemorativo do 4.º centenario*, trabalho da typographia do Lyceu do Coração de Jesus desta cidade; *Catalago da collecção numismatica do Amazonas*: *Medalha* cunhada no Rio de Janeiro para commemoração do 4.º centenario; *Relatorio sobre a E. de Ferro de Avanhandava*: *Discurso* proferido pelo Dr. M. Pereira Guimarães na sessão do Instituto a 3 de Maio; *Revista do Instituto do Ceará*; *Boletim Postal*: os jornaes que costumam ser enviados. Collecção de 4 medalhas, 4 cedulas, 22 moedas de prata, 81 de cobre e 2 de nickel, offerecida pelo Sr. Hermann A. Reipert.

Sessão de 20 de Junho

Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, numero de Dezembro de 1899; *Revista* do mesmo Instituto commemorativa do 4.º centenario; *Chorographia do Brazil*, por Antonio Alexandre Borges dos Reis; *Discurso sobre Evaristo da Veiga*, pelo Dr. Tullio de Campos; *Almanach de Piracicaba*; *Relatorio dos Secretarios do Interior e da Justiça*, 1898; *Terras devolutas*; *Gazeta Juridica*, Maio de 1900; *Annuario Estatistico*, 1899; *Revista Agricola*; os jornaes que costumam ser recebidos.

Sessão de 20 de Julho

Revolução Franceza, por Michelet; *Historia do Brazil*, por João Armitage; *Carta de Pedro Vaz Caminha*; *Em Guararapes*, pelo Dr. Martim Francisco; *No lar*, pelo sr. Alvaro Guerra; *Flor de neve*; *Informações sobre a ponte do rio Pardo*, pelo Dr. Ignacio Cochrane; *Boletim do Museu Paraense*; *Boletim de Agricultura*: *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 4 de Agosto

Relatorios do Secretario da Fazenda e do Inspector Geral do Ensino, ambos do anno de 1899; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 20 de Agosto

Diccionario bibliographico, pelo Dr. Sacramento Blake; *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vols. 20 e 21; *Revista Agricola*; *Boletim Postal*; *Boletim de Agricultura*; *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 5 de Setembro

Historia topographica e bellica da colonia do Sacramento; Duas *estampas*, em seda, *embarque e desembarque de Colombo*; *Phytographia e herborização*, pelo socio Alberto Löfgren; *Arte da guerra*; *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 20 de Setembro

Organização naval, *Quatro seculos de actividade maritima*, pelo Almirante Arthur Jaceguay; *Historia do Paraná*, pelo sr. Romario Martins; *Primicias*, por Joaquim Gil Pinheiro; *O Farol Paulistano*, n. 500, de 21 de Junho de 1831; *O Paulista Official*, n. 4, de 29 de Novembro de 1834; *O Novo Farol Paulistano*, n. 357, de 19 de Agosto de 1835; *Bogen und pfeil in Central—Brasilien*, pelo Dr. Hermann

Meyer; Collecção de *mappas relativos á guerra com o Parayuay; Mappa do Estado de S. Paulo*, folha de Campinas; *Capital Paulista*; *Revista Agricola*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 5 de Outubro

Revista do Instituto G. e Historico da Bahia; *Diario Official de Amazonas*; *Feira dos Anexins*: *Regulamento da Repartição de Terras do Amazonas*; *Questão de limites do Amazonas*; *Relatorio da Intendencia de Obras de S. Paulo*; *Diccionario de nomes proprios*; *Theses de concurso*; *Doutrina christã em nheengatú*; *Revista da Escola Polytechnica* e 50 folhetos e jornaes diversos offerecidos pelo socio sr. Dr. Manoel Tapajós; *Boletim de Agricultura*; *Boletim Postal*; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 20 de Outubro

Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Pará, n. 1; *O descobrimento do Brazil*, por José Feliciano de Oliveira; *Apontamentos genealogicos*, pelo Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro; *Boletim da Agricultura*, n. 4; *Boletim Postal*; *Illiada* de Homero (em grego), tomo I. 1828; *Viagem ao Brazil*, por Spix Martius; *Documentos interessantes*, vols. 29 e 30; *Revista Brazileira*, 1897 a 1899; *Annuario da Escola Polythechnica de S. Paulo* para 1900; *Capital Paulista*, serie 2.ª, n. 4; *Revista Agricola*, n. 63; os jornaes que costumam ser enviados.

Sessão de 25 de Outubro

Arte de fabricar o vinho, pelo Dr. Luiz Barretto; *Carta de apresentação* do Padre Antonio Luiz Braz Prego para vigario de Santa Cruz, em Goyaz; *Carta de nomeação* do mesmo para cavalleiro da Ordem de Christo; *Medalha* commemorativa do anno santo; *Memoria sobre navegação aerea*, pelo Dr. Domingos Juguaribe; *Litteratura infantil*, por Arthur Goulart; *Diccionario geographico do Brazil*, por Alfredo Moreira Pinto; os jornaes que costumam ser enviados.

Relatorio

DOS

TRABALHOS E OCCORRENCIAS

DO

Instituto Historico e Geographico de São Paulo

NO ANNO DE 1900

Apresentado pela Directoria na sessão de encerramento, em 25 de Outubro de 1900

SRS. MEMBROS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO.

Cumprindo o dever que lhe é imposto pelo § 5.º do artigo 12 dos estatutos, vem a directoria apresentar-vos o relatorio das occorrencias do expirante anno social de 1900.

ADMINISTRAÇÃO

Da directoria por vós eleita em 20 de Outubro de 1897 e cujo mandato ora termina, obtiveram dispensa dos respectivos cargos, por motivos justos, os srs. Alexandre Riedel, 2.º secretario, e dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, thesoureiro. Para substituil-os, foram eleitos os srs. dr. Manoel Pereira Guimarães, para o cargo de 2.º secretario, e dr. Antonio de Toledo Piza, para o de thesoureiro, funcção que exercia interinamente.

Em sessão de 5 de Fevereiro, approvastes a proposta de creação de dois logares de supplentes de 2.º secretario e elegestes para esses cargos os srs. Dionysio Caio da Fonseca e Arthur Goulart.

De conformidade com o artigo 41 dos estatutos, tendes de proceder, na presente sessão, á eleição da directoria do Instituto para o triennio entrante.

SESSÕES E TRABALHOS

Durante o anno effectuaram-se vinte (20) sessões, sendo uma solenne, a 3 de Maio, commemorativa do 4.º centenario do descobrimento do Brazil, dezoito (18) ordinarias e a presente extraordinaria. Como se vê e é grato consignar, o Instituto celebrou com toda a regularidade as suas sessões ordinarias, tendo sido em quasi todas apresentados e lidos trabalhos pelos srs. socios.

Eis a summa dos trabalhos lidos:

Na sessão de 20 de Fevereiro:—*O começo da questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes*, pelo sr. dr. Orville A. Derby, e—*Uma reivindicação improcedente*, pelo sr. dr. Alfredo de Toledo.

Na sessão de 20 de Março:—*Estudo critico do quadro «Fugida para o Egypto» de Almeida Junior*, pelo sr. Manoel Pereira Guimarães.

Na sessão de 20 de Abril:—*Festas nacionaes brazileiras*, pelo sr. João Vampré, e—*Elogio historico do dr. Cesario Motta*, pelo sr. Francisco de Paula Santos Rodrigues.

Na sessão solenne de 3 de Maio:—*Discurso official commemorativo do 4.º centenario do descobrimento do Brazil*, pelo orador sr. dr. Theodoro Sampaio, e—*Discurso sobre o descobrimento do Brazil*, pelo 2.º secretario sr. dr. Manoel Pereira Guimarães.

Na sessão de 5 de Junho:—*Teias*, pelo sr. Carvalho Aranha.

Nas sessões de 20 de Julho, 4 e 20 de Agosto, 5 de Setembro e 5 de Outubro:—*O tupi na geographia nacional*, pelo sr. dr. Theodoro Sampaio.

Na sessão de 20 de Setembro:—*Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes*, pelo sr. dr. Orville A. Derby.

Na sessão de 20 de Outubro: —*Guerras do Sul—Reproducção de um periodo historico*, pelo sr. dr. João Baptista de Moraes.

Na sessão de hoje, o sr. dr. Theodoro Sampaio deve proceder á leitura do ultimo capitulo do seu trabalho sobre o *Tupi* relativo á *interpretação*.

BIBLIOTHECA E ARCHIVO

A bibliotheca e o archivo do Instituto foram augmentados com donativos de livros, mappas, jornaes, medalhas, moedas, quadros, etc. Encontrareis annexos os respectivos catalogos.

A directoria julga do seu dever consignar aqui um voto de agradecimento a todas as pessoas que espontanea e generosamente contribuiram com as suas offertas para o augmento e riqueza das collecções do Instituto.

SOCIOS

Durante o anno foram acceitos dezoito (18) novos socios, sendo 4 na qualidade de honorarios, 8 na de effectivos e 6 na de correspondentes, estando dependentes de vossa deliberação 4 propostas para a admissão dos srs. Drs. Carlos de Arruda Sampaio, Luiz Porto Moretzsohn de Castro, Galeno Martins de Almeida e Sergio Meira, sobre as quaes já emmittiu parecer favoravel a respectiva commissão.

De accordo com a vossa deliberação, em sessão de 5 de Fevereiro, foram transferidos da classe de socios correspondentes para a de effectivos os srs. Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Francisco de Paula Santos Rodrigues, João Vieira de Almeida, Dr. João Antonio de Oliveira Cesar, Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, Dr. Raymundo Pennaforte Alves do Sacramento Blake, Dr. José de Campos Novaes, José Hippolyto da Silva Dutra e Dr. Alfredo de Toledo.

O Instituto teve a infelicidade de perder mais dois illustres membros fundadores—José Ferraz de Almeida Junior, morto em Piracicaba a 13 de Novembro do anno passado, e Antonio Augusto da Fonseca, fallecido nesta capital a 22 do corrente mez.

Diversos socios estão em debito de suas annuidades, assim como ha alguns que ainda não satisfizeram a joia e 1.ª annuidade.

CENTENARIO DO BRAZIL

Pelos motivos que conheceis, não poude o Instituto executar completamente o programma que organizara para commemorar o 4.º centenario do descobrimento do Brazil. Todavia, além da sessão solenne que celebrou a 3 de Maio, publicou com os recursos de que dispunha a respectiva commissão executiva, um folheto com *cartas* de

padre José de Anchieta, já distribuido, e a obra de Hans Staden tractando de suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brazil.

REVISTA

Foi publicado e distribuido o volume 4.° da *Revista* do Instituto referente ao anno de 1899. Para o volume relativo ao presente anno, está a Commissão de Redacção colligindo o respectivo material, afim de ser opportunamente enviado á imprensa.

FINANÇAS

Diminuto foi o recebimento de contribuições de socios, estando por arrecadar não pequena somma respeitante a annuidades e joias. E' de esperar que no anno vindouro este serviço fique regularizado e seja normalizada esta fonte de receita social, contando o Instituto com a boa vontade dos srs. socios.

No projecto do orçamento da receita e despesa do Estado, ora em discussão no Senado, foi consignado o auxilio de 6:000$000 á nossa associação e incluida a auctorização para a impressão da *Revista* na typographia do «Diario Official do Estado». Acredita a directoria que o patriotico Congresso Legislativo, convicto da utilidade desta instituição continuará a auxilial-a, como o tem feito, impulsionando assim o seu desenvolvimento e garantindo a sua estabilidade. Em nome do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, a directoria consigna aqui o testemunho do mais profundo reconhecimento aos illustres e dignos membros de ambas as camaras do Congresso Legislativo do Estado.

Do balanço annexo, apresentado pelo sr. thesoureiro, e documentos que o acompanham, constam especificadamente as verbas da renda arrecadada e despesa effectuada, cujo resumo é o seguinte:

Receita		10:866$760
Despesa		10:643$760
Saldo . . .		223$000

Sendo:

Em conta corrente no Banco de Credito Real de S Paulo . . .	14$300	
Em mão do thesoureiro. . .	208$700	223$000

Ao vosso exame e deliberação submette a directoria o balanço e contas do presente anno, fechadas nesta data.

CONCLUSÃO

Attendendo aos desejos manifestados pelos srs. socios, a directoria transferiu a séde social do 2.º andar do predio n. 2 do Largo da Sé para o 1.º andar do sobrado da rua General Carneiro n. 1 A, onde desde 1.º de Setembro está funccionando o Instituto, que, parece, acha-se agora melhor installado. O preço do aluguel actual, inclusive a illuminação, é de 230$000 mensaes, havendo nesta verba de despesa a economia annual de 240$000, pois era de 250$000 mensaes o aluguel que o Instituto pagava pelas salas do predio que anteriormente occupava.

Taes são, srs. membros do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, as informações que a directoria julgou de maior relevancia e traz ao vosso conhecimento, promptificando-se todavia a vos fornecer quaesquer outros esclarecimentos que vos pareçam necessarios.

Ao concluir esta modesta exposição, cumpre a directoria o grato dever de patentear-vos os seus cordiaes agradecimentos pela confiança com que honrastes a administração que ora termina o seu mandato.

S. Paulo, 25 de Outubro de 1900.

Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, presidente.
Carlos Reis, 1.º secretario.
Manoel Pereira Guimarães, 2.º secretario.
Antonio de Toledo Piza, thesoureiro.

(Deixa de assignar o vice-presidente, sr. dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, por estar ausente desta capital).

Instituto Historico e Geographico de São Paulo

BIBLIOTHECA

CATALOGO DOS LIVROS, IMPRESSOS, MANUSCRIPTOS, MAPPAS E JORNAES EXISTENTES EM 25 DE OUTUBRO DE 1900

LIVROS E IMPRESSOS

VOLS.

Abaiocênga (Apontamentos sobre o) — O dialogo de Lery — por B. C. de A. Nogueira 1
Abastecimento de carne (Parecer sobre o), pelo Dr. J. P. da Veiga Filho 1
Abba Daniel do Mosteiro de Scetó (Vida do), por Goldschimidt. 1
Accidents du travail (Congrés international des)—3 e session, 1894 1
Acontecimentos de Matto-Grosso (Os)—Discursos pelo Deputado Luiz Adolpho Corrêa da Costa 1
Actas das sessões da Camara Municipal de S. Paulo 1896 e 1897 2
Actas das sessões da Camara Municipal de Santos—1899 . . 1
Actividade maritima (Quatro seculos de), por Arthur Jaceguay. 1
Actos executivos da Intendencia de Finanças do municipio de São Paulo 1
Adamastor—Discurso pelo Dr. Brazilio Machado 1
Adquisição da posse por intermediario, pelo Dr. Duarte de Azevedo 1

Agricultura brazileira (Reforma da), por A. Gomes Carmo . . 1
Aguas mineraes (Guia de viagem para as), por Maximino Serzedello 1
Aguas mineraes do Fervedouro (Breve noticia sobre as) . . . 1
Alargamento da E. do Ferro Central do Brazil, por Ozorio de Almeida 1
Alfandega do S. Paulo—Representação da Associação Commercial 1
Alfredo Ellis (Escorço biographico do Dr.), por Libero Braga . 1
Alistamento eleitoral (Novissimo guia do), por A. A. Moreira de Toledo. 1
Aljamia portugueza (Texto em), por David Lopes 1
Allocução proferida na Egreja da Boa Morte pelo Conego Manoel Vicente da Silva 1
Almanach do „Diario de Taubaté" — 1899 1
Almanach do Estado de S. Paulo—1895. 1
Almanach do „Estado de S. Paulo" (jornal)—1896 1
Almanach Iguapense—1899 (2 exemplares) 2
Almanach do lavrador brazileiro, pelo Dr. Germano Vert—1.º anno, 1900 1
Almanach paulista—1896 1
Almanach paulistano—1857. 1
Almanach de Piracicaba—1900 (2 exemplares) 2
Almanach da „Platéa" — 1900. 1
Almanach popular brazileiro—1894 a 1900 7
Almanach do Rio Novo—1888 1
Almanach Sul-Mineiro—1874 1
Almirante do mares orientaes (O), por Joaquim Leitão . . . 1
Alumnos matriculados e diplomados pela Escola Normal de São Paulo—1880 a 1897 1
Amazonas—Conferencia pelo Dr. Oscar Leal 1
Amazonas (A contribution to the geology of the lower), pelo Dr. Orville A. Derby 1
Amazonas (O Estado do) 1
Amazonas (Estudos sobre o)—Limites do Estado—pelo Dr. Torquato Tapajós 1
Amazonas (Noticia economica e financeira da provincia do), por

Cavalcanti do Albuquerque 1
Amazonas (Provincia do), pelo Dr. Torquato Tapajós . . . 1
Amazonas (Relatorio sobre alguns logares da Provincia do), por J. M. da Silva Coutinho 1
Amazoniam upper carboniferous fauna (The), pelo Dr. Orville A. Derby. 1
Amazzoni (Nel paese delle), por Vincenzo Grossi 1
America meridional y septentrional, pelo Dr. Manoel Martins Bonilha 1
Anchieta, as raças e linguas indigenas—Conferencia pelo General Dr. Couto de Magalhães (3 exemplares) 3
Annaes da Bibliotheca Nacional—1876 a 1899 22
Annaes da Camara dos Deputados do Brazil—1823 a 1888 . . 74
Annaes da Camara dos Deputados do Estado de S. Paulo—1891 a 1897 7
Annaes do Congresso Constituinte do Estado de S. Paulo—1891 1
Annaes da Provincia de S. Pedro, por José F. F. Pinheiro . 1
Annaes do Senado Brazileiro—1861 a 1888. 33
Annaes do Senado do Estado de S. Paulo—1891 a 1897. . . 6
Anno biographico brazileiro, por Joaquim Manoel de Macedo . 4
Annuario do ensino—N. 1 (10 exemplares). 10
Annuario da Escola Polytechnica de S. Paulo—1900 (2 exemp.). 2
Annuario estatistico da Secção de Demographia de S. Paulo—1897 a 1899 2
Annuario medico brazileiro, pelo Dr. Carlos Costa—1895 . . 1
Antonio Conselheiro (Relatorio sobre), por Fr. João Evangelista 1
Antonio Ferreira Viçoso (Vida de D.), por D. Silverio Gomes Pimenta 1
Antonio Joaquim de Mello (Vida de D.), pelo Conego Ezechias G. da Fontoura. 1
Antonio Leite do Canto (Major) — Homenagem d'*A Imprensa*— Mogy-mirim 1
Apontamentos genealogicos, pela Dr. L. P. Moretzsohn de Castro. 1
Apontamentos historicos da Provincia de S. Paulo, por M. E. de A. Marques 1

Apreciações sobre o livro do Dr. Guilherme Studart intitulado "Notas para a historia do Ceará. 1
Archipel Indien (L'), por Louis de Backer 1
Archivo do districto Federal—1894 a 1897 4
Archivo do Estado de S. Paulo — Documentos interessantes — Vols. 1 a 30 30
Archivo litterario—N. 6, 1867. 1
Arte christan (A), por Monsenhor Camillo Passalacqua . . . 1
Arte de fabricar o vinho (A), pelo Dr. Luiz Pereira Barretto . 1
Arte da guerra (A)—Poema—por Frederico II 3
Arvores do Rio Grande do Sul (As), pelo Dr. H. von Ihering. 1
Assignaturas dos governadores da Capitania e Provincia de São Paulo desde 1555 até 1889 (Fac simile das), por Jules Martin 1
Assistencia judiciaria (Projecto de organização da) 1
Astronomie appliquée (Traité d'), por Emm. Liais 1
Atlantide, por Patrokio Kampanakh 1
Atlas historico da guerra do Paraguay, pelo 1.º Tenente E. C. Jourdan (2 ex.). 2
Attentado de 5 de Novembro—Artigos publicados por Caneca . 1
Atentado de 5 de Novembro—Relatorio pelo Dr. Vicente Neiva 1
Autonomia municipal—Conferencias pelo Dr. Domingos Jaguaribe 2
Auxilios á lavoura, por J. R. 1
Bahia (Memoir of the Stat of), pelo Dr. F. V. Vianna . . . 1
Bahia (Memoria sobre o Estado da), pelo Dr. F. V. Vianna. . 1
Bibliographie brésilienne, por A. L. Garraux 1
Boletim da Agricultura—1.ª serie—Ns. 1 a 4 4
Boletim da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo Ns. 1, 2, 4 ,5, 7 a 12 10
Boletim de estatistica demographo-sanitaria do Estado de São Paulo (mensal)—Ns. 3, 4, 7 a 78 74
Boletim de estatistica demographo-sanitaria do Estado de São Paulo (semestral)—1.º semestre de 1894 e 1895 3
Boletim de estatistica demographo sanitaria do Estado de São Paulo (annual)—1894 (2 exemplares) 2
Boletim do Instituto Agronomico do Estado de São Paulo (Campinas) 14

Boletim do Museu Paraense—N. 1 do vol. 3.º. 1
Boletim Postal do Brazil—1889 a 1900 4
Boletim da Sociedade de Medicina de S. Paulo—Ns. 10, 21, 27, 28, 32 a 39 13
Bonds de Santa Veridiana (Questão dos)—Memorial pelo Dr. Pedro Lessa 1
Brasile al Congresso d'Igiene di Budapest (II) (2 exemplares) . 2
Brasilianische Geldwesen (Das), por Julius Meili 1
Brazil, pelo Dr. Antonio Zeferino Candido 1
Brésil (Le), por Levasseur (2 exemplares) 2
Busca das esmeraldas (Em), pelo Dr. Francisco Lobo Leite Pereira (2 ex.). 2
Camara Municipal e seus impostos (A), pelo Dr. Rodolpho Faria (2 exemplares) 2
Cambio (O), por Duarte Rodrigues 1
Campinas (Monographia do municipio de), por Christiano Volkart 1
Campos Salles (Perfil biographico do Dr. Manoel Ferraz de), por Antonio Joaquim Ribas 1
Canções ridentes, por Carlos Moraes 1
Cantos populares do Brazil, por Sylvio Romero—1.º e 2.º vols. 1
Capital do Estado de Minas Geraes (Exposição sobre a nova), por Aarão Reis 1
Carlos Naudin—Perfil biographico—pelo Dr. A. C. de Miranda Azevedo 1
Carmen sæculare, por Speridione de Medici Dilotti 1
Carta geographica do Rio Grande do Sul (Notas para a), por J. Arthur Montenegro 1
Carta Juridica, por Eugenio Teixeira. 1
Carta de Pero Vaz de Caminha, por Francisco Augusto Pereira da Costa 1
Cartas do Padre José de Anchieta 1
Cartas politicas, por Americo Braziliense 1
Cartas do Solitario, pelo Dr. A. C. Tavares Bastos 1
Catalogo da collecção numismatica do Bernardo A. da Silva Ramos. 4
Catalogos da bibliotheca da Escola Polytechnica de S. Paulo . 1

Catalogos da bibliotheca do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. 1
Catechismo constitucional, por J. Borges Carneiro (2 exemplares). 2
Catechismo constitucional do Estado do Rio de Janeiro, por J. Borges Carneiro 1
Catechismo contitucional do Estado de S. Paulo, por J. Borges Carneiro 1
Catechismo municipal, pelo Dr. Domingos Jaguaribe (10 Exemplares 10
Catechismo brazilico (Publicado por Padres Jesuitas)—1686 . . 1
Catechismo historico-Historia sagrada, pelo Abbade Fleury . . 1
Centenario brazileiro, por Leopoldo de Freitas 1
Centenario da India-Discurso pelo Dr. Braz do Amaral . . . 1
Central—Brasilien (Bogen und pfeil in), pelo Dr. Herrmann Meyer 1
Chile e Brazil—Sessão do Instituto Historico e Geographico Brazileiro em homenagem á nação chilena. 1
Chorographia do Estado de S. Paulo, por M. Ortiz Monteiro . 1
Chorographia e historia do Brazil, por A. A. Borges dos Reis . 1
Chorographia do municipio de Serra Negra, por Silvino A. de Oliveira (2 Exemplares). 2
Christovão Colombo (Sessão solenne do Instituto Historico e Geographico Brazileiro em homenagem á memoria de) . . . 1
Christovam da Gama (Dos feitos de D.), por M. de Castanhoso. 1
Christu muhençáua çurimaan-uára arama nhihingatú rupi, por Costa Aguiar 1
Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil, pelo Padre Simão de Vasconcellos 1
Chronica dos reis de Bisnaga, por David Lopes 1
Chronicas do paiz de Atlantide, pelo Dr. Domingos Jaguaribe . 1
Chronologia paulista, por José Jacintho Ribeiro—1.º volume. . 1
Cinco annos numa academia, por Hinckmar. 1
Cincoenta annos de existencia—Memoria pelo Dr. M. A. de S. Sá Vianna 1
Civilisation en Europe (Histoire de la), por Guizot. 1
Classificação das agencias postaes da Republica. 1
Classificação dos criminosos—Dissertação pelo Dr. Candido Motta 1

Codigo do processo criminal, por Josino do Nascimento Silva . 1
Colheita e preparo das plantas para herbarios (Da), por Alberto Löfgren (3 Exemplares) 3
Colombo—Poema—por M. de A. Porto Alegre (2 Exemplares) .. 3
Colonia do Sacramento (Historia topographica e bellica da nova), por Simão Pereira de Sá 1
Colonização e immigração, pelo Dr. Torruato Tapajós (3 Exemplares) 3
Colonização dos morpheticos (A), pelo Dr. José Lourenço. . . 1
Companhia de obras hydraulicas, por M. Buarque de Macedo . 1
Compromisso da Irmandade de N. S. das Dores da cidade de Avaré 1
Conde de Porto Alegre, Tenente General Manoel Marques de Souza—Perfil historico, por Alfredo F. Rodrigues. 1
Conferencias populares—N. 3, Março de 1876 1
Conflicto de jurisdicção administrativa, por Antonio Sabino do Monte 1
Conheçamos nossa patria, por Menezes Vieira 1
Conquêtes et découvertes de la République des Pays — Bas, por Jules Geslin—2.ª partie—En Asie, en Afrique, en Amerique. 1
Constants of nature (The), por F. W. Clarke—1.º supplemento á parte I, partes II e III 1
Constituição do Estado de S. Paulo—Projecto do Dr. Americo Braziliense de Almeida Mello (2 Exemplares) 2
Constituição do Estado de S. Paulo—Publicada por decreto do Governador Dr. Jorge Tibiriçá 1
Constituição do Estado de S. Paulo—Promulgada a 14 de Julho de 1891 1
Constituição dos Estados Unidos (Commentarios á), por Joseph Story 2
Constituição do Municipio de Santos 1
Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil—Promulda a 24 de Fevereiro de 1891. 1
Constituinte peranto a historia (A), por F. I. M. Homem de Mello (2 Exemplares 2
Consultor do commercio, por João Candido Martins 1
Contabilidade, por Horacio Berlinck 1
Contes indiens du Brésil, pelo General Couto de Magalhães . . 1

Contractos da Intendencia Municipal de Belem (Pará). . . . 1
Contractos para introducção de immigrantes no Estado de S. Paulo 1
Contribuição para a canalização do rio S. Francisco ao rio Jaguaribe, pelo Dr. Domingos Jaguaribe (2 Exemplares) . . 2
Convenção de 20 de Fevereiro (A), por José Maria da Silva Paranhos 1
Convenções postaes diversas, seus regulamentos e instrucções . 5
Cortezãos e a viagem do Imperador (Os), por L. M. 1
Cosmographic atlas (The), por W. e A. K. Johnston 1
Costa Rica y Costa de Mosquitos, por D. Manoel M. de Peralta . 1
Costa Rica (Exposé des droits territoriaux de la République de), por D. Manoel M. de Peralta 1
Costa Rica (République de)—Réplique à l'exposé de la République de Colombie—por D. Manoel M. de Peralta 1
Cousas animadas e inanimadas (Lições d)e, por A. E. Zaluar . 1
Cousas brazileiras, pelo Professor Romão Puiggari. 1
Cousas da China—Costumes e crenças—por J. Callado Crespo . 1
Criação no Brazil (A), por Mario Gambarone 1
Crime de Araraquara—Parecer medico—legal 1
Crise e o seu remedio (A), pelo Dr. Francisco de Toledo Malta . 1
Critical and historical essays, por Lord Macaulay 1
Cultura dos campos. por J. F. de Assis Brazil 1
Curso de processo civil (Programma do), pelo Dr. João Monteiro Vol. I. 1
Dados climatologicos—1891 a 1892 2
Dai—Nippon (O grande Japão), por Wanceslau de Moraes . . 1
Declaração da maioridade (A) 1
Depuração pelo solo dos productos de exgottos, pelos Drs. Emilio Ribas e Theodoro Bayma 1
Derivação na serra da Cantareira, por Saint—Clair de Miranda. 1
Descoberta da America—Discurso pelo Dr. Manoel Pereira Guimarães 1
Descobrimento do Brazil—Discurso pelo Dr. Manoel Pereira Guimarães 1
Descobrimento do Brazil (O), por José Feliciano de Oliveira. . 1
Desinfecções em Santos—Relatorio pelo Dr. Tolentino Filgueiras 1
Diario de um soldado, por Ambrosio Richshoffer 1

Diario de viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida 1
Diccionario bibliographico brazileiro, pelo Dr. A. O. A Sacramento Blak 6
Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco, por Sebastião de Vasconcellos Galvão—Vol. I. 1
Diccionario geographico do Brazil (Apontamentos para o), pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto. 3
Diccionario geographico da provincia do Paraná, por Nivaldo Braga—1.º F 1
Diccionario das minas do Brazil, por Francisco Ignacio Ferreira 1
Diccionario nheêngatú ou abánheê, por Jorge Maia—1.º Fasciculo 1
Diccionario de nomes proprios de homem e de mulher, por F. E. do Horisonte Brazileiro 1
Diccionario portuguez e brazileiro, por * * *. 1
Diccionario dos verbos irregulares da lingua portugueza, por C. do R 1
Dictionnaire géographique, historique et critique (Le grand), por B. de La Martinière—Vols. 1 a 5—A a S 5
Dieu dans la nature, por C. Flammarion 1
Direito internacional (Apontamentos para o), por Antonio Pereira Pinto 4
Direito de intervenção, por Leopoldo de Freitas 1
Discurso na abertura das aulas do Seminario Episcopal de S. Paulo, em 1882, pelo Conego Manoel Vicente da Silva . . 1
Discurso na entrega das cartas aos normalistas—1887 e 1888, pelo Conego Manoel Vicente da Silva 2
Discurso nas exequias de D. Maria José de Barros Lessa, pelo Conego Manoel Vicente da Silva 1
Discurso na inauguração do Centro dos Operarios Catholicos, pelo Dr. Duarte de Azevedo 1
Discurso perante a Academia Nacional de Medicina, pelo Dr. Torquato Tapajós (3 Exemplares). 3
Discurso aos professorandos da Escola Complementar em 1898, por Gabriel Prestes. 1
Discurso pronunciado em Madrid por Eugenio Teixeira . . . 1
Discursos, pelo Dr. João Monteiro—1890—1896 1

Districtos postaes. 2
Divisão judiciaria e administrativa do Estado de S. Paulo . . 1
Divisão judiciaria, municipal e policial do Estado de S. Paulo, por Sebasttão Moreira (5 Exemplares) 5
Documentos escolares—Publicações do Pedagogium Brazileiro . 1
Educação e ensino—Revista do Pedagogium Brazileiro . . . 1
Egreja do Collegio—Acção possessoria—Editoriaes do "Correio Paulistano" 1
Electricidade em relação á arte de curar (A), pelo Dr. Marcos Arruda. 1
Electrolyse da agua do mar (A), pelo Dr. Torquato Tapajós . . 1
Eleição do 1.º districto do Ceará (A), pelo Dr. Domingos Jaguaribe. 1
Elemento servil (O), por Joaquim Floriano de Godoy 1
Emancipação dos escravos—Parecer pelo Dr. Ruy Barbosa . . 1
Empire du Brésil (Situation sociale, politique et economique de l') por J. M. Pereira da Silva 1
Ensaios de philosophia e sciencia, pelo Dr. Estellita Tapajós . 1
Ensaios de sciencia—N. 2, Julho de 1876 1
Entre l'Europe et l'Asie, por Prince de Puklor Muskau . . . 2
Ephemerides Mineiras—1634—1897—por José Pedro Xavier da Veiga 4
Esboço historico, pelo Engenheiro Constante Affonso Coelho. . 1
Excavações archeologicas em 1895, pelo Dr. Emilio A. Goeldi . 1
Esclavage (De l'), por W. E. Channing 1
Esclavage et liberté (Influence de l'), pelo Dr. Domingos Jaguaribe 1
Escola de engenheiros mechanicos e constructores, pelo Dr. H. Gorceix 1
Escola Polytechnica (A reforma da), por A. Ennes de Souza—1889 e 1893 2
Escola Publica (A)—Revista de pedagogia pratica (S. Paulo). . 3
Escola Superior de Guerra-Discurso pelo Major Alfredo de Moraes Rego. 1
Escolas do 1.º e 2.º graus (Relatorio sobre as), pelo dr. A. Caetano de Campos 1
Escravatura na Europa e na Africa (A), por F. S. Leitão e Castro. 1

Estadistas e parlamentares, por Timon 1
Estado de S. Paulo (Estudo exconomico e financeiro sobre o), 1
pelo Dr. J. P. da Veiga Filho 1
Estados perante o Estado Federal (Posição jurídica dos)—Dis- 1
sertação pelo Dr. Reynaldo Porchat 1
Estatistica agricola do municipio do S. Carlos do Pinhal . . . 1
Estatistica e apontamentos, pelo Dr. Franco da Rocha—Ns. I a 6. 3
Estatistica industrial e agricola do Estado de Minas Geraes—1890. 1
Estatutos das seguintes associações :
Arcadia Normalista
Associação Luso-Americana Financial
Congresso Brazileiro
Club Republicano «Campos Salles»
Instituto Forense
Instituto Geographico e Historico da Bahia—1894 (2 Exempl.)
Instituto Historico e Geographico Brazileiro—1890
Sociedade Commemoradora do 4.º Centenario (S. Vicente) (2 Ex.)
Sociedade Educadora «13 de Maio»
Sociedade Pharmaceutica Paulista 12
Estrada de ferro do Amazonas á Venezuella (Memoria justifica- 1
tiva de um projecto de), pelo Dr. Torquato Tapajós. . . 1
Estrada de ferro do Avanhandava, por A. Cambraia (2 Exem- 2
plares). . . . . .
Estrada de Ferro de D. Pedro II—Vistas dos pontos mais impor- 1
tantes e plantas de pontes. 1
Estrada de ferro entre o Tieté e Paranapanema 1
Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro e suas condições eco- 1
nomicas (A Companhia), por I. W. da Gama Cochrane . . 1
Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (Resgate da), por 1
I. W. da Gama Cochrane 1
Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro (Companhia)—Liqui- 1
dação em virtude do resgate, por I. W. da Gama Cochrane. 1
Estrada de Ferro Sorocabana (Melhor directriz da)—De Botuca- 1
tú a Tibagy, por Manoel Marcelino de Souza Franco. . . 1
Estudos historicos, pelo Dr. Antonio da Cunha Barbosa . . . 1

Estudos historicos brazileiros, por F. I. M. Homem de Mello. . 1
Estudos historico—politicos, pelo Barão de Rezende 1
Etnologia Centro-Americana—Catalogo de los objetos arqueológicos de la Republica de Costa Rica por Manoel M. de Peralta. 1
Evaristo Ferreira da Veiga—Discurso pelo Dr. Tullio do Campos 1
Exgottos de Santos (Relatorio sobre o serviço de), por I. W. G. Cochrane 1
Expedição de correspondencia e malas (Guia para a), por A. F. da Costa 1
Exploração do rio S. Francisco, por H. G. F. Halfeld. . . . 1
Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema, pelo Dr. T. Sampaio 1
Exposição de geographia Sul-Americana realizada pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro em 1889 (Catalogo da) . 1
Exposição de Philadelphia (Exposição justificando a exhibição de productos do Brazil), por J. Cordeiro da Graça 1
Exposição de trabalhos juridicos realizada pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros a 7 de Setembro de 1894—Catalogo e Relatorio, pelo Dr. Deodato C. Vilella do Santos. 2
Fabricação de tubos pelo processo Mannsmann, por F. Releaux. 1
Fabulas de La Fantaine, pelo Barão de Paranapiacaba . . . 2
Fabulas de Loqmán, por José Benoliel 1
Factos historicos da politica republicana brazileira—Discursos pelo Dr. A. C. de Miranda Azevedo (2 Exemplares). . . 2
Fala dirigida á Assembléa Legislativa de S. Paulo em 10 de Janeiro de 1883 pelo Presidente da Provincia Cons. Soares Brandão 1
Fazenda Gandarella (Relatorio dos trabalhos na), por Guimarães e Calogeras 1
Febre amarella (Conferencia sobre a), pelo Dr. Domingos Freire. 1
Febre amarella (1.º e 2.º relatorios sobre a). 1
Febre typhoide em S. Paulo (A), pelo Dr. Clemente Ferreira (3 Exempl.) 3
Feira de anexins, por D. Francisco Manoel de Mello 1
Ferro nativo de Santa Catharina, por L. F. Gonzaga de Campos. 1
Ferro-via de Piracicaba a Villa-Americana, por Buarque de

Macedo 1
Festa das crianças (A)—Commemoração da lei de 13 de Maio . 1
Festas nacionaes, de Rodrigo Octavio. 1
Fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550 (Une), por Ferdinand-Denis 1
Finis patriæ, por Guerra Junqueiro 1
Flor de neve, por Eurico de Goes. 1
Flora de Goa e Savantvadi, pelo Dr. D. G. Dalgado 1
Floriano Peixoto—Discurso pelo Dr. Alfredo Pujol 1
Floriano Peixoto—Discurso por Horacio de Carvalho 1
Fronteira Sul do Amazonas—Artigos publicados por Manoel Tapajós (2 Ex.). 2
Fronteira Sul do Amazonas—Questão de limites, por Manoel Tapajós (6 Ex.). 6
Fundador do Ceará (Documentos para a biographia do), pelo Dr. Guilherme Studart 1
Gado' e a lavoura (0 , pelo Dr. Germano Vert (3 Exemplares . 3
Geographia—Atlas, por Monsenhor C. Couturier. 1
Geographia elementar, por Tancredo do Amaral 1
Geographia do Estado de Minas Geraes, por F. Lentz de Araujo 1
Geographia geral (Noções de) por Alfredo Moreira Pinto . . . 1
Geograghia geral—Curso superior, por Alfredo Moreira Pinto . 1
Geographia physica do Brazil, por J. E. Wappœus 1
Geographia primaria, pelo Dr. Carlos Novaes 1
Geographia da Provincia do Paraná (Compendio de), por L. de F. A. e Sá 1
Géographie historique, ecclésiastique et civile, por D. Joseph Vaissete T. 11 e 12. 1
Geologia elementar, por Nereo Boubée 1
Geometria pratica (Primeiras noções de,) por Olavo Freire . . 1
Geometria superior, pelo Dr. A. F. de Paula Souza 1
German grammar (A compendious), por W. D. Whitney. . . 1
Gigante Adamastor (Episodio do), por José Benoliel 1
Gomma elastica da mangabeira sylvestre, por A. B. de Uchoa Cavalcanti (2 Exemplares). 2
Grammatica de economia politica, por W. F. Marriott . . . 1

Grammatica das escolas—Periodo medio por Miguel Alves Feitosa 1
Grammatica da lingua do Brazil (Arte da), pelo Padre Luiz Figueira 1
Grammatica da lingua brazilica da nação Kiriri (Arte do), pelo padre L. V. Mamiani 1
Grammatica portugueza, pelo dr. Augusto Freire da Silva . . 1
Grammatica portugueza (Introducção ao estudo da), por J. Matheus de A, Cardoso 1
Grandes pensadores (Os), por Tullio de Campos 1
Grèce (La), por Louis Combes 1
Guararapes (Em)—Conferencia pelo dr. Martim Francisco . . 1
Guarda Nacional (Guia pratico para o official da), pelo tenente coronel Benevenuto Magalhães 1
Guerra do Oriente (Historia da), por José da Silva Mendes Leal Junior. 1
Guerra do Paraguay, por Juan Silvano Godoi 1
Guia das estradas de ferro dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, por Gustavo Koenigswald (4 exemplares). 4
Harpa d'Israel, por F. R. dos Santos Saraiva 1
Hematozoario do beriberi e seu pigmento, pelo dr. F. Fajardo. 1
Herdeiros do Caramurú (Os), pelo dr. Domingos Jaguaribe (5 exemplares) 6
Heroes (sonetos), por Wenceslau de Queiroz. 1
Hespanhoes no Rio Grande (Os), por Alfredo F. Rodrigues . . 1
Histoire du Brésil, por A. de Beauchamp 3
Histoire politique des Papes, por P. Lanfrey 1
Histoire romaine—République—por Michelet 2
Histoire universelle, por Cesar Cantu. 19
Historia da America Portugueza, por Sebastião da Rocha Pitta. 1
Historia da America Septentrional e Meridional. 1
Historia antiga, por João Ribeiro 1
Historia antiga do Oriente, por J. M. da Gama Berquó. . . 1
Historia do Brazil (Epitome da), por A. Moreira Pinto . . . 1
Historia do Brazil, por Felisbello Freire 1
Historia do Brazil, por Francisco Solano Constancio 2

Historia do Brazil, por João Armitage 1
Historia do Brazil, (Epitome da), por José P. Xavier Pinheiro . 1
Historia do Brazil (Lições de), pelo padre Raphael M. Galanti . 1
Historia do Brazil (Compendio de), pelo padre Raphael M. Galanti—T. 1 1
Historia do Brazil, de Roberto Southey 6
Historia do Brazil, por Sylvio Roméro. 1
Historia da Capitania de S. Vicente (Memorias para a), por Fr. Gaspar da Madre de Deus. 1
Historia do Ceará (Dados e factos para a), pelo dr. Guilherme Studart 3
Historia da Fundação do Imperio do Brazil, por J. M. Pereira da Silva 7
Historia e geographia das nações ultramarinas dos dominios portuguezes (Noticias para a). 7
Historia da Grecia e Roma, por J. M. da Gama Berquó. . . 1
Historia nacional (Indicações sobre a), p r T. de A. Araripe . 1
Historia natural (Noções de), por Felisberto de Carvalho. . . 1
Historia patria (Episodios da), pelo dr. J. C. Fernandes Pinheiro 1
Historia da Republica dos Estados Unidos do Brazil (Apontamentos para a), por M. E. de Campos Porto 1
Historia de S. Paulo, por Tancredo do Amaral (4 exemplares) . 4
Historia universal (Compendio de), pelo padre Raphael M. Galanti 1
Historia universal (Noções de), por A. Moreira Pinto. . . . 1
Historia universal (Noções summarias de). por J. M. da Gama Berquó 1
Historia universal (Resumo da), por * * * 1
Homem no seculo (O), por Monsenhor Camillo Passalacqua . . 1
Homens de bem (Arte de formar), pelo dr. Domingos Jaguaribe (6 exemplares) 6
Homens e idéas no Brazil, pelo dr. Domingos Jaguaribe. . . 1
Hommes de bien (L'art de former des) pelo dr. Domingos Jaguaribe 1
Horace Greeley (The life of), por James Parton 1
Horacio Mann, por Ed· Laboulaye. 1

Hospital de Misericordia de Uberaba (O)—Discurso por Antonio Borges Sampaio 1
Hugonianas—Poesias de Victor Hugo—por Mucio Teixeira . . 1
Hydrographie de Haut San-Francisco et du Rio das Velhas, por Emm. Liais 1
Hymno do Centenario da India, por Fernandes Costa. . . . 1
Idéa republicana no Brazil (A). pelo major J. D. Codeceira. . 1
Idealismos, por Bento Athayde. 1
Ilias, de Homero—T. 1—Rhapsodia 1—XII 1
Imperio do Brazil (Historia financeira e orçamentaria do), pelo dr. L. de C. Carreira 1
Imprensa em Portugal nos seculos XV e XVI (A), por Brito Aranha 1
Indicador da capital de S. Paulo—1895 1
Indice das leis e decretos do Estado de S. Paulo, por Alexandre Riedel 1
Indices da lei e regulamento da organização municipal do Estado de S. Paulo, por José Jacintho Ribeiro. 1
Indios do Brazil (Principio e origem dos), por Fernão Cardim . 1
Inscripções em rochedos do Brazil, por Carlos Frederico Hartt . 1
Institutions de la France (Histoire des), por Paul Bondois . . 1
Instituto Civico-Juridico «Paes de Carvalho»—Artigos publicados por Virgilio Cardoso de Oliveira 1
Instituto Historico e Geographico Brazileiro (O)—Memoria pelo dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro 1
Instrucção moral e civica (Elementos do), pelo dr. J. D. Esteves da Silva 1
Instrucção publica (Lei sobre)—Estado da Bahia 1
Instrucções para execução do regulamento postal de 1865 . . 1
Instrucções para permutação de fundos (Serviço postal) . . . 1
Instrucções sobre serviço telegraphico. 1
Integridade do territorio Pernambucano (Em prol da), por F. A. Pereira da Costa. 1
Intelligencia e moral do homem, pelo dr. Dominges Jaguaribe . 1
Irmandade do SS. Sacramento da Candelaria, por F. B. Marques Pinheiro 1
Irmandade do SS. Sacraménto da Gloria, por F. B. Marques

Pinheiro 1
Itanhaem (A villa de), por Benedicto Calixto 1
Itinerario das malas terrestres, por Alexandre Ferreira da Costa 1
James A. Garfield (The Life of), por Edmund Kirke 1
Jocelyn—Poema de Lamartine—por J. C. de Menezes e Souza. 1
Jornaes Pernambucanos—De 1821 a 1898—por Alfredo de Carvalho (2 exemplares) 2
Justiça criminal na capital do Estado de S. Paulo (A), pelo dr. Candido Motta 1
Larvas-Primeiros versos, por Cardoso Junior. 1
Lavoura (Em prol da), pelo dr. M. F. Garcia Redondo. . . . 1
Lavoura (Pela)-Reforma do Banco de Credito Real-pelo dr. Miranda Azevedo 1
Legislação postal brazileira (Repertorio da), por Paulo Orozimbo. 1
Legislação sobre o serviço sanitario do Estado de S. Paulo (Repertorio da), por Carlos Reis 1
Lei federal n. 35 de 1892--Estabelece o processo das eleições federaes. 1
Leis do Brazil-1822 a 1825, 1830 a 1836, 1857, 1863, 1866 a 1870 e 1877 24
Leis da Camara municipal de Lorena—1895. 1
Leis e decretos do Estado de S. Paulo—1889 a 1899 8
Leis e posturas da Camara Municipal de Santo Antonio da Boa Vista 1
Leis e resoluções da Camara Municipal de S. Paulo—1892 a 1895 . 2
Leis e resoluções do Municipio de Casa-Branca—1892 a 1894 . 1
Lembrança da festa do Coração de Jesus, pelo conego M. Vicente da Silva 1
Lendas e canções populares, por Juvenal Galeno 1
Levante na Ribeira do Jaguaribe (Ineditos relativos ao) pelo dr. Guilherme Studart 1
Libello do povo (O), por Timandro. 1
Liberdade profissional (A), pelo dr. A. C. de Miranda Azevedo (4 Exemp.) 4
Lições de coisas de Calkins, pelo dr. Ruy Barbosa. 1
Limites entre os Estados do Amazonas e Matto-Grosso. por R.

A. Figueira 1
Limites da Republica com a Guyana Ingleza, por Sylvio Senior . 1
Litteratura brazileira (A), por Sylvio Roméro 1
Litteratura infantil, por Arthur Goulart 1
Livro pensador (O), por Arcesiláo 1
Livro do democrata (O), por Arcesiláo 1
Livros de leitura, por Felisberto de Carvalho—1.º a 5.º . . . 5
Luiz Lasagna (D)—Noticia biographica pelo dr. M. A. Duarte de Azevedo 1
Lusiad (The), por W. Julius Mickle 2
Lusiadas (Os), por Luiz de Camões—Grande edição autographica. 1
Magnetite ore districts of Jacupiranga and Ypanema, S. Paulo, Brazil, por Orville A. Derby 1
Manifesto ao Estado de S. Paulo, pelo dr. Campos Salles. . . 1
Manifesto politico, pelo dr. Manoel Victorino Pereira 1
Manifesto do presidente da Republica Rio-Grandense 1
Manifesto republicano parlamentar (2 exemplares) 2
Manoel José Alves Barboza (Contra Almirante)—Esboço biographico 1
Manual do empregado da Intendencia de Financas, por Paulino Guimarães. 1
Manual of metallurgy (A), por W. H. Greenwood 1
Manuscriptos sobre a historia do Ceará—Collecção do dr. Guilherme Studart—2.º fasciculo (2 exemplares) 2
Marquez de Barbacena (Vida do), por Antonio Augusto de Aguiar. 1
Marselheza da paz (A)—(Hymno) 1
Matto-Grosso ao litteral (De), por M. P. Torres Neves . . . 1
Maximas e pensamentos, por Benedicto Xavier. 1
Medico da primeira infancia (O), por Antonio Ferreira Pinto. . 1
Meio circulante—Conferencia pelo dr. Mattoso Camara . . . 1
Memorias de Madame Dorothéa Duprat de Lasserre, por J. Arthur Montenegro. 1
Mensagem ao Congresso do Estado do Amazonas, pelo Governador Dr. Eduardo Ribeiro—1893 e 1894. 2
Mensagem ao Congresso do Estado do Amazonas, pelo Governador Dr. Fileto Pires Ferreira—1897. 1

Mensagem ao Congresso do Estado do Pará, pelo Governador Dr. Lauro Sodré—1892 1
Mensagem ao Congresso do Estado de S. Paulo, pelo Vice-Presidente Dr. José Alves de Cerqueira Cesar—1892 1
Mensagem ao Congresso do Estado de S. Paulo, pelo Presidente Dr. Bernardino de Campos—1894 a 1896 1
Mensagem ao Congresso do Estado de S. Paulo, pelo Presidonte Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles—1897. 1
Mensagem ao Congresso do Estado de S. Paulo, pelo Vice-Presidente Dr. Francisco A. Peixoto Gomide—1898 (3 exemplares). 3
Mensagem ao Congresso do Estado de S. Paulo, pelo Presidente Coronel Fernando Prestes de Albuquerque—1899 e 1900 (4 exemplares) 8
Mensagem ao Congresso Nacional, pelo Presidente da Republica Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles—1899 e 1900 . . . 2
Metallurgy of iron (A treatise on the), por H. Bauerman. . . 1
Meteorito de Bendegó (Estudo sobre o), por Orville A. Derby . 1
Meteoritos brazileiros, por Orville A. Derby. 1
Metrificação portugueza (Tractado de), por A. F. de Castilho . 1
Minas Geraes e Goyaz (Viagens pelo interior de), pelo Dr. V. M. de Mello Franco. 1
Minhas crenças e opiniões (As), por Francisco Cunha. . . . 1
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores (Noticia historica dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes ao) . 1
Minuta de Aggravo, por Argemiro A. da Silveira 1
Miranda Azevedo (Professor Doctor Augusto Cesar de)—Delegirter der regierung der vereinigten Staaten von Brasilien auf dem International en Congresse für Hygiene und Demographie Budapest—1894. (2 Exemplares). 2
Miscellaneas religiosas, por Monsenhor Joaquim Pinto de Campos. 1
Misericordias (As), por Costa Godolphim 1
Missão de Christo, por Monsenhor Joaquim Pinto de Campos. . 1
Moeda do Brazil—1645—1888—por João Xavier da Motta . . 1
Molestia da canna em Pernambuco (Relatorio da commissão do estudo da), por Daniel Henninger 1
Monographia-do-municipio da cidade de de S. Paulo, pelo Dr.

Jeão Mendes de Almeida Junior 1
Movimento politico de Minas Geraes em 1842 (Historia do), pelo Conego J. A. Marinho 1
Mudança da capital federal do Brazil, pelo Dr. D. Jaguaribe (2 Exemplares) 2
Mudança da capital da União-Resposta ao Dr. Domingos Jaguaribe—por L. Cruls 1
Municipio e a Republica (O), pelo Dr. Domingos Jaguaribe . . 3
Nahuatlismos de Costa Rica,-por Juan Fernandez Ferraz. . . 1
Não-Simples resposta a uma consulta-por Estevam Leão Bourroul.
Napoles á China (De), por Adolpho Loureiro. 1
Narrationes excerpta res memorabiles,de Tito Livio 1
Narrativa de serviços no libertar-se o Brazil da dominação portugueza, pelo Almirante Conde de Dundonald 1
Navigation aérienne (Memoire sur un appareil pour la), pelo Dr. Domingos Jaguaribe 1
Nepheline rocks in Brazil, por Orville A Derby. 2
Ninhos e ovos das aves do Brazil, por H. von Ihering . . . 1
No lar, por Alvaro Guerra 1
Numismatica (Collecção), por A. J. dos Santos Leitão. . . . 1
Observações criticas, pelo Padre Senna Freitas. 1
Occurrence of Xenotime as an accessory element in rocks, por Orville A. Derby. 1
Olinda conquistada, pelo Padre João Baers (2 Exemplares) . . 2
Or à Minas Geraes, Brésil (L'), por Paul Ferrand 1
Orationes selectæ, de M. T. Cicero 1
Orbe serafico brazileiro (Novo)—ou Chronica dos frades menores da provincia do Brazil, por Fr. Antonio de S. M. Joboatam. 2
Orçamento do Estado de S. Paulo (Leis do)—1897 a 1901 . . 5
Organização judiciaria do Estado de S. Paulo—Discursos pelo Deputado Dr. Candido Motta 1
Organização naval—Artigos publicados por Arthur Jaceguay. . 1
Origens chaldeanas do judaismo (As), por José de Campos Novaes 1
Origines du christianisme (Histoire des), por Ernest Renan . . 1
Ornithologia paulista, por Gustavo Koenigswald. 2

Oyapock (O)- Divisa do Brazil com a Guyana Franceza—pelo Barão Homem de Mello 1
Pacificação dos Crichanás, pelo Dr. João Barbosa Rodrigues (2 Exemplares) 2
Padres Capuchinhos (Historia da missão dos), pelo Padre Claudio D'Abbeville 1
Pará (Estudos sobre o,, por A. O. N. Vianna 1
Pará e Amazonas—Questão de limites—por José Verissimo . . 1
Paraguay (La República del), por Carlos R. Santos. 1
Parahyba (Notas sobre a), por I. Joffily 1
Paraná (Notice about the State), pelo Engenheiro M. F. F. Corrêa. 1
Paraná (Noticia sobre a Provincia do). 1
Parteiro (O), por Oscar Leal 1
Patria, por João Vieira de Almeida 1
Paulista (O), por Austo Rasec 1
Pedagogia e methodologia, pelo Padre Camillo Passalacqua . . 1
Pedro, Alvares Cabral—(Poemeto)—por Cardoso Junior . . . 1
Pedras da bexiga (A questão das), pelo Dr. Luiz Pereira Barretto 1
Pedro II (Homenagem do Instituto Historico e Geographico Brazileiro á memoria de) 2
Percussão e escuta (Compendio de), pelo Dr. Pires de Almeida. 1
Pestilencia da bicha ou males (Documentos para a historia da), pelo Dr. Guilherme Studart 1
Petalas, por Arthur Goulart 1
Phonologia portugueza, por Fernando Martins Bonilha Junior e Luiz Cardoso. 1
Physica (Lições de), por F. X. O. de Menezes 1
Physics (Lessons in elementary), por Balfour Stewart. . . . 1
Phytographia, por Alberto Löfgren 1
Picos altos do Brazil (Os), por Orville A. Derby 1
Planalto central do Brazil—Relatorio e Atlas—por L. Cruls. . 2
Plantação, cultura e preparo do chá, por Fr. Leandro do Sacramento 1
Plantio da amoreira no Ceará, pelo Dr. Domingos Jaguaribe. . 1
Politica e os politicos (A), pelo Dr. Domingos Jaguaribe (2 Exem-

plares). 2
Ponte de S. José do Rio Pardo—Informações e Relatorio—pelo Dr. I. W. da Gama Cochrane. 2
Posologia dos medicamentos mais empregados, por J. F. Soares Romeo. 1
Precursores da Republica do Brazil (Os), pelo Major José Domingues Codeceira 1
Presidio do Rio Grande (O). por Alfredo F. Rodrigues. . . . 1
Primicias—Poema dos principaes factos da historia do Brazil, por Joaquim Gil Pinheiro 1
Principes des sociotés (Essais sur les premiers), por P. Garreau. 1
Producção e consumo do café no mundo, por Joaquim Franco de Lacerda 1
Programmas de ensino da Escola Normal de S. Paulo . . . 1
Programmas de ensino do Gymnasio de S. Paulo 1
Projecto do Codigo Penal (Parecer sobre o)—Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros. 1
Promptuario commercial, civil e militar, por L. de F. Almeida e Sá 1
Protestantes da França (Historia dos), por G. de Félice . . . 1
Prova de consideração (Uma)—Lever de rideau—por P. A. Gomes Cardim 1
Provincia do Rio Sapucahy (A), pelo Senador Dr. J. Floriano de Godoy 1
Psychoses, por Carlos Coelho 1
Quadro historico da Provincia de S. Paulo, pelo Brigadeiro Jose Joaquim Machado de Oliveira. 1
Quadros historicos da guerra do Paraguay.—I—O combate naval de Riachuelo. II—A rendição de Uruguayana. 1
Quem descobriu o Brazil?—por Candido Costa 1
Questão de limites brazileira—Argentina, pelo Barão de Rio Branco 6
Questione italiana al Brasile (La) por Ausonio Latini 1
Questions contemporaines, por Ernesto Renan 1
Quinze de Novembro (O), por Sacramento Macuco 1
Ramal de Agua Vermelha da Companhia Paulista 1

Rapport annuel fait à la Societé Asiatique, por Ed. Chavannes. 1
Razões finaes, de appellação, embargos, etc., por diversos . . 28
Recordações da Allemanhã, pelo Dr. A. Las Casas dos Santos . 1
Recuerdos, por Francisco B. O' Connor 1
Reflexão e refracção da luz.—Saes. Affinidade—pelo Dr. Edmundo Xavier 1
Regimento interno da Escola Polytechnica de S. Paulo . . . 1
Regimento interno das Escolas Complementares do Estado de S. Paulo 1
Regimento interno das escolas publicas do Estado de S. Paulo . 1
Regiões amazonicas (As), pelo Barão de Marajó. 1
Réglement des postes de l'Empire du Brésil. 1
Regulamento dos Correios do Brasil 2
Regulamento da Escola Normal de S. Paulo 1
Regulamento da Escola Polytechnica do S. Paulo 1
Regulamento da Estrada de Ferro de Bragança (Pará) . . . 1
Regulamento dos Gymnasios do Estado de S. Paulo 1
Regulamento dos hospitaes de isolamento do Estado de S. Paulo 1
Regulamento do Instituto Civico—Juridico «Paes de Carvalho» (Pará) 1
Regulamento para obras publicas do Estado de S. Paulo. . . 1
Regulamento da Repartição de Terras do Estado do Amazonas . 1
Regulamento da Secretaria do Interior do Estado de S. Paulo . 1
Regulamento do Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo . . 1
Regulamentos sobre instrucção publica do Estado de S. Paulo (Leis e) 2
Reise in Brasilien, pelo Dr. J. B. von Spix e Dr. C. F. von Martius 2
Relatorio da Associação Commercial de S. Paulo—1900 . . . 1
Relatorio do Banco União de S. Paulo—1891 1
Relatorio da Caixa Economica da Capital Federal. 1
Relatorio da Caixa Economica de S. Paulo—1896 a 1899 . . 4
Relatorio da Camara Municipal da Parahyba do Sul—1895—por L. T. Leite 1
Relatorio á Camara Municipal de S. Paulo — 1893 e 1894—pelo Dr. Pedro Vicente de Azevedo 2
Relatorio da Camara Municipal de S. Paulo—1897 — por A. P.

Rodovalho 1
Relatorio á Camara Municipal de S. Paulo — 1898 — por A. P. Rodovalho (2 Exemplares) 2
Relatorio da Camara Syndical dos Corretores de S. Paulo—1895 1
Relatorio da Chefia de Policia de S. Paulo—1878—pelo Dr. Joaquim de Toledo Piza Almeida 1
Relatorio da Chefia de Policia de S. Paulo—1893 e 1894—pelo Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior. 2
Relatorio da Chefia de Policia de S. Paulo—1895—polo Dr. Bento Bueno 1
Relatorio da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo—1894—pelo Chefe Dr. Orville A. Derby. 1
Relatorio da Commissão de Saneamento do Estado de S. Paulo —1897—pelo Chefe Dr. Alfredo Lisboa 1
Relatorio da Companhia E. de Ferro Leopoldina—1897 . . . 1
Relatorio da Companhia Melhoramentos de S. Simão—1893 . . 1
Relatorio da Companhia Sorocabana—1890 1
Relatorio da Companhia Viação Paulista—1898. 1
Relatorio dos Correios do Brazil—1880—pelo Director Wilkens de Mattos. 1
Relatorio dos Correios do Brazil—1889—pelo Director Dr. L. B. Paes Leme 1
Relatorio dos Correios do Brazil—1892 e 1893—pelo Director Dr. D. Silveira Lobo 2
Relatorio dos Correios do Brazil—1894—pelo Director Dr M. F. Vieira de Mello 1
Relatorio dos Correios do Brazil—1895—pelo Director Dr. E. Victorio da Costa 1
Relatorio dos Correios do Brazil—1899—pelo Director A. Pires de Souza 1
Relatorio do Departamento das Finanças do Estado do Amazonas—1897—pelo Secretario Dr. A. J. da Costa 1
Relatorio do Departamento da Industria do Estado do Amazonas —1897—pelo Secretario J. M. Ribas 1
Relatorio do Departamento da Industria do Estado do Amazonas —1898—pelo Secretario A. de C. Palhano. 1

Relatorio do Departamento do Interior do Estado do Amazonas —1897—pelo Secretario Major Pedro Freire 1
Relatorio da Directoria do Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo—1894—pelo Dr. J. J. da Silva Pinto Junior. . . 1
Relatorio da Escola da Bella Cintra (Capital), pelo Professor João Francisco Bellegarde 1
Relatorio da Escola Normal de S. Paulo — 1893 — pelo Director Gabriel Prestes 1
Relatorio da Fazenda de S. João da Montanha (Piracicaba) . . 2
Relatorio da Inspectoria do Ensino do Estado da S. Paulo—1890 —pelo Inspector Geral Dr. Mario Bulcão 1
Relatorio da Inspectoria de Terras e Colonização do Estado de Minas Geraes—1898—pelo Dr. Carlos Prates 1
Relatorio do Instituto Civico—Juridico "Paes de Carvalho" (Pará), pelo Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira 1
Relatorio do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros—1894 a 1895—pelo 1.º Secretario Dr. M. A. de S. Sá Vianna . 3
Relatorio da Intendencia de Finanças do Municipio de S. Paulo —1897—pelo Intendente A. P. Rodovalho 1
Relatorio da Intendencia Municipal de Ribeirão Preto—1896—pelo Intendente Dr. J. Estanislau da Silva Gusmão 1
Relatorio da Intendencia de Policia e Hygiene do Municipio de S. Paulo—1898—pelo Intendente Dr. J. A. de Siqueira Bueno. 1
Relatorio do Ministerio da Fazenda—1896—pelo Ministro Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves 1
Relatorio do Ministerio da Fazenda—1897 e 1898 —pelo Ministro Dr. Bernardino de Campos 4
Relatorio do Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas— 1893—pelo Ministro Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. 2
Relatorio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — 1895 e 1896—pelo Ministro Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires 2
Relatorio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — 1897—pelo Ministro Dr. Joaquim Murtinho. 2
Relatorio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas— 1898—pelo Ministro Dr. Severino Vieira 1

Relatorio do Ministerio da Justiça—1837—pelo Ministro G. A. A. Pantoja 1
Relatorio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—1893—pelo Ministro Dr. Fernando Lobo. 1
Relatorio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—1895—pelo M inistro Dr. Antonio Gonçalves Ferreira 1
Relatorio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—1896—pelo Ministro Dr. Amaro Cavalcanti. 1
Relatorio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—1899—pelo Ministro Dr. Epitacio Pessoa 1
Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores—1890 — 1891 — pelo Ministro General Quinttno Bocayuva (2 Exemplares) . 2
Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores—1895—pelo Ministro Dr. Carlos A. de Carvalho 1
Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores—1897 e 1898 pelo Ministro Dr. Dionisio E. de C. Cerqueira. 3
Relatorio da Repartição de Estatistica e Archivo do Estado de S. Paulo—1893 a 1897—pelo Director Dr. Antonio de Toledo Piza 5
Relatorio da Reqartição Geral dos Telegraphos—1894—pelo Director Geral F. M. de Souza Aguiar 1
Relatorio da Repartição Geral dos Telegraphos—1898 — pelo Director Geral Alvaro Joaquim de Oliveira 1
Relatorio da Secção de Demographia do Estado de S. Paulo—1896—pelo Director Dr. Jayme Serva 1
Relatorio da Secção de Obras da Intendencia Municipal de S. Paulo—1894—por J. F. Ortiz 1
Relatorio da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de Minas Geraes—1898 e 1899—pelo Secretario Dr. Americo Werneck 2
Relatorio da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S. Paulo 1892 a 1894 pelo Secretario Dr. Jorge Tibiriçá 6
Relatorio da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S. Paulo 1895 e 1896 pelo Secretario Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior 2

Relatorio da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S. Paulo—1898—e 1899 pelo Secretario Dr. Alfredo Guedes (2 Exemplares). 4

Relatorio da Secretaria da Agricultura, Industria, Viação e Obras Publicas do Estado da Bahia 1896 pelo Secretario J. A. Costa 1

Relatorio da Secretaria da Fazenda do Estado de S. Paulo—1897 a 1899 pelo Secretario Dr. João Baptista de Mello Peixoto. 3

Relatorio da Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro —1898 a 1900—pelo Secretario Dr. João Rodrigues da Costa 3

Relatorio da Secretaria do Interior do Estado de S. Paulo—1894 —pelo Secretario Dr. Cesario Motta Junior 2

Relatorio da Secretaria do Interior do Estado de S. Paulo—1895 — pelo Secretario Dr. Alfredo Pujol. 2

Relatorio da Secretaria do Interior do Estado de S. Paulo—1896 —pelo Secretario Dr. Antonio Dino da Costa Bueno (3 Exemplares). 3

Relatorio da Secretaria do Interior do Estado de S. Paulo—1897 —pelo Secretario interino Dr. João B. de Mello Peixoto . 1

Relatorio da Secretaria do Interior do Estado de S. Paulo—1898 —pelo Secretario Dr. José Pereira de Queiroz. 1

Relatorio da Secretaria do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul—1898—pelo Secretario Dr. João Abbot . . 1

Relatorio da Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Rio da Janeiro—1898—pelo Secretario Dr. M. A. Silva Campos. 2

Relatorio da Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro—1899 - pelo Secretario interino Dr. Hermogenio P. da Silva 1

Relatorio da Secretaria da Justiça do Estado de S. Paulo—1894 —pelo Secretario Dr. João Alvares Rubião Junior . . . 1

Relatorio da Secretaria da Justiça do Estado de S. Paulo—1896 —pelo Secretario Dr. Carlos de Campos 1

Relatorio da Secretaria da Justica do Estado de S. Paulo—1897 —pelo Secretario Dr. José Getulio Monteiro (5 Exemplares) 5

Relatorio da Secretaria da Justiça do Estado de S. Paulo—1898 —pelo Secretario interino Dr. José Pereira de Queiroz . . 1

Relatorio da Secretaria de Obras Publicas e Industrias do Estado do Rio de Janeiro—1899—pelo Secretario Dr. Hermogenio P. da Silva 1
Relatorio da Secretaria de Obras Publicas e Industrias do Estado do Rio de Janeiro—1900—pelo Secretario Dr. Virgilio Franklim de Almeida Lima 1
Relatorio da Sociedade Portugueza de Beneficencia de S Paulo - 1899—pelo Conde de Joaquim 1
Relatorio do Tribunal de Contas (Federal)—1899—pelo Presidente Dr. Didimo Agapito da Veiga. 1
Religiões da Lusitania, por J. L. de Vasconcellos—Vol. 1 . . 1
Religions (Histoire pittoresque des), por E. T. B. Clavel. . . 2
Repertorio juridico do mineiro, por Francisco Ignacio Ferreira . 1
Repertorio das leis de S. Paulo—1876 a 1889, por Alberto Souza e José Jacintho Ribeiro 1
Repertorio da Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro relativo aos volumes 1 a 59 1
Republica federativa no Brazil (A), Por A. F de Paula Souza . 1
Resgate do papel-moeda, por Alexandre Goes (3 Exemplares) . 3
Retraite de Laguna (La), por A. d'Escragnolle Taunay. . . . 1
Revelação historica (Uma), por Benedicto G. de Moura Lacerda. 1
Revista da Academia Cearense—T. II—1897. 1
Revista Agricola (S. Paulo)—1895 a 1900 4
Revista do Archivo do Municipio da Capital da Bahia—N. 1. . 1
Revista do Archivo Publico Mineiro—1896 a 1899 4
Revista Brazileira—1879 a 1881 10
Revista Brazileira—1895 a 1899 19
Revista Contemporanea—Anno 1, N. 8-9, 1900 1
Revista da Escola Polytechnica (Rio de Janeiro) 24 fasciculos) . 24
Revista de Estudos Livres—Anno I e II 2
Revista Industrial (New-York—Vol. 1 a 5 2
Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. 4
Revista do Instituto do Ceará 7
Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia . . . 6
Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro . . . 53
Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do

Pará—N. 1 1
Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros—1862 a 1893. 5
Revista do Jardim da Infancia (S. Paulo) 1895 e 1896 . . . 2
Revista do Museu Paulista—Vol. I a IV 4
Revista Pedagogica—1890 a 1896 4
Revista Pharmaceutica (S. Paulo)—1895 a 1899 5
Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro—1885 a 1900 8
Revista Util, pelo dr. Domingos Jaguaribe—Vol. II e III (2 exemplares) 4
Revolução de Minas Geraes em 1842 (Historia da). 1
Revolução de Pernambuco em 1817 (Historia da), por F. Muniz Tavares 1
Révolution française (Histoire de la), por J. Micholet 9
Rhipsalis megalantha, por Alberto Löfgren 1
Rio Grande do Sul, por Gustavo Koenigswald (2 exemplares) . 2
Rio de Janeiro (A cidade do)—Estudos de hygiene—pelo dr. T. Tapajós 1
Rio de Janeiro (O), pelo dr. Moreira de Azevedo 2
Rio de Janeiro et Minas Geraes (Voyage dans les provinces de), por A. de Saint-Hilaire 2
Rivista della Massoneria (S. Paulo)—N. 1 1
Rochas nephelinas do Brazil, por Orville A. Derby 1
Romola, por George Eliot 1
Rozas, Francia y Melgarejo, por Thomas O'Connor. 1
S. Paulo e Minas Geraes (Limites entre), por Orville A. Derby . 1
S Paulo e Minas Geraes (Questões de divisas entre), por A. P. (10 exemplares) 10
Saint Paul, por Ernest Renan 1
Salinas no Estado de S. Paulo (As), por Ad. Ovidi (3 exemp.) . 3
Saneamento da cidade e porto de Santos, por E. A. Fuertes—Relatorio (2) e Atlas 3
Saneamento do porto e cidade de Santos, pelo dr. I. W. da Gama Cochrane 1
Saneamento de S. Paulo, pelo dr. I. W. da Gama Cochrane. . 1

Saneamento de S. Paulo, pelo Dr. Torquato Tapajós (2 Exemplares 2
Saneamento de Santos. pelo engenheiro F. S. Rodrigues Brito . 1
San Paolo, por Gustavo Koenigswald (3 Exemplares) 3
Santos, pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto 1
São Paulo, por Gustavo Koenigswald 1
São Paulo (Em)—Notas de viagem—por Junius. 1
Saracens (The), por Ed. Gibbon e S. Ockley. 1
Saúva ou Manhú uára, por A. G. de Azevedo Sampaio . . . 1
Sciencias naturaes e physicas, pelo Dr. F. R. Fernandes . . . 1
Serzedello Corrêa (Biographia do Dr.)—Homenagem do povo paraense 1
Silva Jardim—Apontamentos biographicos—por José Leão. . . 1
Sociedade Brazileira para Animação da Criação e Agricultura—Actas e estatutos e relatorio de 1896-1897. 2
Sociedade Cooperativa do Bem Estar, pelo Dr. Domingos Jaguaribe. 1
Sul de S. Paulo (O)—Contribuição para o estudo da geographia desta zona, pelo Dr. Domingos Jaguaribe 1
Systema metrico—Tabellas para conversão 1
Tabella das gratificações aos agentes do Correio para 1895 a 1897. 1
Tabellas destinadas aos engenheiros, por Alfredo Lisboa (4 Exemplares 4
Tacheometria (Elementos de)—Cleps—por A. F. de Paula Souza. 1
Tarifas da Estrada de Ferro de Bragança (Pará) 1
Tejo a Paris (Do), por Oscar Leal. 1
Telegrapho optico da cidade de Santos (Novo roteiro do). . . 1
Terras devolutas do Estado de S. Paulo (Leis sobre) 1
Terras de propriedade do Dr. Domingos Jaguaribe, por Theodoro Sampaio 1
Théatre antique d'Arles (Monographie du) por Louis Jacquemin. 2
These de concurso á cadeira de portuguez da Escola Normal de S. Paulo, pelo Dr. J. Thomaz de Aquino 1
Theses para conferencias nos districtos escolares de S. Paulo (2 Exemplares) 2
Traços biographicos, por Amancio Pereira 1

Trechos classicos para versões. 1
Tres grandes capitães da antiguidade (Historia dos)—Alexandre, Annibal e Cesar, pelo Dr. Cesar Zama 1
Tres grandes oradores da antiguidade (Traços biographicos e politicos dos)—Pericles, Demosthenes e Cicero, pelo Dr. Cezar Zama 1
Tribolitas do grez de Ereré e Maccurú (As), por John M. Clarke. 1
Tropicale (Le)—Canti americani — por Alessandro Sfrappini . . 1
União municipal - Conferencia pelo Dr. Domingos Jaguaribe . . 1
Uomini e cose del Brasile, por Alessandro d'Atri 1
Urina do doente de febre amarella (A), pelo Dr. J. Bonilha de Toledo. 1
Varzea do Carmo (A)—Pareceres (2 Exemplares) 2
Vasco da Gama—Discurso pelo Dr. João Monteiro. 1
Vasco da Gama e a Vidigueira, por A. C. Teixeira de Aragão. 1
Velhice de Camões (A), por G. de La Landelle 2
Viação do Brazil (Indicador geral da)—1898—por J. Catcysson. 1
Viagem a um paiz de selvagens, por Oscar Leal 1
Viagem ao redor do Brazil, pelo Dr. J. S. da Fonseca . . . 2
Viagem á roda do meu quarto, por Xavier de Maistre. . . . 1
Viagens e captiveiro entre os selvagens do Brazil, por Hans Staden. 1
Vida domestica (Noções de), por Felix Ferreira. 1
Videiras americanas, pelo Dr. E. A. Goeldi 1
Villa Americana (Questão de), por Antonio de Moraes Barros . 1
Villa Jaguaribe nos Campos do Jordão 1
Villa Rica—Poema—por Claudio Manoel da Costa 1
Vocabulario brazileiro, por Braz da Costa Rubim 1
Vocabulario Sul Rio-Grandense, pelo Dr. J. Romaguera Corrêa. 1
Voyage au Brésil, por Madame e M. Louis Agassiz 1

IMPRESSOS AVULSOS

Alvará de 10 de Março de 1732 ordenando que de todo o Estado do Brazil não vão mulheres para Portugal sem licença do rei.

Alvará de 25 de Janeiro de 1809 ordenando que se não passem cartas de concessão ou confirmação de sesmarias sem preceder medição e demarcação judicial.

Biographia do marechal Floriano Peixoto—Homenagem do povo paulista.

Decretos de 1821 sobre soldos e etapas a officiaes e praças do exercito do Brazil (5 decretos).

Demonstração do movimento commercial e maritimo da Republica Argentina com o porto de Santos durante o anno de 1897.

Lei de 20 de Março de 1736 ordenando que na navegação para o Brazil das ilhas adjacentes ao reino de Portugal se não exceda o numero de navios que só lhes é permittido por seus privilegios e estabelecendo regras e penas.

Mappa genealogico, historico, chronologico, diplomatico e litterario do reino de Portugal e seus dominios antigos e actuaes.—Pariz, na Typographia de Casimir, Rue de la Vieille Monnaie, 12 (10 exemplares).

Petição ao rei de Portugal por D. Luiz Antonio de Souza sobre procedimento da Companhia de Jesus, acompanhada dos Aivarás relativos ao assumpto—1765.

Privilegios concedidos aos mamposteiros e pedidores da casa e igreja de Santo Antonio de Lisboa—1760.

Privilegios que gosam os ministros, officiaes, thesoureiros mores e menores da bulla da Santa Cruzada—1692.

Proclamação do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar aos Paulistas em 1842.

Programma dos festejos promovidos pela Sociedade Commemoradora do 4.º Centenario do descobrimento do Brazil de S. Vicente—1900.

Projecto apresentado ao Senado Brazileiro em Agosto de 1880 pelo Dr. Joaquim Floriano de Godoy estabelecendo as divisas entre S. Paulo e Minas Geraes.

Regimento para os confederados na devoção da adoração perenne do SS. Sacramento, instituida na Bahia em 1693, por occasião da epidemia da *bicha*.

MANUSCRIPTOS

Breve noticia do Capitão João Baptista Machado, pelo Coronel Antonio Borges Sampaio.

Carta imperial apresentando o Padre Antonio Luiz Braz Prego na na Igreja parochial de N. S. da Conceição da villa de Santa Cruz, Provincia e Bispado de Goyaz.—Passada aos 3 de Junho de 1856.

Carta imperial nomeando Cavalleiro da Ordem do Christo o Padre Antonio Luiz Braz Prego, Vigario collado da parochia de Santa Cruz, na Provincia de Goyaz.— Passada aos 20 de Agosto de 1873

Chronicas do Cuyabá ou Relação chronologica dos estabelecimentos, factos e successos mais notaveis que aconteceram nestas minas do Cuyabá desde o seu estabelecimento por ordem da rainha Notsa Senhora, expedida pelo seu Tribunal do Conselho Ultramarino em 20 de Julho de 1782—por Joaquim da Costa Siqueira.

Edital da Camara Municipal de Sorocaba, de 6 de Dezembro de 1817, sobre eleição de dois juizes ordinarios e um procurador da Camara para o anno de 1818 e sobre correição no municipio.

Expulsão dos Jesuitas e causa que tiveram para ella os Paulistas desde o anno de 1611 até o de 1640 em que os lançaram fóra de toda a capitania de S. Paulo e S. Vicente.

Livro de assignatura dos visitantes do Club Republicano de S. Paulo.

Officio, de 2 de Maio ne 1759, assignado por Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, na ausencia de D. Luiz da Cunha, enviando a Pedro da Costa Salema a carta regia dirigida ao Papa a respeito dos Jesuitas.

Officio, de 8 de Junho de 1842, do Director da Academia do Direito de S. Paulo, Dr. J. M. de Avellar Brotero, communicando ao Lente Dr. João Chrispiniano Soares que poderia ler no dia 11, visto retirar-se daquelle estabelecimento a tropa que ali se achava aquartelada.

Officios, notas, informações, respostas a questionarios, etc. enviados ao Dr. Alfredo Moreira Pinto por auctoridades e municipalidades do Paiz.

Oração funebre á memoria do Padre Diogo Antonio Feijó, por Candido José da Motta.

Panegyrico de Pombal.

Papeis e planta sobre a descoberta da pedra commemorativa da declaração da Independencia do Brazil, na collina do Ypiranga.

Plano para a remessa de tropas para o Sul, de Martim Lopes Lobo de Saldanha—15 de Abril de 1777.

Processo instaurado em S. Paulo contra os implicados na revolução de 1842. (Autos originaes—4 volumes).

Processo instaurado contra o Senador Diogo Antonio Feijó por motivo da revolução de 1842. (Traslado—1 volume).

Relação geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, usos e costumes, pelo Bispo de S. Paulo Fr. Manoel da Ressurreição, em 14 de Setembro de 1777.

Successos da Provincia de Santa Cruz que vulgarmente se chama Brazil.

Viagem do Capitão Antonio Dias Baptista Prestes e seu irmão Manoel Dias Baptista Prestes desta Provincia de S. Paulo á Provincia de Cuyabá, em 21 de Abril de 1851.

MAPPAS

Carta da Bahia organizada pelo Engenheiro Theodoro Sampaio (Trecho da)—Extractado pela Superintendencia de Obras Publicas do Estado de S. Paulo—1897.

Carta chorographica da Capitania de S. Paulo em que se mostra a verdadeira situação dos logares por onde se fizeram as sete principaes divisões do seu Governo com o de Minas Geraes—1765.

Carta geographica que comprehende toda a comarca do Rio das Mortes, Villa Rica e parte da cidade de Marianna do Governo de Minas Geraes.

Carta geographica do Estado de Minas Geraes—Organizada pela Commissão Geographica e Geologica do dito Estado-Folhas ns. 1 a 6, 8 e 10.

Carta geographica do Estado de S. Paulo—Organizada pela Commissão Geographica e Geologica do dito Estado — Folhas de S. Paulo, Barra de Santos, Campinas, Jundiahy e Atibaia.

Carta do Reconcavo da Bahia—Organisada pelo Dr. Theodoro Sampaio—1899.

Carta topographica da Colonia de Surinam (Guyana Hollandeza), por A. A. Von Lavaux—1775.

Chart of the Coast of Brazil from port Santos to the River Plate (A new)—Drawn from the latest surveys, by J. W. Norie—1834.

Chart of the River la Plata from its mouth up to Buenos-Ayres—Surveyed by order of the king of Spain (A new)—1832. Additions, 1852.

Chart of the Western Coast of Africa extending from Sierra Leone and the Isles de Los to the Cape of Good Hope — 1834. Additions, 1844.

Map of British Columbia, showing the Klondike, Cariboo, Kootonay, and other goldfields (Special).

Map of China, Korea and Japan (Special).

Map illustrating the Spanish-American war (Special).

Map of the Nile from its mouth to Kartum (New) — Illustrating the operations of the Egyptian Army in the Sudan.

Map of the North-Western Frontier—With a map showing the overland routes to India, and a military map of the India Empire—1897.

Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas—1778.

Mappa chorographico da Provincia de S. Paulo, pelo Marechal Daniel Pedro Müller—1837.

Mappa chorographico de parte da Provincia de S. Paulo, organizado em vista do resultado das explorações mandadas fazer pelo Barão de Antonina em 1844 e 1845.

Mappa dos Estados Unidos do Brazil—Desenhado e gravado sob a direcção do Barão de Rio Branco—1895.

Mappa geral da America do Sul Organizado por Henrique e Ricardo Kiepert e revisto na parte relativa ao Brazil e publicado por Gustavo Koenigswald—1893.

Mappa geral da viação ferrea dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes, por Gustavo Koenigswald—1893.

Mappa da guerra no Rio Grande de Sul—Suas principaes operações—pelo Tenente Francisco Rath e Coronel Bento Porto.

Mappa indicando a situação de cidades, villas e districtos de paz do Estado de S. Paulo até o fim do anno de 1897—Organizado por Canuto Thorman—1898.

Mappa parcial dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes com indicação de todas as estradas de ferro em trafego e em construcção, etc.—Organizado pelo Engenheiro Arthur H. O'Leary—1893

Mappa terrestre e maritimo—Paraná, S. Paulo e Rio de Janeiro—por Jules Martin.

Mappa do theatro da guerra do Paraguay, pelo Dr. Carlos Daniel Rath.

Mappa topographico da Provincia do Paraná—Organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre—1876.

Mappa dos trabalhos preliminares para o traço de um tramroad entre as colonias de Cananéa e Assunguy, pelo Engenheiro Raymundo Pennaforte A. do Sacramento Blake.

Mappa da viagem de ida e volta nos tres Estados do Sul do Brazil do revolucionario Gumercindo Saraiva e logar de sua morte, pelo Capitão José Scutari—1894.

Mappa da zona do rio Ribeira, pelo Dr. Ernesto Guilherme Young.

Planta da cidade de S. Paulo levantada pelo capitão do engenheiros Rufino José Felizardo e Costa em 1810—Reproducção de Jules Martin.

Planta da cidade de S Paulo, por Hugo Bonvicini—1895.

Planta da cidade de S. Paulo com indicação do eixo dos encanamentos para o serviço de illuminação a gaz e dos limites da decima urbana—1896.

Planta geral da capital de S. Paulo — Organizada sob a direcção do Dr. Gomes Cardim—1897.

Planta geral da cidade de Minas—Organizada pela Commissão Constructora da nova capital do Estado de Minas Geraes sob a direcção do engenheiro Aarão Reis.

Planta da parte urbana da cidade de Minas designada para 30.000 habitantes—1895.

Planta indicando o logar, na collina do Ypiranga, onde foi assentada a pedra commemorativa da independencia do Brazil, pelo Dr. Carlos Daniel Rath.

Planta de Villa Boa, capital da capitania de Goyaz, levantada no anno de 1782 pelo Governador e capitão general Luiz da Cunha Menezes. (Reproducção photographica).

JORNAES

Aurora (A)—Sorocaba.
Brazilian Review (*The*)—Rio de Janeiro.
Brisa (A)—S. Paulo.
Capital Paulista—S. Paulo.
Ceciliana—S. Paulo.
Cammercio de S. Paulo (O)—S. Paulo.
Correio do Amparo.
Correio do Avaré.
Correio Paulistano—S. Paulo.
Diario Official do Estado de S. Paulo
Diario Popular—S. Paulo.
Diario de Santos.
Diario de Taubaté.
Ensaio (O)—Pindamonhangaba.
Estado de S. Panlo (O) S. Paulo.
Estrella (A)—Corityba.
Farol Paulistano (O)—S. Paulo.
Folha do Braz—S. Paulo.
Gazeta de Noticias—Rio de Janeiro.
Gazeta Popalar—S. Paulo.
Gazeta de Uberaba.
Governista (O)—S. Paulo.
Imperio (O)—S. Paulo.
Instrucção Popular—S. Paulo.
Iracema—S. Paulo.
Jornal do Commercio—Rio de Janeiro.
Jornal de Taubaté.
Lavoura e Commercio—S. Paulo.
Madrugada (A)—Lisboa.
Municipio (O)—S. Paulo.
Nação (A)—S. Paulo.
Noite (A)—S. Paulo.
Novidades—S. Paulo.
Novo Farol Paulistano—S. Paulo.
Observador Constitucional—S. Paulo.
Ondina—S. Paulo.

Paulista Official (O)—S. Paulo.
Platéa (A)—S. Paulo.
Polichinello—S. Paulo.
Reporter (O)—Ribeirão Preto.
Repnblica—Rio de Janeiro.
Revista do Paraná—Corityba.
Santos Commercial—Santos.
Temps (*Le*)—Paris.
Thema (O)—S. Paulo.
Verdade e Luz—S. Paulo.
Vicentino—S. Vicente.

ARCHIVO

Retratos, estampas e photographias existentes em 25 de Outubro de 1900.

RETRATOS

Arcebispos da Bahia.
Carlos Gomes.
Cesario Motta Junior (Dr.)
Euzebio de Queiroz C. M. Camara.
Floriano Peixoto (Marechal).
Germano de Annecy (Frei).
Jean Maurice de Nassau.
Libero Badaró.
Luiz de Camões.
Luiz Gama.
Pedro de Souza Holstein (D.)—Marquez de Palmella.
Prudente José de Moraes Barros (Dr.)
Tiradentes—J. J. da Silva Xavier.
Visconde do Rio Branco.
William Ewart Gladstone.

ESTAMPAS E PHOTOGRAPHIAS

Aerostato de invenção do Dr. Domingos Jaguaribe.
Antiga Gloria (Cambucy).

Colombo embarcando em Hespanha e desembarcando na America.
Edificios da cidade de S. Paulo em 1810 (Alguns).
Esquadra hollandeza em Pernambuco—1628.
Exterior e interior da Egreja do Collegio (S. Paulo).
Fachada, entrada e salas da Bibliotheca Publica de S. Paulo.
Monumento commemorativo da independencia da Bahia (Bahia).
Monumento a Gonçalves Dias (Maranhão).
Monumento á memoria de Varnhagem (Morro Araçoyaba em Ypanema—S. Paulo).
Ponte de S. José do Rio Pardo (S. Paulo).
Quadro commemorativo do centenario do Brazil—Trabalho das officinas do Lyceu do Sagrado Coração—S. Paulo.
Quadro commemorativo da inauguração do Viaducto do Chá (S. Paulo).
Quadro da correspondencia das horas entre as capitaes dos Estados do Brazil e a cidade do Rio de Janeiro.
Ruinas da antiga villa de Santo André (S. Paulo).

MEDALHAS E MOEDAS

RECEBIDAS NO ANNO DE 1900, QUE ACCRESCEM AOS CATALOGOS PUBLICADOS

Offerta do sr. Hermann A. Reipert:

4 Cedulas.
4 Medalhas.
81 Moedas de cobre.
2 Moedas de nickel.
22 Moedas de prata.

Offertas de diversos:

Medalha commemorativa do anno santo.
Medalha commemorativa da campanha do Paraná.
Medalha commemorativa do centenario do Brazil—Cunhada no Rio de Janeiro.
Medalha commemorativa do centenario do Brazil—Distribuida pelo Instituto Historico e Geographico Brazileiro.
Medalha commemorativa do centenario do Brazil—Distribuida por Julius Meili.
Medalha commemorativa da inauguração da estatua do Duque de Caxias.
Moeda portugueza de cinco réis.

Quadro

DOS SOCIOS ACCEITOS NO ANNO DE 1900

NOMES	CATEGORIA	DATA DA ACCEITAÇÃO	
Dr. Augusto Carlos da Silva Telles	Effectivo	5	Abril
Horace E. Williams	"	"	"
João Vampré	"	"	"
Augusto Alvaro de Carvalho Aranha	"	19	Maio
Manoel Pio Dias Pereira Corrêa	Correspondente	"	"
Antonio Ferreira Neves Junior	"	"	"
General Conselheiro Francisco Maria da Cunha	Honorario	"	"
Antonio Alexandre Borges dos Reis	Effectivo	5	Julho
Henrique Raffard	Honorario	"	"
Bernardo de Azevedo da Silva Ramos	"	"	"
Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro	"	"	"
Dr. José de Mesquita Barros	Correspondente	4	Agosto
Dr. João Baptista de Moraes	Effectivo	"	"
Major Paulo Pinto Auto Rangel	"	"	"
José Jacintho Ribeiro	"	5	Setembro
Dr. Dinamerico Augusto do Rego Rangel	Correspondente	"	"
Dr. Arthur Vautier	"	20	"
Dr. Antonio Candido Rodrigues	"	"	"
Dr. Carlos de Arruda Sampaio	Effectivo	25	Outubro
Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro	"	"	"
Dr. Galeno Martins de Almeida	Correspondente	"	"
Dr. Sergio Meira	"	"	"

RELAÇÃO GERAL

DOS

MEMBROS DO INSTITUTO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1900

SOCIOS FUNDADORES

Socio fundador benemerito

1 Dr. Orville A. Derby.

Socio fundador honorario

2 Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Socios fundadores effectivos

3 Alberto Löfgren.
4 Dr. Alexandre Florindo Coelho.
5 Alexandre Riedel.
6 Dr. Alfredo Ellis.
7 Dr. Alfredo Rocha.
8 Dr. Antonio Carlos R. de Andrada M. e Silva.
9 Dr. Antonio Dino da Costa Bueno.

10 Dr. Antonio Evaristo Bacellar.
11 Dr. Antonio Francisco do Araujo Cintra.
12 Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.
13 Antonio Moreira da Silva.
14 Dr. Antonio Pereira Prestes.
15 Dr. Antonio da Silva Prado.
16 Dr. Antonio de Toledo Piza.
17 Prof. Arthur Goulart.
18 Augusto Cesar Barjona.
19 Dr. Augusto Cesar de Barros Cruz.
20 Dr. Augusto Cesar do Miranda Azevedo.
21 Dr. Augusto do Siqueira Cardoso.
22 Dr. Benedicto Estellita Alvares.
23 Dr. Bento Bueno.
24 Dr. Bernardino de Campos.
25 Dr. Braulio Gomes.
26 Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.
27 Dr. Carlos de Campos.
28 Dr. Carlos Reis.
29 Dr. Cincinato Braga.
30 Dr. Clementino do Souza e Castro.
31 Dr. Constante Affonso Coelho.
32 Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe.
33 Eduardo Carlos Pereira.
34 Emmanuel Vanorden.
35 Dr. Ernesto de Moraes Cohn.
36 Dr. Eugenio Alberto Franco.
37 Eugenio Hollender.
38 Dr. Fergo O'Connor de Camargo Dauntre.
39 Dr. Fortunato Martins de Camargo.
40 Dr. Francisco Ferreira Ramos.
41 Francisco Ignacio Xavier do Assis Moura.
42 Dr. Francisco Martiniano da Costa Carvalho.
43 Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.
44 Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.
45 Dr. Gabriel Osorio de Almeida.

46 Tenente-coronel Gabriel Prestes.
47 Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida.
48 Dr. Gustavo Koenigswald.
49 Tenente-coronel Henrique Affonso de Araujo Macedo.
50 Henry White.
51 Dr. Hermann von Ihering.
52 Dr. Horace M. Lane.
53 Horacio de Carvalho.
54 Dr. Hyppolito de Camargo.
55 Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane.
56 Dr. Jayme Serva.
57 Dr. João Alvares Rubião Junior.
58 Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta.
59 Dr. João Nogueira Jaguaribe.
60 Dr. João Pedro da Veiga Filho.
61 Dr. João Pereira Monteiro.
62 Dr. João Ribeiro de Moura Escobar.
63 Padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim.
64 Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida.
65 Coronel Joaquim de Toledo Piza e Almeida.
66 Dr. Jorge Tibiriçá.
67 Dr. José Alves de Cerqueira Cesar.
68 Dr. José Alves Guimarães Junior.
69 José André do Sacramento Macuco.
70 Dr. José Baptista Pereira.
71 Dr. José Cardoso de Almeida.
72 Dr. José Eduardo de Macedo Soares.
73 Dr. José Estacio Corrêa de Sá e Benevides.
74 Dr. José Ferreira Garcia Redondo.
75 José Francisco Soares Romeo.
76 Dr. José de Sá Rocha.
77 Dr. José Valois de Castro.
78 Dr. José Vicente de Azevedo.
79 Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita.
80 Dr. Luiz de Anhaia Mello.
81 Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida.

82 Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.
83 Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.
84 Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.
85 Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo.
86 Manoel Marcellino de Souza Franco.
87 Dr. Manoel de Moraes Barros.
88 Dr. Manoel Pereira Guimarães.
89 Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos.
90 Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho.
91 Dr. Martinho Prado Junior.
92 Dr. Mathias Valladão.
93 Dr. Oscar Schwenk d'Horta.
94 Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim.
95 Dr. Pedro Vicente de Azevedo.
96 Dr. Raymundo Furtado Filho.
97 Dr. Rodolpho Pereira.
98 Tancredo Leite do Amaral Coutinho.
99 Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior.
100 Dr. Theodoro Sampaio.
101 Theophilo Barboza.
102 Commendador Thomaz Paulo do Bom Successo Galhardo.
103 Tiburtino Mondim Pestana.
104 Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque.
105 Dr. Virgilio de Rezende.
106 Dr. Viriato Brandão.
107 Dr. Wenceslau de Queiroz.

SOCIOS HONORARIOS

	NOMES	Data da admissão		
1	Barão Homem de Mello	5	Junho . .	1895
2	Bellarmino Carneiro	20	" . .	1895
3	Barão de Paranapiacaba	4	Julho . .	1895
4	Barão do Rio Branco	4	" . .	1895
5	Dr. Georges Ritt	5	Agosto. .	1895
6	Dr. Alexandre J. de Mello Moraes Filho .	20	" . .	1895
7	Dr. Sylvio Romêro.	7	Setembro .	1895
8	Dr. Tristão de Alencar Araripe	7	" .	1895
9	Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior. .	7	" .	1895
10	Dr. Joaquim Francisco de Assis Brazil .	20	Outubro .	1895
11	Dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa .	25	" .	1895
12	Dr. Augusto Freire da Silva.	13	Maio . .	1896
13	Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro	20	Fevereiro .	1897
14	Dr. Affonso Celso Junior.	20	" .	1897
15	Jules Martin	5	Março . .	1897
16	Padre Raphael M. Galanti	4	Setembro .	1897
17	Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo .	5	Abril . .	1898
18	Cons.º Augusto Carlos Teixeira de Aragão	20	Julho . .	1898
19	Julius Melli.	20	" . .	1898
20	D. Martin Garcia Mérou	20	Outubro .	1898
21	Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo .	20	" .	1898
22	Dr. João Capistrano de Abreu	20	Julho . .	1899
23	Dr. João Barbosa Rodrigues.	20	Outubro .	1899
24	Dr. John C. Branner.	25	" .	1899
25	General Francisco Maria da Cunha . .	19	Maio . .	1900
26	Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. .	5	Julho . .	1900
27	Henrique Raffard	5	" . .	1900
28	Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro	5	" . .	1900

SOCIOS EFFECTIVOS

	NOMES	Data da admissão		
1	Dr. Jorge Maia	20	Junho . .	1895
2	Dr. Ernesto Guilherme Young	20	" . .	1895
3	Dr. Luiz Pereira Barretto	20	" . .	1895
4	Dr. Alfredo de Toledo (*).	20	" . .	1895
5	Dr. Raymundo P. A do Sacramento Blake(*).	5	Agosto. .	1895
6	Dr. Alfredo Pujol	20	Setembro .	1895
7	Dr. Eduardo da Silva Prado.	25	Outubro .	1895
8	Dr. Alvaro Augusto da Costa Carvalho .	5	Março . .	1897
9	Dr. Francisco Eugenio de Toledo . . .	5	" . .	1897
10	Dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo .	5	" . .	1897
11	Dr. Francisco Franco da Rocha. . . .	5	Abril . .	1897
12	Benedicto Galvão de Moura Lacerda . .	5	" . .	1897
13	Dr. José de Campos Novaes (*). . . .	20	" . .	1897
14	Dr. João Baptista de Oliveira Penteado .	5	Agosto. .	1897
15	Dr. Luiz Frederico Rangel de Freitas . .	5	" . .	1897
16	José Hippolyto da Silva Dutra (*) . . .	5	Abril . .	1898
17	João Vieira de Almeida (*)	5	" . .	1898
18	Arcediago Dr. Francisco de Paula Rodrig. (*)	5	" . .	1898
19	Conego Manoel Vicente da Silva . . .	20	" . .	1898
20	Dr. Antonio Gomes Carmo	20	" . .	1898
21	Monsenhor Camillo Passalacqua. . . .	5	Maio . .	1898
22	Dr. José Gotulio Monteiro	20	Julho . .	1898
23	Professor Christiano Volkart.	4	Março . .	1899
24	Dr. Affonso Arinos de Mello Franco . .	20	Abril . .	1899
25	Dr. José Vicente de Azevedo Sobrinho. .	20	" . .	1899
26	Dr. Tullio de Campos	20	" . .	1899
27	Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira.	5	Junho . .	1899
28	Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa (*) . .	5	" . .	1899
29	Dr. Francisco de Paula Santos Rodrigues (*)	5	Agosto. .	1899
30	Dr. João Antonio de Oliveira Cesar (*). .	5	" . .	1899
31	Dr. João Diogo Esteves da Silva . . .	5	Setembro .	1899
32	Coronel Antonio Borges Sampaio . . .	20	" . .	1899
33	Dr. Augusto Carlos da Silva Telles. . .	5	Abril . .	1900
34	Horace E. Williams	5	" . .	1900
35	João Vampré	5	" . .	1900
36	Augusto Alvaro de Carvalho Aranha . .	19	Maio . .	1900
37	Antonio Alexandre Borges dos Reis. . .	5	Julho . .	1900
38	Dr. João Baptista de Moraes.	4	Agosto. .	1900
39	Major Paulo Pinto Auto Rangel. . . .	4	" . .	1900
40	José Jacintho Ribeiro	5	Setembro .	1900
41	Dr. Carlos de Arruda Sampaio	25	Outubro .	1900
42	Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro . .	25	" . .	1900

(*)—Os socios cujos nomes estão seguidos deste signal foram admittidos no Instituto como socios correspondentes nas datas mencionadas, tendo sido transferidos para a categoria de effectivos em sessão de 5 de Fevereiro de 1900.

SOCIOS CORRESPONDENTES

	NOMES	Data da admissão		
1	Dr Ernesto Goulart Penteado	5	Junho . .	1895
2	Francisco Corrêa de Almeida Moraes . .	25	Outubro .	1895
3	Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme . . .	13	Maio . .	1896
4	Dionysio Caio da Fonseca	20	" . .	1896
5	Coronel Agostinho José Moreira Rollo. .	5	Junho . .	1896
6	Dr. José Estanislau de Arruda Botelho .	5	" . .	1896
7	Dr. João Alves Corrêa do Amaral. . .	5	Fevereiro .	1897
8	Candido de Carvalho	5	" .	1897
9	Amadeu Amaral	5	" .	1897
10	Dr. Bernardo Morelli.	5	" .	1897
11	Dr. Alvaro Augusto de Toledo	5	Março . .	1897
12	Dr. Joaquim Monteiro de Mello. . . .	5	" . .	1897
13	Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro . .	5	" . .	1897
14	Dr. José Roberto Leite Penteado . . .	5	" . .	1897
15	Dr. José Pereira de Queiroz.	5	" . .	1897
16	Dr. Euclydes da Cunha	5	Abril . .	1897
17	Camillo Cresta	20	" . .	1897
18	José Honorio de Sillos	5	Maio . .	1897
19	Dr. Francisco Marcondes de Gouvêa Natividade	5	Julho . .	1897
20	Dr. Bernardo de Campos.	5	" . .	1897
21	José Gomes dos Santos Guimarães. . .	5	Julho . .	1897
22	Dr. Antonio Augusto Gomes Nogueira. .	5	" . .	1897
23	Dr. João Baptista de Mello Peixoto . .	20	" . .	1897
24	Dr. Francisco de Toledo Malta	20	" . .	1897
25	Dr. Rodolpho Miranda.	20	" . .	1897
26	Dr. João Francisco Malta Junior . . .	20	Agosto. .	1897
27	Dr. Aristides Salles	20	Outubro .	1897
28	Dr. Victor da Silva Freire Junior . . .	5	Abril . .	1898
29	Dr. Antonio Manoel Bueno do Andrada .	5	" . .	1898
30	Dr. Antonio Alves de Carvalho	5	" . .	1898
31	Dr. Arthur M. Cortines Laxe	5	" . .	1898
32	Francisco Nicolau Baruel.	5	" . .	1898
33	Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva .	5	" . .	1898
34	Dr. José Maria Bourroul.	5	" . .	1898
35	Jesuino da Silva Mello	20	" . .	1898
36	Dr. Luiz Felippe Gonzaga de Campos . .	20	" . .	1898
37	Dr. Manoel Pedro Monteiro Tapajós . .	5	Maio . .	1898
38	Dr. Eugenio de Andrade Egas	5	Julho . .	1898
39	Dr. José Maria Lisboa Junior	5	" . .	1898
40	Dr. Carlos Ekman.	5	" . .	1898
41	Dr. Cantidio T. de Figueiredo Bretas . .	5	" . .	1898

	NOMES	Data da admissão		
42	Dr. Jorge Krichbaum.	20	Julho . .	1898
43	Dr. Mario Bulcão	5	Setembro .	1898
44	Dr. Delfim Carlos Bernardino e Silva . .	5	" .	1898
45	Paulo Orosimbo de Azevedo.	5	" .	1898
46	Dr. Luiz Augusto Nogueira	20	Outubro .	1898
47	João Vieira da Silva	20	" .	1898
48	Dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama	20	" .	1898
49	Dr Carlos Augusto Pereira Guimarães .	20	" .	1898
50	Professor Aprigio Carlos de Macedo . .	20	" .	1898
51	Dr. Alberto Carlos de Assumpção . . .	20	" .	1898
52	Dr. Virgilio de Sá Pereira	20	" .	1898
53	Dr. José Custodio Alves Lima	20	Outubro .	1898
54	Cons.º Bernardo Avelino Gavião Peixoto .	20	" . .	1898
55	Dr. Fernando de Albuquerque	20	" . .	1898
56	Commeddador Eugenio Leonel Ferreira .	4	Março . .	1899
57	Professor João von Atzingen.	4	" . .	1899
58	Dr. Samuel das Neves	4	" . .	1899
59	Dr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende (Barão de Rezende.	20	Abril . .	1899
60	Dr. Joaquim Campos Porto	20	" . .	1899
61	Dr. Manoel Corrêa Dias	20	" . .	1899
62	Dr. Pedro Arbues da Silva	20	" . .	1899
63	Tobias Antonio Rosa	20	" . .	1899
64	Dr. Uladislau Herculano de Freitas . .	20	" . .	1899
65	Dr Affonso Regulo de Oliveira Fausto .	5	Junho . .	1899
66	Dr. Antonio de Faria Tavares	5	" . .	1899
67	Dr. Antonio Martins Fontes Junior. . .	5	" . .	1899
68	Dr. Carlos Ribeiro de Moura Escobar . .	5	" . .	1899
69	Dr. Firmiano de Moraes Pinto	5	" . .	1899
70	Dr. Ignacio Pereira da Rocha	5	" . .	1899
71	Dr. João Alves de Lima	5	" . .	1899
72	Dr. João Cesar Bueno Bierrenbach. . .	5	" . .	1899
73	Dr. João Eboli.	5	" . .	1899
74	João Florindo	5	" . .	1899
75	Dr. José Manoel de Azevedo Marques . .	5	" . .	1899
76	Dr. José Pinto do Carmo Cintra. . . .	5	" . .	1899
77	A. L. Garraux	5	Julho . .	1899
78	Dr. José Marcondes de Andrade Figueira	5	" . .	1899
79	Professor Alfredo Bresser da Silveira . .	5	Agosto. .	1899
80	Dr. José Aranha	5	" . .	1899
81	Dr. José Vieira Couto de Magalhães Sob.º	5	" . .	1899
82	Malachias Ghirlanda	5	Setembro .	1899
83	Dr. Antonio de Padua Salles	20	" .	1899
84	Dr. Cleofano Pitaguary de Araujo . . .	20	" .	1899
85	Dr. Eduardo da Cunha Canto	0	Setembro .	1899

	NOMES	Data da admissão		
86	Dr. Joaquim Alvaro de Souza Camargo .	20	Setembro .	1899
87	Dr. José Aristides Monteiro	20	" .	1899
88	Dr. José Leite de Souza	20	" .	1899
89	Dr. José Rodrigues Peixoto	20	" .	1899
90	Dr. Oscar de Almeida.	20	" .	1899
91	Tenente-Coronel Felicio de Campos Cintra	25	Outubro .	1899
92	Major Luiz de Vasconcellos	25	" .	1899
93	Antonio Ferreira Neves Junior	19	Maio . .	1900
94	Manoel Pio Dias Pereira Corrêa. . . .	19	" . .	1900
95	Dr. José de Mesquita Barros.	4	Agosto. .	1900
96	Dr. Dinamerico Augusto do Rego Rangel.	5	Setembro .	1900
97	Dr. Antonio Candido Rodrigues.	20	" . .	1900
98	Dr. Arthur Vautier	20	" . .	1900
99	Dr. Galeno Martins de Almeida. . . .	25	Outubro .	1900
100	Dr. Sergio Meira	25	" .	1900

RELAÇÃO DOS SOCIOS FALLECIDOS

Dr. Severino de Freitas Prestes	Fundador
Dr. Aureliano de S. Oliveira Coutinho	»
Dr. Martinho de Freitas Vieira de Mello.	Honorario
Dr. Cesario Motta Junior	Fundador
Dr. Joaquim José de Menezes Vieira.	Honorario
Dr. Carlos Daniel Rath	Fundador
José Ferraz de Almeida Junior	»
Antonio Augusto da Fonseca	»

BALANÇO

DA

RECEITA E DESPESA

DO

Instituto Historico e Geographico de S. Paulo

FECHADO EM 25 DE OUTUBRO DE 1900

RECEITA

Saldo demonstrado no balanço apresentado em 25 de Outubro de 1899	2:745$360
Annuidades de socios—41 a 24$000.	984$000
Joias e annuidades—13 a 74$000	962$000
Subvenção do Estado, votada pelo Congresso Legislativo para este anno.	6:000$000
Producto da venda em leilão de um mostrador envidraçado.	17$400
Idem de venda dos apparelhos de luz electrica da casa do Largo da Sé	150$000
Idem de 1 exemplar da *Revista*.	8$000
	10:856$760

DSEPESA

Aluguel da casa do Largo da Sé (Outubro a Dezembro de 1899 e Janeiro de 1900)—4 mezes a 310$0000. .	1:240$000
Idem idem (1 de Fevereiro a 31 de Agosto de 1900)—7 mezes a 250$000	1:750$000
Gratificação ao zelador (Outubro a Dezembro de 1899 e Janeiro a Outubro de 1900)—13 mezes a 60$000. .	780$000
Encadernação de 12 volumes do *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Noticias* e de diversos volumes de livros, talões para recibos, carimbos e outros objectos para a secretaria e thesouraria.	483$000
Impressão do 4.º volume da *Revista*.	4:150$000
Porcentagem ao cobrador pelo recebimento de joias e annuidades	194$600
Flôres, lavagens da casa, vassouras, espanador, sellos para a correspondencia, estampilhas e despesas miudas	105$000
Importancia de diversas contas pagas á Companhia Agua e Luz, Companhia Industrial, Espindola, Siqueira & Comp, Pinto, Leal & Comp., *Estado de S. Paulo*, Camara Municipal, Casa Garraux, Cardoso, Magalhães Barker & Comp., etc., pelos fornecimentos feitos, panno para a mesa, escarradeiras e moringas, aluguel de cadeiras e tapetes, etc.	1:601$460
Transporte de livros e moveis da casa do Largo da Sé para a actual séde social.	56$000
Conta de Caetano Apostolico, importancia de serviços e materiaes por occasião da mudança para a casa actual	283$700
	10:643$760

RESUMO

Receita	10:866$760
Despesa	10:643$760
Saldo nesta data.	223$000

Sendo:

Em conta corrente no Banco de Credito Real de S. Paulo.	14$300
Em mão do thesoureiro	208$700
Somma	223$000

S. Paulo, 25 de Outubro de 1900.

O thesoureiro,
ANTONIO DE TOLEDO PIZA.

Balancete da receita e despesa de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 1900

RECEITA

Saldo demonstrado no balanço apresentado pelo ex-thesoureiro em 25 de Outubro p. p. . .		223$000
Joias e 1.as annuidades dos socios:		
Professor Christiano Volkart	74$000	
Dr. Joaquim Alvaro de S. Camargo	74$000	148$000
Annuidades dos socios:		
Dr. Francisco de P. Rodrigues Alves—1900. .	24$000	
Dr. José Alves Guimarães Junior—1900. . .	24$000	
José Francisco Soares Romeo—1900	24$000	
Dr. José E. de Macedo Soares—1900. . . .	24$000	
Dr. Theodoro D. de Carvalho Junior—1896 a 1900	120$000	
Alexandre Riedel—1899	24$000	
Tiburtino Mondim Pestana—1899 e 1900. . .	48$000	
Dr. Fergo O'Connor de C. Dauntre—1899 e 1900	48$000	
Dr. Candido N. N. da Motta—1900	24$000	
Dr. Alvaro Augusto de Toledo—1899. . . .	24$000	384$000
		755$000

DESPESA

Telegramma ao Ministro Argentino	16$920
Aluguel de cadeiras para a sessão magna de 1 de Novembro	14$000
Aluguel das salas onde funcciona o Instituto e respectiva illuminação, no predio n. 1-A da rua General Carneiro, relativo aos mezes de Setembro e Outubro de 1900	450$000
Gratificação ao zelador relativa aos mezes de Novembro e Dezembro de 1900	120$000
Porcentagem ao cobrador	55$600
Estampilhas para dois requerimentos ao Governo, sellos para a correspondencia e expedição da obra de Hans Staden a jornaes, associações, estabelecimentos, etc.	31$180
	697$700

RESUMO

Receita	755$000	
Despesa.	697$700	
Saldo nesta data		57$300
Sendo:		
No Banco de Credito Real de S. Paulo . . .	14$300	
Em mão do abaixo assignado	43$000	57$300

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1900.

O thesoureiro,
CARLOS REIS.

SA P

REVISTA

DO

Instituto Historico e Geographi

DE

SÃO PAULO

VOLUME VI

1900 — 1901

SÃO PAULO
TYPOGRAPHIA DO «DIARIO OFFICIAL»
1902

REVISTA

DO

Instituto Historico e Geographico

DE

SÃO PAULO

VOLUME VI

1900 — 1901

SÃO PAULO
TYPOGRAPHIA DO «DIARIO OFFICIAL»
1902

SAP4719.7

HARVARD COLLEGE LIBRARY

DEC 15 1915
LATIN-AMERICAN
PROFESSORSHIP FUND.

INDICE

— A primeira concessão de estrada de ferro dada no Brazil.—Memoria lida na sessão magna do Instituto Historico de 1.° de Novembro de 1895 pelo Dr. Garcia Redondo. . . . . PAG. 1

— Documento para a historia da Viação Ferrea em São Paulo.—Inauguração do 1.° plano inclinado da Serra de Santos em 1864.—Inauguração da estrada de ferro do Norte em 1877 pelo Barão Homem de Mello. 12

— Nota sobre a questão de limites entre os estados de São Paulo e Paraná pelo Dr. Orville A. Derby . 17

— Guerra do Sul.—Repreducção de um periodo historico pelo Dr. João Moraes 27

— Revolução do Rio Grande—1835 a 1845—reproducção historica 1.ª parte pelo Dr. João Moraes . . . 40

— Revolução do Rio Grande—1835 a 1845—reproducção historica 2.ª parte pelo Dr. João Moraes . . . 62

— Festas tradicionaes.—Memoria lida no Instituto Historico Geographico de S. Paulo pelo socio João Vampré 84

— IV Centenario do descobrimento do Brazil.—Discurso proferido pelo Dr. Theodoro Sampaio. 98

— IV Centenario do descobrimento do Brazil,—Discurso proferido pelo Dr. M. Pereira Guimarães . . . 110

— Uma reivindicação improcedente pelo Dr. Alfredo de Toledo 123

— S. Paulo no Seculo XIX pelo Dr. Theodoro Sampaio. 159

— IV Centenario.—Discurso proferido pelo Sr. João Vampré no Club Gymnastico Portuguez por parte do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. . 211

— Dr. Cesario Motta.—Discurso pronunciado na sessão de 20 de Abril de 1900 na inauguração do retrato do Dr. Cesario Motta pelo socio Dr. Santos Rodrigues. 223

— Breve descripção do rio S. Francisco e itinerario de Guilherme Glimerio pelos sertões do Brazil. —Extrahida da Historiæ Rerum Naturalium Brazilia de Georgi Marcgravi.—Traduzido pelo Sr. João Vieira de Almeida 232

— Viagens a varias tribus de selvagens na capitania de Minas-Geraes; pelo naturalista Allemão G. W. Freireyss.—Traducção do Sr. Alberto Löfgren . . PAG. 236
— Divertimento admiravel.—Para os historiadures observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto-Grosso por Manoel Cardoso de Abreu 253
— Nota sobre Manoel Caetano de Abreu 291
— Doação das terras de Jarabatyba á Braz Cubas.—Publica forma offerecida ao Instituto Historico de S. Paulo pelo socio Dr. M. Pereira Guimarães . . 294
— Demarcação das terras de Braz Cubas em 1567.—Publica fórma offerecida ao Instituto Historico de S. Paulo pelo socio Dr. M. Pereira Guimarães. . . 299
— Navegação aérea.—A conquista dos ares de Bartholomeu do Gusmão a Santos Dumont—1709—1901 por Horacio de Carvalho 301
— Subsidios para a historia de Iguape.—Mineração de Ouro—pelo Sr. Ernesto Guilherme Young. . . 400
— Noticia historica sobre a minha invenção de dois balões com azas para a Navegação aérea pelo Dr. Domingos Jaguaribe 436
— A lavoura de Canna em S. Paulo no anno de 1800. Officio da Camara de Porto Feliz ao Principe Regente I 471
— Termo de erecção da Capella da freguezia de Nossa Senhora do O', anno de 1618 petição 473
— O monumento do alto da serra do Cubatão. . . . 478
— A Gruta do inferno—perto do forte de Coimbra em Matto Grosso por Alexandre Rodrigues Ferreira . 480
— Escriptura de venda de terras á D. Luiz Mascaranhas 483
— O tupi na Geographia Nacional — Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo pelo Theodoro Sampaio 488
— Lingua indigena—ao Sr. Cunha Mendes pelo Dr. Theodoro Sampaio 567
— Discursodo anniversario do Instituto Historico de S. Paulo, lido em Sessão Magna do mesmo Instituto de 1.° de Novembro de 1901, pelo Dr. Theodoro Sampaio . 572
— Actas das sessões do anno de 1901 592
— Relatorio dos trabalhos e occorrencias do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo no anno de 1901, apresentado pela Directoria 624
— Balanço da receita e despesa do Instituto Historico e Geographico de São Paulo relativo ao anno de 1901 628
— Parecer da Commissão de contas. 630

NECROLOGIA

PAG.

— Dr. Americo de Campos, pelo Dr. Miranda Azevedo . 667
— Dr. Augusto de Souza Queiroz, pelo Dr. Miranda Azevedo 679
— José Pedro Xavier da Veiga, pelo Dr. Miranda Azevedo 689
— Dr. José Ferreira de Souza Araujo, pelo Dr. Miranda Azevedo 693
— Dr. Elias Fausto P. Jordão pelo, Dr. Miranda Azevedo 701
— Conselheiro João de Souza Corrêa, pelo Dr. Miranda Azevedo 707
— Bernardo Saturnino da Veiga, pelo Dr. Miranda Azevedo 711
— Conde do Pinhal, pelo Dr. Miranda Azevedo . . . 717
— Dr. Brazilio dos Santos, pelo Dr. Miranda Azevedo . 723
— Dr. Joaquim Fernandes de Barros, pelo Dr. Miranda Azevedo 729
— Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, pelo Dr. Miranda Azevedo 737
— Desembargador Raymundo Furtado de A. Cavalcanti, pelo Dr. Miranda Azevedo 745
— Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, pelo Dr. Miranda Azevedo 749
— Conselheiro Gaspar da Silveira Martins, pelo Dr. Miranda Azevedo 757
— Dr. Francisco de Castro, pelo dr. M. Azevedo. . . 775
— Conselheiro Rodolpho E. de Souza Dantas, pelo Dr. M. Azevedo 785
— Conselheiro Paulino J. Soares de Souza, pelo Dr. M. Azevedo 794
— Mathias José dos Santos Carvalho, pelo Dr. M. Azevedo 821
— Dr. Antonio Achilles de Miranda Varjão, pelo Dr. M. Azevedo 827
— Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, pelo Dr. M. Azevedo. 835
— Dr. João Diogo Esteves da Silva, pelo Dr. M. Azevedo 841
— Dr. José Hygino Duarte Pereira, pelo Dr. M. Azevedo 845
— Elias Alvares Lobo, pelo Dr. M. Azevedo. . . . 859

ANNEXO

— Relação dos membros do Instituto, em 31 de Dezembro de 1901 869

ERRATA

A estampa intercalada entre as paginas 376 e 377 representa o *Dumont VI* e não *IV*.

A primeira concessão de estrada de ferro dada no Brasil

MEMORIA LIDA NA SESSÃO MAGNA DO INSTITUTO HISTORICO DE 1 DE NOVEMBRO DE 1895

Diz-se frequentemente como coisa certa que a primeira concessão de estrada de ferro dada no Brasil foi a da ferro-via de Petropolis, feita ao fallecido visconde de Mauá.

Não é exacto. A concessão da estrada de ferro de Petropolis, vulgo Mauá, foi dada ao visconde de Mauá, em 1850, pelo governo da provincia do Rio de Janeiro.

Comquanto não possa dar o numero e a data exacta da lei, que deu a concessão a Mauá, porque não possuo a legislação fluminense, todavia posso assegurar que a referida concessão é de 1850, porque o proprio concessionario o revela na *Exposição* que, em 1879, apresentou impressa aos credores de Mauá & Comp., na qual, com referencia ao assumpto, se encontram os seguintes trechos:

«No estado de descrença em que se encontravam os animos a respeito das vias-ferreas, *ainda em 1850*, foi ousadia em emprehender a construcção da sua primeira, embóra pequena estrada; procurar obter uma garantia de juros, geral ou provincial, era simplesmente inutil *nessa épocha*; vencer, porém, as resistencias era, a meu vêr, indispensavel, e *um panno de amostra* do melhoramento me pareceu o meio mais adequado.

«Depois de feitos os estudos de reconhecimento pelo engenheiro Guilherme Bragge, que executava por minha conta as obras da «Empreza do Gaz» e sendo o traçado da raiz da Serra a Mauá por mim escolhido attendendo aos inconvenientes da direcção á Villa da Estrella, que interesses locaes apontavam como

preferivel, teve logar o levantamento da planta pelo engenheiro Roberto Miligau, sob responsabilidade e direcção de Bragge. Em seguida, obtive da presidencia da provincia o privilegio exclusivo em uma zona lateral de 5 leguas ao longo da linha projectada, unica concessão possivel nessa épocha.»

Conta em seguida Mauá como levantou os capitaes precisos para realizar a empreza e conclue, dizendo:

«Em pouco mais de 20 mezes, depois que os trabalhos foram encetados, se abria ao transito publico, *em 30 de Abril de 1854*, a estrada de ferro de Petropolis, vencidas todas as difficuldades, que um primeiro trabalho desse genero acarretava.»

Do exposto, torna-se evidente que a concessão á Mauá é de 1850 e que o primeiro trecho da via ferrea de Petropolis ficou concluido em 1854.

Que a *primeira* linha ferrea *construida* no Brasil foi esse trecho da ferro-via de Petropolis, isso é incontestavel; mas, a *concessão* dada a Mauá para a construcção dessa estrada de ferro não foi a *primeira* que no Brasil se deu, porquanto 14 annos antes, em 1836, já a assembléa legislativa provincial de S. Paulo havia decretado a lei n. 51 de 18 de Março (antiga n. 24), dando privilegio exclusivo á Companhia de Aguiar, Viuva, Filhos & Comp., e a Platt e Reid para a construcção de uma estrada de ferro, ligando o porto de Santos á Capital da provincia e ás villas da Constituição, Ytú, Porto-Feliz e Mogy das Cruzes. (1)

E foi esta indiscutivelmente a primeira concessão ferro-viaria feita no Brasil, porquanto a lei n. 101 de 31 de Outubro de 1835 (que antecedeu á supra citada) decretada pela assembléa geral legislativa do Imperio e sanccionada pelo regente Diogo Antonio Feijó, auctorizando o governo a conceder a uma ou mais companhias (indeterminadamente) privilegio exclusivo por 40 annos para a construcção de uma linha ferrea, ligando a capital do Imperio ás provincias de Minas, Bahia e Rio Grande do Sul, não passou de uma simples auctorização ao poder executivo que a sanccionou mas lhe não deu execução.

Depois dessa lei geral, de 1835, veiu a provincial de S. Paulo de 18 de Março de 1836, designando os concessionarios, o que prova que a concessão havia sido por elles solicitada. Dois annos após, foi essa lei sanccionada pelo presidente da provincia e convertida em contracto pela lei n. 115 de 30 de Março de 1838. Não resta, pois, duvida alguma, que a S. Paulo cabe a

(1) Collecção de Leis promulgadas pela assembléa legislativa da Provincia de S. Paulo desde 1835 até 1868, pag. 73.

gloria de ter dado a primeira concessão de estrada de ferro no Brasil. A previdente e interessante lei, que converteu em contracto e sanccionou a resolução da assembléa legislativa provincial de 1836, é do teôr seguinte:

Lei n. 115 de 30 de Março de 1838

(Lei n. 24 de 1838)

O doutor Venancio José Lisbôa, presidente da provincia de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sanccionei a resolução seguinte:

Art. 1.° Fica auctorizado o presidente da provincia a conceder carta de privilegio exclusivo á companhia de Aguiar, Viuva, Filhos & Companhia e a Platt e Reid, para a factura de uma estrada de ferro, com as seguintes condições: A companhia fará estradas de ferro, ou outras de mais moderna e perfeita invenção, ou canaes, ou uma e outra coisa, apropriados ao transito de carros de vapor, ou sem vapor, puchados por animaes e barcos de vapor ou sem vapor, puchados porêm por barco de vapor, para o transporte dos generos e viajantes desde a villa de Santos até as de S. Carlos, Constituição, Ytú ou Porto-Feliz, ou para todas estas, como tambem desde a villa de Santos até a de Mogy das Cruzes, podendo juntar o rio Parahyba ao do Tieté no primeiro ponto mais perto desta villa em que a companhia julgar possivel, para a navegação de seus barcos, e afim de poder a companhia dar transportes entre esta villa, a cidade de S. Paulo e mais villas acima declaradas por canaes, rio, ou estradas: promptificando em primeiro logar a communicação entre a cidade de S. Paulo e a villa de Santos, começando as respectivas obras dentro do prazo de tres annos, e neste mesmo declarando ao governo da provincia qual a direcção total das obras da empresa: estes tres annos se contarão da data da lei da assembléa geral, que sanccionar as disposições desta, que dependerão da sua approvação, e a companhia continuará no andamento das obras até se concluirem, de sorte que, no prazo de sete annos da data da mencionada lei estará a estrada prompta, e o transito para o publico realizado, entre a cidade de S. Paulo e a villa de Santos, sem comtudo ficar a companhia privada de ir fazendo ao mesmo tempo as outras vias de communicações; ficando, porêm, ella obrigada a carregar para o publico de todos os outros pontos acima declarados, dentro do prazo de doze annos, contados tambem da data da referida lei. Poderá comtudo a companhia

abreviar taes prazos, mas nunca espaçal-os, e não estando começada a obra dentro dos ditos tres annos, ou não estando concluida a estrada, e realizado o transporte para o publico da villa de Santos para a cidade de S. Paulo dentro dos sete, e em todos os outros pontos designados dentro dos doze annos, ficarão em qualquer destes casos sem effeito as concessões auctorizadas pela presente lei; e não poderá neste caso a companhia exigir indemnização alguma pelas despesas que tiver feito.

A estrada que a companhia fizer entre a cidade de S. Paulo e o pico da Serra que desce para Santos será sempre para carros de vapor: do pico da Serra até abaixo da Serra, e vice-versa, os transportes serão feitos por meio de *machinas destinadas a fazel-os subir e descer;* e debaixo da serra até Santos por meio de carros de vapor, ou barcos de vapor, ou sem elle, puchados porém por barcos de vapor.

Nos mais pontos, porêm, poderá a companhia deixar de usar carros de vapor; e não lhe fica nelles prohibido fazer, em conformidade com que acima fica dito, em qualquer outro periodo do seu privilegio, mudança no seu systema de caminhos, mas somente para dar transporte entre a cidade de S. Paulo e villas expressamente marcadas neste artigo, sendo-lhe licito fazer estradas para vapor onde no principio fizer estradas de ferro para carros puchados por animaes; e mudar o transito que principiar por terra para rio ou canal, e destes para terra.

Art. 2.° A companhia franqueará o conhecimento de todas e quaesquer machinas de que se servir, processo de quaesquer trabalhos que verificar, e modelos de seus utensilios, e ferramentas ás pessoas que o governo da provincia ordenar, os quaes poderão assistir a todos os trabalhos para a factura da estrada, pelo tempo que o mesmo governo determinar.

Art. 3.° A companhia se obriga a conduzir á sua custa nos primeiros dez annos, depois da concessão do privilegio, ao menos tres mil colonos, trabalhadores morigerados.

Art. 4.° A companhia terá o privilegio exclusivo desta empreza pelo espaço de quarenta annos, contando do dia em que dér começo a transportes para o publico da cidade de S. Paulo por suas vias de communicações para qualquer das villas de S. Carlos, Constituição, Ytú e Porto Feliz.

Durante os ditos quarenta annos não terá o governo ingerencia alguma em materias da companhia; findo porêm este prazo, pertencerão ao mesmo governo todas as estradas, e outras vias de transportes da companhia, bem como as machinas estacionarias que lhes estiverem annexas destinadas para fazer subir e descer, ou puchar os transportes de um para outro ponto; os

carros de vapor e seus pertences; os carros e barcos sem vapor; devendo nessa épocha achar-se tudo isto em estado de continuar bem no mesmo transporte como dantes; pena de responder a companhia por seus bens.

Art. 5.° Findo tambem o sobredito prazo de quarenta annos terá tambem o governo a faculdade de comprar tudo ou parte dos demais pertences da companhia empregados no manejo dos transportes não incluidos no artigo precedente, e que o governo julgar conveniente; pagando este o importe á vista, ou em lettras sobre o thesouro provincial a 12, 24, 36 e 48 mezes com juros de 6 por cento ao anno. A avaliação de taes objectos será feita sem recurso por arbitro nomeados a aprazimento do governo e da companhia.

Art. 6.° Si a assembléa legislativa da provincia vir que não convem á provincia a acquisição da empreza naquella épocha, declarará isto á companhia dois annos antes da expiração do seu privilegio, e em tal caso se prolongará o mesmo por mais seis annos, sem nova convenção, e sómente com o onus que determina o artigo seguinte:

Art. 7.° Passados vinte annos contados do primeiro transporte para o publico será a companhia obrigada a pagar annualmente ao governo 10 por cento do rendimento liquido, que ella perceber desta empresa até verificar-se o primeiro transporte para o publico por vias de communicações, que tenha estabelecido para qualquer das villas de S. Carlos, Constituição Ytú e Porto Feliz, e dahi em deante, e por todo o tempo que durar o seu privilegio, será ella obrigada a pagar annualmente 20 por cento do dito rendimento liquido, o qual será empregado em beneficio das estradas adjacentes, e não se poderá dar outra applicação a este redito sempre que as mesmas estradas delle precisem.

Este pagamento terá logar pela mesma fórma e tempo em que se pagarem os dividendos aos accionistas da companhia. Tambem será a companhia obrigada a conduzir gratuitamente, e debaixo da sua responsabilidade, as malas do correio, e fundos do governo, quando este exigir, e egualmente cargas, mas que não excedam em tudo a dez arrobas, e duas pessoas por viagem para os pontos que estiverem nas linhas das suas operações, mas isto só uma vez por dia e quando a companhia transportar por estes pontos outras cargas, ou pessôas.

As cargas acima mencionadas só poderão ser de effeitos publicos, e as pessôas as que forem mandadas em serviço publico.

Art. 8.° Será permittido á companhia, por todo o tempo que durar o seu privilegio, tirar toda a pedra de ferro que precisar

para a execução de suas obras, onde ella fôr encontrada, levantando para isso as fabricas que quizer, mesmo em terrenos dos particulares, indemnizando-os pelas pedras de ferro que tirar de seus terrenos, e pelos mais prejuizos que soffrerem.

Art. 9.° Será licito á companhia entrar, salvo as formalidades das leis, em todos os terrenos, e aguas que se acharem nas linhas de suas operações, e aproveital-os para poder verificar os seus transportes, bem como poderá servir-se das madeiras, pedras, ou cal que se extrahir do terreno, que sendo de particulares por titulo ou posse, dará logar á competente indemnização.

Art. 10.° Os possuidores e cultivadores de todos os terrenos, cedidos por esta lei á companhia, ficam livres, uma vez que se prove serem colonos introduzidos pela companhia na provincia, do pagamento dos dizimos e mais impostos de producção pelo espaço de vinte annos, contados do dia em que a companhia principiar a transportar pelo caminho de S. Paulo para qualquer das villas de S. Carlos, Constituição, Ytú e Porto Feliz; findo, porém, este prazo ficarão sujeitos á todos os impostos como os mais lavradores da provincia.

Art. 11.° Além de poder a companhia occupar terrenos de particulares para construcção de estradas, pontes, canaes e diques; terá tambem egual direito para o estabelecimento de armazens de depositos, trapiches, e outros quaesquer edificios a bem de suas obras. O processo de indemnisação por motivo deste e outros artigos desta lei, regular-se-á pelas leis existentes.

Art. 12.° Si os caminhos, ou canaes da companhia impedirem caminhos ou canaes de serventia publica, ou particular, deverá ella substituil-os por outros caminhos ou canaes de egual perfeição, quando não quizer franquear os seus, os quaes, comtudo, será obrigada a franquear emquanto não fizer a substituição. Quando fôr necessario que uma estrada publica, ou canal publico, atravesse a da companhia, esta não poderá obstar, comtanto que o seu transito não fique impedido por tempo algum. Sendo, porêm, a obra, no ponto do cruzamento das estradas, ou canaes da companhia e do governo, feita pela maneira que indicar o principal engenheiro della, mas sempre no logar que o governo designar: sendo ella obrigada a executar a obra si o governo quizer, o qual a indemnizará logo depois de concluida a obra; e, não se effectuando tal pagamento, ella se indemnizará por meio do tributo estabelecido no art. 7.° desta lei, vencendo juros compostos na razão de 6 por cento ao anno da quantia que se lhe estiver devendo. Qualquer municipio ou particular terá tambem direito de cruzar as estradas e canaes da companhia com os seus caminhos e canaes e de exigir que ella exe-

cute a obra na forma acima: esta, porêm, poderá exigir, afim de segurar o seu embolso, que previamente se deposite nas mãos do seu thesoureiro o dinheiro que, pelo calculo do seu engenheiro, se houver de dispender, ou se affiance idoneamente o seu pagamento.

Art. 13.° Um anno antes de se achar concluida a estrada de S. Paulo a Santos, a companhia, sob pena de perder o seu privilegio, organizará e publicará pela imprensa a tabella dos preços das conducções e das passagens entre aquelles dois pontos; os quaes jamais poderá augmentar além do minimo que em qualquer tempo existir, mas sim diminuir: ficando ella obrigada a conduzir os generos e franquear passagem entre S. Paulo e qualquer das outras villas designadas no artigo primeiro pelo menor preço porque por egual distancia em qualquer tempo fizer entre S. Paulo e Santos, podendo, porêm, a companhia estabelecer as barreiras que julgar convenientes para as suas cobranças, e requisitar o auxilio da força armada, caso seja preciso, para fazer respeitar o seu privilegio, a qual será paga á sua custa. A indemnização terá logar si por lei, acto ou omissão do governo se não verificar a cobrança estipulada. Os preços de que tracta a tabella acima serão marcados em moéda brazileira de prata, na qual deverão ser pagos por quem exigir, o transporte ou passagem, sendo comtudo licito a estes pagarem-no em qualquer outra moéda brazileira, que pela lei corra nesta provincia, porêm, segundo o agio que houver entre esta e aquella: agio que será indicado em uma tabella que a companhia fica obrigada a apresentar no principio de cada mez, e que terá vigor todo elle, e será verificado por dois arbitros, um do governo e outro da companhia, que para isso tomarão o termo medio do agio das sobreditas moédas nos primeiros quinze dias do mez preterito.

Art. 14.° O governo franqueará á companhia copia dos mappas, informações e mais esclarecimentos que tiver e ella exigir a bem dos trabalhos da empresa; e tambem a companhia, exigido que seja pelo governo, prestará a copia dos mappas, e plantas que tiver levantado dos sertões, onde fizer quaesquer explorações em beneficio da mesma empresa.

Art. 15.° No caso em que, por motivo de guerra externa, ou commoções na provincia se interrompam os precisos trabalhos da companhia, não correrá contra esta o caso marcado no artigo primeiro por todo o tempo em que esses obstaculos perdurarem.

Art. 16.° O governo garante á companhia e a todos os colonos que ella importar para esta provincia, a sua liberdade civil e religiosa, e especial protecção não só a elles como ás suas familias.

Art. 17.° A companhia não poderá possuir escravos, nem empregar africanos livres, mas poderá alugar escravos.

Art. 18.° Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Mando portanto, á todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de S. Paulo, aos trinta de Março de mil oitocentos e trinta e oito. (L. S.)—*Venancio José Lisboa.—Francisco Gomes de Almeida*, a fez.

Publicada n'esta Secretaria do Governo, em 30 de Março de 1838.—*Joaquim Firmino Pereira Jorge.*

Registrada nesta Secretaria do Governo, no Livro 1.° de Leis a fls. 145 v. em 30 de Março de 1838.—*Joaquim José de Andrade e Aquino.*

Tal foi a lei que deu a primeira concessão de estradas de ferro no Brasil.

Convem notar que, nesta lei, já se previa que a futura via ferrea teria de subir e descer a Serra do Mar por meio de planos inclinados e de machinas fixas, tal qual como foi, dezoito annos depois, adoptado pela Companhia Ingleza; que já o legislador paulista se preoccupava com a colonisação da provincia, e tanto que, na clausula 3.ª, obrigava os concessionarios a transportar gratuitamente, durante os primeiros dez annos do trafego, ao menos 3.000 colonos trabalhadores morigerados; que a preoccupação de libertar-se do escravo já havia invadido os poderes publicos, ao ponto de se impor aos concessionarios a condição de não possuirem escravos, nem empregar africanos livres, podendo sómente alugar escravos.

E' ainda digno de nota que a lei estabelecia o direito de reversão para a provincia de todas as estradas construidas pelos concessionarios, findo o prazo do privilegio, e que a concessão abrangia um vastissimo plano de viação porque dava aos concessionarios privilegio, não só para a construcção de estradas de ferro por tracção a vapor, como tambem por tracção animal (o actual *tramway* ou *bond* que, então, ainda o norte-americano não havia inventado) e ainda para a navegação fluvial a vapor.

Decididamente, é força confessar que os legisladores paulistas de 1836 estavam muito adiantados para a sua época. E' verdadeiramente admiravel a sua previsão do futuro.

E quereis saber porque tão avançados se manifestavam? E' que agiam sob o influxo de um europeu intelligente, illustrado e progressista, o velho Frederico Fomm, que era socio gerente da casa commercial de Santos—Aguiar, Viuva, Filhos & Companhia—á qual foi dado o privilegio em questão. Allemão de nascimento, mas brasileiro e paulista de coração, Frederico Fomm, unira-se pelo casamento a uma senhora paulista, d. Barbara da Costa Aguiar, filha do tenente-coronel João Xavier da Costa Aguiar e de sua esposa d. Anna Paes de Barros Aguiar, que era socia solidaria da casa commercial concessionaria. Fôra elle que, na qualidade de socio gerente da casa, concebera o gigantesco projecto e fornecera á assembléa legislativa paulista o plano e bases para a concessão solicitada, depois de mandar fazer, á custa da sua casa commercial, pelo engenheiro inglez Mornay, os estudos da ferro-via de Santos a S. Paulo.

E' isto o que affirma, com conhecimento perfeito do assumpto, o dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo na excellente biographia de Frederico Fomm, que publicou em 1879.

Desastres commerciaes impediram o velho Fomm de realisar essa empreza, mas o seu plano e os estudos, que mandara fazer, ficaram e serviram de base para o traçado da actual via ferrea de Santos a Jundiahy. Esses estudos, segundo o que affirma ainda o dr. Miranda Azevedo na citada biographia e eu confirmo pela tradição da familia, quando Frederico Fomm falleceu, foram por sua viuva confiados ao marquez de Monte Alegre; este os cedeu ao seu protegido e associado barão de Maúa, que delles se utilisou em 1855 para os novos estudos, que mandou fazer e que um anno depois vendeu á actual Companhia Ingleza por 40.000 libras esterlinas, ou cerca de mil contos da nossa moéda, ao cambio actual!...

Não se póde pôr em duvida que o projecto de Frederico Fomm e do engenheiro Mornay, de galgar a Serra do Mar por meio de planos inclinados e de machinas fixas, solicitando os wagons a cabo, era admiravelmente concebido, porque foi esse exactamente o adoptado pelos engenheiros de Mauá e posteriormente pelos da *S. Paulo Railway*, que o realisou, cerca de vinte annos depois de concebido e traçado por Frederico Fomm e Mornay.

O plano de Frederico Fomm era vasto. Conhecedor da fertilidade do solo paulista, prevendo o desenvolvimento da agricultura embryonaria de S. Paulo, que mais tarde havia de ser o Estado mais prospero da Republica, o intelligente allemão não só tinha em mente ligar o porto de Santos ao interior da provincia, para dar facil escoamento aos seus productos e estabelecer a permuta com os generos de importação, como tambem fomentar o

povoamento e a circulação no interior pela navegação dos rios e pela abertura de novas vias de communicação. Além disso, esse plano grandioso abrangia ainda a idéa de estabelecer a navegação directa entre a Europa e o porto de Santos para que a permuta de generos europeus e paulistas começasse a fazer-se logo após a conclusão da linha ferrea de Santos a Ytú e Porto Feliz (1).

No intuito de levantar os capitaes precisos para a realisação do seu projecto, Frederico Fomm, logo depois que obteve a concessão, foi á Europa, onde nada conseguiu, porque o desastre da sua casa commercial o obrigou a voltar a Santos, onde pouco depois falleceu.

Se não logrou realisar o seu intento, todavia a esse espirito emprehendedor devemos a iniciativa e o primeiro impulso em relação á viação ferrea de S. Paulo, assim como a introducção da primeira machina a vapor no territorio paulista, machina que funccionou em uma grande fabrica de assucar refinado, que elle estabelecera em Santos, num logar que denominou Villa Nova, nome que ainda hoje conserva.

Dessa machina a vapor, a primeira introduzida em S. Paulo e no Brazil, existia ainda ha poucos annos, um cylindro, que os benemeritos irmãos Bierrembach de Campinas fizeram arrancar dos mangues de Santos e que enviaram ao extincto museu Sertorio (2).

Nesse museu, no tempo em que esteve installado num predio da rua Marechal Deodoro, vi eu esse cylindro e é provavel que esteja hoje no museu do Ypiranga, onde deve ser conservado como reliquia historica.

Perguntar-me-ão talvez, porque motivo a concessão á casa Aguiar, Viuva, Filhos & Comp. foi dada para uma linha ferrea ligando o porto de Santos á capital e ás villas de S. Carlos (3), Constituição, Ytú e Porto Feliz e não ligando Santos a Rio Claro, como posteriormente se concedeu aos marquezes de Monte Alegre e S. Vicente e ao barão de Mauá?

A razão é simples. E' que em 1836 e em 1838 não existia ainda a lavoura cafeeira; a agricultura paulista resumia-se quasi que no cultivo da canna de assucar importada por Martim Affonso.

Era principalmente em Ytú e Porto Feliz que essa cultura se fazia em maior escala e sendo assim, o objectivo do concessio-

---

(1) Dr. Miranda Azevedo—*Frederico Fomm.* Apontamentos biographicos, 1879.
(2) Dr. Miranda Azevedo—Obra citada.
(3) A lei n. 51, de 18 de Março de 1836, que deu a concessão, só se referia ás villas da Constituição, Ytú e Porto Feliz. A villa de S. Carlos (hoje Campinas) foi posteriormente incluida no contracto de 1838.

nario e do legislador paulista era ligar o nosso principal porto de mar ás zonas em que a actividade industrial e agricola era mais desenvolvida.

Frederico Fomm não logrou realisar o seu grandioso plano, mas a bôa semente ficou por elle lançada no territorio paulista e mais tarde, em 1856, germinou e desenvolveu-se na vasta rêde de viação ferrea e de navegação fluvial, que hoje possuimos.

Por iniciativa deste europeu intelligente, adiantado e amigo do Brasil, cabe, pois, a S. Paulo a dupla gloria de haver importado a primeira machina a vapor que funccionou no Brasil e a de ter cogitado, antes que qualquer outra provincia do Imperio, de estabelecer linhas ferreas e de navegação fluvial a vapor dando a primeira concessão ferro-viaria com a clausula humanitaria de não poderem os concessionarios possuir escravos.

Isto faz honra ao espirito de iniciativa e de progresso do povo paulista e merece bem ficar consignado nos annaes do Estado como subsidio á historia da sua viação ferrea e dos seus grandes emprehendimentos.

S. Paulo, 31 de Outubro de 1895.

GARCIA REDONDO.

Documentos para a historia da Viação Ferrea em S. Paulo

Inauguração do 1.° Plano Inclinado da Serra de Santos em 1864

Inauguração da Estrada de Ferro do Norte em 1877

São Paulo Railway Company (Limited.)—São Paulo, 27 de Junho de 1899.—Illmo Exmo Snr. Barão Homem de Mello.

Passando amanhã o 35.° anniversario da inauguração do 1.° Plano Inclinado da Serra, desta Estrada de Ferro, feita por V. Exc. em 1864, quando presidia com rara capacidade e proficiencia, os destinos desta então Provincia, julguei do meu dever apresentar a V. Exc., por este meio, os meus cumprimentos, e congratular-me por tão memoravel data.

E o prazer desta manifestação sobe ainda de ponto por poder annunciar a V. Exc. que as obras de duplicação desta linha ferrea acham-se quasi concluidas, desde Santos a Jundiahy, tendo, ha poucos dias, o Exmo Dr. Prudente de Moraes visitado todas ellas, e percorrido o 1.° Plano Inclinado da Nova Serra, o qual, coincidentemente, está prompto, embora não inaugurado.

Tudo isto vem attestar a pujança e o desenvolvimento deste seu Estado natal, o qual hoje ainda se lembra com orgulho dos beneficios da passagem de V. Exc. pela presidencia naquella epocha.

Rogando a V. Exc. se digne desculpar esta minha evocação a uma data dentre as muitas que V. Exc. deixou assignaladas, tenho a honra de ser

Com subido respeito e consideração

De V. Exc.
Amigo Ven.^r^ e Obr.°
W. Speers
Superintendente

(Cópia).—Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1899.—Illmo Sr. William Speers.—Recebi a honrosa carta que V. S me dirigiu em 27 deste mez, trazendo-me suas congratulações pelo 35.° anniversario da inauguração do primeiro plano inclinado da Serra da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, por mim feita no dia 28 de Junho de 1864 como Presidente de minha Provincia natal, hoje Estado de S. Paulo.

Sou muito grato a esta recordação, tanto mais quanto refere-se ella a um facto que é ao mesmo tempo uma data auspiciosa da empreza que V. S. dignamente dirige, e uma pagina de nossa historia administrativa.

Quando em 1864 me coube a honra de ir presidir aos destinos de minha Provincia, fui desde logo visitar os trabalhos dessa linha ferrea desde Santos até á raiz da Serra, ainda antes de tomar posse da administração. Pude assim por mim mesmo apreciar o vigor com que estavam sendo acommettidas as obras da Serra, destinadas a vencer em uma extensão relativamente curta uma differença de nivel de 800 metros.

Por força de representações que lhe foram dirigidas, o illustrado Ministro da Agricultura, Conselheiro Domiciano Leite Ribeiro, mandou em Abril desse anno examinar as obras da linha pelo Capitão de Engenheiros Dr. João Ernesto Viriato de Medeiros, já então um nome feito na engenharia brazileira e membro do Instituto de Engenheiros Civis de Londres. Do Relatorio apresentado por este funccionario de tão alta competencia, dei logo conhecimento ao Sr. J. J. Aubertin, Superintendente da Companhia. Nesse Relatorio, ao lado de algumas indicações technicas que foram todas promptamente satisfeitas, o Engenheiro qualificou de *optimas* as obras principaes, mostrando sua confiança no exito destas. Foi um triumpho para a Companhia em vista dos receios e prevenções contra um systema que ainda não estava experimentado em uma tão vasta escala.

Com este Relatorio e com os esclarecimentos que me haviam sido prestados pelo Superintendente Aubertin e pelo Engenheiro da Companhia, Daniel M. Fox, fui no dia 27 de Junho, acompanhado pelo engenheiro fiscal, Ernesto Diniz Street, examinar as obras da linha em toda a extensão, desde o Braz até Santos.

Do minucioso exame feito, sobretudo nas obras do primeiro plano, resultou que podia ser este desde logo inaugurado.

Tomada esta deliberação fui no dia seguinte, 28 de Junho, inaugurar essa primeira e mais importante secção da Serra.

Haviam sido cuidadosamente ajustadas todas as peças da immensa móle, e sobretudo firmado com precisão mathematica o

angulo de inclinação dos rodisios, e regulada uniformemente a perfeita adherencia dos cabos, que sobre os mesmos deviam girar.

O temeroso monstro de aço que ouvira na vespera escondido em uma larga cavidade, como em um antro de Plutão, distendêra uma de suas poderosas antennas para receber o comboio que nos devia conduzir. Como por um encantamento, começou a ascenção, transpondo nós as anfractuosidades da Serra, deliciados nossos ouvidos com a sonoridade cadenciada dos rodisios, que tão importante funcção desempenham neste serviço.

A' 1 hora da tarde estavamos no alto do primeiro plano.

Estava tirada a prova, vencida a incredulidade de uns e de uma vez dissipado os receios e prevenções de outros. E no mesmo dia dei conta ao Ministro da Agricultura do grande resultado alli obtido.

Tambem esta data nunca foi esquecida nas tradições da Companhia; e lembro-me com desvanecimento de que, ao inaugurar eu a Estação de minha cidade natal, Pindamonhangaba, no dia 18 de Janeiro de 1877, o Sr. J. J. Aubertin, que honrára este acto com a sua presença, dirigindo-me as suas congratulações, alli rememorou aquella data, que era como o inicio dos grandes melhoramentos, que operaram a transformação economica de S. Paulo.

Todas essas reminiscencias acodem-me agora de tropel, avivadas pelos honrosos termos de sua carta. Eu as deponho aqui como o mais significativo testemunho de meu reconhecimento e apreço pelo seu recebimento.

Congratulo-me com V. S. pelo grande melhoramento realizado nessa Estrada, da duplicação da linha em toda a sua extensão, facto este que encerra a mais brilhante demonstração da superioridade da iniciativa particular sobre a administração do Estado em materia industrial.

Em um de meus Relatorios como Presidente da E. de F. do Norte, escrevia eu em 16 de Março de 1874: A Provincia de S. Paulo é a que com mais vigor e afoutesa de animo emprehendeu e está realizando no Brazil o fecundo principio da iniciativa individual em seus melhoramentos.

As nossas principaes auctoridades nesta materia Srs. Conselheiros Christiano Ottoni e Manoel da Cunha Galvão, resumiram na seguinte these todo o resultado de sua longa e esclarecida experiencia na pratica de trabalhos de estradas de ferro no Brazil:

«O governo não póde nem deve ser emprezario da construcção, nem exploração das grandes emprezas industriaes.»

As estradas de ferro devem ser construidas e exploradas

pela industria particular, e a nossa experiencia é toda nesse sentido.»

«Os poderes politicos são inhabeis para gerir qualquer industria, e particularmente a de um caminho de ferro: só o interesse privado póde efficazmente occupar-se com as mil minucias de que consta uma tal administração.»

E nesta severa advertencia não estão notados outros elementos perturbadores ainda mais funestos, como sejam as collisões oriundas da intrusão politica, e peior do que isso, um obstaculo invencivel que desarma a sciencia e inutiliza, como tem inutilizado os mais dedicados esforços dos nossos mais habeis engenheiros: *os córtes do orçamento.*

A' estas considerações veiu imprimir plena sancção e maximo interesse de actualidade o nobre exemplo da S. Paulo Railway, duplicando sua linha em toda a sua extensão, aliàs muito superior á que vai daqui á Barra do Pirahy. A lição nos deve aproveitar.

Não só em moral como ainda na ordem economica são os bons principios que nos dão sempre os melhores resultados.

E eu o felicito de os haver assim obtido em bem dos grandes interesses que em bôa hora foram confiados á sua competencia e experimentada direcção.

Agradecendo-lhe ainda uma vez haver assim com as suas congratulações collocado diante de mim aquella gratissima pagina da historia do meu Estado natal, aqui fico ás suas ordens, honrando-me em ser com o maior apreço,

De V. S.

Am.° M.to Obr.°

(Assignado) Homem de Mello.

A Illustrada Redacção da *A Noticia.*

Sou muito grato á honrosa referencia que na *A Noticia* de hontem fazeis ao meu nome, recordando o facto da inauguração no dia 7 de Julho de 1877 da linha ferrea S. Paulo e Rio.

A commemoração assim feita desta data é um novo testemunho do esclarecido interesse, que este importante orgam de nossa imprensa diaria liga a tudo que representa os grandes progressos de nossa patria.

«Duas barras de aço, diz Victor Hugo, lançadas sobre o sólo não depositam nelle os germens da fertilidade: mas eis que sob o peso da locomotiva este estremece, e como por encanto a

terra se abre em thesouros, que só aguardavam ahi o raio da intelligencia humana para se revelarem.»

A verdade encerrada nestas palavras do grande poeta do seculo, mostra-se em nossa patria em um exemplo que é de nossos dias. Quando em 1864 presidia a Provincia de S. Paulo, a renda provincial era alli apenas de sete centos contos, e a renda geral de mil e oito centos contos de réis. O alvião e a picareta feriam já os flancos da Serra; mas não havia ainda um metro de linha ferrea em trafego.

Hoje a renda estadoal de S. Paulo excede de cincoenta mil contos, e a renda da União ascende a trinta e cinco mil contos.

Taes foram os resultados da transformação economica operada em S. Paulo, principalmente pela rede de estradas de ferro que alli se internou pelos grandes centros productores.

E a Estrada de Ferro S. Paulo e Rio foi como o complemento obrigado de todas aquellas linhas, ligando-as, como uma poderosa arteria, á grande rede de estradas de ferro Mineira e Fluminense. Ainda outro serviço e dos mais importantes veio ella prestar nesta ordem de interesses. Em 1880 transferi como ministro do Imperio para a Capital de S. Paulo a internação de immigrantes, que, como medida hygienica até então se fazia na Barra do Pirahy. Esta medida, tão modesta em si, veio logo a transformar-se em um dos maiores factores do incremento economico de S. Paulo. A immigração que até então se fazia apenas por alguns milhares, passou logo a ser por dezenas e dezenas de milhares; e, sem a Estrada de Ferro S. Paulo e Rio, não pudera ter sido executada a medida inicial, que produzio tão extensos resultados.

Eis quanto além do mais se encerra na data historica que com justo titulo apparece rememorada em a vossa interessante secção—A Data.

Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1899.

(Assignado)—Homem de Mello.

Notas sobre a questão de limites entre os Estados de S. Paulo e Paraná

A lei n. 704, de 29 de Agosto de 1853 (Candido Mendes diz «9 de Setembro»), que elevou á categoria de provincia, com o nome de Paraná, a comarca de Curitiba, da antiga provincia de S. Paulo, declara: «A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca».—Esta comarca, pela lei provincial n. 11, de 17 de Julho de 1852, comprehendia os municipios de Curitiba, Paranaguá, Principe, Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro, sem especificação dos respectivos limites.

Dos municipios acima enumerados, Paranaguá, Curitiba e Castro, da nova provincia, limitavam com os de Cananéa, Xiririca (pela freguezia de Iporanga, elevada a municipio pela lei provincial, de 3 de Abril de 1873), Apiahy e Faxina, que continuavam a pertencer á provincia de S. Paulo. A divisa legal, não especificada, das duas provincias, ficou portanto constituida pelo conjuncto das divisas, legaes ou convencionaes, dos mencionados municipios limitrophes no anno de 1853.

Sobre estas divisas nessa epoca a informação accessivel limita-se quasi exclusivamente ao «Resumo das Informações sobre Matrizes», publicado como annexo ao discurso do presidente, dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, na abertura da Assembléa Provincial, a 1 de Maio de 1852. Essas informações referem-se ás freguezias, que, pela maior parte, se podem presumir coextensivas com os respectivos municipios, e foram fornecidas, conforme se lê no discurso do presidente, pelos respectivos parochos, em resposta a um questionario. Não dão a origem das divisas descriptas, que se deve presumir serem, pela maior parte, senão totalmente ecclesiasticas ou convencionaes. Falta, portanto, a essas informações o cunho de authenticidade, não sómente por não constar a sua origem legal (sendo provavel que na maioria dos casos esta não exista, pelo menos no civil), como por serem

affirmações *ex-parte* dos parochos, que, muitas vezes, não concordam entre si. Nos casos, porém, em que as descripções provenientes dos dois lados combinam nos seus termos, a divisa póde ser considerada como assentada e incontesta naquella epoca, senão absolutamente authentica.

Neste ultimo caso estão, primeiro, a divisa entre as freguezias de Itapeva da Faxina (comprehendida pelos rios Itararé e Paranapanema) e Castro («ao norte com Itapeva pelo Itararé»), e segundo, o começo da divisa, entre as freguezias de Cananéa —ao Sul (no Varadouro) e Paranaguá («ao norte com Cananéa pelo isthmo do Varadouro»).

Das outras freguezias limitrophes (Iporanga, Apiahy e Botucatú, do lado de S. Paulo, e Curitiba e Tibagy, do lado do Paraná) não houve resposta ao questionario de 1852. E' licito, porêm, presumir que então, como hoje, o rio Paranapanema formava limite incontestado entre as freguezias de Botucatú e Tybagy.

Neste caso, a divisa entre os dois Estados, na parte que pertence á bacia do Paraná, constituida pelos rios Paranapanema e Itararé, tem sido incontestada desde a creação do Estado do Paraná, e, apparentemente, tem sido perfeitamente satisfactoria a ambas as partes. Topographicamente falando, é uma divisa ideal, á qual só falta dar-se-lhe caracter legal pela legislação conveniente.

Tambem na secção da divisa que corresponde á encosta da Serra do Mar, que verte para as bahias de Paranaguá e Cananéa, estando as duas partes de accôrdo sobre o começo da divisa do isthmo do Varadouro e não tendo apparecido contestações sobre o resto da linha até o alto da serra, parece que não deve haver difficuldade em concordar sobre uma divisa perfeitamente natural e satisfactoria aos governos e povos dos dois Estados, pelo espigão divisorio das aguas das duas bahias.

A respeito da secção intermediaria a que corresponde á bacia da Ribeira, isto é, entre o alto da Serra do Mar e as cabeceiras do Itararé, tem havido sérias contestações, e as informações a ella relativas são extremamente vagas e contradictorias.

Na época da separação das duas provincias, a parte superior da bacia da Ribeira era uma terra quasi incognita, e, apparentemente, os municipios de Apiahy e Curitiba foram constituidos, com uma extensão indefinida, pelo sertão.

O mappa do brigadeiro Müller, organisado em 1838, representa nesta região uma estrada de Apiahy ao Porto de Apiahy, na margem da Ribeira, e uma outra de Curitiba a Castro, com um ramal para Bituvarava (Votuverava), parecendo que nessa

época não havia communicação directa entre Curitiba e as povoações da Ribeira.

Da freguezia de Cananéa dizia-se em 1852: «de fundo, grande extensão que se ignora»; e o presidente do Paraná diz no seu relatorio de 1856: «Não está definitivamente traçada a linha que liga o ponto do Varadouro com o Itararé, e a este respeito existe até a mais completa falta de conhecimentos. Não havendo satisfactorias noticias topographicas de todo o territorio intermediario, attento o seu estado de incultura, nenhum parecer se póde dar sobre a linha divisoria mais conveniente.»

A lei provincial n. 5, de 22 de Março de 1851, fixando as divisas entre os municipios de Curitiba e Castro, refere-se incidentemente á divisa com Apiahy, nestes termos: «desce por este mesmo rio (o Assunguy) até a divisa com o Apiahy, onde o rio toma o nome de Ribeira». Se nessa época, como é provavel, o uso do nome «Ribeira» era o mesmo que vem representado nos mappas mais modernos, Apiahy podia, com fundamento legal, pretender extender o seu limite com Castro até a confluencia do Assunguy com o Ribeirinha.

Não obstante (por um accôrdo tacito?), a divisa nominal tem sido por muitos annos alguns kilometros mais abaixo, pelo rio Itapirapuam, e, sendo esta uma divisa natural já consagrada pela posse de muitos annos e (a julgar pela ausencia de contestações) satisfactoria aos dois municipios interessados, seria talvez conveniente adoptal-a e legalizal-a.

A respeito do resto da divisa, no trecho entre a Ribeira, na barra do Itapirapuam, e o alto da Serra do Mar, nenhum dos dois municipios interessados, Apiahy e Curitiba, têm apresentado, nos documentos á mão, fundamento legal incontestavel para as suas pretenções, e não estão de accôrdo sobre os limites das suas respectivas posses. A historia do desenvolvimento da região em litigio parece ser, em resumo, a seguinte :

Por cerca de 1854, o governo geral tractou de demarcar territorios para colonisação nas terras devolutas de diversas regiões, dos quaes cinco eram na bacia da Ribeira. Entre estas operações, a mais importante e a unica que interessa á presente questão, é a demarcação do territorio que tomou o nome de «Assunguy», abrangendo ambas as margens da Ribeira, da barra do Assunguy para baixo. Este territorio vem representado no mappa da provincia de Santa Catharina com as partes adjacentes, organisado por W. Schultz em 1859 a 1860, e publicado em Dresde em 1863, em cuja confecção foi evidentemente aproveitado o trabalho das commissões demarcadoras. Este mappa representa uma estrada de Curitiba á séde da colonia, situada na margem

direita do Ribeirão de Ponte Grossa, e uma outra de Curitiba, pelos valles de Capivary (Pardo) e S. Sebastião, ao porto de Apiahy, passando por Arraial Queimado e Bom Successo. Estas duas estradas eram ligadas por uma outra proximamente parallela á Ribeira e entroncando na primeira em Votuverava. Provavelmente esta ultima estrada é que motivou uma discussão em 1859, em que o presidente do Paraná protestou contra os concertos que estavam sendo feitos pelas auctoridades do Apiahy no trecho entre o porto e a Varginha (de S. Sebastião?)

No mappa da provincia do Paraná, organizado na Inspectoria Geral das Terras e Colonização por Carlos Reviére, e publicado em 1876, a colonia figura com oito territorios quadrados extendendo-se pela Ribeira, desde a barra do Assunguy até a do Itapirapuam. Por este mappa que nesta parte deve ser approximadamente correcto, a colonia tomava quasi toda a margem esquerda da Ribeira até a barra do Itapirapuam, o mesmo uma pequena area á direita deste rio. Pelo lado direito da Ribeira, abrangia quasi todo o valle do Ribeirão Bom Successo (Ponta Grossa) e do seu affluente Ponta Grossa (Pedra Preta) (1), a parte media do valle do Ribeirão do Bom Successo, a parte media do valle do Ribeirão Matto Preto, e alcançava uma parte das vertentes á esquerda da parte superior do valle do Ribeirão da Rocha, sem comtudo chegar até este ribeirão. Assim, grande parte da colonia achava-se em territorio que, nos termos da lei já citada, de 22 de Março de 1851, podia ter sido contestado pelo municipio de Apiahy e provincia de S. Paulo. A colonia, porêm, sendo administrada por Curitiba parece ter sido sempre considerada, pelo povo do Paraná e pelo governo geral, como pertencente á provincia do Paraná, e ultimamente foi elevada a municipio daquelle Estado com a denominação de Serro Azul. Pelo lado esquerdo da Ribeira parece ter havido uma especie de accôrdo tacito em considerar o Itapirapuam como limite, mas, do lado direito, a camara de Apiahy tem sempre mantido o seu protesto contra a divisa convenccional assim estabelecida.

No emtanto houve, em 1856, consulta ás camaras paulistas interessadas a respeito de um projecto apresentado no Senado, em substituição de um projecto da Camara dos Deputados, estabelecendo a divisa das duas provincias nos seguintes termos: «Com a de S. Paulo pelo mencionado rio Paranapanema, pelo Itararé até o monte Itapirapoã, deste pelo ribeirão Chapéo, que nelle nasce, até a sua confluencia com o rio da Ribeira, por es-

(1) Sobre a confusão na nomenclatura destes ribeirões, veja-se mais adeante

te até a foz do rio Pardo, da qual se tirará uma recta até o isthmo do Varadouro, que separa o municipio de Cananéa do de Paranaguá.»

A Camara de Faxina acceitou este projecto na parte que lhe interessava (pelo Itararé); a de Apiahy opinou que «a linha divisoria, que vem do Itararé, deve procurar o logar denominado—o Canha, e dahi á Pedra Preta, e desta ao Varadouro de Paranaguá»; a de Cananéa impugnou a divisa em linha recta da foz do rio Pardo, propondo «o rumo de Este, partindo do centro do isthmo do Varadouro, quando menos até o cimo da serra chamada Cadeado, e dahi o rumo que a agulha indicar.» Estando o logar «Canha» quasi em frente da barra do Itapirapuam, a camara de Apiahy não discordou em substancia da proposta divisa por este rio, impugnando, porêm a divisa pela Ribeira. A impugnação da Camara de Cananéa tinha por fim salvar as cabeceiras dos rios que desaguam na sua Bahia, as quaes, conforme os mappas da época, seriam cortadas pela proposta recta; o essencial era a acceitação, pelo lado do Atlantico, da divisa pelo divisor das aguas das duas bahias.

Na occasião do já referido conflicto das estradas em 1859, o presidente do Paraná remetteu ao de S. Paulo dois documentos em que se baseou para reclamar para Paraná o districto das Varginhas (do São Sebastião). O primeiro é a descripção da comarca de Paranaguá e Curitiba, mandado registrar, em 1828, pelo Ouvidor da comarca, e o segundo é uma informação dada pelo engenheiro Mauricio Schwartz, que tinha sido ajudante dos engenheiros Rebouças na exploração do sertão de Guarapuava. A descripção de 1828 inclue na comarca os municipios de Cananéa e Iguape, e por consequencia nada tem de definitivo sobre a questão presente, salvo as palavras vagas «ao norte, a villa de Apiahy, da mesma comarca (Ytú), pelo rio Assunguy, ou Ribeira». A informação do engenheiro Schwartz descreve a divisa da antiga comarca de Curitiba conforme vem representada «em varios mappas que tive occasião de ver, e principalmente nos que o exmo. Barão de Antonina mandou levantar pelo piloto H. Elliot, e que são os mais exactos». A divisa descripta é «o rio Itararé até as cabeceiras, de lá o rio Chapéo até a sua embocadura no rio da Ribeira. No districto de Curitiba, o rio da Ribeira, da barra do rio Chapéo até a barra do rio Pardo, o rio Pardo até a barra do rio Turvo, que corre de E. a O. e cujas cabeceiras se acham na serra geral mais ou menos na latitude de Cananéa, donde as divisas são as do districto desta freguezia com as de Guarakepava». A affirmação que «os habitantes aquem do rio Pardo até o rio da Ribeira obedeceram

sempre ás auctoridades civis, ecclesiasticas e militares de Curitiba», não se acha de accôrdo com o protesto dos paulistas a que esta informação responde.

Em 1870, a povoação do Arraial Queimado foi elevada a freguezia pela lei provincial n. 250, de 22 de Abril, que lhe definiu os limites pelo lado da Capital, Curitiba e Votuverava, ficando indeterminado o limite pelo lado do territorio contestado com a provincia de S. Paulo. Os limites, vindo do centro «até o ribeirão da Ponta Grossa, descem por este até a barra do ribeirão da Pedra Preta, e por este ultimo sobem até a Ribeira. O modo de alcançar a Ribeira, subindo pelo ribeirão da Pedra Preta, é um curioso problema geographico que a lei não resolveu, deixando-o para as auctoridades da nova freguezia.

Como estas o resolveram fazendo um grande enxerto na referida lei, vê-se pela carta escripta a 21 de Abril do mesmo anno por um official da guarda nacional a um morador do quarteirão de S. Sebastião, communicando a elevação do arraial a freguezia, «tomando-se por limites o rio Capivary e o da Ribeira Grande, da barra do rio Matto Preto até o rio Pardo». A tentativa de tomar posse deste territorio levantou um conflicto, e no protesto da camara de Apiahy veem mencionados os quarteirões de São Sebastião, Ribeirão Grande e Matto Preto, no districto contestado. Na mesma occasião appareceu uma descripção dos antigos limites de Apiahy, que se diz extrahida na secretaria do governo em S. Paulo, onde, porêm, o original não foi ainda encontrado. (Pode ser no registro de 1778).

Por este ultimo documento, estas divisas, na parte em questão «partem das cabeceiras do rio Itararé, vão as cabeceiras do ribeirão de Itapirapuam, seguem por este abaixo, até fazer barra na Ribeira, e, seguindo pela Ribeira acima até a barra do ribeirão Ponta Grossa, sobem até a barra do ribeirão da Pedra Preta, e por este acima até as suas cabeceiras, dahi ao alto do morro da Estrella, e deste, a rumo direito, ao campo do Sumidouro, e dahi aos Tres Pontões da serra defronte do Varadouro de Cananéa, e destes, a rumo direito, até o dito Varadouro». Dessa data em deante, essa descripção, que divide pelos ribeirões Ponta Grossa e Pedra Preta, a colonia do Assunguy, tem sido a base das pretenções da camara de Apiahy.

O conflicto levantado pelo desejo das auctoridades da nova freguezia paranaense, de levarem as suas divisas até as margens da Ribeira e Rio Pardo, foi terminado, provisoriamente, por uma portaria do presidente do Paranà, dirigida ao chefe de policia da mesma provincia, em 29 de Agosto de 1873, e communicada,

na occasião de um novo conflicto, aó presidente de S. Paulo, em officio do presidente do Paraná, de 15 de Julho de 1881.

Nesse documento ficou determinado que «emquanto não fôr definitivamente resolvida esta questão pelo poder competente, se observem as divisas que do livro do Tombo desta parochia, donde foi desannexada (??) do Arraial Queimado, consta ser desde a sua creação, com a villa de Apiahy, o Ribeirão da Pedra Preta.

A 19 de Dezembro de 1875, a camara de Apiahy representou contra uma demarcação de limites que, conforme se disse, estava sendo executada por uma commissão do governo geral, em virtude de uma circular do ministro da Agricultura. A respeito desta commissão, nada se encontra de definitivo na correspondencia official com o governo geral, archivada em S. Paulo, nem nos relatorios dos diversos ministros da época. O que se póde deduzir, pela combinação de diversas informações particulares e officiaes, é que o commissario era o engenheiro francez Aché, lente de uma das escolas, naval ou militar, do Rio de Janeiro, e que, commissionado por alguem (talvez pelo inspector geral de terras e colonização), procedeu á determinação das coordenadas astronomicas de alguns pontos na região da Ribeira, provavelmente como elementos de estudo para a fixação de um limite difinitivo. O unico resultado pratico, que se conhece, deste trabalho, é a tabella de coordenadas de 13 pontos, (dos quaes 7 na Ribeira, entre a barra do Itapirapuam e o Rio Pardo) que vem annexa ao mappa de Rivière, e que foram aproveitadas na confecção do dito mappa.

Em 1876 foi publicado pela Inspectoria de Terras e Colonização o mappa da provincia do Paraná, organizado pelo engenheiro Carlos Riviére, que, sendo baseado sobre as operações geodesicas daquella repartição e sobre as determinações astronomicas de Aché, é, indubitavelmente, um dos mais valiosos, para a geographia da bacia da Ribeira nos seus traços geraes. Neste mappa o limite é figurado pelo Itapirapuam, Ribeira e Rio Pardo, até um affluente que, com o mesmo nome de Rio Pardo, vem do territorio da Serra Negra. Da cabeceira deste affluente a divisa acompanha o alto da serra, até encontrar o espigão que divide as aguas da bahia de Paranaguá das da bahia de Cananéa. Pela nota que acompanha o mappa, a posição desta linha foi fixada pelas determinações astronomicas de Aché dos pontos—Morro de Itapirapuam, Barra do Itapirapuam, Barra do Rio Pardo, cabeceiras do Rio Pardo (Pequeno), na Serra Negra e Barra do Ararapira no oceano. E' para notar neste mappa que a linha que figura como divisoria das duas provincias corta em dois logares os territorios coloniaes, o que prova que a Inspectoria das Terras

e Colonização reconheceu que as suas operações não creavam nem tiravam direitos quanto as divisas provinciaes. Claro é que a mesma prova se applica ás linhas divisorias traçadas sem auctoridade legal nos seus mappas.

Em 1885, levantou-se uma nova qnestão referente a uns srs. moradores estabelecidos nos valles do ribeirão de São Sebastião e Ribeirão Grande, nas vizinhanças da povoação paranaense de Bom Successo. A camara de Apiahy reclamou para si os quarteirões de Varginha, no valle de São Sebastião, e de Anta Gorda, Ouro Fino e Agua Clara, no valle do Ribeirão Grande, por ertarem dentro da linha traçada das cabeceiras do Ribeirão da Pedra Preta pela Serra da Estrella e Campo do Sumidor aos Tres Pontões. As auctoridades locaes paranaense reclamaram os mesmos quarteirões por causa da sua proximidade a Bom Successo, da sua distancia de Apiahy, e da origem paranaense dos seus moradores. O presidente do Paraná, em officio de 15 de Julho de 1881, dirigido ao presidente de São Paulo, reclamou contra a supposta invasão, affirmando que a divisa era pelo Ribeirão da Pedra Pedra, remettendo, em prova desta affirmação, cópia da portaria de 29 de Agosto de 1873, que cita o Livro do Tombo de Curitiba como auctoridade para esta divisa. Em telegramma de 22 de Junho de 1885, o presidente do Paraná protestou novamente e pediu cópia das divisas naquella parte, e recentemente, em 6 de Dezembro de 1895, houve novo protesto e a reaffirmação de ser «a divisa entre um e outro Estado o Ribeirão da Pedra Preta».

Por um infeliz acaso nenhum dos mappas mais ou menos officiaes do Estado do Paraná representa este ribeirão, ao qual entretanto o governo daquelle Estado liga na sua correspondencia a devida importancia. O mappa de 1875, de Carlos Rivière, como veremos mais adeante, confunde este ribeirão com o da Ponta Grossa e este ultimo com o de Bom Successo. O mappa recente de Ferreira de Abreu (1897) corrige este ultimo erro, mas perpetua o primeiro, não dando ribeirão algum com o nome de Pedra Petra.

E' de notar que na correspondencia havida a respeito do quarteirão de Anta Gorda e outros nesta região, as auctoridades, paranaenses não definem claramente a linha divisoria que pretendem, e não explicam como trecho citado (pelo ribeirão da Pedra Preta e em completo accôrdo com as pretenções do Apiahy) justifica a posse do territorio situado fora da bacia deste ribeirão. Estando as duas partes de accôrdo a respeito da divisa pelo ribeirão de Pedra Preta, o litigio devia versar sobre o modo de ligar as suas cabeceiras com um ponto no alto da serra fronteiro

ao varadouro e, talvez, sobre a situação desse ponto. Para explicar o silencio dos documentos paranaenses a respeito dessa parte da linha, podem-se aventurar as seguintes hypotheses: 1.°) que o Livro do Tombo de Curitiba não é explicito a este respeito; 2.°) que este livro citado em 1873 como contendo uma descripção da antiga divisa entre Curitiba e Apiahy não existe mais; 3.°) que a dita descripção não favorece á pretenção de levar as divisas do Estado do Paraná até a Ribeira, no trecho incluido entre as barras dos rios Itapirapuam e Pardo.

E' tambem para notar que affirmando repetidas vezes que a divisa é pelo Ribeirão da Pedra Preta o Governo do Paraná não tem tractado de justificar a sua posse de ambas as margens deste ribeirão e de todo o territorio a direito d'elle até a Ribeira, ao passo que apresenta esta mesma divisa, como base da sua pretenção á posse de um grande bloco de territorio situado adiante das cabeceiras do dito ribeirão e por nenhum modo dominado por elle.

A colonia de Assunguy, fundada e por muitos annos custeada pelo governo geral, consistia, conforme o mappa official da Inspectoria das Terras e Colonisação, em oito territorios, tendo cada um proximamente 12 kilometros em quadro. Destes territorios, um, cortado pelo rio Itapirapuam, continha, conforme o proprio mappa, uma pequena faxa do territorio paulista. O resto da colonia, conforme a divisa traçada no mappa, achava-se inteiramente incluido na provincia do Paraná, porém conforme o documento de Apiahy, um dos territorios coloniaes e parte de dois outros acham-se no «contestado». Ao que parece, o direito paulista á parte da antiga colonia ao lado direito dos ribeirões Pedra Preta e Ponta Grossa acha-se confirmado pelos proprios documentos paranaenses, se é que o Livro do Tombo de Curitiba, dando a divisa pelo ribeirão da Pedra Preta, não contem limitações que não foram mencionadas na portaria de 29 de Agosto de 1873. Depois de emancipada a colonia, o seu territorio, e talvez uma parte do adjacente, foi organizado em municipio paranaense com o nome de Serro Azul.

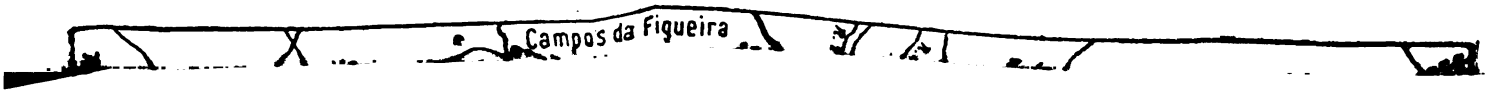
O mappa que acompanha esta nota foi calcado sobre o já citado mappa de C. Rivière, com modificações e correcções na região do «Contestado», baseadas nos mappas manuscriptos do engenheiro H. E. Bauer e do commendador Joaquim Antonio Santos Souza, existentes no archivo da Commissão Geographica de S. Paulo. Este ultimo é um esboço tosco, que entretanto merece mais confiança do do que os outros com referencia ao uso de nomes locaes, por ser o seu auctor morador na região e evidentemente perfeitamente familiarisado com os detalhes da geographia local.

Como todos os mappas desta região são simples esboços, o actual só serve para dar idéa da posição relativa approximada dos diversos pontos em discussão. A modificação mais importante introduzida no mappa de Riviere é na nomenclatura dos rios da colonia, dando o nome de «Ponta-Grossa», ao que elle chama «Bom Successo» e de «Pedra Preta» ao tributario que figura no mappa de Riviere com o nome de «Ponta Grossa». Documentos de origem paranaense, notavelmente a lei já citada da creação da freguezia do Arraial Queimado bem como o mappa de 1863 de W. Schultz, confirmam as informações paulistas sobre o verdadeiro uso destes nomes. Demais, o mappa de Riviere tem o nome «Bom Successo» repetido e applicado a dois ribeirões adjacentes, indicando que houve erro da parte do desenhista ou gravador do mappa. O verdadeiro «Bom Successo» é um ribeirão entre a Ponte Grossa e o Matto Preto, e nenhuma duvida póde haver de que ambas as partes, quando falam dos ribeirões «Ponta Grossa» e «Pedra Preta», se referem aos assim denominados no mappa junto.

O «Contestado» é o territorio abrangido pela divergencia das duas linhas da fronteira entre a barra do Itapirapuam e o alto da serra, si é, como parece, que as pretenções paranaenses (nunca claramente formuladas) correspondem exactamente á linha traçada no mappa de Riviere. O territorio assim delimitado acha-se dividido em duas partes deseguaes pelo Rio Pardo, sendo que sómente a parte á esquerda deste rio tem sido motivo de questões, visto que á direita do rio Pardo, Paraná (pelo mappa) concede a São Paulo mais do que este reclama. A verdadeira fórma e área deste ultimo territorio são incertas, por ser duvidosa a posição do ponto «Tres pontões» mencionado no documento de Apiahy. A área do verdadeiro Contestado á esquerda do Rio Pardo é de cerca de 2125 kilometros quadrados. A população (não incluindo a da parte que pertenceu á ex-colonia de Assunguy) é calculada pela camara de Apiahy em cerca de 4.000 almas.

O presente estudo, sendo, por força de circumstancias, baseado exclusivamente nos documentos conservados no Archivo do Estado de São Paulo, é necessariamente incompleto e talvez incorrecto em diversos pontos. Apesar, porém, destes defeitos reconhecidos, parece conveniente publical-o com o intuito de chamar a attenção sobre este importante assumpto, e assim provocar as contestações, ampliações e correcções de que são susceptiveis este ligeiro esboço historico e o mappa que o acompanha.

ORVILLE A. DERBY.


Campos da Figueira

Guerras do Sul

REPRODUCÇÃO DE UM PERIODO HISTORICO

Ha onze annos passados, observando que alguns espiritos irrequietos trabalhavam para occultar da geração actual a historia da nossa nacionalidade, entendi que devia lavrar um protesto contra esse pensamento anti-patriotico, porque estava convencido que sem a tradição não se formam as nacionalidades nem se desenvolve o patriotismo.

Para que a Musa da Historia, a divina Clio possa continuar a burillar no livro eterno os factos notaveis de nossos antepassados, para revivel-os a nossos olhos, é necessario que seja conservada a tradição que na phrase de Lacordaire é o laço poderoso que reune o presente ao passado.

Movido por esse sentimento de amor da patria e de respeito á memoria de brasileiros que tão grandes serviços prestaram, publiquei uma série de artigos referentes a pontos de nossa historia, esforçando-me para tornal-os interessantes não pelo trabalho da fórma, mas porque nelles transcrevia sempre um autographo inedito de brasileiro notavel cujo nome se achava ligado ao facto de que me occupava.

Nesses autographos, documentos intimos, encontravam-se explicações de episodios da nossa historia e nelles o leitor curioso podia admirar os sentimentos grandiosos de amor á liberdade que animava aquella raça extincta de patriotas.

Meu esforço passou completamente despercebido neste Estado—apenas um ou outro jornal do Rio se referiu a estes artigos.

Como era natural, desanimei, principalmente por ver que tantos espiritos cultos, tantas intelligencias primorosas embrenhavam-se na aridez da politica e não vinham em auxilio do desconhecido que só era impellido por um sentimento patriotico—

deixar vivida no presente a historia do passado—para servir de incentivo e estimulo á geração actual e aos que desejam a grandeza da patria.

Foi, pois, com verdadeira satisfacção que vi inaugurar-se, em fins de 1894, esta sociedade, que preenchendo a lacuna sensivel veiu abrir campo aos curiosos de bôa fé que desejam tornar conhecido o nosso passado e prestar homenagem aos que nos legaram exemplos que devem ser seguidos e rememorados.

Eis porque me animei hoje a roubar alguns momentos a meus illustres consocios para occupar-me de um ponto historico que reproduz phase dolorosa de nossa nacionalidade.

O lucto da patria nunca deve ser esquecido, a sua lembrança serve para revigorar nosso amor á terra em que nascemos e ligar no mesmo élo o coração de seus filhos e, é por essa forma que se engrandecem os povos e se illustram as nações!

Emquanto as possessões hespanholas do Rio da Prata combatiam pela sua emancipação um só e unico pensamento as animava e impellia.

Obtida a expulsão dos soldados hespanhóes começou a desapparecer a homogeneidade de vistas daquelles povos.

Uns levantaram a idéa de grandioso imperio, outros de poderosa republica que devia ser unitaria ou federalista, e desta lucta de principios que acobertava ambições desmedidas surgiram os tremendos choques entre os caudilhos cujos nomes ennegrecem a historia.

Buenos-Aires, como sempre, ambicionava o dominio de toda raça hespanhola e suas pretenções não se detinham em frente aos grandiosos Andes.

Os caudilhos que desejavam conservar a posição em que os collocára a lucta da independencia, contrariavam a politica unitaria que Buenos-Aires lhes queria impôr.

Aproveitando-se da ausencia das tropas argentinas, José Artigas, o mais irriquieto dos caudilhos, se apodéra de Montevidéo, Corrientes e Entre Rios.

Ignorante em extremo, esse feroz contrabandista desconhecia os mais comesinhos rudimentos de um governo constitucional e não cessava de affirmar, por palavras e actos, de que só pela força e despotismo deviam ser os povos governados.

Derramando ondas de sangue impõe-se pelo terror, e Buenos-Aires não o podendo subjugar põe a preço a sua cabeça.

Artigas colloca-se á frente do partido federalista e trabalha para que fôssem repellidas as decisões unitarias do Congresso de Tucuman, origem de tantas luctas e excessos.

A capitania do Rio Grande começou desde logo a sentir os effeitos de vizinho tão perigoso.

As violencias e invasões de nosso territorio se reproduziram, e o dictador acintosamente despresava as reclamações diplomaticas.

Estabelecida a paz na Europa, livre Portugal e Hespanha dos soldados de Junot e de Massena, deliberou d. João VI castigar o feroz caudilho.

Chama de Portugal uma brigada de velhos soldados que tiveram a gloria de combater debaixo das ordens de Wellington.

Desembarcam em Santa Catharina e alli esperam as determinações régias.

Recebe Lecor ordem para commandal-as e conduzil-as a Maldonado onde desembarcaria para, em acto successivo se apoderar, de Montevidéo, feito o que, deveria com territorios da margem esquerda do Uruguay crear nova capitania.

Aterrorisado com a noticia de fantasticos temporaes no sul, o general escolhido para tão grandiosa empreza começou a dar provas daquella proverbial incapacidade que tantas desgraças nos occasionou.

Ordena á esquadra que vá esperar o exercito em Maldonado e resolve atravessar as capitanias de Santa Catharina e Rio Grande para alcançar o longinquo paiz que estava incumbido de conquistar.

As instrucções completas que recebera, ordenavam-lhe, entretanto, que fôssem rapidos seus movimentos para não dar a Artigas o tempo necessario de preparar a resistencia.

Deixando de cumprir as ordens recebidas, Lecor deu ao caudilho o tempo preciso não só para organisar suas forças como tambem para invadir o Rio Grande por tres differentes pontos.

Felizmente, quando o general Lecor recebia instrucções, o governo prevenia o barão de Alegrete, capitão general da capitania, recommendando-lhe que guarnecesse as fronteiras com cuidado e que repellisse os soldados de Artigas quando se avizinhassem dos nossos limites.

O barão de Alegrete confia aquella arriscada e difficil commissão ao general Joaquim Xavier Curado, que posteriormente tantos esforços fez em prol da nossa independencia.

Procurando a fronteira, Curado leva como seus cabos os já então denodados filhos desta terra José de Abreu, Joaquim de Oliveira Alvares e João de Deus de Menna Barreto—que ensinaram a seus filhos e netos o caminho da gloria e do dever que tão galhardamente percorreram.

Nossas fronteiras já estavam invadidas e S. Borja luctava contra rigoroso cerco.

Pela primeira vez, em 22 de Setembro de 1816, encontram-se as forças belligerantes junto a Santa Anna do Livramento e Alexandre Luiz de Queiroz desbarata parte da cavallaria de Artigas.

O valente José de Abreu se encarrega de salvar S. Borja.

No seu caminho encontra-se com as forças de Sotel e com impeto irresistivel as arroja no caudaloso Uruguay. Sobe o rio e na altura do Ibicuhy impede que os destroços dessas forças se fossem reunir a André Artigas, irmão do dictador, que assediava São Borja.

Continuas chuvas tinham engrossado o Ibicuhy. André Artigas considerava segura a rectaguarda de suas forças.

Por um arrojo, milagre, como contam os historiadores, José de Abreu transpõe o Ibicuhy e procura chegar a São Borja antes de suas façanhas.

E consegue-o! Aproveitando-se de uma densa cerração surprehende o inimigo, destroça-o, toma-lhe armas, bagagens e grande numero de prisioneiros e salva São Borja.

Estavam livres as fronteiras das missões e o valente soldado coberto de glorias reune-se ás forças de Curado que o recebe com expansivas demonstrações de alegria.

Não menos difficil foi a incumbencia dada a Menna Barreto. Coube-lhe a missão de repellir o famigerado Verdum, que se achava acampado em Quarahim, dominando e ameaçando diversos pontos.

A posição fortificada pelo inimigo era formidavel. Occulta Menna Barretto seus gauchos arrojados—e, acompanhado de pequena força, ataca as trincheiras do inimigo—e retira-se deante da resistencia.

Verdum quer-se aproveitar da phantastica victoria e abandona suas posições—e quando reconheceu a estratagema suas forças estavam talladas, e elle proprio era obrigado a fugir, deixando o campo juncado de cadaveres, perdidas armas e munições!

Não esmorece o dictador, reune seus soldados, fortifica-se novamente nas margens do Quarahim e no dia 4 de Janeiro de 1817 fere-se a batalha de Catalão na qual o inimigo é completamente derrotado, ficando Verdum prisioneiro.

Estavam limpas as nossas fronteiras!

Lecor, que partira de Santa Catharina em Junho, só a 17 de Janeiro chegava a Maldonado! A 20 faz sua entrada em Montevidéo; assigna a capitulação e toma conta da cidade!

Feliz general! Dando todas as provas de incapacidade, chega no momento opportuno para se utilisar dos gloriosos triumphos que nossos denodados compatriotas tinham conseguido de um inimigo audaz!

Quando em 1821 se proclamou a Independencia, Montevidéo, que se achava ainda governado pelo general Lecor, adheriu ao Imperio.

O desmembramento da Banda Oriental não se teria realisado, se o governo brasileiro tivesse attendido a uma justa reclamação das povoações da campanha.

Desejava Montevidéo ser governada e egualada ás demais provincias do Imperio.

Mas essa justa pretensão contrariava a Lecor—porquanto, desde que Montevidéo entrasse na communhão do Imperio desappareceriam as bases da incorporação, e o general feliz estaria apeado da posição quasi soberana que elle proprio para si creava no tractado. Uma das clausulas reconhecia-o como governador perpetuo da capitania!

Suas reclamações foram attendidas pelo governo e o pedido dos povos orientaes transmittido ao Imperio teve solução contraria, e esse facto, causando sérios desgostos foi habilmente aproveitado pelo governo de Buenos-Aires que começou a animar os desterrados orientaes para invadirem nosso territorio.

Depois de perfeitamente municiados, tendo á sua frente Lavalleja, Calleros e outros, realisaram seu intento invadindo a provincia de Cisplatina no dia 17 de Abril de 1824 e apoderaram-se de toda a campanha visto ter-se o general Lecor encerrado dentro dos muros de Montevidéo.

A noticia da invasão foi recebida pelos *bons vizinhos argentinos* com grandes manifestações de enthusiasmo, atacaram o consulado, arrancaram a bandeira brasileira que foi arrastada pelas ruas, escapando com vida o consul por se ter occultado.

Chegando essas noticias ao Rio, Pedro I que ainda não havia perdido os assomos de patriotismo, a energia e a rapida deliberação que tanto o distinguiu nos primeiros annos depois da retirada de d. João VI, ordenou á esquadra que se achava em Montevidéo que se dirigisse a Buenos-Aires, para reclamar satisfacção contra as tropelias de que fôra victima o consul brasileiro.

Apresentando-se a esquadra no porto daquella cidade, o ministro argentino Manoel Garcia, aproveitando-se da falta de po-

deres diplomaticos do almirante Ferreira Lobo, se valeu, habilmente dessa circumstancia para o afastar de Buenos-Aires.

Deu quantas satisfacções exigiu o almirante, fez innumeras promessas de neutralidade e declarou que ia mandar um emissario ao Rio, com poderes para entabolar as negociações precisas.

Satisfeito Lobo com essas declarações voltou para Montevidéo, e os argentinos deixaram de cumprir as promessas feitas.

Pouco tempo antes desses factos, o agente official das Republica das Provincias Unidas, no Brazil, José Valentim Gomes, pela segunda vez dirigira-se ao governo brazileiro pedindo para que este abrisse mão da consquista da Cisplatina e restituisse aquelle territorio á Republica das Provincias Unidas.

Carvalho e Mello, nosso ministro respondeu á segunda nota só para protestar contra a palavra conquista.

Fez ver que o Estado Oriental, não querendo pertencer nem á Hespanha nem á Republica das Provincias Unidas, e sentindo-se sem forças para garantir sua independencia, veiu pedir ao Brazil que o annexasse ao seu territorio, como provincia, o que se deu.

Esta resposta irritou os animos dos nossos inimigos do Prata, e á primeira derrota que nos inflingiu Lavalleja, o povo de Buenos-Aires, reunido, obrigou ao governo a intervir na guerra em favor dos orientaes.

Duras provações soffreu o Brazil. O nosso littoral foi dominado pelos corsarios, que chegaram a aprisionar navios mercantes na barra do Rio!

Ainda uma vez (talvez ultima), mostrou decisão Pedro I.

Deliberou seguir para o theatro da guerra, o que immediatamente fez, partindo para o Sul em 24 de Novembro de 1826.

Alli chegando, com decidida energia, começou a remover obstaculos, quando resolveu, inopinadamente, a voltar ao Rio, segundo uns, por causa da morte de d. Leopoldina, segundo outros, por motivos de sua vida particular.

Deixando o Rio Grande, Pedro I demittira do commando em chefe o general Lecor, e nomeára o visconde de Barbacena, militar presumido, que deu causa ao desastroso combate de Itusaingo, o mais doloroso desastre de nossas armas depois do de Sarandy.

Comquanto sempre vitoriosos, os povos do Prata, bloqueados pela forte esquadra brasileira, soffriam cruelmente.

O commercio de Buenos-Aires estava paralysado, e dessas circumstancias se aproveitou lord Ponsomby, ministro inglez, para aconselhar aos argentinos que propuzessem a paz.

Para esse fim veiu ao Rio o ministro Garcia, que assentou

as bases de um accôrdo, deixando a Cisplatina para o Imperio e desistindo este de todas as outras pretenções. Este pacto foi assignado em 24 de Maio de 1827.

Voltando Garcia a Buenos-Aires, ao serem conhecidas as clausulas do accôrdo, o povo em massa corre á casa dese ministro, que para garantir a vida foi obrigado a esconder-se, seguem para o palacio do governo e obrigam Rivadavia a declarar que o convenio não seria ratificado.

Pouco depois deixava este presidente o poder, sendo substituido por Vicente Lopes que tambem teve curto governo sendo deposto pelo general Dorrego.

Continuava a ser pessima a nossa posição em terra, porem no mar causavamos immensos prejuizos aos argentinos completamente bloqueados.

No interior da Republica Argentina os *pronunciamentos* se multiplicavam, os indios invadiam os povoados, e já então a povoação comprehendia não poder prolongar semelhante estado.

Pela segunda vez intervem o ministro inglez Ponsomby e obtem que os argentinos propuzessem a paz, e dois militares notaveis foram nomeados para virem ao Rio discutir as bases do tractado.

Começando os debates, diz-nos a historia que o governo brazileiro tudo cedia menos a Cisplatina. Não podiam avançar as negociações, porquanto Buenos-Ayres não desistia do seu dominio problematico sobre Montevidéo. Foi então que o ministro inglez propoz a independencia da Banda Oriental, com a obrigação de se constituir em Estado e escolher o seu governo.

Não podia Buenos-Ayres luctar mais, accedeu a contragosto —e ainda a historia nos affirma que enorme foi a contrariedade do Brazil.

Firmadas as preliminares retiraram-se do Rio os emissarios argentinos e um delles fazia chegar ao nosso ministro dos extrangeiros o autographo particular que passo a ler e que com outros ficarão pertencendo ao archivo da nossa associação.

Nesse autographo o general Guido adiantava a noticia de approvação pelo governo argentino do tractado preliminar de paz. Eil-o:

Illmo. y exmo. sr. José Clemente Pereyra.

Buenos-Ayres, Octubre 14 de 1828.

Sr. de mi distinguido aprecio.

Tengo la honra de saludar á V. E. de esta capital con la satisfacción de haber merecido la aprobación de mi gobierno la covención preliminar de paz de que fui uno de los encaregados.

Si de parte de S. M. el Imperador no hemos recebido sino pruebas de su bondad affeccional, y de su decision a estrechar los lazos de amistad com esta Republica, puedo assegurar á V. E. que mi gobierno está animado de los mismos sentimientos.

De esta simpathia de ideas es necessario formar el primer estalón de la cadena que debe unir en perpetua paz á ambos Estados.

Hoy marcha el general Quintana á las Missiones orientales á notificar el cange de las ratificaciones al general Rivera ; y no tengo duda de que immediatamente quedarán evacuados aquellos pueblos, el ejército de la Republica debe á esta fecha haber comenzado su retirada.

Apesar de mi resistencia se me ha obligado a admitir el ministerio de gobierno y relaciones exteriores, del que me recibire dentro de pocos dias. En todas partes semejantes destinos son el suplicio de un hombre de bien, pero en las repúblicas V. E. sabe bien cuanto sube de punto este compromisso. No encuentro en el nada de allagueño sino á poder contribuir a que los efectos de la paz no se frustren, y a que se aproxima el termino para entrar en el tratado definitivo.

Si V. E. non hubiese mudado de pensamiento respecto al projecto de conducir africanos al Brasil basso il nuevo plan de patronato, yo agradeceria a V. E. qui si non hubiere inconveniente, me lo detallase para que la republica adoptase un igual principio en caso que la legislatura acogiese favorablemente la idéa.

Al tomarme esta confianza V. E. se dignará admitir-la como una prueba del convencimiento en que estoy de su liberalidad y del deseo de ser tratado por V. E. con igual franqueza: con ella tambien tiene la honra de ofrecérsele.

Su muy obediente y afectísimo servidor.

Thomaz Guido

Dias depois recebia o ministro brasileiro a participação official dos dois generaes Guido e Balarce.

Illmo. exmo. sr. dr. José Clemente Pereyra.

Buenor-Ayres, 16 de Octubre de 1828.

Señor.

La Paz entre el Imperio y la Republica ha sido ractificada, y las ratificaciones cangeadas. Depues de esse acto tan lisongéro

para los que hayan contribuido á preparar-lo, nos corresponde felicitar a V. E. por la parte que le ha cabido en tan honori fico suceso.

Los motivos personales que ligan nuestro afecto a V. E. seran un reclamo constante de nuestra disposicion franca á cumplir sus ordenes. Quiera V. E. admitirla y disponer de la respetuosa consideracion con que

Se subscriben De V. E. Sus muy atentos servidores.—*Juan R. Barlace.* *Tomas Guido*

Junto a este autographo encontrei a minuta da resposta do ministro José Clemente Pereira.

E' toda de sua lettra e está emendada e rabiscada.

Naquelle tempo não eram conhecidos os officiaes de gabinete—a correspondencia official era toda feita pelos ministros, como ainda terei occasião de mostrar.

«Illmos. exmos. srs.:

Tenho a distincta honra de accusar a recepção da carta que vv. exas. me dirigiram com data de 26 de Outubro, communicando-me a grata noticia de haver sido ratificado pelo governo dessa republica o tractado preliminar de paz celebrado entre ella e este imperio e por tão feliz acontecimento que deve trazer aos dois Estados o principio vital da sua solidez e progressivo engradecimento, e talvez o primeiro anel donde deva partir algum dia a formidavel cadêa de um systema continental americano, dirijo a vv. exas. as minhas sinceras felicitações e acceito com prazer as que me enviam.

Permittam-me vv. exas. que aproveite esta occasião para protestar que sou com a mais distincta consideração de vv. exas. attento venerador e creado, *J. C. P.*

30 Novembro.»

Entre os autographos ineditos que possuo, encontrei dois documentos referentes ás occorrencias referidas e delles se deprehende que a verdade historica está adulterada.

O desmembramento do Brasil não foi occasionado pelos acontecimentos—é idéa governamental. Qual o fim que a determinou? E' este o ponto obscuro que entrego á curiosidade e á proficiencia dos meus consocios para que se possa restabelecer a verdade que a historia parece querer occultar.

Muito tempo antes da intervenção do ministro inglez, o Brasil conservava na Cisplatina emissarios que trabalhavam para que se diffundisse nas campanhas a idéa da emancipação da provincia.

Que razão de estado determinava aquelle procedimento do governo brasileiro?

Sentia-se sem forças para dominar Buenos-Ayres?

Haveria necessidade de curvarmo-nos a imposições internacionaes?

São duvidas cujo estudo entrego aos competentes.

Que um ponto fique desde já verificado—a idéa da independencia da Banda Oriental não partiu como nos diz a historia de lord Pomsoby.

Ha muito ella dominava nos povos orientaes creada e animada pelo Brasil.

Se á nossa patria cabe a gloria de ter em Monte Caseros dado a liberdade á Republica Argentina, que fique gravado na historia, para que saibam os orientaes, que do governo deste paiz e não da Inglaterra partiu a idéa de sua emancipação!

Eis os documentos que narram factos que a historia nos occulta:

Illmo. y exmo. señor José Clemente Pereira.

Señor:

Aunque la elevacion al ministerio en circunstancias como las presentes no puede ser una satisfación para V. E. yó espero que acepte V. E. mis felicitaciones con agrado.

Desde mi arribo á esta capital no hé cesado de trabajar con el mayor empeño en las comisiones que me fueron confiadas por Su Magestad Imperial, y de que V. E. tendrá yá todos los conocimientos, no solo por los informes del exmo. señor Araujo Lima, sinó tambien por mi correspondencia official y confidencial con dicho ministro.

En órden á la comision politica nada tengo que agregar á mis anteriores comunicaciones. La opinión está formada y la universalidad de estos habitantes desea la independencia de este Estado bajo la Soberanía de la Augusta Casa Imperante del Brasil.

Encuanto a la V. E. forma de los abusos en la administracion de Justicia, me parece que no podrá hacerse todo lo que demanda la necesidad publica; porque estando el defeto principal en la organisacion del Tribunal de Apelaciones y residiendo la Presidencia y Gobierno de la Justicia en el Presidente de la Provincia, la reforma tiene que chocar con los intereses individuales de la Autoridad local. Con todo, un plan de reformas urgentes de los abusos mas opresivos será elevado por este Xefe a la sabia consideracion del Gobierno de S. M. I.

Yo espero que la paz se realice, y que un nuevo orden dè cosas sea uno de sus resultados; pero si asi no sucede, es de absoluta necessidad en este país una reforma general, porque hallándose esta provincia fuera de la Constitucion y rigida á un tiempo por las leyes españolas, portuguesas é imperiales, V. E. calculará hasta donde llegará el desorden de la administracion y la arbitrariedad de los que la gobiernan.

Si v. exa. me considera util para alguma cosa en este pais, yo tendré la mas grande satisfacion en acreditarle mi gratitud a las atenciones con que v. exa. sempre me há distinguido.

Soi con el mas profundo respeto y estimacion, de v. exa. su muy att.° criado venerador I. B. S. M.

Mont.°, 16 de Julio de 1828.—*Nicolas Herrera.*

Quasi dois mezes depois pelo mesmo emissario general Herrera era enviado o segundo documento que passo a lêr.

Illmo. y Exmo. Sr. José Clemente Pereira.

Continuando mis avisos de lo que aqui pasa, como se me ordeno por el Ministerio anterior, pongo en conocimiento de V. E. que en todo el mes de Septembre deve reunir-se en la Villa de Canelones la Assembléa de los Diputados de la Campaña, convocada por Lavalleja para la eleccion de Capitan General que le substituya en el comando de la Prov.ª, por haber espirado el tiempo de su nombramiento. Se presenta que el mismo Lavalleja será relecto otro triennio ó por el tiempo que dure la Guerra. El reune á su quartel General todos los vecinos, a quienes habia permitido pasar el invierno con sus familias, y se assegura que muy pronto empirará sus correrias.

Se me ha pedido con interes y por personas respetables de la Campaña una instruccion franca de las miras de S. M. El Emperador sobre esta Provincia, y yo he franqueado un bosquejo de las bases del proyecto de independencia de este pais con un Gobierno representativo y una Constituicion liberal bajo la soberania de S. M. I. y sus Augustos Desendientes. Despues he sabido que se hacen anular con empeño en todos Pueblos copias de mis apuntamientos, y no será estraño que este pequeño incidente produzea en adelante efectos de consecuencias.

Como la ratihabicion de los actos del Gobierno de Su Magestad en esta Provincia, y la indenmidad de las propriedades, o la libertad de las que se hallan confiscadas ó en secuestro por

motivo de la Guerra, pudieran ser considerables en las negociaciones pendientes con la Republica de Buenos Ayres, V. E. tendrá la bondad de permitirme que le informe que en esta Provincia hay grandes propriedades, grandes transaciones pendientes, intereses y derechos de subditos de S. M. Y. y de Estrangeros que sen una garantia solemne, podrian hallarse comprometidas.

La opinion por la Soberania de S. M. El Emperador es un voto general en esta Capital y la incertidumbre del resultado de la negociacion es una agonia para todas las familias.

Queira V. E. aceptar el homenage de mi mas profundo respeto con que soy

De V. E.

Muy atento criado y venerador Q. B. S. M.

Mont.° y Agt.° 31 de 1828.

NICOLAS HERRERA.

Por estes dois autographos se verifica que já no ministerio de Araujo Lima emissarios brasileiros trabalhavam para incutir no espirito da população oriental a necessidade de proclamar-se a independencia daquella Provincia—e esses emissarios, altamente collocados, mostravam que se a independencia não se realizasse necessitavam-se de reformas, sendo a principal a entrada da Cisplatina na communhão do Imperio—porque achando-se fóra da constituição era governada por leis hespanholas, portuguezas e imperiaes, occasionando esse facto completa desordem na administração. Do que mais se queixavam os povos da Cisplatina era do despotismo e da arbitrariedade do general perpetuo que a governava. E foi devido a tantos erros, nunca removidos, que nossa patria teve de presencear seu desmembramento depois de ficar gravada na historia as infelizes jornadas de Sarandy e Itusayngo e os repetidos revezes maritimos que nos foram inflingidos pelo almirante Brown.

Graças á diplomacia ingleza ou aos desejos do Brasil terminou a guerra oriental com enorme sacrificio de nossos interesses.

Além das derrotas soffridas, e do desmembramento do territorio, perdemos a Gibraltar do Prata, que pela inepcia do almirante Lobo cahiu em poder dos argentinos.

Quando se fez a paz por elles pedida não nos foi restituida a ilha de Martim Garcia o ponto estrategico e inconquistavel que por si só podia garantir a nossa supremacia militar naquellas paragens. Nenhum terreno perdeu a Republica Argentina; teve apenas o desgosto de ver fugir-lhes os territorios, por cuja posse

sacrificára o desenvolvimento e o bem estar de seu paiz movendo-nos injusta guerra.

Perdida a esperança de alargar suas fronteiras no sul, começaram os argentinos a reviver a velha e finda questão das Missões, pretendendo apoderar-se desses territorios que faziam parte da America portugueza.

Qual era o intento da Republica Argentina renovando esse pleito?

Uma curiosa phrase de Machenna nol-o explica:

«O Brasil é um animal que tem cravado nos flancos um dardo penetrante—esse dardo é o territorio das Missões.»

De posse desse *dardo*, no momento que lhe conviesse, poderia a Republica Argentina invadir com enorme vantagem tres dos nossos Estados, cujas fronteiras desabrigadas ficariam á disposição daquelles que ainda não eram nossos amigos.

Graças á Providencia e ao nosso direito esse perigo foi removido e as consequencias não se fizeram esperar. A Republica Argentina não mais nos perturba... eil-a procurando novas aventuras querendo pairar nos Andes.

Cessada a lucta do interesse surgiu a amizade.

O telegrapho transmittiu-nos a noticia de que hontem alguns navios da nossa armada deixaram as placidas aguas do Guanabara.

Amanhan ou depois a branca esquadra impellida pelas frescas virações, ou «desenrollando em ondas o fumo pelo ar», fará sua entrada no estuario do Prata, conduzindo a seu bordo o chefe da nação brasileira que vai retribuir a gentileza da visita do presidente Roca.

O facto é de grande importancia quer seja encarado pelo lado historico quer pelas suas consequencias politicas.

Depois que se estabeleceu nossa nacionalidade é a primeira vez que um chefe da nação bsasileira piza terras bonarenses,—o troar dos canhões não mais representa como outr'ora a devastação e a morte, mas symbolisa o desejo, aliás sincero, da confraternisação de dois povos!

Dessas visitas cordiaes nascerão laços tão poderosos que possam cimentar no futuro ligações que pareciam até hontem impossiveis?

A todos quantos amam a patria, a todos que possuem uma parcella de responsabilidade, cabe o dever de contribuir para que seja esquecida a lucta do passado e para que se torne indissoluvel a amizade entre os dois povos que se regem pelos mesmos principios politicos, pela mesma religião e quasi pela mesma lingua!

João Moraes.

Revolução do Rio Grande

1835 a 1845

REPRODUCÇÃO HISTORICA

I PARTE

Quando o investigador procura escrever a historia da antiga Grecia ou da guerreira Roma depois de estudal-a nas tradições populares e nos monumentos da epocha vai compulsar os livros classicos de Tito Livio, as obras de Sallustio o grande litterato romano, os Annaes de Tacito, commentarios de Cesar e satyras mordases de Juvenal, e só consideram findo o estudo depois que recorrem a Plutarcho em cuja leitura encontram o grande e completo repositorio daquelle remoto periodo.

As *Vidas Comparadas* daquelle celebre polygrapho, no correr de tantos seculos tem produzido benefico impulso e poderosa influencia nos espiritos esclarecidos das antigas e modernas gerações.

Montesquieu e João Jacques Rousseau os grandes pensadores se inspiraram naquelle precioso livro.

Kleber o filho de um humilde pedreiro de Strasburgo, sahia das fileiras, elevava-se até se tornar o emulo de Napoleão! Quando commandava o exercito do Egypto dizia a seus camaradas—tudo pode faltar no meu *bivouac*, menos o bom Plutarcho.

Não fosse elle, e a Historia, fria e severa não teria podido por si só inspirar a Shakspeare, Corneille, Ampère, Ponsard e Voltaire—aquellas scenas que nos espantão quando lemos Coriolano, Julio Cesar, Antonio e Cleopatra, Morte de Pompeo, Catilina e Lucrecia!

Seria longo ennumerar o nome de esculptores e pintores celebres descriptos por Talbot, que foram procurar o motivo de suas obras primas no estudo das *Vidas Comparadas* do illustre filho da Cheronea!

Com tantos e tão preciosos elementos foi em nossos dias reconstituida a historia da Grecia e Roma.

Se Plutarcho não teve imitadores na idade media, os sabios conseguiram completar a historia daquelle periodo agitado compulsando as chronicas que inundaram todos os paizes da Europa.

No periodo moderno esse trabalho será facilitado ao historiador pela diffusão da imprensa, formação das bibliothecas e organização dos archivos governamentaes.

Nos nossos dias prepara-se a base para a Historia contemporanea e o futuro escriptor encontrará deste periodo, poderosos elementos de estudo graças a nova orientação que está sendo dada a imprensa.

Desde que qualquer individualidade consegue romper o circulo dentro do qual deve naturalmente gravitar—seus gestos, actos, palavras, vida intima, ficam expostos a curiosidade publica pelo esforço do *reporter* que por este meio accumula preciosas informações que orientarão ao futuro historiador.

Quem desconhece o passado do novo Rei que na brumosa Albion occupa hoje o throno de seus avós?

Sua vida exentrica, seu amor pelo jogo, suas aventuras amorosas, o sport, o luxo o tornaram conhecido do mundo inteiro—que por outro lado ignora quaes as opiniões politicas e governamentaes que era obrigado a emittir como membro do Conselho privado da Rainha.

E' pelo esforço do *reporter* que a sociedade moderna segue com intenso interesse aquelle Imperador Wagneriano cuja vida intima é descripta diariamente e lida com avidez.

Se no desmpenho da elevada missão social, elle consegue offuscar o mundo pela grandeza de suas aspirações e impetuosidade de genio—no interior da familia desapparece o monarcha poderoso—patriarchal burguez—vai diariamente no aconchego do lar, retemperar seu espirito para a luta, procurando a calma nos carinhos da esposa extremosa e na alegria ruidosa dos filhos desinquietos!

Com tantos e tão poderosos elementos facilmente será reconstituida em futuro remoto a vida moral e publica das diversas epochas deste periodo.

Infelizmente não acontecerá o mesmo quando o historiador tiver de estudar nossa nacionalidade porque não encontrará os elementos que sobram em outros povos.

O brazileiro (salvo honrosas e limitadissimas excepções) não se preoccupa com a organisação das bases para a Historia Nacional.

Nossa actividade se applica com enthusiasmo a chronica politica—mas essa, pequeno e defeituozo peculio offerecerá ao historiador, pela parcealidade com que é escripta.

Data de hontem a organisação da nacionalidade brasileira, mas na discripção dos factos de nossa curta historia não será encontrada base para se refazer os diversos periodos nem descrever a vida moral e intellectual do nosso povo.

E' tempo de se reviver o passado, é tempo de se tirar do olvido a memoria de tantos brazileiros illustres.

Quem mais se lembra neste vasto paiz de José da Silva Lisboa, sabio notavel, publicista de direito commercial e de economia politica e patriota de vistas largas?

Não sonhava elle com a independencia da patria quando arrancava de D. João VI o decreto que abriu os portos brazileiros ao commercio do mundo?

E realisando-se esse facto notavel quando dominavam na Europa os grandes principios da revolução franceza, não se pode affirmar que a emancipação commercial apressou a emancipação politica?

Quem conhece hoje os precurssores da nossa independencia?

Só José Bonifacio por circumstancias especiaes conseguiu romper o circulo da ingratidão nacional, mas os nomes de José Clemente, conego Januario, Lêdo, Frei Sampaio, Curado, Nobrega, Oliveira Alvares, Barão de Santo Amaro e outros estão separados desse facto grandiozo para o qual tanto concorreram!

Não competia a geração actual o dever de gravar no bronze a herculea figura do Visconde do Rio Branco?

Não foi elle que com mascula energia deu golpe mortal na negra instituição, contrariando amigos, ferindo interesses, despresando conveniencias para só attender a gloria da patria?

Quanto esforço homerico não teve de empregar para derribar a barreira que nos separava das nações civilisadas?

A grandesa daquella lucta necessariamente emociona alguem que nos ouve.

Um estadista de imaginação ardente e privilegiada está neste momento revivendo os esforços que empregou e os triumphos parlamentares que obteve, quando erguia voz convicta e poderoza em prol da raça escrava!

Saiba elle que esta patriotica associação, sente-se orgulhosa por ver naquella cadeira, dirigindo nossos trabalhos o venerando ministro da Justiça daquelle glorioso gabinete: (*apoiados geraes*)

Hoje o nome do visconde do Rio Branco talvez seja o menos lembrado na propria raça que libertara—e ao grande feito não estaria ligado seu nome, se a humanidade agradecida não o tivesse já consagrado!

Não encontramos na historia de paiz algum do mundo, outro, em que a ingratidão nacional se manifeste tão constantemente contra seus filhos como no Brasil.

Eis porque os historiadores ignoram, que a nossa patria teve estadistas e oradores que se chamaram José Clemente, Antonio Carlos, Vasconcellos, Abrantes, Abaeté, Uruguay, Itaborahy, Zacarias, Nabuco, Eusebio, Cotegipe e tantos outros — litteratos e escriptores como João Francisco Lisboa, Alencar, Taunay.

Jurisconsultos notaveis como Teixeira de Freitas, Nabuco, João Crispiniano.—Oradores sacros que se chamavam Frei José da Costa Azevedo, Frei Francisco de S. Carlos, Padre Antonio Pereira de Souza Caldas e na frente de todos o grande Monte Alverne e Bossuet brasileiro!

Systema differente do nosso é adoptado em todo o mundo civilisado—governo, associações, escriptores se esforçam para ligar ás paginas de sua historia o nome dos filhos que trabalharam para o engradecimento da patria.

Quem em Portugal descrevendo a patria dos ousados navegantes se atreverá a deixar no olvido o nome de Cabral, Vasco da Gama, do grande epico Camões e do notavel ministro Sebastião José de Carvalho?

E hoje não encontramos por toda a parte naquelle paiz documentos que nos falam de Freire de Andrade, Frei Luiz de Souza, Herculano, Garret, Fontes Pereira de Mello, e tantos outros que se illustraram engrandecendo a patria?

Permittirá a Hespanha irrequieta que desappareça de sua historia o nome de Calderon de la Barca, Lope da Vega, Velasques, Murillo, Prim, Castellar, que escreverão paginas brilhantes nas artes, na guerra, nas lutas pela liberdade?

E a Italia? Não perpetuava Roma antiga nos arcos triumphaes as glorias dos seus Cesares?

Não se orgulham as gerações modernas de seus divinos pintores, conservando com extremo amor suas obras primas?

Não estamos presenciando a Italia do renascimento reproduzir no bronze os Cavours, Mazzinis, Carlos Alberto, Principe Eugenio, Victor Emmanuel, os heroes grandiosos de sua unificação?

O mesmo reconhecimento tributa a França a memoria de seus filhos illustres.

Naquelle paiz patriotico não se deixam apagar as glorias do passado.

Revivem-se contantemente os gloriosos reinados de Henrique 4.°, Luiz 14.°, Napoleão 1.°, Sully, Richelieu, Mazarin, Colbert, Thiers, Guisot, Gambetta não ficam ovidados e a epocha de Racine e de Moliere é a do renascimento litterario.

Ha bem pouco as portas da Academia Franceza foram abertas a *Hannotean* por ter escripto uma obra magistral sobre Richelieu. Brunetiere, tambem membro da Academia Franceza, redactor chefe da Revista dos Dois Mundos—um dos espiritos mais cultos e independentes da geração moderna, em continuas conferencias na Sorbonna, reproduzia diante da mocidade generosa e de um publico selecto as glorias de Bossuet, mostrando com aquella verbosidade impetuosa que deslumbra aos que já tiveram a felicidade de ouvil-o, que a leitura das obras do maior orador sagrado que teve a França produz ainda hoje emoção tão viva, como teria sido a dos seus contemporaneos ha 200 annos!

E se todos os povos não tributassem essa consagração nacional a memoria dos filhos dilectos, como prender o passado ao presente, como transmittil-o ao futuro? Sendo a tradição a Memoria da Humanidade, sem ella não se poderá reproduzir os periodos historicos, nem descrever o espirito e a vida moral e intellectual dos povos.

Quando deparamos com algum trabalho historico, nosso primeiro impulso é procurar a parte referente ao Brazil.

Por mais rapido que seja o exame desde logo verificamos que o ponto que nos interessa é sempre incompleto e obscuro.

Guardam todos os escriptores a mesma ordem—o que o primeiro escreveu os novos repetem com pequenas variantes—descoberta, orographia, constituição geologica, clima, producção e historia.

Historia—a largos traços, desconhecidos os precussores da nova Independencia—silencio absoluto da geração homerica de 1831 a 1850—ignorancia completa do desenvolvimento moral, material e intellectual do nosso paiz. E para que se possa bem aquilatar até que ponto a ignorancia dos factos nos prejudica basta salientar o que vou reproduzir, sem o mais rapido commentario.

Em 1895 publicava-se nos Estados Unidos uma obra de largo folego, de um dos mais notaveis publicistas—Lalor—Diccionario da Enciclopedia da Sciencia Politica.

Nessa obra de tres grossos volumes—ligeiramente faz elle o estudo da nossa patria—descrevendo-a ainda como sendo um paiz monarchico! Os grandes acontecimentos de 1889 continuavão a ser desconhecidos aos que forem procurar a verdade naquella obra tão espalhada em seu paiz!

Occultando nossa historia temos concorrido para tornar o Brazil desconhecido e para que se formem sobre elle os juizos os mais disparatados.

O Brasil, dizem todos, tem grandes florestas, madeiras preciosas, minas de ouro e ferro — produz fumo, café e borracha— mas, ainda é um paiz selvagem, sem instrucção sem estadistas e oradores.

«A arte em suas multiplas manifestações é completamente desconhecida naquelle immenso territorio despovoado onde impera a febre amarella.

E' tempo de se fazer um appello energico ao sentimento nacional. para o fim de se estabelecer a verdade historica —Com boa vontade todos podem concorrer para a reunião dos elementos necessarios.

Basta que perdendo-se o amor aos velhos papeis entregue-se ás bibliothecas ou ás associações scientificas preciosos autographos ineditos que se acham esparsos — paginas ignoradas da nossa emancipação politica, das nossas luctas pela liberdade, narrativas brilhantes de nossa historia militar, que serão lidas com orgulho pelos nossos filhos, que hão de procurar imitar os patriotas da geração passada.

Seguindo o exemplo dada por alguns distinctos consocios, e animado pelo illustre investigador historico o Sr. Dr. A. Piza, que tanto se esforça pela reconstituição de nossa historia, venho offerecer ao Instituto Historico documentos ineditos, intimos, de brasileiros que emcheram a epocha em que viveram e que chamavam-se José Clemente Pereira e Duque de Caxias.

Referem-se ao doloroso periodo da revolução Rio-Grandense. São cartas intimas do general em chefe ao ministro da guerra, e deste a aquelle.

Basta essa correspondencia para que o futuro historiador possa com enthusiasmo descrever o patriotismo daquelles servidores da patria e determinar algumas das causas da duração daquella lucta encarniçada.

Reproduzirei rapidamente o periodo historico em que foram ellas escriptas, para que possam ser mais facilmente apreciadas pelos meus consocios.

Reina até hoje a mais completa divergencia sobre as causas que deram origem a revolução do Rio Grande.

Os escriptores que se tem occupado daquelle acontecimento o encaram com extrema parcialidade.

Uns vão procurar a origem da lucta na emulação pessoal de chefes politicos, outros na má administração do governo central.

Alguns com vantagem attribuem-na a ambição insoffrida dos farroupilhas.

Fernandes Braga governava a provincia com reconhecida moderação — os seus adversarios politicos attestam essa verdade — mas accentuando-se a lucta politica começou elle a pender para o partido cuja direcção estava confiada a seu irmão Pedro Fernandes Chaves.

Agitou-se o partido farroupilha e Fernandes Braga apressou-se a communicar os factos ao governo geral, pedindo sua substituição, sem entretanto descurar os seus deveres.

O primeiro movimento que appareceu nos quarteis foi abafado.

Tendo Fernandes Braga as provas de que os commandantes das fronteiras do Jaguarão e Alegrete animavam o movimento, suspendeu-os daquelles commandos.

Bento Gonçalves, commandante da fronteira do Jaguarão, investe Porto Alegre, sendo o Presidente obrigado a fugir para a cidade do Rio Grande pela defecção da tropa.

Marciano José Ribeiro, assume a presidencia por abandono e fuga do proprietario. Na abertura da Assembléa Provincial que convocara, deu como causa justificativa do movimento revolucionario o esbanjamento dos dinheiros publicos e a concorrencia de Montevideo e Buenos-Ayres no commercio do xarque.

Bento Gonçalves, nomeado commandante das armas publicava um manifesto em 27 de Setembro de 1835—declarando-se monarchista e liberal—que se collocara a frente da revolução para combater os máus governos—mas que entregaria o poder ao delegado do Governo Imperial, se o nomeado merecesse confiança e fosse amigo da Provincia.

Recebendo noticia destes acontecimentos o governo apressou-se em nomear Presidente para a Provincia conflagrada, recahindo a nomeação em brasileiro de alto merecimento e notavel patriotismo—José de Araujo Ribeiro—que partiu immediatamente para o Sul «*sem receber auxilios militares*» nos dizem os chronistas.

Por um autographo da collecção que possuo, carta do Regente Feijó a Costa Carvalho, se verifica que Araujo Ribeiro recusara o auxilio da força—apenas solicitava poderes amplos para realisar a pacificação. Conciliador, justo, imparcial com grande numero de parentes e amigos na provincia revolucionada, acceitara a difficil commissão não para alimentar o esmagar a guerra civil, mas para evitar a continuação.

Chegando ao Rio Grande, communica a Assembléa Provincial que desejava tomar posse do seu cargo. Ao mesmo tempo escreve aos diversos chefes do movimento, mostrando os males que a revolução causaria á provincia, convida-os a depor as armas e a auxiliarem-no para o restabelecimento da concordia e da paz geral. Invocava para esse fim o patriotismo daquelles brasileiros.

Bento Manoel, primeiro que todos depõe as armas e promette auxiliar o Presidente no seu louvavel empenho. Seu exemplo é seguido pelas cidades de Rio Pardo, Pelotas, Triumpho.

A 5 de Janeiro de 1836, Bento Gonçalves publica segundo manifesto, declarando que enviara a Araujo Ribeiro uma commissão de dois deputados e do Coronel Manoel de Lima, e que tendo-se convencido que as intenções de Araujo Ribeiro eram leaes, reconhecia-o como Presidente.

A 14 desse mez reune-se a Assembléa Provincial e resolve dar posse a Araujo Ribeiro, e o Presidente Marciano apressa-se a convidal-o para que seguisse para Porto Alegre.

Estava extincta a revolução graças ao tino e criterio de Araujo Ribeiro.

Este resultado porêm não era do agrado de alguns caudilhos, principalmente do violento Onofre.

Abandonando a revolução, recolhia-se Bento Manoel a Porto Alegre para onde devia seguir Araujo Ribeiro.

Os interessados na continuação da lucta, insinuaram a Bento Gonçalves que seu emulo procurava Porto Alegre para aprisional-o, no que estava de accordo com o Presidente.

Inimigo pessoal de Bento Manoel, facil foi ao chefe da revolta acreditar na perfida insinuação dos interessados. Impolitica e desastradamente incumbe a Onofre de vigiar os passos de Bento Manoel e observar suas intenções.

Era Onofre inimigo rancoroso do valente caudilho, e resolveu sorprehendel-o.

Quando Bento Manoel descuidado atravessava o Gravatahy foi inopinadamente atacado pelo violento Onofre, e embora estivesse com suas forças desordenadas facil lhe foi repellir a Onofre que fugindo recolheu-se com os destroços de sua gente a Porto Alegre.

Dessa circumstancia se aproveitaram os interessados para de novo arrastar Bento Gonçalves ao terreno da lucta.

Araujo Ribeiro com profundo sentimento viu assim mallogrado seu plano de pacificação.

Se justo e humano procurava evitar a guerra civil, não fugiu á responsabilidade de combater a revolução — e tão rapidas e acertadas foram as medidas por elle tomadas que pouco tempo depois os legalistas dominavam em Porto Alegre.

Por esse tempo foi sorprehendida a provincia com a demissão de Araujo Ribeiro — obtida do regente a pedido de Bento Gonçalves sob promessa de pacificação, facto que parece ter ficado confirmado pela discussão havida na Camara dos Deputados.

Rebellou-se a parte legal da Provincia contra o acto impolitico do governo — e tão violentos foram os protestos que Araujo Ribeiro foi de novo empossado no cargo do qual fôra demittido.

Voltando a occupar a Presidencia, redobra seus esforços e energia e em Outubro vê de novo extincta a lucta pela derrota que Bento Manoel inflige aos revolucionarios aprisionando Bento Gonçalves, Onofre, Corte Real e outros chefes — tal foi o resultado do combate da Fanfa.

Foi só depois desta batalha que Crescencio e Netto aconselhados por Oribe que lhes promettia auxilio, e na presença do seu enviado, que se proclamou a Republica do Piratinim.

O interesse de Oribe a historia nol-o diz, era inutilisar o apoio que seu rival Rivera contava entre os legalistas e sobretudo em Bento Manoel.

Ainda se festejava a estrondosa victoria, quando é novamente demittido Araujo Ribeiro, substituido pelo general Antero, que tomando posse aconselha a Araujo Ribeiro a retirar-se da Provincia para não lhe difficultar a pacificação!

Começou o novo Presidente por contrariar a politica de Araujo Ribeiro, demittindo os amigos de Bento Manoel dos empregos que occupavam e tratando-o com pouca consideração.

Bento Manoel solicita demissão do cargo de Commandante da fronteira do Alegrete — onde activo e vigilante conservava-se impedindo a volta de Netto e Crescencio que se achavam internados no Estado Oriental, depois das derrotas soffridas.

Apressou-se Antero a acceitar a demissão de Bento Manoel ordenando-lhe que passasse o commando ao seu substituto, e que em Alegrete com elle iria conferenciar.

Aberta a fronteira pela retirada de Bento Manoel e de seus auxiliares — Crescencio e Netto vão de novo invadindo a provincia e reunindo as forças dispersas, sem serem perturbadas pelos amigos de Bento Manoel.

Deixa o general Antero, Porto Alegre e vae percorrer a campanha — mas ao chegar ao passo de Itapevy é aprisionado por ordem do terrivel caudilho, que publica um manifesto declarando que assim procedera para livrar a provincia de um pessimo administrador!

Os revolucionarios exultam — Bento Manoel representava para elles a victoria! Redobram de actividade, ganham o terreno perdido.

Novo Presidente vem para o Rio Granae — o Marechal Elisiario — e foi durante essa funesta administração que Bento Manoel infligin ao exercito Imperial dolorosa derrota — apoderando-se da cidade do Rio Pardo — aprisionando 1200 homens, tomando 11 peças de artilharia, depositos de munições de guerra e bocca — toda a cavalhada alli reunida!

Revolta-se a opinião publica no Rio de Janeiro contra o governo que se viu obrigado a fazer partir para o Sul o ministro da guerra Sebastião do Rego.

Alli chegando procura harmonisar as discordias que reinavam em alguns grupos, mas, antes de poder conseguir resultados favoraveis teve de recolher-se ao Rio de Janeiro ao receber a noticia da queda do ministerio do qual fazia parte.

Tal successo foi provocado pela opposição violenta levantada contra a regencia — era Feijó accusado de parcial nos negocios do Sul — retardava a remessa de forças para aquella provincia, mas empregava todo o esforço para debellar a revolução do Pará.

Dava liberdade a chefes revoltosos que voltavam a occupar seus postos de combate no exercito republicano.

Depois da fuga de Onofre, seguiu-se a de Corte-Real—Bento Gonçalves, preso na Bahia, de lá foge e vae assumir a Presidencia da Republica do Piratinim e o commando do exercito.

Feijó não consegue abafar a opinião publica que o condemnava por todos esses desastres e resigna a regencia.

Com o novo governo, nova administração no Rio Grande — O marechal Elisiario é substituido pelo Dr. Saturnino de Souza, sendo nomeado Commandante das armas o Marechal Manoel Jorge.

Conseguiria o governo grandes resultados se o Presidente não fosse constantemente contrariado em seus planos pelo valente mas auctoritario Manoel Jorge.

Assumindo o commando do exercito republicano Bento Gonçalves inicia a campanha com violencia — mas se era administrador notavel, guerreiro consumado, tactico previdente, faltavam-lhe outras qualidades para o posto supremo.

Se elle tivesse naquelle momento sopitado o ciume e o rancor que votava a Bento Manoel a revolução do Rio Grande não se teria fracassado e como a Cisplatina, firmaria sua independencia.

Mas, Bento Gonçalves desde logo começou a desautorar o seu emulo, que é forçoso reconhecer-se não era animado por ambições politicas—sou soldado e guerreiro—costumava elle a dizer—e se o Presidente da Republica tivesse tido a calma precisa não se daria occasião para que elle de novo viesse auxiliar o Imperio.

Bento Manoel era o predilecto da victoria, o unico caudilho que naquella longa lucta nunca fora batido quer estivesse ao lado da monarchia quer da Republica.

Conhecida a defecção de Bento Manoel, foi esse facto festejado por toda parte onde dominava a legalidade.

Bento Gonçalves esperava em Viamão a oppotunidade de atacar a cidade do Rio Grande, que se achava bem fortificada.

Diminuindo os recursos da revolucção, resolveu Bento Gonçalves que Canabarro invadisse Santa Catharina para conseguir um ponto de mar.

Depois de difficultuosa marcha entra Canabarro na cidade de Laguna, abandonada pelo Coronel Vilas Boas.

Installa alli o governo republicano separado do Rio Grande —da cidade de Laguna, faz a cidade Juliana—mas curta foi a duração desse governo graças a energia de Mariath.

Retomada Laguna foge Canabarro, e este desastre obriga Bento Gonçalves a abandonar Viamão para se reunir a Netto e Crescencio o que não consegue por ter sido batido nas margens do Taquary, obrigado de novo a voltar para Viamão.

Os acontecimentos do Rio determinam a demissão de Saturnino que é substituido pelo general Andrea o pacificador do Pará.

A anarchia dominava em todo o paiz pela fraqueza da regencia.

Organiza-se no Rio a revolução e proclama-se a maioridade em 23 de Julho de 1840.

Sobe ao poder o partido que promoveu o golpe de estado.

Envia ao Rio Grande em vez de tropas pedidas pelo General Andrea—propostas de amnistia e um emissario para esse fim —Alvares Machado. —Esse procedimento do centro irrita a Andrea que classifica de *indecente* o procedimento do governo— Retira-se Andrea para ser substituido pelo emissario das propostas de amnistia, o qual pouco tempo depois estava em completa divergencia com João Paulo commandante das armas.

Achava-se a provincia do Sul anarchisada e tantos erão os desacertos do governo que mais uma vez a opinião publica se manifesta e o partido liberal teve de ceder o passo ao conservador. Luctas violentas se levantaram por todos os pontos do paiz. O novo governo teve necessidade de dominar duas sedições—a de Minas e a de São Paulo—e só quando conseguiu restabelecer a paz nesses pontos foi que poude empregar sua actividade na Provincia do Sul. José Clemente, Ministro da Guerra indica o pacificador de Minas e S. Paulo para Presidente da Provincia e Commandante das Armas. Em Novembro de 1842 assume Caxias o Commando do exercito.

Na carta por elle dirigida ao Ministro da Guerra, com a hombridade e independencia que sempre o distinguiu, expõe o estado em que encontrou o exercito, manifestando conceitos dolorosos relativos ao procedimento de alguns officiaes superiores.

Eis a Carta:

Tapera do Trilho, 22 de Abril de 1843.

Ex.mo Am.o e Snr.

Pela Carta de V. Exc.a de 5 de Março, vejo que não tem recebido as que lhe tenho escripto pelo correio e por isso fasso esta e remetto dentro da que escrevo a minha molhér, p.a ver se assim chega ao seu destino e V. Exc.a não tem mais razão p.a supôr ingrato ao sem numero de favores que lhe devo dos quaes nunca me poderei esquecer. Em outra que escrevi a V. Exc.a de S. Lourenço mandei huma noticia bem circonstanciada do estado em que tinha encontrado o Exercito, sua moralidade, estado de cavalhadas, meios de transportes, armamentos etc., mas como V. Exc.a me diz que a não recebeo tornarei de leve a tocar nesses objectos. O Exercito he em geral bravo particularm.te desde os soldados athe aos Majores, emesmo alguns Ten.es Cor.es, porem os que estão dahi p.a sima cuidão mais nos seus intereces (com as devidas exceçõens) que no serviço. O espirito commercial he aqui o mais dominante, nenhum vivandeiro veio acompanhar o Exercito que não tivesse sociedade com algum superior do m.mo Exercito, principiando pelo nosso Bento M.el que empregou em generos p.a acompanhar o Exercito, 20 contos de réis de sociedade com hum negociante Mendes. A estada aqui do Seara, dizem que concorreo muito p.a o desenvolvim.to deste espirito na tropa, pois elle dizem estava interessado com todos os fornecedores e commissarios e publicamente fazia estas infamias. O estado de armamento hé menos máo, hum ou outro corpo nececita de algumas armas em consequencia de estarem as suas já m.to velhas, porem todos estão armados com superioridade ao enemigo que temos a combater. O estado da rebelião he decadente, e creio m.mo que neste inverno os rebeldes ficarão reduzidos a pequenas partidas de ladroens, pois perderão o importante Municipio d'Alegrete de onde lhes vinhão suas cavalhadas, e eu os vou encostando p.a o lado de Bagé, de onde não podem ter recurços de novos cav.os, e nem conservar os 25.000 que trouceram d'Alegrete, e eu tendo o Municipio d'Alegrete pela recta-

guarda, posso receber remontas de cavalhadas da li, de Corrientes e do Paraguahy p.ª onde já tenho mandado emissarios, e dinheiros. Mudei de plano como já mandei dizer a V. Exc.ª (ainda creio que d'officio), em concequencia do movim.to dos rebeldes e vem na direcção de S. Gabriel, aonde deixei 2.000 homens guardando a bagagem pezada e segui ao rumo de S.ta Anna do Livramento a tomar a dianteira aos rebeldes, afim de os obrigar a hum combate, ou a emigrarem, e elles vendo queneceçariam.te eram batidos, atravessarão a linha divisoria p.ª Cunhaperú, e com duas marchas que forçarão por dentro do Estado Oriental, se puzerão a huma distancia tal do nosso Exercito, que impossivel me foi continuar a perceguil-os, sem remonta de cavallos, pois os que tinha já havião marchado 200 legoas por pedregaes, e estão quazi todos cançados; demorei-me então 3 dias sobre a linha e mandando officiaes com partidas ao Estado Oriental, pude obter 7000 bons cav.os com os quaes continuo a perceguição dos rebeldes. Os rebeldes pondo a salvo p.ª o lado de Bagé as suas cavalhadas, e aproveitando-se da distancia em que eu me achava vierão a marchas forçadas atacar aos 3 Batalhoens 3 bocas de fogo de 6, e 600 homens de cav.ª que eu tinha deixado em S. Gabriel, mas, não se animando a isso, se contentarão em aproveitar do desleixo do Cor.lo Jacintho Pinto, que commandava esse ponto, roubando os cavallos, que por inuteis eu havia ahi deixado, espalhando os bois dos transportes e matando aos poucos soldados, que por imprevidencia do Cor.el os guardava, assim como a algumas praças que desperças encontrarão pela Povoação de S. Gabriel. Isto com q.to nada valha, sempre me mortificou, e como não estou acostumado a revezes na guerra, fiquei hum pouco triste. Mandei logo suspender do com.do da Divizão ao tal rellaxado Cor.el e nomeei hum concelho de investigação, e irá ao de guerra se houver materia p.ª isso, ainda que os poltroens do concelho Supremo, dissidão que elle fez seu dever como dissidiram a respeito do Leite.

Bento M.el logo que vio mudado o Ministerio julgou que eu tambem o seria, na fórma do costume, e vizando o mando do Exercito, principiou a rosnar pela bouca pequena, que era de opinião de 2 auctoridades na Prov.ª, e que estava m.to descontente por eu o não ter empregado em com.do de alguma Devizão: Ora athe essa epoca elle não tinha cumprido nada do que tinha prometido ao Governo. Nenhuma deffecção tinha apparecido nos rebeldes, e por tudo isso, e pela falta de confiança de que elle gozava no Exercito, eu não julguei politico empregalo no com.do de coiza nenhuma, mas trazia-o sempre commi-

go, consultava-o sobre qualquer movimento que pretendia fazer e davalhe muita consideração em publico afim de hir aos poucos dissuadindo alguns chefes que o detestavão, e muito já tinha conceguido quando a sahida de V. Ec.ª do Ministerio, q.do eu menos o esperava me veio desconcertar e dar animo aos invejosos da minha fortuna: Bento M.el mandou logo seu filho o D.r Sebastião p.ª a Corte com ordem de escrever contra mim e exagerar a capacidade do Pai, p.ª o com.do do Exercito, aprezentando a ideia de 2 aucthoridades para a Prov.ª. O que elle por lá terá feito não sei: V. Ec.ª que lá está melhor o saberá. Continuou Bento M.el contudo a acompanhar-me e como visse que não achava éco no Exercito contra mim tem se reprimido, m.to mais depois que teve certeza que o novo Ministerio me não era avesso e que m.mo nelle havião alguns tão meus am.os como o Snr. José Clemente. Eu não me dei nunca por sabedor, e antes o tratei sempre com a m.ma afabelidade e franqueza, e isto o tem desconcertado tanto que me consta que elle já diz que se tinha em conta de m.to velhaco, porem que eu era mais do que elle tendo metade da sua idade, e que estava disposto a me continuar a ajudar em tudo e que não podia negar que eu hia marchando muito bem &. O caso hé que vou tirando delle todo o partido. No dia 16 deste mez se me aprezentou hum T.e Cor.el rebelde de nome Demetrio Ribeiro, com 80 homens e 600 cav.os roubados aos mesmos rebeldes, e huma reunião de mais de 200 homens, foi effectuada no Municipio d'Alegrete e Missoeons, logo que os rebeldes evacuaram o Municipio. Espero tambem hum outro T.e Cor.el conhecido por Amaral Ferrador, que não vinha já, porque me queria fazer hum servisso antes de vir. Estes 2 homens são pessoas de Bento M.el e por isso logo que me chegaram os reuni a elle e addicionando-lhes mais força formei hum corpo ligeiro com o qual anda Bento M.el em deligencia de tomar as cavalhadas dos rebeldes. Creio que tenho dado a V. Ex.ª huma noticia do que por aqui se tem passado e se não mais circonstantiada he isso devido a falta de tempo que de certo me não sobra. Espero que V. Ec.ª como meu am.º fassa desfazer por meio dos jornaes qualquer intriga que o tal D.r Sebastião me tenha formado e que mesmo fassa saber ao meu Ministro a fonte donde ella imana, e o motivo, e se V. Ex.ª vir que o Governo vacila em me sustentar, diga-lhes que me dimittão q.to antes pois nenhuma vontade tenho de sahir depois de perder o conceito em que alguns meus am.os me tem e que a custa de muitos riscos de vida tenho alcançado. Esteja V. Ec.ª certo de que com justiça só me poderão notar algum erro de inteligencia, pois prezo de bem servir ao Impera-

dor e pela minha conducta fuctura eu epotheco a passada na qual creio que não encontrarão manchas. Disponha do seu am.º que he e lhe será sempre agradecido.

BARÃO DE CAXIAS.

NB. Quando V. Ex.ª me quizer responder mande a carta a minha mulher p.ª a remetter.

Encontrára Caxias o exercito desmoralizado pelos revezes, pela longa inacção e indisciplina, tristes exemplos dados pelos comdtes das armas—Manoel Jorge e João Paulo.

Quatro mezes depois de assumir o commando estava o exercito legal organizado e a campanha encetada.

Si a politica tortuosa seguida pelo governo central concorreu para alimentar a guerra no Sul—a reunião da constituinte republicana na cidade de Alegrete então capital da republica, veiu mostrar que a desunião e a discordia reinavam no campo republicano.

Dois partidos alli se degladiavam—o mais poderoso pelo numero era dirigido por Domingos José de Almeida—o outro tinha á sua frente o notavel rio-grandense Antonio Vicente de Fontoura.

Azedos andavam os animos quando deu-se o assassinato do vice Presidente da republica Antonio Paulo de Fontoura, attribuido pelo violento Onofre a Bento Gonçalves—accusação injusta por quanto o cavalheirismo reconhecido daquelle valente cabo de guerra o tornava incapaz de praticar ou ordenar um tal acto.

A leviandade de Onofre occasionou o encontro com Bento Gonçalves, e o ferim.to de que veiu a fallecer dias depois.

Duello—dizem as chronicas modernas, porêm os contemporaneos designavam o facto—a lucta de tamancos. A palavra—duello—nunca foi pronunciada naquelle tempo.

O Barão de Caxias depois de organizar o exercito, enceta as operações formando duas extensas linhas—uma do Jacuhy até as Missões, outra pelas margens das lagôas até a fronteira oriental—e lentamente, pois faltava-lhe a cavallaria, foi pouco a pouco batendo e apertando o inimigo e impedindo a juncção de suas forças; e infligindo-lhe derrotas em Ponche Verde, Sarandy, Arroyo Grande, Porongos.

O assassinato de Fontoura a 3 de Fevereiro de 1843, a morte de Onofre a 3 de Março, dividindo ainda mais profunda-

mente os grupos mostrou aos revolucionarios que não poderiam prolongar a lucta com vantagem.

Fructuoso Rivera aconselha aos republicanos que promovam a pacificação e se offerece para apresentar a proposta a Caxias, que a repelle, declarando que só acceitaria a submissão incondicional, garantindo porêm aos revoltosos a clemencia Imperial e o esquecimento do passado.

Pouco depois depois renovam-se as propostas e desta vez iniciadas por Antonio Vicente de Fontoura e o Padre Chagas, que solicitam e conseguem de Caxias salvo conductos para com elle se entenderem.

Victorioso por toda a parte—tendo a suas ordens um exercito poderoso e disciplinado, affeito as luctas já conhecedor da guerra especial do inimigo, entendeu o preclaro brazileiro que era chegado o momento da generosidade—sem *indecencia* como a desejava o Marechal Andrea.

Recebendo os emissarios brazileiros prometteu Caxias facilitar o congraçamento—«Quanto me tem custado conciliar o animo dos nossos patricios, isto é, daquelles que são sinceros e que tem sido vivamente agitados e sacudidos pelas perfidas insinuações dos malvados que só anhelam sangue, de istruição e mortes» palavras de Fontoura encontradas no seu precioso *Diario*.

Afinal estabelecidas as bases e acceitas pelo Presidente Gomes Jardim, foi convocada uma reunião dos principaes chefes do movimento—expedindo nessa occasião Gomes Jardim, o officio abaixo transcripto—e que como documento curiosissimo foi publicado no *Jornal do Commercio* de Porto Alegre de 3 de Abril corrente, e cujo conhecimento devo a obsequiosidade do nosso illustre consocio Dr. Leopoldo de Freitas.

Esse documento era ignorado. Fazia parte do archivo do general Canabarro e só agora foi encontrado pelos herdeiros da finada D. Carolina Canabarro, e estão sendo publicados com o titulo—*Papeis velhos—Em vesperas da Paz*—no jornal a que acima me referi.

Presidencia, 17 Janeiro 1845.—Cidadão general em chefe do exercito.—O cidadão Major Antonio Vicente da Fontoura em sua correspondencia de doze d'este mez me conjura por vosso orgão de ir ao Exercito com prontidão assistir á realisação do tratado de Paz que se agita entre o Imperio do Brazil e esta Republica, e comquanto me sobrem vehementes desejos de comparecer pessoalmente em acto tão solemne, meu actual estado de saude, a meu pezar, o veda: por cuja razão autorizo o Cidadão

Ministro Manoel Lucas de Oliveira a representar por mim nese acto; e uma das instrucções que lhe dou, he, que vos intime da parte do Governo, de reunir a pleno Conselho os Srs. Generaes e mais oficiaes do Exercito, e que alli o nosso Enviado Major Fontoura exponha franca e fielmente as condissões com que o Governo Imperial oferece a Paz á Republica: feito isto ouvireis com calmosa atensão os pareceres de cada um dos Membros do Conselho, e, consumado o trabalho fareis lavrar uma acta bem explicita do resultado que me será enviado pelo conducto do actual Ministro, ficando copia formal no archivo do Exercito, e entregando-se uma outra ao noso Enviado para xegar ao conheciments do Sr. Barão de Caxias.

Em gráo supremo me lisongea a esperansa de que as opiniões de tantos Benemeritos não diverjem, assim como os não dividia nunca o designo de crear-se á Patria, os trabalhos, as privasoens, os sacrificios e a grandiosa soma de sofrimentos passados em quasi dois lustros.

O mais que emito, Cidadão General, vo-lo manifestará o Ministro, portador d'estas.

Deus vos guarde para bem da Patria.

Cidadão General David Canabarro.

José Gomes de Vasconcellos Jardim.

Reunida a commissão em Bagé, foi resolvida a pacificação, presentes o Presidente da Provincia Gomes Jardim representado pelo ministro Manoel Lucas, David Canabarro, general em chefe do exercito republicano Silveira, Netto e outros.

Não se oppoz Canabarro ao congraçamento—Já havia muito antes manifestado sua opinião como se verifica do precioso autographo que passo a ler.

Patricio e amigo, Meirelles.

Com praser recebi as saudações que me enviastes por meu parente Canabarro, quando elle me veio falar da parte do brigadeiro Bento Manoel em negocios de paz.

Vem a proposito dizer-vos alguma cousa de objecto de tanta monta e tão despresado como sempre tem acontecido, e finalmente por ser agente destas negociações um homem como Bento Manoel, que nenhum conceito tem para os republicanos pelo caracter que ha desenvolvido na guerra que afflige nossa patria a mais de sete annos.

A humanidade reclama um termo a tantos males, não podemos ser indifferentes as ruinas do nosso paiz que a nossos olhos parece despenhar-se em um profundo abismo.

O governo Imperial continua a pretender succumbir a republica do Rio Grande, com emprego da força armada: os republicanos resistirão e não serão vencidos: exis a guerra prolongada, exis nossos males ao infinito.

Porque não haverá um meio de contragularmo-nos com os brasileiros?

Sim, eu conheço um que vem a ser a federação com o Imperio, pois a opinião geral dos republicanos Rio Grandenses, desde os chefes ao ultimo soldado: elles perdem a republica mas querem em premio da perda de sua bandeira a perto de oito annos sustentada, uma consideração do governo de D. Pedro II e não exigem condições difficeis de preencher.

Mas, meu patricio e amigo, os delegados do Imperador não querem dirigir-se ao governo republicano, elles querem tratar aos republicanos como anarchistas e assim nada consiguirão.

Si por exemplo o actual Presidente e commandante do Exercito Imperial, se dirigisse ao governo da republica acharia disposições de paz, e a conseguiria sem quebra da dignidade de ambas as partes.

Com profunda dor em meu coração vejo continuar a devastar-se o nosso paiz, mas o que fazer?

Nada—porque o actual Presidente Imperial tem commissionado a um homem sem fé para se nos dirigir.

Hoje por desaffogo a meu coração vos tenho dito o meu modo de pensar. Adeus, contae com o vosso

Amigo e patricio.

David Canabarro.

Campo em Marcha 10 de Março de 1843.

Até hoje era facto averiguado que o chefe da revolta Bento Gonçalves se oppunha ao congraçamento geral—mas um dos documentos encontrados no archivo de Canabarro e publicado no dia 5 do mez corrente no Rio Grande, veio fazer desaparecer a duvida—Eis o documento até ha poucos dias inedicto

Cidadão General

Em observação a quanto ordenais em vosso officio de 21 de Janeiro ultimo, chamei a Conselho os officiaes superiores da força de meu imediato mando para emitirem suas opiniões sobre a

transcendente negociação entabolada com o Barão de Caxias, Commandante em chefe do Exercito Imperial, e pela acta que aqui junta envio vèreis o unanime acôrdo dos mesmos.

No dia 13 do corrente marchei do Christal no empenho de cumprir vossa ordem, depois de haver tomado as precisas medidas para a segurança daquella Força, e chegando a Jaguarão no dia 19 huma inopinada constipação me privou de proseguir a marcha a esse campo, e rezolvi a elle mandar o cidadão Ismael Soares da Silva, seguindo pelo Exercito Imperial, afim de ser informado do ponto que occupais e estado da negociação pendente; elle acaba de regressar voltando do campo d'este por saber que só aguardaveis minha chegada, e ser este impossivel segundo meu máu estado de saude.

E' pois de meu dever dirigir-vos este para annunciar-vos quanto venho de responder e habilitar-vos com meu voto para conclusão de tão apetecido arranjo; minha opinião Snr. General he, e será aquella que adopte a maioria de meus irmãos de armas, sempre que esteja nas raias do justo e do honesto, e, ainda mesmo, quando no caso vertente estes sagrados objectos deixem de ser observados, nem por isso serei capaz de a ella oporme, tendo eu outros meios em semelhante caso para deixar ileza minha honra e consiencia. A páz he indispensavel fazerse, o paiz altamente a reclama pois infelizmente victima de nossos desacertos nada temos a lucrar com os azares da guerra; eu vejo, mao grado meu, que hoje não podemos conseguir vantagens, que estejão em armonia com nossos sacrificios, por se ter, a despeito de meus insessantes conselhos, perdido a melhor quadra de negociar-se uma conciliação honroza. Nada sei das condições em que se tenha a páz lavrado, e menos das instrucções que conduziu o Commissionado da Corte do Brazil, e sendo tudo para mim misteriozo me a balanço a lembrar-vos que uma das primeiras condições deve ser o pleno esquecimento de todos os actos que individual ou collectivamente tenhão praticado os Republicanos durante a luta, não sendo em nenhum caso permittido a instauração do prosseço algum contra estes nem ainda para revendicação de interesses privados Tendo omitido minha opinião, resta-me repetir-vos a paz he absolutamente necessaria, que, os meios de proseguir na guerra se escaceião, o espirito publico está contra qualquer ideia que tende a prolongar seus soffrimentos, classificando de guerra caprixoza a continuação da atual; huma conciliação he sempre preferivel aos azares de uma derrota; a historia antiga e moderna nos fornece mil exemplos que não devemos desprezar.

Compenetrai-vos d'esta verdade e evitai quanto poderdes

os funestos sucessos que vão aparecer se prevalecerem as bravatas contra os conselhos de sàa razão; lembrai-vos que muitos que os propalam vos abandonarão no momento do perigo.

Eu pretendo esperar aqui vossa ulterior resolução, e só depois d'ella poderei mover-me quando minha saude permitta. E' portador o Tenente José Narcizo Antunes por quem espero uma resposta cathegorica d'este negocio.

Deus vos guarde.

Estancia do Velho Netto, 22 de Fevereiro 1845.

BENTO GONÇALVES DA SILVA

Ao cidadão David Canabarro, General em chefe do Exercito.

Assentadas as bases para a pacificação partiu Fontoura para o Rio de Janeiro, e tendo sido ellas acceitas pelo ministerio voltou o emissario e no dia 25 de Fevereiro de 1845 no acampamento da Carolina (Ponche Verde) illustrado um anno antes pela victoria de Bento Manoel, foram publicadas as condições da paz—doze artigos—honrosos para os revolucionarios e para o governo, que era naquelle momento poderoso por estarem anniquiladas as forças da republica.

Tão brilhante resultado acarretou ao jovem pacificador accusações dos invejosos de sua gloria: não queriam comprehender que na lucta civil o inclyto general era mais brazileiro do que soldado!

Já pacificara outras provincias, seguindo sempre a mesma politica—nunca permittiu inutil effusão de sangue—foi sempre extremamente generoso com os vencidos.

Foi essa grandeza de alma que fez seu nome abençoado por aquelles que chamara ao cumprimento do dever. Na sua passagem nenhum lucto—nenhuma lagrima derramada depois da victoria.

Quando deixou a provincia do Rio Grande do Sul, em cada chefe da revolta, desde Bento Gonçalves até o mais humilde cabo, contava um amigo.

Ter-se-iam todos aquelles heroes intemeratos se deixado corromper pelo vencedor?

Depois desses gloriosos acontecimentos por duas vezes deu-nos a victoria combatendo o extrangeiro.

Primeiro, foi levar a liberdade aos povos do Prata opprimidos pelo despotismo de Rosas—escrevendo em nossa historia aquella gloriosa pagina que se chama Monte Caseros!

Na segunda vez já alquebrado pelas molestias e pela edade —guiado pela honra e pelo amor da patria, foi libertar mais um

povo e vingar duras affrontas, encerrando sua gloriosa vida militar com os feitos immortaes de Angustura e Lomas Valentinas.

Por toda a parte se mostrou sempre o mesmo—valente, generoso.

Existe na historia moderna da França um facto grandioso.

O principe de Joinville a frente de uma esquadra conduzira de Santa Helena para França os restos mortaes do grande Napoleão.

A 15 de Dezembro de 1840 passava-se em Paris uma scena memoravel.

De todos os pontos da Europa e do paiz correra a multidão para assistir a magnificente cerimonia.

As tropas da guarnição da cidade e toda a guarda nacional se achava formada, parte escoltando o corpo do Imperador, parte formando duplas alas para a passagem do carro mortuario.

O caixão estava coberto com o manto Imperial e junto o sceptro e a corôa de brilhantes.

Os 86 departamentos da grande nação alli se achavam representados com suas bandeiras.

Os marechaes Oudinot e Molitor, o almirante Roussin e o velho general Bertrand o amigo dedicado que nem na prisão abandonara o heroe, rodeavam o coche funebre, puchado por 16 cavallos brancos.

Quando o carro passava por baixo do Arco da Estrella, parou por um momento—scena indescriptivel, sublime apotheose que a França inteira tributava ao grande Imperador.

Chegando o carro em frente ás grades dos Invalidos—36 possantes marinheiros desceram o esquife, e o clero alli reunido recebeu o corpo para conduzil-o ao tumulo em que repousa, debaixo daquella dourada cupula que domina todo Paris.

O Principe de Joinville conduzia a cerimonia. Ao entrar o ataude no templo, Luiz Phelippe, separa-se da sua côrte e só, caminha até a entrada da nave—Sire, dise o Principe de Joinville; Eu vos apresento o corpo do Imperador Napoleão!—

Eu o recebo em nome da França! repondeu Luiz Phelippe, no meio de um silencio sublime provocado por essa scena magestosa!

Porque motivo o descendente dos reis expulsos pela Aguia Corsa, vinha cumprir o testamento do grande Imperador, dando-lhe sumptuoso tumulo junto ás margens do Senna, no meio do povo francez que tanto amara?

Teria o filho de São Luiz perdoado ao usurpador?

Não! Luiz Phelippe cumpria um dever civico—estabelecia o elo para prender as glorias do Imperio ás da monarchia—avivava a tradição—que como diz Gabriel, é a memoria da humanidade!

Esse facto grandioso tem alguma analogia com a nossa historia contemporanea.

A commissão encarregada de erigir um monumento que perpetuasse a memoria do grande soldado da monarchia, só conseguiu realizar o voto nacional quando se achava estabelecida a Republica.

Si a scena não foi tão grandiosa como aquella que descrevi —tivemos occasião de ver o Presidente da nova Republica, no meio de grande pompa prestar as homenagens patrias ao servidor da monarchia!

Os factos historicos se reproduzem no decorrer dos seculos: na nossa patria já se começou a ligar o passado ao presente!

Cabe-nos continuar!

São Paulo, 20 de Abril de 1901.

João Moraes.

Revolução do Rio Grande

1835 a 1845

REPRODUCÇÃO HISTORICA

II PARTE

Ha muitos annos quando comecei a organisar uma collecção de autographos ineditos dos homens mais notaveis deste paiz, desde logo fui levado a consagrar profunda veneração á memoria de José Clemente Pereira.

Sentia profundo encanto todas as vezes que conseguia obter algum seu autographo, pois contava nelle encontrar mais uma prova de fervoroso zelo pela causa publica ou a manifestação do sincero amor que votava aos infelizes.

Desde moço salientou-se José Clemente como incançavel luctador.

Quando Portugal foi invadido por Junot, abandonou elle os bancos academicos para se alistar como voluntario e juntamente com José Bonifacio fez aquella campanha.

Expulsos os francezes, acompanhou o exercito que invadiu a Hespanha e servindo debaixo das ordens de Wellinghton combateu em Saragoça.

Em 1815 vem para o Brasil e abre banca de advogado no Rio, notabilisando-se desde logo pela propaganda de principios liberaes.

Nomeado Juiz de Fóra da Praia Grande, começou nesse cargo a desenvolver a assombrosa actividade administrativa e que foi até o dia de sua morte inesperada uma das faces mais brilhantes do seu priviligiado talento.

No exercicio daquelle cargo prestou serviços importantes de organisação, abastecimento de agua e deu o risco á parte da cidade de Nitheroy.

Portugal e Brasil continuavam a ser naquelle periodo governados pelos rigorosos principios do absolutismo.

No Rio o Intendente Geral da Policia Paulo Fernandes Vianna, empregava actividade assombrosa para impedir o desenvolvimento das idéas liberaes, prohibindo o despacho de impressos politicos coarctando a liberdade da imprensa, tornando-se necessaria licença sua até para publicação de annuncios—porque se *assim não procedesse ficaria quebrantada a segurança publica*!

Como specimen da sua actividade vou ler o seguinte autographo—que bem denota o systema governativo da epocha.

Mui reservadam.te observará V. M. por si e por pessoa de sua confiança o Brigadeiro Estiller Hespanhol, que reside em São Gonçallo ha años; por que consta aqui que depois das ultimas noticias vindas de Portugal elle se tem declarado em opinioes politicas constitucionaes e faz proselitos pelas influencias de sua conversação. Hé preciso saber q.m o frequenta agora ou seja dahi ou aqui da cidade, ou seja Hespanhol, Portuguez ou de outra q.lq.r Nação.

Tudo isto lhe recommendo com toda actividade—Rio 29 de 8br.o de 1820. Paulo Fernandes Vianna.

Tendo porem a Hespanha adoptado uma Constituição com Governo Representativo, o facto provocou movimento liberal no Reino.

Chegando essa noticia ao Brasil, Palmella o unico ministro notavel que havia no Governo, em repetidos memoriaes lembrou a D. João a conveniencia de enviar o principe D. Pedro a Lisbôa.

Mostrava o previdente ministro que os governos só conseguem evitar os effeitos revolucionarios quando se collocam á frente do movimento para dar direcção conveniente e conquistar a affeição popular.

O despotico ministro Antonio Thomaz se oppõe aos conselhos de Palmella—era preciso levar-se tudo a ferro e fogo sem o que perderia a coroa seu prestigio.

Estes conselhos não desagradavam a D. João que se não era sanguinario e violento, deixava-se dominar pelos principios do absolutismo em que fôra creado.

As grandes idéas revolucionarias porém se desenrollavam com a rapidez do raio, e em quanto D. João lia os memoriaes e exigia novos, dominado pela reconhecida indecisão que teve em todos os momentos solemnes, a revolução passava de Lisboa aos Açores, dos Açores á Madeira e atravessando o Oceano irrompia no Pará e na Bahia!

Por toda a parte jurava-se guardar as bases da Constituição Portugueza, que fosse votada pelas Cortes.

Foi só quando já estava proxima a tormenta que o irresoluto monarcha assignou o Decreto de 18 de Fevereiro de 1821 —determinando ao principe D. Pedro que seguisse para Portugal como Regente, para o fim de governar o reino, restabelecer a ordem e ouvir as queixas dos povos.

Era porem tarde! Já havia passado o momento psychologico —não mais se podia dominar os acontecimentos e o temporal já rugia junto aos paços reaes.

Chega ao Rio a noticia de que José Clemente reunira o povo em Maricá e fizera jurar a Constituição.

Paulo Fernandes Vianna intenta impedir o movimento, faz prender alguns dos chefes mais em evidencia—porem só consegue apressar a revolta.

No dia 26 de Fevereiro povo e tropa se achava reunido no largo do Rocio reclamando o juramento da Constituição.

Perturba-se o rei ao receber essa noticia e pela primeira vez chama D. Pedro para o aconselhar.

Obtendo plena liberdade de acção, resolve este ir ter com o povo revoltado.

O principe era homem talhado para a lucta—intrepido e arrojado se faz acompanhar por um criado e chegando ao Rocio—abre caminho por entre a multidão, sobe ao terraço do theatro de São João e reclamando silencio pergunta qual o motivo da revolta.

Responde-lhe o advogado Macamboa, pedindo em nome do povo para que fosse jurada a Constituição que se discutia em Portugal.

Vendo o principe que era necessario transigir procura dirigir o movimento o que facilmente consegue.

Declara que vai transmittir ao Rei a vontade do povo.

Corre ao Paço, arranca de D. João a promessa de jurar a Constituição, obriga-o a demittir os ministros que no dizer de Macamboa enganavam o Rei, e volta ao Rocio para dar conta do resultado da sua intervenção.

Assim o Decreto de 26 de Fevereiro revoga o de 18.

Neste tempo já se achava José Clemente intimamente ligado a Ledo.

Ambos trabalhavam pela independencia—um pensava conseguil-a promovendo a monarchia como José Clemente, outro pela republica como queria Ledo.

Tendo porem sido publicado o decreto de 28 de Fevereiro dando conhecimento de ter D. João resolvido seguir para Portugal conforme determinara o ministerio—transigiram os chefes do movimento e ligaram-se para impedir a partida do Principe. Comprehendiam que si não ficasse no Brasil um membro da familia real, estaria de novo recolonisado, seriam retiradas as liberdades concedidas, dominaria o absolutismo e mais difficil se tornaria então a Independencia.

Reunidos todos pelo interesse commum José Clemente o homem de acção—convoca o Senado da Camara e vai apresentar ao Rei o pedido dos povos—a permanencia no Rio de um membro da familia real.

D. João repelle o pedido, bruscamente responde a José Clemente.

Encontra-se sua resposta no aviso de 4 de Março de 1821.

A recusa do Rei provoca a indignação popular. Reunidos os eleitores para uma eleição parochial, se approveitam para declarar que a elles competia o direito de designar a Constituição, e nomear ministros—E' levantada a idea de se fazer desembarcar o thesouro publico, carregado para bordo da esquadra que devia conduzir a familia real—e afinal surge a idéa de se prohibir a partida do Rei.

Quanta obscuridade e contradição se encontra na nossa historia!

Existem opiniões valiosas que acreditam ter sido essa reunião promovida pelo Rei, que sem coragem de contrariar os ministros que determinaram sua volta para o reino—pretendia ver si por meio de um motim conseguia illidir aquella deliberação.

Mas corre tambem com visos de verdade que o princepe D. Pedro não querendo seguir para Portugal e receioso que dominasse o parecer daquella assembléa, foi se entender a noite occultamente com o general Caula e conseguiu que este no dia seguinte dissolvesse a reunião dos eleitores pelo emprego de força, o que se realizou.

O rei aterrorizado resolveu então nomear o principe regente —Decreto de 7 de Março de 1821.

Os promotores da independencia cercam o principe—falam-lhe com enthusiasmo dos beneficios da liberdade—conduzem-no ás lojas maçonicas e alli recebe as inspirações dos homens mais notaveis daquella epocha—e assim foi se acostumando a ouvir a descripção dos males produzidos pelo absolutismo.

Já não era um misterio o esforço que se empregava pela independencia—e os acontecimentos precipitavam-se com tal rapidez que quando D. João VI a 26 de Abril de 1821 abandonava terras do Brazil, já se achava tão convencido da separação que deu aquelle memoravel conselho ao principe—«Eu vejo que breve estará o Brazil separado de Portugal. Se o não puderes conservar para mim—guarda-o para ti.»

E' verdade que D. João foi obrigado mais tarde a negar o facto—mas o notavel brazileiro Marquez de Rezende, asseverou que teve em mãos a communicação para transmittil-a a corte da Austria—é pois uma verdade historica.

Com a partida do rei, redobram de esforço os brazileiros—Surge o *Reverbero*, o jornal que teve a gloria de ser o primeiro a defender as pretensões brazileiras—deante das tropas de Avilez, que pensou ser possivel remover o perigo, promovendo o movimento militar de 5 de Junho de 1821, para obrigar o Principe a jurar a constituinte e acceitar uma junta de nove membros encarregada de assistir os despachos do principe e fiscalizar os ministros.

José Clemente consegue annullar os intuitos de Avilez fazendo eleger para a junta amigos particulares de D. Pedro, que continuou a proceder livremente; guardando apenas profundo rancor ás tropas portuguezas e ao seu commandante.

Não descançavam as Cortes, lançando mão de todas as violencias pensavam ainda impedir a separação do Brazil. Nesse intuito ordenam ao principe para que fosse viajar incognito pela Europa.

Serve essa ordem para excitar o povo—resolve-se impedir a partida de D. Pedro.

Em casa do patriota José Joaquim da Rocha, corre a multidão para firmar representações, elevando-se as assignaturas a mais de 8 mil em poucos dias.

A camara desta Capital é convocada pelo ouvidor Costa Carvalho, e uma deputação a cuja frente se achava José Bonifacio parte para o Rio afim de conseguir que o Principe desobedeça os decretos das Cortes.

Tendo sido entregues ao Senado da Camara do Rio representações populares, José Clemente no dia 29 de Desembro propõe para que a corporação que presidia fosse incorporada appresentar ao principe o pedido popular.

No dia 9 de Janeiro de 1822, José Clemente acompanhado de todos os vereadores, levando desfraldada a flammula da Camara, rodeado da população brazileira e de velhos portuguezes que já se achavam com familia organizada no paiz vai ao Paço levar a representação dos povos.

Ao entregal-as ao principe, pronuncia violento e energico discurso, no qual pela primeira vez clara e desassombradamente falla em «*Independencia*».

Comprehendendo que a separação estava feita quer se retirasse, quer permanecesse no Brasil, D. Pedro pronunciou a memoravel phrase—«Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto—Diga ao povo que fico!»

Corre José Clemente a uma das janellas do Paço, e dá conhecimento ao povo da resolução do principe, que no meio de extrepitosas acclamações vem a janella confirmal-a.

Era geral o regozijo—Todos comprehendiam que nenhuma força podia mais impedir a separação do Brazil.

O—Fico—era a desobediencia as ordens das Cortes—era a revolução capitaneada pelo Principe!

Não mais descança José Clemente—No dia 13 de Janeiro vai levar a D. Pedro, em nome do povo o titulo de Defensor Perpetuo do Brazil!

A 23 volta na frente do Senado da Camara para pedir a convocação da Constituinte Brazileira!

Correm os emissarios ás tres provincias—Rio—S. Paulo e Minas—reunem-se os esforços e espera-se a occasião para tornar official o que já era uma realidade.

Em Março segue o principe para Minas afim de harmonizar os animos. A 25 de Abril se achava de volta, e inexperadamente comparece ao Theatro, recebido com freneticas manifestações pelo povo que em massa o acompanha depois de findo o espetaculo.

No dia 26 de Abril o *Reverbero*, o jornal de Ledo e José Clemente publica o memoravel—vibrante artigo.—«Principe! Rasguemos o veo dos misterios! Rompa-se a nuvem que encobre o sol que deve raiar na esphera brazileira!

Forme-se o livro que nos deve reger sobre as bases já por nós juradas, e em grande pompa seja conduzido e depositado sobre as Aras do Deos de nossos Paes. Ahi, diante do Altissimo que te hade ouvir, e punir se fores trahidor, jura defendel-o e guardal-o a custa do teo proprio sangue:

Não despreses a gloria de seres o fundador de um novo Imperio!

Princepe! As nações todas tem um momento unico, que não torna quando escapa, para estabelecerem seos governos.

O Rubincon passou-se!

Atraz fica o inferno:

Adiante está o templo da Immortalidade:

Redire sit nefas».

Afinal chega o momento anciosamente esperado.

Descançava D Pedro junto as margens do Ipyranga quando vê chegar a toda brida um official de nome Gabizo que trazia-lhe do Rio noticias importantes enviadas pela Regente, que recommendara ao emissario que desempenhasse a commissão com maxima brevidade, tão importantes eram os despachos.

Lê D. Pedro os quatro Decretos das Cortes, comprehende que ellas dominando impavidamente em Portugal queriam tel-o sob seu jugo. Revolta-se seu sangue juvenil ao ler a Carta de D. João 6. Lembra-se que está rodeado de um povo que o amava. Procura na memoria o passado e nem mais se lembra das margens do Tejo que deixara creança—e só vê a gloria de ser o fundador de um novo Imperio em um Novo Mundo—resoluto chama os que o cercavam da-lhes com lagrimas de indignação conhecimento dos Decretos, e arrancando as cores portuguezas que trazia elevou o brado de—Independencia ou Morte!

Voltando a esta cidade já se achava acompanhado de enorme multidão que o victoriava—e nessa noite recebeu elle a primeira acclamação dos brazileiros.

Ao entrar no camarote do pequeno theatro do largo de Palacio, que existia na parte do terreno em que se eleva hoje a Secretaria de Agricultura—subiu em um dos bancos da platea o ardente patriota Conego Dr. Ildefonso Xavier Ferreira e por muitas veses entre freneticos applausos acclamon—D. Pedro, primeiro Rei do Brasil!

Voa a noticia jubilosa para todos os pontos, antecedendo ao principe que a 17 de Setembro chega ao Rio.

Já havia José Clemente convocado o Senado da Camara e proposto para que fosse o principe acclamado Imperador do Brasil—No dia 21, aquella corporação designa o dia 12 de Otubro para ter lugar aquella solemnidade.

Realizou-se ella no Campo de Santa Anna, com immensa pompa, sendo o discurso official pronunciado pelo incansavel luctador José Clemente, e foi elle proprio quem dictou a acta da acclamação—da qual consta que o mesmo senhor D. Pedro foi acclamado legal e solemnemente pelo Senado da Camara, homens bons e mesteres, povo e tropa da cidade e procuradores das Camaras.

Recapitulando demoradamente a parte historica da nossa Independencia, eu o fiz para reviver o passado do venerando patriarcha José Clemente.

Descrevendo aquelle periodo temos descripto a primeira phase da vida daquelle homem excepcional.

Foram muitos os que trabalharam para nossa emancipação politica—mas quando em remoto futuro a historia descrever na sua severa imparcialidade aquelles acontecimentos ella dirá ás futuras gerações a parte gloriosa que coube a José Clemente, e ao mesmo tempo a cruel ingratidão de que foi victima!

Ainda perduravam nos vastos territorios da nova monarchia as festas da Independencia, e um navio cortando tristemente as ondas levava para terras do exilio um dos patriarchas que mais ardentemente concorrera para aquelle grandioso acontecimento!

Ledo o inimitavel luctador procurava na fuga a liberdade, Januario, Nobrega e outras eram arrojados nos calabouços das fortalezas;

O facto historico, não tem precedentes em paiz algum do mundo!

Em 1824 voltando do exilio, foi José Clemente nomeado Intendente Geral de Policia.

Nesse cargo assim como no de ministro que pouco depois occupou tornou-se notavel como provecto administrador. Abasteceu de agua o Rio de Janeiro. Regularizou o serviço dos Correios—Ordenou a primeira Exposição de Bellas Artes—collaborou no Codigo Criminal.

Nesse doloroso periodo de graves agitações, teve occasião de mostrar que era superior a quasi todos os da sua epocha—quando Pedro 1.° se viu abandonado por todos quantos curvara ao peso de favores e distinções, foi elle um dos poucos que se conservou a seu lado apezar de ter visto sempre seos previdentes conselhos despresados pelo Imperador!

Dada a abdicação retirou-se José Clemente da vida politica.

Em 1835 ainda se achava José Clemente retirado da vida publica quando teve de abandonar o saudozo retiro a instancias de Evaristo da Veiga.

Em boa hora o fez!

Neste terceiro periodo de sua vida publica desenvolveu e realisou obras tão grandiosas que immortalisariam seo nome se aquelles serviços tivessem sido prestados a qualquer paiz do mundo que não fosse o nosso.

De 1836 a 1837 tomou parte nos trabalhos da 1.ª Assembéa Provincial do Rio de Janeiro e em 1838 voltou a Camara dos Deputados.

A primeira vez que occupou a tribuna prendeu a attenção geral daquella pleiade brilhante que então surgia.

José Clemente era um orador primoroso—e antes de entrar na discussão politica veio declarar que se achava com a precisa calma para aconselhar os partidos agitados—aprendera nos sofrimentos—esquecera o passado e já havia perdoado aos que o tinham perseguido.

E dizia a verdade!

Darei conhecimento de um precioso autographo, prova cabal do que elle affirmava.

Pouco antes de pronunciar aquelle discurso dessapparecia de entre os vivos José Bonifacio, o grande!

O paiz inteiro manifestou sincero sentimento pela morte desse paulista que que tanto honrou sua patria!

Diante do seu tumulo desappareceram os adversario politicos!

Fora entretanto elle quem lavrara como ministro a ordem de deportação de José Clemente em Outubro de 1822.

Temos por habito relevar as fraquezas humanas, que são as nossas proprias.

Filhos da Egreja, sabemos perdoar as offensas que nos são feitas, e muitas vezes nem mesmo procuramos conhecer o infeliz que dominado por máus instinctos, procura na sombra denegrirnos com factos calumniosos—mas si perdoamos não temos a virtude de architectarmos o panegirico dos nossos perseguidores!

Essa grandeza de alma, essa perfeição de sentimentos só pertence a homens excepcionaes, como era incontestavelmente José Clemente Pereira. A lucta entre elle e José Bonifacio era politica, mas vehementissima—na altura das convicções daquelles athletas.

Apesar da inimisade que os separava, José Clemente como segundo Grão Mestre do Grande Oriente do Brazil, deu conhecimento a Loja da morte do grande Paulista.

Eis os termos em que elle o fez.

> «Desejava lançar flôres sobre o tumulo do Grande Homem cuja memoria será eterna: mas onde as colherei que sejam dignas do Amigo, do Pae, do Irmão, cuja falta dolorosamente carpimos!
>
> A Cadeira do Summo Sacerdote deste A.·. Templo coberta de pesado luto!!!
>
> Quem falta nella? Oh! dolorosa saudade! Morreu o Summo Sacerdote que presidia aos trabalhos da Ord.·. Sublime! O Phylosopho distincto que honrou o Brazil dentro do Paiz e no Extrangeiro! O Ministro ardente, sabio e Patriota que soube grangear-se o invejado ti-

tulo de Pae da Patria! O amigo por excellencia do Senhor D. Pedro I, e com Elle Immortal fundador do Imperio! O Tutor vigilante e leal do Senhor D. Pedro II, e de suas Augustas Irmãs! O Snr. Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva morreu!!! Morreu!!! mas consolemo-nos MM.·. II.·., expirou o que pertencia á natureza que inexoravel executou dura lei que a ninguem perdôa: mas seu nome, sua gloria e virtudes pertencem á Eternidade.... vivem e viverão sempre até a consumação dos seculos! A terra lhe seja leve!!!»

Estava esquecido o passado!!

Em 1841 assumiu a pasta da guerra no gabinete de 23 de Março, que como é sabido foi dos mais gloriosos do Imperio.

Pacificou duas provincias, impediu o desmembramento do territorio nacional, publicou as leis da reforma do codigo do Processo, e enfrentou a revolução do Rio Grande do Sul.

Os autographos que vou ler são documentos desse periodo —cartas intimas do ministro da guerra ao general em chefe.

Causam-nos admiração a leitura desses documentos. Servem para mostrar o zelo do ministro, o interesse pela causa publica, a competencia excepcional do administrador que conhecia os menores detalhes e ao qual não escapavam as mais pequenas minudencias.

Quando fala na direcção da guerra, quando aponta as providencias ou previsões futuras dir-se-hia que é a correspondencia de um general que deixou o commando e que se dirige ao que o substitue:

Eis os tres preciosos autographos.

Exmo Sr. Barão de Caxias

Rio 8 de Novembro de 1842.

Que chegasse a essa com feliz viagem tem sido os meus mais ardentes desejos, que tudo mais hade ir bem.

A esta data tem sahido já para Porto Alegre um armamento completo com o seu competente correame, e equipamento para 14.000 infantes, e 14.000 clavinas, pistollas e espadas, e trabalha-se com força no correame: Cartuxame tem tambem ido immenso.

Sahiu o 12 com 430 e tantas praças de pret, e em diversos navios tem ido mais de 600 para reforçar os corpos: estou a esperar do resto do 12, e das 3 companhias do 8.° e tão depressa

chegarem os remetterei: no Deposito esta-se apromptando outro contingente.

Houve duvidas sobre a licença do Hoppe, e não foi possivel conceder-se-lhe.

A ida de Bento Manoel fez impressão desagradavel em alguma gente bôa, convirá que V. Ex.ª seja muito discreto na maneira de o tratar, até que elle possa fazer algum serviço que lhe dê nome, que de certo hade fazer.

Não se esqueça de acabar já com o Batalhão Prov.º de Guarda Nacional, não só para evitar a despeza inutil que faz, mas até por que isso lhe dará nome, e mostre-se decidido contra os contrabandistas e tambem nisso ganhará muito.

Diga-me logo tudo quanto pensar e a sua convicção sobre o que podemos esperar a respeito da terminação da guerra: como foi recebido e o que pensa do espirito em geral da melhor gente da Prov.ª e do Exercito.

2.ª Carta—Rio 12 de Dezembro de 1842.

Esperava com impaciencia noticias suas e as tive tão satisfactorias como desejava na sua estimada de 29 de Novembro: esta foi vista por S. M. o I.. e é lisongeiro ter de communicar a V. Ex.ª que o mesmo senhor se Dignou dizer—Parece que o Barão se tem conduzido com muito acerto — Os meus collegas estão igulmente satisfeitos e o Publico em geral. Quanto a mim, eu me felicito por ter achado quem tão perfeitamente me entenda, e tão positivamente vá praticando actos que em Avisos de 31 de Dezembro de 1841 recommendei ao Conde do Rio Pardo, e depois em muitos avisos. Continue V. Ex.ª na carreira encentada, acabe despesas que não forem absolutamente indispensaveis, ponha fóra da Prov.ª officiaes que despendem e nada fazem, redusa o Exercito a Coronéis, Tenente Coronéis e Majores para o commando, mantenha-se forte com os altos, e faça só justiça a todos, faça o que entender no sentido do que mais convier, desempenhe em fim o seu programma, que é tambem o meu, economia, disciplina e actividade, e em poucos mezes a tantos titulos de gloria, juntará o de reformador do exercito do Rio Grande, e pacificador dessa Provincia: tudo está em anarchia, só braços fortes armados de independencia e justiça podem fazer apparecer o reinado da ordem.

Não deixou de mortificar-me o pequeno numero que achou de cavallos, e estes em máo estado; e se não fora o muito que devo confiar na força dos seus recursos e illimitada actividade

devera com razão recear que a presente campanha seria perdida: e bem que não seja necessario estimular a V. Ex.ª não posso deixar de observar-lhe, que no estado em que estão as cousas o unico recurso que resta é ir procurar os cavallos onde elles se achão com os poucos que temos e a Infanteria: devendo ter-se por certo que as mesmas difficuldades que tem havido para obter cavallos, hão de continuar em quanto o Exercito occupar as actuaes posições; e se V. Ex.ª puder vencer este quasi impossivel maior será a gloria que lhe resultará de qualquer acção que venha obter contra os rebeldes.

Muito folguei de saber, não só pela carta de V. Ex.ª mas tambem por outras informações, que a hida de Bento Manoel não foi tão mal recebida como se proconisava: fico certo de que não lhe confiará commando de armas, confio muito que elle ha de prestar grandes serviços, e V. Ex.ª não deixará de tirar delle o melhor partido possivel: pode levar a intriga ao campo rebelde e se conseguir neste alguma defecção ainda que pequena seja ao principio o fructo será grande afinal, por que a primeira virá acompanhada de outras, o desalento apparecerá e todos os amigos de Bento Manoel cahirão na desconfiança dos Rebeldes.

Novos motivos apparecem que nos convencem que Fructuoso Rivera está intimamente ligado aos rebeldes; e tenha V. Ex.ª por certo, que, se elle bater Oribes, ha de vir auxiliar estes; pelo menos é mais seguro contar com este acontecimento que eu espero: convem pois apressar quanto for possivel algum golpe forte nos rebeldes antes que aquelle se desembarace de Oribes: ao Governo cumpre empregar os ultimos esforços para enviar a V. Ex.ª o maior numero de tropas possivel, e este dever, que eu reconheço, hé hoje para mim mais sagrado por me ter sido ordenado por S. M. o I. E alguma cousa se fará porque o Barão da Boa Vista, já me escreveu que hia mandar o batalhão Provisorio: vou ordenar a vinda do 4.° pelo Paquete que deve sahir para o Sul no dia 15, e tenho alem disso renovado as ordens para rigoroso recrutamento e alguns recrutas vão chegando de todos os pontos, principalmente de São Pualo e Minas.

Por um officio do Brigadeiro Bittancourt fui informado de que era possivel organizar um batalhão de Allemães na colonia de São Leopoldo, servindo-lhe de casco a Companhia de Allemães Engajados: entende-se que deverão ser contractados: examine V. Ex.ª este negocio, e se for praticavel proceda logo a sobredita organização, ainda que a gente não chegue para um batalhão completo: de-lhe a organização que julgar conveniente, e participe para hir a approvação.

Quer V. Ex.ª mais armamento, e hirá sem demora todo quanto deseja, tanto de adarme 17 como de 12 e o competente correame: e devo prevenir a V. Ex.ª que vou enviar-lhe 1000 espingardas fulminantes para ahi se experimentar se os nossos soldados se podem acostumar a fazer bom uso dellas; e talvez será conveniente não as entregar só á um Batalhão, mas dividil-as por todos, armando com ellas uma companhia de cada Batalhão composta de gente escolhida, que assim tem feito os Inglezes, se ellas provarem bem poderemos ter mais, que a differença do preço é pequena.

Quer tambem V. Ex.ª que esteja ahi em Maio hum fardamento completo para 8000; não haverá falta—bôa porção há já prompta e tenho pannos e brins comprados para grande parte.

Não contemplo no referido numero a cavallaria, para a qual V. Ex.ª mandará apromptar nesse arsenal 3000 fardamentos com o panno que com o officio desta data se manda ahi comprar.

Parece bom o modelo das novas lanças que V. Ex.ª enviou pelo São Salvador e vae cuidar-se na promptificação das que deseja mas para este trabalho irá de vagar: mas tem já ahi as 500 que se remetterão e brevemente receberá 200 que espero de Paranaguá até o dia 20 como officialmente lhe communico, alem das antigas que o exercito deve ter: e successivamente se farão novas remessas.

Não ha no Arsenal as clavinas compridas que pede para atiradores de Cavallaria, nem ellas vem mais ao mercado: todavia farei por apromptar alguns centos, trocando por clavinotes os que tem o primeiro regimento de cavallaria, e mandando encurtar outras. Talvez lhe possa mandar até 200 ainda no corrente mez: e como nesse Arsenal ha algumas desconcertadas, remetta-m'as V. Ex.ª com brevidade e voltarão logo concertadas.

Bem estimo que reduza o numero das Barcas de Vapor, ás indispensaveis que fazem muita despesa, mas deverá conservar pelo menos a *Fluminense*, e a *Campista*, ou a *Gentil Campista*, no caso de que a *Amelia* tenha de sahir dahi: os Barcos de Vapor são agente governativo muito importante, e antes tenha V. Ex.ª de mais que de menos.

Vejo que não poderá entrar em operações antes de Janeiro para dar tempo a que a cavalhada se reponha: foi isso o que aqui ajustamos: he regra que não admitte excepção—em nenhum caso se deve antecipar as epochas—: quinze dias mais que V. Ex.ª se demore para apromptar cavallos, achando-nos ainda em Dezembro, longe de atrazar a campanha a deverá adiantar nos resultados. Em todo o caso não escapará a sua penetração a ne-

cessidade de operar de modo que os rebeldes não venham invadir o territorio conquistado, passando-se para a retaguarda como aconteceu a João Paulo.

Nada mais sobre a reunião de gente dessa provincia, projecto em que fallamos: gente sem desciplina para pouco vale, mas pode servir para um golpe de mão, e sempre será bom tentar, se vir que dahi póde tirar proveito.

Como acredito pouco em Guardas Nacionaes se bem que as do Rio Grande sejam uma excepção, muito estimaria que V. Ex.ª podesse elevar a força em dois Regimentos de Cavallaria de linha, enviando para elles os recrutas hidos daqui, e feitos ahi que forem para isso idoneos: creio que nisto concordamos, e V. Ex.ª fará se poder.

Sou &

Rio 1.° de Janeiro de 1842.

Ex.mo Sr. Barão.

Hontem entrou aqui a *Gentil Campista*, e o *Todos os Santos*, trasendo a importante noticia da prisão do Tobias, acompanhada da participação do pequeno revez que nossas armas soffrerão por se terem despresado as ordens do governo e embora a perda physica fosse pequena a impressão moral é dolorosa: V. Ex.ª fes bem em mandar responsabilisar a Phelippe Nery: he mais um facto que confirma a opinião que este general tem de pouco feliz.

Não pude responder por este vapor a seos officios o que farei pelo primeiro que sahir, para não demorar a remessa das poucas praças do 8.° que vieram de Pernambuco.

Chegou aqui tambem no dia 28 de Desembro o Batalhão Provisorio de Pernambuco, q.' traz boa gente, com 300 praças; e hontem entraram 50 do Maranhão: com estas, e algumas do Deposito trato de o elevar a 500 praças e quero ver se pode sahir ainda neste mez para essa Provincia.

Segundo todas as noticias mal estamos de cavalhada, e isto me aflige sobremaneira, e apenas me anima a certeza de que V. Ex.ª saberá vencer impossiveis, e alguns cavallos poderá arranjar poder principiar com vantagem as operações.

Não me pareceo bem que o Brigadeiro J.° M.ª se retirasse do Exercito antes de V. Ex.ª a elle chegar, expondo-o a algum acontecimento desagradavel, arriscando-se assim a perder o m.to bom conceito que mereceo durante o seo commando, que desempenhou mui bem desenvolvendo m.to acerto e g.de actividade.

Nesta occasião vão diversos subalternos e Alferes de Commissão a maior parte delles nomeados por V. Ex.ª em S. Paulo e Minas, supponho que todos ahi serão necessarios e bom será que tenhão occasião de faser serviços para poderem ser confirmados.

Entre elles vae o Cap.ᵐ de Commissão Sabino, que por si se faz recommendavel: pode empregal-o no seo posto, mas não o considere como Major, que impossivel será confirmal-o, mesmo em capitão, e apenas poderia ser despachado Capitão Honorario; em attenção aos bons serviços do Maranhão se ahi fisesse mais algus.

E por esta occasião de novo lhe recommendo que seja parco e muito justo em conceder graduações mesmo no campo da batalha, e que se não fie em informações sem maduro exame, porque tenho tido o desgosto de ouvir muitas censuras a respeito de alguns de S. Paulo e Minas por V. Ex.ª promovidos, até de officiaes que lá se achavam, que disem haver sido V. Ex.ª illudido: O credito de V. Ex.ª e o meu fica compromettido com taes actos, e elles perdem todo o merecimento quando se multiplicão, e não assentão sobre actos de valor extraordinario.

Agora acaba o Governo de saber da grande derrota que soffreo o general Rivera, e que provavelmente procurará faser juncção com os Rebeldes: impossivel é poder dar a V. Ex.ª instrucções acertadas sobre o que convirá obrar se tal acontecimento se vecrificar: mas em todo cazo urge que V. Ex.ª marche para o Exercito, se já lá não estiver, e que apresse qualquer golpe possivel sobre os mesmos rebeldes a estes dividirem as suas forças mandando algumas em soccorro de Fructuoso Rivera e talvez dahi venha boa occasião de procurar cavallos nos logares, onde segundo os contractos feitos pelo Dr. Saturnino devem estar comprados.

Mas tudo isto não passão de lembrança de amigo sem que nisto entre o Ministro: e este apenas lhe observa que se com effeito se vier verificar qualquer juncção de forças rebeldes com as de Rivera, V. Ex.ª se achará collocado em circunstancias muito delicadas, em que toda se requer a mais reflectida conducta: sendo a regra nada arriscar sem a certeza de bom exito de uma grande acção ou pelo menos da adquisição de boa porção de cavallos; e convirá que active sua correspondencia com o governo para que este possa deliberar o que mais convier &.

Quem ler estas cartas que não eram escriptas p.ª o publico extasia-se diante da pureza das intenções e dos elevados conceitos nellas manifestados.

Economia dos dinheiros publicos—destino aos officiaes que despendiam e nada faziam—energia contra os poderosos—justo para com todos—maduro exame quanto as promoções no campo da batalha para que não ficasse compromettido o credito do ministro e do general — taes eram os sentimentos que dominavam naquelle grande servidor da patria!

Patriota, politico moderado, administrador, legislador provecto, tão poderosa personalidade ainda conseguiu impor-se a gratidão nacional pelos grandes serviços que prestou a humanidade.

Em boa hora chamado a exercer o cargo de Provedor de Santa Casa de Mesiricordia do Rio, approveitou-se de sua elevada posição para crear e organizar esses notaveis estabelecimentos de caridade que tanto nos orgulham.

Não posso concluir este rapido esboço sem fazer uma reivindicação historica.

No Decreto n. 82 de 18 de Julho de 1841, declara o Imperador—que desejando assignalar o dia da sua sagração com um estabelecimento de publica beneficencia—havia por bem fundar um Hospital destinado para o tratamento de alienados, com a denominação de—*Hospital D. Pedro II*—que ficaria annexo ao Hospital de Santa Casa de Misericordia, sob sua protecção applicando para principio de sua fundação o producto das subscripções promovidas por uma commissão da Praça do Commercio e pelo Provedor da sobredita Santa Casa.

Quem ler hoje esse decreto publicado a meio seculo ficará convencido que a idéia grandiosa partira do grande philantropo que se chamou Pedro II.

Não fôra do Imperador a idéia—mas o notavel commettimento é idêa exclusiva de José Clemente.

Quando o golpe de Estado da maioridade elevou ao throno o jovem Imperador, já aquella grandiosa idéa estava iniciada e em grande adeantamento—e o seu creador já possuia as plantas e os orçamentos do magestoso edificio.

Nas lojas maçonicas começára elle muito antes a promover os meios que lhe permittissem iniciar a idéa humanitaria.

Si mais tarde solicitou a intervenção do jovem monarcha o fez como patriota e politico—Imitando a Richelicu e a Colbert procurava illustrar o inicio de um reinado e interessar na obra grandiosa o unico que podia sanccionar aquelle imposto que elle lançará na «*vaidade humana*».

O autographo que passo a ler, alem de ser um documento precioso é uma mimosa peça de oratoria.

José Clemente expande nelle — suas queixas, seus intimos pensamentos, seu intenso amor, sua immensa caridade para com os infelizes.

Em nenhum documento se póde melhor estudar a poderosa individualidade daquelle benemerito como neste discurso. Basta notar que elle acreditava que os pensamentos que emittio ficariam sempre no olvido—e nunca ultrapassariam as columnas do Templo! Fallava para o tumulo!!

Foi recitado em uma festa que se realizou na loja maçonica denominada Regeneração em 1839—e por esse mesmo documento se verifica que no Grande Oriente, já ficára anteriormente aberto um outro *tronco* para nelle ser depositado o obulo com o qual os filhos da viuva concorreriam para a realização daquella obra monumental ideada pelos impulsos caridosos do maior amigo da humanidade que teve até hoje o Brazil!

A Gl.·. do Sup.·. A.·. do Un.·.

A R.·. L.·. Regeneração, e a todos I I.·. presentes.

S.·. F.·. M.·.

Como é respeitavel, magestozo e aprasivel este logar!

Aqui é a mansão da paz, o templo da virtude, o asilo dos desvalidos!

O asilo dos desvliados, disse eu! oh! que titulo tão glorioso! e como deve encher-se de nobre orgulho esta A.·. L.·. por devidamente o merecer?

Que importão todos os titulos de gloria neste vale de lagrimas, o que são mesmo todas as virtudes, se caridade não apparece a frente dellas?

E que prazer ha no mundo mais capaz de embriagar a alma de um verdadeiro maçon, sem a fatigar, que o de fazer bem aos desvalidos?

Embora o Capitão feliz se ensoberbeça de ver manietada ao carro dos seus triumphos a magestade de poderosos princepes que derrotara, embora o dissimulado diplomata se vanglorie de ter obtido para a sua nação vantajosos tractados, devidos aos manejos de sua astuciosa politica, embora o philosopho se lisongee de ter eternisado seu nome com a descoberta de importantes segredos da natureza, ou com a producção de novos tractados sobre os direitos do homem, todo esse orgulho, essas vaidades, essas glorias murchão, abatem-se e dasapparecem diante da humilde caridade de um João de Deos, de Vicente Paula e de José de Anchieta!!!

Não pareça extranho, MM.·. CC.·. I.·. que em dia tão magestoso, em quanto eloquentes vozes se tem levantado para tecer louvores bem merecidos as novas Dignidades e officiaes que acabão de tomar assento e expor em bem traçadas peças de architectura as excellencias da nossa A.·. O.·., eu escolhesse por tema chamar vossa attenção sobre a pratica da charidade: o assumpto é Maçonico, pois que a charidade é o verdadeiro fim, da instituição da Or.·. Sublime: o mais proprio do dia por que a charidade é o timbre que caracterisa a A.·· L.·. Regeneração, o mais bem escolhido portanto para tecer os encomios de seus zelosos operarios; é tambem o mais congenito com os meus naturaes sentimentos, que, de uma grande lição do mundo, tem colhido em resultado a convicção de que só ha verdadeira consolação nos actos de beneficiencia a desvalidos.

E como não escolheria eu com preferencia este assumpto tendo de dirigir-me a II.·. que proffessão sentimentos iguaes aos meus e achando-me no recintho da A.·. L.·. Regeneração que tem por timbre a pratica da charidade verdadeiro asilo de desvalidos?

E si alguem duvida desta verdade compulse as actas das suas sessões e ahi achará uma extensa lista de desvalidos por ella charitativamente soccorridos!

Mas que? Será accaso esta verdade por algum de vos desconhecida?

Vós mesmo, CC.·. II.·. que me honraes com tão benigna attenção, todos, ou pelo menos a maior parte, não presenceastes haverá um anno, em dia igual ao de hoje, o nobre enthusiasmo, e ardente zelo de charidade com que esta R.·. L.·. votou, ajudada dos vossos suffragios, louvores vos sejam dados, um valioso soccorro, superior ás suas forças, mas muito abaixo dos seus, desejos, a beneficio dos infelizes desvalidos da Bahia, victimas da sua lealdade ás instituições do Paiz e ao Trono do nosso adorado Soberano? E embora fosse ella seguida por suas queridas Irmãs, não lhe cabe a gloria de ter sido a primeira em lhe dar o exemplo?

Dirigindo-me agora com especialidade á vós, dignos operarios deste Templo, a cujo quadro me vanglorio de pertencer, permitti que eu vos convide para um novo acto de beneficencia, superior no valor do merecimento pela grandeza do objecto a que se dirige a todos os que tendes até hoje praticados e que tornará immortal a memoria da festividade que hoje com tanto jubilio celebramos.

Em todo o mundo civilisado se tem creado asilos adequados para tratamento dos miseros alienados: entre nós a desgraça da

perda do juizo parece estar qualificada de crime atroz, pois é punida com prisão perpetua, que, pela natureza do carcere em que se executa, se converte ordinariamente na de morte! Não ha exageração, CC.·. II.·. digo a verdade pura: transportai-vos ao Hospital de Santa Casa de Misericordia e ahi encontrareis, com inexplicavel magoa o digo, um sem numero de infelizes alienados encarcerados em estreitos cubiculos, privados de toda e qualquer vista, que até a do céo lhe é vedada, e até do ar necessario para a vida, recebendo apenas uma excassa luz emprestada! Assim os infelizes vão caminhando todos, daquelle lugar de martirio para o Cemiterio, definhados, tisicos ou hydropicos!

Chamado pela Divina Providencia para velar sobre a sorte destes infelizes, como primeiro administrador do Hospital que os tem encarcerados, faltaria ao meu primeiro dever como Maçon e como homem se deixasse de empenhar os maiores exforços por aliviar a sua sorte; e com estas vistas tenho concebido o projecto de dar principio a um Hospicio de Alienados, segundo o plano dos melhores deste genero: embora a difficuldade dos meios oponha obstaculo ao parecer invencives: em obras que interessão de tão perto a humanidade, lançada a primeira pedra o edificio cresce, pois tem por operarios todos os que dedicão a levantar templo á virtude:

Já o Soberano Gr.·. O.·. tomou este negocio em consideração e prometteu auxilia-lo; e eu bem desejava que a Instituição de estabelecimento tão philantropico devesse a sua origem a nossa A.·. Or.·. dando assim aos profanos uma nova prova de que os Maçons tem por unico fim da sua instituição a pratica de actos de beneficiencia e caridade.

Caiba pois a esta A.·. L.·. a gloria de tomar parte em tão importante obra de caridade: concorrendo para ella com a beneficiencia que suas circumstancias permittirem: o acto é em si grande, e digno da magestade do dia que celebramos e se o anno de 1838 foi grande para esta A.·. L.·. por outro igual acto de beneficiencia que em dia semelhante praticou, maior será o de 1839 se o que proponho merecer nova consideração como espero: de uma de vossas columnas os desvalidos da Bahia da outra os infelizes alienados, e eu com elles echoaremos aggradecidos vivas a R.·. L.·. Regeneração.

J. Clemente Pereira 33.·.

2.° Gr.·. M.·. Adj.·.

De 1838 até o dia 10 de Março de 1854 em que falleceu esteve José Clemente no exercicio effectivo de cargo de Provedor da Santa Casa de Mesericordia—e esse periodo relativamente pequeno—16 annos apenas—foi-lhe sufficiente para realizar grandiosos emprehendimentos—reformou a administração da S.ta Casa o que concorreu para augmentar annualmente o patrimonio da Irmandade. Organizou o Cemiterio do Cajú, pelo horror que lhe causava o enterramento das valas da mesiricordia. Erigiu o Hospital da Praia de Santa Luzia, grandioso edificio que nos causa orgulho. Fez construir nova casa para os expostos—Melhorou o recolhimento dos Orphams e construiu o Hospicio de Alienados de Pedro 2.°!

Nesse mesmo periodo de 1838 á 54 foi ministro em periodo difficil, teve de trabalhar para a pacificação de duas provincias, legislou, collaborou e inspirou os nossos codigos, presidiu a Tribunaes e ainda lhe sobrava tempo para duas veses por semana, vestir sua farda de Sevador constellada de honrosissimas condecorações nacionaes e extrangeiras—para cobril-a com a humilde ópa da Irmandade da Mesiricordia—e de cabeça descoberta e de sacola em punho, lá hia fazer visita semanal aos bancos e as grandes casas commerciaes—recebendo por toda a parte de nacionaes e extrangeiros juntamente com o obulo da caridade as maiores demonstrações de respeito de todos quantos admiravam os supremos esforços que empregava para melhorar a sorte dos infelises.

Em um paiz e em uma épocha na qual estava-se acostumado a presenciar todos os dias a mudança de nomes proprios para titulos nobiliarchicos, torna-se notavel não ter sido José Clemente contemplado nas graças imperiaes até aos 62 annos de edade e depois de 40 annos de serviços excepcionaes e inimitaveis.

E' sabido que elle era um homem chão, despido de todas as vaidades humanas, e que sempre se recusara acceitar dos governos titulos, muitas vezes offerecidos.

Houve porêm um momento em que elle foi obrigado a declarar que acceitava um titulo nobiliarchico.

O Imperador, para satisfazer os impulsos do seu coração bem conformado tinha por costume praticar actos de caridade em favor dos infelizes, quando a Egreja solemnizava os grandes dias de Sexta-feira Santa e de Passos.

No anno de 1854, conjunctamente com o perdão que sempre concedia aos desgraçados, resolveu dar uma grande demonstração de affecto a quem tanto illustrara seu reinado.

Dois dias antes da festa de Passos, ordenou á um dos seus semanarios, pessôa depois intimamente ligada a quem vos fala,

que fosse prevenir a José Clemente que desejava agracial-o por occasião daquelle festa como prova de amisade e pelo muito que já havia feito pelos infelizes. Offerecia-lhe a Grãn Cruz de N. S. Jesus Christo, ou o titulo de Conde, á sua escolha.

Recebendo em seu escriptorio o enviado do Imperador, que era um amigo, não esperava ser sorprehendido por aquella prova da amisade imperial.

Levantou-se agitadissimo e depois de passear alguns momentos pelo escriptorio, parou em frente do emissario do Imperador, e quando levantou a fronte que conservara curvada, estava com os grandes olhos meigos marejados de lagrimas.

Diga ao Imperador que só profundo respeito e amisade que tributo a sua pessoa, determinam-me a acceitar a honrosa distinção—Eu não a poderia recusar!

Mas o que devo escolher.

Si fosse attender ao meu orgulho eu acceitaria a Gran Cruz de N. S. Jesus Christo, distincção que só tem cabido a principes e Imperantes.

Mas querendo S. M. distinguir-me pelos serviços que prestei a humanidade, devo lembrar-me que esses serviços não pertencem só a mim. Eu era cheio de bôa vontade, mas pobre de recursos. Tudo quanto fiz foi com o dinheiro della (e apontava para o retrato da futura Condessa da Piedade), foi ella quem me abriu a bolsa, que correu diante de meus desejos, que me animava, que me incitava a emprehender obras acima de minhas forças!

Como poderei hoje receber uma graça que não possa repartir com ella?

Vá! Diga ao Imperador que acceito o titulo de Conde, á sua escolha.

Foi grande o contentamento do Imperador quando o Visconde de Itaúna, seu medico deu-lhe conta da sua conferencia com o benemerito Provedor de Santa Casa de Misericordia.

Mas facto notavel! A Magestade Divina não quiz ceder o passo á magestade terrestre—dois dias depois, quando José Clemente acabava de carregar o pallio, cahia fulminado pela morte do justo!

Não quiz a Providencia que no fim de seus dias o venerando servidor da patria e da humanidade trocasse o nome que illustrava, por outro que necessariamente havia de illustrar.

A noticia inesperada da morte desse grande humanitario echoou tristemente na capital do Rio de Janeiro.

Recebendo a noticia o Imperador sentou-se junto a uma Secretaria e não conseguiu comprimir lagrimas abundantes! — «foi

a unica vez que o vi assim chorar», disse-me quem o acompanhou por muitos annos e esteve presente em momentos de grandes dores.

Depois, extremamente nervoso tomou uma folha de papel e riscando e alterando redigiu o Decreto de de de 1845—ordenando a seu mordomo que mandasse collocar á sua custa o busto de José Clemente em frente ao seu na salla de honra do Hospicio de Alienados: concluindo entregou a minuta para ser presente ao mordomo.

Pouco depois assignava o Decreto, guardando o Visconde de Ituna o precioso autographo.

Até hoje, já está decorrido meio seculo que José Clemente baixou ao tumulo, e só o Imperador tributou lembrança duradoura á memoria daquelle genio do bem!

Cumpriu o seu dever, mas a nação ainda está em divida com o mais notavel e dedicado servidor que teve a patria!

Satisfará ella algum dia o seu debito?

S. Paulo, 4 de Maio de 1901.

João Moraes.

Festas tradicionaes

MEMORIA LIDA NO INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO DE S. PAULO

PELO SOCIO JOÃO VAMPRÉ

Da veniam scriptis, quorum non gloria nobis
Causa, sed utilitas officiumque fuit.

(OVIDIUS)

Algo têm sempre de proveitoso e interessante excursões pelos serenos e encantados dominios dos costumes e lendas populares, resistentes reliquias de épochas amalgamadas por processos sociaes e ethnicos que se transformaram, no embate e no transcorrer das civilizações.

Surprehender o povo precisamente naquillo que elle tem de mais vasto, de mais alevantado, de mais original—as festas tradicionaes, é, sem contestação, de grande e elevado interesse moral e esthetico.

Si eu fosse poeta, si algum dia pudesse tomar as vestes talares da arte para officiar, edificaria um gracioso templo de minha adoração, especie de Kaaba, onde o *Sancta-Sanctorum* do meu culto seria este mixto de imaginação, sentimento e arte, em que se desenham e colorem quadros de affectos apaixonados e em que se esbatem, em doces e suaves reverberos, os mysticos impulsos do coração...

A evolução retrospectiva em torno dessas edades inunda, alaga os espiritos de clarões inesperados. Nellas o homem retempera a alma e reabre os olhos para a grande natureza, e é então que elle aguça e fortalece o seu ser, na palpitação dessas energias esparsas, reconstructoras do mundo moral, que acodem pelo nome de amor, paixão, enthusiasmo, desinteresse e arte.

Parece, entretanto, já não possuimos patria e capitolio onde pendurar em votivas oblações os loiros das nossas lendas caroaveis.

Confrange-me devéras a alma esguardar a patria, idolo de tantas blandicias, fructo de tantos sacrificios, objecto de tantos cuidados, motivos de tantas duvidas e tantas esperanças, estioladas em laivos de pugentissima amargura. Ella que já se garniu de louçanias e flores em épochas que não vão longe!

Tivesse eu a sorte do mergulhador de Schiller, e lá me ia buscar as tuas gemmas preciosas e inestimaveis!

Espiritos menos ciosos das nossas tradições averbar-me-ão de idealista. Mas que é o ideal sinão a propria realidade considerada em si, abstracção feita de suas imperfeições?

Assim já o doutrinava um dos precursores da eschola racionalista, o divino Platão (1).

Só o subjectivo é sublime. Onde existe o sublime ahi reside o ideal.—O ideal é este immenso Cosmos em que habitamos. Vemol-o em tudo e por toda a parte: no concerto harmonico das constellações, no raio que chammeja no horisonte, na crista altaneira da serra, na pujante uberdade vegetativa dos tropicos, no escachoar eterno das vagas, nas linhas de que se forma a ave do paraiso e nos graciosos recortes de uma flôr.

Os astros que brilham, o raio que fusila, o mar que brame, a montanha que divisa, a vegetação que embalsama, a ave que gorgeia, a flôr que inebria, tudo isto é o ideal, porque o ideal é a realidade!

Que mysteriosa, que irrevelavel consonancia entre o Cosmos e o ideal, entre o espirito e a natureza, entre a natureza e a psychologia!

«Que exquisita, que surprehendente harmonia entre o mundo interior e o mundo exterior, entre a esphera do cerebro e a esphera do horisonte, o brilho da idéa e o brilho dos astros, a sympathia e a attracção, o enthusiasmo e o movimento, as paixões e o fogo, os prantos e as chuvas, as dôres e os tormentos, o fluido vital que deriva pelos nervos e o fluido electrico que serpenteia pelas nuvens!»

---

(1) Bertrand—*Lexique de Philosophie.*

E em tudo isto, na tela azul do espaço, na aurora boreal, na fulgida congestão do sol poente, no sussurro da cascata, no rhythmo dos ultimos cantos dos passaros, no bastidor da relva pontuada de matizes, na sympathica tranquillidade das coisas, no encanto impenetravel das lendas, como que a entremostrar-se uma harmonia, um doce connubio onde se retrata o raio sublime do bello.

Luz, calor, electricidade, idéa, pensamento não seriam mais do que aspectos de uma mesma força, emanações de uma mesma substancia, particulas indestructiveis da grande alma, creadora, universal e eterna, que hoje se concreta numa fórma material e transitoria, mas que logo se subtiliza e evola para novos e mysteriosos destinos; que no céo é astro e que na terra é homem; que em Jesus é a piedade e que é a traição em Judas, e que tanto scintilla no clarão de uma estrella, como na inspiração de um poeta. Amor, odio, luz, calor, canto e perfume, tudo simples modalidades, fórmas e apparencias transitorias, condensações e emanações de um só e mesmo Ser. Fluido universal, alma mater, substancia eterna e una!

Eis aqui porque em Esthetica eu adopto a definição do Bello assim formulada por S. Thomaz de Aquino: *Resplendencia formæ super partes materiæ proportionatas, vel super diversas vires vel actiones:* O Bello é o esplendor communicado pela fórma ás diversas partes da materia, ou a varios principios, a varias acções harmonicamente unidas em um mesmo todo.

Ninguem melhor do que o eminente naturalista Pasteur mostrou o influxo das idéas estheticas sobre as lettras.

«Feliz aquelle que tem em si um ideal de belleza e lhe obedece: ahi estão as fontes vivas dos grandes pensamentos, das grandes acções. Todos se illuminam dos reflexos do Infinito».

Tão admiravel é a physica do espirito como a psychologia do universo. Idéa ou imagem deve ser cousa viva e como tal se arremessa ao remoinho da vida para ir rolar com ella, sob pleno sol.

Servindo-me de axioma de Scherer, direi que o realismo e o idealismo não são duas doutrinas, dous systemas, dous modos de comprehender a arte, mas dois polos entre os quaes gyra toda a concepção artistica da humanidade.

Effectivamente, a natureza em si está impregnada de ideal: ella e a realidade não passam de symbolos, que, para terem expressão, carecem do trabalho subjectivo da idealização.

Esse periodo, por assim dizer, syncretico, em que se baralham, em que se mesclam a impressão e a realidade, não é facto excepcional, anecdotico, sinão um estado moral commum.

O homem reputa realidades os seus modos de ver phantasistas, como sabemos pelas idéas do systema do mundo, pela idéa da configuração da terra etc.; e ao mesmo tempo elle reduz a realidade ás condições da sua intelligencia.

Em epochas de civilização bastante remotas, temos exemplos authenticos desse syncretismo das impressões.

Conta-se que na tragedia de Eschyllo—as *Eumenides*—, a scena em que apparecem as furias com cabellos desgrenhados, que são madeixas de serpentes, uivando e seguindo Orestes, causava tal impressão. que as mulheres abortavam e as creanças marasmavam-se com o susto.

O effeito da representação do *Othello* em Hamburgo assim o descreve Otto Müller:

«As portas dos camarotes abriam-se e fechavam-se, quem sahia, quem era levado sem sentidos, e podemos assegurar que muitas senhoras de Hamburgo, por terem assistido a essa representação, passaram pelos mais lamentaveis accidentes. A peça terminou deante de um publico silencioso; a impressão da catastrophe foi tão profunda, que depois de baixar o panno não houve applauso algum.

Cada qual se deu pressa em sahir, como alliviado de um grande peso».

Victor Fournel, nas suas *Curiosités dramatiques*, diz que em uma representação do *Mérope*, de Voltaire, no momento em que mademoiselle Du Mésnil, que desempenhava esta parte, erguia o punhal para matar Egistho, act. III, sc. IV, levantou-se uma voz soluçante, dizendo dentre a multidão: Não o mateis, que elle é vosso filho. (1).

Massilon, na *Notre Dame*, descrevendo o juizo final, tão vivamente impressionou o auditorio, que este prorompem em alarido, deixando a egreja.

Como este, ha uma infinidade de factos, cada qual mais pinturesco e ingenuo, que em tomamos as impressões pela realidade correlata. O phenomeno que aqui observamos offerece um simile com o que notamos nas artes, consoante o douto pensar de sir Raynold.

«As idéas e a belleza são caminhos differentes da mesma expressão das coisas, dir-se-ia que estes dois caminhos produzem uma harmonia providencial confortadora».

Si o olho é, como preceituava o auctor do Fausto, um producto da luz, si a verdade desta arrojada asserção a respeito de

---

(1) Theophilo Braga—*As Modernas Idéas de Litt. Contemporanea.*

todos os orgams vegetaes e animaes tem sido cabalmente demonstrada pelos progerssos da biologia moderna, não é menos certo que as tradições—estes elementos da morphologia universal das litteraturas, são o producto, a resultante desse syncretismo, dessa emotividade sensorial que nos conduz ás relações entre a natureza cosmica e o moral.

Sylvio Romero, este poderoso espirito que, com o talismanico poder de seu genio, tem o «officio de extrahir auroras de todos os crepusculos e coar alegria de todos os desmaios», Sylvio Romero escreve: «Não sei como não possam ter *interesse esthetico* inspirações do povo, que vão servir para realçar as producções de um Goethe, de um Heine, de um Weber; não sei como se possa negar *interesse psychologico nacional* ás creações espontaneas do genio popular, onde se encontram monumentos como os *Vedas*, as epopéas indianas, o *Shah-Nemeh*, os *Niebelungen*, as Sagas *scandinavas*, não falando já na *Iliada* e na *Odysséa* de Homero; não sei como não mostram *interesse historico* esses documentos das raças quando não tinham ellas ainda sahido daquelle synchronismo primitivo, em que a religião, a moral, o direito e a poesia repousavam juntos num todo immenso e indistincto, ou mesmo em epochas recentes e nos dias de hoje, quando as populações incultas repetem as lendas e as canções que uma longa tradição lhes deixou!»

Realmente, por minha vez o digo, não sei como não possam ter significação nem interesse essas *litteraturas irreflectidas oraes*, por assim dizer *faladas*, esses jactos nativos e inconscientes da espontaneidade popular.

Para que as florações litterarias e anonymas tenham a sua vida dramatica no seio das sociedades em que se formam, amalgamam e agitam, cumpre não percamos de vista, sempre que estudarmos um povo—o factor ethnico.

E é por isso que as tradições, como a moral, como o direito, como todas as manifestações da actividade humana, como todos os phenomenos do universo, obedecem a uma grande lei de desenvolvimento, e nunca jámais se extinguirão!

«De onde promanam, exclama Rénan, tantas vistas novas sobre a marcha das litteraturas, e do espirito humano, sobre as edades primitivas, sinão do estudo paciente dos mais aridos detalhes?!

Vico, Wolf, Niebuhr, Straus, teriam enriquecido o pensamento com tantos aspectos novos, sem a mais minuciosa erudição»? (1).

---

(1) Renan, *Avenir de la Science*, pag. 271.

A poesia popular, a poesia espontanea é um dos mais attrahentes e fecundos productos do espirito humano. E' ella a inspiradora secreta da grande arte como dos grandes pensamentos..

O canto dos povos é um como estimulo de força, um immenso aspirar á duração como si um instincto secreto lhes revelasse que toda a nacionalidade é uma fracção do quadro enorme da Historia tracejado pelo pincel vagaroso dos seculos.

As tradições são, pois, um dos modos de vida social—a vida pela emoção até onde póde chegar a vida pelo amor.

O seu objecto é o bello, o ideal, que forceja por adaptar-se ás fórmas sociaes. E neste particular estou com Spencer, quando diz que idéas e sentimentos se devem accommodar ao estado social. (1)

Ellas tornam-se tanto mais estheticas, garrulas, encantadoras e juvenis quanto mais, systematica ou inconscientemente, se pretende desvestil-as e desnudal-as da sua primitiva simpleza e originalidade.

Parece, entretanto, que o actual momento historico até as proprias palavras já não correspondem a idéas, principalmente si as idéas accusam por seu turno phenomenos psychologicos que á mente evocam longes de felicidade.

Tudo quanto na nossa terra tornava a existencia heroica e bella, tudo quanto a envolvia em um nimbo de doce e meiga poesia, tudo quanto na vida punha uma nota alacre de vibrante emoção ou de cariciosa e amoravel meiguice, tudo isto desappareceu, para dar logar á peior das situações moraes:—a de uma patria abatida, desvirilisada, só porque impertinentemente se querem apagadas a luz redemptora das tradicções, as nossas lendas mais santas.

Tudo se tem confundido e congelado. Dir-se-ia que um hervaçal de lichens rasteiro e damninho acolchoou as nossas lendas.

Onde as esveltas e formosas libellulas, onde as setinosas e candidas borboletas que povoam e opulentam os vergeis das tradições patrias?

Tudo melancolico e nostalgico como sudario de brum a em dias caliginosos.

Só os povos crepusculares e nocturnos chasqueiam do passado.

O desprezo pelo passado demonstra evidentemente uma degradação intellectual, denota no individuo e no povo um estado de selvatica rudeza.

---

(1) Spencer—*Justice*. pag. 39.

Uma religião a que se elimina o ritual, desapparece; um povo que oblitera lendas e costumes herdados dos seus ancestraes é um povo fanado e inconsciente.

O mister de recordar o passado, observa Alexandre Herculano, é uma especie de magistratura moral, é um sacerdocio.

Uma perspectiva bem triste que se desenha aos nossos olhos, impressionando nossas retinas, é ver um povo que se arruina e perece por falta de carinho pelo passado.

Informa-nos abalizado escriptor que no portiço da nova casa do parlamento allemão existe, entre outros, o retrato de um celebre deputado liberal Carlos Mathy, debaixo do qual se leem as seguintes palavras suas: *A liberdade é o preço da victoria que adquirimos sobre nós mesmos.* E' esta que deve constituir o nosso escopo, é desta que carecemos. Como esquecel-a? Como desprezal-a?

Os povos representativos das grandes correntes civilisatrizes respeitam e acariciam as tradições que ligam o presente ao passado. Assim já o doutrinava Cicero.

O povo chinez, que, no dizer insuspeito de expositores, em pintura nunca descobriu a perspectiva, esse povo, repito, na sua estatica social, e o inglez na sua poderosa dynamica, na fórma superior da sua governamentação, têm ambos o culto do passado, o amor das tradições.

A raiz mais profunda do caracter inglez é o respeito.

«O inglez venera por instincto; e nisto consiste o proprio nervo de sua força collectiva. Venera tudo com insistencia, e por isto tambem, quando o idolo se parte, destroe com energia.

Em parte alguma do mundo o dito de que a religião é um freio tem uma verdade mais incontestavel.» (1)

Parece que o firmamento britanico banha em ondas luminosas as suas festas mais intimas.

O coração inglez, que a natureza povôou de ternissimos affectos, illumina-se nos dias de festa nacional, de matizes vernaes e primaverinos.

Ah! mas que bella e santa que não é essa rotina! Porque, como o inglez, não amaremos com aquella attenção demorada, fiel, crente, cariciosa, as nossas tradições?!

Rotineiro, exclama eruditamente Ramalho Ortigão, rotineiro é tambem o hollandez,—rotineiro das suas tradições, dos seus costumes dos seus principios; e é essa a grande base da sua força cohesiva como nação e da sua originalidade como povo.

---

(1) Oliveira Martins—*A Inglaterra de hoje* pag. 75.

O mais precioso testemunho da *maneira* allemã é a sua—vida de unidade sentimental e integridade indivisivel.

O *Niebelungenlied*, poema da edade cavalheiresca, trabalhado no formidavel embate dos Barbaros, ainda hoje vive e continua a operar com a primitiva força, offerecendo-nos o grandioso espectaculo do seu profundissimo caracter sentimental.

E como não amar um povo destes as suas tradições! «Um povo que, consoante o douto sentir de George Brandes, produziu uma nova metaphysica tão rica e tão profunda como não mais appareceu desde os dias de Aristoteles e dos neo-platonicos; uma nova poesia, a mais bella que surgiu desde o tempo de Shakespeare; emfim, um povo que fundou um novo modo de tractar a historia, a mythologia e a poetica!» (1)

Uma raça assim tão nobre e viril, affeita aos grandes lances e arroubos do pensamento, não póde deixar de sentir acendrado amor pelas suas tradições.

Homero, o mais celebre dos poetas antigos, cuja patria foi disputada pelas mais importantes cidades de Grecia, enchia o mundo com os cantos fabulosos da Iliada e da Odysséa, — admirando a belleza varonil nos relevos musculares do heróe, no collo eburneo, no humero forte do guerreiro, e adorando os encantos feminis com inexprimivel avidez no primor das fórmas e contornos virgineos, através do tenue e albente linho da encantadora Ionia.

Wolfren, o mais celebre dos poetas antigos da Allemanha, incontestavelmente o primeiro *poeta culto* do seu tempo, tambem nos enche de admiração e de respeito com a sua munumental obra—o *Parsival*,—poema penetrado de erudição profunda, que pinta e desenha, não acções bellicosas e feições esculpturaes de um povo, sinão os «feitos do espirito, a lucta do espirito com o mundo, a lucta do orgulho com a humildade.»

O legado dessa esmeralda translucida, entalhada como um padrão sacrosanto e exelso no frontespicio da cultura tedesca, foi a plastica de que se serviu Wagner para modelar—uma das mais harmonicas e rythmicas de suas ultimas operas.

Ha alli algo de similhante ao perfume classico das regiões hellenicas, «onde os athenienses iam apurar os sentimentos da—Arte glorificando a poesia nos cantos de Pindaro e nos versos de Corina, sagrando o triumpho eterno da fórma e da belleza no extasis da contemplação dos contornos impeccaveis de Phrynéa, a Venus do divino Praxitelles.

---

(1) Tobias Barreto—*Estudos Allemães* pag. 122.

Vejamos ainda: na Hespanha o *Poema do Cid* e o *Romancero,* em França as *Canções de Rolando,* — pedindo meças todos elles ás epopéas homericas na opulencia da invenção e na sublime simplicidade, verdadeira *Iliada* sem Homero, como acertada e pittorescamente lhe chamou Gauthier.

«Só os povos atrazados, escreve persuasivamente Eduardo Prado, só os povos atrazados é que renegam o passado, o espirito humano tem sêde de certeza, lucta e soffre por ella, e só a historia, na sua mais ampla accepção, é que pode satisfazer a essa aspiração intellectual.

A cousa mais certa é o passado, disse Seneca, e na grande turba inconstante das cousas só é certo o que é já passado.

Aos homens de estudo, aquelles a quem hoje é corrente chamarem-se intellectuaes, o amor do que se passou, do que as gerações anteriores fizeram, tem um encanto excepcionalmente cheio de seducção e poesia·

O homem é de seu tempo; mais, quem tracta do passado não tem ambições a satisfazer, desejos a saciar.

Quem trata do passado é um desinteressado. Estudar a patria é votar a vida ao estudo, é dedical-a sem a mira do interesse.

A familia brazileira não possue, infelizmente, o respeito pela tradição. A emancipação lamentavel dos preconceitos familiares contribue para este desprezo do passado.

«A casa desorganiza-se e ninguem morre na casa em que nasceu; os moveis desapparecem, os retratos mais queridos da familia vão caminho dos quartos escuros, a propriedade dispersa-se por mãos de estranhos.

E aquillo que constitue as recordações mais gratas, as lembranças mais queridas da familia desapparece.

Tas são as consequencias da moderna organização social.»

São tão justas, tão sinceras, tão verazes as suas palavras que, por fim de contas, a gente se vê obrigado a acceital-a, embora com dolorosa e pungente amargura.

«No tempo antigo nascia-se, vivia-se *eternamente* e morria-se na mesma casa Havia mais amor ao lar e á familia, mais respeito á tradição. Era consolador, docemente consolador, lembrar-se a gente de que num mesmo leito haviam nascido e morrido seus avós; e, segundo todas as probabilidades, nelle a pessoa se despediria da existencia; e tambem os paes e os filhos e os filhos dos filhos; que, em tal poltrona, costumava sentar-se a bôa avôzinha, que narrava tão bellas historias de fadas e lobishomens; que nelle se senta agora a velha mãe, avó por sua vez, e que nós nella havemos de nos sentar um dia.

Hoje, é o contrario. Faz-se garbo em nada conhecer do passado. As pessoas ricas comprazem-se em reformar todos os annos o predio em que residem, pintando-o de novo, tirando-lhe a physionomia propria e expressiva. Propositalmente adquirem-se moveis frageis, que pouco durem, para que possam ser substituidos ao cabo de algum tempo.

Na alta sociedade é moda as pessoas que se casam passar a primeira noite no hotel de uma cidade, de villegiatura, ou a bordo vapor, em viagem para o extrangeiro... Si ha cousa mais triste, e ao mesmo tempo mais sem pudor, do que se celebrar o acto mais solemne da existencia humana num camarim de navio, ou num quarto de hospedaria, num leito prostituido por homens e mulheres de todas as raças, de todas as côres, de todas as partes da terra—viajantes do acaso que chegam e sáem... passam... vão... para nunca! nunca mais tornar!

A terra em que se produzem grandes sentimentos e grandes idéas tem um não sei que de mysterioso, de adoravel, de sacrosanto, que se communica, que se entorna no nosso espirito por um movimento inexprimivel de elexação e de respeito.

E a cada fórma nova que se desenha, a cada ficção que surge a cada sentimento que iriza, com elles vem tambem irisando a candida concepção do bem e do bello, que só o homem sentimental e affectivo póde traduzir.

Amar o tradicionalismo é sentir se a emoção pacificadora das cousas puras, sans e amorosas, como uma caricia, como um aconchego, uma revelação de mysticismos a irradiar se pelas almas generosas e patrioticas:

Os povos sãos e fortes, as nações masculas e livres, amam nas suas tradições a imagem de sua propria existencia, até por entre o variar infinito dos tempos, das coisas, dos systemas... Póde-se, de resto, viver dignamente, heroicamente, sem uma nesga do territorio do Acre, descontente pela falsidade das eleições, amargurado pela deshonestidade dos mesquinhos partidos.

Mas o que não se póde é respeitar e amar a vida na collectividade brazileira, quando nella não ha um ideal supremo, augusto, triumphante e divino, que se chamam as nossas tradições.

Mas quando, afinal, houvermos de ser vencidos e triumphados, partamos ao menos abraçados, como Enéas fugindo de Troya em cinzas para as delicias de Italia, com o velho Anchyses ás costas e as reliquias veneraveis do culto dos nossos maiores...

Esses restos, essas nobres e gloriosas ruinas permaneceriam na historia do nosso sentir esthetico como permaneceram e perduraram na das instituições as antigas torres feudaes e os solios sagrados e veneraveis das antigas éras.

Ficariam, como em nossa memoria, as gratissimas recordações da infancia—imponentes, inextinguiveis, aureoladas pelo reflexo de nossos antigos ideaes e animados pelos rescaldos das antigas paixões que rugiam no nosso intimo.

Essas inestimaveis reliquias hão de revivescer e resoar sempre e continuamente aos nossos ouvidos á guiza dos sons da busina—dos caçadores na lenda allemã, que a geada coalhara nas espiraes de cobre, mas que, ao serão, no solar aquecido pelo brazeiro, se reanimam, echoam e enchem o castello com as notas absorvidas, de dia, na carreira pelas serras... (1)

Ao findar, ao esmorecer deste seculo febril, parece que tudo se desnacionaliza: «o livro, o theatro, o jornal, a pintura, a musica, perdem a individualidade nesta azafama da concorrencia artistica.» As idéas como que empallidecem e se amofinam ante a fatal e assombrosa corrente do socialismo, que, como enorme polvo, ameaça subverter, com seus constrictores tentaculos, a ordem natural das coisas.

Sente-se por toda a parte um calafrio a congelar-nos os nervos;—sente-se e deplora-se uma incerteza, uma humilhação, uma incoherencia, attestando, não o enfraquecimentos das faculdades estheticas, sinão a influencia de um meio que já não sabe communicar nem receber uma impressão.

Sobre o oceano da humanidade navega vertiginosamente uma nau que se chama *Tyrannia*, por piloto a hypocrisia, por marinhagem os reprobos de toda a especie e por passageiro a Verdade, que demanda o porto de salvamento, que é a justiça em nome de Dreyfus.

Sente-se em tudo e por toda a parte os prodromos de um myoma corrosivo que vai traiçoeiramente minando a musculatura social.

De longe em longe, ouve-se a grita de alguns corações patrioticos.

No meio desse tumultuar infrene de iconoclastas, ha ainda vozes que conclamam, com todo o ardor das convicções arraigadas, pela revivescencia das suas fulgurações historicas.

Vem de molde transplantar para estas paginas bellissimo trecho de notavel estylista lusitano, que aqui vive amando e acariciando esta ridente patria cabralina, que tambem é delle, porquanto «a alma portugueza, prendendo mais uma ancora ás nossas praias, entrelaça tanto a sua bandeira á nossa, que uma e outra se me afiguram duas flammulas de um mesmo tópe, duas velas abertas sobre um mastro só»...

---

(1) Ruy Barbosa—*Sessão Civica* em homenagem a J. Bonifacio, pag. 71.

São de Eduardo Salamonde os judiciosos conceitos que estampamos:

Vamo-nos tornando pouco a pouco, sem nos apercebermos do phenomeno, ou melhor, sem nos sentirmos com capacidade de o evitar, artificiaes e incaracteristicos. A' medida que a civilisação nos penetra e nos vincula, os contornos das raças como que se apagam, as linhas graciosas ou as arestas duras do caracter aplainam-se e vulgarizam-se, a individualidade dilue-se e o que era em nós original, o que era nativo, o que nos dava um encanto proprio, uma feição, um interesse, uma côr, some-se na banalidade cosmopolita, levada no galope invasor das idéas feitas, das idéas dominantes e importadas—como uma pobre folha no torvelinho de um grande vento. O mundo despoetiza-se, á força de todos quererem modelar as suas instituições, as suas crenças, a sua litteratura, a sua arte, a sua roupa, por um padrão commum, ás vezes em revolta franca oom o ar que nos cerca, com a luz que nos amacia, com a vegetação que nos perfuma, com o langor, o brilho ou a violencia das almas que perto de nós estremecem, soffrem, luctam e deliram.»

Eis aqui como o artista da palavra, na graça inimitavel da sua elocução, na contextura symetrica dos seus periodos, na variegada finura da sua erudição, quasi desadora da sua patria, que vai obliterando o seu caracter nativo, «olvidando as suas lendas e costumes, as suas festas, mascarando a physionomia, tão singella e prazenteira na sua originalidade, com os ouropeis de umas extrangeirices importunas».

De escriptor contemporaneo jámais brotaram palavras mais doces, orações mais suaves, gritos de amor mais apaixonados, lances de affectos e de generosidade mais nobres e mais pujantes.

Animo! Não podeis ter mais alto pharol para alumiar-vos, nem deante dos olhos mais largas perspectivas! Animo! Sustentae o edificio da Thalia nacional. Exorta-vos a epica figura do immaculo cantor dos *Lusiadas*, a qual alli vagueia ainda saudosa de ter deixado o templo que mal lhe abrira os grandes alicerces.

Guardemos no portico do peito, como expressão indelevel e immorredoura, estes bellos versos:

«Fraquezas são do corpo, que é da terra,
Mas não do pensamento, que é divino!»

Ao concluir, seja-me licito fazer uma declaração sincera e, quiçá, necessaria. A physionomia do livro que ora sái á luz, a sua psychologia, si quizerem, obedece a uma impulsão propria—

a de que o seu auctor o escreveu mais com o coração do que com a cabeça. Si a missão dos que escrevem, como pensava o velho Villemain, é agradar, eu tenho a consciencia de que o elaborei para a satisfacção de mim mesmo.

Dir-se-ia um livro feito de amor; póde ser isto um transbordamento de illusão poetica, mas é a realidade.

E quando para algo não valha, valerá, ao menos, para mostrar que temos um pouco de amor a esta terra, que amamos no desdobrar de todo o seu evolver historico.

Portanto, não tem regras e convenções de escolas; não collima, por certo, o doutrinar importuno dos systemas philosophicos.

Não é nenhuma obra de sciencia; fallece-lhe de todo o principio philogenetico de evolução, o que aliás é muito para ser notado, porquanto as lendas e tradições que do occidente europeu passaram para nós, soffreram a influencia do mestiçamento indo-luso-africano.

As fontes ahi ficam indicadas, outros mais aptos e felizes que explorem os seus veios crystallinos.

O' mocidade estudiosa, alae por um pouco o vosso espirito na contemplação desse ideal — o ideal da Patria — é ella que nobremente vos supplica, exclamando como Zola ao dirigir-se em carta á mocidade parisiense, na tristemente celebre questão Dreyfus: «*O jeunesse — jeunesse! je t'en supplie, songe à la grande besogne qui t'attend. Tu es l'ouvrière future.*» (1)

Assim praticando, não lhes fallecerá, por certo, a glorificação, mas a glorificação real, verdadeira — a que promana da consciencia do dever cumprido, que vitaliza a trama do tecido moral, que illumina a alma, elevando-a, engradecendo-a aos proprios olhos e aos estranhos. Si, como dizia *Bourgel, la vie est un soupire à donner à cet qui fut et un sourire à ce qui sera;* si é verdadeiro tal conceito, nada consola mais o meu ideal de moço do que apontar aos obreiros do futuro as origens dessa lympha, que se recorta limpida nos recessos intimos da nossa historia.

E oxalá consignam derival-a para os vergeis da patria litteratura!

Deixai-a resvalar pelo declive natural reflectida na torrente espumosa ao esplendor do sol claro e limpido dos tropicos, sob o pallio azulino do nosso firmamento.

---

(1) Emile Zola—*Lettre à la jeunesse*, pag. 11.

Só assim, no meio de lampejos tão fulvos e rutilancias tão cambiantes, sahirão as nossas poesias e lendas populares carregadas de adereços, ataviadas de magias, bellas, donosas, gentilissimas e estimaveis ao entendimento e ao coração...

Agora, a ti me dirijo, ó doce Patria, entorna a tua taça, cheia de suavissimo deleite, que outr'ora possuiste tão prodigamente, ao menos emquanto te vou descrevendo as festas intimas e populares!

Seja o nobre e grandiloquo juramento de von Fallersleben o fecho do nosso trabalho:

Treue Lieb bis zum Grabe
Schevoer'ich dir mit Herzund Hand;
Was ich bin und was ich habe,
Dank'ich, mein Vaterland!

João Vampré.

IV Centenario do Descobrimento do Brazil

DISCURSO PROFERIDO PELO ORADOR DR. THEODORO SAMPAIO NA SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO IV CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL

«EXMAS. SRAS.;

EXMOS. SRS.:

No transcurso de quatro seculos, a vida de uma nação americana pouco mais é do que um episodio passado entre o berço e a adolescencia; attesta-o a nossa historia de 1500 até hoje.

Um olhar retrospectivo por esse periodo de quatrocentos annos, um balanço geral do que foi o nosso viver como colonia e como nação independente, um exame intimo do que fômos e do que podemos aspirar no futuro, tal como o passado e o presente nol-o deixam presentir, só nos trazem ao espirito a convicção de que somos um povo ainda em elaboração, e que esta se vem effectuando lenta e continua pelo concurso de tres raças que se amalgamam, mas que se não fundiram ainda num typo unico, representativo do nosso genio, do nosso caracter e, portanto, capaz de uma orientação definida.

Estamos, pois, meus senhores, no quarto centenario de um povo que, ethnicamente, ainda não se constituiu.

Não ousarei rever comvosco, com as minucias de um inventario historico, todo esse scenario de quatro seculos, desde o obscuro e impalpavel da legenda até aos nossos dias na plena luz de um seculo rutilante que expira.

A minha missão, porêm, que não póde assumir responsabilidade tão grande, obriga-me neste momento, como interprete que sou dos vossos sentimentos, a rememorar os feitos que são o nosso orgulho, e a evocar os manes gloriosos dos fundadores da nossa nação para tributar-lhes nesta solemnidade as flôres ideaes da gratidão, da piedade e do amor.

***

Aos espiritos indagadores para quem os factos sociaes como os phenomenos physicos nada têm de fortuitos e em quem ao proprio amor patrio sobrepuja a serenidade do julgamento, certo não terá passado, despercebido e sem despertar sérias cogitações o modo porque na America do Sul se fez a partilha do seu vasto territorio entre os povos que a descobriram e colonisaram.

Quem lançar os olhos para o mappa desta parte do Novo Mundo, aprofundando a vista através de quatro seculos de conquistas, de colonisação e de trabalho, porventura indagará a que destino obedeceram os dois povos ibericos ou os seus descendentes, situando-se um, o hespanhól, pelos páramos andinos e pelas planicies temperadas do sul, e o outro, o portuguez, lançando os fundamentos de um vasto imperio que ficou quasi todo equatorial?

Se os destinos das nações têm alguma coisa de real e positivo que o meio terreno indica ou impõe de um modo ineluctavel, força é inquirir qual a nossa missão nesta parte de continente, nós os habitadores das planuras humidas e das chapadas mediocremente elevadas sob um céo torrido, deante do montanhez dos Andes e do homem que vem das pampas meridionaes?

Que valor tem aqui, de facto, o problema geographico na politica dos povos sul-americanos?

Se, a guiarmo-nos pelos ensinamentos da Historia, o progresso da humanidade é uma funcção da raça, como é a de uns poucos gráus de calor a mais ou a menos na temperatura do ambiente, e se, para a maior expansão da especie, o clima é o factor preponderante, se o nosso destino historico, a nossa acção entre os povos do Novo Mundo tem de pautar-se pelo meio climatologico, uma vez que dos povos visinhos nos não separam grandes differenças ethnicas, então ainda que isso melindre algum tanto ao nosso amor patrio, tão caro, tão legitimamente sensivel, é força convir que, nessa partilha do continente, não foi o quinhão mais bem situado o que coube aos descendentes dos lusitanos.

Bem sei como ao nosso sentimento patrio fala lisongeira a imaginação dos poétas para quem não ha senão encantos e riquezas *do Amazonas ao Prata, do Rio Grande ao Pará.*

Sob o céo do Cruzeiro são sempre majestosos os nossos rios correndo em leitos de ouro e de diamantes. Os nossos mares beijam praias de ambar e coral. As nossas montanhas topetam com as nuvens e no bojo recurvo escondem riquezas innominadas. A mata virgem, infinda, incomparavel de belleza, é uma fonte inexgottavel de poesia, de mysterios e de amor...

Mas aos sonhos dos poétas anteponhamos as verdades que a sciencia geographica nos está patenteando.

Da America Meridional que é um enorme triangulo peninsular de cerca de 18 milhões de kilometros quadrados, com a base para o Equador e o vertice ponteagudo voltado para o polo Antarctico, 8.337.000 kilometros quadrados nos ficaram pertencendo; mas tão sómente uma decima quinta parte das nossas posses territoriaes consegue passar do Tropico para o Sul, sob um céo mais benigno. Ficamos quasi que totalmente localisados na Zona Torrida.

Do littoral sul-americano que se desenvolve por 25.000 kilometros nos dois oceanos, tivemos na parte mais oriental 8.600 kilometros, pouco mais de um terço sobre as aguas do Atlantico que é hoje um lago da civilisação e do commercio.

Pertencem-nos os pontos avançados do continente em relação ao progresso da humanidade que marcha ao nosso encontro seguindo a rotação da Terra.

Para as communicações interiores fica-nos a maior capacidade, expressa na amplissima rêde hydrographica que dentro dos nossos limites se encerra.

Não menos de cinco nacionalidades differentes ficam na nossa dependencia como outros tantos satellites, obrigadas ao trafego das vias fluviaes, cujas chaves possuimos. E como essa parte do continente, nas praias occidentaes, é uma região que os Andes nevados, ostentando, cerca de cem vulcões activos, fecham como uma muralha de mais de 4.000 metros de altitude, o Atlantico, onde temos preeminencia, ha de prevalecer sobre o Pacifico, e a nossa hegemonia nos negocios sul-americanos é um facto já consagrado que o futuro decerto não desmentirá.

Estas são as vantagens oriundas da nossa posição geographica no continente.

Agora, quaes as que nos advém desse clima torrido apenas mitigado pelas differenças de altitude e da constituição geologica do territorio?

Acaso, as condições a que nos submettem as leis climatologicas são de molde a assegurar-nos essa preeminencia, essas vantagens decorrentes da assignalada posição?

A historia comparada dos dois povos a quem coube a colonisação desta parte do continente vae responder-nos através de quatro seculos de conquistas, através dos dominios da geographia gradual e simultaneamente por elles dilatados.

Quando a onda conquistadora que subiu do Atlantico, galgou com o hespanhol o cume das cordilheiras e se expandiu victoriosa pelas praias do mar do sul, e com o portuguez se alastrou pelas costas orientaes da peninsula, o *Orinoco*, um rio tropical entre os nevados andinos e as montanhas da Guyana, ficou por inteiro á Castella; o *Amazonas*, rio equatorial, cujo leito parece assignalar na terra o curso do sol, descoberto por hespanhoes e por hespanhoes pela primeira vez explorado e descripto como um mediterraneo povoado de lendas, ficou quasi totalmente ao portuguez; o *S. Francisco*, rio do planalto central, pertenceu-lhe por inteiro; o *Prata*, o rei das pampas meridionaes, com as cabeceiras apoiadas nas montanhas da nossa terra, repartindo como por egual pelas zonas torrida e temperada a sua ampla bacia de 3.260.000 kilometros quadrados, ficou em grande parte hespanhol.

Nesta partilha bem se vê e bem se demonstra a indole, a energia, ou o sentimento politico que anima a cada um dos dois povos rivaes.

O castelhano, ambicioso, audaz, um scelerado mesmo quando o ouro o deslumbra, e a ambição o desvaira, não se atarda, não parece pesar o *pró e o contra* das expedições longamente apercebidas. Um punhado de aventureiros lhe basta para os golpes decisivos, para a conquista de vastissimos imperios que haviam aliás resistido, ás vicissitudes de muitos seculos ignorados. Do isthmo de Panamá ao Estreito de Magalhães, pelo dorso das Cordilheiras, a conquista do Perú e do Chile, como fôra a do Mexico, é um passeio militar apenas dramatisado por scenas de atrocidade e pelas luctas fraticidas que se seguiram e assignalaram a partilha dos despojos do imperio Inca.

Em menos de cincoenta annos, o imperio hespanhol na America do Sul estava fundado e quasi attingia os seus limites definitivos. Ficavam-lhe no quinhão as terras altas onde encontraram florescente uma civilização authoctone, onde o ouro e a prata eram metaes communs, e com isso a quasi totalidade das regiões de clima temperado.

Em mais de metade do continente do Sul, desde a Costa

das Perolas, onde ao descobril-a o genio mystico do navegador genovez julgou divisar as portas do paraiso terreal, até o Estreito de Magalhães, por 52 gráus austraes, fluctuava soberana a bandeira de Castella, conduzida por aventureiros audazes ao longo da costa do Pacifico ou pelo dorso nevado dos Andes

Vê-se bem que, transmigrade, o castelhano procura manter-se sob o céu da America, em meio quasi identico ao que na Iberia lhe assignalam o Ebro e o Guadiana. Este facto e mais a circumstancia de encontrar em seu caminho povos sedentarios, com uma civilização já desenvolvida, explicam a rapidez, a facilidade mesmo com que se fez a expansão hespanhola nesta parte do continente.

O portuguez, não. A sua presença em terras da America é um facto que os nossos historíadores têm antes procurado explicar por um mero accidente de viagem do que por um deliberado intuito de conquista. O investigador desprevenido vê, com effeito, nessa travessia alongada que dá com a armada de Cabral em Porto Seguro um simples arrastamento das correntes maritimas, importando todavia num real melhoramento na rota costumeira de Africa. O politico, porêm. descobre-lhe os secretos intuitos, percebe-lhe os motivos na averiguação inadiavel e immediata daquillo que por vehementes indicios quasi que positivamente se assignalava. E, notada a attitude reciprocamente guardada pelos dois povos rivaes, a verificação de um paiz ignoto a Occidente, affectando ao hemispherio de influencia portugueza, coisa facil de realizar-se numa derrota apenas alongada e podendo dissimular-se por um arrastamento fortuito das correntes do mar, é facto que não dá logar a duvidas irreductiveis.

Já aqui, neste primeiro passo em terras da America, se revela a habilidade politica com que durante tres seculos, através dos conflictos internacionaes, o portugvez ampliou e conservou os seus dominios deste lado do Atlantico.

Mas, uma vez na America, o seu marchar através do continente não reveste aquelle aspecto dramatico e maravilhoso das conquistas de um Cortez e de um Pizarro.

Tardo, mas firme, resoluto e habil, o portuguez, comtudo, só despertou para a America trinta annos depois que os seus navegadores a attingiram e ainda assim estimulado pelo alheio successo, o dos castelhanos com os thesouros do Mexico e do Perú que já deslumbravam o mundo e valiam tanto ou mais que as especiarias e as riquezas decantadas do Industão.

Os nossos sertões não lhe revelaram logo os seus thesouros

escondidos. Repetidos insuccessos lhe entibiam os esforços, e por isso elle emprega quasi um seculo para transpor as duas metas onde se encerravam os seus primeiros estabelecimentos coloniaes. *São Roque* ao norte e *Cananéa* ao sul.

A terra que lhe coube em sorte, entre o Equador e o Tropico, tinha todos os encantos para seduzir mas os ares neste clima torrido, a despeito do dizer ingenuo de Pero Vaz de Caminha, não eram por certo «... *asy frios e temperados como os dentre Douro e Minho*».

Nesta zona genesiaca dos Tropicos, o calor sem intermitencias reparadoras, fermentando o sangue, dissolvia as energias da raça. O colono europeu no littoral resistia ao paludismo protheiforme, mas sentia-se deperecer lentamente.

Só desacompanhado, o portuguez seria impotente para assenhorear-se do paiz onde os rigores do clima o annullavam. Foi-lhe preciso o concurso lento dos annos, para a adaptação da raça, para attrahir o selvagem ao christianismo, para introduzir o africano cujo braço lhe desbravou o solo virgem e inculto, para a formação de uma população mestiça, apta para enfrentar as agruras do deserto, para que então a colonia tivesse os seus limites dilatados e desentranhadas as riquezas dos seus ignotos sertões.

Tres correntes povoadoras appareceram então—a *Paulista* que investe pelas valles do Paraná e do Paraguay e conquista as montanhas auriferas do planalto central; a *bahiana* que se expande pelo valle de S. Francisco, penetra no Ceará, no Piauhy, vae até o fundo do Maranhão e descampa para o Araguaya; e a *pernambucana* que pelo littoral, se alastra pelo Parahyba e pelo Rio Grande, funda o Ceará, conquista o Maranhão e invade o Amazonas.

Dois agentes egualmente poderosos, antagonicos muitas vezes, mas efficazes ambos tomam a si a expansão povoadora: o *missionario* e o *bandeirante*. Aquelle, alma ardente de apostolo abnegado, soldado de uma milicia que não tem patria, que surgiu para vencer persuadindo, é por certo um dos fundadores da nova nação. Ao seu aceno moviam-se levas numerosas de catechumenos com que se fundaram nos campos como nas praias do mar as aldêas de outr'ora, opulentas cidades de hoje, que não renegam a humildade de seu berço. Este outro, um mestiço já nascido nas terras da America, alma inculta, supersticiosa e por vezes cruel, manifestando-se por uma energia indomita, e por uma audacia descomedida, é um caçador. Mas a sua caça é primeiro o indio que é mister *descer* para as lavouras, depois as minas que é mister desvendar.

O seu destino é marchar á aventura, sem rumo certo através das solidões nunca dantes percorridas, devassar, descobrir conquistar.

De suas *entradas* em que por centenas tantos bravos companheiros se empenhavam, de muitas nem se quer a memoria se salvou. A solidão tudo devorava.

Mas recordando a patria distante, alguma coisa persistia assignalando no imo do deserto as fronteiras ampliadas: a cruz plantada como um padrão no pontal dos rios navegados, a terra revolvida e excavada trahindo a paixão do ouro, e esses destroços innominados da expedição que malogrou com um testemunho da posse que não devia jamais prescrever.

Diante da *bandeira* que investe contra o desconhecido, que arrosta todos os perigos imaginaveis ou imprevistos, que não reconhece outro poder mais forte do que a sua ambição insaciavel, não ha fronteiras nem linhas convencionaes nem tractados que prevaleçam. No intimo dos sertões, onde nem sequer um éco da auctoridade penetra, só ella, a indomita *bandeira* se reconhece soberana.

Ella transpõe os valles, vadeia os rios, navega-os através do obstaculos sem conta, galga os alcantis da montanha para devassar os incognitos horizontes, e de subito como uma ave de presa, abate-se sobre as povoações nascentes de Guayrá e do Paraguay, queima, ensanguenta, destróe, e arrasta para o captiveiro levas de catechumenos. Por toda a parte, quer através desse sonhado imperio Guarany, quer atavés dos campos do Paraguay ou das pampas do sul, ruinas fumegantes assignalam a marcha da bandeira vencedora.

As fronteiras recuavam sempre. Os padrões da nossa posse, descendo com os grandes caudaes, vão assignalar-se por marcos indeleveis nos saltos e nas cataratas. No Uruguay desce até *Pepery* acima do *Salto Grande*. No Iguassú desce até o Santo Antonio, acima do *Salto de Santa Maria*. No Paraná recúa até o Igurey abaixo do *Salto das sete quédas*.

Quando pelo fim do seculo XVII, conquistada a independencia pela separação das duas corôas, Portugal, desenganado do Oriente Indiano, quiz assentar dentro de limites mais defensaveis e naturaes as suas possessões na America e lançou as vistas para a margem esquerda do rio da Prata, onde fundou a *Colonia do Sacramento*, a conquista já não logrou a mesma fortuna de outr'ora, quando a servía a audacia incomparavel dos caçadores de indios.

A lucta agóra tinha que revestir caracter mais formal.

A *Colonia*, assentada deante de Buenos-Aires, como a disputar-lhe a chave do Paraná e do Uruguay, rios cujas bacias superiores estamos occupando, não podia permanecer em mão dos portuguezes sem se converter em uma ameaça imminente

contra o imperio hespanhol que pelas aguas do Prata subia do Atlantico ao cimo das Cordilheiras.

Entretanto, através de todas as vicissitudes da guerra e dos tractados não cumpridos, a praça do *Sacramento* veio a ser para o portuguez, cuja habilidade politica ainda aqui se manifesta, o preço da legitimação de todas as conquistas realisadas pelo seu braço para além da celebre *linha mental* da convenção de Tordesilhas.

Quando em 1750, Fernando VI de Hespanha pelo tractado de Madrid, consegue de Portugal a Colonia de Sacramento, desistindo este das suas pretenções nas margens do Prata, em troca dos terrenos conquistados nos valles do Paraná e do Amazonas e das Sete Missões do Uruguay, se o portuguez, acaso resentido nos seus brios, quizesse fitar o horizonte das conquistas realisadas, decerto, o amor proprio nacional mais teria de que vangloriar-se do que de verdadeiro resentimento.

O Brasil ficava-lhe tres vezes mais vasto pela conquista do que elle seria dado constituir-se pela lettra dos tractados e das convenções anteriores. Quasi metade do continente do sul ficava encerrado no ambito do seu imperio, cuja configuração definitiva parece reproduzir as grandes linhas do contorno peninsular. O ouro apparecia abundante ao lado das pedrarias de alto preço no amago dos seus sertões que rapidamente se povoavam. As suas armas tinham sahido victoriosas na lucta contra o hollandez, expulso de Pernambuco, como annos antes tinham repellido o francez de Guanabara e do Maranhão.

Se o tractado de Tordesilhas, sobreposto á bulla de Alexandre VI que excluia Portugal da America, tivesse prevalecido com a sua *linha imaginaria de marcação* lançada a 370 leguas a oeste de Cabo Verde, o Brasil estaria hoje privado de um largo trecho de seu actual territorio na Zona Temperada, e dos dois milhões e meio de kilometros quadrados que nos ficariam pertencendo dentro dos tropicos uma nesga apenas e bem insignificante das grandes bacias hydrographicas se comprehenderia nas nossas posses territoriaes.

Nem o Amazonas propriamente dito, nem o Prata se incluiria nos nossos limites.

O S. Francisco, rio do planalto, cujo accesso do mar para as regiões interiores está trancado por famosa catarata de cerca de 80 metros de altura, seria o nosso maior caudal.

A posição privilegiada que ora occupamos na rêde amplissima dos rios sul-americanos nos escaparia para sempre.

Mas se o portuguez podia rejubilar-se de possuir sob o Equador e sob o Tropico um imperio quasi tão vasto como a

Europa inteira e setenta vezes mais amplo do que esse pequeno canto da Iberia *onde a terra acaba e o mar começa*, que é a terra do seu berço, o castelhano não menos se gloria dos resultados da partilha.

De facto, ao castelhano, ainda dentro da zona torrida, coube terriotorio de clima mais benigno que o nosso.

O cume perpetuamente nevado das suas Cordilheiras, os seus páramos quasi inaccessiveis, os seus grandes planaltos semeados de lagos, corrigem com a altitude o excesso de temperatura que a latitude identica lhe impõe a elle e a nós.

Da Columbia ao Chile, da Terra de Fogo ao Panamá, as as altas montanhas, coroadas de neve, alteram o clima corrigindo-o.

Nós, porém, que falamos pelo portuguez, ficamos nas baixas planuras que o Amazonas alaga sob um céo de fogo. Podemos, é certo, penetrar das praias do Atlantico até o sopé das Cordilheiras como se navegassemos um oceano de agua doce, mas os nossos planaltos centraes, as nossas terras altas, que não alcançam um quarto das altitudes andinas, não nos mitigam senão de poucos gráus os effeitos da baixa latitude.

Dos pincaros do Itatiaia por 3.000 metros de altitude aos sertões do Cariry a 300 ou 400 metros sobre o mar, de Cabo de Santo Agostinho no Atlantico ás margens do Tocantis onde a região amazonica de facto começa, o aspecto geral parece identico nas grandes linhas; entretanto, quanta differença entre as campinas altas, os *geraes* dentre o Paraná e o S. Francisco e as *catingas* do Norte, sob o céo do Equador, devassadas pelos ventos alizios, visitadas pelas seccas periodicas e que nos trazem ao espirito, na differença da paizagem como na diversidade dos elementos constitutivos do meio, uma vaga e dolorosa apprehensão do futuro ?!

Quem uma vez transpor o S. Francisco para além da grande catarata de Paulo Affonso, que assignala o limite da zona littoral e da região interior. e penetrou nas campinas seccas que são o typo dominante no territorio mais oriental do continente entre Pernambuco e o Piauhy, do Rio Grande do Norte a Goyaz ou á Bahia, certo, terá observado no homem do sertão como na paizagem que o enquadra differenças de constitnição e de caracter como se estivesse num mundo á parte.

Além S. Francisco em direcção ao Norte como a quem pelos sertões bahianos, a seccura do ar, a escassez das chuvas, a falta de rios perennes, a intensidade da luz e do calor, o vento constante, o solo pedregoso, a vegetação espinhenta, monotona, retorcida e baixa, cobrindo um solo fracamente productivo, constituem para o homem

vermelho tisnado, esbelto, musculos de aço, agil, sobrio, intelligente e coraioso, poéta rustico de uma originalidade extranha, o *jagunço* emfim como se o chamou, typo adaptado por uma mestiçagem de quatro seculos, um *habital* como não não ha outro no Brazil.

E, todavia, é nessa região ingrata como um deserto arido que medra um povo de heróes, capaz de sacrificios, a fibra resistente da nação.

Aquem S. Francisco, mas já para o Sul das chapadas bahianas, abaixo do Parallelo de 13.° de latitude, e abrangendo as montanhas que formam como que a ossatura do territorio nacional, o ar mais humido, o solo mais fresco e sarjado de caudaes perennes, a vegetação vigorosa e tão variada como geognosticamente a terra diversifica, definem o *Brazil-Medio* como a região do ouro e das pedrarias, a terra da agricultura por excellencia.

O valle do Amazonas é, porêm, dentro das fronteiras nacionaes um enigma do futuro. Nenhum rio sobre a terra occupa essa posição especialissima que parece assignalar no proprio leito o caminho do Sol. Na historia da civilisação jámais se encontrou o genero humano em theatro nem mais vasto nem mais prodigiosamente dotado de qualidades antagonicas.

No *habitat* amazonico que povo surgirá, que papel lhe estará reservado nos grandes destinos da America?

Deixemos, entretanto estas cogitações que tocam pelo incognoscivel e consideremos esse outro trecho do territorio nacional ao Sul do Tropico, onde as chapadas elevadas se debruçam quasi sobre o mar e o clima se encontra na latitude como no relevo do solo elementos de benignidade.

Aqui sim, temos sob um céo mais brando, um solo feraz e mais apto para todos os commettimentos do homem que sob o mesmo céo patrio póde egualar a energia do europeu.

A historia de quatro seculos, que nesta data se completam, nos está mostrando a prova palpitante dessa influencia ineluctavel do meio sobre o genio de uma raça que transmigrou para as plagas americanas, a mesma na origem, e nos costumes, mas cujo caracter vem já se distinguindo pela audacia, pela iniciativa, pelo seu amor á independencia

***

Foram estas, meus senhopes, as nossas conquitas emquanto á metropole lusitana prestavamos obediencia. E quando mais tarde, ha 78 annos apenas, emergimos na liberdade pela independencia nacional o que devia ser o nosso patrimonio territorial estava constituido, e tão sómente dependente de uma demarcação definitiva; o

nosso direito, porêm, á posse de quasi metade do continente do sul ficava assentado em titulos de um valor indestructivel.

Não podia ser mas pingue nem mais solida a herança paterna.

Gloria a ti, oh Portugal, que soubeste constituir e defendel-a, gloria aos teus estadistas, como o grande Pombal, que sabiam decifrar no porvir os destinos de um povo da tua estirpe gloriosa.

Luctamos, todavia, pela nossa posse, luctamos ainda pelo nosso direito, luctamos pela nossa hegemonia.

Mas nunca tivemos as velleidades de conquistador entre os povos independentes que nos cercam e não raro, para além das nossas fronteiras, entre povos tyranisados, levamos nas dobras da nossa bandeira victoriosa a liberdade aos opprimidos. Em Monte Cazeros que ap ga Ytuzaingo, em Paysandú como em Lomas Valentina e Aquidaban fizemos cahir mais de uma tyrannia, libertando o argentino, o oriental e o paraguayo.

Pelas pampas do sul, afrontando as agruras de um clima diverso, as nossas legiões campeavam vencedoras, cimentando com o seu sangue a paz e a independencia de extranhos povos.

A nossa politica foi a da paz e da generosidade entre vizinhos e jámais tiramos a outrem o que a outrem devia pertencer.

Somos hoje 16 milhões de almas, e sentimos nas veias a seiva do porvir.

Os nossos campos lavrados, as nossas florestas percorridas e exploradas garantem-nos a posse de verdadeiros monopolios no mercado do mundo. O café e a borracha, o assucar e o tabaco formam o embasamento da nossa fortuna, medem a nossa capacidade productora e nos enriquecem. Rasgam as nossas planicies, galgam as nossas montanhas, ligando as nossas cidades 14.000 kilometros de estradas de ferro. Os nossos rios, navegados por barcos a vapor, medem um percurso de 6000 kilometros no Amazonas e seus tributarios, 2.500 no S. Francisco, 2.000 no Paraguay, no S. Lourenço. Por 18.000 kilometros se contam as nossas linhas telegraphicas como attingem a 2.000 as nossas agencias postaes. As nossas costas illuminam-nas mais de 30 pharóes, e offerecem 21 portos á navegação de longo curso. Cerca de 900 municipios e 444 cidades surgiram nos nossos sertões como nas praias do mar, onde ha quatro seculos não havia senão desolação e barbaria, e, entretanto, não occupamos ainda sufficientemente um quinto do vastissimo territorio que possuimos.

A instrucção do povo, as sciencias e as artes, o commercio e a industria, as instituições de creditos, a immigração tiveram o mais acalorado estimulo e se ampliaram e cresceram.

Por entre flores e festas fizemos as mais arriscadas re-

formas sociaes, abolindo tres seculos de oppressão de uma raça que fizera a nossa fortuna.

Com o calor e o enthusiasmo das aspirações juvenis, enveredamos ainda pelas reformas politicas e surgiu a Republica. transformando as nossas provincias de outr'ora em outros tantos Estados que prosperam na mais ampla autonomia.

E ahi estão, meus senhores, desta campanha de quatro seculos, os trophéos da nossa victoria, o attestado da nossa competencia entre as nações.

Sim, são certas as nossas conquistas desde este dia memoravel em que tu, oh Cruz de Christo, transpondo os mares na prôa das caravellas lusitanas, guiadas por Cabral, te alçastes dominadoras nas praias de Porto Seguro e extendeste a tua sombra incorruptivel e bemdita sobre esta terra que já trouxe o teu nome.

Extende ainda sobre ella e sobre nós a tua sombra protectora; dá-nos a tua paz que sanctifica o nosso esforço como a tua ordem que é o estimulo do progresso verdadeiro. Estanca-nos a sêde de concordía, pois que temos a sêde da fraterna união; atira para longe de nós o monstro das ambições insoffridas e desvairadas e faze que medremos nas virtudes civicas como na fé para que já no lumiar do seculo entrante seja o nosso successo uma triplice affirmação da nossa crença em Deus, do nosso amor pela patria e da nossa confiança na liberdade.

THEODORO SAMPAIO

S. Paulo, 3 de Maio de 1900».

IV Centenario do Descobrimento do Brazil

DISCURSO PROFERIDO PELO 2° SECRETARIO DR. M. PEREIRA GUIMARÃES NA SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO IV CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL, REALISADA NO DIA 3 DE MAIO DE 1900

EXMAS. SRAS. MEUS SRS.

Hoje que a multidão inteira, em festas, enthusiastica relembra uma data tão cara aos nobres filhos desta gentilissima, desta refulgentissima terra de Santa Cruz, se alheias palavras é licito repetir, que as vá eu escolher em Lucrecio no seu poema *De natura rerum.*

Permitto-me a ousadia de dirigil-as ao nosso illustre consocio sr. dr. Theodoro Sampaio, cuja palavra eloquente acabamos todos de ouvir.

«Te sequor o decus, inque tuis nunc
«Ficta pedum pono pressis vestigia signis
«Non ita certandi cupidus, quam propter amorem,
«Quod te imitari aveo. Quid enim contendat hirundo Cycnis? »

Si o atrevimento faz-me acompanhar-vos os passos, ó ornamento nosso, não é a emulação que o conduz, mas sim o amor de imitar-vos. Ousou jámais a tenue andorinha pelejar com o regio cysne?

Dê-me venia s. exc. para que neste ar ambiente que respiramos, eu vá procurar uma minuscula parte da magna inspiração que costuma presidir aos seus trabalhos, inspiração que vibrará ainda pelo espaço, de envolta com o ether.

Inspiração tambem pedirei a aquella cruz luminosa, cuja festa o christão hoje rememora, cruz brilhante e cruz promettedora cujos fulgores osculam o brasileiro ao nascer; cruz expectante e cruz consoladora, que ha de acompanhal-o nas incertas romarias do seu mysterioso peregrinar; cruz triumphante e cruz redemptora, que se reflectirá na lapida da sua tumba, depois que Obaddon, o anjo da morte, sacuda sobre as suas palpebras a poeira do eterno dormir. Que das tuas scintillações incessantes se desprenda um pouco de luz, para que eu possa dignamente dizer algumas palavras sobre a heroica terra onde dos olhos dos meus avós promanaram as primeiras lagrimas, e da terra, patria querida, onde pela primeira vez o sorriso despontou aos meus labios.

Quanto a vós, illustres consocios, peço-vos indulgencia: agra foi a tarefa, o tempo escasseou, e na vossa sciencia tenho a egide melhõr, pois *tudo saber é tudo perdoar.*

> « Quem desconhecerá esta nação briosa, que durante quasi oito seculos aponta na terra uma Illiada de triumphos e aponta no mar uma Odyssea de glorias? Quem deslembrará esta nação crente e audaz, aguerrida e navegante, que se firmou na Europa pelo valor de Affonso, que torneou a Africa pelo arrojo do Gama, que senhoreou a Asia pela intrepidez de Albuquerque, que aportou á America pela fortuna de Cabral, que circuitou, que circumnavegou o mundo pelos transluminosos espiritos, pelas geniaes inspirações de Magalhães?» (1)

Pois bem! Rememorar um desses factos é reviver uma vida de glorias, é evocar um passado, que podemos dizer nosso. Filhos de Portugal, a nós tambem pertence redizer as suas acções heroicas. O filho tambem se engrandece ao narrar as glorias do Pai.

A edade média approxima-se do seu termo. Não ha muito que terminou a ultima cruzada. Aos ouvidos como que ainda resôa o tinir das espadas. Os cavalheiros christãos se partem da terra santa, em demanda de seus lares. Entre os habitos novos que traziam figurava o uso immoderado das drogas aromaticas. O aniz, a canella, o gengibre, o cravo e a pimenta serviam de condimento aos vinhos bebidos nos festins. Em breve a imitação generalisava o uso dessas especiarias.

---

(1) Alves Mendes—*Patria*

Para satisfazer a tão novas necessidades os golphos e enseadas do Mediterraneo se transformavam. A' sombra dos eloendros cresciam cidades, para onde convergiam as drogas orientaes. Os effeitos do seu uso descommedido não se faziam esperar. A razão transviava-se, sobrexcitava-se. O desvario, porêm, tocava ás raias do sublime. Semelhava o furor da pythonissa ao desvendar os secretos arcanos do futuro. Era uma loucura do saber. Loucura tambem o tinham sido as cruzadas, mas loucura bem diversa, loucura sublime da cruz.

Ardente era a sêde da sciencia. "*Aquelle que compunha um livro já não limitava-se 'a lêl-o perante um punhado de pessoas sabias, para depois legal-o a um convento. Lia-o a quem queria ouvil-o, tirava numerosas copias, que seus possuidores iam lêr a outros.*" Por muitos o seu conteúdo era guardado de memoria para transmittil-o a quem não pudesse lê-lo.

Corria-se de uma cidade a outra, mandava-se embaixadores por causa do apparecimento de um livro.

A' medida que as obras appareciam a sêde augmentava. Esquadrinhavam-se os conventos para vêr se nas suas prateleiras poder-se-iam encontrar livros raros do passado, que os do presente já não satisfaziam.

Assim tambem nas artes. Por sob os destroços dos palacios se deviam encontrar estatuas, vasos, moedas e outras raridades do passado. E os escombros foram revolvidos! "*E as estatuas pagans sahiam do solo onde tinham estado sepultadas mais vivas, por ventura, do que na antiguidade. Os papas cahiam de joelhos diante dellas, que passavam a ser passeadas em triumpho sob a umbella pontifical.*» E uma população, não de vivos, mas de mortos, não humana, mas de marmore, surgiu como que por encanto das entranhas da terra, para attestar o gráu de civilisação do passado. Só dos arredores de Roma 60,000 estatuas têm surgido á luz brilhante do sol, ostentando aos presentes as suas perfeições, como por manhã clara de radioso dia as rosas offereçem, aos carmes da zumbidora abelha, os rubros labios donde hão de tirar o dulçoroso mel.

«Oh! quanto esta nobre, serena, heroica antiguidade pareceu superior a tudo quanto se conhecia, quando, depois de tantos seculos, foi vista a sua face veneravel e encantadora! Oh mãs, quão joven que sois! dizia o mundo em lagrimas. De que imponentes ornatos vos achaes ataviada! O novo foi achado velho, a antiguidade pareceu joven, não só por seu singular encanto, como por um accôrdo profundo com a sciencia nascente. Um sangue mais calido, uma flamma de amôr, golfou de novo as nos-

sas envelhantadas veias, como o vinho generoso de Homero, d'Eschylo e de Sophocles.» (1)

O oriental hachich transviára tambem as imaginações dos architectos, que já não mais exigiam o conhecido, por mais perfeito que fosse. A fôrma devera prefigurar um symbolo: «o edificio, por meio das suas naves oppostas, deve representar a cruz onde morreu Christo; os florões, com as suas petalas de diamente, figuram a rosa eterna da qual as almas redimidas são as folhas; as dimenssões de todas as partes correspondem a numeros sagrados. De um outro lado as fórmas, por sua riqueza, por sua bizarria, sua ousadia, sua delicadeza, sua enormidade harmonizam-se com a intemperança e as curiosidades da phantasia doentia» diz Taine. (2)

A taes almas são precisas sensações novas, vivas, multiplas. Já não lhes satisfazem os templos antigos. A épocha é toda de amôr e de movimento.

O mar attrahe duplamente. Porque?

As suas ondas, osculando de continuo as lourissimas areias, figuram um poema de amôr. As praias, onde as areias correm, correm diante do vento, como nymphas diante de satyro lascivo, evocam um eterno peregrinar. Nas suas grutas, nos seus alcantis *a virgem de louros cabellos vem segredar ás vagas o seu immenso amôr.*

Pois bem! A cathedral gothica relembra os alcantis á beira mar, diz Luciano Cordeiro.

Ahi ha o exaggero da fórma. As torres que se alçam como braços supplices, não alcançam assaz alto; e surge a agulha rendilhada, evolando-se aos céos, *lidima escada de Jacob.*

Figuras pequeninas são enroladas aos portaes. O marmore e a pedra são pontilhados em tenuissima renda, que semelha os frócos do céo ou as espumas do mar.

Nicoláo de Piza é o primeiro architecto e esculptor desta épocha.

«Seus paes, diz Castellar (3), seus mestres, obrigaram-no a ajoelhar-se, pôr as mãos, ante as estatuas bysantinas, curvadas sob os terrores do juizo universal; e elle foi depois prostrar-se deante das figuras gregas, radiantes de formosura, erguidas como aquella civilização, essencialmente humana, amamentada aos peitos da liberdade.»

---

(1) Michelet—*La Renaissance.*

(2) Taine—*Philosophie de l'Art.*

(3) Castellar—*O cemiterio de Pisa*

Mestres gregos dirigem-no nos seus labores; discipulos ajudam-no. As figuras sahidas do seu cinzel tinham attitudes de saber, movimento de verdade, embora faltassem ao seu autor experiencia, expressão, calor.

A escola entretanto está fundada, não obstante ser um arremedo abastardado da decadencia romana. Florença e Piza, Padua e Veneza, Sienna e Napoles recebem em seu seio este ousado innovador.

Andréa e Giovanni Pisano seguem-no, e o *Campanilho* de Florença sai das suas mãos brincando como uma esculptura grega, modificada pelo gosto florentino. Nem Ghiberti nem Donatello, nem Raphael nem M. Angelo se lhes avantajam em elegancia, em nobreza, em sentimento, em fórmas.

Na pintura Cimabue dera-lhes esmalte d'antes não vistos, em Santa Croce de Florença, Santa Maria Novella, San Spirito.

Um seu discipulo, um pastorinho de Murgello, Giotto, excede-o ainda: sabe traçar com pureza, com proporções, com elegancia, distribuir as luzes e as sombras, avigorar os tons.

E a sêde do saber sempre augmentando! Surgem escolas e academias, onde as sciencias são divulgadas. Manillo Ficino dirige em Florença uma Academia Platonica. O commercio toma incremento. O castello rue por terra e em seu logar é levantada uma academia ou uma manufactura.

E cheia de resplendores, como uma aurora, surge a *Renascença*!

Esse espirito aventuroso e guerreiro, religioso e desejoso de conquista de nações guerreiras para a fé christan, scientifico e artistico, innovador e commercial, não podia deixar de, com o seu halito ardente, escaldar o sangue dos filhos de Portugal, cavalheiresco e guerreiro, religioso e civilisador, aventureiro e commerciante. Adjunja-se a isso a sua posição topographica.

«Arrebatava-os o murmurio das sereias do mar, cantando na vaga espumosa que se parte contra as rocas de Arrabida e de Cintra, dansando na areia loura ao sopro do vento». (1)

A marinha portugueza não podia, entretanto, prestar-se para grandes viagens. Coetanea de Henrique, o *Borgonhez*, alentára-se pelas façanhas das tomadas de Lisboa e de Silves, opulentára-se pelas victorias de D. Fuas Roupinho no Cabo Espichel.

E comtudo ia pedir um almirante a Genova!

A conquista do Algarve, em 1249, veio ainda mostrar a necessidade de desenvolvel-a.

---

(1) Oliveira Martins—*Portugal nos Mares*.

Numerosas dezenas de annos haviam decorrido depois que á Europa chegára a noticia de que para as bandas do Oriente havia uma região como que encantada. As suas riquezas, innenarraveis, excediam tudo o que a imaginação a mais viva pudesse inventar. Ahi reinava um principe christão: o Preste-Joham.

Feliz da nação que pudesse descobrir caminho para traficar com essa tentadora região!

Mas não era tudo. Do lado do Occidente, contava-se, existiam paizes maravilhosos. O mar coalhava-se de verdejantes ilhas, *onde existiam cidades cujas muralhas eram de finissimo oiro* (1). O marfim e as gemmas as mais raras eram encontrados a monte. Cada concha com que o oceano tapisava as praias, continha perolas maiores do que as mais preciosas do thesouro do imperador em Constantinopla.

Comprehende-se perfeitamente que estas razões eram bastante ponderosas para que uma parte aventurosa da nação pensasse em desvendar esses segredos. Por outro lado a parte mais reflectida, encastellada nas noções de geographia de Ptolomeu e de outros, revoltava-se contra tão perigosa phantasia. Loucura seria o tentar qualquer interpreza do lado do Oeste. Ahi terminava o mundo. O desconhecido era o *Mar Tenebrozo*, onde imperava a morte. Para o Oriente podia-se ir atravez da Africa.

Buscas o incerto, e incognito perigo,
Porque a fama te exalte e te lisonge,
Chamando-te senhor, com larga cópia,
Da India, Persia, Arabia e Ethiopia?
Oh! maldicto o primeiro que no mundo
Nas ondas vela poz em secco lenho!
Digno da eterna pena do profundo
Se é justa a justa lei que tenho. (2)

No meio desta incerteza apparece uma figura genial, que parecia enviada por Deus ao pequenino reino para abrir-lhe as portas da gloria; D. Henrique.

No reinado de D. João I uma frota de caravellas, dirigida pelos infantes seus filhos, tinha por vezes bracejado nas costas do norte d'Africa. N'uma dessas excursões foi conquistada a grande e fortissima cidade de Ceuta. O successo desse commetimento fez com que o mais moço dos infantes, D. Henrique,

(1) Oliveira Martins—*Historia de Portugal.*
(2) Camões—*Lusiadas*—Canto 4.º

tomasse amor pelas viagens maritimas e meditasse em futuras correrias sobre as vagas ululantes, em demanda de novos triumphos.

Para melhor execução dos seus planos o principe sabedor resolveu estabelecer-se perto do Cabo S. Vicente, em Sagres.

Nessa tenue porção de terra, que o oceano vem de continuo lavar, exposta aos rigores dos ventos, foi fundado um collegio, onde a nautica e geographia fossem ensinados. Das suas viagens trouxera-lhe um dos irmãos—mappas, roteiros, cartas maritimas, que passaram o ser o seu quotidiano estudar.

Ahi elle procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golphos e das enseadas, velados pelo manto azul negro do Mar Tenebrozo. (1)

A Odyssea vae começar:

«Tu, filho caro da natura, ó genio!
Que tardastes em formar por tantos annos
O lusitano Henrique, alfim um dia
A empreza lhe inspiraste,
Que enche de gloria a Lysia.

Eis elle na mão toma ardente faxo,
Que desde o Sacro-Promontorio fulge;
Tiro de luz despede, que allumia
Do Tenebroso Oceano
Os pelagos immensos.

«Ide romper os mares, disse aos Lusos
Com chaves immortaes, té-qui fechados:
Ide alargar por nova maravilha
A patria Lysia, a Europa
Os terminos do mundo.»

Gente animosa invicta as vozes ouve;
A angra deixa da marinha Sagres;
E em promptos barineis ás ondas descem
Deuses do mar potentes
Os novos Argonautas.» (2).

Em 1412, de Sagres se partem em dous navios que passam 60 leguas além Cabo Não, considerado ponto que não podia ser ultrapassado.

(1) Oliveira Martins—*Historia de Portugal.*

(2) Elpino Duriense—*Ode a D. Henrique.*

Seis annos depois, uma tempestade lançava a uma ilha desconhecida outros navegantes, que davam-lhe o nome de Porto Santo. Em 1419:

Como do meio das cerradas nuvens
A atlantica Madeira sae formosa
De verdejante folha a trança ornada;
E vem com brando gesto
Saudar os luzos nautas! (1)

Mais tarde 14 annos Gil Eannes conseguiu dobrar o Cabo Bojador, façanha que julgou-se ultrapassar as de Hercules.

Em 1440, foi descoberto o Cabo Branco, e em 1444 em Lagos organizava-se uma companhia para explorar esses pontos d'Africa.

Entretanto o Infante, que cada vez mais se superiorizava no saber, avantajava-se em annos, declinando-se para a morte, sem que conseguisse fazer com que o Preste-Joham sahisse dos dominios da mais requintada phantasia.

No anno da graça de 1460 cerraram-se-lhe para sempre as palpebras, legando ao reino um patrimonio em cujo administrar encontraria el-rei a sua gloria a mais inescurecivel.

Verdadeiro genio, hoje, mais de quatro seculos depois de sua morte, ainda brotam, ainda florescem mimosas e viridentes as palmas do seu talento, as flôres de sua verdadeira gloria, para servir-me de expressões de Latino Coelho, esse insigne cinzelador da palavra. Deante do seu sepulchro illustre rebrilha o seu nome, por ventura ainda mais refulgente, immarcescivel perante a inveja, mais immarcescivel ainda depois que os posteros julgaram-no com imparcialidade, e por sobre elle collocaram uma auréola de luz, luz que nunca se apagará, luz que cada vez fulgurará mais rútila, luz sobre a qual o Senhor escreveu: *Assim para todo o sempre.*

D. João II, *principe perfeito*, continuou com ardor os projectos de D. Henrique, chegando Bartholomeu Dias até a ponta extrema do sul da Africa, a que o rei denominou de Cabo de Bôa Esperança.

Quanto ao Preste-Joham, navegantes portuguezes traziam de Benin a nova que não era elle mais do que o imperador da Abyssinia. De dois deputados que D. João mandará á côrte desse principe, um morrera assassinado. O outro fôra dar com-

(1) Ibidem.

sigo na India, voltando ao Cairo mais tarde, depois de ter visitado Calicut, Gôa e a ilha de Ormuz, no Golpho Persico.

Mas, só no reinado de D. Manoel, em 1498, conseguia Vasco da Gama, depois de 13 mezes de viagem, chegar ás Indias.

Nada posso eu dizer sobre a descoberta dessa deslumbrante região.

Por esta sala ainda parece resoar o mavioso verbo de Theodoro Sampaio, esse Latino Coelho do Brazil, em sua soberbissima oração.

Triste, tristissimo de mim, como poderia eu hoje succedel-o?

Dizem os historiadores que o Rei *Afortunado*, resolvendo aproveitar-se da descoberta do Gama, fez apromptar um frota composta de dez caravellas e tres navios redondos. O commando foi dado a Pedralves Cabral, fidalgo da real casa, filho de Fernandes Cabral, governador da provincia da Beira, alcaide-mór de Belmonte e senhor de Azurara.

Em 8 de Março de 1500, D. Manoel punha nas suas mãos o estandarte da Cruz, depois de devidamente abendiçoado na pequena ermida de N. S. de Belem, situada na praia no Restello. Mas tarde esse mesmo monarcha ahi levantou o sumptuosissimo, *preciosissimo e enflorado* monumento do qual, com tão nobre enthusiasmo nos fala Alves Mendes.

No dia 9, enfunadas pelo nordeste as soltas velas, acodem ás nãos aos acenos das sereias e atiram-se ao *mar caliginoso, de horrenda fama*, em demanda das terras, cujo caminho descobrira *Vasco da Gama, o forte Capitão.*

Até Cabo Verde feliz fôra a navegação. Faltando, porêm, uma embarcação, dois dias correu Cabral os mares tentando em vão descobril-a.

Seguiu então o almirante rumo do Oeste.

Na opinião de muitos esta rota foi tomada em virtude de uma tempestade: della, porêm, não nos dão noticia o escrivão da armada Pero Vaz Caminha, nem o piloto.

Outros querem que a causa fosse evitar as calmarias da costa de Guiné.

Para mim tenho como mais provavel, que assim obrára ou em virtude de ordens que trouxera, ou talvez por calculo.

Dir-vos-hei porque assim penso.

Erico, o Rubro, exilado da Islandia, passou-se em 986, diz o sr. Christiano Rafn, na sua *Memoria sobre o Descobrimento da America no seculo X*, para a Groenlandia, acompanhado de um dos seus validos por nome Heriulf. A Groenlandia nesse tempo tinha uma população consideravel.

Um filho de Heriulf, chamado Biarne, depois de uma viagem pela Noruega, desejando visital-o, partiu em companhia de outros em demanda daquella ilha, cujos mares lhes eram desconhecidos. Os nevoeiros fizeram com que chegassem a um paiz todo coberto de mattos, cortado por pequenos morros. Não se parecendo este paiz com a Groenlandia, continuaram a viagem e novas terras foram por elles encontradas. Tendo Biarne dado noticia desta descoberta a Erico, este mandou em 994 um de seus filhos, Leif, acompanhado de 35 homens, explorar essas terras, que, de novo encontradas, foram denominadas Helluland e Markland.

Um dos companheiros de Leif, afastando-se das costas, descobriu no interior grande quantidade de vinhas. Recebeu então o paiz o nome de Vinlandia.

Thorwald, irmão de Leif, no anno 1002, partia para essa região, onde passava o inverno. Na primavera de 1003, alguns dos seus companheiros, internando-se pelo paiz, em descobertas, encontravam bellas paragens cobertas de mattos. Tendo Thorwald se dirigido para a banda de leste, foi mortalmente ferido por Esquimáos que ahi encontrára.

Na primavera immediata voltavam os seus companheiros para a Groenlandia. Thorstein, irmão do morto, indo a essas paragens buscar o seu corpo para dar-lhe sepultura em terra civilizada, lá falleceu durante o inverno. Até 1121 continuaram as expedições á Vinlandia.

Na opinião de Rafn, pelas descripções dadas por esses viajantes, na America do Norte estão situadas essas regiões, exploradas pelos groenlandezes.

Sob os auspicios de alguns ecclesiasticos do Bispado de Gardar, na Groenlandia, foi feita em 1266 uma viagem á America, descobrindo outros em 1285 uma terra que parece ser a Terra Nova. Ainda em 1347 partia da Groenlandia uma expedição com destino a Markland, paiz amiudadas vezes visitado.

Os homens do norte, depois de andar em rapinas pelas costas de França, tinham descido até ás Canarias, no seculo XV.

Será de admirar que d'elles tivesse tido os portuguezes a primeira noticia da America!

Em Sagres, o infante D. Henrique passava dias e noites ao lado de Jayme de Mayorca, cosmographo notavel do tempo, examinando cartas geographicas e mappas.

Não seria n'este labutar constante, em busca da decifração do intrincano problema do Mar Tenebrozo, que tinham chegado

á sua verdadeira noção? Não estaria por acaso Cabral iniciado neste segredo tão digno de ser guardado por um principe da Renascença?

Aos sabios cabe a resposta.

A 21 de Abril apparecem signaes de terra.

A 22 foi esta avistada ás horas de vesperas.

Paiz de gente e prodigios cheio,
Da America feliz porção mais rica:
Aqui do vasto oceano no meio
Por horrivel tormenta a prôa applica
O illustre Cabral, com fausto acaso,
Sobre gráos dezeseis do nosso occaso. (1)

E tu, ó Patria, Patria querida, Patria minha abençoada, em cujo céo azul, como o manto da Virgem, rutilam estrellas as mais formosas, em cujas florestas distillam-se olôres que não invejam os do Oriente, em cujos ares adejam passaros que relembram porções de iris, onde cresce esbelta a palmeira com que Ulysses comparava Nausica, terras de *tantas bellezas que só as canta um poeta, só as sonha um immortal*, tu Terra-Patria appareceste aos olhos deslumbrados dos lusos navegantes.

Da nova região, que attento observa,
Admira o clima doce, o campo ameno,
E entre arvoredo immenso, fertil herva
Na viçosa extensão do aureo terreno;
Coberta a praia está de grã caterva
De incognita nação, que com aceno,
Por que a lingua ignorava, á paz convida. (2)

Não muito fortes são,
mas são tão destros
No exercicio da frexa, que arrebatam
Ao verde papagaio o curvo bico
Voando pelo ar. Nem dos seus tiros
O peixe prateado está seguro
No fundo do ribeiro. (3)

---

(1) S. Rita Durão—*O Caramurú*
(2) *O Caramurú.*
(3) B. da Gama—*O Uruguay.*

A 26 foi celebrada uma missa com pregação. A 28 pela primeira vez o machado de um povo civilisado fez tombar em terras do Brazil uma arvore secular. Com ella foi talhada uma cruz com as armas e divizas d'el-rei de Portugal, cruz essa que foi alçada no dia 1.° de Maio.

A esta maravilhosa terra foi posto o nome de *Véra Cruz.*

Conta-se que Cabral fizera voto de, ao voltar ao Reino, mandar fabricar uma outra cruz com o ouro que trouxesse da India.

A base formal-a-ia o bronze dos canhões, ao qual seria presa pelo ferro das espadas.

Ouviu-o o Altissimo e disse-lhe: Não! Não a fareis de ferro, que a este consome a ferrugem dos tempos. Não! Não a fareis de bronze, que a este funde o fogo abrazador das revoluções e das guerras. Não! Não a farei de ouro que este é a fonte de todas as injustiças. Corrompe, como o ferro e o bronze fazem tremer e chorar. Fal-a-ei eu. Fal-a-ei de estrellas. Brilhará mais do que se o ouro a formasse. Estampal-a-ei no céo, para que ahi fique para todo o sempre. E *essa obra ficará firme, firme como a tua crença na immortalidade e na gloria.*

Vós tenro ramo florescente
De huma arvore de Christo mais amada,
Que nenhuma nascida no Occidente,
Cesárea, ou Christianissima chamada:
Vêde-a no vosso escudo, que presente
Vos amostra a victoria já passada,
Na qual vos deo por armas, e deixou
As que elle para si na Cruz tomou. (1)

E essa cruz que no escudo do firmamento rutila sobre as nossas cabeças, que nos tem acompanhado em todos os nossos altos feitos, foi o instrumento empregado para civilisar o gentio.

Comparae esse meio com o empregado nas Indias. Aqui a persuasão, a palavra, mais leve que o vento. Lá a arma homicida. Que importa que estivesse ao serviço de um heróe?

Por ventura o sangue vertido por este não será tão rubro como o que derrama o bandido?

Si matar é um crime, dizia V. Hugo, matar muito não póde ser uma circumstancia attenuante; si roubar é uma infamia, roubar muito não póde ser uma gloria. Aos olhos de Deus eterno nada influe collocar sobre a cabeça de um assassino, em vez de

(1) Camões—*Lusiadas*—Canto 1°.

um bonnet de grilheta uma corôa imperial. Não! A gloria ensanguentada não existe. Não! Não se póde consentir que a mulher dê a luz na dôr, que os povos laborem e semêem, que o lavrador fertilise os campos, que a industria faça maravilhas e o genio prodigios, que a vasta actividade humana multiplique á face do céo estrellejado os esforços e as creações para terminar n'esta exposição internacional, que se chama um campo de batalha.

A 2 de Maio desferrou Cabral, proseguindo a sua róta para as Indias, d'onde voltou a Portugal em 1502.

Devera eu agora contar-vos os destinos do almirante té então tão fortunado, e os d'esta grandiosa terra, fadada para grandes feitos, mas como ao immortal cantor do Messias, a discrição já acena-me com o seu bronzeo braço que me *recolha ao grande pensamento de ser digno de ti, ó minha Patria.*

S. Paulo, 3 de Maio de 1900.

Dr. Manoel Pereira Guimarães.

Uma reivindicação improcedente

I

Escreveu o Sr. Major José Domingues Codeceira em seu opusculo—A Idéa Republicana no Brazil—, como antes o fizera em memorias apresentadas ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (1), uma das quaes foi reproduzida na primeira parte do tomo LIII da Revista Trimensal do Instituto Historico Brazileiro, que Bernardo Vieira de Mello « havia combinado com o seu mestre de campo João de Freitas da Cunha o plano de sacudir com os mascates o jugo de Portugal (2) »; que « em 10 de Novembro de 1710 houve uma reunião do Senado de Olinda em Congresso para deliberar sobre o governo da Capitania e que nesta sessão propoz Bernardo Vieira de Mello para que fosse adoptada a fórma do governo republicano *ad instar* dos venezianos » (3); que a « Bernardo Vieira de Mello cabe a gloria de ter sido o primeiro que no solo americano e em Pernambuco tentou pôr em pratica a independencia nacional e com ella o governo republicano » (4); que « em 10 de Novembro de 1710 pela primeira vez — echoou no sólo Americano e em Pernambuco o brado de independencia nacional e que nesse dia se pretendeu adoptar a fórma do governo republicano *ad instar dos venezianos* » (5); que « o primeiro movimento armado para a independencia nacional e fórma do governo republicano foi effectuado no dia 10 de Novembro de 1710, sendo o seu principal auctor Bernardo Vieira de Mello e os que o acompanharam nesse movimento » (6); que « a malograda revolução de 1710 foi a primeira tentativa para

---

1 Vid. Revista do mesmo Instituto, n. 37, pags. 53 e segs., n. 40, pags. 173 e segs., n. 42, pags. 273 e seg. e n. 43, pags. 3 e segs.
2 A Idéa Republicana no Brazil, Recife, 1894, pag. 86.
3 Idem, pag. 116.
4 Idem, pag. 87.
5 Idem, pag. 99.
6 Idem, pag. 119 a 120.

a liberdade nacional sob a forma do governo republicano no solo americano» (1), e com taes affirmações procurou reivindicar para Bernardo Vieira de Mello a gloria de precursor não só da independencia nacional como da republica.

A palavra do Sr. Codeceira, porêm, por mais vasta erudição que elle possuisse, por mais selecto e solido preparo intellectual, de que dispuzesse, por maior honestidade litteraria, de que fosse elle dotado, por mais absoluta que fosse sua imparcialidade, por mais respeitavel e veneranda que fosse sua pessoa e por maior auctoridade, que fruisse elle como historiographo, não bastaria nunca para serem estas affirmações recebidas como verdades historicas, si desacompanhadas de provas incontradictaveis; porquanto a historia é tambem uma sciencia, cujo processo essencial, fundamental é a observação, como bem o diz Réné Worms (2) e o repete Seignobos, quando assevera (3) ser necessario que toda affirmação repouse directa ou indirectamente em uma observação correcta para que possa ser recebida, e quando doutrina que se deve rejeitar, como se rejeita um documento apocrypho, a affirmação de um auctor, que não têm conhecimento certo do facto que affirma (4).

Não se esqueceu o Sr. Codeceira desta verdade e, por isso, procurou fundamentar suas theses, demonstrar a verdade de suas affirmativas e a procedencia de sua reivindicação.

Para este fim recorreu o Sr. Codeceira ao diccionario intitulado—*Os Martyres Pernambucanos*—publicado em 1853 e de que é auctor o padre Joaquim Dias Martins, a dois trechos dos pareceres do Conselho Ultramarino de 15 e 17 de Dezembro de 1712 e á *Narração historica das calamidades de Pernambuco,* dada á estampa na segunda parte do tomo LIII da *Revista Trimensal do Instituto Historico Brazileiro,* e, depois de mostrar as bases de suas asseverações, terminou opinando que não podia restar, em vista das robustas provas apresentadas, a menor duvida sobre a verdade de suas theses e a procedencia de sua reivindicação.

Apesar, porêm, desta affirmação categorica, não se pode deixar de examinar as provas produzidas para verificar si as theses sustentadas no opusculo—*A Idéa Republicana no Brazil*—são a expressão da verdade historica, ou o fructo de estudos mal dirigidos, feitos sem a paciencia, sem a probidade e sem o necessario preparo intellectual, ou o producto de uma imaginação phantasista, ou a creação de um cerebro doentio; pois não só é bem possivel que no estudo

1 Idem, pag. 50.
2 L'Organisation scientifique de L'histoire, Paris, 1894, pags. 7 e 12.
3 Introduction aux études historiques par Ch. V. Langlois et Ch. Seignobos, Paris, 1898, pag. 145.
4 Idem, pag. 166.

dos documentos, offerecidos para prova de suas proposições, não tenha o sr. Codeceira empregado com escrupulosa correcção as regras da hermeneutica e, ao contrario, usando do processo, a que Fustel de Coulanges chama de methodo subjectivo, tenha ahi immiscuido suas idéas pessoaes, encarando os documentos com espirito prevenido e os lendo atravez de suas impressões, como porque, conforme o ensina um illustrado professor (1), deve-se desconfiar *a priori* de toda affirmação de um auctor, por não se saber si ella é mentirosa ou erronea, o que já anteriormente foi dicto por Descartes (2), quando estabeleceu como primeiro preceito de seu methodo não receber nunca coisa alguma por verdadeira sinão quando conhecesse evidentemente que ella o éra.

E' exacto que já foram por muitos recebidas como verdadeiras as theses em questão, tanto que se tracta no Recife, como se pode ler no *Estado de S. Paulo* n. 7328, de 12 de Dezembro de 1898, de erigir um monumento a Bernardo Vieira de Mello, tanto que «o Club Republicano de Olinda, de acordo com a Municipalidade, como informa o sr. Codeceira (3), querendo perpetuar a memoria desse ousado feito do eximio patriota Bernardo Vieira de Mello, teve a feliz lembrança de collocar uma pedra commemorativa desse grande feito na frente do antigo edificio que naquella epocha servia de paço do antigo Senado»; mas é tambem exacto que tal acceitação não dispensa o trabalho propedeutico do exame, porque não contribue para firmar a veracidade das theses, visto que as questões scientificas não se decidem pelo numero mas pela competencia.

A *Historia dos Bretões*, publicada em 1147 por—Geoffrey, arcediago de Monmouth, com a collaboração de Walter, arcediago de Oxford, foi uma das producções mais populares da edade, media o diz Buckle (4); se a considerou uma tão preciosa contribuição á literatura nacional que seu principal auctor foi promovido, graças ao successo de suas pesquisas referentes á historia de Inglaterra, a bispo de Asaph; teve, tal historia, uma acceitação tão geral que um seculo depois de seu apparecimento ainda era geralmente adoptada pelos historiadores inglezes, que durante dois ou tres seculos não houve sinão uma ou duas occasiões em que um ou outro ousado suspeitou de sua veracidade; que Polydoro Vergil, escriptor que viveu no principio do seculo XVI, foi olhado quasi como um louco por não tel-a recebida por exacta e fidedigna; que o celebre historiador Alfredo de Berveley fez della em lingua latina um resumo, mais tarde

1 Idem' pag. 132.
2 Discours sur la methode, Paris, Librairie de la Bibliothéque Nationale, 1888, pag. 32.
3 A Idea Republicana no Brazil, pag, 108.
4 Henry Thomas Buckle, Histoire de la civilisation en Angleterre, nouvelle édition, traduite par A. Baillot, Paris, C. Marpon et E. Flammarion—éditeurs, pag. 364, vol. 1.

vertido para o inglez por Layamon e traduzido para anglo-normando primeiro por Gaimar e depois por Wace, escriptor cheio de zelo que almejava, accrescenta Buckle, ver as importantes verdades, contidas na *Historia dos Bretões*, tão largamente disseminadas quanto o permittissem as circumstancias e, no entretanto, tudo isto, que não milita a favor da *A Idéa Republicana no Brazil*, não impediu e não impede que se não recebam como verdades historicas as affirmações avançadas por Geoffrey, de que Bruto, descendente de Ascanio, escapo de Troya por occasião de sua tomada pelos gregos, matou os gigantes, que povoavam a Inglaterra, destruiu a raça destes e, depois, fundou Londres e deu seu nome ao paiz, chamando-o Bretanha; que no reinado de Rivallo, um dos successores de Bruto, cahiu durante tres dias consecutivos uma chuva de sangue; que no reinado de Morvido as costas de Inglaterra foram infestadas por um terrivel monstro marinho, que, após ter devorado um numero inaudito de pessoas, devorou o proprio rei; que o rei Arthur devia sua existencia a uma combinação magica do celebre feiticeiro Merlin; que este rei, não desmentindo sua origem sobrenatural, era dotado de tanta força que ninguem lhe podia resistir; que matou um numero immenso de saxões, invadiu a Galia e Noruega; fixou sua côrte em Paris; desafiou dois gigantes em combate singular e matou a ambos, não só o que habitava o monte S. Miguel e que matava a todos os soldados enviados contra elle com excepção apenas daquelles que aprisionava para comel-os vivos, como ainda o gigante Ritho, que era mais formidavel que o primeiro e fazia das barbas dos reis, que trucidava, vestes para si.

A acceitação, por consequencia, das affirmativas do sr. Codeceira, longe de significar forçosamente que ellas exprimem a verdade, bem pode ser explicada tanto pela vulgarização persistente que dellas se tem feito e que, familiarizando o leitor com ellas, acaba por fazel-o as julgar bem fundadas, quanto pela indifferença, que a nossa demopsychologia accusa, no pensar de José Verissimo (1) como um dos caracteristicos do brasileiro e que, si não o impede de todo, ao menos difficulta extraordinariamente o trabalho da verificação da falsidade ou não das affirmativas produzidas.

Em taes circumstancias, sendo o previo exame dos fundamentos das theses aconselhado por motivos ponderosos e não sendo elle dispensado pela acceitação, que têm as theses encontrado, se faz mister que se examinem com animo desprevenido os documentos e as provas, em que se encastella o Sr. Codeceira, e se verifique, por esse modo, a procedencia ou improcedencia da reivindicação da precursoridade de Bernardo Vieira de Mello.

---

1 A Educação Nacional—Pará—1890—pag. 28.

II

O auctor da *A Idea Republicana no Brazil*, escrevendo que Bernardo Vieira de Mello, de combinação com o seu mestre de campo João de Freitas da Cunha, planejou sacudir o jugo de Portugal e estabelecer, consequentemente, no sólo da patria a independencia, diz que «O AUCTOR D'*Os Martyres Pernambucanos* AFFIRMA, á pag. 272 de sua obra, que era este o projecto combinado entre Bernardo Vieira de Mello e o seu mestre de campo João de Freitas da Cunha» (1), como, anteriormente, dissera que «Mello ousou em 1710 tramar com o seu mestre de campo João de Freitas da Cunha, Pedro Rodrigues da Silva e a nobreza pernambucana sacudir com os mascates o jugo de Portugal, CONFORME SE VE A PAG. 272 *d'Os Martyres Pernambucanos*» (2), o que demonstra clara e evidentemente, e o confirmam as transcripções da passagem, a que se refere, feitas nos artigos dados á estampa no *Jornal do Recife* n. 74, de 1892, em o numero de 21 de Abril do mesmo anno e desse mesmo jornal, á pag. 125 do opusculo—*A Idea Republicana no Brazil*—e á pag. 279 do n. 42 da *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, o que demonstra, repete-se, que para avançar semelhante asserção, o sr. Codeceira apoia-se na auctoridade do padre Joaquim Dias Martins, auctor d'*Os Martyres Pernambucanos*.

Este escriptor, porêm, não adeanta a proposição, que o sr. Codeceira lhe attribue, não diz que Bernardo Vieira de Mello combinou, de facto, com João de Freitas da Cunha sacudir o jugo de Portugal e sim apenas que «*imputou-se-lhe*» esse prejecto e «*affirmou-se* que era ponto decidido e concertado com o seu mestre de campo o famoso João de Freitas da Cunha» (3).

Escrevendo que *imputou-se* esse projecto a B. Vieira de Mello, Dias Martins refere unica e simplesmente que se lhe attribuiu esse projecto, mas não diz que elle realmente o alimentou; como, escrevendo que *affirmou-se* que era o projecto ponto decidido e concertado com João de Freitas da Cunha, relata apenas que disseram, fallaram, constou, correu que esse projecto, que attribuiram, imputaram a Mello, era ponto decidido e concertado com Freitas da Cunha, mas não affirma que o projecto foi, na verdade, ponto decidido e concertado entre ambos, mesmo porque, não tendo affirmado que Mello nutriu, de feito, esse projecto, não podia affirmar que elle o combinou com Freitas da Cunha.

---

1 A Idea Repuplicana no Brazil, pag. 114.
2 Jornal do Recife, n. 86, de 17 de Abril de 1892.
3 A Idea Republicana no Brazil, pag. 125.

Entre a proposição de Dias Martins e a que o sr. Codeceira lhe attribue ha, como se vê, um grande e insuperavel abysmo.

Diz mais o sr. Codeceira que o capitão-mór Pedro Ribeiro da Silva, Antonio de Lima Barbosa, Manoel de Mello Bezerra' Antonio Bezerra Cavalcanti, Leonardo Bezerra Cavalcanti, o capitão André Dias de Figueredo e seu irmão, o Dr. José Tavares de Hollanda e João de Barros Rego, cujos votos se acham «declarados», consignados em diversas paginas d'*Os Martyres Pernambucanos* (1), opinando a favor da proposta, feita, em uma reunião da nobreza e senado de Olinda, por Bernardo Vieira de Mello, de que se declarassem em Republica *ad instar* dos venezianos, «não cederam ao acordo de passar o governo para o bispo, arrostando com todas as consequencias» (2).

O sr. Codeceira ainda neste ponto apoia-se nas palavras de Dias Martins, o que se evidencia não só de ter elle escripto, ao dar noticia da proposta de B. V. de Mello e dos que por ella opinaram, que «os seus votos se acham declarados ás pags. 73, 94, 132, 143, 193 a 194, 302 a 303 e 339 d'*Os Martyres Pernambucanos*» (3), como de ter extrahido, embora só na parte que lhe servia e não integralmente, dessa obra todos os trechos referentes a essa votação para publical-os em o *Diario de Pernambuco* n. 66, de 1892 e delles, depois de transcriptos pela *Gazeta de Noticias*, do Rio, em 3 de Julho desse mesmo anno, fazer o ultimo capitulo do opusculo—*A Idéa Republicana no Brazil.*

Dias Martins, porêm, negando o apoio solicitado, diz expressamente que Pedro Ribeiro da Silva, Antonio Bezerra Cavalcanti, Manoel de Mello Bezerra, João de Barros Rego e Leonardo Bezerra Cavalcanti «seguiram o voto dos moderados, elegendo o bispo para governador».

Na realidade, quem abrir os *Os Martyres Pernambucanos* para conhecer o que, a respeito da discussão e votação da proposta de B. Vieira de Mello, escreveu, ou antes phantasiou Dias Martins, encontrará affirmado nesse opusculo que Antonio Bezerra Cavalcanti, «segundo vereador da camara de Olinda, opinou com Bernardo Vieira, mas *seguiu*, por fim, *o voto dos moderados*, elegendo o bispo para Governador»; que Manoel de Mello Bezerra «na Junta da Nobreza em Olinda votou com seu cunhado Bernardo Vieira de Mello: *cedeu*, comtudo, *aos moderados* e votou na eleição do bispo para Governador»; que João de Barros Rego «na conferencia geral da camara sobre a fórma do Governo seguiu a opinião de B. V. de

1 Idem, pag. 111 a 112.
2 Idem, pag. 87.
3 Idem, pag. 111 a 112.

Mello, mas *resignou-se em que se nomeasse o bispo*, como, de facto, aconteceu»; que Leonardo Bezerra Cavalcanti opinou com Bernardo Vieira; *sujeitou-se*, entretanto, *á maioric*, consentindo e *approvando a eleição do bispo* para Governador interino»; que Pedro Ribeiro da Silva «na sessão geral da nobreza em camara sobre a fórma do governo opinou como patriota, concluindo que se governassem a si mesmos, porque só assim ficaria a patria livre dos riscos, por que acabava de passar, concordando que o bispo fosse Governador interino com a clausula de que, em nome de El-rei, olhasse o passado como innocente desforço da Nobreza e povo opprimido».

Falta, portanto, ao sr. Codeceira o invocado apoio de Dias Martins nos dois pontos, de que se acabou de tractar, o que não acontece relativamente ao asserto de que em uma reunião da nobreza e senado de Olinda para deliberar sobre o governo foi voto de Bernardo Vieira de Mello que se declarassem em Republica *ad instar* dos venezianos; pois a affirmação do sr. Codeceira é, neste caso, uma exacta repetição do que escreveu Dias Martins, sem que tenha ou possa ter, por isso, os fóros de verdade.

Si Frederico Sclopis (1), muito embora não conteste a auctoridade de Freccia e reconheça que nada é mais provavel que a existencia de uma certa lei, de que foi esse jurisconsulto o primeiro a dar noticia, não acceita como certa a sua existencia, porque o unico testemunho de um auctor, que não foi contemporaneo da lei, de que dá noticia e que podia facilmente ser induzido em erro por informações inexactas, não basta, a seu vêr, para provar a existencia dessa lei, não confirmada pela historia e nem pelos documentos contemporanos, com muito mais razão não pode ser recebida como verdadeira a affirmação de Dias Martins, que não foi contemporaneo da guerra dos mascates, que podia ter sido induzido em erro e cuja auctoridade é muito contestavel e contestada até mesmo pelo sr. Codeceira, que a não reconhece e acceita, dizendo, em relação ao assassinato do capitão Antonio Germano Cavalcanti, que (2) «não é exacto o que diz o auctor d'*Os Martyres Pernambucanos*» e que «o facto não se passou como elle o refere».

Si não bastasse esse principio, universalmente acceito, de que dicto de um é dicto de nenhum para que fosse rejeitado *in limine* o asserto de Dias Martins, ainda teria elle contra si a falta de provas, que a tornem superior a qualquer duvida.

«Para a historia desta guerra civil, o affirma o Visconde de Porto Seguro (3), quasi podemos dizer que nos sobram os docu-

---

1 Histoire de la legislation italienne, trad. en français par Charles Sclopis, Paris, Aug. Durand, libraire-éditeur, tome I, chap. V, pag. 169 e seg.
2 A Idéa Rep. no Braz., pag. 93.
3 Historia Geral do Brazil, 2.ª ed. tom. II, pag. 826.

mentos e as chronicas contemporaneas, onde ha que buscar a verdade, extreme das paixões de partido», o que já foi em outros termos repetido por José de Alencar, quando assertou que «a guerra dos mascates é talvez dos factos da nossa historia colonial aquelle de que nos ficaram mais copiosos subsidios. Temos acerca dessa grotesca revolução o informe dos dois partidos, os quaes, como sempre acontece, exaggeraram cada um por sua conta» e, por esse motivo, pela abundancia de informações, facil é provar qualquer affirmação relativa a esse episodio, quando verdadeira, pelo que facil seria a Dias Martins adduzir provas em favor de sua affirmativa, si verdadeira, o que elle não fez, deixando assim, visto que nos dominios da historia as affirmações carecem baseadas em documentos dignos de fé para serem acceitas, que seu asserto experimente as vicissitudes do azar, sendo recebido pelos não escrupulosos e posto á margem pelos que se deixam guiar pelos sãos principios scientificos.

A affirmação de Dias Martins, portanto, não tem nenhum valor, quer proprio, quer advindo de documentos, e não póde servir de base para a architectação do asserto do sr. Codeceira, mesmo porque ella precisa ser provada para ser acceita, o que muito bem comprehendeu o sr. Codeceira, tanto que procurou com trechos da *Narração Historica das Calamidades de Pernambuco* e de dois pareceres do Conselho Ultramarino provar a realidade da reunião do senado e nobreza de Olinda em Novembro de 1710 (1) e a do projecto de Bernardo Vieira de Mello e João de Freitas da Cunha. (2)

Assim sendo, nenhum valor communica ás théses d'*A Idéa Republicana no Brazil* o asserto de Dias Martins, que absolutamente não concorre para estabelecer a procedencia da reivindicação intentada a favor de Bernardo Vieira de Mello.

III

Transcrevendo um trecho do parecer interposto pelo Conselho Ultramarino em 15 de Dezembro de 1712 e relativo ao assumpto de uma carta pelo desembargador Christovam Soares Reimão escripta em 28 de Julho desse mesmo anno e na qual se queixou elle de um desacato, que soffreu «quando em novembro de 1710 se sublevaram alguns dos moradores de Pernambuco e intentaram fazer republica», diz o sr. Codeceira que «por esta carta, que é um documento official, se prova exhuberantemente que a tentativa para a republica em Pernambuco teve logar no primeiro levante contra o

1 A Idéa Rep. no Brazil, pag. 112.
2 Idem, pag 114.

governador Caldas em Novembro de 1710» (1), como, antes de o transcrever, disséra que «para provar que o facto da tentativa para a republica teve logar no mez de Novembro de 1710 basta abrir-se a primeira pagina do n. 41» da Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco, na qual se acha estampado o supra referido parecer.

A missiva de Reimão, porêm, longe de ser um documento official, é simplesmente uma das muitas «cartas, de que fala o visconde de Porto Seguro (2), dirigidas á côrte por varias pessoas de Pernambuco, incluindo ecclesiasticos e até senhoras» e não tem nem a importancia nem o valor, que o sr. Codeceira lhe attribue, pela razão muito simples, além de outros motivos, de ter a republica, fórma de governo democratico representativo, nascido, como o diz Bluntschli (3), na America do Norte, o que quer dizer que a palavra—republica—só depois de 1787 começou significar democracia representativa, governo democratico, governo do povo pelo povo e para o povo e, por isso, Reymão, usando dessa palavra em 1712, não a empregou, e não podia empregal-a, na accepção, que ella só veio a adquirir setenta e cinco annos depois, e, portanto, dizendo elle em 1712 que «alguns dos moradores de Pernambuco intentaram fazer republica», absolutamente não disse que elles intentaram estabelecer um governo democratico, um governo de natureza egual ao estabelecido nesta parte da America em 15 de Novembro de 1889.

Assim sendo, a carta de Reymão de modo algum apoia a asserção de que em Novembro de 1710 houve em Pernambuco uma «tentativa para a republica» actual, de que em Novembro de 1710 se tentou em Pernambuco o estabelecimento de um governo republicano, tal como é elle hoje comprehendido pelos publicistas e realizado na Suissa, na França, neste paiz e nas demais republicas americanas.

Muito ao emvez de provar a affirmativa do Sr. Codeceira, a referida carta nem siquer estabelece uma presumpção de que em Novembro de 1710 se tentou ou se pretendeu em Pernambuco a implantação de um governo soberano e democratico, visto a força probante do testemunho de Reymão não ser sufficiente para tanto, como se demonstrará.

Si um individuo, trazendo seu testemunho a favor da existencia de um facto de ordem physica, tem necessidade de indicar as circumstancias, que justifiquem o conhecimento, que tem, do facto, para fruir de inteira fé, com muito mais razão, tractando-se de um

---

1 Idem, pag. 105.
2 Op. cit. pag. 833.
3 Théorie générale de l'état, trad., par M. Armand de Riedmatten, 3.ª ed., París 1891, pag. 420.

facto de ordem psychica, cuja existencia apresenta maiores difficuldades para ser conhecida, se deve exigir, para que o testemunho gose de inteira fé, que quem affirma o facto psychico especifique o facto ou factos de ordem physica por meio do qual ou dos quaes aquelle se manifestou; pois, conforme doutrinam Ribot e Scipio Sighele (1), todo estado intellectual é acompanhado de manifestações physicas determinadas, que são não sómente seus effeitos e signaes, mas tambem suas condições necessarias e seus elementos constitutivos.

Ora Reymão affirma a existencia de um intento, que é um phenomeno psychico, e não especifica o facto ou factos de ordem physica pelo qual ou pelos quaes esse intento, esse facto psychico se exteriorizou, logo seu testemunho tem sua respectiva força probante restringida por essa falta de individuação dos factos e não merece credito inteiro.

Si a falta de precisão restringe consideravelmente o valor desse testemunho, a extrema parcialidade de Reymão, accusando os individuos, que o desacataram, annulla por completo esse valor, de modo que não tem jus esse testemunho, invocado pelo sr. Codeceira, a credito algum.

Carece, na realidade, de credito a accusação feita pelo desembargador Reymão contra os « tumultuosos» de 1710, porque Reymão era inimigo capital dos accusados.

O fim, que tinha Reymão em vista ao formular a accusação contra os insurgidos de 1710 não foi e não podia ser outro que não o de provocar a punição delles e quem promove por uma causa pessoal a punição de outrem, e que foi por uma causa pessoal, que Reymão teve esse procedimento, o prova a data, em que foi feita a accusação, é, sem duvida, inimigo desse outrem.

Confirmando esta conclusão, o momento, em que foi escripta a carta, evidencia que Reymão não foi levado por sentimento de patriotismo a formular a accusação e sim por um sentimento de odio para com os individuos, a que accusa; pois só uma causa desta natureza, resistindo á acção do tempo, que tudo faz esquecer, poderia admittir a sua procrastinação por quasi dois annos, ao passo que o sentimento de patriotismo, sendo factor que actua de maneira a determinar acção prompta e immediata, exigiria que Reymão formulasse a accusação não em 28 de Julho de 1712, dezenove ou vinte mezes depois do «intento de fazer republica», mas em Novembro de 1710, logo após a manifestação de semelhante intento.

Para corroborar ainda o asserto de que Reymão era inimigo capital dos individuos, a que accusa, ahi está o desacato, de que

---

1 La folla delinquente. Studio di psicologia collettiva, 2.ª ed., pag. 66 e 67.

foi elle victima e que consistiu em descomposturas, em invectivas, em injurias verbaes, sendo certo, como o affirma Gonçalves da Silva (1), que a injuria verbal grave, quer tendo-se em consideração as palavras, quer o logar, em que a injuria foi proferida, quer a pessôa, a que foi irrogada, é uma das fontes da inimizade capital.

Não se objecte que os moradores de Pernambuco, aos quaes Reymão accusa de se terem sublevado e intentado fazer republica, não são os auctores do desacato, de que foi elle alvo, e que, por conseguinte, sua inimizade para com estes não vicia suas palavras relativas aos primeiros, porquanto o escriptor da citada *Narração Historica das Calamidades*, dizendo (2) que os desembargadores Reymão e Manoel Velho de Miranda «capacitaram, a troco de algumas descomposturas», os insurgentes a darem posse do governo ao bispo D. Manoel Alvares da Costa, deixou manifesto que foram os sublevados os que desacataram com descomposturas a Reymão.

O que fica exposto é mais que sufficiente para pôr fóra de duvida que Reymão era inimigo capital dos sublevados contra o governador Caldas, aos quaes accusa, em sua carta de 28 de Julho de 1712, de «terem intentado fazer republica»; mas, concedida a hypothese de não se poder em boa logica inferir dos factos apontados a existencia de semelhante inimizade, ainda assim não seria licito negal-a por plena e exhuberantemente provada pelo proceder de Reymão, do qual dá noticia o senado de Olinda em uma carta, escripta a el-rei em 12 de Outubro de 1713, e na qual se lê a seguinte passagem publicada pelo Visconde de Porto Seguro em sua *Historia Geral do Brazil* (3): «Neste estado posta a terra e os moradores, foi V. M. servido mandar tirar novas devassas pelo desembargador Christovam Soares Reymão, que chegou da Parahyba, a 24 de Julho, a aposentar-se no Recife, onde as está tirando das testemunhas mais interessadas e, para melhor dizer, das mesmas partes e as mais dellas pessoas de pouco credito. E se por ser referida, chama alguma que não seja desta parcialidade, a intimida e ameaça para que não diga o que sabe mas só o que elle quer que diga».

Na verdade, do procedimento de Reymão, quando em 1713 abriu uma devassa relativa ao phantasiado levante contra o governador Felix José Machado de Mendonça e attribuido ao partido olindense, da circumstancia de só chamar elle como testemunhas nessa devassa as pessoas ligadas ao partido recifense e «as mais dellas pessoas de pouco credito», do facto de ameaçar e intimidar elle as testemunhas, que não eram filiadas a este partido, quando por serem

1 Commentaria ad Ordinationes Regni Portugallicæ, 1, 3, tit. 56 § 7, tomus secundus, Ulyssipone, MDCCXLII, ns, 41 e 42, pags. 173 e seg.
2 Revista Trim. do Inst. Hist. e Geog. Bras., tomo LIII, parte II, pag. 55.
3 Op. cit., pag. 834.

referidas tinha necessidade de inquiril-as, para que dissessem não o que sabiam, mas o que elle desejava que dissessem, da violenta e atroz perseguição por elle exercida com a pratica desses actos contra o partido olindense, de que eram membros os auctores da sublevação contra Caldas e, por conseguinte, os auctores do desacato de que elle Reymão foi victima em Novembro de 1710, absolutamente não se pode tirar outra conclusão a não ser a de que era Reymão inimigo capital dos religionarios do partido olindense, isto é, dos auctores da sublevação de Novembro de 1710 e do desacato, que elle Reymão soffreu em companhia de Manoel Velho de Miranda e outros; pois só um inimigo capital é capaz de, por motivos pessoaes mas desinteressados, abusar de sua cadeira de juiz para perseguir, com escandalosa violação dos mais comesinhos principios da moral e do direito, a jurisdiccionados seus.

Que Reymão era inimigo capital dos levantados contra Caldas, aos quaes accusa elle, em sua carta de 28 de Julho de 1712, de « terem intentado fazer republica », é, consequentemente, facto que não padece duvida de especie alguma, e, como o testemunho de um inimigo capital, ainda mesmo que a inimizade fosse causada por aquelle contra quem a testemunha é produzida, ainda mesmo que a inimizade, existindo suas causas, se não tenha declarado, não faz prova, não constitue indicio e nem siquer dá logar á presumpção alguma, como bem o diz o notavel jurisconsulto Gonçalves da Sylva (1), a accusação, feita pelo desembargador Reymão contra os sublevados de 1710, carece completamente de credito e não merece fé.

A accepção, que tinha o termo republica quando foi empregado por Christovam Reymão, a circumstancia de não terem sido precisados os factos denunciadores do intento, a imprestabilidade do testemunho desse ministro, fazem que o trecho, invocado pelo Sr. Codeceira, não tenha nem siquer um diminuto valor probante e, por isso, não serve a referida passagem nem mesmo para auxiliar a prova de que em 1710 se tentou em Pernambuco o estabelecimento de um governo soberano e democratico.

Mesmo que assim não fosse e Reymão não pertencesse ao numero dos « ministros com suspeitas », a que se refere (2) o parecer interposto em 17 de Dezembro de 1712 pelo Conselho Ultramarino, e a palavra republica tivesse então o mesmo significado, que tem hoje e os factos de ordem psychica fossem de mais facil e prompta verificação que os de ordem physica, a passagem, a que recorreu o Sr. Codeceira, não o ajuda a provar que Bernardo Vieira de Mello e João de Freitas da Cunha projectaram sacudir o jugo de Portugal

1 Op. cit.
2 Revista do Inst. Arch. Pernamb, n. 41, pag. 192.

e que Bernardo Vieira de Mello propoz em reunião da nobreza e senado de Olinda aos 10 de Novembro de 1710 que «se declarassem em Republica *ad instar* dos venezianos, e, por essa razão, não apoia as affirmações de Dias Martins e, consequentemente, nem a reivindicação intentada pelo auctor d'*A Idéa Republicana no Brazil.*

IV

Recorrendo ao parecer do Conselho Ultramarino pelo qual este em 17 de Dezembro de 1712, depois de ouvido o procurador da corôa, indicou a providencia a tomar-se em relação aos acontecimentos de Pernambuco narrados em cartas «do Ouvidor Geral Luiz de Valenzuella Ortiz e dos Officiaes da Camara de Olinda e Recife, e do Commandante João da Matta, e do Capitão João da Maia da Gama, e de outras muitas pessoas» (1), delle destaca o sr. Codeceira, para apresental-a (2) como prova de grande peso em favor de suas theses, a seguinte passagem: «na verdade, pelo que se mostra deste traslado, os do Recife justamente se puzeram em defesa contra os de Olinda, que estão mais que indiciados de que pretendiam assenhorear-se das fortalezas, degolar os do Recife e não admittirem novo governador que fosse senão com os pactos que elles quizessem, fazendo varias conferencias sobre levantarem republica e convidarem para seu protector a el-rei de França, ou outro que lhes fizesse melhor partido».

Esta passagem, porêm, de fórma alguma serve de phintho ás theses do sr. Codeceira, porque, não encerrando uma affirmação avançada á vista de documentos pelos membros do Conselho Ultramarino e nem siquer pelo procurador da corôa, mas sendo apenas simples transumpto,—*pelo que se mostra deste traslado*, reza o parecer—, de uma accusação feita ao partido olindense, não tem o valor, que lhe poderia emprestar a auctoridade do Conselho, e sim unicamente o que lhe fornece sua origem e, como esta é de todo viciosa, o que já foi proclamado pelo proprio Conselho, quando opinou que eram «*suspeitosas* todas as diligencias e devassas que se tiraram» (3) e que «se não deve proceder a condemnação por cartas de uns governadores *queixosos* e de ministros com *suspeitas* e tinhão tambem esta repulsa as devassas que tiraram os ouvidores de Olinda» (4), não tem a accusação e, portanto, a passagem in-

1 Rev. do Inst. Arch., n. 41, pag. 179.
2 A Idéa Rep. no Braz., pag. 115.
3 Rev. do Inst. Arch. Pernamb., n. 41, pag. 192.
4 Idem, pag. 192.

vocada prestabilidade alguma e, em taes circumstancias, não serve de prova em favor das theses sustentadas n'*A Idéa Republicana no Brazil*.

Na verdade, tão imprestaveis eram as informações recebidas pelo Conselho Ultramario relativamente «ás alterações de uns contra outros» (1), a que se tem dado o nome pomposo de Guerra dos Mascates, que o Conselho, depois de tomar conhecimento dellas, foi de parecer que, «como se não possa averiguar a verdade por estes papeis» (2), devia S. M. mandar um ministro tirar nova devassa «para que se averigue e examine a verdade sem odio nem amor» (3), o que mostra que os subscriptores das accusações não mereciam fé, não eram dignos de credito ou que, pelo menos, os conselheiros, sem duvida alguma por motivos ponderosos, os tinham nessa conta.

Tão imprestaveis eram, de facto, taes informações que o proprio procurador da corôa, que não se achava, no estudo das informações, preso pelos rigorosos preceitos da mais estricta justiça e devia ter muito em vista os interesses da coroa, opinou, considerando o levantamento do Recife, em 18 de Junho de 1711, mais escandaloso e mais prejudicial, que o primeiro de Olinda, em Novembro de 1710, opinou, repete-se, que os recifenses não «se desculparam bem do detestavel crime com o *pretexto* que tomaram para o emprehender, qual foi o persuadirem-se *com verdade ou sem ella* que os moradores de Olinda intentaram roubal-os, assenhorearem-se das fortalezas para ao depois negarem obediencia a V. M., temerosos do castigo que justamente deviam esperar pelo primeiro levantamento que fizeram» (4), e que S. M. devia enviar um ministro a Pernambuco para tirar devassa deste caso, levantamento do Recife contra Olinda, e averiguar «si o *pretexto*, que se tomou para o levantamento, *foi falso ou verdadeiro*» (5), o que evidencia que a accusação de que os olindenses queriam negar obediencia ao soberano portuguez não merecia credito tambem para o procurador da corôa, que, usando, uma das vezes em que foi ouvido, das expressões—«quando pelo processo se não mostre culpa bastante contra os réos ou *por não a terem* ou por não estar bem examinada» (6), mostrou que absolutamente nenhum credito dava tambem ás mais accusações.

Nem podiam os membros do Conselho Ultramarino ter outro procedimento, quando os papeis, sujeitos a sua apreciação e em que

---

1 Idem, pag. 179.
2 Idem, pag. 191.
3 Idem, pag. 192.
4 Idem, pag. 180.
5 Idem, pag. 181.
6 Idem, pag. 186.

«cada um dos partidos invocava o nome do rei e se inculcava com a razão e a justiça por sua parte, apodando o contrario de rebelde e de trahidor», conforme o affirma o Visconde de Porto Seguro (1) e o comprova o parecer do Conselho, no qual se lê que cada um procurava «acreditar o seu zelo e fidelidade, culpando-se estes vassallos uns aos outros em materias tam graves» (2), deixavam patente a paixão de seus auctores e mostravam, consequentemente, que as affirmações nelles contidas deviam ser postas de quarentena ou até rejeitadas, mesmo porque taes informações tanto noticiavam que os recifenses queriam negar obediencia a el-rei de Portugal, tendo neste empenho contra si os olindenses, como que estes desejavam sacudir o jugo portuguez e os recifenses o impediam.

Nestas condições, a invocada passagem do citado parecer do Conselho Ultramarino absolutamente não confirma as palavras de Dias Martins e não prova que os «tumultuosos» (3) empenhados na guerra dos mascates, á qual José de Alencar (4) jungiu o epitheto de grotesca, tivessem tido em mira a independencia nacional e o estabelecimento de um governo democratico e, por consequencia, não apoia as theses do sr. major Codeceira e a reivindicação das glorias do precursor da independencia e da republica para Bernardo Vieira de Mello.

V

Não se contentando com os pareceres do Conselho Ultramarino, dos quaes extrahiu os topicos, que lhe pareceram aproveitaveis para o fim em vista, recorreu ainda o sr. Codeceira á *Narração Historica das Calamidades de Pernambuco*, publicada na segunda parte do tomo LIII da *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, para apadrinhar sua asserção tambem com o «que escreveram os chronistas» (5) e nesse intuito, depois de avançar que «o auctor dos *Martyres Pernambucanos* affirma á pag. 272 de sua obra, que era este (o de estabelecer no solo da patria a independencia nacional) o projecto combinado entre B. Vieira de Mello e o seu mestre de campo J. de Freitas da Cunha, no qual se achavam iniciados o capitão-mór de Santo Antão Pedro Ribeiro da Silva, capitão André Dias de Figueiredo, seu irmão o Dr. José Tavares de Hollanda e a principal Nobreza pernambucana», accrescentou im-

---

1 Op. cit., pag. 827.
2 Rev. do Inst. Arch. n. 41, pag. 192.
3 Idem, pag. 191.
4 Senio Guerra dos Mascates, 2.ª ed., t. 1, pag. 182, nota.
5 A Idea Rep. no Br., pag. 113.

mediatamente (1) que «o autor das *Calamidades* o confirma (o asserto do auctor d'*Os Martyres Pernambucanos*) em differentes logares de sua obra, com especialidade a pag. 29, quando diz que a Nobreza pernambucana vendo a parcialidade do governador Caldas em favor dos Mascates, lhe tomaram tal aversão, que desde logo tramaram com toda afã e continuaram naConjuração contra elle, o prenderam (logo existia conspiração) e pozeram em seu logar o alcaide-mór Felippe de Moura, a quem mandaram chamar para este fim, mas que tendo este morrido repentinamente, quando para este fim já vinha em caminho, a 29 de Junho de 1710 (a revolução rompeu em Novembro desse anno) ficara frustrado o p'ano dos Conjurados, pelo que resolveram matal-o.»

Nesta passagem, porêm, quer como se acha infielmente resumida, quer como foi redigida pelo auctor, não se encontra uma affirmação identica á imputada a Dias Martins, porque, como o diz o senhor de la Palice, dizer que os emulos do Recife, vendo que o governador em tudo favorecia o partido recifense, conceberam contra elle tal aversão que tractaram com toda ancia de continuar na conjuração para o prenderem, e, *segundo se disse*, fazerem em seu logar outro de seus sequazes e, posteriormente, para o matarem não equivale a dizer que o projecto, combinado entre Bernardo de Mello e João de Freitas da Cunha, era o «de estabelecer no sólo da patria a independencia nacional» e, consequentemente, nessa passagem ninguem pode vêr uma confirmação categorica, formal, precisa de semelhante affirmativa.

Não se objecte que não foi mesmo para apresental-a como uma confirmação categorica, mas sim como um argumento em favor de seu asserto, que o sr. Codeceira invocou essa passagem, porquanto para o trecho invocado poder ser assim considerado era necessario, indispensavel, imprescindivel que os emulos do Recife não pudessem ter procedido contra o governador Caldas pelo modo, por que o fizeram, sem ter Mello projectado «estabelecer no sólo da patria a independencia nacional» e ter combinado esse projecto com Freitas da Cunha; ora essa imprescindibilidade não se acha provada e nem é evidente, axiomatica, natural ou presumivel e, portanto, não se pode considerar o trecho invocado como um argumento em favor do asserto, cuja veracidade tenta provar.

Não é licito tambem dizer que si o facto, que se diz affirmado por Dias Martins, não foi uma condição necessaria dos factos narrados pelo auctor da *Narração Historica*, foi, no entretanto, uma causa efficiente destes, que, por serem, como actos executorios, effeitos

1 Idem, pag. 114.

do projecto, provam que o projecto foi, de facto, concebido, e não é licito dizel-o, em primeiro logar, porque apresentar o levante contra o governador como effeito do projecto e seu ajuste, usando-se assim do recurso paralogistico, com a qual nada se prova, de dar por certo o que se acha em litigio, não é provar a existencia de semelhante projecto, mas dal-a como provada, quando ella é o objecto do debate; em segundo logar, porque o projecto, caso tivesse sido concebido, não foi a causa efficiente do levante, pois Mello foi completamente alheio a este e só chegou de Palmares ao theatro dos acontecimentos depois que o governador Caldas, coagido pelos levantados, se ausentara em uma sumaca para a Bahia e, por conseguinte, depois do levante e só depois que chegou, o que quer dizer que só depois do levante, foi que os levantados o « induziram » a se fazer adepto delles, certo porque até então o não era, e só depois que chegou e, portanto, só depois do levante e quando este ja se achava victorioso pela brusca retirada de Caldas foi que, se deixando influenciar pelas seducções dos victoriosos, se fez adversario dos vencidos, se «poz inimigo declarado dos Recifenses» (1) e, se Mello foi *completamente extranho* ao levante, este não foi um acto executorio, um resultado, um effeito, uma consequencia de seu projecto e, por isso, não prova, como effeito do projecto, por não tel-o sido, que o projecto foi, na realidade, concebido.

Não se diga que si o trecho invocado da *Narração Historica* não coopera para pôr fóra de duvida que Mello projectou e combinou com Freitas da Cunha «estabelecer no sólo da patria a independencia nacional», prova, todavia, que a guerra dos mascates foi «uma conjuração com o fim de proclamar a independencia nacional» (2) e «que não se queria um governo legal e sim o que estabelecessem os revolucionarios» (3) e não se diga isto, em primeiro logar, porque nesse trecho se lê que os emulos do Recife pretendiam «segundo se disse», pôr no logar do governador o alcaide-mór Felippe de Moura e, para poderem fazel-o, era, antes de tudo, indispensavel que esse logar fosse mantido e, como esse era um logar de agente, delegado, preposto, de orgam do governo da metropole na capitania, a sua conservação importava na continuação da obediencia ao governo portuguez e, portanto, querendo elles pôr no logar de Caldas o alcaide-mór Felippe de Moura, queriam tambem a continuação da obediencia ao governo da metropole; em segundo logar, porque o facto de terem os levantados das freguezias de S. Antão, S. Lourenço e Varzea «seguido» em sua marcha «a voz» de — «Viva el-rei D.

1 Rev. do Inst. Hist. Brasil., tomo LIII, 2.ª parte, pag. 65.
2 A Idéa Rep. no Brazil, pag. 115.
3 Idem, pag. 116.

João o quinto, viva o povo e morra o governador» (1), o de terem entrado no Recife os levantados de Serinhaen e Ipojuca, «continuando a marcha com sua acclamação de viva el-rei D. João o quinto» (2), e de haverem os levantados, depois de certificarem-se da ausencia do governador e dos mais, a que procuravam, pedido «perdão geral em nome de el-rei» (3), o de terem os revolucionarios procurado para assumir a administração da capitania ao bispo D. Manoel Alvares da Costa, que era, por determinação do governo da metropole (4) o segundo substituto legal do governador e devia exercer as funcções deste em sua falta ou impedimento, por haver já fallecido, por essa occasião, o primeiro successor, mostram com clareza que elles não cogitaram em proclamar a independencia e estabelecer um novo governo e apenas queriam a substituição individual de Caldas.

Não poderá o sr. Codeceira replicar dizendo que o facto só do levante contra o govarnador Caldas é sufficiente para provar que «os pernambucanos lançaram no sólo da patria a semente da independencia e liberdade no seculo passado a 10 de Novembro de 1710, tentando estabelecer um governo republicano», (5), porque tanto é de necessidade que o levante contra o governador Caldas seja effeito da resolução de sacudir o jugo da metropole e estabelecer no paiz um governo soberano e democratico que, já anteriormente á guerra dos mascates, conforme affirmou o proprio sr. Codeceira, em um artigo estampado em um dos numeros do *Jornal do Recife*, de Abril de 1892, «deliberaram as pessoas principaes de Pernambuco conspirar contra o governador Jeronymo de Mendonça Furtado e, reunindo-se em clubs, já em Olinda, já em outros logares, resolveram prendel-o e remettel-o preso para Lisboa, com o summario de seus crimes» e, de facto, o fizeram, prendendo-o na tarde de 31 de Julho de 1666, e, no entretanto, o sr. Codeceira, longe de pensar que esse levante foi effeito da resolução de proclamar-se a independencia e se estabeler um governo democratico, o nega implicita mas redondamente, asseverando que «a malograda revolução de 1710 foi a primeira tentativa para a liberdade nacional sob a forma do governo republicano» (6).

Em taes circumstancias, essa passagem, não havendo nella uma confirmação expressa, não se podendo consideral-a como um

---

1 Rev. do Inst. Hist. Brasil, tomo cit., pag. 41.
2 Idem, pag. 47.
3 Idem, pag. 43.
4 A Idéa Rep. no Brasil, pag. 109.
5 A Idea Rep. no Br., pag. 98.
6 Idem, pag. 50.

argumento e os factos, ahi noticiados, como uma prova, não apoia o asserto attribuido a Dias Martins, muito embora invocado como a que *com especialidade* o confirma; absolutamente não contribue siquer para tornar presumivel que em 1710 se «tentou por factos a independencia nacional e com ella a fórma do governo republicano» (1) e é totalmente imprestavel para a reinvindicação patrocinada pelo auctor d'*A Idea Republicana no Brazil.*

VI

Logo após o resumo do analysado trecho da *Narração Historica das Calamidades*, sem a interpolação de um commentario, de algumas palavras explicativas do modo porque esse trecho confirma, a seu vêr, o que escreveu o auctor d'*Os Martyres Pernambucanos* á pag. 272 de sua obra, da razão porque, no seu entender, prova essa passagem que a revolução de 1710 teve por fim romper os vinculos de submissão, que prendiam o Brazil a Portugal, e naturalmente para prova tambem de uma e outra cousa e para demonstração do que adeantou, dizendo que o auctor das *Calamidades* «confirma em *differentes* logares de sua obra» o pretenso asserto de Dias Martins, transcreveu (2) o sr. Codeceira da cit. *Narração Historica* a seguinte passagem: «O seu desejo todo era presidiarem as fortalezas do Recife, porque assim lhes ficava seguro impedirem a entrada ao novo governador que viesse. E nesta materia era tão pouco o seu recato, que, na maior parte das suas conversas, assim o publicavam e fallavam com tanta largueza neste particular que bem mostravam o pouco receio, que tinham de por isso lhes tomarem as contas; porque dos Recifenses se lhes dava tão pouco, que consideravam qualquer delles se daria por bem livrado em o deixarem e assim era pelo grande temor em que todos andavam».

Este excerpto, porêm, em nada auxilia o auctor d'*A Idéa Republicana no Brazil* em sua faina de reivindicar para Bernardo Vieira de Mello a gloria de proto-martyr da Republica no Brazil e de primeiro precursor da independencia nacional, além de outros motivos, porque a affirmação nelle contida, não obstante ter sido avançada, por um escriptor, que diz ter empregado muita diligencia para afastar de si a affeição e a antagonia (3), não passa de uma accusação feita aos olindenses pela facção contraria, que, a seu turno, era accusada dos mesmos delictos.

---

1 A Idea Rep. no Br. pag. 89, *in fine.*
2 Idem, pag. 114.
3 Rev. do Inst. Hist. Braz., tomo cit., pag. 2.

De feito, na guerra dos mascates cada um dos dois partidos exprobava o contrario de rebelde e de trahidor, pois si os recifenses, escrevendo uma carta ao governador da Parahyba, João da Maia da Gama, «lhe noticiavam o receio que tinham de quererem os conjurados senhorearem-se das fortalezas e casa da polvora para impedirem a entrada ao novo governador, que viesse de Portugal, si lhes não trouxesse o perdão de el-rei, tão amplo como elles queriam» (1), si affirmando ao governo da metropole que os adversarios «pretendiam assenhorear-se das fortalezas, degolar os do Recife e não admittirem novo governador que fosse senão com os pactos que elles quizessem, fazendo varias conferencias sobre o levantarem republica, convidarem para seu protector a el-rei de França ou outro que lhes fizesse melhor partido» (2), accusavam os olindenses de rebeldes e de trahidores ao governo, estes, por sua vez, alliciando a gente de Goianna para o levante de Novembro de 1710 com o pretexto da trahição do governador, que diziam chefe e director do partido recifense, e a persuadindo a que acudisse ao Recife, porque já se avistavam navios francezes (3), affirmando que «o governador era trahidor e como tal queria entregar a terra aos Francezes» (4), tirando devassas, com o auxilio do ouvidor, contra Caldas para prova de que elle «desguarnecia os fortes da artilharia por querer entregar a terra aos inimigos da corôa» (5), e escrevendo, por intermedio dos camaristas de Olinda, ao governador da Parahyba, que «os recifenses eram trahidores, pois a seu chamado haviam vindo navios francezes» (6) e a Christovam Paes Barreto que «os moradores do Recife negaram obediencia ao senhor bispo governador e ao doutor ouvidor geral... e pelos evidentes signaes poderão entregar (a terra) a rei extranho» (7), arguiam seus adversarios, os recifenses, das mesmas culpas.

Não só, porêm, ambos os partidos se accusavam mutuamente dos mesmos delictos de rebeldia e trahição, como ambos invocavam o nome do soberano para cohonestar os actos de hostilidade de uns contra outros e assim, si para palliar o levante de 18 de Junho de 1711 contra os olindenses, seus adversarios indo ter com o bispo governador, «lhe requereram *da parte* de Deus e de *El-rei* mandasse guarnecer todos os fortes e casa da pol-

1 Idem, pag. 98.
2 A Idéa Rep. no Braz., pag. 115.
3 Rev. do Inst. Hist. Brazil., tomo cit., pag. 47.
4 Idem, pag. 40.
5 Idem, pag. 76.
6 Idem, pag. 194.
7 Idem, pag. 92 a 93.

vora para que assim estivessem a praça segura e a barra desimpedida para o governador que viesse render a sua illustrissima» (1), os olindenses, tambem para dissimular o apertado cêrco, em que pozeram o Recife, escreveram, em 22 de Junho de 1711 a Christovam Paes Barreto, dizendo que faziam o assedio «obrigados ao serviço de *el-rei nosso senhor*, e conservação de seus povos» (2), como anteriormente, no levante de Novembro de 1710, deram vivas a el-rei D. João V (3), pediram, victorioso o levante com a retirada de Caldas para a Bahia, «perdão geral em nome de *el-rei*» (4) e mandaram na quinta-feira, 13 de Novembro de 1710, lançar um bando, cuja ordenação era dada «por ser conveniente ao serviço d'*el-rei*» (5).

Si ambos os partidos justificavam os respectivos procedimentos com o zelo pelo serviço do soberano portuguez, si cada um dos partidos dizia procurar reduzir o adversario á obediencia á metropole e ambos se mimoseavam reciprocamente com o epitheto de trahidores e mutuamente se criminavam de rebeldes á auctoridade real, a consequencia a deduzir-se desse facto, maxime ponderando-se que seus autores tinham em vista, em as avançando, uma vantagem pratica, o ganho de causa na lucta partidaria, o que só dependia do governo, junto ao qual accusavam os adversarios para tornal-os antipathicos, é que nenhuma dessas affirmações partidas de um e outro grupo pode merecer credito.

Não obsta, como já se disse, a que a affirmação, contida no trecho transcripto e avançada pelos recifenses contra seus adversarios, não mereça fé, o facto de ter sido ella adoptada pelo auctor da *Narração*.

Si se deve acolher com especial desconfiança e tractal-as como documentos de segunda mão, na auctorisada lição de Seignobos (6), as memorias escriptas muitos annos depois dos acontecimentos, porque estes se reduzem na memoria do contemporaneo, que os presenceou e os relata, a meras recordações expostas a se confundirem com outras, a *Narração Historica* citada, escripta pela terceira vez em principio de 1749 (7) sobre acontecimentos, que se realisaram muitos annos antes, se acha nessas ou em peiores condições, porque as recordações, de que se ser-

---

1 Rev. do Inst. Hist. Brazil., tomo cit., pag. 86.
2 Idem, pag. 92.
3 Idem, pags. 41 e 47.
4 Idem. pag. 43.
5 Idem, pag. 59.
6 Introd. aux études hist., pag. 148.
7 Rev. do Inst. Hist. Brazil., tomo cit., pag. 306.

viu seu auctor para o contexto da obra, não só se achavam expostas a se confundirem na memoria, como, na realidade, algumas vezes se confundiram.

A victoria ganha pelos olindenses, por occasião do primeiro levante, em 7 de Novembro de 1710, com a retirada de Caldas para a Bahia e com a entrega das fortalezas para serem presidiadas por gente sua, devia produzir e, de facto, produziu grande receio nos recifenses, porque «retirada a gente dos presidios e guarnecidos os fortes pelos levantados, começaram estes a machinar quantos damnos queriam que o Recife e seus moradores experimentassem, sendo os primeiros o saque das fazendas e romper os livros das contas para assim ficarem isemptos de pagarem as dividas» (1); mas os recifenses se aprestaram silenciosamente para a reacção e em 18 de Junho de 1711 se insurgiram contra tal estado de cousas, guarneceram as fortalezas com gente sua, fazendo retirar d'ellas os adeptos dos olindenses e não só resistiram aos ataques destes, como diversas vezes tomaram a offensiva, o que tudo mostra claramente que desde 18 de Junho de 1711 os recifenses não mais nutriam o grande temor, que fazia «qualquer delles se dar por bem livrado em o deixarem» em paz, como evidencia que o desejo dos olindenses de presidiarem as fortalezas só poderia ser posterior a esse mesmo dia, pois antes estavam de posse d'ellas.

O auctor da *Narração Historica*, no entretanto, dizendo que os olindenses, alimentando o desejo de presidiarem as fortalezas do Recife, apregoavam em alto e bom som esse desejo sem receio «de por isso lhes tomarem conta, porque dos Recifenses se lhes dava tão pouco que consideravam qualquer d'elles se daria por bem livrado em o deixarem e assim era pelo grande temor em que todos andavam», apresenta, porque as recordações se lhe confundiram na memoria, como synchronicos o desejo dos olindenses e o temor dos recifenses, quando, caso tivesse existido aquelle desejo, elle não teria coexistido com o referido temor.

Assim como foi ao auctor da *Narração* bastante infiel a memoria para lhe permittir dar como simultaneos factos, que, si tivessem ambos existido, não teriam coexistido, assim tambem podia ter sido ella infiel, e é bem possivel que o fosse, em relação ao alludido desejo que, affirmado muitissimas vezes pelos recifenses, porque era uma das accusações feitas ao partido contrario, pareceu ao escriptor muito apregoado pelos olindenses.

Demais, esse auctor, que chama os olindenses de «inimigos»,

---

1 Rev. do Inst. Hist. Br., t. c. pag. 45.

accrescentando assim os poder chamar sem escrupulo (1) e os pinta indigentes, a quem «só o incentivo do saque podia mover a amotinarem-se» (2), ociosos, individados e remissos no pagamento (3), era, no dizer mesmo do sr. Codeceira (4) «tão inimigo da nobreza pernambucana, que até procura escarnecer de seus martyres, ainda dando noticias de suas mortes», e tal antipathia pelo partido olindense, juncta á probalidade de confusão de recordações, é bastante para fazer duvidar seriamente dessa affimação ávançada contra os adversarios, os «inimigos».

Alem disso, a existencia de numerosos factos, que não existiriam si os insurgidos de Novembro de 1710 fossem guiados pela ideia de tornar o paiz independente, e a ausencia completa de factos, que podiam ser vistos e dos quaes se deduzisse esse desejo, cuja verificação dependia de observação correcta e rigorosas operações logicas, ahi estão para orphanar total e redondamente essa affirmação não só do valor probante, que o sr. Codeceira nella encontra, como até do menor vislumbre de verdade.

Ha mais a ponderar que «o projecto de estabelecer no sólo da patria a independencia nacional» e sua combinação entre Bernardo Vieira de Mello e João de Freitas da Cunha não são condições necessarias do desejo e intento dos levantados e que o desejo e o intento não são effeitos que só possam ter por causa o projecto e sua combinação, e, por isso, ninguem poderá, ainda tendo olhos de lynce, vêr no trecho transcripto uma prova de que B. Vieira de Mello projectou e combinou com J. de Freitas da Cunha «estabelecer no sólo da patria a independencia nacional».

Sobre não confirmar o que o «auctor d'*Os Martyres Pernambucanos* affirma, no pensar do sr. Codeceira, á pagina 272 de sua obra», o excerpto, ainda na hypothese de ser exacto que os olindenses tinham em vista obstar a entrada ao novo governador, não prova que elles conceberam o estabelecimento de um governo soberano e democratico, porque podiam elles muito bem nutrir o pensamento de impedir a entrada ao novo governador e de romper, realisando esse pensamento, os laços, que uniam o paiz a metropole, não para tornal-o independente, mas para entregal-o «a el-rei de França ou outro que lhes fizesse melhor partido», como podiam, nutrindo esse pensamento, ter em vista dissolver os vinculos, que prendiam o paiz a Portugal, e esta-

1 Idem, pag. 48.
2 Idem, pag. 59.
3 Idem, pag. 14 a 15.
4 Jornal do Recife, n. 75, de 2 de Abril de 1892.

belecer um governo independente, sem que, entretanto, lhes acudisse á intelligencia a idéia de dar a esse governo uma fórma democratica.

Assim e pelos expostos motivos, esta segunda prova extrahida da *Narração Historica das Calamidades* em nada auxilia o sr. major Codeceira em seu intuito de fazer de Bernardo Vieira de Mello precursor da independencia e da republica.

VII

Apresenta mais o sr. Codeceira (1), como prova de que Vieira de Mello projectou e combinou com Freitas da Cunha «estabelecer no sólo da patria a independencia nacional» os factos, que affirma contados pelo auctor da *Narração* á pag. 79 de sua obra, de que «André Dias de Figueredo dizia em conversa: só el-rei de Portugal é rei? e seu irmão o Dr. José Tavares de Hollanda fazia saudes enygmaticas em jantares sómente conhecidas dos conjurados, as quaes explicava em confiança aos amigos perguntando-lhes: Para que queremos nós rei? os pernanbucanos são muito capazes de se governarem a si mesmos».

O escriptor da *Narração Historica*, porêm, não avançou essas asserções, cuja paternidade lhe quer o autor d'*A Idéa Republicana* impingir.

De facto, *Manoel dos Santos* apenas relata, recusando a responsabilidade da noticia, que diz, empregando o termo—ouviram—, colhida na rua como boato, cuja origem se ignora, que «na povoação de S. Antonio ouviram ao capitão André Dias dizer: — Sr. coronel, só El-rei de Portugal é rei?» e, em seguida, refere que um sujeito, cujo nome não declina, disse em uma casa, cuja indicação não faz e da qual lhe veiu a noticia, que em um banquete no Piranga notou «que as saudes que faziam quando bebiam eram em linguas diversas da portugueza e desejando saber o que queriam dizer com semelhante linguagem, que não entendia, perguntou» a José Tavares de Hollanda, que «depois de uma grande risada, lhe respondeu: Não me dirá você para que queremos nós rei? Explicando o compadre: Isso ha de vossa mercê dizer, ha povo que possa passar sem rei? Tornou elle:—Sim, senhor, ha os Pernambucanos que são muito capazes de se governarem a si».

1 A Idea Rep. no Br. pag. 114.

Sobre as affirmações de *M. dos Santos* serem, como se vê, muito diversas,muito outras das que o sr. Codeceira lhe attribue, não confirmam ellas o asserto imputado a Dias Martins, em primeiro logar, porque, relativamente á pergunta de André Dias, o auctor da *Narração* não é mais que uma simples testemunha auricular, que se refere a rumores vagos e, como tal, não merece credito, visto que «os rumores vagos sem auctor certo, aos quaes talvez a malignidade tenha dado origem e a credulidade, incremento, si deve despresar», como o ensina Mello Freire (1), principalmente si esses rumores circularam, como no caso, em tempo de guerra, quando no dizer de um dictado popular, ha mentira como terra; em segundo logar, porque, em relação ás palavras de José Tavares de Hollanda, não passa elle de mera testemunha de outiva e, como a prova tem tanto menos valor, na lição de Bonnier (2), quanto mais afastada se acha de sua fonte e como deve-se despresar, no entender ainda de Mello Freire, o testemunho de ouvida quando aquelle, que diz ter ouvido, não declara o auctor certo de quem ouvira, seu testemunho não é sufficiente para que, louvando-se nelle, si acceitem como verdadeiros os factos, de que dá noticia.

Alem de testemunha auricular, cuja sciencia provêm, quanto ao primeiro facto, de rumores vagos, e, quanto ao segundo, de ter ouvido a uma terceira pessoa, que disse ter ouvido a uma quarta que uma quinta proferiu taes e taes palavras, o escriptor da *Narração* é uma testemunha singular e, por este motivo, suas palavras por mais respeitaveis e por menos inquinadas de suspeita que fossem, não bastariam para que se recebesse como indubitavel a existencia dos factos, que refere, pois a affirmação de um documento sobre um facto exterior não póde nunca bastar para estabelecer esse facto, como muito bem o asserta Seignobos (3).

A' singularidade e auricularidade do testemunho de *Manoel dos Santos* se vem juntar ainda, em relação ao incidente entre Hollanda e um seu compadre, a falta de verosimilhança para que se não possa receber como real o acontecimento narrado.

Na verdade, ou Hollanda e seus religionarios tinham confiança no «sujeito» e, neste caso, não haviam de usar inutilmente, em seus brindes, de linguas diversas da portugueza» para lhe occultarem aquillo, de que já era elle sabedor ou cuja sciencia lhe não procuravam negar; ou não tinham confiança e, neste segundo caso, não lhe haviam de communicar aquillo mesmo,

---

1 Institutiones Juris Civil Lusitani, Conimbrica, 1853, L. 4, T. 7, § 13.
2 Traite theorique et pratique des preuves, Paris, 1852, T. 1, n. 240, pag. 307.
3 Introd. aux études hist., pag. 166.

que com o emprego de uma linguagem para elle inintelligivel, lhe procuravam subtrahir ao conhecimento.

O uso de meios para se occultar a um individuo o assumpto, de que se tracta em sua presença, e a simultanea ou immediata communicação do mesmo assumpto a esse individuo são coisas que se não podem conceber em materia de tanta monta como seja o *desideratum* secreto de um partido revolucionario, pelo que não ha verosimilhança nos factos, de que *Manoel dos Santos* foi informado e cuja noticia transmittiu, si é que esta não foi adulterada no manuscripto.

Em taes condições, maximé considerando que o auctor da *Narração* era adversaario de André Dias e Hollanda, não se podem ter como adquiridos para a historia os factos de ter André em conversa dirigido a Leonardo Bezerra a referida pergunta e de ter Hollanda proferido as palavras supra transcriptas e, consequentemente, delles se não pode partir para se estabelecer um outro facto, de que não ha documentos e, por essa causa como por não existir relação alguma necessaria entre o projecto, sua combinação e a pergunta de André ou as palavras de Hollanda, naquella ou nestas não se poderá vêr uma confirmação de que Vieira de Mello projectou e combinou com Freitas da Cunha proclamar a independencia politica do paiz.

Assim tambem, mesmo que não pairasse duvida alguma sobre sua realidade e se attribuisse a todos os individuos, que tomaram parte no levante de 1710, o mesmo pensamento, que dictou a interrogação feita a Leonardo, esta não podia denotar que tal movimento teve por fim implantar no paiz um governo independente e democratico, visto que ella nem siquer indica que seu auctor alimentava o patriotico ideal de ver sua patria livre do jugo extrangeiro e regida por um governo democratico; pois si em suas palavras se póde, com esforço e boa vontade, divisar algo de hostil ao soberano portuguez, nellas se póde, com facilidade e maior correcção, notar que seu autor, sem aspiração ao estabelecimento de um governo autonomo e muito menos de um governo democratico, não era infenso a que o paiz continuasse, como colonia, sujeito ao jugo de um outro qualquer soberano extrangeiro que não o portuguez.

Ainda que assim não fosse e as palavras de André permittissem entrever e até provassem que elle agasalhava o nobre desejo de autonomia para sua patria, ellas, bem como as palavras de Hollanda, não demonstrariam, visto entre aquellas, estas e o movel da guerra dos mascates não militar relação alguma necessaria, que tal guerra foi determinada pelo intuito de libertar o paiz do jugo extrangeiro.

Não se objecte que, tendo-se admittido, embora para argumentar, que André Dias nutriu semelhante desejo, não é dado dizer que a multidão revolucionaria de 1710, da qual foi elle parte, se conservou extranha a essa aspiração, visto os caracteres do aggregado serem determinados pelos das unidades, que o compõem, e não se faça esta objecção, porque este postulado só se verifica quando ha homogeneidade e união organica entre as unidades ao passo que a heterogeneidade dos elementos psychicos e a falta de união permanente e organica entre os individuos, que formam a multidão, tornam impossivel, Scipio Sighele o diz (1), a correspondencia entre os caracteres da multidão e os dos individuos, que a compõem, sendo no seio da multidão a personalidade, isto é, a originalidade de cada um, vencida, no dizer de Max Nordau (2), pela essencia geral humana constituida pelo patrimonio das qualidades hereditarias da especie, as quaes tornam o individuo similhante não só a seu visinho, mas a todos os individuos desconhecidos.

O desejo de André e de Hollanda, na hypothese gratuita de ter existido, não podia, portanto, contribuir e não contribuiu para que a multidão, de que eram partes e que não cessou de respeitar a auctoridade real, como o affirma o historiador pernambucano, general Abreu e Lima (3), fosse guiada em seus actos pelo ideal da libertação da patria.

Si as palavras de Hollanda no banquete não auctorizam a affirmação da existencia desse designio patriotico por parte de seus religionarios, o facto de terem estes usado, em seus brindes, de «linguas diversas da portugueza» tambem não produz a convicção de que nutriam elles o proposito de sacudirem o jugo da metropole, porque da existencia de uma giria, muito ao contrario do modo de pensar do Sr. Codeceira quando, logo após a transcripção da passagem relativa ao banquete, escreveu, em um seu artigo publicado pelo *Jornal do Recife*, «Pelo que diz o autor das *Calamidades*, os pernambucanos, iniciados na conjuração de 1710, tinham uma giria especial para se entenderem reciprocamente, o que prova que tinham uma sociedade bem organisada onde se tratava da salvação da patria» (4), não se pode deduzir a existencia de uma sociedade bem organizada, cujos membros têm por objectivo commum a salvação da patria; pois certa ordem

---

1 La folla delinquente 2ª. edic.—1895, pag. 16.

2 Paradoxos—Trad. por M. C. da Rocha—2.ª edic.—1895—Laemmert & Comp.—pag. 55.

3 Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da Historia do Brazil, Pernambuco, 1845, pag. 171.

4 Jornal do Recife, n. 75, de 2 de Abril de 1892.

de criminosos usa de uma giria qualquer, de um *argot*, do gerco (1) e ninguem contestará que esses malfeitores, que continua e incessantemente offendem os sentimentos de benevolencia e probidade, desrespeitando as leis, levando o desassocego ao seio das familias, perturbando a ordem, que é o elemento estatico da convivencia civil, não formam entre si uma sociedade, cujo fim patriotico seja procurar a felicidade do paiz, onde vivem ou de que são filhos.

Em nada aproveita, portanto, ao Sr. Codeceira, na empresa, que tomou sobre seus hombros, a passagem da pagina 79 da *Narração Historica*, a qual, pelos motivos supra indicados, não confirma nem o asserto attribuido erroneamente a Dias Martins e nem o de ter sido o levante contra Caldas uma tentativa para a independencia e para a republica.

VIII

Com o intento, sem duvida, de mais fortalecer a affirmação, a favor de cuja acceitação tem quebrado lanças, o Sr. Codeceira recorre ainda á *Narração Historica* e transcreve (2) da pag. 49 dessa obra parte da seguinte passagem: «Na noite de segunda-feira do dito mez de Novembro chegou da Parahyba o illustrissimo bispo e logo na manhã seguinte veiu para o Recife ao arraial dos Afogados, donde depois de varias conferencias voltou para a cidade não muito contente; porque uns o queriam por governador e outros não, sendo o mais teimoso neste particular João de Barros Rego, capitão-maior da freguezia de S. Amaro de Jaboatão, uma das da matta. Este não só não queria que admittissem o bispo ao governo, mas pretendia o admittissem a elle; chegou a dizer na povoação de S. Antonio, diante de varias pessoas, uma das quaes era o mesmo João de Barros Correia, segundo oppositor, e outra o alferes Antonio Nogueira de Figueiredo, que o bispo não havia de ser governador; porque queriam capitular com el-rei com as armas na mão; os que queriam que sua illustrissima governasse, vendo a opposição dos ditos, deixaram o ajuste para se fazer na mesma cidade, e lá chegou o negocio a termos, que quasi tomam armas uns contra os outros».

---

1 A Nova Escola Penal por Viveiros de Castro, Rio de Janeiro, 1894, pag. 56 Classificação dos Criminosos por Candido Motta, S. Paulo, 1897, pag. 60.
2 A Idea Rep. no Br., pag. 112.

Esta passagem da *Narração*, porêm, longe de apoiar, muito contraria a these de que a guerra dos mascates foi «uma conjuração, que teve por fim proclamar a independencia nacional» (1).

Manoel dos Santos, contando nesta passagem que alguns dos implicados no levante de Novembro de 1710 contra Caldas fizeram opposição a que o bispo assumisse o governo da capitania, então acephalo pela retirada do governador para a Bahia, apontando João de Barros Rego como quem maior opposição offerecia, citando João de Barros Correia como o «segundo oppositor» e accrescentando, sem declinar o nome de mais nem um opposicionista, que «os que queriam que sua illustrissima governasse, vendo a opposição dos ditos, deixaram o ajuste para se fazer na cidade», dá a perceber, usando da expressão—dictos—, que os unicos que se oppunham a que o bispo assumisse o governo, eram Rego e Correia ou, pelo menos, que foi por causa da opposição sómente destes dois que se deixou para se concluir o ajuste em Olinda.

Accresce que João de Barros Rego, que era quem maior opposição fazia, affirmou peremptoriamente, dizendo que «o bispo não havia de ser governador, porque *queriam capitular com el-rei*» que a opposição foi determinada por mera questão de vaidade pessoal e não pelo desejo de rompimento dos vinculos, que prendiam a capitania á metropole.

Estes dois factos, o numero diminutissimo dos que eram infensos a que o bispo tomasse as redeas da governança na qualidade de substituto legal de Caldas e o motivo, positivamente declarado, dessa opposição denotam que os sublevados de Novembro de 1710, que eram os que se achavam acampados no arraial, nem siquer pensavam na independencia da capitania e, muito menos, na implantação de um governo democratico, tanto que não se oppuzeram a que o bispo exercesse as funcções governamentaes e os que se oppuzeram não tiveram para esse procedimento sinão um movel pessoal.

Nestas condições, o trecho transcripto, dando noticia desses dois factos, longe de contribuir para fazer certo que na guerra dos mascates se «tentou por factos a independencia nacional e com ella a forma do governo republicano» (2), coopera para tornar indubitavel que a reivindicação intentada pelo sr. Codeceira, não tendo encontrado apoio nos documentos, não o encontra tambem no «que escreveram os chronistas» (3).

---

1 A Idea Rep. no Br., pag. 115.
2 A Idea Rep. no Br., pag 89.
3 Idem, pag. 112.

Não foi mesmo, objectar-se-á, para prova de que «na mente e no coração daquelles benemeritos pernambucanos germinava a idéa da independencia nacional e fórma do governo republicano» (1), que o sr. Codeceira recorreu á citada passagem da *Narração Historica*, e sim, como evidenciam as palavras com que precedeu e fez seguir a transcripção, para prova do «facto da reunião do Senado em Congresso para deliberarem sobre o governo da capitania e na qual Bernardo Vieira de Mello apresentou a sua proposta».

A auctoridade de *Manoel dos Santos*, porêm, ainda desta feita e para este fim foi inutilmente invocada pelo sr. Codeceira, porquanto na referida e transcripta passagem não se encontra absolutamente referencia alguma á tal phantasiada sessão, em que Vieira de Mello propoz que «se declarasse em republica *ad instar* dos venezianos».

A reunião, que se pode com esforço inferir do trecho apontado ter se effectuado em Olinda, para o ajuste, que, « os que queriam que sua illustrissima governasse, deixaram para se fazer na cidade», só podia ter sido realizada depois de 11 de Novembro de 1710; pois só após a ida do bispo aos Afogados é que, «os que queriam que sua illustrissima governasse, deixaram o ajuste para se fazer na cidade» ; ora o bispo foi aos Afogados na manhan do dia seguinte ao da sua chegada á Olinda, segundo se lê na passagem supra transcripta, e chegou á Olinda na noite de 10 de Novembro, conforme o affirma o sr. Codeceira á pagina 111 e á pagina 115 de seu opusculo, logo a resolução de se deixar o ajuste para se fazer em Olinda só foi tomada em 11 de Novembro ou depois e, por consequencia, a reunião havida, em virtude da deliberação tomada em 11 de Novembro, só poderia ter sido effectuada depois desse dia e nunca antes.

A reunião, porêm «do Senado de Olinda em Congresso para deliberar sobre o governo da Capitania teve logar no dia 10 de Novembro de 1710», segundo o affirma categoricamente o sr. Codeceira á pagina 116 de seu trabalho, depois de ter assertado á pagina 110 que «é fóra de duvida que foi no dia 10 de Novembro de 1710 que o heroe pernambucano Bernardo Vieira de Mello apresentou no Congresso a sua proposta», e, á pagina 106, que «foi no dia 10 de Novembro de 1710 que Bernardo Vieira de Mello apresentou a sua proposta no Congresso».

Do exposto se conclue que a reunião, que se infere da citada passagem da *Narração Historica* ter se effectuado em Olin-

1 Idem, pag 113.

da, é outra que não a reunião de 10 de Novembro, o que é confirmado pelo facto da resolução do ajuste ter sido tomado depois de ter ido o bispo ao arraial dos Afogados e, portanto, depois de sua chegada da Parahyba, ao passo que a reunião de 10 de Novembro foi realizada, segundo affirma o sr. Codeceira á pagina 111 d'*A Idéa Republicana no Brazil*, antes da chegada do bispo.

Assim sendo, no trecho citado, ao contrario do que pensa o sr. Codeceira, *Manoel dos Santos* não «se refere á sessão do Congresso, onde Bernardo Vieira de Mello apresentou a sua proposta», e, por conseguinte no referido trecho ninguem, por melhor boa vontade, que tenha, poderá vislumbrar a confirmação do facto da alludida reunião de 10 de Novembro; pelo que ainda desta vez foi em vão que o socio benemerito do Instituto Archeologico Pernambucano se apegou á auctoridade do autor da *Narração Historica das Calamidades.*

IX

Do exame claro e conciso dos elementos, de que o sr. Codeceira fez plintho para suas theses, se concluindo de modo directo e immediato o mais logica e correctamente possivel que elles não concorrem, não contribuem, não cooperam de maneira absolutamente alguma não já para tornar certo, mas nem siquer para tornar provavel, concebivel que Bernardo Vieira de Mello e João de Freitas da Cunha projectaram de commum accordo conquistar a soberania para a patria brazileira e que o levante de Novembro de 1710 contra o governador Caldas foi uma conspiração para o estabelecimento de um governo independente e republicano, se conclue outrosim, embora de modo indirecto e mediato, a falsidade das theses porque é mais que provavel ter o sr. Codeceira cuidadosamente escolhido, depois de ter alardeado em um artigo publicado no *Jornal do Recife*, n. 75, de 2 de Abril de 1892 «materia sufficiente para escrever um livro sobre este ponto da nossa historia», para sustentação de suas proposições, de entre todos os documentos aquelles, que mais as favorecem, que melhor as provam.

Sobre isso, os chronistas contemporaneos, filiados a um ou outro grupo, se esmeravam em registrar todo e qualquer facto por insignificante que fosse, quando delles podiam tirar partido para accusar, para deprimir o grupo contrario, ao em que se achavam filiados e, como «cada um dos partidos apodava o con-

trario de rebelde e trahidor» (1), não se esqueciam os chronistas de indagarem e de registrarem todos os factos, a que podessem dar uma feição de rebeldia para assim, mascarando de verdade as accusações, cohonestarem o proceder de seus grupos.

Ora os factos de ter Bernardo Vieira de Mello proposto na reunião da nobreza e senado de Olinda, em 10 de Novembro, que se adoptasse «a fórma do governo republicano *ad instar* dos venezianos», de terem todos concordado com Vieira (2) ou de ter sido a proposta geralmente acceita (3) não só viriam dar uns visos de verdade aos apodos de rebelde e trahidor feitos ao partido olindense pelos mascates como constituiriam provas plenas e incontestaveis de que eram, de facto, os olindenses rebeldes e trahidores, isto é, de que procuravam sacudir o jugo da metropole e, por isso, os chronistas contemporaneos, filiados no partido recifense, não deixariam de fórma alguma de registrar e commentar esses factos, que legitimariam por completo os actos praticados pelos seus religionarios.

Os chronistas da facção recifense, porem, não referem esses factos e desta circumstancia, attendendo-se que o raciocinio negativo como processo de conhecimento historico tem applicação segura quando o auctor do documento, em que o facto não é mencionado, queria systhematicamente registrar todos os factos da especie do facto em questão e os devia conhecer a todos ou quando o facto é de natureza a se impôr á imaginação do auctor de maneira a entrar forçosamente em suas concepções, se póde sem receio de errar concluir a inexistencia dos factos narrados pelo sr. Codeceira.

Esta conclusão fornecida pelo argumento do silencio é corroborada pela affirmação do Roberto Southey, que, baseando-se para a narrativa da guerra dos mascates nos manuscriptos do padre Luiz Corrêa, depois de narrar a retirada de Caldas, a entrada dos insurgentes na villa, a tomada de posse do governo pelo bispo e os primeiros actos deste, accrescenta (4): «Não tomára até agora parte na contenda Bernardo Vieira de Mello, o feliz capitão da expedição aos Palmares», o que quer dizer, tendo o bispo tomado posse do governo em 15 de Novembro de 1710, como o affirma o proprio sr. Codeceira, que Vieira de Mello não fez parte da reunião da nobreza e senado de Olinda

---

1 Visconde de Porto Seguro. Hist. Geral do Brazil, pag. 827.
2 A idea Rep. no Brazil, pag. 86.
3 Idem, pag. 110.
4 Historia do Brazil, trad. do inglez pelo Dr. Luiz Joaquim do Oliveira e Castro, Rio de Janeiro, 1862, vol. 5, pag. 122.

em 10 de Novembro e ahi nada propoz; pois em 15 de Novembro, isto é, cinco dias depois da reunião, era elle ainda extranho ao movimento.

Não sendo, portanto, reaes, mas fructos de mal arranjada phantasia não só o projecto como a proposta de Mello, não pode elle ser considerado precursor da independencia e da republica; porque, até na opinião do sr. Codeceira, eram taes factos, que lhe conferiam semelhante titulo glorioso.

Ainda mesmo, porêm, que tivesse Mello realmente proposto na reunião de 10 de Novembro de 1710 que a capitania de Pernambuco se declarasse em republica *ad instar* dos venezianos, nem por isso seria elle um precursor da Republica porque, como bem o disse Oscar d'Araujo (1), a proposição de Mello não pode ser considerada manifestação da idéa republicana.

De facto, a republica de Veneza era uma oligarchia aristocratica, como o affirmam Carlo Calisse (2) e Giuseppe Salvioli (3), e, por consequencia, querer um governo egual ao da Republica de Veneza equivale a querer uma oligarchia aristocratica e querer isto não é absolutamente o mesmo que querer a republica, como é ella hoje comprehendida e realizada.

Estabelecido, como o ficou, que não existiram os factos, que davam a Mello, na opinião do sr. Codeceira, o titulo de precursor da independencia e da republica, que o faziam heroe (4), benemerito, immortal (5) e eximio patriota (6), não pode elle ser apontado aos posteros como um vulto da nossa historia e digno de veneração, tanto mais, porque, mesmo na opinião adoptada pelo sr. Codeceira quando, se referindo a Tiradentes, transcreve as palavras com que o commendador Joaquim Norberto a manifestou (7), é preciso que a vida do heróe seja como um diamante sem jaça para que se possa tractar de sua canonização, pois «o mais pequeno defeito, a menor falta oppõe-se á sua santidade».

Ora não só a connivencia ou, no minimo, a responsabilidade moral de Bernardo Vieira de Mello, pelo assassinato de sua nóra, commettido por sua mulher D. Catharina Leitão e seu filho André, e para o qual concorreram um seu irmão e um outro seu filho, que escoltaram a victima quando remettida por

---

1 L'idée républicaine au Brésil, Paris, 1893, pag. 5.
2 Storia del diritto italiano, Firenze, 1891, vol. 2, n. 211, pag. 321.
3 Manuale di storia del diritto italiano, Torino, 3.ª e d., 1899, n. 169, pag. 258 e n. 173, pag. 264.
4 A Idéa Rep. no Br., pag. 110.
5 Idem, pag. 3, 30 e 72.
6 Idem, pag. 103.
7 A Idéa Rep. no Br., pag. 40.

seu esposo André para o engenho de Bernardo Vieira, o que tudo deu occasião a Robert Southey para exclamar que «horriveis devem ser os costumes do povo entre o qual pode uma familia inteira tomar assim deliberadamente sobre si o officio de carrascos», como o facto de terem Mello e seu filho André mandado assassinar o capitão-mór João Paes Barreto, o que é affirmado pelo auctor da *Narração Historica das Calamidades* (1), são faltas, maculas, que ennegrecem a memoria de Mello, que obscurecem, que fazem esquecer todo e qualquer acto louvavel que, por acaso, tenha elle praticado.

Nem é rigorosa esta apreciação, porque si Americo Braziliense, só por ter Martim Affonso concedido em3 de Março de 1533 a Pedro de Góes licença para mandar desesete peças de escravos indigenas para Portugal nas náos de El-rei, pensa (2) que, talvez, tudo quanto Martim Affonso fez de bom possa perder a sua importancia em vista dessa licença, si José Feliciano (3), só porque teve o padre José da Silva de Oliveira Rolim, que estava expulso do territorio mineiro, uma vida desregrada, o julga, apezar de ter sido elle um dos companheiros que Tiradentes «achara com mais calor» um dos *movidos de premio vil*, si o proprio sr. Codeceira, só por ter Tiradentes beijado os pés do carrasco, não o considera digno do acatamento, respeito e veneração da posteridade, o que levou o dr. Domingos Jaguaribe a escrever que o sr. Codeceira foi muito injusto para com Tiradentes (4), com muito mais justiça e com muito menos rigor, não se poderá considerar Bernardo Vieira de Mello como digno do respeito dos posteros, não se poderá deixar de asseverar que tudo quanto Mello fez de bom perdeu sua importancia em vista dos crimes, que estigmatizam sua memoria, como não se poderia deixar de julgal-o um dos movidos de premio vil para afastal-o de entre os grandes homens de nossa historia, si, por acaso, tivessem sido reaes, tivessem acontecido na verdade os factos, que se lhe attribuem para o constituir precursor da independencia e da republica.

Em taes circumstancias, si a menor falta oppõe-se a santificação de um heróe e si Mello tem sua vida mareada por faltas não pequenas, que patenteiam que elle nem sempre trilhou o caminho do bem, não pode elle ser sanctificado, não pode elle ser constituido alvo da veneração da posteridade.

---

1 Op. cit., pag. 68.
2 Lições de Historia Patria, 2.ª ed., 1877, pag. 47.
3 Correio Paulistano, n. 10723, de 29 de Junho de 1892.
4 Origens Republicanas do Brazil, *in* Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, vol. 1, fasciculo 1. pag. 55.

Si é falsa a these, em que se affirma ter Vieira de Mello projectado e combinado com Freitas da Cunha o estabelecimento da independencia no paiz e proposto, em 10 de Novembro de 1710, em reunião da nobreza e senado de Olinda, que «fosse adoptada a forma do governo republicano *ad instar* dos venezianos», não pode deixar de ser tambem falsa a outra these de que «a malograda revolução de 1710 foi a primeira tentativa para a liberdade nacional sob a forma do governo republicano»; pois, sendo a proposta de Mello o que o sr. Codeceira chama de tentativa de estabelecimento da independencia nacional e de um governo democratico, como se infere, entre outras, da passagem, em que, sem referir acto algum que possa conferir a Mello titulo de principal auctor do movimento armado (?) de 10 de Novembro a não ser sua proposta na reunião da nobreza e senado de Olinda, affirma que «o primeiro movimento armado para a independencia nacional e forma do governo republicano foi effectuado no memoravel dia 10 de Novembro de 1710, sendo o seu principal auctor Bernardo Vieira de Mello» (1), como se verifica da proposição, avançada depois da noticia da proposta de Mello e como commentario: «Já se vê que a Bernardo Vieira de Mello cabe a gloria de ter sido o primeiro que no solo americano tentou pôr em pratica a independencia nacional e com ella o governo republicano» (2), sendo, por conseguinte, a tentativa um mero aspecto da proposta ou, antes, sendo proposta e tentativa apenas dois nomes, que indicam, no caso, um mesmo facto, um mesmo acontecimento, uma vez estabelecida a inexistencia da proposta, *ipso facto* se acha estabelecida a inexistencia da tentativa.

Si avançada como corollario da primeira these, a segunda tem contra si a falsidade da affirmativa, com a qual mantem, no pensar do sr. Codeceira, uma relação de continencia, considerada isoladamente tem a segunda these em seu desfavor, primeiro a existencia de numerosos factos, que não existiriam si o levante de 1710 fosse uma sublevação contra o governo da metropole, segundo a falta completa e total de documentos que estabeleçam os factos, donde se possa inferir com segurança que os revolucionarios de 1710 eram guiados pelo desejo da independencia politica para seu paiz, que almejavam regido por um governo democratico, e uma e outra cousa levam o estudioso a concluir pela falsidade desta segunda these.

---

1 A Idéa Rep. no Br., pag. 119 a 120.
2 A Idéa Rep. no Br., pag. 87.

Assim, feito o exame dos documentos, averiguado que não apoiam elles as theses do sr. Codeceira, verificado que estas não se baseiam nem siquer em um só documento, não têm em seu favor nem siquer um só facto, não encontram o minimo apoio nem siquer em uma só prova, é dado asseverar, sem receio de contestação e sem possibilidade de erro, que são falsas, completamente falsas as proposições do sr. major José Domingues Codeceira, que os factos por elle narrados não tiveram nunca existencia real objectiva, que a guerra dos mascates não teve nem siquer por um pequeno instante como causa efficiente a idéa da independencia e que, por consequencia, não procede a reivindicação da precursoridade da independencia e da republica para Bernardo Vieira de Mello.

ALFREDO DE TOLEDO.

S. Paulo no Seculo XIX

Não despontou prospero e feliz para S. Paulo o seculo que acaba de findar e que foi o seculo da independencia e da constituição politica nacional.

Fechara-se, de facto, havia muito, o cyclo legendario dos descobrimentos e das conquistas e tinha-se já entrado nesse periodo longo e incerto da reacção durante o qual se remodela o caracter de um povo.

Tinham, com effeito, cessado de todo as emprezas audaciosas que tornaram celebre o nome paulista, como cessára o exodo das populações que se dispersavam pelos sertões occidentaes desconhecidos.

Já se não viam como outr'ora os rios navegados pelas *monções* innumeras successivas. Não mais se ouvia nas regiões apartadas o estrepido das *bandeiras* de guerra contra o gentio, nem mais o tumultuar das levas de aventureiros buscando thesouro por montes e valles.

O bandeirante, que levára seculos a bater os sertões á aventura, que levára a audacia dos seus movimentos até ás faldas dos Andes, ao travéz de provincias inteiras assoladas e destruidas, que vadeara os pantanaes do Paraguay e da Bolivia, attingira os caudaes do Amazonas, penetrara nas catingas do Piauhy, levara o concurso do seu braço victorioso contra os muros da nova Troya dos Palmares, descobrira as minas de ouro, fundára Goyaz e Matto Grosso, conquistára os campos de Curytiba e de S. Pedro do Sul, levando os seus estabelecimentos até á margem esquerda do Rio da Prata, o bandeirante tinha já desapparecido, mudado como estava o scenario que a sua propria audacia e intrepidez descortinaram.

Agóra, extincto aquelle espirito de aventuras que os impellia para o desconhecido e para a fortuna, os descendentes de

Fernão Dias, Rodrigues Paes, Arzão, Anhangoera, Amador Bueno, fixavam-se na terra natal, procuravam reerguer a agricultura por longos annos esquecida, e extendiam os seus estabelecimentos pelas terras fertilissimas, ainda cobertas de matta, verdadeiros sertões deixados intactos por aquelles que outr'ora só buscavam a fortuna em terras distantes.

O periodo aureo tinha passado sem deixar a opulencia, porque raro tornavam os que a fortuna bafejava longe do lar.

Agóra, nesse periodo de transição que, havia annos, começára e que pelo seculo incipiente se extendera, notava-se em todos esse estado de alma entre o torpor e o desanimo, entre a fadiga e a desillusão, apanagio da fortuna mallograda.

As minas de ouro breve se extinguiram. O ouro tinha sahido quasi todo. A penuria ameaçava os campos.

O outr'ora vastissimo territorio da Capitania tinham-no successivamente reduzido. Em 1720 tiraram-lhe Minas Geraes, então o mais densamente povoado; em 1738 Santa Catharina e o Rio Grande de S. Pedro; em 1748 Goyaz e Matto Grosso.

Sentiam-se por toda a parte, nos campos como nas cidades, no littoral como no interior, os symptomas do depauperamento ou da paralysação que caracterizam os periodos de transição economica.

A agricultura, comtudo, recomeçava, ainda que parecendo occupação modesta de mais para os descendentes dos conquistadores de cuja mente se não apagara de todo a lembrança das decantadas riquezas de outr'ora.

Comtudo, lavrava-se ainda o ouro para além da montanha Jaraguá (1) nas visinhanças da Capital; *faiscava-se* um pouco no valle da Ribeira, onde com o fito de reviver a mineração, Martim Francisco emprehendia em 1805 uma excursão scientifica através das minas dessa região tão cedo abandonadas (2).

Debalde, porêm, appellava-se para mineração que estava morta de vez, e em cujos reditos já nimguem mais sinceramente acreditava.

A reacção era profunda, difinitivos e inilludives os seus effeitos.

Sim. Não estamos hoje ainda no auge da prosperidade e da fortuna; não navegamos agóra em mar de rosas, velas enfunadas por vento de feição. Uma nuvem, de certo, passageira, turva-nos o horisonte, escurecendo-nos um pouco a rota do porvir. Mas olhando para traz, onde, á luz serena da Historia,

---

1 John Mawe, Travels in the interior of Brasil.
2 Martim Francisco, Diario de uma viagem mineralogica (R. I. Hist. Tom. 9 n. 537.

descortinamos toda a vastidão de um seculo, é grato reconhecer que, nesse transcurso, não perdemos jámais a nossa trilha, nem ficamos aquem do nosso proprio destino.

Póde-se dizer que um progresso effectivo, solido em todos os ramos da actividade humana, assignalou a marcha do povo paulista atravéz do seculo XIX, seculo que, aliás como o dissemos, não despontára para S. Paulo, sob os auspicios da prosperidade e da fortuna.

E', porêm, lançando um olhar retrospectivo sobre esse passado distante, de que tão sómente a tradição apagada subsiste, que bem se medirá o caminho percorrido, e se avaliará da eminencia a que chegámos pela distancia do nivel baixo de que partimos.

Si com o descobrimento das minas, com a exploração e o povoamento das regiões centraes e meridionaes, o centro de gravidade da colonia portugueza na America se deslocára do norte para o sul, transferindo-se, desde 1762, da Bahia para o Rio de Janeiro, a capital do Brasil, todavia, as regiões do norte, que haviam perseverado na agricultura e não experimentaram tão directamente os effeitos da crise da mineração, guardavam notavel preeminencia na producção, no commercio, nas industrias, na população.

Postoque abrangendo territorio extenso, desde as margens do Rio Grande de Uberaba até ás do Uruguay, desde o Atlantico até ás margens do rio Paraná, a capitania e depois provincia de S. Paulo não se podia com razão considerar entre as circumscripções de primeira ordem do Brazil. A sua população, pouco antes de começar o seculo, em 1795, se orçava apenas por 160 mil habitantes, quando a de Minas se computava em 450 mil (1) e a do Brasil todo em pouco mais de 3 milhões.

O assucar, o café e o algodão, que nessa épocha formavam o grosso dos productos brasileiros, quasi que se não representavam nas sahidas do porto de Santos. Em 1800, emquanto a Bahia exportava annualmente 20 mil caixas de assucar, Pernambuco 14 mil, Rio de Janeiro 9 mil, pelo porto de Santos se exportavam apenas mil caixas.

Emquanto, no mesmo tempo a Bahia remettia para o exterior 10 mil fardos de algodão, Pernambuco 40 mil, o Maranhão 16 mil e 4 mil o Pará, nenhum fardo se indicava na exportação de S. Paulo. Das noventa mil arrobas de café que o Brasil já então exportava, quasi todo de procedencia do Pará, o Rio

---

1 Varnhagem—Hist. Geral do Brasil, tom. 2.º, pag. 1.080.

de Janeiro concorria apenas com 3.200 arrobas, e S. Paulo com nenhuma (1).

De facto, a agricultura, que desmedrara por quasi um seculo, só agora se renovava, dando escassamente para o consumo interno.

Comtudo, em 1817 já se assignalavam como artigos de exportação da Provincia, além de grande quantidade de coirama, pontas de boi, carne de porco, gado bovino, cavallar e muar, da industria pastoril então prevalecente, o assucar, a aguardente, o fumo, o café, o arroz, os legumes, a farinha de mandioca, o milho, e até o trigo e o centeio (2).

O algodoeiro, dizia então um contemporaneo, não era abundante e nem da melhor qualidade, prosperando este arbusto melhor no centro óésto do que na zona do littoral da Provincia (3).

O trigo vingava com vantagem nos campos de Curitiba, donde descia para o porto de Paranaguá, que então expedia para outras provincias embarcações carregadas de farinha, arroz e algum café.

Toda a zona littoral se applicava de preferencia á lavoura de mantimentos e á pesca. Iguape e Cananéa tornaram-se o emporio e o centro de producção do melhor arroz do paiz. No valle da Ribeira assignalava-se a cultura do arroz em larga escala, e grande numero de engenhos para beneficio desse valioso producto (4).

Na Bertioga, na ilha de S. Sebastião e em Villa Bella havia armação para a pesca das baleias.

O porto de Antonina exportava madeiras e cordoaria de *imbé*.

Santos, á margem do grande e profundissimo canal, verdadeira maravilha hydrographica, que faz do seu porto um dos mais abrigados e amplos do Brazil, tornava-se já o entreposto dos productos da região elevada e interior da Provincia, onde a industria pastoril prevalecia, e donde descia para o littoral grande quantidade de couros, pontas de boi, toucinho, bem como o assucar, a aguardente e os tecidos grossos de algodão, que se exportavam para o norte e para o Rio da Prata. Dentro do seu municipio, no continente como nas ilhas, a lavoura, ha muito, se desenvolvera, cultivando a canna, o arroz e algum café, nos sitios e engenhos que se contavam numerosos ao redor do lagamar, como pelas margens do Cubatão, do Jeribatuba e da Bertioga.

---

1 Varnhargem, obra citada.
2 Ayres do Casal—Chorographia Brasilica, tomo 1.º, pag. 219.
3 Ayres do Casal, obra citada.
4 Martim Francisco—Diario de uma viagem mineralogica.

O cafeeiro, trazido do norte, não prosperava ainda. No interior não o cultivavam; no littoral exhibiam-se delle algumas collecções. (1)

Do vastissimo territorio interior, aberto em extensas campinas pela lombada dos espigões, interpostos aos rios caudaes que descem numerosos das montanhas ao oriente, e cujos valles ensombrados por espessa matta revelam a feracidade do solo no numero e qualidade das essencias vegetaes, não se conhece, ou não se povôa sinão o que mais proximo ficou das grandes estradas lendarias na historia da conquista dos sertões.

Assim é que para léste, atravéz do valle do Parahyba, donde os taubateanos, com audacia e tenacidade heroica, tinham penetrado nas Minas e feito os primeiros descobrimentos de ouro de Cataguazes, se abria por entre povoados e villas a estrada do Rio de Janeiro, commum com a de Minas, até Guaratinguetá, onde se bifurcava, seguindo um galho através dos montes da Bocaina em direcção ao Rio, e outro, por Lorena, transpondo o Parahyba no porto do Meira para galgar a Mantiqueira pela garganta do Passa-Vinte.

Demandando os sertões do Camanducaia e do Sapucahy, a rumo de norte, encaminhava-se pela garganta do Morro do Lopo, atalaia conspicua na divisa das duas provincias, a estrada do sul de Minas, em direcção a Ouro Fino, a Caldas e á Campanha.

A noroéste, buscando Goyaz pelos campos e cerrados dalém S. Carlos (Campinas) e da Franca, ao par das montanhas, então denominadas do Mogy-Guaçú, ou da Serra de Caldas, baluarte dos chapadões mineiros do sudoéste, transpondo rios caudaes, cujo curso inferior ninguem conhece, seguia a estrada dos conquistadores de *Guayás* e das bandeiras do *Anhanguera*.

Em direcção do Centro-Oéste, pelo valle do Tieté, abria-se por Ytú a estrada das *monções*, em demanda de Araritaguaba, porto celebrado nas conquistas do Paraguay e do Cuyabá, a nova *Iolcos* dos Argonautas do Sertão. Para o sul, atravéz dos campos de Sorocaba, povoados de gado, vizinhos da famosa Araçoyaba, abria-se a estrada, que dantes fóra a *via scelerada* das bandeiras de Guayrá, a mesma que levava aos campos de Curitiba e de Guarapuava, e aos pampas de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por onde penetrava a nossa influencia no Rio da Prata.

Mas, entre estas cinco arterias historicas, irradiantes, como os dedos de uma mão gigantesca espalmada sobre o territorio paulista, medeiava o deserto, o verdadeiro sertão, ampliando-se

(1) Martim Francisco, obra citada,

sempre e cada vez mais ignorado á proporção que as estradas se afastam e todavia não menos desconhecido nas proprias vizinhanças da capital, que era o centro verdadeiro desse systema de viação interior, cujo tronco, lançado para o lado do mar, era a estrada do Cubatão.

Esta ultima tinha-se mesmo tornado lendaria na historia paulista, tão grande fôra a sua influencia na civilização dos povos de serra-acima. Como simples trilho ligando as campinas altas de Piratininga ás praias do mar, existiu, de certo, desde épocha immemorial, este caminho praticado pelo gentio atravéz dos alcantis dos montes de Paranapiacaba. Alguns europeus, dos primeiros que se estabeleceram no paiz, teriam por ahi penetrado em exploração ás regiões remotas que, segundo a tradição, eram fabulosamente ricas. João Ramalho, que se estabelecera na Borda do Campo, tel-a-ia percorrido e melhorado muitas vezes, garantido o seu trafico com a feitoria de *Temiurú*, junto do logar onde depois se fundou S. Vicente.

Os jesuitas, fundadores de S. Paulo, modificaram-lhe o traçado, melhoraram-lhe o accesso dos montes em 1553, pelo que, desde essa época, se ficou chamando *o caminho do Padre José*, em allusão a Anchieta, que, com os seus guayanãs e com o auxilio de Affonso Sardinha, o construiu e melhorou.

A passagem dos rios e de brejaes sem conta no alto dos campos, como a travessia dos montes alcantilados, humidos e quasi sempre desmoronados pelas chuvas tempestuosas e frequentes, inçavam de perigos e difficuldades esse caminho, por isso mesmo, objecto dos maiores cuidados da parte dos governadores. Mudava-se-lhe mais uma vez o traçado, desviando-o de Jeribatiba ou Santo Amaro, e conduzindo-o por Santo André, onde fôra dantes.

D. Luiz Antonio de Souza melhora-o consideravelmente. Martim Lopes manda fazer os aterrados atravéz dos pantanos entre o rio Grande e o Rio Pequeno. Raymundo Chichorro faz abrir o trecho que vai da raiz da serra á margem do rio Cubatão. Bernardo José de Lorena faz executar o gigantesco trabalho de calçamento, consolidação e ziguezagues pela encosta da serra. Antonio Manoel de Mello manda construir ao longo do caminho os *ranchos reunos* para abrigo das tropas. Lucas Antonio Monteiro de Barros, depois visconde de Congonhas de Campos, consegue em 1826 concluir o grande aterrado, tantas vezes tentado, entre o porto do Cubatão e a cidade de Santos. (1)

---

(1) Azevedo Marques—Apontamentos Historicos.

Mas, em 1822 como em 1807, a estrada do Cubatão não era ainda accessivel para quem vinha de Santos, sinão por mar. Vejamos como então se procedia para chegar a S. Paulo.

Neste mesmo anno de 1807, um dos viajantes mais criteriosos, que tem visitado o Brazil, chegava a Santos, cidade então dos seus seis ou sete mil habitantes, encetando uma viagem que se tornou celebre pelo interior do paiz. (1)

A despeito dos esforços que emprega durante um dia inteiro, e das cartas de recomendação de que por cautela se premunira, o viajante não conseguindo um pouso na cidade, resolve, ja noite, tomar uma canôa que, pelas duas horas da madrugada, o deixa em terra no arraial do Cubatão, onde o guarda da barreira o recebe e agasalha, dando-lhe para passar o resto da noite uma tarimba, leito que o viajante completa fazendo da sua propria mala travesseiro.

De certo, era o melhor que lhe podia dar aquella pobre gente do destacamento, engarregado da cobrança do pedagio com que então se reparavam os caminhos e se faziam outros publicos serviços.

Ao amanhecer, porém, ao viajante, que não dormira, depara-se uma das scenas mais caracteristicas desses tempos. Num grande pateo, fechado pelo rancho da barreira, e por outras toscas construcções vizinhas, aprestavam-se para a viagem de serra-acima cerca de cem muares, déstros, corpulentos, luzidos.

A maneira como estes animaes se portam sendo arreiados, a extrema habilidade e destreza dos seus guias, especialmente os negros, que, lestos, infatigaveis, alçam e põem as cargas com uns movimentos bruscos, mas cadenciados e certos, são para o viajante inglez coisa deveras surprehendente.

A viagem de serra-acima fel-a o viajante sem incidente algum digno de nota, tendo conseguido um guia ou camarada e alguns animaes de sella, que lhe fornecera o guarda da barreira a quatro mil réis por cabeça para uma travessia de oito leguas que tantas se contavam do Cubatão a S. Paulo.

A estrada atravéz dos montes de Paranapiacaba parece-lhe bôa, bem calçada, mas estreita, com voltas bruscas e frequentes pela forte declividade da montanha e pela necessidade de se fazerem os ziguezagues atravéz de mil obstaculos que de continuo se apresentam.

As tropas carregadas, que a cada passo se encontram na descida, tornam ahi a travessia incommoda e muitas vezes perigosa.

---

(1) John Mawe, Travels in the interior of Brasil.

A estrada, porém, rasga em não poucos logares a rocha viva, galga o espaço por sobre abysmos, cujos riscos os parapeitos de pedra bem dispostos eliminam, erguendo-se solidos e firmes na encosta lisa e despenhada do granito.

Do alto que se attinge após tres horas de marcha continua, a vista se extende pelo largo horizonte do mar azul, que parece tão proximo como si as vagas delle se quebrassem na base da montanha, e se pudesse ouvir o rugido dellas de encontro aos rochedos da praia invisivel. De facto, o angulo visual desse ponto elevado, que é tambem uma garganta na crista da serra, onde sopra uma aragem fria, que renova as forças e alegra o animo, não permitte ver toda a planicie baixa onde jaz Santos e onde começa esse estupendo caminho de montanha, com justa razão considerado dos mais arrojados no seu genero e uma prova do espirito emprehendedor dos brasileiros, como o observa o illustre viajante a que nos referimos.

«Poucas obras publicas, diz elle, mesmo na Europa lhe são superiores; e si considerarmos que, á vista da escasez da população do districto por elle atravessado, o trabalho ahi exhibido muito mais caro deve ter custado, difficilmente se encontrará em paiz algum obra tão bem acabada em condições tão desvantajosas.»(1).

Pela estrada adeante, que se desenvolve atravéz de campos e mattas no alto da chapada, e cujo leito as chuvas torrenciaes de continuo damnificam, as tropas passam numerosas, descendo ou subindo na faina ingrata dos transportes.

Ellas são a nota caracteristica do commercio desses tempos. Na frente, arreiada com lucho bizarro e exhibindo cabeçada emplumada e sonorosa, trota segura e orgulhosa a *madrinha* da tropa de sincerro ao pescoço, guiando, como *vaqueana* que é dos caminhos, os varios pelotões, cada qual com o seu arrieiro, e guardando entre si razoavel distancia para que, nas passagens difficeis, a ordem se não perturbe ao menor accidente do caminho.

No fim, cavalgando soberbo animal, não raro ajaezado de prata e exhibindo, no vestir como na attitude, toda a bizarria e elegancia dos da sua grei, vem o tropeiro, ás vezes, o proprio dono da tropa, seguido de outros cavalleiros. Trigueiro, olhos pretos e vivos, robusto e sadio, envolto no seu *ponche* azul, forrado de vermelho, disposto com certa graça sobre os hombros, chapéu desabado, largas botas de couro branco munidas de esporas grandes, faca de ponta com cabo de prata no cano da bota, tal se exhibia o tropeiro abastado, profissão rude na verdade, mas que não poucos descen-

(1) John Mawe, Travels in the interior of Brasil—Journey to, S. Paulo, p. 88.

dentes das mais illustres familias da terra abraçavam e exerciam com tal ou qual orgulho e ostentação.

Ao lado delle, cavalgam os peões ou domadores, tão firmes e identificados com o animal, como si foram verdadeiros centauros, gente da estirpe dos mamelucos de outróra, exhibindo com ar altivo e audaz o seu trajar caracteristico: enormes chilenas nos pés descalços, chapéu pequeno de abas cahidas, lenço vermelho atado ao pescoço, largo cinto estreitando-lhe o talhe em desalinho, e rebenque de couro á déstra, emquanto sob o *lombilho* e os *pellegos*, a *carona* e o *suadouro*, rijamente *cinchados*, a cavalgadura bravia, mantida a redeas curtas feitas de crina, tendo o laço de couro crú enrolado á anca e preso pelo *cinchador*, mastiga o freio com uma espuma sanguenta e vai vencendo o espaço com o seu ar espantadiço, e esse andar rebelde e caracteristico de animal *chucro*.

O viajante, que vai seguindo seu caminho para S. Paulo, observa então a belleza das arvores, de cujos galhos pendem os filamentos plumbeos das *Tillandsias* que lhes dão um aspecto de vetustez phantastica, a grande quantidade das bromelias de flôres amarello-rubras e das parasitas varias que lhes cobrem os troncos e vê tambem nos terrenos humidos, frios e sem cultura o abandono de uma região deserta que não é realmente sinão uma travessia despovoada e ingrata onde ninguem permanece.

Debalde, nas levas de negros e indios que, em turmas, reparam a estrada, fazem-lhe sobre os atoleiros o revestimento do leito com os troncos roliços das arvores que derrubam; e nos ranchos ou estalagens ao longo do caminho, onde as tropas pousam a carga, pernoita o tropeiro e cantam e narram os seus feitos em torno da lareira os homens do mesmo mister, se presente a vida e o movimento que não são em verdade sinão scenas passageiras de um dia, porque de facto só ao approximar-se de S. Paulo é que o viajante descobre os signaes evidentes da população permanente, situada pelos pequenos valles cavados entre as lombadas de campo limpo e aberto ou ensombrado pelos cerrados e capões de matto, que simulam jardins naturaes.

Do Cubatão até S. Paulo medeia de facto o deserto, com o seu cortejo de desolação e de miseria, cujos effeitos a unica estrada, trafegada e activa que o atravessa, não logra comtudo dissipar.

***

Entrando-se em S. Paulo pelo lado do mar, depois de descer a collina do Ypiranga, que os feitos da independencia, já nos seus prodromos, iam justamente consagrar, e donde começa a divulgar-se sobre uma eminencia a branca casaria de telhados escuros, de-

bruçando-se sôbre a encosta vermelha e ingreme, o observador nota, com prazer, a despeito das feias edificações dos ranchos, vendas e estalagens, que precedem a cidade, que o aspecto desta é melhor e muito mais aprazivel do que o commum das cidades brasileiras situadas longe do mar.

A cidade apresenta-se limpa e numa compostura que agrada.

Comtudo, em cerca de tres seculos, desde a sua fundação, ella pouco progredira, extendendo-se quasi nada para além dos estreitos limites assignalados pelos ribeiros Tamanduatehy e Anhangabahú.

Em 1807, quando Mawe a visitou e descreveu, a sua posição quasi insular sobre a colina, e a sua extensão edificada pouco se modificaram do que foram no fim do seculo XVI.

A população, de certo, estava augmentada, computando-se em 15 ou 20 mil o numero dos seus habitantes.

A cidade, porêm, muito pouco mudara.

Os melhoramentos iniciados em 1781 por Francisco da Cunha Menezes, como, por exemplo: o calçamento das ruas e praças com o limonito vermelho e duro, abundante nos campos vizinhos; o aterrado do Carmo com a sua ponte de pedra atravéz da varzea; a abertura da rua que depois se denominou da Constituição, descendo para o Tamanduatehy, tinham, é certo, encontrado continuadores prestantes em Chichorro da Gama, que manda abrir a rua de São José e construir em 1781 a ponte sobre o Anhangabahú; em Bernardo José de Lorena, que prosegue com os calçamentos, constróe o quartel da cidade, levanta um chafariz no largo da Misericordia, constróe a ponte do Acú e, em 1794, manda construir de pedra a ponte que se denomina do *Lorena* e hoje do Piques; taes melhoramentos, repetimos, não tinham consegido dar á cidade um impulso assignalado, porquanto em 1809, quando se cria a parochia de Santa Ephigenia, para além do Anhangabahú, tão insignificante é o numero das edificações, aliás dispersas por esse lado, que mais parece um suburbio pobre do que um real prolongamento da cidade. Nas quintas e habitações que ahi se contam isoladas, ou dispostas ao longo dos caminhos tortos e sem calçadas, não ha sinão pobreza, e, dentro dos amplos cercados que lhes constituem as dependencias, não se vêem sinão os vistosos laranjaes com os seus pomos amarellos, ruins, as formosas jaboticabeiras que dão a *fruita* por excellencia, e os grupos pittorescos dos pinheiros *araucaria*, sobre cujos galhos horizontaes, rectilineos, pousam aves negras com as azas pandas ao sol.

Para os lados da planicie baixa, que se extende além da varzea encharcada do Piratininga de outróra, não se vêem tambem sinão habitações dispersas, pobres vivendas do caipira, ranchos toscos

com uma venda annexa, dando para terrenos fechados por vallados profundos, onde se recolhe a animalada das tropas, e aqui e ali grupos de pequenas casas mal edificadas ao longo da estrada do Rio de Janeiro, as quaes, entretanto, já em 1818 se consideravam bastantes para constituirem uma parochia distincta sob a denominação de *Braz*.

Descendo para o rio Tieté e transpondo o Anhangabahú pela ponte que se chamou de Miguel Carlos, a povoação já se extendia pela planura do *Guarepe*, onde d. Luiz Antonio de Souza havia reedificado o recolhimento de Nossa Senhora da Luz e se erguiam algumas casas ao longo da estrada que por Juquery e Bragança penetra no Sul de Minas.

No alto do espigão, ao sul, onde vai ter a collina sobre que se assenta a cidade, e donde descem as aguas do Lavapés, do Anhangabahú e de outros ribeiros que regam os suburbios, observa-se ainda a matta primitiva com os seus *paus reaes*, propriedade que fôra de Fernão Dias e de Pedro Taques, e que por tantos annos se tornara objecto de porfiado litigio entre esse notavel cbronista e o senado da camara de São Paulo.

A matta que era parte do *Sitio do Capão* e se extendia pela contravertente até Pinheiros, ligando-se através do curso do *Jeribatiba* com a do *Murumbi*, cujo nome de certo recorda algum episodio sangrento da conquista, tem ainda toda belleza e vigor de outróra, não lhe tinham ainda retalhado a espessa folhagem, e, descendo pelas grotas humidas aos terrenos baixos que ficam por detraz do convento de S. Francisco, dava á paizagem uns tons verdes, vigorosos, em contraste com a côr alourada dos campos visinhos, em que se notam os sulcos vermelhos das estradas de Santo Amaro e de Sorocaba, raro povoadas.

A cidade propriamente dita não tem nem animação nem commercio. Algum movimento maior que se lhe nota é o da passagem das tropas que descem carregadas para Santos, ou a chegada de algum fazendeiro abastado, que entra conduzindo a familia em liteira ou carro de boi e seguido de numerosa cavalgata, ou então a partida do governador para uma quinta distante, transportando-se em carruagem, talvez a unica na cidade, puxada por quatro mulas vigorosas, e precedida por um troço de dragões a cavallo.

O clima é excellente, o melhor nesta zona dos Tropicos. A salubridade da cidade é até proverbial.

Comtudo, são-lhe frias e nevoentas as noites de inverno, elevada mas suportavel a temperatura nas horas mais calidas do dia.

As ruas são estreitas e tão regulares como o permitte a topographia do logar. Os largos, denominados *pateos*, são pequenos e em todos se exhibem os melhores e mais notaveis edificios

da cidade, com oito egrejas, cinco conventos ou mosteiros, e o palacio do governo.

Não ha gosto nem elegancia na construcção das casas, terreas ou de sobrado, mas do mesmo typo pesado e tristonho. Em 1811 contavam-se em S. Paulo 4.017 predios inclusive os das freguezias suburbanas da Penha e de Nossa Senhora do O', creadas desde 1796.

As paredes de taipa, branqueadas com tabatinga, espessas e pouco elevadas, onde se abrem portas largas, pesadas, e janellas quasi quadradas, com gelosias, dão ás edificações esse aspecto massiço e abarracado, que uns poucos e mal feitos ornamentos em nada attenuam.

Na falta do bicame metallico que ninguem emprega e por evitar os estragos da chuva na base das paredes de terra, o telhado avança para a rua em demasia, com o forro branqueado, e as pontas dos caibros com lavores, em algumas casas mais ricas, donde, não raro, sobresaem grandes ninhos de vespas, exaggerando o ar tristonho que o predio inteiro affecta.

O interior é amplo, pouco illuminado e de aspecto monacal. O mobiliamento escasso e feio, feito de cedro e couro lavrado, ou de jacarandá, exhibe peças de valor, mas sem elegancia.

A rede mais ou menos guarnecida de rendas e lavores bizarros é a peça principal das *varandas*, onde substitue o sofá e onde as damas fazem a sua sésta ou recebem as visitas de maior intimidade. Bancos de páu, pequenos e baixos tamboretes com algumas cadeiras, completam a mobilia da sala de jantar.

Os costumes paulistas eram singelos, quasi ingenuos.

A cidade quasi não era visitada por extrangeiros, e estes, tão raros, se tornavam objecto da curiosidade publica. «Nossa presença em S. Paulo, diz Mawe, excitou entre o povo tanta curiosidade, como si até então nunca tivesse visto um inglez. O rapazio das ruas manifestava a sua admiração, correndo adeante de nós, tomando-nos as mãos e exclamando quando verificava que tinhamos tantos dedos como toda a gente.

«Não poucos cavalheiros nos convidavam para as suas casas e mandavam avisar aos amigos a que nos viessem ver. Uma chusma numerosa de ambos os sexos frequentemente nos divertia, postando-se ás janellas e porta da sala que occupavamos, no intento de ver como comiamos e bebiamos.

Todavia, o extrangeiro era bem recebido, e dispensavam-lhe de ordinario attenções, convidando-o muitas vezes para jantar em familia.

As damas da melhor sociedade vestiam seda preta, quando a passeio, e especialmente quando iam á egreja, cobrindo-se então com um longo véu da mesma fazenda, franjado de largas rendas; na estação fria, porêm, era commum a casimira ou a baeta. Não raro, substituia-se o véu de seda por uma capa de lan grossa, ornada de

velludo, rendas de ouro, fustão ou pellucia, conforme as posses de quem a trazia.

Muito usado como trage caseiro, essa capa servia tambem nos passeios á tarde; servia em viagem quando era de rigor trazer-se o classico chapéu redondo, de que aliás se sabia tirar grande partido.

O chale já estava abolido entre as damas da cidade, mas as caipiras exhibiam-no das côres mais vivas em vindo á praça por occasião de festas.

Notavel era a frugalidade entre as paulistas, preferindo as jovens aos prazeres da mesa a musica e a dança, no que se distinguiam com graça e donaire, e então era um gosto vel-as, nos dias de baile, nos seus elegantes vestidos brancos, ostentarem no colo nú as bellas cadeias de ouro, e na cabeça cheia de formusura os bastos cabellos castanhos em artistico penteado.

Não se occupavam sinão de coisas futeis as moças da melhor sociedade, para as quaes só mereciam despreso ou indifferença os misteres caseiros, deixados exclusivamente ás escravas.

Quando muito, em não se occupando com dôces, cosiam peças de capricho, bordavam ou faziam rendas.

Eram no geral debeis e docentias, posto que notavelmente formosas, as moças desse tempo, e, por isso, muito attentas a tudo quanto podia affectar o frescor da sua cutis delicada, com o que plenamente justificavam o proloquio então corrente, cujo texto Spix e Martius nos transmittiram «da Bahia *elles e não ellas*, de Pernambuco, *ellas e não elles*, mas de S. Paulo, *ellas e sempre ellas*.»

Usavam as damas trazer flôres nos cabellos e dava isso logar a galanterias delicadas, brindando ellas o cavalheiro recem-chegado com alguma flôr que desprendiam do toucado e retribuindo-lhes este com outra colhida nos ramilhetes da sala.

Pelo entrudo, a batalha dos limões e laranjas de cheiro era então de rigor entre damas e cavalheiros, mostrando aquellas extrema habilidade no ataque ás victimas, que honravam com a sua preferencia.

Contava-se, talvez infundamente, que nesse batalhar praticavam-se desenvolturas compromettedoras, atiravam-se flôres das janellas aos cavalheiros que passavam, e referem outros que, pela calada da noite, ao bello clarão da lua, e ao toque do violão mavioso e grave das serenatas costumeiras, mãos mysteriosas, tremulas, soiam discretamente entreabrir as gelosias por traz das quaes jovens corações palpitavam de affectos ignorados.

A verdade, porêm, é que a despeito dos males que a escravidão de ordinario acarreta, os costumes do povo de S. Paulo eram bons e não empannavam as glorias do nome *paulista*, que as senhoras aqui tinham em grande honra.

Os homens da melhor sociedade vestiam-se soberbamente; eram polidos e attenciosos e com muita propensão para obsequiar. O *caipira*, o homem do povo, posto que atrazado, retrahido e suspeitoso, era de costumes muito mais brandos que o commum dos da mesma classe nas colonias hespanholas.

A polidez de maneiras tinha feito adoptar entre os paulistas o tractamento por *vós*. Uma senhora ou cavalheiro não recebia o mais humilde dos seus visitantes sinão tractando-o com singela e muito digna deferencia:—«*Como se acha o vosso pae? Elle já sarou? Ide-vos sentar para aquelle banco, e que não vos dê cuidado o tempo*».

Estava nos costumes o *botafóra*, ou antes a despedida fóra de portas, para o que e por prova de affecto se acompanhava o amigo que partia até certa distancia fora da cidade, obra de duas leguas, a cavallo, até o ponto em que deviam despedir-se ou trocar entre si o ultimo adeus. Pelo tempo adeante, essa tradição, conservada entre os estudantes da academia de direito, fazia celebre a *arvore das lagrimas*, a cuja sombra tantos peitos juvenis se estreitaram no mais copioso pranto, separando-se talvez para sempre ou voltando no livro da vida essa pagina de infancia e de mocidade que não volve jámais.

Em S. Paulo, o clero era então numeroso e illustrado, contando-se entre os seus membros individualidades bem distinctas.

As festas religiosas se faziam com estrondo e as procissões eram pomposas e commoventes, attento ao meio eminentemente religioso que dominava.

Não havia muitos medicos na cidade; em compensação, porêm, não faltavam os phrarmaceuticos e os curandeiros. Nas pharmacias é que se fazia então a politica da terra, jogava-se o voltarete, a bisca ou o gamão, e se reuniam os ociosos para commentarem os acontecimentos do dia.

Pagava-se ao medico um cruzado por visita. E como não havia costureiras de profissão, os proprios alfaiates faziam os vestidos das senhoras.

As ruas não eram illuminadas á noite, ficando ás escuras, e tão sómente em alguns pontos viam-se lampeões, de azeite, sujos e mal distribuidos. Por isso os habitantes recolhiam-se cedo, e, si sahiam, levavam comsigo lanternas.

Tinha-se começado uma canalização de agua no tempo de Bernardo de Lorena; mas esse serviço imperfeito e insufficiente carecia de ser auxiliado pelos aguadeiros, que vendiam agua colhida nas numerosas e bôas fontes da vizinhança.

As casas exgottavam-se para a rua e pelos fundos dos quintaes, segundo o pendor do terreno. Alguns conventos e casas ri-

cas tinham, porém, sua canalização particular, de que ainda hoje se encontram vestigios numa e noutra encosta da collina.

No actual largo da Sé, ainda não ha muitos annos, se via uma destas canalizações servindo abusivamente para despejo publico.

Do recolhimento de Santa Thereza descia outra que ainda hoje funcciona, deitando para a encosta, a cavalleiro do Tamanduatehy. As galerias, em outro tempo descobertas nas vizinhanças da egreja do Collegio, de certo não tinham outro fim.

A varzea, que depois se denominou do *Carmo*, ainda que em parte cedida pela camara ao mosteiro de S. Bento, era, de facto, um vasto logradouro publico, encharcado, onde se faziam os despejos da cidade, soltavam-se animaes, cortava-se lenha, e onde os ociosos vinham caçar e as lavadeiras fazer o seu mister.

O sulco profundo do Anhangabahú, a ingreme ladeira que dava accesso á ponte de madeira do Acú, assim como os altos onde depois se abriu a rua da *Palha*, eram um vasto monturo para onde se lançava o lixo da cidade e entravam em decomposição animaes mortos.

Comtudo, o aspecto geral da cidade propriamente dita era bom, e tinha um ar de limpeza que agradava.

Escassa era a instrucção entre o povo, distribuida por professores regios das primeiras lettras, de grammatica latina, rethorica, philosophia e theologia dogmatica, além de um de Moral, pago pela Mitra (1). Quem quizesse seguir estudos superiores tinha então de transportar-se para Coimbra, a Meca da Sciencia entre portuguezes e brazileiros.

Comquanto residencia do governador, do bispo, do ouvidor da comarca, do juiz de fóra e procurador da corôa, do auditor de guerra, do deputado da juncta da real fazenda, e do funccionalismo menor, a cidade não exhibia um nivel intellectual dos mais elevados.

Nao havia ainda nem imprensa, nem bibliotheca, a não ser a particular dos conventos, e nem tão pouco uma sala de espectaculos. Comtudo, gostava-se das festas publicas solemnes: faziam-se corridas de touro, á hespanhola; organizavam-se as celebres e faustosas cavalhadas; dançava-se nas praças o *lundú* e representavam-se as scenas do *Divino*.

Não era grande, como se vê, o cabedal de quasi trezentos annos que S. Paulo exhibia no alvorecer do seculo XIX. Mas o sentimento do progresso, as idéas liberaes, as mais ousadas es-

(1) Ayres do Casal—Chorographia brasileira.

peranças, brotadas com o advento da familia real de Bragança no Brazil, lavravam já com calor em S. Paulo, prodromo inilludivel da independencia e do imperio.

***

O movimento politico que nos levou até á independencia, mallogrado com as idéas republicanas em 1817 em Pernambuco, como se mallograra trinta annos antes prematura e desastradamente entre os sonhadores e poétas da *Inconfidencia Mineira*, movimento que mais positivamente se iniciara pela transferencia da côrte portugueza para o Brazil, pela abertura dos nossos portos ás nações amigas, pela elevação da colonia á categoria de reino em 1815, pela organização administrativa remodelada para um governo autonomo, trocadas como então estavam as posições entre a metropole e a sua colonia, veiu encontrar S. Paulo no estado em que o descrevemos e que realmente marca o ponto de partida de todo esse progresso realizado pelo genio emprehendedor do seu povo no decurso do seculo que acaba de expirar.

Com esse movimento politico de que são corifeus os Andradas, e de que José Bonifacio, um sabio e um estadista, se constitue o pensamento director, induzindo o principe Regente a se collocar á frente do partido seperatista e nacional e a proferir nos campos do Ypiranga o lemma libertador, voltam, na verdade, os paulistas a assumir o seu posto de iniciativa, com que sempre se assignalaram nas grandes épochas da vida nacional.

De S. Paulo parte com effeito a idéa da independencia sob a fórma opportunamente habil da separação politica sem o sacrificio do interesse dynastico. De S. Paulo emana esse sopro do liberalismo temperado e opportunista, de que o proprio clero se infiltrara, e que fez o Imperio. De S. Paulo procede esse pensamento humanitario da emàncipação servil de que se imbuiram os membros da Constituinte. Por quasi um quarto de seculo é ainda a influencia paulista, o pensamento paulista, que dominam os negocios politicos, concorrem para o Acto Addicional, e imprimem o caracter dos primeiros annos da Regencia com o padre Feijó, Vergueiro, Alvares Machado, Paula Souza, Costa Carvalho, bahiano de facto, mas paulista por adopção, e Raphael Tobias.

A abdicação do imperador tinha aqui encontrado o seu maior fomento. *A Sociedade Defensora da Constituição e das Leis*, organizada na capital para fazer opposição ao governo de D. Pedro I encontrava acceitação estrondosa, e a noticia da abdicação é recebida em S. Paulo com as mais inequivocas manifestações de jubilo.

As reformas liberaes e a resistencia aos governos oppressores encontram entre os paulistas o mais caloroso apoio. Esse liberalismo vai ao ponto de, em 1834, o Conselho Geral da Provincia dirigir ao governo representação pedindo a dispensa do celibato para o clero.

O padre Vicente Pires da Motta, um liberal como Feijó, dando conta ao ministro, como presidente da Provincia, de como fôra nesta recebida a reforma da constituição, declarava—«que a Provincia inteira recebe com inexcedivel jubilo a leis das reformas».

O periodo regencial, convulsionado, anarchico em quasi todas as provincias, ameaçando já a propria união nacional, não importou, comtudo, para São Paulo o fermento das revoltas.

O liberalismo moderado dos paulistas, que cahira em 1837 com Feijó, deixando o poder aos conservadores chefiados por Araujo Lima, eleito Regente, volta a dominar em 1840 quando Hollanda Calvacanti, os dois irmão Andradas (Antonio Carlos e Martim Francisco) e Alvares Machado agitam a idéa da declaração da maioridade do imperador e a fazem triumphar a 23 de Julho, pondo um fim aos insuccessos da Regencia.

Foi, porêm, de curta duração essa victoria dos liberaes da escola dos Andradas e de Feijó, porque já a 23 de Março de 1841 D. Pedro II estava governando com os conservadores, de quem era o marquez de Paranaguá (Villela Barbosa) o chefe do primeiro gabinete.

As idéas realizadas por esse partido como a da lei de 3 de Dezembro de 1841, que reformou o codigo do processo criminal e a que creou um conselho de Estado, medidas que, quando em ptojecto, já o partido liberal vivamente combatera, perdida toda a esperança de uma opposição parlamentar efficaz, porque a 1 de Maio de 1842, dissolvia-se a camara, levam os chefes liberaes de S. Paulo e de Minas ao terreno da revolta, decidindo-se então opporem-se pelas armas á execução da referida lei de 3 de Dezembro.

Sorocaba dá ó signal do rompimento a 10 de Maio, recusando-se a respectiva Camara Municipal a empossar as novas auctoridades nomeadas por effeitos dessa lei, e resistindo com força armada ao juiz municipal, que com força tambem se apresentára para o acto da posse.

Raphael Tobias de Aguiar, chefe do partido liberal, proclamada a 17 do mesmo mez a revolta na cidade de Sorocaba, é acclamado presidente da provincia. Costa Carvalho, então barão de monte Alegre e presidente legal, pede forças para suffocar o movimento que rapidamente se propaga por Ytú, Porto Feliz, Pirapora, Capivary, Itapetininga e Campinas.

A revolta, porêm, paralysa-se depois dos primeiros impetos de

enthusiasmo. Os rebeldes, com força de perto de mil homens, não se animam a atacar a capital. A falta de plano e de resolução para os golpes rapidos presagiavam já o insuccesso infallivel.

A 28 de Maio, o barão de Caxias, á frente de 800 homens das forças legaes, chegadas da côrte no dia 23, tiroteia com as avançadas dos rebeldes na Ponte dos Pinheiros, a uma legua da cidade.

O tenente-coronel José Vicente de Amorim Beserra, commandando 200 homens, destacados das forças do barão de Caixias, marcha contra Campinas, alcança no dia 7 de Junho os revoltosos na *Venda Grande*, cerca de meia legua aquem da cidade, derrota-os em um combate que se empenhou já ao cahir da noite, morrendo na acção Antonio Joaquim Vianna, commandante dos rebeldes que deixam no campo mais 16 mortos e 15 prisioneiros, perdendo as forças legaes dois ou tres soldados apenas.

Nesse interim, o barão de Caxias marchava da capital em direcção a Sorocaba, levando deante de si os revoltosos e abarracando nos mesmos pousos que elles iam successivamente abandonando, e, assim, sem resistencia, entra na cidade de Sorocaba, aprisiona entre outros o ex-regente Feijó, que se compromettera na revolta, em quanto Raphael Tobias, dispersando as suas forças rareadas, se refugia no Sul.

A revolta, que tambem pelo norte da provincia se propagara, dominando em Lorena, Queluz, Arêas, Silveiras e outros pontos, e tendo por cabeças do movimento Anacleto Ferreira Pinto, os padres José Alves Leite e Manoel Theotonio de Castro e outros, sucumbe tambem aos golpes certeiros da legalidade.

Em Arêas, o major Pedro Paulo de Moraes Rego derrota, a 24 de Junho, os rebeldes commandados pelo proprio Anacleto Ferreira Pinto, e a 12 de Julho, no ataque de Silveiras, o mesmo Ferreira Pinto é de novo derrotado com perda de cincoenta e tantos mortos, maior numero de feridos, pelas forças legaes ao mando do coronel Manoel Antonio da Silva, que põe termo á revolta. Egual sorte teve a revolução nos sertões mineiros, em Santa Luzia, para onde Caxias se transportara precedido já da fama das victorias alcançadas.

Um anno depois, voltando do exilio na provincia do Espirito Santo, para onde o deportaram os seus adversarios, expirava o padre Feijó, velho e desilludido, o vulto mais caracteristico do liberalismo paulista.

José Bonifacio, o patriarcha, não lograra vêr o joven imperador, seu pupilo, assumir as redeas do governo; tinha fallecido em 1838.

Vergueiro e Paula Souza, intimados como Feijó para se retirarem da provincia, experimentam apenas um passageiro eclipse da fortuna, porque foi de pouca duração a victoria dos conservadores

que vinham, desde algum tempo, representando a reacção contra as idéas separatistas e o federalismo dos exaltados que tanto pertubaram o periodo regencial.

Monte Alegre, vencedor em toda a linha, excusando-se, porêm, de formar ministerio após a demissão do gabinete Carneiro Leão, dá logar a que de novo voltem os liberaes ao poder com Almeida Torres, depois visconde de Macahé, em fevereiro de 1844. Em 1848, Francisco de Paula Souza e Mello organiza o ministererio e governa 4 mezes apenas.

Mas aquelle sopro liberal que bafejára os primeiros dias da independencia, que levara a Constituinte até á dissolução. que forçara o primeiro imperador a depôr a corôa a 7 de abril e que dictara o Acto Addicional, tinha de facto desapparecido, dando largas sinão á reacção, a essa politica temperada ou de equilibrio e de fusão, que enche o reinado do segundo imperador.

S. Paulo deixa, desde então, por mais de 40 annos, de representar papel preponderante na politica do paiz.

***

Atravéz desses sucessos politicos que nos levam até quasi ao meiado do seculo, o desenvolvimento de S. Paulo, comquanto bafejado ou impellido pelas novas idéas triumphantes, não conseguira de todo vencer o torpor que lhe ficara das campanhas do sertão á aventura.

O paiz inteiro tinha na verdade, entrado em uma phase nova, cujos effeitos não podiam deixar de affectal-o profundamente.

Abertos os seus portos ao commercio do mundo, visitado á miúdo o seu territorio por uma pleiade de viajantes e sabios eminentes, enriquecidas as suas praças com o estabelecimento de grande numero de casas de commercio extrangeiras, recebendo immigrantes de todas as procedencias, concedendo grandes posses territoriaes (sesmarias) aos proprios extrangeiros, criando e desenvolvendo novas relações de commercio, servindo-se agóra de um apparelho administrativo proprio e mais adequado ás suas necessidades, o Brasil todo experimentava então os effeitos desse espirito renovador, desse forte impulso de civilização que lhe vem do extrangeiro, que o proprio rei immigrado lhe trouxera e que a independencia nacional positivamente confirmava.

S. Paulo experimentava, como todo o paiz, esse forte impulso de civilização e de progresso; mais lento, porêm, era este pelo lado material do que o não fôra pelo das idéas.

Homens eminentes que o visitam e o descrevem por esse tempo, como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Esckwege, d'Alincourt e outros, testemunham o facto e o referem.

O progresso da provincia não era ainda lisongeiro, comquanto se alargasse e augmentasse a superficie das culturas preferidas e a população aos poucos fôsse conquistando com os seus estabelecimentos permanentes o deserto.

O povoamento do territorio, como vimos, tinha-se iniciado pelo littoral, galgava depois o planalto, e dahi, enveredando aos quatro ventos, procurava o Rio e Minas, Goyaz, Cuyabá e Rio da Prata.

Foi ao longo dessas grandes directrizes que a população primeiro se fixou antes de se dispersar pelos sertões longinquos, para não tornar.

O valle do Parahyba, vereda que serviu de laço entre a expansão paulista e a fluminense, estava todo povoado e destribuido em sesmarias até Lorena, onde se bifurcava a estrada para Minas e para o Rio, seguindo esta pela fralda da serra da Bocaina, pelas povoações então recentes do Paiol, Itaguaçaba, Arêas, Ferreiro, Bananal, ganhando em S. João Marcos o valle do Pirahy, de onde tomava para o Rio.

O territorio para além de Lorena ficou assim por muito tempo, como um sertão ignorado, até que com a fundação de Queluz, em 1800, e com o aldeiamento dos Puris, as duas correntes povoadoras, paulista e fluminense, se abraçavam por uma estrada continua ao longo do curso do Parahyba.

As estradas ou travessias, que se abriram para o lado do mar, ficavam successivamente abandonadas á medida que avançava rio abaixo a torrente dos povoadores. Assim é que se obliteravam quasi do todo aquelle caminho que de Mogy das Cruzes descia para Santos, aquelle que de Taubaté descia para Ubatuba, e aquelle outro que demandava Paraty, passando pelo Facão (Cunha) e que por muitos annos foi o unico caminho para os que do Rio de Janeiro buscavam Minas Geraes.

O valle do Parabyba era então a parte da provincia mais densamente povoada e a mais enriquecida pela agricultura. Os seus nucleos principaes de população datavam quasi todos do seculo XVII. Taubaté fundara-se em 1636. Jacarehy em 1652, Guaratinguetá em 1657, S. José em 1660, Parahybuna em 1686, e S. Luiz em 1688.

Descendo o rio Tieté para além de Araritaguaba ou Porto Feliz, o povoamento tinha apenas alcançado *Pirapora de Curuçá* que, aliás, os mappas do fim do seculo XVIII não figuram ainda.

Da foz do rio Sorocaba para baixo, o povoamento do valle

do Tieté não obedece á corrente do rio principal, por onde aliás transitavam levas sem conta de aventureiros e povoadores de longes terras; deixa-o, ao contrario, a certa distancia, e segue por via transversa aos affluentes que se povoam e se cultivam primeiro.

Pelos fins do seculo XVIII, lavradores de Ytú e Porto Feliz fundavam Capivary, cujas terras se mostram excellentes para o cultivo da canna de assucar. Piracicaba já era sesmaria habitada em 1693.

As grandes e formosissimas mattas que cobriam os valles do Capivary e do Piracicaba, donde se tiraram outróra os grossos madeiros para as canôas das monções, que tinham oitenta palmos de comprimento, sete e meio de largura e cinco de alto, jaziam em vastissimo sertão, raro interrompidas pela trilha incerta dos foragidos ou pelos timidos ensaios de lavoura dos sesmeiras que iam entrando.

Para os sertões de Araraquara, com fama de auriferos, tinham-se já estabelecido alguns sertanistas com fazendas de criar desde o começo do seculo XVIII, guiados por Francisco Pedroso de Almeida.

Em 1788, um viajante illustre (1), subindo as aguas do rio Tieté, descrevia-nos ainda os montes e campos de Araraquara como sertão quasi desconhecido: «... avista-se a distancia de 3 leguas para Nordeste uns montes que lhes chamam de *Araraquara*, que, pela tarde, quando lhes bate o sol, representa uma grande cidade.»

«...E' tradição que nestes montes ha muito ouro. Varias pessôas têm tentado chegar a elles, e o não tem conseguido pelos muitos pantanaes e obstaculos que encontram: mas eu me persuado que esta tentativa tem sido feita por homens pusilanimes, e fracos sertanistas, pois não é crivel que em tres leguas de terreno possa haver obstaculo que com tempo e trabalho se não vença.»

Todavia, accrescenta o mesmo viajante: —«Nestes campos que já se vão povoando com fazendas de gado, ha negros fugidos que extraem ouro, porque se tem achado signaes disso; o que confirma que os montes sem duvida têm o mesmo metal.»

O povoamento dessa região apartada se foi, comtudo, desenvolvendo e Araraquara já em 1817 desmembrava-se de Piracicaba, formando freguezia á parte, que, em 1832, se elevava á

(1) Lacerda e Almeida—„Diario de viagens" de 1780—1790, p. 58.

categoria de villa. Entre os seus vastos campos de crear e os varios nucleos de população, que iam surgindo ao longo da estrada de Goyaz, ficava, porém, um vasio enorme, com algumas sesmarias e fazendas inicipientes assentadas ao longo da unica estrada, então aberta, de Campinas para o noroéste em direcção áquelles campos.

Piracicaba, que havia bastante prosperado no centro de uma região de solo fertilissimo e variado, para onde se foram estabelecer lavradores de Ytú e de Porto Feliz, pelos annos de 1740 e 1748, já era freguezia em 1770, e villa em 1823.

Nos sertões do valle do Tieté, Piracicaba e Araraquara eram, pois, os unicos postos avançados da civilização em direcção ao rio Paraná, no primeiro quartel do seculo XIX.

Não havia caminhos regulares nem directos. Por muitos annos, os moradores de Piracicaba só se communicavam com Ytú por meio da navegação do Piracicaba e do Tieté. A travessia por Capivary só depois se descobriu.

Em 1769 já se fazia sentir tanto essa falta de caminhos, que d. Luiz Antonio de Souza mandava ao capitão Antonio Corrêa Barbosa dar incremento á povoação de Piracicaba, na intenção de abrir uma estrada que dahi levasse aos territorios ribeirinhos do Paraná.

O projecto, porém, nunca teve execução e o Tieté continuou por muitos annos ainda como o unico caminho accessivel áquellas paragens remotas.

Por isso, em 1817 ainda se ignorava a direcção verdadeira dos grandes rios que a estrada de Goyaz, hoje mais ou menos representada pelo traço da estrada de ferro Mogyana, ia successivamente atravessando de Campinas para o norte. O Mogyguassú, por exemplo, suppunha-se que misturava as suas aguas com as do Jaguary-mirim e corria ao poente desemboccando no Paraná, acima do Salto de Urubupungá.

Outros, porêm, opinavam que o Mogy e o Jaguary-mirim, depois de dilatado espaço contra o poente, se uniam no centro de um extenso bosque, formando então o Tieté. (1)

O conhecimento do vastissimo territorio entre o Tieté e a estrada de Goyaz, a partir de Piracicaba e de Araraquara, é tão imperfeito no primeiro quartel do seculo XIX como nos ultimos annos do seculo precedente, quando Montesinho, organizando uma carta da Capitania (1792), figurava os rios Mogy e Pardo com cursos distinctos entrando no Paraná.

---

(1) Ayres do Casal—„Chorographia Brasileira" tom. I. pag. 211.

Os sertões ao sul do Tieté continuavam quasi desertos. Apontava-se ahi apenas a povoação de Botucatú, que d. Luiz Antonio de Souza mandara fundar em 1766 pelo paulista Simão Barbosa Franco.

Para o sul, transpondo o Paranapanema, quasi desconhecido, e ao poente da estrada que leva aos campos de S. Pedro do Rio Grande, nos territorios que se extendem pelos valles de Tibagy, Ivahy e Iguassú, não havia sinão o deserto tambem. Guarapuava era a unica tentativa de conquista que se apontava por esse lado depois da guerra de 1809 com os selvagens hostis, os quaes, desde então, foram catechisados á sombra de um presidio que veiu a ser a origem da villa daquelle nome.

O povamento do territorio proseguia, comtudo, numa marcha regular do centro para a peripheria, e na proporção que as lavouras iam reclamando terras novas.

As grandes estradas tradicionaes, partindo de S. Paulo, pontuavam-se por nucleos de população, que cresciam lentamente e que passavam de simples povoados a freguezias e villas com intervalos de tempo mais ou menos longos.

As villas de Jundiahy (1655), Campinas (então S. Carlos) (1797) e Mogy-mirim (1769) ao longo da estrada de Goyaz; Parnahyba (1625), Itú (1657), Porto Feliz (1797) ao longo do curso do Tieté; Sorocaba (1661), Itapetininga (1770), Faxina (1769), Castro (1778), Lapa (1780), Lages (1766) ao longo da estrada do Rio Grande do Sul, assignalam as varias e successivas estações da conquista civilizadora que avança.

Antes do meiado do seculo que acaba de findar, os espaços vasios que aqui e alli se notam entre as grandes estradas reaes e os postos avançados do sertão, a que já nos referimos, enchem-se, povoam-se mais rapidamente.

Para deante de Mogy-mirim, ao longo da estrada de Goyaz, os successivos pousos desta estrada vão-se transformando em povoados, freguezias e villas que tiram os seus elementos de vida mais do commercio das boiadas do que da propria lavoura.

Casa Branca, começada por uns casaes de açorianos, é já freguezia em 1814 e villa em 1841.

Franca, fundada por mineiros da Campanha, é freguezia em 1804 e villa em 1824.

No intervallo vem Batataes que se eleva a villa em 1839 e S. Simão que começa a apparecer em 1840.

No territorio a oriente desta mesma estrada, e para o lado de Minas, Atibaia e Bragança já eram villas antigas, datando a primeira de 1769 e a segunda de 1797. Amparo começa o povoar-se em 1828, e já em 1839 é feita freguezia. Serra Negra é elevada

á parochia em 1841; Soccorro em 1838; S. João da Boa Vista no mesmo anno.

Ao poente daquella estrada, no espaço intermedio a Campinas e Araraquara, que se pode chamar propriamente o *Centro-Oéste*, o povoamento era todo de data recente, e os nucleos populosos que apparecem só tomam impulso com a nova cultura do café. Limeira, a antiga freguezia de Tatuhiby, onde Vergueiro e outros se estabeleceram, começára a povoar-se em 1824 e em 1842 era elevada a villa. O Rio Claro recebia lavradores de Ytú e das villas mais proximas desde o começo do seculo.

Antonio Paes de Barros, primeiro barão de Piracicaba, Francisco da Costa Alves e Manoel Paes de Arruda, foram dos primeiros que ahi se estabeleceram com lavoura, elevando-se o logar á capella curada em 1827, á freguezia em 1830 e á villa em 1845. Pirassununga, ao Nordéste, tambem começára a povoar-se em 1826, e em 1842 já era freguezia. O Descalvado recebe os seus primeiros povoadores em 1809. Mas S. Carlos do Pinhal, Brotas, Dois Corregos e Jahú são de data muito mais recente.

Para o sul do rio Tieté, parallelamente á estrada que leva ao Botucatú longinquo e apartado no alto das suas montanhas, partindo de Sorocaba, o povoamento ia fazendo a sua conquista lenta, mas insistente e progressiva.

Sorocaba prosperava com as suas grandes feiras de gado muar e cavallar, para onde concorriam tropas até do Rio da Prata e vinham negociar os fazendeiros e creadores das mais apartadas provincias do norte.

Ipanema, com as suas minas de ferro, já tão afamadas, mas por largos annos esquecidas, entrava então a desenvolver-se sob a direcção de Varnhagen, o velho, que em 1818 iniciava ahi a fundição de ferro.

Tatuhy recebia povoadores depois de 1820 e já era parochia em 1830.

Até meiados do seculo, a zona povoada tinha-se alargado a quasi o dobro do que fôra nos seculos precedentes. O movimento povoador, porém, ia entrar em phase nova com a revolução que se vai operar na agricultura, substituindo-se a canna de assucar pelo café, exigindo novas terras e novos braços para lavoura mais extensa e remuneradora.

A população da provincia augmentara em proporções normaes até ao meiado do seculo.

Em 1808 o numero dos seus habitantes elevava-se a 200.478 ou mais 40.478 do que em 1795. (1)

---

1 Ferdinand Denis.—Le Brésil, pag. 196.

Seis annos depois, em 1814, a população subia a 209.218 almas, (1) sendo que, destas, 36.104 na comarca do Coritiba e Paranaguá.

Em 1822, quando se fez a independencia, não contava mais que 219.246 habitantes, dos quaes 169.971 eram livres, 57.275 escravos e classificando-se em 115.894 brancos, 52.702 pardos e 50.650 pretos de ambos os sexos. (2)

Mas em 1854, o alistamento então feito, depois que da Provincia se desmembrou o territorio do Paraná, já accusava uma população de 564.374 habitantes e representando um augmento consideravel de 345.124 habitantes no periodo de 32 annos. (3).

A população da Capital, porém, tinha quasi estacionado.

Em 1808, Mawe avaliava o numero dos seus habitantes entre 15 a 20.000. Em 1822, quinze annos depois, recenseava-se apenas uma população de 24.311 habitantes, dos quaes 18.799 eram livres e 5.512 escravos.

Em 1827, essa população era apenas de 25.471, accusando tão sómente um accrescimo de 1.160 habitantes no quinquenio, (4) e distribuindo-se em 19.252 livres e 6.219 escravos.

Em 1837 calculava-se essa população em 30.000 almas, evidentemente exaggerada, e adduzia-se que esse algarismo, já assignalado ha dez annos, não offerecia probabilidade de grande augmento. (5)

Em 1850, a população da Capital si não attingia já áquelle algarismo, muito pouco differia delle, comprehendendo, todavia, as freguezias suburbanas.

O progresso e os melhoramentos da cidade não eram consideraveis ; mas os esforços para conseguil-os não foram poucos.

Em 1819 abolia-se em S. Paulo a casa da fundição do ouro, e no anno seguinte installava-se uma Caixa de Descontos. Inaugurava-se em 1825 o hospital da Misericordia, creado pela respectiva irmandade e aos esforços do primeiro presidente da provincia, Lucas Antonio Monteiro de Barros, que tambem no mesmo anno consegue concluir e melhorar o *Jardim Botanico*, hoje *Jardim Publico*, dando-lhe para primeiro director o general José Arouche de Toledo Rendon, mas logo depois entregue á administração do tenente-coronel Antonio Maria Quartim.

A imprensa fazia a sua apparição em S. Paulo com o *Pharol Paulistano*, fundado por Costa Carvalho (Monte-Alegre), auxiliado

---

1 Souza Chichorro, Memoria sobre a Capitania de S. Paulo. 1.ª parte, em 1814. R. Inst. Hist., vol. 36, pag. 197.
2 Dr. Antonio de Toledo Piza.—Relatorio de Estatistica de 1898.
3 Senador Pompêo—Geographia, pag. 602.
4 Dr. Antonio de T. Piza—Relatorio citado.
5 Ferdinand Denis—Le Brésil, pag. 191.

na redacção por Antonio Mariano de Azevedo Marques, por Campos Mello e Manoel Odorico Mendes, o traductor de Virgilio, que, segundo João Francisco Lisbôa, até ajudava a composição da folha como typographo.

Esse primeiro periodico, semanal a principio, e depois publicado duas vezes por semana, vendia-se a 80 réis cada numero; era escripto em linguagem moderada, e, como orgam liberal, propugnava pelos principios constitucionaes. (1)

Dois annos depois, publicava-se o *Observador Constitucional*, fundado e redigido pelo dr. João Baptista Libero Badaró, medico italiano, de idéas liberaes adeantadas, assassinado a 20 de Novembro de 1830, e cuja morte echoôu em todo o Brasil como um signal de guerra contra o liberalismo exaltado. O jornal de Badaró sobreviveu-lhe até 1832.

A actividade litteraria, a que deu logar a creação do Curso Juridico, imprimiu largo impulso ao jornalismo tanto politico como puramente litterario; e então entre outros periodicos e revistas apparecem: o *Paulista*, em 1831; o *Federalista*, redigido pelo dr. José Ignacio Silveira da Motta, em 1832; o *Observador Paulistano*, de 1838, em que collaborou o padre Feijó; a *Phenix* (1838), redigida pelos drs. Clemente Falcão de Souza e Joaquim José Pacheco; a *Voz Paulistana* (1834), redigida pelo dr. Francisco Bernardino Ribeiro; a *Revista da Sociedade Philomatica* (1833), de que eram principaes redactores Carlos Carneiro de Campos, depois visconde de Caravellas, Silveira da Motta e Bernardino Ribeiro.

O curso juridico, que se inaugurara a 1 de Março de 1828, sob a direcção do dr. José Arouche de Toledo Rendon e com o dr. José Maria de Avellar Brotero, contractado em Portugal para lente da 1.ª cadeira do 1.° anno, desde então tornou-se um foco de luz e deu feição nova e caracteristica á velha cidade. Dirigem-no successivamente os homens mais eminentes, Carneiro de Campos, Monte-Alegre, Vergueiro e outros. Entre os lentes mais illustres assignalam-se o velho Brotero, Balthazar da Silva Lisboa, Luiz Nicolau Fagundes Varella, fallecido em 1831, Carlos Carneiro de Campos, Fernandes Torres, Clemente Falcão, Amaral Gurgel, Pires da Motta, Manoel Dias de Toledo, Silveira da Motta, João Chrispiniano Soares, Ramalho, Couto Ferraz e tantos outros.

Tres annos depois, em 1831, como prova de uma fecundidade promettedora, já tomavam gráu solemnemente os seis primeiros bachareis pelo Curso Juridico dentre alumnos brasileiros que se ha-

---

1 Lafayete de Toledo—Memoria Historica sobre a Imprensa Paulista—Revista Inst. Hist. de S. Paulo, 1898.

viam transferido de Coimbra para S. Paulo, e, entre elles, os mais distinctos, Manoel Vieira Tosta, depois marquez de Muritiba, Paulino José Soares de Souza, que foi depois visconde de Uruguay, e Antonio Simões da Silva, depois ministro do Supremo Tribunal.

Em 1835, a 2 de Fevereiro, por effeito do Acto Addicional, installa-se na Capital a primeira assembléa provincial, de que eram figuras salientes: Feijó, Paula Souza, Vergueiro, que foi o primeiro presidente della, João Chrysostomo de Oliveira Salgado Bueno, seu vice-presidente, Campos Mello, Azevedo Marques, Vicente Pires da Motta, Francisco Antonio de Souza Queiroz, Carneiro de Campos, Alvares Machado, Queiroz Telles, Gavião Peixoto, Antonio Paes de Barros e outros.

No mesmo anno cria-se a Thesouraria para servir á arrecadação dos impostos e fiscalização das despesas da provincia.

Não havia ainda em São Paulo uma casa de espectaculos, ou theatro por modesto que fôsse; todavia, já em 1837 se havia preparado uma sala no gosto moderno para servir nas representações de dramas de repertorio antigo e de algumas operas traduzidas do francez, quasi sempre interpretadas por actores improvisados (1). Só em 1858 é que se lança a primeira pedra para o novo theatro que se denominou de São José.

Entre os progressos então realizados apontava-se a illuminação publica iniciada em 1842 com lampeões de azeite. Mas os melhoramentos materiaes da cidade até 1850 são quasi imperceptiveis. As chuvas torrenciaes desse anno causam-lhe grandes damnos, arrombando os tanques *Reúno* e do *Bexiga,* no valle do Anhangabahú, arrasando casas, levando a ponte da *Abdicação* no mesmo valle.

As egrejas, sem gosto nem architectura, nem obras de arte, não se renovam. Comtudo, em 1850, muda-se a cathedral da egreja do collegio para a Sé actual, após grandes reparos que nesta se fizeram, governando o bispado *sede vacante,* o padre dr. Vicente Pires da Motta.

O venerando d. Antonio Joaquim de Mello, elevado, já velho, á dignidade episcopal em 1851, emprehende energica e resolutamente as reformas beneficas de que estava carecendo a diocese; percorre o bispado, que era vastissimo, pregando com a palavra e com o exemplo a reforma de abusos que se tornaram inveterados; e, com os donativos que conseguiu colher, construiu e inaugurou em 1856 o vasto edificio do Seminario Episcopal, destinado especialmente a instrucção do clero, mas que tem prestado grandes e inolvidaveis serviços á educação da mocidade paulista.

---

1 Ferdinand Denis—"Le Brèsil", pag. 191.

O commercio ia aos poucos se desenvolvendo e alargando as suas transacções. Em 1856, o banco do Brazil installa em S. Paulo a sua caixa filial, de que são escolhidos presidente o barão de Iguape, e directores o dr. Martinho da Silva Prado, o senador Queiroz, os barões de Itapetininga e do Tieté, Thomaz Luiz Alvares e Jayme da Silva Telles.

A creação do curso juridico tinha, com effeito, tornado São Paulo um dos fócos mais intensos da mentalidade do paiz.

Mas si a cidade tinha ganho pelo lado intellectual, não se podia outro tanto dizer dos melhoramentos considerados essenciaes ou indispensaveis a uma cidade, mesmo de segunda ou de terceira ordem.

A Capital, por essa face, reflectia, porêm, com precisão, o que ia pela provincia inteira.

Já não era o torpor, ou mesmo a retrogradação que no começo do seculo se notara. Isso, na verdade, tinha passado de todo. Mas não era ainda o despertar auspicioso de um povo, cuja mascula energia e cujos feitos vinham illustrando e enchendo a historia de tres seculos.

Esse despertar é o apanagio do periodo que se vai seguir, e que representa para S. Paulo a consagração incontestavel do seu espirito de iniciativa e de progresso.

***

A marcha ascendente do progresso paulista póde-se precisamente assignalar, nestes ultimos cincoenta annos, por quatro grandes factos que valem por outras tantas epochas memoraveis nesse periodo de prosperidade: a cultura do café em larga escala, a construcção da primeira estrada de ferro, a *S. Paulo Railway*, a colonização ou immigração e a autonomia na Republica.

Descrever aqui cada um destes acontecimentos, na ordem chronologica em que elles se deram, importa tanto como fazer a historia de S. Paulo neste ultimo periodo do seculo, durante o qual veiu a caber-lhe incontestavelmente o primeiro logar entre os Estados brazileiros.

O resurgimento de S. Paulo inicia-se com o café e consolida-se com elle.

O cafeeiro, introduzido na Guyana pelos hollandezes em 1690, transplantado para as margens do Amazonas pelos annos de 1723 a 1728, onde rapidamente prosperou a ponto de já em 1767 exportarem-se para a Europa muitas mil arrobas delle (1), transplantado

1 Padre João Daniel.—Thesouro descoberto no maximo rio Amazonas.

ainda para o Rio de Janeiro, no governo do conde de Bobadella, quando se começaram a plantar as primeiras sementes no Hospicio dos Barbonos, na chacara do hollandez Hoppman, em Mata-Porcos, donde se espalhou pelas fazendas do Capão e do Mendanha, e alastrando-se dahi para *serra acima* (1), desde muitos annos se começou a cultivar na zona littoral de S. Paulo, onde já, em 1805, Martim Francisco assignalava a plantio delle no valle da Ribeira de Iguape e nas immediações de Santos.

Tão rapida tinha sido, porêm, a propagação do cafeeiro no Rio de Janeiro, que de 160 arrobas de café que entraram na cidade em 1792, procedentes tanto de fóra como do reconcavo, passava-se a 3.200 arrobas em 1800 e a 10.148.268 em 1850.

Do Rio foi o café invadindo o territorio mineiro pela matta do Parahyba, como começara a invadir S. Paulo pelos municipios limitrophes e pello littoral, onde, como dissemos, a cultura delle já era ensaiada desde o começo do seculo.

Até 1864, a média da exportação do café pelo porto do Rio de Janeiro tinha attingido a 10.340.488 arrobas (2), de que as tres quartas partes eram de producção fluminiense e tão sómente o restante de procedencia paulista e mineira.

Entretanto, a lavoura do café no interior de S. Paulo se desenvolvia havia já uma dezena de annos.

Em Campinas, a familia Aranha tinha-o já cultivado em larga escala. O senador Vergueiro, na sua notavel e importante fazenda de Ibicaba, no municipio da Limeira, trabalhando com 300 escravos as excellentes terras do Morro Azul, accusava em 1847 uma safra de 8.000 arrobas de assucar e 12.000 de café, algarismo este que, pouco depois, com as plantações novas, devia elevar-se a 40.000 e levava o distincto lavrador e notavel homem politico a introduzir na sua fazenda 400 colonos allemães, dando um bello exemplo de iniciativa privada e ao mesmo tempo uma prova de sabia previsão de estadista.

Ibicaba, desde então, se tornou em S. Paulo o typo da fazenda de café, que todos procuraram depois imitar (3), contando-se já, em 1858, vinte e oito fazendas com colonias por aquelle typo, e com cerca de 2.000 colonos allemães, suecos e portuguezes.

Desde então, a lavoura do café, ganhando terreno ainda mesmo naquellas fazendas onde só o assucar se produzia, alastrava-se pela provincia inteira, reclamando novas terras e determinando mais larga expansão na região do centro-oéste.

---

1 Freire Allemão.—Plantas aclimatadas no Brazil.—Revista do Inst. Hist., vol. 19.
2 Sebastião Ferreira Soares.—Estatistica.
3 Eduardo Prado.—L'immigration—Le Brésil, em 1889, pag. 473.

A prosperidade do Rio de Janeiro e dos municipios paulistas do valle do Parahyba era um facto a cujo estimulo bem poucos resistiam.

Fazendeiros de Ytú, de Campinas, de Jundiahy, da Capital e dos municipios assucareiros partiam para fazer acquisição de terras novas, entravam para os sertões do rio Tieté e dos seus affluentes, abriam fazendas de café para o valle de Mogy-guassú e do Rio Pardo, approximavam-se das terras altas vizinhas de Minas, entranhavam-se sertão a dentro em busca do solo priviligiado da *terra roxa*, onde a preciosa rubiacea de preferencia se desenvolvia e dava colheitas prodigiosas.

O preço cada vez mais remunerador do café animava, fomentava a expansão agricola que nem a escassez do braço escravo com a suspensão do trafego, em 1850, nem a guerra do Paraguay, tão custosamente emprehendida e para a qual se voltavam as forças vivas da nação, nem ainda a alta de preços do algodão determinada pela guerra de seccessão dos Estados-Unidos, pôde deter ou desviar.

Aos primeiros e aliás inevitaveis insuccessos da colonização extrangeira pelo typo de Ibicaba respondem os fazendeiros, confiados na alta do café, com a acquisição em larga escala do braço servil, exportado das provincias do norte, donde a crise prolongada da canna o expellia.

Foi então que S. Paulo, com o Rio e com Minas Geraes, constituindo-se centros da maior producção do café a que as vias de communicação accelerada davam novo e mais largo impulso, importaram e concentraram em seu territorio a mór força de braços escravos de que então dispunha o Brasil inteiro.

Em 1872, quando se realiza o recenseamento geral do paiz, nas tres provincias cujas populações sommavam 3.659.813 almas, tinham-se concentrado 819.708 escravos ou mais da metade de toda a população servil que então era de 1.510.806 individuos de ambos os sexos.

Só em S. Paulo, cuja população recenseada era de 837.354 se contavam 156.612 escravos, ou pouco menos do triplo do que se recenseara em 1822, por occasião da independencia.

Dessa época em deante a producção do café em S. Paulo entrou a crescer tão rapidamente, que já não havia previsão possivel quanto á taxa do augmento annual.

Em 1850, a exportação do café de S. Paulo não excedia de 2.250.000 kilogrammas (160.000 arrobas); mas em 1864 subia a 15.440.245 kilogrammas ou 265.671 saccas de 60 kilogrammas cada uma.

Seis annos depois, em 1870, o café exportado accusava-se por

34.059.120 kilogrammas ou 567.652 saccas. Em 1878, exportavam-se 78.449.807 kilogrammas ou 1.307.496 saccas, excedendo já a exportação pelo porto do Rio de Janeiro, que no anno precedente accusara apenas 797.785 saccas.

O desenvolvimento da cultura tinha-se já então assignalado tanto na extensão della como no aperfeiçoamento dos respectivos processos, como no beneficiamento dos productos.

Visitando a lavoura paulista em 1879, dizia um biologista eminente: «Com verdadeira surpreza e prazer, confesso-o, vi pela primeira vez os vastos cafeeiraes cultivados esmerada e perfeitamente, cujo gráu de importancia não é ainda apreciado no extrangeiro. Quem visita a provincia de S. Paulo, tão activa e florescente, quem examina as suas terras vermelhas e massapês, de riqueza e fecundidade, sem exageração, prodigiosas, comprehende muito melhor do que manuseando livros; que o Brasil é um paiz eminentemente agricola e productor de materias primas. Demais, não me foi só dado admirar, nas fazendas das Sete Quédas, da Resaca e da Tapera, por exemplo, bellissimas culturas; tive tambem occasião de observar, sobretudo em Sete Quédas e no Morro Azul, machinas de beneficiar o café não só das mais modernas, como excellentemente montadas. O que, porêm, verifiquei com a maior satisfacção, foi o zelo, a actividade, o enthusiasmo pelas idéas de progresso, de que se acham possuidos os fazendeiros paulistas. Por toda a parte lavra-se a terra; por toda a parte plantam-se novos pés de café, empregando-se cuidados os mais completos». (1)

Nos quinquennios que se seguem depois de 1878, a producção do café, manifestada na sua exportação, obdece á progressão seguinte:

	kilog. ou	saccas
De 1878–1883	96.699.270	1.644.987
De 1883–1888	126.219.464	2.103.657
De 1888–1893	167.428,737	2.790.479
De 1893–1898	238.590.727	3.976.514

Em 1899 attingia o algarismo da exportação a mais de 5 milhões de saccas, alcançando hoje a 6 1/2 milhões ou a 390.000.000 kilgr., algarismo que, de certo, está bem longe de assignalar o termo ou o apice da curva ascendente desse progresso estupendo da lavoura cafeeira, a que nenhuma outra sobreleva e que até de um modo assustador se tornou exclusiva.

O assucar, preponderante outróra, deixou já de ser exportado desde 1893.

1 Dr. Luiz Couty—Relatorio sobre as culturas de café na provincia de S. Paulo.

A aguardente, depois de varias alternativas em que chegou a attingir na exportação 200.971.161 litros, em 1887, se reduziu a um minimo de 33.765 litros em 1897.

O algodão deixou de ser exportado desde 1892.

O arroz, cuja cultura era aqui das mais remuneradoras, vai perdendo terreno todos os dias, e depois de attingir, nos ultimos quatorze annos, um maximo de 2.577.139 litros em 1884, desceu a 759.438 em 1897.

O milho, o feijão, a farinha de mandióca e outros artigos estão affluindo hoje á exportação em proporções exiguas, podendo-se dizer que os cereaes apenas dão para o consumo interno.

Domina pois soberanamente o café nos campos de cultura.

Os municipios de Ribeirão Preto, S. Carlos do Pinhal, Araraquara, Jahú, Jaboticabal, Santa Cruz das Palmeiras, S. Manoel, são especialmente apontados pela excellencia da sua lavoura de café.

As fazendas Dumont, São Martinho, Schmidt, Guatapará, Brejão são modelos no seu genero.

Mattas extensas tombam todos os dias aos golpes do derrubador e, nos altos espigões, como nas planuras elevadas, milhões de cafeeiros enchem o horizonte immenso, galgando do valle á montanha, da montanha aos pincaros da serra, invadindo o sertão e arrastando após si as povoações, os caminhos de ferro, a civilização, a riqueza.

***

A cultura do cafeeiro não teria certamente logrado tão rapido e consideravel desenvolvimento pelos sertões distantes, si não fôra a rêde de viação accelerada de que é o tronco, e a primeira na ordem chronologica como na benemerencia em relação ao progresso desta terra, a estrada de ferro ingleza, a *São Paulo Railway*.

Assignala innegavelmente esta estrada uma épocha auspiciosa na vereda dos melhoramentos materiaes que caracterizam o progresso de S. Paulo na ultima metade do seculo que expirou.

Quem não viu jámais os caminhos ordinarios de outro tempo com as suas agruras e asperezas sem conta, com os seus perigos e delongas inimaginaveis; quem não experimentou uma vez os incommodos, os imprevistos, o custo de uma viagem de outróra, atravéz dos tremedaes, das ladeiras e das pontes mal curadas, vencendo distancias alongadas entre os centros de producção e de consumo, de certo, não avaliará com precisão o que vai de progresso, de economia, de actividade, de estimulo, de riqueza, de esperança nesse primeiro tentamen de viação accelerada, que a iniciativa ingleza nos proporcionou, lançando atravéz dos montes de Paranapiacaba,

desde Santos até o começo da zona agricola do sertão essa primeira estrada de ferro que é um modelo no seu genero.

Data de 1855 a concessão do previlegio ao marquez de Monte Alegre, ao conselheiro Pimenta Bueno, depois Marquez de S. Vicente, e ao barão de Mauá para a construcção de uma estrada de ferro de Santos a São João do Rio Claro; mas é de 26 de Abril de 1856 o decreto n. 1.759 auctorizando a incorporação da companhia que tomou a si levar a effeito a construcção della, tendo por pontos de partida e objectivo Santos e a cidade de Jundiahy.

Concedido o privilegio por 33 annos com garantia de juros de 5 °/₀ sobre o capital de 2.000.000 de libras, foram a 11 de Março de 1858 approvadas as plantas e mais trabalhos apresentados pelo engenheiro James Brunlies com as modificações então propostas pelo engenheiro C. P. Lane. (1).

A 13 do mesmo mez e anno, por decreto n. 2.124, prorogou-se o prazo para a organização da Companhia, sendo alteradas algumas das condições do decreto de concessão.

Em 1860, depois de reforçada a garantia de juros e bem assim augmentado o capital com mais 650.000 libras a juros de 7 °/₀ a *São Paulo Railway Company Limited*, organizada em Londres, deu começo á construcção da estrada na cidade Santos, a 15 de Maio, e em São Paulo a 24 de Novembro, conseguindo inaugurar-lhe o trafego até á capital em 1865, e da linha inteira até Jundiahy, na extensão de 139 kilometros a 8 de Setembro de 1868.

A estrada que é uma das mais arrojadas e difficeis no seu genero, exhibe, nos seus planos inclinados da Serra de Santos, o que a technica da engenharia póde conceber de mais interessante e de mais pratico em casos similhantes. O viaducto da Grota-Funda, fundado em declive de 9,75 °/₀ e em curva de 603 metros de raio com um comprimento total de 215 m., 02, e altura maxima sobre o terreno de 48 m., 776, com 10 vãos de 20 m. 13, e um de 12 m. 20, é, sem duvida, a sua obra de arte mais arrojada e de mais vulto. As obras de revestimento, de consolidação e de drenagem, o serviço dos cabos de tracção, as machinas fixas, a ordem e disciplina do trabalho são titulos de recommendação dessa notabilissima ferro-via, que, por sua posição topographica verdadeiramente privilegiada entre o interior e a costa, tem de certo o monopolio dos transportes de quasi toda a importação e exportação de S. Paulo.

Desde os primeiros annos o seu trafego se manifestou activo e promettedor. As receitas, crescendo sempre em progressão

---

1 Cyro Pessôa—Estradas de Ferro do Brasil.

O Rio de Janeiro ligava-se a S. Paulo em 1877 por uma estrada de ferro iniciada em 1873 com os capitaes da *Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro.*

Além destas grandes linhas, que substituiram as estradas historicas de outro tempo, e que são como que as arterias regionaes de S. Paulo, outras mais modestas se construiram com capitaes nacionaes e levam hoje os beneficios da viação accelerada aos municipios de Santo Amaro, Itatiba, Bananal e Arêas.

A estrada de ferro *Minas e Rio*, que se entronca na *Estrada de Ferro Central*, na Estação do Cruzeiro, transpondo a Mantiqueira, leva os seus trilhos ás regiões superiores do Sapucahy e apenas corta pequeno trecho de territorio paulista.

As estradas projectadas e até iniciadas de um ponto da *Sorocabana* para Santos, e da *Mogyana* para o mesmo porto, á falta de capitães, feneceram.

Mas antes desses insuccessos, aliás os primeiros que aqui experimentaram as empresas nacionaes deste genero, já a rede de caminhos de ferro de S. Paulo tinha alcançado o seu maximo desenvolvimento e já a lavoura tinha della recebido todo esse benefico influxo e todo esse estimulo que, na realidade, são a riqueza e a vida.

Acudindo ás exigencias de um trafego sempre crescente, a *S. Paulo Railway* duplica a sua linha e executa obras monumentaes; a *Paulista* desenvolve-se pelo valle do rio Pardo; a *Mogyana* penetra em Minas a caminho de Goyaz; a nova estrada de ferro de *Araraquara*, em seguimento da *Paulista*, leva os seus trilhos em direcção ao Paraná.

Cerca de 3.300 kilometros ou 500 leguas portuguezas de caminhos de ferro completam essa rede, cujas malhas, gradual e incessantemente, se alargam conquistando cafesaes, assim como o lavrador, derrubando e queimando, vai todos os dias conquistando o deserto.

***

A colonização e a immigração representam no progresso de S. Paulo uma solução não menos importante do que essa dos transportes por via accelerada.

O problema do povoamento, da utilização das riquezas, do supprimento de braços para a lavoura, este ultimo cada vez mais premente pela extincção do trafico em 1850, pela elevação exaggerada dos preços do escravo, pela solução, que já se annunciava proxima, da questão servil, tornou-se para o Brasil todo e para S. Paulo principalmente o problema palpitante e inadiavel a que cumpria dar prompto desenlace sobre a pressão terrivel dos acontecimentos que se precipitavam.

Já desde o primeiro quartel do seculo se fizera sentir inquietadora essa questão de braços, impondo-se á cogitação dos estadistas.

D. João VI empenhava esforços neste sentido mandando vir em 1809 colonos dos Açores e da Madeira, dos quaes alguns se foram estabelecer para S. Paulo, em Casa Branca, mas que, pouco depois, abandonaram as suas terras, aterrados com as mattas vigorosas que era mister derribar.

No empenho de attrahir colonos europeus e de fixal-os no paiz, enveredava-se pelas medidas mais liberaes, decretava-se em 1808 que tambem aos extrangeiros se podiam conceder sesmarias, e por facilitar o melhor conhecimento do paiz permittia-se, estimulava-se o exame do seu interior por homens eminentes ou por simples commerciantes ou excursionistas; contractavam-se artistas de nomeada como os Lebreton, Debret, Taunay, Ferrez e Grandjean de Montigny. E, como Portugal não tinha população sufficiente, e temerario nesses tempos seria o desfalcal-a, appellava-se para outros povos, introduziam-se no paiz allemães, hespanhóes, francezes, suissos e inglezes.

Distribuiam-se terras, ferramentas e sementes aos mais pobres e encaminhavam-nos para varios pontos do paiz. Os que possuiam recursos proprios situaram-se nos arredores das cidades e abasteceram-lhes os mercados. Outros encaminharam-se para as provincias do sul ou para as terras elevadas de Minas e de S. Paulo, onde encontraram clima mais benigno e mais conveniente do que o do Rio de Janeiro (1).

Em 1818 são introduzidos 2.000 colonos suissos que fundam Nova Frigurgo nas montanhas do Rio de Janeiro. Em 1824, funda-se no Rio Grande do Sul a colonia de S. Leopoldo com immigrantes allemães, iniciando-se ahi, como depois em Santa Catharina, essa colonização germanica de tão proficuos resultados no Brazil.

S. Paulo recebeu a sua primeira leva de colonos allemães em 1827, constante de 926 individuos de ambos os sexos, dos quaes alguns permaneceram no municipio da Capital e os restantes foram encaminhados para Itapecerica, onde bem poucos prosperaram.

Nova tentativa se fez em 1836 e 1837, introduzindo-se 304 colonos da mesma nacionalidade, para se empregarem na construcção de estradas e para a fabrica de ferro de S. João do Ipanema.

Em 1847, o senador Vergueiro, como o dissemos, contracta 80 familias allemães e as estabelece na sua fazenda do Ibicaba, onde chegou a reunir cerca de mil colonos.

O senador Queiroz, o seu irmão Souza Barros e outros fazendeiros abastados seguiram de perto esse corajoso exemplo e contra-

(1) John Luccock— Notes on Brazil 1820.

ctaram colonos para as suas fazendas, formando nucleos de que entre 1850 e 1867 se contaram não menos de 36, além de outros menos consideraveis.

Infelizmente, esse tentamen de colonização que tão promettedor se iniciava, segundo o typo de Ibicaba, teve de estacar deante de difficuldades insuperaveis, e feneceu.

Os contractos se tornaram onerosos e inexequiveis. Os colonos começaram a exigir e a protestar e em breve abandonaram as lavouras.

Desenganados os fazendeiros do braço europeu, voltaram-se para o braço escravo, importado das provincias septentrionaes. E então uma corrente avolumada de população negra se estabeleceu perenne do Norte para o Sul, concentrando nesta ultima parte do paiz todo o onus e toda a resistencia ao movimento emancipador, cujos prodromos aliás já se faziam sentir mais de perto e mais a miúdo.

Mas a solucção do problema da colonização adiava-se apenas o tempo necessario para que na opinião nacional a abolição do escravo evolvesse.

A colonização européa reconhecia-se, de facto, incompativel com a escravidão negra. As duas instituições não podiam coexistir no mesmo solo (1). «A approximação da população extrangeira e da raça africana, dizia um escriptor eminente, deve ser no Brazil a rehabilitação do trabalho do homem branco, ao mesmo tempo que uma sancção aos factos favoraveis para um termo pacifico e regular da servidão» (2).

Terminada a guerra do Paraguay, donde regressam cobertas de gloria as nossas legiões libertadoras, o Visconde do Rio Branco, auxiliado por vultos eminentes como João Alfredo, Duarte de Azevedo, Theodoro Machado, João Mendes de Almeida, Salles Torres Homem e outros, após uma lucta que se tornou memoravel na imprensa e no parlamento, consegue fazer triumphar a primeira lei de emancipação gradual, de 28 de Setembro de 1871, sanccionada no mesmo dia pela princeza imperial regente, lei pela qual desde então são declarados livres os filhos de mulheres escravas no Brazil.

Mas o impulso, uma vez communicado, não fez mais do que accelerar-se.

As idéas de emancipação total começam a agitar o paiz, conquistando adhesões universaes.

A politica ponderada e previdente busca interpor-se moderando o movimento, decretando medidas graduaes que todavia não

---

1 Eduario Prado.—*Immigration*, cap. XVI da obra—*Le Brésil em 1889*.
2 C. A. van der Straten—Ponthoz—Le Budget du Brésil—vol. 3º, pag. 117.

contentam aos mais impacientes. E surge então o *abolicionismo* como a expressão derradeira, radical da opinião vencedora no paiz.

Em S. Paulo, a causa abolicionista tem a seu serviço a alma sensivel e apaixonada de Luiz Gama, a audacia imperturbavel de Antonio Bento, o prestigio da palavra de José Bonifacio, as dedicações sublimes de uma pleiade de jovens de talento e de acção, na faina de anarchisar a instituição servil para mais depressa extirpal-a.

No Rio, o movimento calorosa e valentemente sustentado por Joaquim Nabuco, Ferreira de Menezes, José do Patrocinio, Joaquim Serra, Rebouças e outros, batido uma vez com Souza Dantas no parlamento, ergue-se impetuoso da opinião nacional, domina em todas as classes e irrompe victorioso no Senado, onde debalde o procura deter a palavra do barão de Cotegipe, com os accentos propheticos de um vidente.

A 13 de Maio de 1888, a princeza regente d. Izabel, rodeada dos seus ministros, vultos representativos do abolicionismo triumphante, João Alfredo Corrêa de Oliveira, Antonio da Silva Prado, Antonio Ferreira Vianna, Thomaz Coelho, Vieira da Silva, Costa Pereira e Rodrigo Silva, sancciona a lei memoravel que declara extincta a escravidão no Brazil.

Ao mesmo tempo que estes acontecimentos se precipitavam, não esquecia a administração publica a outra face do problema do trabalho.

O ministerio de 10 de Março, que acabava de fazer a abolição da instituição servil, adopta francamente a politica colonizadora.

A immigração é então promovida em mais larga escala.

Tinham-se creado já numerosas colonias nas provincias do sul e no Espirito-Santo, e S. Paulo chegou a contar 16 nucleos coloniaes mais ou menos prosperos.

Mas a lavoura, de subito privada do braço escravo, perigava; e este systema de colonização, moroso de mais para servir aos intuitos ou satisfazer ás exigencias da zona cafeeira, então a mais ameaçada, carecia de ser modificado, collocando-se ao nivel da situação.

Começa então a introducção de braços europeus para os trabalhos da lavoura.

Si de 1873 a 1886 se introduziam no paiz 304.796 immigrantes, equivalendo a uma média annual de 21.771, em 1887 já esse algarismo annual subia a 54.990 immigrantes, dos quaes 34,710 se encaminham para S. Paulo. Mas em 1888, quando se decreta a *abolição*, o numero de immigrantes introduzidos excede á toda previsão, 131.268, ou mais do dobro do anno antecedente.

Os esforços dos paulistas para attrahir immigrantes, fundando uma *Sociedade Promotora de Immigração*, a cuja frente se colloca

o dr. Martinho Prado Junior, não se limitam a simples propaganda no extrangeiro Enviam-se agentes conspicuos á Europa, funda-se uma grande Hospedaria de Immigração com capacidade para quatro mil pessôas, destinada a receber os immigrantes recem-chegados, alimental-os durante oito dias e auxilial-os a collocarem-se na lavoura.

Mas é a partir da presidencia do conde de Parnahyba, em 1887, que o problema da immigração para S. Paulo teve a sua mais completa solução.

Até ahi os algarismos não accusavam sinão resultados insignificantes. Em 1887, porêm, recebem-se em S. Paulo, pelo porto de Santos ou pelo Rio de Janeiro, 34.710 immigrantes, e 92.000 em 1888. A corrente tão de pressa se avoluma que, no periodo decorrido de 1881 a 1891, não menos de 330.393 immigrantes europeus, pela mór parte italianos, se estabelecem no Estado e delles cerca da terça parte se localiza nos centros populosos.

«Prevenindo essa prejudicial tendencia, a benemerita Sociedade Promotora de Immigração, esforçando-se por assegurar melhor escolha do colono a introduzir, dizia, em abono dos seus intuitos patrioticos, no seu relatorio de 1892 :—que se vangloriava de ter feito entrar para o Estado uma immigração modelo, quer em relação á capacidade para o trabalho —preoccupação do presente, como para o povoamento— desideratum do futuro.

«Em quatro annos mais, sobe a 603.059 o numero de europeus introduzidos como colonos.

«Ao influxo dessa poderosa corrente, engrossa-se desmedida mente a população das cidades, com prejuizo das suas condições de salubridade.

«S. Paulo triplica de habitantes em dez annos : de 45000 em 1886 attinge a 150.000 em 1896, e destes mais de metade são europeus. Campinas, Rio Claro, Santos e tantas outras cidades da zona cafeeira duplicam as respectivas populações em egual periodo.» (1)

Os effeitos de tão patrioticas medidas não se fizeram esperar, justificando a bella previsão da Sociedade Promotora.

Um sopro de vida renovador e benefico domina por S. Paulo inteiro. Artistas habeis, trabalhadores morigerados, homens robustos, cheios de esperança e da nobre ambição do trabalho entram em levas numerosas pelos nossos campos e pelas nossas cidades. Os descendentes do *contadino* da Liguria, da Lombardia e da Venecia, o artista da Toscana, o operario robusto e moreno das campinas me-

---

(1) Theodoro Sampaio—Relatorio annexo ao do dr. Dino Bueno, secretario do Interior, em 1897.

ridionaes da Magna Grecia, trazem-nos por toda a parte o concurso esforçado e intelligente do seu braço, tornado invencivel pela constancia e pela disciplina do trabalho.

A Capital transforma-se rapidamente. E, como por encanto, as suas planicies, ermas e sem valor em outro tempo, cobrem-se de edificações innumeras, animam-se, povoan-se e passam a valer milhões.

A velha cidade dos governadores e dos capitães generaes vê cahir aos poucos, com as suas tradições esquecidas, os antigos e feios edificios por onde tinham já passado os ultrajes de mais de tres seculos, substituindo-se por edificações novas em cuja face se reconhece um sopro da elegancia e da arte.

A gente mais abastada levanta palacios pelos suburbios, que de subito se tornam cidades.

D. Veridiana Prado edifica em 1884 o seu elegante palacete sobre a collina de Santa Cecilia, no centro de formosissimo parque, dando o primeiro passo nessa vereda do progresso em que não faltaram imitadores.

Architectos habeis como Ramos de Azevedo e Thomaz Bezzi ditam o gosto e a arte nas edificações novas.

A immigração como se vê, não trouxe para S. Paulo tão sómente a salvação da lavoura do café, trouxe-lhe a expansão, a confiança e o progresso; engrandeceu as suas cidades e deu-lhes esse cunho europeu que impressiona sem chocar, porque atravéz do que nos apparece extranho e allienigena, se presente vigorosa e preponderante a alma nacional, fazendo de tantos elementos, apparentemente discordes, um só todo, o povo brazileiro.

***

Depois da reforma social, não se fez esperar a reforma politica que derribou o Imperio aos golpes da revolução de 15 de novembro de 1889.

Quasi simultaneas nos seus effeitos, as duas reformas não podiam deixar de pesar profundamente sobre a vida da Nação, ajuntando aos perigos, sobresaltos e desfallecimentos oriundos de uma, os males inevitaveis das agitações em desmedida, das ambições insoffridas, das revoltas, apanagio da outra nas condições em que se achou o Brazil depois de 1889.

S. Paulo não podia escapar, de certo, aos effeitos dessa situação afflictiva, por mais apparelhado que estivesse para resistir aos violentos abalos de uma e de outra reforma.

Mas, a verdade é que aqui, como em nenhuma outra parte

do Brazil, foram muito menos intensos, muito menos sensiveis os symptomas alarmantes que as duas crises affectaram.

De facto, a immigração curara de prompto os males decorrentes da *abolição*, dominando a crise do trabalho. A organização do Estado, por sua vez, moldando-se pela mais ampla autonomia dentro da Republica, amparou-lhe a adminstração, garantiu-lhe a ordem e a segurança publica, desenvolveu-lhe os recursos, e rasgou-lhe novos horizontes.

A provincia, por cuja administração, no tempo do Imperio, passaram vultos eminentes como Aureliano, Manoel Felizardo, Nabuco, Nebias, Saraiva, Carrão, Saldanha Marinho, João Alfredo, Rodrigues Alves, Pedro Vicente, Couto de Magalhães e tantos outros, organizada em estado autonomo, sob a fórma republicana, viu continuar na sua administração pelos próceres do novo regimen as tradições honrosas de outro tempo.

Prudente de Moraes, que succede a um triumvirato de poucos dias, deixa, na sua passagem pelo poder, um modelo de tolerancia, de respeito e de honesta gerencia dos publicos negocios, que até se impoz ao reconhecimento dos seus naturaes adversarios.

Jorge Tibiriçá, Americo Brasilense, Cerqueira Cesar, Bernardino de Campos, atravessando periodo mais ou menos agitado, e Campos Salles, Peixoto Gomide, Fernando Prestes completando a serie até quasi os nossos dias, fazem a administração honrada das reformas, dos melhoramentos.

Nesse periodo de pouco mais de onze annos, tão cheio de inolvidaveis successos, em que as agitações lá fóra se reflectem cá dentro tão vivas, provocando mutações do scenario politico; em que as luctas da guerra civil vêm ecoar intenso nas fronteiras ameaçadas, lucta-se aqui tambem, mas trabalha-se e consolida-se.

Emquanto as columnas de guerra correm celeres aos campos do sul, e as levas de patriotas offerecem barreira aos revoltosos nos portos de mar, não ficam em abandono os misteres da paz e do trabalho.

Bernardino de Campos, com uma pleiade de auxiliares distinctos: Rubião Junior, Cesario Motta, Siqueira Campos na administração; Julio de Mesquita no congresso e na imprensa, Guimarães Junior, Ezequiel Ramos, Luiz Piza, e tantos outros, punha em prova, por entre os estremecimentos e os encargos dolorosos da guerra civil, o organismo com que acabava de apparelhar-se a administração publica sob o novo regimen

As rendas do Estado entram em franca prosperidade. A arrecadação de anno para anno accusa os mais lisongeiros resultados.

A receita publica octuplica em sete annos e sóbe de pouco

mais de 6 mil contos em 1889, a 50.172:167$470 em 1895. Accumulam-se no thesouro grandes saldos. E, então, começa esse periodo de melhoramentos em que a applicação mais sensata dos dinheiros publicos se demonstra pela organização e desenvolvimento do ensino primario e superior, segundo os moldes mais adeantados e em que se distingue, como auxiliar dos mais prestantes e devotados, Cesario Motta, pela edificação de verdadeiros palacios para as escholas publicas, para a Escola Normal, para a Escola Polytechnica, para as Secretarias de Estado; demonstra-se ainda pela attenção especial que se dedica á saude publica, iniciando-se obras de saneamento na Capital, encampando-se e desenvolvendo-se as de abastecimento de agua e as de exgottos, organizando-se um serviço sanitario com um apparelhamento dos mais notaveis: hospital de isolamento, que é um modelo no seu genero; instituto vaccinogenico, desinfectorios, institutos bacteriologico e de analyses chimicas, pharmacia do Estado, quasi todos installados em edificios construidos a caracter. E proseguindo nessa administração fecunda, reorganiza-se e augmenta-se a força publica, installada em novo e vasto quartel com um excellente hospital annexo; reformam-se repartições publicas; desenvolvem-se ou criam-se outros serviços importantes. A Escola Polytechnica torna-se, dirigida pelo dr. Antonio Francisco de Paula Souza, uma instituição modelo; a Commissão Geographica e Geologica, que vinha desde o imperio, sob a direcção de notavel homem de sciencia, o dr. Orville Derby, é dotada mais largamente e alarga o circulo das suas investigações scientificas; o Museu Paulista, dirigido por um naturalista dos mais competentes, o dr. Herman von Ihering, installa-se no monumento do Ypiranga e enriquece as suas collecções. Contractam-se os estudos do saneamento da cidade de Santos, cujo porto começa a exhibir esse caes munumental de cantaria, tão ricamente apparelhado que já hoje é o primeiro do paiz na ordem dos melhoramentos que caracterizam um porto maritimo de primeira ordem.

Nas administrações que se succedem, o mesmo programma de melhoramentos e de reformas se mantem. Desenvolve-se a colonização, funda-se o nucleo colonial do Funil, hoje *Campos Salles*; cura-se mais largamente do saneamento do interior do Estado; combate-se a epidemia da febre amarella, que invade as cidades mais prosperas e populosas; executam-se importantes obras de abastecimento de agua, e, moderando um pouco o curso já vertiginoso dos melhoramentos, volta-se, após certa reforma na administração, ao regimen dos saldos orçamentarios que, por varias causas, e por algum tempo, se esqueceram.

Ao mesmo passo que tão grande progresso se realiza pela acção directa do Estado, outros ramos da humana actividade, que já vinham muitos delles do passado regimen, se desenvolvem com successo não menos auspicioso, quer pela iniciativa particular quer pela acçao do municipio.

A cidade de S. Paulo cujo crescimento excede a todas as previsões, com a sua população ora computada em 200.000 almas, melhora e desenvolve os seus servicos municipaes, reforma a sua administração, eleva por simples effeito de uma arrecadação mais cuidadosa a cerca de 4 mil contos de réis as suas rendas, aformoseia as suas praças e jardins, aperfeiçoa e extende o calçamento de suas ruas, regulariza e faz *macadamizar* as estradas principaes de accesso no perimetro urbano.

Os meios de transporte na Capital recebem o mais assignalado impulso de progresso com a installação dos bonds electricos pela companhia americana—*The S. Paulo Tramway, Light and Power* graças á qual, a electrididade vai entrando mais confiadamente nos misteres industriaes e domesticos.

Attendendo aos reclamos de maior contingente de força, a operosa Companhia imprime ás grandes obras, das mais importantes no seu genero, que emprehendeu para o represamento do Tieté nas cachoeiras do Párnahyba, cerca de 30 kilometros distante da cidade, a maior actividade, extende as suas linhas por toda a cidade e seus suburbios, e, emquanto não consegue para aqui transportar os 4 mil cavallos de força que, por agóra, espera captar nos tombos do Tieté, vai trafegando as suas linhas com electricidade gerada a vapor.

A cidade de Santos com os seus 35 mil habitantes, depois da grande crise de saúde por que passou, levanta-se agóra mais confiante no futuro, com o seu porto tornado o primeiro do Brasil, as suas ruas calçadas e limpas, o seu serviço sanitario rigorosamente mantido, e as suas novas obras de aformoseamento encaminhadas para o lado do mar.

Campinas, arruinada pela febre amarella, oito annos antes, resurge dos seus desastres como a prova mais brilhante entre nós do que póde a engenharia sanitaria no saneamento das cidades.

O Ribeirão Preto torna-se um centro de progresso e de riqueza, executa as suas obras de saneamento para agua e exgottos, illumina-se a luz electrica como Piracicaba, Rio Claro, Amparo e agora Limeira.

A industria fabril exibe nos grandes estabelecimentos da *Antarctica Paulista* e da *Bavaria* para o fabrico da cerveja; nas fabricas de tecido de *Anhaia* e *Penteado*, na Capital, *Del'Aqua* em S. Roque, *Votorantim* e *Santa Rosalia* em Sorocaba, na das chitas de S. Bernardo; nas fabricas de chapéus, moveis, vidro; nos cortu-

mes; na exploração da argilla plastica, para os productos ceramicos como em *Osasco, Agua Branca, Villa Prudente* e *Ypiranga*, nos arredores da cidade; na exploração do calcareo, para o fabrico da cal em *Cayeiras*; no *Pantojo* e no *Itupararanga*, onde tambem se explora o marmore variegado da Serra de S. Francisco ao sul de Sorocaba; na exploração das rochas graniticas, para cantaria e pedras de calçamento; na dos bituminosos e na do ferro, ainda que hoje paralysada em Ipanema, schistozas provas mais seguras da sua actividade em S. Paulo.

A lavoura já vai ensaiando culturas novas, que o governo auxilia, e promove, organizando um serviço agronomico do Estado, com inspectores agricolas, com o estabelecimenfo de campos de experiencia, e com a distribuição de sementes em larga escala.

O commercio, tão depressa passou a avultar nos ultimos dez annos nesta Capital, que a cidade se tornou uma das praças mais importantes do Brazil, com bom numero de estabelecimentos bancarios como: o do *Commercio & Industria*, o *London & Brasilian*, o *British Bank*, o de *Credito Real*, o de *S. Paulo*, o *Brasilianische Bank für Deutschland*, e grande numero de casas importadoras.

A instrucção, cujo melhor e mais bem reputado estabelecimento de iniciativa particular, é o *Collegio de S. Luiz* de Ytú, fundado pelos jusuitas em 1867, e que já se assignalava com os institutos da ordem do *Lyceu do Sagrado Coração de Jesus*, para o ensino profissional, dirigido pelos padres Salesianos, o *Lyceu de Artes e Officios*, a eschola de *S. José*, mantida pela Irmandade da Misericordia, o *Instituto D. Anna Rosa*, toma mais largo impulso com a creação de outros estabelecimentos na capital, em Jacarehy, em Campinas, Piracicaba, Lorena, Guaratinguetá, muitos dos quaes gosam hoje das faculdades e regalias do Instituto Nacional.

A imprensa politica e noticiosa representa-se, na capital como nas cidades principaes, por orgams bem redigidos, em que se distinguem o *Estado de S. Paulo*, o *Correio Paulistano*, o *Commercio de S. Paulo*, o *Diario Popular*, *Platéa*, a *Tribuna Italiana* e outros.

Na Capital fundam-se o *Instituto Historico de S. Paulo* que o governo do Estado subvenciona; a *Sociedade de Medicina e Cirurgia*, que mantem uma Polyclinica, e tem aqui sua séde o *Instituto dos Advogados*.

As instituições de beneficencia, de que a *Santa Casa de Misericordia* já era o mais bello exemplo, surgem e se reconstituem, como a Real Sociedade Portugueza de Beneficencia, o Asylo de Orphans de Nossa Senhora Auxiliadora, o de Christovam Colombo, o de S. Vicente de Paula e outros.

Taes foram para S. Paulo os resultados palpaveis e evidentes da autonomia na Republica.

E' força confessar que, nestes onze annos, ainda que agitados, do novo regimen, S. Paulo não fez sinão prosperar, e a Historia, com justiça, ha de reconhecer que elles não trouxeram sinão brilho e honra ao nome paulista no momento historico mesmo em que aos filhos de S. Paulo, como Prudente de Moraes, Campos Salles, Francisco Glicerio e Rodrigues Alves volta a caber preponderancia nos negocios politicos da Nação.

***

O seculo, que não despontara prospero e feliz, não findou comtudo sem nos ver resurgir do nosso proprio desfallecimento e sem conduzir-nos ao terreno da prosperidade, do qual já divisamos um pouco o scenario promissor de um futuro melhor e não distante.

O écho das discordias e das luctas fratricidas vai já longe, rolando para um passado que não volta.

O arrebol do novo seculo, rompendo por entre nuvens que se não desfizeram totalmente, nos annuncia já o dia da paz e da prosperidade no trabalho.

Aquietem-se as paixões, acalmem-se os animos, e os homens bons, afastados uma vez do seu posto de trabalho, voltem a occupal-o confiantes no porvir desta terra que elles tanto amaram.

E veremos crescer ao nosso lado, nas gerações que surgem mais bem apparelhadas do que nós, nas regiões infantis que sáem das escolas, officinas do nosso futuro, as esperanças seguras de amanhan.

E' ligando as tradicções honrosas que nós vêm do passado com aspirações justissimas do presente, recobremos alento para os commettimentos novos e para os nossos idéaes.

Não ha desfallecimentos que perdurem quando n'alma se sente a seiva do porvir.

Aos caminhos de ferro que se extendem para o sertão, á colonização que se avoluma, á população que já se conta por mais de dois milhões de individuos, ás industrias, ao commercio, ás instrucção appliquemos as masculas energias que vem distinguindo este povo paulista atravéz da Historia; levemos a civilização aos desertos occidentaes e, repetindo, em luctas mais nobres e em mais elevados emprehendimentos, os feitos audaciosos de outróra, envenderemos para as regiões distantes, cujos valles immensos parecem destinados aos commettimentos do seculo novo.

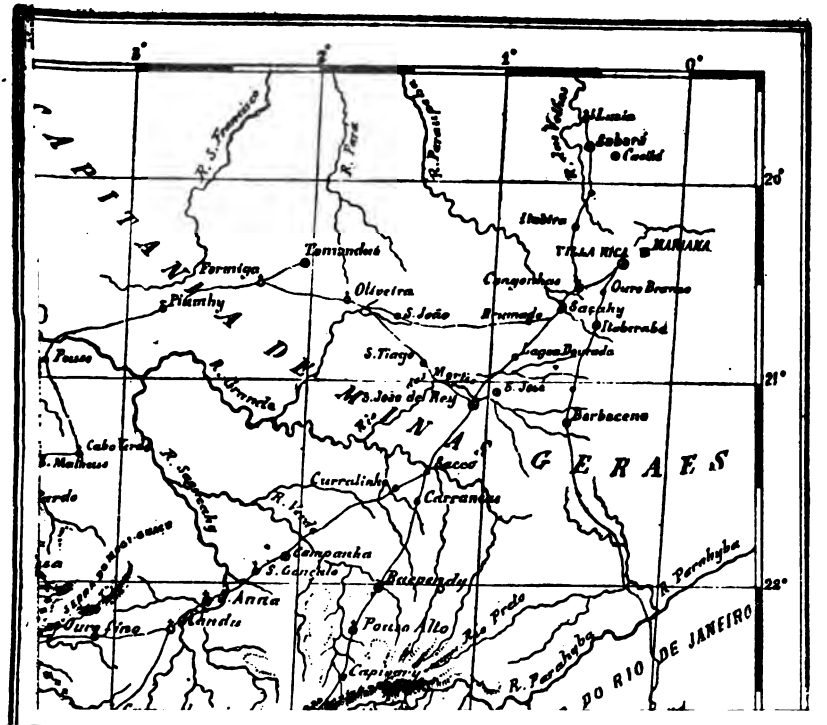
Do alto das suas montanhas empinadas, ainda ha pouco des-

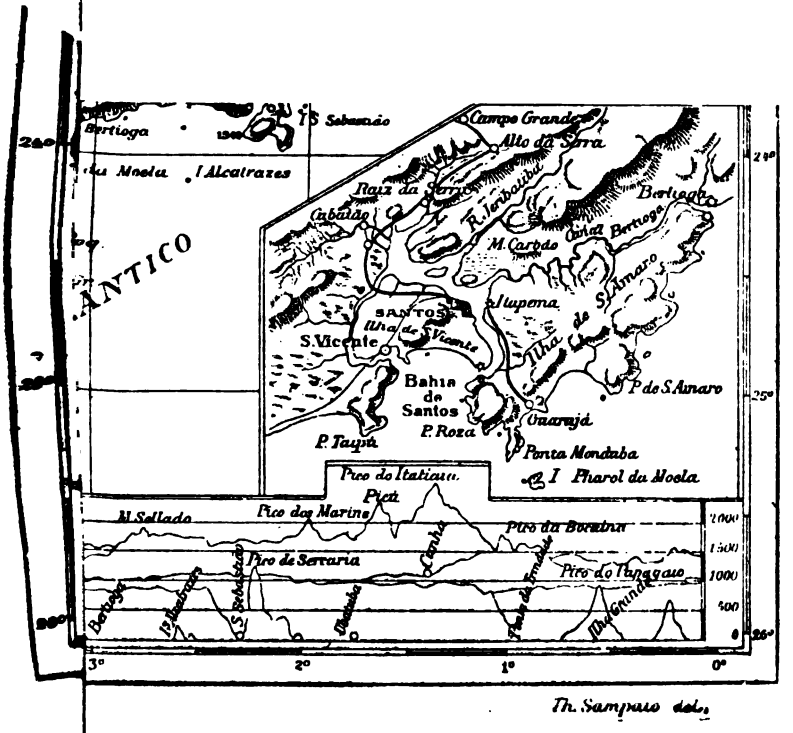
pidas do manto das florestas impenetraveis, lá nas linhas avançadas do deserto onde o horizonte se rasga ao crepitar das labaredas fumarentas, já o lavrador, arauto do nosso progresso, descobre, pelas brumas frias da manhan, a columna de nevoas que ao longe assignala como uma senda ideal, mysteriosa, no espaço, o curso do grande rio de alliança, o grande Paraná ou Rio da Prata, cujas aguas deixam de ser brazileiras para se tornarem paraguayas ou argentinas, bolivianas ou uruguayas, e ligam, com o seu laço indissoluvel, povos, cujos destinos derradeiros não escaparam nem á previsão do estatista, nem ao vaticinio do poeta.

Sigamos essa vereda que ao longe se desenha sob as fórmas vaporosas de um sonho, mas que nos levará, um dia, ao theatro das façanhas inolvidaveis de outróra, e onde se descobrem nitidos os naturaes lineamentos de um progresso enorme.

Veremos então resurgirem das suas ruinas de tres seculos Villa Rica, Guahyrá, Onteveros, que os antepassados destruiram; veremos as populações, a actividade e a vida brotando como que por encanto nessas solidões esquecidas, onde o silencio apenas se quebra ao estrondar das catadupas, e, surprehendendo energias até aqui ignoradas no tombo das aguas em Itapura, Urubupungá, Sete Quedas e Victoria, armemos o nosso braço com esse instrumento formidavel, fluido mysterioso, que ao mesmo tempo é luz, força e calor, prestigiando, entre vizinhos, a nossa missão de progresso e de liberdade na prosperidade e na paz.

THEODORO SAMPAIO.


3°
2°
1°
0°
20°
21°
22°
R. S. Francisco
R. Para
R. Paraopeba
R. Velhas
Milanio
Sabará
Caeté
Itabira
VILLA RICA
MARIANA
Tamandoá
Formiga
Oliveira
Piumhy
S. João
Congonhas
Ouro Branco
Barbacena
Itaberabá
S. Tiago
Lagoa Dourada
Pessoa
R. Grande
S. João del Rey
Barbacena
Cabo Frio
S. Matheus
R. Sapucahy
Curralinho
Carrancas
R. Verde
Campanha
S. Gonçalo
Baependy
R. Parahyba
S. Anna
Ouro Fino
Pouso Alto
R. Preto
Capivary
R. Parahyba
GERAES
DO RIO DE JANEIRO



Receita do metros. *Navegação fluvial a vapor : 420 kilomet.*
1899 : 63.596 contos de réis.
ldo verificado : 32.142 contos de réis.

Quarto Centenario

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. JOÃO VAMPRÉ
NO «CLUB GYMNASTICO PORTUGUEZ»
POR PARTE DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO

Nobres Damas,

Meus Senhores.

Fixaram-se indeleveis em nossa memoria as celebrações pomposas com que Portugal, nos dois ultimos decennios do seculo expirante, commemorou a Camões e a Vieira, o espirito mesmo da patria, sua maxima gloria, mirificas crystallisações de sua possança, genios preexcellentes pela vastidão e profundeza oceanica.

As festividades de então difficil seria aquilatar si foram mais portuguezas ou mais brazileiras, tão intensa e unisonamente repercutiram nas terras de Cabral os écos solemnizadores das magnificencias da Lusitania; tão intimamente se entretecem os feitos e se entrelaçam os fastos memoraveis das duas nações.

Hoje é o Brazil que, em ovante commemoração, celebra e festeja o quatricentenario de seu descobrimento—palma triumphal lograda pelas quinas lusas em afoitas singraduras por sendas tenebrosas e impervias.

Que vemos?

Abertas de par em par as portas desta tradicional associação portugueza, por entre o fulgor deslumbrante de luzes e scin-

tillações e o alvoroço indizivel de uma alacridade, na qual como que transluz e se expande pessoal e insito rejubilo.

Milicianos da mesma crença religiosa, falando a mesma oriental linguagem, regendo-se até ha pouco pelas mesmas leis, educados pelas mesmas doutrinas, unidos sempre nos dias de grande infortunio, communheiros das mesmas tradições, com uma littetatura identica em suas fórmas, como em suas aspirações, com o mesmo caracter nacional, com tres seculos de vida commum,— Brazil e Portugal não podem, sem illogismo terebrante, deixar de confundir suas almas em um só pensamento.

Só a fatalidade dessa irreductivel alliança terá o condão de explicar por que, até no momento preciso em que fôra de suppor se levantasse entre os dois povos uma barreira de odios — o de sua separação em nacionalidades distinctas e autonomas, portuguezes nobremente defenderam, em pugna renhida, os direitos do Brazil, arrebatando ao cantor da nossa independencia, no terceto final de um soneto inolvidavel, a seguinte apostrophe de agradecimento a Portugal, que me apraz agora recordar-vos, illustres membros do «Club Gymnastico Portuguez», em singela homenagem á vossa co-participação nestes festejos :

«Eia : dos nossos peitos se te eleve
Culto mais puro em asas não profanas
Seja grato o Brazil ao que te deve.»

Aos que comprehendem a obra genial desses homens singularissimos—os portuguezes, aos que avaliam e precisam a extensão, a poderosa intensidade, os moraes e salutares effeitos civilizadores, os sacrificios empregados na conquista da propria apothéose, compete, em toda a parte e em todas as épocas, amparar do olvido os seus titulos de benemerencia.

Quando entro a pensar nos faustuosos commettimentos desses marujos ousados, sinto que tenho ante os olhos alguma coisa que me acorda, em outro cyclo e em outro hemispherio, a alma ardorosa dos Phocions e dos Pericles, que vibram e rugem á guiza de roncos epilepticos do mar.

Mas não basta admirar, é preciso aprender.

E nós, a despeito de todo o nosso pessimismo, e da indiana preguiça intellectual que nos caracteriza, não os contemplamos frivolamente.

Como todos os povos ainda jovens, não temos o lazer indispensavel ás grandes luctas do espirito; mas nem por isso

deixamos de possuir uma tal ou qual plasticidade que nos vae servindo de um como alicerce garantidor ás nossas pugnas espirituaes.

Desprezando por agora o conceito de Royer Collard — «que só nos lembramos de nós mesmos», evoquemos, em rapida summula, em apagada *silhouette*, as grandiosas e augustas sombras dos heroicos lusitanos.

Estamos na idade media, época pela qual professamos a maior veneração, nella saudando uma das mais ferteis e gloriosas do espirito humano; época aurigera e luminosa para a civilização latina, que foi o éneo antemural ao formidavel embate dos Barbaros.

«A este estadio de civilização pertence aquella pensativa e sympathica figura de Henrique o Navegador, o genio do descobrimento, sobre cujas instrucções se foram descobrindo a Madeira, o cabo do Bojador e o Verde, e que, em 1438, lançava na eschola de Sagres os fundamentos do poderio maritimo lusitano.» (1)

O doce asceta erudito, que, naquelle promontorio, se embalava nas virações marinhas, cercado de mappas e quadrantes, foi o pioneiro das glorias lusas.

A retina exercitada nas distancias o habituava a sondar o infinito, esguardando paragens longinquas, onde palpita o coração do globo.

Esse infatigavel obreiro do bem, longe estava talvez de suppor que, poucos annos depois, viessem os ousados marinheiros lusos

«Do globo perlustrar não vistas zonas,
os tropicos de fogo e o pólo frio;
de manhã beber agua no Amazonas
e á noite adormecer no sacro rio.»

Portugal, á força de se debruçar sobre o mar indecifrado, de lhe escutar o desafio das suas encapelladas procellas, de se enamorar de suas ondas, sob os limpidos, macios luares, ou sob o especulino e reluzente sol; de perscrutar, durante muitos lustros, o enigma das vagas, se aprimora e excelle nos segredos da sublime arte de velejar.

Sonhando talvez com outros matizes da aurora, com os leques viridentes dos coqueiros, com a harmonia soberba das côres

(1) Carlos de Laet—"*Em Minas*".

tropicaes, com o azulino de outras cupulas celestes, lá se vão os filhos de Ulysses nas quilhas dos seus soberbos galeões, a modo de arados novos, lavrando as aguas, na paixão impetuosa da sua audacia, da sua força, do seu genio!

A lusitana gente, a exemplo dos sidonios, rompe então de improviso contra o estreito e acanhado viver peninsular, e lá se vão afrontar o iracundo dorso do humido elemento, conscios talvez da profunda verdade de que Deus fez o mundo para que elles o descobrissem!

Já agora surge D. João II, o principe portuguez que melhor soubera cingir uma corôa, o typo mais perfeito daquellas remontadas eras.

Elle, o «homem por excellencia», na phrase laconica e expressiva da rainha de Castella, Izabel a Catholica, por seu turno a joia de mais subido e aprimorado valor engastada na corôa hespanhola, elle, o caracter mais puro e sympathico de seus soberanos, D. João, diziamos, por um desses lampejos, apanagio do genio, propheticamente mudou o nome de Cabo das Tormentas, que lhe dera o destimido Bartholomeu Dias, para o de Cabo da Bôa Esperança!

Sendo corrente na Europa — que do formoso e decantado Tejo partiam de continuo velas enfunadas em demanda de terras não sabidas, para alli se dirigiu o inolvidavel Colombo, esse legitimo e aproveitado filho da immortal eschola portugueza, não trepidando em reconhecer Portugal por sua segunda patria.

Em Lisbôa seduziram-no os lindos e faceiros olhos de Philipa Perestrello, filha dilecta de um velho marujo.

O connubio, a doce alliança do immortal genovez com a formosissima lisbonense concorreu mais ainda para que lhe não amortecesse o afagado projecto de procurar a terra que a sua fogosa e genial inspiração lhe deparava.

E foi, meditando contemplativamente na belleza daquelles olhares castos e scismadores, que elle conquistou para sempre gloriosa immortalidade.

Surgindo das salsas ondas por entre a immensidade das aguas do Pacifico e do Atlantico, desponta a America, extendendo em graciosas curvas seu corpo airoso e esbelto, a imitar a bicopuda e elegante palmeira de suas virgineas florestas, com a fronte cingida de eternas e albentes corôas, a topetar nas approximações do polo boreal! (1)

---

(1) Silva Lisbôa—*Atlas Elementar de Geographia, pag. 12.*

E tão confiante partiu Colombo do porto de Palos, que a direcção tomada nesta gigantesca viagem, disse algures Edgar Quinet, foi semelhante á da flecha emittida do arco a toda força.

«Seria a America fatalmente descoberta pelos portuguezes dentro de pouco tempo, ainda que Colombo não existira; porque elles, por experiencia dos mares africanos se afastaram sempre para o oéste com o fim de evitar as calmarias da costa de Guiné; o proprio Vasco da Gama na sua celebre viagem bem perto passou das terras brazileiras e talvez só por acaso não percebeu qualquer indicio dellas.»

Cabral, emfim, seria o Colombo portuguez si este já não fosse, como vos disse, um filho da immortal eschola lusitana.

Seria ocioso falar-vos aqui do invicto Vasco da Gama e de muitos outros varões «em quem poder não teve a morte».

Foi o Gama o primeiro argonauta do mundo que navegou por altura que *da verdade do caminho é mui certo mostrador*; o primeiro que conheceu

«As partes tão remotas onde estamos
Pelo novo instrumento do Astrolabio
Invenção do subtil juizo, sabio.»

O Brazil é um producto de sua audacia e de sua poderosa intelligencia; e no dia de hoje, elle sauda com veneração e enthusiasmo a velha e illustre nação que o formou, que lhe deu a força e a bondade, além dos exemplos de tenacidade, de estudo, de trabalho, de patriotismo e de fé.

Si o valor de uma nacionalidade, como sentenciava Frederico o Grande, está na razão directa do volume de sua intelligencia, podemos dizer que nenhum povo levou a melhor á nação portugueza no tocante á cultura intellectual.

Si a lingua, como pensava o auctor do «Fausto», é um daquelles bens, que, posto sejam herdados, devem ser de novo adquiridos para se possuir, ninguem melhor do que Camões adquiriu de novo esse bem, herdado de seus paes, afim de possuil-o e tornar-se com elle o immorredoiro *pregão do ninho seu paterno.*

Centenas de annos são passados, e ahi está o idioma limpido, sonoro e cantante como um veio de lympha crystallina.

Impregnada de melodia e scismadora ternura, a lingua portugueza, vincula dois povos e os faz fraternizar na sua unidade

philologica, além dos laços de consaguineidade que os prendem numa cohesão intima e indissoluvel.

E' com effeito a lingua o primeiro de todos os elementos de uma nacionalidade; é ella o eterno baluarte, feito de tradições, de poesia e de arte, resistente, consoante o pensar de Ramalho Ortigão, a toda invasão das armas, inconquistavel e indestructivel.

Foi pela força e pela independencia da lingua que elles fundaram e defenderam a independencia do territorio. E' pela lingua que ainda hoje vivem e espiritualmente dominam sobre uma das mais vastas possessões do globo, na America, na Africa, na Asia.

No momento em que se procede ao primitivo povoamento do Brazil, trava-se com ardor a lucta entre a litteratura classica e a litteratura popular ou mediévica, vencendo afinal a primeira. Como continuadores da tradição mediévica surgem os ultimos cantores, poetas da *medida velha*, como então se chamavam.

Entre outros, esses poetas são Bernardim Ribeiro, versejador inspirado e auctor da primorosa novella *Menina e Moça*, Christovam Falcão e Gil Vicente, genio creador de primeira ordem e fundador do theatro portuguez. Sá de Miranda impõe-se como chefe da eschola classica, filiados á qual poetam Caminha, Ferreira, Falção de Rezende, D. Manoel de Portugal e outros.

Nas artes, como affirmação immorredoira da sua passagem, basta lembrar a *Igreja da Batalha*, que, com todo o seu luxo de filigranas de pedra, rendas graniticas, filetes, flechas, ogivas, arabescos, mosaicos, estatuaria grave, angelica e grotesca, vidraçaria multicor, rivaliza com os mais bellos specimens da architectura gothica disseminados pelos outros paizes europeus. (1).

Nos serões da infante D. Maria formava-se um grande movimento de interesses litterarios e scientificos.

Era uma senhora espirituosa e de profunda cultura; falava com rara perfeição a lingua latina, traduzia admiravelmente o grego, sobre ser escriptora emerita. Paula Vicente, a meiga e doce filha de Gil Vicente, foi comediographa e chegou a escrever uma grammatica da lingua ingleza. Havia, em summa, em todas as provincias do saber humano, poderosa pléiada de emeritos representantes.

No seculo das suas ousadas conquistas, o portuguez já era um povo dotado de superiores energias; pelo denodo militar ha-

---

(1) Theophilo Braga *Questões de arte e litteratura portugueza.* — Almeida Garrett— *Viagens na minha terra.*

via conquistado á Mourama o solo da Patria; pelo desassombro de seus marinheiros, chamára sobre si a gloria de haver violado o profundo mysterio dos mares. Povo romanesco e audacioso, profundamente impregnado de sentimento mediévico, que soube traduzir no verso e na obra d'arte, nas relações do senso juridico, nos feitos d'arma e na epopéa maritima cantada pelos Dias e pelos Gamas na immensidão dos oceanos, estava fadado pela providencia a desvendar os segredos naturaes do paiz dos tropicos, imaginaria região do *El-Dorado*, maravilhosa ficção de um reino encantado cujo principe, ungido ao anoitecer de oleo, pela manhã ao levantar-se revolvia-se em pó de oiro resplandescente...

***

Detenhamo-nos agora, por um pouco, meus senhores, a rememorar as heroicas acções, os gloriosos emprehendimentos praticados pelos nobilissimos portuguezes, na vasta triangulação do nosso patrio céspede.

Será devéras o descobrimento do Brazil successo que, por qualquer fórma, haja contribuido para immortalizar a gloria dos descobridores e contornar de mais prestigio e realce o nome lendario do velho Portugal?

A historia da nação que dahi se originou é de per si uma epopéa de lampejos e clarões que illuminará perpetuamente a mãe-patria brazileira á face dos futuros destinos da humanidade.

Sobre o solido alicerce da catechese do gentio, moralização do colono e instrucção, por egual, da juventude americana, assentou a construcção da nacionalidade brazilica. O primeiro canto da formosa epopéa entoarm-no, com a sua vida e por seus fulgurantes actos, dois insignissimos representantes do apostolado catholico —José de Anchieta e Manoel da Nobrega.

Nessa época firma-se a *unidade* do paiz que está capaz, como escreve Gabriel Soares, para se edificar nelle um grande imperio.

As capitanias que, de Cananéa até Itamaracá, se achavam estioladas e enfraquecidas por tantas causas, por assim dizer renascem, agitam-se e florescem sob a vidente e benefica influição do governo unitario.

Que bello, que magestoso que não era, contemplar a região brazilica desflorada pelo colono, cujo suor cahia em bagas, mais preciosas que as perolas, para fecundal-as; donde brotam

a arvore util e o loirejar das messes, que não são o producto espontaneo de uma terra feliz e caroavel, sinão a victoria do pugnaz domador na sua lucta com as esquivanças da natureza!

«A belleza e o movimento da nova povoação attrahiam os grandes das capitanias que ahi passavam. Nas cercanias, verdejavam as hortas, ao modo de casaes, que alimentavam e abasteciam o mercado, e mesmo na cidade o que a fazia pittoresca eram os vergeis e pomares das casas, cheias de arvores da tamara, da laranja, do figo, da romã entre os pampanos das latadas ao lado das quaes emergiam ante diluvianas e insolitas as largas folhas da bananeira, emquanto sussurravam os coqueiraes como remigios de flechas monstruosas crivadas no solo. Todo esse espectaculo era novo para os que chegavam, pela flora da paysagem, pela confusão das raças que a animavam, e ainda pela atmosphera de liberdade, quiçá até de licença, que se respirava no mundo americano». (1)

E' que a terra cabralina tambem já possuia os seus Thabores que, visitados cem vezes, punha sempre na bocca do advena a ridente aspiração evangelica: «faz bem a alma estar aqui», *bonum est nos hic esse.*

De toda essa pláiada dos primeiros padres que aportaram á nova conquista, o que mais se destinguiu foi Anchieta, o pallido propheta, no dizer de Sylvio Roméro.

Não contava ainda 20 annos quando pisou o solo dessa natureza maravilhosa e incomparavel. Essa impressão deveria ser profunda no seu espirito de poeta cheio de mysticismo. Pode-se delle affirmar que é brazileiro porque aqui se completou e amadureceu a flôr e o fructo da intelligencia.

Podemos dizer de Anchieta o que o decano da Universidade do Chile, D. Vargas Fontecilla, disse de Andres Bello, no primeiro centenario do seu nascimento: *La naturaleza que impresionó sus sentidos en su juventud, que exitó su entusiasmo, i que encendió en su pecho el fuego sagrado de la poesia, está pintorescamente descrita en los primeros cantos que hicieron su nombre digno de la mansion divina de las musas. Hijo de «la fecunda zona que circunscribe al sol el vago curso, i que, acariciada de su luz, concibe cuanto ser se produce en cada vario clima", recebió del cielo una alma ardiente i una poderosa fantasia. La zona tórrida forma hombres a su imájen i semejanza. En los rayos solares de los trópicos, habria encontrado Prometeo,*

---

(1) João Ribeiro—*Historia do Brazil, no quarto centenario*, pag. 54.

sin provocar las iras de los habitadores del Olimpo el fuego celeste que buscaba para animar su célebre estatua..» (1)

No tempo do apostolo do Novo Mundo, já o Brazil possuia tres collegios e residencias da companhia, «templos da virtude e do trabalho, onde não penetravam as rudezas da lucta pela existencia, e onde a piedade pelo proximo era o primeiro dever!»

Em S. Paulo, por essa época, «o Tieté e o Tamanduatehy, extravasando nas cheias, formavam durante muitos mezes do anno um espraiado largo, reproducção do grande lago pre-historico que outr'ora cobria as nossas varzeas, e cujos vestigios geologicos hoje descobrimos, e de que eram aquelles rios os fluentes sangradouros. As nevoas da manhã alargavam a extensão das aguas e atufavam em nuvens as elevações do povoado de Piratininga.

Só eram visiveis para quem, de longe, das paragens predestinadas do Ypiranga, contemplasse aquelle espectaculo, as egrejas: e só as cruzes emergiam das nuvens elevadas como os mastros grandes de navios.

Naquella illusão do mar enevoado, os corpos das egrejas, justamente chamados naves, representavam uma esquadra ancorada nas alturas, esquadra do ideal, esquadra vigilante, tangendo nas nuvens as suas campanas, aos perigos e escuridões do mar, e lembrando aos homens que a terra é uma estação, onde não devemos ter demora e de que devemos todos partir, aligeirados em viagem para o infinito.»

Enche o segundo periodo e constitue o segundo canto epico no delubro da patria, a lucta heroecissima contra as tentativas do gaulez para a formação de uma França ora *antarctica* ora *equinoxial*, e da Hollanda para a formação de uma patria livre em terras da America. Mem de Sá, rechassando Villegaignon, e Mathias de Albuquerque, D. Marcos Teixeira e Vidal de Negreiros, derrotando com assombrosa intrepidez, os hollandezes em Guararapes e impondo-lhes incondicional capitulação em Taborda, deram testemunho do valor indomito e da ardileza militar da nascente nacionalidade e, ao mesmo passo, instituiram-n'a definitivamente, conjurando o perigo extrangeiro.

O terceiro canto é o descobrimento interno da colonia: são as «entradas» e «bandeiras» perlustrando o interior em imperterritas perquirições, e, simultaneamente, os primordios nativistas a esgarçarem-se em Pernambuco a Minas.

Nesse ponto entra o Brazil a precisar a peripheria pela sua definição territorial; empenha-se nas luctas conhecidas por guer-

---

(1) *Obras completas de D. Andres Bello, vol. IV. pag. VIII.*

ras do sul. E eis que, prenunciado nas explosões de nativismo já rememoradas, manifesta-se poderoso e empolgador o espirito de autonomia, assignalado por um revez que teve por epilogo o martyrio de Tiradentes, mas triumphante dahi a alguns lustros, após uma reacção absolutista e um contra-choque autonomista.

Tal é a materia dos seguintes cantos a que outros se subseguem, por ventura, mais vibrantes.

Os primeiros annos de vida independente tivemos a caracterizal-os as aspirações liberaes mais extremadas pela Republica e pela Federação, com um tentamen por vias de facto — a Confederação do Equador.

—Decorreram, entrecortados de tumultos, que foram explicaveis pela subita transformação por que passava a colonia, sob ferrenho absolutismo, a imperio constitucional e representativo, sob o sceptro de um principe que José Bonifacio mais tarde denominou — «rei da liberdade».

Escôa-se entre o primeiro e o segundo reinado o periodo regencial, um como que ensaio de democracia pura, assim julgado pelo illustre sergipano dr. João Ribeiro, aureolado estudioso de nossa historia, em recentissimo trabalho commemorativo do centenario que se festeja: «E' grandioso o espectaculo de tantas vocações que surgem, o escrupulo moral, a grandeza heroica e o desinteresse de todos esses vultos que só o amor da Patria inspira e inflamma».

Bastaria a enaltecer esse entre-acto de nossos fastos o acontecimento lembrado pelo mesmo emerito escriptor:

«Regularizaram-se as duas correntes politicas, conservadora e liberal, que deram ao governo parlamentar do segundo reinado a belleza e o esplendor da opinião livre *como ella existe nos paizes mais cultos*».

A proseguir na summulação da epopeia, que dizer do segundo reinado?

Dir-se-ia que passou pelo Brazil um sopro magico, dissipando a ignorancia das massas, a confusão, a desordem, a ruina — escreveu algures um historiador extrangeiro. O civismo requinta-se, radica-se o amor da patria, assomam talentos, engrandecem-se as sciencias e as lettras, as aspirações generosas centuplicam-se, aprimoram-se virtudes, encarna-se e robustece-se no coração do povo o sentimento do grande e do justo. O imperio libertou de uma tyrannia, affrontosa da civilisação, tres republicas limitrophes e alfim sublima-se terminando a sua cruzada do bem por trocar o imperante «uma corôa de rei pela liberdade dos escravizados», pois que, como effeito e causa, re-

lacionam-se as duas ultimas datas celebres da historia patria : o aureo 13 de Maio e o glorioso 15 de Novembro.

Eis, senhores, o minusculo, esfumado esboço dos ultimos cantos do poema nacional, que é a historia da nacionalidade ; por onde vêdes que Portugal tem do que se ufanar perante a humanidade, exhibindo na America Portugueza suas credenciaes de benemerencia.

A nossa commemoração é, sem duvida, como o entendestes, heroicos lusos, tanto nossa como vossa. E' que constitue a nação brazileira um producto assignalado e assignalador de vossa prestancia e é pela certeza dessa identificação dos dois povos, que, quando aportaes ás plagas brazilicas, sentis por certo a impressão irreprimivel de que palmilhaes sólo patrio, ao que para logo se vos deparará confirmação no aconchego de irmãos, que temos para comvosco, nós, os portuguezes da America...

Nem só sociologicamente é uma creação portugueza esse paiz que assim, em rapido e luminoso cyclo foi evolvendo, até remontar-se a constituir uma nação que, no tempo do segundo imperio, um estadista republicano definia «uma democracia corôada»; é tambem uma conquista das temerarias quilhas lusitanas, empenhadas em domesticar o oceano rebelado e tenebroso.

— Um de nossos mais festejados jornalistas, solemnizando em carmes eternos o ultimo centenario camoneano, disse-nos bellamente o que era o oceano antes das expedições intrepidas dos nautas lusos, que abriram na historia da moderna civilização um capitulo esplendoroso e fecundo em maravilhosos resultados:

«Ainda a humanidade em face do oceano
Era como o vassallo em frente ao soberano :
Via nos vagalhões turvos, descommunaes
A marcha triumphal de sphinges colossaes,
E dentre o vasto azul levantou-se o mysterio,
O naufragio de um lado, em paramo funereo
As ondas convertendo e o terror, mudo rei,
Sobre um throno de tréva ao outro dando a lei.
A triste vastidão do pelago medonho
Apenas se atrevera o fugitivo sonho
De uma zona ideal — Stava em plena manhã
A creação ali...
. . . . . »

No ambicioso anhelo de desforrar-vos nobremente da mesquinhez do territorio, como escreveu um de vossos mais peregrinos

engenhos, fizestes, ó portuguezes, de cada náu ou caravella aventureira o throno de vossa soberania no oceano e, «por mares nunca dantes navegados», lograstes communicar o Atlantico com o mar Indico, solvendo um grande problema europeu, sinão universal.

Gloria perennal, a vosso nome, ó portuguezes, e hosannas á fama de vossos imperterritos mareantes!

E si o descobrimento dessa vossa segunda patria, ó portuguezes, foi apenas um episodio do periplo africano ou si teve como unico e principal motor um erro ou desvio involuntario da derrota — assim o permittiu a Providencia, consoante palavras do eminente Latino Coelho, que vão pôr fecho a estas ligeiras reflexões, com que me vou desobrigando da immerecida distincção, commetida pelo Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, de represental-o neste convivio tão grato a nossos corações patrioticos: «assim o permitiu a Providencia: para que sahisse verdadeiro e como que fatal na cadeia dos humanos acontecimentos, que o fertil continente, onde está cifrado em nossos tempos o futuro e a transformação da humanidade, a terra do trabalho, da razão, da liberdade, fosse dado em presente á pobre, á escrava, á decrepita Europa dos inquisidores e dos dynastas, como sempre se nos deparam os thesouros escondidos, pela inexcrutavel munificencia do acaso».

DR. CESARIO MOTTA

Dr. Cesario Motta

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 20 DE ABRIL DE 1900 NA INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO DR. CESARIO MOTTA PELO SOCIO DR. SANTOS RODRIGUES

Senhor Presidente:
Meus Senhores e consocios:

Agradecendo-vos reconhecidamente a elevada honra que me dispensastes, elegendo-me membro da vossa officina de trabalho nobilitante e fecundo, desinteressado e patriotico, de estudo e propagação scientifica da Historia e da Geographia do Brazil e demonstração do seu logar na Historia da Civilização; agradecendo-vos, repito, esta tão subida quanto immerecida distincção, e pelo que vos prometto fazer quanto caiba em meu esforço e reconhecimento para bem a merecer; permitti-me, que, ao tomar hoje a palavra para o cumprimento deste grato dever, aproveite a occasião que o *Instituto Historico e Geographico de São Paulo* me propicia nesta justa e devida glorificação ao seu excelso e benemerito presidente, o fallecido Cesario Motta Junior, para cumprir um outro não menos gratissimo dever.

E embora este exija dos meus fracos recursos um grande esforço, quero tambem, aqui, rodeado dos seus amigos e admiradores, prestar nesta occasião a homenagem do meu affecto e reconhecimento perante a effigie que acaba de ser exposta á nossa veneração.

Quero tambem fazer côro nos applausos desta affirmação solemne de gratidão para com o prestante estadista, que, como presidente desta associação, tão relevantes serviços, lhe prestou, e onde os seus meritos excepcionaes conquistaram o mais honroso logar.

Sinto com isto um prazer doloroso, si tal associação de palavras é permittida! Porque, si não me bastassem motivos pessoaes, entre elles a amizade e elevados favores que jámais poderei esquecer, com que em vida Cesario Motta me distinguiu, sobraria o da minha profunda admiração pelas qualidades e virtudes deste homem extraordiuario, para atrever-me a fallar delle, deante de um auditorio tão illustrado como este que ora se digna escutar-me, e nesta casa onde a perda fatal do sabio eximio, abriu certamente uma lacuna difficil de preencher, porque não é facil encontrar, num mesmo homem, todo o prestigio necessario para orientar com irresistivel magia as nossas opiniões e presidir soberanamente aos nossos destinos.

Assim, o que poderia parecer da minha parte um acto de singular audacia, ou de extranhavel vaidade, significa apenas, como disse, um dever de gratidão, pelo qual aqui venho em phrase chã e desataviada mas sincera, juntar a minha voz fraca e sem auctoridade á palavra eloquente daquelles que ora aqui estão louvando e exaltando uma das mais sympathicas, das mais illustres e das mais honradas individualidades dos nossos dias.

A esse vulto proeminente, que se chamou Cesario Motta; que dominava pela palavra fluente, correcta, concisa, adequada sempre, magnetizada pelo gesto sobrio, naturalmente impulsivo da idéia; que traduzia no movimento convulsivo dos labios toda a energia da sua alma espansiva, toda a impulsão dos seus pensamentos dominantes; que deixava transluzir na scintillação dos seus olhos o fanatismo das suas crenças; emfim, a esse homem extraordinario, que por seus dotes eminentes, foi para nós exemplo e ensinamento e uma como que orientação providencial, encarnada na personalidade humana.

No immenso pesar soffrido pelo paiz inteiro, pranteando o occaso desse collosso de valimento e tão deveras prestante, o maior quinhão de lagrimas é certamente o nosso. Porque a exuberancia dos dotes explendidos do chefe que esta casa dirigiu com a sua poderosa influencia, e todo o inexgotavel thesouro dos seus merecimentos, a esta sociedade pertenceram, porque elle lh'os dedicou com a mais sincera affeição.

E' por isso que a memoria de tantas e tão acrysoladas virtudes, será inextinguivel em nossos corações.

E aqui estamos affirmando, que, para o *Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, Cesario Motta o seu chefe querido, não morreu: apenas restituiu á terra o ephemero involucro corruptivel, mas vive e viverá sempre para nós, sublimado no lume do seu espirito, nas suas palavras memoraveis, nas suas licções salutares, nos seus nobres exemplos, nos seus sensatissimos conselhos.

Ainda aqui domina e dominará sempre esse grande espirito, embora o seu corpo esteja no fundo de um mausoléu, transformado em pó e nada!

Já vêdes, senhores, as razões em que condensei este sentimento, e que não conseguem, siquer, traduzir a magua que me domina. Julgáe assim de quanto será defficiente o que á cabeça diz respeito, si o que se refere ao coração, tão palido se mostra e desbotado e frio!

E' que a verdade é esta: ainda mesmo quando o tempo, esse, «Ema de todas as dôres», venha a digerir o excesso desta magua, restabelecendo no espirito a serenidade e a placidez que tanto lhe faltam agora, difficilmente se poderá corresponder nunca, ás exigentissimas imposições de um dever, a que a mais grandiloqua palavra seria certamente infidelissima traducção.

Mas, é esta, a triste compensação pela Providencia concedida aos que ainda têm coração para se lembrar dos mortos, saudades para esfolhar sobre as suas sepulturas, e lagrimas...pois porque não?...lagrimas, que nem todos somos estoicos; lagrimas, para chorar com a irremediavel perda a nossa propria desventura!

Este é, senhores, o nosso mais certo miserrimo recurso: recordar os que em vida nos foram caros, e na morte jámais esquecidos, avivando a amargura da nossa alma com a lembrança sempre grata dos testemunhos do seu inolvidavel affecto, com a memoria das virtudes que lhes exornaram o caracter, com a recordação sempre viva das circumstancias que ora apertaram os laços da amisade, ora mais a radicaram no coração agradecido.

E' assim feita a natureza humana; é assim a paixão irresignada.

Nada mais escuta sinão os seus mesmos estos; nada mais a consola do que o desentranhar de si propria os motivos do seu carpir.

Assegurem-nos que sobre a memoria honrada dos mortos que chorámos, todo o esplendor se reflectirá da superna gloria:— não deixaremos por isso de rasgar o proprio peito, para que assim, dilacerado, offereça alimento á dôr.

Parece até que não saberiamos aproveitar esse pouco de que a Providencia nos faz mercê; parece que ficariamos para sempre inconsolaveis, si, como o regio consorte da desditosa Castro, não fossemos até levantar do sepulchro onde repousam, os restos dos nossos mortos queridos. Não para obrigar attonitos vassallos a um funereo e tardio preito; mas para assim melhor satisfazermos os impulsos do nosso nunca extincto affecto; não porque nós saibamos a virtude de volver de novo ao mundo dos viventes, aquelles que não pódem resurgir de seus sudarios; que

só Christo teve poder para mandar a Lazaro que se erguesse de seu tumulo; mas porque evocando-lhes a memoria sempre querida, attrahindo a imagem respeitada ao fóco do nosso imaginar, nos parece continuar a vêl-os em toda a verdade do que foram em corpo e espirito, e assim alimentamos em nós mesmos essa unica mas, gratissima illusão, sobre a qual a propria morte não tem poder:

«*Consolamo-nos recordando!...*»

Mas, senhores: para aquelles que se não podem contentar com o só tributo de saudades e de lagrimas, de affectuosas lastimas e de gratas recordações com que é natural, mas vulgar da condição humana fazer cortejo á morte, o recordar os que foram e suggerir deveres, cujo gratissimo exercicio não consola menos do que as lagrimas, sentida sim, mas insufficiente manifestação do nosso affecto.

Exaltar a memoria dos que, morrendo, deixaram na terra seguros, os seus incontestaveis direitos a serem lembrados na posteridade, celebrando-lhes o genio ou o talento, definindo-lhes o valor, memorando-lhes os serviços, patenteando-lhes o desinteresse, é arrançar á propria morte a mais cruel das prerogativas que lhe assollam a soberania; é prohibir ao esquecimento que passse no logar por onde transitou o genio!

E assim pomos bem em evidencia, glorificando-os, os benemeritos que serviram devotadamente a sua patria ou a sociedade em qualquer das multiplas applicações da actividade humana. Porque tambem é serviço á sociedade prestada, até como incentivo, o glorificar as intelligencias,, os talentos e os genios da sciencia e da industria, da litteratura e da arte, do patriotismo e desinteresse.

E' assim que atravez dos seculos, glorificamos Copernico, Galileu, e Kepler, que nos dão a conhecer as leis do movimento da terra, e Newton, Laplace e Herschell, as leis dos movimentos dos astros; Franklin, que nos preserva do raio, e Davy do grisu; Lana Tersi que descobre a lei aerostatica, Lourenço de Gusmão que inventa o apparelho que a comprova, e Montgolfier e Pilatre de Rozier, que se apossam dos ares, librando-se n'elles; Papin, que descobre a força dinamica do vapor, James Watt que a machiniza, e Stephenson que a applica á locomotiva; Galvani, que nos dá a electricidade; Guttemberg que pela imprensa accelera a communicação do pensamento, Wheatstone e Morse que pela telegraphia electrica lhe dão a rapidez do raio; Flavio Gioia e Marco Polo que nos dão a bussola, tornando segura a navegação: Roger Bacon e Zacharias Jansen o telescopio para vermos os astros, e o micoscopio para vermos os infinitamente

pequenos; Torricelli e Drebell, o barometro para conhecermos a pressão athmospherica e o thermometro para sabermos o grau de temperatura; Colombo, que dizem ter descoberto a America, Alvares Cabral que descobriu o Brazil e Vasco da Gama o caminho da India, rasgando novo horisontes materiaes; Socrates, Aristoteles e Platão, Comte, Spencer e outros que nos abrem novos horisontes espirituaes; Descartes e Bacon quo concebem a perfectibilidade indefinida na ordem scientifica, Turgot na ordem sociologica, Condorcet nas condições physicas do homem, e Jesus Christo que antes de todos exprimira no seu verbo sublime e purissimo, a formula superior e divina de toda a parfectibilinade: «Amae-vos uns aos outros e sêde perfeitos como vosso pae celestial.»

E n'esta glorificação deve ter logar proeminente Cesario Motta Junior, o benemerito brazileiro que alem de tantos outros meritos, teve o de ser entre nós o grande instituidor e principal fomentador das mais uteis e proficuas instituições:—as escholas publicas de instrucção, que são hoje, talvez a maior gloria deste Estado!

Por isso senhores, quando uma individualidade prestantissima como a de Cesario Motta, subitaneamente desapparece deste mundo de miseraveis contingencias, deixando na face da terra aquelle rasto inextinguivel de luz que promana da sua excepcional capacidade, podem os que foram assás desditosos para haver de contar entre os tristes casos do seu tempo, este, mais que triste, tragico successo, por elle fulminados, dar livre curso aos bem justificados transportes da dor; póde-se chorar, que «*as lagrimas são do homem*»; póde-se chorar, que este foi um verdadeiro amigo nosso e a elle devemos a educação dos nossos filhos, um verdadeiro «amigo do povo», como o que o inspirado cantor da *Harpa do Crente* chorou tambem!

Passados, porêm, que sejam, os primeiros transes da paixão, pago o inolvidavel tributo á humana fragilidade, não é, senhores, o immergir-nos em sombrio desespero, alimentando a dor pela illusoria representação do que já não será mais do que uma realidade que passou e que tem de nos ser destino. Outros são e bem mais dignos testemunhos do nosso imperecedouro affecto, os encargos inolvidaveis que a morte nos deixou; outros devem ser os cuidados do nosso acrisolado amor.

Um homem como Cesario Motta Junior, não pertence apenas a um grupo, embora numeroso de amigos inconsolaveis. Restricto, bem certamente restricto, si o comparamos á multidão immensa que nelle perdeu uma força e uma confiança, esse grupo de amigos de alem da morte, deve ser o primeiro a levar

solicito ao pavéz da historia, algum daquelle cimento necessario ao pedestal onde terá que elevar-se um dia, perante o mundo, o busto deste brazileiro illustrissimo, cujo civismo adoptára por divisa: *Pro Patria semper!*

Este passamento, senhores, para logo considerado na opinião, e com sobejos fundamentos, um verdadeiro desastre nacional, não é sò um facto meramente consternador para a sociedade brazileira contemporanea; é tambem um acontecimento de elevado alcance, já não direi na ordem scientifica, mas na esphera politica e social, certamente.

Não é a mim que cábe a tarefa de procurar nos antecedentes do luctuso facto, nelle proprio e nas suas consequencias, as bases em que dignamente venham assentar os motivos de um sentimento qne, longe de ficar transitorio e perecedouro como tudo que é superficial, tente rastrear ao menos, a importancia do successo, insinuando-se na memoria dos vindouros; e assim habilitar a posteridade a decidir com conhecimento de causa, si os juizos dos contemporaneos foi méro fructo dos éstos da paixão, ou raciocinio depurado no crisól da critica justiceira, mas austera, da razão desprevenida.

Rendendo culto aos assignalados serviços prestados por Cesario Motta ao paiz, á humanidade, à sciencia, e particularmente a esta sociedade, não me cabe tambem, nem eu o poderia fazer, o elogio historico de varão tão eminente; esse està feito e ouvido pelas vozes scintillantes e austeras de eloquentes panegyristas que, rendendo-lhe os mais elevados respeitos na brilhante apothéose da sua poderosa intellectualidade, do seu infinito prestimo, e das suas preciosas virtudes como homem de sciencia, como philosopho, como cidadão e como homem social e politico, manifestaram plenamente o profundo e geral sentimento da grande perdae da poderosa influencia que Cesario Motta exerceu em todos os animos, por seu elevado talento e saber, por seu generoso caracter, por seu infatigavel patriotismo, e por sua altiva fé, corajosamente mantida atravez de todas as contrariedades.

Acompanho-vos apenas, senhores, nesta elevada veneração ao finado Cesario Motta, crente que o pôr em pratica um tal proposito, o mesmo é que remomerar os importantissimos beneficios que lhe devemos; porque o mesmo é celebrar-lhe os talentos e glorificar-lhe as qualidades, que diligenciar cumprir nesta homenagem um dever indeclinavel, dever cujo desconhecimento equivaleria á mais negra das ingratidões!

Prostro-me, pois, comvosco senhores, deante deste vulto eminente, saudando orgulhoso em momento tão solemne a memoria

honrada deste brazileiro illustre. que tão amado e querido durante a vida pelo povo, tem na morte e ao ser inscripto o seu nome nas paginas douradas da Historia Patria, as homenagens de saudade e de respeito: da Patria a quem elle serviu com tanta lealdade, do povo a quem extremeceu com tanto affecto, e desta associação que elle tão devotadamente honrou e engrandeceu com a sua direcção intelligente, com a sua esclarecida collaboração e com o enorme prestigio do seu nome venerado e querido!

E como é consolador, na profunda tristeza de tão cruel desventura, contemplar estes testemunhos de admiração ao genio sublime, e de sincera saudade pelo homem amabilissimo que a morte prostrou, quando a sua enorme largueza de conhecimentos, a licção da experiencia e a madureza do animo, estavam abrindo ás suas poderosas faculdades um largo horizonte!

No mallogrado destino daquelle homem superior, tão rapido atravessando esse fundo pégo que separa o berço da Eternidade, e que se chama a vida; tão rapido ascendendo da penumbra honrosa mas modesta dos seus trabalhos profissionaes, até ás eminencias do poder; tão rapida e tão repentinamente precipitado do fastigio dessa grandeza, na lôbrega solidão do cemiterio; ha com effeito, senhores, materia mais que bastante para justificar tudo quanto a eloquencia christã póde discorrer a respeito deste miseravel destino humano, tudo quanto á descarnada philosophia de um positivista suggere esse mesmo destino, visto á luz desanimadora dos seus gelidos raciocinios!

Eu sinto neste momento, sentimos todos, certamente, alguma coisa a dizer-nos—o que alguns affirmam, mas que ainda ninguem provou, de que tudo acaba quando um cadaver resvala numa cova!

E é deante da memoria de um homem bom, de um homem querido, adorado e idolatrado por um povo, que mais se fortifica a crença de que alguma região mais luminosa, mais risonha, mais brilhante, mais vasta, espera o espirito que se solta do involucro pesado dessa carne que vai sumir-se no cháos negro e humido, onde só vive nas trevas o verme que a devora!

E só assim, senhores, é que eu sei explicar o motivo desta sessão e o de tantas outras reuniões expressamente convocadas para a apotheose dos homens virtuosos e dos cidadãos benemeritos.

Si tudo acabasse com a morte, para que estas glorificações dos mortos?!

Para que prolongar, si não fosse ouvido, esse adeus que os amigos consternados e a patria reconhecida lhes dirigem, reno-

vando sem a consolação de uma esperança, uma dôr que afflige, revivendo a lembrança de serviços que não pódem repetir-se?!

Ah! senhores, o homem é bastante egoista e bastante ingrato para honrar a memoria dos que acabam, si a consciencia lhe não dissesse que as suas homenagens não se perdem no espaço e que os seus panegyricos não passam das paredes de um tumulo!

Mas ainda quando os homens fenecendo, passassem apenas como um sonho numa sombra, o que não morre nem passa são os altos exemplos de virtude civica, de dedicação pela causa publica, do amor pelo trabalho prestante e util, de lide incessante em pról da instrucção e do desenvolvimento geral do proprio paiz.

Taes exemplos ficam vivos e impressivos para as gerações novas, e são elles tambem. quanto a mim, uma explicação pratica destas homenagens posthumas, que os homens mais distinctos e as mais notaveis e importantes corporações, se apressam a render aos que, como Cesario Motta, passam desta vida, deixando uma honrosa e honradissima memoria.

Este nome, inscripto na galeria dos brazileiros benemeritos das sciencias, das lettras, das artes e da publica administração que no mundo têm alcançado nomeada, será sempre lembrado como uma gloria para o paiz e principalmente para o Estado que o viu nascer; e uma fonte de aspirações generosas e de nobres emulações para os que de futuro se souberem inspirar no seu exemplo.

Por isso, a morte que poude abalar aquelle colosso, a morte que teve força para o fulminar com um sopro desfechando-lhe golpe certeiro e cruel no que elle tinha de maior, de melhor, de mais bello, de mais puro, de mais nobre e mais completo,— no coração; essa morte imprevista, subita, inesperada que nol-o roubou para sempre, deixando-nos attonitos e atturdidos, não logrará comtudo, nunca, fazer-nos esquecer o amigo leal, o mestre erudito, o companheiro fiel, o conselheiro prudente, o cidadão prestantissimo, que nós amavamos com todas as veras das nossas almas e que viverá eternamente na nossa memoria e nos nossos corações!

Só a materia desappareceu dos nossos olhos, encerrada num esquife, mas o espirito, esse grande espirito que nos dominou domina-nos ainda agora, pairando entre nós, sobre nós, inspirando-nos, affagando-nos, correspondendo ao nosso affecto, consolando a nossa Saudade!

***

Tu, bom amigo como verdadeiro benemerito que tres vezes o foste,—benemerito da sciencia, benemerito da patria, benemerito da humanidade; si ouviste acaso o que acabo de dizer, e lá da eterna morada me dispensaste ainda um atomo daquella bondade com que em vida te aprouve distinguir-me, certo perdoado estou já do pouco que de ti disse e sem que dissesse o que mais devia. Esta homenagem que a minha limitação fez tão deficiente quanto foi na verdade grande o teu valor, acolhe-a tu, amigo, como o que é apenas:—como um preito de gratidão e amisade que melhor não sabe dizer; acolhe-a como um testemunho de enthusiastica affeição, que tanto se recatou, vivo tu, de vangloriosas ostentações, quanto sincero em sua rude essencia, agora espontaneo esfolha, perante os que tão sabiamente dirigiste e te admiraram, sobre a tua sepultura estes bem singelos goivos, sem cuidar no que poderão valer a par dos festões de myrto e rosas com que outros bem mais competentes a estão ornando!

Exemplo e estimulo a porvindouros, repousa, que bem o mereces, sereno e tranquillo nos seios da morte; repousa para sempre na eterna paz! Que o teu descanço continue a ser lá tão perduravel como na patria que tanto amaste, será tambem perduravel a tua nomeada!

O teu nome subirá aos céos abençoado por todos aquelles a quem a tua corajosa iniciativa e a tua indomavel persistencia, aponta os testemunhos vivos dos immensos beneficios e bem estar que semeaste proficiente.

São as tuas leis previdentes, o saneamento do Estado, os serviços sanitarios, as escholas modelos, os grupos escholares, os jardins da infancia, a attestarem mais do que eloquentemente, que aquelle que tudo isto criou, si não tinha o genio politico, tinho o que vale muito mais: tinha o patriotismo esclarecido que sabe vêr as necessidades da nação e dar-lhes remedio, deixando no logar de uma iniciativa ephemera e transitoria documentos de valor que hão de durar o sufficiente para serem a gloria de uma homem e a honra de um paiz! E' uma população inteira a quem deixaste um codigo completo de preceitos e de providencias salutares e proveitosas, e que começa a sentir os beneficos effeitos do amor com que tudo isto criaste e dotaste com inapreciaveis dons, que te abençôa a memoria, tornando o teu nome glorioso por toda a eternidade!!

Breve descripção do rio S. Francisco e itinerario de Guilherme Glimmerio pelos sertões do Brazil

---

EXTRAHIDA DA «HISTORIÆ RERUM NATURALIUM BRASILIÆ» DE GEORGI MARCCRAVI

TRADUZIDO POR JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA

O rio S. Francisco, que serve de limite entre a capitania de Pernambuco e a Bahia de Todos os Santos, é um dos mais notaveis; pois julga-se que desce do interior deste continente, e com certeza daquelle lago celebrizado pelas narrações de muitos escriptores, o qual recebe todos os rios e torrentes, que dos montes altissimos do Perú se dirigem para o oriente, e tornados rios caudalosos os lança no oceano, principalmente o *Rio de la Plata*, do qual já ninguem duvida; Maranhão e este nosso. Porquanto ainda que a fonte ou origem deste rio por ninguem ainda tenha sido explorada, com tudo a pura razão parece demonstrar isso com toda a evidencia, porque contrariamente aos outros rios, que desta região do Brazil correm para o oceano, este nos mezes de verão, em que as chuvas aqui são raras e moderadas, tão volumoso se ostenta, que as suas aguas ainda são doces a algumas milhas, pelo mar a dentro. Os nossos compatriotas, nestes ultimos annos, subiram este rio, numa pequena embarcação, até quarenta milhas mais ou menos, onde ainda era sufficientemente largo e profundo. Quanto ao mais, a darmos credito no que dizem os Indigenas e os Portuguezes, elle se apresenta de tal modo que, cerca de cincoenta milhas de distancia do mar, se precepita de altissimos rochedos ou cataractas, a que chamam *Cachoeira (Cacoeras*, no original) e que não póde ser remontado mais acima, por aquelles que vêm do mar. Porêm, acima das cataractas o leito do rio se torce para o noroéste algumas mi-

lhas, depois segue-se um grande lago, no qual estão espalhadas muitas e lindissimas ilhas, que são habitadas pelos barbaros, como tambem o são as margem de todo o lago. Mas, nesse mesmo lago recolhi areias auriferas, e os moradores me disseram que era abundante em ouro, de que ninguem faz caso. Este, porêm, arrastado por uma infinidade de torrentes dos rochedos auriferos que estão voltados para o Perú, é conduzido para o lago. Além disso, aqui se póde encontrar grande quantidade de excellente nitro; um padre portuguez sério o illustrado contara que esse mineral fôra já explorado por um governador da Bahia; esse padre asseverou aos nossos compatriotas que viu esse nitro. Não ha duvida de que os nossos, para o futuro, se hão de esforçar, para que se façam a respeito, cuidadosas pesquizas.

Julguei, porêm, util inserir aqui o itinerario que recebi do nosso compatriota Guilherme Glimmerio. Conta elle que no tempo em que residia na Capitania de S. Vicente, da Capitania da Bahia viéra ter áquellas paragens Franciseo de Souza; tinha, porêm, recebido de um Braziliense qualquer certo metal, tirado, como dizia, dos montes *Sabaroason*, de côr azulada ou celeste, misturado com algus grãos de areia côr de ouro, o qual sendo examinado por mineiros, verificou-se que em um quintal continha trinta marcos de prata pura.

Attrahido por este engodo, o Governador julgando que esses montes e essas minas deviam ser mais diligentemente exploradas, resolveu mandar para lá setenta ou oitenta homens, entre Brazilienses e Portuguezes.

Partindo com elles o nosso Glimmerio, assim descreveu a sua viagem.

Tendo nós partido da villa de S. Paulo, na capitania de S. Vicente, chegámos primeiro a colonia (aldeia) de S. Miguel, (que dista cinco ou seis leguas da precedente, para o oriente) e á margem do rio *Anhembi*, e lá encontrámos promptos os mantimentos, que os selvagens tinham de carregar ás costas. Depois atravessámos aquelle rio, e após quatro ou cinco dias de viagem a pé, por entre cerrados bosques, avançámos para o norte, até um riacho que nasce nos montes Guarimunis ou Marumininis, onde ha minas de ouro.

Aqui, tendo construido algumas canôas, de cascas de arvore, descemos por esse segundo riosinho cinco ou seis dias, e entrámos em um rio maior que desce do lado do occidente. Aquelle primeiro riacho se deslisa pelo meio de campos baixos e alagados, de lindissimo aspecto. Tendo descido por espaço de dois dias este segundo maior, entrámos num rio ainda muito maior que nasce no lado norte da serra de *Paranapiacaba* (assim como

o *Anhembi* do lado sul da mesma) e correndo para o occidente segundo a primeira direcção dos montes, depois formando um cotovello, se dirige em certa extensão para o norte, e finalmente, como vulgarmente se pensa, se lança no oceano, entre o Cabo Frio e a Capitania da Espirito Santo, abundantissimo tanto de peixes grandes, como pequenos: dão-lhe o nome de rio dos *Sorobis*.

Descendo tambem este por uns quinze ou dezeseis dias, chegámos a Cachoeira, onde o rio apertado por montes elevados, corre impetuosamente para o oriente: por esse motivo aqui submergimos as nossas canôas, e de novo emprehendemos a viagem a pé, até outro rio, que vem do occidente, e que não é navegavel; em cinco ou seis dias chegámos a uma serra elevadissima, transposta a qual descemos a campos dilatadissimos, ensombrados, tambem aqui e alli por bosques, nos quaes se vêm lindissimos pinheiros, que produzem fuctos do tamanho de uma cabeça humana, cujas nozes têm a grossura do dedo medio, revestem-se de casca como a das castanhas, são de sabor delicado e fornecem excellente alimento, (*estou quasi acreditando que elle quer fallar da arvore da Sapucaia*), encontram-se arvores desta especie muitas milhas pelo sertão a dentro. Depois em tres dias chegámos a um rio que desce do oriente, passando o qual, durante quatorze dias nos dirigimos para o noroeste, pelo meio de largos campos e de collinas despidas de arvores, a outro rio navegavel, e que vem do norte; atravessámos este em embarcações, a que chamam—*Jangadas*; e com um intervallo de quatro ou cinco leguas, encontrámos outro rio navegavel, que corre quasi do norte. Creio, porêm, que estes tres rios finalmente se reunem no mesmo leito e se lançam no *Paraguay*, por este fundamento, porque se inclinam para o Africo ou para o occidente.

Mas em toda aquella jornada que até aqui descrevemos, nenhum terreno cultivado avistámos, não encontrámos viva alma, unicamente aqui e alli algumas ruinas de aldeias, nada de viveres, a não ser a grama e alguns fructos silvestres.

Observámos comtudo algumas vezes a fumaça que se levantava, visto que por estes sertões vagueiam alguns barbaros, com suas mulheres e filhos, sem habitação fixa, comendo do que encontram, sem nenhuma preoccupação de cultura. Finalmente, junto deste ultimo rio, démos com uma aldeia de indigenas, e abundancia de mantimentos, coisa muito a proposito, visto que estava acabado o que comnosco haviamos trazido, e já algumas vezes fôramos obrigados a matar a fome com fructos silvestres ou com hervas do campo.

Demorando-nos alli quasi um mez inteiro, e tendo feito provisão de viveres, afinal rompemos a marcha para o noroéste, e passado um mez, sem que nenhum rio encontrassemos, chegámos a uma estrada larga e batida, e a dois rios de differentes volumes de agua, que correndo do occidente por entre as montanhas de *Sabaroasu* com difficuldade rompem para o norte; sou de opinião que são estas as fontes ou cabeceiras do rio S. Francisco.

Da supradicta aldeia até estes rios, não encontrámos viva alma, porêm soubemos que além dos montes habitava uma nação barbara, muito populosa; os quaes informados (não sei por que meio) da chegada destes Europeus, mandaram um delles, para nos observar. Este havendo-se encontrado com os nossos, dahi resultou que, de medo desses barbaros e por escassez de provisões apressámo-nos a voltar pelo mesmo caminho, nem tendo explorado a mina, para cujo fim tinhamos sido enviados, e quasi mortos de fome chegámos áquella aldeia de barbaros.

Assim que se restauraram as nossas forças e que obtivemos algum mantimento, voltámos, pelo mesmo caminho pelo qual tinhamos ido, para aquelle rio onde tinhamos submergido as canôas; e achando-nos mais fortalecidos, embarcámo-nos outra vez nas canôas, e, aguas acima, nos arrastámos até as nascentes do rio; e assim, tendo gasto nove mezes nesta expedição, chegámos primeiro a Mogomimin, e depois a villa de S. Paulo.

Mas voltemos ao nosso assumpto, logo que isto considerarmos, não parecerá verosimil que estas possam ser as nascentes do rio S. Francisco, porquanto si calcularmos accuradamente veremos que ellas não parecem ter se estendido até o norte, para poderem chegar a sua profundidade; e sou de opinião que penetra muito longe pelo continente a dentro.

Viagem a varias tribus de selvagens na capitania de Minas-Geraes; permanencia entre ellas, descripção de seus usos e costumes

PELO NATURALISTA ALLEMÃO G. W. FREIREYSS

TRADUCÇÃO DE ALBERTO LÖFGREN

A Academia das Sciencias de Stockholmo possue um manuscripto da mão de um naturalista allemão G. W. Freireyss. Este manuscripto é uma especie de relatorio sobre uma viagem que o mesmo emprehendeu a expensas do, então consul geral de Suecia e Noruega no Rio de Janeiro, Sr. Lourenço Westin, nos annos de 1814—1815. O manuscripto contem 91 paginas em folio com varias aquarellas e é dedicado ao Sr. Westin.

O auctor, especialmente ornithologo, nasceu em Francfurto sobre o Meno em 1789. Em 1812 acompanhou o consul geral da Russia Sr. Gustavo de Langsdorff, sendo porêm a viagem de S. Petersburgo muito penosa, ficou o Sr. Freireyss na cidade de Carlshamn na Suecia, de onde seguiu para Upsala. Ahi travou conhecimento com os celebres botanicos suecos Swartz e Thunberg que lhe forneceram cartas de recommendações para o Sr. Westin, já residente no Rio. Chegando á capital brazileira em 29 de Agosto de 1813, tornou-se logo amigo do Sr. Westin o qual forneceu-lhe os meios para fazer collecções de objectos de historia natural. No mez de Julho dirigiu-se elle a Minas Geraes, em companhia do celebre e conhecido Tenente-coronel Guilherme von Eschwege, director de minas por parte do governo brazileiro. Na volta desta viagem escreveu o Sr. Freireyss o relatorio do

qual terei a honra de lêr um fragmento. Este, porêm não representa o unico trabalho de Freireyss, porque mais tarde acompanhou elle o conhecido naturalista, principe Maximiliano de Neuwied. Além disso foi elle o primeiro a trabalhar pela colonização allemã no Brazil, conseguindo a fundação da colonia de Leopoldina ao sul de Bahia, morrendo na edade de 36 annos em 1825 e foi sepultado na Villa Viçosa perto da colonia e no paiz que elle tanto amou.

O fragmento que se segue é apenas um capitulo do relatorio, cujo manuscripto esperamos ter em breve no Archivo do Instituto (1).

*
* *

Apenas 5 dias de viagem, na direcção Leste, da Villa-Rica actual Ouro Preto, vivem varias tribus de indigenas do Brazil, pelos portuguezes rechassados de suas antigas aldeias no litoral. Parece que a retirada delles se effectuou atravessando as espessas mattas que se extendem entre este territorio e Bahia, e muitas vezes, a poucas leguas do mar.

Havia muito tempo que pretendia observar estes selvagens nas suas condições naturaes e, com este objectivo, deixei Villa Rica em 14 de Dezembro de 1814.

O nosso caminho passava ao pé da Villa Marianna, distante duas leguas. Logo após começamos a subida da serra que se enxerga de Villa Rica e cujo ponto culminante parece ser o Itacolumi. A subida era muito fatigante. No logar mais alto tinhamos uma vista muito vasta mas, de pouca belleza; parecia como si a terra neste logar ha pouco tivesse sahido do «Cháos», pois tal era a impressão produzida pelos milhares de morros e pelos estreitos mas profundos valles entre elles. A maior parte desta estrada cortava mattas impenetraveis.

Algumas leguas adeante passavamos por um territorio muito lindo, onde dizem existir grandes riquezas de ouro e, em muitos logares, plantações boas. A nove leguas da Villa Rica e passando por um terreno accidentado e coberto de matta, chegamos á villa de Sant'Anna dos Ferros que, parecia ter sido um antigo presidio, isto é, logar de guarda de limites contra os indios. Proximo a esta villa e no outro lado do rio, vivem indios da tribu «Puri», mas que não parecem perigosos para os lavradores porque, contava-se como cousa notavel que ha 18 mezes os indios ma-

(1) Este trabalho foi lido na sessão de 5 de Fevereiro de 1901. Deliberou o Instituto, á vista do seu merecimento, mandar tirar uma copia completa, ficando encarregado disso o Sr. Dr. Alberto Löfgren que já recebeu communicação de estar ella prompta.

taram á flecha dois escravos. Os portuguezes todavia temem estes indios e o nosso hospede que era caçador apaixonado, confessou que nunca caçava no outro lado do rio. Tambem não se viam grandes sympatias pelos pobres indios por parte dos habitantes da villa porque, quando o commandante ouviu que o commissario portuguez conseguira localizar 500 Puris em logares fixos, abandonando todas as hostilidades contra os brancos e seus alliados indios, disse elle que estimava si alguem levasse a variola para elles para dar cabo delles de uma vez.

No terceiro dia e depois de termos passado a grande ponte sobre o rio encachoeirado perto de Sant'Anna dos Ferros e, mais algumas roças, vimo-nos rodeados por mattas espessas, aqui e acolá interrompidas por plantações de milho e outras. Si bem que os Puris bravos, ás vezes frequentam estas mattas, encontram-se especialmente numa outra matta virgem, muito densa, á cerca de 3 leguas de Sant'Anna, e á qual deram o nome de «Matta dos Puris». Duas cruzes, logo á entrada desta matta temivel e proximas uma á outra, testemunham o assassinato dos dois escravos, surprehendidos na occasião da colheita de algodão para os seus senhores. Por causa disso os meus companheiros entravam nesta floresta com receio visivel. Parece, entretanto, que os Puris têm mais medo ainda dos portuguezes e suas armas superiores, do que estes daquelles porque, si os Puris fossem o que se diz ninguem podia viajar ali ou, centenares de cruzes attestariam os assassinatos ao passo que durante annos sómente duas ou trez tiveram de ser levantadas. Ali, naquellas moitas impenetraveis, podiam elles impunemente e sem serem vistos, atirar as suas flechas sobre os viajantes, certos da impossibilidade de serem perseguidos.

Ás 3 horas da tarde chegamos á Santa Rita, uma aldeia á 5 legoas de Sant'Anna e á uma da Matta dos Puris. No dia seguinte, ás 7 horas da manhã, continúamos a viagem e após mais 3 leguas de marcha,—17 leguas ou 113 kilometros de Villa Rica—alcançavamos o pico da serra de S. Beraldo — S. Geraldo?—, de fronte da qual se ergue a cordilheira, mais alta ainda, da Serra da Onça. Ambas estas serras limitam um terreno mais baixo, cheio de morros, e onde está situado o presidio de S. João Baptista, uma aldeia que foi alcançada ás 3 horas da tarde e ahi fomos hospedados na casa do director Geral dos indios, Capitão Marlière, francez de origem. Este logar devia ser o ponto de onde fariamos as nossas observações sobre os indios. No valle achamos grandes extensões cobertas pela «*Asclepias curassarica*»—*Paina de seda*, *Pega-olho*, *Official da sala*, *Falsa ipecacuanha*—cujo cultivo é recommendavel pela paina sedosa das sementes.

Este presidio, nome que póde ser traduzido por «logar de guarda limite», teve sua origem, como outros iguaes, pelo estabelecimento de criminosos que, fugidos da justiça, installaram-se entre os indios e, mais tarde, sollicitavam e recebiam do Governo alguns soldados para a sua segurança. Taes escoltas que raras vezes excediam de duas praças, não teriam sido precisos si, desde o começo, não tivessem calcado aos pés todos os direitos humanos dos pobres indios. Foram taes individuos que o indio primeiro chegou a conhecer e cujo comportamento logo julgou, extendendo em seguida o odio adquirido a todos os mais homens brancos e é sobre identicos elementos entre os primeiros conquistadores que se devam lançar toda a culpa da triste sorte dos infelizes selvagens e não sobre os portuguezes em geral.

Proximo ao presidio de S. João Baptista e, occupando uma area de cerca de 20 leguas quadradas, vivem tres tribus diversas de indigenas brazileiros. A mais poderosa dessas tribus é a dos Coroados que, inclusive mulheres e crianças pode ser calculada em 2000 individuos. Em seguida vem os Puris, dos quaes conseguiu-se reunir 500 em habitações fixas. A terceira tribu, os Coropós, ha mais de 50 annos está alliada e vive em amizade com os portuguezes, pelo que já perdeu muito da sua originalidade. Destes cerca de 200 formam uma communidade no rio Pomba, um affluente do norte para o rio Parahyba. Nesta tribu vivem tambem dois homens dos Parahybas e um dos Pacajús, duas outras tribus que habitam o territorio proximo á foz do rio Parahyba.

Todas estas tribus, no estado natural, são nomades porque, não têm criação e vivem de caça e pesca, raizes e fructas. Os homens caçam e as mulheres pescam e colhem as raizes e as fructas. O clima ameno não exige dos indios que pouco trabalho para o sustento e, ignorantes, como são, dos prazeres e vantagens de uma certa civilização, milhares de necessidades lhes são desconhecidas.

Os indios, em geral, são de estatura pequena; a côr é um amarello pardo—não côr de cobre como se costuma contar; o cabello é liso e preto; o olho é um pouco obliquo, de uma côr negro-bruna e, os ossos zygomaticos salientes constituem caracter essencial. O seu corpo não é avantajado porque, a parte inferior do tronco é de ordinario grosso, as pernas finas e a cabeça grande. São tidos por imberbes porque extirpam cuidadosamente todos os pellos que apparecem e, como este costume tem sido transmittido durante gerações, teve por effeito que até os indios escravos, apesar de não o seguirem mais, tem sempre menos barba e pellos do que os portuguezes. O indio anda completamente

nú e em algumas tribus ha o costume de puxar o prepucio e amarrar para impedir qualquer offensa por insectos.

Estavamos, portanto, perto destes interessantes indigenas e no intuito de procura-los nas suas proprias habitações, parti do presidio no dia 29 de Dezembro, em companhia do Snr. v. Eschwege, o director dos indios, Snr. Marlière e um soldado. O objectivo era o de visitar uma das aldeias proximos, si assim podemser chamadas 3 ou 4 cabanas baixas de palha. Estas se acham dentro da matta e raras são aquellas nas quaes moram mais de uma familia de 20—40 pessoas e ordinariamente são situadas distantes de algumas horas uma da outra. O caminho que conduz a uma aldeia é sempre um simples trilho estreito, no qual o indio, nú e pequeno, facilmente caminha mas onde nós, constantemente ficavamos embaraçados pelos espinhos e galhos que pegavam nas roupas.

O nosso caminho passava, pois, numa matta virgem e depois de duas leguas de marcha, sem perigo, encontramos uma porção de Coroádos que voltavam de uma caçada. As armas que traziam eram arcos e varias especies de flechas. As mulheres arquejavam debaixo de pesada carga de carne de porco do matto, macaquinhos vivos e papagaios. Ao redor dos rins traziam pannos e sua physionomia era pouco attrahente. Eram antes pequenos do que de estatura mediana e os cabellos soltos e emmaranhados pendiam em strigas até os hombros. Depois de termos comprado um macaco, acompanhamos elles até as cabanas mas, tivemos logo de abandonar as mulas que deixamos com o soldado, porque o caminho tornava-se tão estreito que mal e mal um homem podia passar e, apesar de bem comprido, era entretanto tão direito como si os indios o tivessem traçado a bussola. Os nossos guias, não obstante, moviam-se tão habilmente por entre as moitas que estavam sempre diante de nós. Finalmente, no meio da matta, enxergamos uma roça de milho e, no meio desta, escondidas pelo milho que tinha 7 a 9 pés de altura, varias cabanas toscas, em forma de barracas e cobertas de palha. Apesar de ser bem restricto o espaço em cada uma dellas, havia, assim mesmo, 5 redes amarradas e, conforme o seu costume, receberam-nos os indios assentados em suas redes e balançando de vagar. Logo porêm, todos, deixaram-nos um apos o outro e sómente o chéfe da familia nos fez companhia, mestrando-nos as cabanas de seus filhos, collocadas na mesma roça. Todas as cabanas eram construidas do mesmo modo: de varas fincadas no chão com outras varas amarradas nas extremidades formando um cone com as pontas reunidas em cima e tudo coberto com palha de milho e de outros capins. Arcos, flechas, algumas vasilhas de barro, as cestas primitivas das

mulheres e umas peneiras formavam todo o mobiliar. Alem destes objectos vi mais algumas cestinhas cuja fôrma e feitio apresentavam uma similhança sorprehendente como as das ilhas da Polynesia. Tambem havia alli varios animaes domesticados como cachorros, pequenos porcos do matto, papagaios e jacús.

Depois desta visita fui muitas vezes á mesma aldeia durante as minhas excursões para collecionar objectos de historia natural. Umas vezes fui só e outras vezes em companhia de um menino da tribu Coropó, porêm ainda não me tinha arriscado a pernoitar com elles, até que, uma tarde, quando voltava para o presidio, uma tremenda borrasca surprehendeu-me na matta e perto da cabana dos indios. Trovoadas e tempestades como aquellas são perigosas na matta, especialmente por causa das milhares de arvores colossaes que o cyclone derruba, tanto por serem já muito velhas como por estarem em geral mal enraizadas, segundo observações feitas sobre as arvores brazileiras. Accresce que estes gigantes estão quasi sempre presas ás outras arvores por meio de milhares de cipós e, quando cahem, arrastam tudo na queda ou quebram uma porção de outras arvores. Imaginando mais a escuridão completa, interrompida apenas pelos relampagos e a trovoada a roncar incessantamente, impedindo o ouvido de escutar o barulho das arvores que cahiam e verdadeiras cataractas de chuva a se despejarem das nuvens fazendo crescer num momento os riachos e os corregos, tem-se a situação perigosa e difficil da permanencia na matta durante uma tempestade.

Foi, pois, uma tempestade destas que obrigou-me a pedir abrigo entre os meus amigos indios. Acompanhado do menino Coropó, cheguei as cabanas totalmente molhado porque, além da chuva, tive de attravessar a váo varios corregos engrossados de modo a chegar-me a agua até o peito. O primeiro cuidado naturalmente foi a de tirar a minha roupa ensopada, porêm, com que havia eu de cobrir-me, pois nenhuma camisa existia na cabana? Os indios estavam todos nús e zombavam do meu embaraço até que uma india de cerca de 16 annos, compadeceu-se e por mimica offereceu a sua tanga, unico vestuario que possuia. Como era natural recusei, visto que todas as mulheres presente, conservavam as suas tangas e só me restava unirme áquella sociedade núa ao redor do fogo. Mas por muito tempo continuava eu objecto de sua curiosidade por ser a minha pelle differente da delles. Percebendo isso, e na supposição de que nunca tinham visto europeos nús, aproveitei-me esta curiosidade em meu favor porque, conhecendo o seu odio aos portuguozes, fiz o meu Coropó, que entendia a lingua delles, contar-lhes que eu não era portuguez mas sim de uma grande nação que morava para o Norte.

Deste momento em diante, crescia a sua confiança que eu, aliás, já tinha procurado ganhar com pequenos presentes. A mais velha das mulheres recebeu então ordem—provalvemente do marido que parecia da mesma edade—de cosinhar um pouco de milho para mim mas, como não havia milho na cabana, nem lenha, oppuz-me a esta generosidade, porque a trovoada ainda roncava e a chuva ameaçava-nos de outro diluvio. Mas nada adiantei. A pobre mulher teve de sahir e somente depois de uma boa meia hora, voltou com lenha, agua e milho. Este ultimo ainda não estava maduro o que entretanto não importa, porque os indios só comiam milho verde feito mingáu. Regalei depois os meus hospedes com um pouco de agua-ardente que tinha commigo, o que muito lhes agradou, pois, esta bebida tem para elles um valor inestimavel e torna-se facilmente o idolo ao qual sacrificam o ganho de suas caçadas e de seu trabalho. Felizmente a minha provisão, -esta vez, chegava apenas para dar-lhes um pouco de alegria, sentimento este que raras vezes observei em selvagens no Brazil.

Tinha chegado a noite e si eu não quizesse dormir no chão, precisava pedir que me cedessem uma das redes na cabana, mas notei que os velhos estavam com pouca vontade de dar-me uma das suas. Finalmente uma india moça tirou-me do embaraço, cedendo-me a della, cuja fineza retribui com alguns anzóes. Pouco depois o meu joven companheiro Coropó estava tambem deitado, roncando numa outra rede, cedida pela irmã da minha bemfeitora. Assim mesmo fiquei meditando si era prudente entregar-me ao somno que imperiosamente me invadia. O que valia, porem eu ficar acordado si os indios tivessem deliberado eliminar-me? Minha polvora estava acabada, apenas tinha para 3 tiros e esta mesma estava estragada pela chuva. Adormeci, pois, mas duvidas e receios acordaram-me repetidas vezes durante a noite. Fiz então a observação de que o somno dos indios é desigual e interrompido porque os vi varias vezes pôr lenha no fogo durante a noite e, ás duas horas da madrugada, alguns se levantaram para assar milho.

Na manhã seguinte, ao raiar do dia, deixamos esta gente simples, depois de tel-os presenteado com algumas agulhas e anzóes. Teriamos caminhado cerca de meia legua quando um dos indios da cabana onde tinhamos pernoitado, nos alcançou, todo arquejando, e entregou-me umas folhas de papel que tinha usado para prensar plantas e que ficaram esquecidas num canto. Por essa e outras acções identicas, ganharam os indios a minha estima.

Muitas outras, não menos interessantes aventuras, passei

durante as minhas visitas aos outros Coroados, porêm seria prolixo contar tudo, pelo que prefiro expôr alguns resultados das minhas observações.

A tribu dos Coroados, como ja foi dito, é a mais numerosa e conta cerca de 2000 almas. E' bem notavel o facto que o numero de mulheres é igual ao de homens, segundo uma estatistica official, facto este que não justifica a polygamia entre elles.

Os coroados são muito guerreiros e temidos pelos visinhos, os Puris, com os quaes vivem em constantes brigas e, apesar de não serem antropophagos ha, todavia, um costume tendente a isso. Quando matam algum inimigo, de ordinario um Puri, levam comsigo para a cabana um braço do cadaver, como uma especie de trophéo da victoria. Chegados em casa arranjam uma festa na qual se regalam com a bebida predilecta que fabricam fermentando o milho e que é servida em grandes potes de barro, cujo fundo pontudo está enterrado no chão. Neste pote collocam o braço do inimigo morto e cada um, por sua vez, tira-o de vez em quando do pote para chupar a extremidade cortada.

Taes costumes barbaros provam o gráu baixo da civilização desta gente, aliás tão boa. Como entre quasi todas as tribus, reina entre elles ainda o costume de vingarem-se cada vez que algum membro da sua familia for assassinado e, como o assassino quasi nunca é entregue pelos seus, matam, logo que podem, qualquer outro da familia do assassino, uma mulher pelo marido, uma irmã pelo irmão, um filho pelo pae e assim sempre o innocente pelo culpado. Conseguido isso, cessam as hostilidades e a amizade antiga reina de novo entre elles. Medo, o indio não conhece, pelo menos não o medo da guerra e entre elles ha o proverbio de que o homem foi creado para morrer na peleja e a mulher para dar novos homens.

Os logares habitados, estão sempre muito distantes um do outro até a varias horas de marcha e nunca são inteiramente fixos, apezar de que os indios, ás vezes, cultivam o milho. Mesmo onde isso é o caso, deixam elles as suas cabanas para viajarem durante mezes em caçadas pelas mattas, unico logar que elles amam. Essas viagens são muito penosas para as mulheres que tem de carregar todo o mobiliar, redes, potes etc., acommodando tudo numa cesta sobre as costas e presa por uma facha de panno que passam ao redor da testa, e mais os filhos pequenos e os animaes domesticos.

E' a caça que lhes fornece a alimentação principal; menos impertante, pelo menos neste logar, é a pesca. Nas caçadas pouco rendosas, nutrem-se elles de varias fructas do matto, fazendo até

provisão de algumas e entre estas está em primeiro logar a «Sapucaia» em cuja colheita servem-se dos cipós para subir nas arvores que são muito altas. Um costume bastante singular e que, forçosamente, ha de contribuir para conservar-lhes uma certa sociabilidade, observei entre os Puris que acreditam ser prejudicial para o caçador a caça que elle matou e por isso tem de dal-a aos outros.

As unicas armas usadas pelos Coroados, são o arco e as flechas, como por quasi todos os indios brazileiros. No manejo destas possuem uma habilidade admiravel e para alcançar este desideratum praticam 5 a 6 incisões profundas no lado de dentro do antebraço esquerdo, porque assim, dizem, adquirem mais firmeza no armar o arco. Tem-se visto indios atirarem as suas flechas quasi que perpendicularmente e na quéda da flecha acertar em qualquer objecto determinado de antemão. Em 50 passos, raras vezes erram o alvo, ainda que seja pequeno e vi um menino flechar uma fructa na distancia de 30 passos e isso depois de tér estado ao meu serviço durante varios mezes em que elle nunca manejou o arco porque eu lhe tinha ensinado o uso da espingarda. As mulheres são em geral menos dextras e tem arcos menores. Quando um indio foi flechado e a flecha ficou na ferida, como quasi sempre acontece, quebra elle a ponta e tira o cabo da ferida, torcendo-o.

Para pescar, os coroados empregam uma especie de lança, feita de uma qualidade de canna de grossura de uma pollegada e cerca de 9 pés de comprimento. Na extremidade amarram duas pontas farpadas de madeira de 8 pollegadas de comprimento. Esta lança seguram debaixo da agua e quando um peixe se approxima, espetam-no com grande habilidade. Esta lança de pescar cham «tschemnã».

O uso do ferro ainda lhes é pouco conhecido e todas as armas mencionadas, por temiveis que sejam, são feitas de madeira. Parecem ignorar o envenenamento das flechas.

Quando a noite surprehende os indios que andam caçando, suspendem as suas redes que, como as cordas dos arcos, são fabricadas de embira, e nunca deixam de accender um fogo no que empregam varias madeiras. O fogo produzem com um páusinho de madeira dura, de comprimento e largura de um dedo. Este páusinho fixam no cabo de uma flecha, cuja ponta tiram. Collocam depois emcima de uma pedra, um outro pedaço de madeira no qual praticam uma cóva e nesta cóva assentam o páusinho que fixaram no cabo da flecha. Tomam então o páusinho entre as duas mãos abertas e, conservando a extremidade na cóva, imprimem-lhe um movimento de rotação rapida até que

o pó de madeira que se fórma pela fricção, se accenda por alguma fagulha produzida por este attrito rapido. Mas este processo empregam sómente em caso de necessidade porque é obrigação das mulheres de conduzir sempre uma braza.

Quando uma caçada feliz tem posto os Coroados ao abrigo dos cuidados pelos alimentos por alguns dias, descançam os homens, deixando ás mulheres o preparo da comida. Como em todos os povos não civilizados, a mulher tambem aqui é escrava. Nas caçadas é ella carregada em excesso com a caça e as provisões de fructas emquanto o homem, mais forte, carrega sómente o arco e algumas flechas. Em casa tem ella de preparar a comida, ir buscar a agua e a lenha e, muito condescendente é o homem que se occupa em conservar o fogo ao pé da sua rede.

Tendo os indios habitação fixa, voltam a ella finda a caçada, em outro caso installam-se em qualquer logar e a falta de comida põe-nos outra vez a caminho.

Os indios que costumam estar em contacto com os brancos tem a colheita da ipecacuanha que os faz sahir para as mattas, e são muitos os portuguezes que fazem bons negocios com o commercio desta droga, proveniente das partes subterraneas ou raizes de «Cephaëlis ipecacuanha», hoje do genero «Uragoga». Em epochas certas reunem para este fim a maior porção possivel de indios e atravessam com elles as mattas. Nestas excursões levam sempre mantimentos e especialmente aguardente que vantajosamente vendem em troca das provisões de ipecacuanha que os indios fizeram, por um pequeno calice de aguardente—uma mercadoria cuja venda aos indios é prohibida—recebem, muitas vezes, 1/4 de libra da valiosa raiz.

Por mais monotona que seja a vida destes selvagens e por mais brutos que sejam, distinguem-se elles de um modo inverosimil por sua boa reflexão e grande agudez de espirito, como logo mais terei occasião de mostrar.

De religião não ha vestigio entre elles, pelo menos no que diz respeito a praticas externas. Não adoram Deus algum bom, mas temem um genio máu que elles se figuram na trovoada, sem comtudo importarem-se mais com elle. Que porem entre elles exista uma vaga idéa a respeito da immortalidade da alma, como entre todos os povos na sua infacia, não ha duvida porque, deixam aos mortos as armas no tumulo para, como dizem, «usar lá em cima».

Um enterro entre os coroados apresenta certas singularidades. Primeiro quebram todos os ossos do cadaver e depois collocam-no assim nos grandes potes de barro em que preparam a

sua bebida de milho fermentado. Si foi um chefe de familia que morreu, enterram-no no meio da cabana que elle habitava em vida e em seguida abandonam o logar. Voltando por acaso e durante as suas caçadas para o logar onde os seus mortos estão enterrados, testemunham a sua lembrança delles por altos gritos e lamentos.

Com o mesmo silencio com que um Coroado abandona este mundo, faz elle tambem a sua entrada nelle; nenhuma cerimonia ou festa reune os visinhos por occasião de um nascimento e até os casamentos se effectuam em silencio. O noivo leva comsigo a noiva que comprou dos paes. Acontece, porêm, muitas vezes, que a mulher deixa o marido depois de poucas semanas, um costume que é tanto mais extranho, como em todos os outros casos é ella tractada como escrava. Este abandono do marido é tão frequente que se encontram muitas jovens indias que no espaço de um anno, e por simples capricho, mudaram de marido 5 a 6 vezes. Raro têm ellas mais de 4 filhos, o que é para extranhar, porque a população brazileira, de origem européa e africana, é muito prolifera. Logo que uma índia tem parido, desce para o primeiro corrego ou rio para lavar-se a si e á creança. A reconhecida observação de que o pai da creança finge-se doente e fica deitado por muitos dias, foi affirmada por varias testemunhas oculares.

Taes costumes encontram-se de preferencia entre os coroados não baptizados, mas os baptizados conservam tambem muito os seus costumes e, especialmente difficil é desacostumal-os da polygamia. O mesmo acontece com alguns outros costumes. No começo queriam que os portuguezes lhes pagassem para resar na egreja nos domingos e como não havia vontade nem meios para satisfazer essa exigencia, os indios convertidos deixavam de frequentar a egreja no presidio. Tambem são muito acanhadas as idéas do christianismo ministradas aos indios e como exemplo pode servir a seguinte anecdota: Num passeio o Snr. Marlière tinha levado um cãosinho. Este foi atacado por uma porção de porcos famintos que o teriam matado si o Snr. Marlière não tivesse acudido, mas já estava num estado lastimoso. Como era longe para a casa, o Snr. Marlière deixou o cão a um Coroado para ser curado. Dois dias depois veiu o indio e contou que o cachorrinho tinha morrido, «mas» accrescentou elle «como o cão era de um amigo, enterrei-o e puz uma cruz no tumulo». E, effectivamente, o indio tinha levado o cão a uma encruzilhada onde enterrou-o e collocou uma cruz.

Uma boa prova da sua reflexão, deram-me estes indios numa occasião. Tinha-se contado para os indios baptizados ha pouco,

a historia de S. Manoel, não poupando as narrações dos milagres. Ao mesmo tempo estava-se construindo uma egreja no presidio e no dia da inauguração da capella provisoria, a imagem de S. Manoel devia ser alli depositada. Curiosos para conhecer o milagroso Santo, muitos indios tinham chegado mas, quando viram que a imagem era de madeira, voltaram todos para as suas mattas. Acreditavam que se fazia caçoada delles e diziam que o Santo era de páu e que páu só era páu e não tinha acção alguma. Este caso é uma prova de que estes indios não conhecem a idolatria nem admittem a presença de entes superiores nas imagens mortas e, que possuem bom senso.

Pode-se tirar um selvagem brazileiro de suas mattas e tratal-o do melhor modo, que elle sempre estimará, acima de tudo, poder voltar para os seus patricios. Esta observação tão conhecida, fiz eu tambem quando trouxe para o Rio de Janeiro um pequeno indio que voluntariamente me acompanhava. Procurei fazer tudo para tornar-lhe a sua estada agradavel, não só por causa da confiança que elle tinha em mim, seguindo-me, como tambem por ser um moço muito intelligente que fallava as linguas de 4 tribus differentes e era caçador habilissimo que podia ser-me de grande utilidade nas minhas futuras excursões. Porém, divertimento algum o impedia de todos os dias pedir-me que fizesse uma nova viagem, especialmente para os indios. Por uma casualidade, a estada no Rio tornou-se ainda mais odiosa para o moço desconfiado. Tinha pensado proporcional-o um grande prazer levando-o ao theatro, mas felizmente, escolhi uma peça com muitas transformações. Nunca tinha visto o meu selvagem mais contente do que no começo da comedia; quando porém, no segundo acto, houve uma fingida decapitação, muito bem representada, o meu joven indio levantou-se e fugiu aterrorizado e nada podia obrigal-o a acompanhar-me outra vez ao theatro.

Uma prova ainda melhor, de quanto é forte a sua saudade do lar e do modo de vida livre e bruto das mattas, foi-me fornecida pela historia de um padre na communidade do Rio da Pomba. Este padre era Coroado nato que, em creança tinha vindo para o bispo em Marianna que o educou no intuito de dar aos indios um padre da sua propria raça, um pensamento que merece todo o applauso. Effectivamente, o nosso Coroado chegou a ser padre e, condecorado com o habito de Christo, foi mandado para a communidade converter os seus patricios. Durante muitos annos, cumpriu elle ahi o seu dever para grande satisfacção da egreja quando, repentinamente, accordou-se nelle a vontade de mudar a sua vida de padre para a que elle tinha levado em creança. Despiu a sotaina, deixou o habito de Christo

e tudo mais e fugiu em procura dos seus patricios nús, entre os quaes começou a viver como elles, casou com varias mulheres e até hoje, ainda não se arrependeu da mudança.

E' innegavel a grande perspicacia que os indios revelam no modo seguro com que curam as suas molestias que, felizmente, não são muitas. Todos os seus remedios buscam no reino vegetal e nós teriamos de aprender delles muitos segredos em pról da humanidade, como aliás, já devemos a elles o conhecimento de varias experiencias na medicina. Assim, por exemplo, o indio não tem medo das mordeduras de cobras venenosas porque, conhecem folhas que curam infallivelmente e, si o contacto com os portuguezes trouxe-lhes o contagio venereo, elles o curam tambem com vegetaes, sem que virus algum lhes fique no corpo.

Os Coroados empregam tambem a sangria e para isso utilizam-se de um arco pequeno de umas 10 pollegadas de comprimento e uma pequena flecha, cuja ponta é feita de uma lasca de vidro ou, em falta deste, de uma lasca de pedra que lapidam até que sirva para o fim proposto. A um millimetro, mais ou menos da ponta desta lasca, enrolam algodão para que não entre mais do que deve. Ha indios extremamente habeis neste genero de sangrias que podem, por isso ser tidos como os cirurgiões destas nações. Mas parece que não é sómente em caso de doença que os Coroados se sangram porque, o sr. Marlière observou um dia que uma porção de mulheres e moças que estavam tomando banho num corrego, sujeitaram-se todas a esta operação e o cirurgião nunca faltava de acertar a veia com a flechinha. Parece-me isso mais plausivel ainda pelo facto de o mesmo Coroado-cirurgião querer por força sangrar-me a mim tambem, apesar de que eu constantemente lhe declarava que estava são e não precisava disso.

Em casos de constipação, os Purís servem-se de um curativo que muito se assemelha aos banhos de vapor da Russia. Uma moça que tinha-se constipado fortemente, fizeram transpirar do seguinte modo: do corrego proximo transportaram uma pedra que foi posta no fogo até ficar bem quente, depois fizeram a moça debruçar-se, com as mãos e os pés no chão, por cima da pedra mas sem tocar esta; então as mulheres cercavam-na e com a bocca cheia de agua despejavam ou cuspiam esta na pedra. Os vapores que assim se formavam pelo contacto da agua com a pedra quente, effectivamente, provocavam uma transpiração copiosa e, no dia seguinte, estava a moça curada.

Mas por mais felizes que os indios sejam no curar quasi todas as suas doenças, acham-se entretanto absolutamente indefesos deante de uma das epidemias introduzidas—a variola. A

culpa disso talvez se encontra no proprio modo de vida que levam. Acostumados a banharem-se nos corregos ou rios proximos muitas vezes por dia e, principalmente quando sentem calor, correm logo para a agua a refrescarem-se. Deste costume é impossivel tiral-os, apezar de que tantos já foram victimados pela variola. Seduzidos pelo calor da febre, correm para a agua fria do rio onde permanecem durante horas de que resulta recolher-se a erupção e o pobre contagiado morre, victima de sua imprudencia. A simples noticia de que ha variola na visinhança, é bastante para despovoar mattas immensas.

Nunca se encontram individuos fracos ou doentios entre os indios, o que se tentou explicar pela simplicidade no seu modo de viver. Pode isso muito bem ser mas, fortemente contribue o costume que elles tem de matar toda a creança recemnascida com signaes de doentio ou que tiver qualquer defeito physico. Assim, ha pouco, o sr. Marlière impediu que um indio matasse o seu filho que nascera com dois dedos tortos porque, dizia o pae, não prestaria para armar um arco.

Os festejos que são verdadeiras orgias, e caem principalmente no tempo em que amadurece o milho. As mulheres assentam-se em circulo e mastigam com grande presteza o milho que depois de bem triturado é cuspido dentro de um pote grande em pé no meio dellas. Durante um a dois dias continúa esta mastigação até que a quantidade sufficiente esteja preparada. Neste milho mastigado e misturado com a saliva, põem ainda agua e deixam tudo ferventar, depois do que decantam o liquido que se parece com cerveja fraca e, começa a festança. Para augmento da festa saccodem uma puranga com pedrinhas dentro, produzindo assim uma musica, quasi egual á dos «kamtschadalos», cujo instrumento consiste numa porção de bicos de «alco« enfiados numa corda. O instrumento dos Coroados chama-se «grigine» e a bebida «verú». Nem sempre fabricam a sua bebida com milho, tambem a fazem com raizes, como os indios que não conhecem os portuguezes. Dizem que nestas bebedeiras ha cantos e dansas mas, nunca o pude verificar porque, não é prudente estar presente nestas festas que, quasi sempre acabam com zangas e brigas. Numa dellas, ha bem pouco, foi morto um portuguez, apesar de estar casado com uma india e ter vivido 10 annos entre elles, sendo, ás mais das vezes o ciume a causa das desavenças.

As linguas que falam os Coroados e os Puris são tão pouco differentes que só isso parece indicar uma origem commum e ha entre elles a lenda de que, ha muito tempo atraz, formavam uma

só nação. Naquelle tempo duas familias importantes separaram-se com os seus fieis e começaram a briga que perdura ainda hoje, assignalada por constantes assassinatos. Notavel é que os puris são sempre mais fortes do que os Coroádos, apesar de serem da mesma origem. O arco de um Puri, nenhum Coroádo póde armar. Serão os poucos annos de contacto com os brancos que lhes teriam diminuido a força ou será inexacta a lenda desta origem comum.

Não obstante de terem os Coroádos, já por mais de 40 annos, mantido relações amistosas com os portuguezes, não mostram, absolutamente, amizade por elles, pelo contrario, existe um odio inveterado, como consequencia dos máus tractos que lhes foram infligidos pelos brancos. Por todos os modos imaginaveis enganaram sempre a estes pobres selvicolas e grande foi a impressão produzida pela manobra ardilosa inventada em 1811 para civilizar os Puris. Com promessa de dar-lhes ferramentas e armas, 2000 Puris foram attrahidos á villa Rica. Chegados eram logos agarrados e distribuidos entre os portuguezes para os quaes deviam trabalbar, naturalmente sem ser em qualidade de escravos, mas, unicamente para tornarem-se cidadãos prestimosos. O plano era sem duvida bom e o meio empregado talvez tivesse sortido, effeito, mas os autores do plano não conheciam os seus patricios e além do mais, commetteu-se o erro de não deixar os indios viverem em familia; marido e mulher, paes e filhos foram separados e mandados a logares diversos. A consequeucia foi que, mal tinham os Puris trabalhado uns 8 dias que todos os homens fugiram, tanto por causa das pancadas recebidas, como amor á liberdade e saudades da familia. Fervendo de odio, por terem sidos obrigados a abandonar mulheres e filhos na mão de seus algozes, estavam estes poucos outra vez nas suas mattas, matando todos os portuguezes que podiam e, entre elles, aquelles que lhes enganaram a vir para Villa Rica.

O Sr. Marière, como era o seu dever, teve que reunir portuguezes e Coroádos contra estes Puris, apesar de confessar que julgava justa a vingança dos Puris. Mas nesta occasião os portuguezes mostraram tão pouca coragem que afinal, os Coroados tiveram de marchar sós, para vingarem os brancos, porêm extremamente descontentes por causa da cobardia e falsidades reveladas para com os Puris.

Si, desde o começo, os portuguezes tivessem feito distincção entre os indios e os escravos africanos, o Brazil teria tido um bom lucro, mas assim perdeu-se tudo, querendo tudo ganhar. Ainda hoje seria possivel tirar destes selvagens mais partido do

que se faz porque, especialmente como soldados serviriam admiravelmente, apenas com a condição de formarem batalhões especiaes e com as suas armas proprias. Não se póde imaginar soldados mais ligeiros; como um veado o indio desliza pela matta mais espessa e effectua marchas de 15 a 20 horas seguidas.

Logo antes da minha chegada a Minas-Geraes deu-se um facto que em crueldade excede a tudo quanto conheço e cuja veracidade pode ser attestada por meu companheiro de viagem, Sr. V. Eschwege. Uma porção de soldados portuguezes, commandados por um capitão, tinham sido mandados em procura de uns Botucudos que, havia pouco, commetteram alguns excessos em Rio Doce e a ordem era de afugental-os ou mattal-os. Marchando com prudencia, encontraram logo o paradeiro destes antropophagos e cercaram-nos durante a noite. Quando os indios viram-se surprehendidos, procuraram salvar-se, extendendo-se no chão, fingindo estar mortos e suspendendo a respiração. Naturalmente não lograram enganar os seus perseguidores cujo commandante foi a cada um delles, baptizou-o e em seguida mergulhou-lhe a faca no coração. De manhan os vencedores regressaram e proximo ao logar da victoria encontraram-se com uma botucuda que com os seus dois filhinhos no collo estava acocorada ao pé de uma marmita, sobre um fogo. Immediatamente foi ella immolada pelos crueis heróes, alcançada por uma bala. Aproximando-se a ella, já com os olhos velados pela morte, indicou ella a marmita que continha a carne de um macaco, deixando tristes entender que dessem de comer as criancinhas. Sómente então alguns sentimentos humanos pareciam accordar nos peitos destes heróes e deixaram as criancinhas viver, um beneficio que estou inclinado a attribuir mais ao egoismo porque, ha uma lei que assegura ao vencedor o direito por 10 annos sobre cada indio que prender em guerra,

Por mais satisfactorio que seja para o philantropo, o pensamento de civilizar os selvagens que ainda existem, forçoso é convir que, a sua realização está muito distante. Um motivo poderoso se acha no modo pelo qual os portuguezes procedem para com os indios, cuja desconfiança nunca cessará e, será egualmente difficil para os portuguezes de acustumarem-se a enxergar no indio um similhante seu e não uma especie de animal. Ha porêm mais um motivo. E' um caracteristico notavel dos indios de mostrarem a maxima indifferença por tudo, mesmo por objectos que lhes são inteiramente novos. Este traço costuma ser raro entre selvagens em geral mas, o indio brazileiro nada admira e parece não conhecer a alegria nem a dor. Podia mostrar aos

Coroádos o que quizesse, permaneciam sempre impassiveis nas suas redes e, infelizmente, é esta immobilidade dos sentimentos que constituem um dos maiores obstaculos para a civilização. Um povo, tão pouco inclinado a transformar-se, não dá esperanças de ser ganho pela cultura.

E' uma asserção erronea que o Brrzil tivesse sido mais populoso antes da vinda dos portuguezes. Si assim fosse, os indigenas devem ter sido expulssos de uma grande parte do seu territorio para os districtos cobertos de florestas onde hoje vivem e deviam ser mais numerosos. Mas, segundo observações fidedignas, não se pode contar mais de 150 individuos por legua quadrada e não conheço alias um paiz com tal população e cujos habitantes estivessem em tal inferioridade cultural como os selvagens no Brazil. Quando um paiz é bem povoado, tem elle sempre uma civilização superior porque, são as necessidades que obrigam os homens a inventar mas, onde aquellas faltam, não se pode esperar de encontrar esta.

Divertimento Admiravel

PARA OS HISTORIADORES OBSERVAREM AS MACHINAS DO MUNDO RECONHECIDAS NOS SERTÕES DA NAVEGAÇÃO DAS MINAS DE CUYABÁ E MATTO GROSSO

Extrahido pela curiosidade incansavel de um sertanista paulistense, que os calculou successivos nuns poucos de annos.

Offerecido ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Martinho de Mello e Castro, do Conselho de Sua Magestade e Secretario de Estado da Repartição da Marinha e Dominios Ultramarinos, por

MANOEL CARDOSO DE ABREU (1)

Anno de 1783.

ILL.mo E EX.mo SR.

Ainda que a mordacidade dos Zoi'os e antigo costume de Aristarcos me deviam desanimar e fazer suspender o presente impulso, comtudo razão mais prudente excita a minha resolução.

Elles, sim, julgarão que as dedicatorias que se fazem aos Mecenas não são mais do que uns estimulos que os persuadem a favorecer e amparar a aquelles que as mesmas dedicatorias lhes offerecem; porem é porque não advertem ou não entendem que umas vezes são precisas satisfacções do muito que devem e outras vezes são precisos empenhos com que o affecto quer fazer publicas as suas venerações.

Quando nenhuma destas circumstancias e qualidades me movesse e os vencesse, a mesma razão, que elles condemnam, me absolvia da sua errada accusação, porque quem, como eu, ignorando a geographia e por consequencia os seus termos, teve

1 Sobre este personagem e sua familia, vide NOTA no fim deste *Divertimento Admiravel*, cuja publicação é devida á obsequiosidade do socio dr. Eduardo Prado, que trouxe de Lisboa e offereceu ao Instituto uma copia do original.

(*N. da R.*)

animosidade de escrever os treze capitulos do *Divertimento*, que offereço a V. Exc.ª, necessariamente devêra procurar protecção respeitosa, pois conheço que a deducção do meu papel não se compadece com os preceitos de Monsieur de Fer e Monsieur Touvin de Rochefort.

Eu bem quizera, na certa noticia que exponho dos sertões das minas de Cuyabá e Matto Grosso, não faltar a aquelles preceitos que a rhetorica, verdadeira arte de persuadir, ensina; porem seria necessario para bem satisfazer a essas regras assistir-me o Altissimo com aquella especial graça communicada a Adão, aos Apostolos e outros escolhidos, visto que nem na freguezia de Araraytaguaba (1), de onde sou natural, nem nos sertões que pizei, que a minha obra refere, haviam escolas em que me pudesse instruir na sciencia e melhor lettra; por isso não attendendo V. Exc.ª ao Santo, mas sim ao quanto de meu compendio, lhe rogo o queira benignamente acceitar, porque não é de razão que onde faltam as forças da eloquencia se não justifique uma vontade.

As razões porque V. Exc.ª, por si mesmo e não por outra cousa, deve fazer acceitação do meu compendio, comparal-o, tambem não as sei dizer, por serem mais para comprehendidos do que para explicados; e nesta acção, qualquer que bem a souber desempenhar, faria não dedicatoria, mas um copioso volume das esclarecidas virtudes e illustres prerogativas que assistem a V. Exc.ª, felicidades e nestorios annos, conforme aos desejos daquelles que mais cordialmente amam e respeitam a V. Exc.ª, como com especialidade o faz

O seu mais affectuoso subdito,

MANOEL CARDOSO DE ABREU.

---

1 Hoje cidade de Porto-Feliz, sobre a margem esquerda do rio Tieté; foi freguezia até o anno de 1797 e pertencia ao municipio de Ytú. Nesse anno foi elevada á categoria de villa e á de cidade em 1858. Era o grande porto de embarque para Cuyabá.

(*N. da R.*)

AO LEITOR

Amigo leitor:—Sempre foi natural dos curiosos o desejo de communicarem uns com os outros as noticias do mundo, não só daquillo que alcançam dos livros, mas tambem do que experimentam nas variedades delle, e do que ouvem os mais noticiosos, que calculam as partes da sua grandeza; e por isso me pareceu propria a resolução de satisfazer o desejo destes curiosos com as noticias de um dilatado sertão, como é o da navegação das minas do Cuyabá e Matto Grosso, declarando todas as diversidades dos effeitos que nelle se encontraram, como são a producção das fructas, a criação das aves, animaes quadrupedes, os nomes dos rios da navegação, as nações dos gentios que habitam na sua extensão e, finalmente, tudo o mais que pode comprehender a curiosidade das suas noticias, ainda que pareça temeridade o intento dessa empresa, pois a ella só me conduz a ambição de divertir aos curiosos que appeteçam saber as mesmas noticias, e quando não seja esta obra bem acceita satisfaço-me em não continuar, que é o unico despique que me aconselha a lembrança.

CAPITULO I

DÁ-SE PRINCIPIO A ESTA OBRA MOSTRANDO O RIO DA PRIMEIRA NAVEGAÇÃO, SEU NOME E O PORTO ONDE SE EMBARCAM OS NAVEGANTES PARA AS MINAS DE CUYABÁ OU MATTO GROSSO.

1

Distante 22 leguas para o poente da muito nobre cidade de São Paulo se acha situada a denominada *freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araraytaguaba* (1), na qual se embarcam os navegantes para qualquer das minas, ou de Cuyabá ou de Matto Grosso, fazendo-o á sua direita pelo rio abaixo, a que deram o nome de *Anhembú* os primeiros descobridores e hoje transmutado para Tieté (2), de cujas aguas bebem os moradores da dita freguezia por ser a sua situação sobre o mesmo, e tem este rio o seu principio nas serras da costa do mar, entre as villas de S. Sebastião e de Santos, da mesma capitania (3), e passa distante da dita cidade uma legua (4) e ainda com a corrente das suas aguas passa tambem pela dita freguezia a fazer o seu termo no Rio Grande ou Paraná.

2

O tempo que gastam os negociantes em concluir a navegação do rio mencionado é incerto, porque se a fazem sahindo do

---

1 A freguezia foi começada em 1721, por Antonio Pimentel e Antonio Sardinha, tendo a primeira capella a invocação de *Nossa Senhora da Penha*; esta não existe mais e a egreja matriz, que é grande e bella, é que tem a invocação de *Nossa Senhora Mãe dos Homens* A freguezia estava edificada sobre um paredão alto, vertical e a cavalleiro sobre o rio; este paredão, sendo salitroso, attrahia muitos animaes e passaros, principalmente araras, e dahi vem o nome *Arara-ita-guaba*, arara cobre pedra, que foi dado ao paredão e depois á freguezia.

2 O nome *Anhembú* ou *Anhemby* foi dado pelos indios antes do descobrimento.

3 *Capitania de S. Paulo*, á que nenhuma referencia ainda foi feita neste escripto.

4 Estava distante 3 kilometros no começo, mas hoje o rio corta a cidade em duas partes, ficando a parte maior e mais antiga na margem esquerda e o bairro de Santa Anna na margem direita.

(N. da R.)

porto daquella freguezia em os mezes de Março, Abril e Maio, verdadeiro tempo de semelhante viagem, o passam em 20 dias, mais ou menos, não havendo o inconveniente de se emborcar alguma canôa nas perigosas e horrendas cachoeiras que tem em toda a sua extensão (1), e se acaso succede darem principio á viagem nos mezes subsequentes aos referidos gastam mais tempo pela razão de ter então o dito rio muito poucas aguas para a mesma navegação.

CAPITULO II

DAS COUSAS NOTAVEIS QUE SE ENCONTRAM NA EXTENSÃO DO RIO TIETÊ, COMO SÃO A DIVERSIDADE DE ANIMAES, AVES, PEIXES, FRUCTAS E DOS RIOS QUE FAZEM BARRA NELLE, QUE TODOS SE DECLARAM POR SEUS NOMES, CACHOEIRAS E SALTOS QUE TEM O MESMO RIO, E DE COMO A DITA FREGUEZIA É PORTO DE EMBARQUE PARA A PRAÇA DE YGUATEMY.

1

No anno de 1766 para o de 1767 mandou o Exmo D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, que então era general da da capitania de São Paulo (2), uma expedicção de tresentos e tantos homens ao rio Yguatemy estabelecer um presidio (3), o qual sendo estabelecido e fortificado com artilharia, tropas regulares e algumas companhias de aventureiros, se conservou nesta figura desde aquelle anno até o dia 26 de Outubro de 1777 porque neste mesmo dia foi tomado pelos castelhanos, associados com o gentio cavalleiro, denominado *guaycurú*.

2

O embarque desta expedição se fez na referida freguezia de Araraytaguaba, como tambem della se extrahiam todos os soccorros para o mesmo presidio emquante teve a sua duracção

---

1 Em Março, Abril e Maio havia mais agua no rio, porém havia tambem terriveis epidemias de maleitas, de modo que os sertenejos preferiam viajar de Junho a Setembro; gastavam mais dias, porem evitavam as perigosas febres palustres.

2 Capitão general de S. Paulo de 1765 a 1775 e o mais habil de todos quantos cá vieram governar a capitania.

3 Nos volumes V a X do *Archivo do Estado de S. Paulo* vem a historia da fundação desta desgraçada colonia de paulistas em territorio de Matto Grosso; porém a sua tomada pelos hespanhóes teve logar a 27 de Outubro, como se vê da data da capitulação. Vide vol. IX, pag. 162 e 163, do mesmo *Archivo*.

(*N. da R.*)

(1), seguindo o curso pelo mesmo rio Tieté e outros, á maneira dos navegantes e commerciantes de que tracta a presente narração, pois deixo o mais deste ponto em silencio para em seu logar referir.

3

É o rio Tieté bastantemente dilatado, composto de mattas frondosas, de muitas capoeiras, saltos e juntamente de ilhas. E' muito fertil de caça, pois tem com abundancia antas, veados e onças pintadas; tem macacos de quatro qualidades, e uns têm o nome de *bugios*, de côr avermelhada, outros de *micos*, com a côr tocada a preto, outros de *saís*, com a propriedade destes e sómente differentes no tamanho, para mais pequenos, e outros, finalmente, denominados *monos*, muito maiores do que os outros e de côr branca.

4

Os passaros são innumeraveis e de diversas qualidades. As *araras*, umas são vermelhas, com pennas azues nas azas e rabo, e se chamam *araras-pirangas*, e outras, de côr amarella, com azas e rabo semelhantes áquellas, se chamam *canindés*.—Os *papagaios* são *jurugnas*, *maitacas*, *araguais*, *maracanãs*, *nhendaias*, *jirivas* e *sabiacy*, os quaes se matam e se apanham facilmente nos barreiros quando estão a comer barrro.—Os *jacús* são de duas qualidades; a uns se chamam *jacútingas* e a outros *jacúcacas*. Os jacutingas são do tamanho de uma gallinha e pintados de preto e branco e os outros são mais pequenos, de côr parda, e têm um papo vermelho, á maneira do perú.—O *macuco* é ave terrestre, de côr cinzenta, sem rabo, com o tamanho e feitio da gallinha.—O *inhambuaçú* é proprio a estes, porem mais pequeno no tamanho.—Os *patos* são em tudo semelhantes aos domesticos.—Os *biguás* são mais pequenos e differentes no bico, por ser ponti-agudo.—Os *juyuyus* são uns passaros brancos e quasi do tamanho de um homem, cuja carne se não come; a pelle do pescoço serve de meia para a perna de qualquer homem, o bico tem mais de um palmo de comprido e tão forte que, com uma bicada, vara uma taboa de grossura ordinaria.—O *jabuyuyá* é quasi do tamanho deste e semelhante na côr, com a differença

---

1 O soccorro ia de todas as povoações da capitania: o embarque é que era feito no porto de Araraytaguaba. Vide vols. V a VIII do *Archivo*.

(*N. da R.*)

de serem as pontas das azas e o rabo compostos de pennas pretas, pernas e olhos encarnados e o bico mais preto.—O *guarapuitepoca* é semelhante a estes, menos nas pernas, que são pretas, e no bico que é arcado.—Os *guaratayacus* são as vezes cinzentos, do tamanho de uma franga, e se sustentam só com peixes, e da mesma sorte as *garças*.—Os *socós-guassús* são de duas qualidades: uns são vermelhos e outros cinzentos do tamanho de uma franga.—Ha uns passaros pretos, pouco maiores do que estes, que são presagio dos mosquitos, os quaees se chamam *carão*, e é de admirar que nos pontos em que cantam estas aves ninguem dorme com os mosquitos.—Os *colhereiros* são passaros de côr de rosa, muito esquivos e por isso custosos de se matarem; o seu tamanho é o de uma franga, com o bico á maneira de palmatoria. — Os *araguarys* são do tamanho destes, com a côr parda, e serve a sua carne para dar a comer aos doentes purgados.—Os *mutuns* são do tamanho da gallinha, porém muito bonitos, porque, além das pintas de que são esmaltadas as suas pennas, têm um ramalhete na cabeça, de cujas pennas se fazem plumas, e os machos são todos pretos.—As *pombas*, umas se chamam *trocazes*, outras *picaçurovas* e outras *pairaris*.—O *Guaraponga* é uma ave branca, do tamanho de uma pomba.—Os *tucanos* são de duas qualidades: uns tem o papo e o bico amarellos e outros têm o esbranquiçado, o bico amarello e a ponta preta, a que dão o nome de *tucanuçus*, cujos tamanhos não excedem aos das trocazes.—Os *araçaris* são proprios a estes, com a differença de serem mais pequenos.—Os *gaviões*, além de muitos, são tambem de diversas qualidades, pois uns se chamam *japocanis*, que são quasi do tamanho de uma gallinha grande, com a côr preta, e raias brancas; outros têm o nome de *taguatos*, mais pequenos do qne aquelles, com os peitos brancos e as costas pretas; outros se chamam *teum-teum*, que são pequenos, porem tão violentos que lhes não escapa qualquer passaro dos mais velozes no vôo. —Tambem tem o mesmo rio umas aves chamadas *anhumas*, de muita estimação, pois têm um unicornio de um gemio de comprido, que é de grande virtude para contra-veneno. Alem deste unicornio na cabeça, têm mais dois nos encontros das azas. Estes passaros são quasi do tamanho de um perú, com a côr preta; a sua criação e assistencia é nos lagos e por isso é muito difficil de os apanhar.

5

Tem este rio em toda a sua extensão muitas *antas*, *veados* e *onças*, como já disse, e tambem tem muitos *porcos do matto* e

bastantes *capivaras*, que são uns animaes do feitio dos porcos, com a differença do focinho e pés, as quaes se criam pelas beiradas dos rios. Estando gordas não é má de comer a sua carne.

6

Tambem tem com muita abundancia o mesmo rio umas cobras *sucuris*, que não fazem mal com os dentes por não terem veneno, porem horrorisam e fazem estremecer os corações mais valorosos pela sua grandeza, pois no commum têm o comprimento de duas braças de homem e com a grossura correspondente. Vivem estas cobras astuciosamente, apanhando animaes e aves para a sua sustentação; é de admirar a forma com que o fazem e, por me parecer digna de contemplação, apontarei a idéa da sua caçada:

Põem-se ellas nas beiradas dos rios, onde se criam e assistem, e alli esperam no caminho das caças as que vem beber agua; tendo a cabeça encostada em algum páo ou raiz, dam com o rabo um laço no animal que por alli passa e o cingem de tal sorte que em breves instantes o fazem exhalar, quebrando-lhe todos os ossos, e assim inteiro o engolem, e da mesma sorte o tem feito a algumas creaturas humanas quando transitam por aquelles sertões.

No anno de 1767, vindo eu de Cuyabá, matei uma cobra destas, que tinha 18 palmos de comprido e 3 de grossura e, por vel-a com a barriga muito crescida, a abri e achei dentro della um veado inteiro que naquelle dia tinha engolido; e no anno de 1768, indo eu para as ditas minas, presenciei matar outra na entrada da cachoeira *Guacuritu-mirim*, que tinha 23 palmos de comprido e 5 de grosso, que na verdade faz duvidar esta grandeza aos que não têm noticia ou verdadeiro conhecimento das ditas cobras, porem acredite o curioso que é verdade e sem exaggeração alguma (1). Os sertanistas comem a carne destas cobras e eu já a comi uma vez.

---

1 Hoje mesmo, que os sertões do Tieté, Mogy e Rio Pardo estão quasi povoados e são muito explorados por caçadores, ainda se encontram sucurys de maiores dimensões—de 6 a 11 metros de comprimento; porem não consta que caçador algum ou habitante humano daquelles sertões tenha sido victima desses reptis.

(*N. da R.*)

7

Produzem as margens deste rio muitas fructas silvestres, de que se utilisam os navegantes; tem duas qualidades de *marmelos*, que são fructas redondas á semelhança da laranja, com a carne de dentro preta, porem no gosto quasi imita o doce marmelo; tem a *jaboticaba*, fructa muito singular no gosto e de saudavel remedio as suas cascas para hemorrhoidas, desfeitas em ajudas; tem a *uracrupari*, que é menos má, gostosa; o *nhandipapo*, que é quasi do tamanho e feitio do limão doce. O *pacapeuva* é fructa redonda e mais pequena do que a jaboticaba; o *sipotuá* é uma fructa vermelha, e redonda, quasi do tamanho da laranja; os *itahys* são umas fructas compridas á maneira de vagens de feijão, com a casca dura que é preciso quebrar-se para comer, e sustentam muito quando misturados com mel de abelha, de que é tambem abundantissimo.

8

Tem muitos *palmitos*, de que se sustentam os sertanistas e de varias qualidades, como são a *guarirova*, *jarivá*, *guacuri* e *palmito molle*; todos elles dam cacho á maneira de banana de S. Thomé e, quebrada a casca, se come a castanha de dentro que imita no gosto ao côco da Bahia.

9

Os rios que fazem barra neste de que se trata são dignos de noticia e por isso os declaro por seus nomes e com algumas circumstancias dos seus effeitos.

O primeiro que se encontra no começo da navegação é o *Capivary* (1), pelo qual se fazem as canoas que compram os commerciantes das ditas minas, cujo rio é pequeno por ter perto as vertentes, procurando ao norte, e é distante do porto da referida freguezia dia e meio de viagem (2), ao lado direito do Tieté.

Abaixo deste, quasi duas leguas, do lado esquerdo, está o rio *Sorocaba*, cujas vertentes tambem manam das serras da cos-

---

1 Nasce entre Jundiahy e Campinas, rega a villa de Monte-Mór e a cidade de Capivary e desagua na margem direita do Tietè. As terras das suas margens são fertilissimas e criam grandes arvores proprias para canoas, principalmente *perobas* e *jaquiúbás*. O rio é correntoso e só admitte navegação para pequenas canôas em metade de seu curso.

2 Isto é, do porto de Araraytaguaba á barra do Capivary a distancia é de cerca de 9 leguas e só com o rio bastante cheio, é que se poderia viajal-a em dia e meio.

(*N. da R.*)

ta do mar, nas alturas da villa de Iguape ou Cananéa (1), e passa pela villa de Sorocaba, donde teve este nome, e tem a largura mais ou menos de 8 braças.

Abaixo deste tres dias de viagem, ao lado direito, está o rio *Piracicaba*, que ha de ter, mais ou menos, 12 braças de largo, com as suas vertentes a rumo do norte para a estrada dos Goyazes (2), e subindo-se por elle acima 7 ou 8 dias de viagem se vae ter a uma povoação denominada *Piracicaba*, que mandou estabelecer o mesmo Exmo. Sr. D. Luiz Antonio (3), para della se extrahirem alguns soccorros de viveres para a praça de Iguatemy.

Abaixo deste rio 5 dias de viagem, ao mesmo lado, está o *Jacaré-pépira* e terá de largura 4 braças, e abaixo deste, em pouca distancia, está outro do mesmo nome (4) e outro tanto mais largo, ambos com as suas vertentes ao mesmo rumo de Piracicaba; e contam os meus antepassados que num destes rios ha grandes haveres de ouro descoberto por um sertanista, porêm nunca puderam topar com o logar deste thesouro os que o foram procurar, em razão de haverem fallecido os praticos daquelle tempo e não haver mappa; mas eu creio que nunca conseguiram esta deligencia por não calcularem a extremidade do mesmo rio, receiosos de encontrarem com os habitadores de um formidavel quilombo que naquellas alturas se acha, de negros fugidos e homens criminosos de Minas Geraes e tambem da capitania de S. Paulo, como confessaram dois negros que do mesmo quilombo se apanharam nos campos de Araraquara, em uma occasião em que por elles andava uma bandeira de mandado do sobredito Exmo. D. Luiz Antonio a descobrir o caminho de terra para o referido presidio de Iguatemy (5).

10

As cachoeiras notaveis do rio Tieté são as seguintes: *Acanguerauçú*, *Acanguera-mirim*, *Jurumirim*, *Avarémanduava*, *Xiririca*, *Sabaúna*, *Itagaçava*, *Pirapora*, *Boyuiguara*, *Pilões*, *Garcia*,

---

1 Na serra do Paranapiacaba; contraverte com os affluentes da Ribeira de Iguape.

2 O rio Piracicaba é formado pelos rios Atibaia e Jaguary, que cortavam a estrada de Goyas.

3 Creada a freguezia por D. Luiz Antonio em 1770, elevada á villa em 1823 e á cidade em 1856. E' hoje uma das mais bellas e mais prosperas cidades do Estado de S. Paulo.

4 O outro rio é o *Jacaré grande* ou *guassú*, que nasce na serra dos *Barbosas*, entre Rio Claro e S. Carlos do Pinhal, e vai desaguar na margem direita do Tieté, abaixo da barra do *Jacarepípira*; é pouco navegado por ser muito maleitoso.

5 Esta narrativa da existencia de um quilombo nas regiões regadas pelo rio Jacaré tem muito de lendaria. Um quilombo, grande, mas não tanto como aqui se diz, existiu realmente no valle do Tieté; só mais tarde é que o seu local foi descoberto e os quilombolas foram batidos pelo capitão André Dias de Almeida, que os prendeu ou dispersou.

(*N. da R.*)

Mathias Peres, *Itapema*, *Pederneiras*, *Páo-Cavallo*, *Banharão*, *Potunduva* (nesta cachoeira, estando eu de pouso no mez de Abril de 1767, vindo de Cuyabá, tive o combate de uma onça pintada, que chegou a vir-me á cama onde estava dormindo, que milagrosamente escapei, de sorte que toda a noite se fez vigia até amanhecer, em cuja manhã a matei), *Baurú*, *Baririmirim*, *Baririguaçú*, *Saputuva*, *Congonhas*, *Guaimicanga*, *Uambahy*, *Escaramuça*, *Tambapiririca*, *Cambayuvoca*, *Avanhavamirim*, *Avanhandavuçú* (esta cachoeira é um salto medonho, que ha de ter perto de 40 palmos de altura, e para passal-o levam as canoas e cargas por terra a pôl-as da parte de baixo), *Escaramuça do Gato*, *Utupanema*, *Matto Secco*, *Ondas Grandes*, *Ondas Pequenas*, *Funil Grande*, *Funil Pequeno*, *Guacurituvuçú*, *Utupeva*, *Araracanguavamirim* *Araracanguavuçú*, *Guacuritumirim*, *Utupirú*, *Tres Irmãos*, *Itapuramirim* e *Itapura*. Esta cachoeira é salto á maneira do outro e no meu conceito mais ingreme. Deste salto ao Rio Grande é quasi meio dia de viagem, onde faz termo o rio Tieté.

11

Os peixes que ha neste rio, além da abundancia, são especialissimos, porque de todas as formas que sejam beneficiados não tem variedade o sabor, pois são notaveis os *dourados*, *saupes*, *piraguajuras*, *pacuy*, *pacús*, *suruvy*, *piraguaxiara* e *jahús*, de que se utilisam os moradores da freguezia, indo ao sertão seis ou sete dias de viagem para os pescar, salgar 100 arrobas e vender ao povo.

Estes suruvys e jahús são de tal grandeza que alguns, depois de tirados a cabeça e os ossos e seccos ao sol, pesam a sua carne duas arrobas de peso. Além dos referidos peixes ha outras qualidades de que não fazem caso por não darem as conveniencias daquelles e são muito excellentes de comer, cujos nomes são: *bagres*, *piavas*, *pacupevas*, *piracururús*, *ximburés*, *jurupoca* e *jurupenden*. Advirto ao curioso que todo o referido, que se encontra na extensão deste rio, assim de peixes, aves, fructos e caças, é com abundancia consideravel. O dito rio ha de ter de largo na estimativa mais de 20 braças (1).

I Ou houve erro de copia ou o narrador se re'ere ao rio Tieté na distancia em que se fazem estas pescarias para negocio, porque só nesse espaço é que o rio terá 20 braças de largura; vai depois alargando sempre e da barra de Piracicaba para baixo tem ordinariamente de 100 a 200 metros de de largura.

(*N. da R.*)

CAPITULO III

DA NAVEGAÇÃO DO RIO GRANDE E SUAS CIRCUMSTANCIAS

Entrados os navegantes no Rio Grande (onde se finalisa o rio Tieté), proseguem á sua direita seguindo as correntes das suas aguas no rumo do sul (1), até o rio Pardo, que faz barra nelle. As particularidades deste rio são as mesmas do Tieté pelo que respeita ás caças, fructos e peixes, com a differença sómente de haver nas suas margens muitos cervos, animaes bem conhecidos, e é mais suave a sua navegação por não ter cachoeiras senão uma chamada *Jupiá*. Tem em si muitas ilhas e de largura na estimativa quasi de meia legua, e por isso é arriscada a navegação em occasião de ventos, porque se estes apanham os navegantes em marcha mettem as canôas ao fundo com as ondas que assemelham as do mar, de cujos acontecimentos se acautelam os mesmos navegantes falhando naquellas paragens que servem de abrigo aos ditos ventos. No mez de Março de 1768, vindo eu do Cuyabá, tive uma tormenta de vento neste rio, que durou tres dias, que me vi perdido e salvei-me por misericordia divina.

2

Os rios que fazem barra neste Rio Grande são os seguintes: quasi defronte do rio Tieté, ao lado direito, faz barra o *Guacury*, bastante grande, cujas vertentes ignoram-se, porém julga-se que são para a estrada de Goyazes, ao rumo do Tieté (2). Abaixo deste um dia de viagem, ao lado esquerdo, faz barra o *Aguapey*, de pouca largura, cujas vertentes manam das alturas da estrada de Viamão (3), a rumo de leste. Abaixo deste quasi um dia de viagem, ao lado direito, faz barra o *Rio Verde* cujo tamanho é quasi o mesmo que o do *Aguapey*, vindo o seu rumo de norte. Abaixo deste meio dia de viagem, do mesmo lado e rumo, faz barra o de nome *Orelha de Onça* e tem pouca largura. Abaixo deste outro meio dia de jornada está a barra do Rio Pardo, que terá de largura mais ou menos 10 braças.

---

1 Deve-se aqui entender que os viajantes navegavam o rio Paraná quasi encostado á sua margem direita, porque só assim ficarão intelligiveis as expressões *á sua direita* e no *rumo do sul*.

2 Vem da Serra dos Cayapós e contraverte com as nascentes do Araguaya.

3 A antiga estrada de Viamão a S. Paulo deitava um ramal para Yguatemy, e narrador não conhecia essa estrada sinão vagamente e por isso dá o rio Aguapehy como vindo do lado della, quando este rio corre de nascente a poente, quasi pararellelamente ao Tieté. (*N. da R.*)

CAPITULO IV

DA NAVEGAÇÃO DO RIO PARDO E SUAS CIRCUMSTANCIAS

1

Deixando os navegantes o Rio Grande (1), proseguem á direita pelo *Rio Pardo* acima, contra as suas correntes, pelo rumo do norte, até os confins das suas vertentes, em cujo curso é commum gastarem-se dois mezes, mais ou menos, pelas innumeraveis e perigosas cachoeiras que tem em toda sua extensão, por entre as quaes se encanam as chrystallinas aguas deste rio e na verdade saborosas e saudaveis pela virtude da salsa que criam as suas beiradas.

2

E' este rio, da barra que faz no Rio Grande até o primeiro salto de *Cayurú*. composto de mattos, com a mesma fartura dos dois antecedentes, menos na abundancia dos fructos, que não tem tantos, remediando a falta delles a abundancia de mel de abelha, de que é mais abundante.

3

Do referido salto para cima se compõe o rio de campos deleitosos, nos quaes, das mesmas canoas em que se vae navegando, se estão divertindo os olhos em ver os animaes que pastam nelles, como são *veados brancos, cervos, lobos, tamanduás-guassús*, e da mesma fórma *perdizes, codornizes, curicaca*, que é uma ave cinzenta e do mesmo tamanho da perdiz, *quero-quero*, que é mais pequeno, *emas e seriemas*, tudo com profusão consideravel, convidando esta grandeza aos sujeitos a sahirem das canoas e fazerem caçadas nelles, ao mesmo tempo que impede a maior frequentação desta diligencia o temor do gentio *cayapó*, que, tendo perto o seu alojamento, não cessa de andar pelos ditos campos a deligenciar as pessoas divertidas na caçada para matar

---

1 *Rio Grande* aqui quer dizer *Paraná*, que é formado pela juncção do verdadeiro Rio Grande, que vem dividindo Minas Geraes e S. Paulo, com o Parnahyba, que serve de limite entre Minas Geraes e Goyaz. A porção do Paraná, entre as barras dos rios Pardo e Tieté, navegada pelos paulistas em viagem para Cuyabá, era de menos de 20 leguas.

(*N. da R.*)

á traição, como tem acontecido (1), e por isso os que vão a esta caçada andam com todo o cuidado para se escaparem da tyrannia destes barbaros, que entre os mais gentios são os mais crueis, indomitos e traidores.

4

Finalmente, conclue-se a navegação deste rio na paragem chamada *Sanguixuga*, cujo logar tem as mesmas particularidades referidas.

5

As cachoeiras notaveis deste rio são: *Capoeiras*, *Cayuru-mirim*, *Cayurú-guassú* (esta cochoeira é um salto que ha de ter mais ou menos a altura de 30 palmos e por isso se passam as canoas e cargas por terra a pôr-se da parte de cima, de cujo logar seguem-se), *Acirga do Matto*, *Banquinho*, que tambem é salto pequeno, *Acirga Comprida*, *Embirussú*, *Tijuco*, que tambem é salto pequeno, *Jupiá*, *Nhanduy-mirim*, *Taquaral*, que tambem é salto pequeno, *Tres Irmãos*, *Tamanduá*, tambem salto pequeno, *Cachoeira do Valle*, *Curáo* (este é um salto mais ingreme e medonho de todos os mais que se encontram no curso desta navegação, pois é tal a sua altura que impede a subirem os peixes, do que succede não haver mais dalli para cima, e se passam as canôas e cargas na fórma da primeira, de cujo logar seguem-se), *Acirga de Campo*, *Cachoeira de Manoel Rodrigues*, *Jucuruy*, duas mais sem nomes, *Lage Pequena*, *Lage Grande*, que são pequenas, *Embirussú-mirim*, *Embirussú-guassú*, *Paredão*, *Formigueiro*, *Pedra de Amolar*, *Vermelho*, *Taquarapaya*, *Banco Grande*, que é salto pequeno, e finalmente *Banco Pequeno*, e deixo silenciadas as cachoeiras mais pequenas por não augmentar a escripta e não aborrecer o curioso.

6

Os rios que fazem barra neste de que se tracta são os seguintes: *Nhanduy-guassú* ao lado esquerdo (2), com a cabeceira

---

1 Os *cayapós* dominavam todo o planalto de Matto Grosso e faziam suas correrias em toda a região d visora das aguas dos rios Xingú, Araguaya, Paraná e Paraguay. Os viajantes de Minas Geraes e de Goyaz para Cuyabá eram os que mais soffriam com elles. O sertanejo paulista coronel Antonio Pires foi contractado para os combater e, pondo-se á frente dos *bororós*, que amansou e armou a sua custa, fez nos cayapós temerosos estragos; porém, offendido por elles com uma flecha envenenada, veiu a morrer do ferimento. V de Annexo I do vol. XIII do *Archivo do Estado de S. Paulo*.

2 Lado esquerdo subindo o rio, porquanto o Nhanduy desagua na margem direita do Rio Pardo, de que é o maior affluente, vindo da Serra do Maracajú.

(*N. da R.*)

a rumo do poente e terá de largura mais ou menos 6 braças. Acima deste e do salto do Tijuco, ao mesmo lado, está o *Nhanduymirim*, quasi da mesma largura. Acima deste e do salto do Curáo 4 ou 5 dias de viagem, ao mesmo lado e rumo, está o *Sucury*, que poderá ter duas braças de largura.

7

Concluido a navegação deste Rio Pardo no logar citado no § 4, se dá principio a passar as canôas por terra e cargas para a fazenda *Camapoan*, que se estabeleceu naquelle logar em beneficio dos viajantes, na qual se reformam estes de viveres para proseguirem avante, pois da dita fazenda ás minas do Cuyabá se gasta outro tanto tempo quanto até ella se põe.

8

A forma com que se transportam as carregações do logar Sanguixuga para a dita fazenda (1) é a seguinte:

As canôas são conduzidas em carros muito grandes, de 4 rodas, puxados por 6, 8 juntas de bois. As cargas pesadas vão em outros de duas rodas e as mais medianas vão ás costas dos negros, que puxam as mesmas canôas, sahindo daquelle logar para a fazenda á meia noite, acompanhados de outras pessaos que vão alugadas para o serviço da viagem, com armas de fogo para a guarda e defesa dos mesmos negros, os quaes não indo com esta precaução é infallivel o serem feridos do mesmo cayapó, que não cessa as suas traições em similhantes logares.

9

Nos fins de Fevereiro do anno de 1768, vindo eu do Cuyabá e estando de pouso no dito logar Sanguixuga, fui acommettido do dito gentio que, por me topar vigilante, não me fez nenhum estrago e aos meus camaradas. A distancia deste logar á referida fazenda é de duas leguas e meia, de caminho terral, por entre campos e mattos cerrados, cujos campos têm suas fructas, *cajús*, *mangavas* e algumas *guavirovas*, como tambem *ariticuns*.

---

1 O arraial do Camapuan estava sobre um affluente do rio Coxim, que desagua no Taquary, affluente do Paraguay. Adeante se descreve a povoação, que era um importante ponto de descanço e de refresco para os navegantes.

(*N. da R.*)

CAPITULO V

DA SITUAÇÃO DA FAZENDA DE CAMAPOAN E SUAS PARTICULARIDADES

1

Está esta fazenda situada em terreno aprazivel e ares muito saudaveis; os campos extensos e fartos das mesmas fructas—cajús, mangavas e guavirovas, e juntamente de caças e muitos criadores, pois produzem bem os animaes domesticos. As terras, fertilissimas, lhes dam em abundancia os mantimentos e legumes que nellas se plantam. A gente do serviço, que trabalha, está debaixo de sentinellas por causa do mesmo gentio cayapó, porque em qualquer descuido que os apanhe lhe faz grande estrago, como está acontecendo, e da mesma sorte se conserva a fazenda. Tem em si muitas casas, todas de telhas cobertas, e juntamente tem uma capella de Santo Antonio, na qual dizem missa os sacerdotes que casualmente por alli apparecem, e por isso está acontecendo baptizarem-se os nacionaes daquella estação com cinco, seis e mais annos de edade (1). Tem muita gente, pois julga-se entre escravos, grandes e pequenos, aggregados e brancos, chegue ao numero de 300 ou mais pessoas (2).

---

1 A maior parte dos clerigos, regulares e seculares, que iam para o Cuyabá ou de lá vinham para S. Paulo, não tinham provisão para missas, casamentos e baptisados e dahi vinha o facto de crescerem as creanças sem se baptizarem. Cerca de 40 annos depois desta narrativa, appareceu em Cuyabá um D. Vicente de Urioste, homem intelligente e educado, que vinha foragido da Bolivia, onde se havia mettido em revoluções. De Cuyabá resolveu D. Vicente a vir a S. Paulo; desceu os rios Cuyaba, S. Lourenço e Paraguay, subiu o Taquary, Coxim e Camapuan e chegou ao arraial deste nome, onde teve de demorar-se para fazer a baldeação e supprir-se de algum mantimento para o resto da viagem. Conservando-se incognito, mandou a sua gente pelo arraial a comprar o que houvesse: porêm esta nada encontrou á venda, estando a povoação já muito decahida de sua antiga prosperidade e muito pobre. Desanimado de conseguir a necessaria provisão para a viagem, lembrou-se D. Vicente de fazer espalhar no arraial a noticia de que elle era padre. Foi milagroso o expediente, pois immediatamente começaram a chegar-lhe na barraca mantimentos de todas as qualidades, feijão, arroz, toucinho, carnes diversas aves, ovos, etc; mas tambem pedidos para que dissesse missa e fizesse casamentos, baptizados e confissões. Pagou elle toda a provisão de bocca que recebeu, mas respondeu áquella pobre gente que não tinha licença para officiar, como se lhe pedia, e que chegando a S. Paulo pediria ao bispo que mandasse um padre ao arraial, especialmente para esse fim, mas que estava prompto a fazer uma predica em beneficio de quem quizesse ouvil-a. Foi á capella, subiu ao pulpito, falou e, como era illustrado e eloquente, fez o auditorio derramar lagrimas. Despediu-se daquella boa gente e partiu, chegando com feliz viagem ao porto de Araraytaguaba, hoje Porto-Feliz, donde veiu a S. Paulo e obteve do bispo que um padre fosse a Camapuan prestar os serviços religiosos de que tanto precisavam os seus habitantes.

2 Nesse tempo a navegação entre S. Paulo e Cuyabá era relativamente activa e o Camapuan era mais ou menos propero; cessando a navegação extinguiu-se o arraial, que não tinha, e nem poderia ter, vida propria pelo local em que se achava.

(*N. da R.*)

CAPITULO VI

DA NAVEGAÇÃO DO RIO CAMAPOAN E SUAS CIRCUMSTANCIAS

1

Depois de postas as cargas na fazenda e canôas, se lançam estas no rio Camapoan, bastantemente pequeno e falto de aguas, e por isso muito trabalhosa a sua navegação, a qual obriga a repartir as cargas em duas partes para suavisar o trabalho; bem entendido que se as canôas levam em si 80 cargas de negocio, se deixam 40 na fazenda, levando as mais ao rio Coxim, onde se fazem ranchos de folhas de palmito e alli se deixam aquellas, com algumas pessoas de guarda, e tornam as canôas para a fazenda a conduzir o resto, gastando-se nesta deligencia 20 ou mais dias.

2

Este rio tem a sua vertente perto da dita fazenda, ao rumo de leste, e as suas correntes seguem ao poente. Por ser muito pequeno de aguas e entre mattos é despido de caça e peixe e sem outro devertimento.

CAPITULO VII

DA NAVEGAÇÃO DO RIO COXIM E SUAS PARTICULARIDADES

1

Depois de passarem com as segundas canôas o rio Camapoan, chegam os navegantes ao rio Coxim e dam principio á navegação por elle abaixo, o qual é bastante perigoso por ter muitos páus pelo meio das suas correntes, alem das cachoeiras temerosas em toda a sua extensão, nas quaes se têm perdido muitos cabedaes dos commerciantes.

2

A navegação deste rio não excede o tempo de 8 ou 10 dias, não havendo máu successo, findo os quaes se chega ao rio Taquary, onde faz os seus termos.

3

As particularidades que tem são as de serem as suas aguas crystallinas e salutiferas, com abundancia de caça e peixe, na

fórma dos primeiros, menos de fructos, que os não tem, e toda a sua extensão é cultivada do dito gentio cayapó (1). As suas margens são composta de mattos estreitos, porque logo em breves passos estão as campanhas, da mesma perfeição e fertilidade das do Rio Pardo.

4

Os rios que fazem barra neste de que se tracta são poucos e só a dous se divulgam por seus nomes, postos pelos primeiros descobridores, que são o *Ribeiro da Sillada*, em que está toda a força do alojamento do referido gentio cayapó e não tem maior grandeza do que o rio de Camapoan, com as vertentes para o rumo de norte; o outro tem o nome de *Jaurú* (2), maior do que este duas braças e com as vertentes ao mesmo rumo. Tem em si grandes haveres de ouro descoberto pelo famoso sertanista João Bicudo, que, não podendo melhor conhecer a grandeza que calculava o terreno por objecção do gentio e falta de força para o resistir, se retirou com vida por felicidade (3).

5

As cachoeiras deste rio Coxim são: *Mangavel, Pedra Branca, Solapada, Peralta, Furnas, Tres Irmãos, Alvaro, Robalo, Anhumas, Guaiamicanba, Canellas de André Alves, Jaurú, Avanhandavussú, Avanhandá-mirim, Jiquitaya* e a uma ultima *Cachoeira da Ilha*. Todas estas são grandes e perigosas, além das quaes ha outras mais pequenas, que ficam em silencio.

6

Tem este rio de largura mais ou menos 8 braças, com as vertentes ao sudoeste e o curso ao poente (4).

---

1 Deve-se entender que a região era frequentada pelos cayapós, gentios barbaros e guerreiros, que não cultivavam cousa alguma.

2 Este rio não tem importancia alguma e não deve ser confundido com o outro rio Jaurú, grande e importante, que contraverte com os nascentes do Tapajòz e Guaporé e vem desaguar na margem direita do rio Paraguay, pouco abaixo de Villa-Maria.

3 João Bicudo de Brito, sertanejo a quem se fazem sempre vagas referencias; pertencia á grande familia dos *Bicudos*, que mereceu um capitulo especial na *Nobiliarchia Paulistana*: entretanto, Pedro Taques nada diz sobre as suas viagens ao sertão de Matto Grosso. Esteve lá em 1744 por ordem de D. Luiz Mascarenhas, governador de S. Paulo, e visitou a Vaccaria, o Ivinheima e o Yguatemy.

4 O rio Coxim corre para noroeste e vem de sueste.

(N. da R.)

CAPITULO VIII

DA NAVEGAÇÃO DO RIO TAQUARY E SUAS PARTICULARIDADES

1

Deixando os navegantes o rio Coxim proseguem á sua direita pelo rio Taquary abaixo, seguindo as suas correntes o espaço de 6 dias de viagem, até chegarem a uma paragem chamada *Pouso Alegre.*

2

Neste sitio se incorporam todas as tropas para seguirem avante debaixo das ordens do cabo commandante, que entre os mesmos commerciantes é eleito um para governar a bôa disposição da jornada e por este principio evitarem qualquer invasão que possa haver do gentio *payaguá* (1), cujo gentio anda embarcado em canôas, e por falta de uma disposição nas tropas têm estas recebido grandes estragos do mesmo gentio.

3

E' o rio Taquary muito farto de caça e peixe e com muito excesso dos dois primeiros da navegação (2), mas não tem fructo algum. Toda a sua extensão é composta de mattos e campos, nos quaes tem os mesmos animaes do Rio Pardo. Tem muitas ilhas e praias de areia e por isso se fazem muito apraziveis e divertidos as suas terras e campos, calculados pelo gentio cayapó.

4

Certificam os meus antepassados que nestes campos o gentio *pareci* (3), o qual é bastante manso, porque não consta que offendesse a alguem, e bem se prova que a maior parte dos gentios,

---

1 Os payaguás eram muito valentes na guerra, mas combatiam os paulistas nos rios Taquary e Paraguay. Em 1730 elles infligiram ao ouvidor Lanhas Peixoto uma medonha derrota, em que o ouvidor e toda a sua gente foram mortos e se perderam 60 arrobas de ouro dos quintos reaes. Em 1736 elles foram batidos, no sangrento combate do *Carandá*, por Pedro de Siqueira e o frade Nascentes Tigre, que morreram na acção. Elles eram um tanto civilizados e tinham noções da religião catholica. Vide Annexo F do vol. XIII do *Archivo do Estado de S. Paulo.* (*N. da R.*)

2 Isto é, os rios Camapuan e Coxim, os primeiros do rio Paraguay.

3 Falta aqui o verbo principal da oração, que é difficil de supprir porque os *parecises* podiam estar aldeados ahi, provisoriamente, por ordem do governo colonial, que não permittia que elles fossem captivados, mas residiam no alto de Matto Grosso, nas cabeceiras do Paraguay, Jaurú, Guaporé e Arinos, donde elles eram descidos para o trabalho das minas de ouro e resgatados pelo governo colonial, que os aldeava em Cuyabá e S. Paulo.

(*N. da R.*)

que os domesticos e baptisados por S. Paulo e Cuyabá, são desta nação (1).

5

O gentio cavalleiro, de nome *Guaycurú*, que tem o seu alojamento nas alturas de Yguatemy (2), tambem anda pelos campos deste rio, á montaria, e eu já os vi de longe quando vinha de Cuyabá em Novembro de 1773.

6

Este rio tem a sua vertente ao norte e as suas correntes seguem o rumo de poente (3) e é bastante largo, porem as suas aguas não são boas por terem muito areia. E' isento de cachoeiras, pois só tem duas, de nomes: Cachoeira do *Taquary* e *Cachoeira do Beliago* (4); a sua largura é mais ou menos de 60 braças.

7

Junto as tropas no Pouso Alegre, na fórma indicada, se armam em guerra tantas canoas quantas são sufficientes, as mais de negocio, em cujas canoas se embarcam as pessoas mais praticas e de valor conhecido, com armas de fogo, polvora e balas correspondentes, para algum encontro do dito gentio payaguá, e nesta ordem proseguem á direita, entrando desde logo nos pantanos, que são uns campos alagados das aguas do Taquary, por elles vão procurando ao poente o rio Paraguay, em cuja deligencia se gastam 15 e mais dias.

---

1 Este pensamento está mal redigido ou o manuscripto foi mal copiado em Lisbôa.

2 Os jesuitas hespanhóes, aproveitando-se da união de Portugal á Hespanha, em 1580—1640, foram de Buenos Aires e do Paraguay civilizar os indios dos territorios brasileiros do Goayará e Matto Grosso e fundaram nessas regiões muitas aldêas, villas e mesmo cidades, com importantes lavoura, industria e criação de animaes, de modo que os indios se habituaram a uma vida relativamente civilisada. Em 1628—1632, os paulistas, commandados por Antonio Raposo, cahiram sobre Goayrá e em tres annos, a ferro e fogo, reduziram tudo a um montão de ruinas, a um vasto deserto. Em 1648, o mesmo Antonio Raposo, de passagem para a Bolivia e Perú, fez o mesmo a todas as reducções jesuiticas de Matto Grosso, *Cruz de Botanos*, *Xeres*, *Itatin*, *Nossa Senhora da Fé*, etc., povoadas por indios *guaycurus*, *payaguás*, etc., que voltaram a vida selvagem. Os animaes domesticos ficaram amontados e propagaram nos campos e mattas, de tal modo que na serra do Maracajú havia uma região onde vagavam milhares de cabeças de gado vaccum e que por isso se chamou *Vaccaria*. Os indios *guaycurús* conservaram o habito de andar a cavallo, amansavam os cavallos selvagens e corriam os campos desde o Paraná até o Paraguay; dahi o nome de *indios cavalleiros* que os paulistas depois lhes deram. Tinham tambem carneiros e aves de uso domestico. Os payaguás voltaram á sua vida fluvial e combatiam bem em canôas. Os *mbayos*, *caióás* e *guaxís*, mais brutos, voltaram á vida primitiva.

3 O rio Taquary vem de nordeste e corre a sudoeste a desaguar no Paraguay.

4 Este nome, pouco vulgar entre os paulistas, talvez fosse tirado de Domingos Gomes Beliago, personagem de certa importancia nas minas do Cuyabá, em 1730, e que lá occupou cargos de confiança dos capitães generaes do tempo.

(*N. da R.*)

8

Em toda a extensão deste atravessadouro sempre se pisa em terras dos capões de mattas que têm em si aquelles pantanos; em cujos capões tambem habitam todos os animaes que ha no rio Taquary e se criam os passaros com a mesma grandeza, accrescendo algum excesso por haver muitas araras denominadas *ararunas*, que são maiores de que as outras e de côr quasi preta. Estas araras são muito bravas porque, quando os navegantes as querem matar, basta abanar um chapéo de cabeça para as fazer virem ao pé da gente sem temor.

9

Tambem se criam nestes pantanos umas aves chamadas *anhupocas*, do tamanho das mesmas que ha no rio Tieté, porém com outra differença, porque estas são muito bonitas e das mais formosas aves destes sertões. A sua côr é pintada de branco e preto, com as pernas e olhos encarnados, e tambem têm unicornios na cabeça e azas, mas sem a virtude das outras. Estas aves quando falam de dia é presagio de gente ou onça, pois só quando avistam uma destas cousas é que falam. Tambem cantam de noite um cantico triste e saudoso e só o fazem á meia noite, ás 2 horas e ás 4 da manhã, e tão certo pelo relogio que, na falta deste, suppre o cantico para mudarem as sentinellas que velam de noite contra o sobredito gentio payaguá.

10

Tambem ha nestes pantanaes o peixe *arraia*, bem conhecido, e com tal abundancia que é preciso andarem algumas pessoas nas canoas pequenas de montaria, por aquelles logares por onde hão de passar as canoas, a correr com estes peixes para não fazerem mal á gente que anda por dentro da agua a cirgar as ditas canoas pelos baixios, pois tem succedido ficarem algumas pessoas aleijadas do ferrão que estes peixes têm na extremidade do rabo.

CAPITULO IX

DA NAVEGAÇÃO DO RIO PARAGUAY E SUAS PARTICULARIDADES

1

Passando os navegantes os pantanos sahem ao rio Paraguay e por elle acima, contra as suas correntes, seguem á direita,

marchando as canoas umas atraz das outras debaixo do preceito do cabo commandante e da vigilancia dos fragueiros, que vão nas canoas de guerra, as quaes tomam a beira dos sangradouros (que sahem dos pantanaes a fazer barra no Paraguay) para impedirem as traições e ciladas que naquelles logares costumam fazer os mesmos gentios, onde tem a sua maior fortificação (1), e nesta fórma se passa o dito rio, em o qual se gastam dois dias de viagem a tomar o rio dos Porrudos.

2

E' o rio Paraguay bastantemente largo, pois tem na estimativa mais de 50 braças (2), com o defeito de serem as suas aguas pessimas por quentes e cheias de areia.

3

Tem a mesma fartura de caça e peixe que tem o Taquary, com a circumstancia, porém, de que tem uma qualidade de peixes (e com muita abundancia) chamados *tesouras*, que impedem o poder-se navegar no dito rio, porque tudo o que cahe nelle em breves instantes despedaçam, e faz admirar isto por ser peixe pequeno e redondo, que não excede em muito o tamanho da copa de um chapéo.

4

O nome deste rio é derivado do gentio payaguá, porque tem os seus alojamentos no mesmo rio, abaixo da navegação 8 ou 10 dias de viagem, e outros acceitam que o nome é devido da cidade de Paraguay por parte do qual passa o mesmo rio a incorporar-se com o Rio Grande ou Paraná, de que já se fez menção (3).

5

Tem as suas vertentes para o poente e o seu curso para o sul (4) e serve esse rio de navegação nos que vão ao Matto Grosso.

---

1 Os payaguás não tinham fortificação alguma em terra, mas faziam-se fortes nesses sangrouros, onde se emboscavam para um ataque de surpresa aos navegantes paulistas. Vide *Chronicas do Cuyabá*, vol. IV.

2 Aqui deve haver erro de calculo ou de copia, pois se disse atraz que o rio Taquary, que é muito menor e mero affluente do Paraguay, tem 60 braças de largura.

3 Martius, *Glossaria*, define *Paraguá-hy*, rio dos papagaios, *fluvius psittacorum*; porem Montoya, *Lingua Guarani-Tupi*, define : *Pará*, variedade, *guag*, engalanar, adornar, e *hy*, rio, de modo que *Paraguay* quer dizer *rio de coroas* A primeira definição é a correcta.

4 O rio Paraguay não vem do poente, mas corre geralmente de norte a sul.

(*N. da R.*)

6

Tambem ha neste rio uns bugios pretos de nome *guarivas*, de cujos e de outros se fazem xaireis e capelladas para as sellas dos cavallos, e da mesma sorte ha muitos *jacarés*, que são bichos do feitio do lagarto, porêm muito grandes e assistem pelas praias; os seus dentes são contra o ar e por isso os sertanistas os matam para lhes tirar os dentes (1). Dam estes bichos uns taes urros que assemelham aos das onças.

CAPITULO X

DA NAVEGAÇÃO DOS PORRUDOS E SUAS PARTICULARIDADES

1

Depois de chegarem os navegantes á barra do rio dos Porrudos, largam a navegação do Paraguay, e subindo contra as suas correntes é commum gastarem nelle 6 dias de viagem até a barra do rio Cuyabá, praticando nesta marcha a mesma praxe do Paraguay pelo que respeita á conserva das canoas, pois este rio tambem frequenta o gentio payaguá.

2

E' este rio bastante largo, porem mais pequeno do que o antecedente, e tem em si a mesma abundancia de caça e peixe, sendo as suas aguas mais soffriveis no gosto e frias. Teve o nome dos Porrudos este rio porque acima do rio Cuyabá está o alojamento de um gentio que se chama Porrudos, donde provém a derivação do nome (2).

3

Tambem ha nas margens deste rio duas nações de indios denominados *Guayanás* e *Croayás* (3), porem mansos que não

---

1 Quer dizer, que o dente do jacaré é remedio contra certas doenças produzidas pelo ar, como *ramos de ar*, *estupor*, etc., e era trazido ao pescoço como reliquia.

2 Este rio figura em quasi todos os mappas modernos com o nome de *S. Lourenço*, e nas suas margens estavam varias tribus selvagens, como os *guatós*, *bororós* e *coroados*, segundo se vê em alguns mappas antigos e modernos.

3 As *Chronicas do Cuyabá*, vol IV, não mencionam estes nomes. Parece que o appellido de *guayaná*, neste caso, foi dado por imitação, porque os guayanás de S. Paulo eram pacificos e nunca se oppuzeram seriamente ao dominio portuguez. Os coroados podiam ter nomes diversos em diversas partes, porque o nome *coroado* não é *tupi* nem *tapuia*.

(*N. da R.*)

offendem a ninguem. Este rio tem as suas vertentes nas alturas de Goyaz e por ellas passam os que vão dessas minas para as de Cuyabá por terra (1).

CAPITULO XI

DA NAVEGAÇÃO DO RIO CUYABÁ E SUAS PARTICULARIDADES

1

Juntas as tropas na barra do rio Cuyabá, seguem por elle acima os navegantes, á sua direita, até o porto do desembarque das ditas minas, cuja derrota a concluem neste rio em 15 dias mais ou menos, estando elle secco; é toda a sua extensão farta de caça e peixe e de tudo o mais do antecedente e nelle se pratica o mesmo a respeito da vigilancia sobre o dito gentio payaguá, porque até alli exercitam as suas montarias.

2

Os rios que fazem barra neste são: o *Guaxú Grande* e o *Guaxú Pequeno*, ao lado direito, que manam dos pantanaes daquelles campos para a parte de léste; o *Carandá*, acima deste 4 ou 5 dias de viagem, tambem mana da mesma forma daquelles; os *Putes*, ao lado esquerdo, têm as suas vertentes para a parte do caminho que vae por terra de Cuyabá a Matto Grosso e cujo rumo procura ao poente.

3

Acima da barra dois dias de viagem se acha um bananal famoso, em o qual se enchem de bananas as canoas da monção, e é de admirar o conservar-se aquelle bananal alli desde o principio do descobrimento daquellas minas sem ter diminuição alguma; antes parece que tem mais augmentado sem embargo de se utilisarem delle em excesso os mesmos navegantes e todos os gentios que habitam aquellas paragens.

---

1 Havia uma estrada que partia de Cuyabá, passava pelo arraial de *Sant'Anna da Chapada*, cortava todas as cabeceiras do rio S. Lourenço, servia o arraial de Agua Branca, descia pelo valle do rio *Roncador*, atravessava o *Rio Grande*, do Araguaya, em um ponto onde havia duas barreiras—o *Registro de Matto Grosso* e o *Registro de Goyaz*, ganhava o valle de *Rio Claro*, atravessava este rio no arraial de Rio Claro e ia a Goyaz. Era um caminho perigoso pelos ataques dos cayapós, mas ainda assim bastante frequentado pelos mineiros e negociantes.

(*N. da R.*)

4

No tempo das aguas não podem os navegantes andar pela madre do rio, senão pelos campos e para esta deligencia se faz entrada no dito bananal, á mão direita, e seguindo a marcha pelos referidos campos se vae sahir no rio Carandá, de onde passando o rio Cuyabá para o lado esquerdo se faz o mesmo até sahir na paragem chamada *Sapé*, já perto da povoação.

5

Toda a extensão destes campos é cheia de arroz, e muito melhor do que o que se planta no povoado, por graúdo, e é tal a abundancia que por me parecer duvidoso acreditar-se o que eu quero dizer a este respeito não o faço.

6

Nos centros das margens deste rio ha muitos gentios *bororós* e parecis, e são aquelles gentios da mesma conducta destes, dos quaes se serviram os meus antecepassados para conquistarem as mais nações, differentes por serem insignes trilhadores e valorosos para com os mais gentios e humildes para nós (1).

7

Nestas conquistas, que fizeram os antigos paulistas com estes gentios, é que descobriram quasi todas as minas de que hoje se referem os thesouros e commercio, que se vão deteriorando na falta de descobrimentos memoraveis, como antigamente se fizeram; e é bem verdade que dando eu larga noticia destes sertões porque os tinha calculado, não posso dizer dos que estão incognitos, que ainda se não descobriram.

8

Nas conquistas que fizeram João Leme, Lourenço Leme e Antão Leme, todos irmãos e naturaes da villa de Ytú, descobri-

---

1 Os *bororós* atacavam tambem os proprios moradores da propria villa de Cuyabá, mas occultamente, de modo a fazer suppôr que eram os cayapós os assaltantes. Vide *Chronicas do Cuyabá*, vol. IV desta *Revista*. Os parecis é que eram sempre pacificos e inoffensivos.

(*N. da R.*)

ram as ditas minas do Cuyabá (1), e trazendo destas os maiores cabedaes de ouro vieram á patria reformar-se de todo o preciso para as irem povoar. Seguindo este destino e juntamente o de estabelecerem uma estação no logar do bananal para impedirem aos que quizessem ir ás ditas minas, formaram alli a situação e plantaram o bananal de que tratamos (2); porem como era chegado o tempo em que estes homens pagassem as muitas mortes e insultos que tinham feito, pois não temiam a Deus nem a El-Rei, deixaram neste dito sitio 600 e tantos indios que tinham associado a escravidão e, vindo á patria para levarem seus parentes e o mais que tinham para as ditas minas, succedeu chegarem em tempo em que se achava uma ordem do Sr. Rei D. João V, de gloriosa memoria, para que fossem presos e remettidos á sua real presença (3), com cuja ordem se fizeram incançaveis deligencias para os prender e, não podendo o conseguir, porque na verdade os homens horrorisavam a toda a capitania, foram mortos a chumbo dois irmãos e só um delles se poude prender e morreu na Bahia de bexigas (4), ficando o descobrimento das minas do Cuyabá reconhecido para a communicação e o commercio até hoje frequentado.

9

Na verdade estes homens eram tão crueis que se fizeram credores de exemplar castigo, pois chegava a tanto a sua maldade que quando succedia passarem-se alguns dias que não matavam ou mandavam matar a alguem, matavam os proprios pa-

---

1 Os dois primeiros foram os infelizes *irmãos Leme*, victimas sacrificadas á gatunice de Sebastião Fernandes do Rego. Vide vol. XII do *Archivo do Estado de S. Paulo*, NOTA *in fine*, e Annexo B do vol. XIII. Não foram elles unicamente os descobridores das minas de Cuyabá, mas tambem os irmãos Sutil, os irmãos Maciel, Paschoal Moreira Cabral, Domingos Rodrigues do Prado, Fernando Dias Falcão, brigadeiro Almeida Lara e muitos outros, inclusive Pedro Leme da Silva, irmão dos tres mencionados acima, no anno de 1718.

2 Isto é mera hypothese: os irmãos Leme nunca contaram a outros os seus planos, sobre os quaes guardavam segredo, mesmo porque eram homens máos. O irmão Antão Leme não era solidario nos crimes dos dois outros

3 Não houve ordem alguma de D. João V a respeito e o rei de Portugal só ouviu falar destes dois sertanejos pelos avisos que teve de sua morte. Não sómente não houve ordem regia para a sua prisão, como elles até foram adulados em S. Paulo, quando aqui chegaram, e foram-lhes offerecidos cargos importantes em Cuyabá. Porém, por serem máos e muito ricos e por terem recusado esses cargos foi que a justiça publica, a inveja e o despeito se ligaram para dar cabo delles. Vide vol. XII do *Archivo*.

4 Foi morto sómente um dos irmãos, o de nome Lourenço Leme, e esse mesmo de traição emquanto dormia em uma casa velha, abandonada, abaixo da freguezia de Araraytaguaba. O outro irmão, João Leme, foi na Bahia condemnado á morte e decapitado, em 1723; quem lá morreu de bexigas foi um outro paulista, Bartholomeu Fernandes de Faria, accusado de violencia contra os monopolisadores do sal em Santos. Vide Vol. XII, NOTA *in fine*, e vol. IV desta *Revista*, pags. 283—286.

(*N. da R.*)

gens, fazendo-os subirem em algum pau alto para atirarem nelles com espingarda só para o gosto de os ver cahirem em terra, á maneira de macacos (1).

10

Deste bananal, de que falámos, têm os gentios semeado por aquelles sertões, de sorte que nestes campos de arroz em varias partes ha bananas com fartura.

11

A villa do Cuyabá é bastante grande e está situada distante um quarto de legua do porto de desembarque. O terreno não é muito bom, mas aprazivel. E' muito farta de mantimentos, de peixe e carne de vacca; é muito saudavel e das minas é uma das opulentas, porêm está hoje defeituosa por conta de ser combatida do gentio cayapó, que incessantemente está matando gente pelos sitios e negros pelas lavras, e por isso têm atrazado as conveniencias, sem embargo das precauções com que andam os moradores e consequentemente os mineiros nas lavras.

CAPITULO XII

DA NAVEGAÇÃO DO IGUATEMY, SUA FERTILIDADE E PARTICULARIDADES

1

A navegação para este presidio é pelo mesmo rio Tieté e Rio Grande, de que já tratamos. A distancia que tem da barra do Rio Pardo para baixo até a barra do rio Iguatemy é de cinco dias de viagem, que tanto gastei no anno de 1776, quando fui ao mesmo presidio levar soccorro e pagamento ás tropas da sua guarnição, de mandado do Exmo. Martim Lopes Lobo de Saldanha, que então era general em S. Paulo (2).

---

1 Ha aqui muita exaggeração: os irmãos Leme foram accusados da morte de dois indios, seus escravos, e do assassinato de um Fernandes de Abreu. O governador Rodrigo Cesar, o ouvidor Godinho Manso, o provedor Sebastião do Rego, que se apropriou da fortuna dos Leme, e o historiador Rocha Pitta foram os que espalharam esta má fama daquelles dois irmãos, cujos bens deviam ser sequestrados pelo fisco colonial e, por mais que se os procurassem, nunca foram encontrados, nem em S. Paulo, nem em Cuyabá. Vide vol. XII, NOTA *in fine*, do *Archivo* citado e Annexo B do vol. XIII.

2 Capitão-general de S. Paulo de 1775 a 1782.

(*N. do R.*)

2

A mesma fortuna que tem este rio até o Rio Pardo a tem até a barra do Iguatemy, o que já participei no capitulo III, § 2.

3

Os rios que ha nesta navegação, do Rio Pardo para baixo, são: o *Paranapanema*, dois dias de viagem ao lado esquerdo, que ha de ter de largura mais de 70 braças, cujo rio atravessa a estrada geral de Viamão, manando as suas vertentes das serras da costa do mar, nas alturas de Yporanga (1).

4

Abaixo deste outra tanta distancia como tem daquelle ao Rio Pardo, mais ou menos, ao mesmo lado, está o rio *Tibagy* ou do *Peixe*, que eu não vi, mas dizem ter a mesma largura do antecedente e tem o mesmo principio nas ditas serras, nas alturas de Iguape ou Paranaguá, villa e comarca dos Campos Geraes (2).

5

Abaixo deste um dia de jornada está o rio *Piquiry*, bastante largo e tem as suas vertentes para o lado de Viamão, cujo rio serve de divisão ás terras de Portugal com Castella (3). Na barra deste rio já esteve situada uma cidade de Castella, porêm foi desertada por causa da peste que dava na gente (4), como assim experimentaram os destacamentos que do presidio de Iguatemy eram para alli mandados pelos governos que, conhecendo os estragos que fazia a mesma peste nos ditos destacamentos, deixaram de os mandar.

---

1 Nasce na serra de Paranapiacaba. Yporanga fica do outro lado da serra, sobre a Ribeira de Iguape. A estrada geral de S. Paulo a Viamão atravessa, ainda hoje, o rio Paranapanema entre as cidades de Itapetininga e Faxina.

2 Aqui ha confusão, só justificavel pelo facto do narrador não ter visto o que descreve: Trata-se do rio *Ivahy*, que desagua no rio Paraná abaixo da barra do Paranapanema, e não do *Tibagy*, que é affluente do aranapanema e não do Paraná.

3 O rio Piquery é todo brasileiro e não serve de divisa a cousa alguma; desagua no Paraná sobre o salto das Sete Quedas. Na sua foz estava a povoação castelhana de *Ciudad real de Gonyrá*, destruida pelos paulistas em 1630.

4 Não foi peste que deu cabo da povoação, obrigando os seus habitantes a desertarem-na; foram os paulistas de Antonio Raposo e Manoel Preto que a destruiram.

(N. da R.)

6

Abaixo do rio Paranapanema, ao lado direito um dia de viagem, está o rio *Mambaya*, que terá 8 braças de largo, cujas vertentes manam dos campos que se acham no centro das margens do mesmo Rio Grande ao rumo do poente (1).

7

Abaixo deste rio, em pouca distancla, estão as *Tres Barras*, que são tres rios juntos uns dos outros, manados de uma lagoa, que tambem se acha nos ditos campos, ao mesmo rumo.

8

Abaixo destes está o rio *Yguatemy*, defronte de Piquiry, cujo rio se sóbe ao poente 8 ou 10 dias de viagem, no fim das quaes está o porto de desembarque do Presidio (2). O rio é estreito, mas bastantemente caudaloso, com suas cachoeiras temerosas, que, entre muitas, tem a *Upeuva*, *Larangeiras*, *Caveiras* e *Uruvú*, que são grandes e perigosas.

9

Nesta do Uruvú sempre se conservou um destacamento e gente do trabalho, para soccorro da gente do presidio, e tambem serve para impedir aos que quizessem fugir pelo rio abaixo.

10

O presidio estava sobre o rio, entre mattos e distante uma legua rio acima (3), no logar chamado *Passo dos Castelhanos*, pois só por alli dava logar o poder-se passar o dito rio, ou para Castella ou de Castella para o presidio, pois o rio é tão pantanoso nas suas margens que não dá passo a gente de pè e menos aos animaes.

---

1 Deve ser o rio *Amambay*, que é muito pequeno, ficando esquecido o *Ivinheima*, que é muito maior e está pouco acima.

2 O rio Yguatemy, que vem da serra do Maracajú, desagua na margem direita do Paraná, sobre o salto das Sete Quedas e defronte da barra do Piquiry; porêm entre as duas barras está a *Ilha Grande*, que impede a vista. O presidio estava 20 leguas acima da barra do Yguatemy, em logar pantanoso e muito pestilento. Durou dez annos o presidio, que foi muitas vezes dizimado por medonhas febres palustres e acabou sendo tomado e arrazado pelos hespanhóes do Paraguay em 27 de Outubro de 1777.

3 Isto é, uma legua acima da cachoeira do Urubú, mas 20 leguas acima da barra do Yguatemy no Paraná. Vide vol. X do *Archivo* citado.

(*N, da R.*)

11

Acima deste passo tem outro (onde tambem tinha guarda nossa), chamado dos *Cavalleiros*, que são os taes gentios guaycurús, e fora destes dois passos não os ha mais em toda extensão do dito rio, que confina em uma serra chamada a *Cordilheira*, onde tem as suas vertentes.

12

Os campos deste presidio são cerrrados, de animaes domesticos, e são muito ferteis de veados brancos, antas, emas, perdizes, e da mesma sorte de fructos de diversas qualidades, como eu nunca topei tão bons no gosto. As terras muito excellentes, pois tudo o que nellas se planta produz com grandeza admiravel. Este terreno é aprazivel e saudavel, menos no tempo das aguas e nos mezes de Fevereiro e Março, em que dava uma peste que em breves tempos morerram 600 e tantas pessoas, não tanto pela violencia da molestia, que se reconheceu serem sezões malignas, como por falta de remedio, de que sempre foi consternado o presidio, na falta delles, sendo bem certo que para o fim já a peste não era tão violenta, segundo mostrou a experiencia, e pelo tempo adeante não haverá mais a dita peste como se tem experimentado em todas as terras novas.

13

E' distante este sitio da cidade de São Paulo 300 leguas pela mathematica do brigadeiro José Custodio de Sá e Faria (1), que tambem calculou o dito presidio de mandado do Exmo. D. Luiz Antonio, no tempo do seu governo, por cuja distancia se fizeram difficultosos os soccorros a tempo e a hora, se bem que a maior difficuldade é a falta de dinheiro que tem o erario de S. Paulo, porque a sua capitania não tem reditos (2).

---

1 Official que fez muita figura na capitania de S. Paulo, foi governador de Yguatemy e muito respeitado e honrado por D. Luiz Antonio e pelo vice-rei, conde de Cunha; porêm foi maltratado pelo vice-rei marquez de Lavradio e por Martim Lopes, de modo que chegou a faltar com a lealdade ao rei de Portugal e a servir secretamente os interesses dos hespanhóes na America.

2 Não tinha renda para ser empregada nos serviços da capitania, mas tinha bastante para ser enviada a Lisboa na forma de *quintos reaes, fintas, talhas*, dos *dez annos, dizimos, Santa Cruzada*, etc.

(*N. da R.*)

14

Deste presidio á primeira villa de Hespanha, denominada *Curiaty* (1) dista 10 leguas na estimativa, sem impedimento, e bem mostra ser verdadeira a distancia porque, sahindo qualquer pessoa do presidio de manhan cedo, ás 4 horas da tarde chega á dita villa marchando a pé.

15

Para a parte da cordilheira referida está o alojamento do gentio *caquan* e mais adeante o cavalleiro guaycurú. De um e outro foi combatido o presidio e com mais frequentação o *caquan* (2), porque mais repetidas vezes foram os seus insultos, matando algumas pessoas que apanhavam dispersas, e ao mesmo tempo vinham debaixo de paz ao presidio, trazendo seus mimos, como eram bananas, cannas e outros legumes de sua sustentação, a offerecerem ao governo e a elle pediam ferramentas para as suas fabricas, as quaes lhes dava o governo afim de os agradar, mas sem embargo disso, logo que dalli voltavam, iam fazer as suas costumadas traições; e pelo fresco dos fructos que traziam estes indios se julgou estar distante o seu alojamento dois dias de viagem.

16

Os cavalleiros guaycurús nunca vieram ao presidio, mas sempre andavam pelos campos, á montaria e fazendo a mesma deligencia destes, e somente em Agosto de 1777 vieram ao povoado de noite e mataram algumas pessoas em suas casas e as queimaram, retirando-se salvos porque se lhes não pôde acudir; e finalmente uma e outra nação são auxiliadas pelos castelhanos, com que têm commercio. As armas dos caquans são frechas e as dos guaycurús são as mesmas frechas, fagotes e bolas, que são uns laços de couros com tres pennas e na ponta de cada um delles uma bola de areia ou outra cousa pesada, cujo artificio, atirando-se em um animal correndo ou gente, embaraça por tal forma que não muda os pés, e nesta forma seguram o que for para o haverem a si (3).

---

1 *Curuguaty*, sobre um affluente do rio Jejuy, que vai desaguar no Paraguay.

2 Nas noticias sobre o Yguatemy não se encontra este nome, mas fala-se muita menção dessa tribu de indios, que devem ser *caiouás* e ainda hoje são encontrados mesmo em terreno paulista, nos sertões do Paranapanema.

3 Apprenderam com os hespanhóes esta arte, que é muito usada entre os criadores de animaes no Rio da Prata e no Rio Grande do Sul.

(*N. da R.*)

17

Os campos deste presidio são bastante dilatados, e asseguram os mais antigos experientes sertanistas que facilmente se podem levar tropas que houver no dito presidio ás minas de Goyazes, pelos mesmos campos e sem impedimento algum de rios, o que eu approvo segundo a experiencia que fiz pelos mais sertões em que tenho navegado; e só sim é infeliz nesta deligencia haver encontro com o gentio Cayapó nos campos do Rio Pardo, mas como é gente patife, que só a traição faz a sua empreza (1), havendo cautella nada pode suceder, e julgo tambem que o tempo que poderiam gastar as tropas de animaes, deste presidio ás ditas minas, não pode exceder de quatro a seis mezes, indo com aquelle vagar que pede semelhante navegação. E não é de admirar, porque qualquer sujeito que vai de S. Paulo a Viamão buscar animaes não conclue a viagem em menos de anno e meio a dois, a pôr-se na villa de Sorocaba para os dispor, como é costume; á vista do que parece que aquella jornada, ainda que seja de seis mezes, não é dilatada.

18

Foi estabelecido o presidio de Yguatemy no anno de 1767 e tomado pelos castelhanos no dia 26 de Outubro de 1777, como já disse no capitulo VII, levando o inimigo todo o trem de El-Rei, que nelle se achava e queimando as casas e o mais que não puderam levar. Foi o presidio entregue por capitulação pelos nossos, não por falta de valor para resistir ao mesmo inimigo, mas sim por conhecerem ser temeridade opporem-se cento e tantos homens que se achavam guarnecendo o presidio (2) a um exercito de 6.000, que o veiu combater, commandada pelo general do

---

1 Eram traicoeiros, mas não patifes, e deram verdadeiros combates contra os paulistas, principalmente contra o coronel Antonio Pires, que foi contractado pelo governo de Goyaz para os exterminar e o não conseguiu, morrendo ferido por elles. Vide Annexo I do vol. XIII do *Archivo* citado.

2 A guarnição era de 116 soldados, sem mais provisão de bocca do que alguma farinha. O commandante do presidio, José Gomes de Gouvea, foi deposto pela guarnição e povo, sendo eleito em seu logar o vigario do presidio, padre Ramos Louzada, que assignou a capitulação com o tenente Jeronymo Tavares. Os sitiantes não seriam 6.000, porque não era preciso tão grande exercito para tão pequena empresa, mas eram de 2.000 a 3.000, segundo affirmou o vigario Louzada. A capitulação foi bastante honrosa para os sitiados, porém o padre Louzada foi preso e conservado vinte annos encerrado nos calabouços da fortaleza de Santos, onde estava ao tempo em que o narrador escreveu esta historia e onde ficou ainda muitos annos com pleno conhecimento do ministro Martinho de Mello e Castro, a quem a mesma historia foi dedicada. Vide vol. IX do *Archivo* citado.

(N. da R.)

Paraguay, D. Agostinho Fernando de Penedo, e tenente-general de Curuguaty, D. José Venancio de la Rosa, cujo numero de homens era de 3.000 castelhanos e 3.000 indios, que são os taes cavalleiros guaycurús, seguindo os officiaes as leis militares á vista do poder superior do inimigo. Nesta intelligencia fizeram a entrega, retirando-se o povo que alli se achava para São Paulo, e ficando muita gente em poder dos castelhanos por não ter commodidade para se transportar com os mais (1).

19

Não havendo presidio em Yguatemy podem facilmente os castelhanos vir ao Rio Pardo e apprehender os commerciantes de Cuyabá e Matto Grosso, levando tudo sem embaraço algum, e da mesma sorte quando vem os canôas de volta de qualquer dessas minas com o ouro apurado, pois julgam os mais experientes que do dito Rio Pardo á villa de Curuaty, por indireitura, não haverá mais distancia do que a de 8 dias pela campanha e eu o affirmo. (2)

CAPITULO XIII

NOTICIAS PARTICULARES DA CIDADE DE S. PAULO. DA EXTENSÃO DA SUA CAPITANIA, NOME DA POVOAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS SEUS HABITADORES.

1

E' a cidade de S. Paulo, cabeça da capitania, onde residem os generaes e bispos e tem duas comarcas—uma da sua ouvidoria e outra da villa de Paranagná. Os habitadores da cidade vivem de varias negociações: uns se limitam a negocio mercantil, indo á cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nella venderem; outros da extravagancia dos seus officios; outros vão a Viamão buscar tropas de animaes cavallares ou vaccuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade

1 Um dos que foram para o Paraguay e nunca mais voltaram a São Paulo foi Placido de Toledo Piza, moço que aqui deixou todos os seus parentes.

2 O perigo por este lado era mais imaginario do que real, pois o verdadeiro perigo estava no rio Paraguay, que era franco á navegação e offerecia meios faceis de ataque e de retirada, como bem o demonstraram as luctas contra os indios payaguás, que iam se refazer na provincia do Paraguay das perdas que soffriam nos combates contra os paulistas.

(*N. da R.*)

e seu continente como tambem aos andantes de Minas Geraes, e exercitam o mesmo negocio vindo comprar os animaes em São Paulo para os ir vender a Minas, e outros, finalmente, compram alguns effeitos da mesma capitania, como são pannos de algodão e assucar, e vão vender ás Minas, labutando nesta forma todos naquillo a que se applicam.

2

E' a cidade aprazivel pelo terreno e saudavel pelos ares, e não é muito pequena, pois se conhece a sua grandeza pelo numero das ruas, cujas são: de *São Bento, Direita, de S. Francisco,* das *Casinhas,* da *Freira,* de *S. Gonçalo,* da *Sé,* das *Flores,* do *Carmo,* que é onde está o palacio dos generaes, do *Rosario,* da *Quitanda* e *Rua Nova do Guacio,* todas ellas com suas travessas correspondentes, com o defeito, porêm, de serem a maior parte das casas terreas e as ruas mal ordenadas e mal calçadas (1).

3

Tem varios templos, como são: a *Sé,* os conventos do *Carmo* e de *S. Francisco, S. Bento, Santa Thereza, S. Pedro,* o Collegio que foi dos denominados *jesuitas,* em que assiste o bispo (1), a da *Misericordia, Santo Antonio, Rosario dos Pretos* e *S. Gonçalo dos Pardos,* entre os quaes tem alguns bem acabados e magnificos, e fora da cidade, em distancia de 300 braças mais ou menos, está o recolhimento da Luz, onde vão os magnatas da cidade e o mais plebêo por passeio, divertir-se.

4

Desta cidade manam todas as estradas que vão para as capitanias differentes, por cujas estradas está situada a maior força das povoações, como são, por exemplo: pela estrada que vae da dita cidade para o Rio de Janeiro e Minas Geraes se acham estabelecidas as villas de Mogy das Cruzes, Jacarehy, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, villa nova de S. Luiz do Parahytinga, as freguezias da Conceição e Facão e as aldêas de

---

1 Algumas destas ruas mudaram de nome: a das Casinhas é hoje a rua do *Thesouro,* a de S. Gonçalo passou a ser rua do *Imperador* e hoje do *Marechal Deodoro,* a da Freira é hoje do *Senador Feijó.*

(*N. da R.*)

S. Miguel, Escada e Nazareth (1), mas todas muito pobres e a maior parte miseraveis porque os seus effeitos, que são os mantimentos, apenas dão para vestirem e comerem o sal, vendendo uns na mesma cidade e outros para o Rio de Jeneiro e tambem aos passageiros, e por esta fórma nada podem alar aquelles moradores.

5

Os moradores das villas de Jundiahy, S. João de Atibaia e Mogy-mirim e das freguezias de Juquery e Jaguary, que estão na estrada de Goyazes (2), tambem vivem na mesma miseria, vendendo os seus effeitos na dita cidade, e aos passageiros.

6

Os moradores da beira-mar, como são os das villas de S. Sebastião e Ubatuba, vivem de fumos, pescaria e aguas ardentes, que vendem á cidade do Rio de Janeiro para se remediarem na fórma dos mais. Os moradores da villa de Santos são mais abastados em razão de ser este o porto de mar onde se desembarcam as fazendas que vem do Rio de Janeiro para a capitania e minas de Cuyabá e Matto Grosso. Juntamente alli se acha o districto do sal, onde forçosamente se vae buscar, e é distante esta villa da cidade de S. Paulo 10 leguas—4 de mar e 6 de caminho de terra.

7

Os moradores das villas de S. Vicente, Conceição de Itanhaen, Iguape e Cananéa vivem miseraveis, pois só tem a pesca, alguma farinha de mandioca e madeiras para venderem aos navegantes daquella costa, cujo negocio apenas lhes dá para

---

1 Entre Jacarehy e Taubaté devia estar S. José dos Campos, que já era villa desde 1767. A freguezia do Facão, hoje cidade de Cunha, estava na estrada, mas S. Luiz do Parahytinga e Parahybuna (então simples capella) estavam longe da estrada, de que aliás se serviam para a communicação com S. Paulo e Rio de Janeiro. Nazareth não estava nessa estrada, nem della se servia, pois estava perto de Atibaia e pertencia ao grupo das povoações tributarias da estrada de Goyaz.

2 A estrada de Goyaz ia de S. Paulo a Jundiahy, Mogy-mirim, Casa Branca, Cajurú, Batataes e Franca, pendendo alli para a esquerda, por terrenos hoje de Ituverava e Santa Rita do Paraizo, ia atravessar o Rio Grande cerca de 80 kilometros abaixo do Jaguára. Em 1783, anno em que foi escripta esta narrativa, a ultima povoação era Mogy-mirim, havendo comtudo adeante o *registro de Itapeva*, no Jaguary-mirim. A freguezia de Jaguary, aqui mencionada, é hoje a cidade de Bragança, que está fora da estrada, assim como está Atibaia.

(*N. da R.*

comer e vestir. Os da villa de Paranaguá são mais abastados porque, sendo ella a cabeça de uma das comarcas, é mais avultado o commercio e além disso corre o seu ouro, que se extrahe das faisqueiras de alguns logares da sua comarca.

8

Os moradores das villas de Parnahyba e Ytú e freguezia de Araçariguama, que estão na estrada que vae desta cidade ao porto de Cuyabá, vivem de fabricas de assucar, de criar seus animaes cavallares e vaccuns e de pannos de algodão e por isso são mais remediados, como tambem os da freguezia de Araraytaguaba pela razão de ser o porto de commercio das ditas minas do Cuyabá, e muito miseraveis os moradores das freguezias da Cutia, S. Roque, Santo Amaro e outras aldêas dos suburbios desta cidade (1).

9

Os moradores da estrada de Viamão, como são os da villa de Sorocaba, vivem do fabrico de algodão, de criar seus animaes e tirar seu ouro das faisqueiras dos seus suburbios e, ultimamente, do commercio dos que labutam neste negocio, e por isso ha suas casas ricas.

10

Os moradores da villa de Itapetininga, distantes della 10 leguas (2), vivem de criar os seus animaes e de tirar algum ouro das faisqueiras e vender mantimentos aos tropeiros, porem com tal tenuidade que não dá augmento.

11

Os moradores da villa da Faxina, distantes della 14 leguas, vivem da mesma sorte, porem com a differença de não ter naquelle sitio faisqueira de ouro, mas sim na villa de Apiahy, que dista della 10 leguas, ao lado esquerdo da estrada, onde vão vender os effeitos das suas lavouras para se remediarem.

---

1 Esta miseria, que se alastrava por toda a capitania, era devida ao pesado militarismo e aos vexatorios impostos coloniaes. O serviço militar tomava todos os homens válidos e o fisco absorvia a fortuna particular; restavam os velhos, os invalidos, as mulheres e as creanças para produzirem alguma cousa, que os impostos absorviam e nada sobrava para augmento da riqueza publica. Vide vol. IV desta *Revista*.

2 Distante de Sorocaba cerca de dez leguas.

(*N. da R.*

12

Os da freguezia do Yapó (1), distantes della 30 leguas, vivem miseraveis, pois só o fazem da sua pequena lavoura e de alguns animaes que criam para venderem aos passageiros.

13

Os da freguezia de Santo Antonio da Lapa, distantes della 30 leguas vivem na mesma serie, e os da villa das Lages, distantes della 80 leguas, que é o extremo da capitania, vivem de criar animaes cavallares e vaccuns para venderem aos que vão de São Paulo a este negocio.

14

Os moradores da villa de Curitiba, que está ao lado da estrada 14 leguas, alem de não serem as terras fructiferas, e porque não têm para que nem para onde consumir os fructos da sua lavoura, estão já no costume de plantar sómente aquillo que baste para o sustento de suas familias; ainda isto é aquelles que têm modo, que a maior parte nem nisso cuida, porque muitos fazem vida de conduzir congonhas para a villa de Paranaguá, onde as permutam pelo sal, algodão e farinha, sem sahirem desta miseria desde o principio de seus avós, e não se lhes pode condemnar este genero de vida porque ainda assim têm o sal, farinha e algodão para vestirem; e da mesma sorte vivem os da freguezia de S. Josê, que é do termo desta villa (2).

***

O exposto dá bem a conhecer a pobreza da capitania e por isso é incompativel o conservar-se nella dois regimentos pagos, pois não ha reditos para os seus vencimentos, cujas faltas estão experimentando os seus individuos, e sendo muito necessaria a conservação dos mesmos regimentos, não só para o respeito da capitania como para os inimigos do real serviço, só sim se S. Mag.e tivesse a lembrança de suspender as fabricas de fumo de tabaco nas Minas Geraes e extrahirem-se na capitania de São Paulo para se dispôrem nas Minas, pondo um tributo em cada arroba que passar pelos registros para negocio, porque sendo

1 E' hoje a cidade de Castro, no Estado do Paraná.
2 S. José dos Pinhaes, povoação a pequena distancia da cidade de Curityba.

(N. da R.

este commercio frequentado seriam os reditos habilitados para se pagarem os registros na capitania mais remediada, sendo certo que esta resolução não prejudica ao commercio das minas por serem fabricas de menos consideração, e por este principio fica remediada a oppressão da mesma capitania.

ADVERTENCIA

Não se admire o curioso da vastidão destas noticias, porque as dou com experiencia e conhecimento dellas, porquanto para as minas de Cuyabá naveguei desde o anno de 1765 até o de 1773, tempo que parece bastante para a sua approvação. Para o presidio de Yguatemy fui no anno de 1776, como já disse no capitulo XII, e applicando-me muito no conhecimento das cousas mais significantes daquelles sertões, deve ser acreditada a expressão do compendio, ainda quando seja unicamente para repetir o que vi nas suas extensões.

Das particularidades das povoações da capitania tambem muito conto porque tenho verdadeiro conhecimento dellas, como nacional do paiz, e com especialidade das que se comprehendem na estrada de Viamão, porque no anno de 1777 fui por ellas, de mandado do Exm.° Martim Lopes Lobo de Saldanha, apromptar e pagar mantimentos, gado e cavalgaduras para o transporte de 6.000 homens que foram de Minas Geraes para a capitania de S. Paulo em soccorro do exercito do Sul, na occasião em que tomaram os hespanhóes a ilha de Santa Catharina; cujas circumstancias tambem vos conto por me requerer a vontade de exprimir nesta narrativa, para vos divertir, e da mesma sorte passardes o tempo de vossas paixões na contemplação dellas e porque tambem possaes divertir aos vossos amigos, quiçà que uma especulação semelhante muitas vezes inculca a comprehenção das materias questionadas sobre cousas de egual natureza.

Fim.

NOTA SOBRE MANOEL CAETANO DE ABREU

No fim do seculo XVII e começo do seculo XVIII, na povoação de S. Martinho de Outeiro, perto de Braga, no reino de Portugal, viviam Domingos Affonso da Rocha e sua mulher, D. Luiza de Abreu, pessoas de bôa condição social e de alguns recursos.

Um filho deste casal, por nome Domingos da Rocha e Abreu, veiu para S. Paulo na primeira metade do seculo XVIII, aqui se casou com D. Francisca Cardoso de Siqueira, moça de distincta familia, e o casal foi se estabelecer na freguezia de Araraytaguaba, que então pertencia ao municipio de Ytú. Lá viveram com certa abundancia e criaram os nove filhos que constam da relação abaixo. Elle falleceu em 1784 e o seu inventario ainda existe em um dos cartorios de Ytú, e ella já era fallecida algum tempo antes da morte do marido.

FILHOS

1.° Manoel Cardoso de Abreu, que no tempo do inventario do pae se achava ausente de Ytú, era solteiro e devia ter cerca de 45 annos de idade, porquanto o inventario foi feito em 1784 e o proprio Manoel Caetano de Abreu declara que em 1765 inciciou as suas viagens para Cuyabá, o que naturalmente fez ao emancipar-se com 25 annos. Deve, portanto, ter nascido pelos annos de 1740.

Como elle mesmo confessa, recebeu instrucção muito limitada, porque não foi enviado a Portugal e em S. Paulo não havia escholas em que se pudesse obter instrucção secundaria e superior; mas devia ser homem de intelligencia desenvolvida a julgar pela narrativa que fez das suas viagens aos sertões de S. Paulo e Cuyabá e pela quantidade de notas curiosas que apresenta

sobre a capitania. Parece, que, além do presente *Divertimento Admiravel*, elle escreveu tambem um importante trabalho sobre a genealogia das familias paulistas, porque o dr. Eduardo Prado contou-nos que, estando na Europa, leu um annuncio da venda em Londres, de um manuscripto sobre esta materia, obra de Manoel Cardoso de Abreu, e, procurando communicar-se com a capital ingleza para effectuar a compra daquella preciosidade historica, teve o desprazer de verificar que já tinha ella sido adquirida por pessôa desconhecida.

Além da nota *solteiro* e *ausente* que a seu respeito se encontra nos autos do inventario do seu pae, processados em Ytú em 1784, ainda nelles se encontra a informação ser *guarda-mór*, que não era um posto, mas um titulo. Na milicia não havia tal graduação, que só existia no regimen das minas, onde exerceram as funcções desse cargo homens da ordem de Fernando Dias Falcão, Paschoal Moreira Cabral, Bartholomeu Bueno da Silva e outros, que tinham deveres administrativos a desempenhar; porêm, Manoel Cardoso de Abreu não diz que tivesse exercido as funcções correspondentes a esse cargo em algumas das minas da capitania e, demais, esteve sempre muito occupado em viagens para isso. Pode-se, portanto, presumir que o titulo lhe foi dado por Martim Lopes Lobo de Saldanha pelos serviços que elle prestou por occasião da marcha dos 6.000 homens para o Rio Grande do Sul, quando esteve encarregado de angariar mantimentos e meios de transporte para aquella tropa.

2.°—Domingos da Rocha e Abreu, que foi o inventariante de seu pae e que, portanto, devia ser maior de 25 annos.

3.°—Joaquim da Rocha e Abreu, que em 1784 era maior de 25 annos e de quem nada consta.

4.°—Padre André da Rocha e Abreu, que foi vigario de Porto Feliz durante muitos annos e ainda era vivo pelos annos de 1825. Caracter simples até á ingenuidade, tinha o costume de cantarolar quando nada de grave occupava o seu espirito. Gostava muito de comer massa de pasteis, fritada de uma fórma a que os paulistas dão o nome de *folhado*, e á sua preta cosinheira elle ordenava:—«*Maria, faça folhados, eu gosto, é como hostia.*» Quando a cosinheira lhe dava para o almoço certa qualidade de bolo e *cará com ovos*, não se esquecia elle de repetir-lhe estes prosaicos versos, parodiados de um certo escriptor do começo do seculo XVIII:

«*Destes bolinhos, Maria,*
Usam quasi todos os povos,
Comendo cará com ovos
Quasi todas as manhãs.»

Estes e outros recitativos seus são ainda conservados na memoria dos seus antigos parochianos e de alguns dos seus parentes.

Sabia musica e tocava piano, artes que aprendeu fóra da capitania de S. Paulo, talvez no seminario onde se ordenou. Foi elle quem introduziu em S. Paulo o primeiro piano, que foi trazido de Santos a S. Paulo a braços, por uma tropa de negros, e daqui levado em carro de bois para Porto Feliz, onde foi inaugurado com grande festa, de que se lavrou termo em que assignaram Francisco Alvares Machado de Vasconsellos e muitos outros cidadãos do logar, lá pelos annos de 1825, piano que lá existe até o presente e merecia figurar no museu paulista.

5.°—Francisco Leite da Rocha, que em 1784 tinha 22 annos.

6.°—Anna Joaquina, casada com José Antonio Peixoto, que esteve muitos annos em Cuyabá.

7.°—Maria Magdalena da Rocha, casada em 1776, com Francisco Simões dos Reis.

8.°—Luiza da Rocha, que em 1776 se casou em Araytaguaba com o alferes Guilherme da Silva Claro e, tendo viuvado, se casou de novo, em 1795, com José Coelho de Oliveira.

9.°—Anna Francisca da Rocha, casada com o coronel Francisco Corrêa de Moraes Leite, que foi capitão-mór de Porto-Feliz de 1797 a 1822. Deixou este casal numerosa descendencia, espalhada hoje por todo o Estado de S. Paulo. Era seu filho o brigadeiro Joaquim José de Moraes Abreu, que fez a campanha do Sul de 1811 a 1817, foi membro do Conselho da Provincia em 1831—32, vereador da camara municipal desta capital no quatriennio de 1837 a 1840, deputado provincial por mais de uma vez e vice-presidente da Provincia e falleceu em 1850, com descendencia.

Netos e bisnetos deste casal existem ainda outros personagens de valor social e politico, como o dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes, antigo deputado provincial e juiz de direito aposentado, residente em Tieté, o dr. Domingos Corrêa de Moraes, deputado do Congresso Constituinte Federal em 1890 e hoje vice-presidente do Estado de S. Paulo, e o coronel Edgard Ferraz do Amaral, banqueiro na cidade de Jahú e deputado do Congresso Estadual. (*N. da R.*)

Doação das terras de Jarabatyba a Braz Cubas

PUBLICA FÓRMA OFFERECIDA AO INSTITUTO HISTORICO DE S. PAULO PELO SOCIO M. PEREIRA GUIMARÃES

Primeiro Tabellionato da Cidade de Santos—Publica Fórma —Em nome de Deus—Amen. Saibão quantos este instrumento de doação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e trinta e seis annos em vinte e cinco dias do mez de Septembro na Cidade de Lisbôa juncto do Mosteiro de São Francisco dentro nas casas de morada da Senhora Dona Anna Pimentel, mulher do Senhor Martim Affonso de Souza, que anda na India, que nosso Senhor, traga a este Reino—Amem—estando ahi presente a dita Senhora Dona Anna como procuradora bastante e abondosa do dito Senhor Martim Affonso, segundo logo amostrou e fez certo por um publico instrumento de sua procuração do qual o traslado he o que ao adiante se segue.—Procuração.—Saibam os que este instrumento de procuração virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e trinta e quatro annos em tres dias do mez de Março na cidade de Lisbôa nas casas do Duque de Bragança, em que ora pousa o Senhor Martim Affonso de Souza do Conselho de El Rei nosso Senhor, morador na dita Cidade, estando elle ditto Martim Affonso de Souza, hi a isto presente e por elle foi dito que elle fazia como logo de feito fez por seu certo procurador abastante na milhor forma e modo que o elle pode e devesse e por direito mais valer a Senhora Dona Anna Pimentel...e posto que esta escriptura fosse continuada em tres dias do mez de Março não foi assignada senão aos seis dias do ditto mez de Março do ditto anno nas casas sobreditas—Testemunhas que presente foram Jacome Luiz morador em Bragança e Diogo de Meirelles, seo criado e Antonio Gonçalves morador nesta Cidade e eu Antonio do Amaral Tabaliam Publico por El-Rei Nosso Senhor nesta Cidade de Lisbôa e seus

termos que este instrumento escrevi e assignei aqui do meu publico signal a qual procuração fica na mão da ditta Senhora; e trasladada a ditta procuração como já vai declarado logo por ella senhora Dona Anna foi ditto que ella em seu nome e em nome e como procurador que hé do ditto Senhor Martim Affonso e pelo poder e virtude da dita procuração por este publico instrumento e do seo prazer e bôa e livre vontade por muita obrigação em que o dito Senhor Martim Affonso e ella senhora são a Bras Cubas seo creado, que no presente estava e por lhe querer todo galhardoar e satispfazer, disse que lhe fasia ora como de feito logo fes ao dito Bras Cubas livre e pura e irrevogavel doação antre vivos valedoria deste dia para todo e sempre para elle e para todos os seus herdeiros e successores que depois delle virem de toda a terra que tinha e possuhia no Brazil hum Hanrique Montes, que matarão no Brazil a qual terra está na Povoação de S. Vicente do dito senhor Martim Affonso e a ditta terra podera ser de grandura de duas legoas e meia pouco mais ou menos até tres legoas por costa e por dentro quanto se puder estender, que fôr da conquista de El-Rei nosso Senhor e que está onde chamão Jarabatyba, assim que (1) (estava a margem: *Dentro do porto—Com esta sesmaria se prova que o porto de S. Vicente ficava no de Santos porque as terras de Jurabatuva ficam dentro do Rio de Santos por elle acima*) — pelo braço de mar dentro e mais lhe faz doação de hûa Ilha Pequena que lhe está junta da ditta terra, que outro sim era do ditto Henrique Montes que tudo lhe assim dôa e faz delle merce por suas direitas confrontações com que parte e de direito deve de partir com todas suas entradas e sahidas e direitos pertenças—serventias e logradouros possessoens assi e pelo modo e maneira que todo está par a elle e para todos os seus herdeiros e successores que depois delle vierem e com tal condicção e declaração que nem o ditto Bras Cubas nem os seus herdeiros que ao diante succederem a não poderão vender dar ou doar nem trocar nem escambar nem faser della nenhum partido, mas sempre andará na geração e linha assi transversal como direita do ditto Bras Cubas e mais com outra condição que se acaso fôr, o ditto Bras Cubas ou quem quer que á ditta terra succeder, fizerem algûa cousa que não fôr em serviço do ditto Martim Affonso ou do Senhorio que á ditta terra succeder, que por este caso as terras d'esta doação se perderão p.ª o senhorio e poderão dar a quem quizer. E porem logo a ditta Senhora em seu nome e em nome

(1) — de Frei Gaspar da M.ᵉ de Deus.

do ditto Martim Affonso e por poder, e virtude da d.ª prrcuração tirou logo e dimittio e renunciou de si todo o direito e acção, posse e propriedade, uzo e fruto, e util dominio, e senhorio, que ambos tinhão e podião ter na terra desta doação e em todas as suas pertenças, e todo jus. E se deu logo e transpassou em mam e poder do d.° Bras Cubas, e em todos seus herdeiros, successores, q. depois d'elles vierem p.ª que hajão, e logrem e possuão de hoje em diante p.ª sempre, e que fação nella bemfeitorias, e aproveitem; e lhe deu logo lugar e poder p.ª q. elle por poder e virtude deste instrumento, e sem mais sua auctoridade della Snr.ª nem do ditto Martim Affonso possa della tomar posse realmente com effeito por instrumento publico. E por este mandou Gonçalo Mont.° vigario, e feitor do ditto Senhor Martim Affonso, e assim quem seu cargo tiver, e este instrumento fôr apresentado que lhe entreguem a dirta terra, e lha demarquem, e o deixem metter posse della, p.ª q. a ditta terra seja do ditto Bras Cubas, e prometteu e se obrigou a lhe fazer boa esta doação, e lha guardar e defender a fazer boa, livre e segura e de paz e de quem lhe sobre ella algum embargo puzer e lhe será elle autor e defensor p.ª o qual obrigou todos seus beñs do ditto Senhor Martim Affonso por poder da ditta procuração e em testemunho da verdade assim e outorgou e lhe mandou delle ser feito este instrumento e qual Bras Cubas que presente estava a todo assim pedio e acceitou e ella Senhora prometteu a mim Tabalião, como pessoa estipulante e assistente em nome a quem isto pertence, de lha toda assim cumprir, manter como este instrumento se contem; e disse mais a ditta Senhora D. Anna que ella faz mercê e doação ao ditto Bras Cubas posto caso que o ditto Henrique Montes não tivesse titulo nem escrittura da dita terra porque Henrique Montes tinha do ditto senhor Martim Affonso sem ter delle escriptura e que por este caso que a elle Hemrique Montes tivesse e a tivessem seos herdeiros que com todas estas clausulas ella fas mercê e doação ao dito Bras Cubas de todas ditas tres legoas de terras por costa e p.ª dentro quanta terra puderem q. sejão da conquista del Rey nosso Senhor, e mais a ditta Ilha declarada, que está defronte della, a qual terra está onde chamão Jarabahitybassú, e ella deo com a condição e declaração da doação e foral, por onde el Rey nosso Snr. deo ao ditto Martim Affonso a terra, que elle tem no Brazil e suas povoaçõens; e pelas tais condições haja a ditta terra, e depois seus herdeiros, e posto que este instrumento fosse continuado no dia do mes e anno e onde des foi pela dita Senhora Dona Anna a isto presente outorgado na ditta cidade dentro nas casas de sua morada aos vinte e sete dias do mes de Outubro do dito anno testemunhas que presentes foram Antonio

de Freitas, Mestre de Gramatica, que ensina ao Senhor Pedro Lopes filho da dita senhora Dona Anna, e Antonio seo creado e eu Antonio Luiz Publico Tabellião de El-Rei Nosso Senhor da Cidade de Lisbôa e seos termos que este instrumento escrevi e assignei e meo publico signal fis que tal hé. Folhas onze verso vem o auto de posse das dittas terras o qual principia assim—Saibam quantos este instrumento publico de demarcação e posse dado por authoridade de justiça virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quarenta annos aos des dias do mez de Agosto em esta Villa de S. Vicente Costa do Brazil em a Capitania em que he Governador o Senhor Martim Affonço de Souza e perante Antonio de Oliveira Capitão e logo Tenente por o ditto Senhor e seu auxiliar com alçada pareceu Bras Cubas moço da Comarca de El-Rei Nosso Senhor morador em ella e a elle Capitão apresentou hum Instrumento publico de dadas de terras que a senhora Dona Anna Pimentel deo ao dito Bras Cubas... requeria elle Bras Cubas a elle Antonio de Oliveira Capitão lhe demarcasse a ditta terra e metteu de posse della por quanto ora vinha para aproveitar com gente e fasendo sem embargo de passar já de tres annos que gastara có sua fasenda para a aproveitar o que não se pudera faser por a terra que lhe assi é dada ser povoada de gentios e para os lançar fóra e se povoar a ditta terra há mister muito custo o que agora trasia para isso, e visto por elle Capitão mandou logo em dito dia a demarcar a dita terra e ao metter de posse della.... em a qual terra por boca desde o ditto rio de Jerebati até o dito oiteiro elle Capitão fes pergunta a Antonio Rodrigues o lingua desta terra e a Mestre Bartholomeu Ferreira e a Rodrigo de Lucena feitor do Senhor Governador aos quaes pelo juramento dos Santos Evangelhos.... e com esta ditta terra já demarcada lhe foi tambem dada a dita Ilha que na sua data disse, a qual esta defronte das ditas suas terras e de fronte nesta Ilha de S. Vicente onde chamão Emguaçú das ditas terras assi da terra firme como da outra elle Capitão lhes houve por demarcados pelas demarcaçoens já ditas e metteu logo de posse dellas realmente em feito visto já a obra que na dita Ilha tem de canaveaes e mantimentos... e porelle ditto Bras Cubas foi tambem pedido a elle Capitão mandasse a mim Tabellião que desse aqui minha fé em como haviam tres annos que João Pires Cubas, seu pae viera a esta terra com fasenda e gasto para aproveitar as ditas terras e tomado posse dellas e aproveital-as o que toda deixou de faser por a dita terra ser habitada por gentios nossos contrarios e por esse respeito as não pudera nem podia aproveitar e porem que

(Vide a nota que se acha no verso da ultima folha)

Auto de posse

sempre fes fasenda nesta terra por elle Bras Cubas a sua custa, comprando os roças e mantimento muito caro e o Capitão lha mandou dar e eu Tabellião em cumprimento do seo mandado digo e faço fé que o dito João Pires Cubas pae de Bras Cubas vira esta ditta terra havera tres annos pouco mais ou menos e lhe vi traser muita fasenda para esta terra a qual devia ser do dito seo filho e que vinha para aproveitar a dita terra e trasia a propria carta de terras que ora apresenta de Bras Cubas e requerco algûas veses que o mettesse de posse das ditas terras e sei que a dita terra hé mui perigosa por parte do gentio que nella habita que são nossos contrarios por esse respeito elle João Pires não ousou nem pode faser obra em a dita terra e porem sempre fes por outras partes e terras aqui nesta Ilha e fasenda e canaveaes todo em logar do dito seo filho; hé verdade que aquelle tempo que o ditto João Pires Cubas aqui veio os mantimentos e canas valiam mui caros e nisso fes muitos gastos por povoar e aproveitar a dita terra ate que ora veio o dito Bras Cubas seo filho a quem entregou todo, o que todo passa em verdade e portal e por verdade tambem o assignei com os mais que aqui assignarão que foram as testemunhas atras escriptas e o dito Capitào o assignou. E eu Antonio do Valle Tabellião Publico Judicial pelo Senhor Governador em estas suas terras que este instrumento fis em este meo livro de Notas por mandado do dito Capitão— Está em tudo conforme ao original ao qual me reporto e dou fé. Santos tres de Novembro de mil oitocentos noventa e sete. Eu Joaquim Fernandes Pacheco, Tabellião a subscrevi, conferi e assigno em publico e raso. Em testemunha da verdade (estava o signal publico) Joaquim Fernandes Pacheco. (Estavam tres estampilhas d'este Estado no valor de mil e oitocentos réis devidamente inutilizadas) com o seguinte: Santos tres de Novembro de mil oitocentos noventa e sete. Pacheco. Concertado e conferido por mim o Tabellião Affonso F. Veridiano. Era o que se continha e declarava em dita publica fórma, da qual bem e fielmente fiz extrahir a presente publica fórma que em tudo vai conforme o seu original ao qual me reporto aos desoito de Maio de mil oitocentos e oitenta e nove, do que dou fé. Eu, Antonio Hyppolito de Medeiros, tabellião a subscrevo, conferi e assigno em publico e raso. Em testemunho da verdade, Antonio Hyppolito de Medeiros São Paulo, 18 de Maio de 1899.—Medeiros.

NOTA. (v. fls. 4)

Esta doação foi confirmada por Martim Affonso por carta passada em Alcoentre aos 24 de Novembro de 1551.

Demarcação das terras de Bras Cubas em 1567

PUBLICA FÓRMA OFFERECIDA AO INSTITUTO HISTORICO DE S. PAULO PELO SOCIO DR. M. PEREIRA GUIMARÃES

Primeiro Tabellionato da Cidade de Santos. Publica Fórma —Folhas vinte e oito verso vem o traslado de uma carta de Demarcação das terras de Bras Cubas passada por Jorge Ferreira, Capitão mór e ouvidor da Capitania de São Vicente na Villa de Santos e escripta por Antonio Rodrigues de Almeida a tres dias do mez de Agosto de mil quinhentos sessenta e sete annos nella com a petição seguinte de Bras Cubas. Bras Cubas Cavalheiro Fidalgo da Casa de El Rei Nosso Senhor e Alcaide Mór desta Villa de Santos e Provedor da Fazenda Real nas Capitanias São Vicente e Santo Amaro ..... e porque o rumo das terras do dito Pedro de Goes com que elle supplicante vae partindo para o sertão não chegava mais até a borda do campo onde está um pinhal junto donde esteve a povoação de Santo André onde já teve João Ramalho, roças e elle seja dahi vai partindo mais adiante para a terra dentro ..... Sahindo do ditto pinhal donde fenece e acaba a datta do ditto Pedro Góes com quem elle supplicante he mejeiro, começará a partir pela banda do hoeste que vae dahi pelo caminho de Piratininga por entre o capão grande onde Francisco Velho já teve roças e mato onde roçarão os moradores da dita Povoação de Santo André sempre pelo dito caminho assim como vae passando o rio de Tamandoati e dahi corta direito sempre pelo dito caminho que vae a Piratininga que está na Borda do Rio Grande que vem do Pequeno digo do Pequeri e ahi vae correndo direito para o sertão onde couber sua partilha conforme a sua escriptura e carta de dada e instrumento de posse como dito hé largura sempre de tres legoas. Do dito caminho que fica por marco para a Banda de heste, onde está um lugar e Aldeia dos Indios que chamam Pequeri onde elle supplicante tem sua fazenda ha muitos annos e hûa ermida de Santo Antonio cuberta de telha e casas fortes por respeito dos contrarios e gente e gados assim vacuns e por-

cos, onde fas muitos mantimentos com que sempre ajuda a sustentar os Engenhos de Açucares que ha nesta Capitania quando não ha vinho do Reino e com os mantimentos da dita sua fasenda ajudou a sustentar as guerras que tivemos com estes nossos Indios no tempo que posemos o cerco sobre a Villa de São Paulo que haverá seis ou sette annos pouco mais ou menos e onde lhe mandarão muito gado e escravos seos, pelejando no dito cerco por defenção da terra dos inimigos me pedia por merce que havendo respeito ao que dito hé, houvesse por bem em nome do dito Senhor Governador e pelos poderes que delle tenho como seo capitão haver por bem digo haver por bôa a ditta posse em que está e a ditta demarcação da maneira que dito hé pelo ditto caminho já dito atravessando de Piratininga e o ditto Rio Grande adiante visto a escriptura e a carta de Dada e Instrumento de posse e partilha que apresenta com esta petição e que por eu ser antigo na terra dos primeiros que apovoarão sabia o conteudo nesta petição por fôr assim na verdade e assim sabia outro sim muito bem a ditta demarcação por onde parte pelo dito caminho como está já dito por andar muitas veses por elle e saber que elle supplicante possuia as ditas terras e posses dellas desde o dito tempo aqui declarado até agora—Nota—Eu disse que a carta foi assignada aos tres porem isto digo com muita duvida por não entender bem a letra com que escreveo o numero dos dias o certo se porem que foi feita antes de onze porque sinão Marcado escrivão da Provedoria a registrou no livro das sesmarias ás folhas sessenta e quatro, sessenta e cinco, sessenta e seis e sessenta e sete em onze dias do mez de Agosto de mil quinhentos sessenta e sete annos. Está conforme ao original ao qual me reporto e dou fé. Santos tres de Novembro mil oitocentos noventa e sete. Eu Joaquim Fernandes Pacheco, Tabellião a subscrevi, conferi e assigno em publico e raso. Em testemunho de verdade (estava o signal publico) Joaquim Fernandes Pacheco. (Estavam trez estampilhas deste Estado no valôr total de oitocentos réis devidamente inutilizados). Concertado e conferido por mim o Tabellião Affonso Francisco Veridiano. Era o que se continha e declarava em dita procuração da qual digo dita publica fórma da qual vem e fielmente fiz extrahir a presente publica fórma que em tudo vai conforme o seu original ao qual me reporto aos dezoito de Maio de mil oitocentos noventa e nove, do que dou fé. Eu *Antonio Hyppolito de Medeiros*, tabellião, a subscrevi, conferi e assigno em publico e raso. Em testemunho da verdade.—Antonio Hyppolito de Medeiros. S. Paulo, 18 de Maio de 1899.—Medeiros.

Navegação aérea

A CONQUISTA DOS ARES, —DE BARTHOLOMEU DE GUSMÃO A SANTOS DUMONT [1]

(1709—1901)

Cessem do sabio Grego, e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre, e de Trajano
A fama das victorias, que tiveram;
. . . . . .
. . . . . .
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta!

I

INVENÇÃO DO BALÃO

1709

Nos primeiros annos do seculo 18 houve no mundo um homem, um brazileiro illustre, que ousou tentar a conquista dos ares por meio de uma machina de sua invenção.

Essa conquista realizou-se a 12 do corrente em Pariz, segundo telegrammas de lá expedidos, —e quem a realizou foi tambem um brazileiro.

Nos primeiros annos do seculo 18 o sonhador do dominio dos ares foi um padre.

Quiz o mysterioso destino dos homens e das coisas que, 192 annos mais tarde, como chave de ouro do seculo 20, realizasse outro brazileiro, por completo, o grandioso sonho de seu compatriota.

---

(1)—Escripto para o *Diario Popular*, nelle publicado a 22 de Julho de 1901, e revisto e completado para esta revista.

O primeiro era paulista, o segundo mineiro, e a descoberta, posto que esperada mais cedo ou mais tarde, é ainda assim tão grande, tão complexa e tão promettedora em suas consequencias, que a gente fica a pensar na extraordinaria e incalculavel transformação por que o mundo vai passar daqui por deante.

Si em nossos dias, mesmo com o assombroso desenvolvimento de todas as sciencias, mesmo com o immenso patrimonio de centenas de invenções e descobertas, cada qual mais importante e mais util, a tal ponto que até se constituiram imprescindiveis necessidades para o homem, ainda havia quem negava obstinadamente a direcção dos balões —facil é imaginar qual não teria sido naquella épocha (em que ainda triumphava o *Santo Officio*), o odio dos misoneistas deante da audacia do padre brazileiro, ao annunciar ao mundo scientifico de então o seu sonho querido, a conquista, o dominio dos ares.

Porque não! ?

Deus fizera a terra para os homens, a agua para os peixes e o ar para as aves.

Maldito aquelle que ousasse transpor o limite que lhe tinha sido traçado! E' verdade que, por meio de guerras e migrações, durante seculos e seculos, devagarinho o homem conquistára a terra.

O Phenicio já se tinha alastrado pelo littoral do Mediterraneo. Já os generaes romanos tinham levado as suas armas triumphantes ás mais longinquas paragens do Mundo Antigo. A terra, para os grandes imperios de então, dilatára-se a pouco e pouco sob a pata invasora dos corceis de guerra. Era agora preciso que as Columnas de Hercules se alargassem, e que ao dominio da terra succedesse o dos mares.

E foi o que aconteceu.

Nascida de um simples pedaço de páu mais leve que a agua, a conquista dos mares foi a principio uma canôa; depois, um barco; depois, um veleiro, uma náu, um transatlantico, um couraçado. Assim se faz da cellula o tecido anatomico; do tecido, o orgam; deste, o apparelho, o organismo, o homem —o *Pensamento*.

Frei Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o brazileiro illustre, o paulista notavel que sonhou a conquista dos ares nos primeiros annos do seculo 18, deve muitas vezes ter pensado lá comsigo: —Si o dominio do homem se extendeu triumphante á terra e aos mares, porque não se extenderia tambem ao maior de todos os oceanos, ao Oceano Aéreo, que envolve por todos os lados o minusculo grão de areia em que, entregue a si mesma, braceja a humanidade para o espaço infinito?

Deve ter sido essa a pergunta feita a si mesmo nas horas de meditação, no augusto silencio de seu recolhimento espiritual.

O pensamento, que é um movimento, tem leis e é reductivel. Synthese, reduz-se á analyse. O espirito não é um facto indivisivel, simples; decompõe-se de grau em grau, descensionalmente até ao primeiro de seus elementos. Conquistada a terra e dominados os mares, ao homem, que já imperava no solido e no liquido, faltava o imperio do gazoso. Uma victoria a dois terços indica, faz suppôr uma victoria completa. Para o padre brazileiro a palavra *impossivel* ficou, pois, á margem do seu ideal. Dizer ás aguias e aos condores «*Voarei como vós*» passou a ser para elle a coisa mais natural, mais logica deste mundo. Nascida a idéa, cresceu e amadureceu. Mas as idéas que se não encarnam são como os filhos antes de serem concebidos. Era preciso realizar, *encarnar* a idéa, dar-lhe corpo e individualidade, —fazer por ella o que Marco Polo, Christovam Colombo e Vasco da Gama fizeram pela grande navegação a véla.

Filho do cirurgião-mór Francisco Lourenço de Gusmão, Bartholomêu Lourenço de Gusmão nasceu em Santos no annode 1685. Teve dois irmãos — João Alvares de Santa Maria, que tambem seguiu a carreira ecclesiastica, e Alexandre de Gusmão, que foi ministro de D. João V, e que se distinguiu como diplomata.

Bartholomeu tinha dezeseis annos de edade quando começou o seculo 18, e aos 25, em 1709, apresentou-se á côrte portugueza daquelle monarcha, com um requerimento em que pedia ao rei privilegio para a sua invenção.

Parece que já era elle então formado em canones pela Universidade de Coimbra.

Era uma novidade a invenção para a qual pedia privilegio, —pois nada havia ainda sobre tal assumpto.

E' verdade que o phenomeno electrico já era conhecido; que William Gilbert já lhe tinha dado o nome de *electricidade*, no seculo 16, distinguindo-o do phenomeno magnetico, após as suas então notaveis investigações feitas entre os annos de 1640 a 1650. Talvez pudesse contar o sabio brazileiro com a machina electrica, inventada por Otto de Guericke em 1672. O grande Benjamin Franklin ainda estava por vir, longinquamente envolto nas placentas do futuro. Galvani (1717), Dufay (1734), Coulomb (1736), Volta (1745), Ampère (1775), Ohm (1787), Becquerel (1788) e Faraday (1791) lhe são todos posteriores. Ninguem ainda podia pensar na possibilidade de um Tomson, de um Nicoláu Tesla, de um Edison.

A electricidade estava ainda nos primeiros, informes e obscuros limbos da sua genese.

Num outro sentido, a mais importante descoberta até então feita em physica, descoberta de que Gusmão talvez tivesse podido aproveitar-se, era sem duvida a de Deniz Papin, relativa á marmita e á valvula de segurança. Foi em 1651 que elle apresentou á *Sociedade Real* de Londres o seu livro *New Digester*, em que expunha essas descobertas, creando assim a embryogenía da futura machina a vapor, graças á verificação de que a agua, reduzida a vapor comprimido por meio do fogo, podia accionar um embolo. Quando James Watt realizou a idéa de Papin, frei Bartholomêu de Gusmão já era morto, havia 12 annos.

Mas vai se ver que o illustre sabio santista, que correctamente falava e escrevia o italiano e o francez, sabia o latim e correctamente traduzia o grego e o hebraico, não se emmaranhou pelo caminho aberto por Papin, caminho que parecia estar-lhe indicado.

Quanto a outros meios mais tarde empregados como instrumentos de propulsão ou ascensão dos aerostatos, basta dizer, por exemplo, que Cavendish (1731—1810), o descobridor do hydrogêneo (1781), ainda não era nascido em 1709, e que foi depois da descoberta de Cavendish que Black tentou em vão fazer subir aos ares uma bexiga cheia deste gaz.

Bartholomêu de Gusmão tendo, pois, morrido 57 annos antes da descoberta de Cavendish, só poderia ter applicado ao seu invento a descoberta de Papin, modificada; mas absolutamente não se utilizou della.

O illustre padre brazileiro tinha os olhos voltados para outro rumo. Apesar de ser levado para o tumulo o seu *segredo*, o segredo da força com que ia dar impulso ao balão, hoje é materia corrente, deduzida das chronicas da épocha (que lhe descreveram o apparelho aeronautico), que a energia com que elle contava era uma energia mista, de natureza electro-magnetica. Assim sendo, a quantos não precedeu elle nesse maravilhoso ramo das investigações e conquistas humanas!

Bartholomêu de Gusmão partira do vôo dos passaros; estudara-lhe as fórmas do movimento no ar, as suas leis de deslocação em todos os sentidos, — subindo, descendo, pairando ou progredindo horizontalmente. Isto feito ou supposto feito, precisava elle da força que produzisse e mantivesse taes movimentos.

No dia em que se julgou dono dessas leis, absolutamente necessarias á victoria do seu ideal, nesse dia metteu hombros á construcção da machina.

Ainda estava longe Joseph Cugnot, que em 1765 pôz em movimento um carro movido a vapor; longe os celebres irmãos Montgolphier (José e Estevam) a quem tanto deve a navegação

aérea (1783); longe Roberto Fulton (1803 e 1807); longe Blenkisop (1811), Blackett (1822), Stephenson e toda a luminosa pléiade desses gloriosos generaes da mechanica applicada.

Elle, Bartholomêu de Gusmão, estava só, sósinho no limiar da descoberta que o immortalizou. Traçada em seu cerebro a construcção do aerostato, fal-o-ia de taboas finas, chapeadas de folhas de ferro; dar-lhe-ia a fórma (1) de um passaro, cuja cabeça ficaria sendo a prôa, e cuja cauda seria a pôpa, com um leme. Analogicamente, por-lhe-ia as azas aos lados e, em cima, uma véla.

Dito e feito.

A esse balão, a essa aeronave ou aerostato comprazia-se o inventor santista de denominar ora *navêta*, ora *barquêta*, diminutivos de «náu» e «barca».

Prompto o arcabouço, faltava-lhe o coração e o sangue. Nisto é que estava o seu segredo. Quanto ao coração, fêl-o duplo: — duas bolas ôccas, de metal, dentro da machina (?). Quanto ao sangue, que lhe ia dar a vida e o movimento, fêl-o de magnéte; e, por cima, num tecto de arame, dispôz muito ambar.

E nada mais se sabe, parece.

Terminada assim a navêta, lá se foi elle á Côrte Portugueza, e, nos seguintes termos, requereu a D. João V privilegio para o seu invento:

—«Diz o licenciado Bartholomeu Lourenço que elle tem descoberto um instrumento para andar pelo ar da mesma sorte que pela terra e pelo mar, com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais leguas de caminho por dia, nos quaes instrumentos se poderão levar os avisos de mais importancia aos exercitos: no que interessa a V. M. muito mais que todos os outros principes, pela maior distancia dos seus dominios, evitando-se desta sorte os desgovernos das conquistas, que provêm em grande parte de chegar tarde as noticias delles; além do que, poderá V. M. mandar vir todo o preciso dellas mais brevemente, e mais seguro; poderão os homens de negocio passar lettras e cabedaes a todas as praças; poderão ser soccorridas, tanto de gente como de víveres e munições a todo o tempo; e tirarem-se dellas as pessoas que quizerem, sem que o inimigo o possa impedir. Descobrir-se-hão as regiões mais visinhas aos pólos do mundo, tendo a nação portugueza a gloria deste descobrimento, além das infinitas conveniencias que mostrará o tempo; e porque deste invento se podem seguir muitas desordens, com-

(1) — E' Porto Seguro quem nos está guiando neste ponto, graças á sua *Historia Geral do Brasil*.

mettendo-se com o seu uso muitos crimes, e facilitando-se muitos na confiança de se poderem passar a outro reino, o que se evita estando reduzido o dito uso a uma só pessoa, a quem se mandem a todo o tempo as ordens convenientes a respeito do dito transporte, e prohibindo-se a todas as mais sobre graves penas: é bem se remunere ao supplicante invento de tanta importancia. —Pede a V. M. seja servido conceder ao supplicante o privilegio de que, pondo por obra o dito invento, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fôr possa usar delle em nenhum tempo neste reino ou suas conquistas, sem licença do supplicante ou seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os bens, e as mais que a V. M. parecerem».

Porto Seguro refere-se tambem a um manifesto que Bartholomêu de Gusmão escreveu para rebater as objecções a que o seu requerimento daria logar naturalmente, manifesto que consta das *Actas da Academia Real das Sciencias*, de Lisboa, I, 199.

D. João V consultou a *Mesa do Dezembargo do Paço*, que deu parecer favoravel ao requerimento. Então despachou El-Rei a 17 de Abril de 1709, nos seguintes termos:

> —«Como parece á Mesa; e, além das penas, accrescento a de morte aos transgressores; e, para com mais vontade o supplicante se supplicar ao novo instrumento, obrando os effeitos que relata, lhe faço mercê da primeira dignidade que vagar em as minhas collegiadas de Barcellos ou Santarém, e de Lente de Prima de Mathematica da minha Universidade de Coimbra, com seiscentos mil réis de renda, que crio de novo em vida do supplicante sómente».

A 19 de Abril, dois dias depois, foi passado o alvará de privilegio, e Francisco Leitão Ferreira, escriptor de então, affirma que a navêta de Bartholomeu foi feita á custa de D. João V, e «experimentada deante do soberano e de muitos grandes, no pateo da Casa da India, em Lisboa, fazendo o inventor *subir o pequeno aerostato até á altura da sala* que chamavam das EMBAIXADAS, e dando, ao subir, de encontro a uma cimalha, e cahindo, não se tratou de repetir a experiencia, e o auctor do invento, o homem de genio, foi escarnecido e quasi dado por louco (1)».

---

(1) — *Porto Seguro*, obra citada.

Pobre, não pôde Gusmão reconstruir o seu balão, e nem achou mais nenhuma alma generosa que lhe fornecesse capitaes para isso. O povo, por ironia, alcunhou-o *O Voador*, e deu-lhe á barquêta o nome egualmente ironico de —*Passaróla*.

Porto Seguro glorifica a Gusmão. Faz-lhe justiça o nosso grande historiador, e pede e espera que essa justiça seja feita ao illustre e genial paulista.

De então em deante, dado o insuccesso da *Passaróla*, o pobre frade «não encontrou mais descanço até fallecer». A sua audacia creou-lhe inimigos de toda a ordem e aos ultrages succederam-se as perseguições.

No emtanto, o balão estava inventado!

Nascêra o aerostato para as gerações futuras, para triumphar completamente em outras epochas remotas, cujo nivel intellectual conseguisse chegar ao plano de concepção em que floresceu o cerebro inventivo do grande paulista.

Foram seus maiores e mais tenazes perseguidores os santissimos membros do *Santo Officio*, o sacerdocio catholico, apostolico, romano, representante directo e infallivel de Deus na terra. Era preciso punir a ousadia do novo Prometheu dos ares, daquelle que se atrevera a invadir o suavissimo azul do espaço infinito, creado expressamente para dominio, patria das aves, como a agua o fôra para os peixes e a terra para os homens...

E taes se tornaram as perseguições do *Santo Officio*, que elle se viu obrigado a fugir para Toledo, na Hespanha, onde, pauperrimo e de todos esquecido, veiu a fallecer a 18 de Novembro de 1724, sem vintem siquer para o proprio enterro, que teve de ser feito á custa da Irmandade de S. Pedro.

Foi esse o inventor brazileiro, essa a descoberta do balão.

II

PRIMEIRA PHASE

(1783—1804)

São passados 74 annos.

Estamos em 1783, quasi no fim do seculo 18. Já o meio intellectual é outro na velha Europa. Os *Direitos do Homem* não tardam a estalar ao grande embáte da Revolução Franceza. O jugo vai ser sacudido. Todos os homens vão ser livres e eguaes perante o direito. Chegou o momento em que a in-

telligencia da Terra vai encarnar o verbo da liberdade. Tudo progrediu no MUNDO MENTAL, que é o molde em que a materia toma as suas infinitas fórmas. Do repouso á acção, da idéa á realização, só ha a transpôr o 89.

Foi lá, por essa grande epocha da Historia do homem neste planeta, que todas as coisas começaram uma nova phase; lá tambem (porque a Revolução não foi obra de um dia) que a trajectoria do aerostato começou a sua segunda phase, tendo para isso elementos com que o inventor santista não podia contar 74 annos antes, quando em 1709 fez a sua primeira e unica experiencia em Lisbôa, no pateo da Casa da India, em frente á *Sala das Embaixadas*, perante El-Rei e a côrte portugueza.

1783

A segunda phase da evolução aeronautica iniciou-se com as experiencias dos irmãos Montgolphier (Estevam e José—), dois simples fabricantes de papel em Annonay (Ardéche, França), ao sul da cidade de Lyão, á direita do Rhódano.

Feito de serapilheira e forrado de papel, cubando 886 metros de ar aquecido por certa especie de fogareiro, posto na abertura, embaixo, — lá soltaram elles, a 5 de Junho, o seu primeiro balão, que se ficou chamando *Montgolphiére*, do nome dos auctores.

Era o balão de fórma espherica, e terminava inferiormente por um como gargallo a que estava ligado o fogareiro.

Nesse anno e no de 1784 mais 4 experiencias salientes se fizeram; as seguintes:

I. — Florescia então na França o habil physico CHARLES (Jacques Alexandre Cesar) que, tendo substituido o emprego do *ar aquecido* pelo do HYDROGENEO, foi o primeiro a fazer subir balões em Pariz, no Campo de Marte, em presença de Luiz XVI, ao troar do canhão e ás acclamações do povo.

II. — Uma segunda experiencia de Montgolphier em Versailles, perante a côrte.

Esta experiencia tornou-se inolvidavel, por ter sido a primeira que levou aos ares sêres vivos. Com effeito, mettêra Montgolphier a bordo um *carneiro*, um *gallo* e um *pato* (União hybrida!), que lá se foram pelos ares até 500 metros de altura.

Ao pousar em terra, foram os tres viajantes encontrados em perfeito estado de saúde, e grandes coisas devem ter elles contado a seus companheiros... num idioma que o homem não decifra.

III. — A terceira ascensão aerostatica foi ainda effectuada por Montgolphier.

Desta vez a coisa tornou-se notavel, por ter sido a primeira ascensão em que o HOMEM SUBIU AOS ARES. Montgolphier não foi só. Levou em sua companhia Pilatre de Rosier; mas o balão subiu preso por uma corda: — foi um «balão captivo».

IV. — A quarta ascenção venceu a terceira em audacia. Foi a primeira em que o homem subiu num balão *sem corda*, num balão sôlto, livre, entregue aos azares do destino. Effectuou-a Pilatre de Rosier, quente ainda do enthusiasmo da terceira, e tendo levado em sua companhia o marquez de Arlandes.

— FOI A PRIMEIRA VIAGEM AÉREA.

Desse momento em deante ficou demonstrado que os ares eram conquistaveis, como o foram a terra e as aguas.

E começou então a série ininterrupta das experiencias. Parco e ingrato, o patrimonio do passado fazia, mesmo assim, sonhar com um futuro de glorias não muito remoto. Era preciso vencer os ares, dominar o espaço. E na successão das experiencias encontra o estudioso, nos dominios da Aeronautica, um cemiterio de victimas illustres, que trocaram a vida pela morte em busca desse grandioso ideal.

Tenaz, afoito, Pilatre de Rosier estava destinado a ser a primeira dessas victimas.

1785

Blanchard, que dotou o balão dos Montgolphier com alguns melhoramentos, e que inventou o para-quédas, conseguiu com Jefferie, a 7 de Janeiro deste anno, realizar a PRIMEIRA TRAVESSIA, indo de Calais a Douvres, da França á Inglaterra, atravez do Mar da Mancha.

Nos 24 annos que decorreram de 1784 a 1808, realizou Blanchard cincoenta e tantas ascensões na Europa e nos Estados Unidos da America do Norte.

Maria Magdalena Sophia Armant, sua esposa, e por isso mais conhecida pelo nome de *M.me Blanchard*, acompanhava-o nessas ascensões, e tanto gosto tomou a ellas, que, morto o marido (1809), nem por isso deixou de subir em balões.

15 de Junho.—Pilatre de Rosier e Romain tentam tambem atravessar a Mancha. Colhidos por um pé de vento, desencadeado de norte a sul, vão ambos despedaçar-se nos rochedos costeiros da Picardia.

Este horrivel desastre encheu de consternação a França em peso, o mundo inteiro, que tinham os cinco sentidos voltados para a grande febre da conquista do espaço.

Sem ter cessado, o enthusiasmo conteve-se, entretanto, dentro dos limites da cautela, da prevenção.

1799

A França fecha a sua *Eschola Aerostatica* de Meudon.

Mais algum tempo, e as experiencias vão recomeçar. Agora, porêm, já se prevê antes de ousar; e, com o que já se possue, principia-se a tomar outro rumo, de onde advenham talvez grandes resultados, favoraveis á propria direcção dos balões.

Esse outro rumo é o dos aerostatos aproveitados como instrumentos de investigações scientificas. Ahi estava o ar ao lado de todos, pelo espaço a fóra... Que se sabia delle? como o encarava a Physica?

Deccorridos 19 annos, recomeçam as ascensões, então scientificas. Dentro em pouco a arte da guerra chamará o balão a si.

1804

Entre outros nomes immortaes, a sciencia franceza expõe ao mundo, aureolados de luminosissima gloria, os de Biot, Gay-Lussac e Arago. A astronomia, a mathematica, a physica, a chimica, todas estas sciencias que são o orgulho do animal-Homem, estavam ainda no grande periodo de fermentação, de que deviam de borbotar mais tarde as grandes descobertas modernas, a sciencia da materia bruta e a sciencia da materia viva. De uma nebulosa ainda informe sahiam os primeiros vagidos da futura biologia. Esparsos por toda a parte, por toda a parte se procuravam e colhiam os materiaes que, vindos desde Aristoteles e desde Bacon de Verulam, deviam de servir para as generalizações encyclopedicas, para a systematização philosophica de todos os conhecimentos humanos.

Tendia-se, como hoje, como sempre, á lei da unificação pela simplificação, ao ideal de *tudo em um*, visto que a Natureza é uma e que suas leis, simples enunciados verbaes do homem, apenas exprimem as condições regulares em que ella apresenta e mantem os seus infinitos aspectos.

Iam dahi jorrar invasoras, victoriosas como as grandes forças incoerciveis, as obras geniaes dos especialistas de cada scien-

cia, e depois as immensas unificações de um Spencer e de um Comte.

Foi do seio agitado dessa fermentação psychica que surgiu a idéa de se aproveitar o balão como instrumento de novas investigações.

E então, neste anno (1804), subiu Gay-Lussac a 4.000 metros de altura, para pesquizar a acção das correntes magneticas do globo sobre a agulha imanada — da terra aos ares. Teve por companheiro a Biot; mas pouco depois subiu sósinho a 7.016 metros, tendo trazido, de uma altitude de 6.333, varias amostras de ar para analyse, amostras que nada adeantaram ao que então se sabia da composição do mesmo.

Parece que foi longo este periodo de investigações. Durante quasi meio seculo não se registra, entretanto, nenhuma ascensão digna de augmentar mais um élo á corrente lançada por Bartholomêu de Gusmão, augmentada em seus élos por José e Estevam Montgolphier, por Charles, Pilatre de Rosier e Blanchard.

Só dahi a 48 annos se póde reatar de novo o fio das ascensões, e vêr então que, chronologicamente, pelo menos, as experiencias de 1852 em deante marcarão nova phase na historia do balão.

Essa *segunda phase* vai caracterizar-se não só pela accentuação das pesquizas scientificas iniciadas por Gay Lussac, como tambem pela APPLICAÇÃO DO VAPOR E DA ELECTRICIDADE á navegação aérea.

E' o que se vai vêr.

III

SEGUNDA PHASE

VAPOR E ELECTRICIDADE

(1852—1886)

Icaros do mesmo ideal, faz 67 annos que Pilatre de Rosier e Romain encontraram na morte o premio de sua ousadia.

O mesmo destino tiveram depois Olivari (1802), Mosment (1806), Bittorff (1812), M.me Blanchard (1819), Harris e Sadler (o primeiro em Maio e o segundo em Setembro de 1824); e Coking em 1836.

Os balões de Olivari, Bittorff e M.me Blanchard, incendiaram-se. A ascensão de Olivari foi em Orleans, e a quéda deu-se a 4 kilometros da cidade. O desastre de Bittorff foi em Manhein, na Allemanha, e o de M.me Blanchard em Pariz, quando a destemida aeronauta fazia a sua 67.ª ascensão. Um foguete incendiou-lhe o balão e ella cahiu em cima do telhado de uma das casas da rua de Provence, terminando assim os dias risonhos e famosos da sua existencia.

Foi em Lille (França) a quéda de Mosment, por ter elle perdido o equilibrio.

A de Harris deu-se em Londres, por grande escapamento de gaz pela valvula do balão... Harris, ao abril-a para descer, de mais a abriu, e não a pôde fechar. O gaz precipitou-se para fóra, e Harris cahiu e morreu.

Quanto a Coking, na Inglaterra, esse foi victima da confiança depositada num apparelho de sua invenção, feito para funccionar com o para-quédas. De 1200 metros de altura Coking atirou-se aos ares... O apparelho não funccionou, e o temerario aeronauta veiu esborrachar-se em terra, numa quéda de 20 metros por segundo.

Nenhum desses desastres impede que a segunda phase se inicie e se complete.

Vai terminar agora o armisticio de 48 annos aberto entre as ultimas experiencias da primeira phase (1804) e as primeiras da segunda.

1852

Aos 27 annos de edade, Giffard (Henrique—), engenheiro francez, que ligou seu nome a um injector automatico de caldeiras, a um telegrapho pneumatico e a um novo methodo de fabricação do hydrogêneo, applica o VAPOR á navegação aérea.

E' elle o primeiro que modifica a fórma até então classica dos balões, a fórma redonda, alterando-a para *alongada*, no sentido horizontal.

A experiencia de Giffard foi notavel por ter sido *a primeira em que uma* MACHINA A VAPOR *foi applicada á aerostação.* Tinha esse motor a força de 3 cavallos, força que imprimia á helice 110 rotações por minuto.

Durante muitos annos Giffard dedicou-se ao aperfeiçoamento dos seus aerostatos, repetindo experiencias sobre experiencias...

Seu nome é um dos marcos mais luminosos que assignalam as phases por que passou a evolução dos balões.

1862

E' preciso vêr até que altura póde o homem ir impunemente, sem perigo para a saúde e para a vida. Agora é a Inglaterra que toma a deanteira. Glaisher e Coxwell sobem a 8.840 metros. A 7.000 metros já um delles se sentia mal, e dentro em pouco perdeu o movimento, a vida de um dos braços. Mais um pouco, e uma syncope o abateu.

Como a terra, como as aguas, o ar resiste á conquista do homem, declara-se-lhe inimigo. Mas si os dois inglezes não o tivessem desafiado lá onde as aguias voam e o silencio finge a negação da *Vida*, Paul Bert não teria demonstrado, para gloria da Sciencia, que o inimigo da vida, nas grandes altitudes, é a falta de oxygêneo, por crescente deficiencia de pressão atmospherica.

1871

E' preciso dar á Aeronautica um cunho positivamente scientifico; formar para ella um centro de unificação de estudos:— reabre a França a sua *Eschola Aerostatica* de Meudon, fechada havia 72 annos, em 1799, quinze annos após o desastre de Rosier e Romain.

Si a conquista dos ares é um ideal do povo francez, uma das suas mais vivas paixões, demonstrada pela frequencia e pela variedade das tentativas, daqui por deante sel-o-á tambem do governo daquelle paiz, governo que, antes de tudo, visa na grande descoberta um novo e incomparavel instrumento de guerra, para ataque e defesa.

1872

Dupuy de Lôme, que deu á marinha de guerra da França um poderoso impulso, repete, á custa e por ordem do governo de seu paiz, as applicações de Giffard ao balão.

Foi dessas experiencias que se chegou á certeza de que com uma HELICE se podia dar aos aerostatos a rapidez do ar *em que se movem*, ao passo que a dirigibilidade parecia exigir velocidade superior á do vento.

Entrava, pois, o problema da navegação aérea em um vasto e longo terreno, em que teria que ser praticamente vencido ou vencedor.

A grande difficuldade estava em conseguir-se um motor levissimo e, ao mesmo tempo, com força capaz de vencer a velo-

cidade das correntes do ar, rios que sulcam a atmosphera como as correntes marinhas sulcam os oceanos.

Achar-se-ia essa ideal machina a vapor, microscopica, por assim dizer, livre de perigos para a navegação do espaço?

Um brazileiro, que ainda não tinha nascido, estava destinado a dar a essa pergunta, dahi a 29 annos, uma resposta affirmativa e cabal, — chave de ouro com que abriria o Brazil o seculo 20 ás nações do mundo.

Houve um grande momento de silencio na esphera dos que então talvez pudessem fazer alguma coisa por esse ideal.

1874

Constróe-se o *Estrella Polar*. Crocé-Spinelle e Sivel sobem nelle a 7.400 metros de altura; e, como nessas altitudes é a falta de oxygêneo que abate os navegantes do ar, levam comsigo balõesinhos de oxygêneo como remedio a esse mal. Mais dois destinados ao comirerio da Navegação Aérea, victimas da asphyxia que tentavam supprimir.

Nesta ascenção, já aos 4.000 metros se sentiam mal os dois audazes navegantes.

Fizeram mais tres ascenções, todas para o mesmo fim —compensação da falta do oxygêneo. Depois de um certo successo lá por essas vertiginosas alturas, tentaram a ultima, que lhes foi fatal.

1875

Foi a 15 de Abril que se effectuou esta ultima e tragica ascenção em que, a bordo do *Zenith*, subiram os dois amigos acima referidos e mais Gastão Tissandier. O *Zenith* subia sempre, subia cada vez mais, audacioso e temerario nessa nunca vista escalada dos céus. Os instrumentos altimetros já marcavam 8.000 metros; depois, 9.000 metros... Afinal ergue-se o *Zenith* a 10.000 metros de altura, 10 kilometros, mais de legua e meia das nossas, sobre o nivel do mar!

Gastão Tissandier desceu vivo; pôde escapar. Seus dois companheiros estavam mortos, — fulminados pela asphyxia!

De novo o mundo scientifico se cobre de lucto. Ha um pesar immenso em todos os corações. As victimas da Sciencia são sagradas, e a *Memoria Humana* é o mausoléu perenne, mais perenne que o bronze, em que ellas repousam immortaes, á sombra das perpetuas da Historia e num religioso ambiente de saudades.

São os mortos que governam os vivos, em todos os sentidos, e os vivos de hoje serão os mortos de amanhan.

Mas agora já se póde pensar na electricidade como força motora para os balões. Pensa-se, de facto, nella. Chega-se mesmo, em discussões theoricas, a fazer a solução do problema depender exclusivamente della.

Ha um outro longo momento de estagnação promissora no campo do pensamento aeronautico. Edison, Tesla, Kelvin e dezenas de outros electricistas já vão muito longe por essa sciencia em fóra, tirando das conquistas dos seus precursores novos elementos de conquista para os seus successores. Já o mundo tinha visto em diversas *Exposições Universaes* o terreno luminosamente ganho, e previa, lobrigava, nas raias multicôres de uma madrugada não distante, os novos triumphos das novas e diabolicas applicações desse maravilhoso ramo da physica.

1880

Quando traçámos ás pressas este artigo para o *Diario Popular*, deixámos de nos referir ao nosso illustre patricio Julio Cesar Ribeiro de Souza, por nos terem faltado no momento os dados necessarios á referencia.

Graças, porêm, á patriotica lembrança do sr. José Feliciano (Vide o *Estado de S. Paulo* de 27 de Agosto), podemos hoje sanar essa lacuna.

Nascido no Pará, Julio Cesar imaginou por sua vez um *novo systema* de balões que, em sua convicção, ia resolver o problema da navegação aérea.

Julio Cesar precisava de auxilios pecuniarios para pôr em pratica a sua idéa. Convencido de que com o seu systema o problema da dirigibilidade estava resolvido, luctou como um heróe, expondo, discutindo as vantagens desse systema.

Para conseguir os auxilios de que necessitava, era preciso que homens competentes se pronunciassem sobre as possibilidades da sua invenção, possibilidades que elle vai demonstrar em 1881 e 1884.

1881

Julio Cesar conseguiu que o Instituto Polytechnico se pronunciasse sobre o seu novo systema de navegação aérea. Publicado o parecer, que foi da lavra do barão de Teffé, mas que teve a unanime approvação do Instituto, obteve Julio Cesar 20:000$000

da Assembléa Legislativa da sua provincia natal —para a demonstração pratica do seu invento.

O parecer do INSTITUTO é datado de 3 de Maio deste anno e affirma que:

> —«1.° O apparelho destinado á viação aérea, descripto pelo sr. Julio Cesar Ribeiro de Souza na *Memoria* e desenhos submettidos á apreciação do INSTITUTO POLYTECHNICO, não é cópia ou imitação de qualquer outro;
>
> —2.° Dentre todas as idéas até hoje lembradas por *balonistas* e *aviadores*, no sentido de dotar o aerostato de *movimento proprio*, capaz de servir para dar-lhe direcção, esta *parece* a unica exequivel e portanto acceitavel».

O sr. José Feliciano transcreveu ainda o seguinte trecho de um artigo do dr. Alvaro de Oliveira, signatario do parecer, artigo publicado a 20 de Abril de 1882, em defesa da opinião do INSTITUTO, então atacada:

> «O sr. Julio Cesar, observando o vôo dos grandes passaros, reconheceu o papel que representam as azas e a cauda, não só na direcção como no proprio movimento dellas. Teve a idéa ENGENHOSA, NOVA, de fazer um balão semelhante a um passaro invertido, semelhante não só pelas azas e cauda, mas tambem pelas *dimensões relativas*. O raciocinio de que se serve é *perfeitamente correcto*. Um passaro vence a acção da gravidade pela energia muscular: modificando esta energia, pelo movimento e inclinação das azas e cauda, elle consegue mover-se e dirigir-se no ar. Ora, se construirmos um balão semelhante a um passaro invertido, e o enchermos de um gaz mais leve do que o ar, este balão terá um movimento de baixo para cima,—contra o sentido da acção da gravidade,—dado pela *força ascensional* (differença entre o peso do balão e o peso de um egual volume de ar): esta força ascencional produz o mesmo effeito que a energia muscular dos passaros. Portanto, se modificarmos a força ascencional pela acção de planos inclinados, analogos ás azas e á cauda do passaro, daremos movimento e direcção ao balão».

Julio Cesar partiu para Pariz.

A 27 de Outubro lia a sua *Memoria* á SOCIEDADE FRANCEZA DE NAVEGAÇÃO AÉREA, de que era presidente o capitão *Renard*, o mesmo das futuras e celebres experiencias de 1884, em companhia de Krebs, no balão *France*.

A 8 de Novembro aquella sociedade o nomeou seu socio e, nesse mesmo dia, elle, Julio Cesar, fez nas officinas da CASA-LACHAMBRE a primeira experiencia com o seu balão *Victoria*, que tinha 10 metros de comprimento sobre 2 de diametro.

Verificou-se que o *Victoria* cortou o vento sem o menor esforço e sem nenhum propulsor.

Essas experiencias repetiram-se a 12 de Novembro, tendo o *Victoria* navegado em todos os sentidos contra um vento de 8 metros por segundo.

A 25 de Dezembro, já no Pará, lá repetiu elle com os mesmos resultados as suas ultimas experiencias de Pariz.

1883

Gastão Tissandier, o intrepido aeronauta francez, celebre principalmente pela experiencia do *Zenith* em 1875, que custou a vida a Crocé-Spinelli e Sivel, sobe agora (*8 de Outubro*) em um aerostato tambem de fórma *alongada*, munido de MOTORES DYNAMO-ELECTRICOS e, vencendo um vento de 3 metros por segundo, vai a 500 metros de altura.

1884

Por esta epocha já tinha Julio Cesar conseguido no Amazonas, no Pará, em Pernambuco e no Rio, auxilios que importaram em cento e dois contos de réis e com os quaes encommendara elle o seu ultimo balão, o *Santa Maria de Belém*, agora prompto para a experiencia definitiva.

Estamos em *Julho*. O balão cuba 3.000 metros e tem de comprimento 52. Chega o dia da experiencia, no Pará. Começa-se a encher o *Santa Maria*, e a experiencia não se realiza, porque faltou gente para terminar o enchimento.

Dahi por deante nada mais conseguiu o nosso patricio para levar avante a sua idéa, theoricamente victoriosa, e com ella morreu sem vel-a triumphar na pratica.

—A *23 de Setembro* deste mesmo anno Gastão Tissandier repete ainda as suas experiencias, agora em companhia do irmão.

O aerostato é o mesmo de 1883, mas o *motor electrico* lhe imprime desta vez uma velocidade de 4 metros por segundo.

O leme dirige bem o balão; mas... 4 metros por segundo não resolvem o problema.

—Neste meio tempo, os capitães Renard e Krebs, officiaes do exercito francez, directores da Eschola Aerostatica de Meudon, já se acham em adeantado preparo para as suas celebres experiencias deste anno e do seguinte. O balão *França* está concluido, prompto para a tentativa. Tem elle um motor de 8 1/2 cavallos e a *pilha* electrica vai fornecer-lhe uma energia ininterrupta para tres a quatro horas de navegação. O *França* é de formato *alongado*, tão alongado que ficou sendo a «*fórma de charuto*» verdadeiramente creada por Julio Cesar,—porque a forma pouco alongada ou de ovo, essa pertence a Giffard e nasceu em 1852.

A construcção do *França* é feita sob um plano secreto; é uma construcção official, dirigida pelo ministerio da guerra, para o governo francez.

Ha já cerca de 30 annos que os irmãos Renards se dedicam a esta ordem de estudos e experiencias.

Pesa o *França* 1.650 kilos. Vai supportar 200 kilos de lastro e mais 150 representados por dois homens, —perfazendo tudo 2.000 kilos nos ares.

O motor tocará a helice, e a helice conduzirá o balão.

Agosto 9. — Effectua-se a primeira ascensão.

O *França* larga de um ponto dado da Eschola Aerostatica tambem chamada Parque Aerostatico, ponto préviamente estabelecido para seu *ponto de partida.* Krebs e Renard luctam pelo segredo da direcção e luctam em segredo, porque, officiaes do exercito francez, servem ao governo de seu paiz, empenhado nesta descoberta como uma arma de defesa e ataque. Todo o trabalho destes dois homens é secreto, como secreto foi o da carabina Lebel, o da polvora sem fumaça para essa carabina, o do ultimo modelo de canhões que substituiram no exercito e a bordo o penultimo modelo, e finalmente o dos formidaveis submarinos iniciados com o *Gustavo Zedê.*

A dirigibilidade dos balões é agora o unico ponto de mira de todos os experimentadores, sejam de que paiz forem. E nessa lucta batem-se na frente as primeiras potencias do mundo, algumas sinão directa, ao menos indirectamente. Como a photographia, tambem a aerostação parece uma arte (antes uma sci-

encia) genuinamente franceza. Krebs e Renard conseguem muito, muito mesmo: — partem; governam o *França*, que chega a deitar quasi 6 metros por segundo. Mas si o vento excede essa velocidade, já o *França* não funcciona. Obrigam-no a descrever uma grande volta, um semicirculo de 300 metros de raio, e fazem-no então voltar ao ponto de partida.

Successivamente sobem mais 6 vezes, fazem mais 6 ascenções em busca da conquista da direcção. Mas si o vento augmenta, já o *França* não ganha espaço.

As ascenções de Renard e Krebs, ao todo em numero de sete, foram feitas de 9 de Agosto deste anno a 23 de Setembro de 1885.

Houve, porêm, nessas notaveis e ruidosas experiencias um momento (de passageira illusão) em que pareceu que a coisa estava resolvida:—foi quando soprou o vento a 8.000 metros por hora, momento em que o balão deitava simultaneamente 15.000 metros.

Os cyclones devastam com velocidades já medidas de 35 a 40 metros por segundo, —dois a dois e meio kilometros por minuto. Sabe-se que a velocidade *média* do vento é de 10 metros por segundo, conforme as sabias deducções de Pigeot, da *Academia Meteorologica de Aerostação.*

Entretanto, uma coisa ficou provada: — a possibilidade da aerostação electrica, sendo, porêm, necessario a um balão como o *França* um motor de 31 cavallos, para poder vencer correntes aéreas de 10 metros por segundo. Chegou-se tambem a outra conclusão:—era indispensavel que a pilha fornecesse a energia electrica por espaço de tempo muito maior que o de 3 a 4 horas da pilha do *França.*

E dahi se inferiu que o futuro motor da navegação aérea talvez pudesse deixar de ser um motor electrico.

1886

O governo francez decreta a organização do serviço aeronautico militar.

Agora, a solução do problema fica definitivamente entregue á engenharia. Só da mathematica applicada poderá sahir a direcção dos balões. A industria metallurgica progrediu tanto nestes ultimos 20 annos, que está perfeitamente aparelhada para dar á engenharia o que ella lhe pedir.

A situação ficou nitidamente definida nas seguintes palavras de Yvon Legeal (A citação é um pouco longa, mas é necessaria):

—« Os engenheiros que se atiraram á navegação aérea como que estavam divididos em dois campos irreconciliaveis: — os partidarios do *mais pesado que o ar* e os do *aereostato dirigivel*. Para aquelles é preciso que suba *muito peso*, para se obter então a força directriz em *valor absoluto*: —vão, pois, esbarrar na insufficiencia dos motores conhecidos.

« Os outros, os partidarios do *balão dirigivel*, esses contentam-se com a applicação, mais ou menos scientifica, de uma helice a qualquer aerostato mais ou menos bem construido. E são elles os unicos que têm obtido resultados, ainda que mui pequenos, de cerca de 2 a 3 metros por segundo. Ficarão eternamente estacionarios, porque estão de encontro a todas as leis physicas e naturaes.

« Parece logico conceber entre essas duas opiniões extremas um *systema misto*, systema em que, sendo o peso *bastante* para concorrer á direcção, seja no emtanto *pouco*, para poder ser facilmente levantado por qualquer motor dos que existem. Fóra disto, no momento em que estamos, a mechanica repelle formalmente qualquer outra solução do problema. A propria natureza nol-o indica; e, si não podemos imitar a causa de sua perfeição, devemos no emtanto aproveitar-nos dos ensinamentos que ella nos dá. Ora, o passaro, que é o sêr mais adaptado ao meio aéreo, é *mais pesado* que o ar. E' verdade que é pouco grande o seu peso especifico geral; mas essa relação está em pleno accôrdo com os nossos conhecimentos mechanicos ».

Como justificativa do que fica dito, Yvon Legeal fez depois a analyse technica das forças de projecção em estado permanente, etc,. Não interessa ao caso. O que lhe interessa é só a citação que ficou feita, porque define as diversas correntes intellectuaes em que se debatiam ainda ha pouco os ultimos bandeirantes da navegação aérea.

De 1886 para cá pouca coisa adeantou-se ao problema, até a uns dois ou tres annos atraz. Nesse espaço de tempo, porêm, varias foram as ascensões feitas e as travessias maritimas que não são aqui citadas para não alongar de mais este já longo artigo. Ficou-se sabendo, entretanto, mais um pouquinho do que é do ar como *correntes*, *pressão*, *densidade*, *temperatura*; mas o problema da dirigibilidade continuava sem solução. De tempo em tempo mais uma victima ia dormir na tragica necrópole da navegação super-terrena, tendo sido a ultima dellas o ousado aeronauta allemão Otto Lilienthal.

Parallelamente á pesquiza dos balões desenvolveu-se o gosto pelas machinas de voar, pelo que se chama hoje AVIAÇÃO, pala-

vra derivada de *avis*, para indicar o modo aerostatico de fender os ares. Foram em grande numero as experiencias e tentativas desde o seculo 17 até nossos dias, em que mais modernamente se deu a taes machinas o nome de *aeróplanos*. Neste rumo encontram-se, formando-lhes a evolução, os nomes de Groof, Penaud, Langley, Ader, Maxim, Charles Richet e outros.

Não vale a pena especificar.

Póde-se, pois, dizer que as notaveis experiencias de Renard e Krebs, directores do *Parque Aerostatico* de Meudon, fecharam a SEGUNDA PHASE da evolução dos balões dirigiveis.

Passe-se, portanto, á terceira e ultima phase, aquella em que Santos Dumont remata essa evolução, fazendo tremular a bandeira brazileira acima das mais poderosas nações do mundo, em nome da Sciencia e em nome da Paz.

IV

TERCEIRA E ULTIMA PHASE

REDUCÇÃO DO MOTOR, E MOTORES A PETROLEO

(1896—1901)

Esta phase foi iniciada e completada durante os ultimos quatro annos do seculo ha 6 mezes extincto.

Do vasto percurso de perto de 200 annos de estudos e experiencias ahi estava, como patrimonio da Aeronautica, o pouco que se chegou a conseguir ainda que instavelmente, tanto em relação ás melhores fórmas de balões, como em relação aos meios de equilibrio e propulsão.

Quanto ao equilibrio, á suspensão no ar, contrariando a acção centrípeta da terra, as leis de Kepler e Newton de ha muito que estavam vencidas para a navegação aérea. O x do problema repousava, pois, só e só na propulsão predeterminada, capaz de vencer as correntes aéreas, e esse x implicava, subentendia a grande questão dos motores.

O hydrogêneo, o ar aquecido, o gaz de illuminação, etc., illudiriam o tremendo e fatal egoismo do globo que habitamos,

egoismo que, afinal, chama a si os proprios passaros que vivem no ar. Motores a vapor e electricos, alimentados desta ou daquella fórma, por este ou por aquelle meio, já tinham tambem sido experimentados; mas, por mui pesados ficavam e ficaram muito aquêm do que se queria e se sonhava. Para vencer as correntes aéreas, de duas cousas fundamentaes se precisava num dado momento: — *pouco peso* e producção de *velocidade superior pelo menos á velocidade média do vento*. Era ahi que esbarrava o problema da direcção no ar, e descobrir, inventar esse motor, seria resolver o problema, já de ha muito entregue ao mais alto pensamento mathematico, principalmente dos engenheiros da França, da Allemanha, da Inglaterra, dos Estados-Unidos e da Russia.

Dada a applicação tida em vista, só os profissionaes pódem avaliar a immensa difficuldade que havia a vencer.

Era um *x* maior que o «*Eureka!*» de Archimedes; mas nem porisso cruzou a Sciencia os braços deante desta impenetrabilidade do Desconhecido.

Santos Dumont. — Foi em 1893 ou 1894 que passou a residir em Pariz Alberto dos Santos Dumont, filho do dr. Henrique Dumont e de d. Francisca dos Santos Dumont, tambem brazileiros, nascidos ambos no Estado de Minas. Filho de francez, o dr. Henrique Dumont era um habil engenheiro, cujos serviços foram aproveitados na construcção e direcção de algumas de nossas estradas de ferro.

O futuro descobridor da direcção dos balões, Alberto dos Santos Dumont, nasceu no Estado de Minas, no municipio de Santa Luzia, a 20 de Julho de 1873. Nelle o animo emprehendedor póde ser encarado como um facto de herança physiologica; pois ninguem ignora em S. Paulo o que é a *Fazenda Dumont*, de Ribeirão Preto, a mais vasta propriedade cafeeira do Brazil, fundada pelo pae, e depois vendida a um syndicato extrangeiro.

Fallecido a 30 de Agosto de 1893, não foi dado ao pae assistir ao triumpho legitimo do filho.

Foi, pois, em 1893 ou 94 que Santos Dumont começou a residir em Pariz. Moço de fortuna, de leituras scientificas e de ideaes, Dumont sentia a necessidade dos grandes meios intellectuaes.

Elle já se interessava desde então pelo problema do automobilismo, problema que começava de entrar em moda e que apaixonava o grande mundo dos industriaes.

ALBERTO DOS SANTOS DUMONT

1896

Dois annos depois da sua chegada a Pariz, cada vez mais preoccupado com o problema do automobilismo, comprou Dumont um automovel, em que pudesse estudar directamente o referido problema.

Esse problema dependia de um motor por assim dizer ideal, motor em que se realizasse grande reducção de peso e simultaneo augmento de força, e á solução desse problema dedicava Dumont todo o seu pensamento.

Todo este anno e o seguinte, de 1897, passou-os elle entregue a taes estudos.

1898

BRAZIL

Ao primeiro balão que mandou construir para uso proprio como propriedade sua, deu elle o nome de *Brazil*.

Assim, o seu primeiro pensamento foi para a patria.

Nesse balão, cujo motor já devia ter grandes melhoramentos, graças aos conhecimentos adquiridos com os estudos do automovel, ia elle iniciar definitivamente outra ordem de estudos — a da conquista dos ares.

Posto que já conhecido em certas rodas, as revistas ainda não se occupavam do nosso compatriota.

Era o *Brazil* de fórma espherica; cubava 113 metros, tinha força para levar um lastro de 52 kilos, afóra Dumont, que só pesava 50, e, embaixo, suspensa por cordas, ficava a barquinha de vime. O motor empregado era já uma promessa de prospero futuro.

Julho, 4. — Foi esta a data da sua primeira ascenção no seu primeiro balão, *Brazil*.

Depois subiu Dumont muitas e muitas vezes neste mesmo balão. Observava detidamante, comparava, estudava-lhe o movimento nos ares, horizontal, vertical ou obliquo; sondava-lhe a capacidade da marcha, a medida ainda incerta da velocidade, a resistencia do vento, tudo. E chegou á conclusão de que o *Brazil* ainda era pequeno; de que tinha necessidade absoluta de um balão maior.

E mandou construir a sua segunda aeronave.

Mas neste mesmo anno tinha o *Aéro-Club* aberto um concurso de balões á moda dos concursos, então existentes, de auto-

moveis. Tal concurso tinha por fim o estudo das correntes atmosphericas.

Ao seu segundo balão, que ficou logo prompto, deu Dumont o nome de

AMERICA

Deu-lhe esse nome como uma saudosa homenagem ao continente em que, pela vez peimeira, se lhe abriram os olhos á luz do dia.

Agora cuba ou arqueia o *America* 500 metros, — mais 387 que o seu antecessor.

Effectua-se o concurso do *Aéro-Club*, no qual se inscrevem 12 balões, inclusive o de Dumont. Dentre os 12 companheiros desse pleito foi Dumont quem mais alto subiu e mais tempo se demorou nos ares, lá manobrando durante 23 horas.

Só depois desta prova começaram os jornaes e revistas a referir-se ao nosso compatriota.

As ascenções do *America* consolidaram em Santos Dumont os estudos feitos anteriormente com o *Brazil*. Viu elle que os seus calculos iam sahindo brilhantemente do terreno das conjecturas. A sua idéa descia do plano psychico para o plano material, em que, terminada a involução, se encarnaria em realidade tangivel, repetindo, microcosmica e analogicamente, a immensa historia macrocosmica de todos os factos da Natureza.

Até aqui os seus balões eram ainda redondos, *espheric*os, e, de tudo que viu e observou, concluiu elle que, positivamente, era preciso mudar-lhes a fórma de espherica para *alongada*.

Pareceu-lhe então que a chamada *fórma de charuto* é que melhores resultados lhe daria.

Relativamente ao motor, tambem o estudava elle no seu automovel, tendo sempre em vista a diminuição do peso e o augmento da força.

Ah !, como o *Brazil*, o *America* não lhe daria mais do que já deu, —jámais lhe revelaria o segredo da direcção. Era, pois, preciso um outro, um terceiro balão. Contando já com uma grande somma de conhecimentos praticos, que cada dia mais se consolidavam e amadureciam, mandou Dumont construir o seu *terceiro* balão, que em verdade é o *primeiro* que merece o nome de *dirigivel*,

Esse balão chamou-se

DUMONT I.

nome que lhe foi provavelmente dado pelos aeronautas seus camaradas do *Aéro-Club*. Arqueia mais 100 metros que o *America;* portanto, arqueia ou cuba 600 metros, e, tendo de comprimento 25, as suas extremidades são conicas, afuniladas na extensão de 1 metro e 75 centimetros.

E' o seu *primeiro* balão em *fórma de charuto*. A um dos lados da barquinha, que é de vime, está o motor, alimentado a petroleo (kerozene). O leme é de lona e a helice tem 1 metro e 80 centimetros de comprimento. A barquinha, que é de vime, como se disse, e na qual fica o motor, a helice e o aeronauta, é pendurada ao balão por diversas cordas.

Como este balão é comprido, em fórma de charuto, claro está que Dumont, para fazel-o subir ou descer, precisa de mudar-lhe o centro de gravidade. Si houver mais peso atraz (pôpa), a parte de deante (prôa) se levantará, e a marcha será em subida; invertidos os papeis, a pôpa se levantará e a marcha será em descida. O arco dessa inclinação conterá portanto todos os graus de direcção desejados pelo aeronauta. Dumont, para satisfazer a essa necessidade, tomou dois saccos de lastro e os pendurou, um na prôa e outro na pôpa. Por meio de dois cordeis podia elle puxar para seu lado, isto é, para o centro, ora um ora outro dos saccos, conseguindo assim as inclinações que tivesse em vista, isto é, angulos de subida ou descida, tendo por lados, em primeiro logar, o balão e, depois, a linha virtual do horizonte.

Outra innovação accrescida a este aerostato foi o *balonête*. Na parte interna e inferior dos pannos do balão mandou Dumont coser um grande panno, formando por assim dizer uma algibeira fechada: — essa algibeira é o balonête que, por um tubo, vai se ligar na barquinha a um ventilador. Serve o balonête para manter o balão sempre esticado, graças ao ventilador ou bomba de ar; mas como? Do seguinte modo: — sempre que houver perda de gaz no balão, isto é, sempre que elle for murchando, a bomba funccionará, injectando ar no balonête; este por sua vez se encherá, tomando no bojo do outro o logar desoccupado ou rarefeito pelo hydrogêneo perdido. Com este artificio manterá o balão a sua superficie sempre cheia, tensa, esticada. E', pois, um systema de compensação, uma garantia contra possiveis desastres occasionados por deficiencia de gaz; porque, em Aeronautica, é absolutamente preciso que as superficies dos balões não tenham rugas, sejam perfeitamente lizas, para

que nellas não faça o ar finca-pé, afim de que a marcha, o deslocamento aéreo, seja egual, — sem trepidação.

Tambem o motor passou por uma modificação importantissima. Tomando o motor a petroleo de seu automovel, motor de Dion-Bouton, addicionou-lhe mais um cylindro ajustado ao unico que elle possuía, obtendo assim uma força de 3 1/2 cavallos em um motor de menos talvez de 30 kilos de peso morto.

Já bastante leve, foi, pois, esse motor a cellula-mater de tudo o mais que, de triumpho em triumpho, dahi por deante se seguiu.

Prompto o *Dumont I*, foi a ascensão marcada para *18 de Setembro*. Ao erguer-se, porêm, aos ares, eil-o que se rasga, devido á impericia dos ajudantes, que ainda não tinham a firmeza necessaria ás manobras desse genero.

Setembro, 20. — Dois dias depois do desastre, estava o balão concertado e subia aos ares o aeronauta brazileiro. Foi tudo perfeitamente bem até 400 metros de altura. Dumont subia ou descia á vontade; tomava para a direita ou para a esquerda; manejava com feliz resultado os saccos de lastro pendurados na prôa e na pôpa.

Mas... lá vem o desastre, e desastre que lhe podia ter sido fatal.

—Por um incidente qualquer, justamente a 400 metros de altura, deixou a bomba de funccionar; quer dizer: — o balão murchava e o ventilador não enchia o balonête. Estava, pois, supprimida a compensação. Supprimida, meio vasio o balão, eis que elle se dobra sobre si mesmo, esvasiando-se rapidamente e ao mesmo tempo que cahia. E cahiu por terra com o ousado aeronauta, o qual, por uma indizivel felicidade, só soffreu o abalo da quéda, sem maiores inconvenientes.

Essa quéda que, no dizer de Dumont, foi na razão de 4 a 5 metros por segundo, lhe teria sido fatal si elle não tivesse tido a presença de espirito de gritar aos assistentes que agarrassem as cordas e escorassem o balão contra o vento.

Era preciso modificar ainda esse typo de aerostato. E como o *Dumont I* estava inutilizado, impunha-se a construcção do *Dumont II*. Vê-se que nosso illustre patricio não desanima. A sua intrepidez e a sua tenacidade já são notaveis, mesmo agora, quando elle se acha apenas no limiar do futuro e grande descobrimento.

Dahi a mezes ficava prompto o seu *quarto* balão, destinado a novas e mais importantes experiencias.

1899

Este *quarto* balão, segundo dirigivel, passou já por importantes reformas, como se vai ver, — e ficou sendo o

DUMONT II

Tem elle o mesmo formato e a mesma arqueação do seu antecessor. Não dobrará, porêm, sobre si mesmo. Vai impedil-o de dobrar-se uma intelligente combinação de bambús, cruzados de tal arte, que o manterão constantemente esticado, firme. Como no *Dumont I,* o leme ainda é de lona, esticado num caixilho de sarrafos; collocado á pôpa, e dada a propulsão do motor, esse leme determinará a direcção a seguir, graças á sua maior ou menor abertura relativamente ao eixo longitudinal do balão. Abril-o ou fechal-o será coisa facilima a Dumont, porque da barquinha lhe falará elle por meio de um cordel; —puxando, fecha; soltando, abre. Assim como a resistencia da agua no leme de um bote, a resistencia do ar levado na frente, pela propulsão, determinará no leme do balão os rumos que o aeronauta lhe quizer dar. O cordel gyrará sobre roldanas.

A helice tem duas pás de 4 metros de envergadura, feitas de aluminio e dando 180 voltas por minuto. O motor, de todo refeito, tambem de 2 cylindros como o anterior, agora é de 10 cavallos em vez de 3.

Maio, 16.—A ascenção está marcada para esta data, que chega sem que ella se effectue, porque o tempo, que era mau, continúa a ser mau.

Os dias vão se passando.

Afinal, perde Dumont a paciencia de esperar que o tempo melhore em Pariz. O mundo é grande, e si o clima da soberba capital teima em oppor-lhe obstaculos, lá está Nice, a formosa, ao sul, distante de Pariz 1.088 kilometros, os pés immersos na onda mansa do Mediterraneo, e por cima um céu deliciosamente azul e tranquillo. Dentro de poucos dias haverá lá uma festa... Que bom para as suas ascenções!

Dumont dispõe tudo e parte para Nice. Que differenca de clima!. que belleza do céu! Todas as coisas como que o convidam para o triumpho. O ar é sereno e sêcco, embalsamado pelo florejamento da primavera e pela frondescencia dos bosques e dos pomares. Diversas ascenções faz Dumont e com bom exito. Observa á vontade; estuda, compara, conclue... O dia da festa está pro-

ximo, e faz annunciar para esse dia uma grande ascenção. Todos o admiram, todos o applaudem.

Chega afinal o desejado dia.

Já desde cedinho, porêm, o ar e o céu dão signaes de tempestade. Dumont fica nervoso, visivelmente contrariado com essa tenaz perseguição da Meteorologia. Repelle a idéa de se adiar a ascenção. O tempo para elle não está fóra; está dentro. A pupilla dos grandes inventores é invertida pela idéa fixa. Para elles, a Natureza é o *Homem*; o mundo externo, um ficção. Na hora marcada já o céu era francamente ameaçador. Dumont ergue-se aos ares e, uma hora depois, quando reveava por cima da cidade que o contemplava, o vento lhe arrebata o balão, e o atira por cima das arvores de uma montanha visinha.

Lá se despedaça o *Dumont II* e, posto que bastante machucado, o aeronauta se salva.

Era preciso modificar ainda. A colera desse vento de tempestade tornou-o mais perito na sua arte, mais concentrado na sua paixão. Agora já sabia muito mais do que com o *Dumont I*. — Quatro balões já tinham sido experimentados. Perdera-os todos, um por um. Mas que importava isso ao futuro descobridor da navegação aérea? Que valor poderia ligar elle aos mil perigos latentes no seio da atmosphera? Almas por assim dizer predestinadas, os genios não têm tempo de pensar na morte. Elles só acreditam no movimento, na Vida.

Terminou assim a curta e triste historia do *Dumont II*, do quarto balão do nosso audacioso e illustre compatriota. Quanta coisa nova, porêm, não ficou elle sabendo! Quantas modificações não lhe foram suggeridas pelo estudo e pela observação,—modificações a fazer no *Dumont III*, que ainda ha de subir aos ares neste mesmo anno!

—

Estamos nos ultimos dias do seculo 19.

Pariz só pensa na sua *Exposição Universal* de 1900. Todos os industriaes, todas as corporações scientificas, todo o fino mundo dos artistas se move e agita para concorrer ao grande certamen com que a gloriosa França vai fechar o seculo da electricidade e abrir o seculo... da navegação aérea.

O governo francez não podia, nem devia cruzar os braços deante do grande problema. O ministerio do commercio e industria cumpriu o seu dever: — convocou, para funccionar durante a

Exposição, ao lado de dezenas e dezenas de outros congressos scientificos, um *Congresso Internacional de Aeronautica*, com um concurso de balões, em que seriam disputados:

— altitude,
— velocidade,
— distancia,
— duração de trajecto,
— photographia aérea, e
— *direcção* (parece).

Nestas coisas a disputar estavam contidas, excepção da quinta, as bases de que dependia a solução do problema.

A direcção do congresso e a realização do concurso ficaram a cargo da alta e provada competencia de Jansen e Marey, do Instituto, e do já conhecido Renard, coronel de engenheiros, mui brilhantemente experimentado em Aéronautica.

Foi por essa occasião que se effectuaram as ascensões de Myers, nos Estados Unidos da America do Norte; de Schwartz, na Allemanha, em Tempelhof (—Berlim); e de Danilewsky, na Russia, cujo balão foi cahir em Charkoff.

Os extraordinarios successos de Dumont, jamais alcançados por nenhum de seus illustres antecessores, levavam a coragem e a emulação a todos os cantos dos arraiaes aeronauticos. Via-se que era preciso apressar a solução do problema; porque o mais difficil, o caminho para lá chegar, esse estava encontrado no systema-Dumont, cujas demonstrações praticas já eram de grande evidencia.

Por seu lado Santos Dumont não perdia tempo. Dado o desastre de Nice, voltou elle a Pariz e entregou-se á construcção do seu *quinto* balão, que ficou sendo o

DUMONT III,

o qual, no emtanto, sem que elle talvez o saiba, vai approximar-se tanto da solução do problema, que quasi o resolverá.

Pareceu a Dumont que podia diminuir-lhe a arqueação; com effeito deu-lhe apenas uma cubagem de 500 metros, ao passo que a de seus dois antecessores tinha sido de 600. A' reducção de 100 metros na cubagem correspondeu um alongamento de mais 4 metros sobre o comprimento de 25, de seus dois antecessores. Ficou, pois o *Dumont III* com 29 metros de extensão.

— No mais, o formato era o mesmo do antecedente. Uma vez cheio e nos ares, apresentava a figura de um fuso geometrico, isto é, a fórma de um charuto barrigudo, que vá emma-

grecendo suave e egualmente para as extremidades, até terminar em ponta romba. Foi uma das ultimas modificações do inventor.

O motor continuava a ser de força de 10 cavallos ; — mas o seu peso morto já é bem menor, proporcionalmente aos outros motores, antes empregados.

O equilibrio horizontal continuava a ser conseguido pelo mesmo systema de pesos moveis já descripto.

Novembro 13. —Foi neste dia a primeira ascenção do *Dumonte III*, e nesta e em varias outras, conseguiu o aeronauta brazileiro com grande facilidade contornar diversas vezes a Torre Eiffel, não só contornar como até descrever figuras de 8 em torno della, figuras que tinham a propria Torre por ponto de cruzamento.

A todas essas difficeis manobras e direcções obedecia o balão admiravelmente.

A ninguem, pois, escapou a alta significação dessas tentativas; porisso, nas rodas aeronauticas de Pariz já o enthusiasmo nascia e crescia com rapidez.

As ascenções deste balão rasgaram a Santos Dumont novos horizontes até então desconhecidos. Viu elle que, com mais algumas modificações, chegaria ao seu desiderato ; mas essas modificações só poderiam coexistir com um novo balão, que seria o *Dumont IV*.

Já então membro do *Aero Club*, sociedade a que pertence a nata pariziense dos bandeirantes da Aeronautica, tratou Santos Dumont de mandar construir no parque daquelle club, ao lado de Saint-Cloud (suburbio de Pariz, para as bandas do poente) um barracão fechado, no qual pudesse fazer e guardar os seus balões.

Vê-se que Dumont toma a peito cada vez mais a sua idéa.

1900

Tendo de construir um novo balão, Dumont não hesitou em dar-lhe as modificações que a sua pratica já lhe suggeria. Uma dellas seria no motor, que, em vez de dois, deveria ter agora 4 cylindros. Assim, tambem, como lhe pareceu que a barquinha poderia ser substituida por coisa melhor, mais firme e até mais commoda, essa substituição seria egualmente uma das novas modificações.

Amadurecidas, ponderadas e julgadas boas as suas idéas, entrou elle para o seu barracão de Saint-Cloud, e lá se entregou á construcção do seu *sexto* balão, que foi o

com capacidade de 420 metros cubicos de hydrogêneo (80 menos que o outro) e com um comprimento tambem de 29 metros. O motor é agora de 16 cavallos e 4 cylindros; e como tem de peso morto ou bruto 80 kilos, já se vê que o seu aperfeiçoamento é notavel, pois dá a proporção de 1 cavallo-vapor para cada 5 kilos de peso. As duas azas da helice têm 2 metros cada uma ou 4 de envergadura, — e eixo e azas só pesam 28 kilos; numero de rotações por minuto, 210. O leme, na pôpa, pesando apenas um kilo, tem de superficie 7 metros quadrados. Dos pesos moveis ao *guide-rope* (1) não houve mais que a distancia de um passo: — cá esta elle a ré, prompto a fazer sahir o aerostato da sua marcha horizontal.

Facto que não deve ter escapado á sagacidade do leitor:— Dumont, diminuindo 80 metros na cubagem e mantendo o mesmo diametro longitudinal deste balão, diminuiu por isso mesmo o seu diametro transversal, isto é — a superficie de maior resistencia ao embate do ar no sentido da marcha.

Dada a capacidade do motor e a melhor adaptação deste balão ao deslocamento do ar, deve-se tambem ter de memoria a enorme reducção do peso que tem elle de erguer aos ares. Com effeito é esse peso respectivamente representado em kilos pelo motor, pela quilha, pelo eixo e azas da helice, e pelo peso de Dumont (80+50+20+50=200), que sommam 200 kilos apenas.

A quilha :

Embaixo, distante do balão, mas nelle pendurado por finas e resistentes cordas de piano, fica o levissimo apparelho a que Dumont dá o nome de *quilha*. Já se sabe que este apparelho foi idealado para substituir a classica barquinha. Dentro delle irá o aeronauta e de dentro delle encaminhará o seu balão, attenderá a todas as manobras de governo e direcção. Compõe-se o dito apparelho de 3 sarrafos de 18 metros de comprimento, suavemente acurvados de fóra para dentro, para que as suas pontas se toquem nas duas extremidades, formando assim os tres sarrafos uma verdadeira figura

---

(1)—«*Guide-rope*» é palavra ingleza naturalizada na technica aerostatica. Composta dos substantivos GUIDE (=*guia*) e ROPE (=*corda, cabo*), significa litteralmente *cabo-guia*, traducção que se não compadece com o temperamento da lingua portugueza.

O *guide-rope* é, em geral, uma corda muito comprida, presa por uma das extremidades á frente, á prôa dos balões, e com a outra solta no ar. E' um peso movel e é ao mesmo tempo um freio: —*peso movel*, porque, puxado para o lado da pôpa, por meio de um cordel, desloca o centro de gravidade do balão, deslocamento necessario á subida ou descida; *freio*, porque, agarrando-o, podem os que estão em terra deter a marcha do balão. F cou assim creada a possibilidade importantissima de, nas quédas, evitarem-se os grandes choques, os desastres completos.

de prisma terminado em duas pontas agudas. Ligadas as extremidades, foram os tres planos desse prisma reforçados de espaço em espaço por treze ou quartoze triplices travessas, formando por sua vez treze ou quartoze triangulos de madeira, os quaes dão ao apparelho a desejada estabilidade. Dentro, no plano inferior foram dispostos o motor e demais accessorios, e, sobre uma travessa, montado uma especie de tricyclo, de cujo sellimzinho dirigirá Dumont a sua machina aérea, tendo nas mãos cordas que o liguem aos diversos apparelhos de governo e propulsão do systema.

Tudo prompto, terá pois o *Dumont IV* que erguer aos ares um peso total de 200 kilos, como já se disse.

De todas as partes chegam noticias de novos balões que estão sendo ou vão ser construidos e experimentados. As experiencias de Dumont reaccenderam a febre da navegação aérea ha tantos lustros em remissão. Raro é agora o dia em que o serviço telegraphico dos jornaes não annuncie o subito apparecimento de aeronautas de extranho valor, até então desconhecidos, e que, *theoricamente*, já derrotaram Dumont. Annuncia-se mesmo a reducção do peso morto dos motores numa proporção maravilhosa! E emquanto isto se dá no exclusivo terreno da verbiagem despeitada, Dumont, calmo e admiravelmente dotado de senso *pratico*, vai fazendo e experimentando os seus balões, aperfeiçoando-os cada vez mais.

Todos verão que elle será só no campo de batalha, sem nenhum competidor capaz de lhe deitar sombra á sua descoberta.

Foi mais ou menos por esse tempo que um philantropo á norte-americana, o sr. Henry Deustsch de la Meurthe offereceu ao *Aero-Club* 100.000 francos para dal-os o club, como premio, ao descobridor da direcção dos balões. Para esse fim estabeleceria o club as condições ou clausulas do dito premio e, estabelecidas, abriria um concurso de balões dirigiveis. (1)

Em resumo, caberia tal premio ao aeronauta que conseguisse em balão — PARTIR DE SAINT-CLOUD, CONTORNAR A TORRE EIFFEL E VOLTAR A SAINT-CLOUD, EM 30 MINUTOS. Isto seria, porém, feito em uma linha aérea que obedecia a um traçado préviamente estabelecido para terra, como si o trajecto tivesse de ser feito pelo sólo. Além deste premio, parece que outro foi creado, dos juros dos 100.000 francos, para o areonauta que, tendo concorrido ao primeiro, mais se tivesse approximado das condições por elle impostas. Instituido o premio, publicadas as condições do concurso, soube-se logo que Dumont teria respeitaveis competidores

(1)—O premio-Deutsch foi instituido a 24 de Março deste anno.

nas pessoas de Rose, Ader, Dion, conde de La Vaulx, do inglez Tomaz Buchanan, de Simom, do proprio Henry Deutsch e de outros.

Raro era o dia em que os jornaes de Pariz não traziam qualquer telegramma annunciando algum novo concorrente que... já estava com o «direcção» definitivamente descoberta. Transmittidos successivamente para o Brazil, esses telegrammas incommodaram por algum tempo a todos os patriotas brazileiros interessados na grande questão.

Todos os olhares estão egualmente voltados para a grande e formidavel machina aerostatica que o conde de Zeppelin, official do exercito allemão, vai fazer subir aos ares das aguas do lago Constança. A empresa é patrocinada pelo rei de Wurtenberg, e nella estão embarcados capitaes de ricos accionistas. Trata-se de uma obra grandente dispendiosa. Em pleno lago, um barracão, uma *gare*-fluctuante, de onde o balão será projectado fóra, para então subir aos ares.

Esse estaleiro rodou um dia com uma tempestade, e teve de ser reconstruido.

O balão Zeppelin era duplo e dos de fórma de charuto; tinha a enorme extensão de 134 metros por 11 de diametro, e o revestimento externo ajustava-se sobre um arcabouço cylindrico feito de tubos de aluminio á maneira mais ou menos de costellas. Todo o arcabouço dividia-se de pôpa a prôa em 17 compartimentos menores, estanques, cujo enchimento consumiria 10.000 metros cubicos de gaz hydrogêneo, enchimento que levou todo o inverno de 1899 a ser feito. Seria propulsado por dous motores do systema-Daimbers, agindo sobre helices, motores esses de 15 cavallos cada um; teria embaixo duas barquêtas ligadas entre si telephonicamente. Dada a força propulsora, o tamanho e a divisão do balão em compartimentos, tudo se esperava das experiencias do lago de Constança.

Já se tinha adquirido o conhecimento pratico de que, nos grandes balões, o hydrogêneo se distribue com desegualdade internamente, formando verdadeiras ondas em movimento, facto que lhes dá, a esses balões, a arfagem dos navios que sulcam aguas encapelladas; e não só a arfagem, que é o *jogo* de pôpa a prôa, como tambem o movimento de lado a lado, de bordo a bordo, que os francezes chamam *roulis*, e que alguem (de cujo nome não me lembro agora) propoz que, em falta de melhor termo, se chamasse em portuguez *timbragem*.

Foi em virtude desse conhecimento que Zeppelin dividiu o seu balão em compartimentos estanques, para manter com certa egualdade a distribuição interna do hydrogêneo. Entretanto, desde que se trate de *hydrogêneo*, é permittido suppôr que Zeppelin não conseguirá a desejada impermeabilidade.

Julho, 2. — Terminada a reconstrucção difficil do estaleiro fluctuante, nesta data effectuou o conde Zeppelin a sua ascensão, levando a bordo dois engenheiros e mais o barão de Conrado Bossus. O gigantesco aerostato sahiu da *gare*-fluctuante como si fosse um velocissimo trem de ferro aéreo; grimpou a 400 metros e, em 17 e meio minutos, percorreu uma legua (6 kilometros) de encontro a um vento brando. Para subir e descer tinha ideado o conde um peso que, puxado ou solto por uma corda, tambem subia ou descia. Esta parte da experiencia deu bom resultado, porque se disse que o balão subiu e desceu varias vezes durante o trajecto, sem difficuldade. Mas a corda arrebentou. O peso deixou de funccionar, e a viagem teve que ser interrompida, indo o balão cahir em Immenstadt, a 10 kilometros do ponto de partida.

Excepto o systema da corda-pêso, não deu a ascensão os resultados que se esperavam; mas outras foram annunciadas para tempo indeterminado. Parece que o balão soffreu sérias avarias, e que os accionistas esfriaram relativamente ás novas despesas.

Mais ou menos por esta epocha tambem construia Rose nas officinas de Argenteuil o seu *Aviador-Misto*, que se dizia ter dado, numa experiencia de gabinete, feita em miniatura, resultados altamente promissores quanto á rapidez e á dirigibilidade.

E como os jornaes se occuparam muito desse aerostato e até houve quem préviamente lhe conferisse os louros da victoria, vale a pena registrar aqui algumas informações a seu respeito.

—Em primeiro logar, não era um balão, mas *dois*, destinados como dois irmãos gemeos a sulcar os ares, ligados pelos flancos por tubos de aluminio que os manteriam estaveis um em relação ao outro. Tinham a fórma de dois grandes melões de 45 metros de comprimento cada um e 7 1/2 de maior diametro, com capacidade para 1.350 metros cubicos de hydrogêneo (tambem cada um). As travessas, que ligavam os flancos, formavam um especie de terraço, onde ficavam os motores, a barquinha, etc.

O arcabouço dos dois gemeos consumiu 3.600 metros de aluminio em tubos, e ficou pesando 2.600 kilos, peso respeitavel quando se tracta de balões. Além disto, leve-se ainda em conta o peso de 2 motores a petroleo (de 2 cylindros cada um), força de 10 cavallos ou 20 para os dois, com 4 helices, duas horizontaes para o

movimento ascensional, e duas outras para o movimento horizontal, podendo estas dar 300 rotações por minuto e aquellas 250; — 4 lemes imitando barbatanas, para manterem o equilibrio lateral, e mais um complicado e problematico paraquédas em fórma de grande persiana, capaz de abrir ou fechar sob certas e determinadas condições... A sêda consumida no revestimento dos dois balões andou em 10.000 metros, sêda da China, de primeira qualidade, — e, cheio o *Aviador*, ficava elle *mais pesado* que o ar 70 a 80 kilos. Cite-se ainda uma ancora, cujo peso attingia a 9 kilos.

Pensando na questão da *impermeabilidade*, tambem Rose seccionou seu balão em 12 compartimentos, para manter mais ou menos firme o centro de gravidade.

Os dois melões colossaes tinham, além dos sulcos que lhes formavam os gommos longitudinaes, outra serie de sulcos formando gommos transversaes, correspondentes ás secções dos compartimentos; de modo que essa enorme superficie externa, quadriculada em almofadas, só por si já ia offerecer grande difficuldade á marcha do *Aviador*, devido á resistencia do ar.

Eram estes os planos de construcção do aerostato-Rose e foram esses os planos executados.

Prompto o *Dumont IV*, o deslocamento do seu centro de gravidade era duplamente conseguido pelo *guide-rôpe* e pela deslocação dos pesos moveis, que podiam ir e vir ao longo de uma vara de bambú, collocada logo abaixo do balão.

Montado, como já se disse, num simples sellim de bicyclêta, diversas e notaveis ascensões fez o intrepido brazileiro nesse balão, elevando-se a altura de mais de 300 metros, e lá lhe imprimindo curvas e direcções difficeis e elegantes, e que foram o fiel resultado da sua poderosa e temeraria vontade. Obediente á deslocação dos pesos moveis, o *Dumont IV* mudava de rumo e de attitude nos ares segundo os caprichos do seu auctor.

Setembro, 19. — A' ascensão desta data assistiu do parque do *Aereo-Club* o Congresso de Aéronautica, que se achava funccionando, e que o felicitou calorosamente.

Nessa ascenção repetiu Dumont com o mesmo sangue frio, com a mesma galhardia e facilidade, as proezas das ascensões anteriores. Todos percebiam que a solução do problema estava por um triz, e que essa solução, mais dia menos dia, seria achada pelo aeronauta brazileiro, cujo nome já se tornava rapidamente conhecido, e cuja audacia e tenacidade, ligadas a notavel talento inventivo, eram por todos admiradas.

Já se previa que Dumont seria, dos possiveis concorrentes do premio Deutsch, o que, em todos os sentidos, estava em melhores condições para conquistal-o. Creado, como já se disse, a 24 de Março (data em que entrou em vigor) este grande premio será valido até 31 de Outubro de 1901.

E assim fechou-se o anno de 1900, cheio de grandes promessas para o que ia entrar.

Por esta epocha já se tinha effectuado o concurso de balões convocados pelo ministerio do commercio e industria de França.

Durara tal concurso de 17 de Junho a 30 de Setembro, e os balões que concorreram foram em numero de 25, tendo havido 180 ascensões. Houve uma média de 12 balões por ascensão.

Na ultima ascensão só tomaram parte os 6 balões que mais se tinham distinguido nas ascensões anteriores.

Subiram tambem, extra-concurso, mais tres balões, o *Coutelle*, o *Eva* e o *Journal*. Na historia da exploração dos ares nada se registra que se possa comparar, siquer de longe, com este pleito aeronautico. Foram gastos 200.000 metros cubicos de hydrogêneo com o enchimento de taes balões.

A titulo de curiosidade fique aqui registrada a ultima ascensão.

Dado o signal, partiram : — no *Nimbus* (balão), Hervieu e Blanqui ; — no *Loraine*, o casal Maison ; no *Aéro-Club*, Jacques Faure; no *Centauro*, Castillon de Saint-Victor e o conde de La Vaulx ; no *Turing-Club*, Lemaire e Juchmès, e no *São-Luiz*, que cubava 3.000 metros, Jacques Balsan e Luiz Godard.

Os vencedores foram : — o *Centauro*, que transpoz 1.900 kilometros em 35 horas, e que foi cahir nas visinhanças de Kiew, na Russia ; o *São-Luiz*, que desceu em Lubblin, na Polonia, tendo feito 1.400 kilometros em 28 horas ; e o *Aéro-Club*, que foi cahir em Schmitz, sobre o Oder (Allemanha), tendo vencido 950 kilemetros em 19 horas de vôo.

Estava terminado o maior *steeple-chaise*-aéreo de que ha memoria no mundo. Ficou verificada uma coisa que mais ou menos já se sabia; uma coisa já determinada até certo ponto, á maneira de lei, principalmente pelo hoje notavel e citado serviço meteorologicc da Suecia e da Noruega ; isto é, que : — dadas as altitudes, nellas são permanentes as correntes aéreas, mantendo sempre a mesma direcção. Como as camadas orographicas de um municipio, de uma provincia ou Estado, de um paiz ou continente, tomadas no sentido de sua inclinação, indicam para onde seguem os rios, — assim, analogicamente, as altitudes do ar

são camadas que, de combinação com o relevo da terra, determinam do mesmo modo a direcção das correntes aéreas. A mesma analogia se nota nas correntes oceanicas, cujo mais importante factor é a differença de temperatura.

Ficou isso verificado; mas a *direcção* dos balões, essa continuou a ser o mesmo e ainda insoluto problema da vespera.

As grandes vantagens alcançadas por Santos Dumont estavam sósinhas no campo da conquista, não tinham competidores. Ninguem, siquer de longe, delle se approximou na solução do problema. Ahi estavam as suas experiencias na consciencia de todos, unicas, sensacionaes e já quasi victoriosas. E tanto isto é exacto, que o *Aéreo-Club* lhe conferiu o premio-juros (4.000 francos) do premio-Deutsch (100 mil francos). E elle, Dumont, generoso acima de tudo, offereceu por sua vez esses 4.000 francos ao mesmo club, para premio áquelle que, em qualquer balão de systema diverso do seu, *independentemente de tempo de trajecto*, tendo partido de Saint-Cloud, lhe contornasse as collinas e a torre Eiffel, e voltasse ao ponto de partida sem tocar em terra. Era, pois, uma viagem circular aérea, para o levantamento de cujo premio só se exigia a *circularidade*, podendo gastar no percurso o tempo que quizesse. Mais ainda: — ao estabelecer o premio-Dumont, o aeronauta brazileiro poz-se fóra do concurso, não competeria com nenhum dos concorrentes.

E' desnecessario dizer que até hoje ninguem ousou concorrer a esse premio. Aqui, a questão não é dos 4.000 francos, mas da *gloria* da descoberta. Quem os levantasse, nessas condições tão mais favoraveis que as impostas pelo premio-Deutsch, teria desmontado a Dumont da gloria que já lhe era attribuida como descobridor da franca navegação aérea.

Instituindo esse premio, acabava Dumont de *definir* a questão, de por-lhe os pingos nos ii. Ficava estabelecido que a questão já não era de *tempo de percurso*, mas de *encaminhamento*, de *direcção*. Si o balão fosse um cavallo, dir-se-ia com propriedade: — «A questão é de rédeas»; porque, fóra do systema de Santos Dumont, levissimo, simples e racional, e ao mesmo tempo dotado de um motor de enorme força em relação ao seu peso morto, nenhum outro systema se conhece até hoje, que lhe possa fazer concorrencia. As experiencias de Renard e Krebs não tiveram itinerario prévio; portanto, não demonstram dirigibilidade por parte dos illustres officiaes francezes directores do *Parque de Meudon*, quando, para o ministerio da guerra, construiram o *França* sob um plano secreto, experimentando-o em 1884 e 1885.

A questão de *tempo*, comprehende-se, foi simplesmente para difficultar, e com razão, o levantamento do premio de cem mil francos. Mas, para Dumont, a questão de dinheiro não existe, mesmo neste particular; o que não quer dizer que elle se não esforce por ganhar tal premio; porque, ganho que seja, dirão: —«Descobriu!». E para um extrangeiro domiciliado em Pariz, na França, que é a nação que com mais afinco se tem consagrado a essa ordem de estudos, é preciso que venha a conquista do premio, para proclamar-se então a descoberta da «direcção» pelo mundo inteiro, mesmo que essa descoberta já tenha sido feita sem que o premio tenha sido ganho.

Mas, ao estabelecer o premio-Dumont, deixou o nosso compatriota bem evidente que a *circularidade* da viagem, sem tocar em terra, era muito mais importante no estado actual da Aeronautica do que o prazo de 30 minutos do premio-Deutsch, — tudo no ar, porque dado que o balão tocasse em terra, facil seria recomeçar a marcha em outro rumo, ao passo que, no caso contrario, a *circularidade* provaria obediencia do balão á vontade do aeronauta; — *direcção*.

1901

O Verão declina rapidamente.

Ganho o premio-juros, póde-se dizer que o nome do nosso compatriota já gosa em Pariz de uma grande popularidade, principalmente nas rodas aeronauticas da grande capital. Dentro em pouco se extenderá essa popularidade a todos os cantos da antiga Lutecia, por todos os angulos do mundo.

E' provavel que neste interregno de ascensões tenha Dumont introduzido algumas modificações no seu *Dumont IV*; entretanto nenhuma palavra a tal respeito se encontra nas revistas anteriores ás primeiras ascensões deste anno. Feitas as ascensões, referem-se então ao *cêsto de vime*; portanto, esse cesto veiu substituir o apparelho tricyclico com o seu sellim de bicyclêta.

Está correndo o mez de Julho, pleno estio em Pariz, — e o tempo mantem-se firme e magnifico.

Dumont vai, pois, dar o seu *gyro de ensaio*, para vêr si póde ou não mandar ao *Aero-Club* o aviso marcando o dia e a hora da ascensão official, — da ascensão para levantar os 100.000 francos.

No hemispherio-norte os crepusculos da manhan e da tarde prolongam-se muito mais que os nossos. Nos grandes dias do verão a madrugada vem cedo, e cedo accorda a Natureza no seu immenso descampado.

O TRIUMPHO

Julho 12. — Santos Dumont desperta com as toutinegras, madruga com os rouxinoes. A's 3 horas surprehende-o a madrugada no seu barracão de Saint-Cloud, já prompto para subir.

O balão foi immediatamente puxado para fóra, para o gyro de ensaio. Um ultimo olhar inspeccionou o motor, percorreu o *guide-rope* e o ventilador, e passou rapido pelo retezado bojo do aerostato. Depois, occupou o aeronauta o seu logar, tomou as cordas ou redeas do manejo, disse adeus aos amigos e mandou largar.

Largam, e o *Dumont IV* apruma-se suavemente; obedece-lhe ás redeas como si fosse um cavallo ensinado; contorna algumas vezes o grande hyppódromo de Longchamps, e, terminada cada volta, vem pousar no proprio ponto de que partira.

Si isto não é a posse da «direcção dos balões», então ninguem mais a terá.

Terminadas as voltas em torno de Longchamps, enveredou Dumont para a Torre-Eiffel. Perto da torre, eis que arrebenta uma das cordas directoras do leme, — a do lado esquerdo. Isto deu-se no momento justo em que o aeronauta acabava de voltar a prôa para a grande Torre de ferro, de encontro a qual ia o balão bater num choque tremendo. Dumont rapido lhe imprime outra direcção por meio da corda do lado direito. Fosse esta a que arrebentou, e o desastre se teria dado.

Operado o desvio, o balão tomou o rumo do Trocadero, suburbio pariziense que se desdobra sobre as collinas de Passy.

Neste novo trajecto imprimiu Dumont ao seu aérostato diversas curvas de experiencia, verticaes e horizontaes, e, chegado ao Trocadero, desceu-lhe aos jardins, emendou a corda do leme, e, regressando, contornou então a Torre Eiffel e voltou ao ponto de onde havia partido em Saint-Cloud.

Para Dumont a questão estava vencida, resolvido o problema, descoberto o x. O seu balão ia executar á risca todas as imposições do famoso premio-Deutsch, creado um dia pela nobre, enthusiastica e protectora dedicação de um grande millionario á arte da navegação aérea.

Estes gyros de ensaio foram um verdadeiro triumpho na opinião de todos que assistiram a taes experiencias, e que foram em numero de milhares de pessoas, cuja attenção era chamada para o aerostato pelo bater do motor, similhante ao de um vigoroso automovel.

Dumont mandou, pois, por escripto, á «Commissão Technica» do *Aéro-Club* a communicação de que, em vista dos resultados

obtidos, faria no dia seguinte a ascensão official, concorrendo ao premio de 100.000 francos.

Ficou estabelecido que a ascensão seria ás 6 horas e 40 minutos da manhan.

Julho, 13.—Vai amanhecer.

A victoria da vespera tinha percorrido Pariz inteiro, e os jornaes da tarde, desse dia, tambem já tinham dado o logar e a hora da ascensão official no dia seguinte.

A curiosidade era, pois, enorme. Assim, muito antes da hora marcada, já os arredores de Saint-Cloud formigavam de povo. No momento da ascensão havia espalhada pelo Campo de Marte uma massa popular calculada em 20.000 pessoas, avida de ver passar pelos ares o balão triumphante do nosso compatriota. Em todos os logares de onde se pudesse vêl-o, seguindo o traçado prévio, havia gente, muita gente, a esta hora matinal do dia, e nas proprias plataformas da Torre Eiffel se tinham postado numerosas pessoas, de binoculo em punho.

Como na vespera, Dumont madrugara no barracão de Saint-Cloud, para, com tempo, dispor o balão e seus accessorios, de modo que estivesse tudo prompto no momento da ascensão.

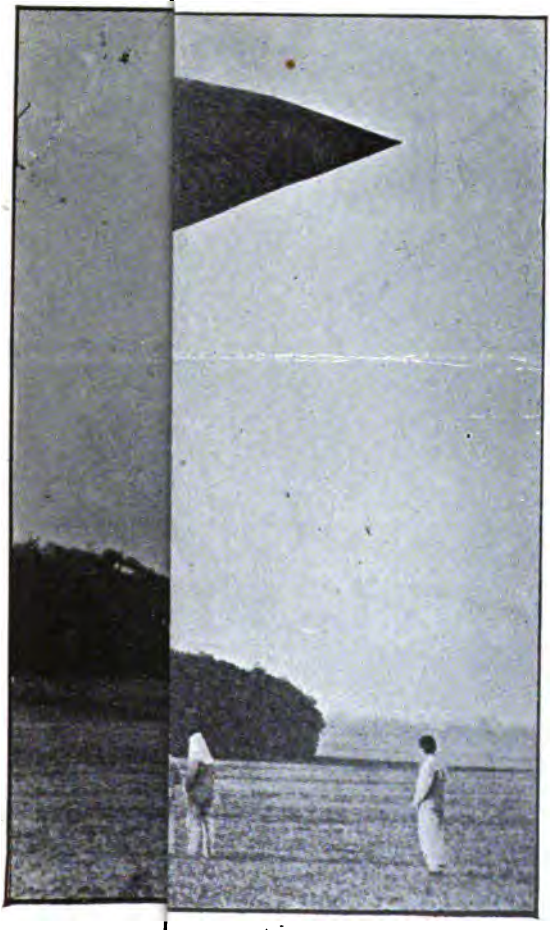
Antes das 6 horas já lá estava tambem a «Commissão Technica» do *Aéro-Club*, jury que ia julgar si o concorrente satisfez ou não as condições do premio-Deutsch. Era esse jury composto de 5 pessoas competentes — Henry Deutsch, conde Henry de La Vaulx, principe Roland Bonaparte, e Cailletet e Bouquet de la Grye, estes dous do INSTITUTO DE FRANÇA.

Entretanto, pouco antes das 6 e 40 foi verificado que dos 4 cylindros do motor só 3 funccionavam. Foi Knift (conhecido e popular mestre-mechanico automobilista) quem levou a triste nova a Dumont.

—Subirei assim mesmo, respondeu elle calmamente.

Estão presentes quasi todos os membros do *Aéro-Clúb*, seus engenheiros e muitos dos engenheiros constructores das grandes fabricas da capital franceza. Industriaes, artistas, homens de sciencia, engengeiros militares, representantes da *Eschola Aerostatica* de Meudon, e curiosos de todo o genero, lá se acham, á espera de que o ponteiro da «direcção» marque no relogio da Historia este momento glorioso da evolução da humanidade.

O *Dumont IV* tem que LARGAR DE SAINT-CLOUD, SEGUIR UMA LINHA PRÉVIAMENTE TRAÇADA, ALCANÇAR, TRANSPOR E CONTORNAR A TORRE EIFFEL, E VOLTAR, POR UMA LINHA TAMBEM PRÉVIAMENTE TRAÇADA, AO PONTO DE PARTIDA, ISTO É, A SAINT-CLOUD, NO PRAZO MAXIMO DE 30 MINUTOS. Ida, 5 ½ kilometros; volta, outros 5 ½;



total: — 11 kilometros. Exige-se, pois, uma marcha pré-traçada de 22 kilometros por hora, com direito a 100.000 francos.

O momento approxima-se.

O balão já está fóra, preso apenas pelos cabos, e Dumont já está dentro do cêsto, tendo nas mãos as rédeas da manobra.

Todos estão em seus postos, attentos.

O ponteiro do relogio cobre o minuto das seis e quarenta.

— Prompto, diz um dos do jury.

— *Larguem*, ordena Dumont.

E o balão subiu firme e sereno, levado por brando vento nordéste.

Dada a situação do *Parque de Saint-Cloud*, o *Dumont IV*, entregue ao nordéste, em vez de tomar o rumo da Torre Eiffel, della se afastava. Mas isto durou apenas alguns segundos; porque, ja a uns 200 metros de altura, falou então Dumont á hélice, e o balão voltou humilde em seus passos: — enfrentou, resistiu e rompeu o nordéste inimigo só com os tres cylindros; — entrou no intinerario préviamente traçado; — seguiu por elle além e, em 13 minutos, ganhou a torre...

Estava realizada a ida. Faltava a volta. Feita nas mesmas condições *de tempo*, estaria ganho o premio em 26 minutos, — 4 menos que o prazo estabelecido.

Eil-o que contorna a torre brilhantemente, sem sahir do traçado prévio, traçado por onde segue até que chega á linha vertical a Saint-Cloud. Ahi paira um momento apenas e já desce triumphalmente ao proprio ponto de onde largara o vôo.

Ficou demonstrada a descoberta da direcção dos balões; mas não foi ganho o premio, porque a viagem durou 39 minutos, quando devia ter durado 30.

Esse problema agóra resolvido, esse x achado agóra, não é devido a esta ou áquella peça introduzida nos seus balões, não advem de nenhuma modificação particular introduzida no conjunto; —mas é, sim, o resultado synthetico da combinação das partes para formar o todo, combinação aliás mui simples em sua complexidade e que dá aos balões de Dumont o direito de serem chamados *systema*.

Aos que suppuzerem que talvez tenha a «direcção» provindo exclusivamente do leve e grande leme triangular de sêda, afivelado como uma barbatana ao lado peitoral da sua baleia aérea, a esses se

poderá dizer que se enganam, porque em outros balões e em circumstancias quasi as mesmas, taes lemes não deram o resultado que delles se esperava.

A «direcção» encontrada é, pois, uma resultante logica da acção combinada do systema inteiro. Tudo nelle concorre para isso, desde o formato do balão, offerecendo pouca resistencia ao ar, devido ás fórmas acharutada do corpo e conica da pôpa e da prôa (sem falar da propulsão, do facilimo deslocamento do centro de gravidade, etc.) até ao manejo tambem facilimo do leme que, puxado por cordas, prompto se abre ou se fecha ao vento e á simples resistencia do ar, como um verdadeiro traquête aéreo aberto ou cerrado aos ventos altos da atmosphera, largado ou puxado em qualquer dos quadrantes da rosa eólica; —porque, accionado num delles, em certo angulo, já para outro quadrante passa o balão, e assim por deante, até que passa os quatro e completa a circumferencia. Para subir e para descer o *guide-rope* e o lastro movel deslocam o centro de gravidade; para vencer a vehemencia de vento, lá está a poderosa helice, isto é —a fórmula do motor, cuja proporção mathematica póde ser levada de hoje em deante a equações triumphantes, definitivas.

A victoria está portanto no conjunto, no todo desse admiravel systema aerostatico, e não parcialmente neste ou naquelle apparelho ou orgam.

Que Dumont não tenha ganho o premio, está direito; porque, afinal, o seu balão não satisfez a condição exclusiva *de tempo* do concurso. Mas que se confunda *tempo* com *direcção*, como se tem confundido, propositalmente ou não, — isto é que é lastimavel. Ficou provado que Dumont *dirigiu* á vontade o seu balão. Todas as revistas, todos os jornaes de Pariz são unanimes neste ponto.

A fórmula está, pois, incontestavelmente descoberta, e essa gloria ninguem no mundo a roubará a Dumont; porque ha uma linguagem que, quando é falada, vence tudo: — é a linguagem analogica das proporções, a linguagem absoluta da mathematica.

Assim, o enunciado da grande descoberta pode ser mais ou menos este:

> —*Si o «Dumont IV», dadas as suas dimensões, as suas capacidades cubica e propulsiva, póde, de encontro a um vento de «tantos» metros por segundo, realizar uma viagem circular, tendo voltado ao ponto de onde sahiu,* — QUALQUER BALÃO DO MESMO SYSTEMA, AUGMENTADAS PROPORCIONALMENTE AS SUAS CAPACIDADES, VENCERÁ VENTOS DE « + TANTOS OU TANTOS » METROS POR SEGUNDO.

E desde já, pelo menos no terreno da theoria, nada impede que essa proporção seja augmentada até ao completo dominio de todos os ventos, coisa de que se não precisa em navegação aérea.

Deante das duas escholas «*do mais leve*» e «*do mais pesado* que o ar», creou Dumont um typo de aerostato misto, que póde ter por divisa o «mais veloz que o vento».

E foi o que elle demonstrou PRATICAMENTE, apesar de todas as idéas contrarias nascidas e creadas em gabinetes, como plantas de estufa —incapazes de viverem ao ar livre.

Está descoberta por Dumont a direcção dos balões, posto que ainda não esteja ganho o premio de 100.000 francos.

Desde este momento, desde este dia (—*13 de Julho de 1901*—) que esta gloria lhe pertence, já impossivel de ser contestada. Mas como tal gloria só será officialmente sagrada pela entrega do premio, Dumont não descançará emquanto não o tiver ganho.

Um novo balão fará elle e, dentro em breve, novas ascensões virão coroar os seus extraordinarios esforços.

Esse balão, que será o *setimo* da série, occupará na hierarchia dos «Dumonts» o 5.° logar; será o — *Dumont V*.

Está, pois descoberta a direcção dos balões, conquistado o immenso dominio dos ares. Para mim esta verdade continúa a ser verdade independentemente de quaesquer outras experiencias.

Agora, daqui por deante, o que ha a fazer é exclusivamente obra de aperfeiçoamento. Os capitaes industriaes se incubirão de auxiliar as successivas experiencias que se vão effectuar. Dumont nunca fez segredo de seu systema; expôl-o, franqueou-o sempre a todos que o desejassem conhecer; tem sido desenhado e photographado de todos os modos e em todas as posições, por partes e em conjunto. Esta descoberta em condição alguma jamais se perderá.

Um brazileiro começou e outro terminou essa immensa evolução de 192 annos. A alma de nossa patria freme de legitimo enthusiasmo ao pronunciar o nome já gloriosissimo de Alberto dos Santos Dumont.

Dentro de não muitos lustros ter-se-á completado uma grande mudança na face do mundo. A rapidez da navegação aérea porá todas as nações, por assim dizer, de paredes meias umas com as outras. Si os seculos 15 e 16 foram os seculos das grandes descobertas e explorações maritimas, o seculo 20 vai ser o das descobertas e explorações continentaes.

Para as explorações scientificas, que é feito do obstaculo dos rios, dos charcos, das montanhas invias, da febre das baixadas? Para

a guerra, dentro de poucos annos, que papel representarão os grandes e pequenos couraçados, as fortalezas, os canhões pesados, as cargas de cavallaria, as torpedeiras e os submarinos?

O immenso capital empregado nas estradas de ferro ja não deve sentir-se tão seguro, absolutamente garantido como o era ainda ha pouco. O commercio maritimo, o internacional terrestre, acabam de adquirir a esperança ou talvez a certeza de que, dentro de não muitos decennios, levarão a todos os pontos da terra, altos ou baixos, *directamente*, os seus productos que são hoje obrigados a transpor morosamente mares ou barreiras.

O segredo dos polos será desvendado. Os campos de gelo não mais engulirão os ousados exploradores dessas longinquas e inhospitas regiões em que impera o silencio e a morte. A geographia do mundo vai ser rectificada nos pontos já estudados, e completada nos que ainda não o foram e nem o seriam talvez nunca. Em Historia Natural, as especies animaes e vegetaes vão, sem grandes difficuldades, ser surprehendidas e estudadas em seus meios, com uma commodidade com que o homem jamais sonhou.

Foi-se a epocha das ascensões a pé ás altas montanhas do globo, em cujos abysmos e em cujos geleiros dormem para sempre centenares de intrepidos exploradores.

Um novo e amplissimo horizonte rasgou-se, pois, á conquista humana. Até aqui limitado á terra e aos mares, ao solido e ao liquido, pela brutalidade da lei do peso, agora alargou o homem o seu dominio ao terceiro dos grandes aspectos da Natureza, ao espaço illimitado, ao ar gazoso e subtil.

Santos Dumont deu-lhe azas para o vôo, — e o homem voará.

Alma altruistica, absolutamente desinteressada, não fez segredo de sua invenção. Alma patriotica e saudosa da terra natal, o seu primeiro pensamento foi para esta terra querida, que já tem glorias de que se ufanariam as mais gloriosas nações do mundo, e cujos factos affirmam uma *nacionalidade* já fixada, e cujo futuro será incontestavelmente brilhante, porque, em Historia, o futuro é uma capitalizada continuação do passado.

Alma privilegiada e bella, nascida á luz amicissima de estrella benefica, Dumont veiu como uma resposta ao condemnavel desanimo dos que pensam que a patria está liquidada; veiu como um grito de coragem, trazendo ao Brazil a já invejada, incalculavel e immensa gloria da maior e mais importante descoberta que o homem tem feito.

Quiz o mysterioso destino das coisas e dos sêres, que um brazileiro, Bartholomêu Lourenço de Gusmão, a iniciasse em 1709, e outro a terminasse em 1901, dando ao Brazil a chave de ouro com que fica aberto o seculo vinte.

Pacifica em seu humano ideal de ordem e progresso; mais elevada agora nelle que os outros pavilhões do mundo, — daqui por deante soberbamente engrandecida fluctuará por sobre as nações do globo a sagrada bandeira de nossa patria, em cujas dobras, soltas aos ventos da paz, a Historia insculpe desde já o glorioso nome de Santos Dumont num fulgurante nimbo de immortalidade (1).

Dentro de poucos dias ficou, pois, concluido o *setimo* balão da serie, o

DUMONT V

todo de sêda japoneza de primeira ordem, branca, leve e de grande resistencia. Feitura da *Casa-Lachambre*, de Pariz, foi elle cortado segundo o plano geral do *Dumont IV*, tendo passado no emtanto por algumas modificações parciaes, que mais ainda deviam de facilitar a conquista do grande premio.

Media de comprimento total, do vertice de uma das pontas ao vertice da outra, 36 metros, sendo o outro diametro de 6 1/2 metros. Dentro desse envólucro accommodavam-se 550 metros cubicos de hydrogêneo. O balonête tinha por sua vez uma capacidade para 38 metros cubicos de ar, nelle injectados por um ventilador de aluminio Leme triangular, tambem de sêda, como no anterior. Na prôa, um *guide-rope* mais aperfeiçoado, mais facil de ser dirigido, e pesando 38 kilos.

A *quilha*, sempre em figura de prisma, com os seus 18 metros de comprimento e um de altura, e agora presa ao ventre do balão, de um e outro lado, por uma serie de cordas de piano, mas desta vez feitas de aço, tendo cada uma apenas a grossura de oito decimas partes de um millimetro. Leva no interior, mais para o lado da prôa, o cêsto de vime; mais para o lado da pôpa, o motor de 4 cylindros parallelos, força de 16 cavallos, 1600 voltas por minuto, mechanica e successivamente resfriado por um systema de pás em movimento. Além do kerozene que já elle leva em si, tem a mais, para supplemento a mais quatro a cinco horas, um deposito de 20 litros a um lado e acima. Ao longo da quilha, e sobre carretilhas, um sacco de lastro (15 kilos) será deslocado á vontade do aeronauta, da pôpa para a prôa e vice-versa, ajudando assim a acção do *guide-rope* no seu papel

(1)—Aqui termina o artigo publicado no *Diario Popular* e refundido para esta revista. Afim, porém, de que nella fique tudo registrado, assentou o auctor de completar a noticia de tão grande e notavel acontecimento.

de fazer com que o balão suba ou desça. Atraz, partindo do motor, a arvore da helice, sempre propulsiva, segue e atravessa o vertice do prisma, para agitar fóra da quilha, com mais de 200 rotações por minuto, as suas quatro azas ou pás de 2 metros cada uma, ou quatro de envergadura. Do ventilador (na quilha) ao balonête (no balão) sobe um tubo que os liga, e que é o canal por onde passa o ar que tem de ser injectado naquelle grande bolso compensador.

De dentro do cêsto, que o ampara até acima do estomago, governará Dumont todos os apparelhos da quilha por meio de cordas habilmente dispostas e passadas em carretilhas, bem como os demais accessorios do balão, taes como o leme, o *guide-rope*, as valvulas, etc.

Como a propulsão é dada de traz para deante, da pôpa para a prôa, tambem atraz fica o leme, para offerecer resistencia ao ar deslocado na frente, resistencia necessaria á mudança de direcção *horizontal*, consequente á maior ou menor abertura do dito leme.

Na frente, porêm, fica o *guide-rope*, para mudar a direcção *vertical*. O peso movel auxilial-o-á nessa missão, caso seja preciso. E como, dado que se verifique desegual destribuição de hydrogêneo no envólucro, é possivel entre a *timbrar*, e até aderme nesse sentido, vindo a prejudicar o equilibrio trensversal da quilha, imaginou Dumont um coisa simplissima, que supprime os grandes deslocamentos subitos, perigosissimos desde que passem de certa medida: — tomou duas varas compridas e fixou-as nas extremidades da quilha, cada uma numa, e lá ficaram ellas como duas marombas atravessando a dita quilha de bordo a bordo, fixas, e, isóchronas com o deslocamento della. Timbre a quilha, reproduzindo a timbragem do aerostato: — as marombas se deslocarão proporcionalmente, mas irão tocar em cima o flanco do balão, impedindo, com isso, que a quilha penda mais para os lados do que o *maximo* de inclinação a que deve chegar.

O peso que tem de ser erguido aos ares é mais ou menos o mesmo do *Dumout IV*. Ha, porém, a notar que o *Dumont V* tem mais 7 metros de comprimento que o *IV*, e menos 130 cubicos de hydrogêneo, — o que quer dizer que, sob o ponto de vista da resistencia, talvez offereça bem mais vantagens que o outro, reduzido assim o seu diametro transversal.

Vejamos agora como se sahirá elle da grande missão que lhe está confiada.

Agosto, 8.—E' uma quinta-feira, e como tinham sido excellentes os resultados colhidos nos gyros de ensaio já realizados, marcára Dumont para esta data a sua nova ascenção official.

Todos os interessados estão presentes em Saint Cloud desde cedinho: — engenheiros das casas constructoras, jury e pessoal do *Aéro-Club*, socios do *Parque Aerostatico* de Meudon, etc. Como das outras vezes, a curiosidade extendeu uma boa parte da população por todos os pontos de onde o trajecto podia ser observado.

A's 6 horas e 12 minutos da manhan foi largadc o *Dumont V* do mesmo ponto de onde o tinham sido os seus antecessores; elevou-se logo e rapidamente a 200 metros de altura e, orientado, seguiu garboso o itenerario já sabido, tendo se elevado nessa marcha até á altura de 400 metros.

Em 9 1/2 minutos tinha elle vencido a ida, dobrava e dobrou a Torre-Eiffel... Si a volta se operar com a mesma rapidez, terá elle feito o circuito em 19 minutos, onze menos que o prazo do premio-Deutsch. Mas eis que, contornada a Torre, começa a prôa a murchar. Devido á sua grande extensão, devido a irregularidade das valvulas ou devido talvez a mau funcionamento do ventilador, donde o incomp'eto enchimento do balonête, o facto é que, veloz como ia, e luctando contra uma forte corrente aérea, dentro em pouco se lhe viu a prôa pendida nos ares, a oscillar «como uma grande tromba de elephante».

Essa desegualdade de distribuição de hydrogêneo lhe imprimia um movimento de arfagem. A «tromba» mudava de deante para traz e de traz para deante. Era, pois, certo que o balão se esvaziava com rapidez, e que Dumont pagava aos caprichos do hydrogêneo o mesmo tributo já tantas vezes pago por seus anteccessores. Além de taes accidentes que, já agora, em nada prejudicam a solução do problema, porque são por natureza evitaveis em novas experiencias, — ainda por cima esse forte vento contrario, solto e persistente, capaz de fazer perder a paciencia a qualquer outro que não fosse Dumont.

Nessa grande lucta, lá veiu o momento em que percebeu elle que já estava fôra do itenerario. Em rumo de Passy atravessou então o Senna. Logo adeante os suspensorios da quilha, as finissimas cordas de fio de aço da pôpa, são em parte apanhados pela helice e lhe começam a tolher o movimento... E' já impossivel continuar a marcha. Mas o motor está trabalhando e o desastre se aproxima terrivel e com uma rapidez espantosa.

Santos Dumont pára então o motor e sólta um pouco de hydrogêneo. Cessada o propulsão, diminuida a força ascencional, o balão começa o descer, até que cai numa especie de área descodescoberta de um dos hoteis do Trocadero. A quilha, que vinha quasi a prumo, ficou suspensa no ar, a 20 metros do solo, a ponta inferior num telhado e a superior em uma das paredes da área. Quando a quilha ahi bateu, já Dumont vinha pendurado

nella, numa posição em que seria impossivel aguentar-se por mais algum tempo. No telhado de cima estava, porém, um trabalhador, ao qual gritou elle que lhe atirasse uma corda. Foi-lhe atirada a p.opria ponta do *guide-rope*. Dumont pôde ainda passal-a á cintura e, com esse ponto de apoio, gymnasta como é, subiu pela liza parede acima, até ganhar o telhado dessa casa de quatro andares.

Já nesse momento lá chegavam os bombeiros, sempre promptos a taes soccorros, e o que se seguiu foi o apanhamento dos restos esfrangalhados do balão, da quilha, do motor e dos demais apparelhos, sinão todos — quasi todos completamente inutilizados.

Calmo, absolutamente senhor de sua poderosa vontade, na tarde desse mesmo dia entregava Dumont á *Casa-Lachambre* os planos do successor do *Dumont V*, pedindo-lhe toda a urgencia na construcção. Lachambre metteu mãos á obra logo no dia seguinte. Da seda nada se aproveitou; da quilha, alguma cousa, e do mais, de certo valor, quasi nada.

Dentro de vinte e dous dias, rapidez essa de construcção que desnorteia os seus concorrentes, porque nenhum ainda chegou a idear balão ou aerostato que não leve mezes a ser construido; — dentro de vinte e dous dias ficou prompto o *Dumont VI*, destinado a estrear nos ares na primeira semana de Setembro.

Não fosse o deslocamento do hydrogêneo no bojo do balão, deslocamento então incorrigivel, porque tambem o ventilador do balonête não funccionou como devia — certamente que desta vez teria Dumont levantado o famoso premio; porque, para vencer o vento de então, posto que forte, alcançada e dobrada a Torre em 9 1/2 minutos, ainda tinha o aeronauta brazileiro a seu favor 20 1/2 minutos para transpor a metade do caminho, — 5 1/2 kilometros, quasi uma legua das nossas.

Não ha quem não veja que, mais dia menos dia, o famoso premio vai direitinho para as mãos do nosso Dumont.

DUMONT VI

Como já se disse, Dumont tinha annunciado a nova ascensão para os primeiros dias de Setembro.

Prompto e cheio o *Dumont VI*, marcara-a elle para 7, septuagesimo nono anniversario da independencia do Brazil. Como a 31 de Outubro se finda o prazo do premio-Deutsch, Rose tinna egualmente apressado a ultima demão do seu *Aviador-Misto*, e annunciara a respectiva ascensão tambem para o dia 7. Coin-

cidencia ou não, o aeronauta francez se recachava no seu legitimo orgulho e ia offerecer batalha campal ao aeronauta brazileiro, em Argenteuil e no mesmo dia, para vêr a quem caberia a gloria, si á França ou ao Brazil.

Como se sabe, ás ascensões definitivas precedem ascensões de verificação, gyros de ensaio. Esses gyros effectuaram-se a 5.

Quanto a Rose, não houve meio de fazer subir aos ares o seu famoso *Avicdor*, o seu transatlantico aéreo, composto de dois melões de 45 metros cada um de comprimento. Ajudados a pulso, erguiam-se apenas alguns metros, e logo cahiam. Levou-se muito tempo nessa manobra ingloria. Só subiam um pouco, si ajudados; logo, porém, que ficavam entregues a si mesmos, desciam immediatamente. A experiencia foi repetida no dia 6, com os mesmos resultados... negativos. Rose e seus amigos ficaram muito tristes e todo o mundo classificou a cousa de «fiasco».

O *Dumont VI* tem agora 33 metros de comprimento por 6 de altura, e cuba 622 metros. O balonête é de 60 metros cubicos. Gastaram-se no envolucro 120 kilos da mesma excellente sêda do Japão, alva, transparente e forte. O ar deslocado é de 800 kilos. O peso total que vai ser erguido aos ares (representado pelos pesos parciaes do envolucro de sêda, da quilha, do motor, de Dumont e do mais que vai na quilha) é de 480 kilos. Força do motor, 20 cavallos, com resfriamento de agua em circulação. Força ascensional 680 kilos. *Guide-rope*, mais comprido que o outro. Em vez de 18, a quilha só tem agora 14 metros de uma ponta á outra. — Helice de 2 azas, com 4 metros de envergadura.

No n. 3055 de *L'Illustration*, de 14 de Setembro deste anno, traçou Emmanuel Aimé, do *Aéro-Club*, um bello e completo artigo sobre o systema aerostatico de Dumont, artigo que passamos a traduzir, para que aqui se registre mais essa luminosa e insuspeita opinião emittida por um competente.

Emmanuel Aimé traçou esse artigo para acompanhar o desenho eschematico interno e externo do referido balão, estampado no mesmo numero daquella revista, desenho que, por nossa vez, reproduzimos entre esta folha e a seguinte.

Eis o artigo:

—«De todos os projectos de balões dirigiveis secreta ou publicamente estudados de alguns annos para cá, o de Santos Dumont é o unico capaz de ser experimentado no ar. Digam lá o que quizerem; a verdade, porêm, é que em todo o mundo só ha um e unico balão dirigivel, e que para vêl-o é preciso residir

em Pariz ou então vir até cá. Dê-se por acaso um accidente (e foi o que aconteceu esta semana) e tenha o balão que ir para o barracão e lá se demorar algum tempo em concerto: — nenhum outro o vem substituir acima de Saint-Cloud, de Longchamps ou de Meudon, entre o *Parque Aerostatico* e a Torre Eiffel. Quantos não têm sido em apparencia os concorrentes inscriptos para o Grande-Premio do Aéro-Club! No emtanto, nenhum delles logrou de facto erguer-se do solo, excepto Santos Dumont que, si não satisfez as condições expressas do concurso, pelo menos satisfez por diversas vezes outras que lhes equivalem. — Santos Dumont ganhou, pois, virtualmente o Grande Premio.

«Que é seu o merito de ter sido o primeiro, que, na memoravel data de 13 de Julho de 1901, realizou um trajecto préviamente indicado, que o publico conhecia e que foi fiscalizado por uma commissão profissional, estão nisso de pleno accôrdo todos os aeronautas competentes e desinteressados.

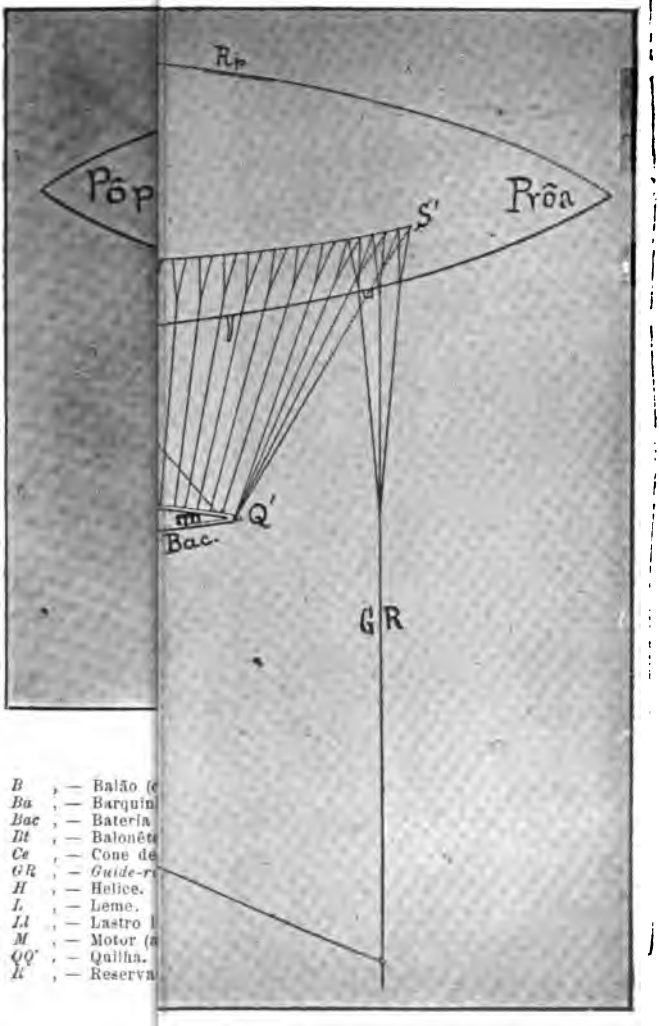
«A experiencia e o successo de Santos Dumont não têm precedentes. Desde que ha balões foi esta a primeira vez em que se impoz ao aeronauta a execução de um programma claramente formulado, e em que o aeronauta appresentou um apparelho aéreo capaz de vencer as difficuldades de similhante programma.

«Ponto de partida préviamense marcado no *Parque Aerostatico*; poste de viramento, a Torre Eiffel; e volta ao ponto de partida, — eis o que se exigia, e, mais ainda: — que a ascenção fosse anuunciada 24 horas antes do momento da partida.

«As condições do concurso foram preenchidas a 13 de Julho em 40 minutos em vez de 30, tempo maximo concedido. A 8 de Agosto, porêm, conseguiu Dumont velocidade muito maior que a exigida, e em menos de 25 minutos teria elle realizado ida e volta, que são 11 kilometros, si não se tivesse dado o accidente da valvula, accidente que, contornada a Torre Eiffel, então o deteve no momento em que elle já estava de volta para o *Parque*.

«Dumont navegava então no *Dumont V*, que se inutilizou de encontro aos telhados do *Grande Hotel* do Trocadero, na rua Alboni. Na tarde desse mesmo dia começou elle o *Dumont VI* que, a 1.º de Setembro, dahi a 22 dias, esteve prompto e ficou completamente cheio.

«Quando se imagina que outros inventores levam annos e annos trabalhando sem resultado na execução de seus projectos aeronauticos, não ha remedio sinão admittir que Dumont creou um modelo relativamente pratico de balão dirigivel, um typo que será daqui por deante classico e popular, e que, no caso



B , — Balão (c
Ba , — Barquin
Bac , — Bateria
Bt , — Balonêt
Ce , — Cone de
GR , — *Guide-r*
H , — Helice.
L , — Leme.
Ll , — Lastro l
M , — Motor (a
QQ' , — Quilha.
R , — Reserva

por exemplo (que Deus tal não permitta), de algum novo sitio de Pariz, poderá ser construido por séries, — donde a facil improvização de uma esquadrilha aérea dentro de poucos dias.

«Tão simples quanto engenhoso, e já necessariamente imitado pelos aeronautas que só visam construcções racionaes, Dumont não fez o menor mysterio do seu systema, e nem siquer pediu privilegio para elle; tanto que si o seu balão não está sendo experimentado no ar, á vista de todos, estará então em seu barracão, constantemente franqueado á mais indiscreta curiosidade. Milhares de vezes tem elle sido photographado, tanto no todo como nas partes. Por ultimo até, para satisfazer os interessados que se tinham tornado legião após o grande rumor consequente ás sensacionaes experiencias destes ultimos mezes, teve o aeronauta que desenhar o plano exacto do *Dumont VI*, hoje publicado por *L'Illustration*, e com uma legenda que torna immediatamente clara a comprehensão tanto do conjunto como de suas partes principaes.

«Tem o balão a fórma de alongada ellipsóide, cujos eixos medem, o maior 33 metros, o menor 6. Prôa e pôpa terminam em cones. Cuba 622 metros. Desloca 800 kilos de ar. O enchimento é de hydrogêneo industrial produzido pela acção do acido sulfurico diluido sobre aparas de ferro. Sensivelmente mais pesado que o hydrogêneo puro, produzido pela electrólyse da agua nas usinas de Lucerna, e que, sem grande successo, encheu o balão do conde Zeppelin, — aquelle hydrogêneo só tem que erguer cerca de 1.100 grammas por metro cubico. Dispõe o *Dumont VI* de uma força ascensional total de 680 kilos. Si de tal peso se deduzir o do envólucro de sêda, o da quilha com os seus machinismos, etc. (480 kilos), e mais o do aeronauta (50 kilos), restam 150 kilos para o lastro de segurança,

« O envólucro, que pesa 120 kilos, é de seda japoneza mui forte, alvissima e transparente. Cinco mãos de oleo de linhaça tornam-no impermeavel.

«Para o lado da prôa — uma valvula de 40 centimetros de diametro e de dupla tampa de nogueira. Essa dupla tampa é aberta por meio de uma corda que corre docemente numa alça de sêda envernizada, presa ao envolucro, e cuja ponta vem ter á barquinha, perto da mão do aeronauta. E' por ella que se esvazia o balão, quando elle desce e pousa em terra, si ha necessidade de esvazial-o; ella póde servir egualmente para soltar hydrogêneo durante o trajecto, caso se tenha elle au-

gmentado ás influencias da irradiação solar — e caso deixe a força ascencional (por muito augmentada) de poder ser completamente equilibrada pela acção dynamica da helice na pôpa, acção essa exercida na extremidade do eixo da quilha — inclinado favoravelmente á descida. E por ultimo, serve ainda para supprimir a marcha ascencional, na imminencia de qualquer perigo. Foi incontestavelmente a essa manobra, que, no momento em que, desmantelada a helice e, já sem lastro, fugiu o balão das mãos que o detinham — deveu Dumont a vida, quando se deu o accidente de 6 de Setembro.

Tem o balão, um na prôa e outro na pôpa, dois propositaes *remendos* («panneaux de dechirure») imbutidos na sêda, remendos que podem ser subitamente arrancados á puxadéla de cordinhas que, descendo de polé em polé, vão ter ao cêsto do aeronauta. Arrebatados esses *remendos*, dous grandes buracos dão sahida ao hydrogêneo, e o balão se esvazia rapidamente. Já no *Dumont V* funccionaram esses remendos, por occasião dos desastres de 13 de Julho e 8 de Agosto. — Graças a elles pôde Dumont a 13 de Julho operar em tempo a sua descida na chacara do barão de Rothschild, evitando a quéda mais adeante, por sobre os telhados do casarêdo de Bolonha; graças a elles pôde tambem, a 8 de Agosto, evitar o choque da Torre Eiffel, a 300 metros de altura, choque que lhe teria sido fatal, e que foi convertido em choque menos terrivel (mas ainda assim perigoso), dado de encontro á cornija do *Grande Hotel* do Trocadero, a 32 metros do solo.

«Cosido embaixo, no envólucro, e occupando-lhe o meio, fica o balonête, que cuba 50 metros e é alimentado de ar por um ventilador.

«O balonête compensa as variações de volume do hydrogêneo preso no balão. Não ha balonête nos balões redondos, usuaes; porisso o volume delles varia de momento a momento, quando estão subindo ou descendo, donde o fim rapido das viagens, devido á perda egualmente rapida do gaz.

«Está demonstrado pela experiencia, que, competentemente envernizado, liberto das nocivas influencias da atmosphera, qualquer balão conserva por mezes e mezes a sua energia ascencional — uma vez que seja *captivo*; torne-se elle, porém, livre, e ninguem ignora o esbanjamento com que liquída em pouco tempo toda essa energia.

«O balão que tem sido obstinadamente empregado por todos, esse balão, tal como nos veiu do seculo 18, não póde absolutamente manter-se em equilibrio, permanecer indefinidamente na atmosphera. Vai fazer 120 annos que Franklin, perguntado

sobre o destino do balão, respondeu com laconismo proprio de um philosopho e mathematico:

«— E' uma creança que acaba de nascer.

«Sahido das mãos do physico Charles, o aerostato é exactamente parecido com a creança que acabou de nascer aleijada, com o cordão umbelical aberto. Assim traz o balão em si a ferida que difficilmente fechará — o appendice aberto, por onde, emquanto sobe, e si não quizer estourar, tem que dar sahida ao gaz interno dilatado pela rarefacção das camadas atmosphericas. Eis o seu vicio redhibitorio. Por mais paradoxal que isto pareça aos profanos, mesmo rigorosamente estanque em estado de captiveiro, o balão não é feito para viver nos ares entregue a si mesmo. E' que lá se esvazia elle em breve, devido á sua enfermidade original. A liberdade lhe é fatal. Soltar um balão é simplesmente um modo de esvazial-o. No emtanto, quando elle se ergue, ao vêr-lhe o movimento magestoso, que sempre e tão vivamente impressiona as multidões, não ha quem não julgue que a atmosphera é o seu meio natural; não ha quem não supponha que elle póde pairar nella indefinidamente, nella encontrar o seu equilibrio immutavel, como o da rolha em cima da agua. Que esperança! Si os balões sobem, nelles se dilata o gaz que encerram; dilatado, perdem-n'o; e, perdido, — descem. Numa palavra: — os balões são automatos cheios, que mechanicamente se esvaziam logo que começam a funccionar.

« Cheios e equilibrados logo acima do solo, alijada a primeira porção de lastro, os balões sobem a certa altura. Durante a subida perdem gaz pelo orificio inferior, porque o volume do gaz augmenta proporcionalmente á diminuição da pressão. Arrebatados pelo impulso, transpõem os balões a sua altitude de equilibrio, e continuam a perder gaz. Afinal, param, — mas quando já estão mais pesados que o fluido deslocado... Começam então a descer. Eil-os já perto de terra. Alija-se então mais lastro: —recuperam assim nova força ascensional, que os arremessa a uma altura superior á primeira. E assim por deante, até que o lastro se acaba.

« Dado o impulso de translação horizontal que o vento lhes imprime, vão elles desenhando em sua trajectoria uma *sinuosa* curva *ascendente*. Com essa marcha, que lhes é propria, como que vão traçando as ondulações de *aéreas montanhas russas*, de topos cada vez mais altos, successivamente. Vêr-se completamente livres do lastro, eis o ideal dos balões, e, uma vez livres, eil-os que sobem para o ponto mais alto do trajecto, para logo descer e não mais subir. São como o viajante que, ao chegar a uma encosta alcantilada, põe fóra o que levava de inutil, e

para cima avança tenaz, não para lá ficar, sinão para rapido ganhar a outra vertente, e logo adeante a planicie. Mesmo nas phases ascendentes, todo o esforço dos balões só tende a um fim: — o solo. E, por mais perfeitas que sejam as manobras, ainda assim attingem elles fatalmente o maximo absoluto da curva que começaram a traçar no espaço. Completamente exgottados, chegam ao ultimo dos topos de *suas* montanhas russas, e de lá deslizam pela vertente opposta, até que param em baixo, no valle.

« Esse rapido exgottamento dos balões, quando em viagem, é um natural effeito da ascensão, uma consequencia mechanica da expansão do gaz á pressão gradativamente decrescente do meio atravessado. Essa expansão tem fatalmente por corollario, em cada cimo das *montanhas russas*, a fuga do fluido ephemero pelo orificio inferior disposto *ad hoc*, — a perda intermittente de um volume de gaz proporcional á capacidade cubica do balão e á altitude alcançada.

« Os balões dirigiveis, de helices que geram movimentos de subida ou dèscida, sanam esse defeito capital, pelo menos em grande parte. Todos os aeronautas deviam, portanto, preferil-os desde já aos outros, — instrumentos archaicos que nenhuma vantagem lhes offerecem.

« No futuro, já distantes os acontecimentos, quando se puder aquilatar da evolução de hoje, os balões esphericos, então comparados aos de *fórma de charuto*, terão, na lenda dos tempos prehistoricos da navegação aérea, um aspecto infantil e grotesco. As suas viagens figurarão como corridas de tinas, comparadas ás regatas dos iátes aéreos que vão ter por primeiro theatro o Bosque de Bolonha, e por primeiro poste o poste-mór que Eiffel (sem que talvez o suspeitasse) lá plantou para os aeronautas do seculo vinte.

« Consagrando-se á direcção dos balões alongados, Dumont deixa aos rotineiros os balões redondos, que, si funccionam por certo tempo, só o fazem á custa do lastro que alijam, — phantasticas ampulhêtas de um só bojo e que se não viram, ampulhêtas cujo conteúdo, imagem fiel do tempo, como elle nos ares se perde, — *fugit irreparabile*.

« Comparar o aerostato a uma boia fluctuante, como o fazem constantemente, é querer mesmo illudir-se com uma parecença vaga. A boia é estavel, por origem; o balão espherico, instavel, por natureza.

« A velha e afagada esperança de pairar indefinidamente no espaço, á custa exclusiva do gaz e do lastro, é, na desvairada imaginação dos inventores, uma das mil fórmas por que se apresenta a antiscientifica, mas sempre dilecta e seductora chimera do movimento perpetuo.

«Si tanto me empenho em desfazer similhante illusão, é porque vejo que ella tem sido um dos maiores entraves ao progresso da locomoção aérea, tendo arrastado os melhores espiritos para a pesquiza prematura da direcção no plano horizontal, antes que se tivesse resolvido, antes até que se tivesse estabelecido sobre bases racionaes a questão fundamental da direcção no plano vertical, — problema esse geral, de que o equilibrio aerostatico é um lado particular.

«Dumont teve o merito de reunir o equilibrio e a direcção (que outros commetteram o erro de separar) num apparelho que simultaneamente satisfaz tanto ás exigencias do *mais leve* como ás do *mais pesado* que o ar, donde a reconciliação destes dous irmãos inimigos: — aeronautas, — aviadores. E tão admiravel é ahi a simplicidade dos meios empregados como a importancia dos resultados obtidos.

«Dumont dotou o seu navio aéreo de uma prôa ao dar-lhe o balonête, o qual mantem o envólucro constantemente esticado como a pelle de um tambor — o que faculta ao hydrogêneo o dilatar-se ou contrahir-se sem nada perder de si, e sem mais nenhum inconveniente; regulou-lhe a inclinação do eixo em sentido favoravel á subida, á descida ou ao equilibrio do systema, ao dotal-o com o peso movel do *guide-rope*, o qual, pendido na prôa e puxado por um cordel, póde approximar-se mais ou menos do centro de gravidade do systema. Si o balão estiver com a prôa empinada, bastará um impulso da helice para fazel-o subir; si com ella descida, o mesmo impulso o fará descer: ainda com esse mesmo impulso ficará elle finalmente em equilibrio, desde que o seu eixo tome e mantenha qualquer posição visinha da horizontalidade, posição essa que se consegue com a distribuição da carga.

«Tudo isso explica a razão por que Dumont, senhor de seu equilibrio, não passou de 270 metros de altitude nas numerosas ascenções de 12 de Julho, feitas durante quatro horas.

«Os balões-Dumont não perdem hydrogêneo, porque não têm necessidade de passar pelos topos, cada vez mais altos, das aéreas montanhas russas. Tudo, pois, se encadeia: — o balonête que, mantendo a regidez do balão, facilita a propulsão da helice e a direcção do leme, concorre, justamente porisso, para o equilibrio aerostatico; — a inclinação do eixo, que, determinando a altitude, mantem o equilibrio aerostatico e conserva o hydrogêneo, tambem porisso concorre para a estabilidade da fórma do balão, correlativa á sua rigidez. As propriedades e as manobras dos diversos orgams mutuamente se auxiliam, unificando em harmonioso conjunto os seus resultados.

«Nestas condições, o balão alongado, que, relativamente ao horizonte, tem o eixo mais ou menos inclinado, desempenha a funcção de um *aeróplano* de superficie *convexa*, si me dão licença de reunir essas duas palavras. Porque não?! Chamam-se aeróplanos, em aviação, apparelhos que apresentam ao ar uma superficie concava.

«Posto que pareça provisoriamente definitivo o balão-modêlo creado por Dumont (pois esse balão já é, *mutatis mutandis*, copiado por outros constructores de balões dirigiveis) — a rapidez de sua transformação é cousa que não padece duvida.

«Essa transformação está intimamente ligada ao motor leve. A' medida que for diminuindo o peso do cavallo-vapor, menor tambem irá sendo a força ascencional buscada por Dumont no hydrogêneo, e maior tambem o accrescimo dynamico da helice. Afinal, ha de vir o dia em que, sem um atomo siquer de gaz, o aeróplano convexo será um aeróplano propriamente dito, librado nas invisiveis azas de pegasos-vapor, cujo peso será, quando muito, de 2 a 3 kilos. — EMMANUEL AIMÉ».

Estamos agora perfeitamente habilitados a seguir os passos de Santos Dumont. Astistamos, pois, ás suas novas experiencias com este balão.

Setembro, 5. — Neste dia, em presença de alguns amigos, entre os quaes se notava a principe Roland Bonaparte (que era um dos membros do jury), fez Dumont, em caracter inteiramente reservado, a primeira experiencia com o seu novo balão.

Tendo essa experiencia dado excellentes resultados, outra foi marcada para o dia seguinte, egualmente particular, mas a que poderiam assistir os que se interessavam pela prova do dia 7.

Setembro, 6. — Na manhan, pois, deste dia, já Saint-Cloud e seus arredores transbordavam de gente de todas as classes, desde o profissional, que lá ia levado pelo interesse scientifico da questão, até ao curioso vulgar, que buscava apenas satisfazer o desejo de ver um homem nos ares, luctando contra ventos inimigos.

Já por esta epocha a *ordem do dia* em Pariz era a «direcção dos balões», e Dumont talvez o homem mais popular daquella vivissima cidade. De toda a parte chegavam e iam tomando logar «centenas de bicycletas e automoveis», no dizer de um chronista, vehiculos que acompanhariam o balão logo que elle partisse, immenso e pittoresco préstito de honra, que continha em si numerosos amigos e admiradores de Dumont.

Adeante, atraz, para a direita, para a esquerda, o povo se derramava a pouco e pouco pelas estradas e pelos pontos mais

altos, á espera do momento em que o *Dumont VI*, em largo e sereno vôo, offegante o motor, lhes passasse por cima das cabeças, no seu caminho de gloria.

Não tinha o tempo amanhecido bom; bastava, porém, que não estivesse de todo mau para realizar Dumont a sua ascensão.

A's 8 horas e tanto foi o balão largado, e logo a poucos metros acima teve de dar batalha a um vento contrario, empresa de que se foi sahindo como experimentado general que o era. Navegando para Longchamps, ganhou elle rapidamente uma altura de 400 metros, e, quando chegou aos campos do hippódromo, fez do meio aéreo em que estava o seu polygono de experiencias. Nesse polygono demorou-se Dumont cerca de hora e meia no espaço, tempo gasto em evoluções difficeis, em vôos ora verticaes e de audaciosa ingremidade, ora horizontaes, de curvas em que os raios muito se espichavam ou se encurtavam á simples vontade da mão perita que guiava o balão. Descidas rapidas, obliquas, em linhas rectas, onduladas ou quebradas; descidas quasi a prumo, — tudo realizou Dumont com tamanha habilidade e tão notavel certeza, que até (como o «ovo de Colombo» depois que ficou de pé) pareceu a todos a cousa mais facil e mais commum deste mundo, parecença que não impediu ao intelligente povo de Pariz de acclamal-o constante e delirantemente

A's 10 horas e meia puxou elle as rédeas (*guide-rope*) ao seu corcel aéreo, que, submisso, baixou a cabeça e desceu a Longchamps, onde a enorme massa popular o victoriava estrepitosamente. Ahi parou apenas o momento necessario para dizer aos amigos que o fossem esperar no *Café da Cascata* (1), onde lhes pagaria o aperitivo. Communicou-lhes mais que tudo lhe corria ás mil maravilhas; que o leme precisava de ser maior, — e que o motor exigia tambem uma pequena modificação.

E partiram todos, elle pelos ares, os amigos por terra, nas bicyclêtas e nos automoveis, todos para o *Café da Cascata*.

Dumont voava em linha parallela á Avenida das Acacias, e por essa linha seguiu até á ponte de Saint Cloud. Atravessado o hippódromo de Saint Cloud, eis que, ao transpor o parque-Rothschild, de novo o *guide-rope* se lhe emmaranha na cópa das arvores, e detem a marcha do aerostato. Foi então preciso apear e fazel-o puxar e manter pelos cabos, sem o que teria sido impossivel o desemmaranhamento do *guide-rope*. Assim se-

(1).— Este botequim tirou o seu nome da cascata do Bosque de Bolonha, por lhe ficar nas proximidades.

guro, fluctuava o *Dumont VI* a pequena altura, detido pelas mãos dos ajudantes do nosso aeronauta, os quaes tiveram de fazer o papel de verdadeiros rebocadores terrestres para leval-o á margem opposta de um lago do parque, unico sentido por onde podia o balão ser puxado. Dumont subiu então ao cêsto ou barquinha, para de lá dirigir melhor a conducção de tudo e, com agua até á cintura, puxaram os homens o aerostato até á outra margem. Antes, porém, tinha Dumont tido necessidade absoluta de soltar um pouco do hydrogêneo contido no envólucro; e agora, sommadas a isso algumas pequenas avarias verificadas na quilha e em outros orgams do systema, decidiu que o balão seguisse a reboque para Saint Cloud, afim de receber em seu barracão os devidos reparos.

Saint Cloud estava então a uns 500 metros de distancia, e o reboque ia se fazendo sem maior novidade, com um aspecto jovial e ruidoso, seguido sempre pela multidão incançavel em acclamar o audacioso aeronauta brazileiro; — porque é preciso que aqui se diga que tal accidente não diminue, absolutamente em nada, o brilho das conquistas super-terrenas a Longchamps, a já tantas vezes demonstrada victoria da « direcção » dos balões.

A uns tresentos metros adeante, um novo empecilho antepõe-se-lhes á marcha a reboque. Ahi, perto de Saint Cloud, passam sobre postes de 5 metros do solo os cabos aéreos de uma linha de bondes electricos. Uma difficuldade o fazer com que o balão transpuzesse taes cabos. Como já se disse, Dumont dirigia da barquinha os seus auxiliares. Lá veiu o momento em que o balão os logrou: — arrebatou-lhes as cordas e, desmantelada a helice, como estava, ingovernavel o leme, e entregue a um vento forte, eil-o que de um pulo sobe logo a 100 metros de altura, levando comsigo nesse subito e perigosissimo vôo o ousado aeronauta, cujos ultimos instantes pareciam estar contados.

Foi um momento terrivel no seio da multidão.

Em menos tempo, porém, do que o que se gasta em narrar o facto, Dumont lançou mão do remedio préviamente manipulado para um golpe de mestre em occasiões como está: — *záz*!, e o cordel arrancou um dos remendos propositaes, de modo que o balão não foi além dos 100 metros.

Arrancado o *remendo*, essa tampa postiça (—«*panneaux de dechirure*» —), o aerostato foi ficando cada vez mais pesado, e descendo tambem com mais rapidez, até que veiu dar com a quilha em terra. E, sem ter perdido a vida, mais uma vez resistiu o temerario piloto a tão perigoso choque.

Quando se verificou que Dumont estava salvo e são, todas as bôccas atroaram os ares numa compacta e prolongada ovação.

De novo preso em terra, assentou-se então de esvaziar de uma vez o envólucro, para mais facilmente leval-o a Saint-Cloud, de onde, concertadas as pequenas avarias da quilha, do leme e da helice, outra vez partiria em breve para levantar os 100.000 francos.

Não fosse tal accidente, e o *7 de Setembro* da nossa patria historia teria entregue a Dumont o gordo e utilissimo premio-Deutsch.

Si ha, porém, na linha evolutiva das invenções, aquella acquisição crescente de novas e melhores qualidades, que corresponde ao progresso da hereditariedade na linha genetica das especies animaes, e o ha, — agora mais nenhuma duvida póde restar de que este mesmo *Dumont VI*, curado de sua passageira enxaquêca, consiga definitivamente a victoria que a si mesmo impoz.

E é preciso que assim seja.

E' preciso que (já que foi esse o meio escolhido para tal fim) Pariz consagre por tal meio a descoberta já feita por nosso illustre compatriota desde *13 de Julho*. Si lhe difficultam ou lhe impedem tal consagração, e si elle se aborrece e deixa de concorrer ao premio, e a outrem o dão, — tal é a condição das coisas, neste mundo, que a esse outro é que caberá a gloria, ainda que indevidamente.

A historia de Christovam Colombo e Americo Vespucio repete-se muito mais a miudo do que se pensa.

Dumont, porém, comprehendeu a cousa no ar; não esmorecerá.

Já por esta epocha se achava o *Aéro-Club* naturalmente eivado, em parte de seus membros, de certa má vontade para com Dumont, devida provavelmente a preconceitos nativistas. Talvez entendessem elles que fosse algum desar para a sua gloriosa patria o não ser de nenhum francez a descoberta da navegação aérea.

Deante das successivas e triumphantes demonstrações praticas de Dumont, em pleno azul, levadas á mais cabal e brilhante evidencia, não podiam negar-lhe, é certo, a sua enorme e incalculavel conquista, jámais alcançada por quemquer que seja. E, como não o podiam negar, começaram a guerrilha surda dos bastidores, no sentido de lhe diminuir o valor, guerrilha anonyma e tenaz, propria do orgulho e das paixões humanas feridos no seu amago. Isto se daria em qualquer paiz do mundo, uma

vez que as condições fossem as mesmas, e longe está da penna que traça estas linhas o pensamento mesquinho de dar como particular um sentimento que é geral.

O empenho feito era, pois, no sentido de diminuir o valor da descoberta; de completa, davam-na como deficiente, incompleta. Uma vez neste terreno, tornam-na apenas equivalente ás conquistas de Renard e Krebs, feitas ha 17 annos, — gloriosos aeronautas que mais nenhum passo deram, de então para cá, no caminho da navegação aérea.

Viam fugir-lhes a gloria que, dentro de mais ou menos alguns annos, lhes pertenceria quasi que infallivelmente, — e, nesse desespero de causa, procediam muito mais como *homens* do que como *francezes*.

E vai-se vêr que, afinal, triumphará nelles o luminoso sentimento de justiça que, atravez da Historia, tem distinguido a França em todas as grandes causas da humanidade, pelas quaes se tem batido.

O artigo de Emmanuel Aimé, que é um francez de espirito justo, definiu a gloria de Dumont.

Sabia-se que alguns dos membros do *Aéro-Club* iam concorrer ao premio-Deutsch; mas que, por este ou por aquelle motivo, como atrazo na construcção dos balões, etc., não o podiam dentro do prazo estabelecido. *Provavelmente* seria tal prazo prorogado, uma vez que até 31 de Outubro ninguem tivesse levantado os 100.000 francos; *provavelmente*, porque, dada a generosidade de Deutsch, e continuando o x do problema a ser o mesmo, não era de suppor que o prestante millionario descesse a reembolçar aquella quantia. Prorogado o prazo, tudo lhes seria favoravel, desde as licções apprendidas ao ar livre com as experiencias de Dumont, até á sympathia nacional do jury que os tivesse de julgar.

Si de portas a dentro não foi isso o que se deu, de portas a fóra tudo que então se passou auctoriza a vêr as cousas por esse prisma. Mas ao numero infinitamente pequeno dos interessados cheios de natural e vão despeito, oppunha-se o numero infinitamente grande da população de Pariz, de todos os homens de sciencia, de todos os proficionaes, affirmando a *una voce* o triumpho de Dumont, e portanto a proxima e infallivel consagração official desse triumpho, traduzida pela entrega do premio Deutsch.

E foi então que o *Aéro-Club* assentou, em má hora, de alterar certas clausulas do concurso; uma dellas foi em relação aos 30 minutos dados para ida e volta, — mas com tal artimanha o fez que esses 30 minutos se prolongariam nas condições do mo-

mento, a 35 ou 40 para a conquista do premio, e, assim prolongados, o premio não seria ganho em 30.

Com effeito, si até aqui se impunha ao concorrente o *sahir de um ponto dado em Saint-Cloud e, em viagem mais ou menos circular e pré-traçada, ir á Torre, contornal-a e voltar ao dito ponto em 30 minutos*, agora entendeu a «Commissão» do *Aéro-Club* de impor, por acto de 7 deste mez (data em que ia se dar a ascensão official) que, feito tudo isso, *o premio só seria considerado ganho quando o balão do concorrente parasse definitivamente no recinto, no ponto de onde partira*.

Antes bastava que, de volta, *passasse* o balão por esse ponto; agora, porêm, é preciso que nelle *pare*.

Ora, para ahi parar, terão os concorrentes (Só ha um corrente dentro do prazo, — Dumont) que vir diminuindo a marcha dos balões com muita antecendencia, desde muito antes do *ponto de chegada* no recinto do *Aéro-Club*. E, como a reducção da marcha importará em augmento, perda de tempo, entrarão elles francamente pelos 30 minutos além, tornando-se quasi impossivel, nas condições actuaes, levantar o premio dentro do dito prazo.

Saiba-se mais que a descida no recinto do *Parque*, a qual, antes, já era de si bastante difficil, por causa de algumas arvores que lá existem, — agora muito mais difficil o é, depois que lá se construiu o enorme barracão destinado a guardar o aerostato do proprio sr. Henry Deutsch, balão de 60 metros de comprimento e que, por incapacidade embryogenica, morreu ainda em estado de féto.

Saiba-se ainda mais que, daqui por deante, será nullo o concurso si não tiverem assistido á ascensão pelo menos cinco dos membros da «Commissão».

Houve ainda varias outras pequenas alterações que, por insignificantes, aqui se não registram.

Tendo os jornaes de Pariz dado minuciosa noticia dessas extemporaneas, injustas e levianas alterações, Dumont lavrou logo por escripto o seu protesto, o qual, em data de 10 foi nominalmente enviado ao presidente do *Aéro-Club*. No dia seguinte o *Matin* o estampava por inteiro em suas columnas, — e tambem outros jornaes o faziam, uns em resumos, outros por extractos.

Eis, em súmmula, o protesto de Dumont:

> — «Extranhava que houvessem feito todas aquellas alterações na vigencia do concurso, alterações que iam augmentar muito mais as difficuldades já grandes da prova.

Disse que o Regulamento, como era antes de taes alterações, mandava voltar ao *ponto de partida*, mas não descer a elle, — clausula generosa e compensadora das difficuldades a vencer no grande trajecto de 30 minutos, annunciado, além do mais, com 24 horas de antecedencia, isto é, para os azares de um tempo que ninguem poderia saber como estaria.

Descer em balão e tocar em terra no referido ponto do Parque, dada mesmo a grande velocidade que era preciso desenvolver ao voltar da Torre para Saint Cloud, foi coisa que se podia conseguir á custa de muito esforço e de todo o cuidado, quando entrou em vigor aquelle Regulamento, — apesar mesmo da travessía do valle do Senna, cuja humidade e cujos ventos tanto perturbavam a estabilidade do balão no momento decisivo. Essa descida poderia então effectuar-se pelo lado esquerdo do aqueducto do Avre, graças a uma aberta acanhada que lá existia, circumdada de arvores e casas do caes, impedida, aqui por fios telegraphicos, alli por uma linha de bondes electricos e por cabos aéreos de grande tensão, — e acolá por uma linha-férrea.

Era, pois, esse o possivel e unico ponto de entrada para qualquer balão dirigivel, que viesse chegando com grande velocidade; — e, isso mesmo, dado que as condições atmosphericas lhe fossem propicias. Esse ponto, essa possibilidade, já não existia mais, disseram-no todos os aeronautas a quem elle interrogára a respeito; ficara supprimida com a construcção do barracão do sr. Deutsch, de 60 metros de comprimento por 27 de altura.

O Parque, desnivelado pelas ultimas excavações por que estava passando, achava-se cheio de barrancos e buracos. Como, pois, descer a elle no caso de vir o balão a toda a brida? No caso contrario, de vir com pouca força, arriscar-se-ia a ser arrebatado por correntes então de mais força — os ventos reinantes do valle do Senna, — facto que já lhe acontecera duas vezes.

E era no emtanto agora que a « Commissão » lhe vinha exgir (em clausula addicional e logo no dia seguinte ao do ultimo accidente) que descesse em tal logar, atravancado daquelle modo, como si já

não bastassem os perigos que lá corriam os seus auxiliares durante as manobras da partida! Fosse elle agora abusar da dedicação desses auxiliares, determinando-lhes que agarrassem o *guide-rope* á passagem do balão, na volta, e muito maiores seriam taes perigos.

Si, nos hippódromos e demais raias de corrida, o juiz só marca o momento em que o jockey *passa* pela linha terminal da chegada, e não o momento em que pára e entrega as rédeas ao ajudante de raia, porque então exigir do aeronauta, ao passar, de volta, por cima do *Parque*, num trajecto veloz e atribulado, que mande agarrar o *guide-rope* do seu balão, — facto que o deterá de chôfre na rapida carreira com que vem chegando?

No estado actual da Aeronautica nenhum outro regulamento podia ser admittido, salvo o primeiro. Acceitara-o, e só a elle obedeceria. Que outros mais ousados decretassem e cumprissem, si o quizessem, condições mais difficeis.

Quanto a si, fiel em tudo ao velho Regulamento, e de conformidade com o que estava nelle estatuido, só trataria de *passar* por cima do *ponto da partida*, no Parque, feito que fosse o trajecto no prazo marcado. E si porventura tocasse o *guide-rope* em terra, nenhum de seus auxiliares lhe poria as mãos, já préviamente prohibidos de o fazerem; — passaria, pois, adeante e, passado que fosse, só então trataria de operar uma curva e descer no recinto, isso mesmo si lh'o conviesse.

As suas evoluções em torno da Torre Eiffel datavam de 1899; tinham começado com o seu terceiro balão dirigivel, quando o premio-Deutsch ainda estava por nascer. Sem de modo algum preoccupar-se com as arbitrarias condições do concurso, nunca deixara e jamais deixaria de realizar as suas ascensões e experiencias, as quaes, feitas agora methodicamente, só ficariam supprimidas quando elle morresse.

Como sempre, iria mais uma vez empregar todos os esforços para que, por sua parte, nada faltasse á perfeita fiscalização da «Commissão»; pois, reconhecido, jamais se esqueceria de que o Presidente do *Aéro-Club* comparecera ás suas experi-

encias, levando-lhe dest'arte o seu valiosissimo estimulo. Nada, porêm, o impedia de dizer que:— quer já estivessem ou não reunidos, no *momento da partida*, os cinco membros fiscaes agora exigidos pelas alterações do velho texto; quer já lá na Torre se achasse ou não o vigia, — nesse *momento* elle Dumont partiria mesmo, e só deixaria de contornar a Torre si lh'o impedisse força maior.

Si lhe faltasse a fiscalização official, satisfar-se-ia com a do povo e com a da imprensa — ambas de immenso valor para o desenvolvimento da idéa aerostatica.

Feito o trajecto e cumpridas que fossem as condições impostas para a entrega do Grande Premio, si lh'o negassem, tanto mais o sentiria quanto era certo que jamais pensara em recebel-o; pois assim como, em 1900, dera o premio-juros á caixa do *Aéro-Club*, para constituir novo premio, tambem assim tinha préviamente destinado os 100.000 francos (caso os ganhasse) aos pobres de Pariz, metade, e outra metade para aos seus auxiliares, homens desinteressados e de incomparavel dedicação.

Esperava, pois, ao menos em beneficio dos pobres de Pariz e daquelles ajudantes, que a «Commissão» reconsiderasse o seu acto, deixando assim de supprimir-lhe o ensejo de ganhar para elles os cem mil francos.

Finalmente, fosse lá como fosse, o seu balão ficaria de novo prompto no fim daquella semana e, uma vez prompto, as experiencias seriam recomeçadas no proximo domingo».

Constantemente referem-se os jornaes a novos competidores de Dumont, os quaes se preparam para disputar-lhe a victoria do premio. Entre outros citam-se agora Georges Besançon e Mauricio Farman, francezes, e um tal sr. Smitter, inglez. Os dous primeiros são socios num balão dirigivel, fusiforme, de alongamento proporcional a 4 para 1, motor de automovel, de 40 cavallos e de peso reduzido, cubando o envólucro 1.400 metros. Ambos são aeronautas já feitos e de nomeada; e, segundo se dizia, muito era de esperar de similhante balão, cujo plano fora traçado de conformidade com os mais rigorosos dictames da sciencia. — O aerostato de Smitter será tambem acharutado, terá duas

helices e... Smitter, que deve ser dotado de imaginação verdadeiramente oriental, supprimiu o motor, que passa a ser substituido por... mãos humanas. E' verdade! As duas helices serão movidas a pulso pelos passageiros da barquinha, espaço em fóra, e faça Deus bom tempo. Com Smitter vai, pois, o balão entrar em sua phase romanesca, no caso de encontrar elle passageiros para... o outro mundo.

Falava-se ainda nos balões de Debrayeux, do conde Americo da Schio, italiano, e de Bradowsky. — O *Debrayeux* já estava concluido e prompto para receber o hydrogêneo. Foi ideado para ser movido pela propria pressão da atmosphera sobre um molinête armado á prôa. — O *da Schio* terá motor de 12 cavallos e helice na prôa. A feitura deste aerostato foi conseguida por subscripção, e os subscriptores foram em numero de 200, inclusive o rei e a rainha da Italia. — Quanto ao *Bradowsky*, estavam começando a enchel-o no *Parque de Vaugirard* nos ultimos dias de Outubro. Tem quilha como os *dumonts*, feitá de tubos de aço, e de 17 metros de comprimento. Motor de 16 cavallos, accionando na pôpa uma helice de 4 metros e 350 rotações por minuto. E' fusiforme e de 22 metros de comprimento de pôpa á prôa, sendo esta de maior diametro que aquella, e ambas terminando em cones. O leme, de 4 metros quadrados é de eixo vertical. A barquinha, que é de 5 metros de comprimento e pesa 130 kilos, tem por baixo outra helice destinada a manter o equilibrio vertical do systema, helice de $2^{m},50$ e de 450 rotações por minuto. O deslocamento do centro de gravidade, conseguido nos *dumonts* por meio dos pesos moveis e do *guide-rope*, vai ser conseguido no *Bradowsky* por mudança de logar, do aeronauta, dentro da barquinha: — si for para traz, a prôa empinará; si para deante, descerá.

Vê-se que a febre dos balões toca de novo a seu auge.

Ha ainda um outro competidor na pessoa de Hosden, cujas experiencias de gabinete, em miniatura, deram uma velocidade maxima de 12 metros por segundo. Não ha vento em gabinetes. Dois motores de kerozene, um de 20, outro de 10 cavallos, um para o propulsor, na prôa, outro para as helices dispostas ao longo do balão, que gastará 2.500 metros cubicos de hydrogêneo distribuido por secções estanques. A proporção do alongamento para a altura será de 6 para 1. A estabilidade do envólucro será mantida por uma carcassa mais ou menos similhante á do *Aviador-Misto* de Rose, feita de tubos de aluminio e tambem de aço.

Como este balão ainda é um projecto, não vale a pena perder mais tempo com elle.

Outubro, 8. — Aeronautas francezes, partem para a Russia, em balão, Boulanger e Glorieux. Logo adeante encontram chuva, e a chuva continúa. Navegam ainda assim durante 10 horas e meia, perdendo lastro constantemente.

Nessa excursão atravessaram Bruxellas, entraram na Hollanda, transpuzeram o Rheno entre Dusseldorf e Colonia, o Weser em Cassel, o Elba em Magdeburgo, e chegaram a Berlim. Afinal tiveram que descer além do Oder, após um trajecto de 830 kilometros, distantes ainda da Russia 280 ditos.

Viagem perdida. Della não se tirou proveito algum para a navegação aérea.

Outubro, 12. — Nesta data foi tentada a travessia do Mediterraneo pelo conde Henry de La Vaulx, do *Aéro-Club*, — um dos competidores de Dumont. Vale a pena contar por alto esta historia.

— O conde de La Vaulx é incontestavelmente um aeronauta de pulso, um audacioso, um scientista de notavel tenacidade. O seu nome já tem figurado brilhantemente em certamens desta natureza, e, aqui mesmo, neste pequeno trabalho, já se lhe fez uma referencia ao ser noticiado o concurso de balões convocado pelo ministerio do commercio e industria da França, concurso que se effectuou durante a *Exposição Universal* de Pariz, de 1900. Em companhia de Castillon de Saint-Victor, seu velho amigo, subiu elle então no *Centauro*, que foi o vencedor, e que, após 1.900 kilometros, transpostos em 35 horas, foi cahir na Russia, perto de Kiew.

Havia muito que tal balão estava em preparo no seu estaleiro da praia de Sablettes, em Toulon, sul da França, de onde distenderia o vôo para o sul, em demanda da costa-norte da Africa, atravez do Mediterraneo. Como se tratava de uma travessia deste mar, La Vaulx deu ao balão o nome de *Mediterranense*. Feito o orçamento, viu-se que as despesas totaes da construcção e da expedição andariam em 70.000 francos. Abriram para tal fim uma subscripção popular, e obtiveram promessa de auxilios pecuniares por parte do ministerio da guerra, promessas que ficaram no tinteiro quando opportunamente lhe foram lembradas. Apesar de todas as difficuldades, foi acima o *Mediterranense*.

— E' espherico, todo de sêda franceza, e cuba 3.000 metros

de hydrogêneo. Prêsa por suspensorios, fica-lhe embaixo a barquinha de vime, que tem de comprimento 3m,20, de largura 2m,80, e de altura 1m,50; contém ella todas as machinas do systema e tem logar para 4 aeronautas; é externamente revestida de um encapado impermeavel e, em cima, aos lados, leva fluctuadores que, num caso de desastre, a impeçam de submergir e a mantenham fluctuante por muitas horas. Foi disposta de modo que, no ar, estará sempre em equilibrio horizontal.

Entendeu o conde de La Vaulx que o seu balão devia navegar rente d'agua; para isso era preciso descobrir um meio de o manter sempre na altura que conviesse. Imaginou então um apparelho complexo, composto de varios tubos feitos de mui finas folhas de cobre, de 10 metros de comprimento cada um, pesando 80 kilos e com capacidade para 150 litros de agua salgada. Deu-lhes o nome de *estabilizadores*, por se destinarem a manter em certa altura a estabilidade do balão, e os arranjou de modo que, por meio de uma bomba aspirante, se encham logo d'agua, quando for preciso. E como, á vontade, podem ser cheios ou esvaziados, constituem por isso mesmo o lastro movel do systema, mediante o qual poderá a barquinha seguir pousada n'agua, fóra della um pouco, ou então separada o quanto for necessario. Como se vê estes *estabilizadores* equivalem ao *guide-rope* de Dumont.

Mas o conde de La Vaulx tambem dotou o seu balão de *guide-ropes*, extensissimos cabos de fibra de coco trançada, e que o balão vai arrastando immersos n'agua. São auxiliares dos *estabilizadores*, e foram construidos principalmente para evitar a fuga do balão pelos ares acima, dado que, por subito augmento da temperatura, se lhe dilate e expanda o hydrogêneo. A cousa foi medida de modo que, operada tal dilatação, a parte dos *guide-ropes*, que for arrebatada de dentro d'agua, bastará como lastro para conter o *Mediterranense* a certa altura, além da qual não irá, graças á proporção, já sabida, em que a ascensão está para o peso. Tambem no caso contrario nenhuma attracção será exercida por taes cabos sobre o envólucro, e isto porque o peso delles *morre* n'agua.

Tudo que até aqui se disse só serve para regular a altura e o equilibrio horizontal do systema-Vaulx. Mas o seu balão é dirigivel e, portanto, passemos a vêr como e por que meio pretende o conde dar-lhe a direcção.

Para esse desiderato serviu-se o sr. de La Vaulx do apparelho inventado pelo engenheiro Henri Hervé, e denominado *desviador-lamellar*. E' este o apparelho equivalente ao leme de Dumont, e que vai imprimir ao *Mediterranense* a sua derrota para as costas de Marrocos, da Argelia ou da Tunisia. Imagi-

nem-se duas grandes cordas partidas do balão para o mar, mantidas em parallelismo por pequenas travessas que as impedem de se unir e enrolar, cada uma dellas bifurcando-se em duas, de certa distancia em deante; são pois, agora, quatro cordas desse ponto em deante, e nessas quatro cordas são passadas onze taboletas concavas, que ahi se podem mais ou menos fechar ou abrir como as taboletas de uma persiana, e inclinar neste ou naquelle sentido, conforme for manejada esta ou aquella das duas primeiras cordas. Pois tambem vão immersos n'agua os referidos *desviadores*, e o que o vento faz no leme de Dumont espera o sr. de La Vaulx que o faça a agua nos seus desviadores lamellares. Mas o leme está unido ao balão-Dumont, e este balão é alongado, — ao passo que é redondo o de La Vaulx, e mui longe fica do seu desviador immerso n'agua.

Quanto ao mais, tem ainda o *Mediterranense* um balonête compensador, e, porisso, um ventilador; tem baterias electricas, com accumuladores, para illuminação a bordo durante a noite, e para signaes convencionaes que serão transmittidos ao cruzador que tem de acompanhal-o, para soccorro, si houver disso necessidade. Levará egualmente pombos correios, que serão soltos de espaço em espaço, para trazerem á velha e gloriosa terra da França as noticias do que for succedendo na travessia.

Prompto o *Mediterranense* a 12, para a partida, o cruzador *Du Chayla* achegou-se de Toulon para, por ordem do ministerio da marinha, acompanhal-o na excursão e prestar-lhe os serviços de que precisasse.

E foi assim que nesse dia, ás 11 horas e um quarto da noite, deixou o balão do conde de La Vaulx o seu barracão da praia de Sablettes, em Toulon, e partiu pelo Mediterraneo a fóra, escoltado por aquelle cruzador. Levava a bordo quatro aeronautas de mão cheia, o conde, o seu amigo e velho companheiro de ascenções Castillon de Saint-Victor, o capitão de navio Tapissier, e Henri Hervé, o inventor do *desviador lamellar* e ao mesmo tempo antigo director do *Parque Aerostatico* de Lagoubran.

Soprava, porêm, o léste ou euro, que é vento do levante, de nascente a poente, ao passo que com certeza o que o illustre conde desejava era que soprasse o bóreas ou septentrião, que, por ser de norte a sul, cahiria justo no rumo da projectada travessía.

Deixou o conde que o *Mediterranense* fosse seguindo pela esteira do vento léste, e assim seguiu elle durante toda a noite de 12 paro 13, sempre em rumo do occidente, em aguas do golfo de Lion e não muito longe da costa. A's 9 1/2 da ma-

nhan foi lançado o *desviador*, afim de mudar a direcção de léste-oéste para o quadrante do sul, para o rumo das costas da Argelia. As noticias publicadas a este respeito foram de um laconismo extraordinario; nada disseram quanto aos resultados obtidos com o apparelho de Hervé. Só foi dito que o *Mediterranense* continuou a navegar durante o dia 13 e que ás 2 1/2 horas da tarde já avistava os cabos de Leucates e Perpignan.

Tomando-se uma carta geographica da França, vê-se que o *Mediterranense* só pôde seguir uma linha mais ou menos de lés-nordéste a oés-sudoéste, pois em relação a Toulon deve ser essa a posição geographica dos cabos francezes.

O léste continuava ininterruptamente. Desde o momento da partida já o balão vinha vindo com falta de força ascencional, devido a perda accidental de hydrogêneo, que obrigara tambem a deitar lastro fóra. A travessía tornava-se, pois, cada vez mais difficil; de modo que ficou assentado que, si até 3 1/2 da tarde não tivesse o vento mudado, seria o *Mediterranense* puxado para bordo do cruzador, afim de voltarem todos. O vento não mudou. A's 3.45 começou-se a recolhel-o para bordo do *Du Chayla*. O cruzador parou soprado pela pôpa. Os aeronautas desceram no castello de prôa do vaso de guerra, e tiveram que rasgar o balão, ainda nos ares, por meio de uma corda *ad-hoc*. Rapidamente deshydrogenado, cahiu elle ao mar antes de poder pousar no tombadilho. Levou-se então mais de uma hora a poder apanhal-o de modo que não ficasse imprestavel para outras experiencias. Terminada finalmente a operação, voltou o cruzador para Toulon , tendo sido o balão levado para o *Parque Aerostatico* de Lagoubran, de onde espera partir de novo durante a primavera vindoura.

Em todo o caso realizou o *Mediterranense* a mais demorada ascensão de que ha memoria até hoje, pois esteve nos ares por espaço de 42 horas. Só pôde empregar o *desviador* de *minima*, que lhe deu um desvio de 30 graus da linha do vento. O *desviador* de *maxima*, que lh'o daria de 70 graus, não pôde ser experimentado. Os *estabilizadores* e os *guide-ropes* funccionaram bem, e tudo, segundo se noticiou, correu de modo que auctorizou desde então a affirmar a possibilidade de uma travessía maritima por aquelle systema — corrigido e aperfeiçoado.

Ainda desta vez, porêm, não se pôde dizer que a «direcção» estava descoberta.

Neste meio tempo effectuou-se ainda uma outra ascenção na Allemanha, ascensão que, posto que de caracter extranho á dirigibilidade dos balões, merece algumas referencias.

Foi ella levada avante por Berson, physico allemão, que já tem a seu favor uma outra ascenção, em que subiu até 9.150 metros de altura, colhendo dados para a meteorologia.

Bebeu-lhe o balão 6.000 metros cubicos de hydrogêneo, posto que o seu estomago désse para 8.000. Todo esse hydrogêneo foi electrolyticamente preparado no *Parque Aerostatico Militar* do Tempelhof (Berlim), que já o fabricára para os balões dirigiveis de Schwartz e Woelfert, accondicionando-o em tubos de 100 litros cada um, á pressão de 100 atmospheras.

Berson subiu em companhia de Suring. Como o ideal era subir o mais possivel em cata de novos conhecimentos meteorologicos, e como, á proporção que mais se sobe, tambem mais intenso se vai tornando o frio, levaram elles a bordo um thermóphoro para annullar provisoriamente o inverno perpetuo das grandes altitudes do espaço. Levaram ainda balõesinhos de oxygêneo, como Crocé Spinelle e Sivel em 1874, para inhalações que os garantissem contra a morte por asphyxia.

Ascensão de interesses exclusivamente scientificos, nada lhe faltou, desde os menores até aos maiores apparelhos, todos de registro automatico, como barometros, thermometros, etc.

Foi aos 9.000 metros de altura que Berson e Suring começaram a sentir-se mal, crescendo rapidamente a falta do ar respiravel compativel com as exigencias physiologicas de ambos. Audaciosos, porêm, deixavam elles que o balão fosse subindo. Aos 10.000 metros estavam já nas imminencias de uma syncope, e então pôde ainda Berson abrir uma das valvulas do envólucro, para dar sahida ao hydrogêneo, detendo assim a subida do balão. O companheiro já estava desmaiado e, por sua vez, desmaiou elle em seguida.

O balão continuou no emtanto a subir, e assim foi indo até chegar a 10.300 metros de altitude, ponto de que não passou. Berson e Suring nada viam, desmaiados como estavam. Do momento em que perderam ao momento em que recuperaram os sentidos tinham-se exgottado 40 minutos. Attingidos os 10.300 metros, a maior altitude a que o homem tem chegado em balão, começou este a descer lentamente, até que, entrado em zona em que o oxygêneo já basta á vida, de novo restituiu os sentidos aos dous ousados navegantes.

Na ascensão-Tissandier de 1875 a bordo do *Zenith*, a maior altitude alcançada, que foi de 10.000 metros, custou a vida a Crocé Spinelli e Sivel — fulminados por asphyxia. Agora Berson

e Suring vão além 300 metros, ficam em desmaio 40 minutos — e voltam vivos.

Todas estas cousas são novas conquistas da sciencia, e ninguem sabe até onde irão essas conquistas.

Mas, operada a descida, verificou-se que o thermometro centigrado tinha descido 40 graus abaixo de zero. Para a altitude de 10.300 metros, 40 graus indicam temperatura relativamente alta, — pois, em circumstancias mais ou menos identicas, bem mais baixas temperaturas têm sido registradas em thermometros levados aos ares por papagaios ou pandorgas.

Já então reparado o *Dumont VI*, para experimental-o de novo, esperava o seu inventor que melhorasse o tempo em Pariz, — pois o outono ia correndo com chuvinha impertinente e massadora.

Por causa de tal chuvinha, a 15 deste mez principiara elle uma experiencia que não póde ser terminada.

A 16, quarta-feira, annunciaram os jornaes que a ascensão para a conquista do premio seria dentro de poucos dias.

A 17 o aeronauta Latruffe atravessou o mar da Mancha em um aerostato de sua invenção.

Muitas vezes tem aquelle mar sido atravessado da França para a Inglaterra, e vice-versa, e nem porisso ficou descoberta a dirigibilidade dos balões.

Parece que Latruffe não conseguiu mais do que os seus antecessores na tal travessia, — pois nada se disse de importante a tal respeito.

Na *Academia Aerostatica Militar* de Meudon, mantida pelo governo francez, está recebendo a ultima demão (—já agora se sabe—) um novo aerostato dirigivel dos irmãos Renard, illustres directores daquelle parque e não menos illustres rivaes de Dumont.

Com effeito, foram principalmente as opiniões delles sobre o systema-Dumont que serviram de finca-pé á má vontade que existiu, ingloria e por um momento, contra as conquistas realizadas pelo aeronauta brazileiro. Em torno dessas opiniões, emittidas por velhos e experimentados profissionaes, foi que se alistaram, ainda que não francamente, nomes como os de Parville, homens como o conde de Dion, e revistas como a *Nature* e a

Revue Scientifique, as quaes, si não abriram campanha, comtudo se revelaram como adversarias em pequenas phrases mui significativas, intercaladas, aqui e acolá, no texto das noticias que iam dando das ascensões.

Para Renard, o balão-Dumont ainda não era dirigivel, porque *não deitava 12 1/2 metros por segundo de encontro ao vento.* O illustre aeronauta chegou a esta convicção depois de calculos complicados sobre a velocidade dos ventos reinantes em Chalais-Meudon, velocidade já medida, e cujos extremos ficam entre a *minima* de 9 e a *maxima* de 162 kilometros por hora, *maxima* esta que só foi verificada uma e unica vez durante uma longuissima observação de 11.649 horas. Para Renard, pois, o balão que deitar 12 1/2 metros por segundo será dirigivel, porque, em 1.000 vezes, poderá navegar 815 em todos os sentidos, — isso mesmo si sustentar essa velocidade (correspondente a 46 kilometros por hora) durante um dia inteiro.

Mas, como já se disse atraz, a questão é de proporção, de fórmula, dado o SYSTEMA-DUMONT. Acceita como verdadeira a affirmação do director do *Parque de Meudon*, ella só será valida no que se refere a aperfeiçoamentos que só poderão vir depois.

E' verdade que, quando Renard disse isso no *Echo de Paris*, Dumont só tinha a seu favor as experiencias de 12 e 13 de Julho, que lá não foram encaradas como definitivas em relação á dirigibilidade.

Dada a competencia dos irmãos Renard, e sabido agora que ha em Meudon um balão prestes a largar o primeiro vôo, tudo é licito esperar de tal empresa.

Este novo balão é o resultado de 17 longos annos de estudos secretos, — pois é esse o lapso de tempo decorrido depois das celebres experiencias do *França* em 1884.

Submettido a reparos em seu barracão de Saint-Cloud, estava agora completamente prompto o *Dumont VI*, e annunciada a ascensão official para sabbado, 19 do corrente.

E' quasi certo que o leme e o motor tenham passado pelas modificações a que Dumont se referiu ao descer a Longchamps no dia da sua ultima ascensão, que foi a 6 de Setembro.

A «Commissão Julgadora» do *Aéro-Club* calou-se relativamente á carta-protesto do aeronauta brazileiro; mantem, portanto, as innovações feitas nas clausulas do concurso. Tambem Dumont mantem por seu lado o que affirmou: — correrá tendo em vista unica e exclusivamente as clausulas primitivas, unicas que julga válidas.

V

CONSAGRAÇÃO DO TRIUMPHO

(— 19 DE OUTUBRO DE 1901 —)

Era um sabbado.

O dia amanhecera enfarruscado, porêm calmo. Nuvens pardacentas, aqui mais claras, alli mais escuras, forravam toda a abobada celeste da capital franceza.

A ascensão estava annunciada para as 2 horas e 40 minutos da tarde, e, mais ainda do que das outras vezes, o povo se derrama ao longo do trajecto que ia ser feito pelo aeronauta brazileiro. As collinas de Auteuil e Longchamps, as immediações do Bosque de Bolonha, o Palacio do Trocadero, o Campo de Marte, as eminencias de Saint-Cloud, as circumvisinhanças e as plataformas da Torre Eiffel — estão cheias de milhares de assistentes. Motocyclos, bicyclêtas, automoveis, carros de praça e particulares vêm chegando, vão tomando logar, e já se contam por centenares. Pariz vai assistir a um espectaculo novo, jamais visto, jamais sentido no mundo. Estes, profissionaes, aquelles, amadores, — photographos se postam por toda a parte ao longo do itinerario que tem de ser seguido pelo *Dumont VI*, e já tomam posição e se preparam para, em «instantaneos» artis-

ticos, fixar em suas chapas, como um documento incontestavel, toda a extraordinaria successão daquelle atribulado trajecto, que será dentro em breve convertido em *via gloriosa*.

Henry Deutsch, o illustre doador, está presente. Homens de sciencia, engenheiros de casas industriaes, altas patentes do exercito, todos comparecem, querem todos verificar mais uma vez que Dumont descobriu a *dirigibilidade* dos balões.

Lá está, no recinto do *Parque*, em Saint-Cloud, entre os convidados illustres, a ex-princeza Isabel, condessa d'Eu, distincta senhora brazileira, que os altos destinos de nossa patria impediram de iniciar o terceiro reinado. Acto de elevada belleza moral, não quiz a nossa patricia que o seu coração estivesse ausente no grande momento da victoria definitiva da patria, — dessa victoria ganha em estrepitoso triumpho na mais importante, mais rumorosa e mais viva de todas as cidades do mundo.

Membros destacados pela «Commissão Julgadora», para fiscalizar a ascensão, tambem já lá se achavam a tempo o marquez Alberto de Dion, presidente do *Aéro-Club*, Emmanuel Aimé, secretario geral, Georges Besançon e Wilfrid de Fonvielle. Foi tambem notada antes da partida a honrosa presença de homens do valor de J. Duleau, Mercier, Mauricio Farman, Jean Laffite, Tatin e outros.

Já o Acqueducto do Avre está coalhado de povo, e o mesmo se vai dando pelas ribas do Senna, ao passo que no recinto do *Parque* e por fóra delle já quasi ninguem se póde mover, de tão compacta que é a multidão.

Tinha cahido o sudoéste, vento que até certo ponto favorecia o vôo de ida, e que por isso mesmo seria contrario ao de volta. Isso, porém, pouco importava a Dumont.

O momento approxima-se.

Estão todos a postos, de chronometro em punho. São quasi *2 horas e 42 minutos da tarde* e só se espera que o ponteiro marque exacto aquelle minuto.

Vai ser a 23.ª ascensão feita por Dumont nestes ultimos 4 mezes, isto é, de 12 de Julho para cá.

Desta vez o seu *guide-rope* tem 100 metros de comprimento.

Mas eis que o ponteiro chega ao instante da partida.

— Prompto, dizem os fiscaes.

— Larguem!, ordena Dumont.

E o *Dumont VI* partiu nesse momento justo, aprumando-se logo nos ares, leve e desembaraçado como um passaro, e, como um passaro, — senhor do espaço! A sua velocidade passou logo

de 5 a 6, e de 6 a bem mais de 7 metros por segundo, e em 9 minutos já chegava elle á Torre e a contornava pelo lado do norte, victoriado em toda a extensão desse trajecto de 5 1/2 kilometros. Manteve em toda a ida, póde-se dizer, a velocidade de 7 metros por segundo, jámais alcançada por nenhum outro aeronauta.

Contornada a torre pelo angulo do norte, entrou o *Dumont VI* a voar de encontro á violencia do sudoéste, violencia que lhe reduziu a velocidade a 6.^{m}20 centimetros; perdia, pois, 80 centimetros por segundo. Si na ida deitou elle 420 metros por minuto, quasi 25 kilometros por hora, agora só deitava 372 metros por minuto ou 22 kilometros e um terço por hora.

Soprava então o sudoéste a 5 1/2 metros por segundo, velocidade registrada pelos anemometros do Torre Eiffel, velocidade que dá 330 metros por minuto ou 19.800 por hora. Convem insistir neste ponto, porque devem todos lembrar-se que em 1884-85, nas então notabilissimas experiencias aerostaticas dos coroneis Renard e Krebs, o mais que o balão *França* conseguiu (e isso mesmo sem direcção prévia) foi uma velocidade na proporção de 15 kilometros por hora, quando o vento era de 8 kilometros para o mesmo tempo. Quer isso dizer que, então, soprava aquelle vento a 2^{m},22 por segundo, e se movia o *França* a 4^{m},10 tambem para o mesmo tempo. Comparados os dous termos, velocidade dos *respectivos ventos* e velocidade dos *respectivos balões*, vê-se que o vento enfrentado pelo *Dumont VI* era de mais 3^{m},28 por segundo que o enfrentado pelo *França*, — e que a velocidade desenvolvida pelo *Dumont* foi, na mesma fracção de tempo, de 2^{m},90 a mais que a do dito *França*. Sem vento, o *França* chegou á velocidade maxima de 6 metros por segundo; mas, como foi *sem vento*, não póde essa velocidade ser comparada á do *Dumont VI*, ganha *contra o vento*.

As cifras falam, pois, bem alto a favor do glorioso aeronauta brazileiro.

Accresce que, para o notavel engenheiro francez Charles Armengaud, nome de reputação scientifica universal, a velocidade do *Dumont VI*, de encontro aos 5 1/2 metros de vento, por segundo, foi tal, na volta, que importaria em uma velocidade normal de 8 metros por segundo ou 480 por minuto, — quasi 29 kilometros por hora.

Quanta gloria, porém, no vencer o vento apenas a 6^{m},20 por segundo, na média, dominando-o no valle do Senna, rompendo-o como um passaro! Sem o sudoéste, todo o percurso teria sido feito em 19 minutos. Com elle, mais dez e meio vão se exgottar da Torre ao *Parque* de Saint-Cloud, sommando tudo 29 e meio minutos.

A viagem foi feita em fórma de oito deitado (∞), como se vê do desenho aqui intercalado.

De volta, rompendo o vento, o *Dumont VI* passou garboso e firme por cima de Auteuil e por cima de Longchamps, vibrando ás acclamações de milhares de boccas.

Todos percebem que o Grande Premio vai ser incontestavelmente ganho. O enthusiasmo é enorme, e a immensa multidão não se contém no fremito que lhe sacode a alma collectiva.

O *Dumont VI* vem crescendo nos ares; approxima-se, — fica cada vez maior. Vê-se que a sua velocidade é grande e que elle já vem vindo como um triumphador. Já se lhe avista perfeitamente o *guide-rope*, solto obliquamente nos ares, por causa da velocidade com que é arrastado, muito maior agora, que o balão está chegando. No *Parque* e em seus arredores, a agitação, o enthusiasmo da massa popular toca ao apogêu no momento em que, firme e intrepido, dominador e magestoso como a propria personificação da gloria, triumphalmente penetra o *Dumont VI* na área atmospherica do *Parque* de Saint Cloud e, em linha de sudéste, rapido a transpõe como uma setta encantada.

Eram justamente *3 horas, 11 minutos e 30 segundos da tarde.*

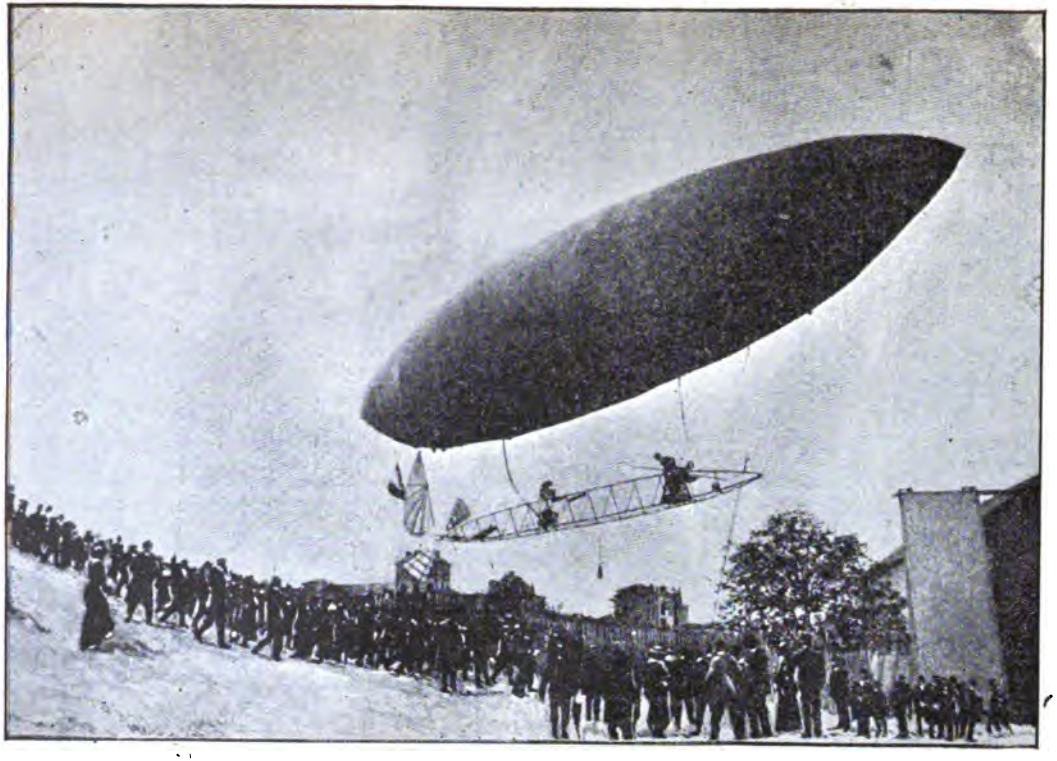
Nesse momento o enthusiasmo converteu-se em delirio. Todas as boccas tomaram parte na victoria. Lenços, chapéus, agitaram-se por cima de todas as cabeças, que se contavam por milhares. Dir-se-ia que uma corrente electrica vibrava na alma popular, tão intima e intuitivamente interessada na resolução do grande problema. Hurrahs, palmas, vivas, bravos, atroavam os ares numa glorificação sem exemplo em Pariz, e que tocava ás raias da apothéose.

Dumont acabava de levantar os 100.000 francos num extraordinario e triumphante esforço definitivo.

Todo o percurso fora feito em 29 MINUTOS E 30 SEGUNDOS.

Ao ser o *Parque* atravessado pelo balão, Zaberer, apesar da grande velocidade da chegada, tentou e conseguiu levar-lhe a mão ao *guide-rope;* largou-o, porêm, no mesmo momento — para não ser atirado a uma excavação feita logo adeante, e que servia de deposito aos residuos do hydrogêneo fabricado, havia pouco, para aquelle mesmo balão. A pegadéla de Zaberer foi amplamente testemunhada. Tambem se verificou que a ponta do *guide-rope* foi arrastada por cima dos ditos residuos num momento em que o *Dumont VI* baixou mais um pouco em seu vôo sobranceiro ao *Parque;* pois não só deixara nelles o sulco da passagem, como tambem o signal da mesma no tecto do barracão-Dumont, quando por cima delle passara egualmente arrastado.

Transposto o recinto, imprimiu o aeronauta ao seu glorioso



Chegada do "DUMONT VI" a Saint-Cloud

corcel aéreo uma perfeita curva no rumo de sul, norte e noroéste, durante a qual foi diminuindo a velocidade, até que de novo entrou elle no *Parque* pela linha de noroéste, e ahi foi detido, pelo *guide-rope*, por Jeronymo e mais quatro ajudantes, no pequeno espaço intermediario aos dous barracões de Deutsch e de Dumont. Tudo isto foi feito debaixo de uma tempestade de applausos. Dumont gastara nessa curva 1 minuto e 10 segundos, tempo que, como todos comprehendem, não deve ser levado á conta do concurso.

As acclamações succediam-se, unificavam-se num clangor marcial e sem tréguas, e céus e terra se impregnavam dessa contínua e estupenda glorificação, em que tomavam parte as senhoras que lá se achavam, batendo-lhe palmas e cobrindo-o de flores.

Eram justamente *3 horas, 12 minutos e 40 segundos*, quando Dumont, reclinado da barquinha e já prompto para saltar em terra, perguntou á «Commissão» que tempo tinha gasto.

— 30 MINUTOS E 40 SEGUNDOS, respondeu-lhe o conde Alberto de Dion, indicando, com esta resposta, que estava disposto a fazer valer as modificações indevidamente introduzidas nas clausulas do concurso.

E dizem as chronicas de então que o que se deu naquelle momento, como protesto, por parte do povo, e tambem como acclamação, foi indescriptivel, colossal, nunca visto.

O generoso Deutsch approximou-se e, abraçando a Dumont, que já tinha saltado da barquinha e que era carregado pelo povo, disse:

— *O sr. ganhou o premio.*

As senhoras cobriram-no de flores novamente, e nada mais se pôde ouvir, tal o barulho das palmas e das acclamações.

Era um delirio por toda a parte e, no emtanto, a attitude de Dumont era humilde e calma no meio daquelle formigueiro humano, que o victoriava, protestando a plenos pulmões contra a significativa resposta do conde. — Ninguem lhe notava na physionomia uma sombra siquer de despeito ou desanimo. A sua resignação era sem termos, exactamente como a sua tenacidade. Immovel, os braços cruzados no peito, a cabeça um pouco inclinada para deante, como quem escuta, pequeno em sua estatura physica (—1^{m}, 60, só pesando 50 kilos—) e tão grande na moral e na intellectual — elle parecia ausente de si mesmo, noutros climas, noutros mundos, pensando, reflectindo, emquanto o delirio dos applausos passava retumbando nos ares.

— *Parto já; vou tentar de novo*, disse elle, na primeira opportunidade.

Era isso de mais para o generoso e intelligente povo de Pariz, que se levantou como um leão, e não consentiu que elle o fizesse.

— *Não parte!*, gritavam. *Está ganho! E' de mais! Não parte!*

E todos se referiam ao texto primitivo, segundo o qual Dumont ganhara por meio minuto.

Isto verificado, só então disse elle que realmente havia ganho o premio, e que, si lh'o negassem, os prejudicados seriam, como em tempo o dissera, os pobres de Pariz e os seus auxiliares.

E o clamor popular cresceu de novo, tempestuosamente, em defesa da brilhantissima e incontestavel victoria do nosso compatriota.

Neste meio tempo, os membros-fiscaes se foram retirando, cada qual com as suas notas. Tinha havido entre elles azeda discussão, e retiravam-se agora, cada qual com a sua opinião pessoal, sem ter sido possivel haver qualquer accôrdo.

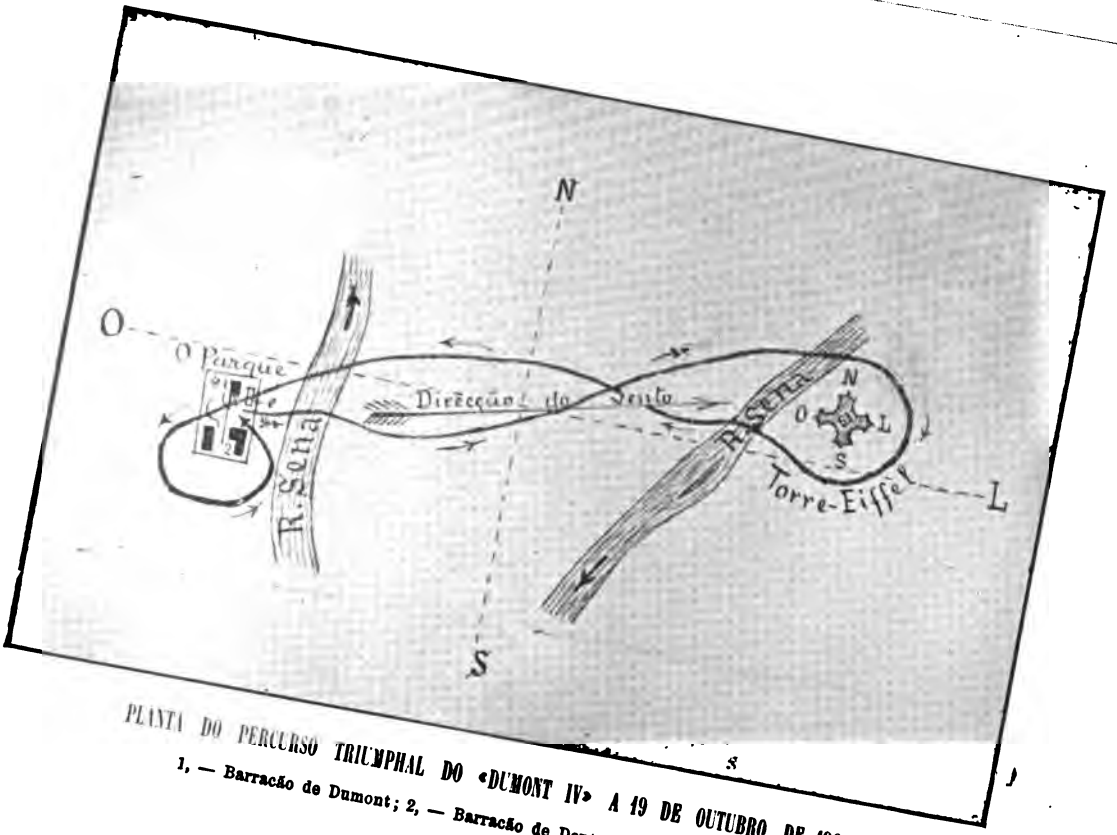
A sentença não estava lavrada, e nem elles o poderiam fazer antes de ser a cousa discutida em assembléia geral do *Aéro-Club*. E, como o prazo do concurso ia até 31 de Outubro, soube-se que a « Commissão » só se pronunciaria nos primeiros dias de Novembro, porque (e procedia correctamente) era presumivel que ainda alguem quizesse talvez apresentar-se com tempo de disputar o referido premio, presumpção que não podia ser desprezada, porque então se decidiria do concurso antes de terminado o dito prazo, e em prejuizo de possiveis concorrentes.

Correcta neste ponto, como fora incorrecta a «Commissão» no extremo opposto, quando, em plena vigencia do prazo, assentou de alterar para mais difficeis as condições do concurso!

Nessa mesma tarde, no dia seguinte e em todos os outros dias, manifestou-se a imprensa de Pariz francamente favoravel a Dumont e hostil á «Commissão Julgadora». Era a alma nobre e justiceira da velha França, falando mais uma vez pela penna dos seus melhores representantes.

Durante alguns dias foi esse o grande assumpto da imprensa pariziense.

Deutsch continuava a entender que o premio fôra ganho, e,



PLANTA DO PERCURSO TRIUMPHAL DO «DUMONT IV» A 19 DE OUTUBRO DE 1901

1, — Barracão de Dumont; 2, — Barracão de Deutsch, e *e*, — Excavação

por fóra, offerecera a Santos Dumont 25.000 francos para elle os distribuir pelos pobres de Pariz. Satisfeito da victoria, aproveitava assim a opportunidade para que tambem se cumprisse, ao menos em parte, o humanitario desejo do illustre brazileiro.

Como cresce no coração de todos a sympathica figura deste homem tantas vezes millionario, cujo nome ficou indelevelmente preso ao de Dumont, — eternamente ligado á luminosa descoberta da dirigibilidade dos balões!

Dumont, porêm, agradeceu, esquivando-se.

Na tarde deste mesmo dia publicou o *Auto-Vélo* um numero especial, illustrado, sobre o grande acontecimento, — e, posto á venda ás 5 horas, ás 6 já tinham sido vendidos 70.000 exemplares! Dias depois tambem a *Vie au Grand Air* dava uma collossal edição cosmopolita, illustrada, escripta em 5 linguas e, narrando por imagens toda a evolução da conquista-Dumont. Só num dia foram vendidos 110.000 numeros da edição tirada em francez.

Todos estes factos gritam bem alto o incontestavel valor do nosso illustre compatriota.

Os ultimos dias de Outubro não chegaram para os protestos, para a leitura de milhares de milhares de telegrammas e de cartas de felicitações, que de todas as partes vinham chegando a Dumont, da Europa e da America.

Um dos primeiros e dos mais gratos telegrammas foi por certo o que lhe enviou o presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, dr. *Manoel Ferraz de* Campos Salles, interpretando os sentimentos do povo brazileiro. O nosso Congresso Nacional (Camara e Senado federaes) procedeu do mesmo modo. Corporações scientificas brazileiras, assembléias legislativas dos Estados da União, presidentes, governadores, particulares, tambem felicitaram o notavel brazileiro.

A imprensa de Pariz continuava a affirmar unanimemente que seria uma clamorosa injustiça si o julgamento fosse o indicado pela resposta do conde Albert de Dion, presidente do *Aéro-Club*.

Neste meio tempo foi Pariz innundado por um verdadeiro diluvio de pequenos objectos do genero — *bibelots* — , representando os aerostatos e as façanhas de Dumont, e que eram vendidos nos buleváres. As artes graphicas puzeram por seu lado em circulação outro diluvio de cartões postaes finamente illustrados, representando, desde o inicio até á victoria definitiva, as phases

mais salientes, os passos cada vez mais triumphantes da luminosissima *via gloriosa* percorrida pelo immortal brazileiro em 3 annos e 16 dias, — que tanto foi o espaço de tempo decorrido entre a primeira ascenção do «*Brazil*» a 4 de Julho de 1898, e a ultima, do *Dumont VI*, a 19 de Outubro de 1901.

O principe Roland Bonaparte, presidente do jury, presidente da «Commissão Julgadora», chegou a publicar que, si fosse necessario, levaria a questão aos tribunaes, para que ficasse provado (no caso de ser negado o premio) que faltava competencia á «Commissão», porque 3 de seus membros tambem queriam concorrer ao premio e para isso trabalhavam; e para que tambem ficasse demonstrado que as alterações das clausulas só tiveram por fim impedir que o premio fosse parar ás mãos de Dumont; — pois a «Commissão» que *alterou*, no correr do concurso, foi a mesma que *traçou* as clausulas *primitivas*.

Como este trabalho é feito especialmente para, a titulo de noticia, ficar guardado nesta revista do nosso *Instituto Historico*, vale a pena registrar aqui o que disse aquelle principe, que, além de ser um perfeito homem de bem, é um dos mais estimados homens de sciencia da França.

Menos resumidamente, disse elle o seguinte, que foi publicado por diversos jornaes;

> Que a *Commissão Scientifica* do *Aéro-Club* nada tinha absolutamente com a administração do mesmo, — visto que fôra exclusivamente creada para pronunciar-se sobre assumptos technicos. Elle, principe, empenhara-se para que a dotassem de organização tal, que, superior a entrigas e mexericos, os pareceres della fossem a absoluta expressão da justiça. A diversos membros da Academia de Sciencias pedira elle que fizessem parte da referida *Commissão*, tendo annuido a esse pedido os academicos *E. Mascart*, *Cailletet*, *Violle* e *Bouquet de La Grye*.
>
> Quanto a competencia, a *Commissão* tinha-a toda, contando entre os seus membros homens como o conde de *La Vaulx*, *Fonvielle*, de *La Baume Pluvinel*, *Castillon de Saint Victor*, *Delandre* e outros, todos especialistas em materia de aerostação. — Os irmãos Renard iriam egualmente fazer parte della.
>
> Ao dizer-lhe Deutsch que pretendia instituir o premio de 100.000 francos, applaudira a idéa com enthusiasmo, porque della só poderiam advir grandes

beneficios para a navegação aérea. E quanto não se devia a Deutsch, por ter instituido o premio!?

Dados os 100.000 francos, teve a *Commissão* que estabelecer as condicões do concurso, e então o fez em termos um tanto vagos, o que até certo ponto fôra desculpavel, porque, nessa epocha, ninguem pensava que tão cedo se pudesse contornar a Torre Eiffel, — principal condição do concurso. Tambem não ficara determinado o que seria o momento physico da partida e da chegada; e, mais tarde, quando Henry Deutsch pediu á «Commissão» que definisse o que era *momento da partida* e *momento da chegada*, no PARQUE, — só o fez quando, após os primeiros successos de Dumont, começaram todos a perceber que já não estava muito longe o fiel cumprimento das condições do programma.

Acreditando que seus collegas da *Commissão* pensavam do mesmo modo que elle, entendia que AS NOVAS CONDIÇÕES PROMULGADAS SÓ DEVERIAM ENTRAR EM VIGOR NO ANNO SEGUINTE, prevalecendo neste (1901) o texto antigo, — porque o concurso tinha sido aberto antes de taes innovações.

Desde, pois, que se guiassem pelo velho texto, claro ficava que Dumont preenchera as condições, coisa que ninguem poderia contestar, porque o tempo (*officialmente* marcado) gasto entre ida (partida do balão) e volta (sua chegada acima do parque) fôra só de *29 minutos* e *15 segundos*.

Não tinha assistido á prova do dia 19, por não lhe ter chegado em tempo o officio que para isso o convocava. Entretanto soubera por alguns collegas da *Commissão* que o *guide-rope*, á chegada do balão, tinha passado de arrasto pelo tecto do barracão. Não tinha visto, — não podia garantir; mas si era verdade, Dumont ganhara mesmo perante a lettra do novo texto; — pois era perfeitamente admissivel que lhe tivesse deitado a mão quemquer que lá se achasse.

Dados esses motivos, a sua opinião era que Dumont TINHA GANHO O PREMIO-DEUSTSCH. Estivera com o proprio Deustsch na manhan daquelle dia, e Deustsch era da opinião delle, tendo dito que *não concebia outro modo de ganhar o premio.* — Si o doador pensava assim, porque haveriam de ser

elles então mais realistas que o rei? Ninguem ignorava que, no applicar as leis, mandava a praxe que tal se fizesse de conformidade com a intenção do legislador.

Até aqui, razões de facto.

Agora, razões moraes:

— Devia-se ter em vista a personalidade de Dumont. Moço, era elle um grande iniciador, que sabia dar a suas idéas admiravel desenvolvimento; obrigara o publico a prestar attenção ás suas tentativas; mettera em brio os investigadores, e creara uma emulação sem exemplo até áquella data. Com que apaixonado interesse não o fitava o mundo inteiro! Não se deviam esquecer dos interminaveis artigos de columnas e columnas, que, após a sua quéda, lhe tinham sido consagrados pela imprensa da Inglaterra, dos Estados Unidos do Norte e de muitos outros paizes. Fôra uma quéda que dera para encher duas columnas do *Times*.

Temerariamente intrepido, elle arriscara constantemente a propria vida, impondo-se á maior e á mais ampla admiração. Só isso quanto não valia em Aeronautica?, onde, a cada passo, os calculos da theoria são desmentidos pela pratica.

Carradas de razão tivera, pois, o povo francez ao se deixar seduzir pelo joven aeronauta, — pois para esse povo nada havia que mais o seduzisse do que a bravura e a audacia.

O illustre Luiz Renard veiu mais uma vez pelas columnas de *La Patrie* do dia 22, sustentado pelo conde de Dion no seu modo de ver. Ninguem ligou importancia áquella teimosia, e até houve jornaes que os metteram a ridiculo, como, por exemplo, *La Lanterne*, de Rochefort, — tanto mais quanto é certo que (segundo *La Nature*):

— *no proprio dia 19 de Outubro, no momento justo em que Dumont contornava em triumpho a Torre Eiffel, tambem fôra visto o novo balão dos irmãos Renard fazendo as suas primeiras experiencias ao ar livre, em pleno* PARQUE MILITAR DE CHALAIS-MEUDON, *sem que até então se tivesse tido noticia alguma dos resultados.*

No emtanto, Dumont já não bastava para os almoços e jantares que lhe eram offerecidos, e por toda a parte o cercavam das mais honrosas distincções. Era uma festa perenne, uma glorificação sem termos, e em que tomavam parte não só a nata da sociedade pariziense, como a dos extrangeiros de todas as outras nações, domiciliados em Pariz. As numerosas revistas illustradas daquella capital pejaram-se de illustrações referentes á grande victoria alcançada por nosso compatriota no memoravel *19 de Outubro*, e as revistas particulares, de desporto, de velocipédia e de aerostação, tambem deram numeros especiaes, cujas tiragens, elevadas a cifras gigantescas, eram exgottadas em pouco tempo.

Dumont ficou sendo o homem mais conhecido, mais popular de Pariz. A phototypia o espalhou por toda a parte. A pequena industria dos inventores popularizou-lhe dentro em pouco o *Dumont VI* em graciosas e leves miniaturas, — balõesinhos fluctuantes, que o celebre *camelot* da grande cidade soltava e vendia pelas ruas e pelos buleváres.

Finalmente publicaram os jornaes que a «Commissão Julgadora» se reuniria a 4 de Novembro, e que nessa data seria officialmente pronunciada a sentença.

Já o millionario Osiris tinha, porém, offerecido a Dumont os 100.000 francos, si a «Commissão» lh'os negasse. — Já o notavel engenheiro que ligou seu nome á Torre Eiffel havia tambem proposto que se cunhasse (e a proposta fora acceita) uma medalha especial de ouro, para ser offerecida a Dumont, medalha de commemoração ao triumpho de 19 do corrente, e egual á que o dito engenheiro offerecera aos imperadores da Russia quando estiveram recentemente em Pariz. Essa medalha teria no anverso uma miniatura da Torre Eiffel, esculpida em alto relevo, e no reverso uma allegoria ao Trabalho. — Já a *Sociedade Franceza de Navegação Aérea* se tinha tambem reunido sob a presidencia do principe Roland Bonaparte, numa franca attitude de censura á despeitada minoria do *Aéro-Club*.

Agora annuncía a imprensa que, dentro em breve, concluirá Dumont o plano de um novo balão em que fará a travessía de Nice á Corsega, no Mediterraneo. Por meio de travessías no Mediterraneo vai elle habilitar-se a transpor os grandes mares do globo. Esse balão que, como os outros, será construido pela *Casa-Lachambre*, ficará prompto em fins de Janeiro ou principios de Fevereiro, e estreará immediatamente, porque, brando, o inverno do Mediterraneo deve até ser favoravel ás ascensões. Logo

que tal noticia se espalhou, foi offerecido a Dumont pelo principe de Monaco (1) não só um terreno a beira-mar, para o barracão destinado ao novo aerostato, como tambem o seu iáte, que bons serviços lhe deverá prestar por occasião da travessía.

No ultimo dia de Outubro, em sessão solemne da *Conference Ampère* então reaberta, e sob a presidencia de Dumont, falava o engenheiro Emmanuel Aimé sobre a navegação aérea no seculo 20, tendo um auditorio de mais de 2.000 mil pessoas selectas, entre as quaes figuravam grandes notabilidades do mundo scientifico. A obra aerostatica de Dumont foi o eixo em torno do qual architectou Aimé o seu brilhante discurso, completo como analyse e como critica. Aimé demonstrou que, relativamente á navegação aérea, Dumont fora o «decifrador do enigma».

Estava, pois, terminado o prazo do concurso. Agora tinha a «Commissão Julgadora» que se reunir e lavrar a sentença, já tão impacientemente esperada, e cuja demora provocava nos arraiaes aeronauticos um continuo mal estar.

Eis em ordem alphabetica os 28 membros da

COMMISSÃO JULGADORA

(— O conde (2) Albert de Dion, membro do *Automovel-Club*, e cujo nome está ligado a todos os generos de desporto existentes em Paris — toma parte nos debates, na sua qualidade de presidente do *Aéro-Club*).

1, — Angot, *OIP*, *CLH*, *MTC* (3);

2, ∇, (—), — Arsonval (Arsène D'—) *CLH*, antigo preparador de Claude Bernard, professor de physica biologica no Collegio de França;

---

(1) — O pequeno principado de Monaco, que não chega a ter quatro leguas quadradas, e cuja capital, do mesmo nome, é porto do Mediterraneo, está encravado no departamento dos Alpes Maritimos, e pouco dista de Nice, capital daquelle departamento.

(2) — E' possivel que até aqui se tenha escripto ora *conde*, ora *marques* Albert de Dion, dúvida proveniente das revistas francesas consultadas, onde figuram os dous titulos. Ao chegar a este ponto do trabalho, pôde-se, porêm, verificar no PARIS-HACHETTE, *Annuario Illustrado de Paris, de 1899*, que o titulo de *marques* pertence a Dion (simplesmente) e o de *conde* a Albert de Dion.

(3) Para evitar fastidiosas repetições, os signaes seguintes, antepostos aos nomes proprios, significam:

3, — Ballif (São conhecidos em Pariz dois *Ballifs;* — ambos são *MAC*, mas um delles é presidente do *Touring-Club);*

4, — Besançon (Georges —), *CLH*, chefe da 2.ª divisão da prefeitura de policia, *OIP*, e director do *Aeróphilo*;

5, ∇, (—), — Bouquet de La Grye (Jean Jacques Anatole —), *ComLH*, notavel engenheiro hydrographo, nascido em 1827 e que desde 1853 illumina a engenharia franceza com os seus serviços officiaes ou não; da cadeira de geographia e navegação; — *OIP;*

6, ∇, (—), — Cailletet (Louis Paul —), *OLH*, um dos nomes de maior prestigio no mundo da sciencia; physico e chimico, deve-se-lhe a liquefacção dos gazes;

7, — Castillon de Saint-Victor, mathematico e aeronauta; *MAC;*

8, — Chasseloup-Laubat, *CLH;*

9, — Delandres;

10, — Ducasse (Henry? —), *MAC;*

11, (—), — Emmanuel Aimé, *MAC*, engenheiro, e secretario do *Aéro-Club;*

12, — Henocque (Deve ser o Dr. Albert Henocque, *CLH*, Director-Adjuncto do Laboratorio de Physica Biologica do *Collegio de França*, e *OIP;*

∇, — Do INSTITUTO DE FRANÇA; — membro da *Academia de Sciencias;*
CLH, — Cavalleiro da *Legião de Honra*;
OIP, — Official de Instrucção Publica;
(—), — Voton pela entrega do premio;
ComLH, — Commendador da Legião de Honra;
MAC, — Membro do *Automovel-Club;*
(÷÷), — Não compareceu á sessão;
OLH, — Official da *Legião de Honra*; e
MTC, — Membro do *Touring-Club.*

13, (—), — Henry Deutsch, *CLH*, philantropo instituidor do premio de 100.000 francos;

14, (∺), — Jacques Faure, *MAC;*

15, ∇, (—), — Jules Violle, *OLH*, da cadeira de physica geral, e professor de physica da *Eschola Normal;*

16, (∺), — La Baume-Pluvinel, *MAC* e de numerosas outras sociedades desportivas;

17, — La Vaulx (Conde Henri de —), aeronauta e scientista conhecido;

18, — La Valett (?);

19, (—), — Lebaudy (Robert —), vice-presidente do *Aéro-Club*, desportista dos mais notaveis de Pariz (Veiu expressamente de Vienna, para dar o seu voto a Dumont;

20, (∺), — Louis Olivier (Ha um official da *Academia de Sciencias* com este nome, e que é ao mesmo tempo official de reserva do exercito);

21, ∇, (—), — Marey (Etienne —), *ComLH*, nome universalmente conhecido; — da cadeira de medicina e cirurgia;

22, ∇, (—), — Mascart (Eleutherio —), *ComLH*, mathematico e electricista de grande nomeada; da cadeira de physica geral e director do *Bureau Central de Meteorologie* do Instituto;

23, — Perchat (?);

24, (—), — Roland Bonaparte (Sua Alteza Real o Principe —), *MAC*, conhecido scientista francez e presidente desta « Commissão »;

25, (—), — Teisserenc de Bort (Edmundo —), director do *Observatorio de Trapes*, *CLH*, official da *Academia de Sciencias*; varias condecorações por merito;

26, — Tuile (?);

27, (—), — Vallot (J. —) official da *Academia de Sciencias*, director do *Observatorio do Monte Branco;* e

28, (—), Wilfrid de Fonvielle, publicista e homem de sciencia, tido como grande auctoridade em Aeronautica.

A esses homens, todos importantes sob qualquer ponto de vista, quer como representantes officiaes ou não da sciencia, quer como profissionaes na materia de que se trata, — a esses homens é que está entregue o veredícto que vai ser pronunciado a 4 de Novembro.

Novembro, 4. — A assembléia especial, convocada para conferir ou negar o premio a Dumont, estava marcada para as 4 horas da tarde, e a cousa seria resolvida em sessão secreta, nos grandes salões da *Sociedade de Acclimação*, cujo edificio é na rua de Lille n. 41.

Muito antes, porém, da hora, já o transito daquella rua começava a ser difficultado pelo povo, por carros e automoveis que lá se iam postando á espera da decisão.

A' sessão, a que, por força maior, deixaram de comparecer (⁜) 4 dos membros acima enumerados, ficando o jury reduzido a 24, começou ás 4 1/2 horas da tarde e terminou ás 8.

Apesar de secreta, soube-se o que lá se passou; tanto que Blowitz, correspondente do *Times* (de Londres) em Pariz, mandou telegraphicamente para aquelle jornal o resumo da sessão, o qual, por sua vez, foi transmittido a 5 para o *Jornal do Commercio*, que o publicou a 6.

Tinham sido approvadas duas propostas, as quaes seriam discutidas e sobre as quaes se segueria então a votação.

I. — A *proposta-Mascart*, que dizia simplesmente:

> — « A *Commissão Scientifica* de Aerostação do *Aéro-Club* confere o premio-Deutsch ao sr. Santos Dumont ».

II. — A *proposta-Chasseloup-Laubat*, regida do seguinte modo:

— A *Commissão Scientifica* do *Aéro-Club* confere o premio-Deutsch ao sr. Santos Dumont, apesar de não ter elle satisfeito as condições impostas pelo Regulamento.

A discussão foi travada entre Emmanuel Aimé, Marey, Mascart, Fonvielle e Deustsch, de um lado, contra o conde de Dion, Delandres e Chasseloup-Laubat, do outro, representando a minoria contraria a Dumont.

Concediam alguns delles que se lhe désse um premio pelo muito que tinha feito; mas não o premio-Deutsch, pois negavam que Dumont tivesse preenchido as condições do mesmo. Delandres revelou-se muito abaixo do assumpto discutido; — Dion, apaixonadissimo, não podendo conter por mais tempo o seu *patriotismo*, exacerbou-se ao fazer vêr que os 100.000 francos deveriam ser dados a officiaes do exercito francez, os quaes, havia tantos annos, trabalhavam incançavelmente para que tal gloria coubesse á França. Neste terreno, como é facil comprehender, a alma ardente e apaixonada do illustre titular desceu até á cegueira das censuras e invectivas, a ponto de se ver o presidente obrigado a chamal-o á ordem.

Uma proposta sua, nesse sentido, não tinha sido approvada, como tambem não o fôra uma outra, — de Besançon.

Quanto ao conde La Vaulx e ao seu collega e amigo sr. Castillon de Saint-Victor, affirmaram que não se tratava da conquista dos ares, mas sim de uma conquista da imprensa. Então, Emmanuel Aimé que, com seus companheiros, já se tinha batido brilhantemente por Dumont, demonstrando que a sua victoria fôra completa e em toda a linha, saccou e leu o parecer do notavel advogado Georges Devin, do Conselho de Estado e da Côrte de Cassação, parecer dado a uma consulta prévia sobre *si Dumont*, JURIDICAMENTE, *ganhara ou não o premio-Deustsch*; — porque, já agora, a questão não é de saber si elle descobriu ou não a dirigibilidade dos balões, mas de saber si, de conformidade com o texto do *Regulamento*, ganhou ou não o premio-Deutsch.

O parecer de Georges Devin demonstrou o direito absoluto de Dumont ao dito premio.

Afinal, terminada a discussão seguiu-se o escrutinio: — 13 votaram de conformidade com a proposta-Mascart, isto é, pela entrega dos 100.000 francos; 9, no sentido da proposta-Dion (não approvada); e 2 deixaram de votar.

Os 13 que, salvo qualquer engano, votaram a favor, estão destacados com este signal: (—).

Deutsch propoz e foi unanimemente acceita a creação de outro premio para 1902, creando-se para isso um fundo especial. Entrou desde logo com 25.000 francos, e o mesmo fez Lebaudy, vice-presidente do *Aéro-Club*, tambem concorrendo com outros 25.000 francos.

Terminada a sessão, a casa de Dumont encheu-se de visitantes que lhe iam levar a grata noticia e cumprimental-o pela consagração da victoria. Dumont dizia-lhes então que quem o salvou foram os sabios do INSTITUTO; e dizia a verdade, — porque foi á imparcialidade da sciencia que elle deveu a entrega do premio, — pois a minoria só representou naquella memoravel sessão interesses de outra ordem.

A's 8 1/2 da noite recebeu Dumont a seguinte carta do principe Roland Bonaparte:

Ill.mo Sr. Santos Dumont

Grande é o meu prazer em communicar-lhe que, reunida hoje e por mim presidida, a Commissão Scientifica do Aéro-Club lhe conferiu o grande premio de 100.000 francos, instituido pelo sr. Deutsch.

Julgo-me feliz por me haverem as circumstancias permittido que, mais uma vez, lhe venha eu affirmar o alto apreço em que tenho os esforços que, com tamanha perseverança e coragem, tem o sr. posto em pratica pelo progresso da navegação aérea.

Felicitando-o sinceramente, peço-lhe que acceite as expressões da minha profunda sympathia.

ROLAND BONAPARTE.

4 — XI — 901.

Do dia 5 em deante, até ao fim do mez, e mesmo por Dezembro a fóra, manifestações de todo o genero, publicas, particulares, etc., foram se succedendo umas ás outras, feitas ao illustre brazileiro, realizadas em homenagem áquelle que acabava de arrebatar á Natureza, pela primeira vez na historia do ho-

mem na Terra, mais um de seus profundos segredos, porventura o mais importante de todos, — pois implica o dominio dos ares, o ultimo dos tres grandes aspectos da physiologia da Terra na biologia do SYSTEMA-SOLAR.

No dia seguinte ao da agitada e celebre sessão da rua de Lille, Dumont e Aimé mandavam ao *Aéro-Club* a sua demissão. Hostilizado como tinha sido pelos membros daquelle club, Dumont, principalmente, não poderia, sem desdouro a seu nome, continuar a fazer parte delle. Não fossem os sabios da *Academia de Sciencias*, esses, por assim dizer, representantes da moral e da justiça scientifica da França, e os mundanos e interessados desportistas do club teriam negado a Dumont a aspirada e legitima consagração do seu triumpho, então unico meio *official* de garantir-lhe a prioridade da descoberta.

Quanto a Emmanuel Aimé, não poderia ter deixado de ser solidario com Dumont. Foi e tem sido sem tréguas o intelligente trabalho deste homem no sentido de impedir que a audacia e o mal entendido patriotismo negassem a Dumont a gloria que só a elle pertence. Para nós, brazileiros, a benemerita figura desse amigo do nosso illustre compatriota passa a occupar em todos os corações um logar selecto e excepcional, todo atapetado de gratidão e aromatizado de affectos.

No dia 6 enviava Henry Deutsch ao conde de Dion, na sua qualidade de presidente do *Aéro-Club*, um cheque de 100.000 francos contra o *Crédit Lyonnais*, afim de ser entregue a Dumont o premio por elle ganho. Nessa mesma data recebia o vencedor um officio da directoria do club, scientificando-o de que a começar do dia 8, os 100.000 francos estariam ao seu dispor na caixa do *Aéro-Club*, das 11 horas da manhan em deante.

No dia 8, pois, recebeu Dumont os 100.000 francos, e os distribuiu immediatamente do seguinte modo: — a Lepine, prefeito de policia da Municipalidade de Pariz, entregou elle os 50.000 francos promettidos aos pobres da grande cidade; — aos operarios, seus leaes ajudantes, que jamais o abandonaram em circumstancia alguma, 30.000 francos; — e a Emmanuel Aimé, seu velho amigo, secretario e companheiro de trabalho em toda a evolução dos seus balões, 20.000 francos.

Ao entregar a Lepine a somma destinada aos pobres, mostrara-se Dumont desejoso de que tal dinheiro servisse principalmente para o resgate, nos primeiros dias do inverno, de cousas de maior necessidade por elles commummente empenhadas no *Monte de Soccorro;* por exemplo: — ferramentas, roupas, colchões, etc., que o tivessem sido antes do dia 8.

No dia 11, solemnizada pelo *Hymno Nacional Brazileiro* e

pela *Marselheza*, fez Emmanuel Aimé, no grande salão da sociedade ALLIANCE FRANÇAISE DU SEIZIÉME ARRONDISSIMENT, uma notavel conferencia em que tratou do systema-Dumont sob o ponto de vista scientifico. Falou a um auditorio de primeira ordem, composto de mais de 2.000 pessoas, — e foi mais um successo e mais uma revelação a respeito. Tambem falou nessa conferencia o deputado Lucien Millevoye, director de *La Patrie*, em justificado panegyrico ao aeronauta brazileiro. Dumont esteve presente e foi constantemente glorificado pelo auditorio, e até abraçado pelo *maire* do districto em nome do povo de Pariz.

Nesse mesmo dia, no *Palace-Hotel*, offerecia-lhe a imprensa pariziense um sumptuoso banquete de 110 talheres, festa que se realizou com a presença de muitas e muitas das summidades do mundo scientifico, e de grande numero de brazileiros. Esse banquete foi presidido pelo principe Roland Bonaparte, e lá esteve tambem o generoso Deutsch.

No dia 12 partiu Dumont para Monaco. Levara-a até lá a necescidade de instruir sobre as primeiras cousas a fazer, relativamente á construcção do novo barração destinado ao *Dumont VII*, aerostato com que vai elle fazer em Janeiro ou Fevereiro a travessia de Nice (França) a Calvi (Corsega), no Mediterraneo.

O dia 15 assignalou-se por diversos factos; entre outros, os seguintes:

No Brazil:

I. — A repercussão da victoria de Dumont a *13 de Julho*, depois de se ter propagado por todo o paiz, foi até á Camara de Deputados, federal, onde, interpretando os sentimentos da nação, dous deputados, os srs. Augusto Severo e Carlos Cavalcanti, apresentaram a 18 um projecto auctorizando o governo a abrir ao ministerio da industria, viação e obras publicas, um credito de 100 contos de réis para serem offerecidos a Dumont como premio aos resultados conseguidos em suas ultimas ascensões.

O projecto fora acceito e submettido ás discussões regimentaes. Taes discussões iam, porêm, sendo muito adiadas, por motivos diversos, ora justificaveis, ora não. Assim foi que o dito projecto só passou em segunda discussão a 15 de Outubro. A 19, porêm, desse mez, triumphava Dumont definitivamente em Pariz, de modo que...a 25 passava o projecto em 3.ª discussão.

Assim approvado, fora elle então remettido ao Senado. No dia 7 de Novembro dava a *Commissão de Finanças* o seu parecer favoravel, e no dia 14 era elle approvado em terceira discussão.

Como se vê, no Senado a cousa andou a vapor.

Approvado, foi immediatamente remettido ao presidente da Republica para sanccional-o.

— A 15, pois, decretou o presidente Campos Salles o premio de 100 contos a Dumont, de conformidade com o patriotico pensamento do *Congresso Nacional*, e a 17 decretava a abertura do respectivo credito ao ministerio da industria, viação e obras publicas.

Todos os brazileiros devem sentir-se orgulhosos com esse acto de absoluta justiça, de tão alta significação, e que tanto honra a Dumont como aos dous poderes, legislativo e executivo da Republica.

No extrangeiro:

II. — Apresentada, desde o dia 11 do corrente, pelo *maire* de Saint-Cloud á respectiva municipalidade, uma proposta para se dar o nome de *Santos Domont* á rua que lhe passa a um dos lados do barracão, — fôra ella unanimemente approvada nesta data.

III. — A prefeitura de policia de Pariz, cumprindo os desejos do doador, mandara affixar editaes por todos os quarteirões da cidade, nos logares do costume. A todos os pobres que do dia 2 ao dia 8 tinham empenhado ferramentas, calçados, roupas de cama e de vestir, avisava a prefeitura que comparecessem de 19 a 23 nas secções em que taes objectos tinham sido empenhados, munidos, porém, das respectivas cautélas, afim de, immediata e gratúitamente, retirarem os ditos objectos, então resgatados pela philanthropia de Santos Dumont.

IV. — O *Aéro-Club* de Londres nomeia Dumont seu socio honorario e o convida para assistir ao banquete que a 25 do corrente lhe será offerecido. Nomeação e convite foram gratamente acceitos pelo illustre aéronauta.

— No dia 16 o *New-York-Journal* telegraphava a Dumont, propondo-lhe uma viagem ao polo norte, com um premio de 100.000 dóllares. Todas as despesas da expedição seriam feitas por conta daquelle jornal, inclusive a construcção do balão, para a qual daria Dumont o plano... Tudo isso, porêm, para depois das futuras experiencias do Mediterrraneo.

— O barracão do *Dumont VII*, em Monaco, orientado para o mar, e a que já se vai dando o nome de *aeródromo*, ficará com 52 metros de comprimento por 15 de altura, e abre em rumo da Corsega. Ahi será fabricado o hydrogêneo necessario ao enchimento, e montado o novo balão, que terá 44 metros por 6 de diametro, 2 motores de 45 cavallos cada um (= 90

cavallos), duas helices de 5 metros cada uma, 2 balonêtes de 60 metros cubicos, ou 120 ao todo, e que cubará 830 metros, devendo, theoricamente, deitar 70 kilometros por hora ou 11 leguas e meia das nossas, de 6 kilometros.

— No dia 22 chegava Dumont a Londres, onde lhe haviam preparado grande recepção os membros das sociedades londrinas *Aéro-Club*, *Automovel-Club* e *Parque Aerostatico Militar*. Varios almoços e jantares lhe foram offerecidos por pessoas altamente collocadas, quer como industriaes, quer como financeiras ou politicas. Luxuosas recepções e grandes banquetes teve-os lá elle, banquetes em que tomaram parte as summidades scientificas de Londres, como no banquete-Rothschild (Alfredo de —), e como no banquete do *Aéro-Club*, effectuado a 25, no grande e nobre salão do *Whitehall-Rooms*.

Este banquete assumiu as proporções de festa sumptuosissima e, posto que esta noticia não seja uma chronica, vale a pena registrar aqui o nome de algumas das notabilidades que lá se acharam em homenagem ao aeronauta brazileiro: R.-W. Wallace, presidente do *Automovel-Club;* professor J. Perry, presidente do *Instituto dos Engenheiros Electricistas;* Trollope, um fino investigador da nova psychologia que começa a ser rotulada com o nome de *psychismo;* Norman Lokyer, Knobel e coronel Templer, director do *Serviço Aerostatico Militar*, homens que illustram e engrandecem os annaes da mathematica, da astronomia e da electricidade. — Tres representantes do Brazil lá estiveram egualmente: — Joaquim Nabuco, nosso ministro em Londres, uma bella e solida mentalidade, José Carlos Rodrigues, proprietario e director do *Jornal do Commercio*, homem de rara actividade, de grandes conhecimentos, e que tem desempenhado no extrangeiro varias e delicadas commissões do nosso governo, e o nosso consul dr. J. Chermont. Lá estiveram ainda homens do valor do Marechal de Campo Lord Dundonald, de Sir Champion de Crespings, do Hon. Charles S. Rolls, de Sir Crichton Brown, — e numerosos diplomatas de diversas nações com séde ministerial em Londres; — artistas, aeronautas, commerciantes, etc. Segundo os telegrammas e as chronicas de então, fora uma festa estupenda em todos os sentidos.

— No dio 19 de Novembro effectuava a Colonia Brazileira de Pariz uma significativa festa em homenagem a Dumont.

Logo após a estrondosa victoria de 19 de Outubro, varios e importantes membros da Colonia se tinham reunido sob a presidencia de seu respectivo consul, o sr. João Belmiro Leoni, com o fim de nomear uma commissão que se dirigisse a todos

os brazileiros residentes em Pariz, no sentido de se cotisarem para comprar e offerecer um mimo a Dumont, pela victoria que acabava de conseguir. Composta de 9 membros (1), a Commissão poz-se logo em campo, e teve o prazer de ver o seu appello correspondido por 148 brazileiros, quasi a totalidade da Colonia.

A escolha do mimo tinha sido confiada ao gosto artistico do sr. Eduardo Ferreira Cardoso, que satisfez plenamente á expectativa de todos, apresentando a idéa de se mandar reproduzir em bronze a celebre estatua de Injalbert intitulada — *A Fama*, e que representa uma mulher nua, rompendo as nuvens em vôo, e ao som da tuba da immortalidade.

A reproducção foi feita pelo grande artista Thiebaud, que lhe insculpiu no sócco os seguintes dizeres:

Ao Illustre Aeronauta Santos-Dumont

— *a Colonia Brazileira de Pariz.*

— 19 de Outubro de 1901 —

Prompta a reproducção, a entrega effectuou-se solemnemente no dia 19 de Novembro, na casa de residencia de Dumont, Avenida dos Campos Elyseos, 114, e foi feita pelos membros da Commissão e por muitos outros cavalheiros (2), tendo sido orador por parte da Colonia o engenheiro J. Pandiá Collogeras. Lá chegados, depositaram a estatua, e em torno della se conservaram emquanto o orador official felicitava a Dumont pelo dominio dos ares e pela gloria que acabava de conquistar para o seu nome e para o do Brazil, gloria que alli estava symbolizada na celebre estatua de Injalbert, — *A Fama.*

---

(1) — Essa Commissão ficou composta dos seguintes srs.: — 1, João Belmiro Leoni, consul do Brazil em Pariz; — 2, dr. Hippolyto Alves de Araujo, 2.º secretario da Legação Brazileira; — 3, Roberto de Mesquita, correspondente do *Jornal do Commercio*: — 4, dr. Hilario de Gouveia, notavel e conhecido occulista: — 5, dr. Braz Augusto Monteiro de Barros; — 6, engenheiro João Pandiá Callogeras; — 7, Eduardo Ferreira Cardoso; — 8, dr. Mello Vianna; e — 9, Jayme de Agollo Filho.

(2) — La estiveram, por exemplo, entre outros, os srs.: — dr. Gabriel Piza, nosso ministro em Pariz; — Vieira da Silva, nosso consul em Hamburgo; — dr. Carlos de Oliveira Sampaio, engenheiro e professor cathedratico da *Eschola Polytechnica* do Rio de Janeiro; — Murinelly, addido da nossa Legação em Pariz; — dr. Pedro Chermont: — H. Portugal: — Julio Miguel de Freitas; — Netto; — Raul de Carvalho: — dr. Eduardo Pereira Simões, — Jayme Argollo; e — commandante Napoleão Level.

—No dia 23, no grande salão do *Instituto dos Engenheiros Civis* de Pariz, tomava a palavra, numa luminosa conferencia scientifica sobre a obra aerostatica de Dumont, o engenheiro Charles Armengaud, nome de resonancia universal.

A sua conferencia foi notavel e decisiva. Elle demonstrou á saciedade a gloria incontestavel do joven e immortal brazileiro. Insistiu principalmente sobre tres pontos dessa obra:

a), — A introducção do motor a petroleo, que todos codemnavam, e que Dumont aperfeiçoôu a tal ponto, que o tornou isento de perigos e rico de excellentes resultados;

b), — A sua singella e admiravel invenção do deslocamento do centro de gravidade, invenção por meio da qual ganharam os balões não só uma *dupla* força ascensional, como toda a facilidade de subir ou descer, á simples vontade do aeronauta, — cousas com que antes ninguem podia contar;

c), — A velocidade propria do *seu* systema aerostatico, já de $8^{m},22$ centimetros por segundo, o que (dadas as respectivas proporções e os futuros aperfeiçoamentos) facil era demonstrar até onde poderia ir.

Com essa velocidade de $8,^{m}22$ por segundo, conseguia Dumont uma marcha regular de 29.592 metros por hora ou cerca de 5 leguas das nossas.

Posto assim em evidencia o valor de Dumont por um mathematico da nomeada de Armengaud, era preciso que alguem tratasse de lhe diminuir aquelle valor, ainda em beneficio da aeronautica franceza. Disso se incumbiram na mesma conferencia os engenheiros Surcouf e Soreau. —Travou-se então o debate, e um dos Renard, que estava presente, tambem falou sustentando a Soreau e Surcouf. Não puderam, porêm, os tres desfazer as demonstrações de Armengaud, porque a logica e a evidencia são uma e unica em todas as partes do mundo. Renard não conseguira a dirigibilidade, nem as *subidas, descidas* e *voltas*, á vontade; nem o equilibrio aerostatico, nem o poderoso motor a kerozene, nem velocidade superior a 6 metros.

O nosso engenheiro Carlos Sampaio, lente cathedratico da Eschola Polytechnica do Rio de Janeiro, e um dos mais laureados nomes da engenharia nacional, achava-se então em Pariz, e ficara de, por sua vez, mandar ao dito *Instituto dos Engenheiros Civis* um protesto em que mostraria documentadamente o quanto eram sem base as allegações de Surcouf, Soreau e Renard.

— No dia 26, no *Hotel Carlton* de Londres, era offerecido a Dumont, pelo nosso ministro Joaquim Nabuco, um grande e sumptuoso banquete, com a presença do corpo diplomatico residente naquella cidade, e tambem com a de numerosas notabili-

dades do mundo scientifico, commercial, financeiro e industrial.

E como iriam mui longe estas referencias, sejam ellas fechadas com o ultimo acto do governo da União Brazileira: — a ordem dada pelo presidente da Republica para se cunharem na *Casa da Moéda* duas medalhas symbolicas e commemorativas do grande acontecimento, uma de ouro, que será offerecida ao vencedor dos ares, e outra de prata, do mesmo molde, para ficar conservada em registro na *Bibliotheca Nacional*.

Dumont venceu, e venceu em toda a linha, porque venceu os ares e os homens: — os ares, descobrindo a direcção dos balões, obra iniciada por outro brazileiro em 1709; — os homens, impondo-lhes a luminosa, a incontestavel e estupenda evidencia da sua descoberta em 1901.

A tão difficil e disputada entrega do premio-Deutsch foi a mais cabal confissão dessa dupla conquista.

Agora só ha um descobridor da direcção dos balões para o mundo inteiro: — Alberto dos Santos Dumont. Outros que venham ainda, A ou B ou o proprio Dumont, não farão mais do que aperfeiçoar e augmentar o que já está descoberto.

No momento *intellectual*, que estamos atravessando em nossa vida planetaria, muitissimo longe nos achamos de poder siquer conjecturar o que virá a ser, daqui a cincoenta ou cem annos o balão dirigivel — como instrumento de civilização; porque daqui até lá centenas de importantes descobertas collateraes terão sido feitas, as quaes, como subsidios, irão gradativamente aperfeiçoando cada vez mais a locomoção aérea. Acontece comnosco, mais ou menos, o mesmo que aconteceu ao homem contemporaneo da descoberta do vapor e da electricidade: — desappareceu da face da terra sem ter concebido que os oceanos e os continentes seriam um dia transpostos, — aquelles, por maravilhosos palacios fluctuantes, que portentosamente deixam a perder de vista os palacios imaginarios da inventiva oriental, — e estes, por soberbos *carros-pulmans*, cujo conforto, luxo e velocidade, infinitamente excedem a imaginação de cincoenta annos atraz.

A tendencia geral do homem é conservadora; e não crer no que elle não comprehende é um dos mais vivos caracteristicos do seu cerebro, quando cultivado. Homens da mais ampla envergadura intellectual e da maior responsabilidade scientifica, representantes das mais notaveis academias e institutos sabios do mundo, negaram, têm negado, e continuarão a negar aquillo que não comprehendem. Victimas de theorias apparentemente mais ou menos bem architectadas, a ellas se apégam e com ellas contestam possibilidades que dentro em breve se tor-

nam realidades. Foi o que aconteceu com a vacina de Jenner, com a illuminação a gaz, com a theoria ondulatoria da luz e a theoria thermo-chimica, com a existencia do homem fóssil, que desthronou os 6.000 annos da Biblia, — com a descoberta da circulação do sangue por Harvey, com o hiliocentrismo de Pythagoras, Copernico e Galilêu, com a luminosa revolucão pasteuriana, com o magnetismo animal, e com tantas e tantissimas outras verdades que são hoje partes integrantes da sciencia.

Para Lavoisier, era um desproposito affirmar que os aerólithos cahiam do céu, — porque no céu não havia pedras, e, após a notavel memoria que o grande sabio escreveu a tal respeito, declarou a ACADEMIA que a cousa era *inadmissivel*. Lavoisier decompoz depois o AR (que era um *elemento*, isto é, um corpo simples) em oxygêneo e azoto, e o grande Baumé se insurgiu contra essa heresia scientifica, porque si tal cousa fosse acceita como verdade, lá se iria pela agua abaixo tudo que até então se sabia dos quatros elementos. — Arago, outro nome que enche o mundo como o de Lavoisier, empregou em 1838, na Camara de Deputados da França, todos os recursos dos seus profundissimos conhecimentos mathematicos para demonstrar que era um grande mal o estabelecimento da estrada de ferro naquelle paiz. — O telegrapho terrestre foi negado e contestado, e tambem o foi o teléphono. E em 1878 (ainda outro dia!) o sabio Du Moncel, em plena sessão da *Academia de Sciencias*, e quando era lá apresentado o phonógrapho de Edison, saltou furioso ao gasnête do pobre representante do grande electricista, e isto porque o que elle queria era zombar daquella sabia corporação — impingindo-lhe *ventriloquia* por apparelho registrador da palavra falada!

Para terminar com estes aleijões da psychologia humana, cite-se ainda o sabidissimo caso de Babinet, o notavel physico do INSTITUTO, o qual, tendo aquella sociedade que dar parecer sobre a exequibilidade ou não (1853) de um cabo submarino entre a Europa e a America, condemnou sem remissão a dita idéa, que não poderia ser sinão batota, porque, SCIENTIFICAMENTE, era isso impossivel perante a theoria das *correntes marinhas!*.

E' tudo assim neste mundo.

Houve e há quem negue a descoberta de Dumont; mas é ella tão nitida, tão evidente, que as negações não subsistem.

Si, neste momento *intellectual* de nossa civilização no planeta, não podemos imaginar o que virá a ser em cincoenta ou cem annos tal descoberta, já então dotada de notaveis melhoramentos, comtudo poderemos analogicamente inferir, desde já, que, dada a extraordi-

naria rapidez com que hoje se aperfeiçoam quaesquer descobertas ou invenções, os ares, muito antes mesmo desses prazos, serão, como actualmente os oceanos e os continentes, sulcados em todos os sentidos e altitudes por linhas regulares de balões, por extensissimos trens aéreos, de uma velocidade por emquanto inimaginavel.

A principio haverá grandes companhias, poderosas empresas, gigantescos syndicatos, que se apoderarão da prodigiosa descoberta do nosso patricio — para commercialmente exploral-a. Com effeito, o grande trafico entre as grandes distancias só poderá, durante longuissimo tempo, ser feito por capitaes assim associados. Mas, docemente, a pouco e pouco, os balões, reduzidos no custo, no tamanho e no manêjo, irão ficando ao alcance de todas as bolsas. Tel-os-á então o homem ao seu dispor, exactamente como tem hoje o carro e o cavallo, o bonde, a bicyclêta e o automovel, ou como á margem dos rios e dos lagos, ou nas praias dos mares, tem o piraquára a sua canôa, e o marujo o seu bote. E nelles se transportará com toda a segurança e todo o conforto, e com uma rapidez tal que, em verdade, as distancias como que ficarão supprimidas.

Essa suppressão irá mudando no córtex cerebral do homem a idéa acanhada (e, infelizmente, ainda necessaria) que elle tem de si, de familia e de patria. Elle começará então a perceber o *todo* no seio do espaço e do tempo, e verá que, *pessoalmente*, não passa de miseravel unidade cellular perdida na cellulação total da humanidade, della escrava, a ella sujeita, e nella immorredouro; verá que, *só*, é uma *illusão*, e, *com ella*, uma perenne *realidade*: — e só então o planeta será o lar, e a humanidade a familia.

E' para lá que o homem caminha, desde o seu apparecimento na Terra, que data, no minimo, de 150.000 annos.

O ar será então para elle o que lhe foi o solido e o liquido, mas sem as resistencias e os perigos que ambos lhe oppunham: — um novo dominio conquistado; — a sua totalização na trindade organica da Terra viva e fecunda; — uma gloriosa libertação da superficie e, portanto, do pêso; — um grito de victoria, uma nova patria infinita, apenas apparentemente limitada pelo suavissimo olhar das estrellas.

A descoberta de Dumont, ninguem se illuda, é mais um instrumento de paz do que de guerra. Cada dia que se passa, mais problematico se vai tornando que só haja vencedores, dada uma guerra: — ambos serão vencidos, taes os continuos aperfeiçoamentos das machinas de homicidio. O balão dirigivel vem difficultar ainda mais a possibilidade da victoria sem vencedores. O balão dirigivel vai ser o maior intrumento da civilização moderna, em cuja espiral psychica, mysteriosamente invertida, sobe o homem momento a momento,

gradativamente se unificando, a mais e mais, em seu collectivo destino, até que, no fim dos tempos terrenos, se confunda, um e immortal, com a mónada eterna do Universo.

Dumont conquistou para elle o terceiro e ultimo dos grandes aspectos physicos da Terra; deu-lhe azas e realizou-lhe o seu velho sonho de dominador do espaço.

A descoberta de Dumont é obra de incalculavel alcance social e scientifico. Immensa para com elle é a divida do Brazil, e não ha quem não sinta, ainda que nebulosamente, a grandeza moral desta verdade.

Fossem Gusmão e Dumont francezes, allemães, inglezes, etc., e já a França, a Allemanha, a Inglaterra, etc., teriam aberto concorrencia no mundo dos esculptores, para a melhor idéa de os eternizar a ambos, juntos, em marmore ou em bronze, na praça mais importante de suas capitaes.

A gloria de que se trata é, antes de tudo, brazileira; mas, particularmente, é paulista e mineira.

O actual e illustre presidente da Republica, cuja administração já é um grande jorro de luz benefica na historia do Brazil-Republicano, comprehendeu o alcance da descoberta.

Emquanto, porêm, o governo da União não se vê folgado em suas finanças, para poder saldar essa divida do paiz inteiro, bem podiam os dous ricos Estados de S. Paulo e Minas metter hombros a essa empresa: — dous grupos eguaes, fundidos no mesmo molde, representando o principio e o fim da conquista dos ares; um, para o centro da nossa Praça da Republica, e outro para a melhor praça de Bello-Horizonte.

E' em torno do culto historico de seus grandes homens que as nacionalidades se consolidam e perpetuam.

HORACIO DE CARVALHO.

NOTA:

— A' pagina 308, primeira linha do anno 1783, onde se lê: — « A segunda phase », leia-se « A primeira phase ».

— Pagina 332, linha 6.ª, está « montado », mas é « montada ».

— Pagina 346, linha 22, « aderme » em vez de « aderne », do verbo *adernar* (termo maritimo), melhor graphia que *adornar*, como muitos escrevem.

— Pagina 366, linha 36, está « pecuniares » e é « pecuniarios ».

Subsidios para a Historia de Iguape

MINERAÇÃO DE OURO

Não podemos duvidar que uma das primeiras, sinão a primeira expedição organisada com o fim especial de procurar ouro no Brazil, partiu no dia 1.° de Setembro de 1531 da frota commandada por Martim Affonso de Souza, quando ancorada ao pé da Ilha do Abrigo, em frente á barra de Cananéa; porêm, deixando de parte essa expedição, que foi destruida pelos indigenas, e baseados somente no que pode ser provado por documentos existentes, é innegavel que uma das primeiras localidades d'onde se extrahiu ouro neste paiz foi a vizinhança de Iguape.

Por uma carta escripta no dia 26 de Outubro de 1635 (Annexo A—Photographia da dita carta) vê-se que naquelle tempo o povo de Iguape usava de ouro em pó em suas transacções commerciaes. Pelo menos, assim se infere da leitura da dita carta.

Entre os autos velhos que existem no cartorio, achei parte de um em que Domingo Rodrigues Cunha no anno de 1655 diz: «*teve uma sociedade com seu Irmão Antonio Roiz Cunha em huma lavra que comprarão com dez escravos do defunto Antonio Soares de Azevedo em que trabalhou durante um anno*». Diz mais que, «*estava nas lavras de Upurunga anno e meyo*», como tambem «*nas minas de Apiahy, Sorocaba e nas de Uvupurunduba por duas vezes trabalhando*».

Com livros antigos das officinas estabelecidas para a fundição de ouro em Iguape, alguns dos quaes encontrei em pedaços no archivo do cartorio, outros no da Camara Municipal, e ou-

tros em mão de particulares, é facilimo provar que a quantidade de ouro extrahido neste districto era assaz grande; como igualmente, pelos registros dos Regimentos, Alvarás, etc., existentes, podemos provar que o Governo reconheceu a existencia do ouro nesta localidade e dava a maior importancia a sua extracção.

Diz Balthazar da Silva Lisboa, em sua obra «*Annaes do Rio de Janeiro*», vol. II, pag. 204, que Pedro de Souza, Administrador das minas, recebeu ordem do Rei Dom João IV para fazer indagações a respeito das minas que havia junto de Paranaguá o que, «*Para cumprir o Administrador geral com aquella Real Resolução, se passou immediatamente a Paranaguá e ao Iguape, a fim de pessoalmente fazer os exames necessarios a custa da Real Fazenda, para cujo fim se dirigiu de Iguape a 30 de Abril de 1653 aos Officiaes da Camara de S. Paulo ordenando que fizessem descer as tres Aldêas do Real Padroado*».

Veremos agora o que consta a respeito da mineração por tradição e documentos existentes em Iguape.

Por tradição consta que o povo, na occasião da mudança da villa nos annos immediatamente anteriores a 1637, fizera á sua custa a Igreja, a casa para sessões da Camara e a cadêa, e uma outra casa para servir de officinas para a fundição de ouro.

Esta tradição é confirmada por grande numero de documentos existentes nos archivos da Igreja, da Camara e do cartorio, faltando somente esclarecer a época exacta da construcção da referida casa para officinas, provando, porèm, estes documentos que a officina se achava funccionando na occasião em que Pedro de Souza era administrador das minas.

Existem pedaços de livros pertencentes ás officinas, dos quaes algumas folhas podem ser decifradas, entre outras cinco, onde diz:

«*Aos Vinte e seis dias do mes de DeZembro de mil e seis sentos e setenta E oitho annos na Caza da oficina Se aSentarão os oficiais E prouedor E theZoureiro Comiguo escriuão de abrir o Cofre p.ª Se quintar ouro q auia nella Eu Ignasio miz escriuão que o escreuj.*

E loguo no mesmo dia mes Era aSima deClarado apreZentou o Cap.tam Andre Luiz E M.el de lemos do Reino por mão de Joseph de Souza Vinte quatro oitauas de ouro de que Couue a Sua altheZa quatro oitauas E mea de ouro E seis Vintens de que fis Este termo onde Se asinou Eu Inasio miz escriuão que o escreuj — M.el da Costa—Franco de pontes Vidal—Josepe de Souza.

E loguo no mesmo dia mes Era aSima deClarado apreZen-

tou pedro marques Rabelo Sinco oitauas de ouro de que Couue a Sua Mg^de hũa de que fis este termo onde Se asinou Com os oficiais. Eu Inasio miz Escriuão que o escreuj—M^el da Costa—Fran^co de pontes Vidal—Pedro marques.

E logwo no mesmo dia mes Era atras deClarado apreZentou o Rvd P^e fran^co Per^a da Silua por João Luiz Canes Vinte oitauas de ouro de q couuerão a Sua altheZa quatro de que fis Este termo onde asinou Com os oficiais Eu Inasio miz escriuão que o escriuj—fran^co de pontes Vidal—Fran^co Per^a da Silua—M^el da Costa.

Aos vinte e sete dias do mes de deZm^o na era de mil e seis sentos e Setenta e oito anos digo setenta e noue p^r ser passado o dia do nassim^to Se abrio o Cofre de Sua alteza em preZença do deZembargador SiniCante O D^or João da Rocha Pitta, E prouedor dos q^tos, e mais oficiais da dita offisina E Se achou estar no depoZito duas libras e Sete oitauas E meyo de ouro em pó de que auião feito Cargas ao TheZourejro E o dito deZembargador mandou q Se fundese o dito ouro em Sua preZ^ca o qual depois de fundido em sinco barretas e hum Grau peZou hua Liura e Sento E Vinte e Seis oitauas e ficarão de quebra Somente noue oitauas e mea a qual Coantia Junto Com trezentas E uinte e hua oitaua e mea fundido e Seis Barretas e tres Graus faZem Soma de quinhentos e Setenta e Sinco Oitauas e mea as quais o dito deZembargador mandou q Se lhe entregaçem p^a SoCorrer Com o dito Ouro a Dom Rodrigo de Castel Branco p^a as despeZas das minas q' fas attualm^te na Villa de Santos E Com effeito o dito deZembargador ReSebeu as quinhentas e Sincoenta oitauas e mea de ouro e deu p deZobrigado dellas ao TheZ^o Fran^co de pontes Vidal E ordenou que qualquer Ministro de justiça lhe não tomase Conta da dita quantia en nenhũ tempo p elle dito deZembargador ter ordem espreça de Sua AlteZa p^a dispor de Sua faZenda na forma do Regim^to q' traZ e p^r uerdade Se asinou elle dito deZembargador Com o Prouedor e TheZ^o da ofisina Eu Ignasio miz esCriuão da ofisina o esCreuj—João da Rocha Pitta—Manoel da Costa—fran^co de pontes Vidal.

Aos Vinte e oito dias do mes de DeZ^o da era de mil e seis Sentos e Setenta e noue annos nas CaZas da ofisina Juntos os Offisiais Prouedor e TheZ^o Comigo esCriuão se abrio o Cofre para Se quintar q' ouuese nelle do q fis este termo Eu Ignasio miz esCriuão q' esCriuj.

E llogo no mesmo dia mes era asima deClarado apreZentou João Rodrigues França p Diogo Per^a Paes trinta oitauas de ouro de que couuerão a Sua Alteza seis de q fis este termo onde

asinou Com os offisiais Eu Ignasio miz esCriuão que o esCriuj —Mel da Costa—franco de pontes Vidal—João Roiz Franca.

E llogo no mesmo dia mes era atraZ deClarado apreZentou João Roiz França Corenta oitauas E meya de ouro de que Couuerão a Sua AlteZa noue oitauas e meja e seis Vintens de q fis este termo donde asinou Com os offisiaes Eu Ignasio Miz esCriuão o esCriuj—Franco de pontes Vidal—João Roiz França Mel da Costa.

E llogo no mesmo dia mes era atraZ deClarado apreZentou João Roiz França pr Anto Fernandes Siqra q he de partes trinta e seis oitauas de ouro de q couuerão a Sua Alta seis oitauas digo sete oitauas e seis Vintens de q fis este termo onde asinou Com os offisiais Eu Ignasio Miz esCriuão q o esCriuj—João Ruiz França—Manoel da Costa—Franco de Pontes Vidal.

E llogo no mesmo dia mes era atras deClarado apreZentou João Roiz França pr Manoel de SouZa falcão duas onças de ouro de q coue a sua AlteZa tres oitauas e seis Vintens de q fis este termo onde aSinou Com os offisiais Eu Ignasio Miz EsCriuão q o esCriuj—João Roiz França—Manoel da Costa—Franco de Pontes Vidal.

E llogo no mesmo dia mes era atraz deClarado apreZentou Luis da Silua p Franco Teixeira setenta e sinco oitauas de ouro de q couuerão a Sua Alta quinZe oitauas de q fis este termo onde aSinou Com os offisiais Eu Ignasio Miz esCriuão q o esCriuj — Luis da Silua—Franco de Ponte Vidal—Manoel da Costa.

Aos vinte e nove dias do mez de Dezo de seis centos e Setenta e nove annos pr ser passado o dia do nassimto prezente os offisiais da offisina prouedor e Thezoureiro Comigo EsCriuão abrirão o Cofre de Sua Alteza pa se quintar O ouro q ouuese de q fis este termo Eu Ignasio Miz esCriuão o esCreuj.

E llogo no mesmo dia mes era atras deClarado aprezentou Mateus da Costa por Manoel de Lemos do Reino E de partes Sento e quatro oitauas de ouro de q couuerão a Sua Alteza Vinte oitauvs e meja e seis Vintens de q fis este termo donde aSinou Com os offisiais Eu Ignasio Miz esCriuão q o esCreuj. Mateos da Costa—Franco de Pontes Vidal—Manoel da Costa.

E llogo no mesmo dia mes era atras deClarado Se abrio o Cofre de Sua Alta na casa da fundição em prezenca do dezembargador Sinicante e Se achou q estando no dito Cofre oitenta oitauas e mec de ouro as quais o dito dezembargador mandou q Se fundise Como con efeito Se fundirão em duas Barretas q pezarão Setenta E Oito oitauas e fiCarão de quebra duas oitauas Somte e meja as quais ditas Setenta e oito oitauas elle dito

dezembargador Recebeu em prezença de min esCrivão e Prouedor e Thez° da offisina p^a reter a Dom Rodrigo de Castello Branco p.^a despezas das ninas Em q aCtualm^te anda oCupado na Conformid^de atras referida e de Como Recebeo a dita quantia asinou o quito o Prouedor da offisina e mais offisiais della Eu Ignasio M^iz esCriuão da officina q o esCreuj — João da Rocha Pitta — M^el da Costa—Fran^co de Pontes Vidal.

Auto de Contas q mandou fazer o D^or João da Rocha Pitta Sinicante desta repartisão do Sul p^a Se ajustarem pellos liuros das contas do ouro desta offisina de N^a Sra das neues de Igoape.

Anno do naSim^to de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seis sentos e setenta E oito anos Ao deradero dias do mez de dezembro nesta Villa de N Sra da neues de Igoape nas pouzadas do Dezembargador Sindicante se acharão presentes do Senr Dz^or o Prouedor da offesina Manoel da Costa E o Thezoureiro Fran^co de Pontes Vidal p^a en effeito de daren contas do ouro q auião resebido e despendido pretensente a Sua Alt^a na conformid^e de Sua orden de que tudo fis este auto q asinou o dito dezembargador Eu Manoel de Aguiar escriuão da alçada o escreuj—Pitta.

Achou o dezembargador Sindicante que não hauia mais libras na offesina q este q Se toma contas ezamidando as Cauzas da falta de libros antigos lhe aprezentou o Thez° hua quitação do escriuão da offesina de Parnagua como lhe forão entrege p orden de Pedro de Souza administrador q foi das minas com q o oue p° dito brigado delles auendo respeito a seus muitos annos e simplicidade achou mais q os Cargos do ouro q se quintarão nesta offesina de dezasete de fr° de mil e seis sentos e setenta E oito ate o prezente enportão mil e seis sentos E oitenta e huma oitauas de ouro em pó o qual fundido abateu em quebras sincoenta e seis oitauas e ficarão depois de fundidos liquidam^te mil e seis sentos e Vinte e sinco 8as das quais se leuarão em conta as despezas seguintes a saber noue sentos e sesenta e tres oitauas de ouro q se despenderão p^a mandados dos administradores geraes en ordenados as quais ditas noue sentos E sesenta e tres oitauas de ouro ouue o dito Dezembargador p leuadas en contas Co a declaração q o diante se dirá E asim mais noue oitauas de ouro de despezas meudas da offesina Com q ficão restando somente seissentos e sincoenta E tres oitauas q o dito Dezembargador tinha resebido como consta dos termos atras asinados p elle neste livro e nesta conformidade ouue as d^tas contas p aprestadas e p desobrigado ao Thezourejro e mandou se conprisem como nelle se continha de q de tudo fis este termo de aprestam^to de

contas en q asinou o dito Dezembargador Com o Prouedor E Thez° da offecina Eu Manoel de Aguiar escriuão da alçada q o escreuj — João da Rocha Pitta — Manoel da Costa — Franc^co de Pontes Vidal.»

Examinando este documento, ver-se-á que João da Rocha Pitta, Dezembargador sindicante da repartição do Sul, no dia 31 de Dezembro de 1678, fazendo exame das contas da receita e despesa da officina em Iguape, perguntou ao thesoureiro, Francisco de Pontes Vidal, a razão de não existirem os livros antigos da dita officina e que este em resposta apresentou uma quitação passada pelo escrivão da officina de Paranaguá «*por ordem de Pedro de Souza, administrador que foi das minas.*»

Este documento é da maior importancia: primeiro, por provar que existiam livros da officina de Iguape, no tempo em que Pedro de Souza era Administrador das minas, e segundo, pela prova que exhibe no exame das contas da quantidade de ouro que passou pelas officinas, as quaes demonstram que os Quintos Reaes recebidos do dia 17 de Fevereiro até o dia 31 de Dezembro de 1678, ou durante o espaço de 317 dias, foram mil e seis centos e oitenta e uma (1681) oitavas, provando assim que a quantidade apresentada para ser quintado era de 8405 oitavas.

Não podemos duvidar que a quantidade de ouro, que passava pela officina, nunca representou o verdadeiro valor da extracção, tanto mais em vista do que se diz na Provisão deixada pelo D^or Pedro de Unhão Castel Branco. (Annexo B)

Esta provisão, passada no dia 6 ou 7 de Agosto de 1675, ao mandado de Pedro Unhão de Castel Branco, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, prova que havia desfalque na renda da officina, proveniente do ouro em pó não ser todo apresentado para quintas, como tambem por não se contar as fracções que rendiam as parcellas menores de meia oitava.

Ainda que este documento não contenha a data em que foi passado, não podemos duvidar que fosse no dia 6 ou 7 de Agosto de 1675, visto que segue um assento em que declara terem sido apresentados cincoenta oitavas de ouro por Fernando Corrêa no dia 6 de Agosto, e em seguida á dita Provisão, existe um assento de quinze oitavas de ouro apresentado por Manoel de Lemos do Reino, no dia 7 de Agosto do mesmo anno.

O Regimento de dia 15 de Agosto de 1603, citado nesta Provisão, encontra-se na integra nos «*Annaes do Rio de Janeiro*», Volume II, pg. 306 em deante.

Em relação ao Snr. Diogo Carneiro Fontoura, Administrador Geral das minas, do qual faz menção a dita Provisão, não encontrei em obra alguma qualquer referencia a seu respeito.

Pedro Unhão de Castel Branco, que mandou lavrar este documento precioso para a Historia de Iguape nos livros dos assentos da officina, é o mesmo que mandou queimar o antigo archivo desta villa, como consta do documento N° 10 que acompanha o «*Esboço historico da fundação de Iguape.*»

Nos «*Annaes do Rio de Janeiro, Vol. II, pg. 262*», referindo-se aos serviços prestados por Dom Rodrigo de Castello Branco, como Administrador das minas, diz: «*Em Paranagua e Curitiba estabeleceu as officinas para a fundição dos Quintos Reaes, e nomeou Manoel da Costa das Minas de Iguape e Cananéa, e que elle e seus successores no entabolamento d'aquellas, de prata e ouro observasse o Regimento (1) que lhes deixava.*» O numero 1, entre parenthesis, remette o leitor dos «*Annaes*» ao dito Regimento, onde no fim diz: *e por mim assignado em a Villa de Iguape aos 23 de Março de 1669. E eu João de Maia, Escrivão da Fazenda das minas o escrevi — D. Rodrigo de Castello Branco.*»

Parece-me que aqui ha alguns enganos: o primeiro, é que no dia 28 de Junho de 1673, D. Rodrigo de Castello Branco estava ainda em Portugal, como se deduz da leitura do Regimento passado neste dia, onde diz: «*Partireis desta Cidade de Lisboa em direitura á Bahia de todos os Santos*». Si elle achava-se em Lisboa em 1673, como parece, e ainda não tinha tomado posse do logar de Administrador das minas, não podia ter nomeado Manoel da Costa como Provedor das officinas de Iguape e Cananéa em 23 de Março de 1669, e não podemos admittir que D. Rodrigo tivesse anteriormente exercido o cargo de Administrador no Brazil, visto o que diz no mesmo volume dos *Annaes*, pg. 222, § 26.

Admittindo que seja engano de transcripção de documentos, aliás facil de se dar quando a data seja escripta por extensa com as palavras—sesenta-setenta—, nem porisso deixa de ser um engano grave em questões historicas.

Outro engano é o de affirmar ter sido D. Rodrigo quem estabeleceu as officinas de Paranaguá e Coritiba.

Em relação á de Coritiba nada direi; porêm, em relação á de Paranaguá é certo que esta officina existia anteriormente á chegada de D. Rodrigo, como se pode verificar pela leitura do «*Auto das Contas*» da officina de Iguape, escripto no dia 31 de Dezembro de 1678 e já transcripto neste *Subsidio*. Pela declaração feita pelo Thesoureiro ao Desembargador João da Rocha Pitta, não admitte a menor duvida que os livros velhos da officina foram entregues ao escrivão da officina de Paranaguá, por ordem do antigo administrador Pedro de Souza, e, portanto, prova que

existia a officina de Paranaguá anteriormente á nomeação de D. Rodrigo em 1673.

Tambem em relação á nomeação de Manoel da Costa, é verdade que este homem era Provedor da officina de Iguape, como prova muitos documentos por elle assignados e existentes, desde o anno de 1673 a 1681, e podia ter sido nomeado para este cargo por D. Rodrigo; porêm, não consta o nome de Manoel da Costa em nenhum dos pedaços dos livros dos assentos durante os annos de 1668 a 1672.

Copiei a folha mais antiga que achei em que consta alguns assentos dos dias 21 e 22 de Fevereiro de 1668. Por esta folha (annexo C) ve-se que entraram na officina para serem quintadas, 55 oitavas de ouro, não contando com a parte final do assento anterior que demonstra que a quantidade pertencente á Sua Magestade era de 40 oitavas, provando assim terem sido apresentadas naquella occasião 200 oitavas. Tambem não podemos dizer que não entrou mais no dia 22, visto que destes sete assentos, cinco são do dia 21, podendo talvez ter sido outros além do que consta nesta folha do dia 22.

Infelizmente os pedaços dos livros encontrados estão em estado lastimoso, tornando-se impossivel organisar uma estatistica perfeita, somente pode-se alcançar delles copias de algumas folhas; porêm, destes pedaços organisei um pequeno resumo (annexo D) mostrando os nomes das pessoas e a quantidade de ouro que foi apresentada para ser quintada. Parece-me que os pedaços em meu poder devem pertencer a tres livros differentes, e é de lastimar que estes livros não estejam em estado de se conhecer a totalidade do ouro que passou pela officina de Iguape naquella epoca; comtudo, em vista dos pedaços que ainda são intelligiveis, devemos julgar que a extracção era assaz grande. A maior quantidade apresentada n'um dia, conforme os assentos que pude decifrar, foi de 506 oitavas no dia 14 de Abril de 1677.

No documento N. 10 annexo ao «*Esboço Historico da fundação de Iguape*» copiado do Livro do Tombo desta cidade, affirma-se que a mineração de ouro durou «*até o descobrimento das Minas geraes, em o anno de mil seis sentos e noventa e sete, pouco mais ou menos em que ficou sessando, porque quasi todos os Mineiros auzentarão d'aqui para as ditas Minas.*»

Não resta a menor duvida que muitos destes homens retiraram-se d'aqui para as novas minas, mas nem por isso deixou de continuar a extracção de ouro neste districto, como fica provado por muitos documentos existentes.

No anno de 1691 o numero dos homens que trabalhavam

nas minas de Yvupurunduba, sita na margem esquerda do rio Ribeira, entre Iporanga e Xiririca, era grande, e, reclamando a nomeação de um capellão para a Igreja já edificada nesta localidade, foi nomeado o reverendo Padre Frei Antonio de Assumpção, por provisão passada no dia 8 de Agosto do mesmo anno.

Em 10 de Dezembro de 1692, o Capitão Mor e Sesmeiro de Conceição, Martim Garcia Lumbria, achando-se aqui na villa de Iguape passou a seguinte ordem em proveito dos mineiros: «*Martim Gracia lumbria g.or e capp.am Maior Sesmeiro em toda a Cappnia da nosa senhora da comceipção por Sua Magde q Deos gde etc.—Pello pte q conuem a obseruancia do seruiço de Sua Magde e o do crrescimto de suas Reais Rendas e mostrar a seus pouos e Vaçallos o augmento Com que deuem obedeser e das causas p q o do ter senão desfaque do q mais lhe deueser de produzir desfraudar aos moradores e per atalhar os damnos jnrremediaveis q de prezte se podem seguir comforme os queixos gnerais que se me deram principalmte o prouedor das minas Valentim Roiz de pontes sobre a exurbitancia e demaziado preço Com q vai Subindo a farinha de guerra cuio exeço faz desanimaram todos q se empregam nos desCubrimtos do ouro de lauagem tudo em ordem de prejudicarem aos qtos Reais de q nese perda consideravel e sem atenderem os moradores mais q as suas particulares Conueniencias sem Reparo do dano e Crrime q Cometem contra a Pesoa Real e Suas Reais Rendas fazendo consideraçam ao q se me Representou querendo moderar a relaxação de tão grandes disordenes ajustandome com melhor acordo Compensando o trabalho dos lauradores e os mineiros continuarem Com seus desCubrimtos por a liura Resolução mando e ordeno q nenhua pesoa do q lauram e fabrica farinha de guerra a vendem por major preço que de quatro sentos e oitenta Reis Sem leuantarem nem Subirem a maioria de outro preço e o q fizer o contrario seram punidos por transgresores e dezobedientes na diminuição que ouuer nos qtos de Sua Magde e serem Castigados Como mereçer Sua Ouzadia e condenados em uinte Cruzados a metade pa o acuzador e a outra metade pa as obras da igreja Matriz pagos na Cadea aonde estarem trinta dias athe Comefeito serem punidos o q assim se cumprira Como nella se contem e pa que uinha a notisia de todos esse depois de publicado si fichara nos lugares publicos na forma do estillo dado nesta Villa de nosa senhora das neues de Igoape sob meu sinal somte aos dez dias do mez de Dezbro de mil e seis sentos e nouenta e dous annos—Martim garcia lumbria*».

Ainda que nesta ordem o Snr. Capitão Mór deixasse de declarar a quantidade de farinha de mandióca, que seria ven-

dida pelo preço estipulado, é, comtudo, natural suppor que fosse por alqueire.

Este documento demonstra de um modo bem claro o empenho que o Governo fazia em facilitar meios para os mineiros continuarem na extracção de ouro e, ao mesmo tempo, prova o estado de semi-escravidão em que o povo vivia debaixo do dominio do Rei de Portugal; porêm, a arbitrariedade commettida, em logar de auxiliar os mineiros, prejudicou-os, como se deduz da leitura de um trecho do livro de «*Vereança da Camara*» em que diz: *Os lavradores tem deixado de plantar arroz e mandióca, sinão o sufficiente para o sustento de suas familias*».

A falta dos generos alimenticios de primeira necessidade, que houve em seguida á promulgação da ordem passada por Martim Garcia Lumbria, deu origem ao abandono de algumas das minas deste districto. Este abandono, porêm, não foi total e a extracção de ouro continuou durante muitos annos.

No dia 6 de Maio de 1698, Arthur de Sá e Menezes ordenou que um dos Juizes Ordinarios, da Villa de Iguape, assistisse á arrecadação dos quintos reaes, para assim evitar o extravio da renda, tendo o Cofre, onde se guardavam os quintos, mais uma chave e a Camara um Livro para nelle serem feitos os assentos das quantias de ouro arrecadado, como se vê pelo documento annexo (E).

O cofre das officinas existe ainda em Iguape.

Durante alguns annos houve uma emigração deste districto, como se póde verificar por grande numero de termos e contractos existentes nos livros do cartorio, d'entre os quaes copiei o annexo (F).

Pelo annexo G, ver-se-á que por lei de 6 de Fevereiro de 1719, o Rei Dom João prohibiu as transacções commerciaes feitas com ouro em pó, fora do local das minas, obrigando a construcção de mais officinas de fundição, estabelecendo o preço de ouro em pó nas minas a razão de «*dez tostões*» por oitava de ouro fundido a razão de «*quatorze tostões*», sendo este de vinte e dois quilates, decretando, ao mesmo tempo, penas de confiscação de bens e degredo aos transgressores.

No volume XVIII da «*Publicação Official de Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo*», á pagina 55 em diante, ha uma copia de uma Carta Regia mandando conservar as casas e officinas de ouro e quintos reaes de Iguape e Paranaguá, ordenando a nomeação de Provedor, Thezoureiro e Escrivão para essas officinas, para assim poder por em pratica a referida lei, annexo (G). Nesta Carta Regia diz: *praticar a nova Lei de 11 de Fevr.º de sette sentos e dezanove*»;

porêm, não devemos duvidar que seja a mesma lei copiada no annexo (G).

Relativamente á nomeação dos empregados para a officina de Iguape, ainda não encontrei referencia nos livros aqui existentes; mas, os senhores João Muniz Claro e Dionizio Ferreira Lobo, serviram por diversas vezes nos cargos de Juizes Ordinarios, antes e depois do anno de 1722, como tambem o senhor Amador Franco durante alguns annos foi escrivão da Camara.

No anno de 1735 foi ordenada a cobrança dos quintos reaes das minas de Iguape por batêa, como já estabelecida nas Minas Geraes e de accordo com o decreto de 22 de Março de 1734. (Annexo H).

Em 8 de Outubro de 1735, o Dor. Manoel dos Santos Lobato, Ouvidor geral da Comarca, mandou matricular o povo que se achava occupado em mineração neste districto, como se vê pelo annexo (I).

Em relação á officina, devemos julgar que esta foi fechada pouco antes do mez de Abril de 1763, sendo neste mez que a Camara, por ordem do Governo, recolheu os utensis que erão usados na fundição de ouro (annexo J); porêm, nem porisso deixou de continuar a extracção de ouro, como está provada por um treslado de uma sociedade entre Joaquim Machado de Moraes e João Dias Baptista, para trabalharem com escravos nas minas de Yvupurunduba, cuja sociedade foi organisada no dia 15 de Janeiro de 1777.

E' pena que não seja possivel organisar uma estatistica da quantidade de ouro extrahido das minas deste districto; porêm, por um grande numero de termos de Vereança e de entrega dos quintos reaes que existem nos livros da Camara de 1731 a 1752, juntamente com os livros de assentos da officina, que remontam ao anno de 1668, creio que será aquem da verdade, calculando a extracção em quinze mil oitavas por anno.

Entre muitos termos de remessa annual dos quintos reaes á villa de Santos, de 1731 a 1752, encontrei somente um termo de quantidade menor de duas mil oitavas no dia 16 de Agosto de 1752, sendo que a remessa feita no anno anterior em 27 de Março era de duas mil quinhentas e setenta e duas oitavas. (annexo K).

Devemos lembrar que dos quintos reaes, recebidos na officina, sahia todas as despesas da mesma, as quaes podemos calcular em cerca de mil oitavas por anno, tanto mais em vista do documento firmado em 1678 por João da Rocha Pitta; portanto, si as remessas annuaes passavam de duas mil oitavas, te-

mos, reunindo estas com as despezas, além de tres mil oitavas, que representam a extracção official de quinze mil por anno.

Houve uma epoca em que o extravio conhecido era tão grande que o Governo, para evital-o, mandou edificar uma casa na margem do rio Ribeira, em logar onde os mineiros, descendo em canoas eram obrigados a passar, sendo ahi estabelecido um guarda fiscal para revistar os mineiros e registrar a quantidade de ouro que traziam para a villa.

O logar onde foi estabelecido essa guarda é conhecido até hoje pelo nome de «*Registro*».

Que existe ouro em abundancia ainda nos districtos de Iguape, Xiririca e Yporanga, não podemos duvidar; mas, as difficuldades de procural-o são muito grandes, visto a conformação do terreno e as mattas quasi inexpugnaveis que encobrem os terrenos desta zona. Somente no districto de Yporanga é que têm havido algumas tentativas de exploração mais ou menos systematicas; porêm, creio que si fossem exploradas certas partes de Iguape e Xiririca, seriam encontradas minas de ouro das mais ricas.

Nos assentos do ouro apresentados nos dias 26 a 29 de Dezembro de 1678, encontra-se um modo original de contar os annos que talvez seja desconhecido. N'um assento que o escrivão fez no dia 27, diz: «*Aos vinte e sete dias do mes de deZm^o^ na era de mil seis sentos e Setenta e oito anos digo setenta e nove p^r^ ser passado o dia do nassim^to^*» etc. Igualmente num do dia 29, diz: «*Aos vinte e nove dias do mes de DeZ^o^ de seis sentos e Setenta e nove annos p^r^ ser passado o dia de nassim^to^*» etc.

Si este systema de contar os annos n'aquella epoca era commum, havia engano forçosamente em qualquer documento passado entre o dia de natal e 31 de Dezembro; por esse motivo chamo a attenção dos interessados para o facto.

Iguape 1901.

ERNESTO GUILHERME YOUNG.

Fauores, ofrece fundóme q.e hoy assiste a Cortes con q.e se
de 26 de octubre 1635
Bartolomé de Tom.s que m.e dare
yo sus berridos mande maestr.e Cria de Agua dente
que se a satisfaçer. Lugo

ANNEXO B

Provim^{to} q deichou o dtor Pedro de Unhão Castel Branco Ouvidor G^{l} e juis dos feitos da Coroa Donotario fisco Reaes, Justsfica ção Prouedor dos Pesidios Auditor G^{l} da gente da Guerra Corregedor desta Comarqua com alsada por Sua Alt^{a} uo Siuel e Crime nacidade do Rio de Jan.° e en todas as Capitanias da Repartisão do Sul os quais Capitolos deichou nesta villa de hygoape e Sã os seguintes —Por quanto vindo en Correição a esta Villa de N.^{a} Snra das Neves de hygoape achej plas diligencias exzames q fiz nos ll.^{os} da offisina q se Junte e quinto o ouro de lauage m.^{tos} desCaminhos das q.^{tias} q delles se Cobrão p.^{a} a fazenda Real asim na Carga co mo na desCarga delles Como nas Prouisões e ordens Com q se desterião e nos quitos q os Officiais fazen no quintar delle e me Constar, Otro Sy plas informasoins q tirej aver vistos desCaminhos no ouro q se uende e trespasa em po Sem Se quintar e no q esta quintado o Destrahe os administradores p^{a} seus ordenados e dos prouedores o Thez° e esCriuão e mais offisiais sem terem orden de Sua Alteza p^{a} os Leuar e Ser tudo en grande dano e prejuizo da Real fazenda do dito Senhor p^{a} q se não Contenué Com o fundam^{to} de algûs chamados Regim^{tos} Com q Se desCulpão os taes desCaminhos mande Se goardam he oserião os prouim^{tos} sigintes Sobre as penas declaradas na ordinação l.° 5 tt° 24 q nos fins destes Capitollos hira Treslados p^{a} ser asim o mais Conueniente ao Seruiço do dito Senhor athe elles forão expressam^{te} deRogados o Reformados p^{r} expreça ordens Sua E outra algua Se não Goarde asin de gouernadores Capitais mores administradores Prouedores Goarda mores e Cameras Como de quaisquer outras Offisiais ou pesoas q Poder não mostrarão p orden expreça e tendo á ficara tresladada nos ll^{os} da dita offisina e Consertada p^{lo} esCriuão della e asinará Resibera Prouara—Em primeiro Lugar p^{r} quanto Se acha nesta offisina Varios Regimentos asim Reais Como do administradores geraes das minas dos quais Cada hum tire e llige a q mais conViniente he ha o seu particullar e não do augm^{to} da F^{da} Real: ordeno q somente se goarde o Capitollo onze do Regim^{to} de Sua Mag^{de} pasado ao Gouernador Saluador Correa de Sãa e Benavides Se goardará o dito Cap^{lo} no q toqua Somente a não se leuar Sellario algû dos q^{tos} de ouro de lauagem Como no Capitollo Se despoen p^{las} palabras Sigintes — 165 — Com deClaração q não Venserão nada os ditos ordenados sinão do ouro de Betá e não do de lauagé e Como the o prez^{te} se não tenha desCuberto Ouro de betas q so o q se quinta he o de lauagé não leuarão os Administradores gerais Ou particulares não os Prouedores Goarda Mores esCriuão The-

zoureiros fundidores Ministros ensajadores engenheros ou quaisquer outras pesoas ordenado do ouro de lauagé O qual se tresladará nos ll^{os} dos Registos he ora nos mandados q se pasarem para as Cobranças e Sem ella e o dito treslado o dito Thez^{o} lhe não fara pagam^{to} allias Correrão todos na pena da dita Ordenação o atras Sin Se goardara o Capitollo doze do Regim^{to} e o aluará q nelle manda Sua Mag^{de} goardar em quinze de Agosto de seis sentos e tres pelo qual fis muito o dito Senhor de largar as pesoas destas partes do Brazil as Minas q estiuesem desCubertos de ouro e prata q os desCubridores as poderão benifisiar e aproueitar a Sua Custa e despeza pagando a Sua Real fazenda o quinto Somente de todos o ouro e prata q das ditas minas Se tira Sem Saluo de todos os Custos depois de os ditos metais fundidos e apurados e dá o dito Senhor a forma e modo no dito Regim^{to} o qual se goardará Como o dito Senhor manda no dito Cap^{lo} Visto Se não achar p^{r} outro algum derogado e no q toqua o mais q Contem o dito Regim^{to} pasado ao dito Gouernador Saluador Correa de Sãa e Beneuides q foi pasado na era de mil e seissentos e Corenta E quatro. Ordeno Se não Goardem nem oseruem nên os Administradores Geraes ou partiCulares uzem dos preuillegios e Juridição nelles declarados Sem q p^{r} hisso tenha expreça prouizão de Sua Alteza p^{r} quantos os tais preuillegios e Jurisdiçam não foram Consedidos ao d^{to} G^{dor} Saluador Correa de Sãa Como AdMinistrador g^{l} das minas ja desCubertos Sinão das minas q se desCubrirão Como se mostra do dito Regim^{to} e Como foi Eleito a pessoa Em destra do dito Saluador Correa de Sãa e Beneuides p^{las} m^{tas} noticias q se asistião e intelligencias q poder fazer desCubrimentos de nouas minas não podem pasar os tais priuilegios e Juridição aos mais AdMinistradores p serem Conferidos a Eleição da pesoa ilustre e não ao Cargo e athe ainda andando em descubrim^{to} de nouas minas nas q estão desCubertas e Como o dito Saluador Correa de Sãa dejchou estas partes do Brazil e he morto Seu thio Duarte Correa Basqueanes a q Sua Mag^{de} Comsideu Som^{te} tambem a dita Juridição Com a tal Auzencia e morto aspirarão os tais priuilegios e Juridição q he Sem expreça prouisão Real p q Se Consede Aos mais AdMinistradores não podem uzar della e Sem a tal prouisão os offisiais da ofisina Camera e mais Justisas corrão Comsintão debaxo das mesmas penas: Otro Sy p quanto no 1.° das cargas do ouro q de prezente Serue esta numerado e Rublicado pelo AdMinistrador Geral Diogo Garneiro fontoura Se acha no prinsipio delle hum chamado Regim^{to} p q Se ordena Se destribué o ouro dos q^{tos} de Sua Alteza p ordin Dos AdMinistradores Gerais e Se pagem delle aos offisiais por-

quanto o dito Regim^{to} he contra o dispendido digo o desposto no da Sua Magestade Com asimo dito he Mando Se não goarde posto q seja Mandado Goardar p^{lo} dito Diogo Carneiro fontoura adMinistrador Geral p lhe não dar a sua Juridição poder p^{a} o poder fazer Como da Sua prouisão consta aos ordenados q en Vertude della Se tem leuado Serão oBriGados os q os leuarão a Recorrer a Sua Alteza p q lhe aja p bem leuados Conforme os Seruiços q cada qual lhe tiver feito na dita offisina e de hoje en diante não leuen os ditos Ordenados deBacho das penas da dita ordenação Sem embargo do dito chamado Regim^{to}: Otro Sy p algûs adMinistradores Gerais das Minas tirarão do Cofre m^{to} ouro dos quintos pertensentes a Sua Alteza pasando p^{a} hiso portarias dizendo nellas p^{a} pagam^{to} de seu ordenado a Rezão de quinhentos mil Reis p anno e agora me darão p rezão q como AdMinistradores o podiam levar Conforme o Cappitollo nono do Regim^{to} pasado ao Governador Salvador Correa de Sãa q he o q nos Capitollos atras tenho mandado Se não Guardem — Ordeno q de oie en diante não levem os ditos adMinistradores gerais o tal ordenado nen otro algû dos q^{tos} do ouro de lauagé p quanto o mesmo Regim^{to} lhe prohibe no Capitollo onze como dito fica. E posto q no dito Capitolo nono no dito Regim^{to} Consedese Sua Mag^{de} ordenados ao dito Correa de Sãa e Benevides alem de ser privilegio q aver aspirado p sua auz^{a} Como dito fica ainda Sin lhe he no dito ordenado Consedido no rendim^{to} das minas q desCubrise o q tanto asim observou o dito g^{dor} Salvador Correa de Sãa q consta p enformação serta e plas depresas da dita ofisina q elle não Cobrou os ditos quinhentos mil Reis nen ordenado algum dos q^{tos} do ouro de lauagé o q os mais AdMinistradores auião de sigir e não quererão uzar do dito Regim^{to} so p^{a} cobraren o dito ordenado e não p^{a} desCubrir minas digo e devião tanbem Sigir o q uzou Diogo Carneiro fontoura q sendo adMinistrador geral das minas não levou o dito ordenado nem ouro algû dos q^{tos} do ouro de lauagé plo q deBacho das penas da dita Ordenação mando q os adMinistradores geraes não levão o dito Ordenado nem ouro algû Ouro de lauagé nen os Provedores p.^{a} hiso lhe mando pasar mandados nem os esCrivais lhes fação posto q lhes mande pasar nem os Thezouzeiros lhe obedesão posto q lhos pasam a hûs e outros Sen se lhe aprezentar expreça orden Real p^{a} só a qual Se registrará nos ll^{os} da Camera he ora nos mandados q se pasarem aos Thezoureiros aSim os Incorrerão nas ditas penas e no q toqua aos q tem levado desporá Sua Alteza o q mais Comveniente for de Seu Real Serviso: e p q pelos libros desta offisina Se mostrão fazerem os offisiais della quitos as pesoas q se levão ouro a quintar não lhe

levando quintos do ouro q não chega a duas oitavas e meja não levão mais q meja oitava ha q^{m} leva seis ou sete oitavas lhe não tirão mais q hûa oitava e ha a q^{m} leva onze ou doze oitavas lhes não tirão mais q duas oitavas por não chegaren a doze e meja e assim perdoam Senpre as duas oitavas q Cresem de sinco e de des tanto q não chega a duas oitavas e meja o q tudo he en grande dano e perjuizo da faz^{da} Real p q quem tiver duzentos ou trezentos oitavas de ouro as levará a quintar sinão a Sete oitavas en q perden Consideravel faz^{da} os q^{tos} Reais p tanto ordeno q visto não aver Regim^{to} q tal mande se não fação de hoje en diante tais quitos sinão de todo q^{to} ouro for a quintar Si tirarão os quintos p.^{a} a faz^{da} Real p reta tudo o q lhe pertencer alias encorrerão nas penas das Sobre ditas Ordenaçam — Otro Sy p q en se vender ouro en pó a daren pagam^{to} ou entregue ou fazer compra Com elle e Segurar ou mandar p^{a} fora desta Villa ou Destribuir p qualquer manejra q seja E de grande dano e prejuizo a faz^{da} Real, ordeno q nenhûa pesoa de qualquer Calidade q seja Venda ou da en pagam^{to} ou en troca ou faça Compras e jogue ou mande p.^{a} fora desta Villa e Destribuir p qualquer manejra q Seja ô ffaça Contracto algum Com o dito ouro en pó Sem permeiro Ser quintado fundido e marCado debaxo das penas referidas e das mais q pareser justisa p^{a} seren Castigados. Otro Sy nehum ofisial da dita offisina pesa ou Cobre divida Sua o de outrem dentro da dita offisina de pesoa alguá q va a quintar ouro nen fora da dita offisina poderão Cobrar alguá divida no dia En q o ouro se quintar do dono Cujo for o ouro q se quintar não mandarão Cobrar as ditas dividas q entrar na dita offisina no mesmo dia e pasado elle o poderão fazer pelos mejos de Justisa quando amigavelm^{te} o não possão fazer digo ao os outros Sy não Consentião os ditos offisiais q na dita offisina e a porta della estejão aqueredores alguns ou seus percuradores p^{a} Cobraren dividas dos q forão a quintar o ouro por ser assim Conveniente ao Real Serviso da Sua Alt^{a} e ffazendo o Contrario encorreráo nas penas referidas e isto se intenderá Somente nas pesoas q forem a quintar ouro: E otro p q nos libros das Cargas e disCargas dellas o q serve de confuzão p^{a} o tomado das Contas e poder ter outros EmComvenientes: Ordeno q nos tais ll^{os} depois de numerados e Rubricados p^{los} adMinistradores e Provedores Com prinsipios E enserrame de Suas letras e Sinais se não esCrevão outra couza nelles senão os assentos e tais Carrgos os quais Capitolos todos atras referidos ordeno se goardem p^{los} offisiais das offisinas asim prezentes como futuros asim adMinistradores como todos os mais p ser isto o mais Comveniente ao Real Serviço de Sua Alt^{a} e ou governo de Sua fazenda o q

comprirão debacho da dita ordinação do 1° quinto titolo sesenta e quatro cujo treslado he o q abaxo Se Segua q aqui mandej lançar p^a não poderão alegar enorancia q estes Capitolos Si registrarão nos li^os da Camera p^a q os offisiais della os desta Cumprir e goardar como nelle se comtem — Treslado do Capitolo Vinte e quatro do livro q^to da ordinação — Capitolo Vinte e quatro dos offisiais de lleis q lhe furtão ou deixar perder Sua faz^da p malisia q qualquer offisial noso ou pesoa outra q algua couza Over de reseber Goardar Despender á aRendar nossas rendas ó administrar por qualquer maneira Se alguas das ditas contas furtar ou maliciozam^te leva ou deiche levar ou furtar a outren p q^to o dito offisio e tudo o q de nos tiver e pague nos a noneada a valia d'aquillo q asim for furtado ou levado mais aja a pena de ladrão q por nosa Ordinasoins aos Ladroins he ordenado segundo for a quantid^e da Couza e as mesmas penas averão Lugar nos nossos offisiais de qualquer ofisio q sejão q deven ajuda Comselho ou favor. E os offisiais Comtendas nesta Ordenação para fazer cada hua das ditas couzas — Hieronimo de Araujo — Pedro de Unhão Castel Branco — Manoel da Costa.

ANNEXO C

COPIA DE UMA FOLHA DE UM LIVRO VELHO DA OFFICINA

de ouro dos quais pertense a Sua Mag^de coarenta oitavas de ouro q carego aqui en Carga Vivo sobre o Thez° Francisco de Pontes Vidal de q fiz este asento en q se asinou o dito Thezurero e goarda Mor com o dito Rev° P^e Fran^co Per^a da Silva Eu Manoel Roiz escrivão da offisina e quintos Reaes O escrevj— Manoel Roiz Sintra—Fran^co Pereyra—Fran^co de Pontes Vidal.

Aos Vinte e hum de fr° de mil seis sentos e sesenta e oito annos Vejo a esta officina o Alferes Luiz da Silva perante os Officiais della o quintar p^a Ant° Peres quinze oitavas de ouro das quais pertense a Sua Mag^de tres oitavas q carego aqui en Carga Vivo sobre o Thez° Fran^co de Pontes Vidal de que fiz este asento en q se asinou o dito Thez° o goarda Mor Com o dito Luiz da Silva eu Manoel Roiz escrivào da officina e q^tos reaes oescreAi—Manoel Roiz Sintra—Fran^co de Pontes Vidal —Luiz da Silva.

Aos Vinte e hum de fr° de mil e seis sentos e sesenta e oito annos Vejo a esta officina G^lo Miz perante os Officiais della a quintar p^r Gonsalo Rib° duas oitavas e meya de ouro das quais pertence a Sua Mag^de meya oitava de ouro que Carego aqui en

Carga vivo sobre o Thez° Fran^co de Pontes Vidal de q fiz este asento en q se asignou o dito Thez° o guarda mor com o dito G^lo Miz eu Manoel Roiz escrivão de officina e q^tos reaes o escrevi —Manoel Roiz Sintra—Fran^co de pontes Vidal—G^lo Martins.

Aos Vinte e hum de fro de mil e seis sentos e sesenta e oito annos vejo a esta officina o Alferes Luiz da Silva perante os officiais della a quintar sete oitavas e meya de ouro das quais pertense a Sua Mag^de hua oitava e meya de ouro que carego aqui en Carga vivo sobre o Thez^ro F^co de Pontes Vidal de q fiz este asento en q se asinou o dito Thez° e goarda Mor com o dito Luiz da Silva eu Manoel Roiz escrivão da officina e q^tos reaes q o escrevj—Manoel Roiz Sintra—Fran^co de Pontes Vidal—Luiz da Silva.

Aos Vinte e hum de Fr° de mil e seis sentos e sesenta e oito annos Vejo a esta officina Fran^co de Veras perante os Officiaes della a quintar Sinquo oitavas de ouro das quais pertence a Sua Mag^de hua oitava que carego en Carga vivo sobre o Thez° Fran^co de Pontes Vidal de q fiz este asento en q se asinou o dito Thez° E. goarda Mor Com o dito Fran^co de Veras Eu Manoel Roiz Sintra escrivão da officina e q^tos Reais o escrivi—Manoel Roiz Sintra—Fran^co de Pontes Vidal—Francisco de Veras.

Aos Vinte e hum de Fr° de mil e seis sentos e sesenta e oito anno Vejo a esta Officina o Alferes Luiz da Silva perante os Officiaes della a quintar sete oitavas e meya de ouro das quais dise ser de Sancho de Ozedo e de Ildefonso Tinoquo das quais pertence a Sua Mag^de hua oitava e meya q carego en Carga vivo sobre o Thez° E goarda Mor Franc^co de Pontes Vidal de q fiz este asento en que se asinou o dito Thz° e goarda Mor com o dito Luiz da Silva Eu Manoel Roiz escrivão da officina e q^tos Reais o escrevi—Manoel Roiz Sintra—Fra^co de Pontes Vidal—Luiz da Silva.

Aos Vinte e dous de fr° de mil seis sentos sesenta e oito annos Vejo a esta officina o Provedor Manoel Roiz Sintra perante os Officiais della a quintar quinze oitavas de ouro das quais pertence a sua Mag^de tres oitavas que carego en Carga vivo sobre o Thez° Fran^co de Pontes Vidal de q fiz este asento en que asignou o dito Thez° e goarda Mor Com o dito Manoel Roiz Sintra Eu Manoel Roiz escrivão da officicina e q^tos Reais que o escrevj—Manoel Roiz Sintra—Francisco de Pontes Vidal.

Aos Vinte e dous de fr° de mil e seis sentos e sesenta e oito annos Vejo a esta officina o Alferes Luiz da Silva perante os Officiais della a quintar duas oitavas e meia de ouro das coais dise ser de Manoel de Souza das quais pertence a Sua Mag^de meya oitava.....

ANNEXO D

RESUMO DE ASSENTOS DECIFRAVEIS DOS LIVROS DE OFFICINA DE FUNDIÇÃO

UMA FOLHA

	Francisco Pereira da Silva (Padre). . .	200	oitavas
21 de Fevereiro de 1668.	Antonio Peres. . .	15	»
»	Gonsalo Ribeiro. . .	2 1/2	»
»	Luiz da Silva. . .	7 1/2	»
»	Francisco de Veras. .	5	»
»	Sancho de Ozedo e Ildefonço Tinoco. .	7 1/2	»
22 de Fevereiro de 1668.	Manoel Roiz Sintra. .	15	»
»	Manoel de Souza. .	2 1/2	»

OITO FOLHAS

21 de Dezembro de 1668.	Belxior Forão. . .	15	»
»	Manoel Alves. . .	12 1/2	»
»	Luiz da Silva. . .	17 1/2	»
»	Manoel Franco. . .	5	»
»	Luiz Palhano. . .	25	»
22 de Dezembro de 1668.	Antonio Luiz. . .	22 1/2	»
»	Luiz Palhano. . .	22 1/2	»
»	Luiz da Silva. . .	17 1/2	»
»	Francisco de Ozedo.	5	»
24 de Dezembro de 1668.	Antonio Alves. . .	40	»
»	Antonio Nunes. . .	65	»
»	Antonio Fernandes Chaveira. . . .	10	»
»	Diogo Pereira Paes.	22 1/2	»
»	Christovão Pereira. .	25	»
»	Antonio Franco. . .	10	»
»	Francisco Gonçalves Vianna.	25	»
»	Lourenço Martins. .	7 1/2	»
»	Marcos Lourenço. .	12 1/2	»
»	Maciel Lopes. . .	7 1/2	»
»	Severino de Veras. .	10	»
»	Manoel Gonçalves Penedo.	10	»

24 de Dezembro de 1668.	Francisco Rodrigues .	10	oitavas
»	Gonçalo Martins . .	12 1/2	»
»	Pedro Gonçalves . .	5	»
»	João Anhaya . . .	5	»
»	Padre Francisco Pereira da Silva . .	7 1/2	»
»	Antonio Peres. . .	2 1/2	»
»	Manoel Dias Pereira.	7 1/2	»
»	Antonio Cardozo . .	7 1/2	»
»	André Gonçalves. .	15	»
27 de Dezembro de 1668.	Manoel Alves . . .	22 1/2	»
»	Pedro Francisco Lima.	5	»
»	Manoel de Aguiar. .	7 1/2	»
»	André de Fontes. .	15	»
»	Paulo de Ozedo.. .	5	»
»	Raphael Marques. .	2 1/2	»
»	Bento Pereira. . .	17 1/2	»
»	Lourenço Alonço da Rocha.	7 1/2	»
»	Paulo de Veras. . .	10	»
»	André de Fontes. .	5	»
28 de Dezembro de 1668.	Gaspar Pereira. . .	10	»
»	Felipe Pereira. . .	5	»
»	Baltazar Serrano . .	7 1/2	»
»	Luiz da Silva. . .	12 1/2	»
29 de Dezembro de 1668.	Manoel Martins. . .	5	»
»	Francisco de Pontes Vidal.	10	»
»	Manoel Gomes. . .	5	»
»	Padre Francisco Pereira da Silva . .	2 1/2	»

DUAS FOLHAS

6 de Outubro de 1670...	Francisco Guedes. .	15	»
»	Manoel Monteiro . .	5	»
»	Sebastião Escudeiro. .	5	»
»	André Lopes. . .	5	»
»	Sebastião Rodrigues.	5	»
»	Valentim Rodrigues.	5	»
»	Trindade de Anhaya	2 1/2	»
»	Diogo Pereira Paes.	30	»
»	Francisco Rodrigues.	10	»
»	Antonio Franco . .	12 1/2	»

6 de Outubro de 1670...	Manoel da Costa. .	82 1/2	oitavas
»	Luiz da Silva . .	10	»
»	Francisco Rodrigues	2 1/2	»

UMA FOLHA

6 de Agosto de 1675....	Padre Dionizio de Mello Cabral . .	16	»
»	Paulo Teixeira . .	10	»
»	Manoel Lemos do Reino	15	»
»	Fernando Correa .	5	»
7 de Agosto de 1675....	Manoel Lemos do Reino	15	»

UMA FOLHA

5 de Agosto de 1676....	Luiz Ferrão de Castel Branco. . .	25	»
»	Padre Dionizio de Mello Cabral . .	15	»
»	idem	22 1/2	»
»	idem	15	»
»	Sociedade de sete pessoas. . . .	76	»
»	João Feio . . .	12 1/2	»
»	Antonio Franco. .	62 1/2	»

UMA FOLHA

28 de Agosto de 1676...	Um sociedade . .	102 1/2	»
»	Manoel de Rego do do Reino . . .	127 1/2	»
»	Padre Francisco Pereira da Silva. .	40	»
»	Pantaleão Thomé .	20	»
»	Antonio Luiz . .	127 1/2	»

UMA FOLHA

21 de Janeiro de 1677...	Belchior Forão . .	7 1/2	»
»	Trindado de Anhaya	7 1/2	»
»	Manoel Francisco da Cruz	40	»
»	Salvador da Costa .	5	»

21 de Janeiro de 1677...	Luiz da Silva . .	30	oitavas
»	Antonio Pereira de Abreu	70 1/2	»
»	Manoel de Souza Falcão	10	»

TRES FOLHAS

12 de Março de 1677....	Manoel Peixoto . .	30	»
»	Salvador Gomes. .	10	»
»	Manoel Dias Garcia.	20	»
»	Domingos Cubas. .	7 1/2	»
»	Antonio Francisco .	170	»
»	Severino de Veras .	2 1/2	»
»	Antonio Cardoso. .	5	»
13 de Março de 1677....	Antonio Chaveira .	15	»
»	Raphael Marques Ovelho. . . .	12 1/2	»
»	Manoel Monteiro da Rosa	22 1/2	»
»	Gonçalo Fernandes.	10	»
»	Raphael Marques de Araujo. . . .	30	»
»	Felipe Pereira . .	2 1/2	»
»	Manoel Peixoto . .	5	»
»	Luiz Indio . . .	7 1/2	»
»	Luiz da Silva . .	32 1/2	»
»	Antonio de Anhaya.	2 1/2	»
»	Manoel Gonçalves Penedo. . . .	12 1/2	»
»	Antonio Pereira de Abreu	202 1/2	»
»	Padre Francisco Pereira da Silva. .	10	»

QUATRO FOLHAS

6 de Abril de 1677.....	João Henrique . .	15	»
»	Antonio Teixeira .	30	»
»	Antonio Luiz Serrão	147	»
»	Vicente Corrêa . .	112	»
12 de Abril de 1677....	Salvador Cubas . .	20	»
»	André Dias . . .	17 1/2	»
»	Paulo de Ozedo. .	20	»

14 de Abril de 1677....	Manoel Rodrigues Cintra	225	oitavas
»	Luiz Palhano . .	50	»
»	Balthazar Rodrigues.	50	»
»	Antonio Fernandes Serrão	60	»
»	André Luiz . . .	35	»
»	Atanasio da Motta .	10	»
»	Antonio Pires . .	12 1/2	»
»	Diogo Pereira . .	32	»
»	Pascoal Pereira . .	10	»
»	Manoel Ribeiro . .	7 1/2	»
»	Sebastião Rodrigues	2 1/2	»
»	Fernando de Anhaya	12	»
19 da Abril de 1677	Francisco Teixeira .	10	»
»	Manoel Barbosa . .	10	»
»	Paulo Teixeira . .	12	»
»	Domingos de Brito .	47 1/2	»

DUAS FOLHAS

13 de Dezembro de 1677.	João Feio de Araujo	20	oitavas
»	Ignacio de Canto .	27 1/2	»
»	Luiz Ferrão de Castel Branco. . .	37 1/2	»
21 de Dezembro de 1677.	Luiz Ferrão de Castel Branco . . .	25	»
»	Manoel de Aguiar .	20	»
27 de Dezembro de 1677.	Antonio Pereira de Abreu	20	»
»	Luiz Palhano . .	10	»
»	Diogo Pereira Paes.	30	»
»	Pascoal Pereira . .	77 1/2	»
»	Manoel Ribeiro . .	5	»
»	Manoel Teixeira. .	37 1/2	»
»	Manoel Teixeira e outros	190	»

ANNEXO E

Considerando a melhor forma q ha de ser a arrecadação dos Reais quintos de Sua Mag^de^ q Deos g^de^ ainda que os provedores das officinas zellarem e Se empreguem na Sobredita arrecadação como podem suseder por algum insidente Adoecerem ou fazerem alguas auzencias como vares vezes tem susedido e ficar a officina em poder dos officiais menores della o q he de grande presuizo a Real faz^da^ de Sua Mag^de^ ordeno a VM^ces^ que o Juiz q asistir na Villa o seu anno asista ao quintar do ouro o q se não podera fazer sem a sua assistencia e asinara no livro da mesma sorte q o faz o provedor E a pessoa q quinta o ouro e avera na Camara hum livro em que o Juiz mandar lançar o ouro q se quintou no seu mez e as pessoas a quem se quintou e quando o ouro se mandar emtregar ao Administrador escrevera a Camara hua Carta ao governador em q lhe de conta do ouro q se quintou e tera o Cofre mais hua Chave alem das q tem a qual tera o Juiz e se não podera abrir o dito Cofre pera q desta sorte possa aver toda a segurança E boa arecadação e sabendo VM^ces^ q o provedor da officina quintou ouro algum sem a asistencia do dito Juiz lhe dou poder p^a^ fazerem hum auto delle e remeterem mo p^a^ mandar proceder contra elle e espero de VM^ces^ q esta minha ordem tem logo a excecução sem demora. g^de^ Deos a VM^ces^ m^tos^ annos Rio de Janeiro. Seis de Maio de mil e seis sentos e noventa e oito.—Arthur de Sa E Menezes.

ANNEXO F

Treslado de hû termo de composição feita entre partes de Fran^co^ de Veras e Domingos de Souza, he o seguinte:

Aos Catorze Dias do mez de Junho de mil setesentos e sete Annos nesta V^a^ de Igoappe em as pouzadas de mim t^am^ pareserão partes a saber o Capp^am^ Fran^co^ de Veras e Domingos de Souza moradores nesta dita V^a^ e pello dito Capp^am^ foi dito que elle quer enviar hû negro seu da terra por nome Jacinto p^a^ as minas de Cathaguas em Comp^a^ do dito Domingos de Souza dando-lhe o sustento desde pouzado athe as minas fazendo o carregar como pesa sua e q chegando nas Minas trabalharia o dito negro a tirar ouro, elle daria conta de seu Jornal e trazello outra vez em sua Companhia athe a esta V^a^ não no segurando

porem de morrer por ser mortal e outro sy de fugida e q depois de chegado daria o dito Domingos de Souza ao dito Capitão Franco de Veras do ouro q tirase o dito negro. E na forma sobredito ficarão auidos e Concertados e mandarão fazer este termo em o qual assignarão E eu Antonio Ruiz Madeira tabellião que o eserevj—Domingos de Souza Teixeira—Franco de Veras.

ANNEXO G

Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal e os Algarves da qm e da Lem mar em Africa e de Guine etc Faço Saber a vos ouvidor gl da cappitania de S. Paulo que eu fuy servido mandar passar a Ley que com esta se vos remete Sobre a cobrança dos quintos q me são devidos e da forma e procedimento q se ha de ter neste particular a qual se publica na chancellaria desta Corte e supposto se expediõ por tribunal incompetente pois devia ser Lavrada pello meu Conselho ultremarinho e porq se não mova alguma duvida na sua observancia me parece ordenar vos a fasais cumprir e guardar inviolavelmente na forma q nella se contem. El Rey Nosso Senhor mandou por João Thelles da Sylva e Antonio Rodrigues da Costa Conselheiros do seu Conselho Ultramarinho e se pasou por duas Vias Theotonio Pereyra Castro a fes em Lixboa occidental a dezouto de Fevereyro de mil e sete sentos e dezanoue. O Secretario André Lopes da Lavra o fis escrever—João Telles da Sylva—Ant° Roiz da Costa—Por despacho do Conselho Ultramarinho de dezesete de Feuereyro de mil e sete sentos e dezenove—Registado a provisão de S. Magestade a folhas duzentos e vinte e seis no Livro do registos do senado da Camara aos quatro de Agosto de mil e setecentos e dezanove—Corrêa—Fica Registado no L° tercero q serve de Registo desta Camera a folhas...pra Sanctos e de Agosto vinte de mil sete sentos e dezanove—Almada.

TRESLADO DA LEY SEGUINTE

Dom João Por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem e da lem Mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista Navegação Comercio de Ethiopia Arabia Persia e da india etc Faço saber que eu pasey ora hua Ley por mim asignada e passada pella minha chancelharia da qual o treslado he o seguinte—Dom João por graça de Deos Rey de purtugal e

dos Algarves da quem e da lem Mar em Africa Senhor de Guiné e da conquista Navegação Commercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc Faço saber aos que esta minha Ley virem que por Justas considerações de meu servisso dezejando evitar opreção que experimentão os moradores das Minas e principalmente os que são mais pobres pella dezigualdade e excesso com que são fintados para a contribuição do contrato das aRobas de ouro que convencionarem com o governador Dom Bras Balthasar da Sylveira e depois com o Conde de assunção Dom Pedro de Almeida seu suceçor no mesmo Governo averam de paguar em satysfação dos quintos de ouro que me pertensão pela regalia e Senhoriagem das mesmas Minas o que do presente lhes seria mais sensivel aos pobres por razão do acresentam^to^ da dita contribuição desta Ley em diante não tenha vigor algum nem se proceda pella ditta contribuição e pera o effeito da cobranca dos quintos do ouro que me são devidos sou servido que dentro no districto de Minas nos Sitios que paresseram mais convenientes se fabrique e estabeleça logo a custa da minha fazenda hua ou mais casas em que se haja de fundir reduzindo-se a barras todo o ouro extrahido das mesmas Minas e prohibe que pera fora dellas se possa levar ouro algum em pó ou em barra que não fundidas nas cazas Reaes de fundiçoens que mando erigir e somente permito q no districto das mesmas Minas possa correr o ouro em pó ou o que vulgarm^te^ se chama de folheta a razão de des tostões por outava e com elle poderão os ditos moradores entre comercial livrem^te^ e celevrarem as suas Compras e Vendas como lhe convier E pelo que pertende do ouro em barra dispois do fundido os nas ditas cazas Reaes da fundição correra no distrito da Minas a razão de quatorze tostões por oytava sendo de vinte e dois quilatos e a este respeito sendo de mayor ou menor ley tera o seu valor acresam^to^ ou diminuição conforme os seus quilatos E por quanto nas ditas cazas da fundição quando as partes a ellas levarem o ouro se ade arecadar o quinto que me pertence dareis a providencia necessaria para q se cobrim os direytos Reaes das Alfandegas dos Governos que entrarem nas ditas Minas por estarem comfundidos com a contribuhição das aRobas de ouro que se me pagavão em satisfação dos quintos E toda a pessoa de qualquer calidade estado ou condição q seia que levar ouro fora do districto das Minas ouro em pó ou em barra que não foi fundido nas cazas Reaes das fundiçõens incorrerá alem da pena de perdim^to^ de todo o ouro q lhe for achado ou Seja seu ou Alheyo na confiscação de todos os seus bêns e sera degradado por des annos a ira a India e pera este descaminhos e manifesto ordeno a todos os ouvidores geraes que no principio

de todos os annos comesem a tirar devasça que terão sempre em aberto athe o fim de Dezembro e nella inquirirão pellas pessoas que levarem ouro pera fora das Minas antes de ser fundido nas cazas Reaes pera este effeito destinadas e permito q os transgressores desta Ley sejão relevados e fiquem livres das penas q lhes são empostas ainda sendo cumprices no mesmo delito se em publico ou em segredo denunciarem dos descaminhos da extração do ouro q tenho prohibido possa sahir pera fora das Minas e de todo q denunciar e se julgar por confiscados avera a metade E para evitar a falcidade q pode aver ordeno que todas as barras q sahirem das cazas Reaes das fundiçoens sejão cunhadas nas pontas pella parte superior com as minhas armas e pella inferior com huma esfera declarandose no meyo da barra por ambas as partes o pezo e quilato do seu ouro e o anpo em q for esta fundida e alem destas cautelas poderam os ensayadores aCresentar todas as que lhe pareserem necessarias E pera q no caso q se offeressa alguma duvida sobre ser alguma barra falça ou verdadeiram^te fabricada p^lo q com mais facilidade se possa averiguar ordeno q nas cazas Reaes das fundiçoens ajão Livros de Registros em q se declarão asentos, de todas as Barras q nella se fundirem com declaração do pezo e quilato de cada huma das peçoas de quem erão e por q esta Ley não hade de obrigar nem ter execução emquanto se não fizerem prontas as cazas de fundição nem tanbão emquanto durar o contracto da contribuyção das aRobas de ouro q o Conde Governador das Minas ajustou com os moradores dellas lhe ordeno q regule o tempo em que a hade publicar com aquelle em q acabar o dito contrato pera q assim durante elle se dé consumo ao ouro q pella dita contribuyção ficou livre de pagar o quinto a minha fazenda e pera este effeito se fas necessario q primeyro q se publique esta Ley se trabalhe nas cazas de fundição pera q nellas se reduza a barras o ouro das partes q he livre de pagar quintos pello terem avido no tempo em q os satisfizerão pella contribuhição e pera que nesta materia se proseda com igualdade e conforme a boa administração da justiça ordeno ao dito Conde Governador mande por Editais taxando tempo serto pera q dentro nelle as partes possão dar consumo ou Levar as cazas das fundiçoens o ouro q tiverem pera q asim comesem a cobrança dos quintos nas ditas casas de fundição no dia emdiante sucessivo aquelle em q acabar a contribuyção e pello q pertençe ao ouro em pó ou em barra extrahido das Minas antes da publicação desta Ley e q se acharem em qualquer lugar do estado do brazil lhes consedo aos moradores delle pera o consumo e levarem as cazas de fundição o tempo de quatro mezes e aos moradores nestes Meus Reinos

Senhorios de Portugal lhes consedo para o consumo do ouro q tiverão o de dois mezes os quais hande comessar do dia da publicação desta Ley q ordeno se faça logo q se tiver notisia serta de se ter publicado no distrito das Minas e pasado o dito tempo que consedo pera o consumo do ouro todo o que for achado ou denunciado não sendo fundido nas minhas Casas de moeda ou das fundiçoens das Minas Sera Comfiscado os transgreçores desta Ley emCorrerão nas penas della pello q mando o regedor da Caza da suplicação e ao Governador da Relação e caza do Porto do Estado do Brazil e de todos os Corregedores ouvidores providores Juizes Justiças off^ces^ pessoas destes meus Reynos e Senhorios que cumpram e guardem esta minha Ley como nella se contem E outro sy mando ao Doutor Joseph Galvão de Lacerda do meu Conselho e Chanceller Mor destes meos Reynos e Senhorios q a faça publicar Na chancellaria Mor do Reyno na forma Costumada e emviar logo copia do prezente e treslado dela a todos os Ministros dos Conquistas e aos Corregedores e ouvidores das Comarquas destes Reynos e aos ouvidores das terras dos Donatarios em que os Corregedores não entrão por Correição pera q a todos seja notisia e se Registarão nos Livros da Meza do Dezembargo do Passo e nos das Cazas da Publicação Relação do Porto e da Bahia e nos do conselho da minha fazenda e Ultramar e nas mais partes onde Semelhantes Leys se costumão Registar e esta propria se lançará na Torre do Tombo Bras de Oliv.^a^ a fez em Lixboa osidental a onze de Fev^ro^ de mil e sete Centos e dezanove Antonio Galvão de Castello Branco a fes escriver — Rey — Ley por q Vossa Magestade ha por bem que nenhuma pesçoa de qual calidade que seia possa levar ouro extrahido das minas per fora dellas ou em po ou em barras Sem ser fundidos nas cazas reais das fundiçoens q he servido mandar exigir nas mesmas minas e q o q extraido dellas antes da publicação desta ley asim no estado do Brazil Como nestes reinos tenha consumo no termo asima declarado para que não haje ouro algû sem estar fundido nas cazas da moeda ou das fundiçoens das minas tudo com as cominaçôens e clauzullas asima atras referidas—Para Vossa Magestade ver—Por decreto da Sua magestade seis de Fro 1719—Sebastião de Costa—Miguel Fr de Andrada—Joseph Galuam de lacerda—foi publicada esta ley de sua Mag^de^ q Deos goarde na chancellaria mor da Corte e Reyno. Lixboa ocidental 14 de Jro de 1719—Maldonado—Com a qual lei mandar pasar esta carta para nos pella qual nos mando que tanto que for mostrada a façais publicar e registar na cabeça— E publicar Sobm^tes^ nos mais lugares della para uir a notisia de todos e se cumprir e goardar Como nella se Contem e a despeza

q se fizer nos mais lugares de uossa Comarca será a Custa das despezas da Justiça e q^{do} a nom ouuer sera a custa das rendas da Camara da Cabeça de uossa Comarca—Dada na cidade de Lisboa ocidental aos — El Rei nosso Senhor o mandou pello Doutor Joseph Galuão de la Serda do seu Comselho e chanceller mor destes reinos e senhorios de Purtugal—Dom Miguel Maldonado a fis anno do naCimento de nosso Sr Jezu Christo de mil e sete sentos e dezanove—Joseph Galvão—Fica registado a lei de sua Magestade no liuro de registos da Camara a folhas 222 verço até folhas 225 por mim Escriuão aos 4 de Agosto de 1719—Corrêa—fica registada a lei de sua Mag^{de} no liuro segundo do registo desta Camara a folhas 8 verço por mim Escriuão da Camara Santos de Agosto 20 de 1719—Almada—o qual treslado do treslado e noua lei de sua Mag^{de} que Deos goarde eu Ant^{o} Roiz madeira Escriuão da Camara em esta Villa de Igoape e seu termo tresladei bem e fielm^{te} do proprio original que me reporto e uai na uerdade sem Couza que faça duuida que Corri Comsertei e Conferi e asignei em os uinte e hum de Setembro de mil e sete centos e dezanove annos—Antonio Roiz madeira.

ANNEXO H

Treslado de hum bando do Exmo Sr. Conde Gn^{l} sobre a ComutaÇam dos Reaes q^{tos}:

Antonio Luiz de Tavora, Conde de Sarzedas, do ConCelho de Sua Magestade que Deos guarde, AlCayde mor da Cidade da guarda da villa de Siza e da de Ferreyra, Commendador das Comendas de Santa Maria de Seda da ordem de Aviz da de Santa Maria de Ferreyra de Santiago de Almalaguez da de Sam Joam Britto da de Sam Pedro finiz da de Santa olalia de Santalha de Santa Maria de Sarzedas todas da ordem do Christo e Senhor da mesma Villa e da de Sobreira fermoza, Governador e Cappitam General da Cappitania de Sam Paulo e Minas de sua repartiÇam etc.—Porquanto he servido Sua Magestade que Deos guarde ordenar me pello Seu Real décreto de vinte e dous de Março de mil sete Centos e trinta e quatro que em todas as minas desta Cappitanía de Sam Paulo se pratique hua muy uniforme CappitaÇam para se lhe pagarem os Reaes quintos por batea na forma que se estabeleCeu a dita CappitaÇam nas minas geraiz pellos ministros e mais pessoas a que Cometeu o seu

Real poder para o referido ajuste Com a differenÇa porem que nas minas geraiz seria o presso da CappitaÇam respectiva a ella, Cuja resoluÇam foi servido o dito Senhor mandar tomar em atenÇam a se atalharem os grandes roubos e desCaminhos que se lhe faziam Com semelhante proCedimento pagando muytas vezes a ignoranCia de muytas a Culpa dos transgressores das suas Leys que pareCia se poderia emmendar Com esta nova resoluÇam a visto do que ordeno e mando a todos os moradores das minas de Parnagua faCem manifesto de todos os seus esCravos Logeas e vendas que tiverem nas referidas minas e o mais. Contheudo no regimento desta CappitaÇam ao Intendente della que Ora me pareCeu nomear ao Doutor ouvidor geral da mesma Comarca a quem reConhecerem Com a tal jurisdiÇam para o expediente e CobranÇa dos Reaes quintos de todas as sobreditas minas e lhe obdeCeram a todos os seus editaes posturas e mais asesorias pertenCentes ao bem e utilidade da Real fazenda Sob as penas Contheudas no seu regimento que seram exeCutadas inviolavelmente na forma delle pello assim determinar sua Magestade que Deos guarde e para que Chegue a notiCia de todos e nam possam alegar ignoranCia em nenhum tempo se publiCará este bando a Som de Caixas em todos os areiais e povoaÇõens das referidas minas e dispois de registada na SeCretaria deste Governo e nos Livros da matriCula daquella repartiÇam e mais partes a que toCar se remeteram Certidõens por duas vias a mesma SeCretaria para todo o tempo Constar e se fixará este no lugar mais publico na Villa de Parnagua para que a todos seja presente. Dado e passado nesta Villa e praÇa de Santos aos quinze de Agosto de mil e sete Centos e trinta e SinCo annos. o SeCretario Antonio da Sylva de Almeyda o fez—Conde de Sarzedas—Registado na SeCretaria deste Governo no livro terceiro dos bandos a folhas trinta e duas Villa de Santos quinze de Agosto de mil sete Centos e trinta e Sinco—Antonio da Sylva de Almeyda—E nam se Continha mais no dito bando o qual eu CarLos Pinto do Reis Escrivam da Camara nesta Villa de Iguappe aqui o tresladei bem e fielmente do que me foi aprezentado pello proCurador do ConCelho Pedro da Sylva Per.ª ao que me reporto e vai na verdade sem Cauza que faÇa duvida que o Corry Conferi ConCertei tresladei e assignei em esta Villa de Iguappe em os dois dias do mez de Novembro de mil e sete Centos e trinta e SinCo annos—CarLos Pinto dos Reis.

ANNEXO I

O Doutor Manoel dos Santos Lobato ouvidor Geral na Comar-Ca de Parnagua por sua Magestade que Deos Guarde e Intendente da CappitaÇam e CommutaÇam dos Reaes quintos etc.—FaÇo Saber a todas as pessoas de qualquer Calidade e CondiÇam que sejam a que venham por sy ou por seus procuradores desde o prinCipio do mez de Janeiro do anno proximo futuro de mil e Sete Centos e trinta e seis matriCular e dar matriCula os escCravos e esCravas exCeptuando as Crioulas athe a idade de Catorze annos que tiverem e todos os que oCuparem em minerar ou em Citios e Rossas que houver nos arayaes em que se minera e qualquer idade que sejam ate o fim do mez de Fevereyro do dito anno que se ha de feixar a dita matriCula e serem obrigados a matriCularCe nam so os ditos EsCravos que minerem e se oCupam em os Citios e Rossas nas arayaes em que se minera mas tambem todas as pessoas Livres que por suas mãos minerarem ou sejam Europeos ou Americanos declarando os nomes idades e terras donde sam e alCunhas ou outras quaisquer deferenÇas porque se destingam os esCravos ou esCravas que tiverem o mesmo nome e idade: E outro sim seram obrigados a virem a matriCula ou mandarem seus proCuradores os que tiverem offiCios botiCaz Logeas vendas e asouguez no ditos arreyaes e Citios em que se minera: Como tambem as Logeas e vendas que houver nesta villa por ser distriCto dos ditos arreyaes e minas e nellas vir a parar a mayor parte do ouro, e logo faram entrega por sy ou pellos ditos seus proCuradores de quatro oitavas e trez quartos de ouro em pô muito limpo e bom de reCeber: e da mesma sorte dos officiaes que houver nas ditas minas e Arreyaes e seus distriCtos de Cada hum delles as ditas quatro oitavas e tres quartos: e os negros negraz e mullatos forros que nam minerarem nam pagarâm por sy mas sô pellos seus esCravos e as Logeas grandes pagarâm a vinte e quatro oitavas as medianas a dezeseis oitavas as inferiores a oito oitavas e as vendas a dezaseis oitavas e as negras Captivaz que estiverem nas vendas nam pagarâm mais que as ditas dezaseis oitavas por sy e pella venda e a toda a pessoa que se matriCular se lhe ha de dar bilhete imprenso e em forma por onde Consta ter satisfeito e estar matriCulado e tanto serâm os bilhetes quantos forem os esCravos ou pessoas que vierem ou mandaremCe matriCular: Cujos bilhetes guardarâ o donno dos esCravos ou as pessoas que se matriCulam para no anno seguinte por sy ou por seus proCuradores os apresentarem a elle dito Doutor ouvidor Geral ou a quem seu Lugar servir de Intendente fazendo lhe deClaraCâm dos que faleCeram e passaram

a outro donno ou se adquirriram de novo: e de nenhuma sorte falCificarâm os ditos bilhetes e tudo Cumprirâm Com CominaCâm de graves pennas Contheudas no regimento entre as quaiz ha hua dellas de dez annos de degredo para Sam Thome e lhe serem Confiscados seus bens nam tendo desCendentes ou aCCendentes: e denunCiando algum esCravo a sy ou algum Conservo alCansarâ a liberdade que se lhe ha de passar em nome de sua Magestade que Deos guarde sem que porisso faça gasto ou despeza alguma advertindo tambem que se ha de mandar por nos Lugares mais publicos dos Arrayaes freguezias e villas Listas dos esCravos vendas Logeas e mais pessoas obrigadas no dito Arrayal e minas e seos distriCtos para que quem quizer possa requerer as pennas em que sâm inCursos os sobnegantes: E para que Chegue a notiCia de todos e nam possam alegar ignoranCia em nenhum tempo se publicarâ este meu mandado a som de Caixas nesta villa e nos Arrayaes e minas de seu termo e dispois se Registarâ em os Livros da Camara desta villa de Iguappe a onde pertenCer e se fixarâ no lugar mais publiCo desta dita villa para que a todos seja prezente. Dado e passado nesta villa de Parnagua aos oito de outubro de mil sete Centos e trinta e Sinco annos e eu Manoel GonÇalvez Junqueiro esCrivam da IntendenCia e CappitaÇam dos Reaes quintos o fiz esCrever. E nam se Continha mais no dito mandado o qual eu esCrivam abaixonomeado aqui o tresladey bem e fielmente do proprio que me foi aprezentado pello proCurador do Concelho Pedro da Sylva Pereira ao que me reporto e vai na verdade sem Couza que faÇa duvida que o Corry Conferi Consertei treladei e asignei em razo somente em esta Villa de Iguappe em os tres dias do mez de Novembro de mil sete Centos e trinta e Sinco annos—Carlos Pinto dos Reis.

ANNEXO J

TERMO DE UEREANSA

1763

Aos doze dias do mez de Abril de mil e Sette Centos e SeSenta e tres annos, nesta Villa de Iguape e paços do Conselho e Casas da Camara della onde foi vindo o Juiz presidente Antonio Fernandes Veras, o uereador mais uelho Francisco Pereira Veras e os mais oficiais da Camara e o procurador della

Valerio Antonio de Mello para efeito de Se dar comprimento a hũa carta dos Senhores Governadores do Rio de Janr° a qual Se deo logo pronta exzecução fazendo publicar hum edital a respeita dos oficiais da ordenança e ahy Se detriminou recolher a casa a Camara a caixa e trastes que nella Se achão da oficinas Real da fundição Cujos trastes Sam os Seguintes, dous martellos, hua tines, hum tais, huns foles Velhos, hum Cofre, hua Vigorna pequena dous sintas e hua mira e tam bem Se despachou hua petiçã de João de Deos e Se detriminou a Requerimento do dito procurador chamar a Carlos Manoel Pereira da Silva para aperte de ver tome conta de Seo anno de procurador e de como não houve mais requerimento alguns mandarâ fazer este termo de uereança que aSinara e Eu Manoel Martins Borbon escrivã da Camara que o escrevy—Serrão—Veras—Paes—Mello.

ANNEXO K

1751

Aos vinte e sete dias do mez de março de mil e sete centos e cincoenta e hum annos nesta V^a^ de Iguape nos passos do Conselho e Camara onde e vindo os officiaes da Camara e de uereança p^a^ receberem os quintos reaes e disporem a caxão p^a^ o parço de Santos e sendo todos juntos elegero p^a^ a leua dos quintos ao Procurador do Conselho Manoel Pra da Faria como pessoa segura e abonada q há nesta v^a^ de Iguape e assim lhe fizer a entrega da taxa e borracha de ouro q pezava dua mil e quinhentos e setenta e duas oytavas e hu caxote de bilhetes e livros de entendencia de q de tudo se deu o ditto Procurador por entregue como consta do seu recibo q nesta Camara fica pello q mandera os dittos oficiaes fazer este termo em q todos asignara com elle recebedor e eu Chlemente de Azevedo escrivão da Camera que o escrevy: João Teix^a^ de Azevedo—Manoel de Veras Payz—João Antonio Lima—Ant.° Roiz Cunha—M^el^ Pr^a^ de Faria.

Noticia historica sobre a minha invenção de dois balões com azas para a Navegação Aerea.

A animação que recebi dos engenheiros nacionaes e extrangeiros obrigou-me á expôr no Salão do Instituto Historico em 1897 (1) o modelo de minha invenção, fazendo uma conferencia, na qual compareceu, alem de grande numero de homens illustrados, o presidente do Estado Dr. Campos Salles. Fui auxiliado na demonstração technica pelo Dr. Ferreira Ramos.

Havendo entre os assistentes diversos consules, por carta me solicitaram um exemplar de minha memoria. O nosso consocio Dr. Ritt, tendo enviado ao seu governo um exemplar, talvez a esta circumstancia devo o haver recebido um convite do Ministerio do Commercio para tomar parte do Congresso Internacional de Aereostação em 1900.

Eu já havia recebido um officio da Commissão de Aereostação do exercito informando-me que sob o n. 32 havia sido inscripta a minha memoria.

Os grandes Congressos só interessam á historia e á sciencia, não aos resultados praticos. Fui feliz em ver o grande interesse que despertava a minha invenção, sendo eu o unico brazileiro que tomou parte no Congresso. Agradeço ao Dr. Piza, ministro do Brazil, a carta que me deu de apresentação ao illustre especialista Banet-Rivet, que me deu conselhos praticos além de ter eu aprendido muito no seu livro «O Aeronautico».

Reconhecido como é em todo o mundo, como sendo a maior auctoridade sobre machinas de voar e balões o sabio O. Chanute, engenheiro consultor das Estradas de Ferro dos E. Unidos, tanto o Dr. Victor Tatin como Banet-Rivet aconselharam-me a dirigir-me a este sabio, enviando a minha memoria depois de completados os meus estudos, com planos e modificações; trabalho este que eu tive a honra de fazer, auxiliado pelo Dr. Victor Tatin,

(1) O folheto impresso em 1897 tem o titulo « Velo-aerio » Contém os artigos da imprensa e cartas.

a quem sou grato. Pedi ao Dr. O. Chanute, que, no caso de achar merito e que o meu invento fosse util e realizasse o desejado fim, me indicasse com franqueza quaes as modificações, e o que devia fazer.

Ao passo que o Dr. Victor Tatin, redactor da «Revue des Sciences» e inventor de um celebre Aeroplano, e Banet-Rivet me aconselharam a modificar o meu systema para um só balão com azas, verifiquei que o sabio americano me animava a não mudar de systema, vendo no meu invento uma garantia para a estabilidade da navegação aerea. Esta opinião tem grande valor que só avaliará quem conhecer o assumpto.

Illusões e erros haviam me amparado aqui antes de conhecer e estudar bem esta questão.

Hoje reconheço que as causas que têm embaraçado a navegação aerea são motivadas por vaidade de inventores que não adiantam senão modificações na solução já indicada e bem conhecida dos Governos da França e dos Estados Unidos, que mantem em grande segredo os seus balões dirigiveis para o caso de guerra. O sabio sr. O. Chanute indica como e de que modo poderia tambem o Brazil ter este grande melhoramento com o meu invento.

Eu rendo um preito de gratidão á esta douta Corporação, que, assim como é o amparo e o guarda da historia, saberá ser defensora da invenção que fiz e que lhe offereço para ficar guardada em seus archivos ou ter solução.

E' preciso lembrar a tradição historica que liga ao Brazil tantos inventores que no passado e no presente têm merecido este nome: Julio Cesar, P. de Souza, Severo, Dumont, Patrocinio e o humilde auctor destas linhas, tem provado que não são estereis as licções da historia dos inventores brazileiros.

O intrepido Dumont, gastando toda a sua renda, que já monta em muitas centenas de mil francos, em ensaios feitos á sua custa, é um attestado vivo do renascimento desta confiança e coragem com que os inventores, neste ultimo seculo, deram as suas energias para alcançar o dominio da atmosphera que os cerca.

O sabio professor Banet-Rivet, a quem coube a honra de ser o chronista da navegação aerea neste ultimo periodo da historia, em memoravel artigo publicado em Março na «Revista dos Dois Mundos», fez a critica do esforçado Santos Dumont em traços que julgo util deixar archivados:

«A questão dos dirigiveis, apezar de algumas experiencias tentadas em França e no extrangeiro, parecia adormecida, quando em 1898, graças ao sr. Santos Dumont, foi novamente posta na

ordem do dia, de maneira que agora mesmo se espera com certa impaciencia o resultado das experiencias definitivas que este aereonauta se propõe a fazer brevemente, com um dos dirigiveis construido á sua custa».

«O dirigivel que se propõe lançar é fusi-forme como o de Renard, porêm symetrico o que talvez seja um erro. Sua tonelagem é diminuta, cerca de 500 metros cubicos. Por este motivo para ganhar pezo Santos Dumont supprime audaciosamente a barquinha a qual substitue por forte vara de bambú, em cujo meio se acham collocados simples sellim de bicyclette e o motor com todos os accessorios. Este motor construido por Buchet é um motor a petroleo, de quatro cylindros, e que a despeito de pesar só 92 kilogr. desenvolve 16 cavallos, o que reduz o pezo do cavallo á cerca de 5,5 kg. O eixo do motor prolonga-se para diante até a engrenagem que transmitte o movimento á uma helice de duas pás, de 2 metros de diametro, muito leve, por traz da qual o aereonauta se acha, para bem dizer escondido».

A propulsão do motor opera-se com o auxilio de pedaes como nos tricycles de petroleo. A' direita do aereonauta acha-se collocada uma turbina de ar, leve, que pode ser movida pelo proprio motor e que serve para encher á vontade o balãosinho interior. Na sua frente acham-se dous reservatorios: um de essencia, para a alimentação do motor, outro de oleo. Emfim, perto delle, á sua mão, acham-se collocadas as almotollas e as ferramentas: alicates, chaves, etc.

«Um leme, situado na parte posterior, completa o aereostato».

«E' evidente que nesse dirigivel o pezo morto é muito inferior ao do «La France». Se as resistencias devidas ás cordinhas que substituem a rede, ao motor e aos outros accessorios foram bem calculadas, se o conjuucto forma um bloco rigido e indeformavel, Santos Dumont deve poder contar com uma velocidade propria de 10 metros pelo menos. Porêm em summa este aereostato ainda não affrontou o ar livre e seria talvez temerario affirmar que é proximo o dia em que veremos em meia hora, no maximo, percorrer os quatro kilometros que separam Suresnes da Torre Eiffel, dar a volta da torre e voltar ao ponto de partida».

«E' nestas condições e só nestas condições que poderão fazer jús ao premio de cem mil francos devidos á generosidade do sr. H. Deutsch».

O. Chanute, citado neste memoravel artigo de Banet-Rivet, mostrou que em 1890 o motor mais leve que se poude empregar pezava 27 kg. por cavallo de força, os motores de petroleo 40 kg., os electricos 59 kg., ao passo que em 1900 o motor Maxin

peza 3,6 kg., o motor a petroleo Langley 3,2 kg. e o electrico Hargreave 4,5 kg. e comparando-se o esforço do inventor Renard em 1884 com o pezado balão «La France» com o que fez agora Santos Dumont, reconhece-se que não se tem adiantado para a solução final, porque não se alterou de facto o que fez Bernard. Eu sempre estive persuadido que a estabilidade dos apparelhos para a navegação aerea se conseguiria com os balões conjugados e dahi o meu invento mixto. Foi com a mais viva satisfacção que consegui que o notavel engenheiro francez V. Tatin se encarregasse dos estudos para verificar se o nosso invento daria o resultado desejado, isto é, manter-se nos ares e navegar. (V. Tatin, Banet-Rivet e Chanute, estudando todo o systema, acharam que, como está, pode fazer 6 metros por segundo.)— Fiz algumas modificações para a cubagem dos balões, dando a sua construcção, por uma engenhosa idéa que tive comportas que servindo de segurança á carcaça, abrigam o aereonauta de perigos imprevistos. Tambem mudei a forma dos quadrantes parallelos do meu plano primitivo, conseguindo a deslocação do centro de gravidade por combinação de cordagem sem que ellas offereçam resistencia ao ar. A estabilidade que se obtem com o nosso systema deve ser uma garantia para ser preferido e nos é grato ver que o sabio O. Chanute pensa do mesmo modo.

Rendo minha gratidão ao sabio Banet-Rivet por ter citado o meu nome e feito a critica do systema em que me basiei, neste artigo da «Revista dos Dois Mundos», que é a historia fiel dos progressos feitos no seculo que findou e dos que bem mereceram da sciencia pelos seus esforços. Disse em resumo a nosso respeito o illustre escriptor: « E' certo, com effeito que a estabilidade e a segurança tão precarios nos aereoplanos são admiravelmente assegurados, pelo emprego dos balões como sustentadores d'elles ».

«Muitos aveadores pensaram em se utilizar, adoptando o systema mixto, balões aereoplanos, balões orthopteros, etc. Mas a respeito dos balões aereoplanos, não parece evidente que taes machinismos só servirão para sobrecarregar o peso, isto é balões collocados nas peiores condições para a velocidade ? »

«Seria melhor e preferivel o balão orthoptero como o que propôz o doutor Jaguaribe.»

«O systema mixto deve, pois, ser preferido a qualquer outro systema de balões ordinarios».

Na opinião deste professor, cuja grande competencia se reconhece pelo seu livro *O Aereonautico* e pelo estudo critico de que foi encarregado para a «Revista dos Dois Mundos» (1) é aos

(1) A navegação aerea e o seu futuro. *Revista dos Dous Mundos*, 1.º de Março de 1891.

aeroplanos que está reservada a solução da navegação aerea, dando preferencia ao Aeroplano do sabio O. Chanute. Sentimos discordar dos conceitos do mestre, mas como se verá de suas muitas cartas que entrego ao Instituto e do artigo que tanta sensação está produzindo, sua opinião e a confiança que elle tem nos aeroplanos devem ficar abaladas pelo juizo que O. Chanute acaba de emittir na carta que me escreveu e que entrego ao Instituto para tomar na devida consideração.

Resumindo, eu sou obrigado a reconhecer que a forma que dei ao meu invento de dois immensos peixes, que Chanute compara a dois salmões, tem com suas azas a vantagem de fazer nos ares o que os peixes fazem na agua. O modo pelo qual assegurei a estabilidade, sem offerecer com as azas e as superficies lisas do meu apparelho as grandes resistencias que tantos inconvenientes têm apresentado aos outros apparelhos, é garantia para que o meu invento mereça o apoio do Governo do Brazil, tal como o indica O. Chanute. As cartas de O. Chanute dando este parecer me parecem de grande valor, porque justamente quando Banet-Rivet volta para o grande americano as suas esperanças, este, em carta que me escreveu, com a mesma data do artigo da «Revista dos Dois Mundos», não só reconhece grande merito no meu invento, como aconselha a sua construcção, assegurando a estabilidade e uma marcha de 15 metros por segundo com uma despeza que nunca poderá exceder a 100 mil dóllares, inclusive todas as experiencias a fazer-se, tudo conforme os calculos que elle fez. Ao Instituto confio a deteza de «um parecer» que se me é honroso, mais será para o Governo do Brazil se o acceitar, pois que tanto aqui como no Congresso Internacional, onde procurei honrar o nome brazileiro, sempre declarei que eu não pedia nem queria privilegio, mas só concorrer para que os homens de sciencia julgassem o merito de meu invento.

Este resultado está alcançado. Lendo a «Revista dos Dois Mundos» e as cartas dos sabios que são reconhecidos como os mais competentes, os membros do Instituto verão que minha convicção foi confirmada. Terminando, chamo a attenção do Instituto para a ultima carta que acabo de receber de Banet-Rivet, em que me dá avizo que um suisso chamado Sutter está fazendo um balão com azas, a que o sabio chama «filho do meu.»

Faço doação ao Instituto das cartas que recebi de Banet-Rivet e O. Chanute, dos livros que servem para esclarecer o estudo de Aereostação, afim de que possam servir (com a grande auctoridade destes sabios) para apoio da commissão no caso que o Instituto esteja de accôrdo. O melhor modo que tenho para

encerrar esta exposição é copiar as palavras de O. Chanute, em sua carta de 6 de Fevereiro de 1901.

«O premio de cem mil francos em França parece tentador, mas o governo do Brazil faria melhor; guardando o segredo sobre as experiencias que fizesse com o vosso invento, é o que faz o nosso, que tem um apparelho em construcção que é baseado no «mais pesado que o ar.»

«Eu serei sempre feliz de corresponder comvosco e de vos indicar o pouco que sei».

Resumo das cartas que acompanham a exposição e o plano completo da construcção dos balões conjugados (systema mixto).

N.º 1—Aviso do Governo de França sobre o recebimento da memoria que apresentei ao Instituto.

N.º 2—Carta do Dr. G. Piza recommendando-me ao sr. Banet-Rivet e outros especialistas no assumpto.

N.º 3—Carta do Professor Banet-Rivet encarregando-me de o apresentar no Congresso de Aereostação, pedindo noticias sobre o meu projecto de navegação aerea.

N.º 4—Carta do mesmo informando-me do artigo que vae escrever na «Revista dos Dois Mundos», onde fará mensão do meu invento.

N.º 5—Carta do mesmo, agradecendo a remessa do documento que me pedira para dar noticia do Congresso, na «Revista dos Dois Mundos»; cita a opinião de Chanute, me dá conselhos para nunca emprehender, por mim só, a construcção de balões, mostrando mais que os calculos competentes provam que só poderia obter 6 metros de velocidade por segundo e que portanto não devo aventurar-me.

N.º 6—Nova repetição dos conselhos em que cita O. Chanute que orienta com segurança os auctores, de modo que não devo mandar o meu trabalho a este sabio, sem ter lido o seu livro.

N.º 7—Exame minucioso de minha memoria lida perante o Congresso de 1900. O calculo, feito nesta carta de Banet-Rivet, com o motor indicado a mim pelo sr. Tatin, dá 8 metros no maximo, mas 4 a 5 certos. O auctor preferia que eu fizesse um só balão com azas e de tonelagem dupla. Termina pedindo-me informações sobre o balão Dumont para o seu artigo.

N.º 8—Carta recebida em minha volta de Pariz datada de 10 de Março, em que o auctor do livro «O Aereonautico» me aviza que se falla muito de um balão de um suisso Sutter, balão com azas, que o sr. Banet-Rivet diz ser evidentemente «filho do meu». Insiste o sr. Banet-Rivet na vantagem de um só balão.

N.º 9—Carta do engenheiro O. Chanute em que diz ter recebido e lido com o maior interesse a minha memoria, acha que a minha invenção tem «muito merito» e termina aconselhando de fazer modificações na construcção para que consiga ser bem succedido. Faz o estudo e analyse da resistencia, chegando á conclusão de que, como está o meu invento, só poderá conseguir 5,97 metros por segundo

N.º 10—Em resposta á carta em que eu perguntava se as modificações a fazer deviam me dar ou não esperança de um exito completo, pois que eu não faria nada para vir a emprehender, sem a opinião competente delle, — o mesmo me faz ver que seria preciso despender de 50 a 100 mil dóllares e que só ao Governo do meu paiz devia caber esta tentativa. Mostra que os balões conjugados de minha invenção garantem a estabilidade.

Diz elle que é muito possivel que com os dois balões eu possa ter 4 a 5 diametros augmentando o cubo relativo e diz que com dois balões de igual comprimento com 20 a 25 diametros eu obteria 15^{mts} por segundo. Nas despezas Chanute inclue todas as tentativas feitas em experiencias até o exito completo. Diz mais que o Governo do seu paiz tem já um balão baseado como o meu no principio do «mais pesado que o ar» e que o Governo do Brazil deve mandar construir o meu invento guardando o segredo.

N.º 11—Insiste em que ao Governo do Brazil cabe empregar os recursos para a construcção e se põe á minha disposição, dizendo que eu com as provas que dei e os conhecimentos que hoje tenho, estou mais do que ninguem apto para levar a empreza a bom fim.»

O motor preferido é o de petroleo de Bouchet. Termina, me dizendo que se o seu Aereoplano pudesse servir de qualquer modo ficará á minha disposição.

N.º 12—Carta do Rei dos Belgas agradecendo a remessa de minha memoria.

N.º 13—6 volumes contendo os trabalhos de O. Chanute.

N.º 14—O livro do prof. Banet-Rivet L'Aereonautique.

N.º 15—O livro do prof. Marey «Le vol des oiseaux».

N.º 16—Varios folhetos.

S. Paulo, 13 de Maio de 1901.

Dr. Domingos Jaguaribe.

PARECER SOBRE O — APPARELHO MIXTO PARA A NAVEGAÇÃO AEREA — DE INVENÇÃO DO DR. DOMINGOS JAGUARIBE, APRESENTADO AO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SÃO PAULO.

O apparelho mixto para a navegação aerea de invenção do Dr. Domingos Jaguaribe consta de dous corpos principaes, fusiformes, eguaes, symetricos e conjugados solidamente, n'um systema invariavel, recebendo o gaz hydrogenio. No intervallo delles fica o motor e diversos orgams do apparelho. De cada lado do conjuncto estão collocadas duas azas, articuladas no ponto de ligação, e podendo elevar-se ou abaixar-se em relação ao plano horizontal do apparelho por meio do movimento communicado pelo motor. Em meio da popa do conjugado fica uma helice tambem accionada pelo motor e destinada a propellir o apparelho. Aos lados d'esta helice ficam os lemes assentados no extremo de cada um dos corpos principaes e tornados solidarios por meio de cabos, e em plano inferior ao apparelho e suspensa por fios de aço fica a barquinha, cujo fim, em razão de seu pezo, é de contribuir para manter-se a estabilidade de todo o systema.

Os orgams e os dispositivos adoptados na construcção do apparelho mixto vêm descriptos e desenhados na memoria junta com os detalhes precisos, e calculados os respectivos pesos, que ao todo sommam 2266 kilogrammas. Como os dous balões representam 2060 metros cubicos de capacidade, a respectiva força ascencional será de 2266 kilogrammas.

Tatin admitte que um motor da força de 20 cavallos seria sufficiente, isto é, 10 cavallos-vapor por balão.

Com essa base o Sr. Bannet Rivet, partindo da hypothese mais favoravel, calculou a velocidade do apparelho navegando em 8,^{m}166 por segundo, ou talvez 4 a 5 metros na realidade

O mesmo auctor opina que um balão só, ainda que com sacrificio da estabilidade, seria melhor, e que para o apparelho surtir real effeito careceria ao menos de accusar 10 metros de velocidade, para o que deveria dispôr de um motor da força de 36 cavallos 44; entretanto que um balão unico de egual capacidade não exigiria senão 29 cavallos-vapor. Adoptando-se o motor Buchet de 5,5 kilos por cavallo-vapor empregado por Santos Dumont, os 29 cavallos-vapor importariam n'um peso de 150 kig. 50.

O engenheiro americano O. Chanute, de Chicago, opina do mesmo modo, acha o invento de grande interesse, mas calcula que será lento por causa dos dous balões e das azas que hão de offerecer grande resistencia, resultando d'ahi, segundo os seus

calculos, uma velocidade de 5,^{m}97, apenas, por segundo, quando a de 10 a 15 é a verdadeira meta a attingir, e conclue propondo modificações para diminuir a resistencia e suspender peso mais consideravel, o que elevaria, decerto, as despesas de 50 a 100 mil dóllars, empreza só propria do Governo, se elle desejar possuir essa machina para fins militares.

Do exposto se vê que os esforços do nosso digno consocio, si não attingiram o alvo, não se apartaram muito d'elle.

O Instituto deve acolher com as melhores provas de sympathia esses esforços, esses sacrificios, feitos por quem não sendo especialista, nem mechanico, se atirou a emprezas arduas que demandam talento e dispendios avultados. Julgarão outros que taes esforços e sacrificios foram em pura perda, e que o cabedal de saber humano com isso não lucrou. E' um engano. Os grandes inventos não foram obras de profissionaes especialistas, e se na hora presente rejubilamos-nos, todos os brazileiros, pelas recentes descobertas de Santos Dumont, um profissional, não nos esqueçamos que a primeira machina de voar foi um invento de Bartholomeu de Gusmão, — um simples padre.

A Commissão é de parecer que sejam impressas na «Revista do Instituto» a memoria sobre o apparelho de voar do nosso digno consocio como tambem as cartas dos Srs. Bannet Rivet e Chanute, que a analysaram e julgaram tão proficua.

S. Paulo, 5 de Setembro de 1901.

THEODORO SAMPAIO.
ORVILLE A. DERBY.
FRANCISCO FERREIRA RAMOS.

NOTA

Dans le dévis de notre appareil nous avons changé la manière de dèplacer le centre de gravité. Au lieu de grands arcs de ceréle dans les quels roulaient 2 poulies P P reliées par l'axe X des figures 3, 4, comme on le voit dans notre memoire lu an Congres Universel, nous avons adopté un nouveau mode de deplacement qui est expliqué dans le dévis à la figure 22 de la planche q.

TIRÉ Á 25 EXEMPLAIRES — Paris—1900

D.r DOMINGOS JAGUARIBE

France :
165, BOULEVARD HAUSSEMAN
Paris

Brésil :
RUE JAGUARIBE
São Paulo

APPAREIL MIXTE

POUR LA

LOCOMOTION AÉRIENNE

Par le Docteur Domingos Jaguaribe

DESCRIPTION

Fig. 1 — La figure représente l'appareil vu par sa face dorsale. Cette figure est completée par les figures suivantes 2 et 3.

L'appareil se compose de deux corps principaux, a, á, de forme allongé et dont les capacités sont remplies de gaz hydrogéne. Ces deux corps sont reliés invariablement par un entrecorps JJ contenant le moteur et divers organes dont il sera parlé plus loin.

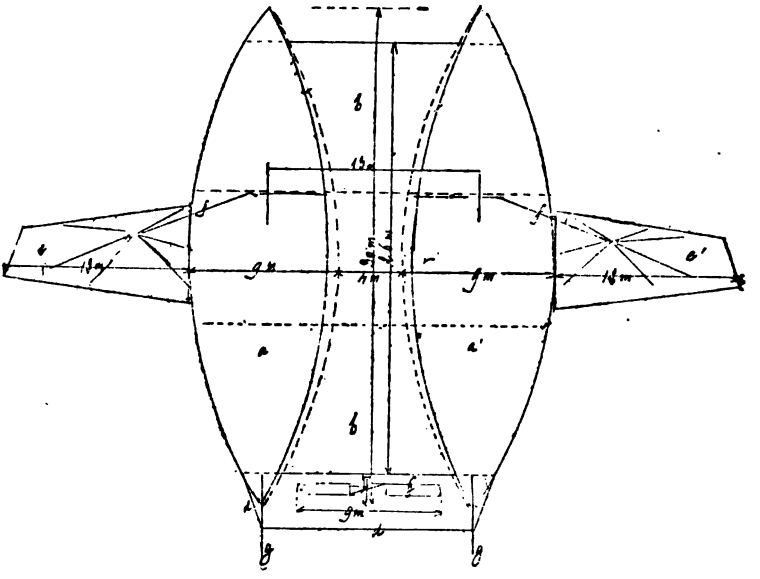


Fig. 1

De chaque côté de cet ensemble sont placées deux ailes cc'articulées à leur point d'attache et pouvant ainsi s'elever ou s'abaisser par rapport au plan horizontal de l'appareil, ce mouvement est obtenu par là manoeuvre des bras f f qui réflechis sur des poulies et des galets á gorge, reçoivent leur commande de l'intérieur de l'entre corps.

Chacun des corps est maintenu dans sa forme et sa position respéctive par de solides carcasses intérieures décrites plus loin, et assurant à l'ensemble une rigidité parfaite.

Au milieu de l'arrière de l'entre-corps est placée une grande hélice mue par le moteur et destinée à assurer la propulsion de l'appareil.

En gg' sont deux gouvernails rendus solidaires au moyen du cordage d' ; les mouvements de ces gouvernails sont obtenu au moyen des drosses dd' fixées par une extrémité vers les deux tiers de la longueur des safrans et dont l'autre extrémité, réfléchie sur des poulies, contourne la partie inférieur de chaque ballon pour pénétrer ensuite dans l'entre corps d'oú on leur donne le mouvement.

Fig. 2 — Cette figure représente l'appareil vu par l'arrière. On y voit la position suivant un plan vertical des diverses parties déja indiquées à la figure précédente les mêmes lettres de références étant appliquées aux mêmes organes.

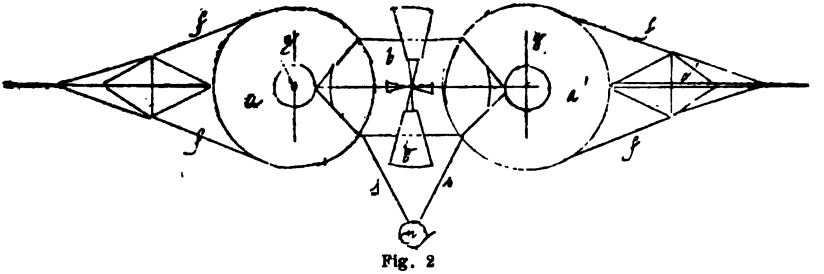


Fig. 2

On y remarque de plus une petite nacelle n vue en bout et qui, étant placée au-dessou de l'appareil, a pour but, à cause de son poids, de contribuer au maintient de la stabilité.

Cette nacelle est suspendue au moyen des cordages s s.

Fig. 3 — Ici l'apparei est vu par le travers ; on y distingue, la projection latérale du gouvernail de droite g, l'ensemble est sensément coupé de l'avant à l'arrière par le milieu de l'entre-corps J, ce qui permet de se rendre compte de la forme de cette partie de l'appareil au point de vue de la résistance qu'il doit éprouver en se mouvant dans l'air.

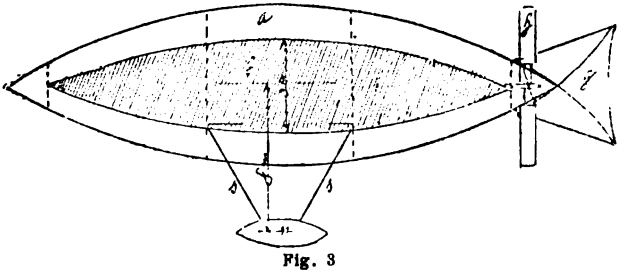


Fig. 3

A la partie inférieure de cette figure on voit aussi la forme de la petite nacelle dont il est parlé plus haut, ses suspensions SS, en pénétrant dans l'entre-corps se réfléchissent sur des poulies et de là vont aboutir à un treuil dont il sera parlé plus loin, et permettant d'allonger les suspensions d'avant en même temps qu'on raccourcit celles d'arrière ce qui en modifi-

ant la position relative du centre de gravité, oblige l'ensemble à s'incliner, soit en avant pour descendre, soit en arrière pour monter selon qu'on aura allongé ou raccourci les suspensions d'avant ou d'arrière.

Fig. 4 — La figure 4 représente les parties principales de la carcasse destinée á assurer la rigidité de l'ensemble; elles sont au nombre de deux et placées dans l'intérieur des corps principaux et verticalement — Ce sont les gabarits du navire; ils se composent de jantes en bois I maintenues en forme par 24 rayons d'acier pour chacune; leur écartement est assuré par les traverses tt' et le parallelogramme central est rendu indéformable par des croisillions de fils d'acier.

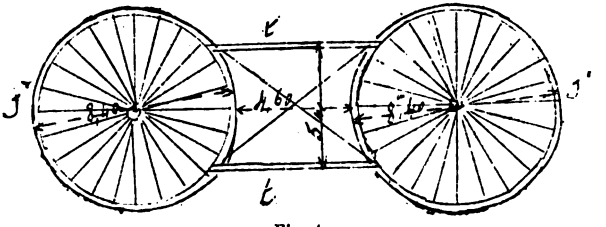


Fig. 4

Fig. 5 — Vue de la jante J de la figure précédente et suivant une section á la hauteur d'un rayon. Cette jante est composée de plusieurs épaisseurs de bás de fréne courbé et le tout relié par des clouures ou des vis — Y est le bout d'un rayon avec son écrou en cuivre — En g est une gorge destinée à recevoir une ligature fixant l'étoffe.

Fig. 6 — Coupe de la traverse t formée de quatre bandes de sapin assemblées par des vis sur quatre tringles carrées de même matière.

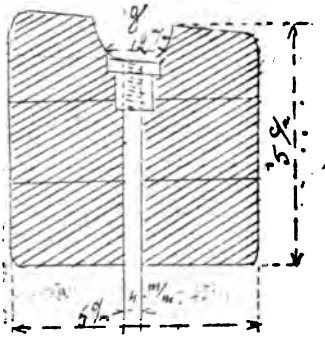


Fig. 5

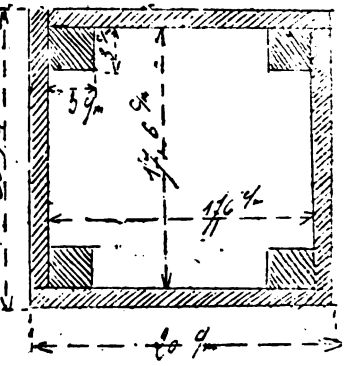


Fig. 6

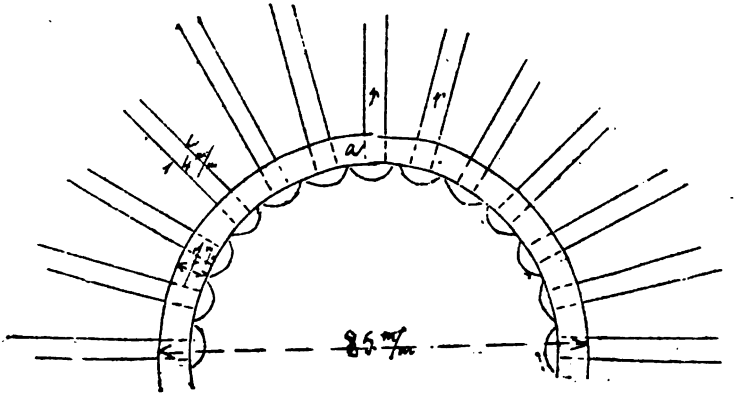


Fig. 7

Fig. 7 — Assemblage des rayons au centre de chaque cercle un anneau d'acier sert á les retenir tous par leurs têtes.

POIDS

4 grandes jantes en bois de fréne de densité — 0,6 .	153 K
Rayons acier avec bagues centrales et écrous . . .	40 »
4 traversas creuses en sapin de densité — 0,45 . . .	104 »
	297 K

Fig. 8 — Montrant le mode d'assemblage de la jante J avec la traverse t au moyen de trois boulons d'acier.

On voit au-dessous, en L, la section d'une longrine dont il sera question plus loin.

Fig. 9—Est une section suivant la ligne ponctuée AA de la figure précédente. La traverse creuse est diminuée de largeur en approchan de la jante ;

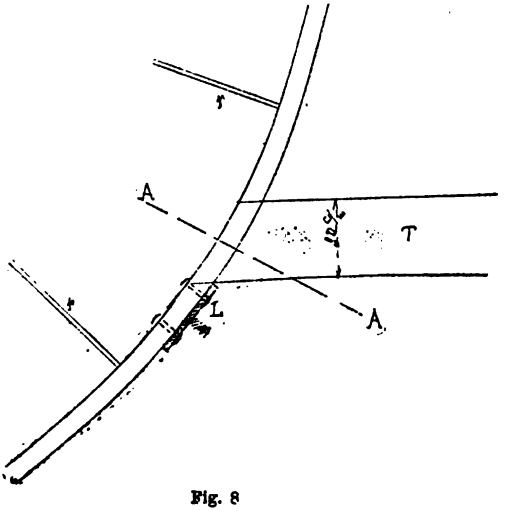


Fig. 8

cette diminution se fait graduellement á partir de la distance d'environ, 0,80 et le façon à n'avoir plus que la largeur exacte de cette jante à l'endroit du boulonnage; celuici est composé de tiges d'acier, terminées par des écrous de serrage KK'.

Afin d'assurer un partage exact des flancs des traverses sur les jantes, il y aura liées a'intercaler de petite,

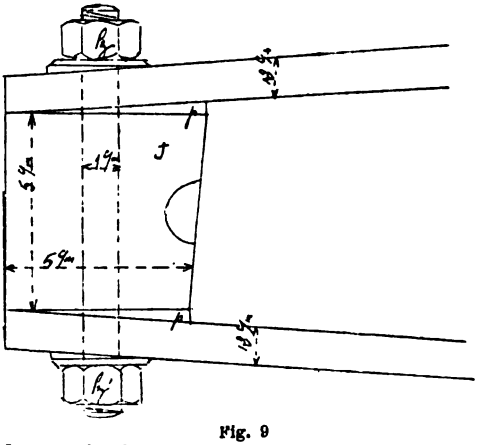


Fig. 9

piéces de bois pp entre les parties à serrer.

Fig. 10—Cette figure réprésente deux autres parties de la carcasse contenue dans les corps; elles sont situées près des extrémités vers l'avant et vers l'arrière; ces piéces étant d'un plus petit diamètre que les précédentes, il est inutile de les munir de rayons pour les maintenir; leur regidité étant suffisante. Une seule traverse les réunit et cette traverse, étant placée à l'extreme bord de l'entrecorps, affecte la forme triangulaires de façon à présenter à la resistence, de l'air un angle aigu.

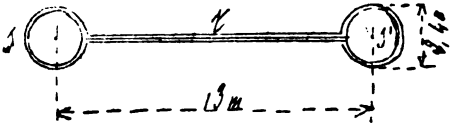


Fig. 10

Fig. 11—Section des jantes J de la figure précédente, leur construction est identiquement la même que celles des jantes de la figure 5. Leur surface extérieure est oblique afin d'épouser la forme que prend le ballon a l'endroit que ces jantes occupent.

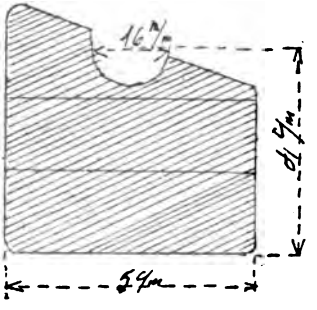


Fig. 11

Fig. 12 — Cette figure est une section de la traverse triangulaire t qui relie les jantes; cette traverse est formée, comme celles déja décrites, de bois de sapin et assemblée à vis. La liaison de cette traverse avec les couronnes des jantes se fait par un mode analogue à celui des figures 8 et 9 et n'offre rien de particulier.

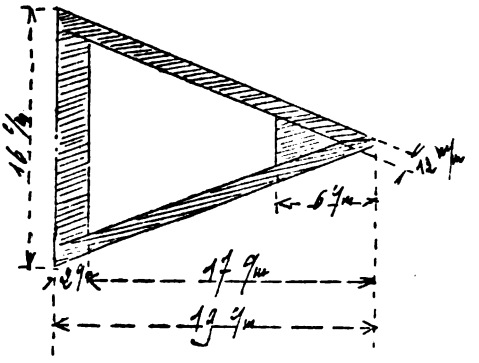


Fig. 12

POIDS :

4 jantes en bois de frêne de densité — 0,6	45 K
2 traverses triangulaires en sapin, densité — 0,45 . .	65 »
	110

Fig. 13 — Les quatre cercles riliés à des travesses et que nous venons de décrire sont, en outret attachés les uns aux autres à des distances convenables, au moyen de six longrines, soitrois pour chaque corps di ballon; ces longrines fixeés aux jantes J J sont représentées em L L L — (on a donné à cette figure un peu de perspective pour la rendre plus facile à interpreter.

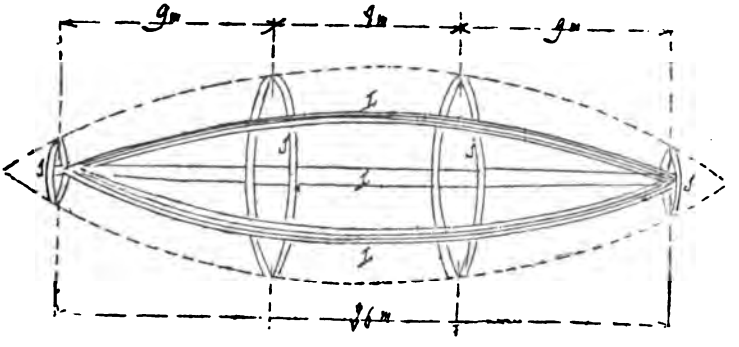


Fig. 13

Fig. 14 — Représente une section de ces longrines ; on y voit que leur construction est composée d'une bande principale renforcée d'un côte, en son milieu, par une nervure ; le tout en bois de sapin — Ces longrines pourront être — un peu diminuées en largeur en approchant de leurs extremités, comme l'indique la figure 13.

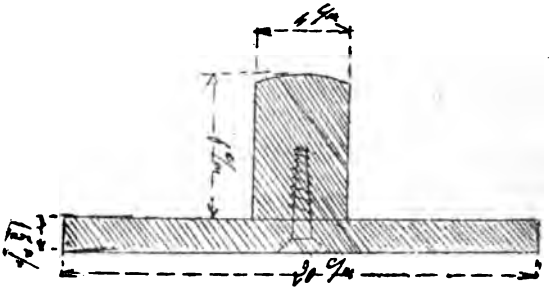


Fig. 14

Fig. 15 — Cette figure, qui complète la figure 13, fait voir les positions qu' occupent les longrines L L L sur la circonférence des jantes J.

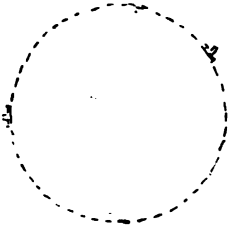


Fig. 15

POIDS

Six longrines reliant les jantes de la carcasse en bois de sapin de densité 0,45. . . . . 285 R.

Fig. 16 — Cette figure fait voir les diverses capacités destinées à recevoir le gaz ; elles sont au nombre de trois dans chaque corps et sont separées par les grandes roues formant la carcasse ; toutes ces capacités sont cependant reliées entre elles par un jeux de tuyaux en étoffe vernie t°, les 2 capacités centrales

affectent la forme de cylindres ventrus mm; les quatre capacites extremes ont la forme de cônes, dont la gènèratrice serait un peu cnrb cccc —Ces six ballons sont représentés sur la figure par des traits pleins; enfin les contours en traits ponctuès indiquent une enveloppe générale contenant le tout— L'ètoff e des ballons à gaz est enduite de vernis ordina, ire à ballons tandis que l'enveloppe est en étoffe non vernie.

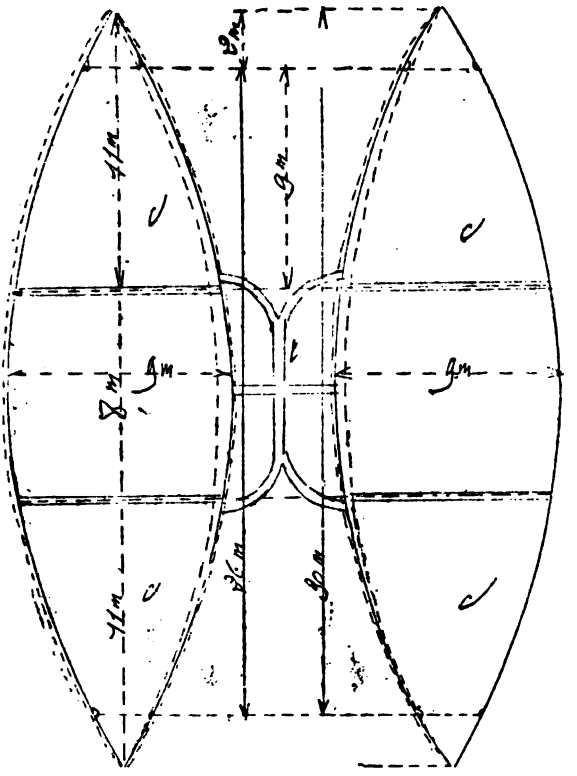


Fig. 16

Fig. 17 — Coupe par le travers et au centre de la figure précédente; on voit à la partie inférieure, côté gauche, em V une capacité intérieure pouvant être gonflée d'air et ayant alors la position indiquée, on voit en V'., côte droit, la même capacitè affaissée et, par conséquent vide. Cette capacité peut être remplie d'air au moyen d'un pe-

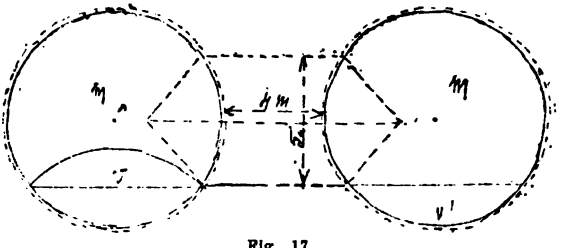


Fig. 17

tit ventilateur installé dans l'entre-corps afin de maintenir la forme du ballon malgré les pertes de gaz possibles.

POIDS

Enveloppe exterieure des ballons en étoffe non vernie 1100 mq. a 0k,150.	165
Enveloppe de l'entre corps, non vernie. . . .	55
Ballons à gaz, vernis, 1540 mq à 0k,280. . . .	430
Ballonets intérieurs à air.	40
	690 Kgo.

Fig. 18 — Carcasse des ailes en bois de sapin et renforcée par des haubans en fils d'acier. On voit en *aa*, les articulations qui servent à relier les ailes aux longrines laterales des corps principaux tout en leur permettant d'osciller dans un plan vertical.

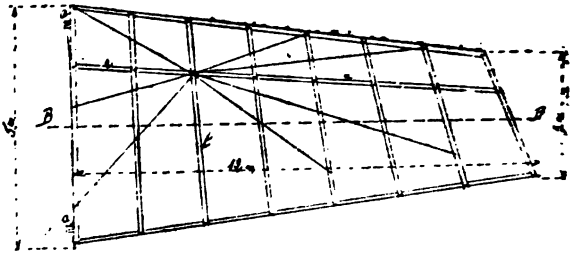


Fig. 18

Ces carcasses se composent d'une nervure principale *n* reliant entre elles les traverses secondaires *tt* et dun bord mince en haut et en bas.

Fig. 19 — Séction de la figure précedent suivant la ligne B. B.; En y voit particulièrement les petites mats coniques d'où partent les haubans de soutien; c'est aux sommets de ces mats que doivent se fixer les bras de commande indiqués en *ff* fig. 1.

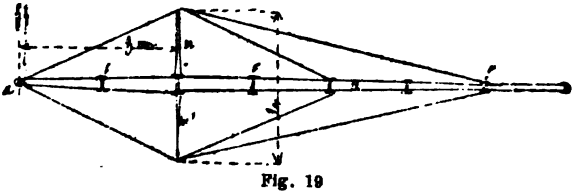


Fig. 19

Fig. 20 — Représente une vue latérale de l'une des petites nervures *tt* vues en plan fig. 18 et en coup fig. 19.

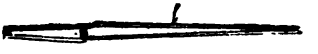


Fig. 20

Fig. 21 — La figure 21 est une section de l'une de ces nervures faisant voir leur mode de construction. Elles se composent d'une âme verticale centrale sur laquelle sont solidement fixées ses lattes longitudinales. L'âme centrale doit diminuer de hateur en se rapprochant des extremités où elle devient nulle.

POIDS :

2 Carcasses en sapin de densité 0,45	80 K.
Fils d'acier et étoffe non vernie .	28
	108

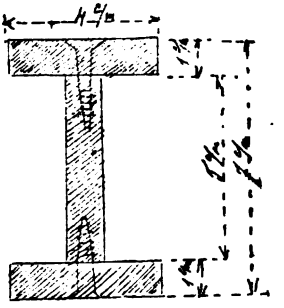
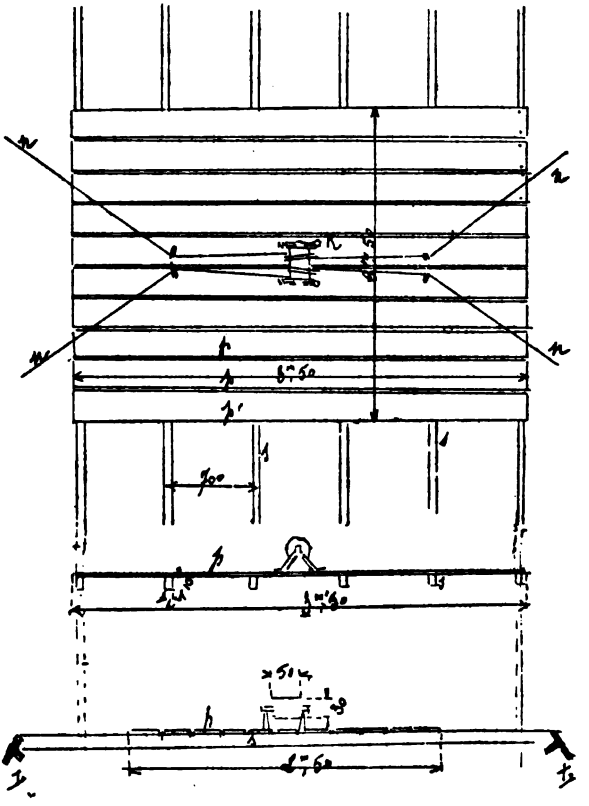


Fig. 21



Figs. 22, 23 e 24

Fig. 22 — Cette figure représente un plancher contenu à l'interieur de l'entre-corps, au milieu et en bas ; il se compose de planches de sapin P disposées l'une auprès de l'autre sur des chevrons S; ces chevrons viennent s'appuyer par leurs extrémités sur les longrines inférieures.

C'est sur ce plancher que doivent se tenir le pilote et le mécanicien ; il suporte aussi le moteur destiné à actionner l'appareil ; au centre, où à tout autre endroit que l'on devra peu-être préférer, se trouve un treuil sur lequel deux cordes n n peuvent s'enrouler d'un côté pendant qu'elles se déroulent de l'autre ; ce sont ces cordes qui, après avoir passé sur des poulies convenablement disposées vont modifier la position de la petite nacelle inférieure et permettent ainsi de changer à volonté l'inclinaison de tout le système.

Fig. 23 — Vue, par le côté, du plancher P placé sur ses chevrons S ; em R, on voit le treuil suivant son axe.

Fig. 24 — Le même plancher vu par l'axe général le treuil R est vu de côté et les planches P en bout; on voit à droite et à gauche, l'appui des chevrons S sur les longrines L representées fig. 13 et 14.

POIDS

Le plancher et ses chevrons au nombre de six, en sapin de densité — 0,45	80 K.
Treuil (cylindre creux en sapin, chaises acier) . . .	10
	90

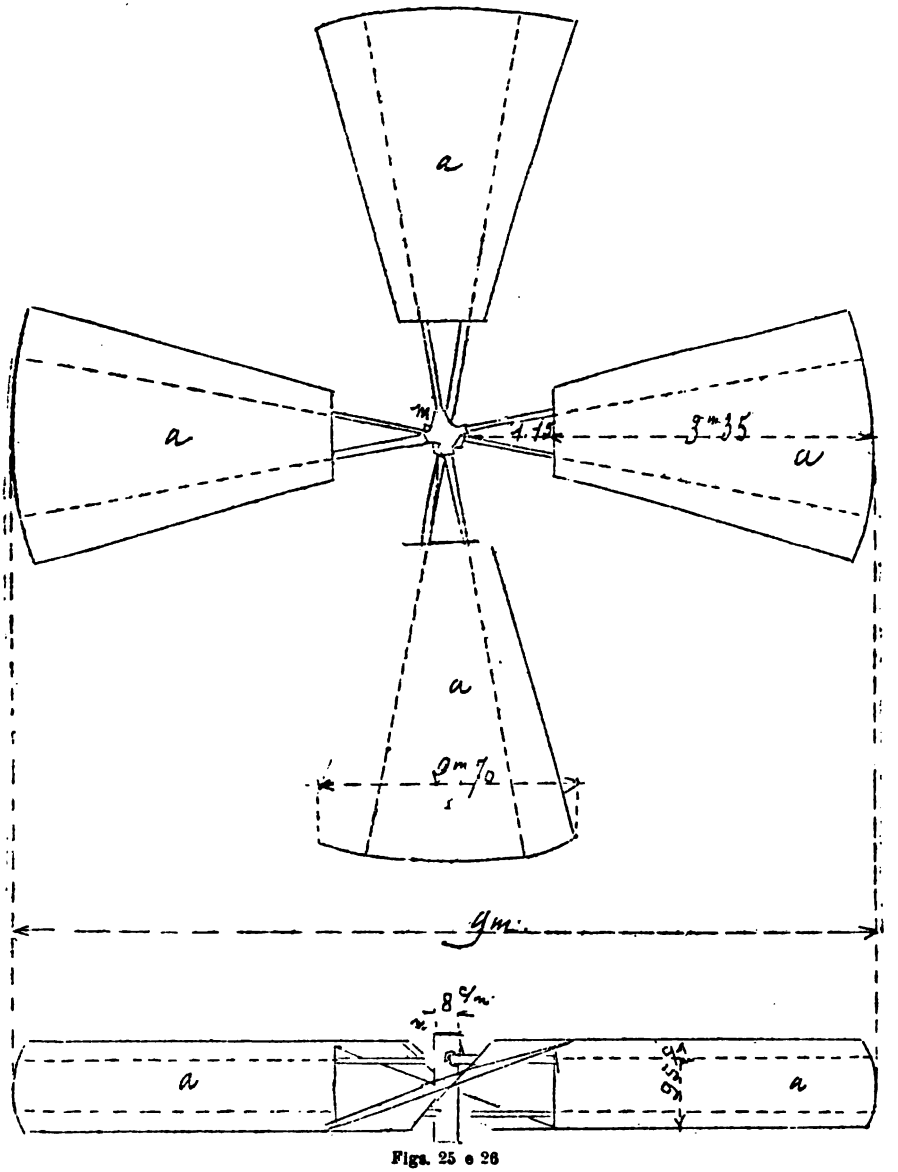
Fig. 25 — Hélice a quatres branches destinée à assurer la progression de l'ensemble.

Le moyen *m* est en acier coulé ; les nervures des branches, en acier dur, sont forgées de façon à s'amincir graduellement en s'approchant des extrémités, leur grosseur initiale n'étant conservée que dans la région *d*.

Cette carcasse d'acier est recouverte par une étoffe a a, en soie de préférence, afin d'avoir une plus grande solidité.

Fig. 26 — Vue latérale du même organe.

On y distingue, au centre, l'une des branches, vue par son extérieur, ce qui permet d'en apprésser le pas et la courbure.



Figs. 25 e 26

POIDS:

Carcasse d'acier recouverte de soie. . . . . 150 Kg.

Fig. 27.—Petite nacelle légère en bois de sapin; elle est composée de trois cerceaux en bois courbe *c c c* sur lesquels sont fixées des lattes longitudinales *u u u*.

Le tout sera recouvert exterieurement d'une étoffe légère quelconque et non vernie. En *s* les suspensions des figures 2 et 3.

L'intérieur de cette nacelle pourra recevoir á peu près tout le lest dont on disposera; celui-ci sera de sable ou d'eau et disposé de telle façon qu'on puisse commander son évacuation de l'interieur de l'entre-corps, soit au moyen d'un léger cordage soit par un petit tube.

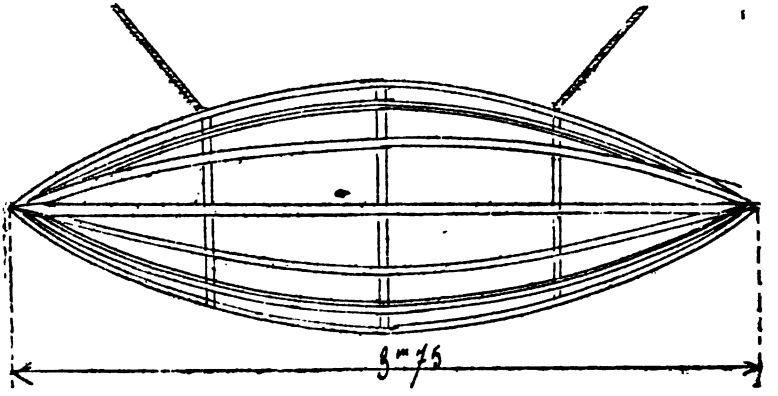


Fig. 27

Fig. 28.—La même nacelle vue par l'une de ses extrémités.

POIDS:

Carcasse le nacelle en sapin recouverte d'étoffe légère . . . . 12 Kgs.

Fig. 29—Gouvernails composés d'une carcasse en tiges de bambou *h* ligaturées ensemble et munies en *a* d'une articulation permettant leur oscillation autour de l'arrière des corps de ballons B; cette oscillation a lieu autour d'un axe vertical passant par les jantes J de la figure 10 et 11. Un voile d'étoffe non vernie garantit le safran.

Fig. 30 — Cette figure représente le même gouvernail vu par sa tranche; on y voit l'articulation a sur la jante J.

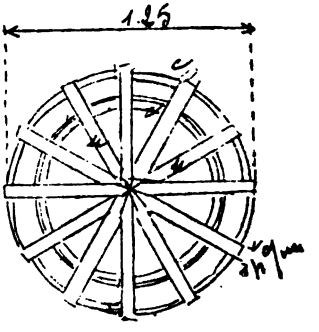
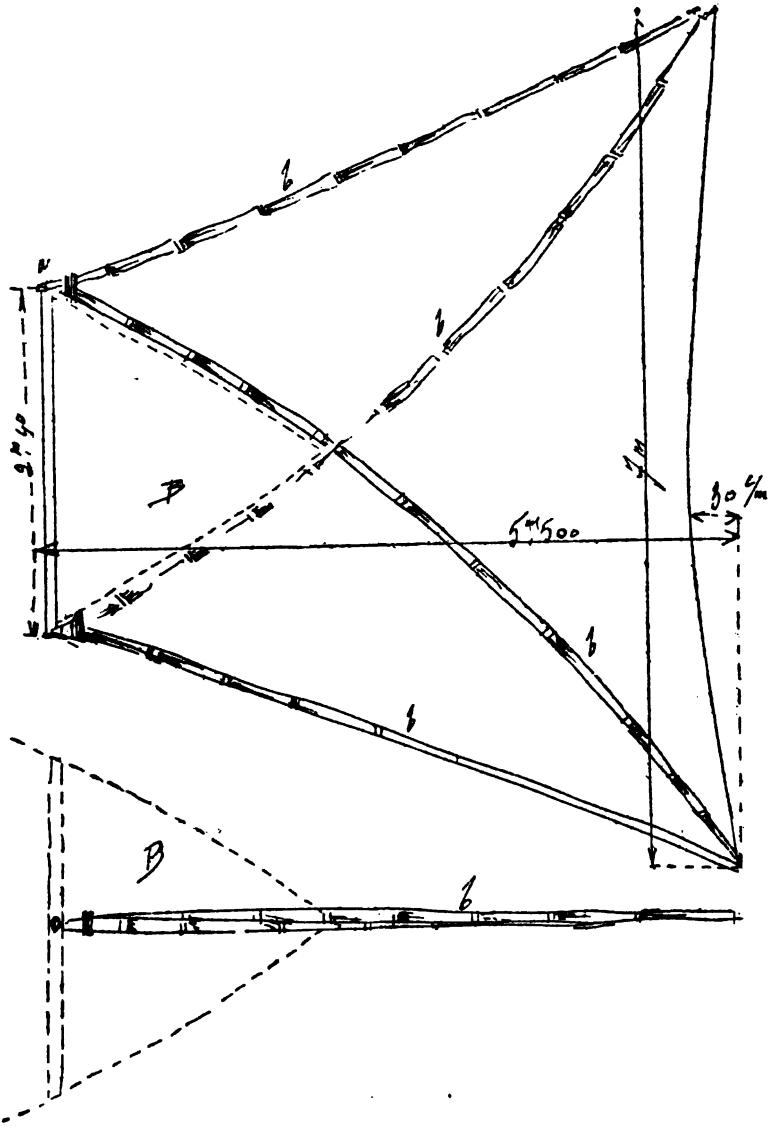


Fig. 28



Figs. 29 et 30

POIDS :

2 carcasses en bambous.	14 K.
Etoffe pour garnir	5 »
	19 »

Les poids *probables* ci-dessous indiqués ne sauraient être rigoureux; ils peuvent varier avec les imprevus de la construction. L'hydrogéne pourrait aussi soulever un peu plus en l'épurant mieux.

RÉCAPITULATION DES POIDS

Grandes entretoises (pl. 3)	297 Kgs.
Petites entretoises (pl. 5).	110 »
6 longrines (pl. 6).	285 »
Enveloppes des ballons Ex.eur Sn.eur (7) .	690 »
2 ailes (pl. 8)	108 »
Plancher-intérieur (pl. 9).	80 »
Trenil p.r la nacelle (pl. 9)	10 »
Hélice (pl. 10)	150 »
2 Gouvernails (pl. 12).	19 »
Soupapes des ballons	20 »
Arbre de l'hélice	60 »
2 hommes	150 »
Ventilateur à air	15 »
Moteur 20 chevaux (Max.)	150 »
Ancre et corde.	50 »
Nacelle (pl. 11).	12 »
Lest disponible.	60 »
Total maximum	2266 »

Volume des ballons : 2060 me.

Force ascensionnelle de l'hydrogéne 1 kg. 100 par me.
2060 ·/. 1,1 = 2266

N. B. — D'après les renseignements que nous avons obtenu nous pouvons assurer une réduction de poids pour les planches :

3.	30 Kilogs.
5.	10 »
6.	50 »
Total. . . .	90 »

Nous devons augmenter les dimentions de la nacelle, ce qui port son poids a 10 Kgs. de plus	90
	10
Lest disponible	80

Mémoire lu dous le Congrés, sur un appareil mixte pour la Navegation Aérienne

Encouragés par la bienveillant accueil fait'aux étrangers par Paris foyer de la Science, d'où rayonnent sur le monde civilisé, les idées de liberté et de progrès, nous venons présenter notre plant descriptif sans autre but que d'augmenter le nombre des hommes de bonne volonté, voués au bonheur de l'humanité.

Puisque la nature sans cesse se renouvelle, et comme l'Aurore elle se montre chaque fois plus merveilleuse, nous nous inspirons de la forme des oiseaux pour construction de notre appareil.

Il a fallu les expériences des Robert en 1784, Julien en 1850, Giffard en 1854, Dupuys de Lôme en 1872, Tissandier en 1883, Renard et Krebs en 1884, Dumont 1900 et autres illustres aéronautes pour être amené à choisir les ballons à forme allongées.

Nous avons substitué aux ailes des oiseaux, qui sont leur machine à voler, deux ballons de forme allongée accouplés ou réunis par un marchepied- ce qui donne à l'appareil l'aspect d'un énorme volatile.

Sur les côtés extérieurs des ballons, que nous appellerons les poumons de l'oiseau, nous avons placé deux appendices, ou ailes, avec de forts ressorts en aeier, destinés à maintenir l'équilibre de l'ensemble du système.

Une queue mobile en forme d'éventail, complète l'oiseau que nous appellons Vélo aérien.

L'hélice placée à la partie postérieure imprimera les mouvements à l'appareil que est lui-même le gouvernail.

L'extrême mobilité du milieu dans lequel l'hélice doit mordre exige qu'elle soit de grandes demensions, la resistance de l'air a une surface en mouvement augmentant proportionnellement au carré de sa vitesse.

La pression de l'atmosphère sur la surface du marchepied, composé d'une plaque d'aluminiun lise, favorises les decentes pour les mouvements en bas et en avant.

Deux demi-cercles ou cadrans parallèles complètent le corps de l'oiseau destiné à la navagation aérienne.

Cherchant à imiter l'aigle dans son vol et profitant de l'invention du ballon, nous avons construit le corps de notre appareil de façon à ce qu'il lui soit facile de se maintenir dans l'atmosphère sans employer les mêmes efforts que l'oiseau, étant donné la fluctuation des ballons.

Un timonier, instruit et intelligent se tiendra sur le dos de l'énorme volatile, dominant la nature de son observatoire. Il sera muni d'une boussole pour sa direction magnétique, d'un loch pour connaître la velocité des vents, d'un thermomètre, pour connaître la température et d'un baromètre pour se rendre compte de la hauteur où il se trouve ou de sa ligne de fluctuation et d'un propulseur léger.

Dans notre invention qui est aussi une machine à voler, tout est combiné de façon que la charge soit toujours en proportion avec le volume des récipients de gaz qui sont faits de mêmes feuils d'aluminium et de tissus de soie imperméables.

Comme on peut construire des ballons dont la capacité permet de s'élever à mille, dex mille et trois mille mètres lorsque l'aéronaute aura atteint la hauteur qui lui convient, il mettra l'hélice en mouvement et, d'après les indications de sa boussole, il donnerá à l'appareil la direction qu'il voudra.

L'aéronaut changeant à son gré le centre de gravité, est ainsi maître des aires.

Une des difficultés de la navigation aérienne est le manque d'équilibre causé par la perte du poids initial au départ; difficulté supprimée par notre invention attendu que nous pouvons augmenter ou diminuer, la longeur de l'axe ou pendule, par le moyen de doubles chaînes. Le lest qui est la nacelle vient alors faire poids avec le système, où le corps des ballons jumeaux communiquant par des tubes de soie, assurent ainsi un équilibre constant, indispensable aux inclinaisons que le timonier ovudra donner à l'appareil en changeant le centre de gravité et lui imprimant par ce moyen le mouvement nécessaire à sa marche. Les aérostats jumeaux de notre appareil se conduiront comme um animal monté par un cavalier qui, au moyen des rênes, du déplacement du corps, l'oblige à changer son centre de gravité et à prendre une nouvelle allure.

L'importance de ce point est évidente et constitue un puissant moyen pour la direction des ballons.

La nacelle peut être construite spécialement pour voyager à l'abri des vents et des changements de température. Les passagers n'auront plus à souffrir des oscillations produites par les anciens ballons sans équilibre dont les aèronautes n' étaient pas souvent maitres, mais fréquemment victimes; avec notre invention, au contraire, on peut facillement se rendre compte que les multiples appareils à gaz obéissant aux lois de la physique, possédant la stabilitè et le point d'appui nécessaire à leur fonctionnement.

Il est clair que les appareils de navigation aèrienne auxquels on appliquera notre invention, devront lui être subordonnés, et, comme le pendule qui est le lest, peut à volonté s'allonger ou se diminuer, selon les bessoins de résistance; le système que nous avons adopté à la navigation aérienne étant entièrement scientifique aucun cas de direction ne peut se présenter sans qu'il y pourvoie.

Etant donné que notre grand oiseau peut monter et descendre par les seuls mouvements d'inclinaison et déplacements de la nacelle, on verra qu'offrant sa poitrine au vent, il montera comme un cerf-volant; et ainsi maître de la résistance: qu'en déplaçant son centre de gravité il s'inclinera et pourra descendre à toute vitesse en compensant le temps exigé par la montée avec un vent contraire.

Um moteur très léger à essence, donnerait la force convenable á la marche ou la direction.

En résumé ce que nous venous de dire est confirmé par le savant professeur Marey en son ouvrage «Le vol des oiseaux» p. 30.

«La théorie montre que le vent qui souffle en sens contraire de la translation de l'oiseau, fournit à son aile un appui plus solide que l'air calme. C'est en créant un vent relatif que la vitesse de translation de l'oiseau est plus facile.

De même que l'oiseau arrivé à une certaine hauteur où la pression atmosphérique est moindre peut, ouvrant ses ailes, se soutenir en lair et se mouvoir de tous cotés, monter, descendre et celà avec la plus petite inclinaison qu'il donne à son corps et á ses ailes, de même fera notre «Vélo aérien» qui pourra étre incliné de 32°.

Une poulie joue sur le cadran au moindre mouvement que fait le timonier avec la barre. Un câble lie les deux poulies de façon à faciliter les mouvements de l'appareil, en avant ou en arrière. Les mouvements des ailes sont faits par des tambours placés à côté du timonier.

L'homme, quelles que soient les theories contre, fera avec le corps de l'appareil par lui dirigé, ce que l'oiseau fait de son propre corps.

En inclinant les ailes suivant le courant des vents, la marche des aérostats s'accomplira avec ces seuls mouvements, attendu que, en montant à mille mètres, l'espace ou le lit dans lequel peut manoeuvrer notre appareil, lui permet parfaitement d'obéir à la impulsion qu'on voudra lui donner.

Lorsqu'un jour on mettra en pratique ces idées qui, comme toute, sont nées des lois de la physique, on reconnaitra qu'un immense horizon s'ouvre devant les innombrables applications que d'elles on saura tirer.

Le ballon se trouve attaché à terre par les lois de gravité, dont, lorsque l'homme pourra employer le poids déplacé comme force comme cella arrive dans notre invention, elle deviendra, elle même, le propre moteur dont se servira le timonier pour exécuter ses manoeuvres.

Il convient de considérer que la navigation aérienne, dès qu'elle sera entreprise, va engendrer des modifications sensibles attendu que le millieu dans lequel on va opérer, n'est pas connu et que les facteurs, forcéement, vont indiquer les moyens d'améliorer l'entreprise.

Les opinions sont partagées, chaque inventeur donnant la préférence à son plan. Il faut reconnaitre que c'est seulement par l'étude des meilleurs inventions que l'on pourra réussir. Les divergences ne diminueront pas la gratitude de l'humanité pour ceux que cherchent à la doter de perfectionnement.

Les savants de France ont profité des ballons pour faire de notables expériences et de très interessantes découvertes sur l'atmosphère, l'observation des astres; mais au sujet du mécanisme de la navigation aérienne, il faudra de grandes dépenses pour les appareils et les expériences.

Nous sommes convaincus que dans l'état actuel de la science on peut garantir que la direction des ballons est réalisable, mais à trois conditions:

Je propose au Congrès:

1.° Choisir une commission de trois savants, afin de discuter et de donner la préférence à trois projets entre toutes les inventions qui sont connues.

2.° Que les brevets d'invention de ballons dirigeables ne soient exploités avec l'appui des sociétés scientifiques qu'autant qu'ils aient été etudiés et exécutés dans l'intérêt de la Société.

3.e Les propositions présentées au Congrès International une fois acceptées, on fera une souscription universelle dans un délai fixé et on se mettra à l'oeuvre.

En terminant, nous devons vous dire qu'en 1897 nous avons construit un modèle grossier de l'appareil de notre invention namée *Veloaerio* que nous avons présenté en session à l'Institut Historique de Saint Paul, en présence du Président de l'E'tat, des Ingenieurs et professeurs de l'Académie et des Consuls étrangers ; comme ces hommes compétents se prononcèrent favorablement, nous avons accepté une invitation du ministre de l'Intérieur du Brésil pour faire une conférence et exposer notre appareil en présence des professeurs de l'E'cole Polytechnique de Rio de Janeiro.

J'espère qu'on considerera notre communication comme le dernier effort que nous ayons fait en faveur d'une idée que nous confions à l'étude des hommes compétents.

Je remercie Monsieur Banet-Rivet de l'encouragement qu'il a bien voulu me donner, puisqu'il est l'auteur de l'Aeronautique, peut être l'ouvrage le plus important de tous ceux qui ont été faits sur les ballons.

Dr. Domingos Jaguaribe.

LETTRE DE MONSIEUR BANNET-RIVET

PARIS 16 DE DÉCEMBRE 1900

Mon cher Docteur

J'ai examiné votre memoire — Tatin admet que votre appareil aura un moteur de 20 chevaux, soit 10 chevaux par ballon, J'ai voulu voir quelle vitesse vous pourriez obtenir.

Pour cela, je me place dans les conditions les plus favorables. Je suppore que chaque ballon est construit comme celui de Renard, le plus parfait en son genre. Je neglige les deperditions de force dues a la machine, à l'enorme resistance des ailes et de la nacelle, et j'applique les formules données dans mon livre «l'Aeronautique».

10 chevaux=750 Kilogrammetres. Appliquons la formule $T=KSV^3$, dans laquelle T est la puissance, K=0,0215, S= 63^{m2} 59 (section de vos ballons) V l'inconnu On a $750=0{,}0215\times 63{,}59\times V^3$ d'oú V=8 m 186.

Ainsi avec le moteur indiqué par Tatin, vous auriez une vitesse de 8 m. au plus c—a—d en réalité, peut-être 4 a 5 m.

Une question qui m'a préoccupé, c'est de savoir s'il est plus avantageux d'avoir deux ballons comme les vôtres, ou un seul ballon d'un tomage double. La résistance d'un de vos ballons est pour une vitesse de 1 m.

0,0215×63, 59=1 Kg. 36,62

soit pour les deux ballons, une resistance pour une vitesse de 1 m.

2×1,3672=2 Kg.7344

Un ballon unique qui aurait un tomage égal à la somme des tomages de vos petits ballons aurait une section maitresse de 101 mq, soit pour une vitesse de 1 m une résistance:

0,215×101=2 Kg. 1715

Donc, si l'on neglige la stabilité et si, d'un autre côté, on considére qu'il se produisa dans le couloir qu'il reste entre les ballons des remous peu favorables, il vaudrait mieux un seul ballon que 2 ballons.

J'estíme d'ailleurs que, pour avoir des chances de reussir il vous faudrait au moins une vitesse de 10 m. Faisons le calcul: La puissance nécessaire pour un seul de vos ballons sera: 1,3672×1000=1367 Kgm.=18 chevaux 22. Pour le deux ballons il vous faudra donc un moteur de

2×18,22=36 chevaux 44

Pour un ballon unique remplaçant les deux, la puissance nécessaire serait: 2,1715×1000=2172 Kgm.=29 chev.

Il n-y-a pas à dire, un ballon vaudrait mieux que deux. En tous cas, avec 10 mètres, par suit des raisons que je vous ai soumises, peut-être n'auriez vous plus de 6 mètres. Enfin admettons que vous reussissiez avec un moteur de 36 chev. 44, prenons le moteur Buchet qu'emploie Santos-Dumont et qui pése 5 Kg. 5 par chéval. Le poids de ce moteur sera: 36,44×5,5 =200 Kg. 42.

Avec un seul ballon le poids du motenr sera

29×5,5=159 Kg. 50

Remarquez que nous n'avons tenu compte que des résistances parasites, et qu'il faudrait encore augmenter la puissance de votre moteur si vous voulez faire fonctionner vos ailes.

(Envoqez les renseignements que monsieur Bamul me demande au sujet du ballon Santos Dumont por l'article qu' jevais écrire pour la Revue des Deux Mondes.)

Votre devoué

BANNET-RIVET

4 Rue de Siam—Paris—

CHICAGO, ILL., 21 DÉCEMBRE 1900.

Monsieur Domingos Jaguaribe
165 Boul.d Haussman. Paris

Cher Monsieur

J'ai reçu votre lettre du 27 Novembre, et votre devis, et je vous ai expédié mon livre.

J'ai examiné le devis de votre appareil avec grand interêt. Il a beaucoup de mérite, mais il sera lent.

La resistance sera environ 25 °/₀ de celle du plan nima équivalent au maitre-ban, a cause des ailes et des haubans.

J'estime que les deux ballons et l'entre corps opposeront une surface d'environ 154 m², et que la resistance effective sera d'environ 38,5 m² d'où suit pour vitesse $38.5 \times 0.11 \times \sqrt{8} = 20$ ch. $\times 60\,°/_0 \times 75 = 900$ kilogrammetres à l'hélice et $V = \sqrt[3]{\frac{900}{4.235}} = 5.97$ m par seconde.

Ce qui est à peu près la vitesse de «La France» et moins que la vitesse du comte Zeppelin.

Il me semble que votre devis doit être modifié pour reduire encore la resistance et pour soulever un moteur plus fort.

Agréez monsieur, l'assurance de mes meilleurs sentiments

O. Chanute.

SAN DIEGO. CALIFORNIE, 6 FÉVRIER 1901.

Dr. Domingos Jaguaribe
São Paulo, Brézil

Cher Monsieur

J'ai reçu votre lettre du 5 Janvier pendant un voyage que je fais en Californie pour la santé de ma femme, et comme je crois que je n'ai pas assez de temps pour vous écrire à Paris je vais adresser ma lettre au Brésil.

Je crois qu'il ne faut pas songer à faire construire un ballon effectif par une association particulière. La dépense será trop grosse et l'utilité pratique ne será que pour la guèrre. Le point capital à obtenir est la vitesse, et moins de 10 a 15 mètres por second serait inutile. Pour cela il faut des gros appareils, puisque la resistance augmente comme le carré, et les poids soulevés comme le cube des dimensions.

Donc il-y aura de 50.000 à 100.000 dollars à dépenser et au seul chaland—le gouvernement,—qui devrait fournir les fonds s'il désire cet engin de guerre.

Les appareils de démonstration n'auront que peu de vitesse.

M.r Bannet-Rivet a parfaitement raison en vous disant qu'un seul ballon donnera moins de résistance, et plus de vitesse, que deux ballons de cube égal, mais alors vous retombez dans la pratique usuelle, et il est possible que vous sacrifiez la stabilité du catamarau que vous avez proposé. Le ballon de Renard a 6 diametres, celui du comte Zeppelin 10, mais avec des cloisons pour reduire le tangage. Il est très possible qu'avec deux ballons vous pourrez leur donner une longeur de 4 à 5 diametres seulement, et ainsi augmenter le cube relatif. Je crois que deux ballons de 100 mètres de long, et de 20 a 25 m de diametre vous permettront de soulever un moteur qui donnera 15 mètres de vitesse par seconde. J'estime la dépense a 100.000 dollars au plus, y compris les essais préliminaires.

La prime de 100.000 francs en France semble tentante, mais le gouvernement ferait mieux de garder le secret sur ses essais; c'est ce que fait le nôtre, qui a un appareil en construction qui est basé sur de «plus lourd que l'air.»

Je serais toujours heureux de correspondre avec vous et de vous indiquer le peu que je sais.

Votre dévoué

O. Chanute.

San Diego. Californie, Mars.

Monsieur Domingo Jaguaribe.

7, Rua Veridiana—São Paulo.

Cher Monsieur.

Je viens de recevoir votre lettre du 16 Février, et je vois que j'avais bien calculé en ne vous écrivant pas à Paris.

J'ai répondu à vos aimables lettres du 5 et 12 Janvier, le 6 et le 13 Février adressant à São Paulo, *Rue Jaguaribe*, cette rue, (sans numéro,) étant indiquée dans votre lettre du 5 Janvier. J'espère que votre poste est organizée de telle sorte que mes lettres vous parviendront.

Je vous disais qu'il ne faut pas songer á faire construire un ballon de cube suffisant par une association particulière. C'est une entreprise à être faite par votre gouvernement, et avec les renseignements que vous avez obtenu en Europe vous ètes en meilleure position que tout autre de mener une telle entreprise à bonne fin. Je crois qu'on peut atteindre une vitesse de 15 mètres par seconde avec deux ballons conjugués de 100 métres de long et de 20 à 25 métres de diametre, mais il faudra beaucoup d'expériences préliminaires pour obtenir la forme de resistance minima, qui sera à peu près celle du saumon, et le meilleur système de haubemage. Le moteur à employer est lu machine à Pétrole, et on peut choisir entre Daimler, Buchet, ou les constructeurs Américains.

Je vous disais aussi que si la forme d'appareils dont je me suis servi pouvait s'appliquer à votre devis, je le méttais à votre disposition.

Je vais retourner à Chicago dans quelques semaines, et je serais heureux de correspondre avec vous, et de vous faire part de ce que je sais sur la navigation aérienne.

Agréez, Monsieur, l'assurance de mes meilleurs sentiments

O. Chanute.

CHICAGO, ILL., 28 JUILLET 1901.

Monsieur le Dr. Domingos Jaguaribe.

Rue Veridiana 7.

São Paulo—BRÉZIL

Cher Monsieur.

J'ai bien reçu votre aimable et trop élogieuse lettre du 27 Mai, ainsi que les deux ouvrages de vous que vous m'avez fait l'honneur de n'envoyer. Je vous en remercie vivement. Je n'ai encore pu que les parcourir, mais je me ferai un plaisir de les lire en entier.

Je crois que vous avez adopté la bonne méthode pour invoquer l'attention de vos concitoyens à une entreprise qui peut devenir importante pour votre patrie, et, si les essais préliminaires indiquent la réussite, que vous n'aurez pas à vous expatrier, comme Mr Santos-Dumont, pour mener vos idées a bonne fin.

Quoique Aviateur pour mon propre compte, j'ai dit dans un article qui va être publié dans la nouvelle edition de l'"Encyclopedia Brittanica", que le ballon dirigeable constituait le type que les gouvernements doivent dégager en attendant l'époque à laquelle la machine volante viendra le remplacer.

Je base cette opinion sur deux faits: 1.° que le ballon offre une sécurité (restreinte) independante de la propulsion, et 2.° qu'il est bien près d'obtenir une vitesse de 15 a 20 métres par seconde, vitesse qui peut servir à la guerre mais n'ayant aucune valeur commercialle. Pour arriver à cette vitesse il faudra faire très grand, et les deux points capitaux sont: 1.° La forme, qui devrait être encore meilleure que celle de Renard & Krebs, et 2.° Le moteur, qui doi être le plus léger possible.

Pensant que l'avenir était à l'Aviation, je me suis peu occupé des ballons, et je ne sais si je puis vous être utile, mais je serai toujours heureux de vous faire part du peu que je sais.

Je tiens toujours les 100 francs que vous m'avez envoyé à votre disposition, et je vous souhaite bonne chance dans votre entreprise.

Croyez, cher monsieur, as mes meilleurs sentiments d'estime.

O. Chanute.

A lavoura de canna em S. Paulo no anno de 1800

OFFICIO DA CAMARA DE PORTO-FELIZ AO PRINCIPE REGENTE (1)

SENHOR:—O Augusto Avô de V. A. R., o Senhor Dom José I, de gloriosa memoria, querendo promover o augmento do commercio e da agricultura, e especialmente das fabricas de assucar, que fazem hoje a base principal destes vastos dominios de V. A. R., concedeu por uma portaria de 26 de Abril de 1760 aos senhores das ditas fabricas o privilegio de não se poder fazer execução nellas, mas sim nos seus rendimentos.

Esse privilegio, que foi concedido expressamente aos engenhos do Rio de Janeiro, comprehende sem duvida alguma aos da capitania de S. Paulo, que nesse tempo era subordinada áquella do Rio de Janeiro (2), pois é certo que sómente foi desmembrada della no anno de 1765.

O giro regular do commercio fez que nesta capitania nunca fosse preciso aos senhores dos engenhos valerem-se desse privilegio, mas presentemente acontece que tendo ha annos levantado muito de preço os assucares e animando-os por isso mesmo muitos a augmentarem as suas fabricas e outros a erigirem novas, repentinamente, pela falta de commercio occasionada pela guerra, deu este genero em notavel baixa, apanhando a uma grande parte dos fabricantes de assucar empenhados.

Os credores, que só olham para a sua conveniencia, flagellam os devedores com ruina notavel das fabricas, padecendo muito esta nova villa de Porto Feliz (3), que principiava a flo-

---

(1) Principe Regente que mais tarde foi rei com o nome de D. João VI; estava governando o reino, provisoriamente, em nome de sua mãe, Dona Maira I, que perdêra o juizo pelos annos de 1790 e falleceu em 1816.

(2) A capitania de S. Paulo, creada em 1709, foi supprimida em 1748 e annexada á do Rio de Janeiro, sendo restaurada em 1765.

(3) Foi desmembrada do municipio de Ytú e elevada á villa em 1797, sendo até esse anno denominada *freguezia de Araraytaguaba*. Era ainda o grande porto de embarque para Matto Grosso. (*N. da R.*)

recer na cultura desta estimavel planta, unica que pode felicitar aos fieis vassallos de V. A. R. nestes sertões, pela grande analogia da terra para a producção deste vegetal.

E nós, que o presente anno, segundo as ordenações de V. A. R., servimos em camara, julgando-nos obrigados a salvar a patria da ruina que a ameaça, já recorremos ao governador e capitão-general desta capitania (1), somente deu a interina providencia que não desviará a ruina desta villa e de toda a capitania si V. A. R. não for servido com tempo mandar declarar que aquelle privilegio comprehende os engenhos desta capitania.

Por isso recorremos agora a V. A. R., supplicando humildemente se digne conceder aos fabricantes de assucar e lavradores de canna e aos seus partidistas desta capitania o privilegio de não serem executados nos pertences de suas fabricas e escravos, devendo os credores ser pagos pelos rendimentos dellas, os quaes devem sómente ficar obrigados á importancia das dividas, para a sua segurança.

Nos assim o esperamos da grandeza com que V. A. R. tanto favorece aos seus fieis vassallos e, em nome deste povo, humildemente o supplicamos a V. A. R., cuja Augusta Pessoa o Céo guarde por muitos annos. Villa de Porto-Feliz, em camara de 27 de Junho de 1801. Eu, André Gomes de Araujo, escrivão da camara, o escrevi.—*André Dias de Aguiar*, juiz ordinario (2)—*Antonio de Arruda Sá*, vereador.—*Manoel Jozé de S. Paio*, vereador—*Antonio de Arruda Leite*, vereador—*Miguel João de Castro*, procurador da camara.

---

(1) Antonio Manoel de Castro e Mendonça, capitão general de 1797 a 1802, cuja *Correspondencia* foi publicada nos vols. XXIX e XXX do *Archivo do Estado de S. Paulo*.

(2) Era neto de D. Simão de Toledo Piza e primo do capitão André Dias de Almeida, paulistas que fizeram figura na historia da capitania no seculo XVIII. Deixou grande descendencia, sendo um dos seus filhos o conselheiro Manoel Dias de Toledo, que foi lente da academia de S. Paulo, presidente de Minas Geraes e deputado geral em 1840. (*N. da R.*)

Termo de Erecção da Capella da Freguezia de Nossa Senhora do Ó

ANNO DE 1618 (1)

PETIÇÃO

Pedro Jozé de Moraes preciza que o muito Reverendo Snr. Cura da Sé Cathedral desta Imperial Cidade de São Paulo, revendo os Livros e Assentos competentes, lhe passe por certidão os inteiros theores de tudo quanto constar relativamente ás terras onde se acha collocada a Freguezia de Nossa Senhora do O', com declaração (se houver) dos limites que personalisam, como titulos geraes dessas terras, suas confrontações, etc.

CERTIDÃO

Certifico que á folha 18 do Livro do Tombo da Freguezia da Sé se acham os assentos seguintes:

Titulo de erecção e instituição da Capella de Nossa Senhora da Esperança, hoje titulo do O', fundada por Manoel Preto (2), *distante desta Cidade duas leguas, mais ou menos, e nella serve actualmente de Protector Antonio de Moraes de Madureira, descendente do fundador, os quaes titulos, provisão de erecção e escriptura de doação se acham em um livro que serve de assentar as fabricas da mesma Capella, rubricado com a rubrica* —PINEIRO—, que tudo se acha por traslado.

---

(1) Extrahido do livro do registro parochial da freguezia do O' e offerecido ao Instituto pelo socio dr. A. de Toledo Piza.

(2) Manoel Preto, fidalgo paulista, foi homem muito rico e sertanejo dos mais valentes: commandou, com Antonio Raposo, a expedição que destruiu todas as reducções jesuiticas do Guayrá, pelos annos de 1628—32; teve grande fazenda com quantidade de escravos e indios (999 segundo Pedro Taques) na freguezia do O', cuja capella fundou e dotou, foi casado com Agueda Rodrigues e deixou descendencia.

(*N. da R.*)

PETIÇÃO

Diz Manoel Preto que elle tem devoção de fazer uma capella de Nossa Senhora da Esperança para nella se celebrar Missa, porquanto está longe da villa (1) e não pode acudir á Missa todas as vezes que é obrigado, nem a sua gente, que é muita, pelo que pede a Vossa Senhoria lhe dê licença para se levantar Altar nella, pagando a Chancellaria ordinaria, e possa enterrar seus defunctos, baptisar e casar, sendo primeiro os banhos corridos na Matriz, no que receberá mercê.

DESPACHO:

Passe na forma ordinaria. Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1615.—O *Administrador*.

PROVISÃO

Matheus da Costa Moreia, *Auctoritate Apostolica*, Prelado e Administrador da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e das mais Capitanias e suas Repartições da banda Sul, Commissario do Santo Officio e da Bulla da Santa Cruzada nesta dita Repartição:—Faço saber que Manoel Preto me fez petição na outra meia folha atraz e eu, vendo o seu pedido ser justo e desejando favorecer o seu pio intento, puz por meu despacho se lhe passasse provisão na forma ordinaria: Pelo que pela presente hei por bem e serviço de Nossa Senhora dar licença ao dito Manoel Preto, como com effeito dou, para poder de novo levantar e erguer uma Ermida de Nossa Senhora da Esperança e nella levantar Altar para se celebrar no sitio e logar que melhor lhe parecer, na sua fazenda, onde ora reside e vive, que é no districto da villa de São Paulo, hypothecando, porem, primeiro a sua dita terra e fazenda, constando ser sua, e obrigando-se por si e seus bens a fabricar, reparar e concertar a dita Ermida, ficando sempre vinculada a dita terra a sobredita, por ser assim conforme ao Santo Concilio, e não se poderá celebrar na dita Ermida sem primeiro ser por mim vizitada ou por quem minha commissão tiver, para se ver se está decentemente fabricada e ornada e lhe assignar o adro que convenientemente parecer.

E porquanto o dito Manoel Preto tem satisfeito com dois marcos a ordinaria da Chancellaria, lhe mandei passar a presente, pela qual mando em virtude da obediencia e sob pena de ex-

(1) Em 1618 S. Paulo era ainda villa, sendo elevada á cidade a 11 de Julho de 1711, depois da *guerra dos emboabas*.

(*N. da R.*)

communhão maior a todas as pessoas de qualquer estado ou condição que sejam, não impeçam ao dito Manoel Preto esta obra, antes lhe dêm para ella todo o favor que lhes for pedido; e esta se registrará para que a todo o tempo conste do sobredito.

Dada e passada nesta cidade sob o meu signal e sello aos 18 dias do mez de Setembro de 1615 annos. Eu, o padre Pedro Homem de Albenaz, escrivão da camara, ora serve Administrador. Fica registrada no livro de Registros, a fls. 12 na volta; e por verdade me assignei, hoje 20 de Outubro de 1615 annos.—*Pedro Homem de Albernaz.*

TRASLADO DM ESCRIPTURA DE DOAÇÃO QUE FAZEM MANOEL PRETO E SUA MULHER AGUEDA RODRIGUES A NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA.

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de doação virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1618 annos e aos 15 dias do mez de Agosto do dito anno, nesta Villa de São Paulo, Capitania de São Vicente, Parte do Brazil, nesta dita Villa, nas pousadas de Manoel Preto, aqui morador, onde eu publico tabellião fui chamado, estando elle ahi e bem assim sua mulher Agueda Rodrigues, e logo ahi me foi dito a mim tabellião por elles ambos, marido e mulher, perante as testemunhas que se achavam presentes, e por cada um delles, que conforme sua provisão e licença que tinham do Administrador Prelado deste districto, Matheus da Costa Moreiar, que logo apresentou, do que eu tabellião dou a minha fé viva, tinham licenca para levantar uma Ermida com a invocação de *Nossa Senhora da Esperança*, e nella poder levantar Altar para se celebrar, o que tudo tinham feito no sitio e logar onde tem a sua fazenda, que se achava da banda de alem do rio chamado *Anhamby* (1), em sua terras chamadas *Sitio do Jaraguá* (2), districto desta villa, e para cumprimento da dita provisão, na forma della, diziam ambos juntos e cada um por sua vez que elles eram contentes, em um só consentimento de hypotheca, como com effeito disseram que pelo theor desta escriptura haviam por hypothecadas, de hoje para todo o tempo, á dita Ermida e Capella as cousas seguintes:—O sitio em que elles vivem, com suas casas e quintaes, e todas as bemfeitorias de qualquer modo e maneira que sejam, e um moinho que tem feito, pegado na mesma fazenda, com mais de meia legua de terras de mattas maninhas, ca-

1) Anhemby ou Tieté, que passa perto da freguezia do o'.
2) De *jara*, senhor, e *guá*, campo ou *senhor do campo*, segundo Martius.

(*N. da R.*)

poeira pelo matto dentro, meia legua de comprimento, e de testada o que elles possuem e se achar ser seu, e assim mais uma duzia de serviços para beneficio da dita Capella (1); assim mais duas duzias de vaccas, com um touro, as quaes cousas acima declaradas davam, doavam e vinculavam, de hoje até o fim do mundo, á dita Capella de Nossa Senhora da Esperança, atraz declarada, a qual doação faziam entre vivos, com a declaração que elles doadores, marido e mulher, em suas vidas, de ambos e cada um delles, administravam a dita Capella de todo o necessario, ornamentos, reparação e tudo o mais necessario para o serviço divino; e com os mesmas obrigações ficarão os seus descendentes declarados, que começarão no filho mais velho (2), e não havendo filho macho poderá succeder na filha mais velha, e desta maneira aos mais descendentes por linha direita, tendo obrigação de trazer sempre as ditas cousas declaradas vivas, sem diminuição alguma, não podendo vender, nem trocar, nem escambar, nem alienar nem uma das cousas sobreditas, e fazendo o contrario do que dito é, ao Senhor Prelado que for deste districto, ou ao Vigario desta villa, lhe pedem ponha cobro nisto, para effeito de tudo estar seguro em sua força e vigor, sem diminuição alguma, e a pessoa que disto tiver cargo e cuidado será obrigada a mandar dizer cincoenta Missas, sendo cinco Missas em cada um anno por alma delles, marido e mulher, á Nossa Senhora, e gosará a tal pessoa de todos os mais usos e fructos que a dita fazenda render; e para todas estas cousas se cumprirem e haverem effeito, conforme a dita provisão, obrigavam seus bens moveis e de raiz, havidos e por haver, para que em nada seja falso o cumprimento desta escriptura, e pediam a todos os Senhores Prelados e a todas as justiças de Sua Magestade em tudo façam dar verdadeiro comprimento, sem diminuição alguma, por todo o declarado ser sua ultima vontade e um só consentimento; e por assim serem contentes mandavam ser feita esta escriptura de doação, que se obrigavam a cumprir, neste meu livro de notas, donde mandaram dar os traslados necessarios, estando por testemunhas o Reverendo Padre Vigario e o ouvidor desta villa, João Pimentel e Diogo Aires de Aguirre, Provedor das minas desta Capitania, e Francisco Jorge, aqui morador, e por ella doadora não saber assignar rogou ao Reve-

---

1) Escravos africanos ou indios, legados á capella pelo doador.

2) O filho foi Antonio Preto, que se casou com Catharina da Ribeira, filha do Amador Bueno—o acclamado; morreu sem filhos e sua viuva se casou com Antonio Ribeiro de Moraes, que foi capitão-mór de S. Vicente em 1659. Vide vol. V. pag. 173.

(*N. da R.*)

rendo Padre Manoel Vaz assignasse por ella. Eu, Simão Borges de Cerqueira, tabellião publico judicial e de notas desta villa, por El-Rei Nosso Senhor, o escrevi.—*Manoel Preto.*—O P^e^. *Manoel Vaz.—Fr. Homem Couceiro.—Diogo Ayres de Aguirre.*—O Vigario, *João Pimentel.*—Francisco Jorge.—O qual traslado de escriptura de doação, eu, sobredito tabellião, trasladei da propia que fica tomada em meu livro de notas, e todos assignados, a que me reporto, aos 16 dias do mez de Agosto de 1618 annos, e aqui os meus signaes fiz publicos e claros que taes são.—*Simão Borges de Cerqueira.*—Nada mais se contem em dito livro do Tombo acerca da erecção e instituição da freguezia do O' e ao dito livro me reporto, tendo feito nesta copiar *de verbo ad verbum* tudo quanto no mesmo existe a respeito, indo por mim sómente encerrado e assignado, e tudo sob o juramento do meu cargo. Sé de São Paulo, 2 de Maio de 1856.—O Cura, *Marcelino Ferreira Bueno.*—Desta 1$280.—*Ferreira Bueno.*—Foi apresentada por Pedro José de Moraes a 9 de Maio de 1856.—O Vigario *José Joaquim do Prado.*—Santa Iphigenia, 13 de Maio de 1856.—O escrivão, *Antonio José Soares.*

O monumento do alto da serra do Cubatão

Tendo D. Bernardo José de Lorena mandado fazer importantes reparos na estrada de S. Paulo a Santos, principalmente na descida da serra do Cubatão, facilitando assim o transito entre a costa e o interior e beneficiando o commercio, a camara municipal da cidade de S. Paulo dirigiu-lhe o seguinte officio:

Illmo e Exmo Senr.:—O povo desta Cidade, que com tanta razão se glorêa de ter a V. Ex.ª por Alma Illustre, a cada canto não cessa de repetir-lhe o nome amado, apontando com o dedo as magnificas obras de Ornato e Segurança com que o seu Genio verdadeiramente heroico tem caprichado de ennobrecel-a, sendo meditadas e quasi a um tempo concluidas, principalmente aquella do primeiro canal do seu commercio, que V. Ex.ª acaba de segurar-lhe terraplanando e calçando-lhe a serra mais bravia e intransitavel que a natureza lhe poz como barreira impenetravel, devidente da sua tão precisa Marinha: Razão esta, Senr. Exmo, porque este Senado, como cabeça do mesmo povo, seguindo os vestigios da culta Europa, se considera na estreita obrigação de consagrar-lhe um reconhecimento obsequioso que, assignalando a época feliz do seu prezente Governo memoravel, sirva igualmente de util emulação para os vindouros; por isso Accordámos de levantar um monumento de nativo marmore no alto da dita serra do mar, com a inscripção junta, onde leia, respeitoso, o caminhante o sempre illustre e amavel nome de V. Ex,ª, e, concebendo a clara idêa do beneficio, leve tambem comsigo a da nossa gratidão e reconhecimento.

Para isto é que vamos a supplicar de V. Ex.ª a precisa faculdade, sem que obste para o conseguirmos o ser o districto, em que assentamos fixar a memoria, pertencente á Camara de Santos, que ainda que excitada assente o mesmo ao depois, ou devemos preferil-a pela primazia da lembrança ou não deve impedir-nos, podendo levantar outra.

A preciosa vida e saude de V. Ex.ª Deos guarde muitos annos. S. Paulo, em Camara de 22 de Setembro de 1790. Ill.mo e Ex.mo Senr. Governador e Capitão General.—*Francisco José de Sampaio Peixoto.—João Dias Pereira.—Manoel José de Castro.—José Fernandes Nunes.—José Pinto Tavares.*

INSCRIPÇÃO

ILLUSTRISSIMUS, AC EXCELLENTISSIMUS
DUX GENERALIS,
BERNARDUS JOZEPHUS DE LORENA,
HANC ASPERRIMAM,
ET IMPRATICABILEM, ANTE VIAM
MUNIVET:
QUAM OBREM,
INSTANTI NOMINIS MEMORIAM,
SENATUS PAULOPOLITANUS,
SIGNUM
EREXIT
ANNO 1790 DOMINE

A Gruta do Inferno

(PERTO DO FORTE DE COIMBRA, EM MATTO-GROSSO)

A mesma Gruta do Inferno, que assim ouvi chamar a que descreveu o sargento-mór Ricardo Franco de Almeida Serra, hé outra armadilha de que, creio, até o presente não tem lançado mão o gentio por não ter delle dado fé.

Para examinal-a e cumprir com as soberanas ordens de S. Mag.e sahi daquelle presidio pelas 8 horas da manhã de 4 de Abril de 1791, embarcado em canoa ligeira e equipada, e com uma hora e quarto de caminho que fiz, rodeando a collina pela parte do Norte, cheguei ultimamente ao porto de desembarque, donde gastei ainda um quarto de hora em subir até a bocca da mencionada gruta (1).

Está situada na contra-costa que olha para o Norte, correspondendo bem ao logar em que, na face opposta, está fundado o referido presidio. A interposição de uma grande pedra divide a sua bocca em duas, a primeira de dez palmos de comprimento, a rumo de N. S., com sete de largura, e a segunda, que lhe fica superior e onde entrei, de onze palmos de comprimento, a rumo de S. O., e oito de largura. Pelo que de si mostram ambas ninguem pode ajuizar do que dentro é similhante gruta. O mesmo sargento-mór Ricardo Franco de Almeida Serra, quando nella entrou e a descreveu, não a viu em toda quanto é a sua extensão e magnificencia; pelo que se algum até agora tem parecido encarecida a sua descripção, é porque a ninguem occorreu examinal-a como deve ser, para ver e conhecer quanto é ella superior a todo o encarecimento. Não é como a celebrada *Gruta das Onças*, onde, exceptuada a grandeza, nada mais ha

(1) Uma noticia e uma vista desta gruta vem na *Viagem ao redor do Brasil*, do dr. Severiano da Fonseca, vol. I, pags. 271 e seguintes.

(*N. da R.*)

que ver senão agua, entulhos e morcegos; porem até na grandeza a deixa muito a perder de vista a Gruta do Inferno, digna certamente de um mais apropriado nome do que este, que lhe poz quem a viu primeiro, que sem duvida se horrorisou da sua escuridão e profundidade.

Para ver-lhe o fundo me conduzí com muito geito por uma precipitada escarpa abaixo, até dar commigo na profundidade de 190 palmos, sendo aquella escarpa um enormissimo entulho de pedras abatidas das abobadas que constituem o tecto da gruta, por onde está sempre gottejando agua. Marcharam adeante de mim doze pedrestes, com outros tantos archotes que eu previdentemente havia mandado accender, não só para guiarem os meus passos ao descer por um tão tenebroso precipicio, mas tambem para illuminar a gruta de maneira que a pudessem ver á vontade ambos os desenhadores que me acompanhavam, para a desenharem como convinha. Porém tão grande se foi ella mostrando e tão temerosamente escura que, espalhando-se as luzes, apenas via cada qual o precipicio de que escapava, si bem que assim mesmo nos conduzimos sem a menor lezão até chegarmos ao seu verdadeiro fundo.

Eis aqui onde a Natureza me tinha preparado o maravilhoso espectaculo que recompensou dignamente tanto o perigo como o meu trabalho; porque olhando, á primeira vista, o todo que se me offerecia depois de distribuidas as luzes em proporcionadas distancias, representou-se-me uma mesquita subterranea, que, observada por partes, de cada uma dellas saltava aos olhos uma differente perspectiva. A que do fundo daquelle grande salão se offerece á vista do espectador, collocado na entrada delle, é de um magnifico e sumptuoso theatro, todo elle decorado de curiosissimos estalactites, uns dependurados da abobada que constitue o tecto, como outras tantas gotteiras fusiformes, curtas ou compridas, grossas ou delgadas, redondas ou compressas, simplices, bifurcadas, ramosas, verrucosas, tuberosas, etc.; outras alçadas ao pavimento á maneira de pilares, columnas, columnetas, lisas ou canelladas, pavilhões do campo, etc., e um destes tão grosso que dois homens o não abraçam.

Ao lado esquerdo da mesma sala se deixa ver como debruçada sobre ella uma soberbissima cascata natural, com todas as suas pedras cobertas de incrustações espathosas e calcareas, que o que mais vivamente representam pela sua alvura são os borbotões de escuma que faziam as aguas precipitadas daquella altura.

Em outra parte, porém do mesmo lado, estão espalhados diversos labyrinthos que cada um de per si constitue uma curio-

sissima gruta. Tem aquella sala a sua linha de direcção lançada ao rumo de L. O., que é o mesmo que segue o interior de toda a gruta, com a differença de ser cruzado pelo que segue a bocca inferior, que é de N. S.

Viu-se que tão sómente o salão, incluida uma recamara sua, tinha de comprimento total 510 palmos. Todo o seu plano, que aliás era irregular, se havia então convertido em um grande lago de agua salobra, porém clara, fria e crystalina. Reconheceu-se que pouco ou nenhum curso tinha por estar repesada pela enchente do rio.

Ora, como nestes e em outros reconhecimentos se passaram as quatro horas que decorreram desde as 10 da manhã até ás 2 da tarde, succedeu que se consumiram os archotes e a diligencia de desenvolver o que alli vi, que era mais notavel, ficou reservada para o seguinte dia.

Voltámos com effeito, já então acompanhado do mesmo sargento-mór e de alguma parte da guarnição, que quizeram todos presenciar as maravilhas que lhes contavamos; porém desta segunda vez fomos tão mal succedidos como da primeira porque a gruta ainda conservava o fumo que lhe havia deixado a illuminação do dia antecedente e os novos archotes que se fizeram sahiram delgados e tão mal breados que davam uma luz muito escassa; ultimamente as fogueiras, que então lembrou accender para substituirem os archotes, acabaram de o defumar de modo que nem o fogo podia alumiar, nem nós podiamos respirar.

Terceira vez voltaram a ella os desenhadores, que foi quando se apromptaram uns cocos cheios de azeite, que generosamente deu o commandante, para servirem de luminarias que, ainda que pouca luz davam, sempre deram o que foi bastante para se tirarem os dois prospectos que tenho.

Póde naquella gruta aquartelar-se a vontade um corpo até de 1.000 homens. Nenhum vestigio achámos de ter entrado outra qualidade de gente junta que não fosse a da expedição passada e presente. O que vimos de alguma sorte alterado por si mesmo mostrava que o havia sido por mão curiosa; porém dos conhecidos signaes que costuma deixar o gentio nenhum achámos.

Alexandre Rodrigues Ferreira.

5 de Maio de 1791.

Escritura de venda de terras á D. Luiz Mascaranhas

Cópia.—Escritura de Venda de quinhentas braças de terras em testa, chamada JACARÉ GUABA, Lemite da BERTIOGA, que faz M.el Mriz'. Ramos ao Ill.mo e Ex.mo Snor'. D. Luiz Mascaranhas, Governador e Capitao' General desta Capitania de S. Paullo, por preço e quantia de Cento, e Sincoenta mil réis.

Em nome de Deos, Amen.—Saibão quantos este publico instrumento de esCritura de Compra, eVenda, ouComo em direito milhor lugar haja, e dizer se possa, virem que no anno doNascimento deNosso Senhor Jezus christo demil esete sentos, quarenta e outo, aos quatros dias domez de Junho do dito anno nesta villa epraça deSantos, em cazas demorada do Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Dom Luiz Mascarenhas, Governador, eCapitaó General desta Capitania de Sam Paullo, por El-Rey nosso Senhor; onde eu Tabeliáó ao diante nomeado fuy vindo, ahy na minha prezença e das testemunhas ao diante nomeadas, e nesta assinadas, aparecerãó prezentes partes, Entre Sy outorgantes, aSaber dehuma Como vendedor Manoel Martins Ramos morador na Bertioga, e hora estante nesta Villa, e da outra Como Comprador o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Dom Luiz Mascaranhas Governador, e Capitão General desta Capitania deSam Paullo, morador nesta dita Villa, pessoas reconhecidas demim Tabeliáó pellas proprias aqui nomeadas, e nofim desta nota assignadas: E Logo pelodito vendedor Manoel Martins Ramos foy dito a mim Tabeliáó perante as ditas testemunhas, que entre os demais bens de raiz de que era Senhor, e possuidor, Eera bem, a sim huma sorte de terras cita na parage chamada Jacarê guaba, Lemite da Bertioga, termo desta dita Villa, cuja sorte de terras consta de quinhentas braças em testa para a parte do mar, ecorrem certãó dentro de mato virgem, thê entestar nos picos do Serra, e partem de banda do

Nascente com terras delle dito Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador, e dabanda doPoente Com terras pertencentes aos herdeiros deTristão de oLiveira, e Antonio Ferreira, a qual Sorte deterras asim confrontadas, eComo elle dito vendedor as possue, está justo a vender aoIllustrissimo, eExcellentissimo Senhor Dom Luiz Mascaranhas, Governador e Capitãó General desta Capitania deSãó Paullo, Como Com effeito lhe vendia dehoje para todo Sempre a elle dito Illustrissimo eExcellentissimo comprador, Seos herdeiros e sucessores por preço, equantia certa estipulada e ajustada entre elles partes de cento e sincoenta mil reis, que elle dito Illustrissimo e Excellentissimo Comprador logo exibio, em moedas correntes neste estado do Brazil, que elle vendedor logo recebeo, e tornando a Contar, achou estar serto, deque eu Tabeliãó dou minha fee, e delles se deu por entregue: E por esta esCritura disse dava plena e geral quitaçãó a elle dito Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador, seos herdeiros, esucessores para naó lhe ser tornada a pedir porelle dito vendedor nem por seus seus herdeiros ou successores; as quaes terras declarou elle vendedor porssuir por titulo de herança que lhe tocou por falecimento de seu Pay, cujos Titullos logo entregou ao dito Illustrissimo e Excellentissimo Comprador, em quem disse cedia, e trespassava todo o dominío, direito e posse, e que elle dito Illustrissimo e Excellentissimo Comprador podia tomar a dita sorte de terras por sy ou seus procuradores, e quer a tomaçe, quer nãó, desde hoje para todo Sempre lhe há por dada pela clausula *Constituti*: e todo o mais tempo daqui em diante em que elle vendedor se conservar nas ditas terras o fica fazendo como Collono inquilino, e procurador do dito Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador. E outro sim prometeu elle dito vendedor, e se obrigou por sua pessoa, e bens havidos e por haver por sy, e por seus herdeiros e successores fazer em todo o tempo verdadeira, boa, de paz, e pacifica esta venda a elle dito Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador, seos herdeiros, e successores, e naó hir em tempo algum Contra o estipulado nesta escritura nem a reclamar, em Juizo, ou fora delle, e que Se elle, ou seus successores o quizerem fazer nãó seraó a isso admettidos sem primeiro depositarem na mãó delle dito Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador, ou de seus herdeiros a referida quantia de cento e cincoenta mil reis; e que se a depozitarem em Juizo poderãó elles dito Illustrissimo e Excellentissimo Comprador e seus successores Levantar sem fiança, para Cujo fim os ha desde agora para esse tempo por abonados. E esta clauzula depozitaria escrevy, eu Tabellião a pedimento delles partes. E outro sim se obrigou elle dito vendedor a

responder pello contheudo nesta escritura perante as justiças de Sua Magestade que Deos guarde, onde elle dito Illustrissimo e Excellentissimo Comprador ou seus successores requererem a excuçaó e Cumprimento della, para Cujo fim renunciava, e demetia de si o juizo de seu foro e domicilio, e todo e qualquer previlegio que a seu favor tenha, e alegar possa: e logo pello dito Illustrissimo, e Excellentissimo comprador foy dito a mim Tabeliaó perante as ditas testemunhas que elle aSeitava esta escritura com todas as clauzulas nella expressadas: E eu Manoel Antunes de Carvalho como pessoa publica, estipulante, e aSeitante a estipuley, e aSeitey por quem pertencer ou Auzente for; e nesta nota Lavrei esta Escritura por empedimento, e suspençaó do Tabeliaó Antonio Muniz de Jezus Maria, a quem foy distribuida, a qual sendo lida as partes por mim Tabeliaó, a tornarãó aSeitar, e nesta nota Comigo se assignarãó, e Com as testemunhas prezentes o Capitaó Manoel Borges da Costa, e Bento de Crasto Carneyro, pessoas reconhecidas de mim Tabeliaó do publico judicial, e notas que a escrevy.—*Dom Luiz Mascaranhas*.— *Manoel Martins Ramos*. — *Manoel Borges da Costa*. — *Bento de Castro Carneyro*. E naó se continha mais em a dita escritura de venda e Compra que eu Sobredito Tabelliaó aqui bem, fielmente fiz Tresladar do Livro de nottas do Tabeliaó Antonio Moniz, que se acha em meu poder, e Cartorio por seu empedimento de Suspensão do officio, e vay na verdade Sem Couza que duvida faça pois o Ly, corri, conferi com original a que me reporto, em feé do que me aSino em publico, e razo nesta dita villa aos seis de Junho demil sete centos quarenta e oito annos. Eeu Manoel Antunes deCarvalho Tabelião a fiz escrever, sobscrevy, e assiney. Lugar do Sinal publico. Em testemunho deverdade.—*Manoel Antunes deCarvalho*. —Conferido pormim Tabelião.—*Manoel Antunes de Carvalho*.

Auto de posse q' toma o Illmo. e Exmo. Snor. D. Luiz Mascaranhas governador, e Capp.^{am} ga$^{l.}$ desta Capitania de S. Paullo por seu procurador o Capp^{mn}. Me$^{l.}$ Borges da Costa de hum Citio chamado Jacaré guaba, e terras aelle pertencentes.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus christo de mil e sete centos quarenta, e outo, aos sete dias do mez de Junho do dito anno nesta villa e praça de Santos em o Citio de Jacarê guaba, destricto desta villa, honde eu fuy vindo, o Alcayde Antonio Joaó de Carvalho em Companhia de mim escrivão para effeito de darmos posse ao Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor

Dom Luiz Mascaranhas governador e Capitaó General destaCapitania por Seu Procurador o Capitaó Manoel Borges da Costa, o qual estando tambem prezente logo por elle me foy aprezentada a procuraçaó do Illustrissimo e Excellentissimo Comprador da qual o Seu theor e forma hé o da maneira seguinte:—Dom Luiz Mascaranhas do Conselho de Sua Magestade, e Seu governador, e Capitaó General nesta Capitania de Sam Paulo Comendador da ordem de christo. Pello presente meu Alvará de procuração por mim somente assignado faço e Constituo por meu procurador ao Capitaó Manoel Borges da Costa para que por mim, e em meu nome Como prezente possa tomar posse de huma Sorte de terras chamada *Jacarê guaba* Lemite da Bertioga, termo desta villa de Santos que Comprey a Manoel Martins Ramos na forma que este ma vendeo, e hé expressado na Escritura da mesma venda. Villa de Santos, quatro de Junho demil e sete centos quarenta e outo.—*Dom Luiz Mascaranhas*.—E Segundo asim secontinha em adita Procuraçaó a qual tendo me aprezentado logo me requereo lhe desse posse tudo em nome do dito Illustrissimo e Excelentissimo Comprador, as quais a possuia por Compra que havia feito a Manoel Martins Ramos, das quais lhe passára a escritura Lanssada por mim Tabiaó no Livro de notas do Tabeliaó Antonio Moniz de Jezus Maria, por seu empedimento, a quem foy esta distribuhida que tambem me aprezentou; as quaes terras são dezempedidas, que da Banda do nassente parte com terras do mesmo Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador, e da outra parte do poente com terras de Tristaó de oLiveira, e Antonio Ferreyra e seus herdeiros e Sendo ahy por hum rapaz Ladino chamado Furtuozo, que faz vezes de porteiro á falta delle foi apergoado em altas vezes, dizendo huma e muitas vezes, posse, posse, posse, que toma o Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador por seu procurador o Capitão Manoel Borges da Costa em virtude de huá escritura que me apresentou deste Citio chamado *Jacaré guaba* dezempedido com quinhentas braças de testada pello dito Rio de Jacaré guaba aSima, e mais Couzas a elle pertencentes e repetindo o dito porteiro varias vezes e pasehando de huma, e outra parte repetindo a dizer posse, posse, posse que toma o Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador por seu procurador o Capitão Manoel Borges da Costa neste Citio, e terras a elle pertencentes e naó ha vendo quem embargos tivece a dita posse lhe demos actual Real Civel, e natural fazendo o dito procurador do referido Citio o Capitão Manoel Borges da Costa todas as Serimonias da Ley pegando em terra, e deitando-a ao ar, e paseando por ella, quebrando páos, oulhando para hum, e outra parte, e fazendo tudo o referido pelo

Alcayde, e eu Tabeliaó lhe foy dado posse do dito Citio e terras a elle pertencentes actual, real, Civel, e natural, Cuja posse poderá reter em Sy o dito Illustrissimo, e Excellentissimo Comprador, e emposado, pois por este Auto, e em virtude de Escritura o havemos por empossado do dito Citio, e terras a elle pertencentes, e fica possuhindo Como Senhor, e possuhidor Como Couza Sua propria, Comprada e empossada dellas, e propria que hé realmente, de que de todo fez este Auto de posse em que assignaraó o dito procurador empossado Manoel Borges da Costa Com as tres testemunhas, o Capitaó Gonçalo Vaz Pinto, o Cabo de esquadra Manoel Borges da Costa, moradores nesta villa, reconhecidos de mim Tabeliaó que Tambem Como Alcayde aSigney, e eu Manoel Antunes de Carvalho Tabeliaó o Escrevy, e assigney.—*Manoel Antunes de Carvalho.—Manoel Borges da Costa.—Gonçalo Vaz Pinto. — Antonio João de Carvalho. — Manoel Borges de Carvalho.*

E tresladada a Consertey Com a propria a que me reporto, a qual torney a entregar a quem ma apresentou que de Como a recebeo aqui assignou, e a Seu pedimento passey esta Copia em publica forma. Lisboa vinte sete de Agosto de mil e sete centos secenta annos. E eu Bartholomeu Angelo Escopezy. Tab.m publico de notas de EL-Rey nosso Senhor nesta Cidade de Lx.a o Sobscrevy e assiney em publico pregão e razo.—*Bart.meu Angelo Escopezy.* Em test.o da verd.e. (Estava o signal publico). *Manoel Aluves Pintto.*

O Tupi na Geographia Nacional

Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de São Paulo por Theodoro Sampaio

Não é novo, antes, pelo contrario muito frequentemente debatido é o objecto do presente estudo. Sobra-lhe, porém, interesse historico, exalça-o notavelmente o valor que assume na geographia nacional e, sobretudo, o recommenda a attenção sympathica que sempre logrou despertar no nosso meio litterario.

Encarando-o agóra por uma face nova, outro não é o nosso intuito, aliás despretencioso e modesto, que não o de methodisar, ou submetter a regra esse estudo linguistico que por ahi anda ao belprazer das phantasias de uns e ao desazo dos que menos familiarisados com a lingua dos primitivos habitadores desta terra a deturpam e desfeiam, attribuindo-lhe aos vocabulos sentido e significados absurdos ou procurando interpretar aquelles já adulterados ou assimilados pela dicção vulgar por processos extranhos ás leis gottologicas que regem a materia.

Não ha quem desconheça a predominancia do *tupi* nas nossas denominações geographicas. As nossas montanhas, os nossos rios, as cidades como os simples povoados trazem geralmente nomes barbaros que o gentio, dominador outrora, lhes applicou, que os conquistadores respeitaram e que hoje são de todos preferidos, pois, não raro, se trocam, se substituem nomes portuguezes de antigas localidades, por outros de procedencia indigena, ás vezes lembrados ou compostos na occasião, ás vezes restaurados pelos amadores de coisas velhas e tradicionaes.

Mas essas denominações geographicas, explicaveis e naturalissimas numa época em que o *tupi* era a *lingua geral*, ou a mais fallada no paiz, são agóra para as modernas gerações verdadeiros enigmas que as alterações quotidianas ou as inevitaveis corruptellas vão tornando indecifraveis.

Portanto, preserva-lhes a graphia verdadeira, e a verdadeira pronuncia, fixar-lhes o significado, interpretado através do véo obscuro dos metaplasmas, vale tanto como resguardar um monumento historico.

Sim, porque se a geographia póde passar intangivel por um nome fossilisado ou cruelmente adulterado pelo correr dos annos, com a Historia já não succederá o mesmo sem damno sensivel para a perfeita comprehensão dos successos com que ella evoca as eras passadas.

Já ninguem desconhece o valor da philologia nos estudos historicos, a qual, como é sabido, explicou as migrações dos povos, anteriores a qualquer tradição oral ou escripta.

Simples vocabulos, diz Cezar Cantú, revelam ou confirmam, ás vezes, uma circumstancia importante da Historia.

Carlos von Martius, na sua dissertação sobre «como se deve escrever a Historia do Brazil» considera a lingua dos *indios* como documento mais geral e mais significativo e accrescenta:

«Pesquizas nesta actualmente tão pouco cultivada esphera não pódem jámais ser sufficientemente recommendados, e tanto mais que as linguas americanas não cessam de achar-se continuamente em uma série *fusão*, de sórte que algumas dellas em breve estarão inteiramente extinctas». (1)

Quando isso não bastasse; quem é que viajando a nossa terra se não tomará de curiosidade a mais justificada e não indagará pelo significado de tantos nomes barbaros applicados aos logares, as regiões que vae atravessando?

Quem de nós não terá, por vezes inquirido pelo significado de tantos nomes extranhos, cuja pronunciação já corre adulterada e cujo sentido já ninguem comprehende?

E são, todavia, vocabulos doces e sonoros, longos muitas vezes, excellentes em geral como designação de logares, mas que muito perdem o seu valor por se não saber o que exprimem, o que recordam, o que nos revelam do sentir e do genio do povo primitivo que nol-os legou.

E como na America esta triste verdade se assignalou tão breve?

No Brazil nem sequer a lingua do gentio desappareceu totalmente. Nos seus vastissimos sertões, ainda vagam numerosos os representantes das nações selvagens que outrora os possuiram.

As vozes tupis se escutam ainda hoje nas margens do Amazonas, como nos campos do Paraguay e do Paraná. Mas, o esquecimento dessa lingua, que os cultores de outrora acharam tão rica e tão bella, lavra intenso no seio da moderna e culta sociedade que lhe desconhece o valor e atira para o ról das coias enigmaticas e incomprehensiveis os nomes com que designa ascidades opulentas em que ora vive e prospéra.

---

(1) Carlos von Martius—Revista do Instituto Historico e Geographico, vol. 6.º pag. 389

Contudo, nesse diluvio de esquecimento, alguns espiritos de eleição se ergueram com os seus trabalhos litterarios, pondo em contribuição os thesouros de poesia e de inspiração que se encerram nos costumes e nas scenas pittorescas da vida selvagem. Gonçalves Dias, Domingos de Magalhães, José de Alencar, cultores do *americanismo* na litteratura nacional, logram despertar entre os seus contemporaneos o gosto pelos estudos relativos á raça indigena.

Mas, se com o exemplo delles, os escriptos de Anchieta, Luiz Figueira, Montoya e Restivo lograram reviver aos esforços de abalisados cultores como Couto de Magalhães, Baptista Caetano, Barbosa Rodrigues e Mendes de Almeida, todavia o gosto por estudos deste genero se não generalisou ou tão largamente se não diffundio que viesse a reclamar dos competentes a creação de escolas onde se aprendesse a lingua dos aborigenes, ou cursos especiaes onde se preparassem os que, para taes estudos, mostrassem predilecção.

Estudos, porém, systematicamente guiados para o fim de explicar o vocabulario geographico de procedencia tupi, poucos cultores têm tido, bem que não raros o tenham tentado.

Frei Francisco dos Prazeres Maranhão foi, ao que nos consta, o primeiro a encetar taes estudos, mas fel-o tão incompletamente e sem aquella indispensavel e criteriosa analyse que a materia requeria, que as suas *Etymologias Brazileiras*, publicadas no volume 8.° da Revista do Instituto Historico, não tem outro merito que o de uma obra de iniciação.

Antes delles alguns chronistas e viajantes tentaram parcial ou isoladamente o mesmo assumpto, mas, no geral, sem resultado apreciavel. O padre Simão de Vasconcellos dá-nos, na sua *Chronica da Companhia de Jesus*, taes interpretações de vocabulos tupis que se chega a duvidar dos conhecimentos linguisticos do celebre jesuita.

O dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, como se verifica do seu «*Diario de viagem pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá e S. Paulo, nos annos de 1789 a 1790*», é um dos viajantes que com mais interesse e competencia tratou desta materia. As sua etymologias brasileiras, constantes das notas do citado «*Diario*», são tão numerosas e interessantes que bem se póde consideral-o um precursor nestes estudos.

O trabalho de frei Francisco dos Prazeres se, de facto, não é tão copioso e exacto nas interpretações como o objecto comportava, é, comtudo, o unico systematisado e tal que, como diz o seu auctor: «... não deixará de ser de alguma utilidade, ou porque dará principio a uma obra nova, ou porque alguma coisa

accrescentará a essa obra, talvez já principiada». Tal era a importancia por elle ligada ao objecto que não só se suppunha precedido como achava que a obra por outrem emprehendida devia ser de vulto, isto é, em *ponto grande* para usar das suas proprias palavras. O certo, porém, é que, do ponto de vista de um estudo methodico e systematisado, frei Francisco dos Prazeres Maranhão não teve predecessor como bem pouco foram os seus continuadores.

O dr. Francisco Freire Allemão, em uma *Memoria*, publicada na Revista do Instituto Historico (tomo 45, pag. 351) em 1850, tractou do assumpto sob o titulo: « *Questões propostas sobre alguns vocabulos da linyua geral brasiliana*», mas, como o proprio titulo o manifesta, o seu trabalho não passava de uma investigação sem nenhum caracter de generalisação, e sem methodo, embora exhibindo erudição e conhecimento da materia.

Braz da Costa Rubim seguiu-lhe os passos com processo identico e identico resultado, como se verifica do mesmo volume da citada Revista.

O senador Candido Mendes de Almeida occupou-se da materia exhibindo criterio seguro, vasta erudição e notavel penetração nos poucos estudos que publicou sob o titulo—*Notas sobre a historia patria*, na já citada Revista. O seu irmão, o dr. João Mendes de Almeida, era outro dedicadissimo cultor do *brasilianismo*, se assim podemos designar a materia do presente escripto, e consta mesmo que deixou a respeito obra inedita de copioso cabedal.

O general Couto de Magalhães tinha a peito e em muita conta os estudos deste genero. Varias publicações fez explicando o significado de muitas denominações geographicas de procedencia tupi, e mais recentemente, numa das ultimas sessões do Instituto Historico a que assistira, e quando apresentou o seu plano commemorativo do quarto centenario do descobrimento do Brazil, indicou, como dos mais importantes assumptos e dos mais adequodas para essa commemoração, o estudo das etymologias brasilicas, isto é, do *brasilianismo*, feito em collaboração com alguns cultores da lingua tupi que o fallecido general indicaria ou convidaria opportunamente.

Ricardo Burton, annotando a traducção da obra de Hans Staden, em 1874, enriqueceu esse livro com abundantes e preciosissimos estudos sobre os vocabulos indigenas referidos na sobredita obra.

O dr. Frederico Hart, tão cedo roubado ás investigações scientificas de que fizera theatro predilecto o nosso Brazil, enriqueceu tambem a litteratura do *brasilianismo* com as mais eruditas e criteriosas interpretações ou contribuições.

Baptista Caetano de Almeida Nogueira, nas suas annotações á *Narrativa epistolar de Fernão Cardim*; Barbosa Rodrigues, nos seus varios escriptos sobre a lingua do gentio, são dois cultores do *brasilianismo* que se recommendam pela sua erudicção, senso critico e especial criterio nas interpretações.

O trabalho, porêm, de maior monta que até aqui se ha publicado sobre este objecto é, incontestavelmente, o do dr. Carlos von Martius, trabalho publicado em annexo no *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Era o dr. Martius, a quem tanto deve a botanica brasileira, mui versado na lingua tupi, tinha muito viajado o nosso paiz, possuia vasta erudição scientifica e os melhores elementos para um trabalho do vulto nesta questão da origem e interpretação dos vocabulos tupis ussados na geographia nacional. Infelizmente não lhe pôde o illustre sabio dar o preciso desenvolvimento, nem aprofundar as suas investigações como era mister, lendo as chronicas, as relações antigas de viagem, isto é, consultando o elemento historico para descobrir a verdadeira graphia primitiva dos vocabulos, muitos dos quaes, sem isso, jámais seriam explicaveis ou traduziveis do ponto de vista etymologico.

Comtudo, procuramos sempre no presente trabalho seguir os passos do naturalista bavaro. Mas, seguindo-o tão de perto quanto possivel no que respeita ao exame etymologico, preferimos o processo critico de Freire Allemão, reconhecendo primeiro a identidade do vocabulo, discutindo as suas alterações subsequentes antes de traduzil-o ou dar-lhe o respectivo significado.

Fiz, por isso, preceder o trabalho propriamente interpretativo e etymologico de uma rapida apreciação sobre o caracter da lingua tupi, a sua extensão na America, e especialmente no Brazil, as suas alterações sob a iufluencia do portuguez, analysando ao mesmo tempo o processo segundo o qual se deram as ditas alterações na phonetica dessa lingua.

Não presumo com isso dar a ultima palavra na questão. Mas acredito ter adiantado alguma coisa, firmando alguns principios que, no futuro, hão de servir a outros e melhores investigadores, e eliminando umas tantas obscuridades que affectam a graphia e, portanto, o significado ou sentido de não poucos vocabulos indigenas com applicação á nossa geographia. Terei, entretanto, levantado uma ponta desse véo de esquecimento que pésa sobre a memoria do povo desapparecido a quem succedemos no dominio desta terra, cujas vozes barbaras, na sua lenta e secular fossilisação, perdida a primitiva e original estructura, já não tem sentido nem expressão, designando as prosperas cidades dos novos dominadores.

CAPITULO I

DA EXPANSÃO DA LINGUA TUPI E DO SEU PREDOMINIO NA GEOGRAPHIA NACIONAL

A vasta superficie que, por um exame geographico do nosso paiz, se reconhece ter sido avassalada pelo *tupi*, não póde, de modo algum, ser attribuida á força de expansão, propria da raça primitiva, que dominava no littoral e em grande parte do interior ao tempo do descobrimento pelos portuguezes.

Vastissima, na verdade, era a região por onde dominou a *lingua tupi* no novo continente; no Brasil, porêm, deve-se a sua mais notavel expansão aos proprios conquistadores europeus, ás numerosas expedições ou *bandeiras* que penetraram nos sertões para descerem escravos indios, e para a pesquiza do ouro; deve-se principalmente á cathechese que tornou *geral* esse idioma barbaro e o cultivou.

Occupavam, com effeito, os povos da raça tupi, o littoral quasi todo, por cerca de seiscentas leguas, donde haviam expellido outros povos, sem duvida conquistadores antes delles, e que por sua vez tiveram de ceder deante de forças mais numerosas e aguerridas; dominavam ainda o valle do Paraná-Paraguay na sua média zona, onde se limitavam com outras nações de procedencia andina e lançavam colonias através dos valles do Araguaya, Tapajós e Madeiras, alcançando o Amazonas cujo curso disputavam e partilhavam com outros povos desde a foz até grande extensão em direcção ás cabeceiras, e ainda para além das guyanas, no valle do Orinoco, e nas Antilhas, entre os *carahybas* se encontravam representantes delles.

Nas chapadas centraes, nas regiões do sólo mais ingrato, nos grandes valles interiores menos accessiveis quedavam-se como encurralados os povos da raça vencida que os *tupis* denominavam commummente *tapuyas*, equivalente a *barbaro* ou *extrangeiro*, como vieram a chamar *tapuytinga*, ao europeu e *tapuyuna* ao africano.

Ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados que realisaram as conquistas dos sertões é que se deve a maior expansão do *tupi* como *lingua geral* dentro das raias actuaes do

Brasil. As levas que partiam do littoral a fazer descobrimentos fallavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os proprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colonias que espalhadas nos sertões, fallando tambem o tupi e encarregando-se naturalmente de diffundil-o.

O portuguez era, sim, a lingua official, como ainda hoje o hespanhol no Paraguay, a lingua do commercio nos portos do littoral, nas cidades e villas de mais importancia, e no seio das familias propriamente portuguezas, mas ainda ahi apparecia o tupi, fallado pelos famulos quasi todos indios ou de descendencia india.

Nos povoados mais apartados, a cathechese, iniciada e desenvolvida pelos jesuitas, ia dando á lingua barbara os fóros de um vehiculo civilisador. Fallavam os padres a lingua dos aborigenes, escreviam-lhe a grammatica e vocabulario e ensinavam e prégavam nesse idioma. Nos seminarios para meninos e meninas, *curumins* e *cunhatains*, filhos dos indios, mistiços ou brancos, ensinavam de ordinario o portuguez e o tupi, preparando deste modo os primeiros cathechumenos, os mais idoneos, para levarem a conversão ao lar paterno.

Até o começo do seculo XVIII a proporção entre as duas linguas falladas na colonia era mais ou menos de tres para um, do tupi para o portuguez. Em algumas capitanias como em S. Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará onde a cathechese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda. Nas duas primeiras fallava-se entre os homens do campo a *lingua geral* até o fim do seculo XVIII. No Amazonas e no Pará ainda é commum o tupi no seio da população civilisada dos *tapuyas*, como vulgarmente ahi se appelidam os indios.

Mas, naquelles tempos, quando o desbravamento dos sertões apenas começava e as expedições para o interior se succediam com a obstinação das coisas fataes e irresistiveis, o tupi era devéras a lingua dominante, a lingua da colonia.

Todos a fallavam ou a comprehendiam. Parecia mesmo haver certa predilecção por ella (1).

Saudavam-se no tupi, dizendo: *Enecoêma*, que quer dizer *bom dia*, a que respondia o interlocutor, repetindo a mesma saudação, ou dizendo simplesmente:—*Ycuê*.

Ao toque da Ave Maria, o christão da America erguia-se

(1) O Padre Vieira em 1694 escrevia: «E' certo que as familias dos portuguezes e indios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a lingua que nas ditas familias se fala é a dos indios e a portugueza a vão os meninos aprender á escola;... (Obras Var.as, I, 249).

persignando: *Santa Curuçá rangaua recê*, que quer dizer: *pelo signal da Santa Cruz* e repetia na sua lingua a oração da tarde.

Adoptavam os proprios portuguezes os usos e até o fallar brasilico, preferindo as expressões tupis aos dizeres da propria lingua, em que, aliás, não faltavam vocabulos e locuções egualmente expressivas e adequadas.

Appellidavam-se muitas vezes pelo tupi (2); e tinham cantares e folguedos nesta lingua, ou num mixto comprehensivel do portuguez e do indio. A conhecida canção popular *Caranguejo andou uatá* vem desde este tempo.

Alteravam-se ao contacto dessa lingua barbara a prosodia e a syntaxe portugueza. Desappareceram as vogaes mudas ou breves e prevaleceram as graves e agudas. Os verbos tupis modelaram-se pelos do portuguez, incorporando-se em grande numero neste ultimo, como incorporaram-se os nomes de plantas, animaes, fructas e objectos de uso domestico.

Fazia-se a conquista tendo por vehiculo a propria lingua dos vencidos, que era a lingua da multidão.

As *bandeiras* quasi que só fallavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam extendiam os dominios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a lingua, a qual só mais tarde se introduzia com o progresso da administração, com o commercio e os melhoramentos.

Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo, e o conservaram pelo tempo adiante, ainda que nellas jamais tivesse habitado uma tribu de raça tupi. E assim é que no planalto central, onde dominam povos de outras raças, as denominações dos valles, rios e montanhas e até das povoações são pela mór parte da *lingua geral*.

Bem poucos, na verdade, são os nomes de procedencia tapuya, conservados na Geographia Nacional, e estes mesmos nas regiões centraes onde a cathechese jamais penetrou, ou se iniciou muito tarde por motivos particulares que atrazaram a conquista.

Tomando-se uma carta do paiz e examinando-a quanto ao que diz respeito ás denominações geographicas, reconhece-se para logo o predominio do tupi em toda a região littoral; nota-se que elle penetra fundo nos sertões pelo valle dos grandes rios, onde se tornou facil o accesso do lado do mar; nota-se mais que elle assignala através dos divisores das grandes bacias fluviaes o trajecto costumeiro dos bandeirantes ou descobridores; reco-

(2) Pela época da independencia voltou o uso dos nomes e appellidos de procedencia tupi. Muito conhecidos se tornaram depois os de Francisco Gê Acayaba de Montezuma, Dendê Bús, Sucupira, Japyassú, Tupinambá, Jaguaribe, Jucá, Piragibe, Cuim Atuá, Pitanga e tantos outros.

nhece-se tambem que elle persiste como vestigio indelevel da catechese, onde quer que, ou isoladamente ou seguindo uma série de estações intermediarias, penetrou o christianismo pelo trabalho apostolico dos missionarios.

Consideremos, por exemplo, essa parte do Brazil entre o Rio de S. Francisco e o Maranhão. Notamos logo no littoral e nos valles mais accessiveis e ferteis, os nomes tupis em grande numero, ao lado de alguns nomes portuguezes designando os logares e os varios accidentes topographicos; no interior, porém, as denominações *tapuyas* prevalecem, designando as aguadas, e as feições mais salientes da região. As montanhas e as chapadas se designam em grande extensão pelo nome *Cariry*, do povo mais numeroso que outrora as possuiu. Os rios do interior, que não alcançam directamente o mar, donde lhes podia vir a denominação tupi, prevalecente no littoral, têm nomes tapuyas: *Moxotó*, *Ororobá*, *Chocó*, em Pernambuco; *Piancó*, *Gurunhem*, *Catolé*, na Parahyba; *Mossoró*, *Seridó*, *Caycó*, no Rio Grande do Norte; *Quixeramobim*, *Quixadá*, *Quixelô*, *Quixossô*, *Quinquelerê*, no Ceará; *Jaicós*, *Gurgueia*, *Longá*, no Piauhy.

Nesta região, cujo interior reveste um aspecto mais aspero e as seccas periodicas tornam o viver incerto e atormentado, as levas dos conquistadores atravessam sem encontrar algures o que as retenha, sem descobrir uma mina cuja riqueza determine ou justifique um estabelecimento permanente ou um sólo fertil tentando a cobiça dos aventureiros. Elles passam sem intenção de ficar.

Só o gentio adaptado ahi permanece como que protegido pela propria inclemencia do sólo.

O tupi ahi não penetra como não penetra o portuguez senão depois que o gado invadindo as catingas áridas e entrahando-se no deserto, abriu as veredas e guiou o vaqueiro até as varzeas onde se assentaram as primeiras fazendas. O gentio, sem grande resistencia, submetteu-se então, e assim se explica como alguns vestigios da sua lingua perduraram nas denominações dos logares, recordando a raça dos vencidos.

Desça-se, porém, das chapadas áridas e assoladas pela secca, e precure-se mais além ou o curso do Parnahyba a Oeste, ou do S. Francisco mais ao Sul e, para logo, apparecem de novo os nomes tupis designando os accidentes geographicos.

Transpondo o S. Francisco em direcção ao Sul, penetra-se de novo numa região ingrata pela inclemencia do céo, e vae-se atravessando a bacia elevada do Vasa Barris, antes de ganhar os trechos esparsos e mais deprimidos das chapadas bahianas que, depois do salto de Paulo Affonso, depois de Canudos e de

Monte Santo, levam á Itiuba, ao Tombador e ao Assuruá. Ahi, nesse trecho do patrio territorio, aliás dos mais ingratos, onde outr'ora se refugiaram os perseguidos destroços dos Orizes, Procás e Carirys, de novo apparecem, designando os logares, os nomes barbaros de procedencia *tapuya* que nem o portuguez, nem o tupi logrou supplantar. Lêm-se então no mappa da região com a mesma frequencia dos accidentes topographicos os nomes como *Pambú, Patamoté, Vauá, Bendegó, Cumbe, Massacará, Cocorobó, Tragagó, Canché, Chorrochó, Quincuncá, Cochó, Centocé, Assuruá, Chique-chique, Jequié, Sincorá, Catulé* ou *Catolé, Mocugê* e outros, egualmente barbaros e extranhos.

Mais para o Sul, penetrando já na região mineira, entre a zona littoral e a Serra do Espinhaço que foi o paiz dos botucudos, dos purys e de numerosas tribus *tapuyas*, já a raridade dos nomes selvagens na geographia local resalta logo. Prevalecem denominações portuguezas entre alguns nomes tupis. Difficilmente se encontrará ahi um nome *tapuya, botucudo, pury* ou *camacan*, designando um monte, um rio ou um povoado. *Jequitinhonha, Chopotó, Pujichá, Norek* são bem poucos vestigios da lingua dos primitivos dominadores acaso salvos do diluvio tupi ou portuguez que o bandeirante ou missionario extendeu por toda a parte.

Levando a pesquiza para as regiões do Sul, e do centro, na larga superficie pela mór parte deserta, como na mais densamente povoada, observa-se logo que o tupi é a lingua dominante na geographia. Em Minas Geraes o portuguez leva vantagem ao tupi.

No Rio de Janeiro as duas linguas se equilibram.

Em S. Paulo o predominio do tuqi é quasi completo, notando-se o mesmo do Paraná para o sul até o Rio Grande, e para o centro, em direcção ao valle do Paraguay.

Rarissimas são as denominações tapuyas perdidas na grande torrente tupi-portugueza que alastrou por toda a parte. Os nomes *Chopin, Chapecó, Chancheré, Goyó, Copré*, na região dos Coroados, dentre o Iguassú e o Uruguay; *Nioak* e alguns poucos entre os Guayacurús de Matto Grosso; e os nomes dos rios da bacia superior do Amazonas, eis tudo o que se salvou das linguas barbaras dos tapuyas deante da invasão tupi impulsionada pelos portuguezes. Eis porque para o objecto que nos occupa não é mister discriminar as regiões que serviram da *habitat* a cada raça selvagem; basta reconhecer no tupi generalisado na geographia nacional o effeito da influencia civilisadora dos europeus.

CAPITULO II

Breves apontamentos sobre a lingua tupi com relação ao objecto deste escripto

1—Estava a lingua tupi no segundo periodo da sua evolução morphologica, o da agglutinação; e, comtudo, era um idioma rico no vocabulario, e bastante expressivo.

Anchieta, assim como o padre Figueira, admirava tanto as qualidades dessa lingua que a comparava, na perfeição, á grega.

« E' admiravel, diz o auctor do *Diccionario Brasiliano*, que tendo os povos que a fallavam limitadas as suas idéas a um pequeno numero de coisas, as quaes julgaram necessarias ao seu modo de vida, pudessem, comtudo, conceber signaes representativos de idéas com capacidade de abranger objectos de que elles não tiveram conhecimento; e isto não de qualquer modo; mas com muita propriedade, energia e elegancia». (1)

O padre Figueira, na sua *Arte da Lingua Tupi*, diz que é esta « ... uma lingua suave, elegante, mas extranha e copiosa ».

João de Laet repete em latim os mesmos conceitos: « ... nam facilis est, copiosa, neque insuavis... »

2—O tupi e o guarany entendem muitos por linguas differentes ou extranhas e não são senão irmans differenciadas apenas por influencia dialectal.

E' o guarany ou o tupi fallado no Paraguay o que entre os indios desta parte do continente se chama *abanhehen*, lingua de gente. O tupi fallado no Amazonas é, porém, conhecido por *nhehen-gatú*, isto é lingua bôa. (2)

Observa o general Couto de Magalhães que a differença entre ellas é a mesma que se nota entre *paulistas* e *mineiros* fallando o portuguez. (3)

Parece-nos, entretanto, que a differença é um pouco mais accentuada, como já o fizera sentir o mesmo auctor citado, no seu *Estudo Anthropologico*, publicado na *Revista do Instituto His-*

(1) *Diccionario Portuguez Brasiliano*, impresso em Lisbôa em 1795.
(2) Couto de Magalhães, *O selvagem*.
(3) Idem, idem.

torico (4), onde, tractando do *tupi* e do *guarany*, compara-os, no gráu de semelhança, ao portuguez e ao castelhano. São, de facto, o *tupi* e o *guarany* «... a mesma lingua em dois periodos diversos: o *tupi* num periodo mais primitivo, quasi monosyllabico, conservando com escrupulo as raizes com que formou a ag glutinação; o *guarany* em um periodo mais desenvolvido, aquelle em que a raiz monosyllabica perde a significação para abandonal-a ao vocabulo agglutinado. Portanto, conclue o auctor citado, o *tupi* é a fonte e por isso denominamos o grupo com o nome *tupi*. (5)

Alguns exemplos bastam para deixar bem assignalada essa differença. Assim é que no *tupi* se diz: *ajura*, *pirapora*, *caraiba*, *jaguara*, *curupira*, *cuéra* ao passo que no *guarany* se diz, correspondentemente: *ajú*, *pirapó*, *carahy*, *jaguá*, *carupi*, *cué*, isto é, ficando os vocabulos mais contractos neste ultimo idioma.

Foram ambas as linguas bastante falladas no Brasil, quer pelo gentio propriamente dito, quer pelas populações que ao depois se formaram sob a influencia européa.

3—Desde o Amazonas até Cananéa, com raras interrupções pelo littoral, e com uma faixa mais ou menos larga ao par delle, e varias projecções pelo interior, dominava o *tupi* fallado por *Tupinambás*, *Tabajaras*, *Putiguaras*, *Cahétes*, *Tupiniquins Tamvyos*, e depois por seus descendentes, mestiçados com europeus e africanos.

De Cananéa para o Sul, pela costa, e, pelo interior, abrangendo grande parte do sertão paulista, nos valles do Paraná, Tieté e Paranapanema, descendo para o Sul em direcção ao Rio Grande, pelos campos elevados que o Tibagy, o Ivahy, o Iguassú e o Uruguay atravessam, e apezar de algumas tribus tapuyas interpostas, dominava o *guarany*, fallado por *guayanás*, *carijós*, *tapes* e outros.

Na geographia da região em que essas linguas foram falladas, encontram-se, agora, nas denominações dos logares, os vestigios indeleveis do dominio de cada uma. Este facto carece de estar sempre presente ao tractar-se da interpretação dos vocabulos tupis com applicação á geographia nacional.

4—No alphabeto tupi não ha mais que dezenove lettras, não existindo *f*, *l*, *j*, *z* nem *v*. Não tem *r* forte, porquanto é essa lettra sempre branda, mesmo no começo das palavras, como se vê em *rerú*, *rera*, *rangaua*.

---

(4) Idem. Revist. Inst. Hist., vol. 36.
(5) Idem, idem.

Não tem *s* sibilado e sim chiado, como em *synunga*, *sipó*, que se devem pronuncjar *xinunga*, *xipó*.

O *j*, que depois se introduziu nos vocabulos tupis, já vem por influencia portugueza, é adulteração do *i* primitivo tal como se deu no latim em relação ás linguas modernas que delle se derivaram.

Em vez de *jaguara*, *japy*, *japecanga*, se diria primitivamente: *iaguara*, *iapy*, *iapecanga*. Assim tambem o *l* é introduzido em alguns vocabulos tupis por influencia lusitana, quando mais tarde o idioma selvagem se tornou *lingua* geral entre as populações do campo. Os nomes *itacolomy*, *alambary*, *calumby*, são disso exemplo, sendo transformados em *ll* os *rr* brandissimos que primitivamente tinham. O *v* jámais existiu no tupi; equivale ao *u* ou ao *b* brando; mas ficou introduzido no fallar do vulgo, como erroneamente se vê em: *uvaia*, *vossoroca*, *voturantim*.

O *z* é tambem resultante da influencia do contacto com o portuguez. Os nomes tupis *ananaz*, *guayanaz*, *goitacaz*, *papanaz*, são simples corruptélas de longa data dos primitivos vocabulos: *nanã*, *guayanã*, *guaytacá*, *papanã*.

5—As consoantes tupis todavia, são muito dubias ou confusas e ás vezes tão difficeis de apprehender que o padre Vieira desesperava de conseguil-o ainda com o ouvido applicado á bocca do barbaro.

Frequentissimas entre ellas são as mutações.

6—As labiaes *p*, *b*, *m*, se substituem ou se confundem não raro na composição dos vocabulos, maximé quando ha nelles vozes nazaladas precedentes a taes lettras. A syllaba nazal abranda sempre a consoante seguinte.

João de Lery, por exemplo, nos transmittiu dos Tupinambás, do Rio de Janeiro, o nome *Guanabará* por *Guanapará*, que hoje erroneamente se pronuncia *Guanabara*. O vocabulo *Paranã*, ouvido pelos primeiros navegadores, soou-lhes como *maranã*, donde procede o actual e aportuguezado *Maranhão*.

Assim é tambem o vocabulo *Paranã-puca*, cujo *p* se abrandou em *b*, por estar precedido de uma syllaba nazal, pronunciando-so primeiramente *Paranambuc* e hoje *Pernambuco*.

As mutações, sem a influencia da nazalação procedente, são, comtudo, mui communs, dizendo-se: *bibiri*, por *pipiri*, *boboc*, por *popoc*.

As gutturaes *c*, *g*, se trocam tambem frequentemente sob a influencia nazal da voz precedente, como se vê da desinencia *caba* ou *caua*, dos vocabulos como *Piracicaba*, *Sorocaba*, abrandando-se o *c* em *g*, toda a vez que a voz precedente é nazal, como em *porangaba*, *monhangaba*.

O mesmo se dá com o suffixo *cuéra*, como o demonstram os exemplos seguintes: *itacuéra*, *paricuéra*, abrandando-se o *c* em *g*, quando o precede uma voz nazal, como em *anhanguéra*, *acanguéra*.

8—Não raro, a guttural *c* se muda para a labial *p*, como em *tapéra* por *tacuéra*; *ibirapuéra*, *ipuéra*, por *ibiracuéra*, *icuéra*.

9—Sob a influencia da nazalação precedente, o abrandamento da guttural em uma labial vae até a quéda ou obliteração da lettra, como, por exemplo, no vocabulo *teoncuéra*, que quer dizer *cadaver*, e que tambem se escreve: *teon-goéra*, *teonboéra* e finalmente *teôéra*.

10—As gutturaes antes de vogal têm o mesmo valor que no portuguez. Por isso, para se supprir a falta do *c* aspero antes do *e*, *i*, *y*, frequente no tupi, é mister empregar-se o *k*, á moda grega, escrevendo-se com essa lettra os vocabulos *kiriri*, *okena*, *okyr*, e não *quiriri*, *oquena*, *oquir*, porque nessa lingua o *u* depois de *q* deve ser sempre liquido.

11—Dá-se o mesmo com a guttural *g*.

Quando esta consoante houver de ser aspera antes de *e*, *i*, *y*, mister é fazel-a seguir de um *h*, escrevendo-se *gh* como nos vocabulos *amoinghê*, *nhamonhanghi*.

Nos nomes *anhanguéra*, *guirá*, *piaguy*, a syllada *gu* tem o mesmo valor que na palavra portugueza *guella*, isto é o *u*, sempre liquido.

12—A consoante *q* está nos mesmos casos. Os nomes tupis: *itaki*, *itakiri*, *ibaké* não se devem escrever *itaqui*, *itaquiry*, *ibaqué* como ordinariamente se escreve, porque o *u* deve ser sempre liquido depois de *q*.

13—As consoantes no fim dos vocabuloss e pronunciam perfeitamente como se terminassem por uma vogal brandissima, como, por exemplo, em *menar* ou *mendar*, *aguacem*, que se pronunciarão: *menare* ou *mendare* e *aguaceme*.

O *m* final se ha de pronunciar apertando os labios.

14—Os grupos consoantes ou dithongos *mb*, *nd*, *ng*, *nh*, *ch*, são frequentes no tupi, onde é mui sensivel a tendencia para a nazalação.

O primeiro grupo *mb*, cuja gamma nazal particularissima equivale proximamente a *umb*, ora se reduz por vicio de pronuncia a simples *b*, ora a *m*.

Por essa razão, o celebre vocabulo *mboy* se transformou em alguns logares em *boy* e em outros em *moy*, como se verifica na composição dos vocabulos *boytuva* e *mogy*.

O nome tupi *mbyryty* é outro frisante exemplo. No norte do Brazil se alterou para *burity*, no sul para *myrity*.

15—Riquissima é, porém, a gamma das vogaes tupis.

Ha seis vogaes: *a, e, i, o, u, y*, e outras tantas nazaes, mas as tres primeiras devidamente accentuadas dão tres sons cada uma: a, â, á; e, ê, é; i, î, í; o, ô, ó; u, ú.

16—O *y* representa uma vogal guttural especialissima. «... que se fórma na garganta, dobrada a lingua com a ponta inclinada abaixo, e lançando o halito opprimido na garganta com um som mixto e confuso entre *i* e mais *u*, e que não sendo *i* nem *u*, envolve a ambos...» (6).

A emissão deste som é seguida de um ruido que o padre Anchieta procurou figurar por um *g* posposto á vogal, escrevendo *yg*.

Outros auctores representam essa especialissima vogal por: ɪ, i, ú, î, ui, üe, ue, ü, u.

Exige o objecto deste escripto mais algumas considerações sobre a grammatica desta lingua e o quanto baste para a elucidação de varias questões que ao deante se hão de apresentar.

17—*Do substantivo.*

O substantivo tupi representa coisa ou pessoa materiaes.

Poucos vocabulos tinha a lingua com significações abstractas. A' catechese, a religião nova importada pelos europeus, dada a facilidade de se comporem vocabulos novos, é que se deve a introducção de grande numero dos substantivos abstractos.

18—Usavam os tupis designar se a si mesmos por nomes proprios ou appellidos emphaticos, conforme se verifica dos que a historia ou a legenda nos transmittiu:

Itagybâ, o braço de ferro.

Abaetê, o bravo, o homem illustre.

Tibireçá, os olhos encovados, torvos.

Ybyrayára, o caceteiro.

Yaguanharon, que os poetas transformaram em Jaguanharo, a onça brava.

Cunhambêbe, a mulher gorda.

Corurúpeba, o sapo esparralhado.

Poty, o camarão.

Yaparakira, o arco verde.

Os nomes de mulher, que chegaram até nós, trazem um sainete de legenda ou de poesia que talvez não existisse no animo do gentio, e fazem duvidar um pouco da sua authenticidade:

Ibotyra ou *Potyra*, de que Domingos de Magalhães na *Confederação dos Tamoyos* fez Bartyra, que quer dizer *flôr*, *bonina*.

Moema ou *Coema*, a aurora.

Iracê ou *Iracema*, a meliflua, a doçura, o fluxo de mel.

---

6 *Dicctonario Portuguez Brasiliano.*

Aracy, o nascer do dia, a aurora.

Yandira ou *yandê-ira*, o nosso mél.

Guaracyaba ou *Coaracy-aba*, os cabellos do sol, os cabellos louros, ou bem a Laura.

Com a introducção do christianismo, o catechumeno passou a trocar o nome pagão pelo do calendario, e a historia nos transmittiu, por frei Vicente do Salvador, os nomes que o gentio affeiçoou a seu modo, segundo a indole de sua lingua:

Duhi, por Luiz.

Pancicú, por Francisco.

Peró, por Pedro.

19—Os nomes communs tinham grande riqueza e força de expressão:

abá ou *aiá*, gente, pessoa
apyába, homem
cunhã, mulher
jaguára, o cão, a onça
tapyra, a anta
guirá, o passaro
caá, folha, matto
yby, a terra, o chão
ybytyra, o monte, o serro
guá, o valle, a bacia, o seio
pará, o rio, o mar
yg, a agua
ybytû, o ar, o vento
tatá, o fogo.

20—Depois da invasão dos europeus, grande numero de vocabulos portuguezes foram introduzidos no tupi, uns representando animaes, artefactos e objectos importados, como: *cabarú* ou *cavarú*, o cavallo; *purucú*, porco; *pana*, pano, tecido; *papéra*, papel; *librú* ou *ribrú*, livro; *mocaba*, fuzil; *curuçá* ou *curuzú*, cruz; *missa*, missa; *surára*, soldado. Outros foram evidentemente compostos pelos missionarios para exprimirem idéas novas, abstractas, segundo o exigia a nova doutrina, taes como: *Ibakê-turyba*, céo, paraizo, ou, litteralmente: *alegria do alto*.

Caraybêbê: anjo, isto é, o branco que vôa.

Tupana róca, egreja ou casa de Deus.

Anga-tecô, alma peccadora.

Tecô-ayba, peccado.

Yg-carayba, agua benta.

Tupana tayra rangaba, crucifixo, ou imagem do filho de Deus.

Tupana rendaba, sacrario.

Muyra curuçá, rozario.

Yimboéçaba, reza, oração.

21—Os substantivos derivados de verbo se formam accrescentando ao infinito deste o suffixo *caba* que é o substantivador por excellencia, assim, de:

—*monhan*, fazer fabricar, se fórma *monhancaba*, ou, melhor, *monhangaba*, factura, fabrica, fabricação;

soroc, ou *sorog*, rasgar, romper, se faz *sorocaba*, rasgão, ruptura;

—*cyca*, chegar, vir, se faz *cycaba*, chegada, vinda;

papar, contar, calcular, *papaçaba*, numero, numeração, calculo;

—*apiac*, vêr, olhar, se faz *apiacaba*, vista, visão, olhada.

22—Quando o substantivo verbal exprime o que faz a acção, o auctor, emprega-se depois do infinito do verbo o suffixo *ára*, ou *çára*, assim, por exemplo: de *monhang*, fazer, operar, se faz *monhangára*, factor, operador, auctor; de *caamondó*, caçar, *caamondóçara* ou *camonoçára*, caçador; de *mondá*, furtar, *mondaçára*, ladrão.

Os substantivos derivados de um adjectivo formam-se com o mesmo suffixo *caba*, como, por exemplo, de *poran*, bello, se fórma *porangaba*, belleza, formosura; de *catú*, bom, *catúçaba*, bondade; de *poxi*, máu; *poxicaba*, maldade.

23 — Os substantivos compostos se formam por agglutinação de outros substantivos, de adjectivos e de verbos. Por exemplo, de *ara*, hora, tempo, e *rangaba*, signal, figura, se fez *ararangaba*, relogio; de *yby*, terra, e do adjectivo *peba*, chata, plana, se fez *ybypeba*, planicie; *yby*, terra, e do verbo *ryry*, tremor, *ybyryry*, terremoto; de *ybytyra*, monte, e do verbo *poca*, partir, arrebentar, *ybytypoca*, vulcão, serro arrebentado.

Com os vocabulos *rerú*, *rendy* e *acema* ou *acê* se formam grande numero de outros compostos, como se vê de *itajuba*, ouro, e *rerú*, vaso, continente, se formou *itajubarerú*, thesouro; de *jacy*, lua, e *rendy*, estar, *jacyrendy*, luar; de *ira*, mel, *acema* ou *acê*, fluir, correr, *iracema* ou *iracê*, fluencia de mel; de *pirá*, peixe, e *acêma*, sair, se faz *piracêma*, cardume, bando de peixe.

24 — São invariaveis na sua terminação para os generos os nomes tupis.

Quando se quer distinguir os sexos, antepõe-se ou pospõe-se aos substantivos os nomes: *apygaua* macho, e *cunhã*, femea, dizendo-se então, por exemplo: *yaguara-apygaua*, cão, *yaguara-cunhã*, cadella; *apygaua-monhangára*, auctor; *cunhã-monhangara*, auctora.

25 — O plural dos nomes se fórma com o suffixo *etá*, que quer dizer *muitos*. Assim: *oca*, casa, *ocaetá*, as casas: *gucra-*

tinga, a garça, *guaratingaetá*, as garças; *paca*, a paca, *pacaetá*, as pacas. Mas, geralmente, os nomes tupis são invariaveis para o numero.

26 — Os collectivos se formam com o emprego de varios suffixos, como *tyba*, *reya*, *rendaba*.

O suffixo *tyba*, que a má pronuncia do *y* desdobrou em *tiba* ou *tuba*, exprime *abundancia* e vale pelo suffixo portuguez *al* ou *eiro*. Assim é que de *curi*, pinhão, *curityba*, pinhal; de *itá*, pedra, *itatyba*, pedregal; de *rery*, ostra, *rerytyba*, ostreira; *caapii*, capim, *caapityba*, capinzal.

O suffixo *reya* exprime multidão, e vale pelo suffixo portuguez *ada*. Assim, de *guirá*, passaro, *guirareya*, passarada; de *tãyaçú*, ou *tanhaçú*, porco, *tayaçureya*, porcada; de *cabarú*, cavallo, *cabarureya*, cavalhada.

O suffixo *rendaba* exprime *collecção* e com elle se formam, por exemplo: de *potyra*, flôr, *potyrendaba*, jardim, collecção de flôres; de *camoci*, póte, cantaro, *camocirendaba*, cantareira; de *librú* ou *ribrú*, livro, *librurendaba*, bibliotheca.

27 — O grau augmentativo no tupi se fórma com a posposição ao nome, no grau positivo, de algum dos nomes: *guaçú* ou *acu*, *êtê* ou *têy*; por exemplo: de *pará*, rio, *paraguaçú*, rio caudal, grande; de *yaguara*, cachorro; *yaguarêtê*, cachorrão, onça; de *tamanduá*, tamanduá, *tamanduatêy*, tamanduá grande.

O augmentativo se fórma muitas vezes com a posposição ao positivo da particula *nã*, que exprime *muitas* ou *tantas vezes*, *devéras*, *certamente*. Assim, de *pará*, rio, se faz *paranã*, rio tantas vezes, rio enorme, mar ou oceano; de *guâ*, seio, valle, baixada, se faz *guanã*, seio enorme, consideravel, golfo.

Outras vezes o augmentativo tupi se fórma pela repetição da ultima syllaba da palavra no grau positivo, dizendo, por exemplo, *caetetê*, matto virgem, *caetêtê*, matto virgem, extenso, consideravel.

28—O grau diminutivo se forma com a posposição ao positivo dos vocabulos: *mirim* ou *mini*, pequeno, ou simplesmente da particula *y* ou *im*, como, por exemplo, de *itá*, pedra, *itamirim* ou *itaim* ou *itay*, pedrinha; de *pirá*, peixe, *pirahim*ou *piray*, peixinho; de *abá* homem, *abay* ou *abaim*, homenzinho.

O diminutivo no feminino se forma com a posposição do vocabulo *tahim*, *tay* ou *tem*, como: de *cunhã*, mulher, *cunhãtahim* ou *cunhãtem*, menina.

29—A declinação dos nomes se faz no tupi por meio de preposições que são antes *posposições*, porque se collocam sempre no fim: Ex.: *Curumi*, o menino; no genitivo de possessão, a coisa possuida ou o nome que a representa, fica depois do no-

me do possuidor, assim: *curumi-tendyra*, o irmão do menino; *curumi çui*, do menino; *curumi-çupê* ou *curumi-arama*, ao menino ou para o menino; *curumi-upê*, no menino; *curumi-irumo*, com o menino; *curumi-recê*, pelo menino.

30—*Do adjectivo.* Os adjectivos seguem o substantivo e são invariaveis no genero e no numero: ex.: *poranga*, bello, bella, no singular e no plural; *catú*, bom, bôa, em ambos os numeros; *nharon*, bravo, brava; *pitinga*, *tinga* ou *tin*, branco, branca; *morontin*, *murutin* ou *marâty*, branco, alvo; *una pixuna* ou *biuna*, preto, negro, escuro; *piranga*, *pitanga* ou *pitã*, vermelho; *akira*, verde: *yúba*, amarello; *çugui*, azul; *pixunacerane*, roxo.

31—Os adjectivos que se derivam de substantivos formam-se com os suffixos *oéra* ou *rapixára*, como, por exemplo: de *pereba*, sarna, *perebaoéra*, sarnento; de *cunhã*, mulher, *cunhãrapixára*, effeminado.

32—Os adjectivos que se formam de outros adjectivos têm por suffixos *oéra* e *cerane*. Exemplo: de *puxi*, mau, *puxioéra*, malvado, perverso; *pitingacerane*, esbranquiçado; *pixunacerane*, roxo ou annegrado; *pitangacerane*, avermelhado.

33—Os adjectivos derivados de verbos, os participios, se fórmam com o suffixo *uara*, como: de *yucá*, matar, *jucauára*, morto; *çaiçu*, amar, *çaiçuára* amado.

34—Formam-se ainda adjectivos com os suffixos *ima*, ou *eima*, como: de *ceçá*, olho, *ceçaima*, cégo; *nheenga*, falla, *nheengaeima*, mudo; *rera*, nome, *reraeima*, pagão; *imena*, marido, *imenaeima*, viuva; *paya*, pae, *payaima*, orphão.

35—O grau dos adjectivos se fórma com os suffixos: *peure*, para o comparativo, e *retê*, para o superlativo, como, por exemplo: de *catú*, bom, *catúpeure*, melhor: *caturetê*, optimo; de *turuçú*, grande, *turuçúpeure*, maior, *turuçúretê*, maximo.

36—Os *adjectivos determinativos* são sómente os numeraes ou quantitativos, os possessivos, os demonstrativos e os indefinidos.

Não ha artigos no tupi.

Os *numeraes* ou *quantitativos* raro excediam de quatro ou cinco entre os selvagens, mas com o contacto civilisador dos europeus, entre os cathechumenos e christãos, a numeração decimal se dosenvolveu. Primitivamente só havia: *yepê*, um; *mocõe*, dois; *moçapira*, tres; *erundi*, quatro. Mais tarde, porém, a numeração subiu e se accrescentaram então: *uaxiny*, cinco; *moçuny*, seis; *ceyé*, sete; *oicé*, oito; *oicepê*, nove; *peyé*, dez. Dahi por deante formaram-se os vocabulos para designar os numeros segundo o processo decimal: *peyé-yepê*, onze; *peyé-mocõe*,

doze; *peyé-moçapyra*, treze; *mocõe-peyé*, vinte; *mocõe-peyé-yepê*, vinte e um; *mocoe-peyé-mocõe*, vinte e dois; *moçapyra-peyé*, trinta; *erundi-peyé*, quarenta; *yepé-papaçaua*, cem; *mocõe-papaçaua*, duzentos; *peyé-papaçaua*, mil; *mocãe-peyé-papaçaua*, dois mil; *peyé-peyé-papaçaua*, dez mil; *peyé-papaçaua-yepé-papaçaua*, um milhão.

37—Os *ordinaes* se formam com o suffixo *uara*; *yepérumara*, primeiro; *mocõeuara*, segundo; *moçapirauára*, terceiro; *peyéuara;* decimo; *peyéuara-yepé*, undecimo.

38—O *numeral distributivo* se fórma repetindo o cardinal: *yepê-yepê*, um a um; *mocõe-mocõe*, dois a dois.

39—Os *adjectivos demonstrativos* são *quahá*, este; *nhãnhá*, aquelle; *nhãnhá-amú*, aquelle outro; *ko*, este, servindo para os dois sexos.

40—Os *Adjectivos possessivos* são: *cê* meu, minha, para ambos os numeros; *nê*, teu, tua; *rê*, seu, sua; *ianê*, nosso, nossa; *penhê*, *pê*, vosso, vossa; *aitá* ou *entá*, seu, delles, dellas.

41—Os *indefinitos* são: *yepê*, um, certo; *amô* ou *amû*, algum, alguma, outro, outra; *cetê*, muito, muita; *auá* ou *abá*, qual; *mobyr*, quanto, quanta.

42—Os *pronomes pessoaes* são: *chê* ou *ichê*, eu: *inê*, tu, *ahé*, elle, ella; *ianê*, nós, *penhê*, vos, *aetá*, elles, ellas.

As variações ou casos do pronome, são: *chêarama*, a mim ou para mim; *chéirumo*, commigo; *inêarama*, a ti ou para ti; *inê irumo*, comtigo, e assim os mais.

43—Os *pronomes demonstrativos* são como os adjectivos da mesma classe. Do mesmo modo são os pronomes possessivos.

44—Um dos caractéres morphologicos mais salientes do tupi é a divisão em duas classes dos themas quanto ao modo de exprimir as relações de possessão e do genitivo, como passamos a expôr:

Na *primeira classe*, a relação de *mim*, *de ti*, *de nós todos*, *de nós outros* se exprime pospondo aos pronomes pessoaes regidos, o thema regente, affectado dos prefixos *r*, *re*. Seja, por exemplo, o thema *t-etama*, no estado absoluto ou de possessão; applicando-lhe, porém, as relações, temos: *cê-r'etama*, minha patria; *nê-r'etama*, tua patria, ou patria de ti; *ianê-r'etama*, a patria de nós todos.

A relação *delle*, *della* se exprime pela prefixação de *s* ou *se* ou *ce*, dizendo-se *c'etama* ou *setama*, a patria delle ou della.

A relação do genitivo se exprime pospondo ao thema regido, o thema regente affectado dos prefixos *r* ou *re*, com; *aba r'etama*, a patria do homem; *Tupana r'oca*, a casa de Deus.

A relação de *vós* se exprime pospondo ao pronome pessoal

regido, o thema regente affectuado dos prefixos *nd*, *nde*. Ex: *pê nd'etama*, a patria de vós outros.

Na *segunda classe* a relação de *mim*, de *ti*, de *nós todos*, de *nós outros*, de *vós*, se exprimem pospondo simplesmente o thema regente aos pronomes regidos: *ce'tama*, a patria de mim, ou minha patria; *enê curuçá*, a cruz de ti.

A relação do genitivo se exprime com a simples posposição do thema regente ao thema regido. Ex.: *guirátim*, o bico do passaro; *pirá-ácanga*, a cabeça do peixe; *aba-nheen*, a lingua da gente.

A relação *delle*, *della* se exprime pela prefixação de *i* ao thema. Ex.: *i-anama*, os parentes delle; *i-kicé*, a faca delle, ou sua faca.

45—O pronome relativo é: *uaá*, que, o qual, os que, os quaes, as quaes; pronome que sempre se colloca no fim da phrase a que pertence. Ex.: *a mulher que é bonita*. No tupi a phrase ficará assim disposta: *mulher bonita que*, e se diz: *cunhã porança uaá*.

46—Os pronomes interrogativos são: *auá*, quem, qual, que coisa? *aua-uaâ*, quem, qual delle, quaes? *maá*, que, qual, qual coisa? *máa-táa*,? que,. a que?

47—Os pronomes indifinitos são: *auá amô*, alguem; *nitio auá*, ninguem; *opabinhê*, tudo; *nitio-mbaê*, nada.

48—Do *verbo*. O verbo no tupi não se conjuga como no portuguez e no latim por modificações na terminação, mas por anteposição de particulas. No portuguez, por exemplo, se diz: *mat-o*, *mat-as*, *mat-a*, *mat-amos*, *mat-aes*, *mat-am*. No tupi, ao contrario, se diz: *a-jucá*, *re-jucá*, *o-jucá*, *ya-jucá*, *pê-jucá*, *o-jucá*, e então se conjuga com os pronomes:

eu mato: *chê ajucá*.
tu matas: *inê rejucá*.
elle mata: *ahé ojucá*.
nós matamos: *ianê yajucá*.
vós mataes: *penhê pejucá*.
elles matam; *aetá ojucá*.

49—Os tempos dos verbos se indicam por meio das seguintes posposições ou particulas:

Iepé—para o imperfeito do indicativo e futuro condicional. Ex.: o imperfeito do indicativo do verbo *póra* ou *pura*, pular, saltar, se fórma: *cha pora yepê*, eu pulava; *repora yepê*, elle pulava; *yapora yepê*, nós pulavamos.

ana, para o preterito perfeito e voz passiva. Seja por exemplo o mesmo verbo *póra* ou *pura*: *ch'aporana*, eu pulei; *ya porana*, nós pulámos.

cury, para o futuro. Seja por exemplo o verbo *monhan*, fazer, fabricar, *cha monhan cury*, eu farei ou fabricarei;

cuôre, para o presente do conjunctivo. Seja o verbo *icô* ou *icú*, ser ou estar; o presente do conjunctivo é: *ch'a icô cuôre*, que eu seja ou esteja; *pê icô cuôre*, que vós sejaes;

ramé, para o imperfeito e perfeito do conjunctivo e gerundio. No verbo *recô*, ter, haver, por exemplo, se diz: *ch'a recô ramé*, que eu tivesse ou houvesse; *re recô ramé*, que tu tivesses, ou houvesses; *recô ramé*, tendo ou havendo;

mairamé, para o futuro do conjunctivo; assim no mesmo verbo *recô*, se diz: *o recô mairamé*, quando elle tiver ou houver; *ya recô maiaramé*, quando nós tivermos ou houvermos;

rama, para o participio do futuro. No verbo *icô*, ser ou estar, se diz: *o icô rama*, para ser ou estar;

pirama, tambem se emprega para o participio do futuro, como, por exemplo, no verbo *jucá*, matar, se diz: *o jucá pirama*, para matar-se;

ten yepê, para o futuro condicional. No mesmo verbo *jucá*, o futuro condicional se fórma *che ajucá ten yepê*, eu mataria;

uára, para o supino. Assim, no verbo *o manõ*, morrer, fallecer, se diz: *o manõuara*, fallecido, morto.

50.—O modo imperativo se fórma com a collocação dos pronomes no fim. Ex.: *icô inê*, sê tu; *pê icô penhê*, sêde vós: *çaiçú inê*, ama tu; *pê çaiçú*, amae vós.

No tupi do Norte o imperativo se fórma com anteposição ao verbo do indice *re* do aoristo: Ex.: *re icó*, sê tu; *re monhan*, faze tu.

51.—A conjugação dos verbos pela *negativa* se obtem antepondo-lhes o adverbio *enti* ou *ti*. Ex.: *enti o pora*, não pular; *enti o póra ichê*, não pular eu; *enti o pora ramé*, não pulando; *enti o pora uara*, não pulado; *enti o póra rama*, para não ser pulado; *enti cha póra* ou *pure*, eu não pulo; *enti cha póra yepê*, eu não pulava; *enti cha póra ana*, eu não pulei; *ten re pora*, não pula tu; *ten pê pora*, não pulae vós.

52.—Para conjugar os verbos pela *interrogativa* ou *dubitativa*, basta pospôr á fórma regular dos tempos a particula *cerá*, a qual, entretanto, não se emprega nas primeiras pessoas. Ex.: o verbo *monhan*, fazer: *che monhan?* eu faço?; *re monhan cerá?* tu fazes?; *o monhan cerá?* elle faz?; *chê monhan yepê cerá?* eu fazia?; *re monhan cury cerá?* tu farás?

53.—Os verbos auxiliares no tupi são: *icô* ou *ikú*, ser ou estar, e *recô* ou *rikú*, ter ou haver, que se conjugam regularmente.

54.—A voz passiva se fórma com a posposição do auxiliar

icô aos verbos activos. Ex.: o verbo *çaiçu*, amar; *çaiçú icô*, ser amado; *cha çaiçu icô*, eu sou amado; *cha çaiçu icô yepê*, eu era amado; *cha çaiçu icô ana*, eu fui amado.

55.—Os verbos reflexivos se exprimem com a prefixação ao thema verbal das particulas: *je* ou *jú*, *nhê*, *nhi*, segunda a gamma deste. Ex.: *je juká*, matar-se; *a-je-juká*, eu me mato; *re-je-juká*, tu te matas; *a-ye-juká-yepê*, eu me matava; tambem se diz: *je-jucá-ichê*, eu me mato, *je-juká-inê*, tu te matas. O verbo *nhê-mombeú*, confessar-se, se conjuga: *a-nhê-mombeú*, eu me confesso; *re-nhê-mombeú*, tu te confessas.

56.—Os verbos de acção reciproca se exprimem pela prefixação das particulas *jô* ou *jú* e *nhô*, conforme a gamma do thema. Ex.: o verbo *çaiçú*, amar; *jo çaiçú*, amar-se um ao outro; *ya-jo-çaiçú*, nós nos amamos uns aos outros; *aeta-jo-çaiçú-yepê*, elles se amavam uns aos outros. O verbo *nhô nupã*, bater-se um ao outro; *o nhô nupã cury*, elles se baterão uns aos outros.

57.—O gerundio supino, bem como os participios nominaes são de grande valor no tupi. O gerundio supino se fórma com a posposição ao thema da particula *bo* ou *abo* ou *uabo*. Ex.: *çaiçú*, amar, *çaiçu-abo*, amando; *uatá*, andar, passear, *uatá-bo*, passeiando; *jaceó*, chorar, *jaceó-uabo*, chorando.

Os participios nominaes se fórmam com os suffixos *çára* ou *çaba*. Ex.: *çaiçúçara*, aquelle que ama, o amante, o amador; *çaiçuçaba*, onde se ama, o amor, o tempo de amar, o modo de amar; *uatáçára*, o viajante, o caminheiro; *uataçaba*, a viagem, o passeio.

Nos verbos terminados em *r*, o gerundio supino de fórma com a syncope do *r*. Ex.: *jebyr*, voltear, *jebybo*, volteando. Nos verbos que terminam por uma vogal nazal accentuada, o gerundio supino se faz em *mo*. Ex.: *kaê*, seccar; *kaêmo*, seccando; *apirõ*, soluçar; *apirõ-mo*, soluçando. Nos verbos terminados em *m*, o gerundio supino como os participios se fórmam com os suffixos *a* ou *ba*, *bara* e *baba*. Ex.: o verbo *pem*, aguçar, fazer esquina, atravessar; *pem-a* ou *pem-ba*, aguçando, fazendo esquina, atravessando; *pem-bara*, o que aguça, o que atravessa; *pem-baba*, o angulo, a esquina.

Os verbos terminados em *n* fazem o gerundio em *a* ou *da*. Ex.: *apin*, pellar, raspar, *apin-a* ou *apin-da*, pellando ou raspando. Os participios nominaes se fórmam com os suffixos *dara*, *daba*; assim *apin-dara*, o que pella, o pelador; *apin-daba*, onde se pella, o tempo de pellar, a raspação.

Os themas terminados em *ng* fórmam o gerundio em *a*, como *monhang*, fazer, *monhang-a*, fazendo. Os participios nominaes fazem-se em *ára* e *aba*, como *monhang-ára*, o que faz,

o factor; *monhang-aba*, onde se faz, o tempo de fazer, a fabrica.

Quando os themas são de gamma nazal a consoante final sendo instavel ou variavel, a formação dos gerundios e participios se torna irregular. Ex.: *pam*, bater, o respectivo gerundio se apresenta sob as fórmas: *pam-a*, *pan-a*, *pang-a*, batendo.

Os verbos terminados em *b*, como *endub*, ouvir, escutar, formam o gerundio supino, *endup-a*, ouvindo, escutando; os participios nominaes: *endup-ára*,, ouvinte; *endup-ába*, audição.

Os verbos terminados em *g*, como *epiag*, vêr, fórmam o gerundio *epiak-a*, vendo; os participios nominaes: *epiak-ára*, o que vê, o vedor; *epiak-aba*, vista, visão, logar de vêr, momento de vêr. Do verbo *bog* ou *pog*, rachar, fender-se, se fórma, *bok-a*, rachando-se, fendendo-se; *bok-ára*, o que se racha ou o que se fende; *bok-aba* ou *pok-aba*, o logar de rachar, o momento de rachar, a fenda, a racha. No Norte do Brazil, em vez de *bog* ou *pog*, dizia-se *bug* ou *pug*, donde *búk-a* ou *puk-a*, fendendo-se ou partindo-se ou arrebentando-se; e *puk-ára*, o que se parte ou se arrebenta; e *puk-aba*, o logar de arrebentar-se, a arrebentação.

Os verbos que terminam em diphtongo palatal oral como *kái*, queimar-se, formam o gerundio supino: *kai-t-a*, queimando-se; os participios nominaes: *kai-tara*, queimador; *kai-taba*, queimação ou cremação.

Os verbos terminados em diphtongo palatal nazal, como o verbo *môi*, cozinhar, formam o gerundio supino: *môi-na*, cozinhando; os participios verbaes; *môi-ndara*, cozinhador, cozinheiro; *môi-ndaba*, cozinha, o logar de cozinhar.

No *nheengatú*, ou tupi do Norte, o gerundio supino é supprido pelo conjunctivo ou pela juxtaposição dos dois verbos ao aoristo. Ex.: *uatá*, ir, passeiar, *uatá ramé*, indo, passeiando; *çaiçú*, amar, *çaiçú-ramé*, amando. Com o aoristo: *aé-o-só-ó-maan*, elle foi vér; *cha-só-cha maan*, eu vou vêr.

Nos verbos intransitivos que se conjugam com o auxilio dos suffixos *a*, *ere*, *o*, tomam no gerundio supino os indices *gui* ou *ui* e *o*. Ex.: *só*, ir; *gui-só-bo*, indo eu; *e-só-bo*, indo tu; *o-só-bo*, indo elle.

58—O participio passado abjectivo se fórma com o suffixo *pyra*, *byra* aos themas verbaes transitivos affectados de um dos pronomes da 3.ª pessoa. Ex.: *i-juká-pyra*, o morto, ou o sacrificado; *i-çaiçú-pyra*, o amado; *i-kai-pyra*, o queimado.

59—O participio passado substantivo se fórma com os prefixos: *tembi*, *rembi*, *sembi*, *gembi* ou *temi*, *remi*, *semi*, *gemi*, se-

gundo a gamma dos themas. Ex.: *semi juká*, o que elle matou; *temimboé*, o discipulo, o ensinado; *temerikô*, a esposa ou a desposada.

60—No tupi, o substantivo, os adjectivos, os verbos no infinito, os participios fórmam diversos tempos com o emprego dos suffixos *coéra*, *rama*, e dos suffixos compostos: *coérarama*, *rangué*. Ex.: *pirá-coéra*, o peixe que foi ou, extincto; *pirá-rama*, o peixe que ha de ser; *pirá-coérama*, o peixe que seja; *pirá-rangué*, o peixe que seria; *o-juká-baerama*, aquelle que está para se matar; *y-juká-pyrama*, o que está para ser morto, ou a victima.

Ainda conforme a gamma dos themas, os suffixos empregados se alteram para *puéra* ou *boéra* e *guama*. Ex.: *taba*, a aldêa, *tapéra* ou *taguera*, aldêa extincta; *taguama*, aldêa que será; *tuba*, pae, *tuguera*, pae fallecido, *tu-guama*, pae vindouro.

61—A particula *guára*, sem duvida procedente de *t'ekuara*, participio nominal de *t'icô*, ser, com os seus tempos: *guaréra* e *guarama* são de uso frequente na formação dos nomes tupis. Ex.: *s'oba y-guara* ou *çobayguara*, estando em face ou defronte delle, o que vem de outra banda, o que está da banda de além, o extrangeiro; *amu tetamaguara*, aquelle de outra terra ou patria, o forasteiro; *Paraguay-i-guara*, o paraguayo; *yby-pe-guara* sendo da mesma terra, o conterraneo; *pará-peguara*, sendo do mar, ou o maritimo; *amúyby-pe-guaréra*, aquelles que ficaram na terra; *oca-munhã guarama*, casa para fazer-se.

62—As posposições no tupi equivalem ás preposições das linguas cultas, e são, muitas vezes verdadeiros suffixos.

A posposição *i*, á, para, em. Ex.: *apir-i*, no cume, no auge; *pyta-i*, ao pé.

Be ou *me*, a, para. Ex.: *che-be*, a mim; *pêe-me*, a vós.

Bo, *mo*, em, por. Ex.: *ichê-bo*, a mim; *o-ti-mo*, ao nariz.

Pe, *me*, a, em, para, com. Ex.: *Nhu-me*, no campo; *Camamú-pe*, ao Camamû; *Taguay-pe*, para o rio amarello ou no rio amarello.

Pypé, *mbypé*, a, em, com, que tambem se escreve *pupé* ou *popê*. Ex.: *ygara-pupé*, na canôa; *ce róca pupé*, na minha casa; *ce acan mbypé*, na minha cabeça.

Koti, para, até, tambem escripto *hety* e *keté*. Ex.: *mairy kité*, em direcção á cidade; *che coty*, para mim.

Piry ou *pére*, *pire*, para, com, em casa de. Ex.: *Cunhambebe-pire*, em casa de Cunhambebe.

Riré, depois. Ex.: *ara-riré*, depois do dia.

Opé ou *upé*, a, para, em. Ex.: *Jundiahy mairy upé*, na cidade de Jundiahy.

Upi ou *supi* ou *rupi*, por, com, sobre, para. Ex.: *Nhu-rupy-auatá*, ou vou pelo campo; *pê-rupi*, pelo caminho.

Recê, *ecê*, *cecê*, para, com. Ex.: *chê recê*, para mim; *cecê*, para elle; *rangaua recê*, pelo signal.

Ugi ou *uhi* ou *çuhi*, de, entre, dentro. Ex.: *acem-taba çuhy*, eu parto da aldéa; *a-çu-mair-yçuhy*, eu venho da cidade.

63—Os adverbios são:

De logar: *mamé*, onde; *iké*, aqui; *mime*, alli; *arpe*, acima; *uerpe*, abaixo; *apé*, longe; *apé-katu*, la, longe.

De tempo: *mairamé*, quando; *koité*, então; *ajii* ou *uhi*, hoje; *uirandé*, amanhã; *kisé*, hontem; *amôkisé*, ante-hontem; *kury*, já, agora; *ariry*, depois; *ranhé*, ainda.

De quantidade: *uetepe*, muito, bastante; *amoiré*, mais; *chinga*, menos, apenas; *pau* ou *pauué*, tão, tanto; *muôre*, quão, quanto; *retê*, demais; *nhum*, só; *nhonte*, sómente; *mirente*, quasi; *upaem*, assaz.

De modo: *cateunte* ou *ecatú*, bem; *meoán*, mal; *yauê*, assim; *mahy*, como; *empó*, talvez.

Em geral, os adverbios de modo, os terminados em *mente*, se fórmam pospondo aos adjectivos ou substantivos o suffixo *rupy* ou *retê*. Ex.: *meuê-rupy*, vagarosamente; *catú-rupy*, licitamente; *çatanrupy*, duramente; *pia-áhyba-rupy*, apaixonadamente; *caturetê*, excellentemente.

De affirmação: *heen*, sim; *çupi catú*, certamente; *çupirupy*, realmente.

De designação: *cocicôi*, eis, eis aqui.

De interrogação: *maiabê*, como? *mbaé-recê*, porque? *mbaé-ramé*, quando?

De negação: *ani*, *nitio*, *enti*, *onti*, não; *nitio mbaé*, nada; *áne*, nunca.

64—As conjuncções são:

Copulativas: *y* ou *auê*, e, tambem; *maá* que; *che* ou *cê*, si;

Disjunctivas: *u*, ou; *ni*, nem;

Continuativas: *anhê*, pois.

Adversativas: *arery*, mas, porêm, todavia.

Conclusivas: *açuhy*, logo, portanto.

Condicionaes: *çaé*, si.

Causaes: *mahy*, como, porque, porquanto.

Concessivas: *ajubéte*, embóra.

65—Da syntaxe. A syntaxe tupi é singela. A oração tem tres membros essenciaes: sujeito, verbo e attributo, ou melhor: *sujeito e predicado*. Ex.: Deus é bom.

Tupan oicô catú.

O passaro canta.

Guirá nheen.
Minha terra tem palmeiras.
Ce retama orecô pindóetá.

66—No tupi não se póde como no latim ou no portuguez exprimir a oração por uma só palavra, porque os verbos não variando de terminação exigem a presença dos pronomes, não obstante os prefixos que assignalam as pessoas. Ex.: *amo*, no tupi se diz: *cha çaicú*, eu amo.

A ordem directa é a natural na construcção da phrase tupi, mas arranjada de modo que as preposições e conjuncções vão para o fim e sempre após o thema regido.

Ex: *O caçador e o cão entraram no matto.*

No tupy se deve dispôr deste modo:

Caçador e cão entraram matto no: *camonoçára yauára irumo oikêana caá opé.*

E' como se dissesse: caçador, cão juntos entraram matto dentro.

Dêmos mais alguns exemplos:

Minha terra tem palmeiras.
Ce retama orecô pindóetá
Onde canta o sabiá
Mâmé çabiá onheen,
As aves que aqui gorgeiam
Guirá onheengare iké uaá
Não gorgeiam como lá
Inti aetá onheen aépe iauê

Ex.: *Aos socios do Instituto offerece o auctor.*
A phrase se deve dispôr:
Instituto socios para offerece auctor:
Instituto irumogoara supê omehen monhangara.

CAPITULO III

Das alterações phonicas no tupi sob a influencia da lingua portugueza

67—As duas linguas, portuguezas e tupi, em contacto no Brasil, por um largo periodo de annos, experimentaram, ao calor uma da outra, quer no vocabulario, quer na phonologia, uma acção identica ao que em calorimetria se denomina *equilibrio movel* de temperatura de dois corpos em presença. As duas linguas em niveis differentes, se foram com effeito alterando, trocando entre si elementos, assimilando palavras, segundo a phonetica peculiar a cada uma, até o apparecimento de um idioma geral, médio, uma lingua *brasilica*, fallada pela maioria da população da colonia nos dois seculos que se seguiram ao descobrimento.

Tinha-lhe já a Arte deduzido as regras grammaticaes, como a escripta lhe fixára o vocabulario.

As palavras passaram a ter fórmas fixas, perdendo aquelle dubio e indefinido caracter em que as mantinham a difficilima apprehensão das articulações e a diversidade e vicios de pronunciação de uma tribu para outra.

Mais rapida e proveitosa evolução assumiu então o tupi, a despeito da decisiva ascendencia que o portuguez ao depois adquiriu. Verifica-se com effeito, das publicações do seculo XVIII, comparadas com as dos dois seculos precedentes, que o tupi melhora sensivelmente.

O tupi antigo, segundo se colhe dos trabalhos de Anchieta e de Figueira, mais chegado ao fallar do selvagem, não é de certo o nheengatú de hoje, de que tratam Magalhães e Barbosa Rodrigues, como não é o tupi de que temos noticia pelo diccionario *Portuguez-Brasiliano* e pelo de Ferreira Franca, este, sem duvida, referente a manuscripto anterior a 1757 e aquelle de 1735 (1).

(1) A arte e vocabulario de Anchieta são de 1595; as do padre Figueira, sob o titulo: Arte da grammatica da lingua do Brasil, traz a data de 1611.

Observa-se na verdade que o tupi, como *lingua geral*, ganhára em vocalisação, tornára-se menos fanhoso ou nazal, e simplificaram-se-lhe as palavras, cahindo grande numero de sons asperos ou gutturaes. A gamma das vogaes se reduziu a um minimo a que o proprio portuguez não escapou.

68—Quando, emfim, o tupi cede o passo ao portuguez e desapparece até dentre as populações do campo, o residuo que delle perdurou nas denominações dos utensis, das plantas, animaes e das localidades, trouxe já de época remota as alterações phonicas que bem evidenciam a força assimiladora, cedo exercida pela lingua culta que ficou predominando. Assim é que as consoantes duplas: *mb*, *nb*, *nt*, participantes de uma branda nazalação, se desdobraram ou se reduziram a uma consoante simples, dizendo-se então: *baé* ou *maé* por *mbaé*; *boy* ou *moy* por *mboy*; *enê* por *ndê*; *nitio* ou *inti* por *ntio*. Os nomes geographicos: *Baependy*, *Maecurú*, *Boypeba*, *Mogy* ou *Moygy*, *Antimary*, são frisantes exemplos.

69—Tambem o som nasal final em *an* ou *on* tomou logo o timbre portuguez em *ão*, dizendo por isso *Maranhão* por *Maranan* ou *Maranã*; *Banharão* por *Mbaénharon*; *Jaguarão* por *Jaguanharon*.

Mais geralmente, porém, o som nasal em *ã* ou *an* final dos vocabulos tupis, transformou-se, sob a influencia do portuguez, em *á* agudo, dizendo-se, por exemplo: *Paraná* por *Paranã*, *Guayaná* por *Guayanã*, *irapuá* por *irapuan*.

70—Observa-se a mesma alteração com o som nasal *im* ou *î*, do final de certos vocabulos, como por exemplo: *poti* por *potim* ou *poty*, o camarão; *camocim ou cambucim*, cantaro, passou a ser pronunciado, *camoci ou cambocy*, *tuyutim*, lameiro branco, pronunciou-se *tuyuty*.

Os nomes: *Butantan*, *Bupeva* não são senão corruptellas de *Yby-tantan* e *Yby-peba*, explicaveis do mesmo modo e significando a primeira, *terra firme* ou *dura*, e a segunda, *planicie* ou *terra-chã*.

Mas não obstante essa tendencia corruptora, evidenciada desde seculos, o nome *Yby*, como radical, tem resistido intacto ou apenas modificado, na sua graphia verdadeira, em certos vocabulos para cuja composição concorre, dizendo-se, por exemplo: *Ibitinga*, por *Yby-tinga*, terra branca; *Ibiapaba*, por *Yby-apaua*, chapado ou planalto.

71—A vogal *ê*, com accento tonico na penultima syllaba dos vocabulos tupis, passou a valer pelo diphtongo *ei*, dizendo-se commummente: *capueira* por *caapuêra*; *ipueira* por *ypuêra*; *pereira* por *pyrêra*.

72—A vogal pura *o* substituiu-se quasi geralmente por *u* no meio dos vocabulos e no *Nheengatú* do Amazonas até na ultima syllaba delles. Nos escriptos dos seculos XVI a XVIII se lê sempre: *coéra* ou *goéra goá coára* que hoje se escrevem e se pronunciam commummente: *cuéra* ou *guéra, guá, cuára* ou *quára.*

O verbo *icô*, ser ou estar, é pronunciado no Amazonas *icú*; assim como o verbo *ricô*, ter, pronuncia-se *ricú*; *amô*, outro, *amú.*

73—As vogaes duplas: *aa ii*, contrahiram-se em uma só, guardando, todavia, o accento primitivo; assim é que se diz hoje *capim* por *caapyi* ou *caapiî*; *catinga* por *caatinga*; *capueira* por *caá-poêra; tapyira* hoje se pronuncia commummente *tapira*, a anta.

74—Certos vocabulos que entram mui frequentemente na composição das denominações geographicas experimentaram desde cedo alterações phonicas que a prosodia portugueza perfeitamente explica.

Examinemos cada um destes vocabulos com mais vagar, a começar por aquelles que exprimem os quatro principaes elementos dos antigos: a *agua*, a *terra*, o *ar* e o *fogo.*

75—Y, a agua, é monosyllabo e vogal guttural unica, que nenhuma graphia conseguiu ainda representar exactamente; dahi tambem a variedade de sons que se lhe tem attribuido. Não existindo no portuguez o som do *y* grego ou o *u* dos francezes, a pronuncia da guttural tupi ficou, ora equivalente a i simples, como nos vocabulos: *Icatú*, *Ipanema*, ora equivalente a *u* como em *Utinga*, *Umírim.*

Outras vezes, se procurou representar ou simular o som guttural do vocabulo, por meio de um *h* anteposto, ou de um *g* posposto, escrevendo-se *Hicatú*, agua bôa; *Hipanema*, agua ruim; *Pirahy* rio do Peixe; *Iperuig* ou *Ipirú-yg*, rio do Tubarão.

No Norte do Brazil, o som guttural do *y*, no fim dos vocabulos tupis, deixou, comtudo, vestigio da sua primitiva e difficil pronunciação, representada na syllaba final *ibe* ou *ipe*, que aliás é branda, como se vê nos nomes: *Jaguaripe* ou *Jaguaribe*, *Capibaribe*, *Tabagibe* ou *Tabagipe*, *Paripe*, que no sul do Brazil se pronunciam commummente: *Jaguary*, *Capivary*, *Tabagy* e *Pary.*

Da mesma e difficil vocalisação do *y*, cuja gamma, como disssemos, está entre *i* e *u*, resultou a desinencia em *u* ou *hu*, que se nota em certas denominações do norte e sul do Brazil, como em *Mojú* ou *Moyú*, rio das cobras; *Cunhaú* ou *Cunhã-hú* rio das mulheres; *Mondahú*, rio do furto; *Tambahú*, rio das conchas; *Anhangabahú*, rio da maldade ou das diabruras, os quaes se poderão escrever tambem: *Mogy*, *Cunhãy*, *Mondahy*, *Tambahy*, *Anhangabahy.*

A imperfeição no emittir o som da guttural *y* chegou ao

ponto de se dizer no Ceará *Acaracú*, por *Acarahú* ou *Acarahy*, donde procede a tão debatida denominação *Caracú* dada a uma variedade de gado bovino, nos sertões do centro e do Sul do Brazil.

Não raro, o *y* inicial e médio de certos vocabulos tupis se alterou tambem para *o*, escrevendo-se muitas vezes *Otinga* por *Utinga*, ou melhor *Ytinga*, agua branca; *Oriçanga* ou *Ouriçanga* por *U-röyçang* ou *Y-royçanga*, agua fria; *Paraopeba* por *Pará-u-peba*, ou melhor *Para-y-peba*, rio de agua rasa.

Em documentos de 1720 a 1723, publicados no *Archivo do Estado de S. Paulo*, sob a direcção do nosso consocio dr. Antonio de Toledo Piza, se lê o nome da cidade de *Ytú* com a graphia *Outú* o que bem revela que, nessa época, ainda passava pelo cadinho da assimilação a difficil guttural *y*.

76—*Yby*, a terra, o sólo, de que a vocalisação imperfeita do *y* grego entre os portuguezes, cedo corrompeu a prosodia do vocabulo dizendo-se, ora *ibi*, como se verifica nos nomes: *ibiapina*, terra calva ou pellada; *ibicui*, areia; ora *ubu* (1), que, pela apherese do *u* da primeira syllaba, se reduziu a *bu* e ainda a *bo*. Esta ultima corruptella, ja se notava em fins do seculo XVI. Na Historia do Brazil de Frei Vicente Salvador, escripta em 1627, já se lê o nome da serra interposta ao Ceará e Piauhy com a graphia *Boapaba* por *Ibiapaba*. O nome *bossoroca* que outros ainda dizem *vossorôca* procede de corruptella identica. Em vez de *Ybi-soroc*, terra rasgada ou fendida, se passou a dizer a principio *ubu-soroc* e depois, pela aphérese do primeiro *u*, *bu-soroc* e dahi *bossoroca* ou *vossoroca*, como é hoje vulgar.

77—*Ybytú*, o vento, o ar, o clima, a nuvem é vocabulo composto de *Yby*, terra, e de *tú* golpe, tombo, impulso, quéda, soffreu desde cedo as mesmas corruptellas do seu radical, já anteriormente apontadas.

A principio se pronunciava alterado em *ibitu*, *ibutu* ou *ubutú*, mas depois, pela queda da primeira syllaba, se passou a dizer *bitu* ou *butu* e ainda *botú* ou *votú*.

Em documentos antigos, dos seculos XVII e XVIII se encontram especimens das ditas corruptellas. O nome *Botucavarú* é disso notavel exemplo.

No ultimo quartel do seculo passado, deram os habitantes de Sorocaba de buscar minas de ouro para os lados da Serra do Mar, de cujo cimo divisavam em longinquo horisonte altissi-

---

(1) O conselheiro Martim Francisco, o velho, no seu Diario de uma Viagem Mineralogica (R. I. Hist. tom. 9.º. p 527) refere haver colhido no Juquiá sementeu de *ubucatiba*. E' a mesma *yby-cuyba* do outros logares do Brazil.

mo monte, coroado de nuvens. Os roteiros do tempo davam-lhe sete a oito leguas de comprido e o qualificavam de *desformemente alto*. Tal era o lendario *Botucavarú*, descoberto por João Baptista Victoriano em 1780. Nesse tempo ainda se escrevia *Ivutucavarú*, como se verifica de velhos documentos do archivo do Estado de S. Paulo. A corrupção, porém, do vocabulo tupi começava apenas, dizendo-se então: *Ivutu-cavarú* por *Ybytú-cavarú* que quer dizer: *cavallo das nuvens*, isto é, monte em cujo cimo as nuvens pousam ou ficam a cavalleiro.

O nome *Botucatú*, que procede do mesmo radical *Ybytú* é outra corruptella de procedencia antiga. Em documento de 1772, quando se tratava de assegurar e abastecer a praça de *Guatemy* da fronteira do Paraguay, já se faz referencia aos campos do *Botucatú*, por onde passava a nova estrada do sertão, na direcção daquella praça. A graphia do vocabulo tupy, andava, porém, incerta, escrevia-se *Botucatú*, *Ubutucatú* e este ultimo ainda alterado para *Wutucatú* (1).

Mas esta ultima graphia deixa bem perceber que o primitivo vocabulo *Ybytu-catú*, que quer *bons ares*, primeiro se alterou para *Ubutu-catú*, de que, aliás, pela aphérese do *u* inicial se fez *Butu-catú*.

Os nomes *Butucoára*, *Boturoca*, *Botujurú* são, pelo mesmo processo, corruptellas dos vocabulos tupis: *Ybytucoára*, que quer dizer *buraco do vento* ou *furo do vento*, isto é, *garganta por onde sopra o vento*, do mesmo modo que *ybytu-róca*, casa do vento, e *ybytu-jurú*, bocca do vento.

Os tres vocabulos são, portanto, identicos na accepção geographica, representando ou significando uma depressão ou garganta nas montanhas por onde os ventos ou as nuvens se encaminham, equivalendo assim ao que hoje se denomina *bocaina*.

Não raro se confunde o radical de taes vocabulos depois de alterados com a palavra *motuca* ou *botuca*, que no tupi designa a conhecida mosca sanguinosa, e dahi as erroneas interpretações correntes, a que mais adiante voltaremos.

78—*Tatá*, o fogo, o lume, é vocabulo que tambem se alterou na linguagem vulgar, em grande numero de casos em que entra na composição de outros vocabulos. Assim é que se diz hoje, commummente, *catapora* por *tatápora*, que quer dizer *fogo*, *irrompe* ou *erupção*, afogueamento da pelle; *sasurana* ou *taturana* por *tatárana* que se applica a uma grande lagarta de tom avermelhado e que, na verdade, significa *tirando a fogo* ou *afo-*

(1) Archivo do Estado de S. Paulo, vol. III, pag. 53.

gueada, razão porque em alguns logares são taes larvas conhecidas por *lagartas de fogo*.

Não raro, a corrupção do vocabulo *tatá* se dá pela paragoge accrescentando-se um *u* no fim, e dizendo-se por exemplo: *Tatauhy*, por *Tatá-hy*, que quer dizer *rio do fogo*.

79—Examinemos agora os vocabulos tupis com accepção geographica, de emprego mais frequente e cuja corrupção mais convém conhecer.

Comecemos pelas denominações applicadas á terra e aos varios aspectos do seu relevo.

Já vimos que o vocabulo *yby*, a terra, o sólo, estando independente na phrase, guardou a fórma *ibi*, mas entrando na composição de outros vocabulos se alterou para *ubú*, *bú*, *bó* ou *vó*.

80—A terra elevada, ou uma simples elevação, se diz no tupy *itira* ou *atyra*, que mais propriamente quer dizer cabeço, montão, cumulo. Este vocabulo entra na composição de muitos outros, e, por effeito dos metaplasmas, apparece, não raro, alterado para *tyra*, *tyr*, *try* e *tra*, e ainda em *tura*, *tur*, como se verifica dos nomes: *Ibityra*, *Tripui*, *Trapuá*, *Turuna*, que não são senão *Iby-atyra*, terra elevada; *Ityra-poí*, monte delgado ou estreito; *Ityra-puã*, cabeço redondo; *Ityr-una*, cabeço escuro, altura negra.

81—A montanha, ou serro elevado se diz no tupi *yby-tyra*, que como acima dissemos se decompõe em *yby-ityra*, isto é, *elevação da terra* ou *terra alta*. A alteração metaplastica desse vocabulo é a mesma dos seus elementos componentes (veja-se 76 e 80); por isso, é frequente encontrarem-se denominações de logares com as graphias do radical: *butur*, *ibitur*, *bitur*, fórmas alteradas de *ybytyra*, as quaes se não devem confundir com as do vocabulo *ybytú*, que, como se vê do § 77, não encerram o *r*, aliás persistente nas alterações do vocabulo *Ybytyra*. Os nomes *Buturuna* ou *Voturuna* e *Ibituruna*, por exemplo, são identicos, encerrando os mesmos elementos correspondentes: *Ybytyra-una*, que quer dizer *monte negro*.

O nome *voturantim*, do conhecido salto do rio Sorocaba, é corruptéla do *Ybytyrantim*, de que o primeiro vocabulo se alterou para *butura* ou *votura*, e o segundo não é senão a fórma contracta de *tinga*, branco, branca, commum no dialecto guarany que chegou até S. Paulo.

Portanto, *voturantim* significa mui propriamente: *montanha branca*, pois que o salto de Sorocaba, neste logar, não é mais do que uma encosta alta, coberta de um alvo manto de espumas.

A denominação dada á famosa serra de excellente clima no Ceará, *Baturité*, é um notavel exemplo da corrupção dos vocabulos tupis. Em outro tempo se chamou *Buturité*, e ainda hoje, entre os homens do sertão se diz *Butrité*, guardando melhor o primitivo radical; pois que *Baturité* é simples corruptéla de *Ybytyra-eté*, transformado primeiro em *Ubutura-eté*, ou *Butureté* que quer dizer *montanha verdadeira*, isto é, a serra.

Por desconhecer a alteração do primeiro vocabulo componente é que José de Alencar, nas notas do seu romance *Iracema*, interpretou o nome *Baturité* como alteração de *Batuira-eté* narceja verdadeira, que nenhuma relação tem com o objecto denominado ou com a localidade.

82—O pico ou o monte agúdo se diz no tupi *itaimbé* ou *ytá-aymbé* que litteralmente significa: *pedra afilada* ou *ponte-agúda*, como tambem se diz *itatim*, significando nariz ou ponta de pedra. O primeiro vocabulo se alterou, porém, para *itambé*, e com elle se designam em alguns logares as pontas de pedra, as escarpas e arestas vivas nas encostas rochosas dos montes. Em Minas Geraes, um dos pontos culminantes do seu systema orographico, na terra do Espinhaço, se denomina *Itamb*.

O vocabulo *itatim* se conservou, porém, inalterado, e com essa denominação se conhece no territorio paulista, na sua zona maritima, uma alta serra, a dos *Itatins*, que é como se dissesse: *a serra dos picos*, pelos muitos e bem caracterisados que nessa montanha se descobrem.

83—O planalto ou a chapada se denominava *Ybyapaba*, cuja corrupção ja vimos anteriormente vae desde o nome *ibiapaba* até *boapaba*, como se lê em antigos historiadores.

84—O valle, a bacia, o seio, a depressão entre montanhas se dizia no tupi: *Ibyty-goaya* ou simplesmente *goá* ou *guá*, que se vê empregado na composição dos vocabulos *Paranagoá*, *Jaraguá*, *Paragoa*, *Igoá*. Não raro, se encontra o vocabulo *goá* seguido da particula *pe*, posposição de quietude, valendo pela preposição *em* ou *a*, como póde simplesmente representar um vicio de pronuncia. Assim é que se diz hoje *Iguape* em vez de *Igoá*; *Maranguape*, por *Maranguá*.

Portanto, os vocabulos *Igoape* e *Maranguape* se podem traduzir ou *no seio da agua*, que é o mesmo que *no lagamar*, *no valle da batalha* ou simplesmente *lagamar e valle da batalha*.

O extranho nome *Jacarêpaguá*, denominação de uma lagôa no territorio do Rio de Janeiro, não é mais que a corruptéla do tupi *jacaré-upá-guá*, que se traduz: *valle* ou *baixada da lagôa dos jacarés*.

85—O deserto, a região despovoada e esteril, se diz no

tupi: *porapora-eyma*, que litteralmente significa *sem habitantes*, donde, por conhecida corruptéla, vem o nome *Borborema*, da elevada serrania que, como uma extensa chapada, se extende desde o Rio Grande do Norte, através da Parahyba até Pernambuco.

86—O sertão, o territorio interior desconhecido, para onde se refugiaram as tribus *tapuyas* expellidas do littoral, se dizia no tupi: *Tapuyrama*, cuja traducção é: *região dos tapuyas* ou *dos barbaros*.

87—O campo, o terreno naturalmente despido de vegetação arborescente se denomina *nhû*, que a corruptéla alterou muitas vezes para *inhum* e até para *nu*. Os nomes *Inhumirim* e *Nuporanga* são exemplos dessa alteração do primitivo vocabulo, devendo-se escrever *nhumirim*, campinho, *nhuporanga* campo bello.

O conhecido vocabulo *jundú* usado ainda hoje á beira-mar, para designar uma zona adjacente á praia propriamente dita, e já invadida pela vegetação, mas que nem é praia, nem matto, é uma corruptéla de *nhu-tu*, que quer dizer: *campo sujo*, alterado para *inhuntu*, e mais tarde para *jundú*.

88—O matto espinhento, retorcido e aspero, que cobre uma terra arenosa e quasi esteril, dominando largas extensões no territorio brasileiro, denominava-se no tupi: *caatinga*, matto branco, de que procede o vocabulo *catinga*, affeiçoado já ao portuguez e muito commummente empregado no Norte do Brasil, mas, de facto, bastante expressivo, porque pinta o aspecto particular dessa vegetação, no tom geral, acinzentada e esbranquiçada.

No interior de S. Paulo, dá-se ao matto rasteiro, espinhento e mui fechado a denominação *catanduva*, procedente do tupi *caa-ãtan-dyba*, que se traduz: *matagal rijo*, *aspero*.

Ao matto ralo, como o *cerrado*, se denominava no tupi *caa-catú*, que se traduz: *matto bom* ou *accessivel*.

A matta virgem, corpulenta, denominava-se *caá-etê*,, que quer dizer *matto verdadeiro*, com que se designam, no paiz, varias localidades e que o vulgo tem alterado para *caité* ou *caheté*.

Ao matto que se renova sobre os destroços de uma matta primitiva, dava-se o nome *caa-poêra*, de que a corruptéla fez *capueira*, que significa *matto extincto*.

A' entrada da matta, ou o sitio em que a estrada penetra na floresta, se dava o nome *caa-jurú*, bocca da matta, com que se conhece no Brazil não poucas localidades.

O matto que cresce ilhado no meio do campo denominava-se *caa-pãu*, ilha de matto, de que procede o vocabulo *capão*,

hoje geralmente adoptado no Brasil para significar essa fórma de vegetação. Algumas vezes se diz tambem *capuão*, mas já derivado do vocabulo tupi *caá-apoan*, matto redondo, e podendo significar um *oasis*.

89.—No Brasil central, é commum denominar-se *araxá* aos chapadões que se extendem mais ou menos ondeados entre as bacias fluviaes. Couto de Magalhães é de parecer que esse vocabulo vem do tupi-guarany e quer dizer: *ver o dia*, decompondo-se em *ara*, dia, tempo, luz, e por extensão o sol, e *echá* que no guarany significa *ver*, *observar*, *avistar*.

O *araxá* é, portanto, a região elevada donde primeiro se vê o dia, ou se observa o despontar do sol.

90.—A cordilheira ou serrania se diz no tupi *Ybytyruçú* que o vulgo depois alterou para *buturuçú* ou *bitiruçú*. Ao volcão ou montanha que estoura e se fende deram o nome *Ybytypoca*.

91.—Riquissimo é o vocabulario tupi nas denominações hydrographicas. Não tinha, porém, vocabulo primitivo para designar o *mar*, o que faz suppôr que os povos desta lingua procediam de uma região interior. Chamavam ao rio de certo volume *pará*, e como consideravam o mar como um immenso rio, cuja outra margem não descobriam, deram-lhe o nome *Paranã*, que é o mesmo que *pará-nã*, rio enorme, grosso, e que alguns traduzem tambem por *parente do rio*, no que ha confusão, pois que a particula final *anã* ou *nã*, que significa: espesso, grosso, enorme, ou tantas vezes, não se deve confundir com o vocabulo *anama*, que de facto se traduz por *parente, semelhante*.

92.—O vocabulo *pará*, de emprego communissimo na geographia nacional, não soffreu alteração senão no seu composto *paranã*. Algumas corrupções como *Pracatú* por *Pará-catú*, rio bom, não tiveram curso. Assim é que a palavra *pará* se mantem intangivel nos vocabulos: *parahyba* ou *pará-ahyba*, rio ruim, ou impraticavel pelos obstaculos naturaes do seu leito; *parahupeba* ou *pará-y-peba*, rio de agua raza; *parahytinga* ou *pará-y-tinga*, rio de agua branca; *parahybuna* ou *Pará-yb-una*, rio de agua preta; *parahypitanga* ou *pará-y-pitanga*, rio de agua vermelha.

93.—A palavra *paranã*, sob a influencia do portuguez, alterou-se bem depressa, nos seus compostos. Por syncope do *a* no meio da palavra, passou-se a dizer *parnã*. E em documentos antiquissimos já se encontra esta ultima corruptéla modificada para *pernã* entre portuguezes e para *fernã* entre os francezes. Os primeiros fizeram de *Paranã-buc*, Pernambuco, e os segundos *Fernambouc*.

A palavra *parnahyba*, corruptéla de *paranã-ahyba*, commumente empregada como *parnahyba* para designar, nos grandes

rios, os trechos impraticaveis, onde a navegação se torna impossivel, tambem se encontra em antigos documentos com a graphia *Pernahyba* (1).

Assim tambem o nome *Paranagoá*, que ora se lê *Parnaguá*, ora *Pernaguá*; *Parnamirim* por *paranã-mirim*, mar pequeno.

94.—Ao mar largo, ao oceano, davam os tupis o nome *paranãoçú*, como chamavam *paranagoá* ao golfo, ou bahia grande, pois que tal palavra outra cousa não é senão *paranã-guá*, que litteralmente se traduz: bacia do mar, ou baixada do mar.

Por esse motivo se encontra entre os Tupinambás o nome *Paranã-goá-çú* ou *Pará-guá-oçú* applicado á bahia que os portuguezes ao depois chamaram de *Todos os Santos*.

O nome *Paranagoá*, applicado á grande bahia que se abre ao sul de Cananéa é disso frisante prova.

95.—Confundiam muitas vezes os tupis a barra ou foz de um grande rio com a barra ou entrada de um golfo ou bahia, denominando-a *pará*. Os portuguezes e seus navegadores do seculo XVI assim tambem o faziam, como se verifica de velhos roteiros, chamando *rio de Janeiro*, *rio de São Vicente*, *rio dos Innocentes*, *rio de Cananéa*, as barras das bahias daquelles nomes.

Os francezes faziam o mesmo. João de Lery, que foi um dos povoadores da *França Antarctica*, do famoso Villegaignon, datava as suas cartas de *Rivière de Goanabara*, e foi o primeiro que nos transmittiu essa denominação dada ao logar pelos tupis, e que hoje erroneamente se pronuncia *Guanabára*, com o accento tonico na penultima syllaba, quando devia estar na ultima, respeitando-se a prosodia franceza.

De facto, *Guanabara*, ou mais correctamente *Goanabará* não é senão o composto de dois vocabulos tupis: *Guanã-bará*, que é o mesmo que *Guanã-pará*, tendo-se-lhe abrandado o *p* para *b*, por estar precedido de uma syllaba nazal.

O vocabulo *Goanã*, *Goá-nã*, significa bacia ampla, enorme, e tambem *bahia*, e, portanto, *Goanã-pará* quer dizer: rio da bahia ou barra da bahia.

96.—A agua, como os cursos d'agua ordinarios, se designavam pelo vocabulo *y* ou *hy* ou *yg*, de que já anteriormente tratamos, e que entra na composição da grande maioria das denominações hydrographicas. Aos estuarios, lagamares e bahias fluviaes se dava o nome *Ygoá* ou *Ygoape*, e aos estuarios grandes *Ygoá-goaçú*, donde procede a confusa denominação *Ywawassupe* que Hans Staden nos transmittiu, como o verdadeiro nome entre

(1) Archivo do Estado de S. Paulo, vol. 3.º pag. 62.

os Tupis, do estuario de Santos, e que, por Frei Gaspar da Madre de Deus, nos chegou adulterado para *Enguáyuassú* e com a significação de *pilão grande*.

97.—Aos canaes, ou braços de rio ou de mar, quando consideraveis, denominavam *Ygapara*, donde procede o conhecido nome *Ycapára*, que designa a entrada do lagamar de Iguape. Aos canaes menores, aos braços fluviaes de pequena capacidade, chamavam *igarapé*, que litteralmente quer dizer: caminho de canôa, e ainda mui usado em todo o valle do Amazonas.

98.—A's lagoas se dava o nome de *Yupá*, ou simplesmente *Ypaba*, muitas vezes alterado para *upá*, como de ordinario se o encontra na composição de outros vocabulos. Segundo se lê em Antonil (1), o sitio onde está hoje a cidade de Lorena se denominava outr'ora *Goapacaré*, alteração de *Goá-upá-caré*, que quer dizer: *baixa da lagôa torta*, ou do *braço*, em allusão ao braço do Parahyba que ahi existe. Na Chorographia Brasilica de Ayres do Casal se faz menção de uma lagôa *Vupabussú*, lendaria entre os sertanistas de Minas Geraes e que fôra descoberta por Fernão Dias Paes, nas suas entradas á procura das famosas esmeraldas. Esse nome *Vupabussú* é corruptéla de *Yupaba-açù*, que quer dizer *lagôa grande*.

99.—Chamava-se aos alagadiços, aos grandes banhados, *ygapó* ou *yapó*, como os das margens do Amazonas e os do valle do Paraguay.

O simples brejo ou paúl se denominava *tuyuca* de que procede o vocabulo *tijuca* ou *tijuco*, como se diz em Minas Geraes. Ao lamaçal ou lameiro dava-se o nome de *tuyucopaba*, de que procede a denominação *Tijucopapo*, da localidade bastante assignalada na guerra hollandeza em Pernambuco.

100.—No sul do Brazil se designa muitas vezes pelo nome de *tremembé* ao logar apaúlado, a uma bacia natural encharcada e coberta de vegetação aquatica, ou ao mesmo brejo, vocabulo que parece de procedencia guarany, ou corruptéla de *tereré-membeca* ou *teré-membé*, que quer dizer jorro, curso de agua que se abranda, que se espraia amollecendo.

Entre o gentio que outr'ora occupou as costas do norte do Brasil se faz menção de uma tribu de *Tremembés*.

E' bem provavel, porém, que o nome lhes venha da região que habitavam, talvez alagadiça ou encharcada.

101.—A's nascentes ou cabeceiras dos rios se dava o nome *Yapi*, mais conforme ao guarany e *y-apira*, segundo o tupi.

---

(1) Cultura e opulencia do Brazil.

O nome *Yapi*, da serra elevada, vizinha da cidade de Jundiahy, equivale, pois, a *cabeceiras* ou *vertentes*, é como se dissesse: serra das vertentes ou das cabeceiras.

O vocabulo *goapira*, tão commummente empregado em S. Paulo, é o mesmo que *goá-apira* e se traduz *cabeceira do valle*.

102.—Aos regatos, arroios, ou riachos se dava o nome *ycanga* e tambem *yembó* que se traduzem litteralmente: cabeça de agua ou principio de rio, e fio de agua. O segundo vocabulo apparece muitas vezes alterado em *yembú*, quando entra na composição de outros nomes, como, por exemplo: *Pacaembú*, por *Paca-yembó*, arroio das pacas.

Os nomes *Taquarembó*, *Acarembó* não são senão corruptélas de *Taquara-yembó*, arroio das taquaras, *Acará-yembó*, arroio dos acarás.

O nome *Ibó*, tão commum no valle de S. Francisco, tambem é alteração de *yembó* e significa *riacho*, *regato*

103.—Dava-se aos mananciaes, ás fontes, ou nascentes o nome *ypú*, que, no norte do Brasil tão parcamente irrigado, se conhece por *olho d'agua*, e representa alli importantissimo papel na distribuição dos povos.

O mesmo vocabulo apparece algumas vezes com a fórmula *ybú*, entrando na composição de outro, como se verifica do nome *Putribú*, da povoação antiga, situada entre Ytú e Sorocaba, e que, de certo, provém da corruptéla de *Potyra-ybú*, que se traduz: fonte das flôres.

Se a graphia *Apoteroby*, usada em velhos documentos, já nos chega viciada, como é bem possivel, o nome *Putribú* passou primeiro pela corruptéla *Apotera-obú*, aliás procedente ainda de *Potyra-ybú*.

104.—Aos accidentes do leito do rio, affectando o curso das aguas, como por exemplo: ao salto ou cataracta se denominava *Ytú*; a cachoeira com agua impetuosa *itupeva* ou *Ycirica*, e, dada a especial pronuncia do primeiro *c*, que é antes chiado, se formou a variante *Yxirica*, de que procede *Yxiririca* ou *Xiririca*, por apherese do *y* inicial; aos rapidos e correntezas *pyryrica* ou *pyryri* de que provém *byryri* ou *burury* e ainda *bariry*; aos recifes e travessões, provocando sensivel desnivelamento da corrente *itaipaba*, ou, como hoje se diz, *îtaipava*; aos redomoinhos ou remansos *yerê*; á confluencia dos rios *yecêaba*; á foz ou bocca do rio, *ymbiaçá* ou *imbiaçaba*; ao porto ou desembarcadouro, *peaçá*; ao rio grande, ou trecho largo do mesmo rio, *yrietê*.

105.—Tambem designava-se agua, o liquido, o vapor pelo vocabulo *ti*, com o qual se formaram varias denominações, como *Ti-eté*, agua ou corrente verdadeira, volumosa, nome na verdade

adequado ao grande rio paulista si se explicar que era este o primeiro curso de agua consideravel que encontrava o forasteiro ao penetrar de S. Vicente por Paranapiacaba, em direcção ao sertão.

106.—Ao poço natural no leito dos rios, como ao artificial dava-se o nome *Yquá* ou *Yquara*, que quer dizer—*buraco d'agua*.

107.—Os nomes de mineraes, vegetaes e animaes entram mui frequentemente na composição dos vocabulos tupis com que se denominam entre nós não poucas localidades. Examinemos desses nomes os mais geralmente empregados sob o ponto de vista das alterações phonicas que têm elles experimentado ao contacto da lingua portugueza.

No tupi se representa pela palavra *itá*, pedra, todo e qualquer mineral ou metal apenas differenciado ou qualificado pelo seu aspecto physico mais apparente, o da côr. Assim é que denominavam o ferro, *itaúna*, mineral ou pedra preta; a prata, *itá-tinga*, mineral branco; o ouro, *ita-yúba*, mineral amarello; o cobre, *itá-yúbarana*, mineral amarellado, ou ouro falso. Certo, taes denominações não traduzem um conhecimento positivo dos metaes, antes, pelo contrario, confirmam o que sempre disseram os primeiros exploradores do novo continente, nesta parte do Atlantico, que os naturaes delle ignoravam o uso dos metaes e os desconheciam.

Americo Vespucio, tendo corrido a costa em 1501, com escalas ameudadas, para praticar com o gentio della, retirava-se para outras paragens convencido de que no paiz não havia mineral algum.

Depois da invasão dos europeus, o gentio começou então a distinguir os metaes e a denominal-os ainda que imperfeitamente.

Assim é que a palavra *itá-tinga*, que significa *prata*, tambem se applica ao calcareo branco, ao marmore, ás rochas arenosas, ao gesso e até á cal. O nome *itá-yúba*, ouro, cujo accento tonico é na penultima syllaba e não na ultima, como geralmente se diz, querendo alguns que o nome *Ytajubá*, da cidade mineira, proceda do ouro que alli se minerou em outro tempo, tambem significa *moéda, dinheiro*. A palavra *itá-yúbarana* se applica tanto ao cobre como ao latão ou alquime.

Na épocha dos descobrimentos e exploracões sertanejas, a technologia tupi para os mineraes deve ter-se desenvolvido á medida das necessidades novas. Apparecem então no vocabulario brasilico os nomes: *itajyca*, para designar o estanho; *itá-etê*, o aço; *itamembeca*, o chumbo; *itáberaba*, ou *itátiberaba*, o crystal; *itaberaba-etê*, o diamante; *itá-em*, pedra hume; *itá-obim* ou *itá-obi*, a esmeralda; *itá-bubúi*, a pedra pomes.

Ao *ambar* que, segundo os chronistas e viajantes, muito abundou nas nossas prais, davam os selvagens o nome de *pirá-poan-re-poti*, esterco de baleia, porque suppunham ser essa substancia uma excreção desse cetaceo. Chamavam *jukyra* ao sal; *jukyratyba* á salina ou a mina de sal, e *jukyry* á agua salobra. A toda a argila branca e pura davam o nome de *tabatinga* ou *tabatinga;* á amarella *tauá* ou *tayuá;* á vermelha ou corada *tapitanga.*

Nas regiões centraes onde a mineração mais se desenvolveu, como em Minas Geraes, appareceu logo uma technologia mineira de procedencia tupi, porque, como o dissemos, os primeiros exploradores destas paragens, os bandeirantes, eram em sua maioria de descendencia tupi e fallavam o tupi.

Assim é que denominavam *jacutinga,* á rocha friavel argilosa servindo de jazida ao ouro entre a rocha de *itabirita,* talvez pela sua semelhança de coloração com a ave conhecida do genero Penelope. Davam o nome de *canga* ou *acanga* que quer dizer *cabeça,* á parte superior ou ao topo do veeiro. Chamavam *tapanhunacanga (tupuyuna,* o negro, *acanga,* cabeça) isto é, *cabeça de negro,* a uma formação constituida por uma crosta negra de hydrato de ferro, cheia de concreções ôcas do mesmo hydrato, e com as paredes interiores cobertas de crystallisações da mesma substancia. Denominavam *guápiara* ao cascalho diamantino que cobre o solo em certos logares de mineração, isto é, da barranca dos ribeiros e do leito destes.

A corruptéla alterou-o para *gupiára* ou *grupiára.*

Voltemos, porém, á palavra *itá* que, entre os catachumenos e os homens do campo fallando o tupi, passou a representar os objectos metallicos de procedencia extrangeira. Assim é que se denominava *itá-maracá,* ao sino, por elles equiparado ao chocalho de pedra ou de ferro, e que desde os primeiros annos da conquista serviu para designar a maior das ilhas da costa de Pernambuco, e uma das capitanias creadas por d. João III e concedida a Pero Lopes de Souza. O nome *Itamaracá,* cedo, porém, se alterou para *Tamaracá,* apparecendo com esta graphia no Roteiro do Brasil de Gabriel Soares, nas chronicas do seculo XVII, nas cartas hollandezas desse tempo. Chamavam ao campanario *itaim,* ou *itahi,* nome com que se designam alguns rios e localidades do Brasil.

A' cadeia ou corrente de ferro denominavam *itá-chama;* ao arame ou fio de ferro, *itá-nimbô;* á barra de ferro *itá-pucú.*

A' cruz de ferro denominavam commummente *itá-curuçá,* que tambem se póde entender por *cruz de pedra.*

A's construcções de pedra davam o nome de *ita-oca,* que

tambem servia para designar as cavernas, do mesmo modo que *itá-raré* indicava os sumidouros ou solapas feitas pela agua através das rochas, como designava o cano ou conducto de ferro. Assim é que no centro de Minas e Goyaz se chama *sumidouro* ao curso subterraneo das aguas do rio atravéz de rochas calcareas, em S. Paulo e sul do Brasil se diz mais geralmente *itáraré*.

O vocabulo *itá* é um dos de mais frequente emprego na denominação dos logares no Brasil. E' communissimo encontrar-se pelo interior, nomes como: *Itamorontim*, alterado ás vezes para *Itámaraty*, pedra alva; *Itámirindyba*, pedregal meudo; *Itácuruba*, cascalho; *Itaipava*, recife ou travessão; *Itá-coéra* ou *Itaquéra*, pedra velha; *Itapecerica*, lage escorregadia, ou penedo, como sóem se apresentar os cabeços graniticos de encostas lisas, tão frequentes na região littoral desde o Espirito Santo até Santa Catharina; *Itá-beraba*, pedra reluzente, ou resplandecente; *Itapuã*, pedra redonda; *Itá-coatiára*, pedra pintada ou escripta; *Itáqui* ou *Itaky* pedra de amolar; *Itapetininga*, lageado secco; *Itáporanga*, pedra bonita, e tantos outros.

Tão grande é a tendencia para denominações de logares com o thema *itá*, que não raro acontece darem esse radical a vocabulos que o não têm, provindo dahi grande numero de corruptélas, assim como *Itaquaquicetuba* por *Taquaquicé-tuba*, taquaral da especie *taquá-quicé*; *Itaguahy*, por *Taguá-hy*, rio do *tauá*; *Itapemirim*, por *Tapé-mirim*, ruina pequena; *Itabapoana* por *Cabapoama*, vespas assanhadas. Já nos jornaes mineiros se lê *Itapanhuacanga* por *Tapuyunacanga*, cabeça de negro, a que já nos referimos anteriormente.

108.—Numa região como o Brasil, onde a vegetação exubera, variada e intensa em vastissimas zonas, a denominação dos logares de procedencia indigena deve, de continuo, traduzir a feição local sob o ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas especies caracteristicas. A geographia aqui reflecte nas denominações dos logares a carecteristica vegetal de cada uma. Não é, pois, de extranhar-se o frequente emprego de nomes de plantas, arvores, para indicar um rio, ou banhado, um valle, um povoado, uma serra, um accidente topographico qualquer.

Couto de Magalhães refere ter ouvido entre os individuos de uma tribu tupi do interior o nome *Pindorama* ou *Pindó-retama*, região das palmeiras, como indicativo das terras do littoral brasileiro, e podendo-se applicar ao paiz todo.

As palmas são, de facto, um typo vegetal tão distincto, tão caracteristico e tão commum na nossa terra, que a sua belleza

e frequencia em certa parte do paiz, não podia deixar de influir para o nome que o devia designar.

Dahi vem encontrarem-se amiudadas vezes no nosso mappa geographico as denominações tupis das diversas especies de palmeiras.

O nome *Carnahuba*, corruptéla de *Caraná-hyba*, da magnifica palmeira de folhas flabelliformes *(Copernicia Cerifera)*, de que se extráe uma cêra resinosa muito usado no Norte do Brasil, com a sua copa espherica, formando um ornamento de notavel effeito na paizagem, abundante no sertão, á margem dos lagos e dos grandes rios como o de S. Francisco, apparece designando grande numero de localidades e traduzindo-lhe o aspecto caracteristico, sob as fórmas corruptas de *Carnahyba*, *Carandeuba* ou *Crundeúba* e até *Crindeuba*.

O nome *Carandá-hy*, rio das carnahubas, é frequente na região central.

Assim tambem o *burity* ou *murity*, a *Mauritia Vinifera* dos botanicos, com as suas bellas folhas espalmadas em leque, apparece dando o seu nome a grande numero de localidades nas regiões dos campos elevados, onde ella cresce formando capões cerrados nas baixadas das cebeceiras dos rios.

A *Macahuba* ou *bacayba*, de que procedem por corruptéla os nomes *bocayuva* e *macayba*, empresta o seu nome a não poucas localidades no Norte e Centro do Brazil.

Nos sertões do Norte, nas regiões seccas, é frequente o nome *Ouricury*, corruptéla de *Iricury*, de que ainda procedem os nomes *Licury*, *Mucury*, *Nicury* com que se designam tantos logares daquelles sertões, onde medra a palmeira que von Martius denominou *Cocos Caronata*.

No valle do Amazonas, como na matta littoral, apparecem nas cartas geographicas os nomes *Indayá*, *Inajá* ou *Anajá*, *Geribá*, *Peaçá*, ou *peaçaba* e seus compostos; *Indayátuba*, *Anajatuba*, *Geribatyba*, *Peaçabuçú*, *Peaçagoéra*, como indicativos das palmeiras que no tupi trazem essas denominações.

Examinando-se ainda os mappas geraes, verifica-se a exactidão e rigor com que a Geographia reflecte a Botanica das regiões em que o paiz naturalmente se reparte por effeito da latitude, da altitude e da influencia metereologica.

Assim é que na zona sertaneja do Norte, onde dominam as catingas, o sólo é arido, pedregoso e pouco visitado pelas chuvas, os nomes *Chique-chique*, *Quipá*, *Quipapá*, *Mandacarú*, revelam os logares em que medram as Cactaceas com o seu aspecto de tristeza e desolação. Na mesma zona encontram-se ainda localidades com os nomes: *Jurema*, *Quixaba*, *Umbú* ou *Imbú*, *Juá*,

Umburana, *Mangaba*, e os seus derivados: *Quixabeira*, *Umbuzeiro*, *Juazeiro* e *Mangabeira*, traduzindo o aspecto da catinga propriamente dita, pelos typos dos seus vegetaes.

Assim tambem na zona littoral, onde a matta é corpulenta e variada, e quasi sempre rendilhada de trepadeiras e cipós, os nomes das localidades de continuo o relevam, como se verifica pelos vocabulos tupis: *Sapucaya*, *Yequitibá*, *Yacarandá*, *Guapurubú*, *Embayba*, e suas corruptéllas: *Embaúba*, *Embaú*; *Sumaúma*, e suas corruptéllas *Subaúma*, *Sabaúna*; *Guararema*, ou *Ymirarema*; *Cabreúva* ou *Caburéyba*, *Araçayuba*, das arvores caracteristicas, assim como os nomes: *Taquára* ou *Taquá*, sob a fórma contracta, *Crissiuma*, *Samambaia*, *Guaymbé* ou *Imbé*, *Aninga*, *Guapé*, de que a corruptélla fez *Aguapé*, *Caraguatá* de que procede *Gravatá*, *Naná* que a corruptélla transformou em *Ananaz*, *Abacaxi*, *Ubá*, lembram outras mais humildes ainda que não menos caracteristicas.

Na região dos campos de cima da Serra, no centro e sul do Brasil, os bosques de *Araucaria*, que os tupis denominavam *Curi*, como chamavam *Curityba* as formosissimas mattas destas plantas sociaes, e as *Congonhas* deram o nome a grande numero de logares.

109.—No tupi designa-se o animal pela palavra *çoô*, que tambem significa a *caça*, a *carne*, ou um *bicho*, no sentido vulgar, não se empregando senão para os irracionaes.

Para designar o homem, a gente, ha o vocabulo *abá*, mas no sentido geral, empregando-se para exprimir o ente animado, se encontra o radical *guáy*, ora nos nomes de bichos como em *Guaynumbi*, beija-flor, ora em nome de gente ou povo, como em *Guay-anã*, nome da tribu que outr'ora dominou nos campos de Piratininga.

Bem estudado o radical *Guay* chega-se á conclusão de que elle exprime simplesmente o *individuo*, a *pessoa*, ou *aquelle que é*. Assim, por exemplo, *Guay-n-umby*, individuo verde, ou aquelle que é verde, para designar uma especie de beija-flor, *Guayanã*, individuo parente, aquelle que é parente ou irmão, e talvez fosse esse o tractamento que davam os *Tupiniquins* do littoral aos *Guayanazes* dominadores do campo; *Guay-curú*, individuo sarnento, aquelle que tem sarnas; *Aymoré*, ou, como escreveu Anchieta, *Guaimuré*, que se póde interpretar: *Guay-mur-ré*, individuo de nação differente, aquelle que é povo differente; *Guay-yá*, de que se fez por corruptéla *Goyaz*, individuo egual ou semelhante, aquelle que é do mesmo povo.

O vocabulo *çoô* alterou-se porém, nos seus compostos, por um processo de assimilação, dizendo-se *suaçu* por *çoó-açú*, animal

grande ou veado, que outros chamam simplesmemte *guaçú*; *suan* por *çoó-an*, a vertebra do animal, onde se presume estar a vida dos animaes: *saruê*, *sarigué*, por *çoó-r-iguê* animal dotado de sacco, o marsupio conhecido; *sussuarana* por *çoó-açú-arana* que quer dizer *tirando a veado*, appellido de uma onça parda, da mesma côr do veado; *sussuapára* por *çoó-açu-apara*, veado galheiro, ou dotado de grandes aspas; *sussuy*, por *çoó-açú-im*, veado campeiro; *suassú-birá*, por *coó-açu-berá*, veado lustroso ou luzido; *suaçú-pitã*, veado vermelho ou mateiro.

A geographia do paiz reflectiu tambem com mais ou menos precisão a fauna regional. Os nomes de localidades e rios como *Jaguar-y*, rio da onça: *Jaguamimbaba*, cães mansos: *Jaguarahyba*, cães ruins; *Jaguaretê*, onça verdadeira, lembram a abundancia ou frequencia dos felinos, ou a presença dos cães já introduzidos pelos europeus e que os selvagens tanto apreciaram depois.

As denominações: *Cótia* por *Aguti*; *Apereá-tuba*, abundancia de préas; *Paca-tuba*, abundancia de paccas; *Capivar-y* por *Caapiguar-y*, rio das capivaras; *Guabirútuba*, abundancia de ratos; *Tapeti*, o coelho, lembram os *Roedores* dos mais bem representados na fauna do paiz.

Os nomes *Tatú-yby*, terra dos tatús que foi a denominação primeira do arraial que é hoje a cidade da Limeira; *Tatú-hy*, rio dos tatús; *Tamanduá*, applicada a uma villa de Minas-Geraes: *Tamanduá-tey*, tamanduá grande, recordam os *Desdentados*, pelos mais caracteristicos representantes.

As localidades e rios com os nomes: *Tayaçú* ou *Tanha-oçú*, *dente grande* ou porco do matto; *Catête*, *Caetetú* por *Taitetú*, porco de canella ruiva; *Tapira*, ás vezes alterado para *Tabira* e até *Itábira*, a anta; *Tapira-apé*, vereda das antas; *Tapira-hy*, rio das antas, exprimem que nessas paragens abundavam os pachydermas americanos.

Os logares denominados: *Guarapá-r-y* ou *Guaraguá-r-y*, rio do peixe-boi; *Pirá-puan*, a baleia, recordam os cetaceos mais abundantes nos mares brasilicos.

As localidades conhecidas por *Guará-tyba*, a passarada, ou abundancia de aves; *Guará-hy*, rio dos passaros; *Guaratinga-etá*, as garças; *Arara-quára*, paradeiro das araras: *Yurujuba*, por *Ajurú-yuba*, papagaios amarellos; *Paraguá-y*, rio dos papagaios: *Cia-rá*, casta de papagaio ou como erroneamente disse José de Alencar, canto da jandaia; *Graúna*, por *Guirá-una*, passaro preto; *Inhambu-y*, rios dos inambús; *Jacú-tinga*, jacú branco ou manchado de branco, e tantos outros, lembram a nossa riqueza ornithologica.

As denominações como: *Jacarehy*, rio do jacaré; *Corumbá*, o kágado; *Mboy*, cobra, aqui entre os paulistas tão erroneamente pronunciado; *Boypeba*, cobra achatada; *Mogy* por *Mboy-gy*, rio das cobras; *Sucury-canga*, cabeça do sucury; *Cururú*, o sapo, recordam a frequencia dos reptis nesses logares.

As localidades e rios com os nomes: *Pirá-hy*, rio do peixe; *Pirá-cynynga*, de que por corruptéla se fez *Pirassununga*, ronca-peixe; *Pirá-tininga*, ou sob a fórma contracta *Pirá-tinim*, á moda guarany e significando o *secca-peixe*; *Pirápora*, o salta-peixe; *Curimatá-hy* ou *Curumbatá-hy*, o rio dos curimatás; *Piauhy*, o rio dos piáus; *Piracanjuba* ou *Pirá-acan-yuba*, o peixe de cabeça amarella; *Icará-hy*, por *Acará-hy*, o rio dos acarás; *Surubim*, por *Jurú-bi*, bocca fechada; *Ipirú-yg* e sua corruptéla *Peruhybe*, rio do Tubarão; *Parati*, corruptéla de *pirá-ti*, peixe branco, ou a tainha, nos trazem á idéa a fauna ichtiologica.

Assim tambem os nomes: *Tucurahy*, rio dos gafanhotos; *Cabuçú*, ou *Caba-uçú*, o vespão ou marimbondo; *Cáçununga* por *Cabaçynynga*, vespa zumbidora; *Echú* ou *Eichú*, abelha do chão; *Mombuca*, uma variedade de abelha sylvestre; *Merú-óca*, paradeiro das moscas; *Maruim* por *Merú-im*, o mosquito; *Muritiba* por *Merú-tyba*, o mosqueiro; *Yaquirana* ou *Yiakirana*, a cigarra; *Nandu-hy* ou *Nhandú-hy*, o rio das emas; *Panápaná-hú*, rio das borboletas e tantissimos outros dão-nos a fauna entomologica, a que se filiam ainda os seguintes não menos significativos: *Rerityba* (o primeiro *r*, brandissimo) que a corruptéla transformou em *Lerytiba*, osteira, ou logar onde abundam as ostras e que nos recorda o sitio da costa do Espirito Santo, onde falleceu o veneravel Anchieta; *Lery* por *Riry*, a ostra, designando uma conhecida praia dos arredores do Rio de Janeiro; *Sergipe*, corruptéla de *Ciri-gy-pe*, ou rio dos siris; *Serinhaem* por *Serynheen*, onde rumoreja o siry, localidade que tanto se assignalou durante a guerra hollandeza; *Sernambytyba*, deposito de conchas, conhecidas por *sernambi*, que é um notavel exemplo de quanto póde a corruptéla que o transformou em *Simão-de-Tyba* e ainda em *João-de-Tyba* como se verifica das mais modernas cartas do littoral bahiano; *Tambá-hú*, rio das conchas; *Sambaqui* por *Tambá-qui*, ponta ou cumulo feito de conchas, servindo para designar os depositos antiquissimos, formados de cascas de ostra, de restos de cozinha, de residuos de varias procedencias, accumulados por um povo selvagem que habitou a zona littoral em periodo pre-historico.

110.—As construcções dos selvagens, os productos da sua

industria rudimentar, os seus usos e costumes em sociedade tambem concorreram para as denominações geographiças do paiz.

Estudemos este assumpto com mais vagar e havemos de verificar quão larga foi o cópia de nomes e palavras que dahi passaram para a geographia e para a linguagem commum, alguns já assimilados, outros resistindo ainda á força modeladora da lingua culta prevalecente.

A noção de patria não a tinham os tupis como hoje a temos. Designavam a patria como synonimo de *terra da propria habitação—Tetama.* Assim, diziam *Tupi-retama*, patria ou região dos Tupis; *Tapuyretama*, ou por abreviação *Tapuy-rama*, região dos Tapuyas; *Pindó-retama*, ou *Pindórama*, região das palmeiras; *Urubu-retama*, nome de uma localidade no Ceará, quer dizer região dos urubús; *Ibotirama*, terra ou paiz das flôres.

Ao natural do mesmo paiz, ao conterraneo, chamavam *cetamagóara*, que quer dizer habitante da minha terra e ao extrangeiro davam o nome *çobay-goára*, que significa: habitante de outra banda, e outras vezes *amoaba-retama-goára*, significando gente habitadora de outra terra. Não raro, por abreviar, diziam simplesmente *amoaba*, para designar o extranho ou o forasteiro.

O nome *emboaba* não terá vindo de uma simples corruptéla de *amoába* ou *amboaba?* E' bem provavel; tanto mais que só se applicava ao extrangeiro ou ao portuguez principalmente, porque este era quasi o unico na colonia, onde só entravam os de outras nacionalidades com licença especial.

Este nome que se tornou celebre na historia do descobrimento das minas, designando com um cunho nativista o elemento extrangeiro que affluiu numeroso dos portos do littoral para disputar aos paulistas o ouro por elles descoberto em Minas, não exprime, de facto, senão o despeito do nacional contra o forasteiro. Dizer—*guerra dos emboabas*—vale o mesmo que dizer—*guerra contra o extrangeiro* ou *o intruso.*

Outra hypothese admissivel é a que faz derivar o nome *emboaba* do tupi *mbóaba*, de que se fez por corruptéla *boava* e significa *vestido*, *coberto*, em allusão a se apresentarem os portuguezes ou extrangeiros trajando roupas desconhecidas e calçando largas botas para se protegerem contra os espinhos e os reptis.

111.—Para indicar-se a procedencia de um individuo qualquer usava-se tambem o suffixo *guára*, juncto ao nome da terra ou paiz da procedencia. Assim é que diziam: *Brazi-guára*, ou Brazileiro; *Paraguay-guára*, o Paraguayo; *Piauhy-guára*, o Piauhyense.

Tambem com os suffixos: *boc*, *oc*, *uc*, *ua* indicavam a procedencia do individuo.

Depois da invasão dos europeus e durante a catechese e colonisação muitos nomes se formaram traduzindo relações novas, e exprimindo a mescla das raças em presença.

Ao homem branco, quando tratado em bôa parte, denominava-se *caray*, e segundo os dialectos: *cariba* ou *carahiba*, cujo significado é: *superior, forte, sabio, santo,* pois que attribuiam aos europeus faculdades extraordinarias.

Ao descendente do branco denominava *cariboc*, que quer dizer tirado ou procedente do europeu, donde se origina, por corruptéla, o nome *curiboca* tão usado no norte do Brazil para designar o mestiço que traz nas veias o sangue do branco.

O nome *carioca*, com que ainda hoje se designam os naturaes da cidade do Rio de Janeiro tem a mesma origem e significado, *cari-oc* ou *cari-boc*.

Assim tambem o nome *carijó*, que alguns chronistas hespanhóes escreveram *cario* e que na verdade se deve escrever *cariyó*, fórma contracta de *cari-yoc*, quer dizer—o que vem do branco ou de um povo superior,

Ao gentio manso, ou reduzido à civilisação, se começou desde logo a denominar *caa-boc*, que quer dizer—tirado ou procedente do matto, donde nos veiu o vocabulo *cabôco*, como ainda hoje o pronuncia o homem rustico, ou *cabloco*, como ja adoptou o portuguez-brasilico.

Ao mixtiço, oriundo do branco e do selvagem, deu-se nos primeiros tempos o nome de *mamaluco*, que é como se lê em Gandavo (1576), em frei Vicente do Salvador, (1627) e em Simão de Vasconcellos, (1662). Só mais tarde é que se começou a pronunciar *mameluco*, confundindo-se com a denominação dada aos soldados escravos do sultão El Malek-el Saleh da terra do Egypto.

E', porém, de procedencia tupi e não moura, o nome *mamaluco* tal como ainda hoje o pronuncia o homem do sertão.

A uma velha sertaneja, agóra moradora em S. Paulo, onvi uma vez esta phrase bastante expressiva: « . . . milho branco com milho vermelho sae *mamaluco*. . . »

Donde se conclúe que para o homem do interior o nome *mamaluco* guardou a primitiva e unica verdadeira significação, continuando synonimo de *mixturado* ou *mixtiço*. Ha, com effeito no tupi o vocabulo *mamã-ruca* que se decompõe em *mamã*, mixturar, dobrar, abraçar, e *ruca* ou *yrunca*, que quer dizer tirar. O appellido historico se traduz, pois—*tirado da mixtura*, ou de *procedencia mixta*. Não é mister grande esforço para se explicar como de *mama-ruca* se fez *mamaluco*, segundo o escreveram os primeiros historiadores e depois *mameluco* como em geral se adoptou.

Não raro se empregava entre os tupis e europeus que falavam a lingua geral, o suffixo *ua*, fórma contracta de *ruca* ou *Iruuca*, para formar nomes indicativos da origem ou nascimento do individuo, Dizia-se, por exemplo, *piraty-ua*, para significar oriundo de Piraty, nome primitivo da actual cidade de *Paraty; Mairy-úa*, oriundo ou procedente da cidade; *Caetêûa*, oriundo das mattas.

112.—As construcções do gentio eram toscas e rudimentares como as de um povo na infancia social. As suas casas *oka* muitas vezes de vastas proporções, e cobertas de folhas de sapé ou palma, e fechadas com estacas, tinham capacidade para muitos moradores *okape-guara*. Dispostas em torno de uma praça ou terreno rectangular *okára*, e externamente envolvidas por uma estacada ou, ás vezes, por uma trincheira de folhagem ou feita de tranqueiras retiradas das queimadas, *caiçára*, constituiam a aldêa —*taba* ou *táua*.

Entraram estes nomes em larga cópia na geographia nacional, concorrendo para a denominação dos logares, como, por exemplo: *Tupana-roka*, casa de Deus ou egreja; *Itáoca*, casa de pedra; *Oka-una*, casa negra; *Okomorôtim* ou *Oka-tim*, casa branca; *Buriki-oka*, paradeiro dos macacos; *Merú-oka*, paradeiro das moscas; *Tijy-oka*, paradeiro das espumas, pelas muitas que se encontram naquella ponta de terra firme á entrada do Pará.

No territorio do Rio de Janeiro se encontram ainda os nomes *Ocaruçú* (*Ocára-oçú*), praça ou terreiro grande applicado á ponta ou cabo proximo da cidade de Paraty; *Itá-okara*, terreiro de pedra.

Na Bahia encontram-se os nomes *Tapagype (Tabagy-pe)*, que se traduz—no rio da aldêa; *Tapéra*, equivalente a *Taba-oéra*, aldêa velha ou em ruina; *Taperoá* ou *Taperaguá*, valle da aldêa velha.

Em S. Paulo distingue-se o nome *Taubaté*, corruptéla de *Taba-etê*, aldêa consideravel ou villa; *Tabatingoéra* alteração de *Tabatingoera* equivalente a *Taba-oéra*, aldêa velha, recordando o sitio onde outr'ora existiu uma aldêa de Guayanãs, dentro dos muros da villa de Piratininga.

Davam á cidade, aos povoados grandes como os europeus edificavam, o nome—*mairy*, de certo, depois que os francezes, *Mair*, começaram a frequentar a costa do Brazil e se estabeleceram em algumas partes della; pois que o vocabulo *mairy* parece proceder de *mair-reya*, reunião ou multidão de francezes.

O nome *Marim*, outr'ora applicado á Olinda de Pernambuco, fundada por Duarte Coelho, é simples corruptéla de *mairy*, cidade.

Aos moradores da aldêa denominavam-se *Taba-yára*, aos da

cidade *mairy-ára*, cidadão ; aos de aldêa differente *Tabaré*, donde, sem duvida, procede o nome *tabaréo*, usado entre os bahianos para designar um homem rustico ou matuto.

113.—As communicações entre as aldêas e povoados se faziam por caminhos ou veredas—*apé*, denominando-se *apé-açú* as estradas largas como algumas se encontraram no interior.

Não eram tão raros quanto se presume os caminhos ou veredas do gentio penetrando do litoral para o interior. Glymmer, o auctor do roteiro da primeira *entrada* que se fez no começo do seculo XVII de S. Paulo para o sertão de Minas, refere ter encontrado bem no interior uma estrada larga e bastante trilhada.

A dispersão dos Tupinikins, que eram ao mesmo tempo assignalados em S. Vicente, no valle de S. Francisco e em Porto Seguro, demonstra cabalmente que, pelo interior, estes indios se communicavam, e está averiguado por um estudo bastante consciencioso e sério, do nosso illustre consocio o dr. Orville Derby, que as primeiras *bandeiras* que devassaram os sertões o fizeram trilhando as veredas dos gentios (1), guiados pelo selvagem seduzido e amigo.

114.—Quando os caminhos desciam até o mar ou aos grandes rios navegaveis, ao extremo desses caminhos que eram ordinariamente um porto, davam os Tupis o nome *apéaçaba*, que quer dizer—*sahida do caminho*, e de que, por corruptêla, se fez *imbeaçaba*, *imbiassape* como se lê em Hans Staden, e ainda *peaçá* sob a forma contracta e mais commum na composição dos nomes de algumas localidades.

Assim os nomes *Peaçá-goéra*, porto velho ou extincto com que se designa uma localidade vizinha do *Cubatão; Peaçábossú* ou *Peassabussú*, porto grande, designando uma villa alagoana, á margem do rio S. Francisco, são compostos com o thema *apeaçaba*—sob a forma contracta.

O nome *piassaba*, ou melhor, *peaçaba*, com que vulgarmente se designa a fibra resistente e utilissima da *Altlea funifera*, palmeira abundante na zona quente do littoral, vem decerto do communissimo emprego nos portos (peaçaba) das cordas tecidas com a fibra dessa palmeira. No norte do Brazil, as amarras e cordoalha das embarcações pequenas, das jangadas e canôas eram exclusivamente de *peaçaba*. Dizer-se, portanto, cordas de *peaçaba* vale como se dissesse *cordas do porto* ou *usadas nos portos*.

O nome *peaçaba* ou *apeaçaba* que o vulgo alterou para *piassaba* ou *piassava*, já não designa entre nós senão o fibra da *Al-*

---

(1) Orville Derby—«Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes».

talea; o primitivo e verdadeiro significado se perdeu para a lingua hoje falada no Brazil.

O nome *igara-paba* ou *igaro-paba*, que litteralmente significa —*termo* ou *fim da canôa*, tambem designava o porto, mas já na accepção de assento, descanso ou logar onde se encalhava a embarcação deixando de navegar.

115.—A navegação estava muito em voga entre os Tupis, quasi todos localisados no littoral, donde outr'ora expulsaram os primitivos dominadores do paiz.

Pescavam muito no mar e nos rios, tirando dahi larga parte da sua subsistencia.

Habillissimos canoeiros e nadadores eximios, afrontavam as ondas mar em fóra com o maior desassombro. Contam mesmo alguns viajantes que esses barbaros, em avistando no horizonte embarcações em transito, nadavam muitas vezes ao encontro dellas para lhes vender *brasil*. Os Guaytacás, segundo Gabriel Soares (1) andavam a nado pelo mar dentro, accommettendo os tubarões *(ipirú)* e afogando-os com um páu agudo, que lhes mettiam com força pela garganta.

Os Tupis do Rio de Janeiro como os de Paraty e Ubatuba possuiam canôas tão grandes, feitas de um só tronco, que algumas dellas eram capazes de quarenta, sessenta e mais tripolantes. Martim Affonso de Souza, na sua viagem de 1530, assistiu, maravilhado, a uma encarniçada batalha naval entre gentios de Itaparica e do continente na Bahia de Todos os Santos.

Dextros canoeiros, manejavam de pé o remo a compasso certissimo com o que muito maravilhavam aos europeus.

A's canôas feitas de um tronco inteiriço chamavam *igára (yg-yara)*, isto é, que domina ou mora n'agua, fluctua ou sobrenada ; e, por acharem semelhantes, as embarcações introduzidas pelos europeus chamavam-nas *igara-açú*, canôa grande ou barco.

A antiquissima villa pernambucana de *Iguarassú* tem o seu nome, aliás *Igara-açú* pelo facto de ser o seu porto, desde os primeiros annos da colonia, visitado por barcos que o attingiam com o concurso da maré. Hans Staden que o visitou e o ajudou a defender-se contra os Putiguaras em 1548, denominou-o *Garassú*, corruptéla de *Igarassú*.

O nome *Igrapiuna* de uma villa bahiana, vizinha de Camamú, é corruptéla de *Igara-péuna* (Igara-apé-una) isto é, caminho de canôa escuro, ou melhor, braço ou furo negro, allusão a algum canal ou estuario de aguas escuras.

---

(1) G. Soares—« Roteiro do Brasil » cap. XIV. pags. 77 e 78.

A's canôas feitas de cascas de arvore com pontaletes no meio e ajustadas com cipó davam o nome de *ubá*, em geral pequenas, leves e mal compostas.

O nome *ubá* confunde-se frequentemente com o vocabulo *uyba*, que quer dizer flecha, quando este entra como thema na composição de outros vocabulos, e a syllaba predominante se desloca para a penultima do vocabulo composto.

O nome *Ubatuba* por esta razão, póde ser decomposto em *Ubá-tyba*, significando abundancia de canôas como tantas havia nesta parte dos dominios de Cunhambebe e de Aymberê, como póde ser tido por corruptéla de *Uyba-tyba*, flechal, ou cannavial bravo.

116.—As pescarias (*pirá-monhangaba*) começavam ordinariamente em Agosto na beira-mar (1) e davam logar a expedições numerosas para certos pontos da costa.

Empregavam para este mistér a rede—*pyçá*, o cercado—*pary*—o cesto—*ururú* e o *jiki*.

Nos rios, costumavam envenenar as aguas com succo do *timbó* para apanhar o peixe.

Com o commercio dos europeus passaram a usar do anzol—*pindá*—, chamando aos pequenos anzóes prateados—*pindá-miri-tinga*.

E', porém, provavel que já empregassem o anzol grande, feito de qualquer substancia não metallica antes da invasão portugueza.

Não poucos logares no Brazil trazem nomes recordando esses instrumentos e usos do gentio. *Pary* ou *Paripe; Pari-quera* ou *Pary-cóera*, cercado velho; *Píndáhyba*, anzol ruim; *Pindá-monhangaba*, fabrica de anzóes; *Jiky-yá* semelhante ao *jiky*; *Jiky-reçá*, olho ou furo do *jiky*; *Ururú-hy*, rio do cesto; *Timbóhy*, rio do timbó, recordam sitios das pescarias de outr'ora.

117.—A caça era como a pesca a principal occupação do selvagem, e, para realisal-a empregavam de preferencia o arco *y apára* e a flecha *uyba*, ou *uiba* esta tendo a ponta ou simplesmente endurecida ao fogo, ou com um dente de tubarão engastado com resina. O arco feito de uma madeira rija, era mais alto do que um homem.

Além do arco e flecha empregavam para caçar (*caámondó*), artificios mais ou menos engenhosos, ainda hoje utilisados pela gente do interior. A *juçana* era o laço armado para colher as

(1) Hans Staden—Suas viagens e captiveiro, etc. Cap. XVII.

aves; *mondé* de que procede o vocabulo assimilado *mundéo* era empregado nas mattas para matar os quadrupedes; a *guirá-puka*, de que por corruptéla se fez *arapuca*, apanhava os passaros.

Entre os indios do campo, a caçada era precedida de uma batida, cercando-se um trecho a que se punha fogo, e matando-se a caça a pau á medida que ella procurava escapar ás chammas. Nas regiões centraes, as queimadas frequentes que se avistam ao longe, onde a civilisação ainda não penetrou, não indicam outra coisa. A esse modo de caçar davam o nome *camondó-cai* que quer dizer: queimada para caçar.

As localidades com os nomes: *Japáratuba*, muitos arcos; *Japarakira*, arco verde; *Igapára*, de que se fez por corruptéla *Icapara* ou *Capara*, canal-torto; *Mondé-hy*, rio dos laços: *Uybahy*, rio das flechas, de que por corruptélas se fez *Ibahy* ou *Ivahy*, são recordações dos instrumentos venatorios dos selvagens, ou lembram phenomenos com elles comparaveis.

118.—Os trabalhos agricolas eram rudimentares entre as tribus tupis por lhes faltar o uso do ferro.

O fogo era o seu principal agente no amanho da terra.

Escolhido o local para a lavoura, derrubavam-se-lhe as arvores de maior vulto, empregando-se para esse fim o machado de pedra *ji* ou *dji*, e lançava-se fogo em torno, escolhendo-se porém o lado do vento.

A' queimada, emquanto o fogo actua, davam o nome *cai* ou *caitara*, que quer dizer: o que se queima.

A derrubada ou limpa para roça denominava-se *cô* ou *cópichaba*; e a roça no acto de queimar-se *cô-y-uára*, de que se fez por corruptella *coivara*.

Aos paus retirados da queimada e dispostos em cerca ou trincheira em torno da roça ou da habitação davam o nome—*caiçara*, que muitas vezes apparece sob a forma contracta *caiçá* ou *caçá* nos nomes compostos.

Muitos destes vocabulos ou outros delles derivados passaram para o portuguez falado no Brazil.

Do verbo *côpyr*, tractar da roça ou limpal-a, se fez em S. Paulo o verbo *carpir*, com identico significado, e assim tambem *carpição* por *copichaba*.

O nome caipira empregado em S. Paulo para designar o homem rustico ou roceiro vem do tupi *cai-pira*, isto é, do verbo *cai*, queimar, e da particula apassivadora *pira*, significando—*queimada*, que é como se dissesse—o homem das queimadas, ou que tracta de queimadas.

A' roça extincta dava-se o nome de *cô-coéra* e tambem *côpoera*, de que procede o vocabulo *capueira*, com o significado

que vulgarmete se lhe dá de roça abandonada e invadida pelo matto, visto que o mesmo vocabulo tambem procede de *caá-poéra*, matto extincto, ou que já uma vez foi cortado.

Muitas são as localidades no Brazil cujas denominações recordam os trabalhos agricolas dos selvagens ou mesmo dos Europeus nos primeiros annos da colonisação.

Ha nas vizinhanças de S. Vicente uma localidade com o exquisito nome de *Cuçú*, cuja procedencia vem de certo desde aquelles remotos tempos, quando a ilha contava varios engenhos de assucar e possuia extensos cannaviaes de que Hans Staden nos dá noticia em 1548.

O nome *Cuçú* é composto de *Cô-uçú*, e se traduz:—*roça-grande*, e tambem *limpo-grande*, empregando-se com este significado para designar *campo*, ou *terreno limpo*.

No Rio Grande do Sul ha o rio *Cahy*, cuja traducção se pode fazer de dois modos: *Caa-hy*, rio da matta: ou *Cai-hy*, rio das queimadas.

O nome *Cassaquéra* com que se designa um ribeiro no municipio de S. Bernardo, é o mesmo que *caçá-coéra* e significa *cerca velha ou extincta*,

Assim tambem o nome *Caçapava* que, aliás, comporta duas interpretações: *Caçá-paba*, fim de cerca, ou ponta de cerca; e *Caá-çapaba*, clareira ou aberta na matta.

Cultivavam os tupis o milho, de preferencia, ao qual se póde, na verdade, dar o nome de trigo americano, porque era a base da alimentação do selvagem.

O *abati*, que é como entre o gentio se denominava o milho, amadurecia no mez de novembro, época, diz Hans Staden, em que se devem temer os assaltos dos selvagens, porque, diz o mesmo auctor citado,—quando voltam de uma guerra querem ter os *abatis* para fabricarem a bebida.

Além do milho, plantavam tambem a *mandioka*, o *aipi*, a batata, (*jatyuca*), o *cará*, varias especies de abobora (*geremu*) a banana (*pacoba*) o *mandobi* que dizemos amendoim.

Os nomes de logares como *Mandiotuba*, mandiocal; *Comandatuba*, feijoal; *Mangaratyba*, mangarazal e outros como *Camaratyba*, *Acajutyba*, *Amaniutyba*, *Pacótyba*, *Norantyba*, *Cannatyba*, *Natuba*, exprimem culturas de outr'ora, ou abundancia de camarás, cajú, algodão, banana, laranjas, canna e ananaz.

A canna e a laranja não eram indigenas da America, mas desde logo, nos primeiros annos do descobrimento, foram introduzidas e cultivadas.

Em 1518, quando Fernão de Magalhães aportou ao Rio de Janeiro, por occasião da sua memoravel primeira viagem de

circumnavegação do globo, já encontrou cultivada pelos tupinambás a canna de assucar, de certo introduzida no paiz por alguns dos muitos navios que já por esse tempo frequentavam o Brasil e traficavam livremente com o gentio. Nos grandes rios da bacia do Paraná e do Prata, onde tão larga foi a acção dos jesuitas, um dos phenomenos que mais impressionam o viajante são os bosques de laranjeira selvagem, de fructos amargos, cujas sementes as aguas se encarregam de distribuir e propagar.

119—Os alimentos (*tembiu* ou *temiu*) eram simples mas variados. Não era usado o sal como condimento, mas assando a carne, o peixe ou qualquer fructo ou raiz, mostravam apreciar a cinza como um succedaneo. Nenhuma caça ou peixe comiam crú.

Descendo o rio Paranapanema, em 1886, encontrei, sobre um lagedo á margem do rio, abundantes cascas de laranja assada, despojos de uma refeição, apenas terminada, de uma familia selvagem, que assim usava do fogo para tornar mais toleravel o sabor amargo daquelles bellissimos fructos amarellos.

Da mandioca, faziam varias especies de farinha *uy*. A' que era fina como a de trigo dava-se o nome *carimã;* á meio cosida—*uy-tinga;* á bem cosida—*uy-atã*, que era a farinha de guerra; á feita de mandioca cortada em roletes e secca ao sol, pisada depois ao pilão—*typyrati* e á que era feita com mandioca posta de molho por alguns dias—*uy-puba*, denominando-se *mandió-puba* á mandioca assim tractada.

A's cascas ou raspas imprestaveis da mandioca dava-se o nome de *corêra* de que por corruptéla se fez a palavra *crueira*, á feição portugueza.

Moida a mandioca, expremiam-na num cesto tubular elastico feito de folhas de palmeira a que chamavam *typity* e que alguns erroneamente dizem *tapity*.

Ao succo expremido e assentado davam o nome de *typioca* de que por corruptéla se fez *tapioca* geralmente entre nós usado.

Tambem do peixe faziam farinha como um dos mais seguros meios de o mais bem conservar, e lhe davam o nome de *pirá-cuy*. Entre os Tupinambás e Tamoyos, o peixe preferido para farinha era a tainha a que chamavam *piraty* e que por corruptéla entre os portuguezes se passou a dizer *paraty*, *baraty* e até *barty*. No Amazonas prefere-se ainda hoje o *pirarucú*, peixe vermelho.

Da mandioca faziam bolos a que denominavam *mbeyú*, donde vem o nome *beijú*, vulgar no Brasil, significando *enroscado*,

enrolado; faziam o *mingau* e varias bebidas fermentadas conhecidas por *cayçuma* e *tykyra*.

Com o milho preparavam a *cangica* (*acan-jic*), grão cozido; a farinha, *abati-uy*; a *pamuna* ou *pamonha*; a *popoka*, de que procede o nome *pipoca*, e quer dizer *arrebentado* ou *estalado*; e tambem uma bebida fermentada—*abati-y*.

Assavam a carne ou o peixe sobre brazas ou então sobre um gradeado de madeira, operação a que se dava o nome de *mokaen*, de que procedem o nosso vocabulo *moquem* e o verbo *moquear*.

Ao assado envolvido em folhas como faziam com o peixe chamavam *pokeka*, de que se fez por corruptéla *moqueca* e significa *embrulho*.

A' carne ou peixe pilado e misturado com farinha davam o nome *paçoka* (*pó-çoka*) que quer dizer *pilado á mão* ou *esmigalhado á mão*.

O *cauim* era o seu vinho mais estimado e feito do succo do cajú, donde lhe vem o nome *acayú-y*. Alargando, porém, o sentido do vocabulo, applicaram-no tambem para bebida fermentada feita de milho mastigado.

120.—No interior de uma cabana selvagem os utensis mais communs eram: a rêde para dormir *ini* atada por cordas, (*inichama*) a dois fortes esteios, *okytá*.

A um lado via-se a lareira (*tatá-rendaba*) e sobre ella o *mokaen*, e mais alto, pendente da parade, a *urupema*, peneira ou cesto raso; o *urú*, cesto pequeno com tampa; o fuso (*y-yma*). Viam-se tambem a um canto mais abrigado a talha cheia d'agua (*ygaçaba*), o pote de bocca pequena, *camuty* ou *camucim*; ao passo que os alguidares, (*nhaen*) e panellas *nhaempepô*) alinhavam-se mais perto do fogo. Fóra da cabana, dependurado a uma ponta de caibro via-se o *typity* e encostado á parede, mas deitado por terra, o pilão (*induá*).

Muitos são os nomes de localidades no brazil recordando os utensis e objectos de uso domestico entre os selvagens. *Moquem* em Goyaz; *Camucim*, no Ceará, *Itánhaen*, alguidar de pedra ou tacho, em S. Paulo; são exemplos assás notorios.

121.—Entre os objectos ornamentaes e servindo nas solemnidades e danças (*poracê*), distingue-se o *acangatara*, feito de bellissimas plumas de garças, do camindé e das araras, servindo para ornar a cabeça; a *açoyaba*, especie de manto tecido tambem de pennas, descendo dos hombros até os rins; a *cra-açoyaba* especie de cocar ou chapéo; o *yampenambi* que se applicava ás orelhas.

Muitas vezes pintavam o proprio corpo com as cores vivas

do *urucú* e do *genipapo* para se mostrarem bizarros; unctavam-se de oleo ou resina e cobriam-se de pennas de varias côres picadas bem miudo; furavam o beiço inferior *(tembé)*, e engastavam-lhe pedra de côr esverdeada ou branca mui polida, a que chamavam *tembetá*, isto é, *tembé-itá*, pedra de beiço, por outros tambem designado *itametara*, botoque de pedra.

O uso de taes ornatos engastados no beiço, nas orelhas e até nas faces chegou a tal extremo que os primeiros viajantes asseguram terem visto individuos com sete dessas pedras metidas nas carnes do rosto.

Havia botoques (*metara*) de todo genero e de varias formas, uns de osso polido, outros de dentes de animaes, outros de resina amarella e translucida como o ambar, e ainda outros de madeira leve como a da barriguda ou paineira.

Os *Guaycurús* trouxeram-no de ouro.

Os *Aymorés*, os *Botocudos* faziam-no de madeira, dando-lhe forma circular e attingindo ás vezes um grande diametro.

Outros selvagens atravessavam pennas no nariz e outros ainda introduziam-nas nas faces.

Além destes barbaros ornamentos, traziam ao pescoço o *jacy*, lua ou semi-circulo de osso alvissimo, e ás vezes um grande colar de conchas a que denominavam *ajucará*.

Encontram-se na geographia do paiz muitos nomes recordando esses objectos ornamentaes do selvagem e suas festas. *Baracéa* por *Poracé*, reunião para festa, dança ou folguedo, nome que se encontra citado em velhos documentos dos archivos de S. Paulo; *Aaraçoyaba*, morro isolado nas vizinhanças do Ypanema; *Arassoahy* ou melhor *Araçoyá-hy*, rio ou localidade em Minas Geraes; *Jacygoá*, valle da lua ou globo da lua; *Tametary* por *Itametar-y* rio do botoque de pedra.

122.—Eram grosseiros e poucos sonoros os instrumentos musicaes do selvagem. Tinham como primeiro e mais excellente o *maracá*, chocalho feito de um cabaço em que se introduziam sementes ou pequenos seixos, e se ornava com esmero porque era em algumas tribus considerado como sagrado; o *memby* ou gaita; o *boré*, a *inubia*, trombeta de guerra ou buzina, o *guarará* ou tambor.

Varias localidades entre nós trazem nomes destes instrumentos musicos dos selvagens.

A cidade de *Maracás*, no interior da Bahia, e os montes *Guararapes*, famosos pelas victorias ahi alcançadas sobre os hollandezes no seculo XVII, são recordações que persistem daquelles primitivos tempos.

O nome historico de *Guararapes* é, porêm, simples corruptela de *Guarará-pe* e se traduz—*nos tambores*—.

Recordará por ventura esse nome tupi o ruido das caixas de guerra num sitio onde tantas vezes ellas resoaram á frente das cohortes combatentes, ou lembram tão sómente uma feição topographica em que o relevo dos montes traz á idéa os toscos instrumentos do selvagem de outr'ora?

Não conheço a topographia do logar, mas opino pela primeira hypothese, aliás, naturalissima num paiz assolado pela guerra, e onde as populações se tinham familiarisado com os episodios e circumstancias minimas de uma lucta por longo tempo protrahida.

123.—Depois da vinda dos europeus e do commercio com estes, começou o gentio a receber os instrumentos de ferro que tanto cubiçavam e que constituiam o artigo mais importante de todo o trafico com os selvagens nos primeiros annos da conquista. O machado *(itajy)*, a faca *(itakicê)*, a foice *(kicêapara)*, a enxada *(itacyra)*, a tesoura *(pyranha)*, a serra *(kytyçaba)*, eram artigos regulamentados e quasi os unicos objectos de ferro que se consentia vender ao gentio.

Entretanto, e não obstante a prohibição formal das auctoridades, o selvagem foi adquirindo outros instrumentos como a espingarda ou fuzil *(mbocaba* ou *pocaba)*, a espada ou facão *(kicégui)*, a polvora *(mocá-cui)* e, segundo o testemunho de viajantes francezes, até artilharia *(mocaboçú)* possuia o famoso Cunhambebe, chefe dos tamoyos de Ubatuba.

Recebiam tambem os tecidos da Europa, a que denominavam *pana*, cujas peças não raro serviam de moéda para resgate de prisioneiros europeus.

Chamavam *pãnaçú* ao panno grosso, e *panapoî* ao panno fino. Os farrapos ou andrajos tinham o nome *panahyba*, donde é provavel que proceda por confusão de termo o vocabulo *pinhyba*, vulgarmente applicado como synonimo de penuria ou miseria.

Tinham em grande estima o espelho, a que chamavam *ocruá*, e faz lembrar o vocabulo francez *miroir*, suppondo-se por isso ter sido primeiro introduzido por francezes, que foram dos primeiros a traficar na costa do Brazil. Recebiam mais a aguardente *(ccuim-tatâ* ou *yahyba)* as contas ou missangas *(mboî* ou *poî)*, o guizo ou cascavel metalico *(aguaî)* denominado tambem *maracayuba* ou sob a fórma contracta *maracá-yú*.

Na geographia do paiz encontramos alguns desses nomes designando localidades: *Boim (mboî)* no Pará, *Maracajú*, serra da divisa entre Matto-Grosso e o Paraguay.

124.—Em torno da cabana selvagem, e invadindo-a mesmo com a maxima familiaridade, desenvolvia-se todo um mundo de animaes domesticados, a que chamavam *mimbaba*. As aves de formosa plumagem como o *guará*, a *arara*, o *canindé*, o *tucano*; grande numero de perdizes *(anhamby* ou *inhambú)*, *urús* e patos *(ipéca)*; animaes como o *macaco*, o *quati*, a *irara*, o veado, o gato *(pichana)* e até cobras mansas se encontravam no mais intimo convivio.

Com o commercio europeu recebeu o gentio a gallinha *(uruguaçú* ou *çapucaia)* a que presavam em extremo, vendendo aos extrangeiros os ovos dellas *(çopiá)* em grande cópia, assim como presavam os cães, a que chamavam *(jaguamimbaba)* que quer dizer—onça de creação. Nos pampas do sul o cavallo *(cabarú)* introduzidos pelos hespanhóes, desenvolveu-se rapidamente e tornou-se selvagem. Os Guaycurús caçavam-no e desde logo se tornaram destrissimos cavalleiros.

O boi (*tapira-çobayguára*), considerado como uma anta extrangeira, a cabra (*çoóaçúmé*), a ovelha (*obechá*), o porco (*tanhaçúaia*), desenvolviam-se em torno das reducções ou aldêas, povoando de gado novo as campinas americanas.

125.—Tinham sua mythologia os povos da raça tupi, a despeito do que a principio disseram os chronistas e escriptores dos primeiros tempos que avançavam não ter o gentio nem *fé*, nem *lei*, nem *rei*, razão, diziam, porque na sua linguagem não ha as lettras *f*, *l*, *r*, iniciaes de taes palavras. Todavia era bastante singelo ou rudimentar o que possuia esse povo de idéa religiosa. Tinha uma vaga noção do Ente Supremo a que denominava *Tupã*, cuja voz se fazia ouvir por occasião das tempestades *Tupã-cynunga*, ou o trovão e cujo reflexo ou claridade se denominava *Tupã-beraba*, ou relampago. O genio bom residia em Tupá e o mais em *Anhanga* ou *Anhan*. Serviam a *Tupã*, diz Ives d'Evreux, os bons espiritos *Apyáuêué*, e a *Anhan* os maus genios conhecidos por *Uyáupiá*. *Geropary* ou *Jurupary* era para uns o genio mau, e para outros, segundo o mesmo Ives d'Evreux, um servo de *Tupã*.

Dos genios bons recebiam os beneficios, tinham felicidade na caça, victoria nas suas guerras, e colheita abundante nas suas roças, porque a chuva em tempo opportuno era trazida por elles, *Amana-yára*, manda-chuva. Os maus genios, ao contrario, habitavam o escuro da floresta ou os cemiterios, assaltavam os caçadores, desviando-os no labyrintho dos bosques, ludibriando-os, maltractando-os de mil maneiras. Por causa delles o sol se fazia abrazador e a chuva não cahia no tempo proprio.

Caapóra ou *caipóra*, genio anão de um pé só, ou de uma

banda só, que ás vezes apparece cavalgando um *taitetú*, na clareira da matta, trazia a desgraça ou insuccesso para quem o avistava.

Curupira presidia aos maus pensamentos e fazia pesadelos.

Sassy tinha a figura de uma ave pequena.

Os bons genios, ou os antepassados mandavam avisos ou se faziam ouvir por meio do canto melancolico da *Acauan*. Por onde se vê que o gentio admittia uma outra vida, a qual se passava num paiz distante para além das montanhas visiveis.

Chamavam *an* o sopro da vida, ou a alma emquanto habitava o corpo de um vivente, e *an-goéra*, a alma de outro mundo, denominada tambem *maraguigana*, se annunciava a morte por meio de uma assombração, *angoéraba*.

Nas aguas dos rios e lagos dominavam genios femininos, ou *Uyáras*, dama das aguas, ou mãe d'agua, cujo canto seduzia os pescadores para os perder, mytho identico ao das sereias dos marujos de todos os tempos.

Guardavam os tupis a lembrança de um bemfeitor e legislador desapparecido a que chamavam *Sumé*, que lhes ensinara a viver em bôa regra, como lhes ensinara a cultivar a mandioca, desapparecendo depois para o lado do mar em cujas praias deixára impresso nas rochas mais duras as plantas dos seus pés sagrados. No littoral da Bahia, caminho de Itapuan, o povo credulo procura ainda na baixa mar para mostrar aos viandantes, como a mim me mostraram, sobre duro granito as pegadas indeleveis do mysterioso bemfeitor dos selvagens.

Tinham a tradição do diluvio a seu modo.—Quando as aguas cresceram, diz a lenda, cobrindo a terra, todos os viventes pereceram. *Tamandaré*, porem, com sua familia subiu, para o olho de uma palmeira, cujos fructos o sustentaram por todo o tempo que durou a inundação, até que elle pôde descer para tornar a povoar a terra.

O nome *Tamandaré*—do personagem mythico do diluvio dos selvagens encontra-se ainda no paiz designando mais de uma localidade.

Não esqueceu tambem a geographia brasilica o nome de *Sumé*, o ente mysterioso, tão cedo desapparecido, com o qual o espirito eminentemente religioso daquelles tempos procurou identificar a pessôa de S. Thomé.

Nas costas do Maranhão, vizinho de Gurupy, um rio obscuro leva ao mar com o tributo das suas aguas o nome *Maracá-Sumé*, que quer dizer o *sino de Sumé*, recordação de quem por seus beneficios soube cavar fundo na alma simples do gentio.

Não poucas localidades no Brasil trazem nomes recordando os genios da mythologia selvagem.

O portuguez mesmo chegou a adoptar entre nós o vocabulo *caipóra*, como synonimo de desdita, e delle fez ainda *caiporismo*, que já conquistou fóros de cidade.

126.—Era grosseiro e quasi nenhum o culto do selvagem, de preferencia destinado a propiciar os maus espiritos. Ives d'Evreux relata ter visto ou conhecido idolos feitos de cêra e guardados mysteriosamente no escuro das florestas pelos *Pagés* ou feiticeiros. Hans Staden fala de uma cabana mysteriosa onde se guardavam entre os tupinambás os maracás sagrados.

Os *Pagés*, *Payés*, *Piagas* ou *Carahybas* eram santões, adivinhos, medicos, sabios e conselheiros da tribu, cujas tradições guardavam,

Tinham grande poder suggestivo e sabiam os meios seguros de bem impressionar. Curavam soprando, chupando, friccionando com oleo a parte doente, defumando-a com plantas aromaticas. Conheciam os effeitos de certas plantas, formando uma therapeutica, cujo segredo, manhosamente guardavam, mas que os colonos europeus depois conheceram.

Tinham em grande veneração a memoria dos antepassados (*tamunhoéra*) e os mortos (*teonboéra*) eram sepultados com um ceremonial como se partissem para uma longa viagem.

A' sepultura (*tibycoára*) desciam o cadaver envolvido na sua rede, com as suas plumas e cocares, o seu arco e suas flechas e tambem as provisões para o caminho da outra vida que suppunha ser para alem das montanhas azues, longiquas.

Não raro, introduziam o corpo dobrado e acocorado em umas urnas de barro ou potes (*igaçaba*) que iam enterrar nos logares mais escusos da floresta, ou nas cavernas quasi inacessiveis para que quedassem isentas da profanação dos estranhos.

Muitos logares no Brasil trazem nomes que recordam as crenças dos selvagens e a sua grande veneração pelos mortos: *Pageú* (*Pagé-y*), rio do feiticeiro; *Carahyba*, o Santo; *Maracá*, o chocalho sagrado; *Tibicoary*, o rio das sepulturas; *Igaçaba*, urna; *Igaçatyra*, morro dos potes ou das urnas, são denominações que lembram as crenças desapparecidas dos tupis.

127.—O governo entre os individuos da mesma tribu era o resultado do ascendente assumido pelo mais valente, o mais forte, o mais respeitavel pelos seus antecedentes honrosos. Não havia hereditariedade no governo, e este só se tornava effectivo em tempo de guerra. O chefe, *morubichaba*, era um simples capitão dirigindo a lucta, conduzindo os seus á victoria.

A guerra, *marã* ou *morumbi*, a que se dava ainda o nome *maranã*, quando se tornava encarniçada, constituia quasi que a unica occupação dos varões ou guerreiros, *guarini* ou *maranhára*, que é como se denominavam os que estavam em edade de pegar em armas e defender a tribu.

Os nomes: *Morumbi*, guerra; *Maranguape*, no valle da batalha; *Morundu* ou *Marandú*, confusão, lucta; *Marãpé*, caminho de guerra; *Maram-mbaic*, palissada de guerra, lembram na geographia do paiz os episodios das luctas de outr'ora.

128.—Depois da conquista européa modificaram-se por muito as condições de vida entre os selvagens.

O commercio com os brancos trouxe-lhes necessidades novas.

O christianismo, prégado pelos missionarios, fez-lhes perder as suas praticas e costumes barbaros, e o catechumeno mais humilde na verdade, menos fero e varonil por sem duvida, porem mais humano em todo o caso, apparelhou-se para a obra da civilisação que devia começar por elle.

O padre tal prestigio então adquiriu entre o gentio que lhe ficou parecendo um ente sobrenatural, um homem differente de toda a gente—*abáré*.

Aos padres da Companhia de Jesus, a que particularmente prezavam, chamavam *Pay-abuna (Pay-oba-una)*, padre de vestes negras; aos franciscanos com o seu pesado burel que os fazia parecer com o gafanhoto—*Pay-tucura*; aos leigos que só tinham a apparencia de sacerdote *Payapina*.

Em torno do missionario crescia a população dos reduzidos ou já convertidos, erguendo-se com a egreja nova uma aldêa nova, *Tapeçaçú*. Chamavam-se então *Tupanarayra*, filhos de Deus, aos recem-baptisados e *cerayma* ou, *sem nome*, aos pagãos que ainda não haviam recebido um nome christão.

A arvore promissora da civilisação em terras da America, a cuja sombra esta nação hoje se abriga, aqui estava ainda em germen ou como uma tenra plantinha á mercê e protecção daquelles que prégavam a *bôa nova*.

Do devotamento delles pela raça do gentio é que se constituiu essa nação, consorcio de diversas raças aqui tornando possivel, cujo vasto territorio, nos campos como nas florestas, no valle como na montanha, no deserto como na cidade, attesta, por toda a porte, nas vozes tupis com que se designam, o esforço inolvidavel daquelles obreiros da palavra, cultores dessa lingua que elles salvaram do anniquilamento e que na geographia patria, ao menos, não perecerá jámais.

CAPITULO IV

DA INTERPRETAÇÃO DOS NOMES TUPIS COM EMPREGO NA GEOGRAPHIA E NA HISTORIA NACIONAL

129.—Nada mais ingrato nem mais exposto á controversia do que esse mister de interpretar palavras de uma lingua desapparecida ou que já não tem vida diante de outra que a supplantou e lhe absorveu parte do vocabulario, como é o caso do tupi para o portuguez fallado no Brazil.

E, todavia, foram sempre tentadoras as investigações deste genero, como se verifica do numero não pequeno dos cultores delle.

O estudo etymologico dos vocabulos para o fim de precisar-lhes o verdadeiro significado foi sempre campo de larguissimas proporções onde a imaginação não raro assume papel preponderante, e as hypotheses mais ousadas, como as explicações mais suggestivas, encontram guarida e se impõem ao senso commum, aureoleadas ainda por cima por esse prestigio que a erudição de ordinario lhes communica.

Nesse terreno das investigações linguisticas, o imaginario e o hypothetico, dando pasto amplo aos espiritos inventivos e imaginosos, aos que se sentem solicitados para as escavações difficeis, aos que se deixam seduzir pelos problemas de soluções transcedentes, deram já nascimento a um verdadeiro genero litterario.

Aqui como em tudo mais, ha sempre um lado chimerico que deslumbra e captiva, como muita vez succede aos mineiros que se obstinam nas profundezas da terra a buscar um veeiro cujos indicios não faltam nunca, mas de que jamais se patenteia a esquiva realidade.

Certo, neste mister de interpretar, muito ha do mineiro perseguindo a sua chimera.

Mas assim como no minerar, mesmo buscando o imaginario, nem tudo é em pura perda, pois que, nesse ingrato labutar, não

poucos segredos do solo se desvendam, assim nos estudos linguisticos nem tudo é vão e improficuo, uma vez que aberta fica a vereda por onde outros, quiçá mais felizes, ou mais bem apparelhados, podem attingir a realidade ou o verdadeiro.

E' mister, porém, reconhecer com justiça, que nesses tentamens de interpretar ou de restaurar vocabulos tupis etymologicamente, aos esforços expendidos têm quasi sempre correspondido resultados promissores.

No livro como nas revistas, na imprensa diaria como nas palestras litterarias é o assumpto de continuo debatido, não raro com largueza e proficiencia, logrando sempre geral acceitação, o que anima e estimula os investigadores.

Observa-se, porém, e não ha negal-o, nas investigações deste genero entre nós, certa falta de methodo, uma tal ou qual discrepancia na applicação dos processos logicos de investigar, que não pódem deixar de affectar, tornando incompletos, os resultados obtidos.

Basta isto para justificar o que passamos a expender no presente capitulo.

130.—O estudo etymologico dos nomes tupis com applicação na geographia ou na historia nacional é, a meu ver, um trabalho mais de investigação historica do que propriamente de lexicologia.

Sendo o tupi, como é, uma lingua agglutinante, com os elementos componentes quasi integraes, ou mui raramente contractos, a palavra, nesse idioma, com facilidade se analysa; e ainda quando mettida numa como que *encapsulação* em que os varios elementos se envolvem uns aos outros, as linhas de separação destes não desapparecem totalmente, e a desaggregação desses elementos habilita o interpretador a traduzir. O problema mais importante, o estudo mais sério, e a meu ver essencial, é o da *identificação historica* do vocabulo ou a restauração da sua graphia primitiva, tal como ella symbolicamente representou em outro tempo a palavra fallada.

E' mister, portanto, ler os documentos mais antigos, as chronicas, roteiros, relações de viagem, os mapqas geographicos que primeiro se publicaram e que possam encerrar o thema ou o vocabulo a interpretar e ahi surprehender-lhe a graphia antiga, de certo, a mais verdadeira, pois que é de suppor fosse a representação symbolica mais fiel dos sons recolhidos directamente do gentio ou dos seus immediatos descendentes, e, portanto, mais isenta dos effeitos provenientes do diuturno contacto com a lingua que ficou prevalescendo.

Conseguida a *restauração historica* do vocabulo, facil será ex-

plicar como elle se alterou ou como evoluiu até nós, porque invariaveis e positivas são as leis phylologicas que regem a especie.

Sem a restauração do vocabulo com a sua graphia primitiva, como um processo previo e essencial, difficil e quasi insoluvel, em certas casos, é o problema linguistico attinente aos nomes geographicos de procedencia tupi.

Firmado este ponto, é mister ainda considerar que o tupi, como todas as linguas barbaras, sem cabedal litterario ou com arte e vocabulario organizados por extranhos, é sujeito aos defeitos communissimos da homographia e da homophonia. Palavras, na verdade, differentes soaram e se escreveram por forma identica nos primeiros vocabularios.

Além disso, os dialectos numerosos entre as tribus selvagens não consentem palavras com formas fixas e definidas, entrando os vicios de pronunciação, as modalidades do falar como causas inevitaveis da variação dos vocabulos.

As difficuldades do interpretador salientam-se ainda si se considerar que o tupi, em contacto com outras linguas americanas, como tantas houve no ambito do Brazil e nas suas fronteiras, não poucos vocabulos extranhos adquiriu, como não poucos foram os que o portuguez por si mesmo assimilou do *quichua*, do *kariry* e dos que geralmente se designam pelo nome *Tapuya*. Dahi, a necessidade de quem interpreta de bem conhecer o tupi e os seus principaes dialectos, e de guardar a reserva mais cautelosa no decidir-se pela nacionalidade de um vocabulo duvidoso.

Este preceito é tanto mais de observar-se quanto é certo que não raro os interpretadores se deixam possuir de verdadeira obceção, querendo ver vocabulos tupis em quanta palavra espuria se lhes apresenta com estructura apparentemente brasilica.

O nome *Jurumenha*, por exemplo, que se encontra entre nós designando uma villa obscura do Piauhy, pode induzir em erro, pela sua estructura tupi, o interpretador que se não recordar de que é esse nome de procedencia lusitana, e lembra um povoado alemtejano sobre a margem direita do Guadiana.

Von Martius interpretou-a como tupi, decompondo-a em *Jerumú-meeng* e traduzindo—*dar aboboras*.

Assim é que José de Alencar, nas suas notas ao romance *Iracema*, interpretou como tupi a palavra *Mecejana*, derivando-a de *Mo-cejar-ana*, quando é sabido ser esse o nome de uma antiga villa portugueza nos campos de Beja, no Alemtejo.

Carlos von Martius interpretou como se fôra um nome tupi

a palavra *Quixeramobim* fazendo a derivar de *Qui-xere-amobinhê* phrase que assim traduziu—*Ah! meus tempos passados!...*, quando, aliás, é vocabulo tão *Tapuya* como o são *Quixadá*, *Quixelô* e *Quixará*, no valle do Jaguaribe, no Ceará.

Nas margens do S. Francisco, si se encontram nomes de localidades como *Cabrobó*, *Pambú*, *Centucé*, que se reconhecem logo como de uma lingua tapuya, outros ha, porém, que, pela sua estructura, parecem tupi, induzindo em erro o interpretador. O nome *Orocó*, por exemplo, que ali se encontra designando um monte elevado e bastante distincto no seu aspecto, póde ser interpretado como alteração de *Urucú*, como póde ser identificado com o vocabulo *Orkó*, que na lingua quichúa quer dizer *monte*. Assim tambem o nome *Orobó*, que, se não fôr tapuya como parece que o é, levaria o interpretador a consideral-o como corruptela, por dialeto, do nome *Urubú*.

Os nomes *Jequié*, *Sincorá e Cochó ou Góyó*, que em lingua tapuya significa *onça*, *fome* e *rio* pela sua estructura approximada do tupi, tambem podiam ser filiados a esta lingua.

O rio Belmonte, que dos sertões de Minas Geraes traz o nome *Jequitinhonha*, é outro notavel exemplo. Muito provavel é que esse nome *Jequitinhonha* proceda da lingua dos botucudos, derivando-se de *Jequiétinhong*, que quer dizer — *rugido da onça*; entretanto que no tupi póde muito bem ser identificado com a phrase *Jiky-ty-nhonhe*, que se póde traduzir *côfo na agua amarrado* ou *assentado*.

131.—A tendencia para *tupinisar-se* um vocabulo de lingua extranha não é todavia maior do que a de corromper o tupi, latinisando-o, ou ainda mais modelando-o á feição portugueza. O nome *Nhandui*, por exemplo, de um chefe de tribu selvagem da Parahyba, significando—*ema pequena*, ou figuradamente *habil corredor*, converte-se em *Jean Dory* na obra Roulox Baro, e latinisado em *Jandovius* na obra de Barlæus.

Do nome *Paracaurî*, que quer dizer—*papagainho*, depois alterado para *Percaauri* (1), com qua se designava nos antigos roteiros uma ponta de terra ao sul do Recife de Pernambuco, se fez mais tarde *Pero Cavarim*, como se lê em o Roteiro do Brazil de Gabriel Soares, e depois ainda alterado para *Pero Cabarigo*, como se fôra intenção dos povoadores de perpetuar naquella aliás obscura localidade o nome de algum personagem daquelles tempos.

Do nome *Sernambityba*, que quer dizer *deposito de outras*, das que se conhecem pelo nome de *sernambi* e que tambem vem

1. Roteiro de Pero Lopes, publicado por Varnhagen.

citado no dito Roteiro de Gabriel Soares, se fez primeiro *Simão de Tyba* e depois *João de Tyba*, com que se designa nos mappas modernos o rio que desagua no mar ao norte de Porto Seguro, duas leguas para além do rio de Santa Cruz (1).

132.—Do que deixamos exposto decorre que para bem interpretar nomes tupis, com emprego na geographia e na historia, se ha de adoptar como regra:

1.° Descobrir a graphia primitiva do vocabulo nos documentos mais antigos em que esse possa ter apparecido e, na falta desse elemento, procurar surprehender-lhe a pronuncia entre o povo rustico do interior, onde a corrupção dos vocabulos tupis é menos intensa e quasi que permaneceram intactas as tradições do falar.

Do nome *Guayanaz* ou *Goyanaz*, por exemplo, desde longos annos modelado á feição portugueza, só se encontra a graphia primitiva—Guayanã—nos escriptos de Anchieta (2), e só entre os *caipiras* se lhe conserva até agóra a pronuncia verdadeira.

O nome *Mantiqueira*, modelado já á portugueza, só em documentos antigos guarda a primitiva graphia—*Amantiquira*—que se traduz: *a chuva gotteja* ou *pinga*.

A palavra *Goytacaz*, em outro tempo *Guaitacá*, fórma contracta de *Goatacára*, só no Diccionario Portuguez-Brasiliano de 1795 encontro o termo primitivo com a significação do *Passeador* ou *andarilho*.

2.° Analysar o vocabulo restaurado e verificar se, no seu longo evoluir, as modificações experimentadas se fizeram segundo as regras philologicas que regem a especie, o que servirá de confirmação ao que se houver conseguido pelo processo historico. Assim, por exemplo, a palavra *bossoroca*, cuja procedencia é de *yby-çoroc*, significando *terra rasgada* ou *fendida*, uma vez analysada, se verifica como successivamente se lhe transformaram e cairam os sons que a compõem, segundo *a lei do menor esforço*.

De *yby-çoroc* se fez, pela defeituosa pronunciação do *y*, *ubuçoroc*, e, pela quéda da vogal muda inicial, *bu-çoroc*, donde, sem mais esforço, se chegou á forma actual *buçoroca*, que é a mais conforme com a etymologia, ou *bossoroca*, *vossoroca* como outros escrevem.

3.° Decompôr o vocabulo restaurado etymologicamente pelos seus elementos agglutinados, sempre faceis de destacar, collocando-o por esse modo em condições de ser traduzido. O nome

1. Ayres do Casal, Chorographia Brasilica, tomo 2., pag. 71.
2. Padre José de Anchieta.—Informação dos casamentos dos indios do Brazil.—Revist. Inst. Hist. Geog. Bras. Tomo 8., pag. 254.

Jacarépaguá, eminentemente descriptivo, quasi nenhuma corrupção experimentou, a não ser a quéda de uma vogal muda no meio do vocabulo, e, portanto, facil é decompol-o nos seus elementos agglutinados: *Jacaré-upá-goá*, traduzindo-se: *valle da lagôa dos jacarés*.

4.° Ter sempre em vista que as denominações tupis das localidades ou dos individuos, como todos os epithetos de procedencia barbara, são de uma realidade descriptiva admiravel, exprimem sempre as feições caracteristicas do objecto denominado como producto que são de impressões nitidas, reaes, vivas como soem experimentar os povos infantes, incultos, no maximo convivio com a natureza. Exprimem tambem meros accidentes em uma circumstancia qualquer, mas que deixaram viva recordação no animo do selvagem.

Assim é, por exemplo, que temos nomes propriamente descriptivos: *Butucabaru*, monte que serve de cavallo ás nuvens; *Parahy-tinga*, rio de agua branca; *Akirhy*, rio verde; *Ibitiroy* (*Ybytyr-roy*), serro frio; como temos nomes recordando uma circumstancia habital: *Jabacoára*, escondrijos de fujões; *Aracoára*, escondrijo ou paradeiro das araras; *Piratióca*, morada ou paradeiro das tainhas. Outros accusam uma producção caracteristica: *Pirituba*, juncal; *Caragoatátuba*, gravatásal; *Sepetiba* (Sapé-tyba), sapésal.

Outros dão o aspecto geral do relevo do solo como: *Nhûbaté*, campo alto; *Ybyapaba*, terra aparada ou aplainada, planalto; *Ybytyretê*, serra ou corda de montes. Outros ainda recordam simples episodios ou acontecimentos: *Maran-goá-pe*, no valle da batalha; *Abarémandoaba*, lembrança do padre; *Cabapoama*, vespas assanhadas; *Avanhandava* (Abánhandava) a carreira da gente, ou onde a gente corre.

Dahi resulta que ao interpretar-se um nome tupi, se elle por ventura se applica a uma localidade, é mister conhecer desta as feições caracteristicas, quer topographicas, quer indicadoras das suas producções mais abundantes, emfim conhecer-lhe a *caracteristica*, tanto a actual como a de outr'ora, que de certo deu origem á denominação que se investiga.

Os exemplos seguintes deixam bem patente o alcance dos preceitos que acabamos de expender.

Comecemos pelo nome *Bertioga*, do canal historico entre a ilha de Santo Amaro e a terra firme, que tão importante papel representou na incipiente colonisação da capitania de S. Vicente.

E' incontestavelmente o nome *Bertioga* um vocabulo tupi alterado pela dicção portugueza.

Os mais antigos escriptores e chronistas o attestam. Maga-

lhães de Gandavo no seu Tractado da Terra do Brasil (1576) escreveu *Britioga*. O padre Pero Rodrigues, contemporaneo de Gandavo, na sua biographia de Anchieta, ainda inedita, escreveu *Britioga*.

Simão de Vasconcellos, na Vida do Padre Joseph de Anchieta, escrevia ora *Beritioga*, ora *Biritioga*. João de Laet, que se apoiou nos escriptos de Hans Staden e de Fernam Cardim, escreveu *Britioca*. Entretanto, nas varias edições da obra de Staden se lê *Brikioka* ou *Brickioka*, graphia adoptada pelo auctor das Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente, o qual, aliás, assevera ter encontrado em velhos documentos o nome *Buriquioca*, applicado antes a um monte fronteiro á barra do canal do que ao proprio canal e significando *casa de macacos buriquis*.

Erronea, porém, me parece a interpretação do autor das Memorias, que, de certo, conhecia a obra de Staden, onde colheu o nome *Brikioka* como colheu *Iwawassupe*, por elle transformados, no cadinho da interpretação, em *Buriquioca* e *Enguaguaçú*.

Que o nome *Brikioka*, como se lê em Hans Staden, é um erro de cópia ou de composição dos editores da obra do mallogrado aventureiro, se verifica da graphia seguida por João Laet, que, ou teve bases para rejeitar ou corrigir esse erro, ou colheu o vocabulo de algum exemplar mais correcto.

Seja como fôr, porém, o facto é que em nenhum roteiro, chronica ou historia de fonte portugueza se encontra jamais *Briquioca*, mas sim *Britioca*, *Bartioga*, *Bertioga*, etc. Essa é, portanto, a graphia primitiva e mais proxima da verdadeira, como passamos a demonstrar.

As varias graphias: *Britioca*, *Beritioga*, *Piritioga*, *Bartioga* e *Bertioga* encerram todas um mesmo thema alterado de diversas fórmas, e uma mesma desinencia commum, representados no vocabulo *Parati-oca*, que quer dizer — *refugio* ou *paradeiro das tainhas*.

Do thema—*Pirati*—facil é explicar-se como podiam ter vindo —*Piriti*, e as fórmas, *Briti*, *Beriti*, *Barti* e *Berti* pelo abrandamento da consoante inicial e pelo quéda ou troca das vozes breves ou mudas.

No mesmo Hans Staden se lê o nome *Bratti* somo applicado pelo gentio ao pescado que os portuguezes chamam—*Tainha*. Portanto, *Bratioca* ou *Bertioga* têm a mesma traducção, porque constituidos dos mesmos elementos agglutinados: *Brati* ou *Berti*, tainha; *oca* ou *oga*, casa, refugio, paradeiro.

A caracteristica do local outr'ora, como hoje, confirma a interpretação. O canal da Bertioga foi sempre muito piscoso, e as

tainhas ahi se encontravam em grandes cardumes. Hans Staden refere que esse peixe costuma em certa época do anno deixar o mar e procurar os canaes ou esteiros para a desóva em sitio mais repousado. Por esse motivo as pescarias eram importantes na Bertioga, cuja posse os selvagens disputavam e os colonos portuguezes comprehenderam desde logo a neccessidade de defender.

O capitão Burton, que visitou essa região, theatro das proezas e desditas de Staden, verificou em 1865 a abundancia desse peixe não só nas visinhanças da Bertioga como em toda a costa paro além de Ubatuba e *Paraty*, cidade esta cuja denominação procede exactamente de ser esse pescado abundantissimo nas suas aguas.

Como se vê, a interpretação do vocabulo, apoiando-se nas investigações historicas que lhe restituiram a graphia primitiva e verdadeira e tornaram possivel a traducção pela analyse dos elementos agglutinados, se confirma inteiramente pela *caracteristica* local.

Citemos outro exemplo.

O nome *Itaquaquicétuba*, com que desde época remota se designou uma missão ou aldeia de gentio, assentada á margem esquerda do Tieté, no antigo caminho do Rio de Janeiro, não tem como ser interpretado se se lhe mantiver a graphia actual.

Entretanto, recorrendo-se a velhos documentos e escriptos do seculo passado, vamos encontrar o nome da antiga aldeia guayanã escripto—*Taquaquicétuba*,—como se lê em Antonil na sua *Cultura* e *Opulencia do Brasil*, obra do primeiro quartel do seculo XVIII, e *Taquaquicétyba* na relação geral que d. frei Manoel da Resurreição, 3.° bispo que foi da diocese de S. Paulo, apresentou a d. Maria 1.ª, ao findar o mesmo seculo.

Taquaquicétyba é, pois, a graphia historica verdadeira, e ainda confirmada pela dicção vulgar da localidade. Separando-se então os seus elementos agglutinados, temos: *Taquaquicé-tyba* de que a primeira parte ou thema designa uma variedade de *taquara* que o caipira ora denomina *taóquicé*, ora de *tauóquicé* e era abundante no iogar; e a segunda parte, o suffixo *tyba*, exprimindo essa abundancia.

Eis porque se deverá traduzir—*Taquaquicé-tuba* ou como hoje se escreve *Itaquaquicetuba*, por *taquaral da especie taquaquicé*.

Referem os chronistas e viajantes antigos que o gentio denominava—*Anhemby*— ao rio que banha esta capital e traz hoje o nome *Tieté*. De facto, examinando-se velhos documentos, se verifica que aquelle nome não só era o que commumente se

dava ao rio historico que foi em outro tempo a verêda dos *bandeirantes* e conquistadores de sertões, como que a graphia do vocabulo, com pequenas variantes, se conservou quasi intacta. No mappa dos jesuitas de 1636 lê-se—*Anyembi*—e nos outros mappas da mesma procedencia, de 1722 e 1732—*Anembi*.

No mappa de d'Anville, publicado em 1734, conserva-se a graphia dos jesuitas — *Aniembi* ou *Anhembi*, mas já na edição de 1748 se lê—*Anhambi* ou Tieté.

No celebre mappa das Côrtes, de 1749, lê-se *Anhambú* ou Tieté, mas no mappa hespanhol de 1760 volta-se á graphia—*Anhembi*, escrevendo-se *Anembi* na edição de 1768.

No mappa geographico de Silveira Peixoto, de 1768, o primeiro em que vêm figurado os rios entre o Tieté e o Paranapanema com os nomes—*Anembi-miri* e *Pirocaba*, lê-se *Anembi-guaçú*.

No de Olmedilla, de 1775, o vocabulo conserva a primitiva graphia dos jesuitas—*Anhemby*, ao passo que no de d. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão se escreve—*Niembi*.

Glimmer, no seu roteiro de 1602, escreveu *Anhembi* e João de Laet—*Iniambi*.

A graphia, portanto, mais antiga e mais corrente é pois *Anhembi*, que se deve adoptar como a mais correcta, e podendo-se identificar com a palavra *Inhamby*, ás vezes pronunciada *Inhymbú*, com a qual se designa a perdiz, ave gallinacea outr'ora abundante nos campos de Piratininga ou de cima da Serra.

Portanto, a denominação antiga, dada pelos primeiros colonos portuguezes, de *Rio Grande de Anhemby* se póde traduzir—*Rio Grande das Perdizes*.

Insistirei ainda no exame interpretativo de outros nomes tupis com emprego na nossa historia e geographia.

Estudemos o nome *Nitheroy* que como *Guanabara*, já alterado pela edição vulgar, designou a formosissima bahia do Rio de Janeiro.

Britto Freire que parece foi o primeiro a divulgal-o não lhe deu traducção. Antes delle, porém, Simão de Vasconcellos na sua *Vida do Padre Joseph de Anchieta*, refere que o gentio denominava aquella bahia *Nitherô*, e Hans Staden, entre os portos do Brasil que diz visitados por navios francezes ao tempo das suas aventuras e captiveiro entre os Tamoyos (1548), cita o de *Iteronne*. O conego Januario da Cunha Barbosa (1) dá-nos para traducção desse vocabulo tupi—*mar escondido*. De facto, examinando-se-lhe os elementos componentes, se verifica que o

1 Revista do Instituto Hist. Tomo IV—Suppl. p. 8.

nome tupi se pode identificar com a palavra *Nhê-terô-y*, que assim se explica: *Nhê* ou *anhê* se encontra no diccionario de Montoya com a significação de *abrigar*, *proteger*;—*terô*, segundo o mesmo auctor, se traduz *coisa torta*, *encurvada*, *fazendo seio*: *y* exprime *agua*, no sentido geral.

A traducção do nome *Nitheroy*, é, pois, *seio de agua abrigado*, em outros termos—*bahia segura*. Entretanto, mais correta que *Nheteroy* seria do tupi a graphia *I-nhy-terô*, que litteralmente se traduzia—*agua abrigada em seio* e estaria mais conforme com as graphias de Staden e de Simão de Vasconcellos, fazendo além disso desapparecer o diphtongo final, difficil de explicar-se com a vogal guttural—*y*.

Não menos interessante para a historia nacional é a interpretação do nome *Cyanara*, que se tornou classico nas investigações deste genero. O senador Candido Mendes fez dessa palavra um estudo consciencioso e erudicto como quasi todas as suas investigações attinentes á nossa historia; não logrou todavia explical-a completamente, mas fez avançar a questão até o ponto de poder-se admittir que o nome *Cananéa* não procede do calendario e nem relação alguma tem com a figura biblica da mulher de Sarepta (1).

De facto, recorrendo-se aos mais antigos viajantes e historiadores, se verifica que o nome *Cananéa* não é senão uma palavra tupi lusitanisada por simples homophonia.

Na narrativa de Hans Staden da primeira metade do seculo XVI, se encontra essa palavra com a graphia *Caninee* (2) e na «Historia do Brasil» de frei Vicente do Salvador (1627) *Canené*, palavras que se equivalem e se identificam com o nome *Canindé* de uma especie de arara provavelmente abundante na localidade em cujas vizinhanças outro povoado e canal com o nome de *Ararapira* lembra ainda a frequencia dessa ave nos sitios que foram outr'ora considerados como limites entre Carijós e Tupinikins.

A corrupção da palavra tupi fez-se porém tão breve e tão profundamente que de *Canindé* ou *Caniné* se alterou para *Cananéa* e ainda para *Cananor*, como se lê na carta de Ruych, de 1508 e no mappa da America da edição de Ptolomeu de 1513.

133—Não terminaremos esse capitulo sem dizer algumas palavras a respeito das difficuldades da interpretação provenientes da homographia ou homophonia.

---

1 Candido Mendes.—Notas para a Historia Patria.—*Revista do Instituto Historico e Geographico*—Tomo 40, p. 206.

2 O volume da obra de Hans Staden que consultamos é um exemplar rarissimo da 1.ª edição, propriedade do dr. Eduardo Prado.

Uma palavra tupi, como soe acontecer em todas as linguas no periodo da agglutinação, é quasi sempre um vocabulo composto.

Dahi vem que os elementos que se agglutinam numa mesma palavra, contrahindo-se algumas vezes ao entrarem na formação do vocabulo novo, perdem de precisão e individualidade, e de differentes que eram quando isolados, passam a dar resultados homophonos ou homographos. Para exemplificar temos o nome *Guayanã* que se póde decompôr e traduzir de tres modos diversos: *Guayanã* que se traduz: *o que é parente* ou *povo irmão; Guayá-nã* que se traduz carangueijo enorme, traducção tanto mais admissivel quando Gabriel Soares, descrevendo-nos os habitos deste gentio, refere que o mesmo «*vivia em covas pelo campo debaixo do chão*», a modo de carangueijo; *Guaya-nã* que ainda se póde verter por *manso devéras, bonanchão*, o que tambem se póde justificar pelo que do mesmo gentio conta o dito Gabriel Soares que nol-o pinta como... «nada malicioso nem refalsado, antes simples e bem acondicionado e facilimo de crêr em qualquer coisa...»

Com o nome *Itagu-hy* se repete o mesmo facto: *Itá-guá-hy*, rio do valle das pedras; *Itá-aguai*, guizo ou cascavel metallico; *Itáguá-hy* por *Taguá-hy*, como se lê em velhos documentos, e se traduz—*Rio do Taiá*.

Os exemplos na especie são innumeros.

134—Não poucos erros de interpretação são os que se originam da imperfeita decomposição do vocabulo e do exaggerado poder attribuido á força corruptora do idioma.

Carlos von Martius era inquestionavelmente um dos raros homens de sciencia que bem conheciam o tupi. Os seus trabalhos na especie são com justiça considerados um thesouro na linguistica americana.

Martius, entretanto, não era um interpretador seguro. Querendo, por exemplo, traduzir o nome *Guaratinguetá*, o illustre sabio chegou a identifical-o com a phrase *coaracy-tin-goatá*, confiado em que a corruptela a teria modelado ou transformado de tal modo que veiu a constituir o vocabulo discutido, justificando tal identificação com dizer—que é logar *onde o sol chega e volta*, ou muda de curso, por estar a localidade que traz esse nome perto do tropico do Capricornio, como se os tupis soubessem astronomia.

Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, nas suas *Etymologias Brasilicas*, não vae tão longe nas suas explicações interpretativas, identifica *Guaratinguetá* com *Guaratinga-etê* e o traduz por—*guará muito branco*.

Freire Allemão traduziu *Araxá* por *bom tempo*, e Saint-

Hilaire, que de certo ignorava o tupi, refere haverem-lhe explicado esse nome, no interior de Minas, como uma phrase de portuguez cassange—*are cxá* por *ha de achar*, resposta costumeira de um velho africano aos que lhe pediam noticia de uma mina de ouro, lendaria naquellas paragens. A isto é que Baptista Caetano mui precisamente qualificou *esgarafunchar etymologia*, mister ingrato de que elle mesmo não escapou, como não escapamos nós outros, trazendo até aqui esta ardua tarefa.

135.—Não são, comtudo distituidos de valor nem de real interesse os estudos deste genero. Não poucas questões de historia por esse meio se aclararam e mais de um problema geographico por esse meio se solveu.

Tambem delle se pode utilisar o interesse da hora presente.

A administração publica, em difficuldades com a confusão oriunda do emprego dos mesmos nomes para mais de uma localidade dentro ou fóra de uma mesma circumscripção territorial, recorre ao vocabulario indigena como o mais seguro meio de as mais bem distinguir ou assignalar, voltando-se muita vez ás denominações de outr'ora como um recurso ás necessidades de hoje.

Demais, sempre é mais digno de nós, empregando uma linguagem extranha para designar os logares do nosso nascimento e da nossa habitação, entender-lhe o sentido verdadeiro ou o real significado.

Só assim será menos barbara, se me permittem a expressão, a geographia do nosso paiz.

Humboldt, viajando pelas aguas do Orinoco, refere-nos, como uma lenda pungente, a historia de um papagaio sobrevivente á extincção de toda uma tribu selvagem a quem essa ave pertencera.

Ficára elle só, o papagaio, unico naquellas paragens a repetir as vozes barbaras da lingua dos Aturés, desapparecida, havia tempo com o ultimo representante da tribu dizimada pela peste.

Pouzada sobre as ruinas da aldêa extincta, solitaria e triste, a ave fiel cortava o silencio daquellas solidões, monologando um idyllio talvez, naquella linguagem que ninguem mais comprehendia; era um phantasma deante do qual, celeres nas suas canôas, passavam aterrorisados os novos dominadores da terra dos Aturés.

Não nos succeda o mesmo com as denominações antigas que o gentio brazileiro nos legou e que a nossa geographia patria não falle jámais essa linguagem incomprehendida da ave fiel, mas testemunha sinistra de uma raça que desappareceu.

Lingua indigena

O NOME—CEARÁ

(RESPOSTA AO SR. CUNHA MENDES)

—

Bem diversas, na verdade, como nol-o demonstrou o sr. Cunha Mendes, são as opiniões quanto á origem do nome *Ceará*.

Não satisfazem, com effeito, as interpretações que se lhe têm dado.

Alencar, seguindo a Casal, explica que *Ceará* deriva-se de *cemo-ará* e o traduz—*Canto da jandaia*.

O senador Pompêo é da opinião que Ceará originá-se tambem de *cemo-ará*, mas traduz o vocabulo differentemente, isto é, *rio nasce da serra*, alludindo ao rio que desce da serra de Baturitê e desemboca juncto á Villa Velha, onde se lançaram os primeiros fundamentos da cidade da Fortaleza.

O conego Pennafort faz derivar *Ceará* do sanskrito *ceia*—muito, e de *ara*—serra, e traduz essa palavra hydrida por *grupo de serras*.

O sr. Antonio Bezerra de Menezes opina pela identificação de *Ceará* com *Sahara*, alludindo ao grande deserto africano, com o qual, diz elle, os primeiros exploradores teriam achado assemelharem-se as terras do Ceará.

Litterariamente fallando, é a interpretação de Alencar a mais poetica e a mais consoante com o sentir de quem tão bellamente nos descreve a sua terra natal como um paiz de primores onde canta a jandaia nos galhos da carnahuba.

Tudo isso, porém, parece lenda que a analyse philologica não confirma.

Difficilmente se coaduna *Cemo-ará* com os preceitos glottologicos que regem a evolução dos vocabulos e explicariam a transformação em *Ceará*.

De mais, o radical *Cemo—cem* não significa *canto* ou *cantar*, mas *saida*, *sair*, *saindo*. Cemo-ará, ou *cem-ará* se traduziria então: *sae papagaio*, ou *papagaio de sahida*, *papagaio saindo*, mas, neste caso, a phrase tupi se construiria melhor, graphando-se *ará-cema* como se diz *pirá-cema*, saida do peixe, ou cardume, e então *ará-cema* seria a *saida dos papagaios*, ou *bando de papagaios*.

Assim, pois, obedecendo á construcção da phrase tupi—*Cemo-ará* ou *Cè-ará* se traduzirá — *papagaio de saida*, ou mais livremente—*papagaio de bando*.

Já algures adoptei a interpretação de Alencar, modificando-a para—*canta o papagaio*. Mas, sou dos que pensam que a interpretação, ainda mesmo modificada, não satisfaz completamente.

O verbo *cê* ou *cem* que quer dizer *sair*, *brotar*, *apparecer* não se deve confundir com o verbo *çacê* ou *çacem* que significa *clamar*, *gritar*, e que por extensão de sentido se poderia traduzir por *falar ou cantar*. Mas como explicar senão por muita violencia dos preceitos que regem a especie a transformação de *Cacêará* em *Ceará?*

Estudemos a questão por outra face, isto é, tomemol-a *ab ovo*, vejamos qual a graphia primeira do vocabulo, como nol-a transmittiram os primeiros chronistas e historiadores.

O nome *Ceará* ou antes *Ciará* apparece na historia pelo começo do seculo XVII, quando o capitão-mór Pero Coelho de Souza foi pelo littoral a descobrir a serra de Ibiapaba. Frei Vicente do Salvador, que, na sua Historia do Brasil escripta em 1627, relata por miudo os successos dessa expedição de 1603, grapha o nome, ora *Ciará*, *Syará* ora *Ceará*.

Gabriel Soares no seu Roteiro do Brasil de 1587, descrevendo minuciosamente a costa, não faz referencia alguma desse nome, decerto, applicado a um accidente geographico insignificante para os intuitos ou fins de um roteiro maritimo.

Ao que nos consta, é a obra de Frei Vicente, o documento historico mais antigo em que vem o nome *Ciará*. Marcgrave e Barlœus, escriptores hollandezes do seculo XVII escreveram *Ciará* graphia que quasi todos seguiram até o começo do seculo XIX como se vê da notabilissima Chorographia Brasilica do padre Ayres do Casal.

Pela tradição historica, é, pois, a graphia *Ciará* a mais authentica.

Ora, *Ciará* se decompõe em duas partes: *Ci-ará*, cujo radical *Ci* tem varias traducções—mãe, origem, fonte, manancial,

rio—, e a terminação *ará* é a denominação commum dos Psittacus grandes, dos papagaios e araras. Portanto, *Ci-ará* guardando a estructura da phrase tupi, se traduziria: papagaio da fonte ou do rio, emquanto que *ará-y*, ou *ará-gy*, e ainda *ará-ci* se traduzirá: rio ou fonte dos papagaios.

Mas, a interpretação verdadeira parece-me ser outra.

Pelo nome *Cii*, como se vê em Montoya, no seu vocabulario da lingua tupi, se designava uma casta de papagaios, aves que deviam abundar no paiz que, por essa mesma razão, foi nos primeiros annos do descobrimento conhecido por *Terra dos Papagaios*.

O nome *Cii-ará*, *Ci-ará* ou *Cyará* não designa senão essa casta de papagaios como muito bem opinou monsenhor Pizarro sem todavia saber explical-o.

Assim a terminação *ará* não tem ahi outro valor que não o de confirmar o significado do radical *Cii* ou *Ci*, evitando deste modo uma confusão muito natural na traducção do radical como naquella denominação se contém.

Ciará e não *Ceará* significa ou designa simplesmente uma casta de papagaios e não—*canto da jandaia* como poéticamente se entendeu.

S. Paulo, 29—5—1901.

THEODORO SAMPAIO.

2 DE SETEMBRO DE 1901.

ILL.^mo SN^r. D^r. THEODORO SAMPAIO

S. PAULO

Cordiaes saudações.

E' intuito da «Revista do Instituto do Ceará» guardar, archivar tudo o que de importante se escreveu e se escreve dentro e fóra do paiz a respeito do Ceará, eis a razão porque no exemplar (anno 16, 3.° e 4.° trims) que tenho a honra de ora remetter-vos se encontram os artigos que vão das paginas 311 a 318. Uma satisfação ao nosso programma e ao mesmo tempo um preito a homens cujo saber e intelligencia aprecio e acato.

Consenti que troque com vosco algumas ideias no tom despretencioso e camaradesco de, ia dizendo de officiaes do mesmo officio quando lembrei-me que não passo de mero aprendiz. Li vossa resposta a Cunha Mendes e mais uma vez apreciei a extensão e variedade dos conhecimentos que possuis, a sympathia, porém, que me mereceis não me domina a ponto de occultar que naquellas linhas, traçadas se comprehende para uma resposta em jornal, alguns topicos ha a rectificar em bem da verdade historica.

A preciosa Historia de Frei Vicente do Salvador escripta, direi melhor concluida, em 1627, da qual dei ha annos trechos na Revista do Instituto aproveitando-me de uma copia tirada por mim em Lisboa, e que nos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro vem publicada por inteiro (bem entendido, o que della existe, pois, como sabeis, ha capitulos perdidos) com uma magistral introducção por Capistrano de Abreu, a Historia de Frei Vicente não é o documento mais antigo que trata do Ceará; antes della ha os trabalhos do P^e Guerreiro e de Diogo de Campos Moreno, tio de Martim Soares e autor da *Jornada do Maranhão*.

Este então é livro de tanto valor para a historia do Brazil Septentrional que andará ás escuras quem o negligenciar ou ignorar. Foi escripto no anno mesmo da expedição (1614) e começo do seguinte.

Barlœus não grapha *Ciara* mas sim *Siara*, tanto nos dois Mappas como no texto; o *Res Gestæ sub Comite Mauricio in Brasilia* é volume que manuseio innumeras vezes; eu proprio delle transcrevi nas minhas «Datas e Factos», 1.° vol. (Ceará Colonia) longos trechos quando tratei do dominio hollandêz na Capitania.

Não conheço obra alguma, especial para o caso, do outro escriptor que citaes, Marcgraff, mas posso garantir que em manuscriptos hollandêzes de 1627–29, e portanto anteriores a Barlœus e Marcgraff, a palavra se grapha tambem *Siara* e para não apontar outros me bastam aquelles de que fez acquisição de proximo o conhecido livreiro de Londres Snr. Bernard Quaritch e sobre os quaes me occupei na ultima sessão da Academia Cearense.

Pelo que sei, portanto, os hollandêzes tinham um modo de escrever a palavra e esse era *Siara*.

Com relação aos livros portuguêzes, si temos Vicente do Salvador escrevendo *Ceará*, *Ciara* e *Syara* temos tambem Campos Moreno escrevendo sempre *Siara* á maneira dos hollandêzes.

Passando agora aos impressos, aos documentos portuguezes manuscriptos, posso affirmar-vos que a minha collecção, que é riquissima, os possue de 1608, 1614, 1619, 1621, 1622, 1629 etc. e elles todos dizem Ceará e Seará sendo que escreve da 1.ª forma (Ceará) o documento mais antigo que existe sobre a nossa historia, o qual é nada mais nada menos que a descripção minuciosa da viagem emprehendida de ordem de Fernão Cardim pelos jesuitas Pinto e Luis Figueira. Essa preciosidade, de 1608, cuja publicação, com verdadeiro successo, reservo para quando tivermos de celebrar o tricentenario do descobrimento do Ceará em Julho de 1903, commemoração para a qual desde já estou a concitar a opinião publica, foi um presente que me fizeram (copias photographicas) os jesuitas do Linburgo hollandêz por determinação do Geral da Ordem em Roma.

Pela tradição historica, portanto, *a graphia Ciará não é a mais authentica.*

Com relação á interpretação da palavra não tenho duvida que entra nella a que na lingua dos nossos selvicolas significava arara, papagaio, *ará* nome generico dos psittacus como ensina Baptista Caetano.

Dizer á maneira do Senador Pompeu que Ceará vem de cemo-ará, rio nasce da serra, não é só um attentado contra os preceitos glottologicos que regem a evolução dos vocabulos,

como dissestes com todo acerto, mas até a negação do que se sabe a respeito da vida physica, moral e intellectual dos nossos indios.

Preoccuparem-se os indios com as origens dos rios, e logo de que rio, de um dos menores da região?! Impressional-os um simples accidente geographico, a elles que só viviam de guerras, que só cuidavam da pesca, da caça, da vida material emfim!

Quanto ao pensar do Conego Ulysses de Pennafort, esse então participa do mesmo vicio e tem a mais a lembrança de ir pedir ao sanskrito o que deve existir na lingua tupi. E o curioso é que esse sacerdote, aliás erudito, no momento mesmo em que se remonta ao sanskrito para explicação da palavra diz que Pompeu *revelou* por meio de sciencia paleographica a *verdadeira origem tupyca* do nome, Pompeu que para isso jamais cogitou do sanskrito.

Demais, falando com rigor scientifico o rio Ceará não nasce de reunião, de grupo de serras, *ceiu-ara* mas forma-se da juncção do riacho Bom Principio como o Jandahyra como o affirmei e provei na Revista do Instituto, anno 1889, affirmação que Moreira Pinto aproveitou na sua Corographia do Brazil.

Aráa nunca significou enfermidade de quentura mas sim enfermo, doente, prostrado e por conseguinte é mera phantasia querer-se que *Ceará* indica as seccas periodicas e as molestias ou febres costumeiras provenientes de calor, como escreveu o Dr. João Mendes Junior em artigo vindo a lume, como o vosso, no «Estado de S. Paulo».

Será essa apenas uma etymologia a ajuntar á longa lista das já citadas e de outras mais como *Canto da Jandaia*, *Pequeno Caranguejo redondo do alagado*, *Rio Verde*, *verdadeiro tempo de caça*, *Mãi da pedra*, etc.

Accresce que não conhecemos ainda hoje as taes enfermidades provenientes do calor e muito menos as conheceriam os primitivos incolas, aos quaes bem aproveitavam as vantagens das florestas então existentes e hoje desapparecidas graças ao machado ignorante e antipatriotico.

Realmente deveria ser muito intenso o *calor* e superlativamente communs e perigosas as enfermidades por elle geradas, apezar do silencio de todos os chronistas a respeito, para de tal circumstancias chrismarem os indios... *um rio*, que entre outras de suas propriedades tem a de ser um delicioso *refrigerio*.

E de quem ou de onde João Mendes ouviu dizer que o cearense pronuncia Ceará com o *e* bem agudo?

Repito: no meu fraco entender Arà significa um genero de aves-papagaios, araras, periquitos de que, como ainda hoje, era mui abundante a Capitania.

Resta explicar a 1.ª syllaba do vocabulo..Si nos vossos estudos de linguistica indigena que sei serem serios e aproveitados descubrirdes que *Ce* quer dizer abundante, ou fartura, ou ponto de reunião ou coisa que com isso se assemelha creio que o problema está resolvido, lembrando-vos eu que a graphia primitiva é Ceará, como hoje, e que do rio é que tomou nome o territorio, embora pensem o contrario (isto é, que do territorio é que adveio o nome do Rio) alguns estudiosos do assumpto como por exemplo o meu distincto collega e am.º Dez.or Paulino Nogueira.

Mas agora vejo que muito tenho abusado da vossa complacencia e pois faço ponto final mas antes sempre direi que a *Cographia Brasilica* de Ayres do Casal pode ser notabilissima em tudo menos na parte dedicada á historia do Ceará que é um amontoado de inexactidões, um tecido de incongruencias.

Com subida consideração e estima me subscrevo.

Vosso servo att.oso e adm.or

BARÃO DE STUDART.

Lingua indigena

(AO SR. CUNHA MENDES)

A interpretação por mim dada ao nome *Ceará* baseou-se na graphia que me pareceu a primeira e a mais antiga do vocabulo, isto é, *Ciará* ou *Siará*, como escreveu o auctor da Chorographia Brasilica, como escreveu frei Vicente do Salvador na sua *Historia do Brasil*, terminada em 1627 e como escreveram auctores hollandezes do seculo XVII.

Não tinha em mão documento mais antigo, nem conhecia inedito algum de data anterior á obra do frade bahiano.

O sr. barão de Studart, do Ceará, eminente cultor da historia patria e pesquizador emerito, acaba, porém, de communicar-me, por carta de 2 de Setembro passado, que possúe documentos mais antigos do que a obra de frei Vicente, tractando do Ceará, como sejam os trabalhos do padre Guerreiro e de Diogo de Campos Moreno, tio de Martim Soares e auctor da *Jornada do Maranhão*, obra escripta no mesmo anno da expedição (1614) e começo do seguinte.

Campos Moreno graphou, porém, *Siará* o que é o mesmo que *Ciará* do ponto de vista tupi, pois que nessa lingua não ha S com o som sibilado e sim C levemente chiado como bem se verifica da Arte e Vocabulario de varios auctores respeitaveis.

Entretanto, assevera-me o illustre barão Studart que nos documentos ineditos que possue de 1608, 1614, 1619, 1621, 1622 e 1629 a graphia prevalescente é *Ceará* e *Seará*, sendo que escreve da primeira fórma (*Ceará*), o documento mais antigo, (1608) que existe sobre a historia de sua terra, o qual é nada mais nada menos que a descripção minuciosa da viagem emprehendida

por ordem de Fernão Cardim pelos jesuitas Francisco Pinto e Luiz Figueira.

Pela tradição historica, portanto, conclue o sr. barão de Studart, a graphia *Ciará* não é a mais authentica.

E, visto que a graphia *Ceará* daquelle documento não soffreu alteração e que esse documento é uma copia photographica fornecida pelos jesuitas do Limburgo Hollandez por determinação do geral da ordem em Roma, já não póde haver duvida quanto á primitiva graphia do vocabulo.

Mas, o nome *Ceará*, composto de dois elementos que facilmente se distinguem *Ce-ará*, tem, sob o ponto de vista orthographico, uma difficuldade invencivel que é a vóz breve do seu primeiro elemento.

Na verdade, sendo, como é, muda a vogal de *Ce*, mui facilmente se confunde com um *i* brando, confusão tanto mais admissivel quanto é certo e por todos reconhecido, como nol-o attesta o padre Antonio Vieira, que os sons da lingua brasilica mui difficilmente se apprehendiam, ainda mesmo com o ouvido applicado á bocca do barbaro. Desta natural confusão é que resultou desde os primeiros annos esse graphar duvidoso: *Ciará* como se lê na *Jornada do Maranhão* de 1614, *Siará* como se vê de documentos hollandezes, e *Ceará*, *Ciará*, *Syará* como em sua Historia do Brazil escreveu Frei Vicente do Salvador.

Por este simples facto, a graphia verdadeira do vocabulo nem se pode tirar a limpo, nem ficar extreme de toda a duvida. Razão por que, ainda admittindo *Ceará* como a graphia mais antiga, não a consideramos como a mais correcta.

Para nós, *Ceará*, com a primeira syllaba breve como sempre se pronunciou, é equivalente a *Ciará* ou *Siará* e, como tal, é a denominação de uma casta de papagaios. Esta é tambem a opinião de Martius, de Milliet e de monsenhor Pizarro.

Vem aqui de molde observar o que a respeito da faculdade de generalisação attribuida aos selvagens dizem Cunha Mendes e o barão de Studart.

Certamente que tal faculdade, se acaso o gentio brazileiro a possuiu, não podia ser ella nem vasta nem poderosa.

Os povos do nivel social em que foram encontrados os primeiros incolas desta terra nunca o possuiram senão em gráu muito rudimentar.

E' preciso, porém, não esquecer que grande numero de denominações tupís, na nossa geographia nacional, não procede do selvagem, mas do seu descendente cruzado e dos proprios conquistadores. Cumpre lembrar que a conquista dos sertões só se pôde levar a effeito no segundo seculo depois da vinda dos eu-

ropeos e depois que no paiz se formou a sub-raça dos *mamelucos*, mixtiços de indio e de portuguez, gente activa e turbulenta, de nivel intellectual muito mais elevado do que o do gentio e fallando correntemente a lingua deste.

As expedições para descobrir sertões mais eram constituidas por mamelucos e indios escravos do que por portuguezes.

Não é, pois, de extranhar que, entre as denominações tupís que se conservaram, muitos vocabulos existam, encerrando idéas de generalisação de que seria incapaz o gentio puro. Em S. Paulo, onde mais se falou o tupí entre as populações do campo, como nol-o refere Vieira, temos, por exemplo, o nome *Botucavarú*, applicado a uma montanha elevada e significando—*cavallo das nuvens (ybytú-cabarú)*, por pousarem nevoas constantemente sobre ella, que bem mostra, pela idéa expressa e pelo hybridismo do vocabulo, ser de procedencia mameluca e não do indio puro.

Como este não faltam exemplos na geographia brasilica como procurei demonstrar no meu estudo sobre o *tupí na geographia nacional*, cuja primeira edição está prestes a sair. Não se infira dahi, porém, que o nome *Ceará*, de principio applicado a um *rio* que entre outras de suas propriedades tem a de ser um delicioso *refrigerio*, como nol-o assignalou o barão de Studart, possa significar as seccas periodicas daquella terra e as enfermidades provenientes do calor como opinou o illustre dr. João Mendes Junior.

S. Paulo, 9 de Outubro de 1901.

THEODORO SAMPAIO.

Instituto Historico de S. Paulo

DISCURSO DO ANIVERSARIO DO INSTITUTO HISTORICO DE S. PAULO LIDO EM SESSÃO MAGNA DO MESMO INSTITUTO DE 1.° DE NOVEMBRO DE 1901, POR THEODORO SAMPAIO

Exmo. sr. presidente.
Minhas senhoras, meus senhores.

Eis-nos ainda uma vez reunidos, meus senhores, neste recinto consagrado ao culto da patria, para uma solemnidade costumeira. E pois que, pelos preceitos, deve ella traduzir os extremissimos e oppostos sentimentos de nossa alma—a alegria e o pezar, duas syntheses supremas das humanas vicissitudes que dominam a Historia, que o nosso jubilo, vendo de pé e florescente esta instituição que todos os annos se consolida, ceda o passo ao nosso lucto, ás nossas maguas sentidas, ao verificarmos já no fim desta jornada, o desapparecimento de alguns nobres companheiros que adormeceram na morte, tombados á margem do caminho que nos trazia a todos até aqui.

Ao assomar, porém, nesta tribuna, no desempenho da honrosa tarefa que a vossa benevolencia conferiu á minha palavra, nesta sessão anniversaria consenti, senhores, que eu comece por um appello á vossa gentileza e por uma sincera confissão do meu reconhecimento. Gentileza, sim, a vossa, minhas senhoras e meus senhores, que nos viestes honrar com a vossa attenção indulgente e esclarecida,—reconhecimento para comvosco, meus dignos consocios, pois que me proporcionastes ensejo de, satisfazendo os anhelos de minha alma, honrar a memoria dos fallecidos companheiros, tecer-lhes o elogio, erguel-os transfigurados nos proprios feitos e nas suas virtudes, fazendo-os passar ante os vossos olhos enternecidos como num prestito de redivivos.

DR. EDUARDO PRADO

Mas, não será tão magico o poder da minha palavra descolorida... e pois, dar-me-ei por contente se, como os humildes que não têm senão a sinceridade de seus affectos, lograr satisfazer-vos, colhendo á margem do caminho as flôres do campo de que nos fala o poeta para tecer-lhes uma corôa tão singela quão singelas são as flôres do campo...

..... apricos necte flores,
Necte meo Lamiæ coronam,

(*Horacio—Ode XXVI*—Ad Ælium Lamiam).

Não ha muito, meus senhores, numa das salas deste Instituto, dizia eu a alguns collegas em palestra emquanto esperavamos a hora regimental da sessão—approxima-se o fim do anno, approxima-se a nossa sessão anniversaria e, mercê de Deus, estou sem materia funebre para o discurso de encerramento,..... a morte vae passando de largo, esquecida de nós,..... ; nenhum dos nossos companheiros é fallecido.....

A essas palavras quasi imprudentes seguiu-se o silencio,... um significativo e penoso silencio como se todos tivessemos o presentimento de alguma coisa sinistra a ameaçar-nos.

Dias depois, agouro ou presentimento, qualquer coisa emfim que nos lembre o disfarce da morte, fallecia em Taubaté o dr. Francisco Malta Junior, nascido 1858 naquella cidade, bacharel em direito em 1878, nosso socio correspondente, deputado federal, um dos propulsores do progresso da sua terra natal e republicano da tempera dos que envelhecem sem diminuir nas idéas e no enthusiasmo o ardor da edade juvenil. Porém não era tudo.

Golpe ainda mais pungente e traçoeiro nos estava reservado para alguns dias mais tarde. Roubava-nos a morte inexoravel, quasi que subitamente, o amigo, o companheiro de sempre, o inclito personagem cuja memoria surge cada vez mais vivida em minha alma, pungida da eterna saudade.

Eduardo Prado, que havia quatro dias regressara do Rio de Janeiro onde estivera por algumas semanas, fallecia victima da febre amarella nesta capital e cabia-me ainda em sórte, nesse doloroso transe, ajudal-o como amigo a dar na vida o passo derradeiro.

A estupefacção e o pezar que esta triste nova provocou vós bem o vistes nas manifestações sentidas que de toda a parte affluiram, na dôr sincera que se desenhava em todos os semblan—

tes de amigos e adversarios, nas manifestações da egreja, na opinião publica deste paiz que toda ella se commoveu com a noticia subitanea desta perda irreparavel.

Eduardo Prado, meus senhores, aos quarenta e um annos de edade, tinha logrado na sua patria e no extrangeiro essa notoriedade que é o apanagio dos talentos de eleição; tinha-se constituido uma verdadeira notabilidade, uma figura representativa da mentalidade do nosso paiz pela sua vasta erudição, pelas suas producções litterarias, pelo seu caracter, pela sua fé, pelo seu grande devotamento á causa publica e, perecendo ainda joven como é o perecer aos quarenta e um annos, era incontestavelmente uma gloria desta terra, uma individualidade das mais eminentes deste paiz.

Nascido em S. Paulo, aos 27 de Fevereiro de 1860, Eduardo Prado, o mais moço dos filhos do dr. Martinho da Silva Prado e da exma. sra. d. Veridiana Valeria da Silva Prado, aqui cresceu sob as vistas paternas, a alma piedosa e terna como a soubera formar sua veneranda mãe, o espirito cheio de vivacidade, a intelligencia aberta e curiosa e a imaginação estimulada pela belleza da paisagem das campinas de Piratininga, nesse horizonte que se lhe descerrava mais amplo ainda quando observado das eminencias da Consolação, por detrás da egreja e do velho sobrado ladeado de jardins que foi por largos annos a residencia de sua familia.

Neste logar, então apartado da cidade, a qual bem longe estava de ser a opulenta capital de hoje, o joven Eduardo viu passar os seus primeiros annos entre as caricias, a vigilante solicitude de sua mãe, senhora que com justiça já se comparou á mãe dos Gracchos, que estremecidamente o amava e as alegrias e a ruidosa convivencia dos companheiros de infancia e de estudos que elle sabia attrahir á casa paterna.

Dalli, daquellas eminencias que se comprehendem no ambito da vasta propriedade, transpostas as aleas de jaboticabas e de magnolias, e os tapetes de grama que decoram os jardins, a vista se alonga pelas varzeas onde dorme o Tieté alagando a planicie, domina as campinas louras das Perdizes e das collinas distantes para o lado da Penha, abrange o recorte pittoresco das montanhas fronteiras que se somem a oriente, e, pela tarde, ao pôr do sol, póde-se contemplar para além dos arvoredos esguios que ensobram o cemiterio da Consolação, ao bello crepusculo rubro-amarello, tão frequente no nosso céo, o quadro de melancolica poesia com que a natureza adormecendo nos convida a scismar e nos levanta a alma para Deus.

Por deante do velho sobrado, rasgado de janellas numero-

sas, a que dá ingresso o largo portão de ferro, abrindo para um pateo lageado de granito, passava a larga estrada de Sorocaba e de Itú, das mais trafegadas da provincia, estrada cheia de recordações historicas, o caminho dos conquistadores do sertão, dos vencedores da Guyará, dos colonisadores das pampas do sul.

Para a frente, descendo com o terreno para o lado da chacara do marechal Arouche, descobria-se a casaria rara e feia por entre laranjaes amarellos, ruins, denotando que a cidade progredia pouco para esse lado. As ruas visinhas, mal calçadas, irregulares, invadidas pela vegetação rasteira, como todas as ruas dos suburbios pobres e esquecidos, não tinham animação nem vida, mas eram de um pittoresco adoravel ao par dos costumes simples e ingenuos dessa época.

Nesse tempo, S. Paulo despertava apenas de um torpor quasi secular em que se mergulhara depois que o seu povo se dispersou por longes terras, fundando novas capitanias, descobrindo ouro. A cidade era tristonha e sem commercio; a população pequena; as commodidades poucas. A despeito de ser a capital da provincia, a cidade não tinha outra importancia além da de um centro de administração e de estudos. A Faculdade de Direito pela alta mentalidade dos seus lentes e pela pleiade brilhante dos alumnos que a frequentavam era então a nota dominante na modesta sociedade de uma capital de provincia.

Os melhoramentos materiaes que tão depressa a deviam transformar mais tarde não se iniciaram ainda. Trabalhava-se na construcção da primeira estrada de ferro, a de Santos a Jundiahy, que devia ligar a capital ao seu porto de mar, e por onde se faziam todas as communicações com o Rio de Janeiro.

Alguns annos depois a guerra rompia nos campos do sul. As nossas tropas victoriosas entravam em Montevidéo por Paysandú. O Paraguay se interpõe e invade duas provincias brazileiras; e, então por cinco annos, a lucta toma proporções epicas, desde Riachuelo até o Aquidaban, desde o Passo da Patria, por 24 de Maio, Humaytá, Itororó, Lomas Valentinas, Pirabebuy e Campo Grande, a nossa bandeira passou victoriosa, fazendo baqueiar uma tyrannia e arrastando após si a flôr da nossa mocidade patriotica.

A immigração não despontava ainda, e, nos nossos campos, trabalhava o braço servil de cuja libertação não se cogitava senão vagamente.

Desbravavam-se todavia os sertões, novas terras de cultura se abriam e os abastados para alli se estabeleciam, comprando vastas propriedades, creando lavouras novas, fazendo reservas para o futuro.

Foi nesse tempo e nesse meio que decorreu a infancia de Eduardo Prado.

Cursou por algum tempo as aulas do Seminario Episcopal, então dirigido por capuchinhos francezes; matriculou-se depois, em 1877, na Faculdade de Direito, ouvindo a licção de mestres eminentes e tendo por condiscipulos, entre outros, Pedro Lessa, Affonso Celso, Julio de Mesquita, Julio de Castilho, Raymundo Corrêa, Assis Brasil, Raul Pompeia e Theophilo Dias.

« Muito moço, muito intelligente, muito sympathico, quasi imberbe e usando lunetas, diz Valentim Magalhães, seu amigo e companheiro de banco, não podia o Eduardo passar despercebido aos olhos argutos e maliciosos do originalismo lente de direito, o dr. João Theodoro Xavier, de quem narrou com fino engenho e bôa graça as bizarrias e extravagancias Lucio de Mendonça em seu recente livro—*Horas de bom tempo.*

« Por isso, continúa Valentim Magalhães, era frequentemente chamado a licções e sabbatinas com outros distinguidos pelas citadas qualidades.»

Nesse periodo academico de nosso estudante, a imprensa era então a arena onde tendiam os talentos juvenis ensaiando vôos para as arrojadas do futuro. Eduardo Prado e Valentim Magalhães, eleitos redactores do *Labarum,* ahi fazem as suas primeiras armas.

« Eduardo era já o mesmo que annos depois a todos apparecia: muito myope e muito risonho; habitos elegantes, mas simples; tracto ameno e facil; distrahido, trafego, apressado.» (1).

Redigiu mais tarde com Santos Werneck, Francisco Badaró e outros, o *Constitucional.*

Em 1881, com Raul Pompéa e Valentim Magalhães escrevia na *Comedia,* fundada por este e que pouco mais de dois mezes durou. No mesmo anno escrevia no *Entr'acto,* revista hebdomaria illustrada da responsabilidade ostentiva de Valentim e Ezequiel Freire e onde tambem collaborava ainda que occultamente o Caio Prado.

A predilecção litteraria do Eduardo era então para os assumptos humoristicos, leves, graciosos. Era esta mesma uma das feições naturaes do seu espirito.

O artigo de fundo de sua lavra, noticiando o desapparecimento da *Comedia* é um primor no genero. No mesmo estylo e de collaboração com outros publicou o romance *Russinho,* que bem poucos conhecem hoje.

---

(1) Valentim Magalhães—: *Eduardo Prado,* artigo publicado no *País.*

Entretanto, começou a escrever no *Correio Paulistano*, orgam da *União Conservadora*, formada em 1879 e chefiada por seu irmão, o conselheiro Antonio Prado, notabilisando-se desde logo o joven estudante por sua critica fina e humoristica dos trabalhos da assembléa provincial, onde a situação liberal, recem-inaugurada, tinha conseguido fazer camara unanime.

« No mesmo dia em que começou a funccionar a assembléa provincial, diz um abalisado critico, destacou a redacção do *Correio Paulistano*, para fazer a reportagem do que alli acontecesse, um estudante sem precedentes jornalisticos e apenas conhecido nas rodas academicas pela vivacidade de suas réplicas e pelo habito de ler jornaes fracezes nos bonds. Franzino, semi-risonho, a tirar e a collocar constantemente o *pince-nez*, tomou Eduardo Prado, pois era elle o novo *reporter*, o seu logar em uma das mesas que, nas antigas assembléas provinciaes, os orgams da imprensa collocavam, á sua custa, dentro do recinto e em local que mais lhes conviesse.....

.....« Logo ás primeiras *Chronicas da Assembléa*, chronicas modeladas pelas licções da imprensa pariziense, humoristicas, de uma sagacidade delicada e impertinente, cortez e impiedosa, comprehenderam os deputados liberaes que tinham gente pela prôa.....

« A *Chronica da Assembléa* valia uma bancada opposicionista. Não raro o que ella inserira influia na direcção do debate, no rumo dos discursos, no resultado das votações. Sem externar uma offensa, sem despertar uma animosidade, o menino jornalista, conservador desde então, soube adquirir e manter no animo dos seus adversarios essa sincera sympathia que é, ainda hoje e juncto ao seu cadaver, o reconhecimento o mais eloquente da sua superioridade intellectual.

« Passaram-se vinte um annos apóz a estréa de Eduardo Prado como reporter. Afastou-se elle das terras paulistas; viajou, muito;..... escreveu, escreveu muito e muito bem; ..... conhecia como poucos o passado do nosso paiz; subiu no conceito publico, adquiriu fama européa, fez carreira no animo popular. Era uma realidade e uma esperança.

« Mas do Eduardo Prado que eu conheci, continúa o critico, que eu apreciei, do Eduardo Prado cuja vida publica sempre me prendeu a attenção observadora, o traço que mais fundo me penetra a memoria é o daquelle menino reporter que, em uma columna de jornal, fazia frente a trinta e seis deputados.» (1)

---

(1) Artigo de redacção da *Cidade de Santos* de 1.º de Setembro de 1901, subscripto M. Martim Francisco provavelmente.

Bacharel em direito em 1881, partiu Eduardo Prado no anno seguinte para o extrangeiro, iniciando as suas longas e repetidas viagens. Foi primeiro ao Rio da Prata, a uma exposição em Buenos-Aires; transpoz os Andes; esteve no Chile, percorreu a costa do Pacifico e tornou ao Atlantico atravessando os Estados-Unidos.

Dessa viagem na America publicou as suas impressões numas correspondencias remettidas á *Gazeta de Noticias*.

Passou depois dos Estados-Unidos á Europa onde longamente se demorou viajando e estudando; visitou a Sicilia, Malta e o Egypto; fez a volta do mundo, sahindo de Liverpool para Nova-Yorck, e passando a S. Francisco da California, visitou as ilhas de Sandwich e a Australia, atravessou a India e regressou á Europa por Suez. Mais tarde, reatou o curso dessas viagens, visitando a Syria, a Palestina, Damasco, depois que voltara do Brasil de que tinha estado ausente por quasi cinco annos.

Serviu então, durante curto prazo, creio que na legação brasileira em Londres, como addido de segunda classe, mas sem fazer parte do corpo diplomatico e sem vencimentos. Até alli não tinha recebido distincção alguma do governo imperial, nunca se approximara do throno; nenhum cargo publico excercera. A politica não o seduzira como o funccionalismo publico não o lograra empolgar.

Foi nesta situação que o veio encontrar a revolução de 15 de Novembro que derribou o Imperio e cuja noticia ecoou subitanea pela Europa estupefacta. E foi então que Eduardo Prado, num lance do generosidade, num desses impetos de indignação que brotam das convicções sinceras, appareceu, com o brilho e vehemencia de um campeão esforçado, tomando a defeza das instituições decaidas e desfechando pelas columnas da *Revista de Portugal*, nos *Fastos da Dictadura Militar no Brasil*, assignados por *Frederico de S.*, os primeiros e mais certeiros golpes que jamais recebera a republica proclamada em 1889.

O viajante, o estudioso, o homem elegante que até alli parecia desinteressar-se das coisas publicas de seu paiz, o litterato que repugnara a politica e os seus processos, arremessava-se agora com todo o vigor e encarniçamento dos jovens luctadores, e penetrava na liça com o denodo dos mais aguerridos combates. Dessa épocha em diante a politica passou a ser a paixão dominante em sua alma.

Desta attitude de Eduardo Prado para com as instituições nascentes só lhe vieram dissabores, perseguições e injustissimos conceitos da parte de seus adversarios. Elle, porém, tinha tomado um posto de sacrificios; era um convencido que cedia á força de seu ideal e das suas convicções.

Tinha para si que estava empenhado na mais nobre, na mais generosa das campanhas patrioticas. Movia-o a crença arraigada de que a nação brasileira se tinha sacrificado deixando cahir as instituições monarchicas que tinham vindo com ella desde o berço. E essa crença que o levava a enfrentar ou a oppor-se a corrente então irresistivel das idéas triumphantes , não era nelle nem *diletantismo* como se julgou, nem simples chimera afagada no prurido de se distinguir, era ao contrario uma convicção profunda e realissima do seu espirito que a reflexão e o estudo tinham robustecido.

Refere-nos um dos seus apreciadores que ao receber em Pariz a noticia da deposição do velho imperador, sentiu abalo tão grande, que mesmo na sala da redacção do jornal onde fôra colher noticias e pormenores desatou em pranto. Era um sincero.

Desde então, o politico sobreleva ao litterato.

No Brasil, desde essa èpocha, não mais o perderam de vista amigos e adversarios. Havia-se imposto á consideração de todos como uma entidade superior para quem nada mais se passaria no scenario politico de sua patría sem a intervenção da sua critica e do seu juizo lucidissimo e competente. Uns o amavam, outros o temiam.

O homem de lettras, em cuja bagagem litteraria, afóra os esparsos artigos de imprensa, se assignalavam apenas as *Viagens*, narrativas de uma belleza descriptiva admiravel, e revelando a mais substanciosa erudição, bem como dois excellentes estudos, um sobre a arte do Brasil e outro sobre a immigração, escriptos em francez e publicados na obra—*Le Brésil en 1889*, apparecia agóra com um pamphletario vigoroso, um critico extraordinario, nos *Fastos da Dictutura Militar*, na *Illusão Americana*, nos artigos de redacção do *Commercio de S. Paulo*, jornal que aqui adquiriu e manteve para a defeza da causa monarchica.

A paixão politica dominou-o completamente. Com ella fez-se afouto até á temeridade, affrontando a colera das facções.

Quando em 1893, toda a opposição emmudecera, e a agitacão dos animos durante a revolta da armada tornava perigosissima qualquer tentativa de resistencia ou de critica pelas idéas, Eduardo Prado publicava a *Illusão Americana*, estudo critico da grande republica anglo-saxonia que então se apontava como o verdadeiro modelo a seguir.

« Não fala ahi o politico, fala o patriota; exhorta-nos a abrirmos os olhos para os perigos da doutrina de Monroe, com a qual nada temos a ganhar e podemos tudo perder. Os factos vão demonstrando, diz Capistrano de Abreu, cujas palavras aqui citamos, se elle tinha ou não razão. O livro é escripto em

bello estylo, cheio de uma erudição copiosa e precisa, rara em escriptores brasileiros.» (1)

Mas, não obstante, o livro foi confiscado e seu autor, para evitar a prisão, teve que sahir furtivamente de sua fazenda do Brejão, atravessar os sertões de Minas, ganhar a Bahia, embarcando-se então para a Europa, onde permaneceu até depois da revolta.

Foi mais ou menos por essa épocha que conheci Eduardo Prado e que travamos relações que as circumstancias aliás não consentiram fossem muito estreitas nem demoradas.

Elle apparecia-me envolto já na sua aureola de personagem politico, de pamphletario temivel que a fama consagrara e rapido tambem desapparecia-me por uma dessas lufadas repentinas tão communs nas épochas de revolução. Não pude então fazer delle esse juizo pessoal seguro que a sympathia reciproca cimentasse e logo se convertesse na amizade affectuosa que depois tão intimamente nos ligou.

Depois do nosso primeiro encontro que, segundo me recordo, foi no Ypiranga, onde a coincidencia de uma visita ao monumento nos reunira a elle e aos drs. Derby e Bezzi, só nos encontramos tres annos depois quando deliberada a commemoração tricentenaria de Anchieta, o *Commercio de S. Paulo* publicava as theses das conferencias a se realisarem solemnemente durante o anno e bem assim os nomes dos conferentes, entre os quaes se achava o meu.

Se isso foi sorpreza para quantos leram o *Commercio* naquelle dia, para mim foi estupefacção. Achava-me deslocado e pequenino entre tantos escriptores e oradores eminentes e fui o primeiro a considerar infeliz a inclusão do meu nome naquella lista de notabilidades.

Procurei logo o Eduardo e disse-lhe positivamente que não acceitava a aliás honrosa incumbancia; alleguei motivos varios, sentia-me inferior á minha tarefa e depois, disse-lhe concluindo, porque não me consultou?

—Consultar?... nisto não cahia eu, respondeu-me de prompto o Eduardo. Já viu vossê acceitar alguem coisas destas de bom grado? A' consulta seguir-se-ia infallivel recusa, ou, quando menos, não faltariam as discussões, as escolhas ou preferencias por essa ou por aquella these, o que traria delongas e nós não temos tempo a perder. As theses são minhas; os conferentes fui eu quem os escolheu... e ajuntou rindo-se—e, como *noblesse oblige*... quero ver lá quem será capaz de recusar...

---

(1) *Jornal do Commercio* de 5 de Setembro de 1901.

E ninguem, de facto, recusou, porque eu não recusei mais.... Estava escripto que eu teria de fazer a terceira conferencia Anchietana e se fez.

Desse tempo data a nossa mais intima convivencia.

O interesse que Eduardo Prado tomava pela minha parte não se descreve, nem jámais lh'o agradecerei bastante. Enviava-me livros, perguntava-me se sentia difficuldades, indagava se já tinha feito alguma coisa e, um dia de surpreza apparece-me em casa querendo ver o que eu já havia rascunhado. Entreguei-lhe as tiras escriptas da minha conferencia e, recebendo-as, retirou-se como quem tinha pressa de tirar uma duvida do seu espirito.

No dia seguinte, pediu-me de passar pela redacção do *Commercio*. Recebeu-me com o meu manuscripto na mão e, fitando-me com aquelles seus olhos myopes mas expressivos e bons, interpellou-me:—Sampaio, vossê nunca escreveu? quero dizer nunca fez ensaios na litteratura? Respondi-lhe negativamente.— Mas então, proseguiu elle, como é que consegue fazer isto?... e, apresentando-me as tiras escriptas da conferencia, ajunctou:— magnifico,... extraordinario... vosse excedeu-me a expectativa, digo-lhe francamente....

Confundia-me aquelle enthusiasmo, decerto, oriundo mais de seus sentimentos bons do que do merito real do meu trabalho e procurei explicar a coisa, lembrando que a belleza da these me favorecia muito, que o assumpto era grandioso e que a conferencia delle Eduardo, um primor, como as dos que me haviam precedido eram verdadeiros monumentos de eloquencia que deviam ter-me estimulado.

—Mas, quer que lhe diga, ajunctou elle affectuosamente,— seja só engenheiro, não se deixe seduzir pela litteratura.... isso entre nós vale pouco... seja só engenheiro...

E mandou logo imprimir a conferencia; queria que eu a lesse varias vezes, que ensaiasse a leitura nas mesmas provas para que me não atrapalhasse na occasião; inquiria se eu tinha voz bastante forte para sustentar a leitura por longo tempo; queria que a minha conferencia tivesse brilho; annunciou-a com elogios pela imprensa, insistiu para que fizesse um mappa de S. Paulo daquelles tempos para se distribuir na occasião.

Comecei a comprehender aquella alma de amigo desde esse dia em que o vi exultar com o alheio successo, successo que elle apregoava e que elle encarecia e estimava como se fôra seu e que, de facto, seu era porque fôra elle quem m'o proporcionara e quem tão gentilmente m'o preparara.

Citei-vos estes factos, meus senhores, que de algum modo

frisam de minha parte pela immodestia, para bem pintar-vos quanta bondade, quanta superior virtude se encerravam naquelle nobilissimo espirito que a cega fatalidade tão cedo nos roubou.

Não quiz eu que a minha modestia egoisticamente, porque tambem a modestia tem seu egoismo, se antepuzesse ao brilho excellente com que nelles se apresenta esta face das mais caracteristicas daquelle genio amigo. Não tem aqui o direito de exhibir-se a minha humildade prejudicando o merito de quem fez juz á minha gratidão.

As conferencias Anchietanas não lograram, porém, chegar a seu termo. Graves perturbações politicas sobrevindo com os desastres militares nos sertões da Bahia commoveram profundamente a população desta capital e forçaram o nosso confrade a deixar o seu posto na imprensa e retirar-se para o extrangeiro.

As conferencias tiveram de ficar interrompidas, porque faltou-lhes o espirito director; mas, ainda assim, ellas deixaram no animo publico a mais funda impressão que uma festa litteraria jámais logrou no Brazil.

As conferencias Anchietanas marcam na vida de Eduardo Prado uma nova e bem assignalada tendencia do seu espirito.

O cultor da historia patria começa a sobrelevar ao politico. O historiador, o investigador incansavel dos archivos, o estudioso, o critico atilado e seguro do nosso passado apparece depois dessa época dominando ao pamphletario, ao batalhador da imprensa. Não esfriara elle na sua crença, não descreu do seu ideal politico, mas comprehendendo melhor o seu tempo e o seu meio, recolhendo dos factos a rude licção que tão de perto lhe affectava, ia moderando o seu ardor na lucta e tornava-se mais circumspecto e menos impulsivo.

O partidario que, pouco antes, quando todos se calavam, como dominados pelo terror, dava com estrondo um banquete politico, solemnisando o anniversario do principe da dymnastia decaida, que excitava os seus correligionarios a concorrerem ás urnas solicitando os suffragios populares, que promovia reuniões politicas consideradas perigosas, ia já cedendo aos poucos do seu ardor e do seu espirito de combatividade e, com os annos, se ia tornando antes um pensador do que um homem de lucta.

De regresso da Europa, em 1898, Eduardo Prado já não é o guerrilheiro impetuoso guardando com zelo o seu logar entre os combatentes da primeira fila. Não é, de certo um Achilles offendido que se retira por não restituir-lhe o Attrida a sua formosa Briseis, é apenas o veterano que se guarda para os momentos decisivos, e já não crê na efficacia dos golpes incessantes, nem nas temerosas investidas. Já se não mantinha por

longo tempo na estacada. Só de longe em longe é que se percebia a sua presença entre os novos que o substituiram. Um ou outro artigo de critica politica ou de polemica de sua lavra apparecia então na imprensa diaria com aquelle sainete de ironia e de graça que todos lhe reconheciam. Voltava, porém, logo aos seus estudos de predilecção; tomava os seus livros; recolhia-se ao seu *Brejão*, onde, entre cafezaes esplendidos e numa magnifica vivenda, tinha conseguido formar uma bibliotheca de mais de doze mil volumes, repertorio soberbo de raridades bibliographicas sobre historia e geographia do Brazil, como bem poucos possuem entre nós.

O *Brejão* tornou-se logo o ponto de convergencia dos nossos homens de lettras e de quantos extrangeiros illustres vinham a S. Paulo com intuitos de estudar as nossas coisas.

Eduardo Prado não soffria que um amigo, um condiscipulo de outr'ora viesse a S. Paulo sem ver o seu *Brejão*. Por isso, nem sempre esperava que lhe solicitassem, offerecia elle mesmo espontanea e mui gentilmente a hospitalidade.

Escrevia a um, telegraphava a outro e, obtida a promessa de uma visita, ninguem por certo cobrava uma divida com mais insistencia e desembaraço do que esse bello rapaz cheio de nobreza e de talento a reclamar a presença do amigo em cuja companhia se expandia o seu espirito affeito á convivencia dos eruditos e dos estudiosos.

O *Brejão* era na realidade uma coisa digna de ver-se. Entrava-se alli por entre aleas de eucalyptus e os taboleiros verdes das pastagens, depois de uns cinco ou seis kilometros atravez de cafesaes desde a estação da caminho de ferro até o pateo da fazenda. Todas as commodidades e todo o conforto alli estavam reunidos. A esplendida bibliotheca, catalogada em regra e mantida com esmero, era porém o ponto de attracção para o qual o Eduardo logo conduzia o seu hospede, se este era um homem de estudos, no doce enlevo de exibir-lhe o seu thesouro de raridades.

Mas com que satisfacção, com que nobre orgulho elle desvendava aquellas preciosidades cujo real valor descrevia como ninguem mostrando a sua copiosa e extraordinaria erudição? E como tinha lido muito, como não possuia livro que não houvesse manuseado, tinha certa vaidade em mostrar quão fiel e prodigiosa mesmo era a sua memoria acudindo com a indicação precisa do livro, do logar, da pagina referente a qualquer assumpto sobre que ao acaso fôsse inquirido.

«Para conhecer bem o querido morto, disse um dos seus apreciadores, era preciso vel-o na sua fazenda do Brejão, acom-

panhal-o em visita aos cafezaes e aos colonos, embeber-se no contacto com os caipiras, encantado de seus termos e de suas phrases silvestres; subir ao mirante que do meio da propriedade descortina leguas e leguas de cercanias, passar por entre os jequitibás incomparaveis do caminho, afundar-se em sua bibliotheca, tão rica, tão variada e tão escolhida, em que estavam representados todos os ramos dos conhecimentos humanos e fraternisavam todas as opiniões, desde os padres da egreja até ás novidades do ultimo paquete.

«—Quando estou só aqui, dizia elle, leio um volume por dia, se não tenho coisa urgente a fezer.—Se, porém chegava um amigo, fechavam-se os livros e começava a conversa, porque não era dos que arrebatam a palavra e não deixam mais ninguem falar; e a conversa saltitava sobre os mais varios assumptos, homens conhecidos, terras viajadas, livros lidos, idéas geraes, todo o dia, desde o amanhecer até entrar muito pela noite. Não perguntava se as idéas alheias combinavam com as suas; queria, sim, que se tivesse idéas.

«Considerava o Brejão sua verdadeira e unica morada, o mais eram pousos passageiros: quadros, livros, armas, curiosidades, tudo alli concentrava. Longe das animosidades irritantes e dos olhares malevolos, expandia-se todo, simples, franco, candido e até ingenuo, elle que tantos accusavam de desabusado e sceptico» (1).

Uma vez no Brejão, que era de facto o seu refugio, voltava aos seus estudos de predilecção, os estudos historicos, como se volta aos logares amados. Tinha a nostalgia do passado e recolhia-se a elle: embebia-se nelle, inquirindo-o, escrevendo-o, como se obedecesse a um secreto instincto de explicar a sua propria alma.

Cedia de boa mente aos encantos que lhe offerecia o amor do passado e procurava nelle saciar a sua sêde de certeza, convencido, como Seneca, deante da immutibilidade irrevogavel do passado que nem os Deuses tinham o poder de destruir que —na grande turba inconstante das coisas só é certo aquillo que já passou. (2)

Duas coisas no nosso passado, e no passado mais remoto que é aquelle com que mais se comprazia, solicitavam-lhe a admiração e o enthusiasmo:—o jesuita evangelisando entre os selvagens e o heroismo, a paciente tenacidade do portuguez.

---

(1) Do *Jornal do Commercio* de 5 de Setembro de 1901, artigo de redacção, sob o titulo: *Eduardo Prado*, (notas de um amigo).

(2) Eduardo Prado—Do Estudo do Passado Brazileiro, pag. 7.

Conhecedor da nossa historia como poucos, não soffria que se menoscabassem os serviços da Companhia de Jesus a quem o Brazil tanto deve da sua fundação e dos seus primeiros passos na senda do mundo.

A sua apologia da Ordem, como se vê na conferencia de Anchieta, não é fructo de uma singularidade caprichosa, é sim o resultado de uma profunda reflexão que se crystallisou num acto de justiça

Procurava então estudar os vultos mais eminentes da companhia no Brazil.

Por muito tempo, occupou-se com o padre Antonio Vieira, cuja biographia queria escrever, visto não satisfazer-lhe nenhuma das que existiam daquelle extraordinario engenho.

O que nos deixou escripto do padre Manoel de Moraes, jesuita nascido em S. Paulo, e formado no Brazil, missionario em Pernambuco, chefe de guerrilhas que se bandeou para os hollandezes, levado para a Hollanda ande apostatou e serviu de theologo calvinista, onde se casou, escreveu sobre botanica e sobre coisas do Brazil e que tornando á sua patria foi processado pela inquisição e abjurou; o que Eduardo Prado conseguiu reunir para a historia desse extranho personagem, tão pouco conhecido entre nós, é um attestado eloquente do seu devotamento ao estudo do passado, estudo que, como entendiam os latinos, e elle Eduardo queria entender, quer dizer zêlo, quer dizer affeição, quer, emfim, dizer amor. (1)

Pena é que não lograsse concluir essa obra, esboçada apenas em alguns capitulos, e cujo merito seria extraordinario, a julgar-se por este fragmento para o qual peço a vossa attenção:

—«Os jesuitas estavam então havia pouco mais de meio seculo no Brazil. Para a sua primitiva tarefa, que fôra a de transformar em homens as feras que com corpos de homens vagavam nas mattas e nos campos bastou uma coisa—a santidade. Complicara-se, porém, a missão dos padres. Nascêra já dos indios amansados uma outra geração; era preciso não só impedir que ella retrocedesse para a barbaria dos paes, como, um pouco mais desolvida a vida social e politica, era preciso levantar até ella os indios e os mestiços nascidos sob a Lei Nova.

«Vieram novas e mais levas de europeus, sedentos de dinheiro, atirando-se cegos á satisfacção dos vicios e das paixões que na Europa reprimia uma lei mais severa, por uma organisação social de mais jerarchia e de mais ordem, uma moral

(1) Eduardo Prado—Do Estudo do Passado Brazileiro.

mais estricta e um poder mais forte, por mais vigilante, por mais proximo e mais concentrado.

«Já não bastavam os exercicios de piedade; nem sómente com canticos e com hymnos sagrados, como no tempo primitivo da catechese, podiam, no seu papel de poder espiritual da colonia, arrebanhar em forma de sociedade christan aquelles homens rebeldes a toda a lei.

«Crescia o seu trabalho, porque a sua acção tinha de ser cada vez mais activa, mais directa, e dirigir-se directa e constante sobre cada familia, cada individuo, para ser efficaz sobre a collectividade. O poder civil crescera com o crescimento da população agremiada, e era preciso tractar com o poder civil, não já como Nobrega tractava com o governador Thomé de Souza, no pé de egualdade de um collaborador, mas na posição que os jesuitas não queriam degenerasse nem em rivalidade, nem em dependencia exaggerada.

«A herva damninha brotava na vinha de Deus com viço proprio da fertilidade da terra e desafiava o esforço dos lavradores.

«Era preciso o maior numero de padres e exgottaram-se as casas de Coimbra e de Evora, que formavam esses padres para as missões do reino, que se multiplicavam em razão do crescimento religioso e pelas partidas constantes para a India e para o Brazil.

«Nos annaes do padre Franco, vê-se afinal diminuidas e espaçadas as partidas de novos jesuitas para o Brazil, onde a companhia teve de começar a recrutar o seu pessoal novo dentro da propria colonia.

«Eram homens mais chegados á terra, muitos dos quaes sabiam, como Moraes, a lingua brasilica. Estes adolescentes, nascidos e creados no espectaculo da soltura natural de um paiz que se povoava, ao contacto do barbaro escravisado, e corrompido no serviço do branco, entrando para o dominio dos mestres na precocidade perigosa da adolescencia dos tropicos, eram uma materia humana difficil de purificar, santificar, para della tirar successores de Anchieta. Faltava, de certo, a esta juventude o influxo de ascendentes austeros e o ambiente não a predispunha para um exaltado mysticismo egual ao de Evora e Coimbra, donde sairam os primeiros missionarios vindos para o Brazil. Era natural que os seus educadores tivessem a amargura da illusão de vocações falazes e a tristeza de assistir á quéda de mais de um anjo. Esfriava a santidade dos missionarios e já não havia a innocencia dos primitivos catechumenos.

Criava-se alli a raça de conquistadores de terras, dos caça-

dores de indios e cresciam parece que ferozes aquellas creanças que bebiam a agua então limpida do Anhangabahú, que tinha nessa palavra indigena o significativo de agua de maldade.

«O indio trazido dos sertões era a moéda viva com o qual os colonos de Piratininga iam comprar nos povoados da costa os productos caros vindos do Reino, productos de que já consumiam largamente, não lhes bastando já a mandioca, nem os grosseiros pannos de algodão com que se alimentavão e se vestiam nos primeiros tempos. Quando o governador d. Francisco de Souza veiu em 1598 para organisar e sua expedição ás minas, trouxe comsigo o luxo e a pompa a que não foram insensiveis os moradores...

Para a formação do novo jesuita colonial havia grandes difficuldades. Nos primeiros tempos bastava a grande escola do exemplo e os mancebos cedo associados aos mestres nos trabalhos da catechese, formavam-se missionarios no campo de combate e, entre os intervallos das predicas, o estudante jesuita abria o livro latino ou o manual de logica, e, á sombra das arvores da solidão, arvores que Virgilio e Plinio não conheceram, media, ao recital-os, os versos que Virgilio compuzera havia dezesseis seculos, no outro lado do mundo, á sombra tenue das oliveiras paternas, ou repetia os argumentos que Aristoteles ensinara a Alexandre.

«Era sem duvida heroico este tirocinio na academia das selvas; as almas fortes adquiriam uma tempera rijissima nesse exercicio de aprender roubando momentos ao descanço das grandes fadigas de ensinar aos selvagens a noção primeira das civilisações, a noção do Creador. Para aquelles soldados como para os outros podia-se dizer com o grande epico lusitano: — «a disciplina militar se aprende, vendo, luctando e pelejando...»

Esta pagina encantadora e eloquente de erudição, de verdade e de justiça, meus senhores, bem revela o que perderam as lettras patrias e o que viria a ser esse trabalho do nosso querido confrade se a morte cruel não nol-o roubasse tão breve.

Outra affeição sincera de sua alma era a que dedicava ao povo portuguez, cuja historia sabia a fundo e cujos feitos o levavam da veneração e enthusiasmo que só se dedicam aos heróes. Esse povo pequenino, habitando uma terra pequenina e pouco favorecida, luctando sempre, vencendo sempre, não raro um contra dez, e depois, levado pela sua fé, como um cavalheiro cruzado, por mares nunca dantes navegados, a descobrir e conquistar longes terras, dilatar os limites do mundo, criar nações, fundar imperios, esse povo prodigioso, não é só dos pri-

meiros entre os povos benemeritos da Historia, é para elle o inexcedivel na heroicidade e na virtude.

Inclinava-se reverente o nosso confrade diante daquella preterita magestade e como brasileiro tinha orgulho da origem da nossa nação. Via, naquelles grandes feitos que o poéta cantou em versos inimitaveis, as nossas proprias glorias e então, quanto mais viajava, quanto mais conhecia, quanto mais se illustrava entre estranhos povos, mais acendrado se fazia o seu amor pela velha Lusitania, mais portuguez e mais latino se considerava pelo coração e pelo espirito, venerando no velho Portugal o torrão glorioso dos seus antepassados. Esse amor e essa veneração ainda mais intensos se tornavam ao calor da intima amizade que o ligava aos grandes pensadores, aos litteratos, aos vultos mais eminentes da nação portugueza.

De Oliveira Martins, de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão, Bordalo, Maria Amalia, Antonio Candido, admiradores dos seus talentos e do seu saber, de quasi todos recebia as provas mais tocantes de affectuosa estima.

Mas, o que acima de tudo distinguia Eduardo Prado era o seu grande coração.

A bondade de sua alma era como um perfume subtil envolvendo-o num ambiente de sympathicos affectos. Essa bondade tornava-o, ás vezes, inconsequente ou contradictorio, mas preferia ser contradictorio ou inconsequente a deixar de ser bom.

Quando Joaquim Nabuco acceitou a missão diplomatica em Londres, Eduardo Prado, politico militante, não soffreu que atacassem ao amigo os proprios correligionarios resentidos. Naquelle passo que dava o homem eminente, acceitande um cargo de confiança da Republica, o que elle via com os olhos da amizade não era, por certo, o que lhe dictava a logica do politico. Onde todos viam uma deserção a causa commum elle não enxergava senão um serviço ao paiz.

Ninguem defendeu com mais acerto e com mais tacto ao amigo ausente do que então o fizera o nosso saudoso confrade.

Tinha uma subtil delicadeza no dissimular a alheia falta quando presentia um arrependimento ou as agruras de uma mágua inutil. Ninguem sabia falar com mais eloquencia quando julgava que devia interceder ou apresentar uma desculpa em favor de outrem. Entrecortava-se-lhe a voz como se estivesse a engolir as lagrimas.

Uma vez, alguem que commettera uma falta e tinha caido no desagrado de sua mãe, tentava debalde os meios e a occasião de com ella reconciliar-se. Penalisado com aquella insistencia em buscar o perdão, Eduardo procurou intervir juncto

de sua veneranda mãe que se obstinava em não receber o culpado: — «*minha mãe*, disse-lhe commovido, concluindo uma supplica, *o que nos salva diante de Deus não é a justiça mas a sua misericordia.*» E obteve logo o perdão com o arrependimento do culpado.

A noção perfeita do justo era nelle um sentimento a que que nenhum outro obscurecia. O politico sabia calar-se quando o justo reclamava a sua vez.

Em sua presença, um nosso amigo commum criticava trabalho meu (S. Paulo no seculo XIX) que reputava por demais optimista na parte relativa ao periodo republicano. Eduardo, porém, atalhou-o nestes termos: « Convenhamos numa coisa... aqui, em S. Paulo, mercê de Deus, afóra alguns erros, não tem havido as miserias de que tanto se fala lá fóra a proposito de outros estados. . . . . temos tido gente honesta á testa do governo e depois temos progredido innegavelmente . . .»

O adversario intransigente não tinha nelle obstinações contra a justiça.

Esse sentimento de justiça e de bondade que formava o fundo de seu caracter hauria estimulo indubitavelmente na sua fé, na sua crença viva e sincera, porque fôra sempre religioso, e religioso sem os respeitos humanos, porque, sem ostentações escusadas, era elle proprio a coragem e a firmeza nas suas idéas e sentimentos.

«Antes de tudo, dizia delle Eça de Queiroz, possue sempre uma convicção forte, de bôa raiz, raiz que ora mergulha na razão, ora apenas no sentimento, mas suga sempre num solo vivo.» (1) Muito ao contrario do que commummente se presume, a sua fé religiosa, ao contacto dos vastos conhecimentos que seu cerebro armazenara, não deperecia nunca, antes se avigorava e se sentia bem, nesse intimo convivio. Eduardo Prado era, pois, do numero dos felizes que têm fé, dom inestimavel que recebera de sua mãe, e que foi sempre um dos sustentaculos de sua vida. Tinha no seu gabinete de trabalho, no seu refeitorio, nos seus aposentos, a imagem do Crucificado pendente das paredes como uma perenne solicitação ao respeito e á piedade.

Na branca pallidez do marfim, aquella imagem dolorosa do Nazareno, a cabeça pendida para a terra, os braços estendidos como num largo amplexo a chamar para si todo o humano soffrimento, lembrava ao esthcta, ao erudito que, acima de todo o

---

(1) *Revista Moderna*, noticia biographica sobre Eduardo Prado.

saber e de toda a grandeza terrena, estava a mais santa das philosophias, a de um Deus martyrisado ensinando a religião da caridade e do perdão.

Foi aos influxos desta santa philosophia que Eduardo Prado viu amadurecer o seu espirito, entrando já nesse periodo da vida em que aos surtos da imaginação e ao idealismo sonhador succede a doce serenidade de reflexão.

Casara-se em 1891 com a excellentissima senhora d. Carolina Prado, sua prima, espirito eminentemente religioso, de cujo enlace não houve filhos, mas então repartia os seus affectos por dois outros filhos não menos dilectos e merecedores: — os seus livros e a sua fé.

Vós bem o vistes com que denodo, com que espantosa erudição, com que dialectica invencivel elle se apresentou, batendo-se em prol das crenças do nosso povo, nessa lucta da imprensa, cujos écos derradeiros ainda se não extinguiram totalmente. E foi então que o amigo, cujos affectos bons para com o seu amigo iam até a veneração, o admirador enthusiasta do alheio merito, teve de ceder ao crente e ao homem de fé inabalavel, que com sacrificio dos proprios sentimentos se julgava no dever de enfrentar e rebater, vós bem o vistes com que successo, os duros golpes desfechados pelo saber irreverente.

São ainda bem recentes os successos deste prelio memoravel para que eu vol-os recorde, meus senhores, no momento mesmo em que devo terminar.

Não terminarei, comtudo, sem levantar a pécha de anti-patriotismo que no ardor da lucta lhe irrogaram, a elle o mais sincero dos cultores das nossas glorias, a elle que morre na flôr da edade, legando-nos materia para oito volumes quasi todos dedicados ao estudo e ao engrandecimento de nossa patria.

Sim, o patriotismo do nosso confrade não era esse patriotismo vulgar dos *patriotas*..., era esse bom patriotismo dos esclarecidos e dos que amam com verdade, porque conhecem mais intimamente o objecto dos seus affectos.

A respeito das nossas coisas não se imbuia de illusorias vaidades; conhecia a fundo o seu povo e a sua terra, e, como amava a verdade pela verdade, não soffria que o seu patriotismo chegasse ao ponto de occultal-a ou desconhecel-a para se illudir a si mesmo e aos outros. Das suas viagens atravez dos sertões ficou-lhe a vaga mas tristissima impressão da pobreza do nosso sólo, impressão um tanto exaggerada talvez, mas impressão que lhe ficou indelevel e influiu muito nos seus juizes a proposito dos nossos recursos.

O Brasil, como elle o julgava, muito mais pobre do que se

pensa e mais povoado do que apparenta, não era uma Terra da Promissão em que o povo de Deus degenerasse, era antes uma terra do Egypto, cujo Nilo fertilisador tem sido a nossa energia e o nosso esforço.

«E' esta, dizia elle algures, a patria, nossa amada, que ha mais de trezentos annos a nossa raça, luctando contra os homens e contra os elementos, conseguiu fundar.

«Encontramos difficuldades e obstaculos de que a nossa energia triumphou. Nesta zona tropical que se dizia inhabitavel, levantamos a nossa tenda, e sob o céu desta terra nova cresceu e multiplicou-se a nossa raça, com a força e a fecundidade das plantas vivas, que deitam raizes fundas e estendem longe a verdura das suas frondes. Temos vivido do trabalho, regando com o suor de todos os dias uma terra que só pela violencia do labor fructifica e nos alimenta.

«A tez branca que a nossa raça trouxe da Europa aqui se tem dourado ao fogo de um sol sempre ardente.

«Temos tomado ás féras os largos pedaços de terra, rasgando o véu sombrio da floresta hostil; e onde dominavam as febres da terra inculta, ha hoje a verde salubridade das lavouras».

Synthese bellissima da nossa vida nacional, esta pagina só a podia escrever o patriotismo esclarecido como era o que dominava o nosso querido confrade.

E' este, por certo, o patriotismo que se cultiva nesta casa, patriotismo dos sinceros e dos que buscam esclarecer para corrigir e para aperfeiçoar.

Não estamos aqui reunidos para nos illudirmos a nós mesmos, fechando os olhos á realidade das coisas, mas para nos conhecermos intimamente, nos nossos defeitos e nas nossas qualidades, nos nossos vicios como nas nossas virtudes, nas nossas energias como nas nossas nacionaes fraquezas. E, aprofundando daqui a vista por um passado que nos não envergonha, vamos haurir nos nossos soffrimentos como nas nossas preteritas alegrias, nos nossos desfallecimentos como nos nossos triumphos as esperanças de amanhan.

Sim, não somos aqui os luctadores dos prelios inglorios nem os segadores das searas sem fructo. Não o foi jámais o nosso pranteado consocio, como não o foi aquelle que de alguns dias o precedeu na morte, não o seremos nós outros que lhe sobrevivemos no estudo do passado e que, no seu nobre exemplo, como na sua memoria imperecivel, saberemos achar estimulos para não descrermos da patria e para haurirmos nas lições da Historia o germen fecundo de esperanças consoladoras.

Actas das sessões do Anno de 1901

1.ª sessão ordinaria em 25 de Janeiro de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

As 7 e meia horas da noite no predio n. 1 da rua João Alfredo no salão destinado ás sessões presentes os socios Srs. Duarte de Azevedo, Miranda Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionysio Caio Fonseca, Dr. José Vicente, Santos Rodrigues, Jacintho Ribeiro, Constante Coelho, Ernesto Goulart, Bernardo Campos, Arthur Goulart, J. C. Alves Lima, Alfredo Toledo, Horace Lane, Soares Romeu, Eduardo Pereira, Cesar Bierrembach, Francisco Malta, Arthur Vauthier, Pennaforte Blacke, Antonio Piza, Orville Derby, Luiz de Vasconcellos, João von Atzingen, J. Krichbaum, João Florindo, foi declarada aberta a sessão pelo sr. Presidente que congratulou-se com os socios pela entrada do novo seculo.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior. Foram recebidos por uma Commissão e introduzidos na sala das sessões onde tomaram assento os novos socios Srs. Drs. Carlos Sampaio e Sergio Meira.

EXPEDIENTE

Officios do Instituto Historico e Geographico Brazileiro agradecendo as condolencias enviados pelo fallecimento do Dr. Cesar Augusto Marques.

Dos srs. Alberto F. Rodrigues, Director Geral dos Correios, do Archivo Publico da Bahia, do Lyceu Litterario Portuguez do Rio de Janeiro agradecendo a offerta da obra de Hans Staden.

Do Sr. Ministro Argentino, no Rio de Janeiro, agradecendo o telegramma, sessão de 10 Novembro de 1900.

Dos Srs. Dr. Bernardino de Campos, Director Geral dos Correios, Administrador dos Correios de São Paulo, acompanhando offertas.

Do Congresso Scientifico Latino-Americano convidando o Instituto a tomar parte no 2.° Congresso a realizar-se em Montevidéo.

Do Sr. Ministro do Brazil, em Madrid, dando os motivos pelos quaes não representou o Instituto no Congresso Hispano-Americano; e remettendo uma collecção das resoluções do dito Congresso.

OFFERTAS

As constantes da relação em apendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas, lidas e enviadas a commissão respectiva, propostas para admissão dos Srs. Dr. Mathias Alonso Creado, Dr. Felisbello Freire, Dr. Benjamin F. Ramiz Galvão, Dr. João Ribeiro, na qualidade de socios honorarios do Instituto.

Dos Srs. Drs. Alfredo Guedes, Manoel de Freitas Paranhos e Antonio J. Pinto Ferraz o 1.° na de socio effectivo, os demais na de socios correspondentes: c para a transferencia dos Srs. Dr Domingos J. N. Jaguaribe de fundador effectivo para—fundador BENEMERITO: Dr. Manoel de Moraes Barros de fundador effectivo para fundador honorario: do Sr. A. S. Garraux de correspondente para honorario: dos Srs. J. Vieira da Silva, Dr. J. Calmon N. V. da Gama, de correspondente para honorarios: Drs. Estevam R. S. Rezende, Barão de Rezende, Carlos A. P. Guimarães, Euclides da Cunha, Francisco T. Malta, J. B. Mello Peixoto, J. Pereira de Queiroz, L. P. Gonzaga de Campos, Manoel P. M. Tapajós, Mario Bulcão e Coronel Paulo Orozimbo de Azevedo de correspondentes para a de effectivos.

O Sr. Dr. Miranda Azevedo propoz e foi approvado que fosse consignado na Acta um voto de louvor ao Sr. Barão do Rio Branco pelo inestimavel serviço prestado ao paiz com a solução da questão do Amapá.

Na 2.ª parte da ordem do dia—O Sr. Presidente designou os socios que devem compor as commissões permanentes que ficaram assim constituidas—:

REGULAMENTO E ESTATUTOS

Dr. João Pereira Monteiro.
Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro.
Dr. Ernesto Goulart Penteado.

ADMISSÃO DE SOCIOS

Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida.
Dr. João Baptista de Moraes.
Dr. Constante Affonso Coelho.

REDACÇÃO DA REVISTA

Dr. Augusto C. de Miranda Azevedo.
Dr. Antonio de Toledo Piza.
Dr. Theodoro Sampaio.

HISTORIA DE SÃO PAULO

Dr. Antonio de Toledo Piza.
Dr. Conego José Valois de Castro.
Dr. Francisco M. G. Natividade.

HISTORIA GERAL DO BRAZIL

Dr. Augusto C. de Miranda Azevedo.
Coronel Gabriel Prestes
Dr. Brazilio A. Machado de Oliveira.

GEOGRAPHIA DE SÃO PAULO

Dr. Theodoro Sampaio
Dr. Orville Derby
Dr. Eduardo da Silva Prado.

GEOGRAPHIA GERAL DO BRAZIL

Dr. José Vicente de Azevedo.
Tiburtino Mondim Pestana
Tancredo L. Amaral Coutinho.

LITTERATURA E MANUSCRIPTOS

Dr. Pedro A. Gomes Cardim
Arthur Goulart
Dr. Francisco P. Santos Rodrigues.

SCIENCIAS NUMISMATICAS E ARCHEOLOGIA

Alberto Loeffgren
Eugenio Hollender
Dr. H. von Iering.

ARTES E INDUSTRIAS

Dr. Francisco Pereira Ramos
Dr. F. P. Ramos de Azevedo
Dr. Ignacio W. Cockrane.

O sr. dr. Santos Rodrigues propõe que sejam lançados na acta votos de pezar pelo fallecimento dos srs. Alexandre A. R. Serpa Pinto, Antonio Maria Cardozo e Luciano Cordeiro.

Nada mais havendo a tractar o sr. Presidente levantou a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Fevereiro de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DR. MIRANDA DE AZEVEDO

A's 7 e meia horas da noite, no salão do Instituto, presentes os socios Srs. Miranda Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionysio Caio, Bernardo de Campos, A. Vauthier, E. Goulart, A. Goulart, O. Derby, Th. Sampaio, Sergio Meira, Alex. Loefgren, H. Williams, A. Toledo Piza, foi aberta a sessão pelo Presidente Dr. Miranda Azevedo, que nomeou uma commissão para introduzir na sala das sessões o novo socio o Sr. J. Vicente Sobrinho que foi recebido com as formalidades do estylo e tomou assento assignando o livro de presença.

E approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

Officios: da Academia Litteraria de Lisboa e do sr. Consul do Brazil na mesma Cidade agradecendo a remessa da obra de

Hans Staden. Offertas as constantes do lista final, as quaes foram recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas, lidas e enviadas á Commissão respectiva propostas para admissão dos srs.: José Couto de Magalhães, como socio effectivo, Dr. Augusto de Meirelles Reis como socio correspondente.

Foram lidos e ficaram sobre a mesa para serem votados na primeira sessão os pareceres sobre propostas de transferencias de socios apresentadas na sessão antecedente.

O sr. Presidente pôz em discussão o projecto de orçamento da receita e despeza do Instituto, sendo o mesmo sem debate unanimemente approvado.

Em seguida o sr. Presidente apresenta o projecto da Reforma dos Estatutos indo o mesmo á commissão respectiva afim de dar o parecer.

O dr. Theodoro Sampaio em nome da Associação Commemoradora do 4.° Centenario de S. Vicente, faz entrega ao Instituto de um diploma de socio honorario da referida Associação: bem como de uma medalha commemorativa. Communicou que o sr. Conselheiro Antonio Prado entregou-lhe para ser offerecido ao Instituto um interessante documento sobre a viagem do sargento Zuzarte.

O sr. Loffgren passou a ler a sua traducção de um interessantissimo trabalho existente na Academia de Stokolmo sobre os costumes dos indios das tribus de Minas Geraes, sendo muito applaudido ao terminar a leitura do notavel trabalho que foi muito apreciado.

O dr. Derby leu algumas interessantes observações e documentos sobre limites entre São Paulo e Minas, trabalho esse tambem muito apreciado.

Nada mais havendo a tractar foi levantada a sessão e eu o 1.° secretario Manoel Pereira Guimarães a escrevi.

Sessão ordinaria em 20 de Fevereiro de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aberta a sessão ás 7 e meia da noite, presentes os socios Drs. Duarte de Azevedo, E. Prado, A. Piza, Miranda Azevedo, Car-

valho Aranha, Dionysio Caio, Pereira Guimarães, A. Vautier, E. Goulart, C. Reis, O. Derby, Jacintho Ribeiro, Bernardo de Campos, Th. Sampaio, Euclides Cunha, H. Lane, e Dinamerico Rangel. Lida a acta da sessão antecedente foi approvada unanimemente, sem debate.

EXPEDIENTE

As offertas mencionadas no fim desta, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Apresentadas, lidas e enviadas á commissão respectiva as propostas para admissão dos Srs. Gabriel do Monte Pereira, e Clovis Bevilacqua como socios honorarios do Instituto: do Sr. Olavo Guerra como socio effectivo: dos Srs. Benedicto Octavio de Oliveira, Drs. João Mauricio Sampaio Vianna e Washington Luiz Pereira de Souza como socios correspondentes. Foram unanimemente approvados os pareceres que ficaram sobre a mesa na ultima sessão.

Foi apresentado o seguinte parecer sobre o projecto da—Reforma dos Estatutos:—A Commissão de Estatutos tendo attentamente examinado as modificações dos actuaes Estatutos apresentadas pela Directoria em 5 de Fevereiro, estando de accordo na sua adopção é de parecer que sejam as referidas modificações approvadas, julgando, porém, ficar o art. 56 melhor collocado em seguida ao art. 4.° do que depois do art. 5.°—S. Paulo, 15 de Fevereiro de 1901.

Dr. João Monteiro.

Ernesto Goulart Penteado.

Manoel Dias de Aquino e Castro.

Posto em discussão foi o parecer approvado sem debate.

Por proposta do Dr. Miranda Azevedo foi o projecto posto em discussão englobadamente e depois de observações dos Srs. Eduardo Prado, Carlos Reis, Antonio Piza e Miranda Azevedo, approvado com algumas emendas como segue o transcripto:

—Ao Art. 2.° accrescente-se: § unico—Haverá tambem uma classe especial de socios com o titulo de—Presidentes honorarios; a qual só será conferida a pessoas de notavel merecimento.

—Ao § 1.° do Art. 3.° accrescente-se *in fine*—residentes fóra da séde da Associação.

Os socios correspondentes que residirem ou vierem a residir na Séde social poderão passar para a classe dos effectivos apresentando trabalho de conformidade com o § seguinte.

—Ao § 2.° do Art. 3.° Em vez de—satisfazendo-os, diga-se: estando nas... Entre as palavras *antecedente* e *apresentarem*—accrescente-se: e residirem na Séde do Instituto.

Substitua-se as palavras—de valor. . . . . ao Brazil... pelas seguintes: Que abone a capacidade intellectual do auctor e sobre o assumpto cujo estudo o Instituto se propõe promover.

Ao § 3.° do Art. 3.° Em vez de a Republica diga-se—ao Paiz. Depois do Art. 3.° accrescente-se: Art. 4.° Os socios aos quaes for conferido o titulo de—honorarios ou benemeritos continuarão a gozar das regalias inherentes á categoria a que pertenceram.

Substitua-se o Art. 4.° pelo seguinte: Art. 5.° Todos os socios receberão um diploma que será assignado pelo Presidente, 1.° Secretario e Thesoureiro. Colloque-se o Art. 56 em seguida ao Art. 4.°: supprima-se o Art. 5.° Ao Art. 6.° substituam-se as palavras... terá sempre... Assembléa... pela palavra—será—e accrescente-se *in fine* e conterá além do nome e titulos ou meritos que recommendem o candidato a sua nacionalidade e residencia. Supprima-se o § unico deste Art.—Ao Art. 7.° substituam-se as palavras—antes da votação para admissão, pelos... salvo em casos muito excepcionaes. A este Art. accrescente-se *in fine*—A requrimento de qualquer socio poderá a Assembléa conceder a dispensa do intersticio afim de ser o parecer ou a proposta votada na mesma sessão. Em seguida accrescente-se o seguinte—Art... a qualidade excepcional de Presidente Honorario só poderá ser conferida mediante proposta assignada pela mesa do Instituto e tambem pelos demais socios presentes á sessão. A proposta assim apresentada considera-se approvada. Esta distincção será communicada ao agraciado por officio assignado pela mesa enviando o Diploma.—Ao § 1.° do Art. 10.°—substituam-se as palavras—joia e annuidade etc... pelas seguintes: Contribuição que lhes competir, a saber:

A—Os socios correspondentes residentes no Estado pagarão a joia de 50$000.

B—Os socios effectivos pagarão além da joia de 50$000 a annuidade de 24$000, pagando a primeira annuidade com a joia.

C — Os socios honorarios e benemeritos, assim como os correspondentes, residentes fóra do Estado, nada pagarão.

D — Os socios correspondentes que passarem a effectivos pagarão a joia de 50$000, salvo se já o tiverem satisfeito, e a annuidade de 24$000 pelo modo estabelecido na letra—B—.

E — Os actuaes socios correspondente residentes na séde do Instituto continuarão a pagar a annuidade de 24$000.

Em seguida a este artigo accrescente-se :

Artigo... (a disposição constante do artigo 52 com a modificação ao mesmo apontada).

Artigo... As contribuições estabelecidas no § 1.° do Art... deverão ser satisfeitas no praso de seis mezes da data da participação da admissão; não o sendo ficarão sem effeito a proposta e a respectiva admissão.

Ao Artigo—11 Accrescente-se *in fine*: e um orador.

Para substituir ao 2.° secretario haverá dois supplentes eleitos juntamente com a Directoria.

Supprima-se o § 1.° deste artigo 11.

Supprima-se no § 2.° a palavra effectivo.

Ao § 5.° do Artigo 12 — Em vez de apresentar na sessão annual de encerramento—diga-se: apresentar annualmente na sessão de abertura.

Accrescente-se a palavra—findo—depois de anno.

Ao § 2.° do Artigo 15 — Substitua-se pelo seguinte:

§ 2.° — Proceder em sessão á chamada dos socios e a leitura do expediente, dos pareceres e papeis presentes á sessão, e communicar as offertas recebidas.

Ao § 3.° accrescente-se *in fine*—e expedir os avisos de convocação para as sessões.

Ao mesmo artigo 15 — Accrescente-se § 6.° visar os documentos da despesa que deva ser paga pelo Thesoureiro.

Ao § 1.° do Artigo 16 — Supprimam-se as palavras finaes—dividindo entre si o trabalho que houver.

Accrescente-se § 3.° — redigir as actas das sessões da Directoria do Instituto, transcrevel-as ou mandar transcrevel-as nos respectivos livros, lêl-as em sessão e assignal-as.

Artigo...Quando em qualquer sessão não comparecer o Presidente, Vice-Presidente, 1.° e 2.° Secretario—presidil-a-á o socio que fôr acclamado dentre os presentes.

Ao artigo 17—Ao § 2.°—accrescente-se *in fine*—e os da despeza ordinaria cujos documentos serão visados pelo 1.° secretario, não podendo ser excedida a respectiva verba do orçamento.

Ao § 4.° — em vez de um dos secretarios—diga-se : O 1.° Secretario.—Em vez de empregado da sua confiança—diga-se : pessoa de sua escolha e confiança; supprimindo-se o resto e accrescentando-se o seguinte : — á qual será abonada uma porcentagem estipulada pela Directoria.

Ao § 6.°—Substituam-se as palavras finaes—assignados etc. pelas seguintes: Que serão presentes ao Instituto na primeira sessão do trimestre seguinte:

Ao § 7.°—Supprima-se o § 7.°—accrescente-se: § 7.°—Apresentar até 10 de Janeiro o balanço da receita e despeza do anno findo acompanhado dos respectivos documentos, o qual será enviado á commissão de contas para exame e parecer.

Na sessão de 25 de Janeiro, serão o Balanço e Parecer submettidos á discussão e votação do Instituto.

§ 8.°—Apresentar na 1.ª sessão ordinaria de Outubro o projecto de orçamento da receita e despeza do anno seguinte, o qual será enviado á Commissão de Contas que apresentará o seu parecer até a segunda sessão ordinaria do dito mez de Outubro.

Nessa sessão serão o Parecer e Orçamento submettidos á discussão e votação.

Depois do artigo 18 — accrescente-se: — Art... Ao Orador compete § 1.° Falar ou responder pela Sociedade em todas as occasiões tanto festivas como funebres, excepto quando o Presidente o fizer, porque tem preferencia, tanto nas sessões como nas deputações do Instituto.

§ 2.°—Fazer na sessão magna de 1.° de Novembro o elogio historico dos socios fallecidos durante o anno social.

Artigo... Aos supplentes do 2.° secretario incumbe a substituição deste nas suas faltas e impedimentos. Na ausencia dos secretarios e supplentes durante as sessões o Presidente nomeará dentre os socios presentes quem suppra as respectivas faltas.

Ao Artigo 20—Supprimam se as palavras além da Directoria e os finaes—que serão sempre escolhidos etc. Accrescente-se: «Decima-primeira». Commissão de Contas.

Ao Artigo 22 — Accrescente-se *in fine*: os pareceres deverão ser apresentados no prazo de quinze dias.

Ao Artigo 23 — Substitua-se a palavra —opportunamente— pela palavra—periodicamente.

Incluam-se em seguida ao artigo 24, os artigos 59 e 61 com as modificações a elles apontadas.

Ao Artigo 31 — Em vez de: «Todos os annos o Instituto concederá: diga-se: o Instituto poderá conceder annualmente.

Ao art. 32.—Accrescente-se a palavra «ordinarias» em seguida a—sessões. Diga-se «duas vezes» em logar de «uma vez», pondo-se no plural as palavras—dia—e—designado. Supprimam-se as palavras finaes precedendo—convite, etc.

Ao art. 33.—Substituam-se as palavras—em que «se celebrará» pelas «celebrando-se» e accrescente-se *in fine* «a 25 deste mez».

Ao art. 40.—Em vez do Presidente—diga-se: «de qualquer membro».

Ao art. 42.—Supprimam-se as palavras «com excepção, etc.», até o fim: accrescentando-se as seguintes: «sendo permittida a reeleição».

Supprima-se o § 2.° deste art.

Supprima-se o art. 43.—Ao art. 44—em vez de: «todas as Directorias..... serão eleitas»; diga-se: «As eleições da Directoria realisar-se-hão de tres em tres annos».

Substituam-se as palavras «de cada uma até ao fim», pelas seguintes: «e a sua posse se effectuará na sessão de 25 de Janeiro do anno seguinte».

Ao art. 46.—Supprima-se a palavra «sempre», e accrescente-se *in fine* «ou pelo processo que a assembléa resolver empregar».

Supprima-se o art. 47. Ao art. 50, accrescente-se: «Subvenções ou auxilios concedidos pelos poderes publicos».

Ao § 2.° — Supprima-se a palavra «sempre» e diga-se «*500$000*» em vez de «*300$000*»: Supprima-se o art. 51.

Ao art. 52.—Passe-se para o Capitulo 3.° com a seguinte modificação: Em vez de «as disposições do art. etc.» até o fim, diga-se: «a respectiva contribuição quando a ella obrigado».

Ao art. 54.—Substituam-se pelas seguintes, as palavras: «dentro do primeiro trimestre, etc.» até o fim: «De dois annos consecutivos sendo eliminado do quadro social se depois de convidado a quitar-se não o fizer ou não apresentar motivos legitimos á Directoria dentro de trinta dias».

Accrescente-se.—§ unico.—O socio que se tiver despedido ou tiver sido eliminado pela causa prevista neste art. poderá ser readmittido na classe a que pertencia independente de pagamento de nova joia satisfazendo porém o seu debito da annuidade.

Ao art. 56.—Passe-se para o Capitulo 2.° substituindo-se as palavras «individuos e dos» pelas palavras: «pessoas e das».

Ao art. 59.—Passe-se para o Capitulo 5.° assim redigido. Art..... A revista do Instituto será gratuitamente distribuida aos socios benemeritos, honorarios, effectivos e correspondentes residentes no Estado e enviada a juizo da Directoria, a auctoridades, jornaes, bibliothecas e sociedades congeneres. Os socios em debito de annuidade perdem o direito de receber a revista.

O preço da assignatura da Revista será taxada pela Directoria.

Ao art. 61.

Passe-se para o Cap. V, fundindo com o art. 24 e eliminando-se o que aqui é repetiçao.

Ao art. 63.

Entre as palavras *sociedade* e *só poderá*, incluam-se as seguintes: «*nos casos que não são previstos* no artigo... (actual 54)».

Foram tambem approvadas as seguintes emendas enviadas pelo socio fundador Sr. Dr. José de Sá Rocha:

Ao art. 50 accrescente-se onde convier:

O Instituto fica tambem auctorisado a acceitar doações ou legados, mesmo por disposição testamentaria, cumprindo á Directoria promover os meios necessarios para entrar na posse de taes legados e dar-lhes o devido destino, caso não sejam feitos com determinação especial. (Salvo redacção.)

Ao unico § do art. 54 (emenda da Directoria).

Em vez de: «o seu debito da annuidade», diga-se: «AS ANNUIDADES DEVIDAS OU EM DEBITO».

Ao art. 61. Accrescente-se onde convier:

A Revista publicará tambem annualmente uma relação dos donativos, doações, ou legados recebidos durante o anno, com indicação dos nomes offertantes. (Salvo redacção).

Não foram approvadas as seguintes emendas:

Do mesmo socio Dr. José de Sá Rocha, relativas aos §§ 2.° e 3.° do art. 3.°.

Do socio Dr. Antonio Piza, no sentido de ser reduzido a dois terços o numero de dois socios exigido para assignatura das propostas para presidentes honorarios, e outra supprimindo a emenda ao ar,. 11 sobre creação de um orador official.

Foi apresentada e lida, ficando sobre a mesa para ser votada na 1.ª sessão, uma proposta dos Snrs. E. Goulart e A Piza, auctorisando a Directoria a convidar os socios acceitos e que ainda não satisfizeram a respectiva contribuição, ha mais de dois annos, a regularisarem a sua admissão, podendo dispensar o pagamento das annuidades anteriores ao actual, aos que satisfizerem a joia e á 1.ª annuidade, considerando-se esta como relativa ao corrente anno.

2.ª PARTE

O Dr. Eduardo Prado pedindo a palavra, offereceu ao Instituto um interessante documento encontrado na Bibliotheca de Lisboa com a seguinte curiosa epigraphe: *Divertimento admiravel. Para os historiadores curiosos observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões de navegação de minas de Cuyabá e Matto Grosso.*

Extrahida pela curiosidade incansavel de um sertanista paulistense que os calculou successivos nums poucos de annos. Offerecida ao illm.º exm.º sr. Martinho de Mello e Castro, do Conselho de sua magestade, secretario de Estado da repartição da Marinha e Dominios Ultramarinos, por Manoel Cardoso de Abreu. «Anno 1783» Indicou o mesmo Snr. que o Instituto se dirigisse ao Instituto Archeologico de Pernambuco, afim de obter copia de dois mappas que interessam á historia e geographia de S. Paulo, sendo um de S. Vicente e outro de S. Paulo, do tempo dos hollandezes.

Nada mais havendo a tratar, e sendo em tempo lida e approvada a acta da anterior o Sr. Presidente levantou a sessão convidando os socios para a seguinte no dia 5 de Março.

Lavrada pelo 1.º secretario Manoel Pereira Guimarães.

DUARTE DE AZEVEDO.
PEREIRA GUIMARÃES.
DIONYZIO C. DA FONSECA.

Sessão ordinaria em 5 de Março de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 horas da noite, no salão das sessões do Instituto, presentes os srs, Duarte de Azevedo, Miranda Azevedo, Theodoro Sampaio, Pereira Guimarães, Carlos Reis, Eduardo Prado, O. Derby, A. Piza, A. Vautier, F. Malta, J. Vicente, Carvalho Aranha, Dinamerico Rangel e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Centro Normalista, pedindo a sala das sessões do Instituto para ahi funccionar.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi por unanimidade de votos approvada a redacção final do projecto de refórma dos Estatutos. Tendo estes entrado em vigor, o sr. presidente nomeou os srs. Eugenio Franco, Arthur Vautier e João Florindo para fazerem parte da commissão de contas.

O sr. E. Prado, obtendo a palavra, offerece ao Instituto dous mappas que encontrou em archivos da Europa, mappas interessantissimos, sobre os quaes dissertará o sr. Derby. Propoz o sr. E. Prado que o Instituto, por intermedio do Governo, procurasse obter nos archivos europeos por s. exc. visitados, e sobre cuja riqueza falou com o costumado brilhantismo, copias dos importantes documentos ahi conservados. Terminando a sua exposição, que foi muito applaudida por todos os socios presentes, foi o sr. dr. E. Prado encarregado pelo sr. Presidente de redigir uma representação n'esse sentido ao Governo do Estado.

O sr. dr. Derby, obtendo a palavra, passa a dissertar sobre esses dous mappas, attribuidos a D. Luiz Antonio de Souza, e que tratam das divisas entre S. Paulo e Minas, sendo muito applaudido ao terminar.

O sr. dr. Th. Sampaio, em nome da Alliance Française offerece ao Instituto 40 volumes relativos a explorações no Mexico e na America Central.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Dionysio Fonseca, 2.° secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Março de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os Srs. Duarte de Azevedo, Miranda Azevedo, Carlos Reis, Dionysio Fonseca, Theodoro Sampaio, Dinamerico Rangel, O Derby, A. Piza, E. Goulart, Bernardo Campos, E. Prado, Tulio Campos, Jacintho Ribeiro, B. Merelli, A. Vautier e J. Vicente Sobrinho, foi aberta a sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos Srs. M. Moraes Barros e J. B. Mello Peixoto, agradecendo as suas transferencias.

Dos Srs. Silvio de Almeida e Moreira de Azevedo, acompanhando offertas.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram proclamados socios de Instituto os Srs. Drs. J. M. Sampaio Vianna e Washigton L. P. de Souza, Alvaro Guerra e Benedicto Octavio de Oliveira.

Foi lida e enviada á commissão respectiva proposta para admissão do Dr. Luciano Esteves Junior, na qualidade de socio correspondente.

Passando-se á eleição de Orador do Instituto, foi eleito por maioria de votos o Dr. Theodoro Sampaio.

O Dr. O. Derby, procedeu á leitura de seu interessante trabalho sobre «Descobertas e Rectificações de minas no interior de S. Paulo que foi muito apreciado.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Dionysio Fouseca, 2.° secretario.

Sessão ordinria, em 8 de Abril de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 horas da noite, na sala das sessões, presentes os Srs. Duarte de Azevedo, Miranda Azevedo, J. Jaguaribe, Dr. Jaguaribe, A. Piza, P. Guimarães, E. Goulart, Tulio Campos, C. Reis, O. Derby, Alfredo Toledo, Dr. Rangel, Bernardo Campos, J. Vicente Sobrinho, E. Hollender, A. Goulart, A. Vautier, A. Löfgren e Dionysio Fonseca, foi aberta a ssssão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos Srs. João Ribeiro e Dr. Ramix Galvão, agradecendo as suas eleições para socios do Idstituto.

Das Bibliothecas—Nacional, do Rio de Janeiro, e da Universidade de Upsala, agradecendo a remessa da obra de Hans Staden.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes foram recebidas com especial agrado.

Comparecendo na sala immediata o nosso socio Dr. J. Mesquita Barros, foi nomeada uma commissão que o introduzio na sala das sessões, onde tomou assento.

ORDEM DO DIA

Foi unanimemente approvada a proposta assignada por todos os socios presentes conferindo o titulo de Presidente honorario do Instituto ao Sr. Dr. J. M. da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco.

Foi lido o parecer da commissão de admissão de socios, relativo aos Srs. Dr. Carlos Rodrigues de Vasconcellos, Professor Fernando Martins Bonilha, Dr. Luciano Esteves dos Santos e Manoel de Oliveira Lima.

Foram apresentadas propostas para admissão dos seguintes Srs. como socios do Instituto: Drs. João Mendes de Almeida Junior e Silvio de Almeida, como socios effectivos e Candido Costa como correspondente.

O Sr. E. Hollender apresenta diversos mappas antigos, referentes ao Brazil, de 1620 e 1621, afim de ser escolhido um pelo Instituto, recahindo a escolha sobre o intitulado «Brazilia—Rio Grande de Lucena, tendo o Sr. Presidente agradecido a valiosa offerta.

O Sr. P. Guimarães propõe que o Instituto, para solemnisar o 10.° anniversario da sua fundação em 1904, realise um Congresso Americano de Historia e Geographia, devendo ser nomeada uma commissão de 10 membros para estudar o assumpto e formular o programma.

Tendo o Sr. M. Azevedo apresentado uma emenda para que a commissão fosse de 3 membros, foi a primitiva proposta approvada com esta modificação, nomeando o Sr. Presidente os Srs. Eduardo Prado, M. Azevedo e P. Guimarães. Este ultimo, pedindo a palavra, pede excusa da commissão e demissão do cargo de 1.° Secretario, visto que por motivos imperiosos não poderá comparecer as sessões durante 5 a 6 mezes. A vista das razões apresentadas, a casa não acceitou o pedido de demissão, concedendo ao 1.° Secretario uma licença pelo tempo que julgasse necesssario.

Foi apresentado e approvado o Balancete da receita e despeza no 1.° trimestre do anno.

Nada mais havando a tratar, foi levantada a sessão.

Lavrada por Dionysio Fonseca, 2.° Secretario.

Sessão ordinaria em 20 de Abril de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 da noite, no salão das sessões, presentes os srs. Duarte de Azevedo, Miranda de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, Dionysio Fonseca, João Moraes, Bernardo Campos, Dinamerico Rangel, Arthur Vautier, Antonio Piza, Theodoro Sampaio, João Monteiro, Orville Derby, Alexandre Riedel, Jacintho Ribeiro, J. Vicente Sobrinho, E. Hollender e A. Goulart, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

Foi por uma commissão introduzido na sala das sessões o sr. Alvaro Guerra, que tomou assento.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. J. Vieira da Silva, agradecendo a sua transferencia para socio honorario.

Do sr. Joaquim Marianno A. Moraes, remettendo o autographo de um seu trabalho, sendo o mesmo remettido á commissão de geographia.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Ficaram sobre a mesa os pareceres sobre as propostas de socios feitas na sessão anterior.

O sr. Hollender lê a copia de uma conta de despezas feitas com a execução de um condemnado á pena ultima.

O sr. J. Moraes procede á leitura de um seu importante trabalho sobre a revolução rio grandense de 1835, que foi muito apre-

ciado, sendo ao terminar acolhido por uma salva de palmas e muito cumprimentado.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão. Lavrada por Dionysio Fonseca, 2.° secretario.

Sessão ordinaria, em 4 de Maio de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os Srs. D. de Azevedo, M. Azevedo, D. Fonseca, C. Reis, Th. Sampaio, J. Moraes, B. Campos, A. Vautier, J. Jaguaribe, O. Derby, D. Rangel e J. Vicente Sobrinho, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFERTAS

As constantes da relação em apendice, recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram votados os pareceres relativos aos Srs. D.ras Maria Renotte, D.rs J. Mendes Junior, Silvio de Almeida e Ignacio de Rezende, como socios effectivos, e Candido Costa como correspondente.

O Sr. Dr. J. Moraes leu a 2.ª parte do seu notavel trabalho sobre a Revolução de 1835, que não foi menos apreciada do que a 1.ª, sendo o seu illustre auctor igualmente applaudido e cumprimentado pelos socios presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão. Lavrada por Dionysio Fonseca, 1.° Secretario em exercicio.

Sessão ordinaria em 20 de Maio de 1901

PRESIDENCIA DO EXM. SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 da noite, presentes os Srs. D. de Azevedo, M. Azevedo, D. Fonseca, C. Reis, D. Rangel, T. Sampaio, J. Jaguaribe, Couto Magalhães, D. Jaguaribe, O. Derby, A. Piza, P. Lessa, E. Prado, J. Moraes, A. Löffgren, J. Vicente Sobrinho,

Jacintho Ribeiro e S. Romeo, e a Exma. Sr^a. D. Presciliana de Almeida, foi aberta a sessão.

Foram por uma commissão introduzidos no salão das sessões, onde tomaram assento os Srs. Drs. Carlos de Vasconcellos e Silvio de Almeida.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Foram lidos diversos officios de socios agradecendo as suas eleições, e outros agrandecendo offertas do Instituto.

OFFERTAS

As no fim indicadas no appendice, recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram mandadas á commissão respectivas propostas para admissão dos Srs. Henrique Coelho Netto, Drs. Joaquim M. de A. Moraes e Antonio C. Barbosa, como socios correspondentes do Instituto.

O Sr. E. Prado, propõe que o Instituto se dirija ao Governo pedindo a abertura de rigoroso inquerito sob o assassinato do Monsenhor Claro Monteiro, o que foi approvado.

Sendo introduzidos no recinto os membros da Commissão Scientifica Austriaca, Drs Richard Weltstein Ritter von Westersheim, Frederico Kerner e Marilann, Augusto Heinrich Wiesmann e Victor Schiffner, tomaram assento ao lado da mesa, sendo calorosamente saudados pelo Sr. Presidente, que congratulou-se com o Instituto pela honrosa visita, propondo que fossem todos os membros da Commissão considerados socios honorarios do Instituto, o que foi approvado.

Tendo o Sr. Löffgren saudado em allemão aos visitantes respondeu em francez o Dr. Richard Weltsteim, agradecendo a prova de apreço que acabavam de receber os membros da Commissão Scientifica.

O Sr. E. Prado, obetendo a palavra, sauda tambem a Commissão em bellissimo discurso em francez, congratulando-se com o Instituto pelo recebimento em seu seio, de seus illustres membros.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão.

Lavrada por Dinamerico Rangel, supplente em exercio do 2.° secretario.

Sessão ordinaria em 5 de Junho de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos cinco dias do mez de Junho de mil novecentos e um, presentes os srs. Duarte de Azevedo, Dionysio Caio, Carlos Reis, Miranda Azevedo, Domingos Jaguaribe, Theodoro Sampaio, Tulio de Campos, Sergio Meira, Alberto Loeffgren, Sivio de Almeida, Couto de Magalhães, Carlos de Vasconcellos, Horacio Lanne, Orville Derby, José Vicente Sobrinho e Dinamerico Rangel, foi declarada aberta a sessão.

Achando-se na sala da Bibliotheca, foi introduzido na sala das sessões o sr. dr. João Mendes de Almeida Junior, com as formalidades do estylo.

Lida a acta da sessão anterior foi approvada sem debate.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Sr. Clovis Bevilacqua, agradecendo sua admissão.

Do Sr. Antonio Borges Sampaio acompanhando uma photographia representando D. Pedro 1.° no acto da coroação.

Da Irmandade do S.S. Sacramento da Cathedral, enviando um convite.

Do Instituto Archeologico de Pernambuco, offerecendo copias de mappas solicitadas por este Instituto.

Tendo o dr. Miranda Azevedo, proposto que as despesas com essas copias fossem pagas pelos socios, foi aberta uma subscripção entre os mesmos, attingindo tal subscripção a somma precisa.

OFFERTAS

As constantes do appendice, que foram recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram votadas as propostas relativas aos Srs. Drs. Antonio da Cunha Barbosa, Henrique Coelho Netto e Joaquim Marianno de Almeida Moraes.

Foram apresentadas propostas para serem acceitos socios do Instituto na qualidade de socio effectivo Drs. Amancio Ramos Freire; correspondente Antonio Olyntho dos Santos Pires; tendo o Dr. Couto Magalhães, requerido a nomeação de uma commis-

são para representar o Instituto na installação da Sociedade Etnographica e Civilisação dos Indios, o sr. Presidente nomeou os Srs. Theodoro Sampaio, D. Jaguaribe e O. Derby.

O Sr. Loeffgren communicou ter recebido da Universidade de Stokolmo informações sobre as copias dos documentos a que se referiu na sessão de 5 de Fevereiro; o Instuto auctorisou o Thesoureiro a satisfazer as despesas.

O Dr. Jaguaribe fez a leitura da noticia historica sobre a sua invenção de dois balões com azas para a navegação aerea, entregando todos os livros, documentos interessantes e planos relativos a essa invenção; sendo devidamente apreciado o trabalho do illustre consocio.

Nada mais havendo a tractar-se, o Sr. Presidente levanta a sessão.

Lavrada pelo Dr. Dinamerico Rangel, supplente em exercicio do cargo de 2.· secretario.

DUARTE AZEVEDO.
DINAMERICO RANGEL.
ALFREDO TOLEDO.

Sessão ordinaria em 20 de Junho de 1901

Presidencia do Conselheiro Duarte de Azevedo

Aos 20 dias do mez de Junho de mil novecentos e dois, ás 7 e meia horas da noite, no salão do Instituto, presentes os srs. Duarte de Azevedo, Antonio Piza, Carlos Reis, Miranda Azevedo, Domingos Jaguaribe, Alfredo de Toledo, João Vampré e Dinamerico Rangel, foi aberta a sessão.

Foi recebido nas salas das sessões com as formalidades do estylo o socio Professor Fernando Bonilha Junior.

Lida a acta da sessão anterior, foi approvada sem debate.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Presidente do Instituto Historico da Bahia, communicando a eleição da mesa administrativa para os annos de 1901 a 1902. Do Bibliothecario da Bibliotheca Fluminense solicitando a obra de Hans Staden. Do Sr. Carlos Ferreira de Mello—acompanhando uma offerta.

—Offertas as constantes da relação appensa, que são recebidas com agrado especial.

ORDEM DO DIA

Foram propostos socios do Instituto os Srs. Manoel Barata e Coronel Fernando Prestes de Albuquerque.—A' Commissão.

Foi apresentado parecer sobre as propostas na sessão anterior. Sobre a mesa.

O Sr. Presidente nomeou uma commissão composta dos Srs. Theodoro Sampaio, O. Derby, e Ferreira Ramos para dar parecer sobre a memoria apresentada pelo Sr. Dr. Jaguaribe sobre o seu trabalho relativo á—Invenção dos balões.

Nada mais havendo a tractar foi encerrada a sessão e marcado o dia 5 do mez p. futuro.

Lavrada pelo Dr. Dinamerico Rangel.

DUARTE DE AZEVEDO.
DIONYSIO C. DA FONSECA.
DINAMERICO RANGEL.

Sessão em 5 de Julho de 1901

Presidencia do Conselheiro Duarte de Azevedo

Aos cinco dias de mez de Julho, ás 7 e meia horas da noite, no salão das sessões do Instituto Historico e Geographico, presentes os Srs. Duarte de Azevedo, Miranda Azevedo, Dionysio Caio, Carlos Reis, Dinamerico Rangel, A. Forte Black, João Moraes, Theodoro Sampaio, Antonio Piza, Domingos Jaguaribe, A. Vautier, O. Derby, Eduardo Prado, Santos Rodrigues, Fernando Bonilha Junior, J. Wietbraune. Aberta a sessão foi recebida na sala das sessões com as solemnidades do estylo a Sra. D. Maria Reno tte. Em seguida é lida e approvada a acta da sessão anterior, por unanimidade.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Dr. J. Calmon N. V. da Gama, agradecendo a sua transferencia. — Da Bibliotheca Fluminense agradecendo a remessa de livros.

Do Dr. Thesoureiro do Instituto remettendo o balancete da receita e despesa no 2.º trimestre do exercicio.

Dos Drs. Cunha Barbosa e J. Marianno de A. Moraes agradecendo a sua admissão.

São feitas as offertas relacionadas em apendice que são recebidas com especial menção e agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas propostas para admissão dos seguintes Srs.: Conego José P. de Araujo Marcondes, Drs. Manoel Pedro Villaboim e Herculano Crispim de Carvalho, aquelles como effectivos e este na qualidade de correspondente.

Ficou sobre a mesa o parecer relativo aos socios propostos na sessão anterior. Foram votados pareceres concluindo pela admissão dos Drs. Amancio Ramos Freire e Antonio Olyntho dos Santos Pires.

O Sr. Dr. Derby desempenhando a missão que lhe fora commettida de estudar os mappas vindos de Pernambuco, leu a primeira parte do seu estudo comparando os ditos mappas com os que se encontram na Historia do Brazil—do Carmelita descalço Frei José de Sant'Anna. Ao terminar a leitura do minucioso e consciente trabalho foi o orador muito applandido.

O Sr. Dr. Eduardo Prado occupando-se da indicação que apresentou na sessão de 5 de Março informa o Instituto de ter se dirigido ao Dr. Secretario do Interior, do Estado, sobre o assumpto e propor a nomeação de uma commissão incumbida de fornecer ao Governo do Estado, uma relação dos documentos referentes á Geographia e Historia de S. Paulo, e que se encontram em varias bibliothecas portuguezas: fundamentando longamente a sua proposta. Ao terminar foi o illustre consocio vivamente applaudido pelo Instituto. O Sr. Presidente nomeou para essa commissão: os Drs. Eduardo Prado, Antonio Piza e Miranda Azevedo. O Sr. Santos Rodrigues comprometteu-se a apresentar ao Instituto uma nota de documentos interessantes sobre o Brazil, existentes em bibliothecas portuguezas.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão e marcado o dia 20 do mez futuro para outra reunião ordinaria.

Lavrada pelo Dr. Dinamerico Rangel.

Duarte Azevedo.
Dionysio Caio da Fonseca
Dinamerico Rangel.

Sessão ordinaria em 20 de Julho de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 e meia da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Eduardo Prado, Miranda Azevedo, Domingos Jaguaribe, Alfredo Toledo, A. Vautier, Couto Magalhães, Theodoro Sampaio, Carlos de Vasconcellos, Carlos Reis, J. Vampré, Dionysio Fonseca, Bonilha Junior e Dinamerico Rangel, foi aberta a sessão.

Por uma commissão foi introduzido no salão das sessões, onde foi recebido com as formalidades do estylo, o nosso socio Sr. Dr. Amancio Ramos Freire.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos Presidentes do Sport Club Internacional e da Liga Auxiliadora Internacional, convidando o Instituto a representar-se na sua festa de anniversario.

Do Sr. A. Olyntho S. Pires, agradecendo a sua admissão.

OFFERTAS

As constantes da relação em apendice, recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram approvados os pareceres relativos aos Srs. Dr. Manoel Barata e Fernando Prestes de Albuquerque. Ficaram sobre a mesa para serem votados na 1.ª sessão os pareceres relativos aos propostos na ulima sessão. Foram apresentadas propostas para admissão do Sr. Olympio Paranhos e Mrs. Mary Robinson Wrigthe. Tendo o Dr. Carlos Reis pedido dispensa de intersticio, attento o elevado merecimento desta escriptora, foi a proposta votada immediatamente, e a mesma Sra. proclamada socia honoraria do Instituto.

O Dr. D. Jaguaribe propoz, e foi approvado, que o instituto se congratulasse com o Sr. Santos Dumont pelo successo obtido nas experiencias de seu balão dirigivel. Nada mais havendo a tractar, foi levantada a sessão. Lavrada por Dinamerico Rangel, supplente em exercicio do 2.º Secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Agosto de 1901

PRESIDENCIA DO SNR. DR. MIRANDA AZEVEDO

A's 8 horas da noite, presentes os Snrs. Miranda Azevedo Dionysio Fonseca, Carlos Reis, Dinamerico Rangel, Orville Derby Cesar Bierrembach e Theodoro Sampaio, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

EXPEDIENTE

OFFICIO

Da Liga Auxiliar e Sport Club Internacional, remettendo bilhetes de ingresso á commissão que deve representar o Instituto nas festas a serem celebradas pelos mesmos.

Do Dr. Th. Cochrane, acompanhando uma offerta.

Da Bibliotheca da Universidade de Upsala, remettendo Botines da Instituição de Geologia da mesma Universidade.

Da Snra. Mary Rolinson Wright, agradecendo a sua admissão.

OFFERTAS

As no fim indicadas em appendice, recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram approvados os pareceres relativos á admissão dos Snrs. Drs. Herculano C. de Carvalho, M. Pedro Villaboim e Conego J. Pedro de Araujo Marcondes como socios do Instituto, aquelle correspondente e estes effectivos.

O Dr. Derby procedeu á leitura de um valiosissimo trabalho do digno consocio Snr. Dr. Ernesto C. Young «Subsidios para a historia de Iguape. Mineração de ouro» que foi muitissimo agradecido, devendo ser publicado na Revista.

Nada mais havendo a tractar, foi levantada a sessão.

Lavrada por Dinamerico Rangel, 2.° supplente em exercicio de Secretario.

Sessão ordinaria, em 20 de Agosto de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 1/2 horas da noite, no salão das sessões do Instituto, presentes os snrs. Duarte de Azevedo, Euclides da Cunha, Horacio Lane, E. Goulart, A. Vautier, Tullio de Campos, Miranda Azevedo, Dr. Jaguaribe, Alfredo Toledo, Sylvio de Almeida, Amancio Freire, Theodoro Sampaio, A. Piza, Carlos Reis, Dionizio Fonseca, J. Vampré e Jacintho Ribeiro, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da ultima sessão.

Foi recebido por uma commissão e introduzido na sala das sessões, onde tomou assento, o novo socio snr. Conego José Pedro de Araujo Marcondes.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos snrs. Manoel M. C. Barata e M. de Oliveira Lima agradecendo as suas admissões como socios do Instituto.

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, as quaes são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas e lidas propostas para transferencia dos Snrs. Ernesto G. Young da classe de socio effectivo para a de honorario, e Dr. A. Candido Rodrigues de correspondente para effectivo. Tendo o Dr. Carlos Reis pedido dispensa de intersticio forão as propostas immediatamente postas em discussão e unanimemente approvadas.

O socio Snr. Dr. Sylvio de Almeida increveu-se para falar na primeira sessão.

Nada mais havendo a tractar o snr Presidente levantou a sessão.

Lavrada por Dinamerico Rangel, 2.° supplente de Secretario.

Sessão ordinaria, em 5 de Setembro de 1901

PRESIDENCIA DO SNR. CONSELHEIRO DUANTE DE AZEVEDO

As' 7 horas da noite, no salão do Instituto presentes os snrs. Duarte de Azevedo, A. Piza, Miranda Azevedo, P. Guimarães, J. Jaguaribe, Carlos Sampaio, C. Reis, Th. Sampaio, C. Bierrembach, O, Derby, Fortunato Camargo, Silvio de Almeida. D. Rangel, D. Jaguaribe, H. Lane, C. Magalhães, J. Mendes Junior, J. Monteiro, D. M. Renotte, R. Freire, E. Hollender, Dionysio Fonseca e E C. Pereira, foi aberta a sessão.

Foi approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Dos Snrs. Drs. A. Candido Rodrigues e Coronel Fernando Prestes de Albuquerque, agradecendo, aquelle a sua transferene este a sua admissão no Instituto.

Do Gremio Litterario «Carlos Ferreira» de Amparo, solicitando a remessa da «Revista».

OFFERTAS

As no fim indicadas no appendice, recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas propostas para admissão dos Snrs. João Lorenço Rodrigues, como socio effectivo, e Belisario Pernambuco, como correspondente.

O Snr Presidente, usando da palavra, refere-se em phrases repassadas de sentimento á grande perda que acaba de soffrer o Iustituto com a morte do Dr. Eduardo Prado, perda que vem enlutar o Brasil inteiro e indica em nome da mesa que na acta seja lançado uma nota do mais profundo pezar pelo passamento do illustre consorcio, sendo essa indicação acceita por unanimidade de notas.

O Snr. Dr. Miranda Azevedo, salientando o profundo amôr do Dr. E. Prado pelo Instituto, propoz que fosse nomeada uma commissão para apresentar á Exm.ª Familia do Illustre morto as condolencias dos associados.

O Snr. E. Hollender propõe que Instituto solicite da Exm.ª Familia do finado um retrato deste para ser collocado no salão nobre das sessões.

Obtêm succesivamente a palavra os Drs. Couto de Magalhães, como amigo do finado, Pereira Guimarães, propondo que fosse suspensa a sessão, J. C. Bierrembach, João Monteiro e Domingos Jaguaribe, que declara ter em nome do Instituto cumprido o dever de represental-o no acto de inhumação proferindo então palavras de saudade.

Depois de nomeada uma commissão composta dos Snrs. Drs. Th. Sampaio Sampaio, D. Jaguaribe e O Derby, de accôrdo com a proposta do Snr. Dr. M. Azevedo, foi suspensa a sessão, ordenando o Snr. Presidente que n'esta fosse lançado o voto de pesar accceito pela assembléa, e que fez certo o 2.° Secratario Snr. Dionysio Fonseca ao lavral-a.

Sessão ordinaria em 20 de Setembro de 1901

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A's 7 horas da noite, no salão das sessões, presentes os srs. Duarte de Azevedo, P. Guimarães, O. Derby, A. Toledo, A. Piza, Santos Rodrigues, C. Reis, Ferreira Ramos, S. de Almeida, C. de Magalhães, D. Jagnaribe, H. Lane, A. R. Freire, D. Rangel, Conego A. Marcondes, J. Vicente Sobrinho, Carvalho Aranha e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão.

Lida a acta da ultima sessão, foi approvada.

EXPEDIENTE

OFFERTAS

As constantes da relação em appendice, recebidas com especial agrado,

ORDEM DO DIA

Foram propostos socios effectivos do Instituto os Srs. Conego Ezequias Galvão da Fontoura e Dr. Francisco A. Peixoto Gomide.

O Sr. Dr. Thesoureiro expõe as condições da Caixa do Instituto e faz observações sobre o orçamento para o novo exercicio.

O sr. Dr. A. Piza apresentou uma proposta, auctorizando a Directoria a abrir os creditos supplementares ás verbas do orçamento, em que se verificar accrescimo de despezas, o que é approvado.

O Sr. Dr. Silvio de Almeida, orador inscripto, passa a lêr o seu interessante trabalho « Elementos estaticos e dynamicos da litteratura nacional », sendo muito applaudido e felicitado pelos srs. socios e numerosos visitantes, ao finalizar a leitura do seu importantissimo trabalho.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão.

Lavrada por Dionysio Fonseca, 2.° secretario.

Sessão ordinaria em 5 de Outubro de 1901

PRESIDENCIA DO DR. MANOEL PEREIRA GUIMARÃES

Aos cinco dias do mez de Outubro de mil novecentos e um, as 7 horas e meia da noite, no predio onde funcciona o Instiiuto Historico e Geographico de S. Paulo, presentes os Exmos. srs. Drs. Manoel Pereira Guimarães, Antonio Piza, Tulio de Campos, Domingos Jaguaribe, Theodoro de Sampaio, Alfredo de Toledo, Orville Derby, Amancio Ramos, Carvalho Aranha, Exma. Sra. Dra. Maria Rennotte, assume a presidencia o Dr. Manoel Pereira Guimarães, declara aberta a sessão, communicando que o Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo, por força maior, deixa de comparecer a presente.

Achando-se na sala da Bibliotheca o Dr. Antonio Candido Rodrigues, socio recem-admittido, neste gremio, o Sr. Presidente nomeia a Commissão composta dos Srs. Drs. Theodoro Sampaio e Domingos Jaguaribe, para convidarem-no e acompanharem dando entrada na sala da sessão.

Com as formalidades do estylo S. Exc^a^. é introduzido no salão e convidado acceita o logar a esquerda da Presidencia da Assembléa.

E' lida e posta em discussão e approvada a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

O sr. 1.° secretario procede a leitura do officios do Exmo. Sr. Dr. Sabino Barroso, ministro do Interior e Justiça da Republica, requisitando do Instituto, a remessa de memorias originaes e outros trabalhos:—Inteirado. Officio do consocio Ernesto Guilherme Joaquim, agradecendo a transferencia da classe de socio effectivo para o de honorario.

Dá ainda conta, o sr. 1.° secretario, das offertas, que constam de livros, folhetos, jornaes.—Agradeça-se.

ORDEM DO DIA

Foi lido o parecer da respectiva commissão opinando pela admissão de socios.

Ficou sobre a mesa para ser discutido e votado na proxima sessão.

O Dr. Theodoro Sampaio, membro da commissão nomeada para dar parecer sobre o trabalho e documentos offerecidos ao Instituto pelo socio Dr. Jaguaribe, sobre a direcção dos balões, apresenta o parecer, que é transcripto na presente acta, mas que será publicado com o respectivo trabalho.

Foram approvados o orçamento da receita e despeza para 1902 e o balancete, apresentados. E tambem propostas para admissão de socios.

Lavrada por Dionysio Caio da Fonseca.

Dr. Miranda Azevedo.
M. Pereira Guimarães.
Dinamerico Rangel.

Sessão ordinaria em 19 de Outubro de 1901

PRESIDENCIA DO EXMO. SR. DR. MIRANDA DE AZEVEDO

Aos 19 dias do mez de Outubro de 1901, ás 7 horas da noite no edificio em que funcciona o Instituto Historico e Geographico do Estado de São Paulo, presentes os Srs. Drs. Miranda de Azevedo, Manoel Pereira Guimarães, Amancio Ramos, Antonio Piza, Theodoro Sampaio, Orville Derby e Dinamerico Rangel, foi declarada aberta a sessão, sob a presidencia do primeiro servindo de segundo secretario o Dr. Dinamerico Rangel na forma dos Estatutos.

Foi lida, posta em discussão e por unanimidade approvada a acta da sessão anterior. O primeiro secretario dá conta do expediente e das offertas. Foram lidos os pareceres que ficaram sobre a mesa relativos a admissão dos Srs. João Lorenço Rodrigues, Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, Conego Esequias Galvão da Fontoura, na qualidade de socios effectivos, devendo o primeiro apresentar trabalho na forma do paragrapho segundo do artigo terceiro dos Estatutos: Belisario Pernambuco e Olympio Paranhos, na de socios correspondentes: approvados.

Foi lido e approvado o parecer da commissão de contas relativo ao projecto de Orçamento para o anno de 1902: bem

como approvado o parecer sobre o balancete do trimestre de Julho a Setembro, apresentado pelo digno Thesoureiro Dr. Carlos Reis.

Foram apresentadas as propostas para admissão de socios o Exmo. Snr. Barão de Studart, como honorario e Alfredo Varélla como correspondente. Dr. Theodoro Sampaio propôe e o Instituto approva unanimemente que se congratule com o Dr. Luiz Cruls pelo feliz resultado dos seus trabalhos na commissão de limites com a Bolivia. O mesmo illustre consocio e com a profisciencia que lhe é reconhecida expôe e lê a carta sobre a palavra, digo, sobre a origem da palavra Ceará: interessante assumpto que tanto tem occupado a litteratura nacional. Sua Exm.ª offereceu ao instituto a carta que apresentou e propõe que fosse a mesma publicada na Revista bem como os artigos por S. Exm.ª escriptos e publicados no «Estado de S. Paulo». Approvado.

Lavrada por Dionysio Caio da Fonseca.

M. Pereira Guimarães.
Dionysio Caio da Fonseca.
Domingos Jaguaribe.

Sessão ordinaria em 25 de Outubro de 1901

PRESIDENCIA DO DR. MANOEL PEREIRA GUIMARÃES

Aos vinte e cinco dias de Outubro no predio onde funcciona o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, ás 7 horas e meia da noite, presentes os socios srs. Drs. Manoel Pereira Guimarães, Domingos Jaguaribe, Carlos Reis, Santos Rodrigues, Couto Magalhães, Sylvio de Almeida, Carvalho Aranha, Dyonisio Caio Fonseca, na falta dos srs. Presidente e Vice-presidente, assume a presidencia. o sr. Dr. Manoel Pereira Guimarães 1.º Secretario, que declarou aberta a sessão, convidando para occupar o lugar de 2.º secretario o Dr. Domingos Jaguaribe.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

E' pelo 1.º secretario apresentada a offerta de uma photographia do Conselheiro Augusto de Castilho, offerecida ao Instituto pelo representante da «União Portugueza» e por intermedio do consocio Dr. Santos Rodrigues. O Instituto agradece.

ORDEM DO DIA

E' lido o parecer da Commissão que opina pela admissão dos srs. dr. Eduardo Loschi na qualidade de socio effectivo, D. Abelardo Varella, D. Julio Vicuña Creufuentes, Felix Pacheco, Carlos Porto Carreira e dr. Alfredo Varella na qualidade de correspondentes e o sr. barão de Studart na de honorario.

Pede a palavra o dr. Domingos Jaguaribe e propõe dispensa de intersticio do regulamento, visto ser esta a ultima sessão ordinaria do anno lectivo. Posta a votos a proposta é approvada.

O sr. presidente agradece o comparecimento dos srs. associados á presente sessão e declara encerrados os trabalhos do anno de 1901.

Lavrada por Dionysio Caio da Fonseca.

Dr. Miranda Azevedo.
Manoel Pereira Guimarães.
Dionysio Caio Fonseca.

Sessão magna em 1.º de Novembro de 1901

Presidencia do sr. conselheiro Duarte de Azevedo

A um de Novembro de mil novecentos e um, no predio onde funcciona o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, sob a presidencia do Exm.º Snr. Conselheiro Manoel A. Duarte de Azevedo, presente os socios Drs. Pereira Guimarães, Miranda Azevedo, Carlos Reis, Theodoro Sampaio 1.º secretario, vice-presidente, thesoureiro e orador e mais socios: Drs. Domingos Jaguaribe, Amancio Ramos, Carvalho Aranha, Ernesto Goulart, Alfredo Toledo, Drª. Maria Rennotte, H. H. Willians, Couto Magalhães, Dinamerico Rangel, Pedro Lessa, Aquino e Castro, José Getulio Monteiro, Santos Rodrigues, M. Vasconcellos, José Jacintho Ribeiro, Fernando Bonilha Junior, commigo secretario Dionysio Fonseca, e em presença dos Representantes do Governo, associações convidadas, e pessoas gradas, foi declarada aberta a sessão magna de anniversario da nossa fundação.

O Snr. Presidente depois de breve allocução congratulando-se com os socios e pessoas que nos honraram com suas presenças, encarece os serviços que á Patria e ao Estado tem prestando o

Instituto no accurado amor e interesse com que estuda as questões que lhe são indistinctamente affectadas.

Depois de referir-se ás sensiveis perdas dos companheiros que tombaram para a paz dos que cumprem na vida a missão santa do bem, S. Exc. dá a palavra ao Exm. Sr. Dr. Theodoro Sampaio que na fórma dos Estatutos occupa-se do elogio de taes companheiros merecendo ao orador e como ao Instituto, as manifestações de dó, o passamento do socio Eduardo Prado, o benemerito e esforçado brazileiro tão cedo arrancado do nosso gremio.

E' ao terminar o orador muito applaudido.

O Sr. Presidente agradecendo a presença das pessoas que nos honraram encerra a sessão.

Lavrada por Dionyosio Caio da Fonseca.

Dr. Miranda Azevedo.
Manoel Pereira Guimarães.
Dionysio Caio Fonseca.

RELATORIO

DOS

TRABALHOS E OCCORRENCIAS

DO

Instituto Historico e Geographico de São Paulo

NO ANNO DE 1901

Apresentado pela Directoria na sessão de 25 de Janeiro de 1902

SRS. MEMBROS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SÃO PAULO

Em cumprimento ao que dispõe o § 5.° do artigo 16 dos estatutos, a Directoria vem apresentar-vos o relatorio referente ao anno social de 1901.

ESTATUTOS

Necessitando os nossos estatutos de reforma, foi nesse sentido apresentado um projecto em sessão de 5 de Fevereiro, sendo o mesmo approvado com algumas modificações na sessão de 20 do mesmo.

ADMINISTRAÇÃO

Nenhuma alteração soffreu a Directoria por vós eleita na sessão de 25 de Outubro de 1900 e empossada na de 1.° de Novembro desse anno.

COMMISSÕES

Na sessão de 25 de Janeiro, o Presidente do Instituto, de accôrdo com o disposto no § 2.° do artigo 27 dos estatutos, então em vigor, nomeou as commissões permanentes a que se refere esse paragrapho.

SESSÕES E TRABALHOS

Com toda a regularidade effectuaram-se as sessões do Instituto; as ordinarias em numero de 20 e a magna em 1.° de Novembro. Em diversas sessões foram apresentados e lidos pelos srs. socios os seguintes trabalhos:

Na sessão de 5 de Fevereiro:—Traducção de um trabalho sobre o Brazil, existente na Academia de Stockolmo, pelo sr. Löfgren, e—Observações sobre limites entre S. Paulo e Minas, pelo sr. Derby.

Na sessão de 20 de Março:—Descobertas e rectificações das minas de S. Paulo, pelo sr. Derby.

Nas sessões de 20 de Abril e 4 de Maio:—Factos da historia patria, Revolução Rio-Grandense, pelo sr. J. Moraes.

Na sessão de 5 de Junho:—Noticia historica sobre a sua invenção de balões dirigiveis, pelo sr. D. Jaguaribe.

Na sessão de 5 de Julho:—Observações sobre os mappas pedidos ao Instituto Archeologico de Pernambuco, pelo sr. Derby.

Na sessão de 5 de Agosto:—Subsidios para a historia de Iguape, pelo sr. E. Young, pelo sr. Derby.

Na sessão de 20 de Setembro:—Elementos estaticos e dynamicos da litteratura brazileira, pelo sr. Silvio de Almeida.

Na sessão de 20 de Outubro:—Origens da palavra *Ceará*, pelo sr. Theodoro Sampaio.

BIBLIOTHECA E ARCHIVO

A' bibliotheca e ao archivo do Instituto foram feitas as valiosas offertas constantes dos livros, mappas, medalhas, moedas, quadros, jornaes, etc. mencionados no catalogo annexo. A Directoria julga do seu dever consignar em nome do Instituto um voto de agradecimento a todos aquelles que tão generosamente concorreram para o augmento de suas collecções.

SOCIOS

No correr do anno foram acceitos 48 novos socios, sendo 8 na qualidade de honorarios, 17 na de effectivos e 23 na de correspondentes.

Conforme deliberação vossa, em sessão de 20 de Fevereiro, foram transferidos da classe de fundador para a de fundador-benemerito o sr. dr. Domingos J. N. Jaguaribe e para a de fundador-honorario o sr. dr. Manoel de Moraes Barros; da de correspondentes para a de honorarios os srs. A. L. Garraux, João Vieira da Silva e dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama; da de correspondentes para a de effectivos os srs. drs. Estevam Ribeiro de Souza Rezende (Barão de Rezende), Carlos Augusto Pereira Guimarães, Euclydes da Cunha, Francisco de Toledo Malta, João Baptista de Mello Peixoto. José Pereira de Queiroz, Luiz F. Gonzaga de Campos, Manoel P. M. Tapajós, Mario Bulcão e Paulo Orozimbo de Azevedo, e em sessão de 20 de Agosto os srs. drs. Ernesto Guilherme Young, da de effectivo para a de honorario, e Antonio Candido Rodrigues, da de correspondente para a de effectivo.

O Instituto teve a infelicidade de perder 4 illustres membros, um fundador—o sr. José André do Sacramento Macuco, dois effectivos—os srs. drs. Eduardo da Silva Prado e João Diogo Esteves da Silva, e um correspondente—o sr. dr. João Francisco Malta Junior.

E' grato consignar que quasi todos os socios estão em dia com ás suas annuidades, o que muito concorreu para o restabelecimento das nossas finanças.

REVISTA

Foi publicado e distribuido o vol. 5.º da *Revista* do Instituto, relativo ao anno de 1900. O vol. 6.º relativo ao anno de 1901 acha-se no prelo, devendo apparecer brevemente.

FINANÇAS

E' com immenso jubilo que a Directoria tem a annunciar-vos que o estado das finanças do Instituto é o mais prospero possivel. Pelo relatorio de 1900, o saldo do Instituto era apenas de 223$000, insufficiente para as despesas do resto do anno. Actualmente o Instituto nada deve e, pelo balanço annexo, vereis que o saldo em dinheiro no Banco do Commercio e Industria eleva-se a 9:143$200.

No orçamento da receita e despesa do Estado para o corrente exercicio, foi consignada a verba de 6:000$000, como auxilio á nossa associação, e mantida a auctorização para a impressão da *Revista* na typographia do «Diario Official» do Estado.

Em nome do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, a Directoria consigna aqui um voto de profundo agradecimento e gratidão aos illustres e dignos membros de ambas as casas do Congresso Legislativo do Estado, acreditando que os patrioticos legisladores, apreciando a utilidade da instituição, continuarão a auxilial-a, como o têm feito, animando assim o seu desenvolvimento e garantindo a sua estabilidade, que mais se firmará com a acquisição de um predio para a installação definitiva do Instituto, aspiração suprema dos seus directores.

CONCLUSÃO

Taes são, srs. membros do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, os factos que á Directoria pareceram de maior importancia no correr do anno findo, estando, entretanto, habilitada a prestar todos os esclarecimentos que julgardes necessarios.

S. Paulo, 25 de Janeiro de 1902.

Dr. M. A. Duarte de Azevedo.—Presidente.
Dr. A. C. de Miranda Azevedo.—Vice-presidente.
Dr. M. Pereira Guimarães.—1.º Secretario.
Dionysio Caio da Fonseca.—2.º Secretario.
Carlos Reis.—Thesoureiro.
Theodoro Sampaio.—Orador.

BALANÇO

DA

RECEITA E DESPESA

DO

Instituto Historico e Geographico de S. Paulo

RELATIVO AO ANNO DE 1901

RECEITA

Saldo do balanço de 1900. . . .		43$000
Subvenção concedida pelo Congresso do Estado para 1901		6:000$000
Joias e 1.as annuidades de socios acceitos até o fim do anno de 1900.		1:110$000
Joias e 1.as annuidades de socios acceitos no anno de 1901 . . .		1:310$000
Annuidades vencidas até o fim do anno de 1900		3:168$000
Annuidades de 1901.		3:216$000
Saldo da conta corrente do Banco de Credito Real de S. Paulo, liquidada	18$120	
Juros da conta corrente no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo.	143$200	
Producto da venda de diversos volumes da *Revista*.	136$000	297$320
Recebido de diversos socios para pagamento de mappas, *clichés*, etc. encommendados ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano		270$000
		15:414$320

DESPESA

Aluguel e illuminação das salas onde funcciona o Instituto, á rua General Carneiro n. 1 A, relativo aos mezes de Novembro e Dezembro de 1900 (documento n. 3) .	460$000	
Idem idem idem relativo aos mezes de Janeiro a Dezembro de 1901 (docs. ns. 4, 7, 14, 17, 22, 26, 30, 37, 40, 43, 47 e 52)	2:760$000	3:220$000
Gratificação ao zelador relativa aos mezes de Janeiro a Dezembro de 1901 (docs. ns. 5, 8, 15, 18, 23, 27, 31, 38, 41, 44, 48 e 53) . .		720$000
Porcentagem sobre a cobrança de joias e annuidades effectuada durante o anno de 1901 (docs. ns. 16, 19, 24, 28, 32, 39, 42, 45, 49 e 54).		863$400
Pago a Espindola, Siqueira & C.ª, objectos para o expediente em 1900 e em 1901 (docs. ns. 1, 29 e 50).	260$500	
Dispendido com o expediente da secretaria e thesouraria do Instituto durante o anno de 1901 (docs. ns. 6, 9, 16, 19, 24, 28, 32, 39, 42, 45 e 49) .	133$160	393$660
Impressões de balancetes, estatutos, orçamento de 1902, arvore genealogica de Lopo de Souza, publicação dos estatutos e tres clichés (docs, ns. 10, 11, 12, 20, 21, 33, 35 e 51) .		487$000
Dispendido com a compra de diversos objectos e aluguel de cadeiras (docs. ns. 2, 13, 34 e 46).		61$000
Remettido ao Dr. Carlos Lindman em uma lettra á vista de £ 11 e 1/2 (doc. n. 25).	248$000	
Idem ao Presidente do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e dispendido com a remessa (docs. ns. 36 e 39) . .	255$600	503$600
Saldo		9:165$660
S. E. O. . .		15:414$320

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1901. — O thesoureiro, Carlos Reis.

RESUMO DO BALANÇO

Receita	15:414$320	
Despesa	6:248$660	
Saldo		9:165$660
Sendo:		
Em conta corrente no Banto do Commercio e Industria de S. Paulo, conforme a respectiva caderneta	9:143$200	
Em mão do thesoureiro do Instituto .	22$460	9:165$660

PARECER DA COMMISSÃO DE CONTAS

Illustre Dr. Carlos Reis.—Dignissimo Thesoureiro do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.

Estamos de perfeito accordo com o balanço por vós apresentado, e pelo exame a que procedemos nos documentos, vê-se que o vosso trabalho está feito com toda a nitidez, justificando assim a dedicação de socio prestimoso e que se interessa pela prosperidade do Instituto Historico.

S. Paulo, 20 de Janeiro de 1902.

J. Florindo.
Eugenio A. Franco.
Arthur Vautier.

BALANCETE

DA

RECEITA E DESPESA

NO

1.º trimestre de 1901

(1.º de Janeiro a 31 de Março de 1901)

RECEITA

Saldo demonstrado no balanço de 31 de Dezembro de 1900		43$000
Recebido do Thesouro, subvenção do Estado para 1901		6:000$000
Idem do Banco de Credito Real de São Paulo, da conta corrente do Instituto, que ficou liquidada		18$120
Idem pela venda de uma collecção dos 4 vols. da Revista.		30$000
Idem das joias e primeiras annuidades dos dez socios constantes da relação annexa.	740$000	
Idem das annuidades dos socios constantes da relação annexa.	2:280$000	3:020$000
Somma. . .		9:111$120

DESPESA

Pago a Espindola, Siqueira & Comp. sua conta de papel, pennas, tinta, impressos, etc., em 1900.	133$000
Idem por uma bandeja para copos.	5$000
Idem pelo aluguel das salas onde funcciona o Instituto e illuminação dos mezes de Novembro e Dezembro de 1900	460$000
Idem, idem, idem de Janeiro, Fevereiro e Março deste anno.	690$000
Idem ao zelador do Instituto, gratificação dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março deste anno . .	180$000
Idem pela porcentagem sobre a cobrança de joias e annuidades recebidas até esta data.	302$000
Idem a Andrade & Mello pela impressão das modificações aos estatutos, para distribuição aos socios.	50$000
Idem ao *Diario Official* do Estado pela publicação das ditas modificações	45$000
Idem pelo archivamento das mesmas modificações no Registro Geral da Comarca.	10$100
Idem á casa V. Steidel & Comp. pela impressão da arvore genealogica de Lopo de Souza, encommendada pela Commissão de Redacção da *Revista*.	150$000
Idem a Seabra & Comp., por molduras com vidro para dois mappas.	20$000
Idem por sellos para officios, cartas, convites, expedição de numeros da *Revista* e da obra de Hans Staden e estampilhas para um cheque e para sellar as modificações aos estatutos.	29$200
Somma. . .	2:074$300

RESUMO

Receita.	9:111$120	
Despesa.	2:074$300	
Saldo. . .		7:036$820

Sendo:

Depositado em conta-corrente no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo	7:000$000	
Em mão do Thesoureiro do Instituto. .	36$820	7:036$820

S. Paulo, 31 de Março de 1901.—O Thesoureiro, *Carlos Reis.*

RELAÇÃO nominal dos socios que satisfizeram a joia de admissão e a primeira annuidade durante o trimestre de 1.º de Janeiro a 31 de Março de 1901.

Antonio Alexandre Borges dos Reis.	74$000
Dr. Carlos de Arruda Sampaio.	74$000
Tenente Coronel Felicio de Campos Cintra . . .	74$000
Dr. Galeno Martins de Almeida.	74$000
Horace E. Williams	74$000
Dr. João Diogo Esteves da Silva	74$000
Dr. José de Mesquita Barros.	74$000
Dr. José Rodrigues Peixoto.	74$000
Dr. Luiz Porto Moretz-Shon de Castro.	74$000
Dr. Sergio Meira.	74$000
Somma. . .	740$000

RELAÇÃO nominal dos socios que satisfizeram annuidades durante o trimestre de 1.º de Janeiro a 31 de Março de 1901

Coronel Agostinho José Moreira Rollo.	1898 a 1900	72$000
Dr. Alberto Carlos de Assumpção . .	1900	24$000
Dr. Alfredo Ellis.	1898 a 1900	72$000
Dr. Alvaro Augusto de Toledo. . .	1900	24$000
Dr. Antonio Carlos R. de A. M. e Silva	»	24$000
Dr. » Dino da Costa Bueno. .	»	24$000
Dr. » Francisco de A. Cintra .	»	24$000
Dr. » Manoel Bueno de Andrada	»	24$000
Dr. Arístides Salles	1899	24$000
Professor Arthur Goulart	»	24$000
Dr. Arthur M. Cortines Laxe . . .	1900	24$000
Dr. Augusto de Siqueira Cardoso . .	»	24$000
Benedicto Galvão de Moura Lacerda .	»	24$000
Dr. Bento Bueno.	»	24$000
Dr. Bernardino de Campos	»	24$000
Dr. Bernardo A. Gavião Peixoto . .	»	24$000
Dr. Bernardo Morelli.	»	24$000

Candido de Carvalho.	1899	24$000
Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães.	1900	24$000
Dr. Carlos Ekman	»	24$000
Dr. Clementino de Souza e Castro. .	»	24$000
Dr. Constante A. Coelho	1898	24$000
Dionysio Caio da Fonseca	1900	24$000
Dr. Eduardo da Silva Prado . . .	1899 e 1900	48$000
Dr. Ernesto Goulart Penteado . . .	1898 e 1899	48$000
Dr. Ernesto Guilherme Young. . .	1900 e 1901	48$000
Dr. Euclydes da Cunha.	1899 e 1900	48$000
Dr. Fernando de Albuquerque . . .	1900	24$000
Francisco C. de Almeida Moraes . .	1899 a 1901	72$000
Dr. Francisco Franco da Rocha . .	1899 a 1900	48$000
Arc. Dr. Francisco de Paula Rodrigues	1900	24$000
Dr. Gabriel Osorio de Almeida. . .	1897 a 1900	96$000
Tenente Coronel Gabriel Prestes . .	1900	24$000
T.e Coronel Henrique A. de Ar.o Macedo	»	24$000
Jesuino da Silva Mello	»	24$000
Dr. João Alvares Rubião Junior . .	»	24$000
Dr. João Baptista de Oliveira Penteado	»	24$000
Dr. João Nogueira Jaguaribe . . .	1899 e 1900	48$000
Dr. João Pereira Monteiro	1900	24$000
João Vieira de Almeida.	»	24$000
Coronel Joaquim de T. Piza e Almeida	1899 e 1900	48$000
Dr. Jorge Krichbaum	1900	24$000
Dr. Jorge Maia	1899 e 1900	48$000
Dr. José de Campos Novaes . . .	»	48$000
Dr. José Custodio Alves Lima. . .	1900	24$000
Dr. José Estanislau de A. Botelho .	1899 e 1900	48$000
Dr. José Getulio Monteiro	1900	24$000
José Gomes dos Santos Guimarães. .	»	24$000
José Hippolyto da Silva Dutra. . .	»	24$000
Dr. José Pereira de Queiroz . . .	1899 e 1900	48$000
Dr. José de Sá Rocha	1900	24$000
Conego Dr. José Valois de Castro. .	»	24$000
Dr. José Vicente de Azevedo . . .	»	24$000
Dr. Julio Cesar F. de Mesquita . .	»	24$000
Dr. Luiz F. Gonzaga de Campos . .	»	24$000
Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. .	»	24$000
Dr. Luiz Pereira Barretto	1899 e 1900	48$000
Dr. Manoel A. de S. Sá Vianna . .	1896 a 1900	120$000
Dr. Manoel D. de Aquino e Castro .	1899	24$000
Dr. Manoel de Moraes Barros . . .	1898 a 1900	72$000
Dr. Manoel P. Monteiro Tapajós . .	1900	24$000

Dr. Mario Bulcão.	1900	24$000
Dr. Oscar Schwenk d'Horta. . . .	1899	24$000
T.e Coronel Paulo Orosimbo de Azevedo	1900	24$000
Dr. Rodolpho Miranda	1899 e 1900	48$000
Dr. Theodoro Sampaio	1900	24$000
Dr. Victor da Silva Freire Junior. .	»	24$000
Somma. . .		2:280$000

S. Paulo, 31 de Março de 1901.

O Thesoureiro,
Carlos Reis.

BALANCETE

DA

RECEITA E DESPESA

NO

2.º trimestre de 1901

(1.º de Abril a 30 de Junho de 1901)

RECEITA

Saldo demonstrado no balancete de 31 de Março .	7:036$820
Recebido pela venda de uma collecção dos 4 vols. da Revista	30$000
Idem das joias e 1.as annuidades dos 17 socios constantes da relação annexa sob n. 1	1:234$000
Idem das annuidades dos 39 socios constantes da relação annexa sob n. 2	1:104$000
Somma . .	9:404$820

DESPESA

Pago pelo aluguel das salas onde funcciona o Instituto e illuminação dos mezes de Abril, Maio e Junho	690$000
Idem ao zelador do Instituto, gratificação dos mezes de Abril, Maio e Junho	180$000
Idem pela porcentagem sobre a cobrança de joias e annuidades recebidas durante o trimestre . .	221$600
Idem a Andrade & Mello pela impressão do balancete do 1.° trimestre e de 1000 exemplares dos estatutos	145$000
Idem por umo lettra de £. 11 e 1/2 a favor do Dr. Carlos Lindman, de Stockolmo, conforme deliberação em sessão de 5 de Junho	248$000
Idem por sellos para expedição da correspondencia, dos estatutos, de numeros da *Revista* e do balancete do 1.° trimestre; por enveloppes para officios e por estampilhas para recibos . . .	32$360
Somma . .	1:516$960

RESUMO

Receita.	9:404$820	
Despesa.	1:516$960	
Saldo . .		7:887$860

Sendo:

Depositado em conta corrente no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo	7:500$000	
Em mão do Thesoureiro do Instituto .	387$860	7:887$860

S. Paulo, 30 de Junho de 1901.

O Thesoureiro

Carlos Reis.

N. 1

RELAÇÃO dos socios que satisfizeram a joia de admissão e a primeira annuidade durante o trimestre de 1.° de Abril a 30 de Junho de 1901.

1	Dr. Alfredo Guedes	74$000
2	Antonio Ferreira Neves Junior	74$000
3	Dr. Antonio J. Pinto Ferraz	74$000
4	Dr. Augusto Meirelles Reis	74$000
5	Benedicto Octavio Oliveira	50$000
6	Monsenhor Camillo Passalacqua	74$000
7	Dr. Carlos Rodrigues de Vasconcellos	74$000
8	Dr. Cleofano Pitaguary de Araujo	74$000
9	Fernando Martins Bonilha Junior	74$000
10	Dr. Firmiano de Moraes Pinto	74$000
11	Dr. Ignacio de Rezende	74$000
12	Dr. João Mauricio de Sampaio Vianna	74$000
13	Dr. João Mendes de Almeida Junior	74$000
14	José Couto de Magalhães	74$000
15	Dra. Maria Rennotte	74$000
16	Dr. Silvio de Almeida	74$000
17	Dr. Washington L. Pereira de Souza	74$000
	Somma	1:234$000

N. 2

RELAÇÃO dos socios que satisfizerom annuidades durante o trimestre de 1.° de Abril a 30 de Junho de 1901.

1	Dr. Alfredo Pujol	1899 e 1900	48$000
2	Dr. Alvaro A. da C. Carvalho	1900	24$000
3	Dr. Antonio A. Moreira de Toledo	1899 e 1900	48$000
4	Dr. Antonio de Toledo Piza	1901	24$000
5	Dr. Aristides Salles	1900	24$000
6	Candido de Carvalho	1900	24$000
7	Dr. Carlos A. de F. Villalvà	1900	24$000

8	Dr. Carlos de Campos. . . .	1901	24$000
9	Dr. Carlos Reis	1901	24$000
10	Dr. Cincinato Braga	1900	24$000
11	Dr. Domingos Jaguaribe . . .	1900	24$000
12	Emanuel Vanorden	1901	24$000
13	Eugenio Hollender	1900	24$000
14	Dr. Fortunato M. de Camargo	1898 a 1900	72$000
15	Dr. Francisco Eugenio de Toledo	1899 e 1900	48$000
16	Dr. Francisco Ferreira Ramos .	1901	24$000
17	Dr. Franc.º de P. Ramos de Azev.º	1901	24$000
18	Dr. Gustavo Koenigswald . .	1900	24$000
19	Henry White	1900	24$000
20	Dr. Horace M. Lane. . . .	1901	24$000
21	Horacio de Carvalho	1901	24$000
22	Dr. Ignacio W. da G. Cochrane	1901	24$000
23	Dr. João B. de Mello Peixoto .	1899 e 1900	48$000
24	Dr. João R. de Moura Escobar .	1901	24$000
25	Dr. Jorge Tibiriçá.	1899 e 1900	48$000
26	Dr. José A. de Cerqueira Cesar.	1901	24$000
27	Dr. José A. Guimarães Junior .	1901	24$000
28	Dr. José Cardoso de Almeida .	1900	24$000
29	Dr. José E. de Macedo Soares.	1901	24$000
30	José F. Soares Romeo . . .	1901	24$000
31	Dr. Luiz de Anhaia Mello . .	1901	24$000
32	Dr. Luiz de T. Piza e Almeida	1901	24$000
33	Dr. Manuel A. Duarte de Azevedo	1901	24$000
34	Dr. Manoel Pereira Guimarães .	1901	24$000
35	Dr. Manoel P. de Siqueira Campos	1901	24$000
36	Dr. Martim Franc.º R. de A. Sobr.º	1901	24$000
37	Dr. Martinho Prado Junior . .	1901	24$000
38	Dr. Pedro Vicente de Azevedo.	1901	24$000
39	Dr. Raymundo P. A. do S. Blake	1900	24$000
		SOMMA	1:104$000

São Paulo, 30 de Junho de 1901.

O Thesoureiro

Carlos Reis.

BALANCETE

DA

RECEITA E DESPESA

NO

3.º trimestre de 1901

(1.º de Julho a 30 de Setembro de 1901)

RECEITA

Saldo demonstrado no balancete de 30 de Junho .	7:887$860
Recebido pela venda de uma collecção da *Revista* e do 3.º e 4.º volumes da mesma	46$000
Idem das joias e annuidades dos 5 socios constantes da relação annexa sob n. 1	298$000
Idem das annuidades dos 91 socios constantes da relação annexa sob n. 2	2:328$000
Idem de diversos socios pelo que subscreveram para o pagamento de copias de mappas, clichés, etc. encommendados ao Instituto Archeologico de Pernambuco	270$000
Juros creditados pelo Banco do Commercio e Industria de S. Paulo na conta-corrente do Instituto relativos ao semestre findo em 30 de Junho ultimo.	57$200
Somma. . . .	10:887$060

DESPESA

Pago pelo aluguel das salas onde funcciona o Instituto e illuminação dos mezes de Julho, Agosto e Setembro		690$000
Idem ao zelador do Instituto, gratificação dos mezes de Julho, Agosto e Setembro.		180$000
Idem pela porcentagem sobre a cobrança de joias e annuidades recebidas durante o trimestre . .		257$800
Idem a Andrade & Mello pela impressão do balancete do 2.° trimestre		25$000
Idem por sellos para a expedição da correspondencia, de estatutos, do 5.° vol. da *Revista* e do balancete do 2.° trimestre; por estampilhas para recibos; por objectos para o expediente e clichés para a *Revista*.		144$900
Remettido, por meio de saque do Banco do Commercio e Industria, ao Presidente do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano para pagamento de mappas, clichés, etc	250$000	
Commissão paga ao Banco e porte e registro do officio com o aviso da remessa	5$600	255$600
Somma . . .		1:553$300

RESUMO

Receita.	10:887$060	
Despesa	1:553$300	
Saldo . . .		9:333$760
Sendo :		
Em conta-corrente no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo.	9:057$200	
Em mão do Thesoureiro do Instituto .	276$560	9:333$760

S. Paulo, 30 de Setembro de 1901.

O Thesoureiro
Carlos Reis.

N. 1

RELAÇÃO dos socios que satisfizeram a joia de admissão e a primeira annuidade durante o trimestre de 1.º de Julho a 30 de Setembro de 1901.

1	Dr. Amancio Ramos Freire.	74$000
2	Coronel Fernando Prestes de Albuquerque. . .	50$000
3	Dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes. . .	50$000
4	Conego José Pedro de Araujo Marcondes. . .	74$000
5	Dr. Luciano Esteves dos Santos Junior. . . .	50$000
	Somma. . .	298$000

N. 2

RELAÇÃO dos socios que satisfizeram annuidades durante o trimestre de 1.º de Julho a 30 de Setembro de 1901.

1	Alexandre Riedel.	1900	24$000
2	Alfredo Bresser da Silveira. . .	1901	24$000
3	Dr. Alfredo Pujol.	1901	24$000
4	Dr. Alfredo de Toledo	1901	24$000
5	Dr. Antonio Alves de Carvalho .	1900 e 1901	48$000
6	Dr. Antonio A. Gomes Nogueira .	1900 e 1901	48$000
7	Dr. Antonio A. Moreira de Toledo.	1901	24$000
8	Dr. Antonio F. de Paula Souza .	1901	24$000
9	Dr. Antonio Martins Fontes Junior.	1901	24$000
10	Antonio Moreira da Silva . . .	1901	24$000
11	Dr. Antonio de Padua Salles . .	1901	24$000
12	Dr. Antonio da Silva Prado . .	1901	24$000
13	Dr. Aristides Salles.	1901	24$000
14	Dr. Augusto C. da Silva Telles .	1901	24$000
15	Dr. Augusto Cesar Barjona. . .	1901	24$000
16	Dr. Augusto C. de Barros Cruz .	1900 e 1902	48$000
17	Dr. Augusto de Siqueira Cardoso.	1901	24$000
18	Benedicto G. de Moura Lacerda .	1901	24$000
19	Dr. Bento Bueno.	1901	24$000

20	Dr. Bernardo A. Gavião Peixoto .	1901	24$000
21	Dr. Bernardo de Campos. . . .	1901	24$000
22	Dr. Bernardo Morelli.	1901	24$000
23	Dr. Brasilio A. Machado de Oliveira	1901	24$000
24	Dr. Candido N. N. da Motta . .	1901	24$000
25	Dr. Carlos A. de Freitas Villalva.	1901	24$000
26	Dr. Carlos Ekman	1901	24$000
27	Christiano Volkart	1901	24$000
28	Dr. Clementino de Souza e Castro.	1901	24$000
29	Dr. Constante A. Coelho . . .	1899	24$000
30	Eduardo Carlos Pereira. . . .	1901	24$000
31	Dr. Estevam R. de S. Rezende (Barão de Rezende)	1901	24$000
32	Dr. Eugenio Alberto Franco . .	1899 e 1900	48$000
33	Monsenhor Fergo O' Connor de C. Dauntre	1901	24$000
34	Dr. Fernando de Albuquerque .	1901	24$000
35	Dr. Francisco Eugenio de Toledo	1901	24$000
36	Dr. Francisco Franco da Rocha .	1901	24$000
37	Dr. Francisco M. de G. Natividade	1901	24$000
38	Francisco Nicoláu Baruel . . .	1901	24$000
39	Dr. Francisco de P. Rodrigues Alves	1901	24$000
40	Dr. Francisco de P. Santos Rodrigues	1901	24$000
41	Dr. Francisco de Toledo Malta .	1901	24$000
42	T.e C.el Gabriel Prestes . . .	1901	24$000
43	Dr. Gabriel de T. Piza e Almeida	1901	24$000
44	Dr. Gustavo Koenigswald . . .	1901	24$000
45	Henry White	1901	24$000
46	Horace E. Williams	1901	24$000
47	Dr. Ignacio Pereira da Rocha. .	1901	24$000
48	Dr. Jayme Serva	1901	24$000
49	Dr. João Alvares Rubião Junior .	1901	24$000
50	Dr. João Alves de Lima . . .	1901	24$000
51	Dr. João Antonio de Oliveira Cesar	1901	24$000
52	João von Atzingen	1901	24$000
53	Dr. João B. de Oliveira Penteado	1901	24$000
54	João Florindo	1901	24$000
55	Dr. João Nogueira Jaguaribe . .	1901	24$000
56	Dr. João Pereira Monteiro. . .	1901	24$000
57	João Vieira de Almeida . . .	1901	24$000
58	Dr. Joaquim Monteiro de Mello .	1899 e 1900	48$000
59	Dr. Joaquim de T. Piza e Almeida	1901	24$000
60	C.el Joaquim de T. Piza e Almeida	1901	24$000

61	Dr. Jorge Krichbaum	1901	24$000
62	José André do Sacramento Macuco	1901	24$000
63	Dr. José de Campos Novaes . .	1901	24$000
64	Dr. José Cardoso de Almeida. .	1901	24$000
65	Dr. José Getulio Monteiro. . .	1901	24$000
66	José Gomes dos Santos Guimarães.	1901	24$000
67	José Hippolyto da Silva Dutra .	1901	24$000
68	Dr. José Pereira de Queiroz . .	1901	24$000
69	Dr. José Pinto do Carmo Cintra.	1901	24$000
70	Dr. José de Sá Rocha	1901	24$000
71	Dr. José Vicente de Azevedo. .	1901	24$000
72	Dr. José Vicente de Azevedo Sob.°	1901	24$000
73	Dr. José V. Couto de Magalhães Sob.°	1901	24$000
74	Dr. Julio Cesar F. de Mesquita .	1901	24$000
75	Dr. Luiz F. Rangel de Freitas .	1901	24$000
76	Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme	1901	24$000
77	Dr. Luiz Pereira Barretto. . .	1901	24$000
78	Major Luiz de Vasconcellos . .	1901	24$000
79	Dr. Manoel A. de S. Sá Vianna	1901	24$000
80	Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro	1901	24$000
81	Dr. Manoel F. de Campos Salles	1901	24$000
82	Dr. Manoel P. Monteiro Tapajós	1901	24$000
83	Conego Manoel Vicente da Silva	1901	24$000
84	Dr. Oscar Schwenk d'Horta . .	1900	24$000
85	T.e C.el Paulo Orosimbo de Azevedo	1901	24$000
86	Dr. Pedro Arbues da Silva . .	1901	24$000
87	Dr. Pedro A. C. Lessa . . .	1901	24$000
88	Dr. Raymundo Furtado Filho. .	1900 e 1901	48$000
89	Dr. Rodolpho Miranda	1901	24$000
90	Dr. Theodoro Sampaio. . . .	1901	24$000
91	Dr. Victor da Silva Freire Junior	1901	24$000
	Total		2:328$000

S. Paulo, 30 de Setembro de 1901.

O thesoureiro
Carlos Reis.

BALANCETE

DA

RECEITA E DESPESA

NO

4.° trimestre de 1901

(1.° de Outubro a 31 de Dezembro de 1901)

RECEITA

Saldo demonstrado no balancete de 30 de Setembro.	9:333$760
Recebido pela venda de uma collecção da *Revista* (vols. 1 a 5)	30$000
Idem das joias e annuidades dos 2 socios constantes da relação annexa sob n. 1	148$000
Idem das annuidades dos 27 socios constantes da relação annexa sob n. 2	672$000
Juros creditados pelo Banco do Commercio e Industria de S. Paulo na conta corrente do Instituto, relativos ao 2.° semestre de 1901. . .	86$000
Somma	10:269$760

DESPESA

Pago pelo aluguel das salas onde funcciona o Instituto e illuminação dos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro	690$000

Pago ao zelador do Instituto, gratificação dos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro . .	180$000
Idem pela porcentagem sobre a cobrança de joias e annuidades recebidas durante o trimestre .	82$000
Idem pelo aluguel de cadeiras para a sessão magna de anniversario em 1.° de Novembro . . .	14$000
Idem a Espindola, Siqueira & C.ª, sua conta de objectos para o expediente	90$500
Idem a Andrade & Mello, impressão do orçamento para 1902 e balancete do 3.° trimestre. . .	42$000
Idem por sellos para expedição da correspondencia, de estatutos, da *Revista*, do balancete do 3.° trimestre e do orçamento para 1902 . . .	5$600
Somma	1:104$100

RESUMO

Receita	10:269$760	
Despesa	1:104$100	
Saldo. . .		9:165$660
Sendo:		
Em conta corrente no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo. .	9:143$200	
Em mão do thesoureiro do Instituto. .	22$460	9:165$660

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1901.

O thesoureiro,
Carlos Reis.

N. 1

RELAÇÃO dos socios que satisfizeram a joia e 1.ª annuidade durante o trimestre de 1 de Outubro a 31 de Dezemhro de 1901.

1 Dr. Augusto Alvaro de Carvalho Aranha. . .	74$000
2 Dr. Manoel Pedro Villaboim	74$000
	148$000

. . . . . .

N. 2

RELAÇÃO dos socios que satisfizeram annuidades durante o trimestre de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1901.

1	Dr. Affonso Arinos de Mello Franco.	1901	24$000
2	Alexandre Riedel	1901	24$000
3	Dr. Alfredo Ellis	1901	24$000
4	Dr. Alvaro Augusto da Costa Carvalho	1901	24$000
5	Dr. Alvaro Augusto de Toledo . .	1901	24$000
6	Dr. Antonio Carlos R. de A. M. e Silva	1901	24$000
7	Dr. Antonio F. de Araujo Cintra .	1901	24$000
8	Arthur Goulart.	1900	24$000
9	Dr. Augusto C. de Miranda Azevedo	1901	24$000
10	Dr. Bernardino de Campos . . .	1901	24$000
11	Dr. Braulio Gomes.	1900	24$000
12	Candido de Carvalho	1901	24$000
13	Dr. Carlos A. Pereira Guimarães .	1901	24$000
14	Dr. Cincinato Braga	1901	24$000
15	Arc. Dr. Francisco de Paula Rodrigues	1901	24$000
16	Dr. H. von Ihering	1901	24$000
17	T.e C.el Henrique A. de Araujo Macedo	1901	24$000
18	Dr. João B. de Mello Peixoto . .	1901	24$000
19	Dr. João Vampré	1901	24$000
20	Dr. Jorge Tibiriçá.	1901	24$000
21	Dr. José M. de Azevedo Marques .	1901	24$000
22	Con. Dr. José Valois de Castro . .	1901	24$000
23	Dr. Manoel D. de Aquino e Castro.	1901	24$000
24	Manoel Marcellino de S. Franco. .	1900 e 1901	48$000
25	Dr. Mario Bulcão	1901	24$000
26	Tiburtino Mondim Pestana . . .	1901	24$000
27	Dr. Tullio de Campos.	1901	24$000
		Somma. . .	672$000

ORÇAMENTO

DA

RECEITA E DESPESA PARA 1902

(Approvado em sessão de 19 de Outubro de 1901)

Capitulo I

DA RECEITA

Art. 1.° A receita do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, para o anno de 1902, é orçada em 10:870$000, assim discriminada:

1.°	Subvenção do Estado	6:000$000
2.°	Joias e annuidades de socios já acceitos . .	322$000
3.°	Joias e annuidades de socios a admittir em 1902	768$000
4.°	Annuidades vencidas	600$000
5.°	Annuidades de 1902	3:000$000
6.°	Receita eventual	180$000
	Somma a Receita. . . .	10:870$000

Capitulo II

DA DESPESA

Art. 2.° A despesa do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, para o anno de 1902, é fixada em 5:870$000 e será effectuada de accôrdo com as seguintes rubricas:

1.°	Aluguel e illuminação das salas onde funcciona o Instituto	2:760$000
2.°	Gratificação ao zelador	720$000
3.°	Porcentagem sobre a cobrança de joias e annuidades.	469$000
4.°	Expediente	400$000
5.°	Encadernação e compra de livros, mappas, etc.	500$000
6.°	Impressões	500$000
7.°	Despesa Eventual.	521$000
	Somma a Despesa. . . .	5:870$000

Capitulo III

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 3º Fica a Directoria auctorizada a abrir os necessarios creditos supplementares para o accrescimo de despesa que se possa verificar nas rubricas do art. 2.º

Art. 4º A Directoria, na liquidação do exercicio, poderá transferir as sobras das verbas em que houver saldos para aquellas em que houver *deficit*.

Art. 5.º Continúa em vigor a deliberação tomada em sessão de 5 de Março de 1901, relativa a annuidades de socios anteriormente acceitos, no sentido de ser valida para o anno de 1902 a annuidade que pagarem com a joia.

RESUMO DO ORÇAMENTO

Receita		10:870$000
Despesa	5:870$000	
Saldo	5:000$000	10:870$000

Relação das offertas de livros, revistas, mappas, jornaes, etc. feitas ao Instituto durante o anno de 1901

SESSÃO DE 25 DE JANEIRO

Verträge und Abhandlungen, por Zeller; *Hellas und Rom*, por Farbiger; *Die Egeruwat; Ansere Zeit; Globus*, por André; *La Constitution francaise*, por Rabiquet; *Kasnas*, por Humbald; *Dialogo Constitucional Brasileiro; Traité politique*, por W. Allen; *De Benguella ás terras de Iacco*, por Capello e Ivens; *De Angola á Contra-Costa*, pelos mesmos; *Chronica da Companhia de Jesus*, pelo P.e Simão de Vasconcellos; *As grandes epochas da Historia Universal*, por C. Pedroso; *Opusculos historicos e litterarios*, por Magalhães; *Historia Universal*, por Becker; *Eneida portugueza*, por Barreto; *Organização das Ordens Honcrificas no Brasil; Almanack brasileiro* para 1901, por Alberto Rodrigues; *Carta de Pero Vaz Caminha*, mandada imprimir pelo Instituto Geographico e Historico da Bahia; *Historia do Brasil*, pelo Dr. João Ribeiro; *A arte de fabricar o vinho*, por Fernando Werneck Junior; *Bibliographie americaine*, pela Livraria Chatenat; *Chrorographia de Paraná*, por Sebastião Paraná; *Estudos de Sociologia Criminal*, pelo Dr. Paulo Egydio; *Diccionario Historico da Provincia do Espirito Santo; Humberto 1.º*

Relotorio, Boletim Postal; Boletim da Estatistica Demographo Sanitaria; Revista Agricola; Diario Official do Estado; Correio Paulistano; O *Commercio de S. Paulo; Diario Popular*; A Platéa; *Capital Paulista; Gazeta de Uberaba; Collecção das resoluções do Congresso Hispano-Americano*, em Madrid;

Retratos dos Presidentes do Brazil e Argentina, offerecidas pelo Snr. M. Pelapidas Ramos, Collecção de 4 moedas, commemorativas do 4.º centenario, offerecida pelo Sr. Dr. A. Veriano Pereira. Uma medalha commemorativa da Viagem do Sr. Dr. Campos Salles á Republica Argentina, offerecida pelo socio Sr. Dr. Bernardino de Campos, Collecções de bilhetes postaes, sobre o mesmo motivo, offertas dos Srs. Director Geral dos Correio e Administrador dos Correios de S. Paulo.

OFFERTAS RECEBIDAS EM SESSÃO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1901

Subsidios—Para a organisação da Carta Physica do Brazil em 2 mappas: Offerta do socio A. Vauthier.
Diario de Viagem—Lacerda de Almeida.
Revue de l'Hypnotismé—Pelo socio dr. Domingos Jaguaribe.
Estatutos da Caixa Agricola de Jaboticabal, e Relatorio da *Sociedade Brazileira para Animação da Creação*—Offerta do socio dr. Carlos Reis.
Actas da Directoria Conservadora de Casa Branca—Do socio dr. A. Piza—*O dr. Americo Brasiliense*—*O Pharol* numero commemorativo do Seculo XX e o *Monitor Sul Mineiro*—Offerta pelo dr. A Piza.
O *Jahú* em 1900—Offerta do sr. Sebastião Teixeira.
Memorial da comarca de Campinas—Offerta do dr. José Lobo.
Estatistica do Hospicio de S. Paulo—Pelo dr. Franco da Rocha.
Revistas: Trimensal do Instituto do Ceará F. XII; do Instituto Historico do Pará; Agricola 3 ns.
Homenagem do jornal *Le Brésie* de Pariz a Suissa.
O Campeão do Estado.
Proceedings of the Washington Academy Sciences.
A *Capital Paulista* ns, 17, 18 e 19.
Estatistica da Lavoura de Café.
Boletins: Postal, da Agricultura e Mensal.
Jornaes do costume,

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1901

Do socio dr. Bernardo de Campos: *D. Quixote*, por M. Cervantes de Saavedra—2 vol. encad.
Diction. Of Universal Information de Bectan—1 vols.
Pantheon Maranhense—pelo dr. Henrique Leal—4 vol.
Discursos parlamentares—de José Bonifacio de A. Silva—1 voi. broch.
Do socio Dr. Arthur Vauther «*Annaes do Rio de Janeiro*, por Balthazar da S. Lisboa—7 volumes encadernados.
«Mappa do Brazil»—por Levasseur—1.
Do socio Coronel A. Borges Sampaio—*Estados Unidos do Brazil* por—Elisée Reclus.
Do socio Dr. Rodrigues Alves—*La Revista Patriotica.* Ann. 2° n. 10.
Do socio Dr. Carlos Reis—*Autographo da Mensagem* enviada pelo *Dr. Campos Salles ao Congresso do Estado*, a 7 de

Abril de 1897—O café—por F. Leuber— ; Os Programmas dos Partidos — por Americo Braziliense— ; Rubber — por J. Ferguison ; *Mi Mission a Rio de Janeiro*—por Juan Sibrano Godoy ; *Serviço Agronomico do Estado*, discursso pelo deputado Joaquim Alvaro ; *Redempção de Tiradentes*—drama historico —por Fernando Pinto de Almeida Junior—*La Revista Patriotica*—anno 2.° n. 9.

Do socio Dr. A. Piza—*Divisão judiciaria e administrativa do Estado de S. Paulo*, organisada na Repartição de Estatistica e Archivo de S. Paulo.

Do socio P.e Raphael Galanti —*Documento antigo e interessante* —Manuscripto.

Do Dr. André Dias—Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo—vol. 1 a 7; de 1893 a 1899—brochado.

Do socio Carvalho Aranha—*Teias—Eu*—vol. broch.

Revista do Instituto do Ceará—vol. do 3.° e 4.° trimestres de 1900—Revista Agricola n. 67 e os jornaes que costumam.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 5 DE MARÇO DE 1901

Pelo socio Coronel A. Borges Sampaio: Historia de Portugal— por Alexandre Herculano—4 volumes.

Pelo socio Dr. Eduardo Prado — Dois mappas do Estado de São Paulo.

Pelo socio Fernando M. Bonilha—Relatorio apresentado ao Dr. José Pereira Queiroz, pelo Dr. Mario Bulcão, inspector do Ensino.

Pelo socio Dr. A. Piza—*O n. 85 da Gazeta do Rio de Janeiro —anno 1821*—sabbado 15 de Setembro.

Relatorio do Dr. Francisco de Toledo Malta, Secretario da Fazenda do Estado—1 vol. brochado—anno 1900.

Pelo Dr. Moreira de Azevedo—«O Uruguay» — poema por José Bazilio da Gama — commemorativo ao 4.° centenario da descoberta do Brazil.

Revistas— : do Instituto Historico e Geographico da Bahia.
do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco.
«A Capital Paulista» serie 2.ª n. 8.

(*) (Os 40 volumes).

Boletins —da Agricultura, Estatistica Demographo-Sanitaria. —Estatutos do Instituto Archeologico de Pernambuco.
«*Estrophes*»—Pelo Dr. Freitas Guimarães.
«O Mosquito»—publicação do Serviço Sanitario—3 fasc.
Exploração ao Mexico e America Central—em duas series—*1.ª Expedition Scientifique e du Travailleur da Talismam—2.ª Mission scientifique du Mexique e dans l'Amerique Centrale* —40 volumes.
Pela Sociedade Alliance Française.
Pelo Dr. Carlos de Vasconcellos—*Hygiene Escolar—Febres em S. Paulo.*
Os jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 MARÇO DE 1901

—Polyanthéa—*Verdi Giuseppi—Omaggio della Colletivitá Musicale—Italo Braziliana di São Paulo.* 1 ex.
—Relatorio do Diario Official—apresentado ao Governo do Estado por Horacio de Carvalho.
Pelo socio Dr. Moreira de Azevedo — Biographia do Conselheiro Manoel Francisco Corrêa — 1 vol. — Biographia de Benjamin Constant — 2 vols.
Peças justificativas — 1 vol. — Luiz de Camões — Miguel Lemos — 92-1880.
Pelo socio Dr. Tulio de Campos — Pela Patria — Refutação ao «Brazil Paraguay» — 1 vol.
Pelo socio Dr. Aristides Milton — A Constituição do Brazil — 2.ª edição 1898.
Pelo socio Dr. Antonio de Toledo Piza — Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890 — Directoria Geral de Estatistica — *Sexo, raça e estado civil, etc., etc. — Analphabetismo* 1890.
Recenseamento do Estado de Alagoas.
Revistas: Agricola de 15 de Março n. 68.
Boletim Postal n. 1 — anno XIII.
1 nota de cincoenta mil — emissão do Imperio — governo de D. Pedro 2.° — pelo Dr. Silvio de Almeida.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 8 DE ABRIL DE 1901

1 Mappa do Brazil — Pax Kaarta Brazilia 1680 — pelo socio E. Hollender.

Tres exemplares da Mensagem do Presidente do Estado Dr. Francisco Rodrigues Alves, apresentada em 7 de Abril de 1901, ao Congresso do Estado.

1 — «Pedro Alvares Cabral» — As Duas Americas pelo socio e auctor Sr. Candido Costa.

1 Ephemeros — Dr. Silvio de Almeida.

1 These da Ex.ma socia Dr.a Maria Rennotte — «Influencia da Educação da Mulher sobre a Medicina Social».

1—*Memoria apresentada á Academia de Medicina do Rio de Janeiro—Um figado com um só lóbo.*

1—*Un poumon* à six lobes—Dr. Ignacio Rezende.

Revistas—«A Capital Paulista» n. 9—série 2.a.

Centro Caixeiral—n.o especial—Maranhão—1901.

Revista do Inst. Hist. do Pará—Vol. 4.o n. 3—1900.

Boletins—2—de Estatistica Demographo Sanitaria—Outubro e Novembro de 1900.

Boletim de Agricultura—2.a série n. 2.

Boletim Postal—Fevereiro de 1901—n. 2.

3—Tres moedas de cobre de XL 1753—Cunho portuguez—(1) e duas do valor de 5 cinco réis—1882, cunho de El-rei D. Luiz 1.o—Pelo Dr. Miranda Azevedo.

3—Tres vistas photographicas—Pelo Professor Benjamim Reis—Jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 1901

1—Estudos sobre o Pará—1900—Relatorio apresentado ao governo do Estado por Arthur Oct. Lobo Vianna.

1—«E' a Historia uma sciencia?»—Pelo socio Dr. Pedro Lessa.

Unidade do Direito—Pelo socio Dr. João P. Monteiro.

Revista Agricola n. 69—de 15 de Abril de 1901.

1—Quadro-photographia emolduado Commemorativo do 4.o centenario da descoberta do Brazil—Pela Sociedade Comemorativa de S. Vicente. Offerta do socio Dr. Theodoro Sampaio. Jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 4 DE MAIO DE 1901

1—Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, n. 26, trimensal—Dezembro de 1900.
1—Polyanthéa em homenagem a D. Antonio Joaquim de Mello, 1856-1900. Dr. Miranda Azevedo.
1—Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo—vol. XXXI. Dr. A. Piza—1901.
Boletins: Postal n. 3—Agricultura n. 3.
1—Moldura e retrato do Marechal Deodoro da Fonseca—que pertenceu ao Club Republicano de S. Paulo—offerta do so- Miranda Azevedo.
1—Cliché littographado da nova Estação da Luz—offerta do socio Jules Martin.
3—Exemplares—Mappas do Estado de São Paulo especiaes das comarcas: Piracicaba, Jundiahy e Campinas, 1901. Pelo dr. Orville Derby.
Jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 DE MAIO DE 1901

1—Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado, 1901.
1—Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, pelo Presidente da Republica.
2—Estudos Historicos—Pelo dr. Antonio da Cunha Barboza, 1899.
Relatorio do Intendente da Camara Municipal de São Carlos do Pinhal, 1901, Janeiro, 11.
Revistas—Tres exemp. The Brezilien Review—O Seculo XX—Sob o ponto de vista brazileiro—«A Capital Paulista» n. 22—Revista Agricola de 15 de Maio—Revista—O mez, 1.° n.—Nevoas».
2—Exemplares—Do numero especial—«d'A Clava» homenagem á data 13 de Maio.
Revista Moderna—n.° de Fevereiro—1901—jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 5 DE JUNHO DE 1901

—*Noticia Historica sobre a minha invenção de dois balões com azas—manuscripto e 12 cartas autographas*—Pelo socio Dr. Domingos Jaguarybe e—*1 «Memoire sur un appareil mixte*

pour la navegation aerienne—O mesmo—e *Os ns. de Maio, Setembro, Novembro de 1900—«A' L'aereonaute»—Boletim mensal illustrado da Sociedade Franceza de navegação aerea —«Progress in flyng machines» por O. Chante c/ E' Le vol des oiseaux—por E. J. Marey—«L'aerèonatique—por Banet Rivetmc»—Cluès—Magazine por June—The Independent—Maio 3-1900—Os ns. Fevereiro e Março de 1901—L'Aeripsile—Revista Mensal illustrada Glidnig—expesiments por Octave Canute, C. E'—ns. 2 e 3—da Lepara Abdruck.*

Pelo socio Dr. A. Piza.—O n. 42—do anno 1843 do «*Jornal do Commercio*» do Rio de Janeiro.

Algumas «Notas genealogicas da familia—Paula Leite de Ytú.

Pelo Gabinete do Presidente do Estado—*Relatorio do Presidente da Republica—Pelo Dr. Alfredo Maia—ministro.*

Revistas—A do Instituto Archeologico Alagoano n. 1—vol—3.°

Boletins—O da Agricultura do Estado—2 exemplares n. 4—de 1901—Os ns. 784 e 85—Boletim do Serviço Sanitario de Dezembro de 1900 e Janeiro de 1901.

—Relatorio do Atheneu Commercial do Porto de 1900.

—A Patria, orgam da Colonia Portugueza.

—Pelo Dr. Amancio Ramos — Questões do Ensino—Pedagogia —Jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 DE JUNHO DE 1901

—Pelo Dr. Miranda Azevedo—Relatorios do Dr. Antonio Gonçalves Ferreira—1895 e Dr. Joaquim Murtinho—Maio de 1897.

Pelo Dr. Herculano C. de Carvalho—Uma planta levantada em 1832—da continuação da—Rua da Boa Vista.

Revista do Instituto do Ceará—Tomo XVI 1.° e 2.° trimestre 1901.

Pelo Estado Maior do Exercito—Os ns. de Janeiro a Abril de 1901—Revista Militar.

—Pelas respectivas redacções o n. 23—Anno 3.° da Capital Paulista—o n. 71 da Revista Agricola—os ns. 125 e 127—do D. Quixote.

Pelo Dr. Luiz F. Rangel de Freitas o n. 121 de 17 de Novembro de 1854—do Correio Paulistano.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 5 DE JULHO DE 1901

Pelo Dr. Manoel Barata—collecção de quatro medalhas de bronze—cunhadas no Estado do Pará, em comm. do 4.° centenario do Brazil.
Pelo mesmo Estudos sobre o Pará, collecção de leis do Estado do Pará, «Memorias do Museo Paraense» pelo Dr. Emilie Goeldi Coudrean—Voyage au Trombeta.
—Memorias do Museo Paraense—Condreau—Voyage au Jamundá.
Pelo Dr. Ferreira Ramos—A agricultura e a Meteorologia.
Pelo socio Dionisio C. da Fonseca—Tiro ao Alvo—por F. Badaró.
Pelo socio Dr. Antonio Piza—Vol.-33—Documentos interessantes.
—Pelo Gabinete do Presidente do Estado—Reforma das tarifas.
—Pelo Conego Araujo Marcondes—Esboço biographico do—Conego Ernesto Peregrino—O Café e o Pindorama.
—Pelo Dr. Miranda Azevedo—Jornaes diversos relativos á 5.ª commemoração do passamento do marechal Floriano Peixoto.
—Pelo Conde de S. Joaquim—Relatorio da Sociedade Portugueza de Beneficencia.
Pelas Respectivas redacções os jornaes que costumam ser enviados

---

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 DE JULHO DE 1901

Pelo socio Conselheiro Duarte de Azevedo—Uma moeda de—40 centesimos, do Uruguay—de 1857.
Pelo Gabinete do Presidente da Republica—Brazil e Argentina.
—Pelo D. João Nery—Carta Pastoral.
Pelo Dr. Estevam Leão Bourroul—Discurso do Conde Alberto de Mun.
Hercules Florence—Estatutos da Liga Auxiliadora Internacional.
Pelo Capitão Jayme Marcondes—Dois numeros da Revista—Caras e caretas.
Pelas redacções—Os jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 5 DE AGOSTO DE 1901

Pelo socio Dr. Presidente da Republica — The New Brazil—de M.ts Wright.
Pelo Dr. E. Bourroul—26 retratos de Joaquim Corrêa de Mello.
Pelo socio E. Vanorden—Harpa de Israel de Santos Saraiva.

Pela—Bibliotheca Real da Univ. de Upsala—Os n.° 1 a 3 e 5 a 9 do Boletim of the Zoologique Institution of the Universit Upsala.
Pelo Gremio Litterario Carlos Ferreira—do Amparo—Catalogo e regulamento interno.
Jornaes e revistas do costume, pelas respectivas redacções.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1901

Pelo Dr. Carlos Reis—Album—Lembranças do Governo do Estado de São Paulo (Vista).
Pelo Dr. Miranda Azevedo — Cartas Jesuiticas — de Manoel da Nobrega—1.
Pelo Snr. Belisario Pernambuco—4.° Centenario do Brazil—1.
Pelo Gabinete do Presidente do Estado—Catalago da Exposição do Rio Grande do Sul—1901—1.
Pela Escola Polytechnica de S. Paulo—Annuario para 1901—1.
Pelo Dr. Arthur Thiré—Geographia elementar do mesmo—1.
Por Miss Mary Wright—The New Brazil.
Pelo Dr. D. Jaguaribe—Guerra da Triplice Alliança — 2 vols.
Pelo Dr. Bento Bueno—Secretario do Interior—Commentarios á Constituição de São Paulo, pelo Dr. Felisbello Freire—1.
Pelo Dr. J. C. Alves Lima—Some revelations about the Cultivdand the use of coffee.
O n.° 88—Anno 8.° do Boletim Mensal da Estatistica Demographo Sanitaria. O vol. de 15 de Agosto de 1901 da Revista Agricola.
Pelo Dr. A Vautier:—Platão—Exprime ou De la Republique—6 volumes;—DonosoCortez—œuvres—3 vols;—A de Lamartine—Histoire de La Russie—2 vols.; Ed. Fischel—La constitution d'Anglaterre—2 vols.—Cls. Darwin—La descendance de l'homme — 2 vols. — L'origine de espéces—1 vol. Comte de Loemaria — Histoire du régne de Louis XIV—2 vols.; Comte de Segur— Histoire du Bas—Empire—2 vols.; Guizot—Washington—Fondation de La Republique de Est. U. d'America—6 vols.; Histoire de la republique d'Angleterre et de Cromwell—2 vols; Moreh—Chute de la republique et retablissement de la monarchie en Angleterre —1 vols.; Etudes sur les beaux Arts—1 vol.;—villeneuve Baiejemont. Economie politique Chretienne—1 vol.;—E. Litré—Litterature et histoire—1 vol. — Francaur—Geodesie —1 vol.;—Flavas—sos baldez—Da America a Lisboa.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 1901

Pelo Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo. 1—Cedula de 30$000 do Imperio—2.° serie—Banco do Brazil—N.° 31768—Chancella da Caixa filial de São Paulo 001768.

Pela Secretaria de Justiça do Estado. 1 exemplar d'A Reforma Judiciaria do Estado de São Paulo.

Pelo Dr. Henrique Coelho. 1 Exemplar da mesma obra.

Pelo socio Eugenio Hollender. 1 Collecção do M. Le Messager de Saint Paul ns. 1 a 9, bem como a seguir uma assignatura permanente.

Pela Redacção—1 Capital Paulista n.° 1 serie 3.ª—Anno 3.° n 25.

Idem—O mez—o n.° 4 de Agosto de 1901.

Idem—1 Revista Militar—Anno 3.° n.° 8.

Idem—1 Revista do Archivo Publico Mineiro—Anno 6.°—fasciculo n. 1—Janeiro a Março de 1901.

Pelo Snr. Professor Benjamin Reis—1 La Illustraction Sud-Americana. 2 ns. 89 e 90. Boletim da Estatistica Demographo-Sanitaria; mezes de Maio e Junho—pelo Dr. A. Toledo Piza.

1 Diario Official do Estado do Pará, de 1.° Janeiro de 1901.

1 Recordações da Allemanha—Dr. A. Las Casas dos Santos 1897.

1 n. do O Municipio—anno 2.° n. 28.

Pelo mesmo Dr. Piza—1 mappa da região limitrophe do Estado de Matto Grosso e Pará.

Receberam-se os jornaes do costume a cujas redacções vae se agradecer. Em tempo. Foram lidos no expediente os officios dos Exms. Snrs. Dr. Antonio Candido Rodrigues agradecendo a transferencia de categoria de socio correspondente para effectivo, e do Coronel Fernando Prestes a sua admissão para socio correspondente.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1901

Pelo socio dr. Bento Bueno. 1 exemplar da circular assignada pelo saudoso cidadão Joaquim Saldanha Marinho, datada do Rio de Janeiro a 22 de Maio de 1887.

2 Exemplares da Vida Moderna de Junho a Julho de 1901.—publicada em Montevidéo.

1 Exemplar.—Mappa—La Republica del Paraguay por Mathias Affonso Criado—Consul del Paraguay em España.—1 El cultivo del café pelo mesmo.

Pelo dr. Toledo Piza. 1 Documento interessante para a historia e costumes de São Paulo. Volume XXXIII 1771 a 1775.
Pelas respectivas redacções :
1—La Illustracion Sud-Americana, offerta do Gabinete do Presidente do Estado.
1—Revista Agricola anno 6.° n. 74.
1—Boletim pessoal n. 7—anno 13.°
2— » da Agricultura n. 7—anno 2.°—serie 2.ª.
1—Memorias do Museu Paraense de Historia natural e Ethnographia.
Recebidos os jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1901

2 Retratos Lytographados dos D.rs Campos Salles e Rodrigues Alves, offerta do Correio Paulistano.
Pelo Dr. Alfredo Toledo:
1 L'Idée Republicaine.
2 Volumes—Guerra dos Mascates, por Senio.
1 Reinvindicação improcedente.
1 Vox Veritatis—Anchieta.
1 » » —Extincção de Jesus.
Pelo Sr. Eduardo Seoschi auctor :
1 Revista Polytechnica—n. 2—Março de 1901.
1 E. Seoschi—Manual de Tacheometria.
Pelas respectivas redacções:
1 Revista do Instituto do Ceará—Anno 15—Tomo 15.°
1 » Militar n. 9—Anno 3.°
2 » A Escola—Anno 2.° n. 15 e 16—Belem, Pará.
1 O Instituto Phycho-Physiologico.
Pelo Dr. Tulio de Campos:
1 Pela Patria—Reputação do Brazil—Paraguay.
1 Pelo auctor—Ismello—Gonçalves Dias.
Pelo Padre Gabisio:
2 Quadros Synopticos da Grammatica Portugueza.
Pelas Redacções:
1 Capital Paulista n. 26—Anno 3.°—Setembro.
1 Revista Moderna.—Anno 2.° n. 10.
O Cruzeiro, Le Messager de S.t Paul 2 n.s

Eu, Dionysio Caio da Fonseca, 2.° secretario a escrevi e subscrevo, *Dionysio Caio da Fonseca.*

OFFERTAS EM SESSÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 1901

2 Exemplares da Revista Trimensal do Instituto do Ceará—Anno 15.°—Tomo 15.
1 Exemplar A Eschola—Anno 2.° n. 17—Vol. 3 do Pará.
1 » Revista Agricola—Anno 1.°—Setembro de 1901.
Pelas respectivas redacções:
4 Capital Paulista—Outubro de 1901—Anno 3.° n. 27—Serie 3.ª n. 3.
2 Exemplares da Revista Agricola—São Paulo—Outubro de 1901.
1 » da Vida Moderna—Agosto de 1901—Montevidéo.
1 » Boletim da Estatistica Demographo-Sanitaria.
1 » » Postal—n. 8—Anno 13—Agosto de 1901 da Capital Federal.
2 Exemplares Boletins da Agricultura—2.ª Serie n. 8 do anno de 1901.
Os jornaes do costume.

OFFERTAS EM SESSÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 1901

1 Boletim mensal—Estatistica Demographo Sanitaria—mez de Julho de 1901—Anno 8 n. 91.
1 A Escola—Revista Official do Ensino—Pará—Anno 2.° fasc. 17 vols. III.
Revista Trimensal do Instituto do Ceará—Anno 15—3.° e 4.° trimestre de 1901.
2 Revista Agricola—Anno VII n. 75.
1 Capital Paulista—Serie 3.° n. 3.
1 Vida Moderna de Montevidéo—Agosto de 1901 — Anno 1.° n. IV.
1 Boletim Postal n. 8—Anno XIII.
2 » da Agricultura—2 Serie 8.
1 Revista Agricola de Alagoas—Anno I.
1 Le Messagier de S.t Paul n. 14.
1 Retrato photographico do Con.e Augusto de Castilhos.
Os jornaes do costume.

20 de Fevereiro.—Jaguaribe—fundador benemerito, Moraes Barros fundador honorario, A. L. Janove, J. Vieira da Silva, Dr. J. Colman N. V. Java, Dr. M. A. Caiado, Dr. João Ribeiro, Dr. Felisbello Freire, Dr. B. F. Ramiro Galvão—*honorarios;* D. E. R. S. Rezende (B. de Rezende), C. A. P. J., Euclides Cunha, F. T. Malta, J. B. M. Peixoto, J. P. Eminax, L. F. J. de Campos, M. P. M. Tapajóz, M. Bulcão, Alfredo Guedes A. J. P. Ferraz e Coronel P. Orosimbo — effectivos, Dr. M. Fontes Paranhos—correspondente.

5 de Março.—J. Magalhães de Meirelles.

20 de Março.—Gabriel do Monte Pereira, e Dr. Clovis Bevilaqua—honorarios, Alvaro Guerra—effectivo Benedicto Octavio de Oliveira, J. M. S. Vianna, W. L. P. da Serra — correspondentes.

8 de Abril.—Rio Branco—Presidente Honorario.

20 de Abril.—Dr. Carlos Reis de Vasconcellos, Fernando M. Bonilha Junior—effectivo, Dr. Luciano E. S. Junior e Manoel Oliveira Lima—correspondentes.

4 de Maio.—D. M. Renotte, Drs. I. J. M. Rezende, J. M. Alvaro Junior e Silvio de Almeida—effectivos, Candido Costa—correspondente.

29 de Maio.—Commissão austriaca.

20 de Junho.—Drs. Antonio da Cunha Barbosa, Henrique Coelho Netto e J. M. A Moraes—correspondente.

5 de Julho.—Dr. Am. R. Freire—effectiva, Antonio Oliveira Santos Pires—correspondente.

20 de Julho.—Dr. Manoel Barata e Coronel F. Prestes de Alburqueque — correspondente, Mistres Mary Robison Wight—honoraria.

5 de Agosto.—Dr. Herculano C. de Carvalho — correspondente, Conselheiro J. P. A. Marcondes e Dr. M. Villaba—effectivos—( ).

20 de Agosto.—Ernesto G. Young—de effectivo para honorario e A. C. Reix, de correspondente para effectivo.

19 de Outubro.—J. L. Reix—effectivo ( ) Dr. F. T. A. Gomide, Conselheiro E. J. de Fontoura — effectivo, B. Pernambuco e Olympio Paranhos—correspondentes.

25 de Outubro.—Dr. Eduardo Larelin—effectivo, Dr. Abelardo Varella, Dr. Julio Vicuña Cinfuentes, Felix Pacheco, Carlos Porto Carreira e Dr. Alfredo Varella—correspondentes, Guilherme Studart (B. de Studart)—honorario.

Commissão austriaca — Richard Wettstein Ritter von Westershein, Frederico Kerner e Marilann, Augusto Heiurich Wiesmann e Victor Scheiffuer socios honorarios.

NECROLOGIA

1900 — 1901

DR. AMERICO DE CAMPOS

Dr. Americo de Campos

Distante da patria, vivendo modestamente, alheio ás luctas politicas e afastado das paixões que dividiam seus antigos companheiros e amigos, Americo de Campos seguia com interesse a evolução social que transformou o Brazil e especialmente o Estado de S. Paulo.

Entre nós o seu nome era conservado com estima e apreço, e caro a todos que, pessoalmente ou por tradição, sabiam dos grandes serviços que na imprensa prestou ás causas generosas da liberdade e do progresso social em suas diversas phases.

Foi por isso que impressionou dolorosamente S. Paulo o telegramma de Napoles que transmittiu a noticia do fallecimento de Americo de Campos a 20 de Janeiro de 1900, triste e luctuoso começo do anno para o Brazil, que perdia um dos seus mais illustres filhos (1)!

Em ligeiras notas, tiradas da imprensa do dia, damos as principaes datas de sua gloriosa existencia; depois adduziremos algumas considerações que completarão a physionomia intellectual e social do illustre finado.

«O dr. Americo de Campos nasceu em Bragança a 12 de Agosto de 1835. Era filho do finado dr. Bernardino José de Campos e de D. Felisbina Gonçalves, é irmão do dr. Bernardino de Campos. Formou-se em direito pela nossa Faculdade em 1860. Foi promotor em Ytú até 1863. Em 1865, veiu para esta capital, onde assumiu a redacção do *Correio Paulistano* até 1874. Já como estudante se tinha salientado no jornalismo academico. Em 1867 fundou, com Angelo Agostini, o celebre *Cabrião,* folha illustrada, que foi popularissima neste Estado. Tambem por esse tempo redigiu com outros politicos, o *Radical Paulistano.* Antes mesmo de

(1) O Dr. Americo de Campos falleceu as 13 horas da noite do dia 20 de Janeiro, em Napoles.—*Diario Popular* de 7 de Abril de 1900.

se começar a organização do partido republicano, iniciou a propaganda das idéas republicanas, em 1868, pelas columnas do *Correio Paulistano*. Foi, com Americo Braziliense, um dos fundadores da Loja *America*, centro de trabalho republicano e abolicionista. Com Luiz Gama (*) e outros, fundou tambem as escolas publicas e a bibliotheca daquella Loja. Em 1875, com Rangel Pestana e José Maria Lisboa, fundou este jornal então *Provincia de S. Paulo*, e, finalmente, em 1884 com José Maria Lisboa, fundou o *Diario Popular*, que redigiu até 1890, quando foi nomeado consul em Napoles, onde falleceu.» (1)

Esta laconica fé de officio bem mostra quão laboriosa e cheia de peripecias foi a existencia do dr. Americo de Campos, mas não explica o seu valor jornalistico nem dá idéa da sua esclarecida intelligencia, que bem conciliava os estudos mais positivos das sciencias physicas e naturaes com o cultivo da litteratura em seus varios ramos e das bellas artes em suas multiplas manifestações, especialmente a musica, de que era esclarecido e dedicado amador.

Amigo intimo de Carlos Gomes e de Elias Lobo, e de todos os artistas que vinham a S. Paulo, era profundo conhecedor da musica.

Deve-se principalmente a Americo de Campos—essa outra gloria paulista—que hoje delicia a Italia com sua voz privilegiada—Clotilde Maragliano; pois foi o verdadeiro descobridor dessa perola.

Exerceu Americo de Campos decidida influencia na formação e desenvolvimento do gosto e educação musical paulistana; já por meio de sua penna na imprensa, já por sua iniciativa, promovendo e creando concertos classicos e associações para o culto da boa musica. Quando não tivesse outros titulos á gratidão patria bastavam esses.

O gosto que tinha Americo de Campos pela arte da harmonia se revelara desde a juventude, ainda em Campinas, quando cursava os estudos primarios.

«Em parte, escreve um seu biographo (2), arrastado pela natural vocação; em parte pela convivencia com o nosso estimado maestro Carlos Gomes, que era então seu condiscipulo e amigo, e já musico de certa força, Americo fazia o prodigio de dar conta de seus estudos e ficar ainda com algumas horas vagas, que dedicava ao consciencioso cultivo da musica.

---

(1) O «Estado de S. Paulo»—N. 7731 de 22 de Janeiro de 1900.

(2) *Americo de Campos — perfil biographico — por J. Felisardo Junior*—ALMANACH LITTERARIO DE S. PAULO DE 1678—Pag. 146.

« Era com enthusiastica gravidade que no côro da egreja de Campinas, por occasião de solemnidades religiosas, ao lado de Carlos Gomes, elle marcava o compasso e soltava a voz em mysticas harmonias.

—Nesse tempo, dizia-me elle ha dias, eu preferia uma novena a um baile e não comprehendia que se pudesse amar uma mulher senão depois de cantar com ella em duetto ! »

Conhecemol-o pessoalmente em 1878, aqui em S. Paulo, quando se inaugurou a então Estrada de Ferro do Norte, e bem viva temos a impressão da sua *verve* inimitavel a analyzar os diversos personagens que figuravam no baile official, onde tanto se salientou pelo ridiculo — um conhecido politico.

Accolhido com a generosidade que dispensava a todos que trabalhavam, delle recebemos muita animação e especial agazalho pela propaganda que então faziamos na tribuna popular— *do Darwinismo* e da *doutrina evolutiva* ; e em artigos especiaes o illustre jornalista realçava a nossa propaganda scientifica, que vinha revolucionar o nosso meio intellectual.

A sympathia reciproca que nos uniu nunca soffreu interrupção desde então até ao final daquella vida. Com que effusão e carinho não nos esperou elle na Estação da Estrada de Ferro em Napoles !

Desde o momento que chegámos á bella cidade italiana e durante o tempo que lá permanecemos foi Americo de Campos o affectuoso e esclarecido *cicerone* que nos guiou atravez da sociedade napolitana, acompanhando-nos aos seus museus e institutos scientificos, aos seus passeios, divertimentos e visitas, aos monumentos e arredores da famosa cidade.

Só não foi companheiro para a ascensão do Vezuvio ; e isso por deliberação que tomara desde o sinistro em que pereceu Silva Jardim.

Em sua residencia, na rua Constantinopla, vivia do mesmo modo original que aqui em S. Paulo; lá o encontramos no seu gabinete, cercado de um diluvio de jornaes e revistas, italianas portuguezas e brazileiras. Havia apenas uma differença — o fogão acceso—embora a temperatura fosse boa, a ponto de não julgarmos que a estação já era começo do inverno.

Com o maior interesse investigava elle de nossas cousas e de nossos homens, referindo-se principalmente aos amigos e correlligionarios de S. Paulo, com saudades e em melancolica convicção de que não mais os tornaria a ver.

Interpellámol-o :

—Porque não volta para o Brazil a tomar o seu logar ?

Animado por aquella modestia e desprendimento que eram o fundo de seu caracter, respondeu-nos:

—Que logar? Você tem lá tantos mais dignos e que melhor servem para a politica... Entre outros, lá está o Bernardino, que vale mais que eu e basta para honra e lustre da familia — accrescentou elle — sorrindo-se, com o riso bom e franco que lhe patentava o grande e leal coração.

E rapido passou para outro assumpto e já pedindo informações pessoaes de Carlos Gomes —com quem estiveramos em Milão Queria que informassemos, como medico, da saude do grande maestro, —pois ouvira dizer que era ella precaria. Depois por associações de idéas—tratámos da saude de outro grande amigo commum, Aristides Lobo, e bem longe estavamos de acreditar que não mais vissemos tambem a Americo de Campos!

***

Para bem se avaliar da physionomia e do valor de Americo de Campos, basta ler o que sobre elle escreveu uma das mais brilhantes pennas do nosso jornalismo—o talentoso dr. Julio de Mesquita, a quem pedimos venia para transcrever essa admiravel synthese, pois é impossivel dizer melhor.

«Americo de Campos, de cuja morte nos deu hontem noticia um telegramma de Napoles, foi, durante muitos annos, uma das figuras mais originaes, mais populares, mais sympathicas e mais eminentes desta cidade e deste Estado. Quem o visse, e não soubesse quem elle era, não poderia jamais imaginar sequer que primoroso espirito se occultava sob aquella desprimorada apparencia de bohemio; não havia, entretanto, em S. Paulo, nome mais conhecido e estimado; foi campeão audaz e dedicadissimo de todas as grandes causas, que aqui se debateram no agitado periodo de 1865 a 1889, e se, pelo especialissimo feitio do seu temperamento e do seu caracter, nunca foi homem de quem os grupos e os partidos se lembrassem para eleval-o a cargos de direcção (tambem elle nunca os ambicionou) foi, todavia, incontestavelmente, um dos mais habeis e mais influentes orientadores dos grupos e dos partidos em que se filiou. Para chefe, como são os chefes no Brasil, faltavam-lhe todos os requisitos: não tinha actividade, nem geito, nem paciencia. Tão apaixonado pela politica como pela arte, emquanto a politica rastejava pela sensaboria enervante do expediente diario, elle preferia cultivar as suas flôres, ler o seu romance, ouvir a sua

musica ou dar o seu passeio por qualquer arrabalde distante, com o eterno *cache-nez* sobre o hombro, a olhar distrahido, para o arvoredo dos campos ou para os aspectos pittorescos do céo. Mas, tinha talento como poucos e era de convicções firmissimas. De maneira que, quando a politica se erguia para a nobre lucta das idéas, e chegava aos seus ouvidos o toque de álerta, saltava logo para a sua fileira com um ardor extraordinario e não havia quem mais fundos e mais certeiros golpes desfechasse sobre os adversarios.

« A sua arma era a penna e a sua trincheira era o jornal. Conversava admiravelmente: não sabia fallar em publico. Mas, como jornalista, era um mestre. Se fôsse um pouco mais constante no trabalho, teria sido, sem duvida alguma, um dos maiores jornalistas do Brasil em todos os tempos. Pertenceu a uma geração de jornalistas notaveis: foi companheiro do fulgurante e saudoso Ferreira de Menezes, do Quintino Bocayuva, de Salvador de Mendonça, de Rangel Pestana. Andou sempre hombro a hombro com todos elles e era de todos, talvez, o que dispunha de mais dotes naturaes para o exercicio da profissão. Dos outros, cada um tinha a sua especialidade no jornal, elle era homem para todo o jornal, porque tão facilmente traçava um artigo de fundo, quando a isso o obrigavam, como escrevia uma chronica, um folhetim gracioso, noticia de theatro ou uma simples e despretenciosa narração de um indicente de rua a que tivesse assistido. Redigida por elle, a mais insignificante noticia era sempre uma noticia bem feita, e *fazer* bem uma noticia não é coisa tão banal como se imagina. Tinha estylo, isto é, tinha uma maneira pessoal de escrever, e a sua phrase era correcta, incisiva e brilhante. No seu tempo, ainda não se caprichava na fórma como hoje, em geral, se capricha, mas, quem percorrer as collecções dos jornaes em que elle esteve, ha de encontrar paginas que hoje fariam inveja a qualquer jornalista que se prese de ter o gráo de educação litteraria que o officio actualmente requer. Accusavam-no de ser excessivamente azedo e mordaz. Cremos que foi Arthur Azevedo quem delle disse que punha um pouco de assucar em tudo quanto comia (era uma das suas originalidades) e um pouco de fel em tudo quanto escrevia. Ha mais espirito do que verdade nesta phrase feliz, mas ha verdade. Effectivamente estão auctorisados a pensar como Arthur Azevedo os que observaram sómente algumas phases da vida jornalistica de Americo de Campos. Havia épocas em que quem tivesse de conhecer o seu caracter pelos seus artigos necessariamente haveria de suppôr que elle era um descontente, um pessimista incorrigivel,

um contrariado e, por conseguinte, irritado e forçosamente aggressivo. O que é exacto, porém, é que não póde, sem grave injustiça, pensar assim quem observou toda a sua longa carreira publica, em que muitas vezes se deixou naturalmente incender e arrebatar pelo fogo dos mais puros enthusiasmos: elle era apenas um desegual, e isto mesmo só como jornalista.

« Como homem, era profunda e constantemente affavel e bom, e, apezar dos revezes da fortuna, sempre optimista e sonhador. Era mais republicano pelo coração do que pela cabeça, um impulso de sentimentalismo atirou-o para o lado de Luiz Gama, seu amigo intimo, nas pugnas do abolicionismo incondicional, e verdadeiramente nunca quiz nem fez mal a ninguem. Havia veneno nas suas alfinetadas de jornallsta, é certo, mas veneno suave cujo effeito não passava da pelle do adversario. Insultos dos que não se perdôam, grosserias soezes ou baixas calumnias não sahiam da sua penna honrada. Quando não tivesse coração, como tinha, não lhe faltava talento para poder contornear as maiores difficuldades da mais violenta polemica, sem descer a tanto.

« Para se formar uma idéa exacta do seu temperamento e do seu caracter, veja-se como elle procedeu quando se proclamou a republica — elle que foi um dos primeiros, dos mais valorosos e dos mais illustres republicanos deste paiz. Tinha pleno direito de pedir aos seus concidadãos uma posição de relevo. Não pediu, nem se lembrou de pedir coisa alguma. O governo provisorio convidou-o a acceitar o modesto consulado de Napoles, e elle partiu contente e radiante.» (1)

***

Para terminar—um episodio historico—hoje quasi esquecido, e que vem completar a perfil do illustre finado.

—Americo de Campos, sob a apparencia de indifferente, fleugma, era uma natureza nervosa e vibratil — que ascendia ao auge do enthusiasmo,—quando impressionado por uma idéa generosa ou por uma causa querida pelo qual estremecia.

Assim foi a 15 de Novembro de 1889. Desde que começaram a circular as primeiras noticias da Revolução no Rio, observámos, quasi hora a hora, a transformação progressiva que se operava naquella grande e leal individualidade.

Desapparecera aquella habitual indifferença —, mais apparente—que real—com que assistia aos factos ordinarios da vida

(1)— *Estado de S. Paulo* de 22 de Janeiro de 1900.

diaria, a calma levemente ironica com que conversava, discutia e redigia seus caracteristicos artigos e noticias do « *Diario Popular*», e agitava-se o convicto democrata e ardente republicano que, com paixão, tomava parte activa nos diversos successos do momento historico, e arrastava comsigo até os mais frios e prudentes.

Assim, emquanto reunidos á noute, em antigo local em que funccionava a Commissão Permanente do Partido Republicano (1), estavamos deliberando acerca de certas medidas, aguardando telegrammas do Rio, Americo de Campos dirigiu-se ao Club Republicano, na rua de S. Bento (2) para fazer a proclamação official da Republica, e assim precipitar os acontecimentos.

De facto—de lá mandou nos convidar para o acto que realizou, logo que alli chegámos. Em uma das janellas do *Club*, empunhando a tradicional bandeira republicana que o partido adoptou, em inspirado e enthusiastico discurso dirigiu-se ao povo immenso que enchia a rua, entre os largos do Rosario e de S. Bento; fez a apologia da Republica e celebrou a victoria que transformava o governo do paiz. Terminou delirantemente applaudido e acclamado; e a revolução que se passava em S. Paulo teve na palavra autorizada de Americo de Campos, o primeiro e mais competente panegyrista.

Ainda a 16, durante as horas que precederam a posse do triumvirato governativo perante a Camara Municipal, manteve-se alerta e activo Americo de Campos, pois fallava-se em imminencia de lucta e resistencia provavel por parte da força de policia sob as ordens do Coronel H. Macedo, seu commandante.

Depois da entrega do governo pelo General Couto de Magalhães, e do restabelecimento da confiança geral, desapparecido qualquer receio de lucta, como que eclipsou-se Americo de Campos. Dias depois voltava á sua habitual e calma vida de redactor do « Diario Popular » e com a mesma fina ironia e *verve* analysava e commentava—os actos e os homens do dia.

Podendo ter as mais brilhantes posições, nada pediu. E bem certos estamos que, si não fosse a iniciativa de outro grande patriota e immortal jornalista Aristides Lobo, nunca Americo de Campos teria sido lembrado para qualquer missão na Europa.

Foi Aristides Lobo, no curto periodo que occupou a pasta de Ministro do Exterior, que a 23 de Março de 1890 nomeou Americo de Campos para o Consulado de Napoles, consultando-o préviamente, e instando para que acceitasse esse logar.

---

(1) A rua de São Bento n. 59.
(2) O antigo *Club Republicano* funccionava a rua de S. Bento N. 79.

« Custei a convencel-o, dizia-nos Aristides Lobo, para que acceitasse o logar; foi pela musica que o levei, e pela esperança de encontrar-se com o Carlos Gomes e juntos ouvirem os grandes mestres da arte, que elle se decidiu afinal!

Este commentario basta para completar o perfil intellectual e moral de Americo de Campos.

Desde que partiu não mais appareceu na imprensa. Em Napoles —continuou a viver bem a seu modo— e quasi que com os mesmos habitos que aqui tinha; essa foi a impressão que nos deixou quando lá o visitámos. Duas modificações importantes— notamos — uma no vestuario, e outra no regimen alimentar. Deixara o uso do celebre e conhecido *cache-nez* em volta do pescoço ou sobre o hombro, usava camisa com collarinho —e substituira o assucar pelo vinho ás refeições.

Notando-lhe nós essas grandes revoluções, discse-nos:

—Que quer Você! As exigencias sociaes não me admittem de camisa sem gravata; e, quanto ao vinho, é tão bom e tão barato!

Deixou o Dr. Americo de Campos descendencia distincta proveniente do consorcio que realizou com virtuosa senhora paulista, e entre elles, já conhecido na imprensa e na magistratura—o Dr. Bernardino Peixoto de Campos, que exerce o logar de juiz de direito de uma das Comarcas do Estado.

Seria de bom effeito para o culto da memoria de Americo de Campos e de proveito para as lettras patrias — a reunião em volume de alguns escriptos do illustre finado, cousa, aliás, que elle proprio projectara conforme o testemunho de F. Wolff. (1).

Ao seu illustre filho, Dr. Bernardino P. de Campos, não faltam talento e nem gosto para elevar á memoria paterna um monumento de affecto que será tambem de gloria para as lettras nacionaes.

Dr. Miranda Azevedo.

---

(1) Fer. Wolf. *Le Brésil Litteraire*—Pag.

OS ULTIMOS MOMENTOS:

O nosso saudoso mestre dr. Americo de Campos, que será sepultado amanhã, a uma hora da tarde, em carneiro proprio no cemiterio da Consolação, exhalou o ultimo alento de vida no dia 20 de Janeiro, ás 10 horas da noite.

Não teve a tortural-o no supremo momento a dolorosa agonia que precede a passagem deste para o mundo desconhecido, onde não fructificam os odios e as paixões. Morreu como um justo, não sendo presentido nem pelo dr. Bianchi, seu medico assistente.

Victimou-o, uma espinite ou tabo dorsal, de que soffria ha dous annos, tendo dobrado de vehemencia 15 dias antes do fatal desenlace.

O corpo do mestre do jornalismo brasileiro foi levado para o cemiterio onde foi embalsamado pelos professores Gianturco e Reale, da Real Universidade de Napoles, com todo o rigor scientifico.

Não faltaram demonstrações de pezar pelo fallecimento do dr. Americo de Campos na formosa cidade italiana.

Em sua homenagem a loja maçonica *Lausann* realizou imponente sessão funebre com todo o cerimonial de estylo.

O corpo consular, o syndico, o prefeito da cidade e as legações brazileiras junto ao Quirinal e á Santa Sé enviaram telegrammas de condolencias aos filhos do saudoso extincto.

Tornou-se credor da gratidão dos brazileiros o sr. Eugenio Oddino, intelligente secretario do consulado, que foi de uma dedicação sem limites durante a enfermidade e depois do passamento do dr. Americo, de quem era affectuoso e sincero amigo.

Prestou tambem valiosos serviços o dr. Salustiano Penteado, que se acha em Napoles.

Os estudantes paulistas Jacomine Define e Vicente e José Sofia, que se acham naquella cidade, renderam ao finado todas as homenagens, em nome da mocidade brazileira, acompanhando o corpo até o cemiterio e dalli a bordo.

Bem merecidas foram essas demonstrações, pois só quem, como nós, teve a ventura de conhecer e estimar Americo de Campos, sabe quanto era meigo o seu coração, onde jamais se aninhou um sentimento menos justo.

Americo de Campos não pertencia sómente á familia; a nós que ouvimos por tantos annos os seus proveitosos conselhos, cumpre tambem agradecer as homenagens que lhe foram prestadas:

(Do *Diario Popular* de 7 de Abril de 1900.)

AUGUSTO DE SOUZA QUEIROZ

Dr. Augusto de Souza Queiroz

Entre as tradicionaes familias paulistas, que conservam bem vivas as qualidades do antigo caracter dos antepassados, figura —incontestavelmente—a dos Souza Queiroz, que gosa com justiça da estima e consideração de seus patricios.

O Dr. Augusto Queiroz era um genuino representante dessa familia, e não só por isso—mas tambem por merito proprio, por actos e serviços individuaes em varias posições politicas, tornou-se digno de vêr o nome lembrado nestas paginas, destinadas a registrar a vida de brazileiros illustres.

Apontaremos as datas que assignalam os factos principaes de sua vida, e daremos os traços que lhe completam a physionomia moral, offerecendo uma ou outra informação menos conhecida, para bem ser avaliado na sua integra o typo do Dr. Augusto Queiroz.

Nasceu elle a 28 de Novembro de 1845 na cidade de S. Paulo; era filho do Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz e de D. Antonia de Vergueiro Queiroz, pertencentes ambos á velha aristocracia paulista. Nesta materia limitamo-nos a transcrever as linhas de um jornal que lhe traçou a necrologia (*). «Por seu pae, era neto do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, official general do exercito portuguez e fidalgo da Casa Real, casado que foi com D. Genebra de Barros Leite, filha legitima de Antonio de Barros Penteado e D. Maria Paula Machado, e irman do 1.° barão de Piracicaba.

«Por sua mãe era neto de Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, senador por Minas Geraes e regente do Imperio do Brazil, na minoridade de S. M. o Imperador D. Pedro II».

(*) *O Commercio de S. Paulo* de 3 de Março de 1900.

Muito joven ainda, foi Augusto Queiroz para a Allemanha, e passou depois para a Suissa onde recebeu a educação, que serviu de base á sua formação intellectual, e quiçá ao seu caracter publico.

De Zurich, onde esteve 5 annos, regressou ao Brazil, concluidos os estudos de humanidades, e matriculou-se pouco depois na Academia de Direito de S. Paulo.

Terminou o curso juridico em 1872, pois fôra obrigado a interrompel-o por motivo de molestia; entrou logo na actividade politica, servindo com enthusiasmo no partido liberal, a que pertenceu sempre, já pelos laços de familia, já por causa dos seus sentimentos e principios de primeira educação, que recebeu na Suissa, esse admiravel paiz de liberdade.

Em 1878, por occasião da subida do partido liberal ao poder, occupou o cargo de delegado de policia nesta capital, em época dificil e de agitação partidaria; mas o Dr. Augusto Queiroz, houve-se com tal tacto e delicadeza, que deixou sympathias e saudades mesmo entre os mais ardentes adversarios. Eleito em 1879 vereador da Camara desta cidade, onde predominava a facção conservadora—manteve sempre a defesa do interesse popular—e revelou-se como discutidor facil e infatigavel, chefiando a minoria liberal, que desempenhou as funcções municipaes até 1881.

Escolhido por seus correlegionarios para fazer parte da Assemblea provincial, na primeira legislatura, o Dr. Augusto Queiroz correspondeu galhardamente ás esperanças que nelle depositaram os seus amigos.

Preoccupou-se principalmente com o problema da immigração, e da localização do serviço escravo—conforme ás idéas que defendera desde 1874, na imprensa.

«Nas questões attinentes á grandeza e progresso de sua terra, diz d'elle um biographo, como por exemplo, na substituição do braço escravo pelo trabalhador livre e na introducção de immigrantes—punha de parte o partidarismo, para só encarar o bem commum».

Durante 4 biennios occupou o Dr. Augusto Queiroz o logar de deputado na antiga Assembléa Provincial, e com frequencia e criterio discutiu na tribuna as multiplas e variadas questões economicas, financeiras, politicas e sociaes, que se desenvolveram durante esse periodo—um dos mais activos e prosperos da vida paulista.

Tinha direito de aspirar a um logar na representação geral por parte dos interesses de S. Paulo; não era só—*par droit de naissance*—podia com verdade affirmar que o fazia — *par droit de*

conquête, offerecendo uma longa e honrosa fé de officio. Por isso, em 1889, com a volta dos liberaes ao poder, apresentou-se candidato pelo antigo 1.° districto desta provincia.

A lucta eleitoral foi renhida, tendo o partido conservador dous candidatos,—o da União conservadora e o do grupo do dr. João Mendes, concorrendo os republicanos tambem com o seu. A victoria que obteve o Dr. Augusto Queiroz não foi devida só á influencia e prestigio do governo—; alcançou-a antes por valor proprio, pois era o mais popular e mais estimado de todos os candidatos que pleitaram as eleições de Agosto. Esta é a verdade historica.

Em 1888 o partido liberal paulista reuniu na Capital da provincia um Congresso politico, á imitação do que faziam os republicanos—com representantes de todos os districtos politicos, e funccionou de 20 de Maio a 4 de Junho, para formular as bases do novo programma a adoptar, e que solemnemente publicou a 11 de Junho, para bandeira de combate contra os adversarios.

Esse notavel documento, infelizmente quasi esquecido, já adoptava as mais adeantadas idéas relativamente á federação, abolição do senado vitalicio, do conselho de estado e outros problemas democraticos. Era elle assignado pela commissão nomeada para esse fim composta dos Conselheiros Bernardo Gavião, Moreira de Barros, Leoncio de Carvalho, Francisco Queiroz e Conde do Pinhal. Durante as discussões o Dr. Augusto Queiroz esteve entre os que mais se salientaram pelo ardor e liberalismo de principios democraticos, sempre ao lado de Bernardo Gavião, Brazilio Machado, Candido Rodrigues, Bueno de Andrada, Albuquerque Lins e João Galeão Carvalhal; e as conclusões mostram bem qual a tendencia da epoca e como já envolvia a idéa republicana pura.

«O povo brazileiro, no intuito de firmar a sua união e promover a sua prosperidade, formará uma confederação modelada pela dos Estados Uunidos com as seguintes modificações.

«1.° O chefe do poder executivo federal continuará a ser o imperador, que o exercerá por meio de ministros responsaveis, de accordo com o regimen parlamentar.

«2.° Os presidentes e vice-presidentes das provincias confederadas serão eleitos pelas mesmas provincias e por fórma que melhor se harmonize com o systema monarchico».

Este movimento accentuou-se, repercutiu por todo o paiz, de modo que no Rio de Janeiro, em principios de 1889, houve grande reunião dos eminentes chefes e representantes do partido liberal, que traçaram um bello e vasto plano de reformas politicas com as mais adeantadas idéas, defendidas com enthusiasmo e

brilho pelo Conselheiro Ruy Barboza, Joaquim Nabuco e Manoel Victorino, sobretudo em relação á independencia das provincias, que seriam quasi estados federados-livres — sob a monarchia.

Por parte dos liberaes de S. Paulo, compareceu o Dr. Francisco Queiroz — em tudo identificado nestes problemas com seu irmão o Dr. Augusto Queiroz, pois eram perfeitamente solidarios não só neste ponto, como em relação a outras soluções economicas, financeiras e industriaes, sustentando com pertinacia a conveniencia de firmar-se tambem a immigração sob novas bases — sobretudo para chamar o elemento germanico — não se devendo regatear sacrificios nesta materia.

Portanto, o Dr. Augusto Queiroz quando foi eleito pelo Estado de S. Paulo, era um politico que representava nobres e elevados intuitos, e tinha valor para bem defender esse programma.

***

E não era o Dr. Augusto Queiroz só um luctador da palavra na tribuna, pois na imprensa combateu com ardor e frequencia em prol das mais generosas idéas.

Em 1883 fundou o *Diario de S. Paulo*, orgam do partido deste nome na provincia de S. Paulo.

«Nesta folha, o seu principal trabalho era a libertação, gradual e sem abalos, do elemento servil. Desde 1874, advogou a localização da propriedade escrava, a principio nas provincias, depois nos municipios, de modo a prohibir-se indirectamente, por pesados impostos, a transmissão de escravos de uma provincia para outra e, mais tarde, de um municipio para outro. Por isso, julgou insufficiente o projecto do conselheiro Lafayette e deixou de adoptal-o.

Mais tarde, porém, advogou francamente a libertação. Assim é que, quando os agricultores, chefes dos diversos partidos politicos, convocaram a grande reunião que se realizou no theatro S. José, em 1887, para deliberar sobre a attitude da lavoura perante a questão abolicionista e discutir uma proposta de libertação condicional, com o prazo de 3 annos, Augusto de Queiroz impugnou essa proposta e sustentou a libertação immediata e incondicional, por não ser mais possivel manter a propriedade escrava» (*).

Em 1888 fundou o *Federalista* para defender as idéas adoptadas no Congresso liberal, como acima referimos, e ahi esteve

(*) *O Commercio de S. Paulo*—N. 2137—3 de Março de 1900.

sempre na estacada, até ao dia 15 de Novembro de 1889, quando aquella folha suspendeu a publicação em virtude da revolução.

Contribuiu tambem com valiosas quotas e trabal o para fundar e sustentar a *Federação*, orgam dos republicanos que acompanhavam o governo do Dr. Americo Brazilense.

E não ficou ahi a sua liberalidade para com os jornaes republicanos, pois em 1895 fez doação ao sr. Antonio Moreira da Silva de boa quantia para ser applicada á publicação do *Democrata Federal*.

Para manter e organizar a imprensa monarchista no Estado, não poupou o Dr. Augusto de Queiroz nem esforços nem dinheiro, e o *Commercio de S. Paulo*, na sua ultima phase politica, se não lhe deve de todo a existencia, com certeza recebeu delle e dos seus a parte principal, conforme testemunho de seus correligionarios.

Triumphante a Revolução de 15 de Novembro, a sua attitude foi a mais correcta e elevada: — não correu a disputar posições officiaes, antes recusou-as — e tambem não levantou difficuldades nem procurou resistencia ao estabelecimento da boa marcha dos negocios publicos.

A 16 de Novembro, o auctor desta ligeira noticia, commiscionado com o Dr. Rangel Pestana, para entender-se com alguns dos chefes politicos da situação decahida, encontrou o mais razoavel e altruistico procedimento da parte do Dr. Augusto Queiroz.

Asseverou-nos que poderiam os republicanos contar com os seus serviços e esforços para estabelecer a ordem e manter a paz e tranquilidade em S. Paulo, não acceitando, porêm, posição alguma official. E effectivamente junto de seus amigos e de sua importante familia exerceu essa acção louvavel e patriotica.

Não duvidou mesmo de, em acto publico, levar ao conhecimento de seus concidadãos este acto patriotico.

Recolheu-se á vida privada, e lá manteve sua posição.

***

Quando se tratou em 1890 de formar a lista dos representantes paulistas ao Congresso Constituinte, o Dr. Augusto Queiroz foi instante e vivamente solicitado para que deixasse figurar seu nome na lista dos candidatos officiaes, organizada no Palacio sob a direcção do Dr. Campos Salles, ministro da Justiça, que veiu a S. Paulo para esse fim especial. Com a maior hombridade e desprendimento, negou-se, por entender que só aos republicanos da propaganda competia a responsabilidade da revolução, e só estes deviam formular a Constituição Republicana. Neste seu modo de

pensar era apoiado por grande numero de honrados politicos paulistas do antigo regimen, que embora não fossem inimigos ou antipathicos á Republica, julgavam pouco airoso disputar essas posições que aliás lhes eram offerecidas pelos governantes do dia. E a historia imparcial hade registrar e analysar esta digna conducta, quasi geral, dos antigos liberaes paulistas, em contraste com a dos muitos conservadores que pressurosos correram ao primeiro aceno do governo, salvo honrosas excepções, como a do Barão de Jaguára e Delfino Cintra, para citar só os mortos, e do Conselheiro Paulino no Rio de Janeiro. Este que reunia a uma grande responsabilidade historica a de representação official como Presidente do antigo Senado, em solemne assembléa dos seus amigos e correligionarios, convocada expressamente para discutir esse assumpto—aconselhou a abstenção ao Congresso Constituinte, deixando para as legislaturas seguintes a collaboração dos antigos monarchistas que tinham occupado posições politicas no antigo regimen. Não ficou só o Dr. Augusto de Queiroz, portanto, nessa épocha interessante de nossa vida politica — e aqui mesmo existe o documento publico do artigo que a esse respeito publicou a 8 de Agosto de 1890 no *Estado de S. Paulo*, em que fundamentava as razões por que declinava da candidatura offerecida. E' um documento que deve ser lido e meditado.

A parte imparcial da população brazileira estava na mesma corrente de idéas, e pensava como o Dr. Frederico Abranches, o auctor de um ardente phampleto (*), aqui publicado, que dizia: « Quem escreve estas linhas póde dizer, com Sallustio, que teve o fanatismo da politica, mas vira cahir bem cedo uma a uma suas esperanças de moço, crestadas pelo sopro calido do desengano. Foi monarchista sincero e batalhou no seu partido com o denodo e a lealdade de um coração aberto aos sentimentos grandes e generosos. Em nada concorreu para o estabelecimento da Republica: porém de fórma nenhuma procurou entravar-lhe o caminho. O facto está consumado e seria delicto de leso-patriotismo sacrificar a um systema que nem sempre foi feliz, a uma dynastia que nem sempre foi agradecida, os maximos interesses da nação».

Não estava isolado o mesmo politico quando traçava ainda estas verdades: «Na angustiosa actualidade que o paiz atravessa (Abril de 1890), em que de par com o civismo que enobrece, colleia a especulação que degrada, e ao lado das convicções sinceras, que se alteiam sublimando os caracteres, militam a dobrez e a felonia, tentando fazer da baixeza um titulo de benemerencia—é o caso daquelles que têm a responsabilidade do poder bradarem aos vis

(*) *A proposito do Plebiscito* por Vergniaud. S. Paulo 1890, pag. 15.

que se atropelam nas oblações fingidas que lhes tributam :— *Pas trop de zéle!* E prestarão assim um bom serviço á dignidade avexada, e ao pudor offendido, varrendo do portaló da republica os piratas disfarçados, que, em dias de desventura, seriam os primeiros na abordagem.

O retrahimento calculado, a espectativa sympathica—eis a attitude correcta que o decóro e a honra assignalavam aos homens politicos, convictos de uma restauração impossivel e que nos ultimos tempos mais se salientaram nas luctas dos partidos monarchicos.

«Fruindo as posições lucrativas, os gosos da representação e dos empregos; haurindo das instituições decahidas toda a força, todo o prestigio, e quiçá os meios de subsistencia para si e para os seus — não era honesto que estes Abyssinios de nova especie se açodassem para, de rastros, saudarem o sol que emergia, apedrejando o que descambava para o occaso. Os reclamos da patria não exigiam tal sacrificio, nem excluiam os sentimentos nobres da coherencia e do brio. O certo é que o povo contemplou attonito, não já o esboroamento das instituições, mas a rapida metamorphose das opiniões da vespera, com alacridade professadas, e assistiu *bestializado* á hecatombe dos caracteres que se arremeçavam á liça aviltada das palinodias abjectas e das lisonjas sem pejo. E o genio que preside aos destinos do Brazil velou-se de crepe para vêr desfilar o prestito funebre do esquife da probidade politica, immolada em holocausto á ambição sordida e aos interesses inconfessaveis» (1).

***

Depois de votada a Constituição da Republica a 24 de Fevereiro de 1891, houve modificação politica em quasi todos os Estados da Republica em relação á formação dos diversos governos estadoaes.

E' um facto recente, por isso bem conhecidas as causas que actuaram para a mudança que em S. Paulo se operou ; mas não é este o logar para bem se analyzar essa phase.

Convidado, ou antes intimado, para acceitar a nomeação de Governador de S. Paulo, o Dr. Angelo Pinheiro Machado, depois de recuzar peremptoriamente esse cargo, conseguiu obter um prazo de 48 horas para vir a esta capital conferenciar com seus amigos e correligionarios.

Tomara o compromisso solemne com o Marechal Deodoro para, dentro desse lapso, acceitar o cargo — ou indicar um nome que o substituisse.

(1) Obr. cit. pag 5.

O resultado foi a indicação do nome do Dr. Americo Braziliense, lembrado pelo Dr. Angelo Pinheiro, depois de ter conferenciado com esse illustre estadista, em companhia dos Drs. L. Barreto, Rodolpho Miranda e outros companheiros. Em poder do Dr. Angelo Pinheiro existe ainda o telegramma de Deodoro — felicitando-o pelo acerto da escolha.

Entretanto, outros emissarios politicos influiam junto do Barão de Lucena para ser entregue a nomeação de Governador a antigos monarchistas.

O que convem dizer-se, e que nem todos sabem, é que o Barão de Lucena chegou a offerecer a direcção politica deste Estado aos chefes do antigo partido liberal, querendo nomear o Conselheiro Moreira de Barros presidente do Estado. Estes, mais uma vez, monstraram a maior correcção possivel e grande abnegação civica, salientando-se entre elles os Drs. Augusto Queiroz e Bernardo Gavião. Responderam ao Barão de Lucena recusando a nomeação do Conselheiro Moreira de Barros e dizendo que estavam promptos a contribuir para a organização do Estado, lembrando a conveniencia de ser entregue a direcção suprema a um republicano historico, e acceitando o nome do Dr. Americo Braziliense, fundador do partido republicano paulista, que gosava de merecida reputação de caracter honrado, moderado e com capacidade e pratica para o governo.

De facto foi acceita essa idéa e nomeado o Dr. Americo Braziliense para organizar o Estado de S. Paulo nos moldes republicanos, mas aproveitando todos os bons e sinceros elementos dos tres partidos aqui existentes: o republicano historico, o conservador intransigente, e o liberal, em sua quasi totalidade afastado da actividade politica.

O Dr. Augusto Queiroz, chamado para auxiliar a administração do Dr. Americo Braziliense, e com a responsabilidade de ter sido um dos que mais instaram para que elle acceitasse a ardua tarefa de presidente em vez do commodo e brilhante logar de diplomata prestigiado em Lisboa, procedeu sempre com a maior lealdade e isenção em todas as circumstancias. Em poucas linhas, e de modo brilhante traçou a historia de Augusto de Queiroz, nesse periodo, o *Estado de S. Paulo*, no seguinte trecho: —«quando subiu ao governo do Estado o Dr. Americo Braziliense, entendeu que devia transigir com as suas convicções sempre monarchicas e prestou leal e franco apoio á situação, sendo por essa época eleito senador do nosso Congresso, onde se distinguiu, como outr'ora se distinguira na assembléa provincial, pelo criterio com que estudava todas as questões, nas commissões de que fazia parte, e na tribuna, que occupava frequentemente».

Depois que o Marechal Deodoro resignou o poder, e o governo do Marechal Floriano desenvolveu sua acção reaccionaria nos Estados contra todos que não combateram o seu antecessor, o Dr. Augusto Queiroz retrahiu-se novamente á vida particular, sem desligar-se comtudo dos seus companheiros republicanos, com quem trabalhara no Congresso Paulista. Dissolvido este, arbitrariamente, e accentuando-se a malevolencia entre os antigos membros dessa assembléa, principalmente entre os de origem monarchica — «o Dr. Augusto de Queiroz, desgostoso, rompeu a sua breve alliança com os republicanos e tornou a declarar-se abertamente monarchista, e monarchista morreu. Acreditava sinceramente na restauração e não occultava de ninguem o enthusiasmo com que a acolheria» (1).

Durante o agitado periodo da revolução da Armada esteve o Dr. Augusto de Queiroz na Europa. Embora adverso ao regimen que dominava na patria, a sua correcção e patriotismo nunca soffreram eclypse — ao envez de alguns outros patricios, que mais estimavam os interesses dynasticos que o bom nome e a prosperidade nacional.

De volta a S. Paulo, já sob o governo civil, quiz tornar á actividade politica, tratando de organizar publica e francamente um partido monarchista, mas que luctasse no terreno legal e da concorrencia eleitoral dentro da propria lei, por meio da imprensa, da propaganda, pela tribuna popular, nos comicios ou nas assembléas legislativas.

A má comprehensão do governo estadoal de então consentiu no ataque á typographia do jornal que defendia as idéas monarchistas, e—peior que isso — mandou officialmente — *manu militari* (2) dissolver uma reunião que fora convocada pelo Dr. Augusto de Queiroz, em sua residencia, para tratarem os monarchistas de organizar-se em partido militante e concorrer ás eleições politicas e disputar outras funcções no paiz. O Dr. Augusto Queiroz cedeu ante a força — mas recorreu ao tribunal superior, requerendo *habeas corpus*, que foi denegado!

Desde então retrahiu-se completamente, sem deixar de acompanhar e auxiliar os seus correligionarios em todos os trabalhos e esforços a favor do seu ideal politico.

*
* *

Agricultor esclarecido e importante, contribuiu tambem para o desenvolvimento industrial de S. Paulo, sendo um dos organi-

---

1 *Estado de S. Paulo, cit.*
2 O Coronel Lucidoro foi o encarregado dessa missão em 1896.

zadores e presidentes da importante Companhia Mechanica, uma das mais prosperas do Brazil.

Em diversas instituições philantropicas e humanitarias deste Estado deixou o seu nome bem recommendado por actos de generosidade e de bons serviços.

A actividade dessa existencia e mil exigencias sociaes a que estava obrigado pela sua posição social e financeira contribuiram para debilitar-lhe a saude, que sempre foi delicada.

Partiu para a sua querida Allemanha, para onde o chamavam as boas e gratas recordações da mocidade, e as tendencias cultas da sua intelligencia. Não foi propicia a viagem e, em pouco tempo, os amigos e parentes tiveram informações tristes ácerca da gravidade da molestia que affligia ao Dr. Augusto Queiroz, e a 25 de Fevereiro, de Franckfort o telegrapho nos transmittiu o lugubre desfecho daquella existencia illustre.

Não faltam palavras que possam bem servir de epitaphio ao benemerito finado — mas não serão mais expressivas do que as *vir probus et bonus*, que rezumem toda sua vida.

Dr. Miranda Azevedo.

José Pedro Xavier da Veiga

E' curioso e instructivo seguir-se atravez da historia a evolução de uma familia que, durante gerações successivas, apresensenta individuos em evidencia perante seus contemporaneos.

Ha ensejo e material para verificar-se a formação dos caracteres obedecendo á grande lei da hereditariedade atravez da lucta da vida — e obedecendo aos elementos de selecção; mais que todos os ramos de estudos, a biographia é preciosa sob esse ponto de vista.

Como se pode bem explicar — tanta contradicção apparente nos homens politicos, tanta fraqueza imprevista ao lado de rasgos de civismo acima do natural, só pela applicação da analyse dos actos antepassados! E' uma das maiores conquistas da intelligencia humana o grande axioma — *os mortos governam os vivos* — do immortal genio do seculo desenove.

Na Historia Patria — a familia Ferreira da Veiga offerece de 1831 até hoje material compacto e grande para estudos sociologicos curiosos.

A linha principal, o eixo em torno do qual se movem quasi todos os seus representantes — é o fundo sentimento conservador e culto exaggerado pelo principio da auctoridade, aos quaes sacrificam todos os seus esforços, e as vezes até sympathias e sentimentos — que os tornaria paradoxaes — si não fossem estudados a essa luz da biologia social.

Em 1831 — é Evaristo da Veiga — o genuino filho do povo — que se colloca ao lado do throno — contra o movimento republicano; em 1871 outro Evaristo da Veiga — christão fervoroso e convicto, philanthropo illustrado — investe ardente contra a primeira lei da emancipação do escravo. Assim é — que uma familia — notoriamente caracterizada pela simplicidade de seus costumes, democracia de habitos, altruistica em extremo, vê quasi todos os seus membros filiados ao partido auctoritario monarchista na sua feição mais accentuada da antiga facção conservadora. Verdade é que isso não toldara de todo a atmosphera em

que viviam alguns — como José Pedro Xavier da Veiga; de modo que, com independencia, mesmo no dia da victoria partidaria, tinha isenção para julgar com justiça das situações.

« Uma nota, porêm, colhida num editorial da *Provincia de Minas* de 20 de Fevereiro de 1886, que nos foi obsequiosamente fornecida pelo sr. dr. Affonso Penna, caracteriza a individualidade politica de Xavier da Veiga. A 20 de Agosto inaugurava-se a ullima situação conservadora no periodo monarchico e a 15 de Janeiro seguinte feria-se o grande pleito para a composição da Assembléa Geral Legislativa. Escrevendo sobre esse assumpto e apreciando a composição da nova Camara sob essa face politica, dizia Xavier da Veiga:

« E' esta conservadora, accentuadamente conservadora, sendo esta parcialidade representada por cerca de cem deputados e a liberal, no maximo, apenas por vinte e cinco. Quer isto dizer que o partido, recentemente decahido do poder, somente conseguiu nos comicios a quinta parte das cadeiras componentes da camara temporaria! Ha neste notavel resultado motivos justos para jubilos patrioticos?

— Sim, responde o proprio Xavier da Veiga, dando os motivos porque assim pensava. Em seguida, porêm, accrescenta elle:

« Colloquemo-nos, entretanto, ainda que por momentos, a cavalleiro de conveniencias partidarias mais ou menos ephemeras, fixando por sobre os *destroços da victoria* o horizonte limpido dos principios, que além se descortina, e convencer-nos-hemos, todos os cidadãos de boa fé, conservadores, liberaes e republicanos, que cada eleição geral procedida no paiz attesta a crescente prostração moral do povo e novo *deficit* no balanço da dignidade politica » (1).

Calculadamente transcrevemos o trecho acima para mostrar, si ainda é preciso, que a queixa e censura contra a fraqueza civica e indifferença politica do povo brazileiro — não é resultante da mudança de fórma do governo, é um mal chronico, que herdámos da monarchia e que só extirparemos por meio da elevação do nivel intellectual e scientifico por todo o paiz.

Em todas as epochas da historia nacional, ao lado dos detentores do poder, que só viam os rezultados da victoria, houve caracteres independentes como o de Xavier da Veiga, para estigmatizar a fraude e a corrupção, embora votando sempre o maior culto ao principio da auctoridade.

Ainda por esse zelo, fundamental e typico da familia, se explica como, proclamada a Republica, natural e logicamente se converteram os paladinos e defensores do antigo regimen em acti-

1 *Minas Geraes* de 10 de Agosto de 1900.

vos e dedicados servidores das instituições novas, desempenhando com zelo e lealdade cargos de nomeação de confiança dos governantes, ou de eleição, já no Estado de Minas, já aqui, onde figuram com applausos alguns, parecendo ter-se de vez radicado no solo paulista.

***

Eis resumidamente os seus dados biographicos, fornecidos pela imprensa mineira, de que foi um dos mais brilhantes ornamentos.

José Pedro Xavier da Veiga era natural da cidade da Campanha, onde nasceu a 13 de Abril de 1846. Foram seus paes o tenente coronel Lourenço Xavier da Veiga e d. Jesuina de Salles Veiga.

«Em 1857 depois de concluidos os estudos primarios, foi em companhia de seus progenitores residir no Rio de Janeiro, onde se dedicou á carreira commercial na qualidade de empregado da livraria de seu tio o sr. commendador João Pedro da Veiga. As horas que lhe sobravam das mais afanozas lides empregava-as elle no estudo de humanidades. Foi assim que dentro de algum tempo se mostrou preparado em diversas linguas e sciencias.

. . . . . .

«Foi um dos fundadores da Sociedade Brazileira Ensaios Litterarios, associação que floresceu em 1858 no Rio de Janeiro e onde se iniciaram na carreira das lettras muitos moços de talento, que mais tarde occuparam, como o morto, posição saliente nos varios departamentos da actividade humana. Esta sociedade manteve uma *Revista* redigida por Xavier da Veiga e onde elle deixou os primeiros traços de sua intelligencia. Em 1867 foi mandado para S. Paulo, onde devia concluir os preparatorios, afim de se matricular na Academia de Direito» (1).

Realmente não poderia ter Xavier da Veiga melhor ambiente do que o grupo de moços estudiosos e intelligentes que constituiam a sympathica *Sociedade Ensaios Litterarios*, que traçou paginas brilhantes no movimento intellectual e litterario do Brazil até 1869 —extinguindo-se pouco depois, por falta de novos combatentes.

Ahi encontrámos ainda repetido com sympathia e saudades em 1868 o nome do joven mineiro, que só mais tarde conhecemos pessoalmente. Na *Revista Mensal dos Ensaios Litterarios*, escreveram talentosos poetas e escriptores como Ramiz Galvão, Leitão Junior, Ferreira das Neves, Felix Ferreira, Verissimo do Bom Successo, Antonio Leitão, Manoel Major, Joaquim Pires d'Almeida, Souza Ribeiro e tantos que a morte já colheu uns em flôr e outros com fructos bem preciosos, sobrevivendo hoje bem poucos dessa bôa e enthusiastica legião de cultores das lettras e do amor patrio.

---

(1) Minas Geraes—10 Agosto 1900—já cit.

Por molestia grave que o acometteu em S. Paulo, não pôde Xavier da Veiga realizar o seu projecto de graduar-se em sciencias juridicas, e regressou para a Campanha, onde encontrou no seio carinhoso da familia os cuidados e o tratamento que lhe restituiram a saude.

Em 1870 foi nomeado escrivão de orphams da Comarca de Lavras, e mais tarde mudou-se para Ouro-Preto, como deputado provincial, e ahi fixou-se, fundando a *Provincia de Minas*, orgam conservador que publicou sem interrupção até ao advento da Republica.

A feição caracteristica de Xavier da Veiga era a do jornalista elegante, simples e fecundo; discutidor habil, raramente deixava-se vencer pelo competidor, dispondo de grandes recursos de polemista. Ainda neste ponto fica de pé a linha de hereditariedade mantida na familia Veiga.

Collaborava tambem Xavier da Veiga em outras folhas mineiras—especialmente no *Monitor Sul Mineiro*, da cidade da Campanha, periodico de redacção e propriedade de Bernardo da Veiga, outro bom typo desta familia illustre.

Tendo desapparecido a *Provincia de Minas*, fundou o *Ordem* em 1889, na defesa dos principios conservadores. Eleito senador ao Congresso Constituinte Mineiro, fez parte das commissões mais importantes, revelando talento, erudição e pratica de negocios publicos. Frequentou a tribuna, onde era orador claro e fluente, sustentando com galhardia a fama que conquistara nas pugnas ardentes da antiga Assembléa Provincial, onde se bateu com os mais distinctos chefes liberaes.

Porém depois deixou a carreira politica e entregou-se todo—com amor e zelo inexcidiveis—á organização do seu querido *Archivo Publico Mineiro*, e á regular publicação de sua *Revista*, repositorio preciosissimo e campo de informações para nossa historia patria.

A sua obra principal, e que só por si basta para recommendar o nome de Xavier da Veiga—*As Ephemerides Mineiras*, de 1664 a 1897, deve figurar na bibliotheca de todos que prezam os estudos de historia patria. Nesses quatro volumes condensou o trabalho ingento de 18 annos de investigações, e pesquizas —mas erigiu o padrão mais solido e digno para sua querida Minas e para sua propria gloria litteraria.

Tão util quão promissora existencia, desappareceu a 8 de Agosto de 1900, quando ainda muito podia produzir.

Os poderes publicos, os collegas da imprensa, os admiradores do escriptor e os affectos dos parentes e amigos prestaram-lhe honras dignas do seu alto merito.

Dr. Miranda Azevedo.

Dr. José Ferreira de Sousa Araujo

A 21 de Agosto de 1900 em uma triste manhan falleceu á rua das Larangeiras, após longos e cruciantes soffrimentos o Dr. Ferreira de Araujo, talvez o mais completo dos jornalistas brazileiros.

Assumiram proporções de lucto nacional — as manifestações de pezar que, por todo o paiz, se fizeram á memoria do grande luctador da imprensa.

Embora prostrado já no leito de enfermo — ainda surgia, nos curtos intervallos em que se acalmavam as dores, com a sua brilhante armadura — revelando-se o athleta perito dos melhores dias.

Relendo hoje o que escrevemos sobre o Dr. Ferreira de Araujo em 1887, cremos exprimir nesse artigo a verdade, e por isso o transcrevemos, completando o estudo do periodo decorrido de então até á data luctuosa do seu passamento.

No *Brazil Contemporaneo* de 30 de Janeiro de 1887, escrevemos:

« Entre os jornalistas brazileiros occupa logar saliente o dr. José Ferreira de Araujo, que conquistou, logo que surgiu na imprensa diaria, a brilhante posição que gosa como principal redactor da *Gazeta de Noticias*.

« A sua organização intellectual, individualidade litteraria propria, e serios estudos scientificos asseguraram-lhe e garantem-lhe triumphos invejaveis nessa lucta quotidiana e laboriosa do jornalismo, que continuarão a augmentar o prestigio e sympathias que conta no publico.

« A face principal do character jornalistico de Ferreira de Araujo é o *humor* com que discute os diversos problemas sociaes e politicos, e a fina ironia com que ataca os adversarios, sem prejuizo de vigor e clareza na exposição das mais difficeis questões.

« Escriptor facil e elegante, entra em qualquer discussão desassombradamente, e não é de pouca valia o auxilio que presta á causa que o tem por patrono.

« As *Cousas politicas*, brilhante e substancial serie de artigos, hoje reunidos em volume, ahi estão para affirmar o merito do polemista habil e do jornalista independente.

« Inspirado sempre pelas idéias mais nobres e adeantadas, com a maior independencia e energia tem o dr. Ferreira de Araujo acompanhado no seu jornal a nossa vida social e politica nestes ultimos treze annos, advogando, entre outros principios, com grande vantagem, a *abolição do elemento servil*, a *grande naturalização*, a *liberdade religiosa* e outros pontos do credo politico do partido republicano a que pertence.

« Não é um politico que se deixa influir pelas questões de disciplina, e com toda a franqueza censura o erro do proprio correligionario ou louva a boa conducta do adversario.

« Tem o dr. Ferreira de Araujo tal maleabilidade intellectual e litteraria, que ao lado do artigo serio, discutindo a mais arida materia, escreve contos que poderiam ser assignados por Armand Silvestre, T. Banville ou Catulle Mendés.

« As *Balas de estalo*, que fabrica, revelam, pelo espirito que contêm, a feição especial do seu auctor. Rodeado de collaboradores intelligentes e distinctos, a sua individualidade destaca-se e conserva-se original e brilhante.

« Si alguma cousa se póde notar no dr. Ferreira de Araujo é a maneira com que argumenta, predominando em seus artigos sempre a nota da ironia, e servindo-se do ridiculo, que procura atirar ao contrario.

« As suas criticas sobre bellas-artes, litteratura, politica ou sciencias offerecem, todas esse cunho especial de seu dizer. Não pensamos, porém, que seja isso um defeito.

« Ultimamente o dr. Ferreira de Araujo é menos activo e deixa passar muita questão interessante sem commentario seu; não por falta de habilitações, mas só por indolencia deve ser isso considerado.

« Lembremo-nos agora que o dr. Ferreira de Araujo é medico, e que, desde 1867, epocha de seu doutoramento, honra a classe a que pertence como um dos seus mais illustrados membros.

« Deixou um nome distincto ao retirar-se da Academia, e a sua these inaugural sobre um ponto de pathologia brazileira é attestado do merito scientifico de seu auctor (*).

(*) Da alimentação—Do valor relativo dos signaes diagnosticos da prenhez—Historia medico-legal do aborto—Diagnostico e tratamento das febres perniciosas mais frequentes no Rio de Janeiro.—These de 1867.

« Nascido a 25 de Março de 1846 no Rio de Janeiro ahi estabeleceu clinica em 1868, logrando logo boa clientella e justa reputação entre os collegas fluminenses.

« Era filho de José Ferreira de Souza Araujo e de d. Helena Marianna de S. Araujo.

« Até fundar a *Gazeta de Noticias*, com Manoel Carneiro e E. Mendes, dedicava-se com proveito aos arduos labores da profissão, não tanto por necessidade da vida, como por gosto e aptidão scientifica.

« Conhecemol-o em 1869, ao começar nosso tirocinio academico, e sempre vimol-o estudioso, a par das mais recentes descobertas e mais adeantadas investigações da medicina.

« Hoje, retirado da clinica, nem por isso ignora o que se passa em seus diversos ramos, pois segue com interesse todos os trabalhos modernos, revelando isso na convivencia sempre proveitosa para aquelles que o ouvem.

« Na direcção da *Gazeta de Noticias* tem revelado um tino admiravel e feliz inspiração na boa escolha dos collaboradores que procura. Ramalho Ortigão, Guilherme de Azevedo, Machado de Assis, F. de Menezes, José do Patrocinio, V. de Magalhães, Mello Moraes Filho e outros nomes conhecidos na litteratura attestam o que acabamos de dizer; e a *Gazeta de Noticias*, pelo empenho que procura mostrar na comprehensão do que é hoje um jornal moderno, tornou-se digna do apoio que encontra no publico.

« O carater particular e as qualidades pessoaes do dr. Ferreira de Araujo dão-lhe um bom numero de amigos e dedicações; franco e leal, coração generoso, sempre prompto aos reclamos do bem, de espirito alegre, a intimidade com o dr. Ferreira de Araujo é facil e agradavel.

« Nem este genio rabelaisiano prejudica os brios do cavalheiro pundonoroso; pois, em questão de honra e melindre, ninguem lhe leva deanteira.

« Ainda está bem viva a memoria do incidente que o levou ao campo de honra com outro collega de imprensa e bem proveitoso foi o precedente estabelecido por esses cidadãos.

«Em que pese a muitos, sabemos que não foi isso méra formalidade, nem indigna comedia impropria da seriedade dos que tomaram parte nesse facto.

«Ao terminar este ligeiro perfil, affirmamos que o nome do dr. Ferreira de Araujo honra a nossa imprensa jornalistica e figura com justiça ao lado dos de José Maria do Amaral, Justiniano da Rocha, Alencar, Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Joaquim Serra, Rangel Pestana e outros talentos de primeira agua».

De 1888 a 1889, o dr. Ferreira de Araujo, que pouco antes se recolhera um tanto da actividade da imprensa, e estivera ausente do paiz, voltou com assiduidade e energia a combater pelos grandes problemas que se desenvolveram no scenario da politica brazileira.

Contribuiu poderosa e efficazmente para popularizar a idéia republicana e para a victoria da revolucção de 15 de Novembro, e a historia ha de assignalar o seu logar ao lado do de Ruy Barboza, Quintino Bocayuva e Aristides Lobo na campanha da imprensa.

Durante o periodo de organização que se seguiu á Revolução triumphante, o dr. Ferreira de Araujo esteve sempre na estacada, para auxiliar o novo regimen, sem querer acceitar, porém, posição official de especie alguma.

Dirigiu sua actividade depois e suas vistas para os melhoramentos materiaes e saneamento do Rio de Janeiro, não conseguindo entretanto reunir os auxilios e capitaes necessarios para realizal-o; isso contribuiu para que, desilludido, se afastasse outra vez um pouco da labutação em que estava.

Durante as discussões da Constituinte, e nas diversas phases dos governos da Republica nunca Ferreira de Araujo deixou de vir affirmar com sua auctoridade e independencia o modo de melhor servir a Patria.

Nos periodos agitados e perigosos do penoso golpe de Estado, da dictadura e Floriano, e nos da revolta da Armada, mesmo com o risco da sua liberdade individual e quiçá da vida, Ferreira de Araujo exerceu com sobranceria e dignidade a missão de jornalista. Os esforços e a campanha que emprehendeu para a pacificação do Rio Grande do Sul, no governo do dr. Prudente de Moraes, estão na memoria de todos, e justas foram as bençams, que recebeu por tão sympathica propaganda.

Os seus companheiros de trabalho, na *Gazeta de Noticias*, prestariam um valioso serviço ás lettras patrias e á nossa historia politica si reunissem em volumes muitos dos estudos do glorioso jornalista, á imitação do que elle fez em vida com algumas series de escriptos; por exemplo: — *Macaquinhos no sotam* (1).

Uma das predilecções litterarias de Ferreira de Araujo era a dramatica — e nesse genero deixou traducções, imitações e trabalhos originaes —, alguns ineditos — outros representados.

---

(1) *Macaquinhos no sotam* — Rio de Janeiro, 1888, serie de artigos por *José Telha* — pseudonymo de F. de Araujo.

Conforme o artigo do *Diccionario Bibliographico Brazileiro* do dr. Augusto Blake, escreveu o dr. F. de Araujo para o theatro :

— *Jonathan* — de Godinet — traduzido em 1880 e representado no Lucinda; *A filha unica* — de Ciconi — traduzido em collaboração com V. Coaracy, que tambem o auxiliou na versão de outro drama de Ciconi : —*Um chapéo de palha de Italia.* Ainda traduziu a comedia em 4 actos, a *Baroneza*, e adaptou á scena brazileira—*Os Medicos*, que obteve um successo enorme perante o publico fluminense, quando representado no Lucinda em 1888.

De lavra propria deixou *Fagundes*, comedia de costumes, em tres actos, e *O primo Basilio*, comedia em 1 acto, a proposito do celebre romance de Eça de Queiroz, escripta expressamente para o beneficio do actor Silva Pereira, em 1878.

Eis em pallidas côres traçado o retrato do publicista, porque, para dar-lhe todo o realce a que tem direito, seria preciso dispor de uma penna egual a de José do Patrocinio ou Julio de Mesquita, que possuem o talento e o estylo capazes de formar-mar-lhe o panegyrico completo.

Para concluir — com verdade e justiça — e elevar o maior monumento á sua memoria, basta dizer que Ferreira de Araujo, atravez de toda a sua vida tempestuosa da imprensa, de polemicas e discussões, não deixou um rancor apoz si, não teve um inimigo, não causou mal a pessoa alguma, e innumeros beneficios dispensou — porque era, antes de tudo e acima de tudo, — um bom.

O seu grande coração acabou com elle!

Dr. M. Azevedo.

DR. ELIAS FAUSTO P. JORDÃO

Dr. Elias Fausto P. Jordão

Ha individuos que, para bem serem estimados, carecem do prestigio da distancia, do convencionalismo e das exterioridades que criam e formam uma atmosphera nem sempre verdadeira; em geral são typos que mais obedecem aos dictames do cerebro que aos impulsos do coração. Outra classe de homens assigna-la-se melhor pelos affectos que despertam, e á proporção que se tornam mais intimos e conhecidos, mais deixam brilhar as qualidades reaes que possuem de intelligencia e de bondade. Pertencia o Dr. Elias Fausto ao grupo dos ultimos, que ganham tanto mais quanto são tratados de perto. Verdadeiro *gentleman*, sob o aspecto polido de apparencia fria e reservada, o Dr. Elias Fausto possuia um caracter affabilissimo, estando sempre disposto a servir os amigos que o procuravam, e tinha prazer em prestar serviços de sua competencia e actividade áquelles que lhe reclamavam auxilio e conselho. Emergindo da vida mais ou menos modesta da industria e do commercio para o grande scenario politico —conquistou em pouco tempo posição sympathica e saliente, e pelos seus esforços, estudos e *savoir-faire*, augmentou sempre o circulo de seu prestigio e de seus amigos. Não foi, porêm, um adventicio, levantado da obscuridade pelo capricho dos poderosos do dia; era um paulista que tinha direito ás honras que lhe davam.

Para justificar o que acabámos de escrever, traçaremos os dados biographicos do Dr. Elias Fausto, acompanhados de algumas considerações nossas.

Nasceu o Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão na cidade do Rio Claro a 18 de Fevereiro de 1849. Filho do Dr. José Elias Pacheco Jordão e de D. Maria Marcolina Pacheco Jordão.

Iniciou os estudos de humanidades no Seminario Episcopal de S. Paulo, tendo anteriormente estudado primeiras lettras na cidade do Rio Claro. Pouco tempo permaneceu no Seminario, pois tendo ficado ahi gravemente enfermo, levaram-no para Ytú, onde residia nessa epocha sua familia. Ahi completou os estudos de preparatorios em varias classes locaes, seguindo em 1865 para a Eschola Militar do Rio de Janeiro, onde esteve até 1867. Deixando a Eschola Militar voltou para Itú, estabelecendo-se então como negociante nessa cidade.

Em 1869 resolveu elle seguir para os Estados Unidos da America do Norte, para estudar engenharia, influenciado pela propaganda que então fazia o Dr. Carlos Rodrigues na sua revista o *Novo Mundo*. Obteve o diploma de engenheiro civil na Universidade de Cornell, em Ithaca, Estado de Nova York, em 1874; teve o curso assignalado por boas notas conquistadas com brilhantismo, tendo deixado optimas impressões e bons amigos entre os seus mestres, como os professores Hartt e Fuertes, e entre os collegas a recordação de excellente companheiro.

***

A um diario que lhe traçou com fidelidade a operosa vida, desde que voltou á patria, pedimos venia para fazer nossas as suas informações.

«Regressando dos Estados-Unidos, foi o dr. Elias Fausto contractado para o cargo de ajudante da exploração da estrada de ferro entre Araras e Pirassununga, logar em que se houve com muito brilhantismo. Foi logo depois convidado para secretario da commissão de que era chefe o illustre professor Hartt.

Tomou parte na commissão que percorreu e explorou todos os Estados do Norte do Brazil, visitando o littoral e o interior.

Contrahindo, por essa occasião, uma grave enfermidade, viu-se obrigado a voltar ao sul.

Ao regressar, o chefe da commissão, professor Hartt, confiou-lhe uma carta particular, dirigida ao imperador D. Pedro II, recommendando-lhe que a entregasse nas proprias mãos do monarcha.

Ao chegar ao Rio, procurou o sr. D. Pedro de Alcantara e entregou-lhe pessoalmente a missiva. O imperador, depois de a lêr, disse-lhe;

—Então, sr. paulista, porque deixou a sua commissão? Ah! vejo que está enfermo; com seis mezes de bons ares de sua terra ficará curado. Requeira licença.

O dialogo prolongou-se ainda, dizendo-lhe D. Pedro que o professor Hartt, na carta que lhe escrevera, lhe tecia muitos

encomios, accrescentando que elle, imperador, muito apreciava vêr um brazileiro elogiado por tão notavel illustração.

O dr. Elias Fausto tratou logo de fazer e apresentar o requerimento, pedindo uma licença, e, no dia immediato, foi saber do resultado; mas o ministro, vendo-o entrar na secretaria, mandou-lhe dizer que podia partir para S. Paulo, pois que a licença já estava concedida.

Um indiscreto referiu-lhe então que havia apparecido na repartição um papel escripto a lapis, onde se lia o nome do nosso biographado.

De volta a S. Paulo, e depois de restabelecida a saude, entregou-se com afan a uma vida cheia de actividade.

De 1876 a 1880 occupou o cargo de director das Obras Publicas da então provincia e, entre outros trabalhos, apresentou as primeiras plantas para os edificios de escolas publicas, tratou pela primeira vez do serviço de extincção de incendios; conjunctamente com os drs. Americo de Campos, Rodrigo Silva e Luciano Barbosa foi o fundador do Museu Paulista, hoje transformado e em mãos do Estado; creou o Club de Engenharia em 1877, sendo escolhido redactor chefe da revista, orgam da mesma associação.

No exercicio da direcção das Obras Publicas serviu com os seguintes presidentes de provincia: drs. Sebastião Pereira, Baptista Pereira, Laurindo de Brito, Marquez de Tres Rios e Florencio de Abreu.

No Congresso Republicano, que se reuniu em S. Paulo em 1878 e se installou a 10 de Março, o dr. Elias Fausto, republicano sincero, tomou assento como representante do municipio de Caconde.

Convém aqui dizer que o então presidente de S. Paulo, dr. Baptista Pereira, mandou chamal-o a palacio e observou-lhe que elle era um empregado publico e por isso não devia tomar tal posição politica.

Note-se que Baptista Pereira tinha na maxima consideração o dr. Elias Fausto, porque, quando viera para S. Paulo, o ex-imperador lh'o havia recommendado como um auxiliar muito distincto.

Afinal, fatigado de exercer cargos publicos e de supportar os constantes attritos com varios presidentes de provincia solicitou a demissão de seu cargo» (1).

---

(1) DIARIO POPULAR—de Março de 1901.

***

Deixando o cargo de Director das Obras Publicas, foi o dr. Elias Fausto fundar fazenda em Santa Rita do Passa Quatro, e revelou-se ahi tão habil e activo agricultor como fino engenheiro e funccionario publico zeloso.

Em 1881 fundou elle o partido republicano em Santa Rita do Passa Quatro, a cuja primeira reunião, sob sua presidencia, compareceram *5 eleitores*, que francamente adheriram ao manifesto republicano do Congresso Paulista.

A sua permanencia em Santa Rita durou até ao anno de 1883, transferindo então sua residencia de novo para a cidade de Ytú, afim de occupar o logar que lhe fôra offerecido, de Inspector Geral da Companhia Ytuana.

Durante o tempo que residiu em Ytú (1883 a 1887) fundou, quasi que só a expensas suas, o jornal «Imprensa Ytuana», folha republicana e a primeira dessa idéa.

Em 1887 o Dr. Elias Fausto deixou o seu cargo da Companhias Ytuana para se dedicar á vida commercial, vindo abrir, como socio e gerente, a casa commissaria Prado, Chaves & Comp.ª em S. Paulo, da qual foi socio até fallecer, tendo exercido effectivamente a gerencia da casa até fins de 1898.

De 1892 a 1894, como presidente da Companhia Balnearia Ilha de Santo Amaro, planejou e construiu a pittoresca estação balnearia, hoje tão apreciada, e que, em outro paiz e em outro meio, bastaria para recommendar o nome do Dr. Elias Fausto á gratidão nacional.

A outras empresas industriaes de grande futuro, como a da fabricação de vidros e garrafas, dedicou o Dr. Elias Fausto, as energias de sua intelligente actividade e emprego de avultado capital que adquirira com seu trabalho; e si a morte não viesse colhel-o inesperada e brutalmente—em pouco conquistaria um logar dos mais eminentes entre as poderosos industriaes paulistas.

***

Ha muito era o Dr. Elias Fausto solicitado pelos directores da politica de S. Paulo, para entrar em actividade e prestar ao paiz o concurso de suas habilitações financeiras, como fizera em prol dos interesses particulares a que estivera associado.

Em 1898, dando-se uma vaga na deputação federal, foi eleito e logo fez parte da commissão especial do estudo de tarifas na Camara dos Deputados. Com tanta dedicação e proficiencia se houve no estudo das diversas questões aduaneiras de que foi encarregado, que firmou logo entre os collegas a reputação de competente, e seu voto e sua palavra foram decisivos em muitos pontos da revisão a que então se procedeu.

Reeleito para a actual legislatura, occupou logar distincto na Commissão do orçamento, e tomou parte com vantagem nos diversos assumptos referentes a materia bancaria.

Concebeu, organizou e redigiu por iniciativa propria o famoso projecto coercitivo da especulação cambial, que tanta celeuma levantou por parte dos especuladores e banqueiros extrangeiros. Sabemos por testemunho proprio que esta é a verdade, pois mostrou-nos o Dr. Elias Fausto ainda o rascunho primitivo em uma visita que lhe fizemos pela manhan no *Hotel dos Extrangeiros*, onde residia, dias antes de appresental-o na Camara dos Deputados.

Só depois de o termos discutido em palestra foi que mostrou ao Dr. Bernardino de Campos e, mais tarde, já com o applauso deste, aos Drs. Campos Salles e Joaquim Murtinho. Não é este o logar de analysar a sabedoria e previdencia das medidas ahi consignadas; mas o certo foi que se desenvolveu o panico entre os especuladores que não duvidaram de recorrer, até á influencia de Rothschild, para impedir a sua passagem no Congresso, o que demonstra que a medida fere de morte a torpe especulação. Assiduo e laborioso, depois dos longos e fatigantes trabalhos da sessão legislativa de 1900, foi o Dr. Elias Fausto, já enfraquecido em sua saúde, á Europa, por necessidade de negocios importantes da industria á cuja frente se achava, e lá foi victima da terrivel enfermidade, que em poucos dias, o victimou a 26 de Março de 1901.

Na tribuna era antes um *causeur* que um orador, mas tratava com clareza e methodo da questão, e não deixava sem replica apropriada as interpellações que lhe dirigiam; não foi ingloria nem obscura sua passagem no Congresso legislativo.

O Dr. Elias Fausto casou-se em Maio de 1877 com a Exma. Sra. D. Anna Carolina Pacheco Jordão, filha do snr. Francisco de Assis Pacheco e D. Anna Blandina de Assis Pacheco, deixando por sua morte viuva e cinco filhos, dos quaes apenas dois já maiores.

E aquelle que nunca soubera calcular com o egoismo, que não contava com a morte proxima que teve—podendo deixar grandes cabedaes de fortuna á illustre familia—pouco legou de bens materiaes; mas para os herdeiros conquistou um nome que viverá na historia cercado de brilho, e no coração dos amigos e parentes permanecerá sempre saudoso e abençoado.

As homenagens que recebeu o seu corpo quando, inerte, veiu repousar no solo natal, não foram convencionaes, nem de simples formalismo official. A tristeza dos amigos, o pesar dos correligionarios, as lagrimas dos seus e os soluços do pobre que o acompanharam ao ultimo jazigo, eram provas provas bem sinceras, bem verdadeiras, e exprimiam mais que todas as orações por mais eloquentes que fossem!

Dr. Miranda Azevedo

Conselheiro João de Souza Corrêa

A diplomacia é de todas as carreiras a que menos sympathia gosa entre nós, e a que mais inveja provoca e prevenções desperta até entre as pessoas illustradas, que deveriam estar isentas desses preconceitos.

E' facil descobrir-se a psychologia deste facto, mas que nem por isso tem sido estudado, analysado e combatido.

Os nossos diplomatas não são melhores nem peiores que os de todas as outras nações cultas; têm os defeitos e os ridiculos que se notam em todos os seus collegas; si ha alguma differença é em favor do diplomata indigena.

Os nossos habitos simples, os nossos costumes democraticos não sympathisam com esses arrebiques de cortezãos, formalismos de protocollos e attitudes convencionaes de etiquetas que constituem, pelo habito, como que a segunda natureza dos diplomatas.

Demais, não comprehendendo o vulgo a funcção da diplomacia, julga que os seus funccionarios nada mais fazem que frequentar festas, comparecer a banquetes, urdir intrigas e dizer galanteios nos salões; por esse prisma vê elle os homens e os actos dos diplomatas.

Pela propria natureza dos negocios reservados, só a posteridade muitas vezes faz justiça a varões que prestaram grandiosos serviços á patria, e que em vida muitas vezes em logar da recompensa e gratidão receberam o vituperio e o insulto!

E quantos desgostos, e quantos soffrimentos serios e amarguras pungentes curte o diplomata no desempenho de suas funcções, quando bem as comprehende?

Por todas estas razões, não é grande o quadro dos varões illustres em diplomacia, que figuram na nossa historia, bem que tenhamos uma serie ininterrupta desde o tempo de colonia através do Brazil-reino e do Brazil-imperio até á Republica.

Alexandre de Gusmão é o primeiro élo dessa cadeia gloriosa que traz o nome de José Bonifacio o velho, ainda a serviço dos interessesde Portugal, que eram identicos aos do Brazil; e já a historia fez justiça aos seus relevantes trabalhos, e a litteratura nacional guarda com zelo as suas producções.

Fundado o imperio, collaborando com patriotismo e talento, apparecem nomes illustres nos annaes da diplomacia brazileira, que esperam o historiador competente — que complete ou imite o exemplo de Oliveira Lima, esse bello ornamento dos nossos diplomatas contemporaneos. E com orgulho podemos mostrar a colleção de nossos Tratados internacionaes, onde a linha da dignidade e do patriotismo segue sempre pararella á da justiça e á dos mais generosos sentimentos de cavalheirismo e generosidade.

A mesma orientação dominou entre os diplomatas do 2.° imperio, a ponto de tornar celebre o conceito de fino e arguto estadista visinho, quando affirmava que o que o Brazil ganhava pelas armas, os outros ganhavam pelos tratados!

Não é tão absoluta essa opinião, pois José Maria do Amaral, Abrantes, Rio Branco, Lopes Netto, Octaviano e Cotegipe souberam sempre reunir a mais fina gentileza á firmeza mais inflexivel e independente na defesa de nossos direitos.

A diplomacia, aqui, na joven America, abandonou os meneios tortuosos, as intrigas fatigantes e nem sempre dignas, as mentiras da velha escola de Machiavel, dos Metternich e Bismark, para a lealdade, lizura e capacidade dos Amaral, Penedo, Itajubá, Ourem, Aguiar de Andrade e Souza Correia.

Não é unica a attitude de José Maria do Amaral — replicando á grosseria de Carlos Lopes no Paraguay, com altivez, ainda com risco da propria vida. Essa linha vem até á patriotica resposta de Floriano á insinuação extrangeira nos dias tristes da Revolução da Armada.

Evolvendo a sociedade e progredindo a influencia da razão, notamos a nova phase que assumiu a diplomacia brazileira nos debates gloriosos sobre as Missões e o Amapá, e refulgem com intenso fulgor, agora, o nome de Rio Branco e seus auxiliares, servindo de ponto de união com os de Joaquim Nabuco, Assis Brazil, Olyntho Magalhães, Oliveira Lima e essa pleiade que ahi está trabalhando em pról do Brazil.

Um dos defeitos dos nossos diplomatas, commum aos nossos homens publicos, é o retrahimento á publicação aos serviços que prestam á patria.

Só por necessidade de polemica ou em defesa, vêm a publico, — e isso quando não o fazem na tribuna do parlamento.

Abrantes e Saraiva constituem quasi que excepção a essa regra — pela extensão que deram aos livros que imprimiram ácerca de suas missões.

José Maria do Amaral, que deixou manuscripto importante da historia de nossa diplomacia, não pode ser citado, porque, infelizmente, extraviaram, culposa ou imbecilmente esse monumento que, com tanto amor e independencia, levantou á patria.

O Conselheiro Souza Correia, que representava brilhante diplomata europêu, *doublè* de circumspecto e reflectido ministro brazileiro, não deixou coordenada em livro a historia de sua longa e proveitosa carreira, mas a seus collegas e amigos cumpre obviar esse inconveniente; e Joaquim Nabuco, seu honrado successor, bem pode nessa obra, *Um diplomata do Brazil*, construir um monumento que faça respondencia e symetria ao que elevou á memoria do *Grande estadista do imperio.*

Deixemos esta considerações e passemos a registrar as datas e os successos da vida do Conselheiro Souza Correia, que a 23 de Março de 1900, succumbiu, em Londres, no posto de Ministro Plenipotenciario junto ao governo inglez.

***

Eis o que a respeito escreveu uma folha paulista :

« O sr. Souza Correia era filho do sr. Lucio Correia, membro do corpo consular brazileiro na Europa.

Ainda moço, assentou praça na marinha, onde serviu por algum tempo, desempenhando commissões importantes, entre as quaes uma nas aguas do Paraguay, sob as ordens de Rocha Faria, depois conde de Nioac.

Ainda official de marinha, assistiu, entre os addidos estrangeiros, aos mais importantes episodios da campanha da Criméa.

Deixou, então, a carreira das armas, entrando para o corpo diplomatico em 1859, sendo nomeado addido de primeira classe na legação em Londres; em meio de 1863 foi removido para a França, occupando o mesmo cargo até 9 de Março de 1867, data em que voltou novamente para Londres. Serviu interinamente como secretario da legação na Inglaterra, de Novembro de 1867 a Junho de 1868, e depois de Agosto de 1871 a Maio de 1873. A 5 de Abril de 1873 o governo, attendendo aos seus merecimentos e á distincta correcção com que se desempenhava de suas funcções, nomeou-o para effectivamente servir como secretario da legação.

Em 10 de Agosto de 1873, estando ausente o ministro, o sr. Souza Correia pela primeira vez occupou o cargo de encar-

regado de negocios do Brazil, servindo até 1874; depois ainda desempenhou taes funcções nos periodos de 7 de Agosto a 31 de Dezembro de 1875, de Agosto a Setembro de 1876; de Julho a Outubro em 1877; de Julho a Setembro em 1878; em Março, em Julho e Setembro de 1881; e de Janeiro a Março de 1882.

Em Julho de 1885 o governo o nomeou encarregado de negocios junto do Paraguay, onde desempenhou importante commissão, sendo então nomeado plenipotenciario na Hespanha a 20 de Novembro do mesmo anno.

Em Dezembro de 1886, foi o sr. Souza Correia servir na legação junto da Santa Sé, alli permanecendo dois annos, depois dos quaes voltou a Madrid.

Sempre se distinguindo em suas commissões o sr. Correia, viu-se o governo na obrigação de promovel-o a enviado extraordinario e ministro de 2.ª classe, indo servir nos Estados Unidos, isto em Agosto de 1888; neste posto foi removido para a Santa Sé em Janeiro de 1889.

Proclamada a Republica, foi nomeado o sr. Souza Correia nosso plenipotenciario, a 28 de Fevereiro de 1890, em substituição ao sr. barão do Penedo. Em 31 de Dezembro de 1890 o governo considerou-o ministro de primeira classe.

O governo monarchico concedeu-lhe o titulo de conselheiro e a condecoração de commendador e official da Ordem da Rosa; era cavalheiro da Legião de Honra, commendador da ordem da Villa Viçosa, e cavalheiro da ordem de Christo, de Portugal».

Com o fallecimento do sr. Souza Correia perdeu o Brazil um dos seus mais distinctos filhos que, no extrangeiro, procurou sempre fazer respeitada e estimada a sua patria.

Em Londres, onde longos annos residiu, soube captar a amizade da familia reinante, vivendo, ao que constava, em franca camaradagem não só com o corpo diplomatico, mas com os elementos principaes da politica ingleza, e de todos é sabida a estima toda particular que lhe dedicava o actual rei da Inglaterra, que sem reserva e insistentemente o revelou ao sr. Campos Salles, quando lá esteve antes de assumir a presidencia da Republica.

Desta vez a escolha do governo brazileiro, para successor do Conselheiro Souza Correia, recahiu num brazileiro em tudo digno da herança: — o Dr. Joaquim Nabuco, que é o *right man on right place*.

Dr. M. Azevedo.

Bernardo Saturnino da Veiga

Para bem se conhecer e avaliar de certas organizações é necessario estudal-as no meio proprio em que nascem e se desenvolvem. Não é possivel admirar a opulenta belleza da *Victoria regia* sinão nas grandes e profundas aguas do Amazonas, nem a delicada fragilidade da *flôr de neve* fóra das inaccessiveis alturas das geleiras perennes. Assim é que para comprehender todo o generoso coração, a vasta bondade e aprimorada intelligencia de Bernardo da Veiga era necessario vel-o e observal-o na sua querida Campanha, — no seio de sua virtuosa e patriarchal familia, cercando de carinhos e respeito sua veneranda Mãe, e de affagos todos os seus e todos os que delle se approximavam.

Conhecemol-o pessoalmente em 1881 na Conceição do Rio Verde — quando medico da *Minas e Rio*, e pouco depois visitámol-o na Campanha. E para que tivessemos completa a observação, lá estava com a sua moldura. O quadro era perfeito e admiravel, tal qual nol-o descrevera quem bem o amara tambem, e bem fruira dessa intimidade: — nosso mallogrado irmão.

Desde o primeiro encontro — tornámo-nos amigos — como si velhas e ininterrompidas fossem as nossas relações. Verdade é que nos conheciamos pelo que de um e de outro contava e descrevia o nosso ponto de ligação — o saudoso amigo e irmão que, por muito tempo, fôra engenheiro desse districto — da Campanha.

Mas não é só pela bondade que Bernardo da Veiga merece ser apresentado aos seus compatriotas.

E', como seu irmão, cuja biographia vem poucas paginas antes, um exemplo frisante da marcha segura das leis da hereditariedade na familia e na historia.

As considerações que fizemos a proposito de José Pedro Xavier da Veiga têm completa applicação a Bernardo da Veiga; e, para não cahirmos na pécha de repetidores, — a ellas nos reportamos com a fé publica do notario.

Demais é tão cheia da serviços e de actos bons e nobres a sua vida, que deve ser dita singellamente, sem os commentarios que podem desfigural-a.

Limitamo-nos, pois, a transcrever as suas notas de fé de officio, como pudemos obter de pessoa que lhe era muito cara e muito sua.

***

NOTAS EXTRAHIDAS DE NOTICIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA

Bernardo Saturnino da Veiga, filho legitimo do Tenente-Coronel Lourenço Xavier da Veiga e de sua esposa D. Jesuina de Salles Veiga, nasceu na cidade da Campanha, Sul de Minas, no dia 3 de Abril de 1842.

Alli iniciou seus estudos de preparatorios; mas, fallecendo o pae, teve de interrompel-os pelo dever de substituil-o na qualidade de chefe de uma familia que não dispunha de fortuna.

Obdecendo á tendencia de seu espirito, consagrou-se desde 1862 á vida da imprensa, continuando a manter o *Sul de Minas*, semanario fundado por seu pae, e, depois deste jornal, o *Sapucahy*, ambos orgams de idéias conservadoras.

Em 1871 iniciou a publicação do *Monitor Sul Mineiro*, folha que ainda existe e que, em uma exposição de imprensa realizada em Juiz de Fora, foi considerado a primeira de Minas Geraes.

Nessa folha, graças á solicitude de Bernardo da Veiga, collaboraram notaveis escriptores brazileiros, entre os quaes, para só fallar dos mortos, lembramos José de Alencar e Francisco Octaviano, que honraram a folha com producções ineditas de suas pennas.

Como principal redactor do *Monitor*, cabe a Bernardo da Veiga a gloria de ter sido iniciador da estatua de Alencar, correndo exclusivamente por sua conta a despesa então feita com impressão de circulares, listas e sello de cartas enviadas da Campanha para todas as provincias, imprensa e homens notaveis, pedindo auxilios.

Publicou em 1874 e 1885 dois excellentes, preciosos *Almanachs* do Sul de Minas com a descripção historica de todas as localidades, trabalho de grande valor, tendo *pessoalmente* visitado toda aquella região em excursão *que durou longos mezes*, para conseguir completas e verdadeiras informações sobre tudo que se referia áquella gente de Minas.

Em 1879 publicou a *Encyclopedia Popular*, livro de 751 paginas, que, como os *Almanachs*, foi recebido com os mais lisongeiros elogios por toda a imprensa nacional.

Estes livros, assim como o *Monitor*, durante os 25 annos que esteve sob a direcção do illustre finado, representam, além dos maiores sacrificios pessoaes, *um prejuizo de muitas dezenas de contos*, como se vê de seus livros de notas.

Foi eleito socio de muitas associações litterarias, que assim lhe deram demonstrações de seu apreço; foi condecorado com o officialato da Imperial Ordem da Rosa, nomeado Coronel da Guarda Nacional e acceito socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

Deve-se-lhe a idéia da primeira tentativa, no Brazil, de uma exposição regional, idéia que a illustre redacção do *Jornal do Commercio* disse então ser de tal modo importante e patriotica, que só o facto de tel-a imaginado era motivo para os maiores e mais francos elogios.

A tentativa não teve realização por motivos superiores á sua vontade. Fundou na Campanha uma bibliotheca publica, para a qual concorreram homens dos mais distinctos do paiz, a começar pelo fallecido imperador D. Pedro, e entregou-a ao Governo de Minas quando contava mais de 5.000 volumes, dos quaes cerca de 2.000 doados pelo fundador. Immensamente estimado na terra de seu berço, da qual nunca quiz ausentar-se, tendo recusado excellentes collocações fóra della, Bernardo Saturnino da Veiga consagrou á Campanha suas maiores dedicações e o mais puro e devotado amor.

«Não ha na Campanha um só melhoramento, nunca houve alli, diz um noticiarista da imprensa do Rio, no decurso da vida do honrado commendador Veiga um só movimento digno, uma iniciativa patriotica, uma idéia util e generosa, que não contasse e não tivesse effectivamente a coadjuvação leal, sincera e dedicada de Bernardo Saturnino da Veiga, *que só não cuidou de si nem de seu interesse pessoal, que a tudo sacrificava serena* e expontaneamente».

Quando se tratou de realizar no Rio de Janeiro a Exposição de Historia do Brazil, Bernardo Saturnino da Veiga foi do numero dos que concorreram com melhores e mais importantes donativos, *verdadeiras preciosidades*, como pode attestar o Dr. Ramiz Galvão, então director da Bibliotheca Nacional; e, modesto como sempre, não quiz que o nome de quem tão fidalgamente correspondia ao appello, figurasse ao lado das offertas, *ficando tudo como dadiva anonyma.*

O cargo de sub-administrador dos correios da Campanha foi o ultimo posto que occupou e nelle o colheu a morte.

Foi presidente da Camara Municipal da Campanha no regimen monarchico, e na Republica o 1.° agente executivo eleito no municipio, *tendo renunciado no dia da posse aos vencimentos que lhe foram marcados.*

Nesses cargos são sem numero os serviços que prestou em relação a melhoramentos da cidade e do municipio, illuminação publica, mercado, cemiterios etc.

Exerceu em sua terra todos os cargos de eleição popular e de nomeação do Governo, e especialmente como inspector da instrucção publica e director da Eschola Normal, prestou inestimaveis serviços.

O escriptorio do *Monitor Sul Mineiro* era o ponto predilecto da reunião diaria dos amigos que cercavam Bernardo da Veiga, e para alli se dirigiam quantos iam de visita ou passeio á Campanha e que certamente guardavam daquelle antro animado e sympathico a grata recordação de horas alegres e suaves, que alli passavam na tranquilla e affectuosa convivencia.

Si para amigos e estranhos, continúa o escriptor de cujo trabalho extractamos estas linhas, si para a terra do berço e para as cousas do paiz era bom, generoso e dedicado o illustre campanhense, calcule-se o que seria para a familia quem de tanta grandeza d'alma dera sempre as provas mais admiraveis e excepcionaes.

Bernardo Veiga fazia lembrar o vulto mystico de verdadeiro apostolo de dulcissima meiguice, cuja vida terminou ás 8 horas da manhan de 1.° de Janeiro de 1901, tres mezes e tres dias antes de concluir elle o 59.° anno de sua vida tão cheia de salutar ensino, como um exemplo raro e notavel do que pode produzir um cidadão de caracter e merecimento.

Os comprovincianos de Bernardo Veiga têm o inilludivel dever de em bronzeo monumento consagrar homenagem a um dos mais illustres filhos do sul de Minas. A honra e a gloria reverterá aos que a prestarem tanto quanto á memoria do que a receber.

Dr. M. Azevedo.

CONDE DO PINHAL

Conde do Pinhal

Antonio Carlos de Arruda Botelho, conde do Pinhal, era um perfeito representante do primitivo typo paulista—o elemento dominante que formou, constituiu e desenvolveu a prosperidade do Estado de S. Paulo.

As masculas energias que ostentavam os bandeirantes, a perseverante tenacidade que caracterizava os nossos primeiros agricultores, a iniciativa arrojada dos modernos e grandes fazendeiros, a intelligente previsão dos industriaes e capitalistas de hoje—concorriam, fundiam-se e equilibravam-se, para formar a accentuada individualidade do Conde do Pinhal.

Da honrada e numerosa familia Arruda Botelho, oriunda de Portugal, descendia o Conde do Pinhal, que foi o auctor dos seus titulos nobiliarchicos, conquistados pelo esforço proprio e pelo trabalho insano do seu braço e de sua intelligencia.

Assim é a origem pura e honrada da aristocracia agricola paulista. Mais nobres e humanitarias são as conquistas que registra sobre o solo e contra o deserto do que as façanhas sanguinolentas da fidalguia do velho mundo, decorrente de extorções e assaltos contra populações pacificas e laboriosas.

Pequeno agricultor—no começo da vida, fazendeiro importante mais tarde, era actualmente um dos maiores proprietarios agricolas de S. Paulo, sempre augmentando os cabedaes e a fortuna por intelligente e feliz direcção de sua actividade.

Parallelamente ás funcções de agricultor notavel, o Conde do Pinhal mostrou-se um cidadão de clara previsão em favor da prosperidade de sua terra—no desenvolvimento das vias ferreas de communicação em uma zona fertil e rica, que só precisava desse meio para attingir, como attingiu, a maior opulencia.

O Conde do Pinhal foi o iniciador e o verdadeiro auctor da construcção da *Estrada de Ferro do Rio Claro.* Para levar

a effeito esta empresa, empenhou todos os seus haveres, conseguiu inspirar confiança aos membros de sua familia e aos de seu illustre sogro o Visconde do Rio Claro, e, quasi que exclusivamente com este capital de familia, construiu e fez prosperar esta Companhia, de que foi o presidente até á epocha em que com vantagem pecuniaria a alienou a capitaes inglezes.

Tão grande serviço bastava para recommendar o seu nome á gratidão dos paulistas.

Não limitou a sua esphera de acção a estes dous pontos; assumiu o logar de financeiro e, na directoria do *Banco de S. Paulo*, revelou solidas qualidades de banqueiro provecto, dando uma vida prospera e garantida a esse instituto bancario da Capital do Estado.

Figurou com direito e com distincção no scenario politico, como um dos chefes mais influentes do antigo partido liberal.

Successivamente deputado provincial em varias legislaturas, occupou tambem o logar de deputado geral pelo antigo 8.° Districto, e isso legitimamente, pois o prestigio de que dispunha era real.

E nesse periodo não foi esteril a sua influencia, pois embora não dispuzesse de grande e vasta cultura litteraria, tinha intelligencia muito clara, criterio seguro e largueza de vistas em materia de administração e de negocios publicos.

E para que não pareça exaggero de nossa parte este modo de vêr, ou seja tido como simples cortezia á illustre e sympathica familia do finado, ou mera homenagem de amigo a um companheiro, embora temporario, de lides, — vamos documentar a critica.

***

Administrava a antiga provincia de S. Paulo, em situação do partido conservador, o Conselheiro João Alfredo, em 1885, num periodo de prosperidade agricola, de expansão de vias ferreas e de inicio de serviço de immigrantes para o povoamento do solo e descortino de novas zonas productoras.

O progresso material era grande e ia muito adeante do intellectual, o que preoccupou alguns dos directores politicos da situação, inclusive o Presidente, Conselheiro João Alfredo.

Houve a idéa de promover-se a fundação de varios institutos scientificos, entre os quaes o de uma commissão encarregada do estudo geographico e geologico da provincia. Foi tão bem acceito este plano, por todos, sem distincção de agrupamentos politicos, que logo foi levado ao seio da Assembléa Provincial o projecto que se converteu em lei, immeditamente executada.

E um dos mais enthusiastas, que admiravelmente apprehendeu o alcance da idéa, foi o então Visconde do Pinhal, a quem coube a iniciativa de apresentar e fundamentar o projecto. E fel-o nos termos mais apropriados e mais sabios, que exigiam o assumpto e a occasião. Na integra damos essa oração, certos de que vem confirmar o que acima escrevemos:

O SR. VISCONDE DO PINHAL. —Sr. presidente, a Provincia de S. Paulo, aquella que se julga com razão a primeira do Imperio na senda do progresso material, no desenvolvimento da viação ferrea e da navegação, que vai sendo explorada do mesmo modo, sente, entretanto, uma lacuna, para poderem os seus administradores guiar-se nos contractos que têm de celebrar com as differentes companhias ou empresas que se propõem a realizar esses melhoramentos.

Sabem todos a extensão da Provincia de S. Paulo e quanto de terreno ainda ha encoberto e, por assim dizer, desconhecido.

Devem tambem saber que é justamente nessa parte mais desconhecida da Provincia, onde a qualidade das terras se ostenta na sua maior uberdade, é justamente nessa parte onde se acha conciliada a uberdade da terra com o clima temperado, primeira condição da nossa principal lavoura, que é a do café.

Entretanto, vêem-se os administradores da Provincia embaraçados e embaraçadissimos, porque seus proprios engenheiros fiscaes tambem se embaraçam pelo mesmo motivo, com a falta de conhecimentos topographicos da Provincia.

Ha um pedido de privilegio, não se apresenta um mappa, porque não ha, e assim vão-se contractando, ás vezes, serviços, com prejuizo até de direitos adquiridos; vão-se votando a esmo os privilegios.

Os engenheiros da provincia não podem levantar uma carta topographica, sem que façam para isso os necessarios estudos, — que demandam um reconhecimento geral, que só se póde obter por uma commissão composta de homens profissionaes, devidamente habilitados, com os indispensaveis instrumentos, com os quaes possam habilitar-se devidamente para um trabalho seguro e positivo.

As cartas topographicas, que temos da provincia, são, como todos reconhecem, imperfeitas; são ellas o fructo de trabalhos esponteneos de pessoas que são sem duvida competentes, porém não dispõem dos recursos pecuniarios indispensaveis para trabalhos desta ordem; limitam-se a copiar os trabalhos imperfeitos que encontram, addicionando-lhes os melhoramentos que os conhecimentos proprios lhes fornecem, em um ou outro ponto da provincia.

Por conseguinte, entendendo que faço um beneficio á provincia, vou propôr uma auctorização ao governo, que aliás se acha bem intencionado ».

« E' julgado objecto de deliberação e, a requerimento do seu auctor, dispensado de impressão o projecto n. 89, que traz as assignaturas dos srs. *visconde do Pinhal*, *Theophilo Dias*, *Candido Rodrigues*, *Rodrigo Lobato*, *João Penteado*, *João Silveira*, *S. da Motta*, *Ferreira Braga*, *Ferreira de Castilho*, *Luiz Carlos da Assumpção* e *João Ribeiro*.

Artigo 1.°—O governo da Provincia fica auctorizado desde já, a despender até á quantia de cincoenta contos de réis 50:000$000, com a iniciação de trabalhos de levantamento de cartas geographicas, topographicas, itinerarias, geologicas e agricolas da mesma provincia.

Artigo 2.°—O governo fica egualmente auctorizado a proceder ás necessarias operações de credito para occorrer ás despesas do artigo antecedente.

Revogadas as disposições em contrario.

***

E, notavel coincidencia, 15 annos depois, quasi dia por dia (aquelle discurso foi proferido a 19 de Março de 1886) fallecia o Conde do Pinhal, que assim não podia empregar o seu prestigio em favor da mesma instituição, junto do seu companheiro e collaborador dr. Candido Rodrigues, para defendel-a contra os arremessos de uns inconscientes iconoclastas, disfarçados em cultores da sciencia, verdadeiros pharisêus, inimigos do progresso intellectual desta terra.

E já que tocámos neste assumpto, convem fixar bem uma das feições que tem tomado essa conspiração da incompetencia despeitada, contra um trabalho bem reputado por profissionaes illustrados e acima de qualquer suspeita.

O grupo que investe contra os trabalhos da Commissão Geologica é principalmente composto de oriundos da eschola do Estado de Minas, que se esforçou em manter uma instituição congenere inspirada e modelada pela de S. Paulo.

A força das circumstancias financeiras impoz a extincção do nucleo mineiro. Parece agora que, do sentimento inconfessavel desse facto, decorre a campanha movida contra o chefe da Commissão Paulista e seus trabalhos.

E' bom que se saiba que o Estado de S. Paulo muito sabiamente tem mantido, atravez de todas as situações politicas e financeiras, essa instituição, o que sobremodo honra o criterio que nesse sentido têm mostrado todos as altas administrações paulistas. E quando começam a vir a publico, a apparecer de um modo admiravel esses trabalhos, recebidos com applauso por todo o mundo scientifico, eleva-se essa grita que se quer impor pelo vaniloquio de seus auctores, incapazes de entrar em confronto no terreno dos factos e das allegações provadas.

Que o Estado de S. Paulo esteja attento, e que aquelles que têm a responsabilidade do governo não se deixem impressionar pelos D. Bazilios, contribuindo para desorganizar uma repartição especial, como não ha egual em toda America do Sul, e que não tem superior em outros paizes mais civilizados. Esta é a verdade, e *inde iræ*.

Deixemos a digressão, a que não pudemos nos furtar, como paulista amante do progresso de nosso Estado, e como amigo das superioridades scientificas e intellectuaes. Volvamos, pois, ao nosso assumpto.

***

A 23 de Agosto de 1828 nasceu em Piracicaba, neste Estado, o Conde do Pinhal, e aqui passou toda a sua longa vida, salvas as viagens que fez á Europa nestes ultimos annos.

Aqui recebeu a instrucção, que depois apurou por esforço proprio e convivencia com os mais intelligentes paulistas que aqui brilharam de 1842 até hoje. Eleito deputado á Assembléa Provincial em varias legislaturas, occupou com correcção a cadeira presidencial da mesma, representando sempre o partido liberal. Em pleno dominio conservador, foi o unico liberal que teve assento na Camara dos Deputados geraes na 20.ª legislatura correspondente aos annos de 1886-1889; pois o outro liberal, conselheiro Martim Francisco, falleceu sem tomar assento, sendo substituido pelo Commendador Geraldo de Souza Rezende, conservador; depois foi reeleito em 1889, para a ultima legislatura do imperio.

Depois de proclamada a Republica, o Conde do Pinhal afastou-se da actividade politica, e foi com esforço que seus amigos o trouxeram de novo para essa arena, para vir collaborar na organização do Estado, fazendo parte da Constituinte, como senador.

Correcta e leal foi sua attitude nessa Assembléa e, solidario com seus amigos, acompanhou até ao fim não só o governo, mas, diremos, a pessoa do Dr. Americo Braziliense.

Ainda na reunião que promovemos extra-parlamentarmente a 14 de Dezembro de 1892 e para discutirmos e deliberarmos sobre o que convinha fazer á vista da intervenção do governo do Marechal Floriano no Estado, o Conde do Pinhal foi um dos poucos que nos acompanharam na resolução, de organizarmos a resistencia em todo o terreno.

Dissolvido o Congresso Constituinte do Estado, illegal e arbitrariamente, em 1893, o Conde do Pinhal eximiu-se de toda e qualquer participação activa na politica. Sabendo-se alvo de odios e paixões individuaes contra sua pessoa, não quiz mais congregar-se em partido — nem com os republicanos nem com os monarchistas, convicto, além disso, da impossibilidade da restauração. Verdade é que solicitado para auxilios pecuniarios, attendeu ora a uns ora a outros, mas sem enthusiasmo nem confiança nos esforços empregados.

Volveu-se todo para a vida da familia, empregando sua extraordinaria actividade e pratica administrativa na lavoura e nas finanças.

Vigoroso ainda, foi colhido por cruel enfermidade, e sucumbiu a 12 de Março de 1901, em sua fazenda, com 74 annos de edade.

Estava ainda em pleno vigor physico o conde do Pinhal, e não fossem os abalos e desgostos de seus ultimos dias, conforme a imprensa referiu, « sua existencia ainda se prolongaria como um dos elementos de prosperidade para este Estado » (1).

Melhor que os bens da fortuna deixados pelo Conde do Pinhal, são a memoria dos relevantes serviços por elle prestados á patria e á distincta e numerosa familia que formou e educou nos mais elevados principios de honra e dignidade, bem como o duplo exemplo seu e de sua virtuosa e respeitavel esposa, companheira de toda a sua laboriosa existencia.

A posteridade ha de confirmar a estima dos contemporaneos, e quiçá augmentar-lhe os titulos de benemerencia.

Dr. Miranda Azevedo.

---

(1) *Diario Popular*—13—Março 1901.

Dr. Brazilio dos Santos

Successivos e grandes foram os golpes que a morte desferiu ultimamente contra varões notaveis de S. Paulo (pois occorreu no mesmo mez mais de um passamento illustre e inesperado), como o do Dr. Brazilio dos Santos.

Na tarde de 30 de Março de 1901 espalhou-se rapidamente a noticia da morte repentina do Dr. Brazilio dos Santos, impressionando profundamente a sociedade paulista, pois mesmo os indifferentes ou desaffectos lamentavam a prematura perda de um digno intellectual paulista. Antes de debuxarmos o caracter moral do finado, transcrevamos do *Diario Popular* a noticia do lugubre acontecimento e os apontamentos biographicos do Dr. Brazilio dos Santos.

Eis a noticia:

«Ante-hontem, ás 4 horas da tarde, mais ou menos, quando em um bonde da Liberdade se recolhia á sua residencia, foi accommettido de uma syncope cardiaca, fallecendo repentinamente, o sr. dr. Brazilio dos Santos.

«O finado era um dos mais illustrados mestres da Faculdade de Direito desta Capital, na qual, com rara proficiencia e muito saber, regia a cadeira de Direito Commercial, tendo antes occupado a de Direito Publico e Constitucional.

« Com a sua morte abre-se na congregação da Faculdade um claro difficil de preencher, some-se um dos seus mais justiceiros mestres.

« Contava 47 annos e era filho do finado grande orador dr. Gabriel Rodrigues dos Santos.

«O dr. Brazilio dos Santos começou a distinguir-se desde os bancos academicos, época em que o seu nome appareceu no jornalismo, figurando como um dos propugnadores da idéia republicana, á qual sempre se conservou ligado e fiel.

«Como advogado o finado impoz-se pelo talento, pela erudicção e pelo estudo, logrando alcançar em nosso fôro um nome respeitado, fazendo pesar o seu parecer em questões juridicas de importancia.

«No Congresso Constituinte do Estado occupou o dr. Brazilio dos Santos uma cadeira de deputado, sendo o papel, que alli representou, muito saliente, revelando sempre independencia de animo e um caracter recto.

«Eleito deputado federal, depois da dissolução do Congresso Constituinte, logo após o ter tomado assento na Camara federal, separou-se de seus companheiros, abraçando aquelles que como elle tinham idéias radicaes intransigentes.

«Neste posto ainda o seu nome muito se realçou, achando-se ligado a alguns projectos de importancia.

«Exgottado o seu mandato, volveu o dr. Brazilio á advocacia e á sua cadeira da Faculdade, onde as suas lições eram ouvidas com attenção e aproveitamento pelos seus discipulos.

«Quer entre os seus collegas, quer entre os seus discipulos, era tido na mais alta estima e consideração.

«Eis a largos traços o que foi a vida do vulto que hontem baixou ao tumulo.

«O dr. Brazilio formou-se na nossa Faculdade de Direito em 1877, tendo defendido these e conquistado o grau de doutor.

«Depois de brilhante concurso foi nomeado lente substituto da cadeira de Direito Publico em Setembro de 1883. Em 1890 foi nomeado lente cathedratico da cadeira de Direito Commercial (1)».

***

O dr. Brazilio dos Santos figurou no scenario politico, pela primeira vez, em 1891, chamado pelo dr. Americo Braziliense, que fôra amigo de Gabriel dos Santos e conhecia o valor intellectual do filho.

Republicano radical, veiu reunir-se á maioria do elemento historico que apoiava a administração honesta e conciliadora do primeiro presidente eleito do Estado de S. Paulo, e na sua collaboração revelou as grandes aptidões de legislador, que possuia.

Ninguem poderia melhor traçar a sua physionomia que o dr. Martim Francisco Filho, que foi seu amigo, e que em sentido necrologio bem realçou alguns dos traços do dr. Brazilio dos Santos.

---

(1) *Diario Popular* de 1.º de Abril de 1901.

Assim escreveu elle :

«Deante do cadaver de Brazilio dos Santos a alma paulista ha de sentir que já não está completo o coração de nossa terra. Si a indole retrahida de Brazilio não houvesse contribuido para distancial-o dos louros da popularidade, collocando-o bem longe dos successos politicos, que ninguem melhor do que elle estudava e comprehendia; e si a natureza houvesse concedido ao homem o direito de escolher os seus parentes, todos os que conheceram Brazilio dos Santos escolhel-o-iam para irmão.

«E quanta bondade se irmanando a tanta preeminencia intelectual! Quanta energia ao serviço de tanta lealdade! Vi-o e admirei-o no preparo do projecto da Constituição Paulista e nos renhidos debates da Constituinte.

«Era o ultimo a falar; era o primeiro a vencer.

«Calmo, insistente, profundamente logico, estudioso, quando elle chegava á tribuna, correligionarios e adversarios, interessados e indifferentes, todos sabiam que tinham de ouvir menos um discurso do que uma opinião.

«E essa opinião rarissimas vezes deixou de triumphar; gerava-a o estudo, modelava-a a convicção: falava o mestre.

«Uma vez, uma unica vez, o desdobramento da politica nacional equiparou o merito de Brazilio dos Santos á posição que lhe conferiu. Rebentára a revolta da esquadra. O *incerti quó fata ferant ubi sistere detur* impuzera ao paiz um momento difficil, uma occasião oppressora. Uma camara unanime ia conferir ao chefe do poder executivo a dictadura, mas dictadura inteira, completa, inilludivel. Nas ruas marchavam os batalhões; nas praias rugia o tiroteio; no mar trabalhava a artilharia.

«O receio cedia logar á certeza do mal.

«O terror governava e administrava; quando, porém, quiz elle legislar, Brazilio dos Santos, só, firme, valente, brioso, disse-lhe: — Não!

«E, ao lado da dictadura triumphante, ao lado de uma assembléa que desiste dos seus direitos e apaga a lista dos seus deveres, apparece, na historia patria, o vulto do deputado paulista acertando contra o erro geral, e agitando o seu *voto em separado*, como uma ilha de direito onde se puderam abrigar os naufragos do patriotismo!

Ficou só. Que ficou, porém, com a verdade, attestam-no de sobejo as consequencias de sua heroica derrota; diz a lenda que Christo tambem ficou só quando defendia a egualdade humana» (1).

---

(1) *Diario Popular*—Dr. Brazilio dos Santos—pelo dr. Martim Francisco—transcripto da *Cidade de Santos*.

Não era um homem popular o dr. Brazilio dos Santos, nem despertava em geral sympathias, pois era retrahido, brusco, e não cedia uma linha do que julgava justo e razoavel.

Aos principios que adoptava para sua vida publica, ao ideal politico a que consagrava sua dedicação, tudo sacrificava :—considerações pessoaes de amizade, conveniencias de momento, sentimentos e ligações, só obedecendo ao impulso da consciencia.

Assim foi que rompeu com o dr. Americo Braziliense, de quem divergiu no golpe de Estado de 3 de Novembro; assim procedeu perante os actos do Marechal Floriano, e veiu filiar-se leal e resolutamente aos que conspiravam contra aquelle politico.

Suspeitado pelo poder, foi preciso occultar-se, por haver ordem de prisão contra elle, envolvido na tentativa Nilo Deodato, de destruição do grande tunel da Estrada de Ferro Central.

Não se recolheu á inactividade o dr. Brazilio dos Santos; mas, amadurecida a sua convicção da necessidade do systema parlamentar agremiou-se com outros adeptos da mesma reforma, e constituimo-nos no grupo que levantou primeiro o brado da Republica Parlamentar com programa de partido. O notavel manifesto publicado a 1.° de Dezembro de 1895 é quasi todo da exclusiva confecção do dr. Brazilio dos Santos.

Assim diziamos:

« Arrogando-se a iniciativa de congregar sob uma bandeira partidaria, e com programma definido, os elementos esparsos, mas fortes e numerosos, que em prol da reforma do actual regimen politico se vão manifestando neste Estado, bem como em todo o paiz, onde quer que a inspiração patriotica não se conforma com a desgraça da patria nem se acobarda ante os poderosos do dia acreditam os abaixo assignados que com este emprehendimento interpretam e satisfazem uma inadiavel e vehemente aspiração popular ».

De modo vigoroso e conciso historiava a proclamação da Republica, descrevia o modo por que fora acceita, e de que maneira ficou composto o Congresso Constituinte, e em que meio agiu,—bem como a corrente de influencias que actuaram nas discussões dos principios basicos da Constituição votada.

Proseguindo nessa analyse affirmava:

« Tal foi o genesis da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891, creação do cezarismo associado a um pequeno grupo de theoristas fanaticos, e propiciado pela cooperação interesseira duma clientella accommodaticia de aventureiros politicos: extorção da prepotencia e da fraude, destinada a consagrar pelo voto

nacional e sob vans formulas de democracia representativa, a dictadura quatriennal, omnimoda e incontrastavel, de um presidente imposto pela força armada ou suffragado por syndicatos de empreiteiros de eleições.

«O presidencialismo, entretanto, já o havia repudiado a melhor doutrina; e pelos seus resultados experimentaes nos paizes que o copiaram da Constituição norte-americana, não mais devêra tentar aquelles que cogitassem sinceramente de escolher a fórma de governo mais consoante ás condições da moderna democracia.

«Caracterizado pela independencia absoluta do executivo ante os demais poderes do Estado, é o presidencialismo, na realidade, e como a propria denominação o diz, a fórma governamental em que a preponderancia politica pertence ao presidente eleito» (1).

Segue depois numa argumentação cerrada, logica e irrespondivel, a desenvolver os diversos topicos do programma parlamentarista, sem deixar os mais delicados, que são perfeitamente elucidados por um criterio superior inflexivel. Para exemplo citaremos o seguinte trecho (2):

«Allega-se, na verdade, contra a adaptação da fórma parlamentar ao nosso paiz, que ella é incompativel com o regimen federativo, a mais importante conquista da revolução de 15 de Novembro.

«Nada mais contrario á evidencia; e, sinão, vejámos.

«O centro de gravidade no presidencialismo é o depositario do poder executivo, eleito por todo o paiz e consequentemente representante da soberania da nação, cuja unidade politica nesse funccionario tem o seu orgam mais importante.

«No systema parlamentar, ao contrario, a supremacia governamental reside nas camaras, corpos collectivos, para cuja composição concorrem os Estados, que são formal e effectivamente representados por delegados especiaes no senado; e effectiva, posto que não formalmente, por deputados, que apenas por ficção se consideram representantes da nação, pois na realidade representam as circumscripções eleitoraes que os elegem.

«Portanto, numa federação de Estados, organizada segundo o regimen parlamentar, a tendencia dominante seria para favorecer a autonomia e os interesses particularistas estadoaes, em diametral opposição ao que succede sob o regimen presidencial, como se observa nos Estados Unidos da America do Norte, onde a reacção centralista contra as prerogativas dos Estados dia a dia vai ganhando terreno».

---

(1) Manifesto Republicano Parlamentarista.—São Paulo 1895—pag. 4.
(2) Manifest. cit. pag. 7

Continuando na exposição de doutrina, não se esquece de bater as objecções imprudentes dos que condemnam sem exame ou prejulgam das idéas sem maior escrupulo.

Para exemplo, mais esta transcripção (1):

«Não menos improcedente é a arguição dos que pretendem divisar certas affinidades entre a republica parlamentar e o regimen monarchico, fundados em que a eleição presidencial feita, como na França, pelos membros das duas camaras, importa uma limitação á soberania popular.

«Os que assim argumentam esquecem que o mandato popular nada perde de sua força por ser indirecto. Na União Norte-Americana o presidente é escolhido por um corpo eleitoral limitado, para tal fim constituido pelo suffragio popular, e nem por isso alli se reputa enfraquecido o principio democratico.

«Não è, pois, na presupposta limitação do elemento popular que se funda o parlamentarismo, porém na manifesta inconveniencia de instituir-se um dualismo politico, causa permanente de conflictos entre dois poderes que se arrogam com egual direito a delegação da soberania nacional; e assim tambem na verdade, por egual evidente, de que sómente nos corpos collectivos póde a nação ser representada com os seus multiplos elementos politicos e sociaes, na proporção da força e importancia de cada um».

Segue depois no exame historico do que tem sido o presidencialismo nas republicas americanas, e depois conclue:

«E tal é, na verdade, a consequencia inilludivel do presidencialismo republicano, onde quer que tenha sido praticado—consequencia que se impoz aos Norte-Americanos, após muitos annos e apezar da resistencia federalista, consequencia que se impõe aos brazileiros logo após o advento do governo civil, vinculando-o á tradicção oligarchica do militarismo triumphante, que aliás aguarda o momento de reaffirmar a sua supremacia, sendo, como é, a mais congruente expressão do regimen que elle proprio modelou na constituição republicana.

Ahi estão, pois, os proprios factos que assignalam a róta a seguir, para a regeneração ou para o aniquilamento da patria.

A experiencia é de poucos annos, porém fecunda de eloquentes e duros ensinamentos: o patriotismo jà não tem o direito de illudir-se e de esperar!

***

(1) Manifesto p. 9

« O programma do Partido Republicano Parlamentar se consubstancia nas seguintes theses, susceptiveis de maior desenvolvimento:

—« Eleição do Presidente da União pelo Congresso Nacional dentre os seis candidatos mais votados pelos corpos legislativos dos estados.

—« Responsabilidade do Presidente e dos seus ministros perante os representantes da nação, conferida á Camara dos Deputados a iniciativa da accusação e ao Senado o julgamento.

—« Effectividade da autonomia dos Estados, em cujo territorio, a não ser na zona das fronteiras e exceptuados os casos de estado de sitio e de intervenção decretada pelo Congresso, não tenham ingresso as forças federaes.

—« Representação das minorias por meio do voto cumulativo.

—« Medidas assecuratorias da liberdade eleitoral» (1).

E como a nossa historia politica tem justificado a maior parte das previsões assignaladas nesse documento!

Ainda durante os annos de 1896 e 1897 seguiu o Dr. Brazio dos Santos com certo interesse a marcha politica dos partidos, e conviveu com seus companheiros signatarios do Manifesto.

Depois, sua intransigencia e descrença ditaram-lhe um completo retrahimento, ao menos temporario, desde que viu mallograda a organização de seu partido parlamentarista, pujante e prompto para combate.

Dedicou-se á advogacia e á cadeira de mestre. Alli era ouvido e respeitado.

Nas reuniões da Congregação o seu voto era sempre ditado pelo mais elevado principio de justiça, independencia e amor da liberdade. Nesse sentido, e sempre, manifestou-se energicamente contra todas as invasões do executivo contra as prerogativas da Academia. Não podemos dar melhor final a esta noticia do que o escripto pelo Dr. Martim Francisco Filho na *Cidade de Santos.*

« Morre Brazilio dos Santos em pleno vigor intellectual. Morre sem haver occupado as eminencias para as quaes estava preparado.

« Como se repete a historia! Ha quarenta e trez annos tambem a população da cidade de São Paulo, surprehendida pela noticia do fallecimento de Gabriel Rodrigues dos Santos, do

(1) Manifesto p. 12.

grande orador democrata, do revolucionario de 1842, que a inveja e a intigra haviam atirado á margem da direcção social, acompanhava-lhe o cadaver, chorava-lhe o prematuro desapparecimento, prestando ao morto a justiça que os vivos lhe haviam recusado.

« Seguia o prestito funebre; ia a terra receber o cadaver. Da multidão destacou-se um poeta; o povo, enternecido, escutou-o cabisbaixo, até que as estrophes fecharam com o

Cubra-lhe a campa a liberal bandeira!

« Seja este tambem o epitaphio de Brazilio dos Santos.

« Inscreva-o a saudade paulista na sepultura do luctador que tombou ».

Dr. Miranda Azevedo.

Dr. Joaquim Fernandes de Barros

O historiador ou, antes, o sociologo que bem quizer conhecer da evolução mental e politica dos paulistas no periodo final do seculo, não póde omittir ou deixar em silencio a biographia do Dr. Joaquim Fernandes de Barros, a qual, com as dos anteriores, vem completar os dados que melhor farão comprehender essa marcha natural.

A morte como que comprehendeu que esses tres typos, tão differentes e antagonicos em sua apparencia — o Conde do Pinhal, Brazilio dos Santos e Fernandes de Barros, deveriam desapparecer ao mesmo tempo, para se não romper o equilibrio e a harmonia que, em vida, agindo em direcções oppostas, conseguiram para a terra que tão nobremente estremeciam.

A doutrina evolutiva verifica-se no terreno intellectual e sociologico com a mesma precisão com que na historia natural.

O desenvolvimento e as phases successivas se patenteiam nos povos e nas sociedades como nos organismos vegetaes ou animaes; por isso a observação attenta de cada individuo, que se destaca por uma qualidade qualquer, no seu tempo e no seu meio, deve ser seguida e registrada com o mesmo cuidado e carinho com que o physiólogo estuda e investiga a funcção de uma cellula.

Quem tivesse conhecido pessoalmente o dr. Fernandes de Barros e fosse medianamente sabedor da historia dos bandeirantes paulistas, esse teria visto nelle um perfeito herdeiro dos famigerados Barros que ligaram seu nome a actos de bravura e energia, na conquista do sertão e na lucta contra o gentio.

Tinha elle o caracter altivo e resoluto de seus antepassados, ao lado do grande amor que votava a S. Paulo, e da lealdade que mantinha nas suas relações sociaes.

O *Diario Popular* de 3 de Abril de 1901, noticiando a sua morte escreveu:

« O dr. Joaquim Fernandes de Barros, cujo fallecimento noticiámos hontem, facto que se deu em Barretos, no dia 31 de Março, domingo, era um homem honrado, uma intelligencia clara e justa, e um caracter inteiriço, bello e franco.

« Formado em direito pela nossa faculdade, não sabemos, no momento, si no começo de sua carreira seguiu a advocacia ou a magistratura. O que sabemos, e é de nossos dias como jornal, é que o conhecemos em S. Paulo, em plena actividade, como um dos melhores republicanos do tempo da propaganda, e como industrial.

« Nos ultimos annos da monarchia, como sabem todos, a propaganda republicana apresentou em S. Paulo duas phases simultaneas, tendentes ao mesmo fim: — a phase chamada então *evolucionista*, a que pertenciam os propagandistas e directores de maior responsabilidade e mais em evidencia,— e a phase *separatista*, enthusiasticamente agitada por propagandistas sem maiores responsabilidades partidarias, e que encontrava ruidoso e amplo auxilio na mocidade republicada de então.

« Esta phase era acceita provisoriamente nos arraiaes republicanos como o caminho mais curto para chegar-se logo á Republica.

« O dr. Joaquim Fernandes de Barros foi um dos mais assiduos e brilhantes porta-vozes da phase *separatista*. Tendo sido um dos primeiros a lançar a idéia aos quatro ventos e a accentual-a como ideal e programma politico, foi um dos ultimos a abandonar o campo de batalha, campo em que tinha por bandeira o jornal separatista que fundou e manteve á sua custa. E só recuou quando inesperados acontecimentos sociaes surgiram na historia de nossa patria, modificando completamente a ordem das cousas no sentido de favorecer o advento da Republica.

« Proclamada esta, entregou-se o dr. Joaquim Fernandes de Barros exclusivamente a preoccupações industriaes, genero de vida em que, parece-nos, não lhe sorriu a estrella do seu destino.

« E a pouco e pouco foi elle desapparecendo da roda dos amigos, recluso no lar, fugitivo da publicidade.

« Homem honrado e brioso, caracter altivo, poucos sabiam da situação difficil a que chegou, sem o menor desar para a honradez do seu nome.

« E foi então que se lembrou, em boa hora, de appellar para a sua carta de bacharel, inscrevendo-se em concurso para juiz de direito de uma das comarcas vagas do Estado—, comarca para a qual e da qual, tempos depois, foi transferido para a de Barretos, onde exercia o juizado com justiça, presteza e sciencia.

« Bom amigo, bom pae de familia, succumbiu a uma congestão cerebral, e a noticia de sua morte foi recebida com grande consternação por todos que o conheceram e que com elle tiveram relações, pois se fazia logo estimar pela lhaneza do trato, franqueza dos pensamentos, e — desataviada, natural bondade das expressões.

« Muito collaborou o dr. Joaquim Fernandes de Barros em nossa folha, da qual era velho amigo.

« Traçando rapidamente estas linhas, fazemol-o com inteiro espirito de justiça e sentimos que, por falta de outros dados sejam ellas difficientes ao tratar-se de um homem que soube honrar durante a sua vida todas as grandes qualidades do coração, do caracter e da intelligencia ».

***

Convem ainda registrar aqui um facto que amplia a noticia do *Diario Popular*, e que é honrosissimo tanto para Fernandes de Barros como para o dr. Bernardino de Campos.

Fernandes de Barros e Horacio de Carvalho, o auctor da noticia acima transcripta, davam-se intimamente desde o tempo da propaganda republicana. Fernandes de Barros desappareceu de S. Paulo após o revez soffrido na sua phase industrial, — revez a que resistiu e de que se sahiu com honra. Só mui poucas pessoas sabiam do seu paradeiro, e essas mesmas eram da familia e guardavam do facto inteira reserva. Fernandes de Barros, para não ser pesado a ninguem, tinha partido para a *matta* do Estado de Minas, em busca de emprego que lhe désse ao menos para a sua manutenção pessoal, até que os tempos melhorassem.

Si não nos falha a memoria, foi em uma das fazendas de café do municipio de Ubá que elle se empregou como ajudante de administrador ou escripturario, e foi de lá que, muito tempo depois, com extraordinaria surpreza, recebeu delle uma carta o seu amigo Horacio de Carvalho, e depois outra e mais outras, até que, provocado e instado pelo amigo, lhe confiou a situação actual em que se achava.

Sabedor dessa situação, Horacio de Carvalho procurou immediatamente o dr. Bernardino de Campos, então presidente do Estado. As revelações não podiam ser sinão de caracter intimo. O dr. Bernardino de Campos, muito penalizado, extranhando que Fernandes de Barros, o velho e distincto companheiro de propaganda, tivesse deixado de procurar os amigos (— forte, mesmo na adversidade!), porque a verdade é que nenhum delles sabia daquella situação, — o dr. Bernardino de Campos disse ao intermediario :

—Escreva-lhe, já, que venha quanto antes. Dou-lhe a primeira promotoria que se vagar. E' o que se póde fazer por emquanto.

A carta foi escripta, e em taes termos que, dentro de poucos dias, Fernandes de Barros esteve em S. Paulo e seguiu para o Bebedouro nomeado promotor publico daquella comarca. Lá se installou e recordou os seus estudos de direito, havia muito abandonados; lá se enfronhou em todas as novas leis, decretos, resoluções e avisos federaes e estadoaes, da Republica; lá se manteve com tanta justiça, tanta dignidade e cavalheirismo, que foi de todos querido, de todos procurado e ouvido, alma singella e generosa, forte como a de um bandeirante, e, na sua rusticidade apparente, meiga como a de uma creança.

Um dia, a Horacio de Carvalho disse o dr. Bernardino de Campos:

—Diga ao Barros que estude e venha fazer concurso para juiz de direito.

Foi uma campanha para conseguir isto do promotor publico de Bebedouro. Elle imaginava, nervoso, que esses concursos eram terriveis, de uma difficuldade quasi invencivel; e, cheio já de fios de prata na sua barba loura, hesitava em sujeital-os ás forças caudinas desse ultimo exame de direito.

Afinal, metteu-se em grandes estudos, veiu, inscreveu-se, fez o concurso e, só então, foi nomeado juiz de direito de Barretos, onde não havia ninguem que o não estimasse com verdadeiro affecto, e onde a sua morte lançou a dor e o lucto em toda a população da cidade.

E' com prazer que registramos este facto; porque não é elle commum entre os nossos antigos companheiros de propaganda.

Raramente se vê essa insistencia do amigo bem collocado — no sentido de dar a mão ao amigo ferido pela adversidade.

O commum, nos que estão no alto, é o esquecimento dos que estão em baixo — mesmo que como velhos luctadores tenham prestado serviços inolvidaveis.

Segundo *O Sertanejo*, orgam local, com o fallecimento do Dr. Fernandes de Barros toda a cidade se cobriu de dor e lucto, como si fosse uma familia que tivesse perdido algum dos seus mais extremosos e melhores membros.

***

Procurámos preencher a falta notada pelo *Diario Popular*, e não tivemos a felecidade de obter dados mais positivos ácerca da vida do Dr. Fernandes de Barros.

Vamos, porêm, dar o nosso testemunho pessoal de quanto era sincero e ardente na propaganda das idéias *separatistas*.

Esse grupo, composto do Dr. Francisco Eugenio Pacheco, Martim Francisco Filho, e outros enthusiastas, imprimiu sulco profundo na historia de nossa epocha e creou a idéia de *patria paulista*.

Ao bibliographo está rezervado o colleccionamento dos escriptos e folhetos publicados por essa corrente, como documento de valia para o futuro.

Na memoria dos homens leaes e honrados perdurará sempre puro e invejavel o nome do Dr. Fernandes de Barros, como nas lendas de nossa patria perdura a fama e o valor de seus ascendentes, circumdados do culto e do respeito que têm attravessado todas as éras.

Dr. Miranda Azevedo.

Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides

Aqui está um caracter e uma individualidade, que não pertenceu á sua epocha, dada a organização intellectual e os sentimentos religiosos que professava, pois a sua estructura cerebral como que se formara nos seculos medievaes.

Descendente de uma illustre familia historica, o Dr. José de Sá e Benevides conservava puras as crenças e a fé dos antigos fidalgos catholicos, facto respeitado entre os seus, que tiveram no episcopado brazileiro um dos seus mais puros representantes, — na diocese de Marianna.

A biographia do Dr. Benevides é mais uma prova do que sustentamos, — da evolução na historia e no individuo, segundo as mesmas leis que no universo.

E' um caso de parada do desenvolvimento ou de regresso ao typo ancestral, — isto, no bom e elevado ponto de vista scientifico; pois só assim se poderá explicar esse typo intelligente, sympathico e respeitavel, que se batia pelas antigas idéas e que querla que toda a sciencia moderna fosse a humilde *ancilla theologica.*

Nutrido de bons e solidos estudos de humanidades, feitos no antigo Collegio de Pedro II, onde se bacharelou, veiu cursar a *Academia de Direito* de S. Paulo em 1853.

Nessa epocha era activa e agitada a vida intellectual dos academicos paulistas, pois notaveis talentos estreavam, uns, — emquanto outros firmavam de vez a reputação que mais tarde era consagrada por todo o paiz.

As associações litterarias, os jornaes e revistas academicas mantinham, fomentavam e sustentavam essa fructificação por meio de polemicas, de emulações nobres e de triumphos bem disputados.

O joven academico Sá e Benevides concorreu com galhardia com os collegas e obteve merecido renome de intelligente e illustrado.

***

Traçando a sua vida escreve um jornal:

« Mais um vulto glorioso nas lettras juridicas desapparece com o fallecimento do venerando mestre dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides.

« Estudante que legou ás memorias de seu tempo um nome festejadissimo, o dr. Benevides elevou-se bastante no conceito de todos por occasião do concurso que fez para lente, conquistando o primeiro logar na classificação.

« Nomeado o illustre extincto, com brilhantismo regeu as cadeiras de Direito Natural e Direito Publico, merecendo dos seus discipulos enequivocas demonstrações de respeito e sympathia.

« O dr. Benevides advogou algum tempo no Rio de Janeiro, com José Bonifacio.

« Como politico, militou nas fileiras do partido conservador, mantendo sempre firmes as suas crenças monarchicas.

« Presidiu no antigo regimen as provincias de Minas e Rio de Janeiro. Deputado á assembléa provincial de S. Paulo, tomou parte saliente nas discussões, sendo um dos vultos mais notaveis da legislatura de 1872. Descrente e desgostoso, abandonou por completo a vida politica, dedicando-se exclusivamente á advocacia, na qual sempre brilhou pela sua vasta illustração e probidade. Apezar de instantemente convidado por amigos e correligionarios, recusou presidir a provincia do Rio, nos ultimos annos do antigo regimen (1)».

Pertencia á geração dos idealistas de 1830, pois nasceu mais ou menos nessa epocha, no Rio de Janeiro, onde era grande a corrente romantica que dominou nas lettras. Filho do gentilhomem da imperial camara — José Maria Corrêa de Sá, e de D. Leonor Maria Saldanha da Gama, cresceu naquella atmosphera social, que lhe serviu de ambiente durante toda a sua vida, embora parecesse estar em outro meio.

Em 1858 defendeu these para obter o gráu de Doutor, e alcançou essa distincção, que naquella epocha, era sufficiente para consagrar o merito e a applicação de quem a conquistava.

Em 1865 concorreu a um dos logares de lente da *Faculdade de Direito*, dissertando em sua these sobre o ponto: — *O artigo 6.° da Constituição é constitucional?*

---

(1) *Diario Popular* — 11 de Abril de 1901.

Na opinião do contemporaneo foi mais uma victoria que conseguiu, de sorte que a cadeira obtida foi justa recompensa do seu merecimento.

Quando fomos nomeado para o logar de lente da *Academia de Direito*, já lá não estava o Dr. Sá e Benevides que se tinha jubilado. Bem vivas e honrosas eram, porêm, as referencias e recordações dos collegas, muitos dos quaes tinham sido seus discipulos.

A nota predominante de suas prelecções, quer na cadeira de Direito Natural quer nas licções de Direito Publico, era a catholica mais orthodoxa possivel, não discrepando uma linha das idéias do Syllabus. Tal porêm era a sinceridade e erudicão que mostrava na cathedra, que se impunha á consideração e á estima dos discipulos e adversarios mais extremados de suas idéias. Publicou alêm de outros trabalhos juridicos e litterarios—a *Philosophia elementar do direito publico interno, temporal e universal* e a *Analyse da Constituição Politica do Imperio do Brazil* (*), que foram elogiados pela imprensa e pelos profissionaes.

***

Relacionado e considerado na Provincia de S. Paulo, foi eleito, pelo partido conservador, deputado á Assembléia Provincial em varias legislaturas, e ahi revelou-se orador distincto e habil na discussão de varios assumptos.

Entre as questões que mais apaixonaram os deputados na legislatura de 1872, unanimemente conservadora, figura a da obrigatoriedade do ensino, que o Dr. Sá e Benevides combateu tenaz e vigorosamente — contra antagonistas da valor intellectual do Dr. Rodrigues Alves.

Com a subida ao governo de seus correligionarios em 1868, foi convidado para administrar entre outras a Provincia de Minas Geraes, cargo que desempenhou succedendo ao Dr. Domingos de Andrade Figueira, que alli inaugurára com violenta e oppressora acção o dominio conservador.

O Dr. Sá e Benevides encontrou exaltados os animos e as paixões, divididos até os proprios correligionarios, e a provincia em más condições financeiras.

Apezar da torrivel opposição que lhe moviam os liberaes, conseguiu por sua illibada honestidade e por seu criterio administrativo, melhorar grandemente as condições geraes da provin-

(1) Vide Dr. A. S. Blake—Dicc. bibliog. bras. Vol. 5º pag. 41.

cia; e, pelo menos, quando deixou o palacio do governo, não teve que lamentar injustiças graves e peseguições como eram communs nesses periodos de agitação partidaria em varias provinciasdo Brazil, sempre que havia mudança de situação politica.

Na Provincia do Rio de Janeiro, que presidiu poucos mezes, melhor deixou accentuada a sua norma de homem recto e esclarecido. Sabem os contemporaneos que deixara aquella presidencia por não ter querido sujeitar-se a decretar uma medida exigida por um seu amigo e chefe politico; mas que a sua consciencia não justificava. Pouco a pouco foi-se isolando da actividade politica, porque observava que, na vida dos partidos, a pureza e a intransigencia de principios não se coadunavam com as exigencias e as conveniencias da pratica dos chefes e dos correligionarios.

Embora solicitado pelos amigos, que lhe conheciam o valor, quando subiu de novo o partido conservador não acceitou absolutamente posição alguma, e isso principalmente porque se maguara por causa da celebre questão religiosa, que occasionou a prisão dos bispos de Pernambuco e do Pará.

Já no paiz tambem se tinha formado a corrente do partido catholico, e na sua organização e desenvolvimento empregou o Dr. Sá e Benevides todas as energias de sua alma e todos os primores de sua intelligencia.

Aqui foi o fundador dos diversos *clubs* e circulos catholicos, director da imprensa que publicava as idéias do novo partido, e chefe respeitado de todo o movimento que nesse sentido se extendeu por toda a provincia.

Proclamada a Republica, não esmoreceu na sua propaganda; antes maior impulso deu aos companheiros, e foi um dos raros e nobres exemplos de fidelidade (sem eclipses nem hesitações) ao antigo regimen e ás velhas crenças politicas e religiosas.

Duránte os mais tormentosos dias de agitação, de estado de sitio, da revolta,—sempre firme, manteve elle suas crenças e religião, á luz do dia, á face de todos, com a mesma calma e a mesma serenidade de quem cumpre seu dever, *malgrè tout et malgré tous*.

E tão respeitavel era o seu caracter, tão nobre o seu procedimento, que apezar de seu proximo parentesco com o almirante Saldanha da Gama, nem uma só vóz se levantou para accuzal-o, nem um só exaltado se lembrou de apontal-o á suspeita da dictatura.

E o Dr. Sá e Benevides não se occultava e não se retrahia; ao contrario, estava sempre na imprensa. No *Commercio de S. Paulo* eram frequentes e seguidos os seus artigos de combate e

de censura contra a Republica e contra os republicanos. Pouco antes de expirar a 10 de Abril, ainda estava elle na brecha.

Caracter puritano, era estimado por muitos e venerado por todos que o conheciam intima ou remotamente.

Aos que seguem a doutrina espirita, o Dr. Sá e Benevides, póde ser explicado como a encarnação de um espirito purissimo; aos filiados á metempsychose, como a volta de um desses caracteres que já brilharam em remotas eras. Para nós, o Dr. Sá e Benevides era o mais alto e apurado gráu de um caracter immaculado, servido por uma consciencia superior, a honrar a patria e o seculo. Esta será a sentença da historia e não a simples homenagem dos contemporaneos.

Dr. M. Azevedo.

DESEMBARGADOR RAYMUNDO FURTADO

Desembargador Raymundo Furtado de A. Cavalcanti

Ha caracteres que estão destinados a marcar epochas tempestuosas na historia, a levantar paixões que são obrigados a combater e que, só muito tarde e com o volver dos annos e a calma da historia, podem ser bem avaliados no seu merito e quanto aos serviços que prestaram á sociedade.

O Desembargador Raymundo Furtado era, na sua tempera de aço e com a tenacidade de um juiz calmo, uma dessas individualidades.

Agora que o tumulo o encerra, hão de reflectir sobre seus actos os esplendores da luz da historia.

Antes de analysarmos taes actos, transcrevamos de uma folha do dia os seguintes trechos de sua vida:

« Nasceu o finado na cidade de Sobral, Estado do Ceará, a 13 de Outubro de 1835; cursou a *Eschola Militar*, onde fez os seus preparatorios, matriculando-se em 1855 na *Faculdade de Direito* do Recife, obtendo o gráu de bacharel em direito em 1860.

« Depois de formado, occupou o finado varios cargos policiaes e foi promotor publico de varias comarcas do Estado de Rio.

«Exerceu mais tarde os cargos de juiz municipal e de juiz de direito nas comarcas de Pirahy, Paranaguá e S. Matheus. No governo do dr. Costa Machado occupou o desembargador Furtado a chefia do policia do Estado de Minas, prestando alli relevantes serviços.

« Durante cerca de 13 annos exerceu de modo saliente o logar de juiz de direito da comarca de Valença, no Estado do Rio.

« Foi depois nomeado desembargador para o Tribunal da Relação de S. Luiz do Maranhão, sendo dalli removido para o Tribunal deste Estado, onde durante muito tempo occupou a presidencia.

«Quando juiz de direito da comarca de Paranaguá, foi convidado pelo presidente da Provincia do Paraná, dr. Venancio Lisboa, para exercer o cargo de chefe de policia.

«No governo do dr. Americo Braziliense, foi o desembargador Furtado nomeado chefe de policia deste Estado, cargo em que pouco se demorou.

«Contando 33 annos de serviços na magistratura, foi o desembargador Furtado aposentado em 1891, entregando-se depois dessa data á advocacia.

«Como magistrado, o extincto foi sempre um modelo de probidade, honradez e rectidão no cumprimento do dever. Como homem era um caracter puro, limpido e digno de ser invejado.

«Os seus actos foram sempre pautados, em todas as occasiões em que era escolhido pela confiança governamental, pela mais rigorosa e severa independencia e correcção.

«Como um exemplo vivo da sua nórma de conducta aponta-se o facto que se deu com referencia ao fôro de Pirahy.

«Luctas politicas, que se travaram naquella comarca, haviam levado o seu fôro ao estado de completa anarchia.

«O governo, tendo necessidade de uma pessoa de capacidade para restaurar a ordem naquella comarca, fez recahir a escolha no dr. Furtado, nomeando-o Juiz municipal, accumulando o cargo de delegado de policia de Pirahy.

«Em pouco mais de tres mezes conseguiu o dr. Furtado confirmar a confiança que depositára em sua pessoa o governo imperial, conseguindo dominar a exaltação de animos que alli reinava e fazer voltar ao seu estado normal o fôro da comarca, embora para tanto tivesse de abrir lucta com o então presidente da provincia do Rio, dr. Souza Franco.

«Valeu-lhe esta commissão francos elogios do governo imperial.

«Na advocacia, o desembargador Furtado impoz-se sempre á confiança dos seus clientes pela dedicação ás causas de que o incumbiam e pelo seu vasto saber juridico (*)».

***

Tendo o dr. Virgilio Cardoso deixado o logar de chefe de policia em Novembro de 1891, em epocha de agitação politica, o dr. Americo Brazilense procurava para substituil-o um magistrado extranho ás luctas locaes, e que offerecesse, por seu passado e por seu caracter, garantias seguras a todos. Lembrou-se do desembar-

(*) Diario Popular—3 de Maio de 1901.

gador Raymundo Furtado, já escolhido para fazer parte do Supremo Tribunal de Justiça do Estado, e conseguiu, depois de muita instancia, e só por ter feito apello ao seu patriotismo, que elle acceitasse aquelle cargo, espinhoso em tão grave situação.

Habituado a affrontar posições delicadas e a prestar serviços á manutenção da ordem publica, o dr. Raymundo Furtado, conscio de sua responsabilidade e dos perigos do momento, não se illudiu quanto aos odios de que ia ser alvo, e mais tarde victima.

Ainda são muito recentes os factos occorridos nesta capital e bem ardentes, embora occultas, as paixões que estiveram em jogo de Novembro a Dezembro de 1891, para que a verdade se imponha com toda a sua força.

E' preciso, porêm, que cada um que teve qualquer parte nesses successos, ou foi simples espectador, venha trazer o seu depoimento, provocar a discussão, as contestações, afim de que se vão destruindo os erros, as calumnias e as falsas lendas, que amanhan difficultarão o restabelecimento completo da realidade dos factos.

O desembargador Raymundo Furtado dispondo de poucos elementos de sua inteira confiança, de um pessoal que não conhecia bem, conseguiu entretanto com toda a lealdade e energia, assegurar a tranquillidade publica e manter a segurança da população paulista no periodo revolucionario em que exerceu suas funcções.

Um dos pontos de que foi accusado, o de ter consentido o ataque ao *Correio Paulistano*, é completamente falso e destituido de todo o fundamento.

Estavamos em Palacio, com diversos representantes do Congresso e outros amigos do governo, quando chegou a noticia da lamentavel occorrencia.

Nessa occasião o dr. Raymundo Furtado nos communicava que naquelle momento mandara fechar uma taberna, cujo proprietario intimado a vir á sua presença, confessara que estava destribuindo aguardente a soldados da policia por ordem de alguns promotores do movimento sedicioso, cujos nomes revelou.

Fomos testemunha da indignação com que correu ao telephono a chamar o commandante da força de cavallaria, tenente Henrique Ferreira, para verberar o facto e responsabilizal-o por esse acto vandalico de assalto a uma typographia.

Assistimos á scena que se passou com esse official, e si pudessemos ter nutrido qualquer duvida ácerca da sinceridade do chefe de Policia, ella teria então desapparecido completamente. No animo de todos ficou arraigada a certeza de que a excitação

alchoolica, adrede preparada, explodira perante a provocação dirgida contra a força; mais uma vez o alcool produzia nos facto publicos o que diariamente determina nas relações inviduaes.

Homem de acção e coragem, o chefe de policia sahiu immediatamente, e foi, em pessoa, percorrer as ruas da cidade. Voltou á Policia já tarde, quando tudo estava calmo, e retrahidos e occultos os chefes e responsaveis da agitação.

Planejou a retirada do general Solon no dia seguinte em trem expresso para o Rio, bem como uma conferencia pessoal com o dr. Campos Salles para a volta do Estado á vida normal.

Eis a carta que o dr. Furtado escreveu ao dr. Campos Salles para evitar uma lucta que poderia ter tido funestas consequencias:

« S. Paulo, 14 de Dezembro de 1891

Ill.mo e Ex.mo Sr. Dr. Manoel F. de Campos Salles.

« Quando no dia 23 de Novembro findo assumi o cargo de chefe de policia, por convite do sr. Presidente do Estado, afim de manter a ordem e segurança publicas, V. Exc. e o sr. Francisco Glycerio tiveram a bondade de offerecer-me na respectiva Secretaria o seu valioso apoio que, penhorado, agradeci-lhes.

« No emtanto, dia a dia chega aos meus ouvidos que V. Exc. e seus amigos não cessam de alliciar infelizes operarios, até mesmo vagabundos e gatunos, para o fim de virem depôr a mão armada o Presidente do Estado do exercicio do seu cargo. Ainda mais consta-me que V. Exc. tem mandado emissarios a diversos pontos do Estado para agitar os animos e promover a deposição das intendencias e das auctoridades policiaes.

« Custa-me a crêr na verdade de taes noticias em vista do offerecimento de V. Exc., a que alludi, sobretudo tendo certeza de que V. Exc. não ignora que constitue crime o facto de privar-se a auctoridade legalmente constituida do exercicio de suas funcções.

« Em taes circumstancias rogo a V. Exc. o favor de procurar-me hoje, a 1 hora da tarde na Secretaria da Policia, afim de dizer-me com franqueza si devo acreditar nessas noticias que trazem a população desta cidade sempre alarmada, estado que não convem que perdure, tanto mais quanto não só se diz que terá de ser assaltado o palacio da presidencia, como saqueados os bancos e estabelecimentos commerciaes.

« E' pois um acto de patriotismo não consentir V. Exc. que com o seu nome e responsabilidade se propalem taes boatos.

« Sou de V. Exc. — Attencioso e Venerador — *Raymundo de A. Furtado Cavalcanti*, chefe de policia ».

A' noute foram affixados nas ruas boletins com esta carta e mais a seguinte declaração:

« Não tendo V. Exc. comparecido á Secretaria de Policia até 2 horas da tarde, responsabiliso-o por qualquer perturbação da ordem publica que possa occorrer nesta Capital e neste Estado, no sentido da carta transcripta.—*Raymundo Furtado de A. Cavalcanti*, chefe de policia. »

Elle fez tudo isso com tranquilidade e resolução que teriam assegurado o bom exito das suas medidas, si não tivessemos sido surprehendidos no dia seguinte com a retirada do Presidente de Palacio e a passagem do governo ao major Castello Branco!

E tanto isto é verdade, que ao passar pela rua Direita no carro da Policia, apeou junto da porta do *Hotel de França* para interpellar os commandantes dos corpos de policia, os quaes, alli se achando, elle os julgava em transgressão de disciplina,— quando já estava mudado o governo!

***

As perseguições que soffreu nos dias seguintes, a falta de garantias até para a propria vida, que alto funccionario do governo de então confessou não poder dar, os vexames impostos á sua distincta familia, tudo isto são successos e paginas negras da historia paulista que esperamos não sejam mais repetidas e recebam censuras de todos os homens dignos.

A custo, conseguiram amigos dedicados dar-lhe sahida desta cidade e, salvando-lhe a vida, poupar uma mancha indelevel e desnecessaria nos annaes politicos de S. Paulo.

Mais tarde para rebater accuzações, escreveu e publicou na imprensa do Rio um minucioso e detalhado manifesto em que narrava, dia por dia, os acontecimentos passados desde o dia 23 de Novembro até 15 de Dezembro, periodo em que exerceu o cargo que hourou.

Fez larga distribuição neste Estado e em todo o paiz desse manifesto (*), que não foi contestado em nenhum dos factos que allegava. Esse decumento importante e valioso pertence a historia.

Ao sahir do Palacio o dr. Americo Braziliense, redigira e assignara um honroso officio de exoneração, a pedido, do dr. R. Furtado, acto esse que em uma situação normal o livraria de qual-

---

(*) AO PUBLICO — O DESEMBARGADOR R. FURTADO — RIO DE JANEIRO — *Typ. do Jornal do Commercio* — 1892 — 15 pg.

quer violencia e que era ao mesmo tempo a melhor fé de officio pelos inestimaveis serviços prestados. Esse documento, porêm, não chegou a seu destino, não foi publicado, como devia ser, no *Diario Official* do dia, como o empunha a simples lealdade do successor no governo, si este não tivesse por excusa o inesperado e a surpresa do momento.

Temos em nosso poder esse officio que em tempo apparecerá na historia calma dos acontecimentos.

Depois, reejitada pelo Senado a nomeação do dr. R. Furtado, desgostoso elle abandonou de todo as posições officiaes, entregando-se á advocacia e aos carinhos da familia.

Ahi o surprehendeu, a 2 de Março de 1901 a morte repentina; mas, como o justo e o forte, não tinha que temer, pois só de actos de abnegação e honradez entreteceu a téla da vida, igando á familia e á patria um nome illustre e querido.

Dr. M. Azevedo.

Dr. José Avelino Gurgel do Amaral

Aqui está uma individualidade que não póde ser medida pelo estalão normal e commum, applicavel ao geral dos homens.

O sociologo que tiver de avaliar a sua área moral e intellectual terá que reccorrer ás linhas curvas e sinuosas que a geometria politica tão frequentemente emprega e melhor maneja do que as rectas.

Intelligencia viva, ductil e com grande faculdade apprehensiva, o Dr. José Avelino dispunha de variada e boa instrucção sobre quasi todos os ramos dos conhecimentos humanos.

Escriptor correcto e elegante, era de uma fecundidade extraordinaria, collaborando diariamente na imprensa da capital e na de varios Estados do Brazil.

A ninguem melhor se pode applicar o *nullus dies sine linea* — tal era a multiplicidade de artigos politicos, litterarios, financeiros, que distribuia pelos jornaes brazileiros.

Si não era um orador, no sentido pleno da palavra, dispunha no emtanto do verbo correcto e facil, cousa aliás commum entre os nossos compatriotas do Norte.

Na tribuna, de que agora estava afastado por causa de cruel molestia, conseguiu reputação de expositor claro e discutidor logico e habil.

Foi na imprensa, porêm, que conquistou a justa fama que tinha de polemista eximio e de notavel intellectual..

Conhecemol-o em 1869, quando publicou interessante opusculo sobre *Questões do Rio Prata*, em um periodo em que a sociedade brazileira estava preoccupada com a politica e com os acontecimentos das republicas platinas, ligados aos interesses nacionaes por causa da guerra do Paraguay e da triplice alliança.

Era na epocha em que Quintino Bocayuva, na pujança de seu talento, com a magia de sua sympathica e eloquente palavra,

em conferencias publicas no Rio de Janeiro—lançava o primeiro germen das idéas de fraternidade e approximação entre os povos do Rio da Prata e do Brazil.

O Dr. José Avelino eleito deputado pelo Ceará, fazia então parte do partido liberal, afastado do governo pelo golpe da politica imperial desfechado em 1868, golpe que produziu grande abalo em todo o paiz.

Não é facil seguir toda a longa e laboriosa existencia do Dr. José Avelino atravéz da lucta dos dous antigos partidos do regimen imperial, estando elle ligado ora a uns, ora a outros, mas desempenhando sempre com lealdade e brilho as diversas posições que occupou na imprensa ou na tribuna, a serviço dos correligionarios da occasião. Procurámos colher dados biographicos da agitada vida do illustre cearense, e não tivemos a felicidade de obtel-os em tempo para este perfil, traçado quasi que exlcusivamente com os recursos das reminiscencias pessoaes.

Sirva isso tambem de excusa para um ou outro lapso de dados e de factos.

A Republica encontrou-o em pleno goso de prestigio official e de boas relações com a familia reinante, especialmente com a Princeza Imperial, a quem dedicava sincero e fervoroso affecto, por causa do acto humanitario da lei de 13 de Maio.

Na *Imprensa Nacional* do Rio de Janeiro estava prompto a ser publicado um interessante opusculo do Dr. José Avelino em commemoração das *bodas de prata* dos illustres principes, quando a revolução de 15 de Novembro veiu sustar a distribuição desse folheto (*) *larga manu.*

Esse sentimento pessoal não impediu que désse ao Governo Provizorio toda a sua actividade e todas as admiraveis qualidades de habil publicista conhecedor das nossas cousas politicas.

*
* *

Amigo do Marechal Deodoro, foi o Dr. José Avelino um auxiliar poderoso na imprensa, e junto de politicos influentes prestou serviços valiosos a bem da defesa do novo regimen, con-

(*) A este respeito eis o que se lê á pag. 327 do vol. 4.º do *Diccionario Bibliographico Brazileiro* do Dr. A. S. Blake:

—*Historia Contemporanea*—Bodas de Prata de Suas Altezas os Srs. Conde e Condessa d'Eu. Rio de Janeiro 1898. 51 pg. n. 8.º

Não vi este livro. A redacção d'*O Brazil*, em editorial do n. 254, de 21 de Abril de 1901, diz que as ultimas folhas ficaram promptas na *Imprensa Nacional* no dia 14 de Novembro de 1889, vespera da proclamação da Republica, e por isso foi o livro recolhido. A mesma redacção, porêm, possue um exemplar, de que publicou alguns trechos nos dois numeros seguintes.

O *Instituto Historico* de S. Paulo possue um exemplar desse opusculo, offerecido pelo fallecido Dr. Eduardo Prado.

quistando a confiança até de alguns republicanos intransigentes, que tinham responsabilidade no governo.

Fez parte da *Constituinte*, como deputado pelo Estado do Ceará, e ahi sustentou sempre os actos do Governo Provisorio, collocando-se ao lado dos amigos do Marechal Deodoro e do ministerio-Lucena, quando se manifestou a grande e terrivel opposição contra elles.

Ainda não está escripta a historia desse tormentoso periodo de nossa vida politica, nem apuradas as responsabilidades dos auctores que mais concorreram para os factos que ahi se desenrolaram, mas a justiça e a verdade já pronunciaram o juizo de que não cabe ao Marechal Deodoro a maior culpa dessa lucta. Só a calma completa que o tempo pode trazer e o esquecimento de attritos e paixões pessoaes, nem sempre legitimas, poderão habilitar no futuro ao historiador reflectido e escrupuloso para bem discutir os homens e os factos desse periodo.

Não discutamos portanto, e limitemo-nos a narrar.

O Dr. José Avelino, segundo affirmam pessoas bem informadas, consultado, entre outros, pelo Marechal Deodoro e pelo Barão de Lucena, aconselhou o golpe do Estado de 3 de Novembro, e foi um dos redactores do *Manifesto* que acompanhou o decreto e justificou essa medida. Na imprensa diaria discutiu com ardor e sem interrupção, explicou e defendeu esse e outros actos que se seguiram ao golpe do Estado, salientando-se entre os mais fervorosos e dedicados amigos do governo.

Dada a contra-revolução a 23 de Novembro, foi o Dr. José Avelino alvo de crueis invectivas e ameaçado de soffrer violencias que não merecia; pois, em todas as circumstancias, a tolerancia e a benevolencia foram os traços dominantes de sua vida publica.

Aconselhado por amigos, aliás influentes na nova situação, retirou-se para a Europa, afastando-se assim da actividade politica por algum tempo.

Os amigos que conquistara o Dr. José Avelino em posição politica influente animaram-no a que voltasse á actividade, e não furtasse ao paiz os serviços que sua culta intelligencia podia prestar.

O Ceará renovou-lhe em 1898 o mandato de deputado federal,—e o reelegeu ainda para a actual legislatura, onde contava apresentar fructos de seus estudos e de sua experiencia com relação ás questões juridicas e financeiras.

Projectava tambem fazer um estudo, uma apreciação critica dos oradores e politicos mais distinctos do actual regimen. Propondo-se a iniciar esses escriptos na imprensa paulista, che-

gou a procurar o *Estado de S. Paulo* e a enviar-lhe a primeira carta de uma serie, que, depois, a molestia e outras occorrencias não deixaram proseguir.

O Dr. José Avelino collaborou assiduamente na imprensa paulista nos ultimos tempos, e as *Cartas avulsas* eram geralmente apreciadas pelo tom de tolerancia com que eram escriptas, e pelas informações sempre seguras e antecipadas que ministrava aos leitores acerca dos bastidores da alta politica.

Desse genero de correspondencia era primoroso cultor, e deixou paginas que bem mereciam ser conservadas em fórma mais duradoura que as columnas da imprensa diaria.

Quando no anno passado começavam a chamar a attenção do paiz as celebres e curiosas *Cartas sem titulo*, quasi todos attribuiam ao Dr. José Avelino a auctoria dessas epistolas sensacionaes.

Apezar de vir mais de uma vez pela imprensa e, em todas as occasiões, declarar sempre que não eram de sua lavra, o Dr. José Avelino ainda era para muitos o unico escriptor de taes paginas; e não poucas objurgatorias lhe foram endereçadas por peccados que não commetteu.

Só com o annunciado apparecimento dellas em volume com o nome do illustre jornalista que as compoz, foi que o publico teve então a chave do mysterio.

Ainda podendo dar muito á patria e ás lettras foi o Dr. José Avelino ferido pela morte a 11 de Julho de 1901, em consequencia da cruel enfermidade que o enniquilava ha annos.

Mesmo em um paiz onde fosse maior o numero de intellectuaes, a perda do Dr. José Avelino não deixaria de ser pranteada, pois a força cerebral productiva de que dispunha era grande e augmentada por uma bella e variada cultura de quasi todos os ramos das lettras e sciencias contemporaneas.

Bem se lhe pode applicar o conceito de que cahiu na arena do combate com a correcção e a elegancia dos luctadores eximios.

Dr. M. Azevedo.

CONSELHEIRO GASPAR DA SILVEIRA MARTINS

Conselheiro Gaspar da Silveira Martins

Não foi sem hesitação, nem despido de receios, que nos abalançámos a esboçar o perfil agigantado do eminente estadista e grande patriota que, a 23 de Julho de 1901, sucumbiu em terra extranha.

De facto, para escrever sobre o Conselheiro Gaspar Martins, para acompanhar-lhe as luctas e os successos que, durante o periodo de 1868 a 1889, se desenrolaram no nosso scenario politico, é preciso dispor de talento brilhante, erudição solida e especial capacidade litteraria.

Assumpto digno e tentador para a intelligencia de um Eunapio Deiró ou de um Joaquim Nabuco, já provados ambos como emeritos auctores e artistas primorosos em modelar figuras e cinzelar medalhões dos politicos nacionaes.

A morte, ferindo-o no cyclo do anno que findou, impoz-lhe a triste sorte de ter a sua grande physionomia reduzida ás estreitas proporções de uma photographia instantanea, fixada deante de uma modesta objectiva. Terá porêm na leal sinceridade da verdade dos traços o que lhe faltar de brilho e colorido no quadro ou de sublimidade de toque praxiteliano no contorno da estatua.

E' que, morto, Gaspar Martins ainda parece maior que vivo; como a Herique III se afigurou o cadaver do Duque de Guize assim avultará o corpo do grande tribuno ante seus implacaveis inimigos.

Realmente, após a surpreza e a dor, causadas pelo desapparecimento de Gaspar Martins, o estudo e a critica sobre seus actos e serviços começam a mostrar ao paiz a enormidade da perda que soffreu.

Nas tribunas da Camara e do Senado, onde Gaspar Martins proferiu tantas e tão gloriosas orações, vibrantes de patriotismo e da maior eloquencia, politicos salientes, da actualidade, e insuspeitos, porque foram sempre seus adversarios intransigentes, pronunciam o elogio do grande morto.

Na Camara fala o Dr. Cassiano do Nascimanto:

«A vida que se apagou era sem duvida uma das mais fulgentes glorias deste paiz.

O SR. J. J SEABRA:—Honraria a qualquer paiz do mundo...

O SR. CASSIANO:—Assim como já disse que a historia do paiz deve ser una e indisivel no sentido de que as gerações de hoje, que occupam as mais culminantes posições da sociedade brazileira, não são mais do que a successão das gerações gloriosas que passaram e que estão a todo o instante a passar, deixando um vacuo impreenchivel; e si é certo isso, não menos certo é que, na historia do segundo reinado, aquelle sobre quem acaba de cahir a louza fria da sepultura, encheu com a sua vida grande parte desse reinado *(muito bem)*.

Os homens publicos não podem, não devem ser julgados, nas suas acções, pelos detalhes; mas sim pelo conjuncto dessas mesmas acções.

Gaspar Martins, a estrella que fulgurou neste firmamento e cujo brilho se não esmaeceu de todo e nem é possivel, porque resalta vivaz nos annaes desta casa durante o segundo reinado, Gaspar Martins serviu o Rio Grande, serviu a sua patria...»

No Senado, o General Pinheiro Machado não foi menos prodigo nos elogios, embora não fosse justo na apreciação das idéias politicas de seu illustre conterraneo. Eis as palavras do General Pinheiro Machado:

«Sr. presidente. Acabamos de ser informados de que o illustre brazileiro e notavel rio-grandense Silveira Martins deixou de existir, fallecendo em terra extranha.

Não é uma individualidade vulgar, um patricio obscuro, o que acaba de se findar.

Desde moço, Gaspar da Silveira Martins, pelos seus dotes extraordidarios de talento e pelas qualidades surprehendentes que possuia, occupou no firmamento politico da nossa patria um dos primeiros logares.

Foi incontestavelmente um astro que luziu e luziu intensamente no nosso mundo politico. Na magistratura e em todos os postos publicos que elle teve de occupar no Brazil, revelou-se

um espirito superior, um talento surprehendente, cuja palavra bramia potente e extraordinaria, commovendo as multidões.

Impondo-se não só polos conceitos de um espirito trabalhado por larga erudição, como ainda por extraordinario patriotismo, é-me grato recordar neste recinto, onde o écho daquella palavra mais de uma vez se fez ouvir, é-me grato recordar a parte saliente que, na imprensa e na phase da sua vida de estadista, o meu illustre patricio desempenhou no scenario brazileiro e desde principio no meu Estado, onde tinha como emulos homens da estatura de Osorio, Porto Alegre, Felix da Cunha, Felippe Nery e outros e outros, todos illustres e notaveis.

Desde o seu inicio de vida publica, Gaspar da Silveira Martins tomou o posto na vanguarda.

Occupou o logar de chefe *primus inter pares*.

Infelizmente as suas convicções sempre inabalaveis fizeram com que este espirito superior não adoptasse o novo regimen, que hoje dirige os destinos do Brazil.

Esse seu modo de pensar fez com que não concorresse comnosco, nos ultimos tempos da sua existencia, para felicitar a sua patria».

***

Não são justas as apreciações do illustre senador. Quem sobretudo amava a liberdade com o culto fundo que Gaspar Martim sempre revelou, não queria golpear a Republica para restaurar um regimen que nunca o enthusiasmou.

E' historica e solemne a declaração feita no antigo Parlamento, de que, *si lhe fosse dada a escolha da fórma de governo para sua Patria, não seria o monarchia a preferida!*

A experiencia, o estudo e o tempo tinham-no convencido de que, não tanto na fórma rezide a garantia da liberdade ao cidadão; mas antes na educação, no proprio povo, e nos habitos de exercitar as suas prerogativas e deffendel-as contra as tentativas dos despotas.

Podemos disso dar testemunhas por factos historicos, em que estivemos com Gaspar Martins, como adeante se exporá.

Ao livro immortal de Joaquim Nabubo (1) pedimos as seguintes paginas admiraveis, unicas mais capazes de dar uma approximação da figura de Gaspar Martins.

---

(1) *Um Estadista do Imperio* por Joaquim Nabuco.—Vol. 3.º- Pg. 197 a 199.

«Já sob o ministerio Itaborahy podia-se distinguir a separação entre os liberaes, a facha radical. Um homem novo começava a apparecer na politica, e revelava, desde os seus primeiros actos, uma independencia, uma força, uma audacia, como de certo ainda não se tinha visto, batendo ás suas portas em nome de um direito até então desconhecido: o do povo. Era Silveira Martins. A figura do tribuno, como depois a do parlamentar, era talhada em fórmas colossaes; não havia nelle nada de gracioso, de modesto, de humilde, de pequeno; tudo era vasto, largo, soberbo, dominador.

«Na cadeira de juiz, fazendo frente ao ministro do juiz; nas palestras litterarias, pronunciando-se sobre as velhas raizes aryanas; nas conferencias publicas, fazendo reboar pelas cavernas populares o écho interminavel da sua palavra; nos conselhos do partido democratico, falando aos chefes tradicionaes, aos homens do passado, com a consciencia e a auctoridade de um conquistador barbaro dictando a lei á civilisação decrepita, indefesa em sua tranquilidade immemorial; nas redacções dos jornaes amigos, nas confeitarias da rua do Ouvidor, onde, durante annos, exerceu entre os moços e os exaltados a dictadura da eloquencia e da coragem, como Gambetta, durante o Imperio, nos cafés de Quartier Latin; nas rodas de amigos politicos, como Martinho Campos, Octaviano, Theophilo Ottoni; depois na Camara dos Deputados, onde sua entrada (legislatura de 1872—1875) assignala uma época e faz effeito de um terremoto; no ministerio, onde, incapaz de representar segundos papeis, mas sem preparação, talvez, sufficiente para tractar negocios, só teve uma ambição: ganhar com a sahida o que perdera com a entrada, e por isso, ainda mais, como ministro demissionario do que como membro do gabinete; por ultimo, no senado, na independencia, na soberba, com que, operada a sua transformação conservadora attrai para si todos os rancores da democracia, que talvez tenha creado: em todas as posições, que se abateram deante delle para que elle entrasse sem subir; em todos os papeis que desempenhou, Silveira Martins foi sempre unico, differente de todos os mais, possante e solido, subito e irresistivel, natural e insensivel, como uma tromba ou um cyclone. Elle é o seu proprio auditorio, sua propria *claque*; respira no espaço illimitado da sua individualidade, de sua satisfacção intima, dos seus triumphos decretados com justiça por elle mesmo e depois homologados pela massa obediente; como o gaúcho, respira nos Pampas, onde, no horisonte inteiro, nada vem interceptar, opprimir o seu largo hausto. E', em uma palavra, uma figura fundida no molde em que a imaginação prophetica vasava as suas creações.

«E' o Samsão do Imperio. Desde logo é preciso contar com elle, que é, nesse momento, o que em politica se chama *povo*, isto é, as pequenas parcellas de povo que se occupam de politica. Quando o espirito que elle encarnou o deixa e vai além animar e suscitar contra elle mesmo outras figuras, elle será tão intensamente odiado pela Revolução quanto fôra antes querido; mas em um tempo, entre 1868 e 1878, foi elle em nossa politica o idolo de tudo que tinha a aspiração republicana, que sentia a emoção, a vibração democratica, e, como idolo, o autocrata.

«Annos depois, elle será, talvez, dos nossos politicos o mais *conservador*, sem deixar de exercer sobre os que entraram em contacto com elle o magnetismo de sua personalidade.

«Ninguem, entretanto, póde commandar dois grandes movimentos em sentido contrario: um no sentido da revolução e outro no sentido da auctoridade; e assim, apezar de seus grandes esforços, impotente para a reacção, o assignalamento da passagem de Silveira Martins na nossa historia contemporanea ficará sendo o impulso, o vigor extraordinario que a sua eloquencia inflammada, o seu sopro Dantoniano, o seu ascendente sobre as multidões, imprimiu ao espirito de revolução no decennio de 1868 a 1878, e que elle em vão offereceu-se depois para reprimir.

«Dessa acção de sua mocidade elle, porêm, não têm que se arrepender. Em uma sociedade san e vigorosa, homens como elle, qualquer que fosse a exaggeração de suas primeiras idéas, a prematuridade do seu ideal inconfessado, não teriam feito sinão bem; o não ter elle mais tarde podido contrabalançar, com a imparcialidade, a justeza e a elevação da razão de Estado, a que tantas vezes quasi sósinho attingiu no Senado, o impulso, o effeito da sua primeira attitude, prova que a politica, quando elle appareceu, já levava o rumo da anarchia e que, sem elle, a historia das instituições teria sido escripta tal qual foi, apenas com uma poderosa e original figura de menos».

Depois desta pagina, o que convinha era concluir, para não escurecer o effeito luminoso que ella produziu no leitor. A obrigação, embora arida, mas indispensavel, de assignalar datas e fornecer, elementos ao futuro historiador, impõe-nos a tarefa de insistir no assumpto.

Ser o claro-escuro do quadro, que maior realce dará e mais destacará a physionomia do grande tribuno rio-grandense.

Nascido no municipio de Bagé, no Estado de Rio Grande do Sul, em 3 de Agosto de 1835, iniciou Gaspar Martins os seus estudos na cidade de Pelotas, de onde partiu para o Rio, fazendo alli o seu curso de p eparatorios como alumno do collegio do dr.

Victorio da Costa. Serguiu com brilhantismo o curso juridico nas Academias de S. Paulo e Recife, formando-se em 1856.

Em 1859 o Visconde de Muritiba, que succedera na pasta da Justiça ao Conselheiro Nabuco de Araujo, e que o conhecera no Rio Grande do Sul, nomeou-o espontaneamente juiz de Orphams no Rio de Janeiro. No exercicio desse cargo revelou-se notavel por sua independencia e rectidão, não recuando nem deante dos potentados, na administração da justiça, o que deu logar a um interassante episodio que produziu grande sensação na epocha.

Eis o facto narrado por testemunha contemporannea.

« Perante o dr. Silveira Martins intentou um ministro do Supremo Tribunal uma acção e, tendo decahido, foi condemnado a pagar as custas dentro de 24 horas, sob pena de prisão. Intimado, não tendo pago, a parte requereu mandado de prisão e o dr. Silveira Martins mandou passar. Ao sahir do thesouro, foi deste mandado intimado o dito ministro do Supremo Tribunal que, não querendo ser desfeiteado e arrastado á cadeia pelos beleguins, pagou em continente.

« Entretanto, considerando-se desfeiteado com um tal procedimento, e menospresado em suas prerogativas, o alludido ministro levou o facto ao conhecimento do presidente do Supremo Tribunal, o sr. Barão de Montserrat; este, por sua vez, communicou a occorrencia ao sr. Conselheiro Paranaguá, hoje Marquez de Paranaguá, ministro da justiça naquella épocha, e genro de presidente do Supremo Tribunal.

« O ministro, julgado o facto de alguma gravidade, extranhou o procedimento do sr. Silveira Martins, mandou censural-o e expedir aviso ao 1.° promotor publico da Côrte para promover contra o juiz o competente processo de responsabilidade.

« Não tendo o 1.° promotor publico, dr. Candido Gomes de Vasconcellos Guanabara, apresentado a queixa, alguem (naturalmente o proprio interessado), em artigo anonymo, tratou disso, o que originou uma resposta do promotor e o seguinte artigo:

« *O Juiz Municipal da 2.ª Vara da Côrte e o 1.° Promotor Publico.*

« Não li o que a meu respeito escreveu o *Diario do Rio*; mas pelo que diz o sr. 1.° promotor, vejo que o correspondente não se assigna. Fez muito bem. Si puzesse em baixo um nome infame, de todos conhecido, não merecia a honra da resposta que o sr. Guanabara deu ao anonymo.

« Pelo que me toca, respondo ao sr. 1.° promotor que os avisos dirigidos á promotoria não são pessoaes e, portanto, a de-

fesa de s. s. não o releva da responsabilidade, si responsabilidade ha nisso : existe ou não existe facto criminoso?

« A representação do presidente do Supremo Tribunal de Justiça não o diz, nem está em harmonia com o parecer do *consultor*; os pés não concordam com a cabeça, si a representação e a *consulta* têm *cabeça* e *pés*. Si existe, cumpra o promotor o seu dever, e si não tem coragem de ir de encontro á opinião do ministro e dos poetastros seus conselheiros, cumpra o escravo as ordens do senhor.

« Avante, e veremos si tem razão o sr. *Paranaguá*, que mandou responsabilisar o juiz em deferimento á representação que lhe fez seu sogro, o sr. Pinheiro de Vascocellos, hoje barão não sei de que... mas que é de um nome parecido com o de certo marquez italiano, que foi um dos capitães illustres das primeiras cruzadas.

« Si infelizmente no nosso paiz o governo póde muito, felizmente não póde tudo, e o minimo dos magistrados póde mandar plantar batatas ao ministro que para isso nasceu, que a cegueira da sorte, a conveniencia dos partidos, a prostração do Estado, o abatimento, o desanimo e a descrença dos homens capazes, atirou de trambolhão sobre uma pasta de ministro, quando não foi o producto ignobil, ou o vergonhoso salario da villania de atraiçoar seus companheiros!

« Os bulcões carregão os nossos horisontes. Hoje ou amanhan ha de desabar a tempestade, e, si Deus me espaçar a vida por algum tempo, pretendo vêr o povo tratar os ministros: *saltimbancos*, do mesmo modo por que tratou ha dias no theatro S. Pedro o *celebre* saltimbanco inglez.

« O juiz municipal da 2.ª vara:—G. Silveira Martins».

***

Em consequencia destes factos, e soffrendo mesmo a nostalgia do seu querido Rio Grande, resolveu em 1864 abandonar a magistratura e seguir outra carreira, onde melhor exercitasse os seus grandes dotes.

Recolhendo-se ao seu Estado natal, em companhia do dr. Feliz da Cunha, abriu banca de advogado, começando a militar na politica.

Filiado ao partido liberal, concorreu em uma eleição á deputação geral com o velho Pinheiro Machado; não foi, porêm, reconhecido pela camara.

No Rio, em 1869, tomou parte na campanha radical organisada por Silveira da Motta, Christiano Ottoni, Godoy Vascon-

cellos, Silveira Lobo, H. Limpo de Abreu, Rangel Pestana e Prado Pimentel, fazendo nessa occasião conferencias no theatro Phenix contra o imperador e o regimen hereditario monarchico sob a these—*O radicalismo.*

Em 1870, no Rio Grande do Sul, fundou a *Refórma*, jornal liberal, fazendo parte da redacção Florencio de Abreu, Timotheo, Rosa, Antonio Camargo, Felisberto da Silva e Carlos Chaves.

Data dessa epocha a grande popularidade que Silveira Martins conquistou.

Foi eleito deputado geral em 1872, movendo na camara séria hostilidade aos gabinetes Rio Branco e Cotegipe, tendo provocado a resignação do mandato do Visconde de Mauá.

A situação liberal deu-lhe a pasta da Fazenda em 1878, da qual se retirou em vista de se ter recusado o Presidente do Conselho, Conselheiro Cansansão de Sinimbú, a realizar a refórma da elegibilidade dos acatholicos e dos naturalizados, e por não querer promover a eleição directa, que julgava ir de encontro á Constituição.

Muito collaborou na Camara e no Senado em pról dos progressos materiaes de sua terra, como do melhoramento de portos e construcção de vias ferreas.

Quando, a 15 de Novembro de 1889, o marechal Deodoro se pôz á frente do movimento revolucionario, o então presidente do conselho visconde de Ouro-Preto, cuidando que se tractava apenas de uma simples deposição do ministerio, indicou ao imperador o nome de Silveira Martins para chefe de uma situação de resistencia energica e efficaz. O imperador acceitou a indicação. Silveira Martins estava então no mar, vindo do Rio Grande para o Rio de Janeiro. Telegrapharam-lhe para Santa Catharina narrando-lhe o que occorria e perguntando-lhe si acceitava a honrosa, mas ardua incumbencia com que o imperador o distinguia. O velho tribuno que, na sua phase conservadora não perdeu o ardor e a decisão da phase revolucionaria, respondeu que sim, immediatamente, sem a mais leve hesitação. Mal acabava, porêm, de redigir o seu telegramma, um emmissario do governo provisorio lhe participava que a republica estava proclamada e que o governo republicano o bania por algum tempo do territorio nacional.

Até Fevereiro de 1892 permaneceu no extrangeiro, regressando, então, ao Rio de Janeiro.

***

Ao voltar á patria não trazia Gaspar Martins nem odios nem resentimentos, e vinha disposto a collaborar com sua alta competencia no progresso da Republica, pondo seus talentos e sua actividade ao serviço da causa publica.

Procurou o Marechal Floriano Peixoto, e conseguiu, vencendo a muralha chineza que o isolara, chamar sua attenção para o melhoramento do porto do Rio Grande, obra á qual consagrou sempre a maior solicitude.

A celebre *entourage* do marechal, misto amorpho que bem merece um estudo serio e detido, não podia vêr com bons olhos ia approxmação de Gaspar Martins e de Floriano Peixoto que, sagaz e habil politico, bem podia chamal-o á vida activa. Manobrou, portanto, essa gente, e obedecendo ás intrigas de partidarios exaltados e interessados, impediu uma nova conferencia. Gaspar Martins não era homem para gastar o seu tempo nas antecamaras do governo, e nem a sua altivez natural e legitima lhe permittiria que procurasse outra vez a Floriano Peixoto, tanto mais quanto espalhavam ter havido intuitos de interesse financeiro na entrevista que elle conseguira.

Antes de seguir para o Rio Grande do Sul veiu a S. Paulo, sem outra preoccupação a não ser a de visitar a alguns amigos, como o Conselheiro Eleutherio de Camargo, e avaliar bem a situação social e politica do Estado.

Foi nessa epocha que o procurámos, como antigos amigos que eramos, e tambem como brazileiros que desejavamos ouvir a palavra e o conceito auctorizado de um compatriota eminente sobre os negocios publicos e ácerca da opinião que, fóra, faziam da patria e dos acontecimentos revolucionarios que se precipitavam (*).

***

Desses encontros, sem caracter algum official, nasceu depois a idéia de fazermos a primeira tentativa de uma agremiação forte que obdedecesse em todo o paiz ao mesmo principio, com um programma definido, francamente republicano, mas contrario ao systema presidencial.

Communicámos esse plano a Gaspar Martins, já na vespera de sua partida, e quem o conheceu sabe que elle não era homem para recusar o seu esforço e a sua collaboração a uma empresa desse genero. De sua parte procurou os antigos correlegionarios liberaes e, em uma reunião, intima mas valiosa pelo numero

(*) *Dr. A. Brasilienses—Cartas Politicas* ao Dr. F. Rangel Pestana.—S. Paulo 1894. —Pags. 18—19.

e pela qualidade, na residencia do Conselheiro Bernardo Gavião Peixoto, tratou-se pela *primeira vez da fundação de um partido republicano parlamentarista.*

Naturalmente o indicado para expor e discutir o ponto foi Gaspar Martins, que o fez com o calor e o enthusiasmo dos seus bons tempos da tribuna popular.

Não é occasião de recapitular tudo que alli expoz (o que pretendemos fazer algum dia em outro trabalho) mas firmou bem e claramente que era impossivel voltar a monarchia ao Brazil sem trazer o esphacelamento e a desgraça nacional; isso, principalmente depois da morte do imperador. Do que o paiz carecia era do levantamento das energias da opposição, que reformasse por inteiro o systema actual para o de republica parlamentar, deixando para essa occasião á maioria o decidir si ella seria *unitaria* ou *federal*, que não era incompativel com o parlamentarismo.

Para conseguir esse desideratum só via um meio, o de generalizar o movimento, creando imprensa e centros homogeneos em todos os Estados.

Sentia-se com força e energia para essa campanha, desde que aqui em S. Paulo os amigos lhe fornecessem o primeiro nucleo de organização e resistencia.

E ninguem póde duvidar da patriotica lealdade e da sinceridade com que Gaspar Martins sempre manifestou suas idéias e seus sentimentos, para suspeitar que estivesse occultando um plano intimo, e aspirando ao papel de Talleyrand.

E' desconhecer a psychologia e a nobreza de caracter do grande tribuno, que muitos defeitos teve, menos o da hypocrisia.

Ainda um dia esperou Gaspar Martins em S. Paulo a resposta dos amigos, e... Depois partiu perdendo mais essa illusão.

Ao despedirmo-nos, disse:

— Os paulistas não servem para a lucta. São ricos; não querem arriscar suas commodidades. Vou para o meu Rio Grande, e, lá, estou certo que encontrarei os companheiros energicos e dispostos para a campanha. Si me ouvirem, organizaremos o partido e a imprensa. Então chegará a vez de S. Paulo nos auxiliar. Trabalhe o amigo aqui, e não desanime,—que venceremos.

E partiu.

Pouco tempo depois, em Março de 1892, sustentava brilhantemente este programma no *Congresso de Bagé.*

Eis como lá se exprimiu:

«Fala sem odios e sem paixões, como si fôra um extrangeiro que em nosso paiz tudo observasse á luz de um criterio imparcial. Não ouve as instigações do amor proprio, que tem sido

o mal dos nossos compatriotas, subordinando a esse sentimento as elevadas inspirações do patriotismo.

«Os partidos precisam organizar-se, porque a democracia precisa da lucta dos partidos, que fiscalizam os governos e equilibram o jogo dos grandes interesses da sociedade. E' preciso que haja cidadãos livres, no goso de seus direitos civis e politicos, para que possa haver uma patria. Não ha patria com escravos, e sim com cidadãos».

Formulou depois os pontos capitaes de reforma da *Constituição*, e demonstrou, com o vigor e a clareza que sempre teve, a necessidade e a urgencia dessa revisão, que talvez tivesse impedido tantas revoluções e desgraças que nos têm perseguido no actual regimen.

Não é este o logar, nem convem estudar e analysar todos os factos occorridos no Rio Grande do Sul e em todo o Brazil dessa epocha para cá.

Sabem todos o papel que teve na revolução federalista; mas as causas determinantes ainda estão, umas occultas por interesses respeitaveis, outras desvirtuadas por paixões partidarias, de modo a não ser possivel um juizo seguro e imparcial.

Um facto, porêm, é conhecido e incontestavel, e esse consignemol-o por honra de Gaspar Martins.

— Por occasião da guerra federalista, em 1892, quando já se achava exilado em Montevidéo, ainda no começo do movimento, escreveu uma carta ao general Silva Tavares, chefe do exercito revolucionario, na qual dizia: «Como amigo, peço; como chefe de partido, aconselho; como rio-grandense, supplico:— guerra civil, não; é o peior dos flagellos para um povo».

Essa carta concluia fazendo ver a conveniencia da deposição das armas.

Não era um ambicioso vulgar, sem ideal politico, nem um antipatriota quem assim pensava e agia.

Outro facto que destroe por completo a accusação contra elle dirigida —de que desejava a restauração monarchica— foi a opposição formal e a resistencia que sempre manifestou contra a nomeação de Eduardo Prado para representante do movimento revolucionario na Europa. Seria desvirtuar a natureza da revolução, dizia elle, e acto de deslealdade com companheiros republicanos.

Deixemol-o em paz no silencio do sepulcro, até que, acalmadas as paixões, seus patricios, nobremente inspirados por espirito de justiça, vão buscar em respeitosa homenagem as cinzas do illustre estadista e as colloquem no Pantheon Nacional.

***

Ha, da vida parlamentar de Gaspar Martins uma phase que merece ser rememorada e tirada do limbo dos archivos parlamentares da epocha para as paginas mais vivas da historia civica brazileira.

Referimo-nos á contenda que teve com o Visconde de Mauá em 1873.

Tinham ambos sido eleitos pelo partido liberal rio-grandense, em opposição viva e ardente ao ministerio Rio Branco.

Uma vez na Camara, emquanto Gaspar Martins duramente verberava a administração e a politica conservadora, o Visconde de Mauá acompanhava o governo até em questões de confiança politica, por dedicação e amizade ao Presidente do Conselho.

Gaspar Martins reptou o Visconde de Mauá para uma consulta ao eleitorado, declarando que conforme a decisão fosse favoravel a um ou a outro, a renuncia da cadeira seria a consequencia.

Foi com o maior interesse que todo o paiz acompanhou esse pleito interessante e moralizador, cujo resultado foi o mais esplendido triumpho de Gaspar Martins e a renuncia do mandato do Visconde de Mauá.

O proprio partido republicano se interessou pela causa, e a *Republica*, então redigida por Francisco Cunha no Rio de Janeiro, grandemente contribuiu para a victoria da lealdade politica representada então por Gaspar Martins.

Estavam cheias as tribunas e as galerias da Camara dos Deputados sempre que falava Gaspar Martins, freneticamente applaudido pela mocidade academica, então apaixanada, por que na maioria republicana vira o Visconde de Mauá qualificar o jornal *Republica* de *insignificante e vil papelucho!*

***

Delle escreveu um peregrino talento que, amigo intimo, bem o conhecia, mas não o lisongeava:

«Silveira Martins tem grandes qualidades, admiraveis excellencias como orador, e os defeitos correlativos. Sua presença na tribuna provoca e aviva a attenção do auditorio preso á sua vontade ás vezes despotica. Boa estatura, constituição robusta, com uma certa quantidade de *animalidade*, como um publicista-artista inglez considerava necessaria aos grandes oradores, como foram Chattam, Mirabeau, Canning, Palmerston, O Conell, Berryer, e ainda hoje Gambetta, ligeira sombra junto de grandiosos vultos. A voz forte, alta, extensa em suas evoluções, tem notas

sonoras, falsas e surdas, mas tem as accentuações da alma, que referve nas paixões, que geram a eloquencia. O timbre, fremente ás vezes, traduz o ruido da praça publica. O orador, fóra do recinto parlamentar, exerce um poder indubitavel no meio da multidão, é um oraculo do povo, que o escuta com fanatismo. Na tribuna do parlamento é lucido na exposição, concludente nas demonstrações, energico em apostrophes, mordaz, animado e, ás vezes, eleva-se pela erudição variada e profunda ás fórmas da grande eloquencia (*)».

E si se accrescentasse que na tribuna popular dos *meetings* era como o vulcão que tudo abraza, destroe e illumina com subitos clarões ou como o pampeiro de sua terra, que leva tudo de vencida, curvando e arrancando os altos madeiros e afagando os humildes e fracos arbustos, estaria acabado e perfeito o retrato de Gaspar Martins.

***

Já vai longa esta noticia, embora muito minguada perante a colossal estatura do notavel rio-grandense. Para dar uma nota de sua vida, que não é citada, o que faz suppor ter cahido em esquecimento, transcrevemos da *Actualidade*, jornal que se publicava no Rio de Janeiro, com a collaboração de Lafayette, Flavio Farneze, Luiz Barboza, Pedro Luiz e outros notaveis tallentos, o seguinte discurso de Gaspar Martins.

E' a felicitação que, em nome da *Sociedade Instrucção e Recreio*, da cidade do Rio Grande do Sul, dirigiu ao imperador por occazião de inaugurar-se a estatua de Pedro I.

Nota-se ahi a mesma franqueza que sempre caracterizou seus discursos.

« Senhor.—A Imperial Sociedade de Instrucção e Recreio da cidade do Rio Grande do Sul vem render a vossa magestade imperial as devidas homenagens pela solemne inauguração da estatua equestre do Sr. D. Pedro I.

« E acredita que esse monumento não é um anathema fulminado pelo presente contra a passada geração, mas um altar sagrado á independencia e á liberdade da patria.

« Acredita que esse colosso de bronze não representa a deificação de Augustus, mas symboliza a nacionalidade de um grande povo como as estatuas de Guilherme Tell e Jorge Washington symbolizam a Suissa e a America do Norte.

(*) *Estadistas e Parlamentares* por Timon—1.ª serie—Pag. 50.

« Si a independencia do Brasil não podia brotar do cerebro do herdeiro do throno, como Minerva da cabeça de Jupiter; nem por isso menos graça lhe devemos, porque realizou a idéia que só repugnante aceitara.

« Deante do principe cheio de prestigio pelo direito divino apagaram-se as rivalidades dos homens, e não despontaram os ciumes, ainda mais funestos das provincias; o imperio levantou-se inteiriço, e pela vez primeira a liberdade medrou, verdeceu e floriu sem as regas de sangue como os tyrannos a alimentam.

« Floriu, mas não fructificou; não teve tempo para tanto; o gelo do exilio marchou-lhe logo as flores; o tronco, esse ainda vegeta e a metralha não pôde destruil-o.

« E um torpor geral tomou-nos até hoje o immenso corpo; tolhidos os membros, abatidas nossas almas, uma horda selvagem do Prata insulta o estandarte nacional, e o recente imperio de vossa Magestade Imperial ostenta a inercia bysantina e parece tragar as affrontas como trophéus.

« Mas os cidadãos descrentes soffrem e resignam-se, alguns por ambição, muitos por indifferença, e todos, como aquella velha de Syracusa, com receio de um futuro peior.

« E' triste cousa, Senhor, que ás alegrias sempre se misturem dôres; assim é o mundo; e na festa de hoje a sociedade de Instrucção do Rio Grande sente profundamente não ver em torno do pedestal do monumento da independencia a patria de 1822, quebrada na batalha de Itusaingo.

« Mas, rio-grandense e patriotica como é esta sociedade, nutre a grata esperança de que um dia, revogado o ostracismo politico que traz afastada do governo metade da nação, e acceitos todos os brazileiros com fé e sem timida desconfiança, o imperio despertará de sua lethargia, sustentará com firmeza e dignidade os direitos de seus cidadãos espoliados e assassinados, e readquirirá o perdido.

« São estes os votos de uma sociedade do Rio Grande do Sul, e são os de toda a nossa heroica provincia; e, no dia em que Vossa Magestade Imperial os satisfizer, terá levantado em cada coração rio-grandense uma estatua propria e espontanea mais duradoura do que o bronze ».

***

Como bem notou o mesmo psychologo que lhe traçou o perfil, Gaspar Martins era um equilibrio de forças oppostas e contradictorias.

Fanatico adorador da liberdade, era enthusiasta da força auctoritaria da espada. Agitador tribunicio do povo, proclamava que o *poder é o poder;* — intellectual exaggerado, descria das theorias e acceitava os factos; — estudioso e amigo dos livros, acariciava os *sportsmen*, — mas no que era unico e sempre egual, era no grande e fundo affecto á patria e sobretudo ao seu Rio Grande.

Em falta de outro epitaphio, gravem-lhe o que Eloy Ottoni dedicou tambem a um grande orador, o padre Caldas:

« BRAZILIÆ SPLENDOR VERBO, SERMONE TONABAT
« FULMEN ERAT SERMO, VERBAQUE FULMEN ERAT ».

DR. M. AZEVEDO.

DR. FRANCISCO DE CASTRO

Dr. Francisco de Castro

Dos golpes desferidos contra os homens eminentes do Brazil o que prostrou o Dr. Francisco de Castro foi dos mais fundos, dada a grande mentalidade que anniquilou.

No vigor da edade, em plena fructificação de valiosos trabalhos, cahiu, como o athleta romano, na sua arena de combate, não vencido pela superioridade do adversario, mas colhido pela surpresa do inimigo que o agrediu disfarçada e sorrateiramente.

Na sciencia em que era mestre respeitado, deixou um logar difficil de ser substituido, e, nas lettras patrias, a cadeira vaga na *Academia Brazileira* precisa ser occupada por uma intelligencia muito culta, para que o vivo não desappareça eclypsado pelo morto.

Foi-lhe berço a cidade da Bahia, essa terra uberrima de talentos, onde parece que o ser intelligente é a lei natural, e só excepção a mediocridade; ahi nasceu o Dr. Francisco de Castro a 17 de Setembro de 1857.

Era filho legitimo de Joaquim de Castro Guimarães e de D. Maria Heloisa de Mattos Castro. Em 1870 partiu com seus paes para a França, e em Pariz fez os estudos de humanidades, regressando quatro annos depois á Bahia, onde se matriculou na *Faculdade de Medicina.* Cursou ahi os tres primeiros annos, passando depois para a do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso, tendo ido, porêm, a cidade natal defender these e prestar os exames finaes, por causa do conflicto dos sexto-annistas com um dos professores da faculdade fluminense em 1879.

Do *Brazil Medico* (*) extrahimos, os seguintes dados biographicos:

« A sua these de doutoramento versou sobre a *Correlação das funcções physiologicas.* Este seu primeiro trabalho scienti-

(*) *Brazil Medico*—1901—Pag. 397 e 398—Dr. F. de Castro—pelo dr. Bulhões Carvalho.

fico mereceu approvação distincta e foi muito elogiado por todos os mestres e collegas, que muito o apreciaram, quer pelo fundo, quer pela fórma.

« Pouco tempo depois de formado foi nomeado medico do corpo de saude do exercito, lugar que occupou na guarnição desta Capital até 1889, época em que pediu a sua exoneração, sendo logo em seguida distinguido pelo governo com a nomeação para o cargo de professor de allemão no Collegio Militar. Pouco tempo demorou-se no exercio deste cargo, que, por motivo de incompatibilidade, teve de abandonar.

« Em 1881 foi eleito membro titular da *Academia Nacional de Medicina*, tendo apresentado como titulo de admissão uma memoria sobre os *Centros corticaes psychogenicos*. Em 1883 concorreu ao legar de adjunto da secção de medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Foi classificado em 1.° logar e foi servir na mesma enfermaria do professor TORRES HOMEM, na qualidade de adjunto da 1.ª cadeira de clinica medica. Affeiçoou-se tanto ao venerando professor TORRES HOMEM, que este na hora da morte, o incumbiu de completar a sua obra, colligindo as notas esparsas para a confecção do 3.° volume da sua *Clinica Medica*. E' inutil accrescentar que o Dr. FRANCISCO DE CASTRO desempenhou conscienciosa e brilhantemente esse encargo do seu digno Mestre.

« Em fins de 1890 foi nomeado professor cathedratico de clinica propedeutica, disciplina recentemente introduzida no ensino das sciencias medicas do Brazil.

« De 1893 e 1897 exerceu o cargo de director do extincto *Instituto Sanitario Federal*. Em 1895 foi nomeado vice-director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e director do mesmo estabelecimento de ensino superior em 1901. Exonerou-se desse cargo pouco tempo depois, no mesmo dia em que deixou de ser ministro do interior o Dr. EPITACIO PESSOA, que o havia convidado e nomeado para dirigir a *Faculdade* e fazer executar o novo *Codigo de Ensino*.

« Para completar estes ligeiros traços biographicos ajuntaremos aqui a relação dos seus principaes trabalhos scientificos e litterarios:

« *Correlação das funcções physiologicas*, these inaugural; *Centros corticaes psychogenicos*, memoria apresentada á *Academia Nacional de Medicina*; *Das fórmas curaveis das molestias do coração*, traducção annotada da memoria de MAYER; *Do prognostico das molestias do coração*, traducção annotada da monographia do professor LEYDEN; *O invento Abel Parente*; *Polemica pessoal*, artigos publicados na imprensa extra-profissional; *Memoria his-*

torica sobre os factos occorridos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1891; Discurso sobre os mortos de 1887, necrologio historico feito perante a *Academia Nacional de Medicina;* Discursos feitos na qualidade de paranympho dos doutorandos de 1896 e 1898; *Tractado de Clinica Propedeutica*, 2 grossos volumes, publicados o 1.° em 1896 e o 2.° em 1900; *Harmonias errantes*, versos contidos num pequeno volume prefaciado por MACHADO DE ASSIS e dado á publicidade quando o seu auctor era ainda alumno do 6.° anno do curso medico.

« Além do 3.° volume do *Tractado de Clinica Propedeutica*, estava elaborando o distincto professor um trabalho sobre *As febres no Rio de Janeiro*, tendo já quasi concluido o discurso de ingresso para a *Academia de Lettras*, como substituto do VISCONDE DE TAUNAY ».

***

O Dr. Francisco de Castro dispondo de grande e variada erudição, exprimia-se com eloquencia e fluencia na cadeira de que era mestre eximio. Melhor que nós o diz um dos seus mais illustres discipulos, o Dr. Rubião Meira, no eloquente necrologio que traçou e do qual pedimos venia para transcrever a bella synthese das qualidades do professor na cathedra.

«Cada licção que professava era um grito de guerra, um louro a mais; deixava convencidos os que se approximavam tibios; erguia o espirito dos noveis, abria-lhes horizontes mais vastos, até então por descortinar, patenteava-lhes as bellezas do terreno ignoto; reconfortava os fortes, e calava fundo no animo dos que pareciam descrer da profundeza dos seus conhecimentos.

«Formou pouco a pouco uma verdadeira eschola; a seu lado trabalhavam moços cheios de fé, compenetrados da sciencia do mestre, avidos de saber e de renome.

«Suas aulas tinham concorrencia desusada; o silencio com que seus alumnos o ouviam era extraordinario; a attençao chegava ao auge, e cada qual queria apprender mais, como si estivessem advinhando que aquella bocca eloquente ia ser em breve fechada pelo sello da morte.

«A sua linguagem scientifica, que em suas obras é de um apuro accessivel á critica, mas que nem por isso as desmerece antes as exalta, era suave, branda, harmoniosa, encantava e seduzia, ensinava e convencia. Tinha uma abundancia de synonymos invejavel. Era este um de seus grandes meritos. Elle não falava só para os intelligentes, para os mais lucidos; havia tambem os que queriam apprender, mas que não podiam fazel-o,

por mesquinha expansão intellectual. Francisco de Castro comprehendeu isto e procurava fazer-se percebido de todos; ora falava pairando nas regiões da mais alta hermeneutica, ora descia ás cousas mais terrenas; mas em uma e outra vez a sua oração era profundamente scientifica, excessivamente doutrinante.

«Suas bellissimas licções sobre affecções nervosas, sobre a syphilis, sobre as lesões do orificio aortico; a sua concepção sobre as diatheses, sobre as meiopragias, sobre os temperamentos, nunca mais se hão de apagar do cerebro dos que os ouviram, tal o cunho impressivo com que elle as produziu.

«Infelizmente a morte que tão cedo o roubou ás lettras patrias, impediu que tantas bellezas ficassem perpetuadas nos livros e que passassem aos vindouros. O que ficou escripto, porêm, o que elle teve tempo de imprimir, é sufficiente para que se possa ajuizar da grandeza do que está inedito (1)».

As qualidades do orador, são vantajosamente confirmadas pelas do escriptor, e lhe asseguram o logar que conquistou de cultor escrupuloso de nossa bella lingua.

***

Não é este o logar em que se possa fazer uma analyse e critica circumstanciada da obra scientifica do Dr. Francisco de Castro; muito pela rama diremos comtudo o nosso modo de pensar.

E', com direito, considerada sua obra prima o *Tratado de Clinica Propedeutica*, de que estão publicados dois volumes. Nesses livros, o mestre revela ao lado da grande leitura e conhecimento extraordinario da litteratura similar, um senso critico aprimorado e extraordinaria faculdade de assimilação das doutrinas correntes a que imprimiu cunho seu, proprio, e modo original de expor e apreciar as diversas licções dos collegas.

Não é só o neophyto da sciencia medico que lucra em sua leitura; nós, os velhos clinicos, só tiramos proveito e ensinamento ao compulsar essas paginas admiravelmente escriptas.

Merecem egual conceito, attendendo-se ao tempo e á edade em que foram publicados, — os outros trabalhos do Dr. Francisco de Castro, que serviram, um de these inaugural, e outro, a *Memoria* apresentada á *Academia Nacional de Medecina*, a que acima nos referimos.

---

(1) Dr. Francisco de Castro pelo Dr. Rubião Meira *Revista Medica*, de S. Paulo —15 de Outubro de 1901. Pag. 388.

O Dr. Francisco de Castro tinha preparo intellectual e aptidões para um reformador de doutrinas medicas, ou pelo menos para um innovador na apreciação dos factos.

Essa tendencia revela-se em alguns dos seus escriptos. Estamos certos que tinha em germinação alguma cousa nesse sentido.

De modo positivo ainda se póde affirmar, com palavras suas, que, pelo menos em um dos pontos mais interessantes da nossa pathologia, na questão das febres, pretendia combater as idéas correntes — do *tudo pelo impaludismo.*

Com desvanecimento nos lembramos que, aqui em S. Paulo, conferenciando com o preclaro collega, discorremos sobre o assumpto, nos encontrando na melhor e mais perfeita harmonia de vistas, quer sobre a natureza das febres do Rio de Janeiro —quer nas que nos flagellam aqui e cuja therapeutica tanto embaraça os clinicos que se esforçam por adaptar os factos ás suas previsões theoricas, em vez de procurarem tirar a verdade da observação rigosa e desprevenida dos casos.

Lamentavel e doloroso que a morte permatura não consentisse terminar o *Tratado das Febres*, em que ia mostrar aos olhos de todos a sua theoria sobre as febres do Rio de Janeiro, divorciando-se dos que ainda as admittem tal como ha 50 annos atraz (*) ».

Não podemos nos furtar ao desejo de transcrever os seguintes trechos que a esse respeito publicou:

« Sabeis que por toda a parte nesta cidade se accusam os maleficios do impaludismo. Pois é accusar um mytho, fazer guerra a um phantasma, perseguir uma chimera. Habituámo-nos a ouvir que o impaludismo senhoreia a carta nosographica da capital federal. E' que no activo delle jazem englobados estados morbidos de varia casta, desde a septicemia aguda ou chronica até á toxicose uremica, desde a lymphangite grave até á phthisica latente, desde o choque operatorio até á pedra na bexiga.

—« Tudo isso recebe o carimbo commum.

—« Neste covil do impaludismo, neste emporio do germen palustre, não se conhece, entretanto, como producção autochtone a febre intermitente a formula morbida por excellencia da malaria, não se conhece a cachexia paludosa, a legitima expressão chronica do envenenamento miasmatico. Em compensação, pullulam as mais disformes modalidades clinicas, simples creações ou recreações da phantasia, ás quaes a nomenclatura tem dado corpo de monstruosas realidades: as febras remittentes gastricas, as febres bilio-

(*) *Dr. F. de Castro* pelo Dr. Ribeiro Meira Rev. Med. de S. Paulo—cit.—pag. 339.

sas dos paizes quentes, as febres typho-malaricas, etc. Tivemos até uma epidemia de accessos perniciosos.

—« Assolava o Rio de Janeiro ha cerca de dez annos uma das mais violentas rajadas estivaes da febre amarella; sinão quando, em poucos dias, sob o regimem dos mesmos factores meteorologicos, com o mesmo ponto hygrometrico, o mesmo céu ardente, o mesmo sol a vibrar o seu açoite de chammas, a mortandade por febre rmarella fica reduzida a quasi nada e a cifra do obituario na columna epidemica é mantida por accessos perniciosos. Possivel será de taes premissas extrahir similhante conclusão; mas a razão natural, o senso commum ha de ter primeiro renunciado os seus direitos.

—« Ora, ahi tendes o impaludismo que nos flagella, e colloca este nosso pedaço de planeta nas çondições das velhas cidades lacustres, levantadas á beira do Palus Meotides, ou nas margens do Nilo, ou naquelle feracissimo valle por onde os grandes rios biblicos, o Euphrates, o Indo e o Ganges, atroavam as solidões infinitas com o eterno clamor das suas aguas» (*).

Para cumprir de todo o nosso dever de biographo, assignalaremos agora uma falha nessa grande obra que nos deixou o dr. Francisco de Castro, — a defesa que fez do «*Invento Abel Parente*».

Realmente é difficil comprehender como um mestre, exercendo a missão elevada do professor de Clinica Propedeutica, pudesse afastar-se tanto do consenso unanime da classe, das leis de ethica medica, e chegasse a defender esse crime tão energica e justamente estygmatizado na qualificação que lhe deu o Professor Brouardel.

Si o dr. Francisco de Castro, vivesse, não calariamos as nossas censuras, nem colariamos as nossas armas para combatel-o nesse terreno; perante seu tumulo—limitamo-nos a notar o eclipse do astro, transcrevendo as palavras do mesmo illustre collega a que nos temos soccorrido para dar maior interesse a esta pallida noticia.

«O *Invento Abel Parente*, diz o dr. Meira Rubião, essa outra obra de sinceridade, cujo intuito todos têm o dever de respeitar, porque traduz a convicção de um forte, embora seja para muitos um erro, é uma das mais refulgentes provas de seu talento, cujo elasterio não tinha limites, e que sabia amoldar-se a todos os co-

(*) Discurso pronunciado na collação do grau aos doutorandos em medicina a 3 de Fevereiro de 1899—pelo Dr. Francisco de Castro—pag. 30-32.

nhecimentos humanos; era uma obra que mais de um jurisconsulto teria a honra de subscrever».

E nada mais accrescentaremos.

***

Na qualidade de *Director do Instituto Sanitario Federal*, de 1893 a 1897, patenteou uma das feições mais invejaveis de sua individuabilidade, no acerto e na pertiuacia com que combateu as diversas manifestações morbidas que assolaram o paiz nesses annos, perturbados tambem profundamente no viver normal de povo laboriosoe pacifico.

Apezar dos embaraços e das difficuldades que se accumularam para estorvar as medidas necessarias á defesa da saude publica, conseguiu o dr. Francisco de Castro deixar seu nome ligado a grandes benificios em materia de hygiene social, deffensiva e repressiva de terriveis morbus..

Nomeado vice-director da *Faculdade de Medicina* do Rio de Janeiro, foi elevado do cargo de director da mesma instituição na vaga deixada pelo Visconde de Alvarenga.

Os desgostos e a lucta que teve de sustentar nesse curto periodo, por causa da reforma do ensino do ministro Epitacio,— minaram-lhe a saúde, já debil, e prepararam talvez grandemente o terreno em que encontrou facil proliferação o germen prestilento que o matou.

***

A 5 de Outubro vimol-o pela ultima vez, e certamente já presa do terrivel bacillo que o victimou.

Foi thema de nossa breve entrevista a questão do dia—a marcha e permanencia do mal indiano na capital fluminense, e a triste previsão que nutriamos de hospedagem tão vergonhosa, ainda por periodo cujo termo não se podia prever!

Despedimo-nos do illustre collega com uma promessa de proxima visita á sua casa. Bem longe estavamos de suppor que aqui em S. Paulo seriamos brutalmente surprehendidos pela noticia de seu fallecimento a 11 de Outubro.

Indescriptivel é a dolorosa impressão que em S. Paulo causou a noticia da morte quasi repentina do Dr. Francisco de Castro, não só na classe medica, mas na totalidade da sociedade paulista, onde tinha numerosos admiradores, muitos clientes e bons amigos.

O Rio de Janeiro, sempre prompto a prestar honras e a demonstrar o quanto preza os grandes cidadãos, quer nas alegrias, quer nas dôres, não desmentiu suas tradicões. Eis como descreve o enterro uma testemunha do dia.

« Foram extraordinariamente imponentes os funeraes do saudoso professor Francisco de Castro. Foi uma verdadeire apotheose a trasladação dos despojos mortaes da residencia do finado para o cemiterio. A sociedade fluminense, representada pelos seus membros mais distinctos e da mais elevada hierarchia, prestou á memoria do illustre medico todas as honras a que tinha direito o seu inestimavel valor. A mocidade academica tributou tambem ao professor laureado as mais inequivocas homenagens de admiração, respeito e amor.

« A's 10 1/2 horas da manhan do dia 12, depois de encommendado o corpo pelo Revmo. padre Ferreira da Silva, que acompanhou ao fereto até o cemiterio, foi retirado da eça o caixão, segurando nal alças os Drs. Augusto de Freitas, Azevedo Sodré, Chapot Prévost, Luna Freire, Miguel Pereira, e Bulhões Carvalho. Assim desceu o esquife até á rua, onde formou-se imponente prestito, composto de mais de duas mil pessoas. O ataúde foi levado a mão e acompanhado a pé da casa do finado ao cemiterio.

« Marchava á frente do cortejo uma banda de musica do 1.° batalhão policial, tocando marchas funebres; logo em seguida, após o sacerdote, vinha o caixão mortuario coberto com o estandarte da Faculdade de Medicina, envolto em crepe; seguiam-se commissões das escholas de ensino superior, conduzindo grandes corôas offerecidas ao estimado clinico e professor; depois, extraordinario acompanhamento, composto de representantes de todas as classes sociaes; finalmente, fechava o prestito a banda de musica do 3.° batalhão policial, seguido do coche funebre e de mais de 300 carros.

« Em todas as ruas por onde passou o prestito funebre era grande o numero das pessoas que o aguardavam nas janellas, portas e jardins. Em todos os semblantes transparecia a tristeza e não eram raras as pessoas que choravam.

« Com excepção de 4 ou 5 professores, a congregação da Faculdade de Medicina compareceu toda ao sahimento. O presidente da Republica fez-se representar pelo seu secretario, Dr. Thomaz Cochrane, e enviou por si e em nome da sua familia uma rica grinalda para ser depositada sobre o tumulo do mallogrado e eminente clinico brazileiro. O Vice Presidente da Republica compareceu em pessoa ao enterro e segurou uma das alças do caixão durante o trajecto para o cemiterio. Senhoras, sena-

dores, deputados, medicos, advogados, homens de lettras, todas as classes sociaes, emfim, honraram a memoria do illustre morto, prestando-lhe justa e merecida homenagem» (*).

Desappareceu do scenario que occupava com gloria, mas deixou monumento perenne de seu valor e de sua gloria. Ao Dr. Francisco de Castro tem inteira applicação o *nom omnis moriar*, e aos intelligentes descendentes e herdeiros de seu nome querido cumpre honrar e augmentar o cabedal que legou á patria.

Dr. M. Azevedo.

---

*) *Brasil Medico cit.*

Conselheiro Rodolpho E. de Souza Dantas

O Conselheiro R. Dantas era uma das mais sympathicas figuras da moderna geração dos estadistas do imperio; tinha valor proprio, auxiliado por todas as condições sociaes e politicas, para assumir um dos postos culminantes na politica sul americana, si por acto proprio não se esquivasse a conquistar essa posição.

Em outro meio e em outra epocha que tivesse vivido o Conselheiro Rodolpho Dantas, o seu nome figuraria ao lado dos mais afamados intelectuaes, com desvanecimento para as glorias latinas.

Para bem estudar em toda a sua plenitude o talento do illustre finado, seria necessario reunir as qualidades de um G. Planche, o brilho de um S.te Beuve, o tacto de Brunetière ou melhor, o talento, o espirito e a penna de Joaquim Nabuco, para que o perfil fosse perfeito.

E, realmente, Joaquim Nabuco, nas nossas lettras, reproduz o caso da fabula:—assumpto que toque com sua encantada penna, transforma-o logo em purissimo ouro, pouco importa a materia primitiva.

E mais é de lamentar a falta na especie, pois as palhetas brilhantes que encontramos no veio cerrente de um seu artigo sobre Rodolpho Dantas bem mostram que opulento thezouro poderia dahi tirar o fino explorador.

« A politica de certo não produziu entre nós uma apparição mais brilhante, mais promettedora, nem tambem mais enigmatica, do que a de Rodolpho Dantas, nos ultimos tempos do Imperio.

. . . . . .

« Direi sómente que Rodolpho Dantas combinou em si qualidades e faculdades que entre nós nenhum outro joven politico reuniu, e pertenceu a uma eschola inteiramente diversa da de todos.

« Isto estabelece a singularidade da sua feição intellectual no antigo regimen. O attractivo maior, que elle tinha e tem, era

a rara amenidade dos dotes pessoaes.... A fórmula dessa combinação de força, agudeza, e distincção pelo lado do espirito, com a doçura do caracter, junto aos accidentes da sua rapida ascenção e eclipse, é o que só se poderia reproduzir, a meu vêr, fazendo delle o principal personagem de um romance politico á maneira dos de Disraeli. Elle não é um desses que se pódem descrever como espectadores por demais interessados nas peripecias do drama humano e nas paixões oppostas dos personagens para acceitarem algum papel, que em todo o caso os condemnariam á monotonia de um só sentimento e não lhes deixaria apreciar de fóra o conjucto da scena; mas em parte elle foi isso, sob a sensação enganadora de enfado, que não era outra cousa sinão as paradas forçadas, a internittencia natural da mais rica e da mais susceptivel das sensibilidades...

Os espiritos de certa natureza não têm mais funcção em politica quando se convencem de que a idéias, complexas, frageis e delicadas, a que se affeiçoam só são realizaveis por meio de paixões alheias e desconhecidas, e essas collectivas ». (1)

E nada mais deveriamos acrescentar, para não empannar o brilho da figura a que essas linhas deram tão grande realce.

Ha motivos, porêm, de insistir no assumpto, mesmo com risco de prejudicar o quadro com a nossa pallida palavra.

Não era Rodolpho Dantas, por sua modestia, bem apreciado e conhecido no seu inteiro valor pelos conteporaneos, e não o será pelos vindouros, porque infelizmente não deixou condensado em obras o muito que, prodigo do talento, atirou na voragem da ephemera imprensa diaria.

Devemos, pois, os que tivemos a ventura de merecer-lhe a amizade, e por isso conseguir avaliar toda a extensão de sua aprimorada intelligencia cuidadosamente cultivada, dizer, perante o prematuro fallecimento, quão grande foi a perda do Brazil.

E' possivel que alguem intente a empresa meritoria de investigar, reunir e publicar os seus escriptos esparsos, como fizerão com Timon; á Bahia não faltam talentos e enthusiastas capazes dessa prova de apreço a um patricio, e não devem deixar-se exeder pelos seus visinhos do Maranhão nesse patriotico serviço.

***

Insistimos na feição jornalistica de Rodolpho Dantas, por que foi na imprensa que iniciou a sua vida politica, e ahi re-

(1) *Um Perfil de Jornal— J. Nabuco—Escriptos e Discursos Litterarios*—1901—Pag. 78.

velou desde os tempos academicos qualidades que se desenvolveram e firmaram, dando direito a ser tido como um dos nossos mais correctos e eruditos periodistas. Formado em Direito na faculdade do Recife em 1874, fixou-se na Bahia, entrando logo para a redacção do *Diario da Bahia*, em defesa das theses, que o partido liberal (em opposição) agitava e discutia para conquistar pela popularidade o poder. Alli, uma pleiade dos mais brilhantes talentos, como pululam na Bahia, dava combate sem treguas aos adversarios, e Rodolpho Dantas figurava com fulgor ao lado do provecto Leão Velloso e do extraordinario Ruy Barboza, e assim se manteve até 1879, quando, pela ascensão dos liberaes ao governo, foi eleito deputado geral. «Elle tinha a estructura litteraria do mais fino dos intellectuaes, alliada á compleição nobre, altiva e generosa dos fidalgos luctadores, que jamais descalçavam a luva quando tinham de empunhar a arma de combate. Jornalista, parlamentar, ministro, o seu temperamento se fez com a serenidade e a elevação de um espirito culto e forte, associado á gentileza, ao cavalheirismo, e aos mais apurados requisitos de lealdade, de correcção e de grandeza. A Republica não pôde infelizmente conquistal-o para as luctas e aspirações do seu destino. A politica, a ferrugem que embacia o mais polido aço das armas e caracteres adamantinos, não conseguiu jamais estragar a limpidez daquella consciencia, e o brilho daquelle purissimo coração» (1).

E, em corroboração deste juizo, manifestou-se, na tribuna da Camara dos Deputados, a palavra insuspeita do deputado Ignacio Tosta, quando propoz um voto de pezar pelo passamento do preclaro cidadão.

Assim falou o representante bahiano:

«Vem propôr á Camara um voto de pezar na acta pelo prematuro passamento do Conselheiro Rodolpho Dantas, que, nos tempos do Imperio, representou papel saliente na imprensa politica, no parlamento e nos conselhos da corôa.

«Academico, deixou sulcos luminosos na Faculdade do Recife e angariou a admiração e as sympathias dos collegas.

«Jornalista politico, batalhou no *Diario da Bahia*, ao lado de Ruy Barboza e Leão Velloso, com grande proveito para a causa liberal e para a patria.

«Parlamentar distincto, revelou-se orador correcto e erudito na tribuna da Camara.

«Ministro, foi um protótypo de bom senso e honestidade.

---

1) *Correio da Manhan* de 13 de Setembro de 1901.

«Na questão do credito para a observação do planeta Venus terçou as armas no parlamento com os mais notaveis oradores do tempo. Sahiu victorioso: o credito foi votado e a commissão scientifica desempenhou a sua missão com proveito para a sciencia».

Não ficou, porêm, ahi a intervenção de Rodolpho Dantas na imprensa, á qual volveu já no periodo do governo republicano.

Em 1891, acreditando passado o periodo revoluccionario do paiz, resolveu combater pela melhor comprehensão de um certo numero de idéias liberaes, e contribuir com seu criterio para o progresso da patria. Reuniu uma phalange de companheiros provados no manejo da penna e da palavra, e fundou o *Jornal do Brazil*, occupando o cargo de redactor chefe, *esse sonho da mocidade realizado na edade madura* (1).

Pouco antes de sahir o jornal, quando Rodolpho Dantas desenvolvia uma actividade febril para organizar e dispor os elementos materiaes da folha, encontrámol-o, e ouvimos os seus projectos. Descreveu-nos elle, com a sua magica e communicativa palavra, como comprehendia a missão da imprensa na sociedade moderna, e como pretendia executal-a:—«um jornal que lhe permittisse collaborar activamente na vida do paiz, e ficasse depois delle como uma instituição nacional permanente».

E realmente podia fazel-o, cercado de companheiros que o auxiliavam, do valor de Ruy Barboza, Joaquim Nabuço, Barboza Rodrigues, H. Gorceix, J. Verissimo, Sancho Pimentel, e esse outro que estreava, já uma organização previlegiada, Constancio Alves, além de outros com especialidades para cada secção do periodico.

E cumpriam, sem temor nem hesitações, o desenvolvimento de seu programma, com tal energia e successo, que a dictadura, que então nos opprimia, decretou ou pelo menos tolerou os ataques inqualificaveis contra os patriotas e illustres redactores do *Jornal do Brazil*, obrigando-os a abandonar não só a tenda de trabalho, mas a terra natal, para não serem trucidados!

Rodolpho Dantas, então desgotoso o desilludido, retirou-se á vida privada, isto em 1892, e adquiriu importante propriedade agricola no Estado de S. Paulo, para onde se transportou com sua familia e seus queridos e escolhidos livros.

E assim ficou o Brazil privado da collaboração de um dos seus mais competentes talentos, pela mesquinhez de uma politica violenta e sem criterio.

---

(1) *J. Nabuco. Artigo cit. Obr. cit.* Pg. 80.

A confirmação, mais uma vez, do conceito do grande vulto da revolução franceza—«*lá liberté de tout dire n'a d'ennemis que ceux qui veulent se réserver la liberté de tout faire*, teve esta triste consequencia entre nós, de deixar que na imprensa nacional não florescesse um periodico que seria um padrão glorioso para a mentalidade e a civilização sul-americana.

Agora as notas e datas que completam as informações biographicas, e que são extrahidas do *Jornal do Brazil* que noticiou o fallecimento:

«O sr. conselheiro Rodolpho Dantas nasceu em 14 de Outubro de 1854 na então provincia da Bahia.

Era filho do illustre estadista conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas e da sra. d. Amalia Josephina Barata de Souza Dantas.

Fez o curso de humanidades, parte na Bahia, parte na antiga Côrte.

Cursou as Academias de Direito de S. Paulo e do Recife, onde recebeu o gráu de bacharel em sciedcias juridicas e sociaes, em 1864.

Depois de formado, chegando á Bahia, dedicou-se á advogacia e á imprensa, apaixonando-se pela politica.

Foi eleito deputado geral, fazendo parte da legislatura de 1882.

Da Camara galgou a posição de ministro da côroa, fazendo parte do gabinete organizado pelo conselheiro Martinho Campos, occupando a pasta do Imperio.

Casou-se em 27 de Outubro de 1883 com a sra. d. Alice Clemente Pinto, filha do então visconde de S. Clemente, e já fallecida.

Desse enlace teve cinco filhos, tres varões e duas meninas.

Deixando o ministerio, entregou-se á advocacia e á lavoura.»

A sua carreira politica no parlamento foi rapida e brilhante, passando logo a fazer parte do gabinete de 21 de Janeiro de 1882 presidido por Martinho Campos. Apreciando essa phase de sua vida, escreve contemporaneo insuspeito:

«E foi mais pelos seus meritos individuaes do que pelas condições afortunadas do nascimento que o vimos figurar na camara dos deputados, honrando, sim, o cognome que trazia, mas conquistando para o seu nome proprio o brilho que só o talento, a illustração e o trabalho podem dar.

«A sua escolha para occupante de uma pasta de ministro,— lembram-se os que na época estavam na brécha — não veiu do

Paço de S. Christovam: subiu ao Paço pelo consenso unanime e pela apresentação geral da imprensa, dos politicos e do povo.

« E de como elle procedeu, como se soube manter na elevada e melindrosa posição, elle, um joven, cujos conhecimentos de praticas administrativas eram apenas suspeitados, bem o diz a chronica dos tempos, que lhe não regatou louvores». (1)

Ainda da mesma necrologia extrahimos, por bem exprimirem a verdade, as seguintes linhas:

«O morto é uma dessas individualidades cujo valor e importancia decisiva na sociedade brazileira não podiam ser traçados em duas linhas, apressadamente, em um momento, e num momento de magua, que fere profundamente o coração de todos quantos o conheceram tão bom e tão digno, tão justo e tão fidalgo, tão esclarecido e tão sensato, tão meigo e tão affectuoso.

«Passou pelas alturas do governo e, emquanto as occupou como ministro do imperio que foi, um côro de applausos a que nem uma voz dissonante veiu perturbar o unisono, acompanhou-o sempre.

«Ao deixar o governo, a sua nobre figura se avantajára na consciencia dos coévos, e todos á porfia delle diziam que era um moço a quem a sorte bafejára e concedera todos os dons, porque era effectivamente um homem superior que se encadernava na mais modesta bondade ».

***

E nada ha de exaggerado nesta apreciação.

Parlamentar correcto, tinha a eloquencia facil, elegante e imaginosa que parece um dom peculiar aos oradores bahianos. A esses dotes naturaes reunia vasta illustração sociologica e cultivo litterario, que serviam admiravelmente para o tornar um discutidor habil e feliz, — do que deixou provas nas paginas dos *Annaes do Parlamento*.

Entre ellas sobreleva mencionar as relativas ás questões de instrucção publica e á lucta que sustentou contra Ferreira Vianna por causa do credito necessario para as despezas das commissões encarregadas de observar a passagem de Venus.

Outra pagina parlamentar *notando albo lapillo* é a sua apresentação do projecto de emancipação dos sexagenarios, no ministerio Dantas.

---

(1) *A Noticia* de 7 de Setembro de 1891.

Eis muito por breve mencionados os pontos principaes do politico militante, que no meio de seus triumphos, no auge da carreira invejavel que levava, subitamente, com surpreza dos amigos e carreligionarios, abandonou o posto, e voltou-se para o recolhimento da vida intima, para o estudo e para o coração.

Era uma organização de uma sensibilidade e delicadeza raras neste tempo, e que só muito no convivio dos amigos podia bem ser admirada e querida.

E sabia tanto ser amigo, que a auzencia, a distancia, a separação, não enfraqueciam os laços e as relações daquelles que uma vez lhe tinham merecido o inestimavel dom de despertar nelle essa troca de sympathia e fraternidade.

Collegas no ultimo anno de preparatorios, no antigo *Collegio do Padre Guedes*, no Rio de Janeiro, Rodolpho Dantas, e quem escreve estas notas separaram-se pelos destinos differentes das carreiras que escolheram e dos azares da vida; mas, sempre que se encontravam, era o mesmo vigor de amizade, a mesma sinceridade de alegria que os reunia. Essa nota peculiar da psychologia de Rodolpho Dantas é que o tornava tão querido quando vivo e tão pranteado agora que partiu para sempre.

E' que nessas expansões intimas brilhava então sem refolhos todo o seu grande coração, expandia-se clara e seductora a intelligencia, — e todas as scintillações d'aquella individualidade de escol revelavam-se.

A Europa, para onde fora buscar lenitivo á saude, foi-lhe ingrata.

Lá, em Pariz, finou-se depois de ter soffrido melindrosa operação pelo Dr. Paulo Reclus, ás 5 horas da manhan de 12 de Setembro de 1901, em edade e em vigor intellectual que muito ainda podia dar á patria.

Official da *Legião de Honra* da França, Rodolpho Dantas era, antes de tudo, membro proeminente da grande legião dos homens illustres do Brazil e dos benemeritos da humanidade.

São justas e merecidas as homenagens funebres que recebeu e melhor e maior a recompensa que a historia ligará a seu nome.

Dr. M. Azevedo.

Conselheiro Paulino J. Soares de Souza

Nascido a 21 de Abril de 1834 na fazenda de Itapacorá, municipio de Itaborahy, Paulino José Soares de Souza, filho do Visconde de Uruguay e sobrinho do Visconde de Itaborahy, teve as facilidades que o nascimento illustre e a influencia politica de seus parentes lhe asseguravam na lucta pela vida.

Não foi, porêm, só por essas vantagens que conquistou o logar proeminente que occupou na historia politica brazileira. Teve, pela lei natural da hereditariedade, os dotes intellectuaes e de caracter que o habilitaram a concorrer brilhantemente com os contemporaneos, e isso desde os bancos collegiaes até á curul presidencial do Senado.

O sabio Barão de Tautphœus, esse mestre querido e venerado de todos que tiveram a felicidade de ouvir-lhe as licções, citava-nos sempre o nome de Paulino como o typo do discipulo intelligente, estudioso e circumspecto.

E sabe-se quantas gerações educou e illustrou o grande mestre, e como era elle sincero e justo nas apreciações sobre seus discipulos.

Distinguir-se como estudante no antigo *Collegio de Pedro II*, era já meia conquista feita para os triumphos academicos e até para a vida publica; não pelo previlegio ligado ao pergaminho de bacharel em lettras, mas pela seriedade com que eram ensinadas as diversas disciplinas e pelo solido preparo intellectual que adquiria o alumno que percorria o cyclo dos estudos.

Naturaes, portanto, foram os louros que Paulino Soares colheu na vida academica, e o renome adquirido no convivio dos collegas, muitos dos quaes eram de grande valor na intelligencia e nos conhecimentos.

Concluidos os estudos na *Academia de Direito* de S. Paulo, o joven Paulino Soares acompanhou seu illustre pae, o Visconde de Uruguay em missão diplomatica de Pariz, onde serviu como 2.° secretario de Legação, e de onde passou para a de Londres na mesma qualidade. Não era essa, porêm, a carreira que seduzia o joven laureado da *Academia*; e, apezar de todo o brilhantismo da posição e das seducções das côrtes européias, nunca pensou elle em seguir essa carreira de modo absoluto.

Assim foi que, sem hesitações, deixou tal carreira, quando eleito deputado geral em 1856 pela Provincia do Rio de Janeiro, pelo partido conservador em opposição ao governo liberal.

Iniciou de modo brilhante a carreira parlamentar e não foi decepção a sua estréia na tribuna, onde se revelou orador correcto, estudioso, e habil discutidor, qualidades que nunca lhe faltaram no longo e honroso percurso atravez da nossa historia social e politica.

A individualidade politica do Conselheiro Paulino, para ser bem comprehendida no scenario nacional, onde occupou logar saliente, preciza ser estudada sob o triplice aspecto do *parlamentar*, do *ministro* e do *chefe de partido*.

Não é em rapida noticia, num mal dileneado perfil, que se poderá bem descrever todos os actos e toda a influencia que elle exerceu na marcha do progresso nacional. Essa tarefa está rezervada a um dos seus illustres herdeiros, que dispõe de talento e de materiaes sufficientes para reproduzir na nossa litteratura o exemplo suggestivo de Joaquim Nabuco.

Assignalaremos apenas os traços salientes de cada uma das feições do Conselheiro Paulino nas diversas funcções a que acima alludimos.

***

Alto, figura sympathica, embora grave, voz bem timbrada e clara, e gesto moderado e sobrio, dispunha o Conselheiro Paulino, na tribuna, de palavra facil, correcta, que convencia o auditorio não tanto pelo brilho do verbo, como pelo acerto do conceito, moderação de analyse e logica de argumentação sustentada por abundante e solido preparo litterario e scientifico.

Era orador do typo parlamentar inglez, o *debatter*, capaz de discutir durante horas seguidas encarando um problema por todas as suas faces, até exgottal-o como fez mais de uma vez. Boa era a impressão que deixava; para dar idéa do quão intensa era ella, ainda hoje se nos afigura o orador de 1867, sempre que se fala no nome do Conselheiro Paulino.

Essa persistente representação imaginativa, provém da primeira audição que delle tivemos, no celebre discurso de combate á emissão do papel moeda.

Não tinhamos então o preparo sufficiente para avaliar da importancia e do merito scientifico da doutrina, mas estavamos habituados a ouvir oradores do vulto de José Bonifacio, Tavares Bastos, Bernardo Gavião, Fernandes da Cunha, F. Octaviano, e outros, cuja recordação conservamos ainda tão viva, que bem podemos julgar o artista da palavra e reconhecer a justiça dos applausos que então recebeu.

Durante o tempo em que foi deputado manteve-se o Conselheiro Paulino quasi sempre como opposicionista, a principio em nome do partido conservador contra a situação liberal, e depois chefiando os conservadores dessidentes contra o ministerio Rio-Branco. Conservou-se nessa attitude até 1875, quando concorreu para a organização do ministerio Caxias, que congraçou o partido conservador, embora não tivesse acceitado pasta alguma, como lhe foi offerecido.

Nos antigos *Annaes do Parlamento* deixou paginas proveitosas que bem merecem ser ainda hoje consultadas.

Quem quizer fazer um estudo conciencioso da nossa historia financeira e economica, não pode prescindir de compulsar e meditar os discursos pronunciados pelo Conselheiro Paulino nas sessões de 5 e 23 de Julho de 1867 sobre a proposta do Governo para *as operações de credito e emissão do papel-moeda.* Nessas orações, o estudioso deputado faz uma analyse retrospectiva da gerencia financeira dos ministerios anteriores, desde a independencia; e, perante os mais rigorosos principios da sciencia economica, traça a linha que, si tivesse sido observada, teria evitado grandes embaraços ao paiz.

E tão funda foi a critica, que o Ministro da Fazenda, o desdenhoso Zacharias, perdeu a calma e na resposta mostrou-se acrimonioso e fraco.

«O discurso com que o conselheiro Paulino abriu, em 1873, a discussão do *voto de graças*, ha de ficar nos nossos annaes como uma das peças mais notaveis de argumentação e de eloquencia.

«Combateu sobretudo a politica do governo na questão religiosa, creada pela prisão dos bispos, o que fez com vivo calor, já pelos seus principios politicos de moderação e de respeito á egrega, já sobretudo pelos sentimentos da fé catholica, que conservou até o ultimo momento (*)».

(*) *O Paiz*—de 4 de Novembro de 1901.

Este juizo de auctorizado jornalista é a confirmação do successo que obteve o orador na memoravel sessão do 27 de Maio, onde se manteve sempre correcto, elevado e coherente com os principios de sua eschola.

«Sou conservador, dizia o Conselheiro Paulino, tão franca e profundamente conservador, que amigos particulares, que me prezo de contar no partido liberal, me consideram em politica entre os seus mais decididos oppositores.

«Os meus adversarios politicos sabem bem que a lucta de hontem, hoje interrompida, ha de entre nós reviver amanhan.

«Nunca reneguei, antes guardo fielmente as tradições do meu partido, cuja divisa foi muito tempo—*Ordem e Auctoridade.* A ordem não é, porêm, sinão a liberdade collectiva o respeito e a realidade de todos os direitos; a auctoridade não significa para mim sinão a lei em execução. Tirae á auctoridade a magestade da lei, que ella se amesquinha e já não impõe respeito.

«Uma das mais elevadas intelligencias da antiguidade culta exprimiu nestes termos, melhor do que possa fazel-o, o meu pensamento: —*A lei é o magistrado mudo, a auctoridade é a lei falando.* Hontem tinha por mim a lei; contra mim e contra a lei, a auctoridade».

Mais adeante, perante a ameaça de dissolução da Camara, levanta-se e protesta nos seguintes termos:

«O gabinete actual já uma vez achou-se em frente de uma camara unanime de conservadores, condemnada pela maioria daquelles que o partido elegera na hora do triumpho, e que eram os fundadores desta situação politica. Dissolvendo-a, formou esta camara sob seus auspicios e della excluiu grande numero de seus oppositores. Si ainda com esta camara o gabinete não puder viver, que motivo dentro da ordem constitucional poderá justificar nova consulta ás urnas a bem dos actuaes ministros duas vezes repellidos por homens diversos de seu partido?

«Sei bem o que quero em politica, e não vou sinão para onde quero e devo ir. Por minha parte, deante de um facto tão .... extraordinario, como seria a dissolução novamente concedida ao gabinete 7 de Março, eu teria de ir, mau grado meu, para onde me levassem os acontecimentos, ou teria de abdicar os direitos politicos, e de viver na patria sem patria ».

Segue depois criticando os actos da politica ministerial, demorando-se sobretudo nos factos da questão religiosa que agitou o paiz tão profundamente.

Ahi se pronuncia com toda a isenção e independencia, sustentando os bons principios da liberdade de consciencia, como

então os defendiam muitos republicanos, contra os actos do governo perseguindo os bispos catholicos.

«O Estado, dizia o Conselheiro Paulino, tem por si a força, os meios de coacção material, e quanto póde tentar a cobiça humana; si invadir os dominios da consciencia religiosa, si sobre ella tiver qualquer acção, o homem desapparecerá absorvido no Estado. Cezar (é a expressão classica para designar o poder civil em relação ao da Igreja, e nesse sentido della me servirei) dominará sem contraste, não escapando a seu poder immenso siquer o intimo de nossa alma.

«A politica do governo na questão religiosa levar-nos-á a um dos extremos que combato, e trará, si nella persistirem, ou a separação da Egreja e do Estado, com grave prejuizo dos interesses da ordem civil e da ordem religiosa, que tantas vezes se alliam, ou a absorpção do poder espiritual pelo imperante, pretenção esta da mais ouzada tyrannia, que entrega aos planos da politica o que ha de mais elevado na natureza humana— a consciencia .... ».

Depois mostra a contradicção do governo que dizia ter na lei os recursos para resolver o conflicto, mas que ia a Roma solicitar da auctoridade do Papa os meios de chamar os bispos á submissão.

O recinto da Camara era pequeno para conter os espectadores que refluiam das galerias completamente cheias. Mais de uma vez teve o orador que interromper o discurso, para que a mesa providenciasse em favor do publico que desejava ouvir o respeitavel politico.

Não foi inferior o triumpho que alcançou na discussão das emendas do Senado ao projecto da lei do orçamento, nas sessões de 4 e 7 de Agosto de 1873, em que defendeu a prerogativa da Camara dos Deputados em materia de iniciativa de impostos e votação de despesas.

Sentimos não transcrever aqui a bellas licções que nessa materia exhibiu, e que, de modo proficiente e eloquente, gravou nas paginas dos Annaes do nosso parlamento. A natureza deste escripto inhibe-nos dessa citação, por extensa, por isso nos limitamos apenas a assignalar o facto.

Não nos furtamos, porêm, á tentação de transcrever um topico do discurso do dia 7 de Agosto, que responde ás insinuações que lhe faziam de aspirar ao poder. Citamol-o por ser um traço de independencia e inteireza de seu caracter politico.

« O nobre presidente do conselho faz com razão avantajada idéia da propria sagacidade; mas não deve suppor-me tão falto de criterio e experiencia politica, que acredite ser a posição em

que me colloquei desde 1871 a de quem quer armar ao ministerio.

« Não é apregoando a necessidade de restabelecer o elemento representativo da Constituição, de restituil-a á sua verdade pela eleição directa censitaria, pelo adeantamento da intelligencia publica, pela educação politica da nação, pelas franquezas municipaes; não é compromettendo-me assim, que chegaria mais prompta e facilmente aos fins que o nobre ministro me emprestou. O nobre ministro conhece bem o itinerario que leva ao ministerio e o seu ponto de partida. O aspirante ao governo deve, antes de tudo, perder a côr e consciencia politica, ir adelgaçando-se, rarefazendo-se, volatilizando-se, até que, tornado mais leve e mais diaphano do que o ar atmospherico, ache-se assim em condições de alar á elevada região das nuvens; no espaço ir cenchegando-se, reduzindo-se até tocar, si puder, á simplicidade do ponto mathematico. E' então um elemento do ministerio: pode tomar nelle a côr, a fórma e o logar que o bem do serviço publico exigir».

Muito mais teriamos que transcrever, não só deste discurso, como de outros com que illustrou os debates parlamentares; mas passamos a estudal-o em uma das suas faces mais caracteristicas, na de adversario intransigente do movimento abolicionista.

« Filiado á mais intransigente eschola conservadora do imperio, conservador por natureza e por tradições de familia— que era filho do preclaro visconde de Uruguay—a sua orientação politica, inabalavel na sustentação de velhos principios, não recuou na dedicação extremada com que os defendia, ante a odiosidade que perante os contemporaneos e perante a historia de sua patria lhe accarretava a opposição tenaz á libertação immediata dos escravos.

« Collocou-se na primeira linha dos que antipathicamente formavam barreiras á onda revolucionaria e crescente dos libertadores da raça negra. Não estremeceu deante dessa onda, antes a enfrentou com resolução e coragem, com a convicção de quem cumpria um dever, por mais pesado que fosse.

« Era convencido. A abolição não se lhe afigurava um movimento reparador nacional: apparecia-lhe como um ataque á lei, como uma demolição, como uma tentativa impetuosa contra as instituições, como uma ruina financeira e economica, como uma ameaça aterrorisadora ao equilibrio geral da sociedade.

« Não era um máu, a querer a todo transe perpetuar a iniquidade da escravidão, um perverso a exigir o martyrio de milhões de homens. A sua indole conservadora dominava-lhe os impulsos de generosidade; achava que a escravidão era um mal, porêm que não devia ser substituido por outro mal, como era a série de consequencias que previa com a sua suppressão de chofre. Entendia que devia ser exterminada aos poucos, lentamente, por meio de leis successivas, amparadas por outras que fossem mantendo sem pertubações o trabalho agricola». (*)

As linhas acima dão em synthese verdadeira a orientação a que obedecia o Conselheiro Paulino nessa sua campanha politica e social; os sentimentos individuaes, a impressão do pensador, eram muito differentes; e elle o affirmou por diversas vezes com toda a franqueza. Ainda no discurso de 23 de Agosto de 1871 combatendo a proposta do Governo dizia:

« O nobre deputado pregou a convertidos. Ninguem sustenta aqui a perpetuidade da escravidão.

—« Já disse em outra occasião e repito: Neste seculo das luzes para homens que professam a lei do Evangelho, a causa da escravidão está julgada para sempre».

Mas os perigos que ameaçavam a segurança dos proprietarios do interior, actuavam fortemente sobre seu animo, e inspirado por esse receio exclamava: « Pelo que me respeita, si me conservo sempre calmo, é, sr. presidente, fazendo ás vezes grande esforço sobre mim mesmo, porque meu espirito está debaixo da mais dolorosa pressão, vendo meus parentes, meus amigos, meus comprovincianos e tantos Brasileiros na mais triste espectativa, dominados por fundadas inquietações e temores, ameaçados na vida, na propriedade, em interesses dignos da maior consideração. (Apoiados, muito bem.) Ignora o governo os attentados de que têm dado noticia as folhas publicas e os que a imprensa prudentemente tem calado»?

Conhecedor profundo da historia parlamentar ingleza, soccorria-se dos factos da administração da Inglaterra, que incitava o movimento emancipador, para combatel-o. E patenteava mais uma vez como é contradictoria a moral Ingleza, conforme trata dos seus interesses ou dos de outra nação. Produziu grande impressão o seguinte topico de seu discurso:

« Segundo o testemunho insuspeito do Duque de Broglie, o governo inglez nesta parte nem antecipou os tempos nem dirigiu os acontecimentos; limitou-se a manter o *statu quo*, emquanto lhe não forçaram a mão: resistiu 25 annos á abolição; defendeu palmo a palmo as posições intermedias, e não cedeu em cada occasião sinão á necessidade».

O Conselheiro Paulino, encarava o problema principalmente sob o ponto de vista economico, financeiro, e receiava que, feita a abolição de chofre, se désse a desorganização do trabalho, e força é confestar que, nesse ponto tinha razão, e os factos ahi estão para justifical-o. Sem dar na intrega o seu importante discurso, onde discutiu de modo elevado e patriotico, assumpto, transcrevemos alguns topicos para que se forme hoje uma idéia dessa interressante phase de nossa vida politica.

« A escravidão, dizia a primeira auctoridade nessa materia, fórma como instituição uma peça inteira na sociedade em que está admittida: é um estado de cousas que tem suas condições esssenciaes; si as destruis, o edificio ha de necessariamente desmoronar; si as deixais subsistir, nada tereis feito.

« Dahi se deve concluir que dous unicos planos se podem seguir: o de destruir essas condições e, com ellas, a instituição, mediante certas cautellas e preparação, ou tratar de influir no modo de ser da sociedade, de sorte que a transformação se vá operando por si mesma.

« Os homes mais eminentes que, na Inglaterra e na França, procuraram a solução de tão difficil problema, nunca se conformaram com planos como esse que nos propõe o governo, de desmoralisar uma instituição que se quer conservar: os estadistas inglezes adoptaram a emancipação em época determinada mediante o apprendizado: o Duque de Broglie, Tocqueville, o illustre Rossi e os mais distinctos parlamentares da monarchia de Julho, opinaram pela emancipação simultanea, mas differida, para no intervallo se levarem a effeito as medidas preparatorias que aconselharam.

« Si por motivos os mais ponderosos, que é escusado assignalar longamente, pois que estão na consciencia de todos, a emancipação simultanea, quer immediata, quer differida, é actualmente inacceitavel no Brazil, qual o melhor plano que poderemos adoptar?

« O que com as precisas condições de efficacia acautelaria os grandes interesses que, na solução da questão, se podem comprometter.

« Em meu entender, Sr. presidente, a primeira força emancipadora, a que exercerá maior e mais benefico impulso, é o progresso do paiz considerado este sob os diversos aspectos de seu maior desenvolvimento e civilização.

« Acreditei a principio que esta idéia que actuava em meu espirito era uma suggestão do patriotismo; que o desejo de ver adeantar-se este paiz moral, economica e politicamente me inspirava a crença de que por esta fórma tambem se resolvia a questão da emancipação.

«Quando vi, porêm, essas mesmas idéas sustentadas tambem pelo meu illustre amigo, deputado pelo 4.° districto de minha provincia, espirito tão lucido e positivo, firmei-me ainda mais na convicção, em que sempre estive, de que a dignidade do cidadão, erguendo-se pelo livre exercicio dos direitos politicos, o respeito aos direitos individuaes e civis, protegidos por uma legislação garantidora; o alargamento da intelligencia publica pela instrucção popular: a diffusão das luzes do christianismo embebendo os corações nos sentimentos religiosos que em toda a parte têm sido o grande motor da emancipação, o supprimento do mercado do trabalho livre por meio de uma corrente de immigração convenientemente dirigida; o desenvolvimento da navegação e do nosso systema de viação, que augmentará a riqueza, deixando na algibeira do productor os avultados gastos de transportes que hoje paga; a boa applicação dos dinheiros do Estado a fins de utilidade publica, mediante a economia da administração e a boa gerencia de finanças, firmei-me ainda mais na convicção, dizia, de que todos esses factos, si se realizassem no Brazil, elevando este Imperio na ordem moral, intellectual, economica e politica, haviam de obrar com muito mais vigor no sentido de extinguir-se a escravidão do que essa medida ante-juridica, injusta, perturbadora, imprevidente, deshumana e oppressora, por meio da qual se quer obter a emancipação da geração futura com menospreço do direito e sacrificio de grandes interesses».

A acção do Conselheiro Paulino não esmoreceu, não fraqueou até o ultimo momento, seguindo impassivel a linha que lhe traçara a consciencia. Na sessão immortal de 13 de Maio de 1888, no Senado, lá estava em seu posto, e, arrostando a impopularidade, cahiu, como quem cumpre um dever de patriota, que o era. Dizia:

«Eis-nos, sr. presidente, quasi chegados ao momento final em que se vai dar o passo decisivo na questão mais grave e importante agitada no Brazil.

«A solução está dada, e o transito pressuroso, que vai tendo neste recinto a proposta do governo, não é sinão um tramite mais com que se quer dar apparencias da legalidade a uma medida, na concepção e no alcance, francamente revolucionaria.

«Nesta conjunctura, que a muitos se figura o ponto de partida em uma senda gloriosa, mas que persisto em reputar arriscadissima para a ordem social e economica da nação, parece que aquelles sobre quem pesa a responsabilidade desta medida allucinam-se na precipitação, com receio de ver sobrevir alguma hora de reflexão e de prudencia».

Continuou depois criticando a agitação abolicionista, mostrando o porque não conseguiu, e não tentou mesmo reunir mais os antigos elementos de resistencia, á vista da corrente que tudo dominava.

«A historia e a experiencia politica, disse elle, attestam que todas as vezes qne a realeza, por amor da popularidade, por motivos de sentimentalismo, ou por calculo politico, accórda-se, ainda que em pensamento, com qualquer propaganda popular energica e activa, a instituição contra a qual se dirigem os esforços combinados, pode-se contar que está fatalmente derrocada, e com ella sacrificada a classe ou classes interessadas na sua manutenção. E si á frente dessa propaganda se acham homens resolutos, enthusiastas e ousados, o arrastamento é invencivel e não ha mais poder que consiga encadear ou encaminhar a corrente, uma vez solta da represa. Sirva o que neste momento occorre de exemplo e licção no futuro. Chegou-se ogo ao fim, houvesse ou não intenção de ir tão longe».

E no recinto do Senado, cheio de povo, de representantes de todas as classes sociaes, de diplomatas extrangeiros; no meio da impaciencia geral e do enthusiasmo mal contido, só, erecto e grave, levantava-se como um propheta o Conselheiro Paulino, e apezar da atmosphera ardente que o envolvia—era ouvido com o maior respeito e consideração.

Assim terminou seu memoravel discurso que causou profunda impressão;

«Mas.. não quero deter por mais tempo o prestito triumphal, que já se enfileira na sua marcha festival! Quandc ellepassar por mim, achar-me-á neste logar, representando a minha provincia, os meus companheiros no trabalho agricola, coherente com os deveres, já preenchidos, da missão que me incumbi de desempenhar em nome e em defesa de grandes interesses nacionaes. Sejam quaes forem os sentimentos que no coração se me possam expandir na hora em que todos forem livres nesta terra do Brazil, guardal-os-ei commigo, silencioso, vencido, mas sem que se me possa contestar um titulo ao respeito publico, o de ter preferido até hoje, como hei de preferir sempre, a lealdade, a inteireza e a honra politica a todas as glorias e a todas as grandezas».

Poucos homens politico, em qualquer paiz poderiam manter essa posição em um momento tão critico. O Conselheiro Paulino sustentava que, a ter-se de dar o golpe liberal, a 13 de Maio, devia ser destechado pelo partido liberal, ficando reservado ao conservador o papel de mais tarde salvaguardar a monarchia.

O determinismo da historia, a infexibilidade dos factos derrotou-o na sua logica e na sua coherencia politica: —cahiram as instituições;—elle permaneceu de pé.

«Estava errado. Errou levado pelo seu culto fanatico á lei.

«Mas não houve jámais um politico que pelo seu valor se conseguisse elevar tão alto sobre os seus proprios erros.

«Levantando contra si, aliás justamente, a opinião do Brazil, encarnando em sua pessoa em dado momento tudo quanto de impopular, de condemnado, de mais irritante, póde um homem offerecer á massa geral de seus concidadãos, conseguiu sempre, admiravelmente, manter-se na mesma linha inquebrantavel de resistencia e de força, sereno e frio, parecendo um vencedor quando mais vencido os acontecimentos o faziam. E nessa firmeza, nessa imperturbabilidade, nessa attitude tenazmente superior, toda a Nação viu atraz de si, sem desfallecimentos e sem deserções, o partido unido e poderoso que obedecia á sua direcção atravéz de todos os obstaculos, e que o seguia como um exercito segue um general em chefe.

«Dada a derrota estrondosa de 13 de Maio, aquelle enorme corpo partidario não soffreu a menor alteração, não se dispersou, não se indisciplinou. A rijeza da tempera do luctador parecia ter-se communicado a cada um dos seus chefes eleitoraes, a cada um de seus mais humildes correligionarios.

«E foi com esse valoroso partido, ligado e forte, que entrou para a Republica o possante combatente da monarchia. Acceitando lealmente o regimen, cançado de trabalhos e de edade, achou que era tempo de se recolher á paz consoladora do lar abençoado, e de occupar o seu espirito apenas com a direcção do grande estabelecimento de caridade, a Santa Casa de Misericordia, que em tão boa hora foi confiada á sua competencia e ao seu zelo» (*).

***

No antigo regimen, a pasta do imperio era considerada, em geral, como a mais importante, já porque dirigia todo o movimento politico da alta administração das provincias, já porque regulava o movimento eleitoral, superentendia a instrucção e a hygiene publica e influia sobre todo o paiz pelo clero que lhe era subordinado; além disso dispunha do cofre das graças para galardoar os serviços partidarios e aquinhoar os amigos e parciaes com titulos e condecorações ou lançar o *imposto da vaidade*, unico tributo contra o qual não se insurge o contribuinte, que é o primeiro a solicitar sua execução.

(*) O *País*—art. cit.—4 Novembro 1901

O ministro do imperio, nos gabinetes, era quasi sempre ou presidente do conselho ou um dos mais antigos politicos. Foi portanto com certa surpreza que os proprios correligionarios viram elevado a esse cargo o então deputado moço, embora já considerado provecto parlamentar.

O Conselheiro Paulino justificou logo a escolha, e mostrou por actos e projectos de reformas os mais importantes, que não era por nepotismo que chegara á eminente posição que occupava com brilhantismo.

Essa face da sua vida publica vai agora ser estudada.

Organizado o ministerio de *16 de Julho de 1868*, e dissolvida a Camara dos Deputados em Maio de 1869, o Conselheiro Paulino, apezar do enorme trabalho que o assoberbava num periodo que inaugurava uma nova situação politica, estudou e formulou importantes projectos de reforma sobre os tres mais importantes ramos de sua pasta: —reforma *municipal*, *eleitoral* e da *instrucção publica*.

Na sessão de 19 de Julho de 1869 offerecia á Camara dos Deputados um projecto original e novo, sobre a *Administração local*.

«Duas idéias capitaes, dizia elle da tribuna, dominam todo o projecto, pelas quaes devem ser afferidas suas disposições: a 1.ª é estimular a vitalidade local, dar liberdade e acção á municipalidade no que interessa só ao municipio; a 2.ª, crear, pela intervenção do cidadão nos negocios da localidade, elementos de educação politica que não temos, e sem a qual não conseguiremos habilitar a nação para a verdade e plenitude do systema constitucional».

E realmente o projecto do Conselheiro Paulino, ao envez das idéias geralmente seguidas, deslocava a unidade de organização politica—de municipio para a parochia; mostrava-se elle muito mais democrata e conhecedor mais perfeito da nossa vida social do interior, que certos apregoados legisladores liberaes. Reflectindo ainda hoje sobre as idéias ahi consignadas, admiramo-nos de que até hoje muitas dellas não tenham sido aproveitadas para as organizações municipaes dos diversos Estados, e principalmente para o Municipio Neutro. Em relação a este, ainda hoje poderia o seu projecto ser adoptado em suas linhas geraes, modificado de accôrdo com o actual regimen, como por exemplo—o da nomeação do prefeito; pois bem é que se saiba que lá estava creado esse cargo e bem definidas suas funcções.

No art. 1.° o projecto estabelecia: —« A parochia é a base da organização administrativa do Imperio», e no art. 2.° que—

«O municipio constitue-se pela reunião de parochias formando outra circumscripção administrativa com direitos, interesses e obrigações distinctas».

Depois, sujeitando as parochias á administração municipal em certos assumptos, dava-lhes a endependencia para sua organização e para a administração do serviço de natureza parochial, —estabelecendo receita e despesa para cada uma dessas congregações politicas que, com patrimonios proprios, não podiam ser confundidas.

A commissão composta de homens do valor dos Drs. João Mendes de Almeida, Mello Mattos, Silva Nunes e Conselheiro Manoel F. Correia e outros, opinou que fosse o projecto convertido em lei, e não encontrámos até hoje a razão plausivel por que não se chegou a realizar esse voto.

*
* *

A 22 de Julho de 1870, offerecia o projecto da *reforma eleitoral* em desempenho de sua palavra.

«Não foi, dizia elle, sem a devida reflexão e sem pesar o alcance da medida, que me animei a inicial-a, vendo bem que ella importa a condemnação do modo por que se fazem hoje, no Brazil, as eleições.

«Os nossos homens politicos têm muitas vezes a fraqueza de encobrir, quando no governo, as chagas que denunciaram e expuzeram á attenção de todos, quando fóra do poder, dominados talvez pelo receio de faltar a conveniencias. Esta tibieza faz-lhes necessariamente damno, abalando a confiança que a população deve ter naquelles a quem vê entregues os negocios publicos, e póde, com a descrença dos homens, abalar tambem a fé nas instituições. Não hesito, portanto, tratando de materia tão ponderosa, em dizer inteiro, e com toda a franqueza, meu pensamento».

Attendendo á eschola politica a que pertencia o Conselheiro Paulino, e á epocha em que elaborou o seu projecto, contém este idéias assecuratorias da liberdade do voto, e bastante orientação democratica.

O Conselheiro Paulino creava o voto directo censitario, e fazia concorrer nos collegios eleitoraes, para a eleição dos membros do parlamento e das assembléas provinciaes, os cidadãos, inscriptos por processo especial, que tivessem pago certo imposto, ou fossem diplomados por qualquer estabelecimento superior de ensino, os professores e officiaes de patente no exercito ou na armada.

Attendia-se, para a formação das classes destes novos eleitores, á propriedade, á illustração e ao elemento popular.

Procurando antes a realidade effectiva dos factos do que a seducção theorica de illusorias garantias de liberdade, não acceitava a generalização do voto.

« O suffragio universal, dizia elle com razão, presta-se em geral a quanto delle se exige, offerece vasta superficie á corrupção e á intimidação: é instrumento docil dos governos menos sinceros que apparentam respeito á opinião, sem querer dar-lhe a influencia que lhe cabe em todo a sociedade livremente organizada».

Esta admiravel previsão politica do Conselheiro Paulino tem sido de uma cruel e triste realidade entre nós, e bem merece ser lembrada em honra á memoria do illustre estadista e com proveito para o ensinamento a todo o paiz.

Ao mesmo tempo que o eminente homem politico acatava o principio da auctoridade e desejava vel-o prestigiado, queria que o povo influisse directamente sobre os negocios do paiz e tivesse as mais amplas garantias de liberdade e exercicio de seus direitos. Em um discurso no Senado a 26 Agosto de 1870, orando como ministro do imperio, pronunciou bem claramente como entendia o funccionamento do regimen.

Transcrevemos um trecho, que merece ficar na memoria de todos pela boa doutrina que consigna, e que não podia ser melhor definida:

« O verdadeiro sentido da palavra «soberania», estabelecidas as instituições, é que nenhuma auctoridade é constituida sinão no interesse social, para garantia dos direitos de todos e de cada um; que nenhum poder tem outra força sinão a que lhe vem do apoio nacional, e outros titulos de legitimidade sinão os deveres de que é investido para a consecução do fim a que se destina a sociedade politica.

« Vou mesmo mais longe do que o nobre senador, pois que não reconheço a soberania absoluta independente de certos principios que decorrem da natureza e fins da associação politica: é assim que não admitto, em principio, que possa existir auctoridade absoluta, delegada a um individuo, a um governo, ou a uma ossembléa.

« A liberdade, a garantia dos direitos, fundam-se na separação dos diversos poderes delegados, independentes uns dos outros, marchando em harmonia na missão de proteger os direitos dos cidadãos, de dar-lhes realidade e de encaminhar o progresso da sociedade; cada um desses poderes movendo-se dentro de sua esphera de acção, conforme certas regras, firmadas na constituição politica da sociedade.

« Organizada a sociedade politica, fixados os principios reguladores de sua vida ordinaria, continúa a residir nella a sobe-

rania, inherente á sua natureza, porêm de certo modo, latente e inactiva. A nação não é quem exerce por si os poderes; delega-os permanente, vitalicia ou temporariamente. O Imperador é delegado permanente para o exercicio das altas attribuições que lhe são conferidas. Constituido primeiro representante da nação por um mandato permanente, que transmitte sem nova delegação expressa a seus successores, não se póde isolar da nação, em cujo pensamento se deve sempre inspirar. E' uma entidade essencial, porque a fórma do governo é monarchica; necessaria, porque a representação que tem é da constituição, e não contingente como a daquelles, cujo mandato se renova vitalicia ou temporariamente ».

Continuando nesta ordem de considerações, elle mostra como a acção do imperador deve ser limitada pela influencia do povo; manifestada na opinião publica, que fortalece ou desampara os homens de governo.

« O poder executivo é presidido pelo Imperador, diz elle, e exercitado pelos ministros, depositarios de sua confiança e da nação, que os acceita e mantem pelo voto de seus representantes. O governo do paiz, poder por sua natureza activo, incumbido da direcção dos grandes interesses publicos, firma-se nessa dupla confiança; e, quanto mais completa é ella, mais efficaz se torna a sua acção, maiores e mais proficuos os resultados que della se podem alcançar.

O Imperador não deve confiar sinão nos homens que têm a confiaça da nação, e, portanto, precisa conhecer o pensamento desta, e quanto mais vivaz fôr elle, maior a força do governo, mais seguro e fundado o procedimento da corôa ».

Passemos agora a estudar suas idéias e seu projecto relativos á instrucção publica.

***

De todos os assumptos que mereceram estudo e attenção do Conselheiro Paulino, o da instrucção publica era o predilecto, e aquelle a que com mais amor e zelo tenha talvez dedicado as energias de sua esclarecida intelligencia. Si não conseguiu levantar o nivel do ensino entre nós, si o rigor e o escrupulo que exigiu para as provas de habilitações dos candidatos aos cursos superiores, produziram effeito contrario ao de sua reforma, não lhe cabe por isso a responsabilidade; devem ser analysadas as causas dissolventes que viciaram, na execução, o plano bem delineado.

Só se lhe póde irrogar a censura de ter ordenado a execução do programma um tanto precipitadamente, sem o tempo necessa-

rio e o preciso preparo para ser assimilado pelos estudantes e professores na parte relativa aos exames preparatorios. Foi recebida hostilmente a primeira reforma pelos estudantes e pelos professores, por ter sido publicada quasi na vespera dos exames, e ainda pela nomeação do Visconde de Jequitinhonha para presidir as bancas dos exames.

O Visconde de Jequitinhonha era o terror dos estudantes de preparatorios, naquelle tempo, não só pelo excessivo rigor que exercia nos julgamentos, mas tambem pela rispidez aggressiva com que os tratava, não admittindo justificações ás faltas de uma para outra chamada, prejudicando ás vezes interesses respeitaveis.

Isto que acima ficou dito refere-se ao regulamento de 1868 para exames geraes, antes do seu projecto de reforma da instrucção; e foi isso que predispoz a ser acolhido com certa prevenção o plano do seu projecto de 1870, que continha as melhores e mais fecundas idéias, taes como —obrigatoriedade do ensino, liberdade do ensino superior, creação de uma universidade na capital e lycêus superiores nas provincias.

Com a maior lucidez, e mostrando-se senhor perfeito da materia, discutiu com brilhantismo e proficiencia as diversas theses que envolvia o seu projecto e, já na Camara, já no Senado, respondeu com vantagem a seus contradictores.

Citaremos alguns topicos que ainda hoje offerecem interesse:

« O que disse quando fundamentei o projecto de reforma da instrucção publica, foi que alguem ainda se oppunha em nome da liberdade ao ensino obrigatorio. Cioso de todas as liberdades, não posso convir na liberdade de ser ignorante, de não saber lêr, escrever e contar. Si me censurarem por isso, resignar-me-ei de boamente.

« Não quero impor o dever de frequentar a eschola publica. Apprenda o menino com seu pae, com professor ou na eschola particular; mas quando não apprender por algum desses modos, seja obrigado a frequentar a eschola publica ».

E continuando a sustentar a necessidade de ser obrigatorio o ensino primario, mostrava como não havia contradicção e como se podia estabelecer ao mesmo tempo a liberdade de ensino superior; e dizia:

« Um escriptor eminente, Troplong, escrevendo acerca do direito do Estado sobre o ensino, sustentou ser o ensino um direito dos poderes publicos ou da Corôa, como diziam as leis antigas. Penso com Jules Simon que, nesta parte, o Estado deve fazer o que não pode fazer a liberdade: não quero que se ensine o que o governo manda, e menos que o governo mande como

se ensine. Apprenda cada um —onde, como, e com quem quizer: a questão para mim é que se apprenda e saiba.

«Perguntou o nobre senador como queria eu estabelecer de chofre a liberdade do ensino superior; si não tinha receio das tendencias da nossa mocidade para a pouca applicação. Acredito que s. exc. não é justo.

« Si entre os alumnos de nossas faculdades alguns ha que não cuidam seriamente de seus estudos, a verdade é que, na maior parte, applicam-se com bôa vontade e verdadeiro interesse pela sciencia. Não receio, como o nobre senador, que os alumnos, gozando de mais alguma liberdade, limitem-se á frequencia na faculdade do Alcazar, e não apresentem outros titulos no exame sinão as cartas de empenho. As cousas vão incontestavelmente melhorando, e hão de melhorar ainda mais com a liberdade do ensino.

Mas não é exacto que o projecto queira que de chofre se passe á liberdade do ensino superior: limita-se ao primeiro passo para isso, que é a creação dos cursos complementares, aos quaes teriam de seguir-se os cursos particulares. Sem elles não se póde chegar á liberdade do ensino. Estabelece, é verdade, que póde-se requerer exame vago; mas não só este exame é mais apertado e difficil do que o exigido dos alumnos que frequentam as aulas, como constitue a exepção; não é a regra ».

E fazendo depois justiça ao espirito cordato, e aos habitos estudiosos da mocidade brazileira, tomava sua defesa no discurso proferido no Senado na sessão de 31 de Agosto de 1870, com as seguintes palavras:

« O abaixamento do nivel da instrucção superior não é devido tanto aos alumnos como á deficiente organização do ensino e á falta de severidade de alguns lentes, dos quaes é sabido que approvam a todos os examinandos, quer dêem boas, quer más contas nos actos academicos. Falta aos alumnos, portanto, o estimulo estranho, e aos menos applicados o temor salutar de provas mais rigorosas: neste sentido ainda ultimamente se manifestaram lentes do Recife em uma representação dirigida ao governo.

«Observo com a maior satisfacção que da mocidade academica uma parte não só revela muita applicação, mas interesse pela sciencia, e o que é mais, pelo ensino.

«E' assim que os estudantes de medicina nesta Côrte, com o auxilio de um digno oppositor, fundaram a sua custa um gabinete de zoologia e botanica, que existe na respectiva faculdade(1).

(1) Referia-se ao gabinete fundado pelo então oppositor dr. Caminhoá, mais tarde lente cathedratico.

Tenho lido ultimamedte revistas em que se discutem assumptos juridicos, redigidas pelos estudantes de S. Paulo. Provam estes dous factos que as cousas vão melhorando. Pelas cartas de empenho não são responsaveis os que as procuram, mas os que as acolhem ».

Mostrava-se o Consêlheiro Paulino perfeitamente orientado sobre a necessidade e influencia de uma boa organização do ensino superior; era o digno e aproveitado alumno do Barão de Tautphœus e do regimen do *Collegio Pedro II*.

Impressionava bem o auditorio quando affirmava com E. Renan :

« O ensino superior é a fonte do ensino primario. Sacrificar o primeiro ao segundo é cometter um erro, é ir contra o fim que se tem em vista. Um milhão (de francos) economisado na alta cultura póde fazer parar o movimento intellectual do paiz ; dado á instrucção primaria pouco effeito produziria.

« São precisos para innovar, em materia de instrucção popular, muitos outros sacrificios. A instrucção primaria não é solida em um paiz, sinão quando a parte esclarecida da nação o quer vêr, e comprehende-lhe a utilidade e justiça. Trabalhae para produzir classes superiores, animadas de espirito liberal ; sem isto edificais na areia... A força da instrucção popular na Allemanha vem da força do ensino superior neste paiz. E' a universidade que faz a eschola... A instrucção do povo é um effeito da alta cultura de certas classes».

Com egual segurança e exito discutira em outro discurso:

« Tem-se sustentado, e em meu entender com alguma procedencia, que os estudos secundarios não têm por fim tanto enriquecer a intelligencia dos que a elles se applicam com avultado cabedal de conhecimentos, como desenvolver-lhes e fortificar-lhes o entendimento, habituando a mocidade ao methodo, a pensar com logica, a julgar com exactidão, a precisar as idéias, a comprehender bem as relações das cousas.

« Dou muita importancia aos estudos classicos e penso que o da lingua latina, por exemplo, feito como deve ser, habilita muito o alumno para a comprehensão de outras materias que aliás nada têm com a lingua latina: não desprezo as sciencias, sobretudo as mathematicas elementares, que habituam o espirito á precisão; a philosophia, que ensina a natureza e as operações do espirito humano: as sciencias naturaes, que dão noções sobre os objectos que nos cercam e com que o homem está em contacto todos os dias».

Para não alongarmos este esboço, deixamos de citar outros conceitos de egual valor, e passamos a dar as idéias fundamentaes do seu projecto que tinha o numero 183 e obteve o mais

lisongeiro parecer da *Commissão de Instrucção Publica* composta dos drs. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Juvencio Ferreira de Aguiar e Francisco Bonifacio de Abreu (1).

O projecto, que era completo, e que attendia aos diversos graus de ensino e á fundação de institutos de educação, estabelecia em seus artigos a creação, na capital do Imperio, de uma universidade composta de quatro faculdades: de direito, de medicina, de sciencias naturaes e mathematicas, e de theologia. E providenciava do modo mais liberal e seguro sobre a organização do seu pessoal docente, e sobre o regimen de estudos com a mais ampla liberdade. O provimento das cadeiras vagas se faria por concurso (salvo os direitos adquiridos dos substitutos) entre todos os oppositores, e em falta destes, entre os graduados pelas respectivas faculdades. Seria permittido o exame vago das materias ensinadas em qualquer faculdade, e a collação dos graus academicos, pagas as contribuições fiscaes, a quem o requeresse.

Vamos nos aproveitar de suas palavras para bem explicar o espirito que o animava nessa reforma que parecia excessivamente liberal para alguns atrazados.

«Eis porque, propondo a creação de uma universidade, deixo á congregação dos lentes de cada faculdade estabelecer o respectivo regimen scientifico no ensino das materias exigidas para o exercicio da profissão a que dá direito o grau academico.

«O que se deve exigir de quem quer exercer na sociedade qualquer profissão liberal com um diploma, no qual os representantes do Estado attestam as habilitações daquelle que o obteve, é que de facto as possua e tenha provado que as possue. Que importa que as tenha conseguido deste ou daquelle modo, mediante as licções de tal professor, nos livros e pelos esforços da propria observação e reflexão, si o individuo que pretende o titulo de capacidade legal vem aferir suas habilitaçõcs na fórma da lei e perante os encarregados pelo poder publico de ensinar as materias da profissão e de julgar do aproveitamento dos que as estudam?

«Dê o Estado os meios de apprender, deixe a cada um apprender como quiser e com quem melhor ensinar, e depois exija as provas de que sabe de quem se apresenta dizendo que sabe. Eis o ponto a que me dirijo».

Nos artigos 2.° e 3.° tratava da creação do *Conselho Superior de Instrucção Publica*, da extincção dos cursos annexos de preparatorios nas faculdades de direito de S. Paulo e Recife, que eram substituidos por externatos de ensino secundario,

(1) Mais tarde Barão da Villa da Barra.

segundo o plano do *Collegio D. Pedro II*, que seriam fundados tambem nas provincias conforme as condições estabalecidas no artigo 4.° que estabelecia a «creação de estabelecimentos eguaes, a que poderão ficar annexos internatos, em todas as provincias que mantiverem pelo menos uma eschola de instrucção primaria para um e outro sexo em cada parochia, e nellas tiverem tornado effectivo o ensino obrigatorio para a população de 7 a 15 annos de edade, residente em um circulo traçado pelo raio de um kilometro da séde da parochia».

E todo este bem architectado projecto que, se tivesse recebido a vida e realidade, muito teria contribuido para diffundir a instrucção por todo o paiz, elevando o nivel intellectual, voltou ao limbo do archivo dos projectos, donde não mais sahiu, talvez pelo peccado de ser iniciativa do Conselheiro Paulino.

Mysterios como esse abundam na historia da alta administração brazileira.

*
* *

Quem estudar calmamente a nossa historia politica á luz dos poucos documentos existentes, e da tradição que já se vai apagando e esquecendo, reconhecerá sem difficuldade que «dentre todos os chefes politicos que intervieram na vida do paiz nos ultimos trinta annos, nenhum exerceu mais funda influencia, nenhum gosou de tão larga auctoridade, nenhum teve o prestigio e o poder que teve esse que hontem tombou vencido pela morte (1)».

Não seremos exaggerados, prolongando, atravez do passado, essa comparação; pois talvez nenhum dos proeminentes estadistas do 1.° imperio, da regencia ou da primeira metade do segundo reinado, foi considerado e ouvido com a auctoridade de chefe que, por todo o paiz, teve o Conselheiro Paulino.

Nem o proprio Paraná teve esse prestigio; pois chefes, aliás de influencia, só a gozavam circumscripta a certas zonas do imperio, como Camaragibe, o chamado rei do Norte, ou entre seus correligionarios, como S. Lourenço na Bahia, Vasconcellos e Ottoni em Minas, Rodrigues Chaves no Rio Grande do Sul, e outros estimados pelos seus parciaes e comprovincianos. A historia ahi está para attestar esta verdade.

Penna mais auctorizada que a nossa, e que iniciou a vida publica sob sua direcção, traça com verdade e brilhantismo o seguinte quadro:

«A ascendencia, no seu partido, ganhou-a elle logo; mas o que faz a sua superioridade incontestavel é que, vivendo num

(1) *A Tribuna* de 24 de Novembro de 1901—*O Conselheiro Paulino de Souza.*

meio em que abundavam os talentos, agindo sobre uma provincia que sempre se destacau pelo valor intellectual de seus filhos, essa ascendencia foi absoluta, sem jámais haver originado uma revolta, nem siquer uma contestação.

«Dizia-se em tempo das maiores luctas que a direcção politica do conselheiro Paulino caracterizava-se por ser a verga ferrea que sobre todos pesava. Vans palavras, que estavam bem longe de traduzir a verdade! Esse chefe, que era apresentado como uma sorte de despota que não tolerava contraste á sua vontade, tinha, ao contrario, as qualidades eminentes dos directores de homens livres: — o respeito á individualidade alheia, a deferencia pela opinião de cada um, a benevolencia pelos erros de boa fé, a attenção e a solicitude contínua aos direitos imprescriptiveis de todos. A sua opinião, a sua vontade, as suas deliberações eram de certo acatadas como ordens que se não discutem; mas, o que lhes dava esse caracter era o facto de que essas deliberações elle as tomava depois de madura reflexão, depois de ouvir os membros mais influentes de seu partido, e com a mais absoluta isenção, a mais completa elevação moral, o mais assignalado desinteresse.

«Era um conselheiro que se aconselhava com o interesse publico: o mais obscuro soldado de seu partido no Estado do Rio tinha a absoluta certeza de que a palavra de seu chefe não obedecia a outra influencia sinão á da sua consciencia, illuminada pela sua fé politica, isto é, que a sua acção não se orientava sinão para o bem da patria, como o entendia, como o ambicionava, como o queria.

«Agindo dest'arte sobre toda a provincia do Rio, que sob a sua direcção sempre se manteve á frente dos destinos politicos do paiz, o conselheiro Paulino apoiava-se nessa força extraordinaria para reagir nos conselhos do partido conservador, encaminhando a nação com passo lento, mas seguro, para o progresso e a prosperidade. Nenhum chefe politico jámais gosou de tamanha auctoridade. Tudo nelle concorria para que essa auctoridade fosse extrema: a sobriedade com que a usava, a austeridade de seu caracter sempre integro, sem que o empanasse a mais leve sombra de transigencia, a benevolencia e a cordialidade com que a todos tratava, o respeito que se evolava de toda a sua pessoa, a grandeza e o cultivo de seu talento, tudo nelle concorria para que a sua palavra fosse a decisão de instancia suprema e para que a sua decisão fosse a sentença irrevogavel a que todo o seu partido se submettia sem murmurações» (1).

---

(1) *Tribuna*, art. cit.

Realmente, entre os correligionarios e até entre os adversarios, o nome do Conselheiro Paulino era estimado e considerado o symbolo do patriota esclarecido e tolerante.

De um chefe liberal eminente, o Conselheiro Octaviano, partiu a sua acclamação de *Marechal do futuro*, acceita por gregos e troyanos, e que os successos posteriores confirmavam em honra da perspicaz gentileza do adversario.

O que acima ficou dito, não é difficil de ser verificado ainda hoje, em toda a zona fluminense, e o era mesmo no tempo da maior actividade do illustre morto.

Ouvimos e presenciámos chefes e influencias locaes do partido adverso ao Conselheiro Paulino declarar que, mesmo na vigencia da disciplina partidaria, lhe reservariam o seu voto.

Verdade é que uma prova reciproca, honrosa para a cordialidade dos costumes da epocha se dava, em favor do nome popular e querido de outro fluminense não menos illustre, o do Conselheiro Francisco Octaviano.

Registramos esses traços da vida publica brazileira, porque não sabemos que vento de intolerancia e que mal entendido espirito de acanhado partidarismo vai seccando essas flores do generoso sentimento nacional.

Era o Conselheiro Paulino tão correcto na sua orientação politica e tão desprendido da ambição do poder, sempre que este não viesse como consequencia natural da marcha dos acontecimentos, que, em 1878, o demonstrou, aconselhando o imperador que o consultava sobre a crise ministerial, que chamasse os liberaes para realizarem a reforma da eleição directa. Elle fez sempre sua carreira politica pela linha recta dos serviços a seus paiz e da lealdade aos principios de seu partido, como o affirmou em solemne momento historico (1). E foi sem favor que, eleito por grande maioria na lista senatorial, viu seu nome escolhido, e dignamente entrou para o Senado, em cuja presidencia o encontrou a Revolução de 15 de Novembro.

« As condições em que fizera a sua carreira politica deixaram-no sem a minima eiva de favor da côrte. Os proprios precedentes, e os dos seus, haviam sido sempre de só frequentarem os paços da realeza em razão de encargo publico.

« Não tinha motivos particulares e intimos que entendessem com a integridade moral e com a fidelidade de caracter para a devotação pessoal, não a determinando até o abandono da personalidade, nos extremos da identificação, a estima da virtude e

(1) Acta da Affirmação do Partido Moderado em 31 de Agosto de 1890, contendo o discurso proferido pelo Conselheiro Paulino J. Soares de Souza.—Rio de Janeiro 1890. Pg. 10.

o reconhecimento da distincção recebida no bom acolhimento de um homem eminente ».

***

Eis-nos chegados á ultima phase da vida publica do Conselheiro Paulino, a attitude que teve a 15 de Novembro de 1889, e a sua consequente conducta posterior á Revolução.

Seguindo com o maior escrupulo a narrativa historica, procuraremos descrever os factos, tanto quanto possivel, com as proprias palavras do biographado.

« A revolução de 15 de Novembro foi sem duvida um facto, no momento, inesperado; mas offereceu a grande singularidade de não causar extranhavel surpresa. E' que ainda aquelles que mais as prezavam já não acreditavam na estabilidade das instituições existentes » (1).

De ha muito estava o seu espirito preparado para a transformação politica que se operou. Não podia escapar a um estadista de sua experiencia e criterio a corrente vencedora, de idéas cujo volume crescia, graças ás violencias e desacertos que caracterizavam a direcção do ultimo gabinete imperial; e elle o diz de modo cathegorico.

Impressionado pelo modo por que se fez a emancipação a 13 de Maio de 1888, e estudando as consequencias na vida nacional, e posteriormente as medidas empregadas pelo ministerio liberal, e a agitação do paiz, disse:

« Não foi, porêm, por esse lado que o assaltaram maiores apprehensões. Francamente disse logo depois que dar-se-iam, como se deram, grandes difficuldades para os productores, mas nem um homem sensato lhe attribuiria o receio de ver então perdido de vez o Brazil com a cessação do trabalho servil.

« O que mais o preoccupava era a revelação, logo feita ao espirito agitador, de que neste paiz tudo se podia, sem grandes resistencias, transformar de um para outro momento; o que o sobresaltava era o afastamento definitivo das classes conservadoras, considerando-se desprotegidas dos poderes publicos no governo monarchico, dispostas, em represalia que reputavam justa, a cooperar para a destruição de uma ordem de cousas qne se lhes tornara odiosa » (2).

No periodo de descanço parlamentar estudava e observava todos esses symptomas, e vinha tomar o seu logar na presidencia do Senado, sob essa obcessão, como descreve com palavras suas:

---

(1) Acta da Affirmação cit. Pg. 7.
(2) Opusculo cit. Pg. 7.

« Reflectia sobre o rumo que poderiam tomar os acontecimentos durante a sessão legislativa, desejando julgar-se visionario na vacillação em que tudo lhe parecia estar, apezar do desassombro e seguridade do governo, quando, chegado a esta cidade a 14 de Novembro ultimo, dirigiu-se na manhan do dia seguinte á casa do Senado para a sessão preparatoria. Em caminho encontrou os batalhões, que para o arsenal de marinha desfilavam do quartel-general onde se acabava de proclamar a Republica!

« Estava percorrido o estadio no primeiro passo.

« Viu tranquilla e socegada a parte da cidade por onde andou e, recolhido á casa, entre 2 e 4 horas da tarde (do dia 15 de Novembro) foi procurado por diversos amigos da representação politica, alguns dos quaes presentes alli á conferencia, que vinham consultal-o sobre a possibilidade de resistencia e, convidando-o a dar qualquer direcção, accordar no que cumpria fazer.

« Respondeu que nada havia que fazer, pois que julgava tudo feito, e accrescentou que se illudiam si pensavam tratar-se de alguma aventura militar; o que viam era uma revolução dentro em pouco consentida por toda a nação » (1).

« Acceitar o novo regimem, eis como pensa que deve proceder e como aconselha aos corretigionarios que o façam.

« O que vi, o que apprendi, o que li nos escriptos dos politicos mais experimentados, o que me ensinaram os illustres varões desta Republica e das demais cidades, foi—que o homem publico não adeanta para o bem commum persistindo na defesa de causas, que ja passaram, devendo sempre inspirar-se para o seu procedimento no estado actual das cousas e regular-se pelos bons principios, segundo a sua consciencia, conforme as disposições dos tempos e os interesses da paz publica.

« Pensando assim, não recusou o ensejo, que logo se lhe deparou pela provocação de manifestar a sua opinião, para declarar pela imprensa:

—«que considerava a fórma de governo mudada sem regresso;

—«que a sua maior aspiração no momento era ver a nação entrar no regimen da legalidade;

—«que considerava extinctos os antigos partidos, cuja missão politica desapparecera com a ordem constitucional que lhes dera origem;

—«que estaria com aquelles que sinceramente se esforçassem pela fundação de um governo estavel no seio de uma sociedade verdadeiramente livre;

—«que o principio federativo, tão incompativel com a indole unitaria da Monarchia, quanto essencial e dominante na Republi-

(1) Op. cit. Pgs. 9 e 40.

ca, era o elemento conservador da nova fórma de governo e a garantia futura de união das antigas provincias, em que se dividia o Brazil (1)».

Depois desta affirmação, coherente com seus precedentes, e com sua lealdade, para que não o suppuzessem um adhesista da primeira ordem, a pretender qualquer vantagem no novo regimen, exclama com toda a altivez e franqueza:

« O que quer confessar publicamente é que não desejou a Republica. Conservador, como se definiu, era assim monarchista e manteria as instituições que encontrou, susceptiveis de progresso, como é tambem possivel que, si nascesse sob a fórma de governo republicana, não quizesse outra, mas trabalhasse pela estabilidade e melhoramento da existente. Tendo, porêm, de viver na Republica, e adoptando-a com franqueza e lealdade, pede que, desde logo, pelo menos se concedam aos cidadãos as garantias dos direitos individuaes e politicos, que tinham na monarchia (2)».

Falando em vesperas de eleição da Constituinte, certo de que o proprio *Governo Provisorio* faria tudo para tel-o como representante nessa Assembléia ou pelo menos obter seu apoio e responsabilidade, por meio de amigos seus, alli significando sua adhesão, não hesita em manifestar-se com franqueza aos amigos reunidos para esse fim, e diz que « na presença dos meios já usados como amostra do que na urgencia se fará, na imminencia do emprego annunciado da força publica, sente humilhada a sua dignidade politica e, por sua parte, não intervirá no proximo pleito eleitoral. Assim tambem aconselha aos seus amigos (3) ».

E tão grande era a força moral do Conselheiro Paulino, que, unanimemente, os mais eminentes politicos fluminenses alli reunidos, sob sua presidencia —«declaram extinctos no Estado do Rio de Janeiro os antigos partidos politicos e affirmam a existencia do partido moderado, que tem por intuitos, resistindo a todos os excessos, fundar um governo estavel no seio de uma sociedade verdadeiramente livre, sobre as bases seguras da união republicana federativa do Brazil;

—« compromettem-se a concorrer, dentro dos limites da legalidade, até onde puderem chegar os seus esforços, para que se realize, á vontade dos fluminenses, a constituição politica e a organização administrativa do novo Estado do Rio de Janeiro;

—« sentem-se com pezar obrigados a deixar de collaborar na constituição federal pela abstenção do exercicio do direito de voto nas eleições de 15 de Novembro proximo vindouro, evitando

(1) Op. cit. pags. 12-13.
(2) Op. cit. pag. 18.
(3) Op. cit. pag. 23.

assim a responsabilidade de quaesquer superveniencias na lucta a que os arrastaria a intervenção official (1)».

As deliberações acima exaradas, as palavras proferidas pelo Conselheiro Paulino, já citadas, foram ouvidas em uma reunião solemne, celebrada a 31 de Agosto de 1890 em um dos salões da *Bibliotheca Fluminense*, no Rio de Janeiro.

Essa data deve ficar bem registrada na nossa historia politica, e não é justo que se apague da memoria do povo.

Concorreram ao appello do chefe prestigioso os mais notaveis homens politicos dos antigos partidos liberal e conservador da provincia do Rio de Janeiro, ou então residentes na capital da Republica, e, depois de largos e reflectidos debates, assumiram o papel que lhe impoz a decisão da assembléia.

O Conselheiro Paulino deu por finda a sua missão de figurante activo na politica, mas continuou como o inspirador e o chefe espiritual do forte e pujante partido que ainda hoje domina no estado fluminense. E essa organização humogenea, disciplinada, pode encontrar o melhor simile na historia, lembrando a estructura e a solidariedade da antiga phalange macedonica.

Ao envez de outros que tiveram representação e responsabilidade no antigo regimen, e que correram, antes mesmo de qualquer aceno do poder, a solicitar posições e a disputar logares, o Conselheiro Paulino tudo recusou, e limitou-se a fortalecer com a sua collaboração leal e patriotica a nova ordem politica.

«Quando se deu a revolta de 6 de Setembro, o marechal Floriano Peixoto, que consagrava ao Conselheiro Paulino a mais alta e merecida consideração e estima, encarregou-o de ser o distribuidor dos soccorros publicos com que o governo federal de então resolvera ir em auxilio da população fluminense ás voltas com o terror dos bombardeios e com as necessidades da occasião. O conselheiro Paulino cumpriu fielmente essa piedosa missão, que foi mais um dos servicos prestados pela sua alma generosa e excepcional ao povo desta terra ».

Deixando o theatro politico, onde poderia occupar a posição que sempre teve, não recusou o Conselheiro Paulino os seus serviços, a sua actividade, a sua esclarecida experiencia aos progressos de sua patria.

No meio da agitação e da febre industrial que se apoderou do paiz, organizou e dirigiu, com o maior escrupulo e probidade, novas companhias, onde empregou os seus haveres, como garantia aos seus consocios.

A' benemerita associação da *Bibliotheca Fluminense* continuou a dispensar o mesmo amor, que antes dispensava e por cujo

(1) Op. cit. pag. 24.

esforço a collocou no ponto invejavel em que hoje está. Esta sua collaboração é bem apreciada pelo mesmo jornalista que nos tem guiado nestas apreciações e que escreveu este topico:

«Fóra da vida publica continuou a se interessar pelos negocios de ordem geral. Levou a cabo a tarefa ingentissima de reorganizar a Companhia Leopoldina e, mais do que tudo, tomou a si a direcção da Santa Casa de Misericordia, com a qual póde dizer que se identificou. Dirigiu a Sociedade Propagadora de Bellas Artes, conseguindo ver realizada a reedificação do Lyceu de Artes e Officios, destruido pelo incendio, quando lhe foi commettido esse serviço. A sua administração na Santa Casa só tem egual na de Zacarias de Góes e Vasconcellos, pelo zelo com que a ella se dedicou, e na de José Clemente Pereira, pelas grandes obras que realizou e pelas difficuldades de momento que teve de vencer».

Tão util e gloriosa existencia cessou a 3 de Novembro de 1901, enchendo o paiz de justa consternação.

Tivesse o lugubre passamento se realizado em um decennio anterior, e o choque teria repercutido de modo estrondoso por todo o paiz; mas não seriam mais sinceras nem mais leaes as homenagens que, perante o tumulo entreaberto e os carinhos da familia, vieram tambem prestar-lhe todas as classes nacionaes.

E' que o Conselheiro Paulino, grande do imperio, descendente de illustre linhagem, coberto de honrarias, recuzando titulos nobiliarchicos, era, antes de tudo, um purissimo coração, caracter singello de um verdadeiro cidadão, e caracter integro de um genuino democrata.

Não é facil descrever toda a longa biographia do illustre politico, nem analysar o valor de seus serviços e da influencia que exerceu na evolução nacional. Não é porêm difficil, em synthese, fixar a sua grande figura. Para isso bastam tres palavras:

INTELLIGENCIA —HONRA —LEALBADE

DR. M. AZEVEDO.

Mathias José dos Santos Carvalho

Emcima este perfil um nome burguezmente composto, que nada significa na heraldica, que não obedece mesmo á celebre predestinação dos nomes illustres, conforme a exdruxula theoria de outro grande talento que depois se perdeu nas trevas da degenerescencia,—Teixeira de Freitas.

Tambem quasi que passou despercebida a sua morte. Nem a imprensa, de que foi um dos ornamentos, nem os velhos companheiros, muitos dos quaes receberam delle soccorro e alento, nem os collegas da profissão que honrou, nem as hostes politicas de que foi um dos mais denodados e intrepidos soldados, lhe prestaram a homenagem a que tinha direito, lhe commemoraram os altos titulos que tinha á estima da patria e da Republica.

Triste contingencia humana, que tão pouco se lembra do merito quando este foi tocado pela adversidade!

Surprehendidos aqui pelo laconismo telegraphico, que annunciava o fallecimento de Mathias de Carvalho, procurámos na leitura dos jornaes a noticia do facto e o que havia apressado esse desfecho. E com o coração opprimido ante o quasi silencio de todos, nos revoltámos e deliberámos reparar um pouco essa culpa!

A folha que dava melhor nota era o *Jornal do Commercio.*

Leiam-no desprevenidamente, e vejam si por ella se pode formar idéia do valor do illustre poeta e patriota.

«Falleceu hontem e sepultou-se hoje o sr. Mathias de Carvalho, que, durante a propaganda republicana, relevantes serviços a ella prestára collaborando em diversos jornaes desta idéia democrata.

«Publicou em 1881 um livro de versos intitulado *Linha recta*, que mereceu honrosas referencias das criticas daquella épocha.

«Depois da Republica exerceu o cargo de contador da marinha, sendo mais tarde delle dispensado.

Ferido pela desgraça, entregou-se completamente ao abandono de si proprio, até que a morte o veiu colher, depois de uma longa enfermidade» (1).

***

E quasi que nesse *parce sepultis* ficou satisfeita a consciencia nacional da divida que tinha para com um dos operarios mais activos e illustres do movimento politico que agitou o paiz e especialmente a sociedade fluminense de 1870 até 1889. E dizer que occupou logar saliente entre os intellectuaes do Rio de Janeiro nesse periodo, é, *ipso facto*, confirmar que exerceu influencia sobre todo o paiz, e que Mathias de Carvalho não era um obscuro, um *illustre desconhecido*, como os membros daquella camara monarchica, assim appellidada pela irônia pungente do grande tribuno rio-grandense.

Poucos apontamentos pudemos colligir ácerca da vida de Mathias de Carvalho; mas aos bahianos cumpre obviar essa lacuna, e fazemos votos para que em breve vejamos o seu nome e a sua biographia na galeria brilhante dos poetas bahianos.

Em falta de outros, que se encarregue dessa patriotica missão o *Instituto Historico Bahiano*, por intermedio de um de seus illustres membros como está fazendo o distincto dr. Manoel de Brito para os poetas dos seculos passados. (2)

A Bahia, essa gloriosa e fecunda *mater* de talentos, foi o berço tambem deste peregrino talento. Lá nasceu Mathias de Carvalho a 24 de Fevereiro de 1851.

Trouxe no cerebro, nutrido pela riqueza do sangue de duas raças oppostas, a inspiração poetica vehemente, e, desenvolvido, o instincto da combatividade dos phrenólogos.

De origem obscura e modesta, apprendeu por esforço proprio as primeiras lettras; e depois, roubando ao repouso do corpo e ás diversões naturaes da edade o tempo que não empregava no labutar diario da vida commercial, conseguiu ornar a intelligencia com boa educação litteraria, artistica e philosophica.

Poeta, deixou-se arrastar pela paixão democratica; extremado cultor da liberdade, produziu estrophes enthusiasticas, verdadeiras joias litterarias, que podem sem eclipse figurar nas polyanthéas dos nossos melhores poetas.

---

(1) Do *Jornal do Commercio*, de 8 de Novembro de 1901.

(2) *Poetas Bahianos, pelo dr. Manoel de Brito.* —*Revist. Trim. do Inst. Brasileiro* —Vol 5.º e 6º.

Escreveu:—*No dia fatal*; em 1872, combatendo a escravidão em bellos e energicos versos.

Em 1880 publicou as *Irmans da caridade*, atacando com vigor essa instituição, em versos que não são inferiores ao do grande poeta portuguez João de Deus, sobre o assumpto, posto que de natureza diversa.

Mais tarde publicou a collecção de poesias a que se referiu a noticia do *Jornal*, intitulada — *Linha recta*, mas em 1883 e não em 1881 conforme disse aquella folha, que bem podia consultar sua collecção e lembrar-se que a respeito della dissera então «que esses versos são como a trombeta do juizo final, chamando á conta Deus, a Monarchia, as irmans de caridade, e a mesma Morte:

«*Condemnamos-te, ó ave de rapina*»

Não são essas as unicas publicações de Mathias de Carvalho, pois ainda deu aos prelos os *Rythmos* em 1875 a 1880, as *Trovas Modernas* em 1884, — e *Riel*, poema americano.

«Este poema, diz o dr. Blake no seu interessante livro (3), é o primeiro de uma serie que o auctor diz ter para publicar».

Consta-nos que, na realidade, entre os seus papeis deixou a continuação desses poemas. O que, porêm, Mathias de Carvalho escreveu e publicou em numerosas revistas litterarias, em folhas da imprensa do Rio de Janeiro e das provincias, é um cabedal opulento e grande, que, reunido, daria um bom volume de valor intrinseco para a nossa litteratura

Ahi está uma idéia para que um amigo do finado, e de competencia intellectual como Lopes Trovão, realize salvando do olvido a memoria do inditoso poeta.

***

Jornalista ardente, o estylo de Mathias de Carvalho era vigoroso e vibrante; argumentava com logica e era habil na polemica: mas quasi sempre recorria á forma poetica para a defesa e propaganda de suas idéias philosophicas e politicas.

Collaborou assiduamente no *Estandarte*, no *Combate*, do Rio de Janeiro, e no *Atirador Franco*, de que foi um dos redactores em 1881.

Na segunda phase do jornal *Republica*, em 1878, onde tinhamos levantado a nossa tenda de combate com José Maria do

(3) *Dr. Augusto S. Blake.—Diccionario Bibliographico Brasileiro.*—Vol. 6.º—Pag. 200.

Amaral, Aristides Lobo, Ubaldino e Limpo de Abreu, foi Mathias de Carvalho um nosso companheiro constante, um auxiliar precioso.

E, raro era o dia em que não encontrava uma hora a tirar do seu arduo morejar de guarda livros, para nos trazer sua palavra amiga ou suas estrophes inspiradas e bellissimas para o nosso jornal, que registrou estas bellezas: — *Mortus est*, *A José de Alencar* e tantas e tantas outras. E José Maria do Amaral, o querido e venerando mestre — cuja competencia critica e sinceridade era por todos conhecida — com o direito de *poetas por poetas sejam lidos* — tinha em grande conta o merito de Mathias de Carvalho, que se vivesse em outro paiz alcançaria maior fama.

Mathias de Carvalho não recusava seus serviços a quem lh'os solicitasse.

A *Gazeta de Noticias* e o *Diario do Rio de Janeiro*, tiveram seguidamente a sua collaboração, e ahi ha bellas paginas que demonstram a pujança e malleabilidade da intelligencia de Mathias de Carvalho, que desenvolveu grande e activo trabalho até 1888.

O enthusiasmo que sentiu o poeta pelo acto da abolição a 13 de Maio, só é comparavel ao sentimento que dominou José do Patrocinio, esse outro grande poeta e luctador terrivel da raça opprimida.

Não esmoreceu o ardor do denodado republicano, — pois continuou partilhando todos os trabalhos dos companheiros para a campanha de 15 de Novembro de 1889, que veiu realizar no momento o seu mais ardente sonho de toda a vida, — de intelligencia e coração.

***

Para Mathias de Carvalho como para outros propagandistas, nãofoi o advento da Republica uma aurora de felicidade. Na hora da victoria, os detentores do poder, assediados pela turba multa dos abyssinios adhesistas, esqueceram-se do esforçado companheiro.

Elle, que no meio mais infenso ás suas idéias politicas e religiosas, sempre havia encontrado trabalho remunerador, e era com empenho procurado, para prestar serviços de sua profissão, em que era competentissimo, começou depois a sentir surda hostilidade.

Aquelles mesmos que, no tempo da monarchia, o acolhiam e amigavelmente chasqueavam de suas crenças, transformaram-

se em intransigentes adversarios, isolaram-no e privaram-no de meios de substancia. O que parece um facto extraordinario e pouco verosimil é perfeitamente comprehendido por quem conhece o espirito de solidariedade que reina no commercio portuguez do Rio de Janeiro, meio em que exercia Mathias de Carvalho as suas raras aptidões de guarda-livros.

Tentou todos os meios de continuar a viver de sua penna; atirou-se tambem ao vertice das especulações que dominaram o paiz inteiro de 1890 a 1891; e foi mais uma das numerosas victimas anonymas dos grandes artistas da fraude.

Desanimado, empobrecido, recorreu finalmente ao Marechal Floriano Peixoto, solicitando um emprego onde pudesse ser aproveitada a sua capacidade, e que lhe désse os meios de alimentar a familia, a que era dedicadissimo.

A *Contadoria da Marinha* precisava de um funccionario habil e leal ao novo regimen.

Para lá foi Mathias de Carvalho, e relevantes serviços prestou nessa commissão.

Mais tarde incompatibilizou-se na repartição, e teve que deixar o logar já sob a presidencia do illustre Dr. Prudente de Moraes. Desde então a fatalidade o perseguiu sem treguas, ferindo-o como pae, e como cidadão.

E aquella alma, tão energica e tão altiva no periodo mais perigoso da lucta, fraqueou e recolheu-se ao desalento, e começou a cahir, a cahir... até procurar, ás vezes, no toxico que envenena a intelligencia e todo o organismo, o esquecimento de sua situação precaria.

Por momentos luzia-lhe no cerebro o lampejo antigo, e tentava reagir. Quando encontrava um velho amigo e companheiro, reanimava-se, não se queixava, e promettia voltar á vida do trabalho.

Mas esse trabalho não apparecia, porque sobre elle continuava a pesar a suspeita de que não era o mesmo dos tempos passados; e os amigos o evitavam, porque elle estava mal trajado. Os amigos não tinham coragem de levantar-lhe o moral e sanear-lhe o physico.

E como Mathias de Carvalho se mostrava reconhecido e sensivel á menor prova de sympathia e de attenção da parte de qualquer antigo companheiro!

Em toda nossa vida, que já é longa, não tivemos talvez emoção egual ás que as lagrimas e o abraço frenetico de Mathias de Carvalho nos causaram quando o detivemos em plena rua do Ouvidor, ha dois annos, depois de longa separação aberta entre nós pelo destino e pelas nossas differentes carreiras!

Habitualmente nos encontravamos depois, e com prazer notava eu que elle ainda não era uma intelligencia inhibida pelo soffrimento, nem uma individualidade inutilizada para sempre.

Ainda em Outubro convencionára encontrar-lhe aqui um emprego, modesto embora, para que viesse com sua esposa tentar e recomeçar a vida.

— Com pouco me contento, dizia-me elle. Eu e minha mulher, já velhos ambos e sem aspirações, só almejamos não morrer de fome!

E antes que pudesse collocal-o, antes que o chamasse de novo á vida e ao movimento, colheu-o a *morte, essa cruel ave de rapina*, em sua phrase sempre original.

A poucos talvez se possa com mais propriedade applicar os bellos versos do grande poeta hespanhol:

«Que es el poeta en su mission
Sobre la tierra que habita?
Es una planta maldita,
Con frutos de bendicion».

E assim terminou a existencia um grande coração e um grande talento, tendo bem avaliado a ingratidão e a injustiça dos homens.

Dr. M. Azevedo.

Dr. Antonio Achilles de Miranda Varejão

Em breve e secco necrologio noticiava o *Jornal do Commercio* de 19 de Novembro de 1900 o seguinte:

« Depois de prolongado soffrimento falleceu antehontem, nesta cidade, na edade de 66 annos, o Dr. Antonio Achilles de Miranda Varejão, nascido no Rio de Janeiro.

« Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1866, foi no anno seguinte nomeado chefe de secção da Estatistica da Secretaria de Policia desta Capital, passando dahi como primeiro official para a Secretaria de Justiça, logar em que se aposentou em 1872.

« Exerceu a advocacia e leccionou varias linguas e sciencias.

« Foi redactor principal do *Diario Official*, collaborou na *Semana Illustrada*, na *Revista do Ensino Philosophico Paulistano* e no *Diario do Rio de Janeiro*, e foi por alguns annos um dos redactores desta folha.

« O Dr. Varejão começou a ser conhecido cedo no mundo das lettras por trabalhos litterarios publicados em revistas, nas quaes collaborava com outros apreciados escriptores.

« Para o theatro escreveu a *Epocha*, comedia em 5 actos, representada em 1861; a *Resignação*, drama em 3 actos, representado em 1862; o *Captiveiro Moral*, drama representado em 1864; *Trevas e Luz*, drama em 4 actos, representado em 1867; os *Excentricos*, comedia em 4 actos tambem representada.

« Esta comedia, bem como os dramas a *Vida Intima* e *An'Ath*, em 3 actos, são ineditas.

« *A Louca*, libretto em 4 actos, em verso portuguez, posto em musica pelo compositor paulista Elias Lobo.

« Na *Revista Litteraria* de S. Paulo foi publicada a *Guerra do Oriente*, trabalho em resposta á poesia do seu amigo José Diogo de Menezes Fróes, sobre a Russia.

« Intelligente e trabalhador, como provam os trabalhos que publicou, o Dr. Achilles Varejão occupa logar honroso na nossa litteratura.

« De genio alegre e prazenteiro, era o Dr. Varejão estimado e apreciado por quantos o conheceram.

« Achava-se doente ha muito tempo, e recolheu-se ao Hotel da Vista Alegre, em cujo proprietario encontrou um verdadeiro amigo, cujos cuidados e carinho suavizaram-lhe os seus ultimos dias.

« O seu enterro realizou-se hontem ».

E nada mais adeantou esta noticia ao que se podia ler no *Diccionario Bibliographico* do Dr. Black (1) ou no *Pantheon Fluminense* (2), de L. Lery dos Santos.

O redactor da noticia foi até omisso no nome dos paes do seu antigo companheiro.

Em qualquer das obras citadas veria que o Dr. Varejão nasceu a 30 de Janeiro de 1834 no Rio de Janeiro, filho do commendador Antonio Alvares de Miranda Varejão e de D. Joaquina Ursula de Miranda Varejão.

E' dos mais simples estylos, sempre que se rememora a vida de um homem illustre, não esquecer os feitos ou pelo menos os nomes de seus antepassados.

***

Para bem se comprehender a figura sympathica do Dr. Varejão, e avaliar o papel que representou na nossa sociedade, seria conveniente remontar á epocha em que floresceu, e descrever o meio social de então, as correntes de idéas predominantes em litteratura, que apaixonavam os escriptores e leitores, inspiravam os dramaturgos, e enthusiasmavam as platéas.

Para cabal desempenho dessa missão seria preciso dispôr do talento e da maestria com que Machado de Assis, o reputado pontifice da litteratura nacional, traçou o quadro do *Velho Senado* (3). E poderia fazel-o como um dos actores que então já tinha seu papel no palco fluminense, como bem o escreveu, e que era da mesma roda em que se encontrava com o Dr. Varejão.

« Nesse mesmo anno (1860) entrava eu para a imprensa.

---

(1) *Dr. A. S. Blak — Diccion. Bibliog. — Tom. I.* Pg. 100.
(2) *Lery dos Santos — Pantheon Fluminense.* Pg. 105.
(3) *O Velho Senado* — por *Machado de Assis* — *Vol.* 14 — *Revista Brazileira* 1898.

« Uma noite como saissemos do theatro *Gymnasio*, Quintino Bocayuva e eu fomos tomar chá Bocayuva era então uma gentil figura de rapaz, delgado, tez macia, fino bigode e olhos serenos. Já então tinha os gestos lentos de hoje, e um pouco daquelle ar *distinct* que Taine achou em Merimée. Disseram coisa analoga de Challemel-Lacour, que alguem ultimamente definia como *très républicain de conviction et très aristocrate de temperament*. O nosso Bocayuva era só a segunda parte, mas já então liberal bastante para dar um republicano convicto. Ao chá conversámos primeiramente de lettras e pouco depois de politica, materia introduzida por elle, o que me espantou bastante; não era usual nas nossas praticas. Nem é exacto dizer que conversámos de politica; eu antes respondia ás perguntas que Bocayuva me ia fazendo, como si quizesse conhecer as minhas opiniões. Provavelmente não as teria fixas nem determinadas; mas quaesquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequadas ao que elle me ia offerecer. De facto separámo-nos com prazo dado para o dia seguinte, na loja de Paula Brito, que era na antiga Praça da Constituição, lado do *Theatro de S. Pedro*, a meio caminho das ruas do Cano e dos Ciganos. Relevai esta nomenclatura morta; é vicio de memoria velha.

« Na manhan seguinte, achei ahi Bocayuva escrevendo um bilhete. Tratava-se do *Diario do Rio de Janeiro*, que ia reapparecer sob a direcção politica de Saldanha Marinho. Vinha darme um logar na redacção com elle e Henrique Cezar Muzzio.

« Estas minudencias, agradaveis de escrever, sel-o-ão menos de ler. E' difficil fugir a ellas, quando se recordam coisas idas. Assim, dizendo que no mesmo anno, abertas as camaras, fui para o Senado como redactor do *Diario do Rio*, não posso esquecer que nesse ou no outro alli estivessem commigo, Bernardo Guimarães, representante do *Jornal do Commercio*, e Pedro Luiz por parte do *Correio Mercantil*, nem as boas horas que vivemos os tres. Posto que Bernardo Guimarães fosse mais velho que nós, partiamos irmanmente o pão da intimidade. Desciamos juntos aquella praça da Acclamação, que não era então o parque de hoje, mas um vasto espaço inculto e vazio como o campo de S. Christovam. Algumas vezes iamos a um *restaurant* da rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias, nome este que se lhe deu por indicação justamente do *Diario do Rio*; o poeta morava alli outróra, e foi Muzzio, seu amigo, que pela sua folha pediu a Camara Municipal. Pedro Luiz não tinha só a paixão que poz nos bellos versos á Polonia e no discurso com que pouco depois estreou na Camara dos Deputados, mas ainda a graça, o sarcasmo, a observação fina e aquelle largo riso em que os seus grandes

olhos se faziam maiores. Bernardo Guimarães não fallava nem ria tanto, incumbia-se de pontuar o dialogo com um bom dito, um reparo, uma anedocta. O Senado não se prestava menos que o resto do mundo á conversação dos tres amigos ». (1)

Si o mestre não quizer levar a cabo essa empresa, ahi estão outros que têm egual talento e competencia, tendo tambem bem conhecido as figuras intellectuaes, os artistas do theatro daquella epocha, nos seus triumphos e nas intrigas dos bastidores, lembramo-nos de Mello Moraes Filho ou Pires d'Almeida.

Que renove aquelle o trabalho que fez em favor de Martins Penna (2), e este lance sua actividade de chronista e de polygrapho correcto para este lado, e as nossas lettras e a nossa historia muito boas paginas registrarão; é seguir o exemplo que em outros povos e outras terras nos fornecem escriptores de merito, e que fez com successo, aqui, para os *Artistas d'outro tempo*, Escragnolle Doria na REVISTA BRAZILEIRA.

***

A sociedade fluminense desse periodo tinha caracter mais typico e indigena que a actual feição cosmopolita que ostenta; seria menos civilizada, no sentido moderno do vocabulo; mas era com certeza mais sympathica e altruistica. Queria os seus homens politicos, prezava os seus litteratos, festejava os seus artistas quasi como pessoas da familia; podia censural-os, pirraçal-os, mas não levava a bem que outros o fizessem.

Interessava-se mais por um bom discurso politico, enthusiasmava-se por uma peça theatral, ou por um volume de poesias ou um romance, por um simples folhetim de Octaviano ou Alencar, com mais alma e persistencia do que hoje.

A mocidade invejava e suspirava pela gloria de um bom nome nas sciencias, nas lettras ou na politica, com mais ardor do que admira hoje as façanhas e os successos bolsistas dos millionarios que enchem as ruas.

O proprio commercio era influenciado por essa atmosphera. Discutia-se com mais amor a boa marcha e o brilhantismo de associações litterarias como o *Gabinete Portuguez de Leitura*, o *Retiro Litterario* e a *Sociedade Ensaios Litterarios*, a dos *Bachareis em Lettras* e outras do que durante o periodo das phantasias bolsistas a myriade de aggremiações que surgiam e desappareciam com o fito de explorar a credulidade dos accionistas.

---

(1) *O Velho Senado.* — *Revista Brasileira* — Pg. 258 -259.

(2) *Theatro Brasileiro, Martins Penna*, com um estudo critico por Mello Moraes Filho e S. Romero—Rio de Janeiro—Jamier, Edit.

Não poucos nomes de moços do commercio conquistaram merecida consideração por esse culto e amor ás lettras—como Faustino Xavier de Novaes e Manoel de Mello, para citar só os mortos.

As sessões magnas dessas associações litterarias, eram successos que preoccupavam as diversas camadas sociaes, e frequentadas pelo que de mais selecto havia, quer do mundo official, pelo corpo diplomatico, quer por outras classes, como a do commercio e a academica.

E' materia que tem escapado aos nosso criticos e historiadores do progresso intellectual no Brazil — o estudo d'essas associações e a influencia que exerceram sobre a civilização nacional; e bem era que Sylvio Romero, José Virissimo ou outro se dedicassem a essa analyse.

O theatro nacional offerecia á scena producções de valor de escriptores brazileiros, e era a arena onde se debatiam com mais brilhantismo as duas tendencias litterarias da epocha.

O nome popular de Macedo, que com suas comedias de costumes, bem observados, creava typos bem delineados, como o do *Capitão Tiberio*, do *Fantasma Branco*, encontrava concorrencia nos novos representantes dramaticos, entre os quaes figurava o Dr. A. Varejão, sem falar tambem de José de Alencar, tão conhecido, que o deixamos de lado, pois só o estudo de sua influencia no theatro daria para longo escripto.

A eschola realista tinha na nova phalange vigorosas aptidões enthusiasticas e activas; e Varejão anno por anno appresentava uma nova obra. *A epocha*, em cinco actos, obtinha grande successo em 1861, e era logo seguida pela *Resignação*, em 1862, pel'O *captiveiro moral* em 1864 e pelas *Trevas e Luz*.

Ao mesmo tempo disputava-lhe as palmas outro fluminense, illustre jornalista e medico, o fallecido Dr. Pinheiro Guimarães, com o drama *Historia de uma moça rica*, que alcançou enorme successo e logo depois com a *Punição*.

Quintino Bocayuva tambem colhia louros com os dramas *Omphalia* e *Mineiros da Desgraça*; formavam-se partidos, aggremiavam-se enthusiastas de um ou de outro; mas a nobre emulação intellectual, em vez de separar os escriptores, os unia em boa convivencia e leal amizade, manifestando-se na lucta só por maior actividade e maior cuidado em novas producções.

Pinheiro Guimarães e Quintino seguiram outras direcções, indo conquistar cada um mais glorias para seus nomes já illustres, um na sciencia, nas armas e na politica; outro, na imprensa, onde teve o titulo de *principe*, por quem o podia dar, e na politica, onde permanece com o testemunho mais eloquente e

vivo do quanto o merito é quasi sempre alvo da inveja e da ingratidão.

O Dr. Varejão permaneceu fiel á arte, e enriqueceu o theatro com outros trabalhos como *Os excentricos* e *A vida intima*, em que revela solidas e verdadeiras qualidades do dramaturgo.

Si mais propicia fosse a nossa civilização, é certo que se concentraria em sua vocação e teria conquistado logar eminente entre os mais festejados auctores da scena moderna.

Ainda escreveu *An'ath*, e deixou muitos outros trabalhos ineditos.

Varejão manejava bem o estylo dramatico; os seus dialogos são bem sustentados e despertam interesse.

Os caractéres de seus personagens, em geral bem delineados. Não são forçadas as situações. Em gyria theatral pode-se dizer que não recorre a *ficelles* para o desenlace de suas obras. Escrevia com facilidade em prosa e verso.

Quando o maestro paulista Elias Lobo quiz outro libretto, depois do triumpho obtido pela sua estreia com a *Noite de São João*, foi ao talento e á amizade de Varejão que recorreu: —dahi a sua nova opera —*A louca*.

Sobre o merito da opera diremos depois o que escreveram contemporaneos; mas ácerca do *libretto* asseguramos que é, neste genero, um dos mais cuidados e primorosos, e digno de ser impresso ao lado dos escriptos do dr. A. Varejao.

***

Achilles Varejão occupou logar distincto na imprensa fluminense, fazendo parte effectiva da redacção de varios periodicos, entre os quaes o *Jornal do Commercio*.

A politica tambem o tentou. Fez parte da antiga *Assembléa Provincial* do Rio de Janeiro, como representante do partido liberal nas legislaturas de 1864 a 1868.

Em varias commissões dessa corporação politica deixou prova de seu cultivado espirito, da sua competencia nas varias questões de que se encarregou.

Na tribuna dispunha de palavra facil e correcta e, argumentador logico e elegante, prendia o auditorio. Nos *Annaes* da Assembléa figuram os discursos que pronunciou sustentando a liberdade de ensino, e a obrigatoriedade da instrucção primaria.

As varias faces do problema foram perfeitamente analysadas pelo dr. A. Varejão, que tambem era profissional e leccionava com grande habilidade varias disciplinas.

Affavel e sympathico no seu convivio, raro era não obter amigos na roda em que exercicia a sua profissão.

No difficil desempenho de examinador de preparatorios, o seu nome era querido e respeitado como o de um julgador imparcial, mas benevolo. Essa nota dá bem a idéa da affabilidade que foi um dos seus traços caracteristicos em toda a sua longa existencia.

***

Havia muitos annos que não viamos o dr. Achilles Varejão, quando, em Outubro de 1900, ao passarmos pela rua Gonçalves Dias, o encontrámos em um café.

Lá estava só e pensativo quando elle nos chamou.

— Já não conhece os velhos amigos? Interpellou-me entre triste e affectuoso.

E depois alli ficámos por quasi uma hora, abstractos do movimento que nos cercava, isolados da turba que nos envolvia, a conversar sobre cousas e homens de outros tempos.

Com emoção e saudades revivemos muitos amigos já extinctos e nos lembrámos egualmente de tantas e tantas affeições anniquiladas pela morte.

Foi um grande mergulho no passado, como disse Varejão, ao separarmo-nos.

Suave e melancholica foi a despedida e ainda mais me impressionou o *non te scordar di me* que elle proferiu, ao deixal-o eu definitivamente.

Ouça a posteridade esse voto dirigido ao amigo, porque incontestavel é o direito que tem o dr. Achilles Varejão de ver seu nome registrado nas paginas da historia, por mais de um titulo: — talento e patriotismo.

Dr. M. Azevedo.

Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo

O dr. Moncorvo de Figueiredo, foi um dos poucos brazileiros que conseguiram atravessar a muralha chineza da indifferença com que o mundo scientifico europeu se isolou de nós.

Só o esforço empregado por sua intelligencia e laboriosa pertinacia em trabalhos e publicações successivas durante mais de vinte annos, bastavam para recommendar seu nome á consideração nacional e revelam as qualidades de que era dotado

Nasceu a 31 de Agosto de 1846 na cidade do Rio de Janeiro; era filho do dr. Carlos Honorio de Figueiredo e de d. Emilia Dulce Moncorvo de Figueiredo.

Estudou no antigo *Collegio Pedro II*, onde recebeu o grau de bacharel em lettras em 1865, e, tendo pertencido a uma turma de distinctos collegas, como Joaquim Nabuco, Vieira Fazenda, José Americo dos Santos, Moreira Pinto, Rodrigues Alves e tantos outros, conseguiu obter boa reputação de estudioso e intelligente entre alumnos e professores. Sustentou o mesmo conceito no curso medico da Faculdade do Rio de Janeiro, onde se doutorou em 1871, apresentando para these de doutoramento uma volumosa e interessante monographia sobre a *Dyspepsia e seu tratamento*, que foi approvada com distincção. Seguiu logo depois para a Europa, onde se demorou cerca de tres annos, frequentando com a maior assiduidade e proveito as clinicas e os cursos de notaveis professores, especializando-se em molestias do estomago e das creanças.

Dedicou-se ao mesmo tempo a estudos mais acurados de histologia, e com tal afinco passava a fazer investigações microscopicas, que prejudicou a vista, conforme o testemunho de collegas e contemporaneos de estudos em Pariz. O dr. Moncorvo assim

procedia não só pelo desejo de augmentar o cabedal scientifico, como porque aspirava, de volta á patria, dedicar-se ao magisterio, entendendo muito correctamente que para isso devia bem conhecer o uso e manejo do microscopico.

Chegando ao Rio de Janeiro, impressionado pelo adeantamento do ensino medico nas velhas capitaes européas, em completo contraste com o que se ministrava nas Faculdades brazileiras, publicou uma boa analyse critica, —*Do exercicio e ensino da medicina no Brazil*, onde fazia apreciações severas e patrioticas, e onde apresentava idéas de reformas necessarias para elevar a instrucção scientifica. Levantou esse livro grande agitação no professorado official e entre os collegas da classe que tinham representação publica, como aconteceu annos antes com publicações identicas de outro illustre medico fluminense, o dr. Alfredo Guimarães.

A mocidade academica, a imprensa e a classe medica, na sua maioria, applaudiram o acto de independencia do dr. Moncorvo, e não foram poucos os elogios que recebeu, inclusive do chefe da nação. Mas esse movimento não conseguiu vencer a má vontade do funccionalismo, que lhe fez abortar a aspiração que tinha ao magisterio superior.

Vendo distante a cathedra de professor, dirigiu para a imprensa a sua actividade, e seguidamente escreveu e publicou variada serie de estudos clinicos sobre varios pontos da actualidade scientifica, como *da acção abortiva do sulphato de quinina*, novas doutrinas sobre a *Physiologia da digestão*, *o diagnostico differencial entre a dyspepsia essencial e a hypoemia intertropical*, e muitos outros.

Nessa epocha dirigiamos a publicação do unico jornal medico existente no Rio de Janeiro, a *Revista Medica*, e, querendo reorganizal-o em bases mais vastas e mais apropriadas á representação da classe, convidámos o dr. Moncorvo conjunctamente com os drs. Juvenato Horta e Manoel A. da Cunha Alvarenga, para redactores effectivos daquelle periodico.

Conjunctamente trabalhámos desde 15 de Julho de 1875 (1) até Abril de 1876, quando conseguimos constituir uma associação medica, que formou a primeira *Sociedade de Medicina e Cirurgia* dessa epocha, á qual passamos a propriedade e direcção da *Revista*, que entrou em nova phase, infelizmente de pouca duração, pois, no fim de dois a tres annos, a despeito dos melhores e mais distinctos elementos da classe, desappareceu.

---

(1) *Revista Medica* — Anno 2.º—N. 11 — Redactor principal dr. Miranda Azevedo — Redactores effectivos, Juvenato Horta Moncorvo e Manoel da C. Alvarenga.

A constante actividade do dr. Moncorvo não soffreu o menor eclipse durante esse tempo, e a sua fecundidade cresceu e não ha na litteratura medica muitos exemplos de maior numero de monographias, artigos e estudos de varios assumptos, como os do laborioso medico fluminense.

Seria longo enumerar todos os artigos por elle publicados no *Progresso Medico* e na *União Medica* do Rio de Janeiro, na *Gazeta Medica de Lisboa*, *na Union Medicale*, de Pariz, e na *Révue des maladies de l'enfance*. O mesmo se pode dizer quanto ás publicações em opusculos, algumas das quaes foram premiadas pelo *Instituto de França* (premio de Montyon) e pela *Academia de Medicina* de Pariz (premio Desportes), que o distinguiu ultimamente, a de 6 de Maio 1900, com o titulo de membro correspondente, sendo elle um dos raros brazileiros que até ao presente conseguiram essa nomeação. Muitas outras distincções recebeu o preclaro medico brazileiro de associações e congressos scientificos extrangeiros.

***

«Em 1879, escreveu um seu biographo (1), elle publicou o primeiro trabalho sobre a virtude peptonizante do succo do mamoeiro, sob o titulo — *Sobre a acção physiologica e therapeutica do carica papaya*, vertido para o francez pelo dr. Mauriac, de Bordeaux.

«Nesse estudo o dr. Moncorvo não se limitou a assignalar as propriedades pépticas desse succo leitoso; descreveu tambem o processo com que conseguiu isolar a *caricina*, principio activo dessa substancia.

«Não obstante a data da primeira publicação e a descoberta da *caricina*, pretendeu-se na Europa tirar-lhe o merito da prioridade, que o dr. Moncorvo reivindicou numa carta publicada no n. 6 do *Journal de Thérapeutique*, de Gubler, de 25 de Março de 1880.

«Na polemica, suscitada sobre o assumpto, coube a victoria ao descobridor brazileiro.

«Deixando de parte outras opiniões favoraveis á prioridade que, de pleno direito e sem esforço de demonstração, lhe cabia, mencionarei apenas a seguinte espontanea declaração de Fonssagrives no seu *Traité de Matière Médicale*: *C'est à Moncorvo (de Rio de Janeiro) que l'on doit le prèmier travail sur la matière. Il prècéda la communication importante faite par Wurtz et Bouchut à l'Academie des Sciences de Paris et la decouverte de la*

(1) *Diario Popular* de S. Paulo,— 27 de Julho de 1901.

caricine, dénommée par ces auteurs « papaine » parait réellement être rapportée à Moncorvo. Os auctores citados por Fonssagrives conseguiram, é certo, impor a denominação *papaina* ao principio activo, que egualmente isolaram do succo leitoso do mamoeiro, sendo ella até adoptada por medicos brazileiros, contra a denominação *caricina*, mais apropriada do que aquella, e justamente preferida pelo dr. Moncorvo, seu primeiro descobridor.

«Varias foram as medicações aconselhadas pelo dr. Moncorvo contra as molestias infantis, como consta dos seus numerosos trabalhos; a que, porêm, parece haver-lhe merecido particular attenção e cuidado, foi a da resorcina contra a coqueluche.

«Acceita por uns, e contestada a principio por outros, o tratamento brazileiro conseguiu afinal pleno triumpho: é com effeito a resorcina o agente therapeutico preferido actualmente por distinctos especialistas contra uma das molestias mais frequentes e afflictivas da infancia».

No seu empenho de ampliar estudos da pathologia infantil, dirigiu sua attenção para o rheumatismo chronico na infancia e o rheumatismo nodoso, tendo escripto sobre esta materia interessante memoria para obter o titulo de socio correspondente da *Sociedade Med co Cirurgica* de Bordeaux em 1880. O dr. Mauriac, que fôra designado para dar parecer sobre esse trabalho, publicou o seu parecer em opusculo, do qual extrahimos o seguinte trecho: «Esta monographia é a primeira que me consta haver sido escripta sobre o rheumatismo chronico nodoso das creanças. Esta circumstancia sómente, quando o livro não se recommendasse por outros titulos, tornal-o-ia recommendavel aos medicos francezes» (1).

Falta-nos o tempo, e não é o logar proprio para, embora em rapida revista, citar outros importantes estudos do dr. Moncorvo.

* * *

Não abandonou o illustre facultativo o seu desejo de communicar pelo ensino o resultado de sua esclarecida observação e copiosa erudição medica á mocidade estudiosa.

Com a maior dedicação, com esforço admiravel e com fadigas de toda a sorte, conseguiu fundar, dirigir e manter a *Polyclinica do Rio de Janeiro.* E o que é essa nobre e philantropica instituição, que tão assignalados serviços tem prestado á humanidade e á sciencia, sabem todos, por que os raios intensos

---

(1) Dr. Black — *Dic. Bibly. Brasil.* — Pg. 51 V. 2.º

e brilhantes, que projecta aquelle grande fóco de luz e caridade, se extendem por todas as camadas sociaes e se observam por toda a parte.

Deixou e formou o Dr. Moncorvo muitos discipulos que, com o mesmo enthusiasmo e dedicação, se entregam ao estudo, para desenvolver e confirmar as doutrinas e as descobertas do mestre, tendo alguns já conquistado nomeada digna do preceptor.

***

O Dr. Moncorvo ultimamente quasi que só escrevia em francez, imitando assim o Dr. Costa Alvarenga, com quem tinha muitos pontos de similhança intellectual e de feição medica e jornalistica.

Quer nessa lingua, quer em portuguez, o estylo dos seus trabalhos é simples, laconico, mas claro. Minucioso nas observações, não omitte os menores detalhes, de modo que as suas descripções clinicas offerecem base aos proprios adversarios que quizerem combater-lhe muitas de suas conclusões — com os proprios factos por elle archivados.

Pouco expansivo em suas relações pessoaes, era comtudo dotado de qualidades sociaes que o tornavam excellente companheiro e perfeito *gentleman* nos circulos fluminenses.

Dispunha de grande e variada educação litteraria, conhecendo perfeitamente varios idiomas, o que lhe facilitava a acquisição que diariamente fazia de conhecimentos de sua especialidade.

No começo de sua carreira occupou-se tambem com estudos e investigações de historia patria, tendo publicado um curioso opusculo *Sobre os seis primeiros documentos da Historia do Brazil*, memoria que lhe abriu as portas do *Instituto Historico* do Brazil.

Consta que deixou concluido ou por concluir interessante resumo historico de Matto Grosso.

O nome do Dr. Moncorvo não desapparecerá da memoria dos homens de intelligencia e coração, porque o deixou bem fundamente gravado nas paginas da historia, por meio de algumas descobertas de alto valor humanitario e scientifico.

Dr. M. Azevedo.

Dr. João Diogo Esteves da Silva

S. Paulo tem uma qualidade que devia recommendal-o á sympathia de outros Estados, ao envez do que lhe merece—de despertar mal contidas prevenções e geral espirito de emulação hostil. Consiste ella na adopção completa e sem reservas que faz dos brazileiros procedentes de outras zonas, que se fixam aqui ou que trazem a collaboração util de qualquer especie que seja, para não importa que ordem de actividade da sua vida social, politica ou economica; e o mesmo se dá com cidadãos de outros paizes.

Desde que por seus serviços, talento ou illustração, se distinguem, recebem sem hesitações o logar que desejam e o cargo que procuram. Essa linha vem de longe, e não tem sido interrompida, constituindo talvez um dos seus melhores elementos de progresso, quer na esphera intellectual, quer no da prosperidade material.

Os cargos de representação politica nas assembléas, na magistratura, os empregos nos diversos ramos da administração, até o elevado posto de presidente, são conferidos não só ao paulista de nascimento, mas ao paulista de facto.

Não é preciso citar exemplos e nomes; pois só haveria difficuldade em escolher e limitar, para não ser enorme a lista.

O Dr. João Diogo Esteves é um bom e feliz exemplo que comprova o allegado.

Não fosse a necessidade de procurar em clima mais propicio que o do Rio de Janeiro, o vigor e as condições necessarias á saude—de pessoa que lhe era cara, e depois para si proprio, e não contaria S. Paulo o nome do Dr. Diogo Esteves, entre os de seus mais uteis e dedicados obreiros do progresso intellectual.

Foi, obedecendo aos conselhos e á indicação do sabio mestre Torres Homem, que procurou Ubatuba como estação sanitaria;

pois bom é que se saiba que o illustre professor reputava aquella cidade como uma das melhores localidades para viverem os tocados pelo terrivel bacillo da tuberculose.

A 9 de Fevereiro de 1848, no Rio de Janeiro, nasceu o Dr. João Diogo Esteves, onde aprendeu as primeiras lettras, sob a competente direcção paterna, até entrar para o externato do *Collegio D. Pedro II.*

Fez o curso deste instituto com proveito e distincção: tendo emulos do valor de Carlos de Laet e Lima Barros; e conseguiu ver seu nome premiado mais de uma vez, tendo se bacharelado em 1868.

Antes de começar o curso academico viu-se orpham e chefe de familia—pobre; perdera o pae, e delle só herdára o nome estimado e honrado e os encargos sociaes, pois procurava com sua actividade e seu trabalho amparar a entes que lhe eram caros.

Procurou no magisterio, para que tinha decidida vocação, os meios necessarios para educar a irman, que estremecia, e para proseguir nos estudos academicos; trabalhou com sacrificio da propria saude, mas desempenhou com honra o compromisso contrahido.

Por motivo de molestia interrompeu a carreira e só se doutorou em Maio de 1879, muito depois dos collegas com que iniciou o curso.

A these inaugural que apresentou, *Do casamento s b o ponto de vista hygienico*, é uma conscienciosa e bem escripta monographia sobre o assumpto, tratando com criterio dos pontos interessantes da hereditariedade e da influencia da consanguinidade na prole.

Depois de formado tratou o Dr. Diogo Esteves de fixar-se em Ubatuba, onde constituiu familia e abriu consultorio medico, exercendo sua profissão do modo o mais elevado e altruistico,—de sorte que foi considerado com justiça um verdadeiro apostolo da caridade.

Estudioso, observador, era um clinico esclarecido e sabedor da actualidade scientifica, pois nunca deixou de acompanhar o progresso que tinha a medicina nos grandes centros intellectuaes.

***

O Dr. Diogo Esteves era, porêm, antes de medico um educador distincto e preclaro, e o era por indole, por gosto.

Dispunha de varias aptidões para esse mistér; ensinava com methodo proprio, e extraordinaria clareza, adaptando-se ás differentes edades e aos diversos graus de comprehensão variavel de

seus discipulos. Era tão bom mestre de creanças quanto professor competente de intelligencias mais desenvolvidas.

Identificado com a sociedade de Ubatuba, alli promoveu a creação de institutos de ensino, e de cursos nocturnos para adultos; foi a alma que animou e desenvolveu todas essas obras.

Não se limitava á palavra e a acção para elevar o nivel do ensino; escrevia e discutia pela imprensa com rara competencia nesse assumpto.

Publicou um precioso livro, compendio de educação civica da mocidade, modelado pelas obras congeneres da Suissa e dos Estados Unidos, que deveria ser adoptado nas nossas escholas.

Tinha o Dr. Diogo Esteves orientação segura e boa, e, si não exerceu maior influencia, foi por sua excessiva modestia e pelo isolamento em que se manteve, até ha pouco, do grande publico, que não sabia do valor do patriotico educador de Ubatuba.

Só nestes ultimos annos começou elle a ser mais apreciado e conhecido fóra do circulo do norte do Estado.

Além de varios opusculos que imprimiu, escreveu um trabalho que revela muito estudo, resultado de interessantes investigações historicas, e que bem merecia ser melhor apreciado, do que foi no mundo litterario.

Ubatuba Medica, *apontamentos de geographia climatologia, historia natural, historia e pathologia do municipio de Ubatuba*, tal é o titulo dessa preciosa monographia.

O dr. Diogo Esteves resumiu nesse livro o resultado de sua observação pessoal de cerca de vinte annos, sobre os variados problemas com que se occupou, e de suas investigações historicas nos archivos publicos e das tradições locaes.

O trabalho, dividido em 15 capitulos, é escripto com eloquencia, clareza e methodo, offerecendo sempre muita licção proveitosa.

No capitulo 7.°, estuda com muito criterio e erudição o ponto de historia, desde a etymologia do vocabulo *Ubatuba*, até ás diversas phases por que passou aquella localidade, desde Hans Staden até hoje, relatada a invazão dos francezes, o ataque dos tamoyos e outros episodios, alguns pouco conhecidos.

Si em cada localidade do Estado houvesse imitador ou um emulo como esse outro inestimavel investigador J. Joung em Iguape e seria mais clara a noção da historia paulista a de suas tradições e a das riquezas notaveis do seu sólo e dos incognitos recursos de sua fauna e flora.

***

Não era uma organização politica de combate, ou de actividade partidaria o Dr. Diogo Esteves, que nesse terreno mili-

tava mais como um pennador, obedecendo ao ideal republicano, que sempre adoptára.

Foi, apezar de retrahido, com verdadeiro enthusiasmo, que viu a Revolução victoriosa de 15 de Novembro, e ainda agora releio com prazer a carta primorosa que me dirigiu por essa occasião, rememorando as nossas aspirações e projectos de Academia.

Estimado e considerado em todo o districto do Norte do Estado, seria facil a sua posição politica na representação do *Congresso Paulista*. Não a procurou, não disputou, — e continuou na orbita modesta de sua influencia local.

Só na legislatura de 1898 a 1901 veiu occupar um logar entre os deputados estaduaes, e viu renovado o seu mandato para a nova Constituinte.

O Dr. Diogo Esteves frequentou pouco a tribuna, mas, sempre que usou a palavra, mostrou-se discutidor logico e feliz no enunciado de seu proposito.

As questões de interesse material, ou de melhoramento de todo a especie da zona que representava, formavam objecto dos seus discursos e projectos, que alcançavam, alguns, o voto da maioria da Camara.

A instrucção publica mereceu attento exame do Dr. Diogo Esteves, que nessa materia discorreu com successo, sendo applaudido em muitas medidas que propoz.

Foi de todos, porêm, mais notavel o discurso que proferiu indicando a necessidade de auxiliar a iniciativa particular que queria fundar uma *Academia de Medicina* nesta Capital.

Não foi por falta de esforços do Dr. Diogo Esteves e de argumentos junto dos collegas, que o Congresso deixou de attender a essa antiga e justa aspiração dos paulistas. E' provavel que em epocha não remota se realize a idéa, e, na recompensa aos seus propugnadores, não deve ser esquecido o nome do illustre morto.

O Dr. Diogo Esteves da Silva, na sua conducta politica, obedecia ás linhas geraes de sua consciencia, e só em materia puramente disciplinar do partido abdicava o seu modo de pensar.

Era, porêm, o typo de companheiro leal, abnegado e modesto; estava sempre prompto a ceder o seu posto e não disputava recompensas nem honras.

Bem se pode resumir toda a sua vida no *pertransit benefaciendo*...

Assim, a 21 de Novembro de 1901, falleceu cercado de carinho da familia e da consideração dos amigos e correligionarios — *talis vita, finis ita.*

Dr. M. Azevedo.

Dr. José Hygino Duarte Pereira

As circumstancias extraordinarias que cercaram a morte do dr. José Hygino contribuiram, mais que seus relevantes trabalhos litterarios e scientificos, para tornar conhecido no paiz e no extrangeiro o seu grande valor intellectual.

Quasi sempre a morte produz esse phenomeno. E' isso bem pouco lisongeiro para a humanidade; mas perfeitamente explicavel.

O facto de ter fallecido no Mexico o dr. José Hygino, distante da patria que alli representava numa alta e honrosa missão politica e scientifica, impressionou profundamente o paiz, manifestando todas as classes sociaes, por meios publicos, o pezar que sentiram com o passamento do illustre pernambucano.

E o dr. José Hygino Duarte era digno dessa homenagem posthuma, porque muito amou o Brazil, e lhe prestou taes serviços que bastariam para recommendar mais de um cidadão á gratidão de seus compatriotas.

A elle não se podia applicar o conceito que Lord Rosebery fez de Lord Bathurst, o mais incapaz dos chancelleres inglezes. O dr. José Hygino Duarte não era um desses productos bizarros do systema politico, que occupasse um cargo em evidencia e ficasse completamente obscuro; longe disso.

A sua biographia demonstra que ganhou posto por posto, á custa de esforço proprio e por trabalhos e escriptos que lhe deram notoriedade pela competencia que tinha em certos assumptos.

Não foi um filho da fortuna cega a impellil-o para as alturas, mas um operario paciente e modesto das honras que alcançou.

Não temos tempo nem elementos para uma biographia completa do dr. José Hygino; por isso nos limitamos a fixar em rapidos traços os factos principaes da sua bella existencia consagrada ao estudo e á patria.

O dr. José Hygino Duarte Pereira era filho do dr. Luiz Duarte Pereira e de D. Carlota Hygina Duarte Pereira; nasceu a 22 de Janeiro de 1847 na Cidade do Recife (1); ahi fez os seus estudos preparatorios e academicos, defendendo theses para doutoramento na Faculdade de Direito dessa cidade. Mais tarde occupou o logar de lente cathedratico de direito administrativo, tendo leccionado tambem outras materias, sempre com grande auctoridade, até que se jubilou, privando o magisterio superior de um dos seus mais brilhantes ornamentos; ultimamente a nostalgia da cathedra fel-o acceitar o logar de lente em uma das faculdades livres de direito do Rio de Janeiro.

Referem collegas e discipulos do fallecido dr. José Hygino, que dispunha elle de exposição clara e methodica, discutindo com admiravel lucidez as diversas theses que ensinava. Era o modelo do mestre consciencioso, pois estava sempre ao corrente das publicações mais recentes que se faziam em diversos paizes e differentes idiomas que conhecia perfeitamente.

Durante o curso academico já o dr. José Hygino revelára suas aptidões de escriptor, de polemista, e principalmente de investigador dedicado de cousas da historia patria.

Terminado o periodo academico, entrou para a carreira da magistratura, sendo nomeado juiz municipal do Desterro, em Santa Catharina.

Eleito deputado provincial, deixou esse logar e foi nomeado juiz substituto do Recife em 1872, onde fixou residencia, tendo exercido esse cargo até 1878.

A politica o chamou de novo. Seus patricios elegeram-no para membro da Assembléa Provincial pernambucana, onde representou em nome do partido liberal, com o costumado brilho, o seu mandato, occupando a tribuna sempre de um modo digno para as questões que descutia. Veremos mais tarde que, na Constituinte Republicana, as qualidades do orador e discutidor parlamentar pernambucano se patentearam com mais vigor e proveito.

***

A feição intellectual mais sympathica do dr. José Hygino é a de historiador nacional. E, sem prejudicar os outros titulos, que conquistou como jurisconsulto ou como politico, parece-nos que a

(1) Dr. *A. S. Blake.—Dicc. Bibliogr. Brazileiro*, Vol. 4.º, pg. 452.

posteridade o estimará mais pelos grandes e importantes trabalhos com que contribuiu para esclarecer a verdade sobre o dominio dos Hollandezes entre nós, e que na galeria dos escriptores nacionaes o collocará ao lado de Lisbôa, Varnhagen, J. Caetano da Silva, de seu patricio Abreu Lima, de Capistrano de Abreu e do Barão do Rio Branco.

Tinha elle a melhor orientação possivel, seguia os methodos mais rigorosos recommendados pela critica moderna: —a investigação directa das fontes e origens, examinando os documentos contemporaneos, e o fazia movido principalmente pelo «amor ao passado, pelo zelo pelas nossas tradições, que é tambem uma das fórmas do patriotismo» (1).

O Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, em 1874, cogitava dos meios de mandar proceder a investigações nos archivos da Hollanda, para bem documentar a historia do dominio hollandez, muito incompleta.

« Reconhecendo essa falta, dirigiu-se em 1875 o nosso consocio dr. José Hygino ao ministro do Imperio, que era então o conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, solicitando o apoio do governo imperial para ir á Hollanda examinar os seus archivos, extrahir delles as copias necessarias á ellucidação de certos pontos, no que foi secundado pelo Instituto Historico e Geographico Brazileiro, que encareceu perante o governo o serviço que prestaria o nosso consocio á historia patria. Mas o ministro pernambucano, deixando de tomar em consideração a sua proposta, não attendeu a tão justo pedido, sob o pretexto de que esses documentos interessavam unicamente á provincia de Pernambuco, como si Pernambuco não fizesse parte da communhão brazileira, como si hollandezes não tivessem tambem extendido as suas conquistas para Alagoas, Sergipe, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, que são hoje provincias do Imperio (2) ».

A' vista do mallogro de 1875, o Instituto Archeologico, por intermedio do seu presidente, dirigiu-se á Assembléa Provincial de Pernambuco, e obteve desta corporação em 1884 os recursos necessarios para commissionar o dr. José Hygino Duarte nessa alta peregrinação scientifica ao velho mundo.

Bem que não pudesse demorar o tempo necessario para uma completa exploração, e isso ainda pela estreiteza de vistas com que se houve outro ministro do imperio, naturalmente porque era de politica opposta, como adeante diremos, ainda assim foi enorme e

---

(1) Discurso de 7 de Maio de 1880, do Dr. José H. Duarte Pereira, dando conta de sua missão historica na Hollanda.—*Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*—pg. 10, vol. 5.

(2) Discr. cit.

admiravel a colheita que fez o dr. José Hygino, patenteando um mundo quasi desconhecido aos estudiosos, desse interessante periodo da vida colonial.

Sem falar nos escriptos antigos, alguns dos quaes coevos dos successos, só existiam os trabalhos de Netscher e de Porto Seguro. Esses escriptos, porêm, no dizer competente do dr. José Hygino « encerram a historia *militar e politica* da occupação hollandeza;— todos os demais assumptos, todos os demais elementos, que a historia desse periodo abrange, ahi ficaram no segundo plano, quando não foram de todo olvidados (1) ».

Não satisfaziam mais essas obras ás exigencias da critica moderna, quando se sabia, de modo positivo, que era enorme o archivo de documentos desconhecidos dos proprios investigadores conscienciosos como Joaquim Caetano e Netscher, e que só em 1874 foram denunciados ao publico pelo illustrado dr. Benjamim Franklim Ramiz Galvão, então director da Bibliotheca Nacional, do Rio de Janeiro.

Realmente os papeis dos antigos archivos de Amsterdam, que todos reputavam perdidos e extraviados, foram descobertos naquella cidade e em Middelburgo, *contendo dez vezes mais documentos do que os que existiam em Haya e tinham sido* estudados por Netscher e Joaquim Caetano.

Só a leitura do minucioso e interessante discurso do dr. José Hygino, que dá conta de sua commissão, poderá habilitar a formar uma idéa clara da importancia de sua descoberta e do merito e da abnegação com que se houve em sua tarefa.

Sentimos não poder, pela exiguidade do espaço e brevidade do tempo de que dispomos, transcrever essa exposição. Assignalaremos, porêm, alguns dos resultados obtidos.

Uma acquisição feita pelo dr. José Hygino e que tem duplo alcance — historico e linguistico, é a collecção das cartas redigidas em tupy por D. Antonio Phelippe Camarão, Diogo Camarão e Diogo da Costa, a Pedro Poty, a Antonio Parapaba e a outros indios da Parahyba e Rio Grande do Norte, que eram alliados dos hollandezes, solicitando-lhes que os abandonassem e viessem em auxilio dos portuguezes (2).

Nos archivos de Middelburgo foi tambem de primeira ordem a descoberta dos «*Notulos*, que são uma chronica diaria e minuciosa de todas as deliberações e actos do governo, de 1635 a 1654 ».

« Não sei, diz o dr. José Hygino, que ácerca de algum outro periodo da historia colonial deste paiz exista uma collecção

(1) *Discurso cit. do dr. José Hygino* Na Revista do *Instituto Arch. G. de Pernambuco.* Vol. 5. Pag. 11.

(2) *Discurso cit. pag. 17 e 25.*

de noticias authenticas tão extensa e tão completa quanto os *Notulos* »; e accrescenta elle: « A' vista desta collecção é permittido dizer que cessou todo o mysterio sobre a organização administrativa e a administração do Brazil Hollandez (1) ».

Descreve detalhadamente a engrenagem da poderosa companhia; mostra o zelo com que procediam na gerencia diversos de seus directores, a corrupção e venalidade de outros empregados, o rigor com que procediam os membros do conselho na tomada de contas dos seus funccionarios, responsabilizando-os pelo máu procedimento que tinham para com os naturaes, e as recompensas ou penas que distribuiam aos seus generaes e almirantes, pelas victorias ou derrotas que soffriam. Em relação á norma que tinham na Colonia, diz elle:

« A politica dos Hollandezes para com os indios do Brazil (2) foi sempre protectora e paternal. Elles os consideravam como pessimos inimigos, que podiam comprometter a segurança da colonia, e, por outro lado, como utilissimos alliados pelo medo que essas hordas selvagens incutiam nos portuguezes durante a guerra. Não os escravizaram, não os constrangeram ao trabalho, e libertaram os indios escravizados durante o dominio de Hespanha ».

Um outro facto, que até então era ignorado, foi o do funccionamento de uma Assembléa Legislativa, convocada por Mauricio de Nassau.

Os historiadores contemporaneos mais bem informados nada dizem a respeito, e o proprio Barlœus, apenas muito de passagem se refere a isso. O dr. José Hygino descobriu e traduziu essas interessantes *Actas da Assembléa Legislativa* convocada por Mauricio de Nassau em Agosto de 1640. Para nós paulistas ha tambem uma revelação que diz respeito a um nosso patricio, cuja historia ficou por fazer, pela triste catastrophe que victimou o mallogrado dr. Eduardo Prado.

Dos registros da Camara de Amsterdam colheu o Dr. José Hygino o seguinte: « Os srs. Conrado e van Geel referem que Manoel de Moraes, tendo composto o seu *Diccionario braziliense* como historia, pede que se lhe conceda a quantia de 1500 florins para as suas nupcias, e 800 florins por anno, compromettendo-se por isso a prestar á Companhia todos os serviços onde puder. Resolve-se que, além dos 100 florins que lhe foram abonados por Jeronymo, se lhe dêem mais 300, e se lhe diga, que esta assembléa, não achando extranha a sua proposta, a recommendará á proxima assembléa de 19 » (3).

---

1) *Disc. cit.*, pag. 26.
2) *Disc. cit.* pag. 28.
3) *Disc. cit.* pag. 47.

E' de lamentar que não obtivesse o dr. José Hygino maiores informações sobre a individualidade do Pe Manoel de Moraes, que é uma das mais interessantes e curiosas da nossa historia.

O mesmo pezar temos em relação á documentação que poderia ter encontrado nos archivos da Hollanda, ácerca da parte que os paulistas tomaram na guerra contra o seu dominio no Brazil. Até hoje, que o saibamos, além do que refere Pedro Taques, nada se tem escripto, nem mesmo alludido a essa comparticipação, e no emtanto devem existir, não só na Hollanda, como na Hespanha e Portugal, mesmo entre nós, documentos a respeito. Ha pouco chamou a nossaattenção para isso o esclarecido e laborioso investigador paulista Assis Moura, — benemerito organizador do Archivo da Camara Municipal de S.Paulo. Revelou-nos esse illustrado e estudioso compatriota a existencia de varios officios e requisições dos governos da Bahia e do Rio de Janeiro, solicitando de S. Paulo auxilios de gente, de mantimentos e de outros soccorros.

Fique desde já consignado o ponto, aguardando todos o trabalho daquelle escriptor ou de outro que tome a si elucidar e analysar mais esse importante serviço dos antigos paulistas em prol da independencia e integridade da patria, não se preoccupando nem do logar, nem dos perigos, quando reclamavam o esforço de seu braço e de sua lealdade.

Voltemos ao nosso assumpto, desculpada a digressão a que fomos levados por natural e justificavel impulso de amor á nossa terra.

Longa e curiosa seria á simples relação dos mais curiosos papeis de que tirou cópia e que trouxe, não só dos Archivos Publicos hollandezes, como do proprio gabinete particular do rei da Hollanda. E' tambem extensa a lista dos que traduziu e publicou.

O *Diario ou narração historica de Matheus von den Broeck*, *o relatorio e cartas de Gedeon Morris de Jonge*, e sobretudo *A bolsa do Brazil*, onde claramente se mostra a applicação que teve o dinheiro dos accionistas da Companhia das Indias Occidentaes, e *A Batalha Naval de 1640*, são pelos esclarecimentos que fornecem á historia e pela propria importancia, as traducções que não devemos deixar de citar.

Enorme ainda é o cabedal que o dr. José Hygino deixou em manuscripto.

E para que se registre, como procedeu o governo do Brazil em relação ao dr. José Hygino, quando prestava com sacrificio da propria saude esses serviços, cumpre declarar que apenas foi com os vencimentos de lente cathedratico da Academia de Direito, e sem a gratificação; isso no ministerio do dr. Franco de Sá, tambem illustre homem de lettras. Quanto á subvenção votada pela Assembléa Pernambucana, ouçamos o proprio dr.

José Hygino que, soffrendo as maiores privações no extrangeiro, se sentiu offendido pelo modo brusco e grosseiro por que o gabinete conservador, talvez por mero espirito de mesquinho partidarismo, deu por finda a sua commissão.

«Releva declarar que, exceptuada a importancia das minhas passagens, não distrahi um ceitil do dinheiro que me foi confiado para despesas com a minha pessoa.

«As minhas despesas pessoaes foram feitas á custa dos meus vencimentos e dos meus proprios recursos.

«Não tive nenhuma gratificação da provincia e nenhuma quiz receber do Instituto, por considerar que, sendo muito modica a somma posta á minha disposição, ficaria ella consideravelmente reduzida, e não daria para a execução do serviço de que eu estava encarregado, si a applicasse tambem a despesas pessoaes» (1).

Passando a analysar o acto do governo, eis como se exprime:

«E' verdade que, conhecendo a proverbial indifferença do governo imperial por tudo quanto não é *politica*, nunca delle esperei que recompensasse de qualquer modo, o meu sacrificio de estar longos mezes em um paiz paludoso e insalubre, como a Hollanda, a decifrar papeis de ha dois seculos.

«Esperava, porêm, que não faltasse a consideração devida ao meu esforço lealmente tentado em pról de uma causa, que não me era pessoal sinão de todos. Enganei-me e fui desenganado por um acto que me dispenso de qualificar. — A 3 de Janeiro deste anno recebi uma carta do exmo. sr. Conselheiro Delegado do Thesouro em Londres, avisando-me que, segundo lhe constava por um officio do Inspector da Thesouraria de Pernambuco, o exmo. sr. Barão de Mamoré, actual ministro do Imperio, *suspendera os meus vencimentos desde Dezembro ultimo!*».

Para completar a informação, é bem que se consigne o pretexto para que appellou o ministro: — *que a commissão era provincial!*

*
* *

Para terminar este perfil, acompanhemol-o do gabinete de estudos de historiador emerito á arena ardente das luctas politicas.

Não fallaremos do seu papel como deputado provincial do antigo partido liberal, pois sua acção foi limitada; mas diremos alguma cousa da sua attitude na Constituinte republicana, onde veiu representar seu estado natal.

Os discursos que proferiu e as emendas que apresentou versaram principalmente sobre questões juridicas, de organização de

(1) *Disc. cit.* pag. 100.
(2) *Disc. cit.* pag. 105.

magistratura e discriminação de rendas. Conhecedor perfeito do systema americano que serviu de modelo á nossa Constituição, o dr. José Hygino era sempre ouvido com acatamento por seus collegas, e deixou paginas inolvidaveis nos *Annaes do Congresso*.

Na sessão de 18 de Dezembro de 1890 discutiu com extraordinaria largueza de vistas e admiravel previsão a parte do projecto da Constituição que tratava de discriminar a renda da União e dos Estados, censurando-a principalmente por não dar a base do systema tributario estadual. Hoje, que na pratica se tem reconhecido essa grave lacuna da Constituição, bem merece ser relembrado esse notavel discurso em que tambem mostrou por que adoptava o typo federativo para o Brazil; pois fel-o não só como politico, mas como historiador e philosopho. Eis esse final:

«A fórma federativa, sr. presidente, é um invento do genio norte-americano. Os membros do celebre Congresso de Philadelphia descobriram essa fórma de governo, assim como Francklin descobriu o pára-raios, Fulton o vapor, Morse o telegrapho, Edison o phonographo.

«Dentre numerosos typos de confederação que a antiguidade classica e os tempos modernos nos offerecem, nenhum houve, até os fins do seculo passado, que reunisse os caractéres essenciaes da federação.

«A idéa federativa surgiu pela primeira vez á luz da historia — concretizada na Constituição norte-americana de 1787.

«Collocados entre a confederação que se mostrava completamente nulla durante seis annos de um governo impotente e o Estado serio e simples a que se oppunham as tradições dos povos norte-americanos, os membros daquelle Congresso cogitaram e acharam uma fórma intermediaria que lhes proporcionava a vantagem das outras duas, sem os seus inconvenientes, — e essa fórma sahiu tão ajustada ás circumstancias peculiarias do paiz, que se lhe deve em grande parte a prodigiosa fortuna politica e commercial a que a nação se elevou em tão curto espaço de tempo.

«A elasticidade da fórma federativa tem permittido applical-a vantajosamente a outros povos em situações analogas, como a Suissa, e notavelmente a Allemanha — que a affeiçoou ao regimen monarchico.

«Na America, sua patria nativa, ella se tem propagado e parece destinada a vir a ser a fórma predominante.

«Desta tribuna já se observou, e com perfeita razão, que a nossa situação é muito diversa da dos povos da America do Norte, quando se constituiram em republica federativa. Nós vi-

mos do imperio uno e centralizado ; elles partiam da soberania dos Estados.

«Na America do Norte, o difficil problema a resolver consistia em limitar o poder publico dos Estados para crear-se a soberania nacional; entre nós a difficuldade está em limitar o poder central, para abrir-se espaço á acção autonomica dos governos locaes.

«Elles foram da dispersão para a concentração das forças; nós obedecemos a um movimento centrifugo. A influencia dessa diversidade no nosso ponto de partida não póde deixar de fazer-se sentir em cada pagina da Constituição que organizámos.

«Os norte-americanos, educados durante seculos na eschola do *self-governement*, descendentes e continuadores das gerações varonis que, para seguirem a sua fé religiosa, vieram fundar nas florestas da America uma patria livre, formam um perfeito contraste com os povos do Brazil, habituados desde os tempos coloniaes a ver no governo uma providencia sublunar incumbida de pensar por elles e de fazel-os felizes. A escravidão e a omnipotencia do governo impediram que entre nós se operasse a educação politica e moral da nação. E' uma obra inteira de reconstrucção que vamos encetar!

«Entretanto, sr. presidente, por muito artificial que seja o processo pelo qual, entre nós, se forma a federação, sob um ponto de vista as nossas circumstancias são analogas ás dos Estados Unidos da America do Norte. Em uma vastissima região, como o Brazil, não pode haver uma união permanente, prospera e pacifica, que não se baseie sobre a unificação dos interesses nacionaes e a descentralização dos interesses locaes.

«Vinculados pela raça, pela lingua, pelo direito... tendo a mesma historia, as mesmas tradições, o mesmo grau de evolução, mas constituidos em condições economicas e locaes diversas, nós, os brazileiros, somos aptos para adoptar uma fórma politica, que é ao mesmo tempo uma união de Estados e uma união nacional. Votando pelo art. 1.° do projecto que proclama a fórma federativa, eu o faço na convicção de que correspondo ás aspirações da Nação e concorro para a sua prosperidade» (1).

Com egual ou maior competencia e brilho tratou de combater a doutrina da dualidade do direito, sustentada principalmente pelo então ministro da justiça dr. Campos Salles, e por muitos que hoje bem reconhecem as verdades proferidas pelo dr. José Hygino e que lamentam ter concorrido com seu voto para esse grande mal da Republica.

---

(1) *Annaes do Congresso Nacional.* Vol. I. — 1890.

Depois de estudar de modo completo as diversas doutrinas, de expôr com lucidez todas as razões *pró* e *contra*, da vantagem de adoptar-se a unificação do direito, dizia o dr. José Hygino:

«Concluo, pois, que nada ha, nos dominios da theoria, que exclua de uma constituição federal, por incompativel com a federação, o principio da unidade do direito e da justiça. Desçamos, porêm, das regiões abstractas da theoria para o terreno das conveniencias politicas, e procuremos resolver a questão em face dos factos concretos, dos antecedentes historicos e dos interesses dos povos, para os quaes legislamos. E nesta parte tomo em consideração a segunda razão allegada pelo nobre Ministro da Justiça, a da conveniencia da dualidade da Justiça, da qual divirjo tanto quanto da primeira.

«Em que pese ao joven orador que me precedeu nesta tribuna, não vacillo em affirmar que somos um povo completamente unificado: a mesma raça, a mesma historia, os mesmos costumes, o mesmo direito, a mesma lingua. Temos um só direito pela mesma razão por que falamos a mesma lingua; aquelle e esta são os dous symbolos vivos da nossa nacionalidade. O nosso direito é tão antigo quanto este corpo social; cresceu e desenvolveu-se com elle; é a nossa *Common Law*; é um patrimonio nacional.

«Malbaratal-o, fragmental-o, entregando ás assembléas legislativas dos Estados a faculdade de legislar sobre as materias juridicas, seria não sómente um crime de leso-patriotismo, sinão tambem um gravissimo erro politico; pois no momento em que se affrouxam os laços materiaes de dependencia, cumpre que se apertem os vinculos moraes da União, e a communhão do direito é um vinculo tão forte quanto a communidade da lingua. O Governo Provisorio não commetteu este attentado nem este erro politico, pois sabiamente manteve no projecto a unidade do direito. Tinha todas as razões para proceder assim; nenhuma o induzia a admittir o principio contrario. Não se confundam, sr. presidente, as relações de ordem administrativa com as relações de ordem juridica. Aquellas são essencialmente mudaveis, variaveis, conforme os logares, os tempos, as circumstancias» (1).

E, depois, conclue do seguinte modo, que desejamos seja bem conhecido:

«O principio da unidade da justiça pede que os tribunaes superiores dos Estados se subordinem a um tribunal central que, em grau de recurso e nos casos previstos por lei, julgue as

(1) *Annaes do Congresso*. P. 61, — vol. 2. — 1901.

questões resolvidas definitivamente pelos Tribunaes Superiores dos Estados e assim uniformize a jurisprudencia cassando as sentenças offensivas do direito em vigor. O que se contrapõe a esse principio não é a descentralização, mas a independencia, dos tribunaes locaes superiores. Note-se que o projecto, apesar de crear duas magistraturas, estabelece em parte essa subordinação; pois confere ao Supremo Tribunal Federal a attribuição de julgar as decisões dos tribunaes dos Estados sobre habeas-corpus, bem como a de rever os feitos crimes. A justiça será uma só, desde que se der a mesma subordinação em materia civil e commercial. O recurso de revista é o instituto necessario para unificar a justiça e manter a unidade do direito.

«Não é possivel nem desejavel, sr. presidente, que se abra um vallo, que se opere uma completa solução de continuidade entre o passado e o presente, principalmente no que respeita a uma instituição que é a garantia suprema da inviolabilidade do direito. E' á sombra tutelar do poder judiciario que se acolherão os vencidos de todas as causas e de todos os partidos. E' pela protecção desse poder, instituido para ser a viva *vox legis*, que convertemos as liberdades outorgadas na constituição em outras tantas liberdades praticas. Si queremos imitar a sabia constituição norte-americana, não basta que reproduzamos o texto dos seus artigos; é necessario que saibamos tambem, como os membros do congresso de Philadelphia, alliar o espirito de innovação ao espirito de conservantismo, adaptando velhas instituições a uma nova ordem de cousas.

«Ha naquella constituição, diz J. Bryce, muito pouca cousa nova e outras tão antigas como a *Magna Charta*. As velhas instituições, accrescenta elle, aquellas que mais fundas raizes lançaram no passado, são justamente as que provaram melhor. Nós temos a boa fortuna de encontrar um direito nacional e um poder judiciario unificado no momento em que nos constituimos em Republica Federativa. Longe de destruir esse legado do passado, demos uma prova tanto do nosso bom senso pratico, quanto do nosso patriotismo, conservando a unidade juridica e adaptando á unidade judiciaria a nova fórma politica que adoptámos. E' este o meu voto».

Do parlamento passemos a vel-o membro do executivo e do judiciario, tal como o estudámos na sua qualidade de historiador.

*
* *

Durante as sessões da Constituinte foi o procedimento do dr. José Hygino o mais correcto possivel e de quem bem comprehendia a sua missão de professor de direito em assembléa legislativa.

Manteve attitude energica e independente ante o Governo Provisorio e não occultava sua posição hostil ao Marechal Deodoro, do qual se separou completamente por occasião do golpe de Estado; e foi quem mais tarde redigiu o protesto dos congressistas contra esse acto.

Subindo ao poder o Marechal Floriano Peixoto, foi o dr. José Hygino nomeado Ministro do Interior, da Justiça e Instrucção Publica a 23 de Novembro de 1891, conservando-se nesse cargo até 10 de Fevereiro de 1892, quando pediu a exoneração, retirando-se do ministerio com seu amigo o Marechal José Simeão. Foi ahi solidario com a nefasta politica de deposições dos governadores, mais influenciado pelo meio que o cercava e arrastado pela amizade que o ligava ao Marechal José Simeão, do que por impulso proprio, como mais tarde nos disse. Não exerceu então, como poderia fazel-o, a sua influencia de homem do direito, calmo e isento das paixões de momento, e logo reconheceu que por indole e educação não era aquella a sua esphera de acção, de sorte que pouco se demorou na pasta ministerial.

Depois, deixou a politica activa e, escolhido para ministro do Supremo Tribunal de Justiça, ahi revelou as suas eminentes aptidões de magistrado e jurisconsulto.

O *Direito* e outras revistas juridicas tecem os maiores encomios á erudição e acerto de muitas decisões do dr. José Hygino, que é considerado entre os mais illustres dessa sciencia, digno de figurar ao lado de Teixeira de Freitas, Nabuco, Ribas, Justino de Andrade e outros provectos mestres do direito.

Entre essas decisões, releva notar a que proferiu na questão da amnistia em 1897, sendo o seu parecer recebido com muito elogio por jurisconsultos de valor, — embora contestado por outros, — o que o levou á imprensa, tendo então escripto o seguinte o *Jornal do Commercio* de 27 de Janeiro de 1897:

« *Questão de amnistia.* Justificação do voto do ministro relator do feito julgado em sessão do Supremo Tribunal Federal de 17 de Janeiro de 1897.

« E' um luminoso parecer sobre a amnistia concedida aos militares comprehendidos em movimentos revolucionarios no territorio da Republica até 23 de Agosto de 1896, amnistia concedida com estas penas: privação do exercicio, perda de vencimentos e perda do tempo para reforma! (1)».

Permaneceu ainda algum tempo revestido da toga de magistrado, até que occorrencias politicas e sociaes o convenceram de que não devia mais exercer esse alto cargo que tanto honrára.

---

(1) *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, pelo Dr. A. Blake, Vol. 4.º, Pg. 455.

Deixou o Tribunal e abriu escriptorio de advocacia, que foi uma grande tenda de trabalho, pois era universalmente sabida a sua vasta illustração juridica e competencia forense.

Entre as questões de importancia e de que foi patrono, figura *a de limites entre os Estados de Minas e Rio de Janeiro*, onde, a par do advogado se manifestou o historiador, e o estudioso, habituado a manusear manuscriptos e chronicas.

Na polemica jornalistica o dr. José Hygino revelava as mesmas qualidades solidas que o realçavam como orador e mestre, — e não desmentiu o antigo redactor do *Industrial*, do Recife, em que teve por companheiros Tobias Barreto, Graciliano Baptista e Barros Guimarães.

***

Não era justo que os talentos e aptidões de brazileiro tão illustre fossem de todo perdidos ou inutilizados para o serviço da patria. Por isso o actual Governo foi bem inspirado convidando-o e nomeando-o para representante do Brazil no Congresso Pan-americano do Mexico. Naquella reunião de homens eminentes de todos os paizes americanos brilhou elle com fulgor intenso no curto tempo que lá esteve.

Foi o encarregado de responder ao brinde do sr. Chavero, membro da Delegação Mexicana, no banquete offerecido por esta aos outros congressistas americanos, na noite de 14 de Novembro de 1901, em Chapultepec.

E' um bem condensado estudo da origem e desenvolvimento historico do pensamento da união juridica entre as nações americanas. «Esse pensamento, pode dizer-se, é contemporaneo da sua emancipação politica, como bem o demonstrou a tentativa do Congresso Americano de Panamá, que, por si só, seria um titulo de gloria para Simão Bolivar, que o promoveu.

Esse pensamento ractificou-se no Congresso de Montevidéo, para o estabelecimento de um Direito Internacional Privado. Desenvolveu-se na primeira Conferencia Pan-Americana de Washington, que dez annos antes da Conferencia de Haya, proclamou o *arbitramento* como meio obrigatorio para a solucção pacifica dos conflictos internacionaes. Continúa firme e sereno sua obra civilisadora na actual conferencia Pan-Americana, que se propõe crear um Tribunal permanennte, destinado a tornar pratica a *arbitragem*» (1).

---

1 Commemoração funebre, em honra de Don José H. Duarte. — Homenaje de la Delegacion Mexicana — Mexico — 1902 — pag. 9.

Quem lêr com attenção os jornaes mexicanos, verá que os elogios e apreciações feitos aos trabalhos e luzes do fallecido sabio parnambucano não eram convencionaes artigos de uma benevolencia de boa camaradagem.

Soube o distincto brazileiro conquistar sympathias e consideração pelo seu saber e pelo modo por que discutia as mais difficeis e embrenhadas questões que alli se agitavam ; pois bem compenetrados estavam os «delegados das nações americanas, que investidos de uma missão de paz, eram os factores dessa transformação, nas relações internacionaes, que mais que qualquer outra fará épocha na historia da humanidade» (1).

O pezar com que foi acolhida a noticia de sua enfermidade e, depois, a da sua morte, foi profundo e sincero.

O presidente do Mexico, nas demonstrações publicas de homenagem ao illustre morto, não obedeceu só ás praxes de cortezia internacional ; foi tambem inspirado pela sympathia que lhe despertou o dr. José Hygino no breve tempo que alli esteve.

De aspecto talvez pouco communicativo, era comtudo o dr. José Hygino dotado de grande força attrahente, que augmentava á proporção que melhor ia elle sendo conhecido.

Travámos relação por intermedio de um amigo commum e sempre lembrado, Aristides Lobo, e isso numa occasião de ardencia de paixões, em que estavamos em campos politicos differentes; mas a identidade de gosto pelo estudo da nossa historia fez-nos logo camaradas. Sempre que nos viamos e tinhamos alguma palestra, mais se firmavam esses sentimentos, chegando ultimamente a uma quasi intima amizade, a ponto de conversarmos com franqueza sobre actos e homens politicos, sobre os quaes pensavamos muito diversamente.

Foi em uma dessas conversas que discutimos o movimento de 23 de Novembro, seus homens e suas consequencias na marcha da Republica.

Non est hic locus, por isso não trazemos a publico o que guardamos como uma das provas mais evidentes de alto senso, de justiça e pureza de caracter do illustre finado.

Entre as datas mais tristes da historia nacional deve figurar a de 10 de Dezembro de 1901, que marca o fallecimento do dr. José Hygino Duarte Pereira.

Quando bem conhecerem todo o merito intrinseco do seu trabalho, avaliarão a enorme falta que elle faz com a sua collaboração para o progresso intellectual e moral da Republica Brazileira.

DR. M. AZEVEDO.

1) Brinde cit., pag. 9.

Elias Alvares Lobo

A *mesologia*, sciencia ainda em via de formação, deve collecionar com cuidado phenomenos que, apparentemente sem ligação. apenas esperam uma intelligencia superior, para traçar a lei que os regula. E para contribuir para essa empresa, é que assignalamos o facto da multiplicidade de talentos musicaes, — alguns maestros, já consagrados pela critica, — que S. Paulo tem produzido.

Não somos suspeitos nem optimistas ao celebrar essa fecundidade, quando sempre lamentámos o não poder concorrer com vantagem com outros Estados na estatistica geral dos homens notaveis, cerebralmente estudados, como a Bahia e o Rio de Janeiro

Na lista dos sabios, dos litteratos e dos artistas nacionaes, não tem S. Paulo a primazia, salvo quanto á arte musical.

Aqui mesmo na capital, vendo o desabrochar de uma verdadeira vocação de primeira ordem como Carlos de Campos, vivem talentos como Gomes de Araujo, o sympathico auctor de *Carmosina*, ao lado de Antonio Carlos, que obstinadamente occulta delicadas e preciosas composições que poderão ser assignadas pelos mais festejados compositores europeus; e esses receberam aqui o mesmo influxo que inspira o correcto H. Oswald, a colher louros na Italia; ao joven campineiro Francisco Schiafitelli ser premiado em uxellas, e animou, nutriu e glorificou Carlos Gomes, Alexandre Lévy e Elias Lobo, todos astros de primeira grandeza, fulgindo cada um com luz propria e diversa no colorido, que os distinguia éntre tantos outros compositores.

Quaes os factores que influem mais directamente nesta manifestação de maior desenvolvimento musical?

A situação geographica, que nos proporcionou um sólo que pode ser considerado o typo do bem calculado systema de ele-

vações, de rica distribuição fluvial e de planaltos centraes equilibrando esses relevos do sólo?

A estructura e composição geologica, que encerra o ferro e a prata em seu seio, faz brilhar a mica e o crystal na superficie e semeia o ouro em varios pontos?

Ou, melhor que essas causas, será o clima que, no dizer dos primeiros exploradores, *não tem as durezas do inverno europeu, nem os rigores do verão africano*, mas que directamente contribue para essa disposição?

Talvez a *ethnographia*, investigando a fusão de productos de raças diversas ou o cruzamento da mesma raça, mas de proveniencia de latitudes e variedades differentes, — dê a chave do enigma.

Ou será a educação e o gosto natural que prepara essa germinação artistica?

O observador consciencioso, e o amigo de especulações scientificas, tem materia interessante e margem vasta para suas lucubrações.

Deixemos o mundo das hypotheses e cinjamo-nos ao assumpto, mais terra a terra.

***

« Na cidade de Ytú e do legitimo matrimonio de José Manoel Lobo e D. Thereza Correia Lobo, nasceu o maestro Elias Alvares Lobo a 9 de Agosto de 1834.

Orpham de pae, sem meios pecuniarios e unicamente devido á protecção do Padre Diogo Antonio Feijó, estudou latim, francez, arithmetica, geometria e musica, dedicando-se com ardor a esta, para a qual tinha pronunciada vocação.

Morto seu amigo e protector, consagrou-se á musica, escrevendo peças para salão e bandas marciaes e, mais tarde, operas sacras e profanas, que lhe conquistaram o titulo de notavel compositor.

Elias Lobo, em 1875, convocou em S. Paulo um Congresso de Professores de musica, afim de tratar-se de elevar a classe e auxiliar as vocações esparsas para o estudo dos bons methodos, pedindo ao governo uma subvenção para uma aula superior de musica e isenção do sorteio militar para a classe.

Escolhido em 1863 pelo Directorio da Opera Nacional para ir á Europa estudar, não acceitou a honrosa incumbencia, porque, infelizmente pobre, tinha necessidade de procurar meios de subsistencia para sua familia.

Musico distinctissimo, Elias Lobo escreveu varias obras musicaes que lhe dão logar condigno entre os compositores brazileiros.

Victimado por uma periostite no maxilar inferior, apesar dos esforços empregados pela sciencia e da dedicacão de sua familia, que o venerava, falleceu no dia 15 de Dezembro de 1901 ».

E o destino, que, pelas affinidades artisticas e por muitas outras, o fizera fraternalmente amigo de Americo de Campos, esse mesmo destino os supprimiu da vida a pequeno espaço de tempo um do outro!

Para melhor dar uma idéa da via sacra intellectual do compositor ytuano, transcrevemos trechos do artigo que, em Dezembro de 1875, lhe consagrou o operoso e illustre pensador paulista dr. Paulo Egydio de Carvalho.

«Elias Alvares Lobo é uma das mais bellas glorias da provincia de S. Paulo.

«Apenas na edade de 15 annos, e quando já começavam a assomar os primeiros pruridos do seu bonito talento, Elias viu-se só e desamparado no theatro do mundo, sem uma mão amiga que lhe dirigisse os passos inexperientes, que lhe franqueasse os meios de seguir a carreira litteraria, que reclamavam suas opulentas faculdades artisticas.

«Nascera, porêm, artista: nada pôde suffocar-lhe a bonita vocação quo já se expandia em fulgidos clarões.

«De facto, em 1850 começou a phantasiar na rabeca algumas contradanças bem apreciadas, e logo em seguida escreveu muitas quadrilhas, valsas, schotischs, varias musicas para banda, marchas e dobrados, e algumas para egreja, ladaínhas, Tantumergo e muitas outras.

«A 1.° de Setembro de 1856 desposou a D. Elisa Eufrozina da Costa, filha do cirurgião Francisco Mariano da Costa; e nesse mesmo anno compôz a sua primeira missa.

«O apreço que mereceu esta sua primeira composição sacra incitou-o a novos commettimentos neste genero: escreveu mais quatro, sendo a ultima a grande missa de *S. Pedro de Alcantara*, dedicada ao sr. D. Pedro II, e geralmente estimada como o seu mais bello primor no genero.

«Data ella de 1858.

«Em Dezembro deste anno proporcionou o acaso um novo genero para Elias, o genero lyrico.

«Encontrando-se nesta capital com o nosso estimavel patricio o sr. dr. Clemente Falcão de Souza Filho, deu-lhe este noticia do librêto do nosso insigne escriptor o sr. conselheiro José de Alencar, denominado *Noite de S. João*, publicado no *Diario de Rio de Janeiro*.

«Apenas o leu, no intervallo de vinte e oito dias escreveu Elias a sua notavel opera do mesmo nome, para piano e canto, com o modesto fim de ser cantada em familia.

«A instancias de amigos seus que o aconselharam a orchestral-a, Elias deliberou apresentar seu trabalho a José de Alencar e ouvir a sua opinião a respeito. Emprehendeu assim, muito em segredo, uma viagem á côrte; mas, passando por esta capital, foi descoberto o seu segredo pelo fallecido Joaquim Gonçalves Gomide e por alguns moços distinctos que então cursavam a Faculdade de Direito, Pinto Moreira, Macedo Soares, Bittencourt Sampaio, Azarias e outros, pleiade brilhante que dirigia nesse tempo o movimento litterario da Academia de S Paulo.

«Começaram então seus triumphos artisticos: os jornaes desta capital o saudaram nas mais fervorosas expressões, festejando em Elias um distincto maestro paulista.

«Em Julho de 1860 voltou Elias á côrte com sua opera orchestrada e tratou de represental-a, tendo recebido de D. Pedro II o mais benevolo acolhimento.

«A companhia da Opera Nacional, então extincta, reorganizou-se ao apparecimento da *Noite de S. João*.

«Foi dada a regencia daquella opera ao seu illustre irmão de arte, Antonio Carlos Gomes, e a 14 de Dezembro foi pela primeira vez á scena. Seis vezes seguidas representada, a *Noite de S. João* attrahiu em todas ellas a mais luzida concorrencia e arrancou para seu auctor as mais ardentes ovações».

Completando a noticia sobre a *Noite de S. João*, escreveu o distincto poeta e chronista Arthur de Azevedo, na *Noticia*, do Rio de Janeiro, de 19 de Dezembro, as seguintes linhas:

«Nos bons tempos da Opera Nacional, Elias Lobo, que estava então na força da mocidade e do talento, fez representar uma opera comica de sua lavra, intitulada *A Noite de S. João*, cujo *libretto* foi escripto por José de Alencar, que não era ainda o dramaturgo das *Azas de um anjo*, nem o romancista do *Guarany*.

«Não conheço uma nota da partitura de Elias Lobo; mas li com muita curiosidade o *libretto* de Alencar, e com franqueza o digo: é um trabalho que a cada passo revela a inexperiencia do comediographo, e não offerece absolutamente campo ao talento do compositor.

«Dizem que a representação foi um triumpho para o *maestro* paulista, mas, para repetil-o, não tenho outra fonte sinão a tradição oral, porque a imprensa fluminense naquelle tempo era de um laconismo implacavel em se tratando de theatro, principalmente do nacional, porque o extrangeiro merecia em todo o

caso um pouco mais de attenção. Essa preferencia ainda hoje se manifesta e é, digamol-o de passagem, uma clamorosa injustiça.

«Si a *Noite de S. João* triumphou (e eu acredito que triumphasse), Elias Lobo não deveu nada ao librettista immortal; portanto, era um talento que deveria ser aproveitado. Não o foi.

«E' para lastimar que a tentativa da Opera Nacional não fosse por deante, deixando-se aniquillar pelo desanimo. Que bellos fructos teria dado aquella instituição, que principiou tão bem, e parecia tão alentada e com os melhores elementos de viabilidade!

«Não nos esqueçamos que é á Opera Nacional que devemos Carlos Gomes. Este conseguiu o que faltou aos outros: a protecção official, e uma boa estrella que lhe illuminou o caminho.

«Perderam-se muitos talentos como o de Elias Lobo e o de Henrique de Mesquita, que na mesma epocha fazia executar o seu *Vagabundo*, e ainda ahi está forte e bem disposto, muito capaz de desengavetar, ao aceno de um empresario, a sua penna esquecida.

«Em todas as provincias brazileiras havia verdadeiros talentos musicaes, que não deram, não puderam dar toda a medida da sua força. Faltou-lhes o theatro; tiveram, quando muito, a egreja; mas a composição sacra é um privilegio de poucos...

Nós só tivemos um José Mauricio».

Não descansou Elias Lobo sobre os louros, e logo obteve do Dr. Achilles Varejão o librêto da *Louca*, feito com esmero e inspirada correcção, qualidades que nem sempre têm os trabalhos deste genero.

Dizem contemporaneos e pessoas que conheciam a opera no seu todo ou em parte, que era superior á primeira quanto á elegancia e precisão do estylo; essa era a propria opinião do maestro, a quem ouvimos mais de uma vez, indagando nós, com interesse, do seu modo de pensar.

Ensaiada e annunciada a opera, não logrou a ventura de subir á scena, devido a tristes rivalidades dos artistas da Opera Nacional, disputando o papel do protagonista.

Graças á actividade e influencia de amigos, principalmente do Dr. Achilles Varejão e do Conselheiro Francisco Octaviano, foi ella representada no *Club Fluminense*, perante um luzido e enorme concurso de socios, de convidados e representantes da imprensa. Os applausos que obteve foram delirantes, e a critica não lhe poupou elogios e animações.

O *Correio Mercantil* consagrou-lhe um longo e minucioso estudo critico, salientando o seu merito e a sua inspiração artistica.

Influenciado por esse successo, o novo directorio da Opera Nacional escolheu-o para ir á Europa aperfeiçoar-se nos seus estudos. Era esse o sonho dourado de Elias Lobo, como o é de todo o intellectual brazileiro, e com razão.

Não dispondo de meios, lembrou-se de pedir á Assembléa Provincial Paulista uma subvenção para esse fim; e com pezar registramos a recusa que soffreu o mallogrado maestro. Não comprehendiam os grandes legisladores e politicos daquella Assembléa em que poderia interessar á provincia que um paulista fosse estudar musica na Europa! Elle não desanimou; procurou levantar recursos por outro meio.

Recorramos ao mesmo artigo de Paulo Egydio, para narrar essa nova decepção:

« Tentou elle (não obstante a recusa da Assembléa) um novo meio: foi á côrte para o fim de exhibir em scena a sua opera a *Louca*, e deixar o producto á sua familia.

« Mas, cousa singular, um novo e insuperavel embaraço, com que não contava, lhe sobreveiu: desappareceu-lhe o quarto acto da opera!

« Estas amargas contrariedades o determinaram a abandonar tudo e a buscar a paz da familia, para junto da qual retirou-se.

« Entretanto, não o deixou jámais a musa da harmonia.

« Junto ao doce socego do lar, entre os cuidados da vida domestica, muita vez o surprehendeu a phantasia.

« Depois de sua ultima opera, tem se dedicado quasi exclusivamente ás composições religiosas: tem escripto quatro missas, algumas a grande execução e effeito; dois Credos, dois Oratorios, uma Semana Santa e muitas outras.

« E' que para Elias a arte é como o pão, como o alento da alma.

« Ninguem lhe póde levar a palma na pureza de seu caracter artistico: póde-se dizer delle o que disse o poeta:

« Est Deus in nobis, agitante calescimus illo ».

***

O sympathico poeta e litterato Carlos Ferreira, que ahi vive mergulhado numa penumbra, mais creada pela ingratidão de seus amigos politicos do que pelo esquecimento de seus compatriotas, escreveu um curioso e interessante necrologio do maestro Elias Lobo, onde traçou com muita verdade e finura o bom e affavel caracter do finado. Entre as reminiscencias que referiu do tempo em que, em Campinas, conviveu com Elias Lobo, registra a do projecto de uma outra opera, *O Sacrificio*, para a qual foi incumbido de escrever o librêto.

E com que palpitante emoção descreve toda essa historia! Mais uma obra prima de que ficamos privados pela estreiteza do meio em que vivemos.

Ha muito conheciamos de nome Elias Lobo, cuja reputação gloriosa transpuzera os limites da provincia de S. Paulo; e logo depois de fixarmos a residencia aqui, tivemos a felicidade de travar com elle relações pessoaes, que se transformaram logo em sympathica e boa amizade.

Elias Lobo vivia então, cremos que em Campinas. Um dia procurou-nos no consultorio, para agradecer os serviços medicos que prestáramos a uma pessoa da familia. «Vim quasi que expressamente para esse fim, disse-nos elle. Sei como tratou do meu doente, e não quero que pense que sou um ingrato ».

Depois, sempre que nos encontravamos, havia infallivelmente uma boa palestra, alegre, chistosa e animada.

Elias Lobo reclamava sempre o cumprimento de uma promessa que lhe fizeramos, — a de propôr, como nas antigas republicas, um premio ao chefe de familia de numorosa prole...e boa.

E o pobre amigo partiu sem ver cumprida essa justa recompensa. Não nos falleceu a vontade nem o animo, mas não dispuzemos de poder para isso.

Que os poderes publicos de S. Paulo attendam á aspiração do illustre paulista e promovam uma homenagem condigna do merito de Elias Lobo e da civilização do Estado, e será isso levado em conta do muito que deixou de fazer em favor de sua gloria, quando vivo, que seria agora a gloria de todos nós, depois delle morto.

Dentro do periodo limitado desappareceram tres notaveis talentos que brilhavam no mundo intellectual brazileiro, o que durante a vida, tiveram intimas ligações e collaboraram juntos para a gloria e para o triumpho do maestro Elias Lobo,— Americo de Campos, Achilles Varejão e Elias Lobo — tres accentuadas individualidades da feição litteraria e artistica nacional, eram ainda mais especialmente herdeiros e depositarios daquelle sentimental e fino espirito que tanto celebrisou o enthusiasmo e a gloria da mocidade academica de S. Paulo, que foi por muitos annos o regulador critico da formação das correntes intelligentes que animaram e dirigiram o paiz.

Que ao menos, nestas despretenciosas paginas, se approximem esses nomes illustres, outr'ora victoriados pelas pennas mais queridas da imprensa — a homenagem de hoje, será mais modesta mas tão sincera como a daquella épocha.

Dr. M. Azevedo.

ANNEXO

Relação geral dos membros do Instituto em 31 de Dezembro de 1901

SOCIOS FUNDADORES

1 Dr. Orville A. Derby
2 Dr. Prudente José de Moraes Barros
3 Alberto Löfgren
4 Dr. Alexandre Florindo Coelho
5 Alegandre Riedel
6 Dr. Alfredo Ellis
7 Dr. Antonio Carlos R. de Andrada M. e Silva
8 Dr. Antonio Dino da Costa Bueno
9 Dr. Antonio Francisco de Araujo Cintra
10 Dr. Antonio Francisco de Paula Souza
11 Antonio Moreira da Silva
12 Dr. Antonio da Silva Prado
13 Dr. Antonio de Toledo Piza
14 Professor Arthur Goulart
15 Augusto Cesar Barjona
16 Dr. Augusto Cesar de Barros Cruz
17 Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo
18 Dr. Augusto de Siqueira Cardozo
19 Dr. Benedicto Estellita Alvares
20 Dr. Bento Bueno
21 Dr. Bernardino de Campos
22 Dr. Braulio Gomes
23 Dr. Candido Nasianseno Nogueira da Motta
24 Dr. Carlos de Campos
25 Dr. Carlos Reis
26 Dr. Cincinato Braga
27 Dr. Clementino de Souza e Castro
28 Dr. Constante Affonso Coelho
29 Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe
30 Eduardo Carlos Pereira

31 Emmanuel Vanorden
32 Dr. Eugenio Alberto Franco
33 Eugenio Hollender
34 Dr. Fergo O'Connor de Camargo Dauntre
35 Dr. Fortunato Martins de Camargo
36 Dr. Francisco Ferreira Ramos
37 Francisco Ignacio Xavier de Assis de Moura
38 Dr. Francisco Martiniano da Costa Carvalho
39 Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo
40 Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves
41 Dr. Gabriel Osorio de Almeida
42 Tenente Coronel Gabriel Prestes
43 Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida
44 Dr. Gustavo Koenigswald.
45 Tenente Coronel Henrique Affonso de Araujo Macedo
46 Henry White
47 Dr. Hermnann von Ihering
48 Dr. Horacio M. Lane
49 Horacio de Carvalho
50 Dr. Hyppolito de Camargo
51 Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane
52 Dr. Jayme Serva
53 Dr. João Alvares Rubião Junior
54 Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta
55 Dr. João Nogueira Jaguaribe
56 Dr. João Pedro da Veiga Filho
57 Dr. João Pereira Monteiro
58 Dr. João Ribeiro de Moura Escobar
59 Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida
60 Coronel Joaquim de Toledo Piza e Almeida
61 Dr. Jorge Tibiriçá
62 Dr. José Alves de Cerqueira Cesar
63 Dr. José Alves Guimarães Junior
64 Dr. José Baptista Pereira
65 Dr. José Cardoso de Almeida
66 Dr. José Eduardo de Macedo Soares
67 José Francisco Soares Romeo
68 José Maria Lisboa
69 Dr. José de Sá Rocha
70 Dr. José Valois de Castro
71 Dr. José Vicente de Azevedo
72 Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita
73 Dr. Luiz de Anhaia Mello
74 Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida

75 Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna
76 Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo
77 Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles
78 Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo
79 Manoel Marcellino de Souza Franco
80 Dr. Manoel de Moraes Barros
81 Dr. Manoel Pereira Guimarães
82 Dr. Manoel Pessôa de Siqueira Campos
83 Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho
84 Dr. Martinho Prado Junior
85 Dr. Oscar Schwenk d'Horta
86 Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim
87 Dr. Pedro Vicente de Azevedo
88 Dr. Raymundo Furtado Filho
89 Tancredo Leite do Amaral Coutinho
90 Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior
91 Dr. Theodoro Sampaio
92 Theophilo Barboza
93 Tiburtino Mondim Pestana
94 Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque
95 Dr. Virgilio de Rezende

SOCIOS HONORARIOS

1 Barão Homem de Mello
2 Bellarmino Carneiro
3 Barão de Paranapiacaba
4 Barão de Rio Branco
5 Dr. Georges Ritt
6 Dr. Alexandre J. de Mello Moraes Filho
7 Dr. Sylvio Romero
8 Dr. Tristão de Alencar Araripe
9 Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior
10 Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil
11 Dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa
12 Dr. Augusto Freire da Silva
13 Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro
14 Dr. Affonso Celso Junior
15 Jules Martin
16 Padre Raphael M. Galanti
17 Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo
18 Conselheiro Augusto Carlos Teixeira de Aragão
19 Julius Meili

20 D. Martin Garcia Mérou
21 Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo
22 Dr. João Capistrano de Abreu
23 Dr. João Barbosa Rodrigues
24 Dr. John C. Branner
25 General Francisco Maria da Cunha
26 Bernardo de Azevedo da Silva Ramos
27 Henrique Raffard
28 Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro
29 Anatole Louis Garraux
30 João Vieira da Silva
31 Dr. José Calmon N. Valle da Gama
32 Dr. Mathias Alonso Creado
33 Dr. João Ribeiro
34 Dr. Felisbello Freire
35 Dr. Benjamim F. Ramiz Galvão
36 Gabriel do Monte Pereira
37 Dr. Clovis Bevilaqua
38 Dr. Victor Schiffner
39 Dr. Richard Wettstein
40 Dr. Fréderic Kerner de Marilaum
41 Angust Heinrich Wiemann
42 Mrs. Marie Robinson Wright
43 Dr. Ernesto Guilherme Young
44 Barão de Studart

SOCIOS EFFECTIVOS

1 Dr. Jorge Maia
2 Dr. Luiz Pereira Barreto
3 Dr. Alfredo de Toledo
4 Dr. Raymundo P. A. do Sacramento Blake
5 Dr. Alfredo Pujol
6 Dr. Alvaro Augusto da Costa Carvalho
7 Dr. Francisco Eugenio de Toledo
8 Dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo
9 Dr. Francisco Franco da Rocha
10 Benedicto Galvão de Moura Lacerda
11 Dr. José de Campos Novaes
12 Dr. João Baptista de Oliveira Penteado
13 Dr. Luiz Frederico Rangel de Freitas
14 José Hippolyto da Silva Dutra.
15 João Vieira de Almeida

16 Arcediago Dr. Francisco de Paula Rodrigues
17 Conego Manoel Vicente da Silva
18 Dr. Antonio Gomes Carmo
19 Monsenhor Camillo Passalacqua
20 Dr. José Getulio Monteiro
21 Professor Christiano Volkart
22 Dr. Affonso Arinos de Mello Franco
23 Dr. José Vicente de Azevedo Sobrinho
24 Dr. Tullio de Campos
25 Dr. Brazilio Augusto Machado Oliveira
26 Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa
27 Dr. Francisco de Paula Santos Rodrigues
28 Dr. João Antonto de Oliveira Cesar
29 Dr. João Diogo Esteves da Silva
30 Coronel Antonio Borges Sampaio
31 Dr. Augusto Carlos da Silva Telles
32 Horace E. Williams
33 João Vampré
34 Dr. Augusto Alvaro de Carvalho Aranha
35 Antonio Alexandre Borges dos Reis
36 Dr. João Baptista de Moraes
37 Major Paulo Pinto Auto Rangel
38 José Jacintho Ribeiro
39 Dr. Carlos de Arruda Sampaio
40 Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro
41 Dr. Carlos A. Pereira Guimarães
42 Barão de Rezende
43 Dr. Euclydes da Cunha
44 Dr. Francisco de Toledo Malta
45 Dr. João Baptista de Mello Peixoto
46 Dr. José Pereira de Queiroz
47 Dr. Luiz F. Gonzaga de Campos
48 Dr. Manoel P. M. Tapajós
49 Dr. Mario Bulcão
50 Coronel Paulo Orosimbo de Azevedo
51 Dr. Alfredo Guedes
52 Dr. Antonio J. Pinto Ferraz
53 José Couto de Magalhães
54 Alvaro Guerra
55 Dr. Carlos R. de Vasconcellos
56 Fernando M. Bonilha Junior
57 Dra. Maria Rennotte
58 Dr. Ignacio de Rezende
59 Dr. João Mendes de Almeida Junior

60 Dr. Silvio de Almeida
61 Dr. Amancio Ramos Freire
62 Conego José P. de A. Marcondes
63 Dr. Manoel Pedro Villaboim
64 Dr. Antonio Candido Rodrigues
65 João Lourenço Rodrigues
66 Dr. Francisco de A. Peixoto Gomide
67 Conego Ezechias G. da Fontoura
68 Dr. Eduardo Loschi

SOCIOS CORRESPONDENTES

1 Dr. Ernesto Goulart Penteado
2 Dr. Henriqve Coelho
3 Alberto Veiga
4 Francisco Corrêa de Almeida Moraes
5 Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme
6 Dionysio Caio da Fonseca
7 Coronel Agostinho José Moreira Rollo
8 Dr. José Estanislau de Arruda Botelho
9 Dr. João Alves Corrêa do Amaral
10 Candido de Carvalho
11 Dr. Bernardo Morelli
12 Dr. Alvaro Augusto de Toledo
13 Dr. Joaquim Monteiro de Mello
14 Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro
15 Dr. José Roberto Leite Penteado
16 Dr. Francisco Marcondes de Gouvêa Natividade
17 Dr. Bernardo de Campos
18 José Gomes dos Santos Guimarães
19 Dr. Antonio Augusto Gomes Nogueira
20 Dr. Rodolpho Miranda
21 Dr. Aristides Salles
22 Dr. Victor da Silva Freire Junior
23 Dr. Antonio Manoel Bueno de Andrada
24 Dr. Antonio Alves de Carvalho
25 Dr. Arthur M. Cortines Laxe
26 Francisco Nicolau Baruel
27 Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva
28 Dr. José Maria Bourroul
29 Jesuino da Silva Mello
30 Dr. Eugenio de Andrada Egas

31 Dr. José Maria Lisboa Junior
32 Dr. Carlos Ekman
33 Dr. Cantidio T. de Figueiredo Bretas
34 Dr. Jorge Krichbaum
35 Dr. Delfim Carlos Bernardino e Silva
36 Dr. Alberto Carlos de Assumpção
37 Dr. José Custodio Alves Lima
38 Conselheiro Bernardo Avellino Gavião Peixoto
39 Dr. Fernando de Albuquerque
40 Professor João von Atzingen
41 Dr. Samuel das Neves
42 Dr. Joaquim Campos Porto
43 Dr. Manoel Corrêa Dias
44 Dr. Pedro Arbues da Silva
45 Dr. Uladislau Herculano de Freitas
46 Dr. Affonso Regulo de Oliveira Fausto
47 Dr. Antonio de Faria Tavares
48 Dr. Antonio Martins Fontes Junior
49 Dr. Firmiano de Moraes Pinto
50 Dr. Ignacio Pereira da Rocha
51 Dr. João Alves de Lima
52 Dr. João Cesar Bueno Bierrenbach
53 Dr. João Eboli
54 João Florindo
55 Dr. José Manoel de Azevedo Marques
56 Dr. José Pinto do Carmo Cintra
57 Dr. José Marcondes de Andrade Figueira
58 Professor Alfredo Bresser da Silveira
59 Dr. José Vieira Couto de Magalhães Sobrinho
60 Dr. Antonio de Padua Salles
61 Dr. Cleofano Pitaguary de Araujo
62 Dr. Eduardo da Cunha Canto
63 Dr. Joaquim Alvaro de Sousa Camargo
64 Dr. José Aristides Monteiro
65 Dr. José Leite de Sousa
66 Dr. José Rodrigues Peixoto
67 Dr. Oscar de Almeida
68 Tenente-coronel Felicio de Campos Cintra
69 Major Luiz de Vasconcellos
70 Antonio Ferreira Neves Junior
71 Dr. José de Mesquita Barros
72 Dr. Dinamerico Augusto do Rego Rangel
73 Dr. Arthur Vautier
74 Dr. Galeno Martins de Almeida

75 Dr. Sergio Meira
76 Dr. Manoel de Freitas Paranhos
77 Dr. Augusto de Meirelles Reis
78 Dr. João M. Sampaio Vianna
79 Dr. Washington L. Pereira de Souza
80 Benedicto Octavio de Oliveira
81 Luciano Esteves dos Santos
82 Dr. Manoel de Oliveira Lima
83 Candido Costa
84 Dr. Joaquim de Almeida Moraes
85 Dr. Antonio da Cunha Barbosa
86 Dr. Henrique Coelho Netto
87 Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires
88 Dr. Manoel Barata
89 Coronel Fernando Prestes de Albuquerque
90 Dr. Herculano C. de Carvalho
91 Belisario Pernambuco
92 Olympio Paranhos
93 D. Abelardo Varela
94 D. Julio Vicuña Cifuentes
95 Felix Pacheco
96 Dr. Carlos Porto Carreira
97 Dr. Alfredo Varella

RELAÇÃO DOS SOCIOS FALLECIDOS

1 Dr. Severino de Freitas Prestes
2 Dr. Aureliano de S. Oliveira Coutinho
3 Dr. Martinho de Freitas Vieira de Mello
4 Dr. Cesario Motta Junior
5 Dr. Joaquim José de Menezes Vieira
6 Dr. Carlos Daniel Rath
7 José Ferraz de Almeida Junior
8 Antonio Augusto da Fonseca
9 Dr. João Diogo Esteves da Silva
10 Dr. Eduardo da Silva Prado
11 José André do Sacramento Macuco
12 Dr. João Francisco Malta Junior

This book should be returned to the Library on or before the last date stamped below.

A fine of five cents a day is incurred by retaining it beyond the specified time.

Please return promptly.